Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VIII

África desde 1935

Coleção História Geral da África da UNESCO

Volume I	Metodologia e pré-história da África (Editor J. Ki-Zerbo)
Volume II	África antiga (Editor G. Mokhtar)
Volume III	África do século VII ao XI (Editor M. El Fasi) (Editor Assistente I. Hrbek)
Volume IV	África do século XII ao XVI (Editor D. T. Niane)
Volume V	África do século XVI ao XVIII (Editor B. A. Ogot)
Volume VI	África do século XIX à década de 1880 (Editor J. F. A. Ajayi)
Volume VII	África sob dominação colonial, 1880-1935 (Editor A. A. Boahen)
Volume VIII	África desde 1935 (Editor A. A. Mazrui) (Editor Assistente C. Wondji)

Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África

HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VIII

África desde 1935

EDITOR ALI A. MAZRUI

EDITOR ASSISTENTE CHRISTOPHE WONDJI

Esta versão em português é fruto de uma parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Título original: *General History of Africa, VIII*: Africa since 1935. Paris: UNESCO; Berkley, CA: University of California Press; London: Heinemann Educational Publishers Ltd., 1993. (Primeira edição publicada em inglês).

Coordenação geral da edição e atualização: Valter Roberto Silvério
Tradutores: Luís Hernan de Almeida Prado Mendoza
Revisão técnica: Kabengele Munanga
Preparação de texto: Eduardo Roque dos Reis Falcão
Projeto gráfico e diagramação: Marcia Marques / Casa de Ideias; Edson Fogaça e Paulo Selveira / UNESCO no Brasil

História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília : UNESCO, 2010.
1272 p.

ISBN: 978-85-7652-130-3

1. História 2. História contemporânea 3. História africana 4. Culturas africanas 5. África I. Mazrui, Ali A. II. Wondji, Christophe III. UNESCO IV. Brasil. Ministério da Educação V. Universidade Federal de São Carlos

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)
Representação no Brasil
SAUS, Quadra 5, Bloco H, Lote 6, Ed. CNPq/IBICT/UNESCO, 9º andar
70070-912 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2106-3500
Fax: (55 61) 3322-4261
Site: www.unesco.org/brasilia
E-mail: grupoeditorial@unesco.org.br

Ministério da Educação (MEC)
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC)
Esplanada dos Ministérios, Bl. L, 2º andar
70047-900 – Brasília – DF – Brasil
Tel.: (55 61) 2022-9217
Fax: (55 61) 2022-9020
Site: http://portal.mec.gov.br/index.html

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
Rodovia Washington Luis, Km 233 – SP 310
Bairro Monjolinho
13565-905 – São Carlos – SP – Brasil
Tel.: (55 16) 3351-8111 (PABX)
Fax: (55 16) 3361-2081
Site: http://www2.ufscar.br/home/index.php

Impresso no Brasil

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

> "Outra exigência imperativa é de que a história (e a cultura) da África devem pelo menos ser vistas de dentro, não sendo medidas por réguas de valores estranhos... Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas, e influências multilaterais em que algo seja ouvido da contribuição africana para o desenvolvimento da espécie humana". J. Ki-Zerbo, História Geral da África, vol. I, p. LII.

A Representação da UNESCO no Brasil e o Ministério da Educação têm a satisfação de disponibilizar em português a Coleção da História Geral da África. Em seus oito volumes, que cobrem desde a pré-história do continente africano até sua história recente, a Coleção apresenta um amplo panorama das civilizações africanas. Com sua publicação em língua portuguesa, cumpre-se o objetivo inicial da obra de colaborar para uma nova leitura e melhor compreensão das sociedades e culturas africanas, e demonstrar a importância das contribuições da África para a história do mundo. Cumpre-se, também, o intuito de contribuir para uma disseminação, de forma ampla, e para uma visão equilibrada e objetiva do importante e valioso papel da África para a humanidade, assim como para o estreitamento dos laços históricos existentes entre o Brasil e a África.

O acesso aos registros sobre a história e cultura africanas contidos nesta Coleção se reveste de significativa importância. Apesar de passados mais de 26 anos após o lançamento do seu primeiro volume, ainda hoje sua relevância e singularidade são mundialmente reconhecidas, especialmente por ser uma história escrita ao longo de trinta anos por mais de 350 especialistas, sob a coordenação de um comitê científico internacional constituído por 39 intelectuais, dos quais dois terços africanos.

A imensa riqueza cultural, simbólica e tecnológica subtraída da África para o continente americano criou condições para o desenvolvimento de sociedades onde elementos europeus, africanos, das populações originárias e, posteriormente, de outras regiões do mundo se combinassem de formas distintas e complexas. Apenas recentemente, tem-se considerado o papel civilizatório que os negros vindos da África desempenharam na formação da sociedade brasileira. Essa compreensão, no entanto, ainda está restrita aos altos estudos acadêmicos e são poucas as fontes de acesso público para avaliar este complexo processo, considerando inclusive o ponto de vista do continente africano.

A publicação da Coleção da História Geral da África em português é também resultado do compromisso de ambas as instituições em combater todas as formas de desigualdades, conforme estabelecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), especialmente no sentido de contribuir para a prevenção e eliminação de todas as formas de manifestação de discriminação étnica e racial, conforme estabelecido na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial de 1965.

Para o Brasil, que vem fortalecendo as relações diplomáticas, a cooperação econômica e o intercâmbio cultural com aquele continente, essa iniciativa é mais um passo importante para a consolidação da nova agenda política. A crescente aproximação com os países da África se reflete internamente na crescente valorização do papel do negro na sociedade brasileira e na denúncia das diversas formas de racismo. O enfrentamento da desigualdade entre brancos e negros no país e a educação para as relações étnicas e raciais ganhou maior relevância com a Constituição de 1988. O reconhecimento da prática do racismo como crime é uma das expressões da decisão da sociedade brasileira de superar a herança persistente da escravidão. Recentemente, o sistema educacional recebeu a responsabilidade de promover a valorização da contribuição africana quando, por meio da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e com a aprovação da Lei 10.639 de 2003, tornou-se obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira no currículo da educação básica.

Essa Lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por criar, via currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. Colabora, nessa direção, para dar acesso a negros e não negros a novas possibilidades educacionais pautadas nas diferenças socioculturais presentes na formação do país. Mais ainda, contribui para o processo de conhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade étnica e racial brasileira.

Nessa perspectiva, a UNESCO e o Ministério da Educação acreditam que esta publicação estimulará o necessário avanço e aprofundamento de estudos, debates e pesquisas sobre a temática, bem como a elaboração de materiais pedagógicos que subsidiem a formação inicial e continuada de professores e o seu trabalho junto aos alunos. Objetivam assim com esta edição em português da História Geral da África contribuir para uma efetiva educação das relações étnicas e raciais no país, conforme orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana aprovada em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação.

Boa leitura e sejam bem-vindos ao Continente Africano.

Vincent Defourny
Representante da UNESCO no Brasil

Fernando Haddad
Ministro de Estado da Educação do Brasil

NOTA DOS TRADUTORES

A Conferência de Durban ocorreu em 2001 em um contexto mundial diferente daquele que motivou as duas primeiras conferências organizadas pela ONU sobre o tema da discriminação racial e do racismo: em 1978 e 1983 em Genebra, na Suíça, o alvo da condenação era o ***apartheid.***

A conferência de Durban em 2001 tratou de um amplo leque de temas, entre os quais vale destacar a avaliação dos avanços na luta contra o racismo, na luta contra a discriminação racial e as formas correlatas de discriminação; a avaliação dos obstáculos que impedem esse avanço em seus diversos contextos; bem como a sugestão de medidas de combate às expressões de racismo e intolerâncias.

Após Durban, no caso brasileiro, um dos aspectos para o equacionamento da questão social na agenda do governo federal é a implementação de políticas públicas para a eliminação das desvantagens raciais, de que o grupo afrodescendente padece, e, ao mesmo tempo, a possibilidade de cumprir parte importante das recomendações da conferência para os Estados Nacionais e organismos internacionais.

No que se refere à educação, o diagnóstico realizado em novembro de 2007, a partir de uma parceria entre a UNESCO do Brasil e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação (SECAD/MEC), constatou que existia um amplo consenso entre os diferentes participantes, que concordavam, no tocante a Lei 10.639-2003, em relação ao seu baixo grau de institucionalização e sua desigual aplicação no território nacional. Entre

os fatores assinalados para a explicação da pouca institucionalização da lei estava a falta de materiais de referência e didáticos voltados à História de África.

Por outra parte, no que diz respeito aos manuais e estudos disponíveis sobre a História da África, havia um certo consenso em afirmar que durante muito tempo, e ainda hoje, a maior parte deles apresenta uma imagem racializada e eurocêntrica do continente africano, desfigurando e desumanizando especialmente sua história, uma história quase inexistente para muitos até a chegada dos europeus e do colonialismo no século XIX.

Rompendo com essa visão, a *História Geral da África* publicada pela UNESCO é uma obra coletiva cujo objetivo é a melhor compreensão das sociedades e culturas africanas e demonstrar a importância das contribuições da África para a história do mundo. Ela nasceu da demanda feita à UNESCO pelas novas nações africanas recém-independentes, que viam a importância de contar com uma história da África que oferecesse uma visão abrangente e completa do continente, para além das leituras e compreensões convencionais. Em 1964, a UNESCO assumiu o compromisso da preparação e publicação da *História Geral da África*. Uma das suas características mais relevantes é que ela permite compreender a evolução histórica dos povos africanos em sua relação com os outros povos. Contudo, até os dias de hoje, o uso da *História Geral da África* tem se limitado sobretudo a um grupo restrito de historiadores e especialistas e tem sido menos usada pelos professores/as e estudantes. No caso brasileiro, um dos motivos desta limitação era a ausência de uma tradução do conjunto dos volumes que compõem a obra em língua portuguesa.

A Universidade Federal de São Carlos, por meio do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAB/UFSCar) e seus parceiros, ao concluir o trabalho de tradução e atualização ortográfica do conjunto dos volumes, agradece o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD), do Ministério da Educação (MEC) e da UNESCO por terem propiciado as condições para que um conjunto cada vez maior de brasileiros possa conhecer e ter orgulho de compartilhar com outros povos do continente americano o legado do continente africano para nossa formação social e cultural.

CRONOLOGIA

Na apresentação das datas da pré-história convencionou-se adotar dois tipos de notação, com base nos seguintes critérios:

- Tomando como ponto de partida a época atual, isto é, datas B.P. (*before present*), tendo como referência o ano de + 1950; nesse caso, as datas são todas negativas em relação a + 1950.
- Usando como referencial o início da Era Cristã; nesse caso, as datas são simplesmente precedidas dos sinais - ou +. No que diz respeito aos séculos, as menções "antes de Cristo" e "depois de Cristo" são substituídas por "antes da Era Cristã", "da Era Cristã".

Exemplos:

(i) 2300 B.P. = -350

(ii) 2900 a.C. = -2900
1800 d.C. = +1800

(iii) século V a.C. = século V antes da Era Cristã
século III d.C. = século III da Era Cristã

LISTA DE FIGURAS

PREFÁCIO

por M. Amadou - Mahtar M'Bow,
Diretor Geral da UNESCO (1974-1987)

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie esconderam do mundo a real história da África. As sociedades africanas passavam por sociedades que não podiam ter história. Apesar de importantes trabalhos efetuados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de especialistas não-africanos, ligados a certos postulados, sustentavam que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, notadamente por falta de fontes e documentos escritos.

Se a *Ilíada* e a *Odisseia* podiam ser devidamente consideradas como fontes essenciais da história da Grécia antiga, em contrapartida, negava-se todo valor à tradição oral africana, essa memória dos povos que fornece, em suas vidas, a trama de tantos acontecimentos marcantes. Ao escrever a história de grande parte da África, recorria-se somente a fontes externas à África, oferecendo uma visão não do que poderia ser o percurso dos povos africanos, mas daquilo que se pensava que ele deveria ser. Tomando freqüentemente a "Idade Média" européia como ponto de referência, os modos de produção, as relações sociais tanto quanto as instituições políticas não eram percebidos senão em referência ao passado da Europa.

Com efeito, havia uma recusa a considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram, através dos séculos, por

vias que lhes são próprias e que o historiador só pode apreender renunciando a certos preconceitos e renovando seu método.

Da mesma forma, o continente africano quase nunca era considerado como uma entidade histórica. Em contrário, enfatizava-se tudo o que pudesse reforçar a idéia de uma cisão que teria existido, desde sempre, entre uma "África branca" e uma "África negra" que se ignoravam reciprocamente. Apresentava-se frequentemente o Saara como um espaço impenetrável que tornaria impossíveis misturas entre etnias e povos, bem como trocas de bens, crenças, hábitos e idéias entre as sociedades constituídas de um lado e de outro do deserto. Traçavam-se fronteiras intransponíveis entre as civilizações do antigo Egito e da Núbia e aquelas dos povos subsaarianos.

Certamente, a história da África norte-saariana esteve antes ligada àquela da bacia mediterrânea, muito mais que a história da África subsaariana mas, nos dias atuais, é amplamente reconhecido que as civilizações do continente africano, pela sua variedade lingüística e cultural, formam em graus variados as vertentes históricas de um conjunto de povos e sociedades, unidos por laços seculares.

Um outro fenômeno que grandes danos causou ao estudo objetivo do passado africano foi o aparecimento, com o tráfico negreiro e a colonização, de estereótipos raciais criadores de desprezo e incompreensão, tão profundamente consolidados que corromperam inclusive os próprios conceitos da historiografia. Desde que foram empregadas as noções de "brancos" e "negros", para nomear genericamente os colonizadores, considerados superiores, e os colonizados, os africanos foram levados a lutar contra uma dupla servidão, econômica e psicológica. Marcado pela pigmentação de sua pele, transformado em uma mercadoria, entre outras, e condenado ao trabalho forçado, o africano passou a simbolizar, na consciência de seus dominadores, uma essência racial imaginária e ilusoriamente inferior àquela do *negro*. Este processo de falsa identificação depreciou a história dos povos africanos, no espírito de muitos, rebaixando-a a uma etno-história em cuja apreciação das realidades históricas e culturais não podia ser senão falseada.

A situação evoluiu muito desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em particular, desde que os países da África, tendo alcançado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios a ela inerentes. Historiadores, em número crescente, esforçaram-se em abordar o estudo da África com mais rigor, objetividade e abertura de espírito, empregando – obviamente com as devidas precauções – fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer, em bases sólidas, a historicidade de suas sociedades.

É nesse contexto que emerge a importância da *História Geral da África*, em oito volumes, cuja publicação a Unesco começou.

Os especialistas de numerosos países que se empenharam nessa obra, preocuparam-se, primeiramente, em estabelecer-lhe os fundamentos teóricos e metodológicos. Eles tiveram o cuidado em questionar as simplificações abusivas criadas por uma concepção linear e limitativa da história universal, bem como em restabelecer a verdade dos fatos sempre que necessário e possível. Eles esforçaram-se para extrair os dados históricos que permitissem melhor acompanhar a evolução dos diferentes povos africanos em sua especificidade sociocultural.

Nessa tarefa imensa, complexa e árdua em vista da diversidade de fontes e da dispersão dos documentos, a UNESCO procedeu por etapas. A primeira fase (1965-1969) consistiu em trabalhos de documentação e de planificação da obra. Atividades operacionais foram conduzidas *in loco*, através de pesquisas de campo: campanhas de coleta da tradição oral, criação de centros regionais de documentação para a tradição oral, coleta de manuscritos inéditos em árabe e ajami (línguas africanas escritas em caracteres árabes), compilação de inventários de arquivos e preparação de um *Guia das fontes da história da África*, publicado posteriormente, em nove volumes, a partir dos arquivos e bibliotecas dos países da Europa. Por outro lado, foram organizados encontros, entre especialistas africanos e de outros continentes, durante os quais discutiu-se questões metodológicas e traçou-se as grandes linhas do projeto, após atencioso exame das fontes disponíveis.

Uma segunda etapa (1969 a 1971) foi consagrada ao detalhamento e à articulação do conjunto da obra. Durante esse período, realizaram-se reuniões internacionais de especialistas em Paris (1969) e Addis-Abeba (1970), com o propósito de examinar e detalhar os problemas relativos à redação e à publicação da obra: apresentação em oito volumes, edição principal em inglês, francês e árabe, assim como traduções para línguas africanas, tais como o kiswahili, o hawsa, o peul, o yoruba ou o lingala. Igualmente estão previstas traduções para o alemão, russo, português, espanhol e chinês[1], além de edições resumidas, destinadas a um público mais amplo, tanto africano quanto internacional.

A terceira e última fase constituiu-se na redação e na publicação do trabalho. Ela começou pela nomeação de um Comitê Científico Internacional de trinta e

1 O volume I foi publicado em inglês, árabe, chinês, coreano, espanhol, francês, hawsa, italiano, kiswahili, peul e português; o volume II em inglês, árabe, chinês, coreano, espanhol, francês, hawsa, italiano, kiswahili, peul e português; o volume III em inglês, árabe, espanhol e francês; o volume IV em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e português; o volume V em inglês e árabe; o volume VI em inglês, árabe e francês; o volume VII em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e português; o VIII em inglês e francês.

nove membros, composto por africanos e não-africanos, na respectiva proporção de dois terços e um terço, a quem incumbiu-se a responsabilidade intelectual pela obra.

Interdisciplinar, o método seguido caracterizou-se tanto pela pluralidade de abordagens teóricas quanto de fontes. Dentre essas últimas, é preciso citar primeiramente a arqueologia, detentora de grande parte das chaves da história das culturas e das civilizações africanas. Graças a ela, admite-se, nos dias atuais, reconhecer que a África foi, com toda probabilidade, o berço da humanidade, palco de uma das primeiras revoluções tecnológicas da história, ocorrida no período Neolítico. A arqueologia igualmente mostrou que, na África, especificamente no Egito, desenvolveu-se uma das antigas civilizações mais brilhantes do mundo. Outra fonte digna de nota é a tradição oral que, até recentemente desconhecida, aparece hoje como uma preciosa fonte para a reconstituição da história da África, permitindo seguir o percurso de seus diferentes povos no tempo e no espaço, compreender, a partir de seu interior, a visão africana do mundo, e apreender os traços originais dos valores que fundam as culturas e as instituições do continente.

Saber-se-á reconhecer o mérito do Comitê Científico Internacional encarregado dessa *História geral da África*, de seu relator, bem como de seus coordenadores e autores dos diferentes volumes e capítulos, por terem lançado uma luz original sobre o passado da África, abraçado em sua totalidade, evitando todo dogmatismo no estudo de questões essenciais, tais como: o tráfico negreiro, essa "sangria sem fim", responsável por umas das deportações mais cruéis da história dos povos e que despojou o continente de uma parte de suas forças vivas, no momento em que esse último desempenhava um papel determinante no progresso econômico e comercial da Europa; a colonização, com todas suas conseqüências nos âmbitos demográfico, econômico, psicológico e cultural; as relações entre a África ao sul do Saara e o mundo árabe; o processo de descolonização e de construção nacional, mobilizador da razão e da paixão de pessoas ainda vivas e muitas vezes em plena atividade. Todas essas questões foram abordadas com grande preocupação quanto à honestidade e ao rigor científico, o que constitui um mérito não desprezível da presente obra. Ao fazer o balanço de nossos conhecimentos sobre a África, propondo diversas perspectivas sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a História geral da África tem a indiscutível vantagem de destacar tanto as luzes quanto as sombras, sem dissimular as divergências de opinião entre os estudiosos.

Ao demonstrar a insuficiência dos enfoques metodológicas amiúde utilizados na pesquisa sobre a África, essa nova publicação convida à renovação e ao

aprofundamento de uma dupla problemática, da historiografia e da identidade cultural, unidas por laços de reciprocidade. Ela inaugura a via, como todo trabalho histórico de valor, a múltiplas novas pesquisas.

É assim que, em estreita colaboração com a UNESCO, o Comitê Científico Internacional decidiu empreender estudos complementares com o intuito de aprofundar algumas questões que permitirão uma visão mais clara sobre certos aspectos do passado da África. Esses trabalhos publicados na coleção da UNESCO, História geral da África: estudos e documentos, virão a constituir, de modo útil, um suplemento à presente obra[2]. Igualmente, tal esforço desdobrar-se-á na elaboração de publicações versando sobre a história nacional ou sub-regional.

Essa *História geral da África* coloca simultaneamente em foco a unidade histórica da África e suas relações com os outros continentes, especialmente com as Américas e o Caribe. Por muito tempo, as expressões da criatividade dos afrodescendentes nas Américas haviam sido isoladas por certos historiadores em um agregado heteróclito de *africanismos*; essa visão, obviamente, não corresponde àquela dos autores da presente obra. Aqui, a resistência dos escravos deportados para a América, o fato tocante ao *marronage* [fuga ou clandestinidade] político e cultural, a participação constante e massiva dos afrodescendentes nas lutas da primeira independência americana, bem como nos movimentos nacionais de libertação, esses fatos são justamente apreciados pelo que eles realmente foram: vigorosas afirmações de identidade que contribuíram para forjar o conceito universal de humanidade. É hoje evidente que a herança africana marcou, mais ou menos segundo as regiões, as maneiras de sentir, pensar, sonhar e agir de certas nações do hemisfério ocidental. Do sul dos Estados-Unidos ao norte do Brasil, passando pelo Caribe e pela costa do Pacífico, as contribuições culturais herdadas da África são visíveis por toda parte; em certos casos, inclusive, elas constituem os fundamentos essenciais da identidade cultural de alguns dos elementos mais importantes da população.

2 Doze números dessa série foram publicados; eles tratam respectivamente sobre: no 1 – O povoamento do Egito antigo e a decodificação da escrita meroítica; no 2 – O tráfico negreiro do século XV ao século XIX; no 3 – Relações históricas através do Oceano Índico; no 4 – A historiografia da África Meridional; no 5 – A descolonização da África: África Meridional e Chifre da África [Nordeste da África]; no 6 – Etnonímias e toponímias; no 7 – As relações históricas e socioculturais entre a África e o mundo árabe; no 8 – A metodologia da história da África contemporânea; no 9 – O processo de educação e a historiografia na África; no 10 – A África e a Segunda Guerra Mundial; no 11 – Líbya Antiqua; no 12 – O papel dos movimentos estudantis africanos na evolução política e social da África de 1900 a 1975.

Igualmente, essa obra faz aparecerem nitidamente as relações da África com o sul da Ásia através do Oceano Índico, além de evidenciar as contribuições africanas junto a outras civilizações em seu jogo de trocas mútuas.

Estou convencido que os esforços dos povos da África para conquistar ou reforçar sua independência, assegurar seu desenvolvimento e consolidar suas especificidades culturais devem enraizar-se em uma consciência histórica renovada, intensamente vivida e assumida de geração em geração.

Minha formação pessoal, a experiência adquirida como professor e, desde os primórdios da independência, como presidente da primeira comissão criada com vistas à reforma dos programas de ensino de história e de geografia de certos países da África Ocidental e Central, ensinaram-me o quanto era necessário, para a educação da juventude e para a informação do público, uma obra de história elaborada por pesquisadores que conhecessem desde o seu interior os problemas e as esperanças da África, pensadores capazes de considerar o continente em sua totalidade.

Por todas essas razões, a UNESCO zelará para que essa *História Geral da África* seja amplamente difundida, em numerosos idiomas, e constitua base da elaboração de livros infantis, manuais escolares e emissões televisivas ou radiofônicas. Dessa forma, jovens, escolares, estudantes e adultos, da África e de outras partes, poderão ter uma melhor visão do passado do continente africano e dos fatores que o explicam, além de lhes oferecer uma compreensão mais precisa acerca de seu patrimônio cultural e de sua contribuição ao progresso geral da humanidade. Essa obra deveria então contribuir para favorecer a cooperação internacional e reforçar a solidariedade entre os povos em suas aspirações por justiça, progresso e paz. Pelo menos, esse é o voto que manifesto muito sinceramente.

Resta-me ainda expressar minha profunda gratidão aos membros do Comitê Científico Internacional, ao redator, aos coordenadores dos diferentes volumes, aos autores e a todos aqueles que colaboraram para a realização desta prodigiosa empreitada. O trabalho por eles efetuado e a contribuição por eles trazida mostram com clareza o quanto homens vindos de diversos horizontes, conquanto animados por uma mesma vontade e igual entusiasmo a serviço da verdade de todos os homens, podem fazer, no quadro internacional oferecido pela UNESCO, para lograr êxito em um projeto de tamanho valor científico e cultural. Meu reconhecimento igualmente estende-se às organizações e aos governos que, graças a suas generosas doações, permitiram à UNESCO publicar essa obra em diferentes línguas e assegurar-lhe a difusão universal que ela merece, em prol da comunidade internacional em sua totalidade.

APRESENTAÇÃO DO PROJETO

*pelo Professor Bethwell Allan Ogot**
Presidente do Comitê Científico Internacional
para a redação de uma História Geral da África

A Conferência Geral da UNESCO, em sua décima sexta sessão, solicitou ao Diretor-geral que empreendesse a redação de uma História Geral da África. Esse considerável trabalho foi confiado a um Comitê Científico Internacional criado pelo Conselho Executivo em 1970.

Segundo os termos dos estatutos adotados pelo Conselho Executivo da UNESCO, em 1971, esse Comitê compõe-se de trinta e nove membros responsáveis (dentre os quais dois terços africanos e um terço de não-africanos), nomeados pelo Diretor-geral da UNESCO por um período correspondente à duração do mandato do Comitê.

A primeira tarefa do Comitê consistiu em definir as principais características da obra. Ele definiu-as em sua primeira sessão, nos seguintes termos:

- Em que pese visar a maior qualidade científica possível, a *História Geral da África* não busca a exaustão e se pretende uma obra de síntese que evitará o dogmatismo. Sob muitos aspectos, ela constitui uma exposição dos problemas indicadores do atual estádio dos conhecimentos e das grandes correntes de pensamento e pesquisa, não hesitando em assinalar,

* Durante a XVI sessão plenária do Comitê Científico Internacional para a redação de uma História Geral da África (Brazaville, agosto de 1983), procedeu-se à eleição do novo *Bureau* e o professor Ogot foi substituído pelo professor Alberto Adu Boahan.

em tais circunstâncias, as divergências de opinião. Ela assim preparará o caminho para posteriores publicações.

- A África é aqui considerada como um todo. O objetivo é mostrar as relações históricas entre as diferentes partes do continente, muito amiúde subdividido, nas obras publicadas até o momento. Os laços históricos da África com os outros continentes recebem a atenção merecida e são analisados sob o ângulo dos intercâmbios mútuos e das influências multilaterais, de forma a fazer ressurgir, oportunamente, a contribuição da África para o desenvolvimento da humanidade.
- A *História Geral da África* consiste, antes de tudo, em uma história das idéias e das civilizações, das sociedades e das instituições. Ela fundamenta-se sobre uma grande diversidade de fontes, aqui compreendidas a tradição oral e a expressão artística.
- A *História Geral da África* é aqui essencialmente examinada de seu interior. Obra erudita, ela também é, em larga medida, o fiel reflexo da maneira através da qual os autores africanos vêem sua própria civilização. Embora elaborada em âmbito internacional e recorrendo a todos os dados científicos atuais, a *História* será igualmente um elemento capital para o reconhecimento do patrimônio cultural africano, evidenciando os fatores que contribuem à unidade do continente. Essa vontade em examinar os fatos de seu interior constitui o ineditismo da obra e poderá, além de suas qualidades científicas, conferir-lhe um grande valor de atualidade. Ao evidenciar a verdadeira face da África, a *História* poderia, em uma época dominada por rivalidades econômicas e técnicas, propor uma concepção particular dos valores humanos.

O Comitê decidiu apresentar a obra, dedicada ao estudo sobre mais de 3 milhões de anos de história da África, em oito volumes, cada qual compreendendo aproximadamente oitocentas páginas de texto com ilustrações (fotos, mapas e desenhos tracejados).

Para cada volume designou-se um coordenador principal, assistido, quando necessário, por um ou dois co-diretores assistentes.

Os coordenadores dos volumes são escolhidos, tanto entre os membros do Comitê quanto fora dele, em meio a especialistas externos ao organismo, todos eleitos por esse último, pela maioria de dois terços. Eles encarregam-se da elaboração dos volumes, em conformidade com as decisões e segundo os planos decididos pelo Comitê. São eles os responsáveis, no plano científico, perante o Comitê ou, entre duas sessões do Comitê, perante o Conselho Executivo,

pelo conteúdo dos volumes, pela redação final dos textos ou ilustrações e, de uma maneira geral, por todos os aspectos científicos e técnicos da *História*. É o Conselho Executivo quem aprova, em última instância, o original definitivo. Uma vez considerado pronto para a edição, o texto é remetido ao Diretor-Geral da UNESCO. A direção da obra cabe, dessa forma, ao Comitê ou ao Conselho Executivo, nesse caso responsável no ínterim entre duas sessões do Comitê.

Cada volume compreende por volta de 30 capítulos. Cada qual redigido por um autor principal, assistido por um ou dois colaboradores, caso necessário.

Os autores são escolhidos pelo Comitê em função de seu *curriculum vitae*. A preferência é concedida aos autores africanos, sob reserva de sua adequação aos títulos requeridos. Além disso, o Comitê zela, tanto quanto possível, para que todas as regiões da África, bem como outras regiões que tenham mantido relações históricas ou culturais com o continente, estejam de forma equitativa representadas no quadro dos autores.

Após aprovação pelo coordenador do volume, os textos dos diferentes capítulos são enviados a todos os membros do Comitê para submissão à sua crítica.

Ademais e finalmente, o texto do coordenador do volume é submetido ao exame de um comitê de leitura, designado no seio do Comitê Científico Internacional, em função de suas competências; cabe a esse comitê realizar uma profunda análise tanto do conteúdo quanto da forma dos capítulos.

Ao Conselho Executivo cabe aprovar, em última instância, os originais.

Tal procedimento, aparentemente longo e complexo, revelou-se necessário, pois permite assegurar o máximo de rigor científico à *História Geral da África*. Com efeito, houve ocasiões nas quais o Conselho Executivo rejeitou originais, solicitou reestruturações importantes ou, inclusive, confiou a redação de um capítulo a um novo autor. Eventualmente, especialistas de uma questão ou período específicos da história foram consultados para a finalização definitiva de um volume.

Primeiramente, uma edição principal da obra em inglês, francês e árabe será publicada, posteriormente haverá uma edição em forma de brochura, nesses mesmos idiomas.

Uma versão resumida em inglês e francês servirá como base para a tradução em línguas africanas. O Comitê Científico Internacional determinou quais os idiomas africanos para os quais serão realizadas as primeiras traduções: o kiswahili e o haussa.

Tanto quanto possível, pretende-se igualmente assegurar a publicação da *História Geral da África* em vários idiomas de grande difusão internacional

(dentre os quais, entre outros: alemão, chinês, italiano, japonês, português, russo, etc.).

Trata-se, portanto, como se pode constatar, de uma empreitada gigantesca que constitui um ingente desafio para os historiadores da África e para a comunidade científica em geral, bem como para a UNESCO que lhe oferece sua chancela. Com efeito, pode-se facilmente imaginar a complexidade de uma tarefa tal qual a redação de uma história da África que cobre no espaço, todo um continente e, no tempo, os quatro últimos milhões de anos, respeitando, todavia, as mais elevadas normas científicas e convocando, como é necessário, estudiosos pertencentes a todo um leque de países, culturas, ideologias e tradições históricas. Trata-se de um empreendimento continental, internacional e interdisciplinar, de grande envergadura.

Em conclusão, obrigo-me a sublinhar a importância dessa obra para a África e para todo o mundo. No momento em que os povos da África lutam para se unir e para, em conjunto, melhor forjar seus respectivos destinos, um conhecimento adequado sobre o passado da África, uma tomada de consciência no tocante aos elos que unem os Africanos entre si e a África aos demais continentes, tudo isso deveria facilitar, em grande medida, a compreensão mútua entre os povos da Terra e, além disso, propiciar sobretudo o conhecimento de um patrimônio cultural cuja riqueza consiste em um bem de toda a Humanidade.

Bethwell Allan Ogot
Em 8 de agosto de 1979
Presidente do Comitê Científico Internacional
para a redação de uma História Geral da África

CAPÍTULO 1

Introdução

Ali A. Mazrui

As exigências da análise desenvolvida no presente volume conduziram a aqui subdividir a história da África em três domínios: cultural, econômico e político. Empregamos a palavra *cultural* não em sentido estrito, que evoca a experiência artística, mas em sua acepção mais ampla, voltada aos valores e às tradições. Definimos o domínio *econômico* como aquele que se refere à produção africana e à distribuição de bens, mas também aquele dos modos de consumo africanos e das modalidades de troca relativas[1] a esses últimos. Por fim, definimos a experiência *política* da África do ponto de vista dos desafios do poder e da autoridade, como também do ponto de vista das regras da participação na gestão dos assuntos públicos.

No plano *cultural*, os temas abordados abarcam todo o horizonte compreendido entre a religião e a literatura. Em matéria *econômica*, nós tratamos nesse volume, tanto o abastecimento de água nos campos quanto a busca de uma nova ordem econômica mundial. Finalmente, os temas *políticos* englobam tópicos tão diversos quanto as lutas de libertação na África Meridional, as revoluções sociais em países tais como a Ruanda e a Etiópia, a construção da nação na Tanzânia ou os valores políticos no Magreb.

1 No que se refere aos debates econômicos, consultar especialmente os documentos do Banco Mundial, 1989a, e da ONU, Comissão Econômica para a África, 1989.

Por que escolhemos 1935 como ponto de partida para o período estudado nesse volume? Porque a Segunda Guerra Mundial, para a África, começou nesse ano. À imagem da China, para a qual o conflito não teve início com a invasão da Polônia pela Alemanha em 1939, mas somente na ocasião da invasão de seu território pelo Japão em 1937, a África viu efetivamente abrirem-se as hostilidades em outubro de 1935, no momento da invasão da Etiópia pelas tropas de Mussolini. Toda uma sessão do volume é consagrada a esta década do conflito internacional (1935-1945) e nós igualmente abordamos a Segunda Guerra Mundial em capítulos ulteriores. Retomaremos mais adiante, na presente introdução, esse tema ligado ao conflito mundial em suas relações com a crise dos anos 30.

Os valores, a produção e o poder

No domínio cultural, esse período da história da África corresponde a uma importante fase de africanização das religiões vindas de fora, cristianismo e islamismo. Igrejas cristãs independentes fizeram sua aparição, afirmando sua identidade com maior autoconfiança, particularmente na África Central e Meridional. Quanto ao islamismo, por exemplo, no Senegal, experimentou uma africanização mais profunda, sob influência de movimentos tais como a confraria moura de Amadou Bamba.

No domínio linguístico, a África, como veremos, deve considerar o papel das línguas europeias importadas e a utilização do alfabeto latino no processo de codificação das línguas nacionais. Fato curioso, no decorrer do período aqui abordado, o continente não conheceu no plano linguístico um nacionalismo militante comparável àquele manifesto no plano político. Os africanos sentem-se menos frustrados pela preponderância das línguas da Europa do que pela supremacia política dela. Com efeito, se fizermos exceção da Etiópia, da Somália, da Tanzânia e da África de língua árabe, a ressonância emocional do nacionalismo linguístico apresenta-se bem mais reduzida na África, comparativamente ao ocorrido na Ásia pós-colonial. Como assinalaremos mais adiante no presente volume, a África demonstra maior disposição em acomodar-se à dependência linguística do que ela parece estar pronta a admitir o neocolonialismo político.

Por outro lado, ainda que expressos muitas vezes em língua estrangeira, a literatura e o teatro africanos são indissoluvelmente solidários com a política de libertação. No curso desse período, o *teatro da libertação* apresenta incontestavelmente maior engajamento que o *teatro do desenvolvimento*. O tema da

libertação impregnou especialmente o teatro sul-africano, como veremos na sequência desse volume. Peças como *Sizwe Banzi is dead*, de Athol Fugard, John Kani e Winston Ntshona, ou *Survival*, fruto do Workshop 71, abriram o caminho a toda uma nova geração do teatro da libertação. Até mesmo *Ngahiika Ndenda* [Eu me casarei quando quiser], peça populista de Ngugi wa Thiong'o, trata uma temática que poderíamos considerar antes ligada à libertação que ao desenvolvimento, neste caso, a libertação relativa à opressão de classe (negros contra negros) e não aquela concernente à opressão racial como na África do Sul (brancos contra negros).

Em termos gerais, dependência linguística e nacionalismo literário manifestam-se simultaneamente no transcorrer desse período na África. Mas, quando línguas estrangeiras são empregadas, isso acontece para expressar uma identidade literária deliberadamente africana, dessa forma, no Quênia por exemplo, um autor como Ngugi wa Thiong'o busca fundir nacionalismo linguístico e independência literária: sua peça, *Ngahiika Ndenda*, escrita em língua Kikuyu está voltada contra o poder africano negro da época pós-colonial de seu país.

Paralelamente a essa tentativa em combinar nacionalismo literário e nacionalismo linguístico, Julius K. Nyerere, na Tanzânia, tenta, por sua vez, combinar nacionalismo linguístico e dependência literária. Sua tradução em kiswahili do *Júlio César* de Shakespeare parece, à primeira vista, ir de encontro à libertação. Mas o que fez ele senão pedir ao kiswahili para carregar o peso da cultura mundial, sem no entanto recuar ante a grandeza de Shakespeare? Em certo sentido, Nyerere dava assim um golpe em benefício do desenvolvimento, linguístico, neste caso. Se no plano literário, preocupar-se com Shakespeare correspondia, aparentemente, a virar as costas à libertação, traduzir um gênio ocidental para uma língua africana pode ser considerado uma afirmação do desenvolvimento.

A tradução por Nyerere do *Mercador de Veneza* pode igualmente assemelhar-se a algo que caminha em sentido contrário à libertação. Mas, ela pertence, à sua maneira, ao teatro do desenvolvimento, por duas razões. Primeiramente, a empreitada equivalia a promover a língua *nacional* da Tanzânia à condição de língua *internacional*. Em segundo lugar, a escolha do *Mercador de Veneza* inscrevia-se no quadro do esforço pela educação econômica da Tanzânia, dirigido contra a exploração. A visão toda de Nyerere em seu *Ujamaa* consistia em uma luta contra os Shylock desse mundo (mais pagãos que judeus). A maneira como ele traduziu o título da peça acomodava esse sentimento: *O(s) Capitalista(s) de Veneza (Mabepari wa Vanisi)*. Nós retomaremos, nos capítulos posteriores, o simbolismo do *Mwalimu* e do *Bard* na cultura pós-colonial.

Em relação ao domínio econômico, este volume aborda, ao mesmo tempo, os problemas relativos à pobreza e ao subdesenvolvimento, tanto em nível mundial quanto no plano local, ou da microssociedade, pois, se no Ocidente a concorrência equivale ao enfrentamento de capitalistas no campo do mercado de ações, na África, situa-se às vezes no nível da pobreza. Esperamos poder lançar uma luz, nos capítulos seguintes, sobre o contexto global do subdesenvolvimento e da miséria que castigam o continente[2].

Podemos questionar, com relação aos anos 90, se os tempos mais difíceis para a África já se encontram em seu passado. Os dados disponíveis, se não trazem uma resposta definitiva, permitem, entretanto, pensar sobre o fato da mortalidade infantil já ter baixado no continente, desde então, de 40% para 24%. Igualmente, tudo indica que a esperança de vida, outrora da ordem de 40 anos, esteja em vias de aproximar-se dos 50 anos.

No que concerne a produção de víveres, aparentemente ela teria aumentado cerca de 3% em 1986. Essa evolução significa que, pela primeira vez em quinze anos, a produção de gêneros alimentícios aumentou mais que a população. Podemos também observar, em meados dos anos 80, uma mudança no comportamento dos camponeses africanos, desde logo atentos às políticas adotadas pelos governos no sentido de melhorar os rendimentos da agricultura. Os capítulos consagrados à economia permitirão um tratamento do contexto em que se inscrevem esses problemas[3].

Quanto ao aspecto *político* da história da África, durante o período considerado, os principais processos estudados nesse volume são a libertação, a formação do Estado e a edificação da nação.

Após os capítulos que tratam da libertação em relação ao regime colonial europeu propriamente dito, mais particularmente ao longo do período que vai até os anos 60, será abordada a época em que a África lutou contra governos dominados por minorias brancas, como no Zimbábue. Certamente, serão tratadas igualmente nesse volume questões relativas às lutas que se desenvolveram nas colônias africanas, consideradas pela Europa como partes integrantes da metrópole (tal o caso da Argélia e das colônias portuguesas).

Finalmente, analisaremos o esforço levado a cabo pela África na época pós-colonial visando superar as relações de dependência ainda subsistentes

2 Consultar J. RAVENHILL, 1986. Eu agradeço também Wanjiku Kironjo (Quênia) por sua estimulante contribuição.

3 C. BASSET, 1987.
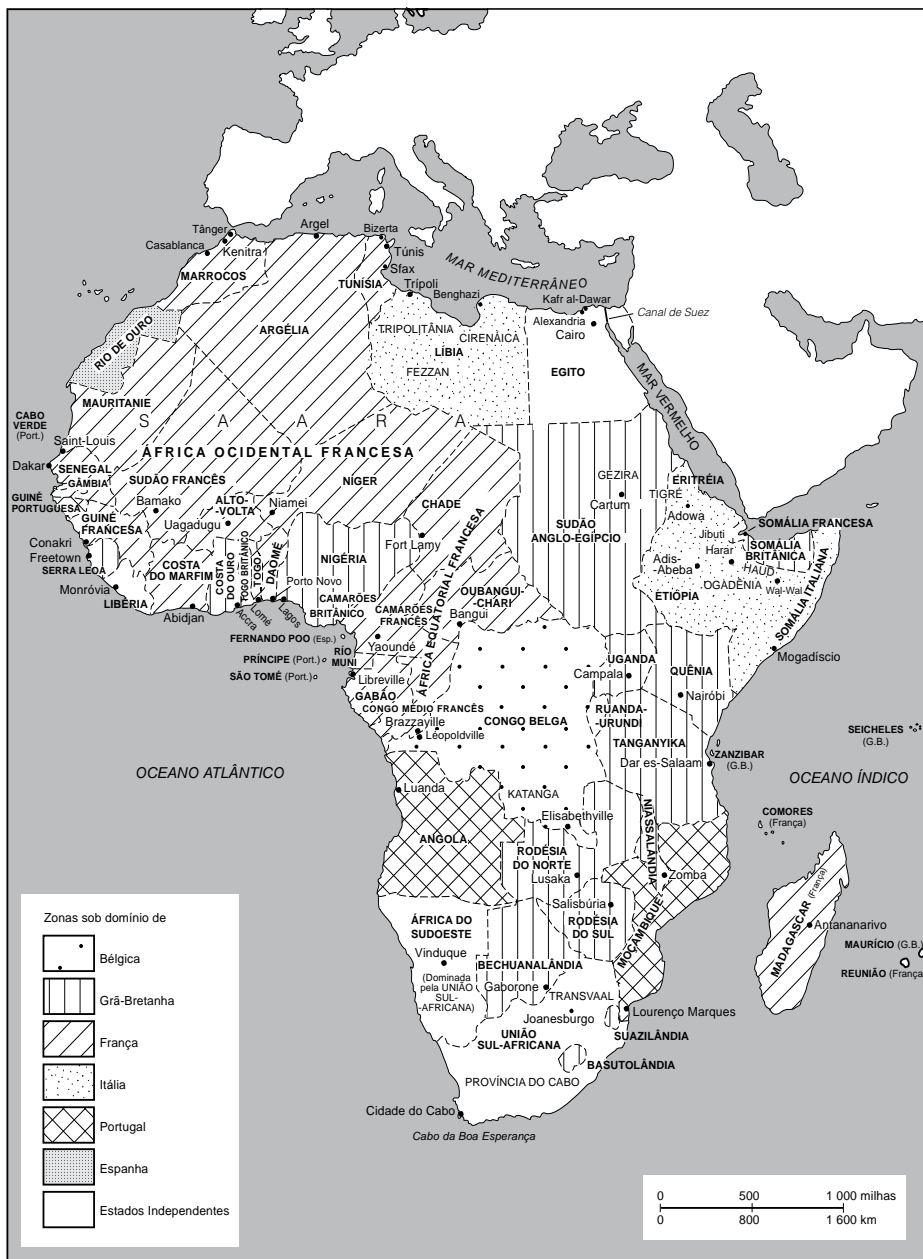
FIGURA 1.1 Mapa político da África em 1935. (Fonte: segundo J. Bartholomew, *The citizen's Atlas of the world*, Edimburgo, Batholomew and Son Ltd., 1935, pág. 122-123.)
NOTA: entre 1932 e 1947, o Alto-Volta encontrava-se dividido entre o Sudão francês, a Costa do Marfim e a Nigéria. Nessa época, Ouagadougou não era a capital.

frente às antigas potências coloniais: em outros termos, o combate contra o neocolonialismo.

Na fase pós-colonial, os processos de sucessão política no interior dos Estados africanos revestem-se de uma particular importância. Observou-se a ocorrência em alguns casos de sucessão póstuma natural, isto é, sucessão após um falecimento natural. Dessa forma, Moi sucedeu Kenyatta e Chadli Bendjedid sucedeu Boumediene.

Sucessões também aconteceram após um assassinato, uma morte política ou um "acidente" duvidoso. Na ocasião em que al-Hadji Shehu Shagari chegou ao poder em 1979, três dentre os seis chefes de governo na Nigéria haviam sido mortos desde a independência, ou seja, uma taxa de "regicídio" de 50%. Entretanto, desde Shagari, a taxa de regicídio baixou na Nigéria, pois nenhum presidente foi assassinado nesse país nos anos 80.

Os casos, porém, de sucessão política resultantes de um golpe militar de Estado foram, de longe, os mais frequentes. Acima de setenta golpes de Estado ocorreram no continente desde a independência, em sua maioria ao norte da linha do equador. É necessário aqui acrescentar as sucessões consecutivas a um golpe *civil* de Estado (um governo civil sucedendo outro governo civil). Assim, na Uganda, Obote logrou uma revolução palaciana destituindo em 1966 o presidente, o rei Mutesa, e Lule sucedeu Binaisa, em 1979, após outro golpe civil de Estado.

Certas sucessões produziram-se como consequência de uma *verdadeira guerra*. Assim se deu a ascensão ao poder de Lule, depois da guerra *entre Estados* que opôs Tanzânia e Uganda, em 1978-1979. Sucessões também ocorreram após uma *guerra civil*: a tomada de poder pelas tropas de Museveni, na Uganda, depois de Obote e Okello, apresenta-se como o melhor exemplo.

A insurreição popular igualmente desempenhou seu papel nesses processos. O caso do Sudão é excepcional a esse respeito. Em 1964, uma insurreição conduzida por civis provocou nesse país o desmoronamento do regime militar do general Aboud e, em 1985, uma insurreição democrática de mesmo tipo lá também derrubou o regime de Nimayrï, obrigando os militares a prometer o retorno à democracia em um prazo de um ano. A promessa foi cumprida, mas o governo civil não durou.

Casos de passagem voluntária de poder dos militares aos civis também aconteceram: o general Obasanjo em 1979, na Nigéria, e o capitão Jerry Rawlings, em Gana, demitiram-se assim em favor de civis (por pouco tempo nesse último país).

Quanto à sucessão assegurada por eleições, a esse respeito, Maurice talvez constitua o único exemplo na África. No decorrer do período da história afri-

cana aqui considerado, os casos de substituição de um governo após um fracasso eleitoral foram raríssimos. Os capítulos que tratam dessa questão, especialmente os capítulos 15 e 16, analisam alguns dos fatores que contribuem à volatilidade das instituições na África pós-colonial.

No entanto, observaram-se muitos casos históricos de sucessão política advindos após uma demissão ou uma retirada voluntária. O exemplo mais nítido de retirada política completa é, até hoje, aquele do presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor. Em 1985, Julius K. Nyerere, também ele, ofereceu o exemplo de renúncia ao mais alto posto de Estado; todavia, durante certo tempo, ele não pôde resolver abandonar seu papel no seio do partido nacional, o Chama Cha Mapinduzi (CCM). Igualmente ambivalente foi a "retirada" realizada de forma ostensiva por Ahmadou Ahidjo, alguns anos antes, na República Unida de Camarões.

Nos capítulos relativos às crises políticas da África, esperamos mostrar que, no cerne dessas crises, reside especialmente a questão de saber como dar às nossas nações uma maior coesão cultural e como conferir aos nossos Estados uma maior legitimidade política, bem como uma autoridade acrescida. A África do período aqui tratado é aquela que recebeu em partilha: fronteiras artificiais, exércitos mal treinados e uma situação econômica de extrema dependência. Nos capítulos consagrados à política e à economia são examinadas algumas dentre as crises acima evocadas, inclusive do ponto de vista das questões cruciais que *os direitos humanos* engendram na África pós-colonial.

Entretanto, dado o caráter particular do século XX, século em que, pela primeira vez no curso da aventura humana, a economia e a política adquiriram uma dimensão verdadeiramente *global*, *universal*, a história da África contemporânea não pode ser compreendida plenamente senão quando inserida no contexto mais amplo da história mundial. O que se extrai da história do período observado consiste, por um lado, na maneira pela qual a África ajudou a Europa a se reumanizar e, por outro lado, os meios pelos quais a Europa contribuiu para a reafricanização da África. A história da descolonização no século XX constitui-se num dos grandes dramas da história da humanidade, tomada em seu conjunto. Esse processo colocou em jogo excepcionais contradições[4].

4 Nós definimos a "descolonização" como o processo pelo qual o regime colonial atinge seu fim, as instituições coloniais são desmanteladas e os valores, bem como as modalidades coloniais, são abandonados. Teoricamente, a iniciativa da descolonização pode ser tomada, seja pela potência imperialista, seja pelo povo colonizado. Na realidade, a verdadeira descolonização é geralmente imposta pela entrada dos oprimidos em luta.

Os anos decorridos desde 1935 constituem, em particular, um período da história durante o qual o mundo ocidental relembrou aos africanos, involuntariamente, a sua identidade *pan-africana*. Nós sabemos que a identidade *nigeriana*, *queniana* ou *marfinense* não teria existido sem o colonialismo europeu. A Europa é, por conseguinte, a mãe ilegítima da consciência nacional dos nigerianos, quenianos e marfinenses; mas poderíamos nós igualmente dizer que o imperialismo ocidental é o pai ilegítimo da consciência pan-africana? Este volume também aborda o aparecimento dessas novas identidades e dessas novas aspirações junto aos povos africanos.

Se, na África, a consciência de classe resulta, parcialmente, da intensificação do capitalismo, a intensificação do imperialismo já suscitou em parte, nesse continente, uma consciência de raça. Da mesma forma que a exploração capitalista ajuda os trabalhadores a melhor tomarem coletivamente consciência de si mesmos *enquanto trabalhadores*, igualmente, o imperialismo europeu contribuiu, com o passar do tempo, a tornar os africanos colonizados coletivamente mais conscientes de si mesmos, enquanto povo colonizado. É nesse sentido que o imperialismo europeu contribuiu, por exemplo, para que o país Kikuyu reconhecesse nos yoruba como seus "irmãos africanos" e contribuiu para que o povo da Argélia reconhecesse os zulu como compatriotas, em escala continental.

É claro que os africanos, em suas próprias sociedades e sub-regiões, não necessitaram de ajuda da Europa para conhecer e experimentar, desde muito tempo, a dignidade de sua identidade própria de Kikuyu, de Amhara, de Yoruba, de Berberes, de Zulu ou de Árabes magrebinos. Contudo, quando em seu livro *Filosofia da Revolução*, Gamal 'Abd al-Nasser convocou os egípcios a se lembrarem que eles não eram somente Árabes e muçulmanos mas, também, *Africanos*, se referia explicitamente à experiência de luta compartilhada por todo continente contra uma dominação estrangeira. O imperialismo europeu provocou o despertar de uma consciência continental.

A casa imperial da Etiópia foi relativamente lenta em reconhecer seu país como país africano. Por muito tempo, os soberanos etíopes preferiram considerar-se como pertencentes ao Oriente Médio e não à África. Entretanto, ocorre em 1935, ano de referência inicial para o presente volume, a humilhação e a ocupação da Etiópia pela Itália, ato de consequências particularmente dramáticas. O restante da África e todo o mundo negro vibraram de dor pelos acontecimentos. As consequências desse evento serão estudadas em detalhe em vários capítulos.

Esqueceu-se às vezes que, a partir de 1935, a Etiópia descobriu-se, ela própria, como realmente participante da condição africana. De um lado, pelo anún-

FIGURA 1.2 Diante da Sociedade das Nações, o imperador Hailé Selassié eleva-se contra a agressão da Etiópia pela Itália. (Fonte: Museu do Palácio das Nações, Genebra. Foto: L. Bianco.)

cio da nova invasão italiana, vemos Kwame Nkrumah, ainda jovem, percorrendo a largos passos as ruas de Londres, sem poder reprimir suas lágrimas de cólera. A triste notícia tornou-se, naquele dia, um estímulo suplementar para a consolidação de uma identidade pan-africana junto ao jovem Nkrumah.

Por outro lado, porém, o imperador Haïlé Sélassié mergulhou em uma experiência similar àquela que havia sido imposta a outros soberanos africanos, trinta ou cinquenta anos antes: a ocupação direta de seu território e a submissão de seu povo pelos europeus. O imperador foi também testemunha da amplitude do apoio manifesto pelos africanos e negros ao seu povo e a ele próprio, perante o desafio imposto pela Itália. Assim nasceu uma nova consciência racial na casa real da Etiópia, sob o efeito do choque produzido pela descoberta de si mesma, enquanto dinastia africana reinando sobre um povo africano. Em seguida, Haïlé Sélassié iria tornar-se um dos pais fundadores do pan-africanismo pós-colonial e, sob muitos aspectos, seu mais eminente representante. Assim, uma vez mais, os excessos da Europa imperial prepararam o caminho a algo diferentemente positivo, o esplendor de uma nova identidade pan-africana cresceu sobre a sórdida miséria do racismo europeu. Este trata da transição decisiva entre a igno-

mínia dos excessos dos europeus e o esplendor da descoberta da África por ela mesma.

Mas qual foi o efeito inverso, aquele que a África produziu sobre o Ocidente? Ao combater pela sua própria independência, a África contribuiu também para modificar o curso da história europeia e, inclusive, mundial. Evidentemente, o presente volume coloca ênfase sobre os fatos históricos que se produziram no interior do próprio continente mas, tendo em vista que no decorrer desse período a África foi incorporada e participou mais estreitamente do que nunca do sistema mundial, é importante lembrar que ela não era simplesmente um continente passivo submetido às ações dos demais. As próprias ações da África igualmente contribuíram para transformar os destinos de outros. Se é verdade que a África foi, enquanto continente, submetida pela Europa, pelo conflito que a forçou a se reconhecer a si própria, por sua vez, a Europa, por sua vez, foi forçada, em certa medida, a assimilar a lição de responsabilidade internacional e de humildade democrática que o desafio africano lhe impunha. Toda a história da descolonização no século XX também deve ser vista como um processo pelo qual os oprimidos acabaram por compreender plenamente quem são eles na realidade, ao passo que os opressores começavam a aprender sobre a humildade inerente ao sentimento de ter que prestar contas ao mundo inteiro, em matéria de humanidade. A história da África desde 1935 deve ser recolocada no contexto dessas contradições maiores.

Quem são os Africanos[5]?

O poeta e diplomata de Serra Leoa, Davidson Abioseh Nicol, escreveu:

Tu não és um país, África,
Tu és uma ideia,
Conformada em nossos espíritos, cada qual com o seu,
Para esconder nossos medos, cada qual com os seus,
Para alimentar nossos sonhos, cada qual com os seus[6].

Nós retomaremos posteriormente esse *leitmotiv* particular. Certamente, a África é, ao mesmo tempo, mais que um país e menos que um país. Mais de cinquenta entidades territoriais, com fronteiras artificialmente criadas pela

5 Essa parte tem como inspiração A. A. MAZRUI, 1986, capítulos 1 e 5.

6 Ver D. A. NICOL, 1969.

Europa passaram, no curso do período abordado neste volume, a levar o nome de "nação". Todas, salvo a República Sul-Africana e a Namíbia, tinham nos anos 80 aderido a uma organização internacional denominada Organização pela Unidade Africana (OUA). Sim, a África é uma ideia, fecundada pelos sonhos de milhões de seres humanos.

Como dissemos, uma das grandes ironias da história da África moderna reside no fato de o colonialismo europeu ter tido como efeito lembrar aos africanos que eles eram africanos. O maior serviço que a Europa prestou aos povos da África não foi trazer-lhes a civilização ocidental, atualmente encurralada, nem mesmo o cristianismo, hoje na defensiva. A contribuição suprema feita pela Europa diz respeito à identidade africana, dom concedido sem amenidades nem intenção, o que não a torna menos real. E isso é particularmente verdadeiro no século XX.

Mas como, então, a Europa "pan-africanizou" a África? De que modo pode-se dizer que o sentimento de identidade africana, experimentado pelos africanos de hoje, nasceu da interação produzida na história entre eles e os europeus?

De fato, certo número de processos, ligados uns aos outros, operaram-se simultaneamente. Nós os examinaremos mais de perto adiante. Primeiramente e antes de tudo, há o triunfo da cartografia europeia na história científica e intelectual mundial. São os europeus que deram um nome à maioria dos continentes e oceanos, a muitos grandes rios e grandes lagos, bem como à maioria dos países. A Europa fixou a *posição* do mundo de tal forma que nós pensamos o continente europeu como situado acima da África, no cosmos, e não abaixo dela. Ela fixou o *tempo* do mundo de tal maneira que a hora universal se determina a partir do meridiano de Greenwich. Ela também nomeou os trópicos de Câncer e de Capricórnio.

Além do mais, foram em geral os europeus que decidiram onde terminava um continente do planeta Terra e onde começava outro. No que concerne à África, eles decidiram que nosso continente acabava no mar Vermelho e não no Golfo Pérsico. Os europeus talvez não tenham inventado a palavra "África" mas, eles desempenharam um papel decisivo na aplicação desse termo à massa terrestre continental por nós hoje reconhecida sob essa denominação.

O segundo processo através do qual a Europa contribuiu para a africanização da África é aquele relativo ao racismo. Como o demonstram os volumes precedentes, o racismo manifestou-se de modo particularmente marcante na maneira pela qual as populações negras do continente foram tratadas. A humilhação e o rebaixamento de que os africanos negros foram vítimas, por razões raciais, no curso dos séculos, contribuíram a levá-los a se reconhecerem mutuamente como "irmãos africanos".

O racismo estava ligado ao imperialismo e à colonização. A respeito desses últimos, nós também mostraremos, nos capítulos ulteriores, que eles deram luz a um sentimento de identidade africana comum e suficientemente forte para permitir a conformação, no curso do período considerado, do movimento conhecido como pan-africanismo. Trata-se do que expressava o Tanzaniano Julius K. Nyerere quando declarava: "Sobre todo o continente, sem que uma palavra sequer tenha sido trocada de indivíduo a outro ou de país a outro, os africanos olhavam a Europa, observavam-se uns aos outros e sabiam que, face ao europeu, eles eram apenas um[7]."

A consciência negra, ao sul do Saara, constitui um aspecto da identidade africana – mas essa mesma consciência negra surgiu como uma reação à arrogância racial dos europeus. Ela atingiu a dimensão continental após a invasão da Etiópia em 1935. A *negritude*, movimento intelectual e literário, nasceu da arrogância cultural específica do imperialismo francês. Eis o pano de fundo do processo pelo qual a Europa "pan-africanizou" a África. O período da história sobre o qual versa este volume configura um momento particularmente importante desse processo.

A África na era da globalização

No século XX, entretanto, a história da África está, na realidade, intimamente ligada às tendências sensíveis em escala mundial. Veremos, mais adiante, como a tradução de Shakespeare em kiswahili, feita por Nyerere, ilustra, no campo literário, essa conexão planetária. O capítulo 29, consagrado à "A África e a Organização Mundial das Nações Unidas", lançará luz sobre o componente político dessa ligação viva. O período abordado no presente volume começou no nascer da *era nuclear* e na emergência da *era espacial*, dois dentre os acontecimentos que mais radicalmente transformaram a relação do homem com o universo. Outros capítulos examinarão essas tendências científicas. Leitores e autores que procederem, no transcorrer do presente volume, à microanálise da experiência local e regional na África, deverão igualmente guardar em mente a dimensão "cósmica", totalmente excepcional, caracterizadora desse período da história humana. Quais terão sido, para a África, o impacto e as consequências desses prodigiosos avanços tecnológicos? De que maneira a própria África teria contribuído em tão espetaculares transformações? Nós não poderemos perder

7 J. K. NYERERE, 1960, p. 149.

de vista o contexto geral no qual se inscrevem os processos regionais estudados nesse volume.

Duas catástrofes de magnitude mundial importam, tanto para a reumanização da Europa, quanto para a reafricanização da África: a Crise dos anos 30 e a Segunda Guerra Mundial. Qual dentre esses dois eventos teria tido maior repercussão na história da África? E qual teria mais contribuído para reumanizar o Ocidente?

Os anos mais difíceis da crise situam-se logo antes do período tratado no presente volume: a quebra de Wall Street data de 1929. Mas suas consequências se fizeram sentir durante toda a década seguinte, até mesmo posteriormente por algumas das mais sinistras dentre elas (a ascensão de Hitler é uma dessas).

A crise dos anos 30, teria ela constituído, em um primeiro momento, um golpe para o mundo ocidental, para em seguida favorecer a libertação da África? Teria ela sido uma catástrofe para o capitalismo ocidental mas, posteriormente, um benefício para as colônias? Se assim for, quais seriam os termos exatos desta equação? De que modo a Europa se teria ulteriormente humanizado? Sob quais circunstâncias a África teria ela se tornado mais pan-africana? Algumas dentre essas questões serão esclarecidas nos capítulos a elas consagrados.

Mas, se cada grande crise mundial é, por definição, também uma crise para a África, teríamos nós chegado a um estádio tal que toda grande crise africana seria, desde logo, igualmente mundial? É fato que no transcorrer do período abordado no presente volume, toda convulsão violenta advinda à África tende a adquirir um caráter mais amplamente internacional. Nós analisaremos com detalhes, nos capítulos pertinentes, a globalização da crise no Congo-Léopoldville, no início dos anos 60, acontecimentos marcados pela morte violenta de seus principais protagonistas políticos, Patrice Lumumba e Dag Hammarskjöld. Cerca de vinte anos mais tarde, a crise no Chade teve uma internacionalização crescente, implicando numerosos países nos planos diplomático ou militar. Seria também preciso relembrar as guerras de libertação na África Meridional, todas caracterizadas por um forte componente internacional. É evidente que a África participa pouco ou não de forma relevante em todos os grandes acontecimentos mundiais, e o resto do mundo participa um pouco apenas de todo drama tipicamente africano.

A Guerra de Suez, em 1956, apresenta maior dificuldade à classificação. Seria esse um conflito de envergadura mundial que tomou o solo africano como palco de operações? Ou antes, um conflito africano que se globalizou? Nacionalizando o Canal de Suez, Gamal ´Abd al-Nasser, pôs em ação no norte as forças das potências imperiais e, no sul, as forças da libertação. A crise de Suez aparecerá

neste volume como um dos mais marcantes casos nos quais o mundo e o destino da África estiveram ligados.

Se neste volume damos uma atenção toda especial à internacionalização da Guerra de Suez, em 1956, bem como à internacionalização da crise no Congo, de 1960 a 1965, também diremos, a propósito da guerra civil da Nigéria, tratar-se de um conflito globalizado em igual graduação, ainda que de modo distinto.

A guerra de Biafra constituiu-se perfeitamente em "uma guerra mundial em miniatura", salvo pela não intervenção do fator nuclear. O apoio dado pela França a Biafra era contrabalanceado pelo apoio dos britânicos à Nigéria federal; a ajuda material oferecida por Israel a Biafra tinha como contrapartida a presença dos pilotos cedidos pelo Egito à aviação federal; e o apoio da África do Sul e dos rodesianos brancos a Biafra opunha-se à atitude da Organização pela Unidade Africana, favorável à manutenção da integridade territorial da Nigéria. Até mesmo os chineses intervieram em favor de Biafra para contrabalançar o apoio dado pelos soviéticos à Nigéria. Com efeito, o reforço da intervenção soviética em favor do campo federal nigeriano coincidiu com a intervenção soviética na Tchecoslováquia em prol da manutenção da coalizão do bloco socialista. O "segundo mundo" do socialismo e o terceiro mundo do subdesenvolvimento estavam ambos solidamente contidos na doutrina brejneviana do internacionalismo proletário.

Num primeiro momento, o governo tcheco obedeceu a Moscou, que lhe prescrevia fornecer caças de reação Dauphin e outros armamentos aos nigerianos. Mas, o regime liberal de Dubcek proibiu, em maio de 1968, toda venda de armamentos à Nigéria. Três meses mais tarde, as forças do Pacto de Varsóvia invadiam a Tchecoslováquia e a interdição da venda dos Dauphin ao campo federal fora extinta.

Nem a invasão do Centro-Oeste por Ojukwu nem tampouco o contra-ataque da Nigéria federal constituíram as motivações para a escalada do apoio soviético à Nigéria. Aos olhos dos russos, a defesa do socialismo no "segundo mundo" estava, desde logo, indissociavelmente ligada à defesa da unidade nacional no terceiro mundo, do Vietnã até a Nigéria.

Entretanto, ainda que a guerra civil na Nigéria tenha podido configurar uma "guerra mundial em miniatura", nós sabemos que sua última fronteira foi o aeródromo de Uli.

Há que se lembrar que houve um tempo em que o sol jamais se punha sobre o Império britânico, espalhado por todos os fusos horários do planeta. Mas Biafra, apesar do sol nascente de sua bandeira, foi uma república sobre a qual o sol não se levantava jamais verdadeiramente, uma república que morreu antes da aurora

de sua existência, apesar do aeródromo de Uli e das implicações internacionais do conflito. Sua história demonstrou que a África estava incorporada ao mundo mais vasto das rivalidades planetárias.

Mostrou também que a identidade africana, nascida da humilhação racial e da dominação estrangeira, não podia ser senão frágil e incerta. Sob o choque do colonialismo e do imperialismo, os africanos haviam tomado consciência do fato de representarem uma unidade diante dos opressores ocidentais. Contudo, uma solidariedade africana perene não podia fundar-se somente na experiência comum da exploração. Unir-se contra o opressor estrangeiro, era uma coisa; outra coisa, porém, era unir-se para pôr em marcha o desenvolvimento interno. Os primórdios desse período da história provaram a eficácia dos africanos em se unir para conquistar sua libertação, mas a experiência mostrou posteriormente que eles tinham muita dificuldade para se colocarem como um todo único, com vistas ao desenvolvimento político e econômico. Se examinarmos mais proximamente essa dialética do pan-africanismo de libertação (essencialmente vitorioso) ou do pan-africanismo de integração e de desenvolvimento (ainda, no essencial, um sonho inatingível), constatamos que a dinâmica das relações entre a identidade africana e o desenvolvimento da África situa-se inteiramente, na época considerada, no quadro da política subjacente ao pan-africanismo. Este volume constitui, em parte, uma introdução a esse processo.

O pan-africanismo sujeito a perturbações

Quando nasceu a Organização para a Unidade Africana (OUA), em Adis-Abeba, no mês de maio de 1963, seu posto de maior importância talvez não passava de uma poltrona vazia; o chefe de Estado de maior relevância era um presidente morto. Tratava-se de Sylvanus Olympio, assassinado no Togo no início do mesmo ano. Sua morte violenta anunciava o desenrolar dos acontecimentos posteriores. Ele foi o primeiro chefe de Estado vítima de um assassinato na África pós-colonial e o golpe de Estado que sucedeu o crime foi o primeiro do gênero ao sul do Saara. Este volume tratará dessa sucessão de golpes de Estado. A cena estava montada para uma dramaturgia da independência que seria periodicamente sacudida pela violência e pela morte.

Este volume examinará também o pan-africanismo e seus objetivos: a libertação e a unidade da África, bem como os diferentes métodos adotados para atingir esses objetivos, ilustrados pelas atividades políticas de Nkrumah e Nyerere, que estavam associadas às do grupo moderado da Monróvia e do grupo

radical de Casablanca. Com efeito, expressando em outros termos, uma das clivagens entre pan-africanismo radical e moderado, no início dos anos 60, dizia respeito à escala geográfica da unidade africana. A escola radical tinha uma visão de parâmetros continentais e opunha-se a toda integração sub-regional; a escola moderada, ao contrário, aceitava as experiências que podiam ser feitas em escala sub-regional na construção da unidade africana. Tal era a *clivagem horizontal* do pan-africanismo, um desacordo em relação à extensão geográfica da unidade africana.

Mas havia um outro ponto de divergência, uma *clivagem vertical*, concernente, por sua vez, à profundidade da unidade africana. Seria necessário buscar a integração política imediata e a formação de um país único? Ou antes, caberia aos Estados africanos buscar primeiro formas de unidade mais modestas e mais "superficiais", tais como: a coordenação das relações exteriores em nível diplomático, ou a cooperação econômica, ou ainda laços funcionais em matéria de comunicação e de equipamentos comuns?

Como veremos nos capítulos relativos ao pan-africanismo, a unidade projetada pela OUA, quando da sua criação em 1963 e da sua implantação em Adis-Abeba, permanecia superficial mas, se projetava em escala continental, englobando tanto os Estados árabes quanto os negros. Em 1966 e 1967, respectivamente, dois acontecimentos contribuíram para mudar a natureza da clivagem entre as políticas pan-africanas, radical e moderada. Em fevereiro de 1966, em Gana, Kwame Nkrumah foi destituído por um golpe de estado militar. No ano seguinte, Julius Nyerere proclamou sua própria radicalização, lançando a declaração de Arusha, sobre o tema do *Ujamaa na Kujitegemea* (socialismo e autossuficiência). Desde então, ele começou a aparecer na cena africana como um dos porta-vozes do radicalismo. Dar es-Salaam tornou-se a capital mais plausível de um Estado de primeira ordem, a mais indicada sede para as atividades de libertação da OUA, representadas pelo Comitê de Libertação da África.

Todavia, no momento em que a OUA festejou seu décimo aniversário, em 1973, o radicalismo parecia mesmo estar em declínio. Gamal 'Abd al-Nasser morrera em 1970; Nkrumah, por sua vez, no exílio pouco depois de seu irmão de armas egípcio; Milton Obote fora destituído por Idi Amin; países como o Quênia e a Costa do Marfim tinham evoluído visivelmente para a direita no transcorrer desses dez anos.

Mas, conforme se relatará mais adiante neste volume, a história veio uma vez mais em resgate do radicalismo africano, precisamente no momento em que a OUA entrava em sua segunda década de existência. Deve-se isso a dois acontecimentos repletos de consequências, desencadeados em 1974. Um foi a revolução

etíope, em torno da própria sede da OUA: o segundo país da África Subsaariana, em termos de peso populacional, estava a ponto de voltar-se em direção ao marxismo-leninismo; quarenta anos após ter tornado-se a proa do fascismo italiano, a Etiópia via-se transformada em aliada do comunismo soviético.

O outro acontecimento favorável aos radicais foi o golpe de estado de Lisboa que desferiu o golpe de misericórdia no Império português, em sua própria capital. Muitos capítulos deste volume analisam os meios pelos quais o mais antigo dos impérios europeus na África se desintegrou em muito pouco tempo, abrindo as portas da OUA a novos membros radicais, prontos a tomar parte na ação política dessa organização. A própria questão da independência de Angola consistiu, inclusive, durante certo tempo, um tema de divisão: os "moderados" da África mostravam-se favoráveis a um governo de unidade nacional, reunindo os três movimentos de libertação (MPLA, UNITA e FNLA), ao passo que os "radicais" pleiteavam em favor da instalação de um poder exclusivo da MPLA. Verificar-se-á que a FNLA não era senão um tigre de papel e que a UNITA encontrava-se sustentada pela República Sul-Africana e pelo mundo ocidental. A maioria dos membros da OUA, aqui compreendida a influente Nigéria, amiúde classificada junto aos "moderados", pendeu favoravelmente ao MPLA. E, no seio da OUA, não tardou a aderir às fileiras de esquerda um novo membro radical, Angola.

Cinco anos mais tarde, a independência do Zimbábue viria igualmente a corroborar a esquerda no seio da Organização. Em outros termos, dentre os fatores que, no interior da OUA, desempenharam um papel favorável aos radicais durante os anos 80, figura o simples fato de quase todos os países africanos que alcançaram a sua independência entre 1975 e 1980, terem optado, no plano ideológico, por uma orientação de esquerda: esse foi o caso de todas as antigas colônias portuguesas e do Zimbábue.

Toda autêntica revolução que se produz na África tem amplas possibilidades de estar ideologicamente orientada para a esquerda. A mais marcante dos anos 70 foi a revolução etíope. A própria Somália pende sensivelmente mais para a esquerda do que o fazia nos anos 60. E a Líbia decisivamente se radicalizou com Muammar el-Kadhafi.

Por outro lado, os golpes de estado militares foram de inspiração ideológica diversa. As viradas bruscas que sobrevieram em Gana e em Burquina Fasso, nos anos 80, representaram tentativas de redirecionamento à esquerda, ao passo que a destituição ocorrida em 1984, na Guiné-Conacri, orientou-se rumo à direita.

Em linhas gerais, no curso dos anos 80, a OUA tende um pouco mais à esquerda que em seus primórdios. A repartição dos votos relativos ao estatuto

da República Árabe Sarauí Democrática (RASD) faz aparecer a existência de uma nova coalizão de centro-esquerda, cristalizada desde 1974.

O quê dizer do porvir? Ordinariamente, o futuro não se enquadra na perspectiva conveniente ao trabalho de um historiador. Entretanto, ao darmos à conclusão deste volume o título "Por volta do ano 2000", reconhecemos implicitamente que a história do passado pode servir a avaliar as prováveis tendências futuras. A Namíbia figurará à esquerda da OUA, no momento em que finalmente se torna independente e isso provavelmente por certo tempo. Mas, o radicalismo e as tendências de esquerda constituem, na África Austral, plantas frágeis. Quando um país como Moçambique, um dos que exibem seu radicalismo, põe-se a cooperar com a República Sul-Africana e a escutar as sirenes econômicas de Pretória, isso nos obriga a reconsiderar as ideias que formulamos no que tange aos conceitos relativos a "radical" e a "moderado". Após o declínio político de Charles Njonjo, o Quênia adotou, por um curto lapso de tempo, uma posição mais dura que a de Moçambique com relação à África do Sul. Podemos questionar qual dos países africanos, mesmo a respeito da questão fundamental do *apartheid*, é relativamente mais radical ou qual o é relativamente menos.

Nos anos 60, Nkrumah ensinava a Nyerere, reprovando-o publicamente por ter convidado as tropas britânicas a se ocuparem dos rebeldes tanzanianos. Nos anos 80, o Moçambique marxista empreendia consultas junto às forças militares e econômicas da África do Sul, com vistas a fazer com que entrassem nas fileiras seus próprios rebeldes.

Nkrumah, ter-se-ia revirado em sua tumba nos anos 80? Ou, antes, teria ele compreendido melhor Moçambique do que, em 1964, o fizera Julius Nyerere, quando este pediu assistência militar à Grã-Bretanha?

Talvez nossos ancestrais, em sua insondável sabedoria, pudessem responder a essas perguntas, observando nossas manobras de lá onde eles se encontram. Kwame Nkrumah e Sékou Touré agora juntaram-se a esses ancestrais e assentam-se ao lado de Sylvanus Olympio. Quem disse que "a morte, ela mesma, é uma forma de pan-africanismo"? Talvez ela o seja, com efeito, a forma mais horizontal, de algum modo pan-humana, a grande capaz de equalizar, a derradeira unificadora. Até o momento, os africanos chegaram a atingir um grau de pan-africanização suficiente para obter sua libertação. Mas resta alcançar um grau tal que venha a favorecer o desenvolvimento socioeconômico e a integração política.

O que dizer sobre a pan-africanização das *mulheres*? Onde "o elemento feminino da espécie" se insere na equação africana? É preciso agora abordar o tema da mulher.

A soberania e as mulheres

No capítulo 19, consagrado ao desenvolvimento da literatura africana moderna, faz-se menção especial ao poema de Léopold Sédar Senghor, *Femme nue, femme noire* [Mulher nua, mulher negra]. Nesse poema, a África *é* uma mulher "vestida de tua cor que é vida, de tua forma que é beleza!".

Entretanto, poucos capítulos deste volume se empenham expressamente em descrever em que medida as mulheres da África fizeram a história africana. Geralmente não chamou suficientemente à atenção o papel que desempenharam na luta pela independência. Sendo assim, há historiadores, aliás conscientes do papel das mulheres, que preferem não fazer referência ao sexo dos protagonistas. A maioria dos colaboradores desta obra relata a luta pela independência em termos de povo, preferivelmente a empregar terminologia referente a mulheres ou homens. Infelizmente, ao não mencionar o sexo dos atores, a narrativa conduz o público, em razão de um reflexo cultural precipitado, a presumir tendencialmente que todos os atores foram homens. Falsa hipótese, bem entendido.

A história da soberania, tal como é relatada neste volume, organiza-se em três fases: a fase da luta pela soberania (o combate pela independência); a fase do exercício da soberania (o uso do poder pelo Estado); e a fase da representação da soberania no estrangeiro (a simbólica das relações de Estado a Estado). Esperamos mostrar que as mulheres africanas desempenharam um papel particularmente importante na primeira e na última fases. Como *combatentes*, as mulheres africanas tomaram parte na cruzada pela autonomia do continente. Na qualidade de *diplomatas*, foram, em seguida, as representantes da soberania que elas haviam ajudado à África adquirir no cenário mundial. Mas, no que concerne à detenção do *poder*, parece que elas se tenham situado na periferia, muito mais que no centro da ação política. Examinemos, passo a passo, cada uma dessas três fases, começando com a luta pela independência.

Embora o *slogan* do nacionalismo africano, no curso das últimas décadas do colonialismo, tenha sido por vezes expresso em termos sexistas – "um homem, uma voz" –, as mulheres africanas não tardaram a aprender a se servir do voto como elemento do processo de libertação. O corpo-a-corpo eleitoral contra o regime de M$^{\underline{or}}$ Muzorewa, no Zimbábue, nos anos 1979-1980, foi em grande parte o feito das mulheres. Se a comunidade dos colonos brancos foi tomada de surpresa pelos resultados da eleição, isso ocorreu, entre outras razões, porque a maior parte dos europeus havia subestimado o ativismo político das mulheres africanas, neste caso de "domésticas" que se visitavam de uma cozinha à outra.

Mais de um quarto de século antes, no Quênia colonial, as mulheres haviam desempenhado um papel diferente. É quase certo que a luta dos "Mau Mau" no Quênia teria fracassado muito mais cedo, se as mulheres kikuyu, meru e embu da província central não tivessem arriscado suas vidas para fazer chegar comida e informações aos homens combatentes nas florestas de Aberdaire.

Durante a guerra de independência da Argélia, aconteceu frequentemente que a sorte de uma operação nacionalista dependesse de uma mulher revolucionária, vestida de véus dos trajes islâmicos tradicionais, capaz de se infiltrar nas linhas inimigas. Se acreditarmos nas narrativas de Frantz Fanon, mulheres muçulmanas dissimuladas sob seus véus figuraram entre os carregadores de granadas que desempenharam papel decisivo em certas fases da guerrilha urbana na Argélia[8].

De maneira geral, as mulheres participaram em maior número na luta de libertação levada a cabo *no interior* dos países africanos em estado de guerra, muito mais que na luta travada *no exílio*. Na África Austral, o fato de levar a luta no próprio interior dos Estados contribuiu para a sua intensificação e esses dois fenômenos foram acompanhados por uma participação mais expressiva das mulheres, pelo menos em papéis auxiliares e às vezes até na linha do fogo. No Zimbábue a força de libertação da ZANU (Zimbabwe African National Union) contava, sem dúvida, com mais mulheres no *front* que a força da ZAPU (Zimbabwe African People's Union).

É mais delicado determinar em que medida as proporções de homens e mulheres nas fileiras da ZANU e da ZAPU são imputáveis às diferenças culturais existentes entre os shona (etnia de Robert Mugabe) e os ndebele (etnia de Joshua Nkomo). A tradição guerreira dos ndebele (ligada à cultura zulu) seria mais puramente masculina que aquela referente aos shona? Essa diferença afetou o comportamento das mulheres e quantas dentre essas tomaram parte, nos dois campos, na luta armada? Este volume não traz respostas, tanto quanto é verdade que a história contemporânea nos apresenta questões mais do que resolve. Mas, ao menos, o tema relativo à tradição guerreira foi tratado nos capítulos 5 e 16. Ao que tudo indica, poderíamos também adiantar uma explicação ideológica para o fato de as mulheres terem sido mais ativas na ZANLA (força da ZANU), que na ZIPRA (força da ZAPU). O movimento de Robert Mugabe estava, com efeito, mais à esquerda que aquele referente à Joshua Nkomo[9].

8 Ver F. FANON, 1963.

9 O autor inspira-se aqui no trabalho feito *in loco* durante uma emissão especial televisiva da BBC, *Searching for the new Zimbabwe* [À procura do novo Zimbábue], BBC Television, 1982.

No chifre da África, as mulheres somalis, islamizadas, foram aparentemente mais sensíveis ao papel da mulher combatente que as mulheres amhara, de religião cristã, fato esse talvez digno de surpresa. Não há, em Mogadíscio, túmulo do soldado desconhecido mas, pode-se encontrar aí uma estátua da guerreira mártir: uma mulher mortalmente ferida que continua a lutar.

Correm lendas, em Mogadíscio, relatando as proezas de Hawa Ismen 'Ali, que se opôs à volta do colonialismo italiano após a Segunda Guerra Mundial e pagou com sua própria vida em 1948. Os somali, povo africano de sensibilidade particularmente poética, cantaram à profusão o martírio de Hawa Ismen 'Ali, constituída em Joana d'Arc de seu país. Ela é o símbolo de um patriotismo sagrado de face feminina[10].

Relativamente ao conjunto do mundo muçulmano, as mulheres somalis são indubitavelmente *mais* "liberadas" que a média. Quando comparadas ao conjunto do mundo cristão, as mulheres etíopes são, talvez, *menos* "liberadas" que a média. Mas, por isso, se pode dizer que em termos absolutos as primeiras seriam mais "liberadas" que as segundas? A questão é mais difícil de apreciar quando recorremos a critérios absolutos. Nas duas sociedades, o grau de participação das mulheres na vida pública é provavelmente da mesma ordem. É possível também que no início dos anos 80 tenha havido mais mulheres somalis em uniforme militar que mulheres etíopes. Em todo caso, parece verossímil que nessa época a Somália tenha estado mais disposta que a Etiópia a convocar soldados dos dois sexos[11].

Na África do Sul, as mulheres tiveram um importante papel na luta contra o racismo. Elas participaram dos movimentos de desobediência civil logo que Mahatma Gandhi, em 1906, começou sua ação nesse sentido em Durban. Houve mulheres entre os mártires de Sharpeville (1960) e de Soweto (1976). Nas primeiras fileiras dentre aqueles que combatiam o *apartheid*, Winnie Mandela carregou a flâmula da resistência, encarnada por seu marido encarcerado durante mais de um quarto de século. Durante trinta e seis anos, Helen Suzman lutou contra o *apartheid* no Parlamento e só deixou a arena em 1989. Numerosos movimentos de mulheres combateram o racismo, do histórico movimento do Black Sash à aliança multirracial WAR (Women Against Repression) que em 1989 entrou em oposição aberta ao presidente F. W. De Klerk.

10 Ver igualmente o capítulo 6 do presente volume.

11 O autor inspira-se aqui no trabalho realizado *in loco* para a preparação de um seriado televisivo da BBC/PBS, 1986.

É necessário distinguir claramente essas ações daquelas representadas pelas mulheres em armas do ANC (African National Congress) e do PAC (Pan-African Congress), que tiveram precedentes no seio da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) na época da luta contra os portugueses.

Em Angola, no regime colonial, as mulheres desempenharam papéis sensivelmente diferentes de acordo com o movimento de libertação a que pertenciam – MPLA, FNLA e UNITA[12]. O MPLA era ao mesmo tempo o movimento mais multirracial e aquele cujos batalhões eram mais mistos. Seu marxismo-leninismo e seu caráter multirracial favoreceram a participação das mulheres nos combates.

O FNLA era, sob alguns aspectos, o mais anacrônico dos três movimentos. Ele se servia dos laços de matrimônio para forjar alianças militares, começando pelos próprios laços familiares de Roberto Holden com a *entourage* do presidente Mobutu Sese Seko e os Bakongo.

Jonas Savimbi encontrava-se mais à esquerda na época da luta contra os portugueses do que depois da independência de Angola. Em outros termos, Savimbi e a UNITA voltaram-se para a direita quando seu inimigo deixou de ser o imperialismo português para tornar-se o MPLA, sustentado pela URSS e por Cuba. Provocando uma dependência em relação à África do Sul, essa virada à direita tomou um caráter perigosamente reacionário. Savimbi tornou-se praticamente um aliado do *apartheid*.

Entretanto, por uma curiosa ironia do destino, quanto mais Savimbi se orientava politicamente à direita, mais era progressista com as mulheres e mais lhes confiava responsabilidades. A Angola pós-colonial, reduzindo as possibilidades de Savimbi em ganhar aliados *masculinos* nos grupos étnicos distantes, tornava-o mais dependente do apoio dos membros – homens e mulheres – de sua própria etnia, os ovimbundu. A concentração étnica que caracterizava seus partidários levava a uma abordagem mais mista do combate. Também seu novo estatuto internacional talvez explique a razão pela qual Savimbi se tenha mostrado mais progressista com as mulheres. Seja como for, após a independência, a UNITA nomeou mais mulheres para postos de responsabilidade que anteriormente.

No final das contas, entretanto, as mulheres foram em Angola, como alhures na África, as heroínas desconhecidas da luta pela liberdade e contribuíram para o sucesso da empreitada muito mais que o geralmente se tem destacado.

12 MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola); FNLA (Frente Nacional para a Libertação de Angola); UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola).

No curso desse período da história, a luta pela liberdade foi, em si, uma experiência libertadora e, antes mesmo do momento da independência, sua meta oficial. Quisemos mostrar que, nesse combate pela soberania, as mulheres foram, à sua maneira, *guerreiras*. Retornemos agora ao outro elemento da equação, o momento em que, adquirida a soberania, algumas mulheres se tornaram a *voz* da África no cenário internacional.

Não esqueçamos que, por exemplo, Uganda nomeou uma mulher para o ministério das relações exteriores antes mesmo da maior parte dos países ocidentais, inclusive os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França, nos quais nunca se havia confiado esse cargo a uma mulher, na época em que aquela que havia sido Elizabeth de Toro, Elizabeth Bagaya Nyabongo, se tornara a voz de Uganda no concerto das nações. Não esqueçamos, tampouco, que quando a liberiana Angie E. Brooks foi eleita presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1969, nenhuma mulher ocidental tivera ainda ascendido a uma tão elevada função no seio do sistema das Nações Unidas[13].

Nos anos 70 e 80, houve em Paris mais mulheres oficialmente encarregadas de representar a África que embaixadoras de qualquer outra região externa à Europa. Dentre os países africanos que contavam com influentes diplomatas no cargo em Paris, nos anos 80, podemos citar: Gana, Libéria, República Unida da Tanzânia, Serra Leoa e Uganda. Elizabeth Bagaya Nyabongo, antes ministra das relações exteriores, teria sido inclusive a segunda mulher embaixadora de Uganda na França, durante a presidência de Yoweri Museveni, se ela não tivesse solicitado sua demissão do corpo diplomático em 1988. Nós retomaremos esse tema no capítulo 30.

O Congresso Nacional Africano (CNA), da África do Sul, também foi representado na França por uma mulher, Dulcie September. Ela também representava a organização junto à UNESCO, da Suíça e de Luxemburgo, até o dia em que ela pagou com sua vida pelo seu patriotismo, pois foi misteriosamente assassinada em 1988, na cidade de Paris.

Em tais circunstâncias, o poema de Léopold Sédar Senghor, que opera a fusão da africanidade e da feminilidade, toma ares particularmente contundentes. A mártir sul-africana de Paris tornou-se um símbolo de coragem para todo continente. O fato de ela ter nascido precisamente em 1935 faz de sua vida uma perfeita ilustração do período da história de que trata este volume.

13 Nós falaremos novamente da embaixadora Brooks e de sua obra no capítulo 30.

Em certo sentido, porém, a mártir Dulcie September põe também em evidência a luta da África para reumanizar "o homem branco". Ela sacrificou sua vida nessa cruzada. Trata-se desse tema, relativo à reumanização dos europeus pela África, à qual precisamos agora retornar.

A África libertadora da Europa

A historiografia moderna tende a ver na África um continente passivo, um receptáculo de influências, bem mais que uma fonte. Alguns não temeram ofender simultaneamente as mulheres e a África, chegando ao ponto até de denominar esta última como "o continente-mulher", em alusão a uma suposta passividade e penetrabilidade. Estava-se aqui longe da feminilização positiva da África proposta por Senghor.

Ora, um acontecimento que um historiador pode considerar como revelador da subordinação da África à influência do mundo exterior, também, num outro ponto de vista, pode ser enfocado como um exemplo do impacto da África sobre esse mundo exterior. Quanto a nós, buscaremos no presente volume mostrar a África enquanto continente *ativo*.

As últimas décadas viram afirmar-se o papel da África no âmbito da redefinição ética do racismo no seio do sistema mundial. Mais que qualquer outra região do mundo, a África contribuiu no sentido de fazer do racismo, que assolava tal ou qual país, uma questão de consciência internacional. Sob a pressão dos Estados africanos, tornou-se cada vez menos possível, para a República Sul-Africana, pretender que o *apartheid* fosse uma questão pertencente ao seu sistema jurídico nacional. Mostraremos, neste volume, como se internacionalizou a luta contra o racismo institucionalizado, sob a pressão em massa exercida pelos dirigentes africanos antes da independência e, posteriormente, pelos Estados da África pós-colonial. As pessoas de ascendência africana, que viviam nos Estados Unidos, não tardaram nem um pouco em engajar-se nessa luta: veremos, nos capítulos pertinentes, como também esses afro-americanos desempenharam um papel ativo para desencadear a transformação das relações raciais no continente americano.

Surgirá também, no decorrer do presente volume, a contribuição decisiva da África na retirada da legitimidade do colonialismo, aos olhos da consciência moral internacional e, cada vez mais, aos olhos do direito das nações. Durante séculos, a arte de governar e a história diplomática dos Estados europeus justificaram que uma potência europeia colonizasse e submetesse às suas leis uma sociedade não

ocidental. Na África, na Ásia e nas duas Américas, milhões de homens tombaram assim sob o golpe da "soberania" europeia, que o direito internacional reconhecia e legitimava. Afinal de contas, o próprio direito internacional não era filho da história diplomática e da arte de governar dos Estados europeus? Ele não podia senão estar impregnado das presunções e dos preconceitos dos europeus, bem como de seus valores e normas. Foram necessárias as lutas conjuntas dos povos africanos e asiáticos, para que fossem postas em questão estas premissas arrogantes e etnocêntricas do direito internacional. Se era injusto que a Alemanha de Hitler ocupasse a Polônia ou a Bélgica, como se poderia justificar a ocupação do vale do Nilo pela Grã-Bretanha de Disraeli? A África e a Ásia provocaram a revisão das regras internacionais de conduta, fato ocorrido na segunda metade do século XX. O Ocidente foi incitado a reumanizar-se.

Veremos ainda neste volume que as lutas da África tiveram repercussões bem mais amplas sobre nossa época. No momento em que a Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina combatia pela independência, o desafio não apenas o futuro da Argélia. Tratava-se também do futuro da Europa. A IVª República francesa foi posta diante de uma dura prova pelo conflito argelino. Em 1958, a França encontrava-se à beira de uma guerra civil. A IVª República logo desabaria, sob a pressão das forças a que estava submetida. Um só homem, Charles De Gaulle, poderia salvar a França de um conflito nacional generalizado. Ele voltou ao poder em Paris, exigiu uma nova constituição, e foi assim que surgiu a Vª República francesa. A história posterior da França teria sido totalmente diferente se a guerra da Argélia não tivesse solapado a IVª República e catapultado novamente o general De Gaulle à cabeça do poder político.

Além do mais, uma França forte, governada por De Gaulle, revelou-se, um fator vital para o futuro da Comunidade Econômica Europeia (CEE), em seus primeiros anos: De Gaulle presidiu os eventos desse período de formação do Mercado Comum Europeu. A visão que ele tinha da grandeza da França provocou também uma redefinição do papel desse país no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e a supressão das bases militares dos Estados Unidos estabelecidas na França. Paris decidiu estar *politicamente* integrada à Aliança Atlântica, ao invés de permanecer membro de pleno direito de sua própria organização *militar*.

Todas essas mudanças, de cabal importância, intervieram na história do mundo ocidental e tiveram como elemento catalisador o combate travado pelos nacionalistas argelinos em prol da libertação de seu país. Enquanto esses combatentes africanos se dedicavam a transformar o destino de seu próprio país, eles também mudavam, sem talvez se darem conta naquele momento, o curso da história do

FIGURA 1.3 Em 11 de dezembro de 1960, no bairro de Salembier, em Alger, jovens manifestantes levantam pela primeira vez a bandeira verde e branca da Frente de Libertação Nacional (FLN). (Foto: Magnum, Paris.)

mundo ocidental. São traços positivos dessa ordem que vão delinear a perspectiva deste volume.

Os nacionalistas africanos das colônias portuguesas de Angola, de Moçambique, da Guiné-Bissau, das ilhas do Cabo Verde e das ilhas de São Tomé e Príncipe, estavam também chamados a modificar o curso da própria história de Portugal. Essas são as tensões criadas pelas guerras anticoloniais que se desenrolavam nessas dependências portuguesas, desembocando, finalmente, no golpe militar de Estado ocorrido em abril de 1974 em Portugal, com o qual teve fim a era do fascismo na história moderna de Portugal. Os nacionalistas africanos de Angola, de Moçambique e da Guiné-Bissau contribuíram para o surgimento da democracia em Portugal, bem como para a modernização política do país. A cultura política portuguesa saiu reumanizada.

No caso relativo ao impacto da Argélia sobre a história da França, é instrutivo relembrar a atitude adotada por Karl Marx e Friedrich Engels ante a consolidação, pela França, de sua influência sobre a Argélia nos anos 40 do século XIX. Esses dois pensadores europeus consideravam a colonização francesa da Argélia como sendo, em grande medida, um processo civilizatório. Assim falava Engels: "...a conquista da Argélia já forçou os *beys* de Túnis e de Trípoli, e inclusive o imperador do Marrocos, a se engajarem na via da civilização [...]. E, sobretudo, o burguês moderno – com a civilização, a indústria e as luzes, pelo menos relativas, de que está cercado – será preferível ao senhor feudal ou ao bandido salteador, bem como ao bárbaro estado social ao qual pertencem[14]."

Se os franceses, em meados do século XIX, contribuíram para encetar o processo de "*modernização*" da Argélia, os argelinos, em meados do século XX, desencadearam, por sua vez, o processo de estabilização da França. Uma antiga dívida foi acertada no momento em que a Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina, origem do desaparecimento da IVª República francesa e de sua instabilidade, contribuiu para o surgimento de uma Vª República de contornos mais sólidos. Destituída de seu império, a França foi reumanizada.

A fase seguinte, para a África em seu conjunto, consiste em subtrair-se à influência do neocolonialismo ocidental. Cabe-lhe, para isso, reduzir o poder sobre ela exercido pelo mundo ocidental e aumentar seu próprio poder sobre esse mesmo mundo ocidental. Alguns dos capítulos consagrados neste volume à economia, esforçar-se-ão para expor claramente essa estratégia de contrapoder.

14 F. ENGELS, 1849. Ver também A. A. MAZRUI, 1986, capítulo 15.

Na África Ocidental, o rival mais natural da Nigéria não é a Líbia mas, a França. A Nigéria é, de longe, o maior país da região; com cem milhões de habitantes em 1980, sua população ultrapassa aquela do conjunto nos territórios da antiga África-Ocidental Francesa (AOF). Ela deveria naturalmente tomar a vanguarda na África Ocidental. Ademais, uma influência imensa continua aí a ser exercida por funcionários e homens de negócios vindos da França.

A análise da questão relativa à dependência, desenvolvida no presente volume, mostra a necessidade de a África Ocidental reduzir a influência financeira e econômica francesas, pondo um freio à penetração ininterrupta da França em suas antigas colônias, nos planos cultural e educacional. A longo prazo, a Nigéria deverá encabeçar o movimento de descolonização de sua própria região.

A França provavelmente reconheceu na Nigéria um futuro rival em sua zona de influência na África Ocidental. Ela tentou sustentar a secessão de Biafra, durante a guerra civil nigeriana, de 1967 a 1970, numa fútil tentativa com vistas a provocar a desagregação da Nigéria. Tendo enfim essa tentativa fracassado, a França lançou-se em um projeto de penetração de maior envergadura nesse país, impulsionando investimentos econômicos e projetos conjuntos empreendidos com a própria Nigéria. Tornar a Nigéria tributária é para a França uma maneira de neutralizar um potencial rival. Nos anos 80, a Nigéria ainda não tomara consciência plena do desafio desse jogo.

A Grã-Bretanha apresentava-se com menor rivalidade perante à Nigéria, na África Ocidental, especialmente porque lá investira menos capital que a França, empregara muito menor quantidade de pessoal britânico e tampouco enviara qualquer tropa a suas antigas colônias. Não existia, aliás, nenhuma ligação entre a libra esterlina e qualquer uma dentre as moedas das antigas colônias britânicas, ao passo que a *Banque de France* por muito tempo manteve o franco CFA nas ex-colônias francesas. A influência francesa na antiga AOF ultrapassava, portanto, em larga escala aquela referente aos britânicos, quer seja em Gana ou na Serra Leoa, sem falar da Nigéria. A questão colocada, relativamente aos anos 90, consiste em saber se a França se desengajará da África, para passar a interessar-se preferencialmente pela recém-transformada Europa Oriental e por uma Comunidade Europeia cuja integração será reforçada após 1992, o que permitiria à Nigéria exercer mais facilmente, no futuro, sua influência na África Ocidental.

Se levarmos em conta dados relativos às riquezas minerais e ao potencial industrial, identificados neste volume, podemos estimar que a África do Sul, governada pelos negros, será muito provavelmente, como potência, o segundo grande polo da África no século XXI. Após a provável guerra racial e o inevitável desmantelamento do *apartheid*, os sul-africanos negros tomarão posse dos direitos a eles natural-

mente pertencentes. Eles herdarão recursos minerais de um dos mais ricos países do mundo, recursos indispensáveis ao bem-estar econômico do mundo ocidental.

Os sul-africanos também herdarão uma das economias mais industrializadas da África, criada graças ao seu próprio trabalho e ao recurso da técnica ocidental. Eles herdarão, por fim, uma infraestrutura nuclear e tornar-se-ão a primeira potência nuclear do mundo negro. Podemos, portanto, presumir que os sul--africanos negros, que provavelmente foram os mais desfavorecidos do século XX, estarão junto aos mais privilegiados do século XXI, os "intocáveis negros" de hoje transformando-se nos "brâmanes negros" do futuro.

Um grande romancista branco Charles Dickens, já escrevera em outros tempos: "...imaginem uma longa corrente de fio ou de ouro, de espinhos ou de flores que nunca vos teria ligado, se, num dia qualquer mas memorável, o primeiro anel não se tivesse formado[15]."

A África gemeu, desde há muito tempo, sob as correntes de ferro. Poderiam em breve suas correntes transformar-se em colares dourados? Esse continente conhece, há muito tempo, a queimação dos espinhos. Seria possível que o destino lhe reservasse, em um futuro próximo, as grinaldas de flores? Este volume oferece dados que deverão permitir avaliar essas probabilidades.

O brilho do ouro da África do Sul não deve seduzir-nos prematuramente. O esforço histórico consumado para afrouxar a corrente de ferro obteve certo sucesso mas, veremos em capítulos ulteriores que a guerra está longe de ter chegado ao seu fim. A luta continua. O anjo decaído apenas começa a se levantar. O presente volume diz respeito aos derradeiros anos da condenação política da África sob o colonialismo. Ele descreve, outrossim, a aurora da redenção as África. Lá onde a espécie humana conheceu a luz do dia, finalmente a liberdade do homem eclodirá.

No início dessa história da África, ora publicada pela UNESCO, nós vimos um continente dar à luz a espécie humana que povoaria o planeta Terra. No final dessa história, veremos esse mesmo continente mais uma vez oferecer moralmente sua humanidade à espécie que ele engendrou. Os acontecimentos dos anos decorridos desde 1935 produziram nos africanos um traumatismo que os levou a sentir, profundamente e de uma forma totalmente nova, sua própria africanidade. Mas, combatendo para preservar sua dignidade, os africanos igualmente projetaram no resto do mundo uma onda de choque criadora de uma nova apreciação sobre a identidade planetária. Tal é a história contada nesse volume. Deixemo-la agora desenrolar-se.

---

15 C. DICKENS, trad. francesa de 1981, p. 72. Ver também R. SMOLLAN, 1987; D. KILLINGRAY e R. RATHBONE (orgs.), 1986.

SEÇÃO I

A ÁFRICA NA DÉCADA DE CONFLITOS MUNDIAIS 1935-1945

CAPÍTULO 2

O chifre da África e a África setentrional

Tayeb Chenntouf

O chifre da África e a África setentrional são sacudidos no curso dos anos 30 e 40, como outras regiões, pelos dois acontecimentos maiores em que se constituem a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial. Os anos 30 inauguram uma série de crises e mutações, aprofundadas e aceleradas pela guerra. No pós-guerra, novos equilíbrios se estabelecem após consideráveis dificuldades; eles são muito rapidamente ameaçados por movimentos políticos que saem reforçados e mais determinados do conflito. Por volta de meio século mais tarde, concomitantemente à abertura dos arquivos aos historiadores, numerosos trabalhos verteram sobre este passado recente, considerando, a justo título, os anos 1930-1945, como um ponto de inflexão na história contemporânea. Evidentemente, múltiplas questões permanecem sem resposta ou em debate, mas é possível, nos dias atuais, apresentar um balanço ou uma avaliação do estado da questão, sem omitir a sinalização das lacunas existentes nem tampouco dos pontos controversos.

1935-1940, anos de crises econômicas, sociais e políticas

A economia e a sociedade

As economias, doravante sensíveis ao mercado mundial, são afetadas, com decalagens cronológicas, pela reviravolta da conjuntura mundial. A explosão

demográfica e a urbanização, menos dependentes da conjuntura, advêm de evoluções mais lentas e relativamente antigas. As maiores dificuldades surgem em razão das dinâmicas na reviravolta conjuntural no mundo, de seus efeitos inerciais e das dificuldades estritamente endógenas das economias locais.

As economias da África setentrional e do chifre da África, integradas, pelo menos desde a segunda metade do século XIX, às trocas mundiais e que foram, em diferentes graus, modeladas por uma legislação elaborada pelas potências coloniais, essa economias revelam-se sensíveis às flutuações internacionais. Toda variação do comércio mundial repercute nas economias locais em função da importância, por um lado, das trocas externas, as quais perderam seu ímpeto no período entre as guerras, especialmente com as metrópoles e, por outro lado, das produções agrícola e de mineração, elementos-chave das exportações.

O comércio exterior revela diretamente as reviravoltas na conjuntura e a crise das economias francesa, inglesa e italiana. A baixa se reflete tanto nas importações quanto nas exportações, mas as vendas para o exterior resistem melhor pois não concernem senão um pequeno número de produtos, minerais e agrícolas, tradicionalmente exportados para a Europa. Na Argélia, o valor das importações cai pela metade entre 1929 e 1935.

O desmoronamento do comércio exterior tunisiano é consecutivo à crise mineira e agrícola. As exportações diminuem em valor a partir de 1930, mantendo a curva decrescente até 1935. O comércio exterior do Marrocos se enfraquece entre 1929 e 1931 e, em seguida, entra bruscamente em colapso. Em 1936, ele baixa pela metade, comparativamente aos índices de 1926. Ele passa de 3,8 bilhões de francos, em 1926, para 1,932 bilhão de francos em 1936, ou seja, uma baixa em valor de 50%. As flutuações do comércio exterior da Líbia são mais limitadas em razão da sua própria fraqueza. As trocas externas com a Itália ou com outros países europeus são, em 1930, extremamente modestas. O comércio externo líbio passou, contudo, de 482 milhões de liras, em 1925, para 366 milhões de liras em 1934. A diminuição é da ordem de 30%, se ignorada a depreciação monetária[1]. Em razão da exportação praticamente total da produção mineral, a influência do mercado torna-se determinante, qualquer baixa na demanda afeta as produções locais, provocando uma crise no setor de extração mineral. Com efeito, é primeiramente a Tunísia

1 J.-L. MIÈGE, 1968, p. 186.

que conhece essa crise. A cotação do minério de ferro no mercado mundial apresenta uma tendência de queda desde 1928; em 1930, a exportação dos principais produtos da mineração sofre uma queda brutal: de 330 milhões de francos, em 1930, para 100 milhões de francos, em 1932. No Marrocos, a venda de fosfatos diminui em 1931, registrando uma importante queda e caindo de 1,7 milhão de toneladas, em 1930, para 900.000 toneladas. Em seguida estacionária, ela permanece entretanto medíocre. Em 1931 e 1932, todos os centros mineradores, com exceção do situado em Djerada, reduzem as suas atividades; as minas de chumbo e de zinco são fechadas, a extração do manganês continua, mas em baixos índices[2]. O setor minerador conhece igualmente na Argélia uma queda brutal em sua produção. A queda relativa ao minério de ferro é, entre 1929 e 1932, de 75%. A baixa dos fosfatos de cal é, sensivelmente, da mesma importância: a produção que atingira 920.000 toneladas, em 1925, cai para 400.000 toneladas em 1939. Os outros minerais seguem a mesma evolução[3].

Na agricultura, certos produtos agrícolas vivem uma situação assaz próxima daquela dos produtos mineiros, pois que, essencialmente, tanto os primeiros quanto os segundos destinam-se à exportação.

Na Líbia, os raros produtos passíveis de exportação pelos colonos italianos da Tripolitânia sofrem uma crise em sua comercialização, contudo, de incidência restrita a alguns produtos secundários, como os hortifrutícolas.

A agricultura egípcia é atingida pela queda catastrófica do preço do algodão no mercado mundial. Os agricultores que haviam tomado empréstimos para desenvolver a irrigação ou para a compra de bombas são incapazes de saldar suas dívidas. Os pequenos camponeses são expostos à ameaça de perder a sua propriedade. O governo Sidi organiza a estocagem do algodão ás custas do Estado. Em 1931, é criado o Banco de Crédito Agrícola, voltado para os pequenos proprietários. Os sinais de retomada manifestam-se no fim de 1933; eles encorajam o governo a retomar os trabalhos de irrigação e de drenagem.

As culturas argelinas voltadas à exportação (cítricos, algodão, óleo, tabaco) encontram dificuldades em seu comércio, principalmente junto ao mercado francês; as medidas adotadas pelo Parlamento postergam momentaneamente a questão da comercialização do vinho e protegem, por um tempo, a viticultura. Em contrapartida, considerando o papel dos cereais para a agricultura e para a economia como um todo, a queda nos preços alimenta, neste caso, a crise agrá-

2 R. GALISSOT, 1964, p. 56.

3 A. NOUSCHI, 1962, p. 42.

ria. O preço dos cereais está em baixa, de 1930 a 1935, no mercado mundial. As safras agrícolas, entre 1929 e 1939, são muito ruins, com exceção do ano de 1933-1934, as piores colheitas se situam, neste contexto, nos períodos de 1930--1931 e de 1935-1936[4].

Quanto aos produtos mais representativos da agricultura tunisiana (cereais, cítricos e azeite de oliva), um primeiro movimento de baixa configura-se em 1929. A baixa é durável de 1930 a 1935 e, inclusive, além desse período, a queda nos preços é brutal entre 1932 e 1935. O declínio tem caráter generalizado no conjunto dos produtos agrícolas para exportação, apresentando os seus menores índices em 1933. A crise afeta todas as atividades agrícolas e os rendimentos dos agricultores regridem, em todas as regiões, a ponto de ameaçar a situação dos pequenos produtores rurais.

No Marrocos a colonização agrícola mais recente é sacudida pela queda nos preços. O preço do trigo passa de 126,60 francos por quintal (quatro arrobas) para somente 60 francos, entre 1930 e 1933; a cevada cai de 60 francos, em 1930, para 23,20 francos, em 1934. Até as colheitas são ruins, com exceção do ano de 1934. A baixa dos rendimentos dos agricultores foi, entre 1930 e 1933, da ordem de 60%[5].

Em contraste com a produção mineira e agrícola voltadas para exportação, a produção artesanal e industrial não é afetada pela recessão mundial, ao menos não diretamente. Indiretamente, ela acelera uma crise local no Marrocos e em outros países.

Desde então, o artesanato tunisiano está em crise, abalado pela manifestação da recessão mundial que o desorganiza ainda mais: entre 1928 e 1932, as exportações de tecidos em lã recuam 82%, ao passo que a progressão do volume de vestimentas em lã importadas atinge 50%; a queda na exportação de carretéis cônicos (*chéchias*) é contínua de 1932 a 1937 – 82.640 unidades, contra 26.491. Os utensílios em cobre que empregavam, em Túnis, perto de 400 pessoas, não empregariam em 1932 nada além de uma centena de trabalhadores.

A evolução revela-se a mesma no tangente ao artesanato argelino, malgrado as medidas de incentivo adotadas. As atividades industriais originadas a partir da Primeira Guerra Mundial consagram-se a setores derivados da agricultura, (moagem, oleicultura, cervejaria). Em se tratando de indústrias de substituição, destinam-se ao mercado local e empregam 90.000 operários em 1936.

4 Ibid., p. 46.

5 R. GALISSOT, 1964, p. 67.

O significado das crises

A recessão mundial repercute nos setores mais estritamente ligados ao mercado mundial. Ela agrava indiretamente as condições locais da crise em que a evolução das economias locais desempenha um papel determinante. Nos diferentes países, a degradação da situação econômica é notável antes mesmo que se tornem sensíveis as reviravoltas da conjuntura mundial. Da mesma forma, uma melhora conjuntural não se traduz automaticamente em uma evolução positiva e paralela no Egito e no Magreb.

Na Tunísia, quando do desencadeamento da recessão mundial, a conjuntura local agravou-se em razão da seca que tornou catastrófica a safra agrícola nos anos 1935-1936. Em 1939, a economia da Argélia ainda não reencontrara os seus níveis de 1929.

As economias locais são abaladas por uma crise de origens internas. Na realidade, trata-se de várias crises cujos numerosos significados são, para algumas dessas economias, divergentes. A antiguidade da colonização e a amplitude das transformações econômicas permitem distinguir diferentes tipos de crise.

Na Líbia, as dificuldades econômicas são aquelas de uma primeira valorização do setor agrícola. No Marrocos, a crise intervém após uma primeira fase de expansão econômica, marcada inclusive por momentos de euforia. Na Argélia e na Tunísia, a crise corresponde à própria economia colonial cujos fundamentos são solapados. No Egito, em que pese a recessão mundial, os progressos econômicos são importantes e conferem a este país uma evolução absolutamente original.

A Líbia tornou-se colônia italiana em 1916 mas, a administração e o emprego de quadros funcionais foram seriamente limitados até 1931, em razão das diferentes resistências.

A conquista italiana custou ao país importantes perdas, humanas e econômicas. A criação de animais, principal riqueza da Cirenaica, é dizimada; o número de ovinos, caprinos, bovinos, camelos, equinos e asnos, passou de 1.411.800, em 1910, para 978.000, em 1926, e posteriormente, para ínfimos 140.300 em 1933[6]. O país encontra-se, no desenrolar da recessão mundial, despovoado e arruinado. A economia "tradicional" deve, prioritariamente e sobretudo, superar as dificuldades consecutivas à guerra de conquista italiana, em comparação ao que lhe cabe enfrentar no tocante aos efeitos de um mercado mundial, ao qual ela quase não está atrelada.

6 J. DESPOIS, 1935, p. 14.

A colonização agrária de povoamento italiano enfrenta graves problemas. A colonização econômica, praticada de 1911 a 1921, foi abandonada em 1928, em proveito da colonização de povoamento. As leis de 1928 suscitam uma primeira onda de imigração seguida de uma subsequente, lançada pelo próprio Mussolini, a partir de 1938. As concessões agrícolas são destinadas à implantação de camponeses italianos recrutados pelas organizações fascistas. A colonização agrária e de povoamento revelou-se um duplo fracasso, humano e financeiro, da política fascista. As dificuldades das empresas agrícolas na Tripolitânia e na Cirenaica são semelhantes àquelas encontradas durante a colonização agrária na Argélia, na segunda metade do século XIX. Na Líbia, como anteriormente na Argélia, a colonização agrária se choca com três obstáculos: a falta de capitais, a ausência de um amplo mercado e de mão de obra assalariada.

A crise do Marrocos, tardiamente colocado sob protetorado, tem significado distinto. Após uma primeira crise em seu crescimento, nos anos 1924-1925, a expansão retoma o seu fluxo até 1931. Entre este ano e 1936, o comércio exterior diminui e as empresas especulativas são afetadas, particularmente na construção civil, na agricultura e nas minas.

As atividades industriais mantêm-se, não obstante o crescimento industrial se encontre em baixa. Novas atividades se desenvolvem: as indústrias de transformação e os moinhos subsistem; as fábricas de conservas de sardinhas estão em plena expansão; as prospecções petrolíferas alcançam seus objetivos; as manufaturas de tabaco entram em atividade nas cidades de Casablanca e Kenitra; a indústria da crina vegetal continua a prosperar.

Apesar das dificuldades, a atividade econômica não fraqueja e conhece um leve crescimento, embora menor que aquele percebido nos anos 1925-1930. Em seu conjunto, a atividade industrial resiste melhor à crise e se renova[7].

As crises tunisiana e argelina são assaz comparáveis. As dificuldades econômicas não são de uma implantação colonial, em sua primeira fase, mas dizem respeito antes àquelas referentes a economias coloniais em que amplas transformações e períodos de expansão haviam ocorrido.

Na Tunísia, a recessão mundial (1930-1931) atinge uma economia de sub-produção agrícola, situação engendrada pela seca de 1930, seguida por inundações, em dezembro de 1931, no centro e no norte do país. A conjuntura degrada-se desde 1930, com perdas para o conjunto da atividade de criação de animais, no sul do país. A invasão de gafanhotos sucede, quase imedia-

7 R. GALISSOT, 1964, p. 72.

tamente, às inundações; a safra agrícola é ruim em função das geadas e dos ventos violentos.

A Argélia representa o mais complexo exemplo de dificuldades de diversas origens. Tal como na Tunísia, abate-se neste país uma crise de tipo tradicional que afeta, essencialmente, a população argelina. Ela é agravada pela crise do setor colonial, mascarada e adiada pelas medidas adotadas. As consequências da recessão mundial se fazem sentir depois das primeiras dificuldades locais; elas tocam primeiramente o setor colonial.

Embora afetada pela recessão mundial, a economia egípcia faz progressos em duplo domínio. O grupo Misr, em cena desde a aurora da Primeira Guerra Mundial, busca o seu desenvolvimento criando novas sociedades industriais, tais como: a criação de companhias de navegação, em 1932 e 1934, de uma empresa de fiação e tecelagem de fibras de algodão em 1937, na cidade de Kafr al-Dawwar, e de sociedades comerciais, em 1940. A crise de 1929-1933 intensificou o afluxo de capitais para o grupo e permitiu o incremento da sua participação no conjunto da economia egípcia. Ele igualmente se beneficiou com mudanças ocorridas nas legislações, fiscal e aduaneira.

O Egito reencontrou em 1930 a sua autonomia fiscal e o direito de se apropriar das tarifas alfandegárias de todas as importações. Até então, um acordo internacional interditava-lhe a imposição de tarifas aduaneiras. O último acordo comercial com uma potência estrangeira chegara ao seu termo em 1930, quando graças à pressão do grupo Misr e apesar da Grã-Bretanha, uma tarifa aduaneira foi aplicada. A decisão denota um importante ponto de inflexão do desenvolvimento industrial: até a guerra, a atividade têxtil, o setor alimentício e a indústria leve conhecem uma expansão. Dessa forma, a longo prazo, os primórdios da industrialização datam da década de 1930-1940.

No chifre da África, a fraqueza das transformações econômicas ocorridas desde o início do século XX e a insuficiente integração aos circuitos de troca mundial limitam, a exemplo da Líbia, as consequências potenciais da reviravolta na conjuntura mundial. Os exemplos da Etiópia e da Somália apresentam ainda maior nitidez se comparados ao do Sudão.

Neste último país, o desenvolvimento da rede ferroviária e da produção de algodão egípcio sensibiliza a economia diante de qualquer flutuação internacional. No início do século XX, lorde Kitchener construiu uma estrada de ferro estratégica na fronteira norte de Cartum. Essa via férrea atingiu o Mar Vermelho em 1905, onde foi criado o Porto-Sudão, concomitantemente à inauguração da cidade de Atbara, no cruzamento de duas linhas da estrada de ferro. Esta via é levada em seguida até Sennar, atingindo em sua vertente oeste o Kordofan,

em 1911. A partir de 1924, uma nova linha férrea liga, diretamente Sennar ao Porto-Sudão, para tornar acessíveis os oásis onde se cultiva o algodão.

A escolha volta-se para o algodão egípcio de fibras longas cujo cultivo acontece sobretudo em terras não irrigadas. Após a Segunda Guerra Mundial, o Plano Gezira, isto é, a irrigação de toda a parte leste da Gezira através da barragem de Sennar, é colocado em operação. Outras zonas de cultura são criadas, notadamente no Gash, torrente que desce da Etiópia e se perde nas areias do Kassala. Em 1929, uma convenção é assinada com o Egito sobre a partilha das águas do Nilo[8].

A extensão da rede ferroviária e a cultura do algodão fornecem ao Sudão um produto de exportação e permitem uma maior monetarização da sua economia. Nos anos 30, o essencial das exportações é representado pelo algodão. A crise repercute, como no Egito, nas regiões especializadas nesta cultura, atingindo diretamente os produtores. Indiretamente, ela afeta o funcionalismo sudanês formado no Gordon College. Os salários desta categoria foram fortemente reduzidos em 1931, enquanto aqueles dos seus correlatos colegas estrangeiros não sofreram nenhum impacto. Eles recorreram à greve, convocando um congresso que obteve um compromisso dos poderes públicos[9].

Na Etiópia, as trocas externas são mínimas no início do século XX: 8 milhões de thalers para a estrada que vai de Shoa ao Harar, ou seja, 20 milhões de francos-ouro; quanto ao conjunto do país, o comércio exterior não excede 50 milhões de francos. O café, o ouro, o marfim e as peles são os principais produtos de exportação; os tecidos em algodão, as armas e munições figuram no capítulo das importações.

As estradas de ferro do Djibuti, progressivamente construídas desde 1903, atingem Addis-Abeba em 1917. Elas permitem estabelecer a comunicação entre o interior do país e os portos marítimos. Em 1935, facilitam a exportação de 15.000 toneladas de café e 7.000 toneladas em peles. As importações são ainda mais fracas[10]. Por outro lado, a moeda etíope é seriamente afetada pela crise[11].

A explosão demográfica e a urbanização, perceptíveis antes de 1930 nas estatísticas e conhecidas por um punhado de especialistas, comovem menos a opinião pública que a recessão mundial, a qual se apresenta, no imediato, como tema ignorado pelas administrações encarregadas da gestão dos protetorados e

8 COLLECTIF, 1966, p. 472.

9 J. KI-ZERBO, 1972, p. 564.

10 COLLECTIF, 1966, p. 482.

11 J. KI-ZERBO, 1972, p. 462.

das colônias. Elas são o resultado de uma antiga e lenta evolução que pertence, por definição, ao "longo período" e surgem assim como traços estruturais das sociedades após os anos 1930-1945.

O crescimento demográfico[12] toma os ímpetos de uma verdadeira explosão cujos efeitos não se restringem à África setentrional e ao chifre da África. Este fenômeno é notável em outras regiões da África e se opõe à depressão demográfica da Europa.

O antigo regime demográfico prolongou-se tardiamente, mas a sua ruptura, que remonta ao período entreguerras, se manifesta de forma espetacular. Até a metade do século XX, as taxas de mortalidade e de natalidade permanecem elevadas; as grandes fomes e epidemias, apesar de estarem em regressão, ainda não haviam desaparecido. Contudo, os censos demográficos realizados entre as duas grandes guerras traduzem uma evolução divergente das taxas de mortalidade e natalidade: enquanto a primeira encontra-se em baixa, a segunda ainda se situa em níveis elevados. O exemplo do Marrocos ilustra nitidamente a evolução demográfica: enquanto a mortalidade baixou fortemente, a natalidade oscila, por sua vez, entre 380 (média em 1932-1935) e 440 (média em 1941-1945) por 10.000 habitantes[13]. No norte da vizinha Argélia, a taxa de natalidade era avaliada em 38% no período entre 1921 e 1925. Ela passou de 43%, entre 1926 e 1930, para 44%, entre 1931 e 1935, recaindo para 42% entre 1936 e 1940. A taxa de mortalidade baixou de 19,8%, nos idos de 1921-1925, para 16,6%, entre 1936 e 1940[14].

A ruptura do antigo regime demográfico acontece de forma desigual nos diferentes países. A Líbia e o Marrocos estão próximos de uma demografia de antigo regime; o Egito, a Argélia e a Tunísia apresentam, desde então, uma demografia profundamente alterada. País fracamente povoado, a Líbia paga as resistências opostas à conquista italiana em moeda forte: um elevado custo demográfico. Giuseppe Volpe, nomeado governador em agosto de 1921, decide "fazer valer com sangue os direitos da Itália". As maiores perdas humanas acontecem na Cirenaica, onde as operações militares se realizam mais tardiamente. A evolução demográfica consiste antes em uma recuperação das perdas, desembocando na volta aos níveis anteriores a 1916, muito mais que em um verdadeiro crescimento. No Marrocos, verifica-se o mais rápido crescimento do Magreb:

12 Os números dos censos populacionais, todos relativos ao período entre as guerras, constituem um mero valor indicativo.

13 J.-L. MIÈGE, 1966, p. 55.

14 C.-R. AGERON, 1979, vol. 2, p. 471-472.

a taxa de fecundidade é a mais elevada da região. O aumento da população tunisiana (muçulmanos e judeus) atinge 25%, entre 1936 e 1946. Estimada em 2.100.000 indivíduos, em 1926, ela alcança 3.200.000, em 1946[15]. A evolução demográfica verificada na Argélia, desde o fim do século XIX, se define e acentua. Na década de 1880, a população argelina retornou aos níveis anteriores a 1830, com ligeiro crescimento. A reviravolta demográfica, pouco em relevo em 1921, surge nitidamente em 1931. A população passa de 4.923.186 habitantes, em 1921, para 6.201.144, em 1936, isto é, atinge uma taxa de crescimento de 1,53%[16]. A população egípcia passa de 13.222.000 habitantes, em 1920, para 16.887.000, em 1940. O aumento equivale a 3.665.000 pessoas, em outros termos, a um crescimento médio anual da ordem de 183.000 pessoas. Em 1945, a população é estimada em 18.460.000 habitantes[17].

O crescimento demográfico é um dos fatores do crescimento urbano. Em algumas cidades, indivíduos europeus provenientes do setor rural reforçam este crescimento mas, a explosão urbana é, de forma maciça, o resultado do êxodo da população rural. A formação de favelas, logo antes da Segunda Guerra Mundial, materializa na paisagem o afluxo de camponeses para as cidades médias e localidades costeiras.

Numerosos fatores levam os camponeses a se integrarem às cidades em busca de um trabalho ou para viver da caridade e do assistencialismo. As migrações, até então temporárias, se transformam em migrações definitivas com a chegada das famílias e seu estabelecimento nas periferias urbanas. No Marrocos, na Argélia e na Tunísia, as correntes migratórias se prolongam para além-mar, com a chegada, na França, das primeiras ondas de trabalhadores imigrados.

Os movimentos migratórios começam no Marrocos, antes mesmo da instauração do protetorado. A partir de 1931, a crise multiplica as partidas rumo às cidades; elas são particularmente numerosas no transcorrer do ano de 1937 em razão da seca e do tifo. As favelas, no entorno de Casablanca, comportam 85.000 pessoas em 1932; Ben Msir conta no mesmo período com cerca de 3.000 a 3.500 barracos[18]. Novas favelas são formadas em 1935 e no ano de 1936 no entorno de Casablanca.

Os movimentos migratórios na Tunísia e na Argélia são relativamente contemporâneos e as favelas nascem quase simultaneamente nos dois países. O

15 P. SEBAG, 1951, p 151; A. RAYMOND, 1955, p. 44.

16 A. NOUSCHI, 1962, p. 31.

17 F. J. TOMICHE, 1974, p. 14.

18 R. GALISSOT, 1964, p. 73.

crescimento populacional de Túnis é da ordem de 1,04% ao ano, entre 1921 e 1936. Os arrabaldes e o subúrbio crescem nesse interlúdio em ritmo da ordem de 2,61%. A zona rural de Túnis passa de 172.000 habitantes, em 1921, para 219.578, no ano de 1936. A crise agrícola provoca demissões de trabalhadores e gera assim uma massa de desempregados que se abrigam nas favelas. O mesmo fenômeno atinge Bizerte e Sfax[19].

Crescimento urbano de menor rapidez é registrado na Líbia, onde os oásis permanecem como os principais centros econômicos, acompanhados em alguns casos por centros administrativos italianos. A única cidade importante é Trípoli; ela vê sua população aumentar rapidamente, enquanto os centros de colonização apresentam um tamanho muito modesto[20]. No Egito, a cidade do Cairo desfruta do êxodo rural de forma muito mais acentuada que as cidades do delta do Nilo; a capital egípcia passa de 570.000 habitantes, em 1890, para 865.000 habitantes, em 1920, atingindo 1.527.000 pessoas, em 1940[21].

O crescimento urbano sacode mais profundamente a antiga hierarquia existente entre as cidades marroquinas. Casablanca torna-se, entre 1931 e 1936, a cidade mais densamente povoada (275.000 habitantes, em 1936, contra 163.000, em 1931). Marrakesh não progride (190.000 habitantes, em 1936) mas, as cidades que têm uma atividade comercial e industrial, como Rabat, Salé, Fez, Meknès e Kenitra, são os pontos de chegada das correntes migratórias[22]. Na Argélia, a população urbana, estimada em 508.235 indivíduos, em 1926, eleva-se a 722.293 habitantes, em 1936, atingindo em seguida 1.129.482 pessoas, em 1948[23].

No chifre da África, a população do Sudão, avaliada no início do século em 3.000.000 de habitantes, atinge 6.000.000 em 1939[24]. A urbanização mais intensa ocorre na Etiópia, entre 1935 e 1940. Os italianos, após conquistarem o país, tentam valorizá-lo em termos econômicos: setores de colonização são organizados. Importantes recursos financiam a implantação de colonos, a criação de indústrias e sobretudo a construção de modernas estradas e edificações. Adis-Abeba incha e ultrapassa os 100.000 habitantes em 1935[25]. Djibuti, após

19 M. ROUISSI, 1977, p. 85.

20 J. DESPOIS, 1935, pp. 103-104. R. RANEIRO, 1982.

21 P. LÉON, 1978, p. 479.

22 R. GALISSOT, 1964, p. 117.

23 C.-R AGERON, 1979, p. 473.

24 COLLECTIF, 1966, p. 472.

25 Ibid., p. 482.

a construção da estrada de ferro, substitui Zeila na qualidade de mercado para Harar e Shoa, dobrando sua população e passando de 10.000 habitantes, em 1900, para 20.000 pessoas, em 1940, isto é, aproximadamente a metade da população do território. Em 1938, um porto com cais lá é criado; a cidade estende-se, além das salinas, até o oásis de Ambouli[26].

As crises políticas

No domínio político, os diferentes países foram colocados sob controle de potências europeias no século XIX e no início do século XX, com exceção da Etiópia, somente em 1935 integrada neste contexto. Sua evolução política nos anos precedentes à Segunda Guerra Mundial é tão caótica quanto aquela ocorrida nos âmbitos econômico e social. O novo questionamento do estatuto de colônia ou de protetorado se efetua ao longo de uma série de crises políticas que atingem seu ápice nos anos de 1936 e 1937, e às quais a eclosão da Segunda Guerra Mundial põe um termo provisório.

A evolução egípcia e líbia

As evoluções políticas do Egito e da Líbia são das mais contrastantes: o primeiro obtém um substancial relaxamento do controle inglês sobre a sua vida política; quanto ao segundo, ele está integrado ao "território nacional" italiano.

Paralelamente à segunda vaga de imigração dos *Ventimila*[27], a política fascista insiste em integrar a Líbia ao território italiano. Um decreto do Grande Conselho fascista é promulgado: as quatro províncias costeiras de Trípoli, Misurata, Benghazi e Dera, se tornam "parte do território nacional". Os territórios do Saara líbio conservam seu estatuto de colônia. O governo local mantém toda sua autonomia, o governador-geral conserva sob a sua completa e direta autoridade as quatro províncias costeiras, bem como o Saara. No tocante à administração, somente os postos subalternos seriam confiados aos líbios. A "cidadania especial" somente é válida na Líbia quando acordada aos líbios que conhecem a leitura e a escrita. Na prática, a população local se encontra excluída da vida administrativa e política. A única atividade política

26 Ibid., p. 482.

27 *Ventimila*, vinte mil (colonos italianos).

dos líbios acontece no Egito. Em 1923, Idris se refugiou neste país onde se formou uma pequena colônia de líbios. Estes últimos se dedicam, com o apoio dos britânicos, a uma propaganda anti-italiana.

Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, a vida política egípcia está dominada pelo complexo jogo entre a monarquia, o representante da Grã-Bretanha e partidos políticos, especialmente o Wafd. A inquietação da Grã-Bretanha diante da propaganda dos italianos no Egito, bem como perante a ação desses últimos na Líbia e na Etiópia, justifica a assinatura do tratado de 1936 e a conclusão dos acordos de Montreux, em 1937.

As cláusulas essenciais do tratado, assinado na cidade de Londres, em 26 de agosto de 1936, podem assim ser resumidas: o Egito cuja independência fora reafirmada, assina uma aliança com a Grã-Bretanha; esta última se engaja a defender o Egito contra qualquer agressão e, em caso de guerra, o Egito se compromete a oferecer à Grã-Bretanha todas as facilidades em seu território. A ocupação está terminada e os embaixadores devem ser substituídos. A Grã-Bretanha assume o compromisso de defender o Egito em sua intenção de suprimir as capitulações e em relação ao seu objetivo: entrar na Sociedade das Nações (SDN). Nenhum limite é imposto à importância do exército egípcio, autorizado a estacionar no Sudão.

O tratado não tem limite temporal mas é passível de revisão após vinte anos. Ele representa um progresso se comparado ao ato unilateral de 1929, sem contudo inaugurar para o país a era de uma verdadeira independência. As concessões britânicas são, com efeito, menores e totalmente formais. A segurança das vias de comunicação com o Império britânico é assegurada pela permanência de tropas inglesas, limitadas a 10.000 soldados que devem evacuar o país para se fixar na zona do canal. As tropas inglesas estão autorizadas a ocupar todo o território em caso de tensão internacional ou guerra. O *status quo* é mantido no Sudão.

Como estabelecido em 1936 com o apoio de Londres, a conferência de Montreux, ocorrida em abril de 1937, abole as capitulações e os tribunais mistos deveriam desaparecer progressivamente no prazo de doze anos. Dessa forma, se coloca um ponto final no regime preferencial do qual gozavam as potências capitulares junto aos tribunais consulares, bem como, após um período transitório, aos tribunais mistos. Todas as atribuições dos tribunais, consulares e mistos, seriam desde logo transmitidas aos tribunais nacionais (antigos tribunais locais), controlados por uma corte de cassação (a partir de 1930) e um tribunal administrativo ou conselho de Estado (1946). Em contrapartida, o estatuto pessoal dos egípcios continua a depender dos tribunais religiosos. A abolição das

capitulações torna o Egito mestre da sua legislação financeira: em 1940, acordos bilaterais assinados com a Grã-Bretanha e em seguida com a França impõem um fim ao sistema da Caixa da Dívida. A assinatura de um acordo similar com a Itália tornar-se-ia supérflua em razão da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

A despeito do insuficiente volume das concessões britânicas quanto ao tratado de 1936, a sua assinatura e a retirada das tropas britânicas da zona do canal configuram o triunfo do Wafd e de Nahhas Pasha. Dominante na vida política egípcia desde 1924, o Wafd aspira exercer a plenitude do poder, apesar das suas múltiplas cisões e da partida dos nacionalistas mais radicais a partir de 1930. Nahhas Pasha teve, pela primeira vez, a possibilidade de governar por um tempo razoável, tendo o Wafd permanecido no poder até o fim de 1937. O rei Faruq desfruta, nos primórdios da sua ascensão ao trono, de uma grande popularidade. Aspirando desempenhar papel político idêntico ao de seu pai, ele destitui Nahhas Pasha e dissolve a Câmara. As eleições de 1938 são uma grave derrota para o Wafd, enfraquecido pelas suas divisões internas e pelas críticas suscitadas em razão da sua passagem pelo governo.

A crise das relações franco-magrebinas

Em relação aos três países do Magreb clássico (Argélia, Marrocos e Tunísia), a chegada ao poder da Frente Popular abre a perspectiva de redefinição das relações com a França. A esta tomada de poder, rapidamente se sucedem desilusões e a repressão, após a queda do governo da Frente Popular. Com efeito, durante a década de 1930-1940, as relações franco-magrebinas conhecem a sua primeira crise de contornos mais sérios.

O Comitê de Ação marroquino (*al-Kutla al-'Amal al-Watani*) implantado em 1933 redige um plano de reformas, criticando sem concessões os abusos derivados do regime de protetorado e tenta, em sua segunda fase, uma formulação doutrinária coerente em torno do princípio da inalienabilidade da soberania nacional, simbolizada pelo sultão Mohammed V. A residência rejeita reivindicações julgadas incompatíveis com a presença francesa no Marrocos, circunscrevendo-se, tardiamente, a aplicar aquelas por ela consideradas menores. A constituição do governo da Frente Popular, bem acolhida pelos nacionalistas, permite relançar as reivindicações através do envio de uma delegação à Paris e pelo recurso a ações de massa. O ano de 1937 é marcado por uma agitação generalizada (Meknès, Marrakesh e Khemisset) e severamente reprimida. Após a *débâcle* do governo Blum, a repressão se agrava com a dissolução do Comitê de

Ação marroquino (18 de março de 1937). No fim do ano o nacionalismo é decapitado. Ele se radicalizou progressivamente, conhecendo cisões que deram luz a debates internos e o sacudiram. Al-Wazzame, em disputa com 'Allal al-Fasi, cria um novo partido: o Movimento Nacionalista (al-Haraka al-Kawmiyya); a tendência política ainda encabeçada por 'Allal al-Fasi se transforma no Partido Nacional das Reformas (al-Hijb al-Watani li-tahkik al-Matalib). Ao norte, uma cisão idêntica gera o nascimento do Partido das Reformas Nacionais, com 'Abd al-Khlik Tares em sua direção, e do Partido da Unidade Marroquina, dirigido por Mekki al-Nasiri.

Na Tunísia, após um período repressivo, os *destouriens* [relativo ao Partido Socialista da Tunísia, no poder desde a Independência. Derivada da palavra "destour" que significa constituição] apostam grande esperança no sucesso da Frente Popular. A "primeira experiência franco-tunisiana" tem início: Habib Bourguiba apresenta o programa em uma nota remetida a P. Viénot em 28 de agosto de 1936, durante um discurso pronunciado na cidade de Túnis no dia 11 de setembro e em artigos publicados no jornal A Ação Tunisiana.

A viagem de P. Viénot à Tunísia e seu discurso, proferido em 1º de março de 1937, constituem um ponto de inflexão. A essa viagem se sucedem, em 4 de março, incidentes mortais na mina de fosfato de Metlaoui. Indiretamente, o retorno à Tunísia de 'Abd al-'Aziz Ta'albi (5 de julho de 1937) precipita a degradação da situação. No imediato, ele reativa os debates e as lutas entre os *destouriens*. O Destour, partido nascido na aurora da Primeira Guerra Mundial, se fracciona oficialmente no congresso de Ksar Hellal (2 de março de 1934), dando origem ao Velho Destour e ao Néo-Destour em que H. Bourguiba desenvolve uma intensa atividade com vistas a se implantar e difundir o seu programa. Os incidentes se multiplicam até o levante de 9 de abril de 1938. A implantação do estado de sítio em 18 de agosto dá origem a um país onde o Néo-Destour, decapitado, se torna nesse interlúdio o porta-voz do nacionalismo tunisiano.

Com maior intensidade, se comparada com os seus dois países vizinhos, a chegada ao poder da Frente Popular suscita na Argélia grandes esperanças quanto ao atendimento das reivindicações. Os eleitos, os '*ulama*' e os comunistas, inauguram sem a participação da Estrela norte-africana um Congresso Muçulmano (7 de março de 1936) que elabora uma "Carta Reivindicatória do povo muçulmano argelino", contendo uma série de reivindicações em prol da igualdade e em respeito ao estatuto pessoal muçulmano.

O governo de Léon Blun, decidido a responder parcialmente às demandas nacionalistas, elabora um projeto de lei concedendo o direito de voto à elite

argelina, a título pessoal e sem o abandono do estatuto pessoal muçulmano. Entre vinte e vinte e cinco mil pessoas seriam beneficiadas por este projeto, atacado por Messali Hadj em favor da imediata independência. Entretanto, em razão da oposição dos colonos, o projeto não seria examinado pelo Parlamento nem em 1937 e tampouco em 1938, mantendo a sua qualidade de projeto.

A conjuntura criada pela Frente Popular permite aos partidos nacionalistas realizarem pela primeira vez a sua unidade, tanto programática quanto no que se refere à ação. Esta frente única lhes permite a implantação nas cidades e nos campos, sobretudo pela ampla difusão das suas ideias.

A evolução política do Chifre da África

Esta evolução política é dominada pelas disputas anglo-egípcias no Sudão e pela intervenção militar italiana na Etiópia.

A situação política sudanesa se complica em razão da existência, pelo menos formal, do condomínio anglo-britânico. Desde a afirmação do nacionalismo neste país, a questão das relações com o Egito estava na origem das clivagens entre os nacionalistas.

Os levantes de caráter religioso são brutalmente reprimidos. O mais importante ocorre em Wad Halula, na Gezira. Adepto do Mahdi, este movimento pretende continuar a sua luta incentivando um reagrupamento dos seus adeptos. Após o assassinato de duas pessoas, entre elas o delegado do distrito, uma coluna militar coloca rapidamente um fim a esta tentativa. O sucessor do Mahdi é capturado e enforcado.

Paralelamente, o sentimento nacional se difunde nos meios letrados. As sociedades secretas nascentes preconizam, quase em sua totalidade, o fim do condomínio e a independência ou uma união com o Egito. A melhor constituída é a Liga da Bandeira Branca, fundada em 1924 por um oficial, 'Ali 'Abd al-Latif, partidário da liberdade do Sudão e da unidade do vale do Nilo.

Em 1936, o acordo estabelecido entre a Grã-Bretanha e o Egito devolve a este último os seus direitos, perdidos por ocasião das perturbações políticas ocorridas no Sudão e em seu próprio território. Os nacionalistas sudaneses, não consultados, aceitam aquilo que consideram um desafio. Em 1938, é organizado o Congresso Geral dos Diplomados; ele é no seu início uma organização corporativa e filantrópica que visava obter o reconhecimento oficial.

FIGURA 2.1 O avanço das tropas italianas na Abissínia. (Foto: Keystone, Paris.)

A guerra da Etiópia e as suas consequências

A conquista italiana da Etiópia, em 1935, faz desaparecer o último Estado africano independente. Ela tem profundos efeitos junto aos nacionalistas africanos e na comunidade negra americana. No chifre da África, as consequências são diretas e imediatas. A expansão italiana no nordeste da África fora bloqueada, em 1896, pela vitória decisiva do imperador Ménélik, em Adowa. No interlúdio entre as duas grandes guerras os objetivos italianos são reativados pelo fascismo. O tratado de amizade não mascara, senão aparentemente, os seus objetivos coloniais para a Etiópia, adiados até o momento da derrota da Sanusiyya, na Líbia, pelas tropas italianas.

Uma querela de fronteiras em Ogaden, entre a Somália e a Etiópia, serve como pretexto ao fascismo. Escaramuças acontecem em Wal Wal. A Comissão de Arbitragem designada pela SDN fracassa em sua missão. A Grã-Bretanha e a França apoiam a Etiópia, embora não se mostrem dispostas a impedir a agressão italiana. As tropas de Mussolini avançam em estradas já preparadas, a partir de

Adowa, ao norte, e de Mogadíscio, no sudeste. O exército fascista, composto por 400.000 homens e graças à superioridade do seu armamento, se apodera facilmente do Tigré, região comprada pelo rás Gugsa. Após intensos bombardeios que destroem cidades, pequenas localidades e rebanhos, Adis-Abeba sucumbe, em 1936. O imperador foi compelido a se refugiar na Inglaterra.

O império leste-africano da Itália se torna por alguns anos uma realidade. A Etiópia unida à Eritreia e à Somália forma a Africa Orientale Italiana; o rei da Itália assume o título de imperador da Etiópia. A Africa Orientale Italiana compreende os desertos costeiros e os platôs etíopes, totalizando 12 milhões de habitantes. Ela está subdividida em cinco grandes províncias, cada qual com seu governador, o conjunto é dirigido por um vice-rei. Numerosas divisões fascistas mantêm um regime policialesco; operações militares são necessárias no sudoeste onde ocorrem resistências.

A guerra e a paz (1940-1945)

Na maioria dos países, com exceção do Egito, as reivindicações nacionalistas enfrentam nos anos de 1937 e 1938 a intransigência das potências coloniais e a repressão. De 1940 a 1945, a evolução dos diferentes países está ligada aos acontecimentos da guerra. No domínio político, as crises do pré-guerra dão lugar a verdadeiras mutações: nacionalismos mais potentes e reivindicativos se manifestam desde 1943.

Os países em guerra

A Primeira Guerra Mundial aparecera como um conflito entre europeus, desenrolado na Europa. A Segunda Guerra Mundial transforma a África setentrional e o chifre da África em zonas de combate; a mobilização militar afeta muito mais a população; as economias estão orientadas para o esforço de guerra. O fim das operações militares provoca numerosas dificuldades, econômicas e sociais.

A participação no conflito

Entre 1939 e 1945, a evolução das operações militares e a participação, sob múltiplas formas, dos países africanos, estes dois fatores possuem um peso

FIGURA 2.2 A França em combate no deserto da Tripolitânia. (Foto: Archives Documentation française, Paris.)

relativo muito maior sobre os rumos do conflito, comparativamente aos anos 1914-1918.

A superposição é muito estreita entre os diferentes campos de batalha na "Guerra da África", suscitando durante três anos prodigiosos esforços, da fronteira algero-tunisiana até as portas de Alexandria. Para os ingleses, o Egito é um zona estratégica de primeira grandeza, não somente em razão do Canal de Suez mas também em função do seu papel como plataforma de operações para a condução da guerra. Churchill considera necessário defender o Egito como se fossem as regiões de Kent ou Sussex. Uma primeira tentativa italiana, a partir da Líbia e conduzida por Grazianni, é repelida por Wavell em dezembro de 1940. A segunda tentativa, feita pelo Afrikakorps e conduzida por Rommel, é interrompida em al-'Alamein por Montgomery; em 23 de janeiro de 1943, as tropas britânicas entram em Trípoli, enquanto a coluna Leclerc, vinda do Chade, chega pouco após e se agrega à VIII força[28].

28 I. S. EL-HAREIR, 1985.

A Itália, sempre a partir da Líbia, também ameaça a Tunísia. A existência de uma forte minoria italiana e de antigas reivindicações conferem a este país uma posição particular na guerra. O desembarque anglo-americano acelera o desenvolvimento dos projetos alemães na Tunísia. Em 9 de novembro de 1942, uma centena de aviões alemães aterrissam na área de al-'Awina, perto de Túnis, com um corpo de 1.000 homens. Eles invadem Túnis sem aviso prévio na noite do dia 13 para o dia 14 de novembro. A ocupação alemã se estende posteriormente a todos os grandes centros urbanos: Sfax, Sousse e Gabès.

A contra-ofensiva é conduzida pelas tropas aliadas a partir da Argélia onde exércitos anglo-americanos haviam desembarcado, como no Marrocos, em 8 de novembro. A força inglesa inicia imediatamente a campanha da Tunísia, atravessando a fronteira entre a Argélia e a Tunísia. Após uma série de operações, os Aliados passam à ofensiva generalizada em 22 de abril de 1943. Em maio, a entrada dos ingleses em Túnis e dos americanos em Bizerte marcam o fim da campanha da Tunísia.

No chifre da África, desde a sua entrada em estado de beligerância, os italianos instalados na Etiópia ocupam duas cidades sudanesas fronteiriças (Kassala e Gallabat) e a totalidade da Somália britânica, praticamente vazia em tropas.

Em 1941, as tropas britânicas reconquistaram os territórios antes sob controle da Itália. No Tigré, o general Platt, vindo do Sudão, conquista uma vitória em Keren, ao passo que o general Cunninghan, a partir da Somália e vindo do Quênia, chega à Harar e, em seguida, à Adis-Abeba. Os dois exércitos se agrupam em Amba Alaguir onde o duque de Aoste capitula. Em 5 de maio de 1941, Haïlé Sélassié pôde voltar à capital etíope.

Os países da África setentrional e do chifre da África, transformados em campos de batalha, também fornecem soldados às diferentes frentes europeias. Até junho de 1940, a África do Norte fornece sozinha 216.000 homens, entre eles 123.000 argelinos. De 1943 a 1945, 385.000 homens originários da África do Norte (incluindo 290.000 argelinos, tunisianos e marroquinos) participam da liberação da França[29]. O exército africano intervém na liberação da Córsega (setembro–outubro de 1943), na campanha da Itália (atingindo Roma em 15 de junho de 1944) e na campanha da *Provence* (em agosto de 1944), antes de se redirecionar rumo ao norte para se unir ao conjunto do exército francês. No Cairo, onde está refugiado, Idris aprova a formação de batalhões encarregados de promover uma guerrilha no Djabal al-Akhdar tão logo a situação o permitisse.

29 P. LÉON, 1978, p. 557.

A Grã-Bretanha, pleiteando a aplicação do tratado de 1936, não espera uma real ajuda militar do Egito. A ruptura de relações diplomáticas com a Alemanha acontece no momento da declaração de guerra e também se reproduz com a Itália, em 12 de junho de 1940; mas a declaração de guerra contra a Alemanha e o Japão é muito mais tardia (26 de fevereiro de 1945).

No chifre da África se observa, lado a lado com as tropas britânicas, uma notável participação sudanesa na luta pela reconquista da Etiópia. Os refugiados etíopes no Sudão são organizados militarmente pelo general Wingate, sob a denominação de "Gideon Force", unidade que penetra no Gojam.

Paralelamente à mobilização humana, empreende-se uma política econômica de sustentação ao esforço de guerra. Desde o mês de outubro de 1939, a economia marroquina é declarada "economia de guerra". A chegada da guerra provoca uma alta nos preços dos produtos de extração mineral, criando uma relativa prosperidade. As economias, argelina e tunisiana, reforçam igualmente a frente econômica.

O *Middle East Supply Center*, instalado no Cairo no verão de 1941, é encarregado, juntamente com o Escritório Regional de Mobilização de Recursos, de reduzir a dependência da região *vis-à-vis* dos mercados externos, intensificando a produção e reorientando os intercâmbios comerciais. As indústrias locais se encontram em plena atividade, em razão das demandas civis e militares.

Os problemas econômicos da guerra e do pós-guerra

A guerra produz numerosas dificuldades, econômicas e sociais. A desorganização dos transportes repercute no declinante comércio exterior e a disparada dos preços aumenta o custo de vida, incentivando o mercado negro. A demanda induzida pela guerra se encontra na origem de um relativo crescimento industrial cuja durabilidade seria questionada pelo restabelecimento, em 1945, dos fluxos comerciais com a Europa.

A ruptura de relações com a França e com a Inglaterra, juntamente com os esforços militares, contribuem muito mais que no passado para a produção de bens até então importados. O Egito desfruta desta nova conjuntura em maior grau que os outros países. A expansão agrícola dos anos 20 e 30 é interrompida pela guerra, mas a atividade industrial mantém um ritmo elevado e a indústria se diversifica para responder a uma demanda em elevação. O aumento nos efetivos do exército egípcio, de 22.000 homens em 1937 para 45.000 combatentes em 1945 e os salários pagos pelos Aliados aos 20.000 civis, contratados para

construir e manter as instalações militares, aumentam a demanda por produtos manufaturados; os mercados da região estão abertos à produção egípcia. Os investimentos, outrora orientados para a terra e a atividade imobiliária, se voltam para as atividades industriais. O *Middle East Supply Center* desempenha um importante papel neste campo, concedendo assessoria técnica aos dirigentes de empresa ou fornecendo-lhes matérias-primas. A indústria têxtil, alimentar e química; os ramos do vidro, do couro e do cimento; o setor petrolífero e mecânico, todas estas atividades se desenvolvem. Nascem novas indústrias nos setores dos alimentos em conserva, da borracha, da juta, da fabricação de ferramentas e sobretudo da produção farmacêutica e química. A produção industrial aumenta em 38% entre 1939 e 1945[30].

Entretanto, a guerra põe em evidência no Magreb a dependência de todos os setores diante das economias europeias. A Tunísia encontra-se privada das suas fontes de produção de matérias-primas e enfrenta difíceis problemas econômicos. A prioridade é dada em favor do aumento da extração do linhito. Objetivando substituir os produtos franceses, o artesanato é reavivado em todos os setores que haviam sido suplantados antes da guerra pelas importações francesas de roupas, sapatos e artigos cerâmicos. Numerosas empresas são criadas na Argélia desde 1940, com o intuito de substituir as importações, tornadas raras, senão impossíveis. Várias grandes empresas abrem filiais (oficinas e manufaturas): a indústria oleífera Lesieur constrói uma importante refinaria de óleo; perto de Orã, uma fábrica de faiança e outra de vidros são abertas, respectivamente, pelas companhias Niedwiller e Saint-Gobain; a empresa de cimento Ciments Lafarge aumenta sua usina argelina (Pointe-Pescade) e monta uma segunda unidade na região de Orã (Saint-Lucien)[31]. A economia marroquina é submetida aos mesmos esforços empreendidos em prol da produção local para enfrentar a queda das exportações. Os investimentos industriais, entre 1940 e 1945, atingem o mesmo volume alcançado durante os vinte e sete anos precedentes; no curso dos anos 1939-1945, 53% dos capitais se orientam para as atividades industriais, visando desenvolver aquelas já existentes ou criar novos processos. As indústrias Gouin, de óleo e sabão, inauguram uma segunda fábrica de óleo, enquanto a sociedade Lesieur implanta-se em fevereiro de 1942[32].

O restabelecimento da paz recoloca em questão a industrialização por substituição e impõe um freio ao crescimento industrial. A situação econômica e social

30 S. RADWAN, 1981, p. 193.

31 A. NOUSCHI, 1962, p. 102.

32 R. GALISSOT, 1964, pp. 217-218.

é agravada pela desmobilização, pela interrupção das indústrias de guerra e por uma conjuntura agrícola desfavorável. A conjuntura econômica é atingida por profundas modificações com o fim das hostilidades. Todos os países conhecem uma forte alta dos preços, enquanto os exércitos francês e britânico demitem os operários que eles haviam empregado durante a guerra. O desemprego e o subemprego se alastram.

Os mais urgentes problemas egípcios são parcialmente mascarados pela votação de créditos destinados a ajudar os operários públicos e aqueles então demitidos pela administração militar. Os problemas mais importantes são submetidos ao exame das comissões e comitês interministeriais criados em grande número em 1945 e 1946. Um Conselho Superior do Trabalho reúne-se pela primeira vez em 23 de março de 1945, visando elaborar um código trabalhista. Com o intuito de eliminar o desemprego, um plano quinquenal de grandes obras obtém um crédito de 25 milhões de libras em 1945, para financiar: a construção de estradas, a abertura de canais de irrigação, a execução de drenagens em pântanos, o abastecimento em água potável das cidades do interior e a construção de escolas e hospitais. Mais de meio-milhão de *faddan* (1 *faddan* = 0,56 hectare) de terras estatais são destinados aos agricultores, em condições especialmente vantajosas. Na realidade, estas medidas se mostram insuficientes para por um termo à agitação social, alimentada por más colheitas em algumas regiões. Na Tunísia, os fluxos comerciais readquirem em 1945 sua fisionomia do pré-guerra mas, o país é abalado por uma fome de três anos. Após uma persistente seca, principalmente no centro e no sul do país, colheitas catastróficas de cereais se sucedem em 1944, 1945 e 1946. A mortalidade é impiedosa nas criações de ovinos e caprinos, enfraquecidos pela falta d´água e de forragem. Várias dezenas de milhares de camponeses se dirigem novamente rumo ao norte do país para viver da mendicância ou trabalhar nos canteiros de obras dos programas públicos[33].

O crescimento industrial

Se, por um lado, uma minoria pôde enriquecer-se graças ao tráfico variado e ao mercado negro, a quase totalidade da população é submetida às duras condições de vida advindas nos anos do pós-guerra. As próprias economias da Europa, diante de dificuldades, não podem oferecer nenhum socorro, apesar do restabelecimento dos fluxos comerciais.

33 P. SEBAG, 1951, pp. 163-164.

O comércio exterior marroquino é retomado a partir de 1943: a média nas importações passa de 936.000 toneladas, no pré-guerra, para 1.280.000 toneladas e a média nas exportações, no mesmo período, passa de 2,5 milhões de toneladas para 32 milhões de toneladas[34]. Em todos os países, os fluxos de troca reencontram a sua estrutura, em níveis do período entre as guerras. A fraqueza dos capitais investidos e a medíocre qualidade dos seus produtos tornam muito frágeis as empresas criadas durante a guerra; muitas são levadas a interromper as suas atividades. A Argélia beneficia-se de um plano de industrialização. A guerra mostrou o importante papel de base de retaguarda desempenhado pelos protetorados e pelas colônias na condução das operações militares. "A ideologia imperial" favorece planos industriais na perspectiva de um terceiro conflito mundial, considerado inevitável. Os problemas estruturais da economia argelina são abordados em um discurso do general Catroux, em 1944. Um programa é elaborado, com aplicação prevista para um período de vinte anos, abrangendo todos os setores: artesanato, educação, moradia social, saúde-pública, equipamentos e reposicionamento dos agricultores argelinos. Após uma rápida aceleração, o plano quinquenal de industrialização é abandonado.

As mutações políticas

Em 1948, a reintegração da África setentrional e do chifre da África ao processo de divisão internacional do trabalho interrompe os progressos econômicos alcançados durante a guerra. O mesmo não ocorre no domínio político, neste aspecto a guerra tem como consequência o enfraquecimento da influência da França e da Grã-Bretanha, enquanto a Itália figura no campo dos vencidos. Após breve interrupção, a atividade política readquire os seus direitos: a guerra encoraja os nacionalismos que passam à ação desde 1943 e contestam, em 1945 e 1946, o retorno ao estatuto de colônia ou protetorado.

Os nacionalismos, em plena atividade nos idos de 1936 e 1937, são freados em suas reivindicações em 1939. Eles põem em proveito a nova situação criada pela guerra, com vistas a manifestarem-se novamente, já desde a retomada da sua atividade política e antes mesmo do fim do conflito.

Na véspera da guerra, os partidos nacionalistas argelinos são afetados, direta ou indiretamente, por medidas de repressão. O Partido do Povo Argelino é

34 J.-L. MIÈGE, 1966, p. 115.

dissolvido em 26 de setembro; Messali Hadj, seu líder, é novamente encarcerado em outubro com vários dirigentes; militantes são conduzidos a campos prisionais. Messali Hadj e os seus companheiros são condenados a penas de trabalhos forçados ou de prisão, em 29 de abril de 1941, pelo tribunal militar de Alger. Desorganizado, o Partido do Povo Argelino desaparece de fato do cenário político. O Partido Comunista é reduzido à inação ou à ação clandestina, logo na eclosão da guerra. A imprensa dos *'ulama'* interrompe suas publicações; Shaykh al-Ibrahïmi é posto em cárcere privado em Aflou durante o inverno de 1939-1940, enquanto Shaykh A. Ben Badis é impedido de deixar a cidade de Constantine sem uma autorização especial[35].

Os nacionalistas tiram as lições de um conflito primeiramente externo e paulatinamente a eles imposto; eles inflectem seriamente as suas atitudes e revisam as suas perspectivas. Em seu conjunto e por vezes para a surpresa das "metrópoles, os nacionalistas se engajam após um breve período de expectativas ao lado dos Aliados, multiplicam as declarações em favor desta aliança e não se opõem à mobilização militar. Eles convocam ao alistamento nas fileiras Aliadas em prol da democracia. Para Farhat 'Abbas, "se a França democrática deixasse de ser uma potência, o nosso ideal de liberdade seria para sempre sepultado[36]". Em carta datada de 8 de agosto de 1942, H. Bourguiba expressa a sua certeza na vitória dos Aliados e a sua convicção nas democracias "deixando de lado para o pós-guerra, o problema da nossa independência[37]". Em 3 de setembro de 1939, o sultão do Marrocos assume publicamente posição em favor da França, à qual ele oferece um "apoio sem reservas". Numerosos nacionalistas são mobilizados ou se engajam voluntariamente nas fileiras do exército francês. Em linhas gerais, a mobilização acontece dentro da ordem e da disciplina. O prolongamento do conflito provoca, de maneira insensível, uma reviravolta no "espírito público" e na disposição dos nacionalistas. O general Weygand, alçado ao posto de governador-geral da Argélia, nota que a população se mostra "indisciplinada, mal-educada e, por vezes, insolente[38]". Em 1940, contribuintes se recusam a quitar os seus impostos. Muitos fatores corroboram a retomada e a transformação dos nacionalismos.

O término dos combates, no ano de 1945, produz efeitos imediatos: a França e a Inglaterra perdem o seu "capital de intimidação", adquirido há cerca de um

35 C.-R AGERON, 1979, vol. 2, p. 548.

36 R. LE TOURNEAU, 1962, p. 335.

37 Ibid., p. 96.

38 C.-R. AGERON, 1979, vol. 2, p. 553.

século em razão da sua potência e do seu prestígio. Os nacionalistas extraem deste enfraquecimento um novo aporte à sua audácia e conseguem, graças à sua capacidade de mobilização, tirar também todas as consequências do desembarque anglo-americano e das divisões francesas, ocorridos em Argel, Rabat e Túnis.

No fim da guerra, eles valorizam a participação dos seus países ao lado dos Aliados para tornar efetivas as suas reivindicações. O memorando egípcio, então remetido por Wafd ao embaixador britânico, relembra, em apoio às demandas por reformas, "a ajuda inestimável" oferecida pelo Egito aos Aliados durante a guerra. Em 8 de junho de 1942, a declaração de Anthony Eden, no Parlamento, faz explicitamente referência à contribuição das forças sanusi no desenrolar da guerra na Líbia. O general de Gaulle saúda, em 18 de junho de 1943, "o fiel império, ponto de partida para a reabilitação do país[39]". À parte alguns sucessos muito limitados, a propaganda do Eixo não logra êxito em desviar os nacionalistas e a opinião pública do seu engajamento junto aos Aliados. A política islâmica de Mussolini, bem como a propaganda fascista e nazista são claramente colocadas em xeque nos países do Magreb; elas encontram algum eco no Egito[40].

O anticolonialismo das grandes potências é, em contrário, acolhido com muita esperança. Os nacionalistas evocam, como haviam feito em 1918 com os quatorze Pontos de Wilson, a Carta do Atlântico (14 de agosto de 1941), a Declaração das Nações Unidas (1º de janeiro de 1941) e a Carta de São Francisco. Eles tiram partido das tomadas de posição das grandes potências e interpretam as suas declarações no sentido da emancipação dos povos coloniais.

A Grã-Bretanha e a França manobram para guardar o essencial das suas posições mas, os nacionalismos colocam em seu proveito as condições nascidas da guerra para buscar atingir os seus objetivos.

As dificuldades anglo-egípcias nascem do tratado de 1936 cuja aplicação é reclamada pela Grã-Bretanha. O governo egípcio e os partidos de oposição afirmam o princípio da não beligerância e buscam reformular o tratado, tentando obter sua independência. Desde 1940, os meios parlamentares exigem, sem mais delongas, emendas substanciais ao tratado e ao estatuto dos estrangeiros. As demandas formuladas pelo Wafd em um memorando dirigido ao sir Miles Lampson, datado de 1º de abril de 1940, são ainda mais radicais[41].

39 S. VACONO, 1974, p. 52.

40 D. GRANGE, 1974, 1976; J. BESSIS, 1981, p. 403.

41 M. COLOMBE, 1951, pp. 100-101.

Os emigrados líbios no Egito organizam o debate sobre o destino do seu país no fim do conflito (conferências de Alexandria, em 23 de outubro de 1939 e do Cairo, em 9 de agosto de 1940). Garantias são cobradas junto aos britânicos por Idrïs quanto à futura independência da Líbia. A declaração de Anthony Eden prepara o futuro, ao prometer que os sanusi da Cirenaica não recairiam, em hipótese alguma, sob domínio italiano.

As posições francesas para a Argélia, Tunísia e Marrocos são menos conciliadoras. Nesses três países, as crises do pré-guerra se renovam e são agravadas por uma ainda maior radicalização nas reivindicações. O sultão marroquino, encorajado pelo diálogo mantido com Roosevelt em 1943, na cidade de Anfa, recebe em 11 de janeiro de 1944, ao mesmo tempo que o comissário residente geral e os cônsules gerais dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, o "Manifesto do Partido de Istiklal", assinado por cinquenta e oito representantes. Ele condena de forma contundente o regime de protetorado e exige "a independência do Marrocos em sua integridade territorial, sob a égide de Sua Majestade Sïdï Mohammed Ben Yusuf" e "o estabelecimento de um regime democrático comparável ao regime governamental adotado pelos muçulmanos do Oriente, garantindo os direitos de todos os elementos e de todas as classes da sociedade marroquina e definindo os direitos de cada um[42]". Nas cidades, a palavra de ordem "independência" mobiliza a população, enquanto os representantes franceses expressam a sua dura oposição. A situação se degrada na noite de 28 para 29 de janeiro em que são detidos Ahmed Balafredj e M. L. Yazidi, em Rabat, e A. Ben Idrïs e H. Filali, em Fez. Em 29 de janeiro, os incidentes que eclodem em Rabat são reprimidos pela tropa; a cidade de Fez é submetida ao estado de sítio no início do mês de fevereiro. Os incidentes prolongam-se ao longo de todo o mês, produzindo ao menos quarenta mortos e uma centena de feridos.

A chegada ao poder, em 19 de janeiro de 1942, do bei Moncef (Munsif) transforma o beilhique em símbolo do nacionalismo tunisiano e dá origem ao "moncefismo". Desde o mês de agosto de 1942, o bei Moncef remete ao comissário residente-geral, no intuito de sua transmissão a Vichy, um memorando em que importantes reformas são exigidas, entre elas algumas se referem à própria estrutura do protetorado. A atitude do bei Moncef e as reformas por ele pleiteadas estão na origem do incidente que o opõe ao almirante Esteva, em 12 de outubro de 1942. Após um segundo incidente no seio do Conselho de Ministros (30 de dezembro de 1942), ele forma um novo ministério. Pela primeira vez

42 C. A. JULIEN, 1978, p. 190.

desde 1882, um ministério tunisiano toma posse sem a consulta do comissário residente-geral. Com a sua deposição (14 de maio de 1943) e posterior abdicação (6 de julho), "Moncef interrompia o seu reinado: nascia o moncefismo[43]". A sucessão cabe ao Néo-Destour que lança uma proclamação intitulada "Para um bloco franco-tunisiano" e redige, em novembro de 1944, o "Manifesto da Frente Tunisiana", orientado segundo bases democráticas e direcionado à formação de uma assembleia nascida de uma consulta nacional.

Na Argélia, o desaparecimento dos partidos políticos cria uma situação favorável a Farhat 'Abbas que endereça ao marechal Pétain, em 10 de abril de 1941, um pleito intitulado "A Argélia do amanhã". O desembarque anglo-americano permite-lhe relançar a sua ação e inflectir seriamente as suas escolhas políticas. A primeira redação do "Manifesto do Povo Argelino", datada de 10 de fevereiro de 1943, é endereçada às Nações Unidas e remetida ao governador-geral, Marcel Peyrouton. Uma segunda versão levemente atenuada, é encaminhada oficialmente, em 31 de março de 1943, a Peyrouton. O princípio essencial do direito do povo argelino à autodeterminação e a condenação da colonização são ali manifestados. O adendo ao Manifesto conclama à ressurreição do povo argelino pela formação de um Estado argelino democrático e liberal, com "a instituição de um direito de observador para a França e a possibilidade de assistência militar dos aliados em caso de conflito". Em compasso de espera pelo fim das hostilidades, o adendo apresenta reformas a serem imediatamente realizadas.

No chifre da África, após a eliminação militar da Itália, cabe à Grã-Bretanha receber as reivindicações, transformadas na forma e no conteúdo. A Eritreia e a Somália são colocadas sob administração militar. Na Etiópia, os britânicos tentam igualmente instaurar uma administração militar para o período de guerra. Mas Haïlé Sélassié consegue estabelecer a sua autoridade e salvaguardar a independência ao menos formal do país.

No Sudão em 1942, o Congresso Geral dos Diplomados submete ao governo um caderno com doze exigências sociais e políticas, reclamando, por exemplo: o reconhecimento no final das hostilidades do direito à autodeterminação e à afirmação de uma nacionalidade sudanesa; além da criação de um órgão representativo sudanês, encarregado de aprovar a legislação do país. As reivindicações são rejeitadas, o fracasso gera a criação de duas tendências no seio do Congresso. A primeira, dirigida pelos al-Ashikka' (os Irmãos de Sangue), assume nitidamente a proeminência; ela milita por um governo

43 R. LE TOURNEAU, 1962, p. 105.
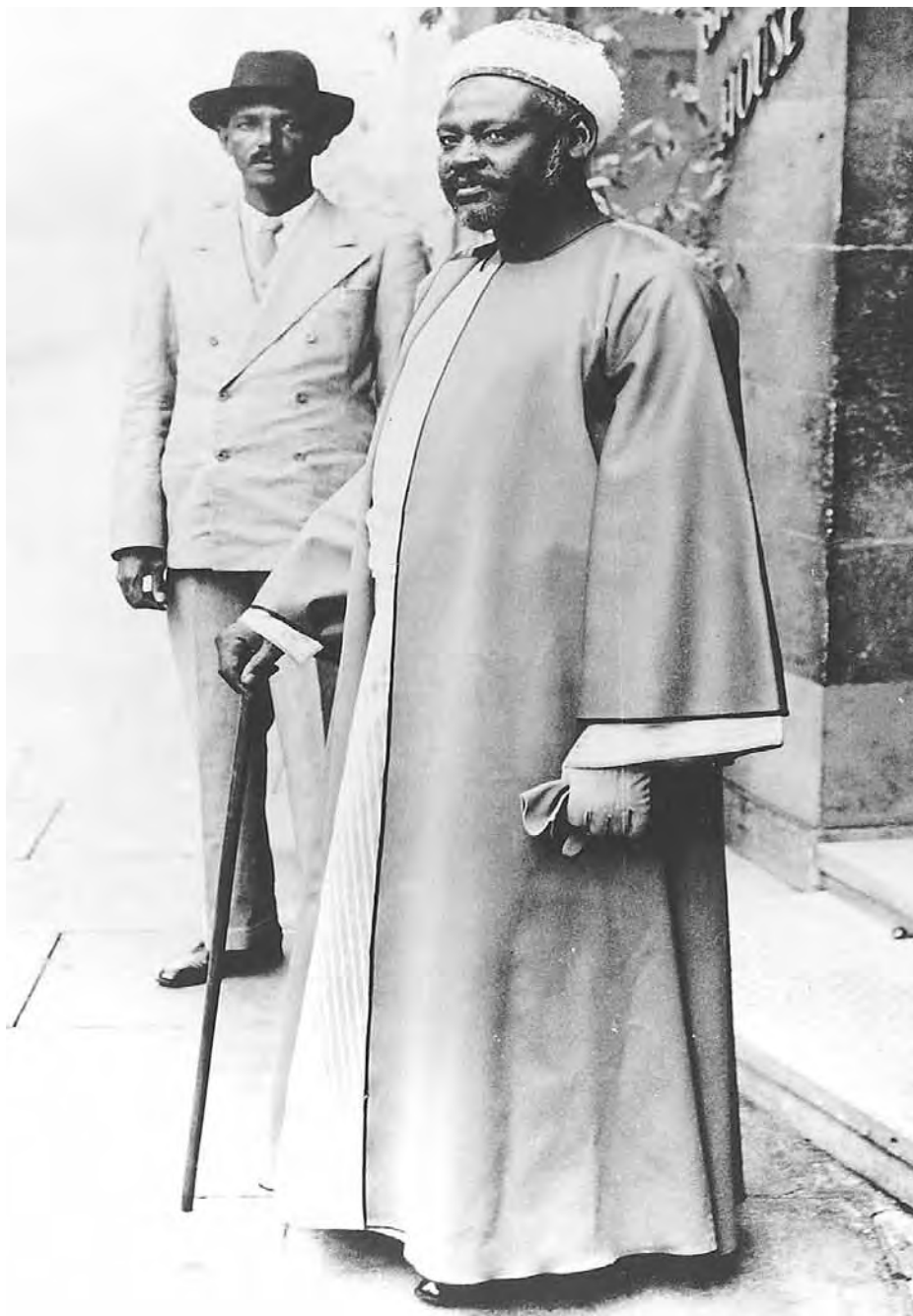
FIGURA 2.3 Sayyïd 'Abd al-Rahman al-Mahdi em sua partida rumo a Londres, no dia 15 de julho de 1937. (Foto: AFP Photo, Paris.)

sudanês unido ao Egito, sob a égide da Coroa Egípcia. A segunda tendência, representada pelo Partido Umma (Partido do Povo), reclama a independência amigável perante à Grã-Bretanha e ao Egito. Os dois partidos se apoiam imediatamente em duas personalidades religiosas. O Partido Umma reúne os seus partidários atrás de Sayyïd 'Abd al-Rahman al-Mahdi e da confraria dos Ansars, herdeiros do Mahdi e intransigentes na questão da total independência. Os unionistas encontram-se atrás de Sayyid 'Alï al-Mirghani e da confraria dos Khatmiyya.

Em 1944, o Congresso se opõe à instalação do Conselho Consultivo do norte, presidido pelo governador-geral e por um representante dos interesses das comunidades africanas e estrangeiras. Os membros do Congresso temem a exclusão do sul, o que poderia levá-lo a uma independência em separado ou a uma integração com Uganda. Ademais, o Conselho Consultivo, composto de funcionários e chefes tradicionais, é considerado não representativo e estritamente dependente da administração.

Os problemas em 1945-1946

Em todos os países, a Segunda Guerra Mundial cria tamanho turbilhão que as relações entre as metrópoles e as colônias se tornam incapazes de existir de forma similar ao vivido no pré-guerra. Este período repercute diretamente na região do chifre da África e na Líbia, país onde a derrota italiana permite evoluções. Conscientes da força dos nacionalismos, as potências coloniais temem a perda dos países sob a sua tutela. Elas se mostram dispostas a mudanças que devem, todavia, inscrever-se em um quadro que garanta a sua supremacia e preserve os seus interesses.

O debate em torno do futuro da Argélia e dos protetorados vizinhos é aberto desde 1942; ele é definitivamente concluído pela Constituição de 1946. A ação nacionalista é relançada nos três países do Magreb. No Marrocos, país onde outras formações políticas se haviam constituído (Partido Comunista Marroquino, União Geral dos Sindicatos Confederados do Marrocos, Partido Democrático da Independência), o Istiklal exerce verdadeira hegemonia. Ele obtém, ainda mais que no pré-guerra, o apoio direto e indireto do sultão Sidi Mohammed Ben Yusuf. Em 8 de março de 1945, ele pleiteia pelo direito do Marrocos em ingressar nas Nações-Unidas e endereça um relatório ao comissário residente, E. Labonne, para o qual não receberá resposta. Em agosto de 1946, três de seus representantes se dirigem a Paris onde convocam uma entrevista

coletiva e estabelecem numerosos contatos. Às palavras de ordem independentistas, E. Labonne responde com reformas econômicas e sociais, sem questionar o proterado.

Na Tunísia, a ofensiva começa no mês de junho de 1946, por ocasião do incidente de Kairouan e da greve desencadeada em Sfax, em 28 de junho, pela União Geral dos Trabalhadores Tunisianos (UGTT). A Frente Nacional Tunisiana é formada em 10 de agosto graças à união de todos os partidos tunisianos, aqui compreendido o Partido Comunista. No dia 23 do mesmo mês, um congresso dos principais movimentos políticos é interrompido pela polícia, recebida aos gritos de: "Independência, independência!".

O confronto é mais brutal na Argélia, país onde eclodem os sangrentos "incidentes" de Sétif, em 18 de maio de 1945. As manifestações organizadas pelos Amigos do Manifesto e da Liberdade se transformam em rebeliões às quais é imposta uma severa repressão que perduraria nos dias seguintes, causando elevado número de mortes. No imediato, a jornada de 8 de maio de 1945 provoca um endurecimento no comportamento da população europeia e do governo francês, bem como a radicalização dos nacionalistas. Numerosos dentre estes recusam qualquer ação legal em preparação à luta armada, vista por muitos como solução inevitável.

Nos anos 1943-1944, várias declarações francesas (declaração do Comitê Francês de Libertação Nacional, em 8 de dezembro de 1943, discurso de De Gaulle em Constantina, em 12 de dezembro de 1943, Conferência de Brazzaville, em janeiro-fevereiro de 1944) indicam nas entrelinhas possíveis mudanças. No imediato pós-guerra, a Constituição de 1946 e a correlata e prevista implantação da União Francesa não resolvem de forma alguma a questão das relações entre a França e os países do Magreb.

Os termos empregados transformam os protetorados em Estados associados, definidos no capítulo 6. Eles continuam sob a regência do "decreto que define as suas relações com a França", mas podem designar representantes junto a organismos da União Francesa (Alto Conselho e Assembleia). Na realidade, a Tunísia e o Marrocos permanecem fora da União Francesa, guardando o seu estatuto de protetorado sem que os tratados fossem revistos.

A Constituinte não toma decisão alguma no tocante à Argélia, a Assembleia Nacional discute vários projetos apresentados pelos deputados argelinos. Eles recusam a assimilação e reivindicam o reconhecimento da personalidade argelina tanto no quadro de um Estado associado, quanto naquele de uma república, ou ainda em qualquer outro estatuto que seria previsto por uma assembleia constituinte argelina, eleita em sufrágio universal. Todos os projetos são postos

à margem e a questão da Argélia é postergada para o ano seguinte. A lei conhecida como "Estatuto da Argélia", apresentada pelo governo, é adotada em 20 de setembro de 1947. Ela define a situação político-administrativa da Argélia; a sua orientação política repele todo risco de autonomia e mantém a preponderância da minoria europeia[44].

A guerra tem consequências decisivas na Líbia, provisoriamente administrada pelos ingleses e franceses antes que as organizações internacionais se tenham interessado pela "questão líbia"[45].

A derrota germano-italiana permite aos ingleses e franceses compartilharem a administração do país: a Cirenaica e a Tripolitânia são confiadas aos britânicos e o Fezzan aos franceses. Um regime de ocupação militar é imposto mas, a URSS levanta protestos em nome do princípio da divisão equitativa das antigas colônias italianas ou, ao menos, da sua administração comum pelos Aliados. Na impossibilidade de um acordo aliado, a questão da Líbia deve ser submetida às Nações Unidas um ano após a entrada em vigor do tratado em que a Itália renuncia a todas as suas colônias. Em princípio, a ONU deve se pronunciar a partir de 15 de setembro de 1948.

O nacionalismo egípcio choca-se com a posição da Grã-Bretanha que ainda defende a criação da Liga dos Estados Árabes na região[46]. É plausível a chegada do momento da obtenção, junto à Grã-Bretanha, da independência total do país. Os partidos de oposição não esperam o fim do conflito para convidar o governo a passar à ação. Em julho de 1945, o Wafd envia ao embaixador britânico um memorando concernente às aspirações do Egito. Cinco meses mais tarde, o governo de Nukrashi Pasha pleiteia pela abertura de negociações. Ele é apoiado pelas alas mais radicais dos estudantes e da imprensa (manifestações populares no Cairo e em Alexandria). As negociações anglo-egípcias desembocam em um projeto de tratado em outubro de 1946. Ele estabelece os limites extremos das concessões britânicas mas, é mal acolhido no Egito onde acontecem manifestações e novos levantes no Cairo. Em 27 de janeiro de 1947, Nukrashi Pasha, incapaz de impor o tratado ao país, decide romper as tratativas com Londres e levar a questão egípcia ao âmbito das Nações Unidas.

44 T. CHENNTOUF, 1969, p. 141.

45 P. PICHON, 1945, p. 318.

46 DOCUMENTATION française, 1947.

A criação da Liga dos Estados Árabes

Malgrado essa derrota, o Egito desempenha um papel central na criação da Liga dos Estados Árabes. A aspiração por unidade dos países árabes remonta ao fim da Primeira Guerra Mundial; ela se manifesta no fim dos anos 30 e, posteriormente, uma vez mais a partir de 1942 com o apoio dos britânicos. Os objetivos da Grã-Bretanha e dos nacionalistas árabes são diferentes, dois projetos são sucessivamente defendidos pela Grã-Bretanha antes que tenha êxito aquele sustentado pelo Egito. Após a conferência de Alexandria (25 de setembro/10 de outubro de 1944), a Carta da Liga é assinada, em 22 de março de 1945 durante o encerramento da conferência do Cairo, pelo Egito, Síria, Iraque, Líbano, Transjordânia, Arábia Saudita e Iêmen. Todo novo Estado árabe independente tem o direito de a ela aderir; os palestinos encontram-se representados por Musa 'Alami. Os princípios relativos à soberania e à não ingerência são reafirmados e as decisões tomadas, por maioria, não criam obrigações senão aos Estados que as tenham aceito. A sede da Liga é fixada no Cairo e seu primeiro secretário-geral é um egípcio, teórico da unidade árabe.

No chifre da África, a derrota italiana permite o restabelecimento da independência etíope, bem como a retomada com a ajuda americana da política de modernização. No Sudão, uma vez mais, a questão das relações com o Egito domina a vida política, ao passo que na Somália, afirma-se um nacionalismo que transcende o fracionamento territorial e político. As reivindicações políticas são relançadas no Sudão em 1946, por ocasião das negociações anglo-egípcias tangentes à revisão do acordo de 1936. Os dois partidos buscam um procedimento comum, enviando uma delegação ao encontro do governo egípcio com vistas a expor-lhe um programa para um governo sudanês democrático, unido ao Egito e aliado à Grã-Bretanha. Após a resposta negativa apresentada pelo Egito, os representantes do Partido Umma deixam o país. A Grã-Bretanha, interessada em manter uma presença militar e econômica no Sudão, encoraja a autonomia sudanesa. A Constituição de 1948 é redigida; ela comporta uma Assembleia Legislativa eleita em sufrágio universal e um Conselho Executivo com ministros sudaneses. O Partido Umma participa da política em prol da autonomia do Sudão, ao passo que os al-Ashikka' boicotam as eleições legislativas; as rebeliões que eles organizam, nas grandes cidades, são reprimidas e seu líder, Isma´il el-Azhari, é preso. O Partido Umma controla a Assembleia Legislativa e se beneficia da sua preponderância no Conselho Executivo. Apesar de guardar o direito de veto e sustentar certa reserva em algumas matérias, o governador-geral controla estritamente o sistema político.

A Etiópia reencontra em 1945 a sua situação de Estado africano independente. A retomada da política de modernização não logra mascarar uma difícil situação político-econômica. O país, então com 20 milhões de habitantes, apresenta níveis econômicos medíocres. O rendimento anual médio atinge, em 1957, em torno de 30 dólares americanos, segundo estatísticas das Nações Unidas. A população é essencialmente rural e a agricultura abrange 75% da produção. Os progressos alcançados dizem respeito à prospecção geológica e ao sistema hidroelétrico; indústrias de transformação e do setor cimenteiro iniciam as suas atividades. No domínio da educação, desde o fim da guerra, novas escolas secundárias são abertas em Adis-Abeba, contando com programas e um corpo docente calcados no modelo europeu. Jovens etíopes são enviados ao estrangeiro para continuar os seus estudos. A questão da Eritreia permanece pendente até 1952. O país é colocado sob administração britânica, durante e após a guerra. O seu destino final forma o tema de vários projetos levados ao âmbito das Nações Unidas mas, a região é integrada à Etiópia, gozando de uma ampla autonomia, graças à uma constituição federal.

O problema da unidade territorial e política é ainda mais agudo na Somália. Em 1946, a população está espalhada pelo Distrito Norte do Quênia, pelas províncias etíopes do Haud e do Ogaden, e pela Somália francesa, italiana e britânica. A Costa Francesa dos somalis torna-se, após escrutínio eleitoral, território de além-mar, com uma assembleia local e uma representação parlamentar em Paris. O restante da Somália é administrado pela Grã-Bretanha. A Liga da Juventude Somali, constituída no imediato pós-guerra, desenvolve o seu recrutamento nas cidades. Ela exige a criação de uma Grande Somália, unindo a Somália italiana, o Ogaden etíope, o Somaliland e a Somália francesa. O projeto é apoiado pela Grã-Bretanha mas, declina rapidamente em razão da atitude das Nações Unidas.

No tocante à gênese da África contemporânea, as crises e transformações da década 1935-1945 são decisivas; a suas consequências prolongam-se, em alguns casos, até os dias atuais. Em uma perspectiva ampliada, dois dados fundamentais da África contemporânea emergem com evidência no curso dessa década: o subdesenvolvimento e os nacionalismos. Os anos do pré-guerra e a guerra não constituem o ponto de partida, nem do subdesenvolvimento e tampouco dos nacionalismos cujas raízes são mais antigas e complexas mas, tanto um quanto o outro, emergem com a aceleração dos seus processos formativos.

CAPÍTULO 3

A África tropical e a África equatorial sob domínio francês, espanhol e português

Majhemout Diop com a colaboração de *David Birmingham*, *Ivan Hrbek*, *Alfredo Margarido* e *Djibril Tamsir Niane*

A África tropical e equatorial sob domínio francês, português e espanhol estendia-se das ilhas do Cabo-Verde, no Atlântico, ao litoral do Oceano Índico, em Moçambique. As colônias francesas formavam um bloco contínuo, englobando diversos enclaves britânicos de diferentes extensões. As colônias portuguesas compreendiam três territórios continentais e dois arquipélagos, muito distantes uns dos outros. A colônia espanhola situada ao sul da região unia o Rio Muni, em terra firme, e a Ilha de Fernando Poo; a sua porção ao norte controlava a Costa Saariana.

O período dos anos de 1935 a 1945 foi chamado "a idade de ouro da colonização" e considerado como o apogeu da era colonial. Mas, essas denominações conferem uma falsa impressão da real situação, esta *soi-disant* "idade do ouro", na realidade, termina impreterivelmente durante a Grande Crise econômica dos anos 30[1].

Talvez fosse mais exato dizer que os anos de 1935 a 1945 tenham constituído a "década de ouro" do extremismo de direita na Europa. Foram os anos do triunfo e posteriormente do ocaso da ambição fascista. As colônias das quatro potências imperiais europeias foram profundamente afetadas pelas tendências fascistas que haviam se expandido em suas respectivas metró-

1 "A crise da colonização está definitivamente aberta", assim escreve A. SARRAUT, 1931, p.219, citado por J. SURET-CANALE, 1964, p. 567.

poles mas, de diversas e muito complexas formas. Os impérios da Itália, de Portugal, da Espanha e da França haviam sofrido os traumatismos de uma Europa em guerra consigo mesma. Neste contexto a África não foi uma vítima passiva.

O fascismo conduziu à invasão da Etiópia pela Itália e à resistência da África a esta agressão (1935-1941). Estes acontecimentos também são abordados no presente volume, o capítulo em curso trata da evolução das colônias portuguesas, espanholas e francesas.

Em meados dos anos 30, a Espanha se encontrava rasgada pela guerra civil. Portugal via se consolidar uma ordem política fascista que reinaria da chegada ao poder de Salazar em 1932 até o Golpe de Estado do general Spínola, em Lisboa no ano de 1974. A França estava ocupada pela Alemanha nazista em 1940 e o regime de Vichy colaboraria com o nazismo até a libertação do país, em 1944.

Este capítulo tratará, de forma parcial, a natureza do imperialismo europeu na "década de ouro" do fascismo europeu. Quais teriam sido para os impérios português, francês e espanhol, as repercussões do desenvolvimento do extremismo de direita, de 1935 a 1945?

Em Portugal, este período corresponde à estabilização de uma ditadura de direita que agravaria uma política colonial já particularmente repressiva. A divisão da França, sob o regime de Vichy, criou elos instáveis no Império francês da África. O triunfo do general Franco concedera novas orientações à política colonial espanhola na África: de política negligente sob a monarquia, ela se transformara em uma forma mais perniciosa de exploração. Após a guerra civil na metrópole, o caráter racista do imperialismo espanhol se acentuara fortemente.

Este capítulo pretende mostrar que a década fascista, 1935-1945, teve maior impacto sob o nacionalismo africano que sobre a natureza do imperialismo europeu. Se as políticas coloniais da França e dos Estados ibéricos se degradaram sob a direção fascista de Salazar e Franco e sob o regime de Vichy, entretanto, a mudança mais contundente foi a reação da África a estas políticas. *A década de 1935-1945 configurou um importante ponto de inflexão para a história da libertação da África, muito mais que um momento decisivo para o próprio imperialismo europeu*. A era fascista nada mais foi senão um novo *parágrafo* da história dos impérios europeus, mas ela inaugurou um novo capítulo nos anais do nacionalismo africano.

Mas, qual teria sido a natureza da reação da África frente às tendências fascistas e imperiais deste período? A resistência da África manifestou-se sob

diversos aspectos – político, militar, econômico e cultural. *Politicamente*, os idos de 1935-1945 foram marcados pelo desenvolvimento do nacionalismo moderno, pela aparição de novos níveis de consciência política, pelos balbuciamentos de organizações políticas modernas e pelo nascimento de jornais nacionalistas, como o Correio do Golfo de Benin.

Militarmente, os africanos participaram como soldados na luta contra as ditaduras fascistas da Europa – embora sujeitos coloniais, eles eram explorados por ambas as partes do conflito europeu. Por vezes, foi possível que africanos ao mesmo tempo se armassem contra os seus mestres coloniais.

Culturalmente, a resistência africana tomou por vezes um caráter religioso. Nós ilustraremos mais adiante esta tendência, relembrando o caso dos *mourides* do Senegal e o papel dos discípulos de Shaykh Hamahullah no Sahel. Estes dois movimentos haviam aparecido anteriormente mas ganharam amplitude durante a década de 1935-1945.

Todavia, o islã não foi a única religião a trazer uma resposta africana à era do fascismo. O cristianismo e as religiões tradicionais africanas também se revestiram em certos momentos de uma coloração política. Convém notar, particularmente, a natureza "andrógena" das crenças tradicionais. *Pastoras* e padres se manifestaram diante das pressões da mudança social. Sob o efeito das dificuldades econômicas desta década do fascismo, os Joola (Diola, Jola e Djola) da baixa Casamansa se sublevaram durante um breve período contra a ordem colonial, sob a direção da pastora Aline Sitoé. Uma vez mais, a cultura africana estava diante da exigência de responder ao desafio da injustiça colonial. Retomaremos posteriormente o tema da rebelião de Aline Sitoé.

No tocante à resistência *econômica* da África, ela se traduziu pelo nascimento de sindicatos e de movimentos cooperativistas modernos, bem como pela reivindicação de uma parte mais equitativa da produção de suas economias nascentes.

A Segunda Guerra Mundial consistiu, portanto, um acontecimento decisivo, o catalisador de uma radical transformação. A África que emergiu do conflito era bem diferente da miragem de tranquilidade que lá viram seus colonizadores. Deste ponto de vista, a década de 1935-1945 corresponde não ao apogeu do colonialismo mas ao começo da sua decadência.

Qual seria então a natureza da dominação colonial durante esse período? Como os diferentes impérios europeus estariam eles organizados? Qual seria a estrutura do imperialismo? É mister primeiramente responder a estas questões fundamentais.

A política colonial da França

Durante o período considerado, as possessões francesas estavam reunidas em duas federações de colônias e em territórios sob mandato. A África Ocidental Francesa (AOF), de superfície correspondente a 4.633.985 km^2, compreendia o Senegal, o Sudão francês (atual Mali), a Guiné francesa, o Alto-Volta (atual Burquina Fasso), a Costa do Marfim, o Daomé (atual Benin), o Niger e a Mauritânia e tinha como capital federal a cidade de Dakar. A África Equatorial francesa (AEF), cuja extensão era de 2.510.000 km^2 e a capital Brazzaville, reunia as colônias do Congo-Médio (atual Congo), do Chade, de Oubangui-Chari (atual República Centro-Africana) e do Gabão. Os dois territórios sob mandato eram Camarões (432.000 km^2) e Togo (57.000 km^2), possessões tomadas da Alemanha logo após a Primeira Guerra Mundial, partilhadas entre a Grã-Bretanha e a França, e postas sob mandato da Sociedade das Nações (SDN).

O sistema colonial francês estava fundado em uma administração centralizada e direta; um governador-geral, representante do ministro das colônias, estava na direção de cada agrupamento de territórios; os territórios sob mandato eram administrados por um alto-comissário da República. Diferentemente das colônias, nestes territórios sob mandato não havia alistamento militar e à França cabia apresentar à SDN um relatório anual da sua administração.

Durante boa parte da década, os governadores-gerais e os alto-comissários governariam por decreto, tomados por sua conta própria ou procedentes dos decretos de autoridades governamentais francesas; eles eram assistidos por um Conselho de Governo de papel puramente consultivo. Além disso, este Conselho era formado por alto-funcionários diretamente subordinados ao governador-geral ou ao alto-comissário, dos quais eles eram colaboradores próximos, tais como: o secretário-geral que podia assegurar o ínterim na ausência do governador-geral; o comandante superior das tropas coloniais; o procurador-geral; e os diretores-gerais dos serviços federais (finanças, saúde e educação). O governador-geral detinha poderes muito amplos: "Nenhuma lei, nenhum decreto, mesmo que especialmente tomados para o grupo de colônias considerado, não são aplicáveis antes de terem sido promulgados pelo governador-geral por decreto[2]." Ele possuía não somente a autoridade sobre a administração mas também dispunha de uma força armada. Ele nomeava e revogava a seu bel-prazer. Tratava-se verdadeiramente de um pró-cônsul.

2 J. SURET-CANALE, 1964, p. 388.

Em Dakar, Brazzaville, Lomé e Yaoundé, os governadores-gerais e os alto--comissários eram assistidos por repartições que asseguravam serviços gerais. As mais importantes eram as direções de assuntos políticos, de finanças, de trabalhos públicos, de educação, dos assuntos econômicos e da saúde. Graças a estes serviços, o governador-geral acompanhava regularmente a vida administrativa das colônias. A África-Equatorial, reagrupando somente quatro territórios e dispondo de parcos meios de comunicação, era tendencialmente considerada como uma colônia única. Muito frequentemente, o governador-geral assegurava também as funções do governador do Congo-Médio; ele nomeava delegados ou comandantes superiores no Gabão, no Chade e em Oubangui-Chari.

Na direção de cada colônia encontrava-se um tenente-governador colocado sob as ordens do governador-geral. Ele contava em seu entorno com um conselho administrativo similar ao Conselho de Governo. Ele era o chefe administrativo da colônia, dirigente dos serviços especializados correspondentes aos serviços federais. No interior do país, ele era representado por administradores das colônias, denominados comandantes de círculo, pois cada colônia estava dividida em um número variável de unidades territoriais, chamadas circunscrições ou círculos; a África-Ocidental contava com uma centena e a África-Equatorial com por volta de cinquenta destas unidades. No Camarões e no Togo, o território era dividido em circunscrições – de 60 a 70 para o primeiro e uma dezena para o segundo[3]. A administração era garantida, na base da sua estrutura, por chefes de Cantão e chefes de comunidade. Em princípio, as antigas famílias reinantes garantiam estas funções mas, na realidade, estes chefes eram somente auxiliares cujo papel consistia, essencialmente, em executar as ordens recebidas do comandante de círculo; eles podiam igualmente ser escolhidos no exterior das famílias reinantes. Antes de 1914, os teóricos da colonização pensavam em estabelecer uma rede de funcionários com autoridade, em todos os níveis, suprimindo assim toda intermediação de autóctones. Este projeto foi abandonado no momento da supressão de numerosos postos durante a guerra[4].

A burocracia absorvia a maioria dos administradores coloniais: em lugar de servir *in loco*, eles lotavam os escritórios das capitais cantonais. Em 1937, computavam-se 385 administradores dos quais metade estava em atividade nas capitais cantonais. Esta burocratização afetava até mesmo os círculos em que, ao

3 A denominação "círculos" prevaleceu na AOF-Togo, ao passo que em 1934, as 49 circunscrições da AEF foram reduzidas a 20 e batizadas "departamentos"; no Camarões, o território foi recortado em regiões, entre 15 e 20, compreendendo de 60 a 70 subdivisões. Consultar J. SURET-CANALE, 1964, p. 391.

4 Ibid., p. 392.

invés de efetuar viagens de controle, os administradores passavam o seu tempo a redigir relatórios. Se os primeiros administradores se dedicavam a conhecer o "seu" país e até mesmo escrever livros a respeito, após a Primeira Guerra Mundial, os administradores formados na Escola Colonial possuíam sobre o lugar apenas uma formação teórica. Em razão disso, havia cada vez menos especialistas e cada vez mais burocratas intercambiáveis, "aplicando os mesmos princípios e os mesmos métodos, tanto em Agades quanto em Sassandra[5]", em nada preocupados com as realidades locais.

O comandante de círculo era o principal representante do poder colonial conhecido pelos africanos. Tratava-se de um déspota local em um sistema despótico. Ele era, simultaneamente, chefe político, chefe administrativo, chefe da polícia, procurador-geral e presidente do "tribunal indígena". Ele prescrevia o imposto de capitação, controlava o recebimento das taxas, exigia o trabalho forçado, confiscava as culturas de exportação, mobilizava o trabalho obrigatório e impunha o serviço militar. Ele era julgado em função dos benefícios obtidos para a França e não, em contrário, pelos serviços que ele viesse a oferecer aos africanos. A sua preocupação não era atender às necessidades dos autóctones mas, em oposição, tratava-se de zelar pelos interesses das câmaras de comércio e das grandes empresas, capazes de impor métodos pouco ortodoxos aos governadores e administradores.

Uma administração que não levasse em conta os interesses da população, quase inexoravelmente, desembocaria na opressão política. O comandante de círculo e o chefe de Cantão provocaram profundos traumatismos no meio rural. A cobrança do imposto de capitação, o recrutamento de soldados ou o trabalho forçado, esgotaram o meio rural. Os chefes de comunidade constituir-se-iam em simples fantoches e posteriormente em agentes implacáveis da exploração. Se o imposto não fosse arrecadado, eles eram destituídos e encarcerados. Por outra parte, se eles obtivessem "êxito", aos olhos de seus mestres coloniais, seriam detestados pelos seus – os camponeses.

O advento do governo da Frente Popular na França, em junho de 1936, não trouxera relevantes mudanças ao sistema colonial. Diante da necessidade de enfrentar, por toda parte, fortes tendências de direita, o governo socialista proclama a necessidade "de extrair do sistema colonial o máximo de justiça social e de potencial humano[6]". Ele recomendava algumas reformas mas, sem

5 Ibid., p. 394.

6 Ministro das colônias, Marius Mouter, nota não datada, Arquivos Nacionais da França, Seção Além-Mar, AFF. Polit. PA 28/1.

indicar os meios necessários à sua realização. No momento da queda da Frente Popular, suas modestas ideias reformistas não haviam encontrado nenhum eco favorável na África colonial.

A estrutura fundamentalmente dirigista da administração colonial se combina com um sistema de consulta em que as aparências democráticas se prestavam, sobretudo, a mascarar o autoritarismo. O sistema democrático das comunas mistas, das comunas "indígenas", dos conselhos de notáveis e das quatro comunas urbanas do Senegal, formava um conjunto de relações sistematicamente manipulado pela administração. Com efeito, somente uma ínfima minoria da população participava das consultas. O número de eleitores nas comunas do Senegal (Saint-Louis, Dakar, Gorée e Rufisque) não ultrapassava em hipótese alguma 10.000 indivíduos. Nas regiões rurais, o conselho de notáveis preparava as pesquisas de recenseamento e coletava o imposto de capitação, ele o fazia por ordem do governo e não na qualidade de representante do povo.

A política colonial de Portugal

Em Portugal, a política colonial tomará outros rumos em 1930, ocasião em que António Salazar, conselheiro financeiro do regime militar que em 1926 derrubara a república liberal, se torna ministro dos assuntos coloniais. Uma das suas principais medidas visava criar uma ditadura civil semifascista – o Estado Novo – ela consistia em subordinar os interesses econômicos das colônias aos interesses da metrópole. Para enfrentar a grande crise econômica mundial e a interrupção do fluxo de remessas de fundos dos portugueses de além Atlântico, Portugal reduziria radicalmente os serviços da administração metropolitana e imporia com todo o rigor uma nova política cujo objetivo era extrair a riqueza da África. Nem o Estado e tampouco a iniciativa privada possuíam recursos destinados a investimentos na África. A exploração colonial estava portanto fundada sobre as mais simples práticas, entretanto as mais duras, relativas ao trabalho forçado, à taxação obrigatória da produção agrícola e à venda, para a África do Sul, de contratos de trabalhadores migrantes. Era Lisboa quem determinava a conduta global da política colonial. O sistema era semelhante ao sistema francês, contando com uma hierarquia administrativa comportando desde o governador-geral até os chefes de circunscrição, todos submetidos às leis e diretrizes decididas pelo governo de Lisboa e dotados de poderes similares àqueles dos seus colegas franceses. Autocrata e antidemocrata na metrópole, o "fascismo" português reforçava os métodos dirigistas em vigor nas colônias.

Mesmo antes da era fascista, Portugal geralmente praticara na África uma política de segregação, sobretudo após 1910. Esta política relegava o autóctone ao fundo da estrutura social. Os "indígenas" – tal como nas possessões francesas – tinham poucos direitos e estavam submetidos ao trabalho obrigatório cujo caráter representava, por pouco que não, a continuação da escravatura. A ausência de inovação caracterizava singularmente as colônias portuguesas que também suportavam uma exploração mais intensa. Com exceção de capitais regionais como Bissau, Luanda e Lourenço Marques e subtraindo um pequeno número de outras cidades onde tal desenvolvimento industrial ocorrera, o interior do país se mantinha como um reservatório onde se explorava o trabalho forçado, especialmente por intermédio dos mercadores brancos que compravam as colheitas dos camponeses.

A década de 1935-1945 assim se configurou nas colônias portuguesas, marcada pela crise econômica, pelo endurecimento do regime fascista e pela Segunda Guerra Mundial.

No que diz respeito às ilhas de Cabo Verde, a grande crise econômica mundial traduziu-se pelo retorno de muitos milhares de trabalhadores imigrados, repatriados pelos Estados Unidos. Estes imigrantes haviam trazido ao país os fundos poupados no Novo Mundo. Entretanto, o arquipélago era muito pobre e grande número de cabo-verdianos foram obrigados a retomar o caminho do exílio, a sua preferência naturalmente recaiu sobre os países da América Latina, na espera pelo momento da sua instalação nos Estados Unidos. Pouco antes do início da Segunda Guerra Mundial e posteriormente à grande seca que se abateu sobre as ilhas, uma corrente migratória dirigir-se-ia rumo a Dakar, onde os homens exerciam a profissão de sapateiros, sucateiros, cabeleireiros, ao passo que as mulheres tornavam-se domésticas. Uma nova grande seca, entre 1941 e 1942, produziu 20.000 mortos em uma população de 180.000 habitantes. Embora seu país não fosse considerado uma colônia regida pelo sistema de "indigenato", nesse período os cabo-verdianos rapidamente tomaram consciência que, na realidade, eles não eram integralmente portugueses. No exército português, apesar dos regulamentos, eles sequer podiam aceder ao posto de furriel; este exército, estacionado nas ilhas durante a guerra com importantes reservas de alimentos, nada fez para socorrer os famintos cuja morte ocorreu em ausência de qualquer assistência. Irônico detalhe, a construção em Tarrafal de um campo de concentração para inimigos do regime salazarista, após 1936, garantiu trabalho a numerosos habitantes. A sua condição de cidadãos portugueses e o seu nível de instrução relativamente elevado, lhes permitiram entretanto procurar emprego na Guiné portuguesa e em Angola, onde alguns

deles viriam desempenhar posteriormente um papel determinante na luta de libertação.

Cinderela das colônias portuguesas durante esta década, a Guiné conheceu poucos progressos; a exportação do amendoim, cultura dos pequenos agricultores, não aumentava senão lentamente em razão da erosão contínua das terras, e os esforços empreendidos para introduzir o trabalho obrigatório seriam solapados pela fuga de populações rumo ao Senegal ou à Guiné francesa. A influência do Cabo-Verde – sempre maior que aquela de Portugal – se manifestou pela imigração dos cabo-verdianos, não somente como auxiliares da administração mas, também, na qualidade de pequenos agricultores ou artesãos.

No sistema português, as ilhas de São Tomé e Príncipe representavam a colônia de plantação por excelência; uma trintena de companhias dividia entre si a maior parte das terras cultivadas enquanto a administração colonial era somente seu instrumento, preocupada principalmente em lhes prover a mão de obra necessária às suas atividades. Este problema agravou-se sob o regime fascista. Os autóctones repugnavam o trabalho nas plantações e foi preciso trazer mão de obra de Angola e de outras colônias, entretanto esta operação mostrava-se de mais em mais difícil: entre 1920 e 1940, o número de trabalhadores caíra de 40.000 para 30.000 indivíduos. No mesmo período, com a baixa da fertilidade natural das terras e em consequência deste quadro, aconteceu uma forte quebra das exportações de cacau e as ilhas perderam a sua posição privilegiada no mercado mundial deste produto, constituindo assim uma nítida ilustração da ineficácia do regime português.

Situação semelhante aquela de Angola e Moçambique: a queda nos preços dos produtos coloniais era duramente sentida por todos, sobretudo, pelos pequenos proprietários africanos mas também pelos grandes agricultores. O Portugal de Salazar não tinha os meios para desenvolver a economia: ele reservara a tarefa do investimento às grandes companhias de capital supranacional, especialmente no tocante à exploração mineral. Em Moçambique, a maior parte da renda era extraída da mão de obra anualmente enviada rumo à África do Sul, às dezenas de milhares de homens, com vistas ao trabalho nas minas de ouro do Witwatersrand.

A situação de dominação colonial não oferecia aos africanos possibilidade alguma de escaparem ao duplo controle, da administração e dos colonos, os quais formavam uma frente contra os autóctones. Desde 1933, o ministro das colônias, Armando Monteiro, sublinhara a importância social das colônias, sugerindo a transferência massiva dos proletários brancos, desempregados na Europa, rumo à África, poupando assim as metrópoles da contestação operária e, pela mesma

ocasião, assegurando o “branqueamento” da África portuguesa. Tratava-se da filosofia fascista sob nova roupagem.

Entretanto, esta política de imigração foi entravada pela pobreza dos colonos, desprovidos de conhecimentos técnicos e de capitais. Eles não podiam sobreviver senão explorando ao extremo a população autóctone, sendo levados a ocupar os mais modestos empregos, bloqueando o acesso dos africanos aos escritórios, à administração e até mesmo às usinas. A situação colonial criava assim, entre africanos e europeus, uma potente barreira social que reforçou e justificou a barreira da coloração da pele.

Para melhor assegurar a sua dominação, o regime de Salazar teve que encontrar aliados. O acordo sobre as missões, assinado com a Santa-Sé em 1939, desdobrar-se-ia em uma concordata no ano seguinte: as missões católicas se tornaram o braço do Estado na educação da população africana. Isto não trouxe nenhum efeito maior ou mais grave a São Tomé e Príncipe e tampouco ao Cabo-Verde mas, criou dificuldades constantes para a Guiné, onde a população, apegada às tradições e reforçada pela importante presença do islã, resistiu a tentativa de “catolicização” da colônia. As missões receberam alguns subsídios do Estado mas foram obrigadas a financiar a tarefa à qual elas se haviam proposto – um mínimo de escolarização – contando com os donativos obtidos junto aos crentes.

A política colonial da Espanha

Nas colônias espanholas, a situação não era de todo mais brilhante comparativamente às colônias portuguesas. A Espanha não tinha política colonial adaptada aos territórios da África tropical. A velha administração monarquista tinha por muito tempo oferecido a sua preferência primeiramente à Cuba e, em seguida, ao Marrocos. Antes da guerra civil, a África equatorial não possuía existência administrativa autônoma, lhe faltava portanto uma orientação política própria. A política africana da monarquia se caracterizava, na melhor da hipóteses, por uma indulgente negligência na Guiné espanhola, onde a situação variava de território a outro: a ilha de Fernando Poo praticava uma agricultura essencialmente voltada para a exportação, ao passo que no continente, o Rio Muni (atual Guiné equatorial) não produzia nada além de madeiras tropicais. A política agrícola em Fernando Poo – criação de plantações de cacau – era inspirada na colonização portuguesa de São Tomé mas, ela foi contrariada pela recusa, por parte dos autóctones, os Bubi, em lá trabalharem. A atividade agrícola era, por conseguinte, dependente dos trabalhadores importados. Após um escân-

dalo, vindo à tona em 1930, e depois da intervenção da Sociedade das Nações, o tráfico dos trabalhadores kru da Libéria – forma travestida de escravatura – fora restringido e finalmente interrompido.

Durante a guerra civil, o governo republicano e as tropas fascistas de Franco se enfrentaram ao mesmo tempo no Saara e no rio Muni. Ao obter o poder, Franco trouxera algumas modificações de ordem orçamentária para a administração das colônias, dando autonomia para a Guiné equatorial e o Saara espanhol. O regime franquista se interessava mais pela Guiné, investindo nela para extrair lucros, impondo-lhe ao mesmo tempo um regime opressivo e racista. A versão espanhola do fascismo antecipava seu dízimo nas colônias.

A Segunda Guerra Mundial

A Segunda Guerra Mundial rompeu o silêncio envolvendo a política colonial nos anos 30 e lançou a África em uma nova tormenta. O conflito acelerou a evolução de atitudes que já haviam começado a mudar. Particularmente, na África francesa, novas políticas se desenhavam. Os domínios português e espanhol haviam permanecido muito à margem desta evolução, a península ibérica não se encontrava diretamente engajada na conflagração mundial.

Os sujeitos franceses das colônias estavam, uma vez mais, submetidos ao recrutamento e ao alistamento militar. A França gozava de uma longa tradição na utilização de tropas negras, já no curso da Primeira Guerra Mundial soldados africanos haviam combatido em seu nome por todas as frentes. A partir de 1930, 15.000 homens foram recrutados anualmente e incorporados aos regimentos de "*tirailleurs sénégalais*" [Soldado pertencente a certas tropas de infantaria, fora do território metropolitano, formadas de autóctones enquadrados por franceses], incorporando todos os soldados negros das possessões francesas, sem distinção de origem. Em 1939-1940, um contingente de 80.000 indivíduos foi enviado à França e 100.000 outros soldados africanos atravessaram o mar entre 1943 e 1945 para combaterem na Itália e mais além. Para a África negra, entretanto, o esforço de guerra não consistia somente em fornecer soldados mas, também, em prover matérias-primas e gêneros alimentícios, escassos na produção da população local onde as condições eram por vezes dramáticas.

Na África, a França estava dividida pela guerra. A IIIª República desaparecera logo após a derrota de junho de 1940 e se formara em Vichy um estado de caráter fascista, dirigido pelo marechal Pétain, condutor de uma política de colaboração com os alemães. O seu rival, o general Charles De Gaulle, lançaria

um chamado de continuidade da guerra, ombro a ombro com a Grã-Bretanha, em nome da "França livre". É precisamente na África que o enfrentamento entre o regime de Vichy e a França livre tomaria contornos muito agudos. A África-Ocidental e o governador-geral Boisson proclamariam sua fidelidade a Vichy, enquanto a África-Equatorial, após muita hesitação, tomaria partido favorável a Félix Éboué, administrador negro originário da Guiana francesa e governador do Chade, o qual se aliaria ao general De Gaulle e seria seguido pelo Camarões, pelo Congo e pelo Oubangui-Chari. O coronel Leclerc seria obrigado, contra os vichystas, a reconquistar o Gabão que se retratara. Britânicos e gaulistas tentariam conquistar Dakar mas fracassariam e a África-Equatorial, onde Éboué se tornara o governador-geral, constituíra-se na principal base territorial da França livre.

O esforço de guerra não trouxe benefício a nenhuma das duas confederações francesas. Isoladas da metrópole, as colônias quase não recebiam nenhum produto manufaturado, salvo através do mercado negro. Nas regiões agrícolas, os camponeses eram forçados a fornecer cereais. Nas regiões de floresta, a obrigação de prover borracha assolava os campos. Com efeito, na ausência de cultura de hévea, a população era obrigada a buscar muito longe, nos confins da mata, os cipós de borracha, atividade que dizimou muitos nativos em razão dos ataques de serpentes e das doenças. Nas cidades desse período, cadernetas de racionamento eram entregues aos europeus e aos negros assimilados, "vivendo à europeia". Bens de consumo chegavam ocasionalmente, provenientes das vizinhas colônias britânicas. A discriminação atingia, igualmente, os produtores: o cacau era pago aos africanos em valor correspondente a 2,60 francos por quilo, quanto aos europeus se lhes era ofertado o valor de 4,50 francos pelo mesmo volume.

Ademais, os brancos estavam dispensados do trabalho forçado, enquanto comunidades inteiras de negros podiam ser compelidas a trabalhar na reconstrução de estradas ou em plantações de propriedade dos brancos.

A título de exemplo, seguem as obrigações que pesavam sobre um círculo administrativo da Guiné: "Atualmente, o círculo fornece: 490 operários para a estrada de ferro Conakry-Niger; 80 operários para a plantação Baro (círculo de Kankan); 80 operários para a plantação Delsol; 15 operários para bananais africanos; 40 operários para os bananais de Linkeny; 200 operários para as obras públicas de Kankan; 100 operários para a carvoaria de Conakry; 100 operários para o trabalho de reconstrução das estradas. Total: 1.105. Trata-se de uma carga pesada para o círculo; muitas deserções ocorreram em razão da repulsa do indígena do círculo em trabalhar para outrem, mesmo quando pago e alimentado (*sic*), eis a razão das frequentes reclamações da CFCN [Estrada de

Ferro Conakry-Niger] e dos produtores agrícolas. Todo desertor capturado deve ser conduzido perante o tribunal de primeira instância (artigo 28 do Código Penal Indígena)[7]."

Em 1942, os Joola da baixa Casamansa se revoltaram contra esses excessos, conduzidos pela pastora Aline Sitoé que protestava contra o fato dos agentes do comandante exigirem dos camponeses um volume de arroz superior ao que eles realmente eram capazes de produzir. Tropas intervieram e muitos Joola foram mortos. Aline Sitoé fora exilada em Tombuctu juntamente com seus principais tenentes. Ela lá "morreria"[8]. Ali, como alhures, a produção baixara. A mão de obra era rara em razão do recrutamento e do alistamento militar mas, também, porque a população fugia dos agentes da colonização francesa e buscava refúgio nas vizinhas colônias, britânicas e portuguesas.

No Senegal, as exportações de amendoim que haviam atingido 580.000 toneladas na véspera da guerra, decaíram para 174.500 toneladas em 1941. Foi necessário proceder a um recrutamento massivo de *navetanes* ou trabalhadores temporários, em países vizinhos como a Guiné francesa e o Sudão francês, para que a produção atingisse 429.000 toneladas, em 1945[9]. A guerra sofreu um feliz contragolpe no Senegal: como prelúdio de uma assaz tímida industrialização, uma fábrica de óleo vegetal lá fora criada pela empresa francesa Lesieur, à qual se concedera a autorização para a construção de uma olearia em Dakar; a sua produção atingiu, em 1941, o patamar de 40.000 toneladas. O governo recebeu solicitações de outras indústrias no sentido da obtenção de autorização para a abertura de usinas e, apesar da impropriedade e o conservadorismo administrativos, o movimento estava inclinado em direção a uma nova auto-suficiência econômica. Desta forma, "apesar da oposição dos industriais metropolitanos, a indústria do óleo se desenvolveu no Senegal, após a penúria de matéria-prima oleaginosa, inerente ao estado de guerra e à falta de transporte[10]". Nas regiões úmidas, ao longo da costa, algumas culturas de exportação afundaram, como a produção de banana, enquanto outras como o café ou o algodão progrediam. O poder de compra dos africanos, no entanto, estava arruinado pelos preços extremamente baixos dos produtos de exportação e pelos elevados preços dos produtos importados.

7 Arquivos de Kouroussa (Guiné), relatório político de 25 de agosto de 1942, citado por J. SURET--CANALE, 1964, pp. 580-581.

8 L. V. THOMAS, 1958, vol. 1, p. 22 e subsequentes.

9 J. SURET-CANALE, 1964, p. 592.

10 J. FOUQUET, 1958, citado por J. SURET-CANALE, 1964, p. 594.

A exploração econômica foi acompanhada, na África Ocidental, por um endurecimento na política colonial. O regime de Vichy, de orientação fascista, suprimira todas as instituições de caráter "representativo", o Conselho Colonial, os conselhos municipais, os partidos políticos, os sindicatos e a representação na Assembleia Nacional francesa haviam desaparecido com o fim desta última. O Código Penal fora revisado e ganhara caráter repressivo. O regime fascista também introduzira medidas racistas até então desconhecidas: racionamentos distintos em função da origem africana ou europeia, vagões diferentes para viajantes brancos ou negros e, inclusive, tarifas variadas de acordo com a característica racial.

Situação política e social

A década de 1935-1945 conheceu, senão mudanças, pelo menos sinais indicadores de reviravoltas. A letargia que caracterizava a economia das colônias portuguesas e espanholas correspondia, muito naturalmente, ao conservadorismo social. As estruturas sociais lá permaneciam imutáveis e os pequenos territórios ignoravam quase completamente a vida urbana que implicava, em si, grandes mudanças. Bissau ou Praia eram apenas grandes vilarejos onde alguns brancos e mestiços viviam a parte, em velhos bairros coloniais. Lourenço Marques e Luanda eram certamente diferentes mas, a vida urbana africana que a geração precedente conhecera em toda a sua animação estava adormecida. Por toda a África, os campos lideravam o trabalho colonial e a extração de produtos agrícolas, entretanto, o ambiente rural não desfrutava de nenhum benefício destas atividades. As grandes plantações que atraíam migrantes provenientes do continente, nas ilhas de São Tomé e de Fernando Poo, lhes proporcionavam trabalho, mediante um sistema que não perturbava a ordem estabelecida pelo colonizador.

Nas possessões francesas, os sinais de mudança eram mais perceptíveis. Embora o governo da Frente Popular tivesse curta duração e a sua política colonial não se distinguisse por nenhum radicalismo, a chegada dos socialistas ao poder afetou a vida nas colônias. Em Dakar, Brazzaville ou Cotonu, a vida urbana conheceu certa animação, graças aos "evoluídos" e aos sindicatos, legalizados em 11 de maio de 1937. Embora não seja possível falar, verdadeiramente, de uma burguesia no Senegal, os comerciantes, os funcionários públicos e alguns ricos mercadores, lá constituíam uma categoria interessada pela vida na colônia e os operários lá formavam uma categoria relativamente numerosa, suficiente-

mente organizada e capaz de desencadear greves como aquela dos ferroviários de Thiès, em 1938.

Até 1939, os campos levaram, sem grandes alterações, a tradicional vida patriarcal; mas, por toda a parte, o esforço de guerra rasgaria o véu. Um lento movimento populacional aconteceu em direção às capitais-cantonais e regionais. Por toda a parte, este esforço tornara odiosos os chefes de cantão e os comandantes de círculo; os primeiros eram tidos, desde logo, como agentes malfeitores do colonialismo. Assim, muitas famílias de chefes estavam desacreditadas, levando as autoridades coloniais a revogar ou mesmo prender os chefes cuja credibilidade e prestígio estivessem perdidos aos olhos da população. O questionamento das estruturas tradicionais teve início no contexto de reclamações formuladas contra os chefes; o surgimento de dirigentes políticos precipitaria este processo.

Em alguns casos, a resistência africana armada diante da dominação francesa, observada durante esta década, tinha raízes em uma época bem anterior. Nos anos 30, os kabila mouros haviam continuado a lançar razias (ghazwa) contra as fortificações e os estabelecimentos franceses da Mauritânia. Entre 1931 e 1933, os Rikaybat (Reguibat) lançariam ataques semeadores de confusão entre os franceses, derrotados em Moutounsi. As tropas motorizadas vindas do Magreb ocupariam Tindouf, o último ponto insubmisso, somente em 1935, realizando assim a primeira ligação terrestre entre o Marrocos e a África Ocidental[11].

A paz colonial e o desenvolvimento do comércio favoreceram – a contragosto dos colonizadores – a expansão do islã, enquanto os missionários expandiam o cristianismo. Dois movimentos islâmicos, com raízes no período precedente, merecem especial menção: o mouridismo, no Senegal e o hamallismo, no Sudão francês.

O mouridismo, ligado à Kadirïyya do Marrocos, foi fundado aproximadamente no fim do século XIX, por Shaykh Ahmadu Bamba, deportado duas vezes, primeiro para o Gabão (1895-1902) e em seguida para a Mauritânia (1902-1907). A sua ação desenrolou-se essencialmente na região wolof, no Senegal, profundamente afetado em razão das transformações geradas pela conquista e pela longa presença europeia. Ahmadu Bamba era não violento; sem por em xeque o regime colonial, a sua doutrina exigia do discípulo uma obediência absoluta ao chefe e aos seus mandatários. Dessa forma, estabelecia--se uma cadeia e uma rigorosa hierarquia; camponeses e outros elementos rurais encontravam, por esse viés, uma proteção patriarcal diante dos colo-

11 J. SURET-CANALE, 1964, p. 530.

nos, substitutos dos chefes tradicionais. Ahmadu Bamba afirmava o caráter santificador do trabalho militante em serviço do marabuto. As autoridades reconheceram no mouridismo um caráter inofensivo; Touba, a cidade santa do mouridismo, tornara-se em 1927, após a morte de Ahmadu Bamba, uma populosa cidade onde "o camponês seria chamado a cultivar a terra e a produzir muito amendoim. [...] O coletivismo patriarcal assim ressurgiu, consagrado por um laço religioso. Ele exigia um trabalho muito penoso mas, assegurava a salvação eterna e a sobrevivência em um mundo difícil[12]". O mouridismo aparecia desta forma como uma adaptação ao sistema imposto pelo colonizador; após as dissidências consecutivas à morte do seu fundador, a nova confraria instalou-se confortavelmente no quadro colonial, ainda mais facilmente porque os chefes mouridos eram os maiores produtores de amendoim. Assistimos nos anos 30 a uma verdadeira colonização mourida nas terras do Jolof e do Cayor, onde a confraria fundara comunidades agrícolas, estendendo assim a produção de amendoim. Em 1936, um conflito opôs pioneiros mouridos e clãs fulbe no Baol; apesar do veredicto do tribunal colonial, favorável ao reconhecimento dos Fulbe como legítimos proprietários das terras, os mouridos utilizariam a força e destruiriam os vilarejos de pastores. A administração seria conivente com os produtores de amendoim.

Em 1945, os mouridos eram estimados em 100.000 indivíduos. Eles produziam a terça parte do amendoim no Senegal. Transformada em lugar de peregrinação, desde então, Touba atraía dezenas de milhares de peregrinos desejosos em visitar o túmulo de Ahmadu Bamba e oferecer as suas oferendas ao chefe da confraria.

O hamalismo nasceu no Sudão (atual Mali), em Nioro do Sahel. Um místico, Shaykh Hamallah (na realidade, Hamahullah), atraiu para si milhares de adeptos e foi alvo de violentos ataques provenientes das confrarias estabelecidas. Em que pesem alguns desvios, ele se apresentou como um dos principais propagadores do Tijaniyya na África Ocidental e também combatera pela dignidade e pela identidade dos povos da África. As autoridades coloniais prenderam-no, em consequência de incidentes desenrolados em Nioro, no ano de 1933, e internaram-no durante dois anos. Mas, as lutas entre hamalistas e membros de outras confrarias seriam retomadas. Como decorrência de divergências teológicas, estes acontecimentos encobriam uma profunda desaprovação, por parte dos hamalistas, da posição dos sujeitos coloniais e daqueles

12 Ibid., p. 540; para um estudo detalhado consultar D. C. O'BRIEN, 1971.

que haviam colaborado com a administração ou tinham permanecido passivos. Em 1940, partidários e adversários do Shaykh Hamallah se enfrentaram em razão de um assunto relativo ao pastoreio; houve aproximadamente 400 vítimas nessa disputa. O poder colonial sensibilizou-se e condenou o marabuto à deportação, primeiramente na Argélia e em seguida na França, onde ele morreria em 1943[13]. Uma consequência inesperada deste movimento foi a retificação das fronteiras entre a Mauritânia e o Sudão francês, em detrimento deste último, porque era desejado que os hamalistas do Hodh estivessem subordinados a uma administração única[14].

Os primeiros movimentos sindicais e a nova política

Como observado, é no Senegal que apareceram os primeiros indícios de agitação política, no quadro das Quatro Comunas. Blaise Diagne, subsecretário de Estado nas colônias e patrono da Exposição Colonial em Paris nos idos de 1931, morreria em 1934[15]. Uma oposição se manifestara contra ele, nos anos 20, originária do movimento Jovem Senegal, animado por Tiécoura Diop. A oposição denunciou a exploração colonial da qual Blaise Diagne aparecia como um agente; mas, na realidade, os defensores desta posição acomodar-se-iam muito bem no posto de Diagne e em suas funções. Estas lutas políticas situar-se-iam, de forma estrita, no âmbito das Quatro Comunas. Diagne, tanto quanto seus oponentes, pouco se preocupava com o restante do Senegal, sem citar seu descaso diante dos outros países da África Ocidental. Em 1928, Galandou Diouf, prefeito de Rufisque e tenente de Diagne, se voltou em oposição a este último e se apresentou contra seu patrão. Ele era apoiado por um jornal de Dakar, *Périscope africain*. Primeiramente derrotado, ele seria eleito deputado na Assembleia Nacional, em 1934, com a morte de Blaise Diagne. Nenhum programa político colocava de fato em questão o sistema colonial.

Nas outras colônias francesas, o Daomé também exercia uma importante influência sobre a classe média. Numerosos jornais lá eram publicados, segundo procedimentos artesanais. Em 1936, uma dúzia dentre eles tiveram uma efêmera existência, os mais notáveis eram: *La Voix du Dahomey, Le Courrier du golfe du Bénin, Le Phare du Dahomey* e *L'Étoile du Dahomey*.

---

13 V. MONTEIL, 1964, p.128.

14 Acerca do Hamallismo, ver a excelente monografia de A. TRAORÉ, 1983.

15 Sobre Blaise Diagne e sua política, consultar A. A. BOAHEN (org.), 1987, cap. 25, pp. 689-692.

O aumento da resistência econômica africana e o desenvolvimento das negociações coletivas marcaram este período. Os primeiros sindicatos africanos se formaram no fim dos anos 30, após a promulgação do decreto de 20 de março de 1937 que instaurava os contratos coletivos de trabalho e a eleição de delegados representantes dos trabalhadores. Este mesmo ano constitui um ponto de inflexão, em razão das greves sindicais ocorridas na África Ocidental. Durante a segunda metade do século XIX, a AOF e sobretudo o Senegal já haviam utilizado esta moderna arma do movimento operário mas, em 1937-1938, as greves ganhariam uma amplitude sem precedentes. O movimento sindical atingira seu apogeu com a greve dos ferroviários de Thiès, em 1938, em que os diaristas da estrada de ferro Dakar-Niger protestaram energicamente contra a situação a eles imposta. O poder colonial convocou o exército e os mortos e feridos alcançaram, nas fileiras grevistas, respectivamente, 6 e 53 ativistas. Entretanto, a greve terminou com uma vitória dos trabalhadores. O governo aceitara a não aplicação de sanções, a supressão dos entraves ao direito de associação, o exame das reivindicações e a indenização das famílias das vítimas.

O Ministério das Colônias contabilizou, entre 1937 e 1938, 38 greves no seio da AOF, dentre as quais 13 em Dakar, 3 no Senegal fora de Dakar, 2 no Sudão francês, 7 na Guiné e 8 na Costa do Marfim. O mais violento enfrentamento aconteceu em Thiaroye, no ano de 1944, causando numerosas vítimas fatais. A atividade sindical se desenvolveu, principalmente, à margem dos partidos, embora sob a égide do governo da Frente Popular. Todavia, é preciso notar a criação do Partido Socialista Senegalês, pelo advogado Lamine Gueye em 1935, organização dirigente de campanhas contra o deputado Galandou Diouf, sucessor de Diagne. Os partidos operários franceses se esforçaram para se instalar no Senegal, intuindo assim usufruir do avanço da Frente Popular[16]. A guerra colocaria um termo a estes debates políticos na África.

A conferência de Brazzaville

Em 1943, após o desembarque dos Aliados na Argélia e no Marrocos e a derrota das forças armadas das potências do Eixo, na África do Norte, o Comitê Francês de Libertação Nacional do general de Gaulle se instalou na Argélia. Ao menos no que tange ao Império francês, a era do fascismo encontrara seu ocaso.

16 Em 1938, o Partido Socialista Senegalês fundiu-se com a SFIO (Sessão Francesa da Internacional Operária), o Partido Socialista Francês.

FIGURA 3.1 Conferência de Brazzaville, em fevereiro de 1944; à esquerda, o governador-geral Félix Eboué; à direita, o general de Gaulle. (Foto: AFP, Paris.)

Uma após a outra, as colônias africanas se livraram do regime de Vichy e se aliaram ao general De Gaulle. Com o intuito de salvar o império colonial e dele extrair novos recursos, o Comitê convocou, em janeiro-fevereiro de 1944, uma conferência em Brazzaville. Esta conferência definiria os princípios da política no pós-guerra, enquanto as forças coligadas contra Hitler se preparavam para a vitória sobre o fascismo.

Superestimou-se em muito o alcance desta conferência em relação ao destino das colônias. Tratava-se obviamente do fim dos excessos fascistas mas, a conferência não tinha, em hipótese alguma, o objetivo de inaugurar uma nova era para os sujeitos colonizados. Muito em contrário, ela tencionava melhor estabilizar o sistema e preservá-lo das influências externas, especialmente americanas. Ela foi denominada "Conferência Africana Francesa de Brazzaville", o que reflete suficientemente as intenções dos organizadores. O general De Gaulle compreendera que para continuar a pedir aos africanos uma contribuição de guerra, de mais em mais pesada, seria necessário prometer mudanças. Não poder-se-ia, doravante e por muito tempo, falar em liberdade e democracia, negando aos

africanos estes direitos fundamentais. Ele declarou: "...na África francesa, como em todos os territórios onde homens vivem sob a nossa bandeira, não haveria nenhum progresso digno de nota se, em sua terra natal, estes indivíduos não pudessem, moralmente e materialmente, dele tirar proveito e, se estes mesmos elementos, não pudessem se elevar pouco a pouco em níveis que lhes tornassem capazes de participar, em seu próprio país, da gestão dos seus próprios assuntos. É dever da França proceder de forma a concretizar tudo isso. Tal é o objetivo em direção ao qual nós devemos nos orientar. Nós não nos dissimulamos a extensão dessas etapas[17]." Nesta declaração, o chefe da França livre não chegaria ao ponto de proclamar o direito dos povos à autodeterminação, apesar da sua alusão, especialmente ao afirmar: "...participar, em seu próprio país, da gestão dos seus próprios assuntos".

Deve ser sublinhado que a conferência de Brazzaville foi, antes de tudo, uma reunião de militares e altos-funcionários. Ela foi presidida pelo comissário das colônias, René Pleven, e dela participaram: os governadores-gerais da AOF, da AEF e de Madagascar; notáveis coloniais; bem como representantes do comércio, da indústria e das missões. Fora tomado o devido cuidado em dela isolar qualquer comunista. Mas, o traço de maior significado consistia na absoluta ausência de representantes africanos. Mesmo livre do seu fascismo, o colonialismo europeu ainda permanecia racista.

A conferência de Brazzaville estabeleceu um princípio: "Os fins da obra de colonização, executada pela França nas colônias, *descartam toda ideia de autonomia e qualquer possibilidade de evolução fora do bloco do império: a eventual constituição, mesmo longínqua, de um autogoverno nas colônias deve ser suprimida*[18]." Nada seria mais claro: permanecendo o princípio da soberania colonial eternamente intangível, os africanos não poderiam esperar chegar ao autogoverno ou à independência. A conferência propusera, entretanto, dotar as colônias de uma assembleia federal; se ela preconizou respeito aos costumes africanos, por um lado, ela também se opôs, por outro lado, ao uso das línguas africanas no ensino.

Retenhamos, simplesmente, que as autoridades coloniais haviam reconhecido a necessidade de mudanças mas, nenhum dos participantes desta conferência podia imaginar a rapidez com que a África faria o seu ingresso no cenário internacional, alguns meses após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Mais tarde, no momento da de, os princípios de Brazzaville constituir-se-iam em um dos mais rígidos entraves a impedir as autoridades francesas de compre-

---

17 A *Conferência Africano-Francesa*, 1944, p. 38, citação de J. SURET-CANALE, 1964, pp. 597-598.

18 Ibid., p. 45, sublinhado no original, citado por J. SURET-CANALE, 1964, p. 599.

enderem os profundos movimentos desenrolados na África e de assimilarem a vontade da população em se desfazer do jugo colonial. Mesmo o traumatismo causado pela ocupação nazista não levaria a França à compreensão do quão nocivo era o imperialismo – ao menos até então.

Conclusão

Como as tendências fascistas na Europa, de 1935 a 1945, teriam elas pesado na evolução dos impérios francês, português e espanhol? Neste capítulo, esforçamo-nos em demonstrar: primeiramente, que os excessos dos partidos de direita na Europa não teriam senão agravado os problemas africanos e provocado uma reação africana; igualmente, que a profunda natureza do colonialismo europeu já seria caracterizada pelo racismo e pela exploração, antes mesmo da ascendência, na Europa, do totalitarismo dos anos 30; e, finalmente, que esta natureza não teria mudado com o fim da era fascista.

Em seu conjunto, a década de 1935-1945 marcara, antes e sobremaneira, o nacionalismo africano comparativamente aos seus efeitos sobre as políticas coloniais europeias. O racismo europeu e a exploração imperial permaneceram quase idênticos, ao passo que a África se encontrava cada vez menos disposta a tolerar a sua própria humilhação. Este período viu se cristalizarem novas formas de resistência africana, notadamente: movimentos políticos, uma ebulição religiosa e cultural, uma nova atividade sindical, um crescimento dos movimentos grevistas, bem como a aparição do jornalismo político africano.

A Segunda Guerra Mundial teve um papel particularmente importante, como catalisadora. Este conflito *não ensinou* a Europa a ser menos imperialista mas, instruiu a África no sentido de ser mais nacionalista e, neste último continente, também estimulou a tomada de consciência política. As massas camponesas, esgotadas pelo esforço de guerra, escutaram, com especial atenção, os dirigentes, surgidos muito rapidamente, no momento da eleição de deputados negros para a Assembleia Nacional Francesa. O sistema colonial se tornara tão intolerável a ponto de permitir o combate, lado a lado com o colonizador, em prol da liberdade. A efervescência ganhara toda a África tropical; os sobressaltos, greves, manifestações e revoltas revelariam o caráter dos tempos do pós-guerra, nitidamente distintos do imobilismo próprio ao período precedente. Com o nascimento dos partidos políticos, como o *Rassemblement démocratique africain*, de Félix Houphouët-Boigny em 1946, a África tropical entrara bruscamente no

ciclo das lutas de libertação, iniciadas nas colônias francesas, desde 1945[19]. As colônias portuguesas e espanholas, atrasadas em sua evolução social e econômica, sairiam pouco a pouco de sua letargia mas, ao interditar qualquer possibilidade de organização política ou sindical, os regimes fascistas nas metrópoles haviam eliminado qualquer possibilidade de aprendizado da vida política. Entretanto, o despertar dos povos destas colônias ecoou mais tarde com tamanho impacto que desestabilizaria a ditadura em Portugal, contribuindo para a libertação do próprio povo português.

19 A RDA (Organização Democrática Africana) nasceu em Bamako (Sudão francês, atual Mali) em outubro de 1946. Foi precedida pela União Voltaica, criada em 1945, e pelo PDCI (Partido Democrático da Costa do Marfim), nascido em abril de 1946.

CAPÍTULO 4

A África sob domínio britânico e belga

Michael Crowder

A priori, é provavelmente difícil, quando não extravagante, aproximar os regimes coloniais britânico e belga na África, tamanha a diferença aparente em seus funcionamentos. No máximo poder-se-ia, em se tratando de um tema examinado no contexto acadêmico, comparar por oposição o regime colonial britânico na Nigéria e o regime belga no Congo (atual R. D. do Congo). Entre 1935 e 1945, a Grã-Bretanha controlava dezesseis territórios africanos, exceção feita da África do Sul cuja efetiva independência ocorrera desde 1931, e do Egito, no qual a "independência" se encontrava relativamente restringida em razão da presença de tropas britânicas em seu território, especialmente durante a guerra. Em oposição, a Bélgica controlava uma única e enorme colônia, o Congo, associada a um território bem diminuto, correspondente ao Ruanda-Urundi (atuais Ruanda e Burundi), colocado sob o seu mandato. Desde 1925, este último território era administrado como parte integrante do Congo, tal qual o Togo que, sob mandato britânico, se encontrava administrado como se pertencesse à Costa-do-Ouro (atual Gana).

Diferentemente da França que estabelecera um sistema administrativo quase integralmente uniforme no conjunto das suas quatorze colônias da África tropical, a Grã-Bretanha implantou diversos sistemas com vistas a administrar as suas dependências africanas, de forma a tornar muito difícil conceber, no tangente a estes sistemas, qualquer generalização. Passava-se assim da Rodésia do Sul

(atual Zimbábue), onde os colonos brancos haviam obtido em 1923 o direito de gerenciar os seus próprios assuntos internos, ao seu vizinho, o protetorado de Bechuanaland (atual Botsuana), no qual os *dikgosi* ("chefes" em língua colonial) detinham considerável poder na administração dos assuntos cotidianos do seu povo[1]. Toda tentativa de generalização concernente ao regime colonial britânico na África se torna ainda mais delicada em função da facilidade em se encontrar, no mesmo território, múltiplos sistemas administrativos, lado a lado, em funcionamento. Desta forma, a população africana espalhada pelo protetorado de Bechuanaland era administrada, segundo a sua localização, através de uma das quatro seguintes maneiras: a administração indireta (*indirect rule*) por intermédio de um *kgosi* tswana, nas oito reservas "tribais"; a administração por sociedade comercial detentora da concessão Tati; a administração direta de um magistrado britânico, nas terras da Coroa; e, enfim, a administração dos juízes de paz, membros da comunidade dos colonos, nos diversos *blocks*, terras reservadas aos agricultores brancos. Na Nigéria, apesar do amálgama realizado em 1914 por sir Frederick Lugard, a administração indireta, aplicada no norte e no sul do país, apresentava na prática sensíveis diferenças. Neste contexto, as províncias setentrionais resistiram com sucesso, até o fim do período considerado, à submissão frente à autoridade central de Lagos[2].

A administração do Congo belga não tinha perfil mais uniforme se comparada àquela da Nigéria, pois era preciso considerar a diversidade de estruturas sociais existente no interior das suas fronteiras, bem como as muito específicas necessidades das grandes plantações e concessões minerais onde modalidades especiais foram obrigatoriamente implantadas para o enquadramento dos africanos, transformados, da noite para o dia, de cultivadores individuais em operários assalariados. Um sistema administrativo aplicável junto a camponeses trabalhando por sua própria conta não convinha, evidentemente, a operários empregados em plantações de palmeiras-dendê, pertencentes ao grupo Lever ou ainda nas minas de cobre do Katanga. A administração indireta, à moda belga, tampouco tinha o seu próprio espaço nas novas aglomerações urbanas, como Léopoldville (atual Kinshasa), centro administrativo e de pequenas indústrias, ou Élisabethville (atual Lubumbashi), cidade gerida por uma companhia mineira. Estas cidades viriam, ambas, a conhecer uma rápida expansão no curso da Segunda Guerra Mundial. Aparentemente similares, as províncias de Ruanda

1 No tocante aos métodos empregados pelos britânicos para administrar as comunidades africanas, consultar M. HAILEY, 1951, obra indispensável.

2 Ver J. WHITE, 1981.

e de Urundi apresentavam, todavia, diferenças. Em Urundi, "a autoridade dos chefes não fora jamais seriamente questionada pela administração. Com efeito, certos chefes conseguiram arrogar-se poderes absolutos em suas província. Eles depositavam ou não o imposto, unicamente de acordo com sua vontade[3]". No Ruanda, em contrário, R. Lemarchand mostra que "a embaraçosa trindade de chefes – chefe de terras, chefe de rebanho e chefe de guerra – fora substituída pela autoridade de um chefe único e a Coroa se tornara, por conseguinte, muito mais importante em relação ao Urundi[4]". No Congo belga, grande número de chefes tradicionais haviam sido destituídos e substituídos pelos "chefes dos brancos", segundo a memorável expressão do governador-geral Pierre Ryckmans. Os belgas não aplicavam menos administração direta no sistema, comparativamente ao que eles haviam implementado no Congo e no território sob mandato.

Além das numerosas diferenças discerníveis entre as administrações das duas potências coloniais, sem citar aquelas existentes no interior dos próprios territórios, os dois sistemas foram submetidos, entre 1935 e 1945, a consideráveis tensões de profundas repercussões, não somente no tangente às modalidades de administração colonial mas, igualmente, no tocante às reações, por parte dos africanos, às quais esta administração se aplicava. Mudanças muito consideráveis foram desencadeadas pela grande crise econômica cujas ondas de choque se propagaram em toda a África a partir de 1933. Muito rapidamente, eclodiria a Segunda Guerra Mundial que seria, de diversas maneiras, uma experiência traumática, tanto para os governantes, quanto para os governados da África britânica e, com maior gravidade, da África belga. No referente a esta última, após a conquista da Bélgica pelos nazistas, o Congo tornar-se-ia, na prática, um Estado-colônia independente.

A abordagem da história da África britânica e belga, em 1935 e 1945, requer, de forma imprescindível, a renúncia à tentação em se estabelecer uma nítida distinção entre os sistemas administrativos das potências e entre as suas respectivas estratégias de exploração. Antes, é mister proceder à triagem dos diversos instrumentos administrativos e de desenvolvimento que ambas adotaram, com o intuito de destacar, posteriormente, o leque completo de fórmulas, políticas e econômicas, aplicadas pelos governantes aos governados. A variedade de fórmulas empregadas comportava: desde a incipiente iniciativa, econômica e política, concedida ao africano, por exemplo na Rodésia do Sul, até a importante par-

3 R. LEMARCHAND, 1970, p. 70.

4 Ibid., p. 79.

ticipação dos africanos no processo político e econômico, observada na Costa--do-Ouro, assim considerada, ao menos segundo os padrões coloniais da época.

O exposto acima é da competência, principalmente, das superestruturas do regime colonial, entretanto, o essencial consiste em saber como os diferentes tipos de administração, tanto britânicos quanto belgas, teriam afetado as condições de vida – sociais, econômicas, políticas e culturais – dos africanos, aos quais estas diferentes modalidades administrativas se aplicavam. É aqui que os dois grandes acontecimentos planetários, a saber, a Grande Depressão e a Segunda Guerra Mundial, com as suas dramáticas consequências para os africanos, surgem como reveladores, permitindo-nos compreender, em seus diversos aspectos, o impacto do regime colonial e as variadas reações por ele suscitadas no momento da sua imposição. A Segunda Guerra Mundial, muito negligenciada no conjunto da historiografia da época colonial na África, começou recentemente a receber a sua devida atenção[5]. Até bem pouco, era frequente admitir que a Segunda Guerra Mundial teria marcado um ponto de inflexão na história colonial da África, pois seria o momento durante o qual os franceses e, com maior ênfase, os britânicos teriam começado a projetar seriamente a devolução do poder político em mãos dos seus sujeitos africanos. Estes últimos teriam passado, nestes anos de guerra, de uma atitude de aceitação passiva a uma rejeição de mais em mais nitidamente expressa da tutela colonial. Contudo, até os dias atuais, alguns especialistas sustentam que a Depressão estaria, tanto quanto a própria Guerra, na raiz das mudanças que conduziriam à "descolonização" e na base da rápida transferência do poder aos africanos, ocorrida nas colônias britânicas, belgas e francesas[6]. Em decorrência do desmoronamento do mercado mundial que sobreveio antes da guerra, as potências coloniais encontraram dificuldades em prover, aos seus sujeitos, as mercadorias necessárias, enquanto a crise solapava a sua confiança na missão imperial. Tanto no seio quanto fora dos ministérios das colônias das diversas potências metropolitanas, reformistas puderam, desde o pré-guerra, participar na formulação da política colonial. O que a Segunda Guerra Mundial acrescentaria não seria tanto a iniciativa por reformas mas, o impulso necessário a reformas já previstas ou iniciadas. Assim, na África francófona, as reformas de Brazzaville haviam bebido na fonte daquelas introduzidas,

5 Consultar, particularmente, a edição especial do *Journal of African History*, vol. 26-4, 1985; D. KILLINGRAY e R. RATHBONE, 1986.

6 Os historiadores franceses estudaram de forma especial o papel da Depressão na história colonial da África. Consultar, em particular, a edição especial da *Revue française d'histoire d'outre-mer*, vol. 63, n. 232-233, 1978. Ver, igualmente, o *Journal of African History*, número supracitado, nota 5, para comparar repercussões na África, da Depressão e aquelas concernentes à Guerra.

em 1937, pelo governo da Frente Popular. Outrossim, na África Ocidental britânica, as reformas econômicas e sociais previstas pelo *Colonial Development and Welfare Act* [lei relativa ao desenvolvimento e ao bem-estar social das colônias], de 1940, e as reformas constitucionais elaboradas no curso da Segunda Guerra Mundial têm, todas, antecedentes no período do pré-guerra. Inversamente, ao diminuir brutalmente o poder de compra dos africanos nas cidades e meio rural, a Depressão alimentara um crescente descontentamento popular em relação ao poder colonial, insatisfação esta, traduzida em numerosas regiões por agitação, levantes e manifestações, dentre os quais o confronto mais espetacular, do ponto de vista político ou econômico, ocorreria em 1937, por ocasião da recusa em se vender cacau na Costa-do-Ouro. Outros especialistas, não interpretando as reformas do British Colonial Office como um ato de antecipação política mas, como uma simples resposta à crescente pressão dos nacionalistas, sublinham a importância, a partir de 1936, da "crise abissínia" que revoltara os intelectuais africanos e reforçara a sua exigência de participação em seus próprios assuntos.

O leque de estruturas políticas e econômicas nos territórios sob domínio britânico e belga

As possessões coloniais da Grã Bretanha e da Bélgica, em meados dos anos 30, podem ser estudadas, de parte a outra, com base em um amplo leque. Em um extremo de opções, temos uma situação na qual a administração e a política econômica se pautavam pelas diretrizes próprias ao desenvolvimento de recursos por intermédio de colonos brancos e, no extremo oposto de possibilidades, encontramos uma condição em que os africanos eram considerados os agentes principais deste desenvolvimento.

Nas colônias povoadas por brancos, como a Rodésia do Sul por exemplo, ou na província do Katanga (atual Shaba), no Congo belga, os imigrantes europeus eram considerados os principais atores na exploração dos recursos, os africanos, por sua vez, eram os seus funcionários neste processo: simples cumpridores de tarefas a serviço dos brancos que lhes haviam subtraído as suas terras. Para estas colônias, a imagem modelo era a União Sul-Africana que, embora independente, ainda permanecia estreitamente associada à Grã-Bretanha na qualidade de *dominion* [Antiga colônia britânica de povoamento europeu provida de um correlato governo responsável; nos dias atuais, um Estado politicamente independente no seio do Commonwealth] do seu império. A Rodésia do Sul estava no limiar de lograr êxito nesta tentativa de imitação do modelo sul-africano:

desde 1934, os colonos brancos lá possuíam cerca de vinte milhões de hectares, isto equivale a dizer, 50% das terras, quanto aos africanos, somente lhes cabia por volta de 11,5 milhões de hectares, em grande parte situados nas regiões da colônia menos propícias à agricultura[7]. Tal como na África do Sul, as zonas habitadas pelos europeus e pelos africanos eram estritamente delimitadas pelo *Land Apportionment Act* [lei concernente à partilha das terras] de 1930. O sistema dos passes livres para africanos fora instaurado pela lei de 1936, relativa ao registro obrigatório dos autóctones (*Native Registration Act*).

Atribuía-se pouca importância ao estatuto tradicional dos chefes e, na prática, os africanos viviam sob um sistema administrativo direto no qual os chefes eram os soldados rasos da administração, com poderes restritos e uma pequena margem de iniciativa.

A Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e a Suazilândia eram ambas consideradas pelo Governo britânico sobretudo como territórios de colonização branca, embora ainda lhes faltasse um longo caminho a percorrer para alcançarem os níveis da Rodésia do Sul. Na Rodésia do Norte, os colonos brancos eram bem menos numerosos que na Rodésia do Sul e detinham uma fração consideravelmente menor das terras: nada além de 18.800 km^2 diante dos 702.842 km^2 reservados aos africanos. Os brancos possuíam, ademais, no *Copper Belt* [cinturão de cobre], importantes empresas mineradoras cujos interesses não coincidiam sempre com aqueles dos agricultores brancos. No plano político, os colonos brancos eram bem menos influentes que na Rodésia do Sul, seus pontos de apoio se limitavam à linha da estrada de ferro e às terras dos agricultores brancos. Eles não dispunham senão de uma minoria de votos nos conselhos executivo e legislativo onde os funcionários britânicos contavam com um peso preponderante. A maioria dos africanos era administrada por funcionários britânicos que aplicavam, por exemplo na província de Barotseland, uma política de administração indireta muito similar àquela em vigor na Suazilândia, no contexto do mosaico das terras africanas dependentes da autoridade do chefe supremo Sobhuza II. Na Suazilândia, os africanos haviam sido espoliados da maior parte das melhores terras, em proveito de colonos brancos, simultaneamente beneficiados com duvidosas concessões outorgadas por precedentes soberanos suázi e por uma legislação, não menos duvidosa, editada pelos primeiros administradores britânicos. Neste contexto, quando Sobhuza tentara em 1924,

7 Ver R. PALMER, 1977, para uma discussão mais aprofundada dos efeitos, sobre os africanos, da espoliação das terras.

tomar posse de algumas destas terras, ele fracassara[8]. Todavia, foi na Suazilândia que a Grã-Bretanha conheceu as piores contradições na administração das suas colônias de povoamento.

O Quênia, no entendimento dos britânicos, era geralmente considerado, antes de tudo, como uma colônia de povoamento, embora a supremacia dos interesses africanos tenha de fato sido proclamada desde 1923, e em que pese esta última ter sido uma manobra com intuito de fazer frente às reivindicações dos índios do território, pleiteantes em favor da paridade representativa no Conselho Legislativo perante os colonos brancos. De toda forma, os colonos, fazendo uso dos seus meios de expressão no Conselho Legislativo onde contavam com onze representantes eleitos, puderam exercer suficiente pressão sobre a administração colonial, com vistas a obterem a interrupção de qualquer política contrária aos seus interesses, isto pelo menos até meados dos anos 30. Somente então, em plena crise econômica, a administração se opôs a uma reestruturação no comércio atacadista, objetivando proteger a produção pouco competitiva dos colonos quenianos contra aquela dos plantadores de milho kikuyu e abuluyha[9]. Esta situação contrasta com aquela da Rodésia do Sul, onde os colonos imporiam o seu monopólio no mercado local e se entenderiam com os exploradores das minas de cobre da Rodésia do Norte, com o intuito de lhes fornecer milho a preços elevados e garantir para si, em contrapartida, uma oferta de mão de obra imigrada de custo reduzido[10].

Como veremos, a doutrina da "preponderância dos interesses dos africanos" seria, uma vez mais, confrontada a pesados desafios no curso da Segunda Guerra Mundial, momento em que a administração queniana fora obrigada a fazer concessões diante das exigências dos colonos para continuar o esforço de guerra. Contudo, embora esta doutrina possa ter parecido muito oca aos olhos dos quenianos africanos, cujas condições de trabalho eram, frequentemente, tão duras quanto aquelas dos negros da Rodésia do Sul, eles ao menos estariam em vantagem em relação àqueles da Rodésia do Norte. Pois, naquela região, nos anos 30, o futuro da colônia ainda se identificava com o interesse predominante dos colonos, ao passo que tal estatuto fora, pelo menos oficialmente, recusado aos colonos quenianos.

A comparação entre a Rodésia do Norte e o Quênia evidencia muito bem toda dificuldade existente na identificação do exato posicionamento de uma

8 Ver H. KUPER, 1978, em especial o capítulo 6.

9 D. ANDERSON e D. THROUP, 1985, p. 328.

10 Ibid.

colônia no leque de alternativas por nós examinado. O contraste era total entre estas colônias de povoamento e as quatro colônias britânicas da África Ocidental – a Nigéria, a Costa-do-Ouro, a Gâmbia e Serra Leoa – onde a questão relativa a saber para quais interesses deveria se voltar a preponderância nunca se apresentara. O africano destes territórios era considerado como o principal ator da produção, mesmo que fosse ao serviço do capitalismo de negócios. Por conseguinte, a espoliação das terras em benefício de agricultores europeus, para criar explorações individuais ou montar grandes plantações comerciais, fora proibida[11]. Tal era igualmente a política amiúde seguida na Uganda, onde uma tentativa de povoamento branco havia fracassado, assim como no Sudão anglo-egípcio. Nestes países, uma vez mais, a regra admitia importantes exceções. Empresas mineradoras foram autorizadas a se apropriar de áreas na Costa-do-Ouro para ali extraírem ouro, outras, em Serra Leoa para explorar minas de ferro e diamante e, outras tantas, na Nigéria para sondar minas de estanho. No Sudão, a administração patrocinara o grande projeto da Gezira que implicava a requisição de mais de 400.000 hectares para a produção comercial do algodão. De maneira análoga, na Nigéria, os poderes públicos requisitariam terrenos com o intuito de permitir a abertura de minas de carvão cuja produção deveria abastecer a rede ferroviária em combustível[12].

Mas, em todas estas colônias britânicas da África Ocidental, a administração acontecia de forma indireta, por intermédio dos chefes tradicionais que se haviam tornado os principais responsáveis pelos organismos locais, em sua maioria, detentores de quase as mesmas atribuições que um conselho de condado na Grã-Bretanha, com a pequena diferença de também se atribuir, a estes chefes, o encargo pessoal de promover a justiça. Em contrapartida, eles se encontravam muito mais estreitamente controlados pelos agentes do governo central, se cotejados aos seus homólogos britânicos. Os funcionários da administração, por mais que fossem teoricamente apenas conselheiros junto às "autoridades indígenas", assim chamadas as unidades de poder local, na prática, se ocupavam, frequentemente e pessoalmente, da supervisão direta de numerosos aspectos da administração dos negócios. Os chefes tradicionais destes territórios tampouco conservavam grande parte da iniciativa concernente à administração dos

11 R. SHENTON, 1986, oferece uma excelente análise sobre a relação entre o capitalismo de negócios e o destino dos produtores de amendoim e de algodão na Nigéria setentrional.

12 Na Nigéria setentrional, todas as terras eram de propriedade da administração britânica; na Nigéria meridional, elas eram reputadas de "ocupação indígena" e a administração insistia, no tocante a elas, em adotar medidas visando regulamentar as transferências efetuadas por africanos a não africanos, nesse caso, excluindo-se elas mesmas, bem entendido, dessa categoria. Ver M. HAILEY, 1957, pp. 731-735.

seus sujeitos. Deve-se aqui observar que os chefes ocupantes de tais posições, no quadro deste sistema administrativo indireto, sobreviveriam ao advento da independência, ao passo que aqueles outrora agentes do regime administrativo direto desapareceriam, em sua maioria, enquanto classe. Sejam quais forem as razões deste fenômeno, o fato é que o homem branco deixava sua marca, muito menos intensamente, na vida cotidiana dos africanos em territórios administrados indiretamente. Seria todavia um erro acreditar que não houvesse, nestes territórios, qualquer traço de governo direto; quando se tratava de implementar medidas aplicadas ao conjunto da colônia, o chefe recebia as suas instruções e raramente era consultado quanto à sabedoria ou aos fundamentos das medidas, como a construção de estradas e de vias férreas territoriais ou, por exemplo, as modalidades de combate às epidemias. O chefe tornar-se-ia, desde logo, um agente da administração central como nas colônias francesas e portuguesas da África, onde efetivamente se aplicava a administração direta[13].

Entre estes dois tipos de colônia aquelas onde o europeu era o principal agente da exploração e aquelas nas quais este papel fora devolvido ao africano, haviam colônias, outras, cujos recursos agrícolas e minerais eram explorados por sociedades comerciais, maiores ou menores, dirigentes dos assuntos cotidianos da vida dos africanos por elas empregados, assim como daqueles das suas famílias. O Congo belga, com as suas imensas plantações e as suas potentes sociedades mineradoras, constitui o melhor exemplo deste tipo de colônia. Mas, o Congo também comportava vastos territórios livres de toda concessão; nestas zonas fora deliberado, por ocasião da visita do príncipe herdeiro Léopold em 1933, que a política oficial deveria consistir em deixar as terras agrícolas exclusivamente nas mãos dos africanos e em prepará-los para se tornarem, em médio prazo, os proprietários das suas terras.

Nestas regiões, situadas no exterior das zonas administradas por grandes sociedades, os congoleses eram submetidos a um sistema administrativo muito similar ao regime francês, embora o modelo ostensivamente escolhido tenha sido a administração indireta dos britânicos. Primeiramente, os belgas buscariam racionalizar as suas chefias, reduzindo o seu número com vistas a criarem unidades administrativas mais facilmente gerenciáveis. Em 1917, no Congo, contava-se 6.095 chefias mas, em 1938, este número encontrar-se-ia reduzido a 1.212, com 340 setores, reagrupando várias pequenas chefias e formando um conselho em que a presidência cabia a um dos chefes do grupo. Sistema análogo

13 O grau de ingerência dos administradores britânicos nos assuntos de um emirado ao norte da Nigéria, Gombe, é colocado em evidência com especial rigor por I. A. ABBA, 1985.

fora adotado nas assim chamadas "regiões pagãs" da Nigéria setentrional e na Tanganyika (atual Tanzânia). O sistema belga diferia do *indirect rule* britânico, em função do pouco respeito nele acordado à tradição, quando se tratava, quer da designação dos chefes, quer da reestruturação das estruturas pré-coloniais dos organismos do executivo. Todavia, é correto afirmar que os britânicos, confrontados a populações insubmissas diante de uma autoridade central, como em certas partes da Nigéria oriental, teriam criado com toda semelhança *Warrant Chiefs* [chefes designados], substituídos em razão da sua impopularidade, nos anos 30, por conselhos à imagem, tanto quanto possível, do sistema de decisões "tradicional" do grupo em questão. Aos chefes "belgas", por sua vez, não se concebia acordar senão uma pequena margem de iniciativa pessoal, eles eram supervisionados pelos seus administradores, modelo inspirado no sistema francês[14]. Inclusive onde o sistema belga se distanciava radicalmente do francês, como por exemplo no âmbito financeiro através da criação de caixas locais autóctones à moda britânica, mesmo aqui, o direito de controle, pelo chefe, sobre a alocação dos créditos era muito inferior, comparativamente àquele desfrutado pelo seu homólogo nigeriano. Ora, também aqui, Isa Alkali Abba nos convida a desconfiarmos da opinião tradicional segundo a qual o *indirect rule*, aplicado na Nigéria setentrional, deixava uma grande latitude aos emires e aos chefes de distrito; o seu estudo acerca do sistema dos chefes de distrito, em vigor em Gombe, demonstra que eles estavam sob estreita vigilância da administração britânica[15]. Ademais, nos anos 30, os britânicos haviam a tal ponto reestruturado a administração local do emirado que ela não mais possuía parentesco algum com o sistema anterior à época colonial, embora eventualmente ela fosse considerada "tradicional", tanto pelos colonizadores quanto pela população de Gombe.

No que tange às concessões de plantações ou de minas a existência do trabalhador africano era regida pela empresa que o tivesse empregado. A qualidade da administração nestas atividades era das mais variadas. No transcorrer dos anos 30, a potente União Mineira do Alto do Katanga que fornecia, em meados da década, cerca de um terço da sua produção ao Estado colonial, havia implantado uma política de estabilização da mão de obra, inspirada em outras companhias mineradoras e empresas de plantação do Congo belga. As dificuldades encontradas no recrutamento e, em seguida, na formação de bons trabalhadores haviam conduzido a União Mineira a fazer tudo ao seu alcance para conservar a sua mão de obra. Assim sendo, foi conduzida uma política empresarial paternalista,

14 Ver M. CROWDER, 1970.

15 I. A. ABBA, 1985.

motivo de reputação do Congo: oferecia-se aos operários contratos de duração trienal, encorajando-os a levar consigo as suas mulheres e as suas crianças; eles eram alojados e bem alimentados; serviços médicos lhes eram assegurados assim como às pessoas deles dependentes; a carga horária de trabalho não ultrapassava oito ou nove horas por dia e o operário tinha direito a quatro dias de descanso por mês. Os operários viviam em uma "vila de trabalhadores", colocada sob a responsabilidade de um encarregado local, nomeado pela empresa e habilitado a resolver as desavenças locais ou receber as reclamações dos seus administrados. Aos africanos pouquíssima era a iniciativa concedida na gestão da sua vida pessoal, em contraste ao que lhes era permitido na vizinha mina de Roan Antelope, em Luanshya, na Rodésia do Norte. A direção da União Mineira buscava conservar um "domínio completo sobre a vida dos seus empregados, visando aumentar a produção cobre" e, deste modo, criar aquilo descrito por Bruce Ferrer como uma "instituição opressora total[16]". Nas plantações de chá do Nyasaland (atual Malawi), os trabalhadores, considerados "pura e simplesmente como escravos[17]", eram empregados em sistema *thangata*, segundo o qual o locatário de uma parcela pertencente a europeus devia trabalhar um mês, sem salário, para pagar o imposto e outro para saldar o aluguel. No entreguerras, os plantadores possuíam o direito ao controle sobre a existência dos seus trabalhadores, sobre aquela das suas mulheres e das suas crianças, não se lhe atribuindo senão um mínimo de satisfações a dar aos representantes locais da administração britânica. Nestas condições, os operários eram então reduzidos a manifestarem a sua oposição – não de todo sem eficácia, se acreditarmos em Robin Palmer – por meio de uma cotidiana resistência pacífica, sob diversas formas (trabalho negligente, absentismo, abandono de trabalho, etc.)[18].

Durante o período em questão, dois grupos de colônias formam casos à parte, embora ambos apresentem similaridades com as três categorias de administração colonial por nós acima descritas. O primeiro grupo é composto pelos três territórios do Alto-Comissariado britânico na África do Sul (Basutoland, atual Lesoto; Bechuanaland e Suazilândia) em cuja manutenção do estatuto de entidades separadas consistira, desde sempre e a longo prazo, uma incerteza. Haja visto que a sua eventual incorporação à União Sul-Africana nunca deixaria de se apresentar como uma possibilidade, inscrita na lei de 1909 sobre a África

16 B. FETTER, 1976, p. 151.

17 L. VAIL, 1977, p. 365; 1983, pp. 50-51.

18 R. PALMER, 1986, pp. 119-121.

do Sul[19]. Nestas condições, a atitude da administração britânica era, nestes territórios, ambígua e escassa de objetivos em longo prazo, pois a sua incorporação e o dela resultante abandono de responsabilidade, permaneciam na ordem do dia. Em contrapartida, os dirigentes africanos, tanto "tradicionais" quanto "modernos" – frequentemente uma única e mesma pessoa – foram muito cedo politizados, em razão da sua determinação em repelir a ameaça de incorporação a uma União por eles odiada. Estes territórios estavam tão intimamente ligados à União que eram administrados pelo Alto-Comissariado britânico, principal representante da Grã-Bretanha junto ao Governo sul-africano. Neste quadro, cabia ao Alto-Comissariado britânico nunca perder de vista as possíveis reações do Governo sul-africano, no tocante ao que lá acontecia.

O segundo grupo de territórios era formado pelas antigas colônias alemãs, colocadas pela Sociedade das Nações, após a Primeira Guerra Mundial, sob os mandatos da Grã-Bretanha e da Bélgica. Novamente, neste caso, não havia nada em comum entre a maneira belga e o modo britânico de administrar os mandatos, e tampouco entre as diferentes formas através das quais a própria Grã-Bretanha administrava os seus mandatos no Togo, em Camarões e no Tanganyika. A única congruência entre estas fórmulas consistia na supervisão exercida pela Sociedade das Nações. Todavia e em termos práticos, aos Governos britânico e belga não se lhes obrigava, por assim dizer, a prestar contas à organização internacional, em respeito ao cumprimento das suas tarefas. Quanto à Comissão Permanente de Mandatos da Sociedade das Nações, apesar de ela certamente fazer prova de vigilância, tanto no que tange a todas as violações relativas à política de abertura dos mercados internacionais, estabelecida nos territórios sob mandato, quanto perante os eventuais possíveis abusos praticados na administração dos seus habitantes, não detinha, esta Comissão, meio algum que conduzisse os mandatários à realização de mudanças ou reformas, ela sequer fazia levantamentos *in loco* nos territórios sob a sua tutela como faria a sua sucessora, a Organização das Nações Unidas. Portanto, o fato de se tratar de territórios sob mandato exercia certa influência no comportamento das potências mandatárias. Assim, os belgas eram mais respeitosos, no Ruanda-Urundi, em relação às estruturas "tradicionais", se cotejarmos esta postura com a sua atitude no Congo; no Tanganyika, os britânicos haviam claramente declarado que este território da África oriental, colônia de povoamento à época da administração alemã, futuramente veria o cuidado com o seu desenvolvimento ser confiado aos

19 *South Africa Act*, 1909, XI: *New Provinces and Territories*, seção 151. Ver G. W. EYBERS, 1918, p. 554.

africanos e não aos europeus imigrados. O Tanganyika (antiga África-Oriental alemã) era o único, dentre estes territórios sob mandato, a ser administrado como uma entidade distinta. O território do Togo, sob mandato britânico, estava administrativamente integrado à Costa-do-Ouro. A região norte de Camarões, posta sob mandato, compunha parte integrante da província de Adamawa, na Nigéria setentrional, ao passo que o sul de Camarões constituía, do ponto de vista administrativo, uma província da Nigéria meridional[20]. O território sob a tutela de Ruanda-Urundi, todavia tratado pelos belgas como uma entidade administrativa distinta na medida em que não se encontrava submetido às mesmas políticas que aquelas aplicadas no Congo, dependia das atribuições globais do governador-geral do Congo belga.

Percebe-se então a dificuldade, quiçá a impossibilidade, em responder questões para exame, do gênero: "os africanos, conheceriam eles um destino melhor sob a autoridade dos britânicos ou submetidos àquela dos belgas?" Pois, o exercício da autoridade se revestia de formas tão diversas que as encontraríamos, todas, nos dois sistemas. Assim sendo, o trabalhador das minas de estanho em Jos, na Nigéria, exemplo típico de colônia onde os africanos asseguravam a produção, estes mineiros eram muito mais oprimidos se comparados ao congolês, camponês dedicado ao cultivo da terra por sua própria conta, ou ainda, diante do operário empregado na paternalista União Mineira[21]. Porém, os sistemas belga e britânico, apresentam uma diferença capital, seja qual fora o tipo de administração colonial junto a eles desenvolvida. Nos territórios belgas, não somente o africano não detinha nenhum direito político mas, à época à qual nos referimos, ele não era sequer suspeito de poder gozar desta atribuição, mesmo em se tratando de uma hipótese em destino longínquo.

Em adverso, nos territórios britânicos, com exceção das Rodésias e dos territórios do Alto-Comissariado, o objetivo implícito da política colonial era, a longo prazo, a outorga da responsabilidade política aos africanos. A nova constituição, concedida à Nigéria em 1922, previa a eleição de quatro africanos para o Conselho Legislativo. Inclusive na Rodésia do Sul, alguns africanos podiam alcançar o atributo da condição de eleitor, esta possibilidade ocorrera, outrossim, com indivíduos na província do Cabo, no âmbito da União Sul-Africana, em 1936. Estes territórios britânicos nos quais africanos haviam recebido, em primeira mão, uma fração do poder político e onde eles se constituíam nos principais agentes do

20 Em 1939, as Províncias meridionais foram divididas em Províncias orientais e ocidentais, o sul do Camarões, por sua vez, foi agregado administrativamente a uma província do primeiro grupo.

21 Consultar B. FREUND, 1981.

desenvolvimento econômico, tais territórios se situavam na vanguarda da marcha rumo à independência. A presença de colonos e de sociedades mineradoras fora, desde sempre, um obstáculo à atribuição do poder político, embora a experiência tenha mostrado que esta objeção não seria um entrave senão na Rodésia do Sul. Finalmente, o Quênia alcançaria a independência somente três anos após a Nigéria. Com toda evidência e apesar de tudo, o caráter da independência proviera da porção de verdadeiras formas de poder político conquistada pelos africanos e da educação nos anos que a precederam. O fiasco da independência do Congo resultou diretamente da incapacidade dos belgas em darem a seus sujeitos africanos mais que uma instrução primária e lhes oferecerem a possibilidade de participação na vida política da colônia, antes que fosse tarde demais.

Independentemente das diferenças que pudessem existir entre as modalidades administrativas sob as quais viviam os africanos e as suas diversas incidências na vida cotidiana, três eventos do período considerado marcariam senhores e sujeitos, tanto na África britânica quanto na África belga, e tiveram como efeito evidenciar as reações dos africanos diante de seus dominadores: a Depressão Econômica, a "Crise Abissínia"[22] e a Segunda Guerra Mundial.

A Depressão Econômica

O ponto culminante da crise subsequente à quebra de Wall Street em 1929 já fora superado no começo do nosso período mas, a depressão far-se-ia sentir até o momento do estímulo à recuperação econômica, ocasionado pela Segunda Guerra Mundial. As repercussões da crise variaram de colônia a outra, bem como no seio de uma mesma colônia, não somente em função das culturas desenvolvidas em tal ou qual região e dos meios de produção empregados mas, também, de acordo com a capacidade de resistência da agricultura de subsistência e do setor industrial. Igualmente, o choque da crise foi absorvido com desdobramentos diversos nas economias baseadas na extração mineral, segundo a natureza do mineral exportado. Enquanto o cobre afundara, o ouro, por sua vez, subia ao firmamento. Se, por um lado e de uma maneira geral, todos os territórios subsaarianos conheciam graves dificuldades em razão do desabamento das cotações mundiais das matérias-primas, a África do Sul, quanto a ela, pôde consolidar o seu potencial industrial e lançar as bases da sua hegemonia econômica sobre a África central e meridional.

22 Ver A. A. BOAHEN (org.), 1987, capítulo 28.

No que concerne ao camponês africano cujo trabalho era dedicado à produção voltada para culturas de exportação, ser-lhe-ia necessário, desde logo, produzir ao menos o dobro para obter o mesmo rendimento. A tonelada de amendoim de valor correspondente, em 1929-1930, a 8 libras e 18 shilings, não atingiria nada além de 2 libras e 13 shilings em 1933-1934. A reação econômica esperada, nesta situação de baixa dos preços, seria reduzir a produção e se voltar para culturas de subsistência. Contudo, certo número de fatores a isto se opunham.

Em primeiro lugar, no Congo belga, a administração se empenhou em evitar toda desmobilização econômica, para tomar a expressão de Emil Bustin[23], impondo tanto culturas obrigatórias aos camponeses, com o objetivo de exportação e para consumo interno, quanto o trabalho de extração mineral, mesmo com preços fixados abaixo das cotações de mercado. Ademais, a possibilidade de continuar a assegurar, durante os anos mais difíceis da Depressão, um aprovisionamento em alimentos baratos aos trabalhadores que haviam mantido os seus empregos, permitira reduzir eficazmente o custo da mão de obra evitando qualquer redução salarial, fato este que auxiliou as grandes sociedades a atravessarem o cabo da crise[24].

Em segundo lugar, na totalidade dos territórios que nos interessam e durante o período integralmente considerado, os africanos foram submetidos ao imposto direto. Antes da crise, era a fiscalidade indireta que garantia aos administradores coloniais a maior parte das suas receitas, com a notável exceção de três territórios do Alto-Comissariado, mas o imposto direto desempenharia, desde então, um papel deveras decisivo no conjunto do orçamento colonial. A queda catastrófica dos preços pagos aos camponeses pelos seus produtos não provocara nenhuma redução nos seus impostos. Isto significa que eles deviam produzir ainda mais para poder pagá-los. Nestas circunstâncias, na Nigéria setentrional, os agricultores tiveram que transferir ao Estado, em dado momento, até 70% dos seus rendimentos, em espécie[25].

Em terceiro lugar, em colônias como o Congo belga as quais dispunham de importante força de trabalho assalariado, a redução deste efetivo, ocasionada pela Depressão, obrigara numerosos trabalhadores a retornarem às suas cidades de origem e a cultivarem a terra para pagar os seus impostos. Com efeito, 125.000 assalariados perderiam o seu emprego no Congo, entre 1930 e 1932.

23 E. BUSTIN, 1975, p. 101.

24 B. JEWSIEWICKI, 1977, p. 328.

25 R. SHENTON, 1986, p. 102.

Em quarto lugar, numerosos africanos se haviam habituado a comprar artigos importados (roupas, utensílios de cozinha e material escolar para as crianças, por exemplo), por eles considerados não como produtos de luxo mas, como artigos de primeira necessidade, encorajando-os e levando-os, ainda mais, a cultivarem as terras para continuar a adquiri-los. O resultado final consistiu, na maioria dos casos, em aumentar a produção de culturas de exportação que, inclusive em certas situações, aumentaram em até 100%, apesar da permanência dos seus rendimentos em níveis não forçosamente superiores àqueles dos idos de 1928-1929.

Em termos gerais, os africanos que menos sofreram consequências da crise foram aqueles em menor grau engajados na engrenagem da economia capitalista mundial, isto equivale a dizer, dedicados exclusivamente à agricultura de subsistência. Já habituados a pagar impostos, eles não estariam, inclusive, senão marginalmente implicados na economia monetarista. A demanda por cereais e inhame[26] se mantinha e as indústrias tradicionais conheciam relativo ressurgimento. Em contrapartida, para aqueles que se haviam tornado dependentes da comercialização de culturas tipo exportação com o intuito de suprir parte das necessidades alimentares da sua família, o impacto da crise foi muito cruel.

Junto aos produtores rurais africanos, a Depressão fez nascer um descontentamento perante um sistema colonial que, até então e ainda que de modo marginal, pagara pelos seus produtos um preço que permitira a muitos deles melhorarem as suas condições de existência, malgrado todas as outras exações do sistema. A reversão brutal desta tendência, nos anos 30, com o surgimento do descontentamento rural, prepararia o terreno para os militantes nacionalistas, possibilitando-lhes fecundá-lo durante a década de 1940. A guerra, em que pese a forte alta dos preços relativos aos produtos de base, não fez senão exacerbar este descontentamento, pois os poderes públicos limitariam o rendimento monetário do trabalho dos cultivadores.

As repercussões da recessão mundial atingiriam duramente a indústria mineradora, em particular, das minas de cobre em Katanga e na Rodésia do Norte. Embora no que diz respeito a esta última, tenha se tratado prioritariamente de demissões operárias, recaídas sobre aqueles ocupados em trabalhos na abertura de novas minas. As cotações do cobre desabaram em 60% entre 1930 e 1932. O Ofício Central do Trabalho de Katanga (OCTK), praticamente interrompera todo recrutamento e se ocupara, em contrário, com o repatriamento de trabalhadores demitidos em relação aos quais a administração se encontrava pouco

26 Consultar R. J. GAVIN e W. OYEMAKINDE, 1980, p. 506-507, por exemplo.

disposta a vê-los em estado ocioso nos centros urbanos[27]. Mas, nas próprias localidades, a maioria dos trabalhadores reconduzidos aos seus lares "tinha a maior dificuldade em aceitar a autoridade tradicional", se dermos crédito ao diretor da OCTK quando estimava "que seria necessário certo tempo antes que eles se readaptassem à vida na sua comunidade[28]".

A queda nas cotações dos minerais provocaria uma diminuição paralela nos salários daqueles ainda empregados. A remuneração semanal dos operários nas usinas de extração de estanho, em Jos, na Nigéria setentrional, passara de 6 ou 7 shillings para 3 shillings e 6 pence. Em geral, embora a retomada tenha começado a se manifestar no setor da extração mineral, em meados dos anos 30, a produção atingiria novamente os seus níveis anteriores à crise somente no fim da Segunda Guerra Mundial. A única exceção teria sido a exploração aurífica cujas exportações mais que dobrariam em volume, entre 1933 e 1938, na Costa-do-Ouro, em consequência de um aumento da demanda mundial, acompanhado de uma alta nas cotações. Igualmente, a exploração das minas de ouro na Tanganyika progredira de tal ordem nos anos 30 que as exportações de ouro chegariam à segunda posição, em valor, comparativamente ao sisal. No Quênia, uma pequena "corrida do ouro" permitira a ocupação de certos agricultores brancos, relativamente marginalizados e expulsos da terra pela crise.

Mas, na África do Sul, foi o *boom* do ouro que provocou os mais espetaculares efeitos nos territórios britânicos da África meridional e central. A demanda por mão de obra era tal, nas minas de ouro do Witwatersrand e nas indústrias criadas pelo *boom*, que o governo da União suspendera a sua interdição à importação de mão de obra proveniente do norte do 22º paralelo, recrutando trabalhadores inclusive na Tanganyika. Numerosos dentre estes encontraram assim um trabalho, permitindo-lhes pagar os seus impostos e fornecer, na forma de ordens de pagamento, algum fundo às suas famílias. Estas remessas de fundos tornar-se-iam uma fonte vital para o Basutoland, país que não possuía outra riqueza a explorar além de sua mão de obra, e igualmente no tocante ao Bechuanaland, abalado em razão das restrições impostas pela União às importações do seu rebanho[29] e capaz, desde então, de exportar a mão de obra composta pela população habitante nas vastas extensões situadas ao norte do 22º paralelo.

Para os trabalhadores das plantações, a Depressão teve efeitos similares em todos os territórios, a saber, demissões e redução salarial. Os agricultores bran-

27 E. BUSTIN, 1975, pp. 116-117.

28 Ibid., p. 117.

29 Ver S. ETTINGER, pp. 77-85.

cos ou os proprietários metropolitanos de plantações, como o grupo Lever, não eram os únicos a empregar mão de obra agrícola imigrada. Na Costa-do-Ouro, na Nigéria ocidental e na Uganda, uma próspera classe de pequenos capitalistas africanos nascera, os seus componentes também deveriam reduzir a sua mão de obra, diminuir os salários ou renunciar ao crescimento das suas plantações[30]. Na Costa-do-Ouro, especialmente os ricos proprietários de cacauais estavam seriamente abalados pelo declínio das cotações do cacau, sobremaneira acentuado por se tratar de um alimento de luxo; eles sentiram dificuldades em conservar um estilo de vida tornado fortemente dependente de bens importados, estando inclinados a desfrutar de diversos aspectos do modo de vida ocidental, especialmente no âmbito da educação em relação à qual se tornara então mais difícil arcar com os seus custos[31]. Na Uganda, os salários da mão de obra agrícola foram em certos casos, entre 1929 e 1934, reduzidos em mais da metade, prejuízo particularmente sentido no Ruanda-Urundi, de onde provinha a maioria dos trabalhadores imigrados.

Os mais duramente atingidos pela crise, por não terem outro meio de sobrevivência ao qual recorrer, foram os pequenos colonos e os empregados expatriados das plantações e das sociedades mineradoras; quanto aos primeiros, incapazes de resistir às consequências da queda dos preços dos seus produtos, em relação aos segundos, demitidos pelos seus empregadores. Em certas cidades mineradoras, como Élisabethville, uma em cada três casas europeias estava consequentemente vazia. No Quênia, explorações agrícolas estavam ou deixadas ao abandono por seus proprietários deslocados em busca de outro emprego, ou cedidas a preços desprezíveis a grandes proprietários de terra, capazes de sobreviver apesar das dificuldades econômicas.

As empresas de importação-exportação se mostravam particularmente vulneráveis diante da situação econômica, numerosas pequenas firmas seriam fechadas ou compradas por organizações mais solidamente estabelecidas. Uma vez mais, muitos empregados, brancos e africanos, foram demitidos, entre eles contava-se grande número de empregados de repartições, instruídos, porém sem nenhuma perspectiva de realocação, salvo no setor educacional onde alguns encontrariam ocupação. Eles também viriam a aumentar as fileiras dos partidos políticos que

30 No tocante às diferentes reações diante da crise, nos pequenos países africanos, conferir, por exemplo, G. AUSTIN, 1987; J. D. Y. PEEL, 1983, capítulo 7; J. J. JORGENSEN, 1981.

31 D. BROKENSHA, 1966, pp. 37-38 e p. 238. A situação agravou-se na Costa do Ouro, em fins da década de 30, em razão da destruição que afetou os coqueiros, causada pelo *swollen-shoot* (doença caracterizada pela perda das folhas, pela interrupção no crescimento dos frutos e pelo inchaço dos galhos e das raízes).

se levantariam em breve contra o regime colonial. Aqueles de retorno à sua localidade de origem trar-lhe-iam novos valores. Desde 1929-1930, no distrito de Makoni, na Rodésia do Sul, T. Ranger assinala que trabalhadores imigrados, provenientes de cidades da Rodésia e da África do Sul, "tornados amargos em razão do desaparecimento de qualquer possibilidade de emprego, traziam consigo as ideias do South African National Congress [Congresso Nacional Sul-Africano] e da Industrial and Commercial Workers Union [União Industrial e Comercial dos Trabalhadores], além daquelas da Young Manyika Ethiopian Society [Sociedade dos Jovens Etíopes Manyika], organizações formadas nas cidades, por alguns deles, para expressar as suas aspirações regionais e as suas demandas[32]". As dificuldades encontradas por alguns homens de negócio africanos que teriam conseguido sobreviver aos anos 30 ter-lhes-iam levado a perder as ilusões, eventualmente mantidas em relação ao tema de um regime colonial por eles apoiado até recentemente.

Para sobreviverem, as firmas expatriadas praticaram acordos de preços; o mais célebre se estabeleceu entre os compradores britânicos de cacau da Costa-do-Ouro. Em 1937, os produtores reagiriam se recusando a vender a sua produção, movimento seguido por retenções análogas na Nigéria, concernentes à venda do cacau e dos produtos derivados da palmeira. Na Uganda, onde o beneficiamento do algodão constituía uma das raras atividades de relativa importância da região, as usinas de beneficiamento podiam gozar da garantia de uma tarifa mínima fixa por libra, cabendo ao plantador suportar a maior parte da perda devida à queda das cotações. Buscando compensar os seus prejuízos, os plantadores de algodão assim aumentaram a sua produção, contribuindo para a maior prosperidade das usinas de beneficiamento cujo número não fora acrescido[33].

No que tange aos administradores coloniais, belgas ou britânicos, a crise significava uma queda nas receitas provenientes dos direitos de importação e de exportação. A sua reação imediata consistiu em demitir pois era impossível fazer a menor economia no tocante ao serviço da dívida que formava um dos principais componentes do orçamento para a maioria deles[34]. Os africanos

32 T. O. RANGER, 1983, p. 81.

33 J. J. JORGENSEN, 1981, pp. 147-150.

34 M. HAILEY, 1938, pp. 1432-1433. Além do financiamento da estrada de ferro, o Nyasaland reservava, em 1936-1937, 15,8% de seu orçamento para o serviço da dívida; a Rodésia do Norte, 16,2%; e a Nigéria, 21,4%. Em algumas colônias, o endividamento era, entretanto, muito menos pesado: Costa do Ouro, 3,7% e Serra Leoa, 7,2%. O percentual do orçamento consagrado à administração alcançava até 50% na Gâmbia e em Zanzibar, mas não ultrapassava 29,3% na Nigéria. Em 1934, o Congo belga destinava metade de seu orçamento para o serviço da dívida (p. 1454).

demitidos se encontravam, por sua vez, de bom ou mau grado, em um mercado de trabalho desprovido de elasticidade e incapaz de absorver um acréscimo de africanos instruídos ou parcialmente instruídos. Nas fileiras do pessoal administrativo europeu, os cortes foram tais que parecia revivido o tempo do êxodo dos expatriados, outrora conhecido durante a Primeira Guerra Mundial.

Porém o êxodo dos brancos não atingira uma amplitude que conduzisse os africanos a poder acreditar, como na África Ocidental francesa entre 1914-1918, que eles verdadeiramente fossem partir[35] mas, contudo, a população branca do Congo passaria de um efetivo de 25.700, em 1930, para 17.600 em 1934[36]. As reduções de pessoal também teriam como corolário uma redução nos serviços prestados pela administração aos seus administrados africanos, em particular, nas áreas da saúde, da educação e das obras públicas. Os africanos da elite letrada contemplavam, como dantes nunca ocorrera, a falência do Estado colonial ao qual, em comparação com a geração precedente, haviam trazido um apoio entusiasta pois assim percebiam um meio de colher os frutos da ocidentalização.

O desenvolvimento não fora jamais expressamente inscrito no programa das potências coloniais, tanto menos como uma obrigação perante os seus sujeitos africanos; contudo, as administrações locais cumpririam grande parte do que hoje chamaríamos obra de desenvolvimento, levando a cabo a construção de estradas, de vias férreas, de pontes e portos que eram concebidos, evidentemente, antes de tudo para facilitar a exportação de produtos. Com a crise, foi preciso abandonar boa parte destes projetos ou postergá-los indefinidamente. Na maioria dos territórios, os canteiros de obras públicas não retomariam, antes da Segunda Guerra Mundial, os seus níveis de atividade experimentados no fim dos anos 20. Contudo, o *British Colonial Development Act* [Lei Sobre o Desenvolvimento das Colônias] de 1929, redigido antes da crise, visava estimular os projetos produtivos nas colônias, porquanto o critério de seleção destes planos seria o grau de desenvolvimento, por eles produzido, na economia metropolitana, especialmente em termos de criação de empregos. Os capitais em jogo variavam de território a outro, sendo em geral derrisórios. As principais realizações, na zona do nosso interesse, foram a abertura da mina de ferro de Marampa, em Serra Leoa, mediante um investimento de 264.000 libras esterlinas, e a construção da ponte sobre o rio Zambeze, no Nyasaland[37]. Os projetos desenvolvidos não o foram sempre em benefício da colônia interessada. Por exemplo, Leroy

35 Consultar M. CROWDER e J. OSUNTOKUN, 1986.

36 E. BUSTIN, 1975, p. 129.

37 Ver D. J. MORGAN, 1980, volume 2, no concernente ao contexto geral; S. CONSTANTINE, 1984.

Vail demonstrou que a construção da ponte sobre o Zambeze se projetara não para atender aos interesses do Nyasaland mas, para permitir o fornecimento das encomendas à indústria siderúrgica britânica, em plena estagnação. Para o Nyasaland, o resultado nítido da operação consistira em um enorme endividamento externo que levaria os poderes públicos a autorizar, na colônia, o recrutamento de africanos como mão de obra para a Rodésia do Sul e para a África do Sul[38]. Os recursos colocados ao dispor pelo *British Colonial Development Act*, de 1929, eram mínimos diante das perdas de rendimento registradas pelas colônias, após o desabamento das cotações.

A crise expunha a falência da política colonial, como constatado por ao menos alguns de seus responsáveis, os quais, como sir Philip Mitchell, governador da Uganda de 1935 a 1940, não eram atingidos pela miopia que parece ter afetado, desde então, a visão dos exegetas da obra colonial. Em 1939, as notas informativas confidenciais, remetidas por sir Philip aos funcionários europeus do Colonial Office, traçavam um quadro sombrio da situação:

> "Se, com resolução, eliminarmos dos nossos espíritos as ideias recebidas, incluindo aqui uma imagem romântica do primitivo e do pitoresco que ainda, por ventura, tardiamente ali permaneça e, se olharmos a moderna África oriental como ela realmente se apresenta, o quadro seria perturbatório.
> A pobreza se encontra largamente disseminada e as pessoas sofrem de grande número de doenças às quais se acrescenta, em geral, a desnutrição.
> O trabalho assalariado está frequentemente acompanhado por uma deterioração das condições de habitação e de nutrição, os próprios salários são baixos e o nível de esforço e de eficácia no trabalho é medíocre.
> A instrução permanece rudimentar e ineficaz, salvo para pequeno número de privilegiados [...], menos de 5% da população atinge o grau de instrução mínimo e obrigatório, indicado a todas as crianças do Reino Unido[39]."

Portanto, desta forma, enquanto ganhavam vigor os protestos manifestos contra a conduta de um regime colonial agravado pela crise, críticas da mesma ordem se faziam ecoar na metrópole, não somente na imprensa e no Parlamento mas, nos próprios corredores do Colonial Office[40]. Enquanto a França experimentava um movimento comparável, nada similar se produzia na Bélgica[41].

38 L. VAIL, 1975.

39 P. MITCHELL, 1939, p. 29.

40 R. D. PEARCE, 1982.

41 Fondation Louis-de-Brouckerie/Institut Émile-Vandervelde, p. 20 e subsequentes.

O impacto da Segunda Guerra Mundial nos territórios sob domínio britânico e belga

Os territórios belgas e britânicos praticamente não haviam mantido relações durante os anos de crise. Os raros contatos se tinham limitado à questão das fronteiras comuns e àquela das migrações de mão de obra entre os territórios belgas e os seus vizinhos da África Central e Oriental sob administração britânica: Sudão, Uganda, Tanganyika e a Rodésia do Norte. Ora, à imagem do ocorrido entre 1914 e 1948, os destinos destes dois conjuntos seriam chamados a se entrecruzar durante a Segunda Guerra Mundial, pois a Grã-Bretanha e a Bélgica encontrar-se-iam diante do mesmo inimigo comum: a Alemanha. A Bélgica seria invadida e ocupada pelos alemães em maio de 1940 e a sua colônia do Congo se tornara então o ponto focal da sua existência independente, exatamente como a África Equatorial francesa se apresentava em relação à França livre. Contudo, em adverso a esta última, o Congo belga funcionava como um Estado-colônia efetivamente independente da administração ou da política econômica e sobre o qual o governo belga, exilado em Londres, não exercia senão um relativamente limitado controle, mesmo sendo responsável por 85% do seu financiamento[42]. A Grã-Bretanha, por sua vez, tendo mantido a integridade do seu território, conservava as suas dependências coloniais sob um controle, evidentemente, tão estrito quanto em tempos de paz. Mas, o seu destino estaria, desde logo, intimamente ligado àquele das suas colônias africanas que forneciam tropas e carregadores ao seu exército e aprovisionavam as suas usinas em produtos agrícolas e minerais. Este quadro se agravara após a conquista, pelos japoneses, dos impérios coloniais da Europa no Sudeste asiático, duro golpe aplicado no prestígio da Grã-Bretanha aos olhos dos seus sujeitos coloniais.

A perda da principal fonte de abastecimento em estanho, látex e produtos derivados da palmeira transformara o Congo belga e as dependências britânicas da África em novos fornecedores destas matérias-primas, absolutamente vitais para o esforço de guerra anglo-americano. Antes mesmo da vitória japonesa no Sudeste da Ásia, acontecera uma reorientação decisiva no comércio do Congo no qual 85% das exportações eram dirigidas "em 1941, para a Grã-Bretanha, os Estados Unidos, a Rodésia e a África do Sul, em lugar dos parcos 5% em 1939[43]". A administração do Congo belga, em razão da sua própria importância para

42 Académie royale des sciences d´outre-mer, 1983, p. 12.

43 A. LEDERER, 1983, p. 134.

a causa aliada se preocupava, em tempos de guerra, com a preservação da sua autonomia, simultaneamente, perante os Aliados e o governo belga estabelecido em Londres, bem como em manter a sua independência econômica, insistindo na preservação das relações comerciais com aqueles seus clientes que melhor pagavam[44]. A demanda por abastecimento, endereçada ao Congo belga pelos Aliados e tangente aos produtos outrora provenientes do Sudeste da Ásia, teve um impacto muito forte: a produção de estanho passou de 2.750 toneladas em 1939, para 17.300 toneladas em 1945; o látex, de 1.142 em 1939, para 11.337 toneladas em 1944; quanto ao óleo de palma, ela avançou de 89.947 toneladas para 144.271 toneladas[45]. Aumentou em proporções análogas a produção de outros produtos essenciais, como zinco, cassiterita, carvão, cobre ou madeiras para construção. Os territórios dependentes do Reino-Unido conheceram elevações similares nas suas atividades produtivas. Como mostrou Raymond Dummett, estas exportações de produtos minerais teriam sido indispensáveis à vitória final dos Aliados. Em particular, a fabricação da bomba atômica, precipitante do fim da guerra contra o Japão, dependia do fornecimento de urânio pelas minas do Congo belga[46].

Tais acréscimos na produção exigiriam uma utilização intensiva dos recursos em mão de obra das colônias. Primeiramente, todos estes territórios britânicos foram levados a contribuir na qualidade de reservatórios de soldados e trabalhadores. No protetorado de Bechuanaland, por exemplo, 10.000 homens foram recrutados pelo African Pioneer Corps [Corpo de Pioneiros da África], em uma população total avaliada na ordem de 250.000 habitantes. Neste caso, no tocante à força de trabalho agrícola e industrial, tratava-se de uma convocação demasiadamente importante mas, em todas as colônias onde seria realizado um recrutamento, voluntário ou forçado, pesados tributos cobrar-se-iam junto àqueles que teriam permanecido no seu lugar de origem. O aumento da demanda por gêneros alimentícios, látex, madeiras e minerais acrescentava-se, com efeito, às exigências dos programas de obras públicas requeridas pelo esforço de guerra, bem como à elevação na demanda por mão de obra para as novas usinas implantadas no Congo belga, especificamente destinadas às atividades produtivas que a Europa não podia suprir.

Em cada colônia, métodos distintos foram empregados para assegurar este aumento da produção de matérias-primas estratégicas. No Congo belga, forne-

44 J.-C. WILLIAME, 1983.

45 R. ANSTEY, 1977, p. 144.

46 R. DUMMETT, 1985, p. 392.

cedor relativamente pequeno de homens para os exércitos aliados (uma unidade congolesa juntar-se-ia ao corpo expedicionário que liberou a Etiópia dos italianos e homens seriam incorporados às unidades sul-africanas e rodesianas), a população civil seria mobilizada de forma quase militar para garantir o aumento da produção. Camponeses eram constrangidos ao trabalho forçado em canteiros de construção de estradas ou organizados em equipes de extração nos seringais. Colheitas eram requisitadas. Um dos pontos essenciais da política belga no Congo consistira, desde o pré-guerra, em exigir de todo africano vivendo em "sociedades de costumes" a realização de 60 dias de trabalho obrigatório (remunerado ou não) na comunidade local. Estes trabalhos comportavam a construção e a manutenção das estradas assim como a produção de gêneros alimentícios. Esta política, sancionada por um decreto de dezembro de 1933, contribuíra ao combate dos efeitos da crise e era aplicada, desde então, com ainda maior rigor, em razão das necessidades relativas ao prosseguimento da guerra. Se a Bélgica não podia combater ao menos podia prover aos Aliados os meios para fazê-lo. Em 1944, o número máximo de jornadas de trabalho obrigatório passara a 120. Aqueles que se ausentassem deste dever compareceriam perante tribunais de polícia, de tal forma que o braço da justiça de Estado seria também requerido, pela administração, com o intuito de também fazer aplicar a sua política de aumento da produção[47]. Evidentemente, os principais agentes desta política eram os chefes, apesar do aumento da sua impopularidade. Em seu conjunto e durante a guerra, os esforços suplementares impostos aos camponeses do Congo foram, segundo as palavras de Jean Stengers: "consideráveis e, por vezes, muito penosos[48]".

Na África britânica recorreu-se muito menos ao trabalho obrigatório. Os principais exemplos foram, após a conquista das Filipinas e da Indonésia pelos japoneses, os trabalhos forçados nas minas de estanho da Nigéria[49] e o recrutamento de trabalhadores nas plantações de sisal da Tanganyika. Este alistamento visava satisfazer as necessidades em matéria de cordel para amarração dos americanos[50] e dos agricultores brancos do Quênia. No tangente a estes últimos e segundo os termos do protesto manifestado à época por Arthur Creech-Jones: "eles teriam garantido para si, sob a cobertura das necessidades da guerra, uma

47 R. ANSTEY, 1977, p. 147.

48 J. STENGERS, 1983, p. 11.

49 A propósito do escândalo provocado por esses acontecimentos no Parlamento, consultar M. CROWDER, 1980, p. 495.

50 J. ILIFFE, 1979, p. 343.
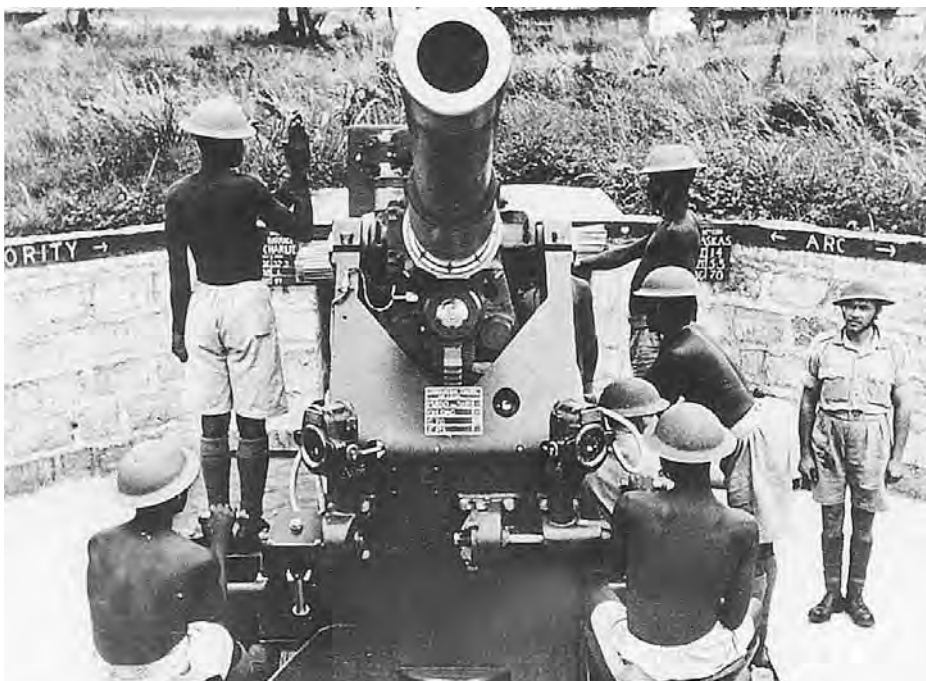
FIGURA 4.1 Peça de artilharia antiaérea manobrada por soldados africanos durante a Segunda Guerra Mundial. (Fonte: Ministério da Informação do Reino-Unido. Foto: Topham, Londres.)

nova concessão em detrimento dos africanos[51]". Mas, se o recrutamento dos soldados e da mão de obra para a armada se fazia, em grande parte e teoricamente, com base no voluntariado, na prática ele era amiúde obrigatório. Uma vez mais, os chefes constituíram-se nos principais agentes recrutadores. Quando se lhes impunha coagir, intuindo fornecer os efetivos solicitados pela administração, a sua impopularidade aumentava ainda mais. Se os bamangwatu cujo chefe havia sido Tshekedi Khama, por aproximadamente um quarto de século, depuseram-no em 1949, isto se deveu parcialmente ao papel por ele desempenhado no recrutamento para os britânicos[52]. No entanto, como demonstrado por David Kiyaga-Mulindwa, este rei era animado pelas melhores intenções pois, ao fornecer aos britânicos os homens que eles necessitavam para formar uma unidade militar inteiramente distinta da armada sul-africana, ele e os outros chefes espe-

51 Citado por R. SMYTH, 1985.

52 Ver M. CROWDER, 1985a*;* N. PARSONS, 1985.

ravam que os britânicos se sentissem em débito em relação aos botsuanos os quais assim estariam certos de jamais serem extraditados para a África do Sul[53].

Em suas colônias, belgas e britânicos efetuaram a mobilização da população africana segundo diferentes modalidades, desenvolvidas com base em concepções incomparáveis entre si. Os belgas, não projetando para os africanos instruídos nenhum futuro político relativamente à gestão do Estado colonial, não apresentariam nenhum constrangimento ao não fazer distinção entre *suscitar* e *exigir* apoio. Nas colônias britânicas, inclusive naquelas dominadas pelos brancos, tal qual na Rodésia do Norte[54], fora penoso persuadir os africanos a participarem do esforço de guerra, apresentando-se como voluntários ao serviço militar, aumentando a produção ou, ainda, depositando a sua contribuição nas caixas de guerra, tudo em troca da promessa de uma melhoria, ao final da guerra, na sua situação econômica, social e política. Por meio de anúncios radiofônicos, em sessões de cinema itinerante e nos balcões de informação, repetia-se aos africanos serem eles os parceiros dos seus mestres coloniais na luta pela democratização e na promessa *do melhor dos mundos*, este último a esperá-los no pós-guerra[55]. Os funcionários coloniais "encontrar-se-iam assim projetados ao papel, para eles inabitual, de propagandistas do império. Eles postar-se-iam em praça pública e utilizariam todos os meios à sua disposição para seduzir a opinião pública[56]".

Precisamente no limiar da guerra, o novo *Colonial Development and Welfare Act* fora promulgado e marcaria, embora não abrisse ao conjunto do império nada além de um crédito anual de 5 milhões de libras, uma importante mudança na atitude dos britânicos, no que diz respeito à gestão das suas colônias: preliminarmente, o esforço de desenvolvimento deveria ser empreendido, desde logo, não com vistas às vantagens oferecidas ao país doador mas, em adverso, em função das necessidades imediatas das colônias interessadas; sem dúvida igualmente importante, o governo colonial deveria prover os fundos necessários ao bem-estar social da população, desenvolvendo serviços educacionais ou criando hospitais; em desenlace e constituindo talvez o traço mais significante, o velho princípio, qual seja, o autofinanciamento das colônias, seria definitivamente abandonado[57]. No Ministério das Colônias e no Gabinete, o debate em

53 D. KIYAGA-MULINDWA, 1984.

54 R. SMYTH, 1984.

55 Consultar J. CARY, 1944.

56 R. SMYTH, 1984.

57 Tal era certamente o ponto de vista do governador das colônias, sir Bernard Bourdillon: consultar J. WHITE, 1981, pp. 233-234; S. CONSTANTINE, 1984, capítulo 9.

torno do futuro político das colônias se iniciara, malgrado a espera pelo fim das hostilidades, hiato necessário, para que um programa de "descolonização" propriamente dito, ganhasse a luz do dia. No desenrolar da guerra, a incerteza reinava quanto a saber quem herdaria o poder: autoridades autóctones, elite educada ou uma associação entre estes dois grupos. Mas, sejam quais forem as suas formas, nenhuma data fora prevista para a transferência do poder aos africanos. Promessas de reforma política haviam sido feitas nas colônias da África Ocidental e, embora o seu alcance se tenha revelado totalmente insignificante, deve-se observar que os projetos elaborados, tanto no que diz respeito à Nigéria quanto relativamente à Costa-do-Ouro, testemunham da incerteza reinante em relação à escolha dos futuros beneficiários do poder[58].

No Congo, nenhuma promessa desta ordem fora expressa pela administração. O Estado colonial, de fato independente durante o transcorrer da guerra e em estreita relação econômica com os britânicos e americanos, continuava a exercer o mesmo rígido controle sobre a população africana, comparativamente à época em que ele derivava diretamente da autoridade do Ministério Belga das Colônias. Não se fazia nenhuma concessão à id de um eventual papel político dos africanos na vida da colônia, em que pesem os sinais manifestos de uma insatisfação e de uma agitação que se haviam ampliado durante os anos de guerra[59]. Como sublinha J. Stengers, a guerra não fora, para este país, "um período de maiores transformações. Sobre quaisquer pontos de vista, no que diz respeito à evolução do Congo, ela não representou um ponto de inflexão[60]". Após a guerra, o antigo regime de governo colonial, sob a autoridade da metrópole, seria uma vez mais imposto. Nos anos do imediato pós-guerra, o Congo desempenhara em relação à recuperação da Bélgica um papel tão essencial quanto outrora, fornecendo aos Aliados alguns ingredientes à sua vitória. Segundo o escrito por R. Anstey, "essencialmente, as políticas econômicas e administrativas dos anos da guerra representam um desenvolvimento das práticas existentes e, de forma alguma, das inovações; a continuidade também constitui um dos traços do pós-guerra[61]". Seria preciso alcançar o ano de 1950 para acompanhar o começo

58 Para uma interessante análise acerca das discussões sobre o futuro das colônias na África, desenvolvidas no Colonial Office durante a guerra, notadamente quanto à existência de projetos de descolonização, conferir J. FLINT, 1983, pp. 389-411 e a resposta de R. D. PEARCE, 1984, pp. 77-93.

59 R. ANSTEY, 1977, p. 157.

60 J. STENGERS, 1983, p. 11.

61 R. ANSTEY, 1977, p. 159.

da contribuição belga, de forma substancial, ao desenvolvimento econômico e social do Congo.

O impacto da guerra sobre as dependências africanas da Grã-Bretanha fora muito diferente. De forma geral, a nova id provinda da crise segundo a qual o governo britânico teria a obrigação de assegurar o bem-estar econômico e social das suas colônias, expandir-se-ia no decorrer da guerra. Certos planos seriam então elaborados no sentido de criar, nas colônias, estabelecimentos de ensino superior e outros destes projetos visariam lá construir organizações sindicais. Créditos foram reservados para a pesquisa colonial, desta forma, criou-se: um Conselho de Pesquisa sobre os produtos coloniais, um Conselho de Pesquisa colonial voltado para a ciências sociais, um Comitê de Pesquisa dedicado à medicina, bem como um Comitê de Pesquisa sobre agricultura, saúde animal e florestas coloniais.

A Grã-Bretanha engajar-se-ia na via das reformas: por um lado e primeiramente, sob a pressão do seu aliado americano, não disposto a fazer a guerra unicamente para permitir-lhe a conservação do seu império; também e por outro lado, intuindo responder às incitações provindas do Colonial Office e de outras fontes; assim como, finalmente e de forma preventiva, para evitar a repetição dos distúrbios ocorridos nas Antilhas em 1940 em razão de escandalosas condições econômicas e sociais. Tornara-se rapidamente notório que, no pós-guerra e sobretudo na África Ocidental, o programa experimental de reformas, lançado durante a guerra, mostrar-se-ia completamente inapropriado. Malgrado a retomada econômica por ela suscitada, a guerra, em lugar de diminuir o descontentamento rural e urbano dos anos 30, tê-lo-ia exacerbado. Os agricultores não haviam plenamente aproveitado a nova elevação das cotações mundiais dos seus produtos de exportação pois, a administração controlava os preços e destinava as somas, obtidas da diferença entre preços mundiais e preços locais, a uma caixa de compensação cuja função seria financiar as compras de material bélico nos Estados Unidos. Assim, na Tanganyika, o sisal era comercializado por menos da metade do preço pago pelos americanos, o que permitiria ao Tesouro britânico acumular, segundo os cálculos de J. Iliffe, um benefício de 11 milhões de libras, durante o período de controle sobre os preços[62].

No Quênia, os agricultores brancos conheceriam um renascer da fortuna, sobretudo a partir da ocupação, pelos japoneses, das colônias dos Aliados no Extremo Oriente. Os poderes públicos compravam-lhes o milho a preços

62 J. ILIFFE, 1979, p. 344.

subsidiados e mecanismos de assistência financeira haviam igualmente sido implantados para o linho, o centeio e o trigo. O preço subsidiado garantido aos colonos era amiúde duas vezes mais elevado que aquele ofertado aos cultivadores africanos que tampouco viveriam qualquer período de prosperidade, a ponto de levá-los a colocarem novas terras em aproveitamento. Em gestação, o conflito de interesses entre os dois grupos de agricultores não fizera senão se acentuar[63].

Embora os agricultores africanos não gozassem de todos os benefícios alcançados com a elevação das cotações dos produtos no mercado mundial e, em certos casos, sequer os percebessem, ser-lhes-ia necessário pagar mais caro pelas mercadorias importadas cuja oferta se encontrava reduzida em razão das dificuldades no âmbito do transporte marítimo. Como consequência, surgiria uma inflação de incidência indistinta sobre trabalhadores rurais e urbanos. Na Tanganyika, os preços quase dobrariam durante a guerra e os autores de uma enquete conduzida em Dar es-Salaam, no ano de 1942, notariam que "cerca de 87% dos empregados nos serviços públicos recebem um salário com o qual lhes é materialmente impossível subsistir sem endividamento[64]". O número de trabalhadores urbanos aumentara sensivelmente, tanto em razão da implantação de indústrias de substituição para os produtos importados cuja compra não ser-lhes-ia mais possível, quanto em consequência do início das obras de construção de estradas, objetivando permitir a comunicação entre a África Ocidental e a África Oriental, ligação esta tornada essencial para as operações militares na África do Norte e, igualmente, fundamental para a provisão e abastecimento em combustível dos navios a caminho da Índia e da campanha da Birmânia. No Congo belga, a guerra estimulara o êxodo rural pois, os africanos desejavam se livrar da política desenfreada de recrutamento executada pelas autoridades e das suas pesadas exigências em matéria de produção agrícola[65].

O crescimento de um proletariado urbano não se acompanharia de um comparável desenvolvimento no tangente às possibilidades habitacionais, muitos de seus componentes viviam em terríveis condições de existência nas favelas. Neste contexto, agravado pela inflação, tal proletariado encontrar-se-ia maduro para a ação política e reivindicatória. Numerosas greves foram desencadeadas em apoio a reivindicações salariais durante a guerra na África britânica. No pró-

63 D. ANDERSON e D. THROUP, 1985, p. 335 e subsequentes.

64 *Report of enquiry into wages and cost of living of low grade African government employees in Dar es Salaam*, setembro de 1942, citado por J. ILIFFE, 1979, p. 354.

65 R. ANSTEY, 1977, p. 173.

FIGURA 4.2 O dia da independência da Suazilândia: o chefe Sobhuza II, "o Leão da Suazilândia", passa em revista as suas tropas. (Foto: Camera Press, Londres. Foto de Jan Kopec.)

prio Congo belga onde a autoridade era exercida de modo muito mais estrito, os operários da União Mineradora por-se-iam em greve em 1941, em protesto contra a degradação das suas condições de existência, não retornando ao trabalho senão coagidos ou forçados, através da intervenção das forças armadas após o assassinato de 70 grevistas[66].

A guerra estimulava igualmente as ambições dos indivíduos pertencentes à elite instruída, entre eles alguns vir-se-iam atribuir-lhes postos na administração e nos negócios da colônia, em substituição a funcionários e gestores britânicos militarmente convocados. Estas ambições inspirar-se-iam, notadamente, na Carta do Atlântico, assinada em 1941 por Franklin D. Roosevelt e Winston Churchill, texto de afirmação "do direito, de todos os povos, à escolha da forma de governo sob a qual eles pretenderiam viver" e de expressão do desejo em "ver restaurados os direitos soberanos e a autonomia àqueles aos quais estas atribuições teriam sido usurpadas pela força". A infirmação ulterior do Primeiro

66 B. FETTER, 1976, p. 173.

Ministro britânico segundo o qual a Carta não dizia respeito aos territórios africanos do seu país, não fizera senão exacerbar os rancores nacionalistas *vis--à-vis* do regime colonial. A este respeito, o contraste com a África belga era evidentemente surpreendente, aqui não havia nenhuma elite instruída pois a escola primária consistia no mais elevado nível de instrução ao qual podia aspirar a maioria dos africanos, se resumindo as possibilidades de educação, muito mais além, em tudo e por tudo, ao seminário católico.

A elite não fora a única a ver as suas ambições excitadas em razão da guerra. Os homens recrutados nas propriedades rurais para combaterem na Birmânia ou para trabalharem como operários no Oriente Médio e na Itália, estes indivíduos haviam adquirido novas competências e aprendido novas profissões; muitos deles haviam sido alfabetizados; outros tantos foram aqueles que expandiram os seus horizontes ao permanecer na Índia onde haviam testemunhado a exigência da partida dos britânicos por parte dos nacionalistas, igualmente na Itália, país onde presenciaram as massivas destruições que os brancos haviam sido capazes de se infligir uns contra os outros. Quando retornaram ao seu país, estes homens alimentaram para si mesmos e para os seus filhos, ambições muito distintas daquelas por eles conhecidas à época do seu recrutamento. No Congo belga, as aspirações nascidas sob outros céus permaneciam sufocadas por um sistema administrativo cujos acessos, rigorosamente controlados, não deixavam alternativa política alguma aos africanos. No próprio desenrolar da guerra, africanos instruídos já tentariam, portanto, pela primeira vez, abrir uma brecha no regime colonial; com efeito, suboficiais negros montaram contra os belgas, em Élisabethville, uma conspiração mal organizada, facilmente neutralizada[67]. Mas, em colônias como a Costa-do-Ouro ou a Nigéria, os soldados desmobilizados da guerra podiam expressar as suas novas aspirações, transformando-se em militantes, por vezes dirigentes, dos partidos políticos em luta desde logo pelo direito dos africanos ao autogoverno.

A África sob domínio britânico e belga no limiar da luta pela independência

Em 1935, era inimaginável conceber a independência, um quarto de século mais tarde, da maior parte da África britânica e belga. A administração colonial

67 Ibid.

britânica admitia-lhe a possibilidade em um prazo mínimo de três gerações e os belgas pensavam serem necessários ao menos cem anos antes de poder sequer projetar a questão da independência. Até o mais otimista dos líderes políticos da África Ocidental não seria capaz de prever que, em 1960, e *a fortiori*, em 1957, tal objetivo fosse atingido. Nos anos 30, a palavra independência não aparecia com frequência nos discursos dos políticos africanos. Ora, desde 1945, no tocante ao essencial da África britânica e quiçá da África belga, a independência assimilava-se a um objetivo plausível, embora ainda distante. A possibilidade da chegada da Costa-do-Ouro ao estatuto da independência era um tema evocado no *Colonial Office*, ainda que estimada a sua "pouca probabilidade de concretização em menos de uma geração[68]". A década de 1935-1945 constitui assim um momento capital da história colonial e, indubitavelmente durante um longo período, debater-se-á acerca dos fatores de mudança em curso. A Grande Crise Econômica e a Segunda Guerra Mundial haviam exercido uma forte influência, tanto sobre a atitude dos colonizados quanto sobre aquelas dos... colonizadores. Contudo, algumas evoluções haviam ocorrido antes mesmo das repercussões da crise na África e, certamente, antes que esta última tenha sofrido o impacto da Segunda Guerra Mundial.

Antes de tudo, o investimento inicial realizado no âmbito educacional na África, particularmente na África britânica em fins do século XIX e nos primórdios do século XX, começara a oferecer os seus frutos criando uma elite com uma consciência política; ora, uma correlação direta estabelecera-se entre as proporções da elite educada e a população de uma colônia, por um lado, e o desenvolvimento de um movimento nacionalista eficaz, por outro lado. Desta forma, o rico Congo belga, onde as possibilidades de instrução oferecidas aos africanos eram reduzidas ao mínimo, permanecia muito atrasado em comparação ao seu vizinho, o Sudão anglo-egípcio (atual Sudão), país pobre, porém dotado de escolas de direito, engenharia, veterinária, agronomia e medicina, abertas no pré-guerra. Em seguida, seja qual fora o sistema de exploração empregado pela potência colonizadora, aproximadamente em meados dos anos 30, a maioria dos africanos estava, de uma forma ou outra, diretamente implicada no funcionamento da economia colonial e a política aplicada pelos mestres da colônia os atingia quase em sua totalidade.

A Depressão e a Segunda Guerra Mundial reforçariam, cada qual a sua maneira, a percepção pelas elites das injustiças do sistema colonial, especial-

68 *Constitutional development in Africa*, memorando redigido por A. COHEN, Public Record Office, Londres, CO847/36/47238, citado por J. P. HARGREAVES, 1985, p. 438.

mente quanto à sua participação no sistema, antes bloqueada e em seguida facilitada por estes acontecimentos. Outrossim, a Depressão e a Segunda Guerra Mundial, em função dos desafios que a economia mundial infringira-lhes e das perspectivas que ela abrira e posteriormente fechara, estes eventos históricos apuraram o entendimento do campesinato e do nascente proletariado no que tange ao Estado colonial. Em decorrência desta evolução, as potências coloniais encontrar-se-iam diante de uma África muito diferente daquela dos primórdios dos anos 30. Quando tomaram consciência da realidade destas mudanças, os britânicos estavam preparados e adaptados a elas, no que diz respeito aos belgas, esta preparação não ocorrera e as consequências desta inadequação mostrar-se--iam catastróficas.

SEÇÃO II

A LUTA PELA SOBERANIA POLÍTICA, DE 1945 ÀS INDEPENDÊNCIAS

CAPÍTULO 5

"Procurai primeiramente o reino político..."

Ali A. Mazrui

"Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento[1]." Quando pronunciou estas palavras, Kwame Nkrumah estava persuadido que a independência política era a chave de todas as melhorias projetadas para a condição africana. Esta declaração derivava da ideia de primazia do político nos assuntos humanos – concepção radicalmente diferente daquela própria ao determinismo *econômico*. Caso fosse um marxista por completo, Kwame Nkrumah teria proclamado: "Procurai primeiramente o reino *econômico* e todo o restante vos será dado em suplemento."

E, no entanto, em uma situação colonial, a preponderância dada por Kwame Nkrumah ao político estava, ao menos em parte, justificada. A África colonial deveria realmente começar por se esforçar em adquirir a soberania política antes de planejar qualquer outro tipo de soberania. Mas, Nkrumah deixava obscura uma simples distinção que a lógica nos ensina – aquela existente entre *condição suficiente* e *condição necessária*. A soberania política ("o reino político") era realmente uma condição necessária para que a África pudesse realizar ou satisfazer qualquer uma das suas aspirações essenciais. Mas, a soberania política por si só não era suficiente. Ela não era uma condição suficiente. E, simplesmente, não consiste em algo verdadeiro a afirmação "todo o restante vos será dado em suplemento".

A situação reinante em Gana, pátria de Nkrumah, nos anos 1980, parecia muito bem desmentir as suas opiniões. Com efeito, tudo lá se passava como se antes tivesse

1 K. NKRUMAH, 1957, p. 164.

sido necessário dizer: “Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será *retirado*.” A economia estava em piores condições que aquelas vividas na época da chegada à soberania política; o sistema educativo se deteriorara; as estradas se degradavam, as vias férreas enferrujavam, os telefones não mais tocavam, as infraestruturas em geral tombavam em decrepitude. Uma diáspora ganense se constituíra, privando o país de numerosos homens de valor, doravante espalhados pelos quatro cantos do mundo. O cacau ganense era vendido como se fosse cacau marfinense, no intuito de se obter preços mais elevados. Se o presidente Nkrumah, fundador de Gana e o presidente Houphouët-Boigny, fundador da Costa-do-Marfim, tivessem apostado no respectivo valor dos modelos opostos, por eles adotados, os fatos aparentemente teriam dado a razão ao presidente marfinense. Ele próprio obtivera lucros superiores ao preço de certa diluição da soberania política.

Se, por um lado, Nkrumah avaliara com exatidão, ao afirmar que a África deveria procurar primeiramente o reino político e se, por outro lado, ele se enganou ao perceber nesta busca uma condição suficiente para que “todo o restante” viesse em decorrência, qual seria o julgamento da história sobre o conjunto da sua proposição? Qual seria o saldo da busca do reino político? Quais seriam os prováveis desdobramentos da luta para que “todo o restante” fosse concedido à África? Eis algumas das questões que nós abordaremos no presente capítulo.

O renascimento do nacionalismo

A luta pelo reino político – ou pela soberania política – na África colonial se desdobrou em quatro etapas, por vezes entrecruzadas nos fatos mas, nitidamente passíveis de análise. Antes da Segunda Guerra Mundial, produziu-se primeiramente uma fase de agitação das elites em favor de uma maior autonomia. A ela seguiu-se um período caracterizado pela participação das massas na luta contra o nazismo e o fascismo. Adveio, em seguida, após a Segunda Guerra Mundial, a luta não violenta das massas por uma total independência. Finalmente, sobreveio o combate armado pelo reino político: a guerrilha contra os governos de minoria branca, sobretudo a partir dos anos 1960. Os desdobramentos dessas lutas estão resumidos, em ordem cronológica, na tabela 5.1.

Em meio às primeiras formas de organização da elite, figuraram as associações culturais e os grupos de interesse. O entreguerras viu florescer em várias colônias todo tipo de associação, fundadas na etnia ou no parentesco, nascidas quer da solidariedade existente no seio da urbanizada mão de obra migrante, quer sob o efeito do sentimento de alienação ressentido pelos africanos no sistema de exploração colonial. As organizações que assim emergiram compunham um leque abrangendo

desde a Associação Central dos Kikuyu, na África Oriental, até a Convenção pelo Renascimento Urhobo, na África Ocidental. Na África muçulmana, as organizações culturais estavam por vezes ligadas à religião, muito mais que à etnia. Desta forma, em 1935, o *shaykh* 'Abd al-Hamid Badis criou, na Argélia, a Associação dos '*ulamā*', especialmente dedicada à defesa do islã em uma situação colonial.

A agitação também tomou outras formas durante os anos do entreguerras. Em maio de 1935, por exemplo, greves e motins de mineiros africanos eclodiram na *Copper Belt* da Rodésia do Norte. Na Nigéria, diversos grupos de interesse começaram a se organizar; somente na cidade de Lagos, esta febre de organização levou à criação das seguintes associações[2]: Sindicato dos Leiloeiros de Lagos, em 1932; Associação dos Pescadores de Lagos, em 1937; Associação dos Motoristas de Táxi, em 1938; Sindicato dos Abatedores de Lagos, em 1938; Sindicato dos Jangadeiros de Lagos, em 1939; Sindicato das Mercadoras de Farinhas, em 1940; Associação dos Mercadores de Vinho de Palma, em 1942; Sindicato dos Fosseiros de Lagos, em 1942.

Outras organizações culturais ou de interesse da elite instruída se formaram no estrangeiro entre africanos e afro-descendentes. O pan-africanismo entrava em uma nova fase. Na França, Léopold Sédar Senghor e Aimé Césaire fundavam *L'Etudiant noir*. Por sua parte, Kwane Nkrumah, Jomo Kenyatta e W. E. B. Du Bois se afirmaram na qualidade de ativos pan-africanistas, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos.

Certamente, numerosos destes movimentos do entreguerras eram essencialmente formados por elites e muitos grupos de interesse possuíam, sobretudo, um caráter urbano mas, a entrada das massas na vida política começava a se vislumbrar. Uma campanha de desobediência civil, organizada na Tunísia por Habib Bourguiba, desembocou em levantes na cidade de Túnis. Bourguiba e muitos dos seus companheiros foram julgados por um tribunal militar. Oficialmente dissolvido, o seu partido (o Néo-Destour) prosseguiu a sua atividade na clandestinidade.

As técnicas empregadas contra o imperialismo durante esta fase tinham essencialmente um caráter não violento e fundavam-se na agitação; houve, entretanto, exceções, como a luta dos etíopes contra a ocupação italiana. Em fevereiro de 1937, um atentado a granada foi executado contra o vice-rei em Adis-Abeba. Em 1939, a resistência conseguira enfrentar por certo tempo um conjunto de 56 batalhões italianos. Os rebeldes etíopes combateram sozinhos até 1940, quando se uniram a um pequeno contingente de tropas britânicas, antes mesmo que a Grã-Bretanha, em março de 1941, tivesse invadido a Etiópia, contando com a anuência do imperador Haïlé Sélassié.

2 Conferir J. S. COLEMAN, 1963, pp. 212-213.

TABELA 5.1 CRONOLOGIA DA INDEPENDÊNCIA AFRICANA

Estado	Data da Independência	Potência Colonial	Notas
Etiópia	Desde a Antiguidade		Ocupação italiana de 1935 a 1941.
Libéria	26/VII/1847		Colônia privada de 1822 a 1847.
África do Sul	31/V/1910	Grã--Bretanha	(*Suid Afrika*) União de quatro colônias: a colônia do Cabo, Natal, o Estado Livre de Orange (*Oranje Vrij Staat*) e o Transvaal (*Zuid Afrikaansche Republick*), estas duas últimas tendo sido repúblicas independentes até 31/V/1902. A União tornou-se uma república externa ao Commonwealth britânico em 31/V/1961. Dirigida por uma minoria branca. Territórios "independentes" não-reconhecidos: Transkey, 26/X/1976; Bophuthatswana, 6/XII/1977; Venda, 13/IX/1979; Ciskei, 4/XII/1981.
Egito	28/II/1922	Grã--Bretanha	Forma, juntamente com a Síria, a República Árabe Unida (RAU) do 1/II/1958 até 28/IX/1961. Federação com o reino do Iêmen de 8/III/1958 até 26/XII/1961. Conserva o nome de República Árabe Unida até 2/IX/1971.
Líbia	24/XII/1951	Itália	Administração britânica (Tripolitânia e Cirenáica) e francesa (Fezzān) de 1943 a 1951.
Etiópia (Eritréia)	11/IX/1952	Itália	Administração britânica de 1941 a 1952. Em seguida, federação da Eritréia e da Etiópia em 1952. União total em 14/XI/1962.
Etiópia (Ogaden)	1955		Ocupação italiana de 1936 a 1941. Administração britânica de 1941 a 1955.
Sudão	1/I/1956	Grã--Bretanha e Egito	Condomínio anglo-egípcio.
Marrocos	2/III/1956	França	
Tunísia	20/III/1956	França	
Marrocos (uma parte)	7/IV/1956	Espanha	(*Marruecos*) Zona setentrional espanhola.
Marrocos (uma parte)	29/X/1956		Zona internacional (Tânger).
Gana	6/III/1957	Grã-Bretanha	(Costa do Ouro) Incluindo o Togo britânico (território sob tutela da ONU), parte da antiga colônia alemã do Togo.

Marrocos (uma parte)	27/IV/1958	Espanha	*(Marruecos)* Zona meridional espanhola.
Guiné	2/X/1958	França	(Guiné Francesa)
Camarões	1/I/1960	França	Tutela da ONU. Maior parte da antiga colônia alemã do *Kamerun*.
Togo	27/IV/1960	França	Tutela da ONU. Maior parte da antiga colônia alemã do Togo.
Senegal	20/VI/1960 (20/VIII/1960)	França	Inicialmente independente sob a forma de uma Federação do Mali com o antigo Sudão Francês (Mali). Federação dissolvida após dois meses de existência. União com a Gâmbia na Confederação da Senegâmbia em 1/I/1982. Dissolução da Confederação em 21/IX/1989.
Mali	20/VI/1960	França	(Sudão Francês) Inicialmente independente sob a forma de uma Federação do Mali com o Senegal. Federação dissolvida após dois meses de existência.
Madagascar	26/VI/1960 (30/VI/1960)	França	(República Malgache)
Zaire	30/VI/1960	Bélgica	Estado Independente do Congo de 2/V/1886 até 18/XI/1908, data em que se tornou Congo Belga (*Belgish Congo*). Adotou o nome de Zaire em 27/X/1971.
Somália	1/VII/1960	Itália	Tutela da ONU. União de duas colônias. Somália Britânica Independente antes da união, em 26/VI/1960.
Benin	1/VIII/1960	França	Antigo Daomé, mudou de nome em 30/XI/1975.
Níger	3/VIII/1960	França	
Burkina Fasso	5/VIII/1960	França	Antigo Alto-Volta, mudou de nome em 4/VIII/1984.
Costa do Marfim	7/VIII/1960	França	
Chade	11/VIII/1960	França	(Oubangui-Chari) Império Centro-Africano de 4/XII/1976 a 20/IX/1979.
República Centro-Africana	13/VIII/1960		
Congo-Brazzaville	15/VIII/1960	França	(Médio Congo)
Gabão	17/VIII/1960	França	

Nigéria	1/X/1960	Grã--Bretanha	
Mauritânia	28/XI/1960	França	
Serra Leoa	27/IV/1961	Grã--Bretanha	
Nigéria (norte do Camarões britânico)	1/VI/1961	Grã--Bretanha	Tutela da ONU. Parte da antiga colônia alemã do *Kamerun*. Plebiscito nos dias 11 e 12/II/1961.
Camarões (sul do Camarões britânico)	1/X/1961	Grã--Bretanha	Tutela da ONU. Parte da antiga colônia alemã do *Kamerun*. Plebiscito nos dias 11 e 12/II/1961. União com Camarões para formar a República Federal de Camarões.
Tanzânia	9/XII/1961	Grã--Bretanha	(Tanganyika) Tutela da ONU. Maior parte da antiga *Deutsch-Ostafrika*, colônia alemã. Nome de República Unida da Tanzânia adotado após a união com Zanzibar, em 27/IV/1964.
Burundi	1/VII/1962	Bélgica	Tutela da ONU. O Ruanda-Urundi, dividido no momento da independência, formava uma pequena parte da *Deutsch-Ostafrika*, antiga colônia alemã.
Ruanda	1/VII/1962	Bélgica	
Argélia	3/VII/1962	França	
Uganda	9/X/1962	Grã--Bretanha	
Tanzânia (Zanzibar)	10/XII/1963	Grã--Bretanha	União com a Tanganyika para formar a República Unida da Tanzânia, em 27/IV/1964.
Quênia	12/XII/1963	Grã--Bretanha	
Malaui	6/VII/1964	Grã--Bretanha	(Niassalândia) Forma uma federação com as Rodésias de 1/X/1953 a 31/XII/1963.
Zâmbia	24/X/1964	Grã--Bretanha	(Rodésia do Norte) Forma uma federação com a Niassalândia e a Rodésia do Sul de 1/X/1953 a 31/XII/1963.
Gâmbia	18/II/1965	Grã--Bretanha	União com o Senegal na Confederação da Senegâmbia, em 1/I/1982. Dissolução da Confederação em 21/IX/1989.
Botsuana	30/IX/1966	Grã--Bretanha	(Bechuanalândia)

Lesoto	4/X/1966	Grã-Bretanha	(Basutolândia)
Maurício	12/III/1968	Grã-Bretanha	
Suazilândia	6/IX/1968	Grã-Bretanha	
Guiné Equatorial	12/X/1968	Espanha	Inclui o *Rio Muni* (Mbini) e *Fernando Poo* (Macías Nguema Biyogo).
Marrocos (Ifni)	30/VI/1969	Espanha	(*Territorio de Ifni*)
Guiné-Bissau	10/IX/1974	Portugal	Guiné-Bissau, outrora *Guiné Portuguesa*.
Moçambique	25/VI/1975	Portugal	
Cabo Verde	5/VII/1975	Portugal	
Comores	6/VII/1975	França	(Arquipélago de Comores) Excetuando-se a Ilha de Mayotte que permanece um território francês de além-mar.
São Tomé e Príncipe	12/VII/1975	Portugal	
Angola	11/XI/1975	Portugal	(Incluindo Cabinda)
Saara Ocidental	28/II/1975	Espanha	(*Río de Oro e Saguía el Hamra*) Anexado pelo Marrocos na partida da Espanha. Ocupação contestada pela Frente Polisario, constituída em 10/V/1973.
Seicheles	26/VI/1976	Grã-Bretanha	
Jibuti	27/VI/1977	França	(Território Francês dos Afars e dos Issas, outrora Costa Francesa dos Somális)
Zimbábue	18/IV/1980	Grã-Bretanha	(Rodésia, outrora Rodésia do Sul) Declaração unilateral de independência de 11/XI/1965 a 12/XII/1979. Forma uma federação com a Rodésia do Norte e a Niassalândia de 1/X/1953 a 31/XII/1963.
Namíbia	21/III/1990	África do Sul	(África do Sudoeste) Tutela da ONU. Antiga colônia alemã *Deutsch-Südwestafrika*. Controvérsia entre a África do Sul e a ONU.

FONTE: I. L. L. Griffiths, *An atlas of African affairs*, 1989, Routledge, Chapman and Hall Inc., New York, et Routledge, Londres, pp. 182-185. Atualizado pela UNESCO no que diz respeito à dissolução da Confederação da Senegâmbia e à independência da Namíbia.

NOTA DO DIRETOR DO VOLUME: Embora a África continental seja hoje inteiramente independente, resta todavia certo número de ilhas e pequenos enclaves sob tutela estrangeira: o Arquipélago da Madeira (sob

Durante a Segunda Guerra Mundial, o conjunto da África teve que escolher entre o imperialismo liberal e burguês e um imperialismo situado sob a insígnia de uma nova ameaça – o nazismo e o fascismo. O dilema tomou uma forma particularmente aguda nas colônias francesas, uma vez que a própria França estava submetida à ocupação e dividida em duas. Desde 1938, a França retirara 20.000 soldados da África Ocidental francesa (AOF), dentre os quais 7.000 haviam sido enviados à metrópole; este contingente somava-se aos 18.000 atiradores estacionados na AOF e aos 29.000 combatentes anteriormente em ação na França e na África do Norte. No total, 130.000 homens foram mobilizados na AOF; os alemães certamente trataram com crueldade e desprezo aqueles capturados como prisioneiros.

Dakar, capital da AOF, reconheceu no início a autoridade do regime de Vichy; em setembro de 1940, uma expedição anglo-francesa tentou em vão ocupar a cidade. Entretanto, um mês antes, o Níger e o Chade se haviam declarado favoráveis a Charles de Gaulle e à França livre. Finalmente, em dezembro de 1942, a África Ocidental francesa arregimentou as suas tropas no campo aliado para lutar contra o nazismo.

Todo o continente africano participou amplamente da Segunda Guerra Mundial. Deveríamos nós entrever neste engajamento da África uma simples manifestação de colaboração com as potências coloniais ou, ao contrário, uma fase particular da luta anticolonial desta região?

Na realidade, as opiniões estavam muito divididas na África durante a Segunda Guerra Mundial. Mas, em seu conjunto, os espíritos eram mais favoráveis aos "demônios" que os africanos já conheciam (em particular a Grã-Bretanha e a França livre) em comparação com os novos demônios do nazismo e do fascismo.

Quanto aos africanos que haviam experimentado a severidade alemã antes do nazismo (como os povos da Tanganyika e do Togo), eles sabiam que os alemães faziam parte das mais brutais potências imperialistas que a África já conhecera. Quando Hitler ordenou em 1936 o retorno ao domínio alemão das suas antigas colônias africanas, a notícia mergulhou os habitantes destas regiões em um mar de consternação. Eis o motivo da fundação, em 1938, da Liga da Tanganyika, sediada em Nairóbi e esforçada em impedir a restauração da autoridade colonial

administração portuguesa); as Ilhas Canárias e as possessões espanholas da África do Norte (sob administração espanhola), o Arquipélago Tristão da Cunha, as ilhas da Ascensão e Santa Helena (sob administração britânica); Mayotte e as ilhas francesas do Oceano Índico (sob administração francesa); a Reunião é um departamento francês de além-mar e Socotra pertence ao Iêmen.

alemã sobre a Tanganyika. Os residentes brancos e os autóctones negros estavam unidos em torno de uma mesma oposição. Durante a guerra contra o Eixo (de 1939 a 1945) 87.000 africanos oriundos da Tanganyika serviram ao lado dos aliados para evitar o retorno dos alemães.

A participação da África na Segunda Guerra Mundial deve ser apreciada sob a ótica da "escolha entre vários demônios". O seu engajamento não foi um processo de colaboração com o imperialismo mas, uma luta contra uma forma de hegemonia ainda mais perigosa. Paradoxalmente, o engajamento da África na guerra representou uma parte integrante da luta do continente contra a exploração estrangeira e da busca pela dignidade humana.

A guerra certamente desempenhou um papel ao enfraquecer as potências imperiais. A França fora humilhada pelos alemães e a sua derrota contribuiu para a destruição do mito da sua invencibilidade imperial. A Grã-Bretanha saiu empobrecida e esgotada da guerra durante a qual ela perdera, inclusive, a vontade de conservar o domínio sobre um império demasiado vasto. Somente pouco mais de dois anos após o fim do conflito mundial, ela foi obrigada a separar-se da "mais brilhante joia da Coroa britânica", o império das Índias. A guerra também contribuiu para reforçar o papel planetário dos Estados Unidos e da União Soviética cujas sombras se projetavam doravante muito além do universo da Europa imperial. Cada qual à sua maneira, as novas superpotências iniciaram uma pressão junto aos primeiros colonizadores, os europeus, com o intuito de conduzi-los a desmantelar os seus impérios (as superpotências possuíam seus próprios objetivos imperialistas para o pós-guerra).

O nascimento da Organização das Nações Unidas, em 1945, também contribuiu para o processo de descolonização pelo mundo. À medida que a organização internacional se tornava mais autenticamente representativa de toda a humanidade, o colonialismo perdia pouco a pouco a sua legitimidade. Praticamente cada um dos Estados que se tornaram membros das Nações Unidas após a independência da Índia, veio trazer a sua voz junto àquelas que protestavam contra os velhos sistemas imperiais. O Conselho Tutelar da ONU tornou-se assim um dos principais grupos de pressão contra o colonialismo em geral.

A própria razão de ser da guerra, a luta contra a tirania e a conquista, parecia condenar o colonialismo que, finalmente, não era senão uma forma de tirania e de conquista. Quando Winston Churchill e Franklin D. Roosevelt assinaram, em agosto de 1941, a Carta do Atlântico, não denunciavam somente a injustiça na Europa, embora esta última constituísse a principal preocupação do primeiro-ministro britânico. Inconscientemente, eles assinavam, na mesma ocasião e

para o restante do século XX, o golpe mortal contra a ideia da legitimidade do colonialismo.

Entretanto, a mais potente força de oposição ao colonialismo na África era formada pelos próprios africanos que começavam a se organizar melhor, a formular mais claramente suas exigências e, em definitivo, a se armar melhor para a luta.

No transcorrer deste período, a resistência africana obedece a muitas tradições: a tradição *guerreira*, a tradição da *jihad*, a tradição da *revolta cristã*, a tradição da *mobilização não violenta* e a tradição da *guerrilha*. Vejamos de mais perto cada uma destas estratégias de resistências, sem ignorarmos que elas não foram invariavelmente utilizadas como técnicas independentes mas, por vezes, se associavam para reforçarem-se mutuamente.

A tradição guerreira de resistência

Esta tradição está ligada ao conceito da "resistência primária", colocado em evidência pela escola de história africana de Dar es-Salaam. Esta escola emprega o termo "primária" em seu sentido *cronológico*, para designar a resistência que se manifesta no momento da invasão e da conquista europeias. Ao final das contas, muitas sociedades africanas haviam decidido não permanecer passivas diante do avanço das forças coloniais e previram combatê-las à medida que elas ganhavam terreno. Esta resistência compreendia desde as guerras ashanti até a insurreição dos ndebele, lutas descritas e comentadas nos volumes precedentes da *História Geral da África* da UNESCO.

O termo "primária" aplicado à resistência tem igualmente um outro sentido: ele não foca exclusivamente o que acontece em uma época *anterior* mas também aquilo que se enraíza muito profundamente na tradição guerreira autóctone. O significado de "primária" aqui presente é mais *cultural* e muito menos cronológico. Os combatentes mau-mau pela liberdade não se sublevaram contra os britânicos senão no fim dos anos 1950 mas, fizeram-no apoiados sobre um conjunto de valores guerreiros e de crenças religiosas muito propriamente pertencentes aos kikuyu, tendo incorporado toda a simbologia de combate das culturas autóctones, inclusive complexas cerimônias de juramento. Nesta acepção cultural, seu movimento era nitidamente "primário".

FIGURA 5.1 Dedan Kimathi, herói do combate dos mau-mau pela independência, capturado em 21 de outubro de 1956 e em seguida executado. (Foto: Newslink Africa, Londres.)

Um tipo análogo de simbolismo primordial pôde ser mais tarde desvendado, sob formas muito sutis, nas lutas de libertação travadas na África Austral onde a possessão pelos espíritos não era desconhecida dos guerrilheiros: Basil Davidson mostrou que, jurando em nome dos grandes espíritos de Chaminuka e de Nehanda, os guerrilheiros conferiam sentido ao seu combate[3].

Antes da independência, Nathan Shamuyarira já insistira sobre os aspectos relevantes na luta do Zimbábue: "Nos campos, reuniões transformavam-se em manifestações políticas e além disso, [...] permitia-se reviver o patrimônio ancestral através das preces e dos cantos tradicionais, invocavam-se os espíritos dos ancestrais solicitando-lhes que guiassem e conduzissem a nova nação. O cristianismo e a civilização estavam relegados ao segundo plano e novas formas de cultos assim como novas atitudes ganhavam uma espetacular importância[4]."

3 B. DAVIDSON, 1969, p. 255.

4 N. M. SHAMUYARIRA, 1965, pp. 68-69. Também conferir T. O. RANGER e J. WELLER (org.) 1975.

Joshua Nkomo, o combatente zimbabuano pela liberdade que retornava do exterior, foi acolhido em 1962 no aeroporto de Salisbury (Harare) por um sobrevivente da resistência de 1896-1899. O velho homem ofereceu-lhe um "machado dos espíritos", na qualidade de gesto simbólico pelo qual ele expressava o legado das tradições marciais[5].

Quando a luta armada começou a ganhar amplitude, algumas zonas de combate receberam os nomes de médiuns influentes, alguns deles atuando inclusive nos campos da guerrilha. O elo entre o guerreiro e o profeta persistiu durante a luta pela emancipação da África Austral no decorrer da qual os valores guerreiros ancestrais encontraram, em um contexto de combate moderno, novas formas de expressão.

Entretanto e eventualmente, a resistência africana também inspirou-se em outras culturas atuantes no continente, especialmente pela força do islã.

A tradição da jihad *na resistência africana*

Os volumes precedentes da *História Geral da África* mostraram como a tradição da *jihad* (que significa "luta na via de Deus") foi mobilizada na resistência contra a invasão imperial pelo sultanato de Sokoto na Nigéria, pela Mahdiyya no Sudão oriental e pelo nacionalismo sacralizado de Sayyid Muhammad 'Abdallah Hassan (este mulá surpreendentemente sensato).

O espírito da Mahdiyya persistiu no Sudão, opondo-se tanto ao imperialismo britânico quanto ao expansionismo egípcio. As técnicas da Mahdiyya evoluíram com o passar do tempo mas, o movimento não deixou de se caracterizar por uma profunda tendência antiimperialista.

Na Argélia, a propensão a qualificar a população autóctone como "muçulmana" teve como efeito o fortalecimento dos laços entre o islã e o nacionalismo. As leis racistas editadas pelo regime de Vichy durante o verão de 1942 criaram uma nova forma de *apartheid* da qual a Argélia francesa não poderia jamais se livrar por completo. Interditou-se de fato aos "muçulmanos" o acesso aos mercados, aos cinemas e às praias na presença de europeus. Em suas piores ocorrências este *apartheid* à francesa chegou ao ponto de proibir os "muçulmanos" de se sentarem ao lado de europeus.

Quando a Argélia viu-se livre dos excessos de Vichy, as melhorias trazidas às condições de vida da população autóctone se revelaram totalmente formais.

5 N. M. SHAMUYARIRA, 1965; T. O. RANGER e J. WELLER (org.) 1975.

FIGURA 5.2 Argelinos presos durante os levantes de 8 de maio de 1945 na Kabylie. (Foto: Agência Nacional da Fotografia de Imprensa e de Informação, Argel.)

Na realidade, o fim da Segunda Guerra Mundial coincidiu com uma das mais brutais repressões francesas que a Argélia havia conhecido. Em maio de 1945, em Sétif, um desfile nacionalista enfrentou a polícia, levantes eclodiram na cidade e em Kabylie. A repressão exercida pelo exército e pela polícia francesa provocou cerca de 10.000 mortos na população argelina. Um martírio de tamanha envergadura somente poderia reacender a chama da tradição da *jihad*; em 1954 a Frente de Libertação Nacional reencontrou-se com o glorioso combate travado no século XIX pelo herói argelino 'Abd al-Kadir al-Jazairi. Era o começo da revolução argelina.

A revolução egípcia de 1952 estabeleceu um outro tipo de relação com o islã. Na concepção do chefe desta revolução, Gamal 'Abd al-Nasser, o Egito se situava no centro de três círculos: o círculo do islã, o círculo do mundo árabe e o círculo da África. A luta contra o imperialismo inscrevia-se, portanto, aos seus olhos, no contexto de três forças: a resistência islâmica, o nacionalismo árabe e o pan-africanismo.

Gamal 'Abd al-Nasser, contudo, desconfiava daquilo que considerava como as formas mais "extremas" do fundamentalismo islâmico, em particular do movi-

mento conhecido como dos *Frères Musulmans*. Ele decretou a ilegalidade deste movimento e prendeu seus chefes. Em uma época durante a qual o enfrentamento ideológico se avivava cada vez mais, o islã era certamente um potencial aliado na luta contra o imperialismo mas, também consistia um potencial perigo para a estabilidade do próprio povo egípcio.

Gamal 'Abd al-Nasser pendia pessoalmente em favor de uma mobilização política do pan-arabismo contra o sionismo e o imperialismo ocidental. Embora seu pan-arabismo possuísse um braço armado dirigido contra Israel, a revolução egípcia estava baseada em uma mobilização não violenta das massas. Se al-Nasser recusou-se em 1952 a autorizar a execução do rei Faruq e do seus colaboradores, isto ocorreu porque ele pensava que "uma revolução nascida no sangue está fadada a perecer no sangue".

Outros nacionalistas africanos foram muito mais diretamente influenciados por Mahatma Mohandas Gandhi, o dirigente político indiano. Eles desenvolviam uma estratégia de *mobilização política não violenta*, distinta das forças mobilizadas pela tradição guerreira e pela herança da *jihad* mas, reforçando a ação desta última.

A tradição do "radicalismo cristão"

O islã não foi a única religião a se rebelar contra a ordem colonial. Observou-se também o nascimento de uma revolta contra o imperialismo ocidental nos meios cristãos, o que pode parecer paradoxal, pois, salvo na África do Norte e no vale do Nilo, o cristianismo se posicionara no continente em favor das conquistas europeias. No século XIX, muitas vezes, foram as comunidades de missionários europeus que convenceram os seus governos a colonizar a África, especialmente a África Oriental, invocando como argumento a necessidade moral de pôr fim ao comércio árabe de escravos e de divulgar o Evangelho. Em alguns casos, o zelo e o entusiasmo dos missionários suprimiram as reticências governamentais.

Esta associação entre o imperialismo europeu e as missões cristãs marcou profundamente a política educativa colonial. Em cada colônia de forma específica, "a educação dos indígenas" criou uma divisão particular das tarefas entre a Igreja e o Estado mas, não há dúvida que eles colaboravam em um mesmo projeto político. Com efeito, a educação colonial buscou primeiramente formar

africanos "aptos a se tornarem professores ou catequistas". O próprio jovem Kwame Nkrumah ambicionava se tornar padre católico[6].

Haja vista esta associação entre colonização europeia e missões cristãs, parece ainda mais surpreendente que os primeiros nacionalistas africanos modernos sejam oriundos das escolas de missionários. É que esta associação engendrou uma dialética no sentido quase hegeliano de *contradição* no plano da *ideia*. As escolas de missionários favoreceram sem dúvida a promoção do ideal cristão mas, igualmente, promoveram a propagação das ideologias laicas ocidentais. Entre os nacionalistas africanos ocidentais formados nas escolas cristãs figuram personalidades tão eminentes quanto: Julius K. Nyerere, Tom Mboya, Eduardo Mondlane, Robert Mugabe, Léopold Sédar Senghor ou Kwame Nkrumah.

Todos são mais ou menos laicos formados por uma moldura religiosa. Kwame Nkrumah dizia a respeito de si mesmo: "Eu sou ao mesmo tempo marxista--leninista e cristão sem confissão, não vejo aqui nenhuma contradição[7]."

Além destes rebeldes africanos laicos, o cristianismo europeu também produziu africanos *religiosos,* em revolta contra a ordem euro-cristã. Entre estes últimos, Simon Kimbangu marcou sua época. Segundo os seus adeptos, se Deus quisera enviar uma mensagem à população negra, por que teria ele escolhido um mensageiro branco? Kimbangu pretendia reduzir o papel da cruz – "tão perigoso quanto um ídolo" – no cristianismo. A africanização do cristianismo em uma sociedade matrilinear, à qual se ligou Kimbangu, também propiciou o surgimento de uma hierarquia feminina no seio da Igreja, muito antes das reivindicações feministas ocidentais nas grandes Igrejas europeias.

Simon Kimbangu pagou caro pelas suas cruzadas religiosas e culturais. Detido e encarcerado pelos belgas no Congo, ele passou trinta anos atrás das grades, isto é, praticamente tantos anos quanto aqueles passados por Jesus Cristo na Terra[8].

A Igreja de Kimbangu atravessou não somente o período colonial mas, igualmente, adquiriu suficiente credibilidade internacional para se tornar, nos anos 1980, a primeira Igreja africana aceita no Conselho Ecumênico das Igrejas. Ela então reunia aproximadamente 4 milhões de fiéis, número, vale lembrar, superior àquele dos adeptos de Jesus nos três primeiros séculos da era cristã.

Como veremos no capítulo 17, o movimento das Igrejas separatistas e milenaristas constitui um dos aspectos da luta da África colonizada para encontrar a sua identidade e defender a sua dignidade cultural. Alguns movimentos eram

6 Ver K. NKRUMAH, 1957.

7 Ibid.

8 Ver também, a seguir, o capítulo 17 e A. A. BOAHEN (org.), 1987.

mais moderados que outros mas, todos inscreviam-se no contexto da revolta da África contra o racismo e a dominação estrangeira, tanto nos assuntos religiosos quanto nos laicos.

Que papel desempenharam as principais Igrejas cristãs na luta contra o imperialismo? A sua contribuição para a descolonização limitar-se-ia à formação de personalidades laicas – como Nkrumah e Mugabe – nas escolas das missões e nos movimentos religiosos separatistas como aquele liderado por Simon Kimbangu?

As grandes Igrejas ocidentais foram certamente lentas em sua associação na luta contra o racismo e o imperialismo na África. Todavia alguns de seus membros muito prontamente levantaram-se contra a opressão e, posteriormente, os primeiros africanos laureados com o prêmio Nobel seriam fervorosos cristãos revoltados contra o racismo: o chefe Albert Luthuli e o bispo (agora arcebispo) Desmond Tutu, ambos sul-africanos. Será mesmo das próprias Igrejas reformadas holandesas da África do Sul que, com o passar do tempo, se elevarão algumas das mais eloquentes vozes contra o apartheid, das quais, talvez, a voz mais vibrante, a partir de meados dos anos 1970, tenha sido a de Alan Boeasak. Anteriormente, fora um notável da Igreja da Escócia, Hastings Banda, quem conduzira a transformação do Nyasaland colonizado em Malaui independente.

A contribuição do cristianismo para a descolonização revestiu-se essencialmente de três formas: primeiramente da formação dos laicos oriundos das escolas das missões (a tradição de Nkrumah); também daquela do separatismo cristão (a tradição de Kimbangu); e, finalmente, da "radicalização" dos dirigentes das Igrejas cristãs (a tradição do arcebispo Desmond Tutu).

A estratégia da mobilização política não violenta

Foi entre 1906 e 1908 que Mahatma Mohandas Gandhi conduziu a primeira campanha de desobediência civil lançada na África do Sul; ela dirigia-se em sentido contrário às medidas discriminatórias do Transvaal contra os indianos. Este movimento está na origem de uma tradição específica de resistência que se estendeu muito além da África do Sul. Nos anos 1950, o African National Congress e o South African Indian Congress esforçaram-se para coordenar a luta dos africanos, dos indianos e dos mestiços em uma campanha de massas contra a legislação relativa ao passe-livre, o *Group Areas*

FIGURA 5.3 Kwame Nkrumah na aurora da independência de Gana, no Old Polo Ground em 5 de março de 1957. (Fonte: publicado graças ao Information Services Department do Governo de Gana.)

Act, ato jurisprudente organizador da segregação, e o *Bantu Authirities Act*, medida promotora da "retribalização" dos africanos. Esta campanha foi um sucesso como expressão da solidariedade entre vítimas da opressão mas, um fracasso no tocante aos objetivos que lhe impunha a luta contra os opressores.

Na África Ocidental, Kwame Nkrumah foi, também ele, fascinado pelas ideias de Mahatma Mohandas Gandhi. A sua estratégia baseada na "ação positiva" em prol de uma maior liberdade na Costa-do-Ouro inspirava-se diretamente nas estratégias gandhistas da *satyagraha* (força da alma)[9].

Entre os discípulos de Gandhi durante o período colonial, encontra-se Kenneth Kaunda. Ele reconhecia que, considerando-se o racismo e a situação colonial reinantes na Rodésia do Norte, aqueles aos quais se lhes recusou todo meio de melhorar sua sorte, possivelmente, transformar-se-iam em indivíduos atraídos pela violência como estratégia do desespero. Mas ele insistia na necessidade de recorrer à resistência passiva ou à desobediência civil: "Eu não saberia tomar partido em qualquer possível campanha [violenta]. *Eu rejeito categoricamente a violência sob todas as formas como solução para os nossos problemas*[10]."

A oposição africana à luta armada também se manifestou claramente na Primeira Conferência dos Povos Africanos, organizada em 1958 em Gana, onde a independência tornara-se uma realidade. Os argelinos – então engajados na luta armada contra a França – tiveram muita dificuldade em obter, nesta conferência de Accra, o apoio da África ao seu combate. Essa súbita rejeição a que foram submetidos os combatentes da resistência argelina era atribuída à combinação entre gandhismo e francofilia que animava alguns de seus participantes.

Em seu conjunto, as estratégias gandhistas de libertação tiveram sua aplicação suspensa na África no fim dos anos 1950. Quando a Argélia se tornou independente, em 1962, ficou muito evidente que as colônias portuguesas e os territórios onde o poder estava nas mãos das minorias brancas dificilmente seriam libertados de forma pacífica. Tanto no primeiro quanto no segundo casos, os métodos de desobediência civil de Gandhi não teriam possibilidade alguma de sucesso. Eles teriam como consequência, ao contrário, somente o desencadeamento de impiedosas repressões inclusive com massacres de civis desarmados, situações que haviam ficado bem claras desde o elucidativo massacre de Sharpeville, em março de 1960. Quase um ano depois, iniciava-se em Angola o novo levante contra os portugueses. A era da luta de libertação armada, propriamente dita, inaugurava-se na África Austral.

9 Ver K. NKRUMAH, 1957.

10 K. KAUNDA e C. MORRIS, 1960. Sublinhado na obra original.

A estratégia da luta armada de libertação

As mais internacionais entre todas as estratégias de descolonização aplicadas na África foram marcadas pela exigência do emprego de aperfeiçoadas e modernas armas. A tradição guerreira (tal qual ela se manifestou na guerra dos mau-mau) podia apoiar-se principalmente em bases logísticas locais e empregar armas de fabricação artesanal. A tradição da *jihad* estava sobretudo ligada a forças internacionais (nesse caso, islâmicas) mas permanecia largamente circunscrita ao quadro africano. A estratégia do radicalismo cristão e da mobilização política não violenta, mesmo tendo recebido a influência de Gandhi, concretizou-se em definitivo através de processos nacionais singulares nas colônias pertinentes.

Mas, as lutas armadas mais modernas – nas colônias portuguesas, na África Austral e na Argélia – foram conflitos fortemente internacionalizados. Numerosos países intrometeram-se nesses confrontos de diferentes maneiras, desde suporte financeiro ao fornecimento de armas, incluindo até uma efetiva participação com o envio de tropas.

Sem a intervenção da União Soviética e dos seus aliados nas lutas da África Austral, a libertação desta região seria provavelmente ainda mais retardada, em ao menos uma geração. As armas aperfeiçoadas utilizadas pelos africanos na África Austral – especialmente os mísseis solo-ar empregados nas guerras do Zimbábue – provieram em geral de países socialistas. Quanto à intervenção das tropas cubanas na luta em defesa da soberania de Angola, tratou-se aqui do maior apoio externo já prestado em uma guerra de libertação africana.

Mas, a participação de elementos externos não beneficiou somente os combatentes das forças de libertação; o mesmo fenômeno reproduziu-se no campo dos opressores coloniais e racistas. A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) por muito tempo subvencionou, direta ou indiretamente, a repressão obstinada exercida pelos portugueses em suas colônias e o seu armamento foi utilizado contra combatentes das forças de libertação africanas.

Sob a ótica do apoio externo, é particularmente elucidativo comparar os respectivos engajamentos de Cuba e de Israel na África Austral, sobretudo a partir dos anos 1970. Os dois países são considerados excluídos em suas regiões – Cuba é o país marginalizado do hemisfério ocidental e Israel representa o pária do Oriente Médio. Cada um destes países encontra-se estreitamente ligado a uma superpotência – Cuba à União Soviética e Israel aos Estados Unidos da América. Cuba e Israel envolveram-se em conflitos de implicações mundiais: John F. Kennedy brandiu a ameaça de guerra nuclear por ocasião da crise dos

mísseis em Cuba, no ano de 1962; em outubro de 1973, o presidente Richard Nixon ordenou um alerta nuclear geral em defesa de Israel no momento da guerra no Oriente Médio. Cuba e Israel são, portanto, dois países aos quais o mundo inteiro dedicou atenção e, no âmbito regional, ambos foram antagonistas em conflitos com os seus vizinhos.

Contudo, embora exista certo número de traços comuns, eles desempenharam papéis rigorosamente distintos. Cuba empenhou-se na instrução dos combatentes negros da força de libertação; Israel formou tropas contra-revolucionárias na África do Sul. Cuba forneceu serviços de treinamento agrícola aos camponeses angolanos; Israel prestou ajuda na realização do programa nuclear sul-africano, até mesmo na construção da bomba atômica[11] e manteve em outros domínios militares uma crescente colaboração com a República Sul-Africana, em que pese a resolução das Nações Unidas proibindo o fornecimento de armas ao regime de Pretória. Para resumir essa comparação, é possível dizer que Israel se conduziu de fato na qualidade de aliado do regime de supremacia branca, ao passo que Cuba, sob a autoridade de Fidel Castro, participou do movimento de libertação negra.

Em seu conjunto a luta armada na África Austral foi até os dias atuais coroada de sucesso. Contra os portugueses ela tomou a forma de uma guerra de desgaste que finalmente provocou em Portugal o golpe de Estado de abril de 1974 – seguido prontamente pelo outono do Império português. Ela desdobrou-se na independência do Zimbábue em 1980 e da Namíbia em 1990.

Mas poder-se-ia esperar que, uma vez obtido o "reino político", "todo o resto" seria dado em suplemento à África do Sul? Não poderíamos pretender que em outras partes da África a soberania política conduz, com toda inelutabilidade, a outras realizações como indicado anteriormente, a independência política era uma condição necessária mas, certamente não suficiente para realizar de forma mais completa as aspirações africanas. Em países economicamente arruinados tal como Gana, e em outros politicamente devastados, como a Uganda, um princípio contrário, como já foi dito, parece verificar-se; este princípio poderia assim ser enunciado: "Procurai primeiramente o reino político e todo o resto vos será retirado."

Contudo, é preciso concedermos um tempo para a reflexão. A liberdade de Gana, segundo Kwame Nkrumah, não tinha sentido sem a liberdade do conjunto da África. Ele compreenderia "reino político" simplesmente como a

11 Sobre o programa nuclear sul-africano, ver R. W. WALTERS, 1987.

independência de cada país africano? Ou, antes, este pan-africanista convicto referia-se à completa libertação do continente, considerado em sua globalidade?

Se considerarmos a sua filosofia política, parece-nos mais provável que ele planejava uma progressão assim articulada:

- a independência de cada país africano reforçaria a independência subsequente, segundo uma abordagem por etapas da descolonização política;
- quando toda África estivesse descolonizada, o "reino político" do continente teria a chance de ser completado por "todo o resto".

Se é verdade que os primeiros tiros foram disparados aquando da luta na África do Sul, último bastião da ordem imposta pela minoria branca, nós devemos presentemente examinar mais de perto esta última etapa da busca pelo "reino político", quando se configura uma transformação na relação entre racismo e capitalismo na África.

A revolução e o reino político

A possível dissolução da aliança entre racismo e capitalismo na África do Sul apresenta-se como a característica central do período atual. Capitalismo e *apartheid* estariam eles em vias de tornarem-se incompatíveis? Embora o *apartheid* possa não derivar da ruptura da sua aliança, o capitalismo na África do Sul é perfeitamente capaz, por sua vez, de manter-se intacto uma vez terminada a luta. O reino político provavelmente *não* conheceria o socialismo.

Se é notório que assistimos, desde 1980 na África do Sul, aos primórdios de uma revolução em pleno nascimento, quanto tempo faltar-nos-ia para alcançar a maturidade? Quando a vitória consumar-se-ia?

Os otimistas não hesitarão em destacar semelhanças com a revolução etíope de 1974 ou com a revolução iraniana de 1979, ambas iniciadas por meio de manifestações de rua e desenvolvidas até o sucesso total. O Irã e a Etiópia pré-revolucionários viviam, um à imagem do outro, sob a égide de uma aliança entre um regime interno feudal e o capitalismo internacional. Embora os dois regimes vigentes no Irã e na Etiópia estivessem estabelecidos há séculos e mais séculos, eles foram, todavia, derrubados após poucos meses de manifestações. A aliança entre o feudalismo interior e o capitalismo internacional esvair-se-ia rapidamente.

O *apartheid* certamente resistiria durante período maior comparativamente aos regimes do xá e de Haïlé Sélassié mas, a supremacia racial tampouco é

invencível. Este sistema seria derrubado, desta feita não sob a pressão das ruas ou pela intervenção externa de exércitos africanos. Aqui somente uma luta internamente organizada poria termo ao *apartheid.* Os exércitos africanos susceptíveis de intervirem do exterior qualificam-se indubitavelmente pela organização, entretanto, por definição, eles não fundariam sua ação com base no interior. As manifestações de rua nas cidades da África do Sul, por sua vez, ainda não constituem uma forma de luta organizada. Estados africanos podem apoiar, alimentar e armar os membros de uma frente interna de libertação, todavia, na ausência de uma guerrilha interna organizada, com os seus combatentes e sabotadores, a vitória não seria conquistada.

Sanções econômicas internacionais poderiam provocar a mudança decisiva? Falta-nos distinguir as sanções ou o boicote de natureza *expressiva* e as sanções ou o boicote de caráter *instrumental*. O boicote expressivo é um julgamento moral; o boicote instrumental pretende-se uma ferramenta política. As sanções internacionais não se desdobrariam, isoladamente, no estabelecimento de um sistema ancorado no sufrágio universal. Os boicotes expressivos tendem a elevar o moral dos oprimidos, os boicotes instrumentais do Ocidente podem incitar o regime a liberalizar-se mas, não a ponto de instaurar um sistema realmente democrático. Conduzida internamente, a luta armada é, portanto, convocada a compor o núcleo da revolução.

E as armas nucleares da África do Sul? Não protegeriam elas o regime do *apartheid*? Há um quarto de século, Kwame Nkrumah advertia a África sobre duas espadas de Damoclès, suspensas sobre a sua cabeça: o racismo, por um lado e a arma nuclear em mãos hostis, por outro. À época, os franceses testavam as suas armas nucleares no Saara. O norte da África sofria, portanto, uma profanação nuclear e o sul, uma violação racial. Posteriormente, a França ajudou Israel a dominar os seus próprios meios nucleares, em Demona, e Israel, por sua vez colaborou para dotar a África do Sul da arma nuclear. Mas, o armamento nuclear disponível ao regime poderia mudar algo quanto ao futuro reservado ao *apartheid*? A resposta é: "Não" ou, mais precisamente: "Não, ao menos, com relevância."

A África do Sul pode utilizar seu estatuto de potência nuclear para intimidar Estados vizinhos ou dissuadir países como a Nigéria mas, ela não pode empregar as suas armas nucleares nas ruas de Soweto. O emprego *interno* da arma nuclear sul-africana desencadearia um processo que compõe um dos dois pesadelos do regime, não o crescimento contínuo da população negra mas, a correlata partida em massa dos brancos.

Conquanto o *apartheid* não possa ser salvo pela arma nuclear, sê-lo-ia através de sua aliança com o capitalismo? A bem da verdade, esta aliança encontra-se atualmente muito comprometida. No momento em que o racismo desfavorece em demasia o funcionamento das leis da oferta e da procura e quando o racismo econômico perde a sua eficácia, o capitalismo tende a se sentir traído. Foi o que aconteceu na época do tráfico dos escravos. Durante certo tempo, o capitalismo assentou a sua prosperidade sobre a escravatura, em seguida, concomitantemente ao aumento da eficácia das técnicas, o recurso a uma mão de obra servil justificou-se de menos em menos em relação ao trabalho assalariado. A Grã-Bretanha, de principal potência escravista no século XVIII, tornou-se assim a principal potência abolicionista do século XIX. Outrossim, a aliança entre o capitalismo e o *apartheid* justificara-se – embora de forma míope – no plano econômico, inclusive atualmente. Se hoje ela se encontra comprometida, é porque o capitalismo poderia tirar proveito da abolição do *apartheid*.

Primeiramente, o poder de compra dos negros poderia doravante elevar-se em proporções espetaculares, caso o sistema se tornasse, por pouco que fosse, mais equitativo. Em segundo lugar, o nível de competência dos negros melhorou, permitindo, dessa forma, o emprego das forças produtivas com maior eficácia que outrora. Em terceiro plano, uma melhoria do sistema de educação e de formação dos negros poderia transformar em pouco tempo a África do Sul em uma espécie de Austrália negra – um país rico e fortemente industrializado. Em quarto nível, a oposição ao *apartheid*, cria atualmente uma atmosfera de instabilidade malsã e inapropriada para o capitalismo. Finalmente, a instabilidade, por sua vez, engendra a incerteza; ora, o investimento capitalista exige uma relativa previsibilidade do porvir.

Ademais, a escalada da repressão na África do Sul escandaliza importantes frações da opinião pública ocidental, desencadeando a pressão destes grupos sobre as empresas comerciais e as redes de lojas. Entre as grandes sociedades ocidentais que retiraram os seus investimentos figuram notadamente: a IBM, a General Motors, o Barclays Bank, a Coca-Cola e a Kodak. Anteriormente a elas, numerosas instituições haviam fechado as suas contas junto ao Barclays Bank, seguindo, nesta ocorrência, o exemplo oferecido pela Nigéria há alguns anos.

Enfim, os meios empresariais receiam que uma luta prolongada contra o racismo degenere em um combate contra o capitalismo, em consequência de uma radicalização do movimento ativista (à imagem do ocorrido em Angola, em Moçambique e, em certa medida, no Zimbábue). Cedo ou tarde, o capitalismo deverá reduzir as suas perdas – e romper os seus elos com o *apartheid*. Em situação de plena evolução, ele deve proteger os seus interesses.

Mas qual será o destino do capitalismo na África do Sul após a *débâcle* do *apartheid*? Estaríamos nós seguros que o socialismo viria coroar o reino político? Tanto na melhor quanto na pior das hipóteses, uma vitória contra o *apartheid* não significaria necessariamente uma vitória contra o capitalismo. Uma vez atingido certo grau de desenvolvimento, o capitalismo torna-se quase irreversível.

Karl Marx pensava que o capitalismo correspondia a um estádio de desenvolvimento anterior ao socialismo: quando o desenvolvimento capitalista atingisse o seu apogeu, ele desembocaria em uma revolução socialista. Mas, a história recente mostra que, ultrapassado certo grau de desenvolvimento capitalista, uma revolução comunista torna-se pouco a pouco impossível – ao menos quando imposta externamente. Os Estados Unidos e a maioria dos países da Europa ocidental alcançaram este nível.

Mas, em razão de quais fatores uma revolução comunista seria impossível em um país industrialmente avançado de tipo capitalista? As previsões de Marx, no que diz respeito ao aumento contínuo do peso social do proletariado, não se concretizaram nos países do capitalismo central, pelo contrário, foi justamente a burguesia que teve o seu peso social relativo acrescido. Do mesmo modo, a pauperização crescente prevista por Marx tampouco se reproduziu. Os trabalhadores não se tornaram mais pobres mas, antes, atingiram certa prosperidade; no tocante aos pobres, eles sequer trabalham (quando muito formam um "lumpemproletariado"). Os trabalhadores ocidentais têm muito mais a perder além de suas "correntes": eles possuem o seu carro, as suas ações, o seu aparelho de televisão, o seu barco... A consciência de classe não sobreveio à consciência nacional; em oposição, o anticomunismo está ligado ao patriotismo da classe operária ocidental. Marx subestimou a capacidade do capitalismo em cooptar, converter e corromper outrem para obter apoio, aptidão perfeitamente intrínseca a um capitalismo próspero.

A África do Sul teria alcançado este estádio irreversível do capitalismo, tal como ocorreu na maioria dos países ocidentais? A resposta provável é negativa. Além disso, governada por negros, seria ela capaz de prosseguir o seu caminho, tanto como um sistema capitalista (sem o racismo) quanto engajada em uma via socialista de desenvolvimento.

Haveria então alguma esperança de assistirmos ao coroamento do reino político sul-africano pelo socialismo? Em caso afirmativo, quais seriam os fatores que predisporiam a África do Sul ao socialismo após a ascensão da maioria negra ao poder? Primeiramente, uma radicalização resultante de uma luta prolongada poderia levar a África do Sul negra rumo ao socialismo. Em segundo lugar, a polarização das classes advinda após a polarização racial poderia contribuir para

a socialização da África do Sul do *pós-apartheid*. Terceiramente, a forte urbanização do país é um fator determinante para a instauração do socialismo moderno. Em quarto lugar, a existência de um importante proletariado negro, embora o aburguesamento esteja estabelecido, pode favorecer a edificação do socialismo. Em quinto plano, esta concepção, própria ao homem branco e segundo a qual cada nacionalista negro seria um marxista, poderia concretizar-se com o passar do tempo. Quanto à bomba atômica, ela poderia transformar uma África do Sul governada por negros na primeira potência negra munida de um armamento nuclear antes do fim do século XX.

Em nenhum outro lugar da África, o reino político pode receber tanto em troca quanto na África do Sul. A potente industrialização criada pela mão de obra negra e pela técnica ocidental, as enormes reservas minerais reservadas ao país pela natureza, a disciplina forjada na longa luta dos africanos pela justiça e as novas vantagens que lhe conferem o estatuto de potência nuclear constituem, com efeito, fatores que reforçam consideravelmente o significado de um reino político sul-africano cujo futuro estaria em mãos da maioria antes do final deste século.

O dia em que toda a riqueza da África estiver efetivamente sob a autoridade soberana da África – da Cidade do Cabo ao Cairo, de Dar es-Salaam a Dakar – poder-se-á enfim julgar com todo rigor a exortação imperecível de Kwame Nkrumah: “Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento.”

CAPÍTULO 6

A África setentrional e o chifre da África

Ivan Hrbek

No fim da Segunda Guerra Mundial, nenhum país da região escapava a um controle político e militar exercido por estrangeiros. Inclusive nos Estados oficialmente independentes como a Etiópia e o Egito, uma forte presença militar britânica influía na vida política. O desaparecimento da Itália na qualidade de potência colonial é outra característica do pós-guerra. Todas as suas antigas colônias – a Somália, a Eritreia e a Líbia – foram conquistadas durante a guerra pelos Aliados e permaneceram sob a ocupação britânica, ou francesa no caso do Fezzan líbio. Os seus destinos seriam necessariamente decididos em âmbito internacional.

O Magreb

Embora a derrota de 1940 tenha seriamente enfraquecido a autoridade da França nos três países do Magreb sob o seu controle, sem exceção, os governos franceses do pós-guerra fizeram tudo ao seu alcance para restabelecê-la. Inclusive chegaram ao ponto de implantar um regime caracterizado por uma opressão muito forte, após uma guerra supostamente conduzida com o intuito de liberar os povos da dominação estrangeira. Esta atitude rígida conduziu à desastrosa guerra colonial na Indochina francesa (no território do atual Vietnã) cuja população considerava totalmente injusto que os franceses quisessem reo-

cupar uma colônia que se lhes houvera imposto ceder aos japoneses. Em que pese a catástrofe militar de Diên Biên Phu, em 1954, ter levado os representantes da França a participarem, em Genebra, de uma rodada de conferências durante a qual ela renunciou ao seu império colonial no Sudeste Asiático, os políticos franceses – como os *bourbons* – nada aprenderam das lições de história[1]. Reformas unicamente destinadas a satisfazer as aparências certamente foram executadas nos três países do Magreb mas, a situação colonial de dependência, de exploração e de privação das liberdades políticas, acrescida de um elemento particular tangente à arrogância cultural francesa, permaneceu imutável. Vimos no capítulo 2 como a administração colonial francesa reagira, durante os últimos anos da guerra e logo em seguida, no desenrolar da onda de protestos nacionais com a qual ela fora confrontada.

O Marrocos

Cada um dos três países foi submetido à sua própria versão do martírio antes de alcançar a independência. Um discurso pronunciado em Tanger, no mês de abril de 1947, pelo sultão Mohammed ibn Yusuf, dinamizou novamente o movimento nacionalista marroquino[2]. Este discurso evocava o brilhante porvir do país, seus inalienáveis direitos e sua fidelidade ao islã e ao mundo árabe. O residente-geral francês esperara ouvir palavras de reconhecimento e gratidão à França, mas nenhum cumprimento dessa qualidade lhe fora endereçado. A partir dessa data, o sultão foi ao mesmo tempo o centro e a vanguarda da luta pela independência. O seu discurso provocou uma série de manifestações e greves. Estas greves, desencadeadas entre 1947 e 1952, mostraram que os trabalhadores se haviam organizado, desde logo e muito bem, além de demonstrarem plena integração ao movimento nacionalista.

Em outubro de 1950, por ocasião de uma viagem a Paris, o sultão reivindicou ao Governo francês a autonomia política e econômica, a ampliação dos direitos constitucionais e políticos do governo composto pelos xerifes e, também, a revisão geral das relações franco-marroquinas, tudo isto na prática revelar-se-ia uma vã ilusão. Os seis Estados árabes independentes solicitaram à Organização

1 Sobre a história do Magreb do pós-guerra, conferir R. LE TOURNEAU, 1962; S. AMIN, 1965, 1970a e 1970b.

2 Sobre a luta dos marroquinos pela sua independência, ver A. AL-FASI, 1954; A. AYACHE, 1956; D. E. ASHFORD, 1961; J. -L. MIÈGE, 1966; J. WATERBURY, 1970 e 1975.

das Nações Unidas a inscrição da questão marroquina na ordem do dia, na sexta sessão da Assembleia Geral, organizada em 1951 e, embora eles tenham repetido exaustivamente a sua proposição, no ano seguinte, as potências coloniais sequer se propuseram a simplesmente discutir a reivindicação legítima em defesa da independência do Marrocos.

Em reconhecimento ao papel do sultão, considerado primordial, os franceses decidiram destroná-lo em 1953, utilizando, para este fim, a influência exercida pelo potente paxá de Marrakech, Thamï al-Glawï, sobre os dirigentes feudais de algumas cabilas berberes, além de utilizar a influência de alguns dirigentes religiosos. Em 14 de agosto de 1953, este grupo – sem qualquer fundamento jurídico em direito islâmico ou marroquino[3] – declarou indigno do trono Mohammed ibn ' Yusuf e proclamou sultão seu primo, Mohammed ibn ' Arafa, ancião sem qualquer experiência política. A conspiração – tramada pela residência, pelos colonos franceses do Marrocos e pelos meios da alta finança parisiense – em nada obteve os resultados previstos; após a deportação do sultão para a Córsega, posteriormente para o Madagascar, o país inteiro, quase unanimemente, postou-se contra o colonialismo.

A luta nacional tomou diversas formas. O partido de Istiklal fundou uma organização secreta; em meio às organizações de idêntica natureza, a mais importante era um movimento de esquerda, O Crescente Negro. As greves e as manifestações de rua multiplicaram-se nas cidades; os marroquinos boicotavam os produtos franceses, as pessoas recusavam-se a participar das orações de sexta-feira, para as quais elas supostamente iriam intuindo homenagear o nome do sultão designado pelos franceses. No Rïf e no Médio Atlas, a população rural berbere formou uma "Armada de Libertação" e atacou postos militares e casernas. Os anos de 1954 e 1955 foram marcados pelo destacado combate dos marroquinos pela independência.

Em 1955, a violência generalizada cresceu a tal ponto que, malgrado o terrorismo ao qual eles se dedicavam e ante à incapacidade da polícia e dos grupos contra-revolucionários de colonos franceses em interromper o movimento de libertação – a exigir unanimemente o retorno do legítimo sultão –, o governo francês foi obrigado a modificar a sua política no tocante ao Marrocos. Neste intervalo, a guerra na Argélia tornara-se um problema sério, ao passo que a recente experiência da derrota no Vietnã evidenciava que o exército francês era incapaz de enfrentar um amplo movimento popular. Em agosto de 1955, as

3 Sobre a incapacidade legal de al-Glawi enquanto proprietário de casas fechadas, conferir o inteligente ensaio de L. MASSIGNON, 1962, pp. 250-264.

primeiras negociações envolvendo diversos representantes das correntes marroquinas políticas, aqui compreendido o Istiklal, engajaram-se em Aix-les-Bains e o general Catroux foi enviado a Madagascar objetivando tomar as disposições necessárias ao retorno do sultão. Em seguida, os acontecimentos precipitaram-se: Mohammed ibn 'Arafa foi obrigado a abdicar e al-Glawi, abandonado por seus mestres, publicou em outubro uma inesperada proclamação de lealdade a Mohammed ibn Yusuf.

Após uma permanência de algumas semanas em território francês onde foram negociadas as condições para a abolição do protetorado, Mohammed ibn Yusuf – alçado em 1957 à condição de rei Mohammed V – retornou triunfalmente ao seu país em 26 de novembro de 1955, aclamado por milhões de súditos, vindos em massa a Rabat. Sidi Bekkai formou o primeiro governo marroquino independente que encerrou as negociações com os franceses. A independência do Marrocos proclamar-se-ia em 2 de março de 1956.

Após um mês, em 7 de abril, o protetorado espanhol na zona setentrional foi abolido e a região foi integrada ao reino do Marrocos; em julho do mesmo ano, a zona internacional de Tanger trilhou o mesmo caminho. Assim sendo, o conjunto do Marrocos pré-colonial reunira-se em um Estado, salvo no que se refere aos enclaves espanhóis de Ifni, Melilla e Ceuta. Embora Ifni tenha sido reintegrada em 1968, os dois outros enclaves permaneceram sob o domínio estrangeiro e constituem a essência das reiteradas reivindicações do Marrocos junto ao governo espanhol.

A Tunísia

À independência do Marrocos adveio imediatamente aquela referente à Tunísia. Nos dois países, a luta de libertação desdobrou-se com certo paralelismo. Ela opôs-se, em ambos os casos, à mesma potência colonial, confrontada a uma influente comunidade francesa de colonos e, sem menor importância, inscrita em idêntico contexto internacional[4]. As diferenças entre os dois processos não são, contudo, negligenciáveis. Os sindicatos – animados por um brilhante organizador, Farhat Hashed – tomaram instantaneamente parte na luta dos tunisianos, os quais puderam, progressiva e posteriormente passar, de uma participação parcial no governo à autonomia interna. Mas, devemos também observar a séria cisão ocorrida no seio da direção do Néo-Destour, antagoni-

4 H. BOURGUIBA, 1954; D. L. LING, 1967; A. KASSAB, 1976.

zando Habib Bourguiba e Salah Ben Yusuf, bem como a relativa passividade do bei, chefe oficial do Estado.

Após a fundação, em agosto de 1947, da Frente Nacional Tunisiana, a pressão sobre os franceses intensificou-se, em meio a numerosas greves e manifestações, nas quais a exigência de melhores condições de vida era acompanhada pela reivindicação da independência política. Entre 1945 e 1955, o nível de vida das massas conheceu uma degradação generalizada; sobre certas regiões do país abateu-se a fome. Em 1949, assim que Bourguiba retornou de um exílio voluntário (1945-1949), a direção do Néo-Destour superou uma etapa maior, elaborando uma estratégia de luta pela independência. Não obstante a conquista total desta última fosse o objetivo último de todos os tunisianos, Bourguiba – consciente da forte oposição francesa a uma imediata independência – estava aberto a compromissos táticos mediante os quais alcançaria progressivamente seus objetivos. Os franceses aceitaram primeiramente negociar a questão da autonomia interna parcial e, em agosto de 1950, um novo governo formou-se sob a direção de Muhammad Chenik; ele compunha-se, em proporções equânimes, de ministros franceses e tunisianos. Mas, enquanto os franceses estimavam ser esta a sua última possível concessão, sem todavia perder o controle do país, o Néo-Destour logo formularia novas exigências. Isto conduziu, em 1951, a uma nova crise, a França havia rejeitado a reivindicação em prol de um parlamento tunisiano. Esta repulsa produzira-se muito mais em virtude dos colonos franceses que devido a uma vontade política de Paris. Esta característica particular – a influência dos colonos sobre a política colonial francesa da IVª República – é recorrente em todos os países do Magreb. Este traço provocou, em todos estes países, efeitos trágicos sobre a população oprimida e, a longo prazo, catastróficos para os próprios colonos brancos. No início de 1952, a França pôs fim a novas negociações com os nacionalistas tunisianos, interditou o Congresso do Néo-Destour e deteve muitos outros militantes, em um espectro englobando tanto o radical Bourguiba quanto o moderado Chenik. Certos combatentes, entre os quais Salah ben Yusuf, segundo na hierarquia do Néo-Destour, fugiram para o Cairo. Ao final do mesmo ano, o dirigente sindical Farhat Hashed foi assassinado, provavelmente pela organização terrorista clandestina dos colonos, a Mão Vermelha.

Embora os franceses tenham intensificado a repressão, manifestações e greves reproduziram-se nas cidades. No curso do primeiro trimestre de 1954, o descontentamento generalizado suscitado pela dominação colonial estendeu-se aos distritos rurais. Pela primeira vez na história moderna da Tunísia, os próprios camponeses constituíram grupos armados de *partisans*, objetivando atacar

os colonos europeus, sabotar os meios de comunicação (através do corte de cabos ou descarrilando trens) e combater pequenas unidades francesas. Longe de limitar-se a distritos periféricos, estas ações concentraram-se na península do Cabo Bon e no norte do país. As propriedades dos colonos exigiram a sua proteção por tanques; as operações maciças de limpeza lançadas pela polícia e pelo exército francês não tiveram êxito em bloquear a insurreição.

Em meio a este período de crescentes dificuldades, sobrevieram o choque provocado pela derrota francesa em Diên Biên Phu (em 7 de maio de 1954) e a crise política em Paris, convergindo na formação do governo Mendès France. Os novos responsáveis políticos decidiram retomar as negociações com os nacionalistas tunisianos; Bourguiba e outros militantes foram prontamente libertados e, pouco após, retornaram ao seu país. Os franceses ofereceram à Tunísia a autonomia interna, guardando para si o controle das forças armadas e da política externa. As negociações não se acabaram senão em 1955. A Tunísia obteve então a sua autonomia interna, comprometendo-se, todavia, a salvaguardar os interesses franceses e a manter uma estreita relação com a França. Esta, por sua vez, continuava a controlar a política externa, a defesa e a segurança interna. A Convenção franco-tunisiana estava aquém das aspirações do povo tunisiano mas, Bourguiba, fortalecido por sua larga experiência, sabia que nas circunstâncias da época, era impossível obter maiores concessões da França por meio de negociações, de tal maneira que ele aceitou este acordo atraindo para a sua posição a maioria do Néo-Destour. A oposição estava representada pelo grupo de esquerda dirigido por Salah ben Yusuf cujo retorno do Cairo, permitira-lhe preconizar a continuação da luta armada com o objetivo de forçar a França a reconhecer a plena independência da Tunísia. Por ocasião do conflito conseguinte, Bourguiba conseguiu atrair a maioria dos membros do Néo-Destour. No congresso do partido, organizado em novembro de 1955, Salah ben Yusuf foi excluído em razão de sua oposição à Convenção. Malgrado a expressão, pelo Congresso, da opinião comum a todo o povo tunisiano, em defesa da permanência da sua luta até a plena independência do país, o compromisso de junho de 1955 e a exclusão de Ben Yusuf demonstraram que, doravante, o partido seguiria uma política moderada, abandonando o radicalismo.

Mas o período de "autonomia interna" não perduraria. Em razão do impacto dos acontecimentos no Marrocos e, sobretudo, do começo da guerra na Argélia, a França aceitou negociar para salvaguardar, tanto quanto possível, os seus interesses econômicos e estratégicos. Após um mês de tratativas em Paris, um protocolo em reconhecimento à plena soberania tunisiana foi assinado em 20

FIGURA 6.1 Congresso do Néo-Destour em novembro de 1955. No centro, Habib Bouguiba. (Foto: AFP Photo, Paris.)

de março de 1956: após setenta e cinco anos de exploração colonial, a Tunísia entrava nas comunidades das nações livres do mundo.

A guerra da Argélia[5]

O processo de libertação no Marrocos e na Tunísia foi acelerado, como já salientamos, pelo desencadeamento da guerra na Argélia cuja severidade e duração tornaram-na singular entre aquelas travadas contra o colonialismo na África. Isto se explica pela obstinação dos franceses em permanecer senhores do país e pela determinação do povo argelino em conquistar a sua liberdade. No caso do Marrocos e da Tunísia, certos dirigentes franceses aceitaram compromissos e responderam positivamente, ainda que tardiamente e a contragosto, às exi-

5 As mais importantes obras, em meio à abundante literatura consagrada a este tema, são as seguintes: F. ‘ABBAS, 1962; A. NOUSCHI, 1962; M. LACHERAF, 1963; G. C. GORDON, 1966; Y. COURRIÈRE, 1968-1972; J.-C. VATIN, 1974; C.-R. AGERON, 1979; M. KADDACHE, não datado; A. K. SAADALLAH, 1981.

gências dos nacionalistas. Entretanto, conduzir uma política análoga na Argélia foi, durante muito tempo, algo absolutamente fora de cogitação para qualquer político francês, pertencente a qualquer agremiação partidária. O dogma da "Argélia francesa" não era contestado ou sequer submetido ao menor exame crítico – quase teria consistido um sacrilégio negar que "a Argélia é a França [...]. Quem dentre vós hesitaria em empregar todos os meios para salvar a França[6]?". Este mito fundara-se na presença de aproximadamente um milhão de colonos franceses (os assim chamados pés-pretos), em importantes investimentos franceses na agricultura e nas minas, bem como na desproporcional influência do *lobby* argelino na vida política francesa. A descoberta de petróleo e de gás natural no Saara, nos anos 1950, veio reforçar este mito da Argélia francesa. Pela primeira vez em sua história, a França dispunha, no seu próprio território, de considerável quantidade de petróleo. A ideia segundo a qual ela podia enfim praticar uma política petrolífera independente influenciou fortemente as suas decisões durante a guerra de independência da Argélia.

A história argelina, entre 1947 (ano da adoção do Estatuto da Argélia) e o dia 1º de novembro de 1954 (data do início das hostilidades), mostra como uma administração colonial, mesmo aderindo solenemente aos princípios democráticos, pode ao mesmo tempo contorná-los. Ela é também testemunha da futilidade da moderação política quando se está em luta contra um adversário deste tipo e confrontado a uma miséria e a desigualdades econômicas e sociais crescentes.

Em 1954, a superfície das terras aráveis, sob controle dos europeus, representava 23% do total mas, ela situava-se nas regiões mais férteis. É imperativo comparar este percentil com o crescimento demográfico: entre 1936 e 1954, o número de argelinos muçulmanos passara de 6,3 a 8,7 milhões, ao passo que, no tocante aos europeus, ele progredira somente de 946.000 para 1 milhão. Dois terços dos argelinos viviam em um sistema de economia de subsistência; eles não formavam uma classe camponesa independente, eram na realidade semiproletários. O rendimento anual de um argelino empregado na agricultura era em média de 22.000 francos antigos, contra 260.000 francos antigos para um europeu. No campo, computava-se por volta de 1 milhão de pessoas desempregadas, total ou parcialmente – em decorrência disso, ocorria uma emigração em direção às cidades ou à França. Em 1957, um volume aproximado de 300.000 argelinos – o equivalente a um adulto em cada sete – trabalhavam na França.

6 F. Mitterrand, novembro de 1954. François Mitterrand era na época ministro do interior do governo Mendès France.

TABELA 6.1 DIVISÃO DA RENDA NA ARGÉLIA EM 1955

	População		Renda (milhões de francos)	Participação na renda nacional (%)
	(milhões)	(%)		
Não-muçulmanos	1,0	10	298 000	47
Muçulmanos				
rurais	5,3	55	117 000	18
não-rurais	3,4	35	222 000	35
Total	9,7	100	637 000	100

FONTE: S. Amim, *The Maghreb in the modern world*, 1970, Penguin Books, Hardmondsworth.

A desigualdade econômica e social também refletia-se na vida política. A Assembleia Argelina compreendia 120 membros, dentre os quais 60 franceses e 60 argelinos muçulmanos. A administração zelava para que a maioria dos argelinos eleitos fosse composta por aqueles cuja permissividade em face da dominação colonial não impusesse dúvida alguma. Todas as eleições eram, portanto, inteligentemente fraudadas. Não nos espanta, por conseguinte, que a Assembleia não tenha representado a opinião pública argelina ou discutido problemas de âmbito nacional, porquanto fossem eles de real seriedade, tais como o direito de voto dos muçulmanos, o ensino da língua árabe nas escolas e os cultos islâmicos[7].

Todas as manifestações do nacionalismo argelino, inclusive aquelas de teor mais moderado concernentes à igualdade civil e política, eram abafadas e reprimidas. Os dois principais partidos nacionalistas, a União Democrática do Manifesto Argelino (UDMA), dirigida por Farhat 'Abbas, e o Movimento pelo Triunfo das Liberdades Democráticas (MTLD), dirigido por um antigo combatente, Messali Hadj, não se encontravam todavia preparados para o abandono de sua política de negociação. No que diz respeito ao primeiro destes movimentos, ele esforçou-se em vão para persuadir os franceses a aceitarem uma República Argelina Autônoma mas associada, no que tange ao segundo, ele lutou para impor o reconhecimento da soberania argelina como condição *sine qua non* a todo acordo.

O fracasso destes políticos provocou crises nesses dois partidos: a UDMA perdeu apoio da população urbana mais favorecida e o MTLD passou a ser dirigido de modo cada vez mais personalista pelo imprevisível Messali Hadj, além de ter perdido a sua audiência popular e tomado uma orientação tipicamente

7 T. CHENNTOUF, 1969.

pequeno burguesa. O Partido Comunista Argelino, apoiado essencialmente pelas camadas mais pobres da população europeia, não manifestava grande entusiasmo pela causa dos nacionalistas.

Em 1953-1954, o MTDL cindiu-se em três facções: os "*messalistes*" que prestavam apoio incondicional ao velho dirigente (deportado para a França em 1952), os "*centralistes*", defensores de um poder concedido, em maior grau e coletivamente, ao Comitê Central, e o Comitê Revolucionário de Unidade e de Ação (CRUA), partidário da insurreição e da revolução na qualidade de únicos meios para atingir a independência, todas as vias constitucionais e legais, desde logo revelaram-se um engano. O CRUA compunha-se de antigos membros da Organização Especial (OS), tendência do MTLD fundada em 1947. Os nove "chefes históricos" da revolução argelina – Aït Abmed, Mohammed Boudiaf, Ben Boulaid, Abmed Ben Bella, Mourad Didouehe, Rabah Bitat, Larbi ben M'Hidi, Belkasem Krim e Mohammed Khider – decidiram lançar a insurreição armada em 1º de novembro de 1954. Com esta finalidade o país foi dividido em cinco distritos militares (*wilaya*) cada um colocado sob a direção de um comandante-em-chefe. Simultaneamente, três membros da direção deslocaram--se rumo ao Cairo com a finalidade de ter certeza da ajuda egípcia, em armas, fundos e propaganda.

No curso da primeira fase, a Armada de Libertação Nacional (ALN) não tinha nada além de 2.000 a 3.000 homens, armados de fuzis e facas. As primeiras ações foram conduzidas no maciço de Aurès e na Cabília mas, desde o verão de 1955, as operações se haviam estendido a toda a Argélia oriental e central. A maioria dos combatentes da ALN era constituída de camponeses, posteriormente acrescidos em número por membros das populações urbanas, no momento em que se tornou nítida a total indiferença que os franceses, a saber, a administração colonial, o exército e os colonos europeus, manifestavam entre os combatentes e os espectadores passivos – as represálias francesas atingiam indiscriminadamente todos os argelinos muçulmanos. Embora a França tenha progressivamente aumentado as suas forças armadas na Argélia, passando de 56.000 homens, nos primórdios, ao impressionante total de 500.000 homens em 1960, ela não logrou êxito em conter a sede de independência dos argelinos.

A luta armada prevalecera finalmente sobre a moderação que caracterizara o período precedente. Através do chamado lançado às massas, ela acendeu o patriotismo nelas subjacente, conduzindo-as a desempenhar, desde logo, um papel ativo no combate. No desenrolar da guerra, o mito francês da não existência da nação argelina finalmente feneceu, levando consigo a ilusão herdada do começo do século XX, período no qual se acreditou que a polícia e um forte

exército permitiriam manter eternamente uma nação sob o jugo colonial francês. Um número cada vez mais elevado de argelinos aderiu às fileiras da ALN no seio da qual cerca de 130.000 combatentes, nos momentos mais intensos de luta, reuniam-se nos grupos da guerrilha. A população civil assegurou a esses combatentes um importante apoio.

A Frente de Libertação Nacional (FLN) foi fundada em maio de 1955 e desempenhou o papel de suprema organização política do povo argelino. A maioria dos partidos e agrupamentos políticos argelinos se havia dissolvido e seus partidários integraram a FLN. Messali Hadj fez exceção ao fundar seu próprio partido e empreender tão violenta oposição à FLN que viria a atuar no campo dos colaboracionistas da França. O Partido Comunista Argelino tampouco uniu-se à FLN pois isso equivaleria a aceitar sua dissolução, todavia, a partir de 1956, ele adotaria uma postura de colaboração com o comando central da ALN, à qual obedeciam suas unidades guerrilheiras.

Em agosto de 1956, a FLN organizou seu primeiro congresso no vale da Soummam na Cabília; aproximadamente 200 delegados lá debateram problemas políticos concretos e aqueles relativos ao domínio organizacional, além de discutirem acerca das perspectivas e do futuro da Argélia. Uma orientação revolucionária foi adotada: a independência não bastaria; a criação de uma ordem socialista e a colocação em marcha de uma reforma agrária radical consistiam um imperativo. O Congresso reafirmou o caráter árabe e muçulmano da nação argelina e o seu pleno direito à autodeterminação.

O problema argelino ganhava doravante uma dimensão internacional, os países árabes, asiáticos e socialistas defendiam a independência argelina perante a ONU e numerosos regimes árabes progressistas ofereciam a sua ajuda sob diversas formas: pelo fornecimento de armamento, pela prestação de formação militar e pela concessão de financiamentos. Na primeira linha destes países figurava o Egito – na ocasião da crise de Suez de outubro de 1956, um dos objetivos franceses era depor o presidente al-Nasser, em razão do apoio que ele prestava à revolução argelina.

Inclusive na própria França, a guerra da Argélia teve uma considerável influência. As posições dividiam-se entre os elementos progressistas, ansiosos por darem um fim à nova "guerra suja", travada tão pouco tempo após àquela conduzida no Vietnã, e a direita, tendência que buscava intensificar a guerra até uma vitória francesa. Os enfraquecidos governos da IVª República, temerosos pela possível acusação de traição, mesmo que fosse pela simples disposição em estabelecer negociações com os "rebeldes", mostravam-se incapazes de implementar quaisquer medidas, salvo conceder crescentes poderes aos generais que dirigiam

FIGURA 6.2 Em 20 de setembro de 1959, Messali Hadj aprovou a declaração do general de Gaulle a propósito da Argélia. (Foto: Keystone, Paris.)

a guerra *in loco*. A estratégia dos militares franceses comportava três elementos centrais: o "reagrupamento" das pequenas cidades para destruir a rede de apoio à FLN; a guerra baseada no terror psicológico, com vistas a isolar a FLN da maioria da população; a construção de uma barreira eletrificada nas fronteiras com a Tunísia e o Marrocos, visando impedir qualquer aprovisionamento a partir dos países vizinhos.

O "reagrupamento" afetou centenas de milhares de camponeses, retirando as suas terras e subtraindo-lhes as suas tradições sem, contudo, oferecer-lhes qualquer modo de vida alternativo. As pequenas cidades reagrupadas tornaram-se campos de concentração e os seus habitantes transformaram-se em mendigos.

O seu trabalho produtivo normal praticamente cessou[8]. O terror atingiu o seu apogeu em 1957 com a "batalha de Argel", tentativa conduzida pela ALN para implantar-se mais profundamente na cidade. Os franceses responderam com uma impiedosa campanha de perseguição, aprisionamento e tortura que efetivamente destruiu a organização da ALN na capital, deixando uma herança de ódio e suscitando uma onda de indignação na França e em todo o mundo, campanha esta cujos métodos e procedimentos empregados pelos pára-quedistas franceses foram comparados àqueles da Gestapo na Alemanha nazista. No transcorrer do mesmo ano, em 1957, a fronteira algero-tunisiana foi hermeticamente fechada com a instalação de uma cerca elétrica de forma a isolar totalmente os guerrilheiros argelinos do mundo exterior. Mas, nenhuma destas medidas logrou êxito em desencorajar os combatentes. As operações da guerrilha foram levadas adiante, embora em menor escala, e a resistência armada perpetuou-se até o dia final.

A revolta do alto comando francês na Argélia, em maio de 1958, precipitou na França a crise política gerada pela guerra. Os militares exigiram a ascensão ao poder do general de Gaulle, em quem reconheciam o homem capaz de assegurar a vitória final da França. O último governo da IVª República abdicou e de Gaulle tomou a situação em mãos. Duas grandes forças políticas estavam atrás dele: a oligarquia francesa do setor financeiro e os colonos franceses da Argélia apoiados pelos oficiais. Tornou-se cada vez mais evidente que os interesses deste grupo eram de mais em mais divergentes e que de Gaulle tinha as suas próprias convicções políticas (relativas ao papel crescente da França no âmbito europeu, à criação de uma nova relação com o Terceiro Mundo, etc.). Na realidade, os seus objetivos estavam mais próximos dos interesses das oligarquias dos setores financeiro e industrial franceses, quando cotejados com aqueles dos colonos habitantes na Argélia, obstinados em querer manter o obsoleto colonialismo da "Argélia do papai". Mas, certo tempo foi necessário a de Gaulle para definir uma política mais positiva no tocante aos argelinos e a guerra prosseguia como anteriormente. A última tentativa executada para trazer os argelinos ao seio da França foi o "plano de Constantine", anunciado em 1958 por de Gaulle; ele propunha despertar os campos tradicionais e industrializar o país. Contudo, como numerosos outros projetos da época, este plano revelar-se-ia perfeitamente irrealista[9]. Ele traria as maiores vantagens aos colonos franceses, ao passo que

8 Duzentos e cinquenta mil dentre eles preferiram fugir para o Marrocos ou para a Tunísia e foi entre eles que se recrutaram os reservistas da ALN.

9 S. AMIN, 1970b, p. 125.

FIGURA 6.3 Farhat ʿAbbas dirigindo-se à multidão na ocasião de uma manifestação em Casablanca, em 9 de julho de 1961, na presença do rei Hassan II. (Foto: Keystone, Paris.)

aos argelinos não lhes restaria senão extrair um benefício mínimo. A "reforma" agrária não diria respeito a nada mais do que cerca de 250.000 hectares, deixando de lado o problema fundamental dos 2,7 milhões de hectares pertencentes aos colonos.

Em resposta às mudanças advindas da França, a FLN proclamou em setembro de 1958 a formação de um governo no exílio, o GPRA (Governo Provisório da República Argelina), cujo primeiro chefe foi Farhat ʿAbbas. Em 1961, este governo ganhou um chefe mais revolucionário Yusuf ben Khedda. Ele foi reconhecido *de jure* por todos os países árabes e numerosos países da Ásia e *de facto* pelos Estados socialistas.

Percebendo a inocuidade das operações militares e também do plano de Constantine, no que se refere aos resultados esperados, de Gaulle decidiu finalmente negociar.

Em janeiro de 1960, quando se tomou conhecimento deste fato, os fascistas de Argel revoltaram-se mas, a "Semana das Barricadas" findar-se-á em um

fracasso. Em março do mesmo ano, de Gaulle empregou pela primeira vez o mágico slogan "Argélia argelina", colocando assim um termo – após mais de um século – ao mito "a Argélia tão francesa quanto a Bretanha". As negociações abriam-se no meio do ano, foram abortadas muito rapidamente em razão de numerosos problemas cruciais. Era importante que os franceses reconhecessem a FLN e o GPRA como parceiros. As discussões foram a primeira vítima política dos argelinos. Outras mais adviriam em breve.

Em abril de 1961, os "ultra" da Argélia empreenderam uma última tentativa por intermédio do "*putsch* dos generais" dirigido por quatro generais de alto escalão. O golpe fracassou, mas os ultra resolveram continuar o seu combate em prol da preservação da Argélia francesa, recorrendo com esta finalidade ao terrorismo por meio da Organização Armada Secreta (OAS).

As negociações que se seguiram foram longas e difíceis, notadamente porque os franceses insistiam em dissociar o Saara, com sua riqueza petrolífera, do território argelino. Mas, a firme recusa da FLN forçou a França a aceitar um compromisso. Em março, foram assinados os acordos de Évian, anunciando um cessar-fogo e proclamando que o porvir da Argélia seria determinado em *referendum*. Organizado em 1º de julho de 1962, o referendo registrou uma maioria de 99,7% votos favoráveis à independência.

Os últimos meses da dominação colonial e as primeiras semanas que se sucederam à independência foram marcados por atos de sabotagem dos fascistas da OAS que mataram, destruíram e queimaram em um ataque de fúria inócuo. Com estes atos, eles igualmente retiraram da minoria europeia toda a possibilidade de permanecer em uma Argélia independente como haviam previsto os acordos de Évian. Sobreveio um êxodo maciço de colonos: desde o fim de julho, cerca de 500.000 partiram para a França e, no fim do ano, menos de 20% dos europeus permaneciam na Argélia. A partida em massa e súbita dos colonos – aqui compreendida a esmagadora maioria dos técnicos do país – causou inicialmente numerosas dificuldades para a nascente república mas, ela simplificou em muito a estrutura étnica e social da Argélia, poupando-a dos conflitos raciais que, em contrário teriam sido inevitáveis.

A proclamação da independência da Argélia pôs fim ao período do colonialismo francês no Magreb. A libertação foi conquistada mediante um custo muito elevado: estima-se que perto de 1 milhão de argelinos perderam a vida e que 2 milhões estavam desabrigados; 10.000 casas e edifícios foram destruídos durante a guerra e, posteriormente, pelo terrorismo da OAS. Nenhuma outra ação africana pagou um preço tão elevado e trágico pela sua independência. Mas, graças à sua luta heroica, os argelinos facilitaram objetivamente o combate

político das outras colônias francesas. A guerra da Argélia mostrou claramente ao povo francês e aos seus dirigentes a futilidade do antigo sistema colonial, forçando-os a reconhecer o direito de todas as nações à autodeterminação.

A Líbia[10]

No capítulo 2, nós abandonamos a Líbia em 1948, no momento em que ela ainda estava sob ocupação militar e aguardava a decisão da ONU sobre o seu futuro. A Grã-Bretanha e a França já estavam implantadas no país. Os Estados Unidos da América somavam-se a estes países e instalavam uma grande base aérea, Wheelus Field, perto de Trípoli. As três potências ocidentais possuíam doravante interesses na Líbia e não desejavam em hipótese alguma abandonar o país. Portanto, não é digno de espanto que os interesses ocidentais tenham tão prontamente entrado em conflito tanto com os anseios do povo líbio quanto com a política dos países árabes, asiáticos e socialistas. Os britânicos tomaram a iniciativa com o plano Bevin-Sforza o qual previa uma tutela britânica na Cirenaica, uma tutela italiana na Tripolitânia (onde vivia a maioria dos colonos italianos) e uma tutela francesa no Fezzan. Contra esta iniciativa de dividir o país em três partes, a URSS preconizou uma tutela coletiva coordenada pela ONU. O povo líbio manifestou sua oposição ao plano Bevin-Sforza em colossais manifestações: em Trípoli, mais de 40.000 líbios foram às ruas. A Assembleia Geral das Nações Unidas rejeitou o plano em maio de 1949. Em novembro do mesmo ano, a URSS propôs conceder imediatamente a independência à Líbia, proceder à retirada das tropas estrangeiras em prazo de três meses e fechar as bases militares estrangeiras. Esta proposta não foi aceita mas, a ONU votou posteriormente um texto prevendo que toda a Líbia constituir-se-ia em um Estado independente e soberano no mais tardar em 1º de janeiro de 1952.

Não se deve interpretar estas intervenções internacionais como se significassem que a independência do povo líbio tivesse sido um dom da ONU. Ao contrário, foi o desenvolvimento de seu combate anticolonial que sensibilizou a opinião pública mundial sobre o destino deste país, forçando assim a ONU a ceder. Este movimento de libertação nacional conduziu suas ações em condições muito difíceis, imputáveis tanto a história quanto às estruturas sociais injustas e desiguais encontradas nas diversas regiões do país. Estes problemas foram ainda

10 Para a história da Líbia durante o período pré-revolucionário, conferir E. E. EVANS-PRITCHARD, 1949; I. R. KHALIDI, 1956; M. KHADDURI, 1963; J. NORMAN, 1963b; N. I. PROSHIN, 1975.

mais acentuados pela política britânica que visava explorar a situação para romper a unidade dos patriotas. Desde o início, os britânicos preferiram ver o chefe da Sanusiyya, Muhammad Idris – de volta à Cirenaica em 1947, proveniente de seu exílio egípcio – desempenhar o papel preponderante na política líbia. Suas posições notoriamente conservadoras suscitaram a oposição da burguesia nacionalista tripolitana que desejava um regime democrático, a unificação de toda a Líbia, uma estreita colaboração com os Estados árabes já independentes e a evacuação das tropas estrangeiras. A oposição tripolitana temia que Idris não tentasse introduzir o sistema feudal teocrático sanusi na Tripolitânia e os seus dirigentes sabiam que ele colaborava estreitamente com os britânicos. Por sua vez, Idris desconfiava da burguesia liberal tripolitana e dos seus ideais republicanos, preferindo, durante certo tempo, exercer um poder absoluto na Cirenaica ao invés de dividir com esta classe social o governo da totalidade da Líbia.

Este desacordo foi inteligentemente explorado pelos britânicos para retardar as negociações sobre a independência Líbia. Em junho de 1949, a Cirenaica foi proclamada independente sob a direção do emir Idris: a Constituição elaborada pelos britânicos preservava o poder praticamente ilimitado do emir e estabelecia um Parlamento cuja metade dos membros seria nomeada por ele. O novo regime não correspondia às expectativas dos elementos progressistas da população da Cirenaica que desejavam uma maior participação política. Greves e manifestações eclodiram e foram reprimidas pelo emir, com a ajuda das tropas britânicas.

Mas a despeito do caráter manifestadamente reacionário do regime de Idris e das sérias inquietações dos homens políticos da Tripolitânia, tornou-se muito prontamente evidente que, somente uma unificação sob a égide de Idris permitiria uma plena independência da Líbia. No curso dos anos 1949-1951, longas e difíceis negociações tiveram lugar entre as duas partes. Em razão do principal objetivo dos dirigentes tripolitanos do movimento de libertação nacional ser a independência e a unidade, eles finalmente aceitaram um compromisso. Sob a pressão dos britânicos e em conformidade aos propósitos de Idris, a Líbia tornou-se uma federação composta de três províncias – Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan –, caracterizada por uma grande autonomia provincial correlata a um governo central assaz enfraquecido. A independência do Reino da Líbia foi proclamada em 29 de dezembro de 1951; O antigo emir da Cirenaica e chefe da Sanusiyya, o rei Muhammad Idris I° al-Sanusi, tornou-se o primeiro monarca.

A Líbia chegou à independência carregando uma pesada herança colonial, o fardo de muita destruição causada pela guerra e o ônus da presença de tropas estrangeiras. No que concerne à economia e à estrutura social, ela fazia parte dos países menos desenvolvidos da África do Norte; no domínio agrícola, as

relações feudais de patriarcado eram dominantes e um forte percentual dos habitantes levava ainda uma vida nômade ou seminômade. Quase não havia indústria e os artesãos não trabalhavam senão para mercados locais. A burguesia e o proletariado líbios eram numericamente fracos e mal organizados. A maioria dos bancos, dos estabelecimentos de venda no atacado e das plantações, bem como o comércio exterior, era controlada por não líbios. O nível de instrução era reduzido e a taxa de analfabetismo correspondia a mais de 85% da população.

As perspectivas eram bem sombrias: uma comissão da ONU sublinhou, em 1951, que a Líbia não "dispunha de recursos minerais ou de petróleo" (!), pois as operações de prospecção até então haviam conduzido a resultados negativos.

A manutenção das atividades das organizações políticas na Tripolitânia permitiu o despertar imediato das desconfianças do grupo dirigente composto pelos chefes feudais, pela burguesia *compradora*, pelos dignitários sanusi e pelos membros da família real em 1952, todos partidos políticos foram banidos e as outras organizações, como os sindicatos e os clubes de jovens, passaram a ser rigorosamente controlados.

A decepção generalizada suscitada em virtude da independência, por tanto tempo esperada, não ter trazido nenhuma melhoria nas condições de vida da população, provocou uma multiplicação das manifestações e dos protestos de massa mas, os seus resultados foram incipientes. As potências ocidentais exploraram as dificuldades econômicas do novo Estado para com ele concluir novos "acordos de cooperação", instituindo, assim e na prática, uma nova dependência. Os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França obtiveram o direito de manter suas bases militares e aéreas no território líbio, assim como uma porta aberta para os capitais estrangeiros. Em 1957, o peso relativo do capital externo na economia líbia já correspondia a 75%. Tanto a economia quanto a administração eram virtualmente dirigidas por conselheiros estrangeiros e o governo Líbio declarou que ele não confiscaria nem as terras dos 15.000 colonos italianos ainda residentes no país e tampouco os bens das empresas comerciais italianas.

Entre 1953 e 1956, a prospecção de petróleo alcançou resultados surpreendentes e, no decorrer dos anos seguintes, a Líbia fez concessões para a extração do petróleo a diversas empresas americanas, britânicas, francesas e italianas, estipulando que a sua participação nos lucros líquidos não ultrapassaria 50%. A exploração comercial de quinze campos de petróleo começou no início de 1960. No tocante ao seu número e à sua capacidade produtiva, ocorreu rapidamente

um aumento no curso dos anos seguintes; oleodutos e portos foram construídos para encaminhar o petróleo até a costa e facilitar a sua exportação[11].

O *boom* petrolífero não teve efeitos positivos. Embora a Líbia tenha se tornado rapidamente um dos países mais ricos da África, com a sua renda per capita em alta e capaz de empregar consideráveis reservas para promover projetos de desenvolvimento, a sua economia baseada em um só produto percebeu-se vulnerável às flutuações do mercado mundial. Em lugar de lhe conferir uma maior liberdade, este *boom* elevou ainda mais a dependência do governo em relação aos interesses estrangeiros. Embora a produção petrolífera tenha aberto um grande número de empregos aos líbios, tratava-se unicamente de trabalhos para os quais não se exigia qualificação, ofícios incapazes de modificar sensivelmente a estrutura social. Constatou-se, muito evidentemente, um êxodo parcial da população rural rumo aos campos de petróleo e às cidades mas, a mão de obra qualificada foi composta de imigrantes de outros países árabes, de sorte que uma verdadeira classe operária líbia desenvolveu-se muito lentamente. O *boom* provocou uma inflação cujos efeitos negativos foram com maior ênfase sentidos pelos camponeses, pelos nômades e pelas classes menos favorecidas. O governo certamente aumentou os seus gastos nos serviços sociais, na saúde e na educação mas, em proporções inferiores ao que seria necessário para satisfazer as necessidades da população. E ainda pior, nenhum real esforço de diversificação da economia foi empreendido, nenhum investimento na indústria e na agricultura foi planejado. Não há exagero algum em dizer que o regime real não soube tirar proveito e explorar o maná com o qual o país fora beneficiado, de maneira tão inesperada.

Após doze anos de implementação de um sistema custoso e ineficaz, a estrutura federal foi abolida em 1963: as três províncias autônomas deixaram de existir e a Líbia tornou-se um Estado unificado. Em matéria de política externa, a estreita aliança com as potências ocidentais foi mantida, malgrado uma tendência à tomada de posições mais autônomas em certas questões de interesse do mundo árabe. A passividade do regime durante a guerra de junho de 1967 provocou numerosos protestos e manifestações, forçando o governo a juntar-se ao efêmero movimento de boicote ao petróleo e, posteriormente, a oferecer a sua ajuda ao Egito e à Jordânia. As manifestações demonstraram o espetacular avanço do nacionalismo árabe nos meios burgueses e junto aos intelectuais líbios. Conquanto estivessem estes meios de mais em mais descontentes com a política interna e externa do regime, não existia na Líbia nenhum organismo civil capaz

11 Libyan Oil, 1972.

de derrubar o governo, pacificamente ou por meios violentos, nem tampouco apto a em seguida conduzir uma política mais adequada às possibilidades oferecidas pela riqueza decorrente da exploração do petróleo. Coube, portanto, a um grupo de oficiais dirigido pelo capitão Muammar el-Kadhafi tomar o poder sem derramamento de sangue, no dia 1º de setembro de 1969, durante uma viagem ao estrangeiro de Idris Iº. Inspirado pelas ideias do pan-arabismo, do socialismo árabe e do islã, o novo poder levou a cabo uma revolução política, social e econômica que muito em breve mudaria todos os aspectos da vida na Líbia.

O Egito

Após a ruptura das negociações anglo-egípcias, em janeiro de 1947, o Egito decidiu levar ao conhecimento da ONU a questão das suas relações com a Grã-Bretanha. se os egípcios esperavam realmente fazer triunfar a sua causa graças a este organismo internacional, eles se decepcionaram: após várias sessões do Conselho de Segurança, durante as quais somente a URSS, a Polônia e a Síria defenderam as exigências egípcias, ao passo que os Estados Unidos da América recomendavam a retomada das negociações diretas, neste quadro, nenhuma resolução foi adotada e a problemática egípcia foi adiada *sine die*.

Os egípcios marcaram o seu descontentamento com maciças manifestações antibritânicas, greves e outras ações, deixando clara a sua insatisfação tanto no que se refere à presença britânica no país quanto à incapacidade do governo egípcio em resolver este problema.

Neste momento, então pela primeira vez no cenário internacional, colocou-se a questão palestina que mais tarde causaria várias guerras entre árabes e israelenses, assim como numerosas crises internas no mundo árabe. O presente capítulo não tem como objetivo analisar a complexa história referente à colonização sionista da palestina, nem da política britânica durante o período do Mandato e tampouco das reações árabes manifestadas no entreguerras e no imediato pós-guerra. Reduzido aos fatos essenciais, o problema dizia respeito à colonização da Palestina – contra a vontade da população autóctone – pelos nativos europeus, determinados a se estabelecerem definitivamente nestes territórios, motivados pelo fato de há dois milênios a Palestina ter pertencido a seus ancestrais. Indubitavelmente, a ideia sionista de fundar o Estado de Israel não se teria concretizado sem o apoio das potências imperialistas, primeiramente Grã-

-Bretanha e posteriormente os Estados Unidos da Américas, ambas buscando atingir os seus objetivos políticos próprios na região[12].

A criação do Estado de Israel e o fracasso da intervenção armada da Liga dos Estados Árabes (Egito, Jordânia, Síria, Iraque e Líbano) em favor dos palestinos, no fim de 1948, chocaram o mundo árabe. Este fracasso foi atribuído à crise do sistema de poder político em vigor nesta região. No Egito, assim como em alguns outros países árabes independentes, foram os militares, particularmente os jovens oficiais, que tomaram consciência, pela primeira vez, dos fracassos, da corrupção e da incompetência dos regimes estabelecidos pelas classes dirigentes – grande burguesia e grandes latifundiários. Em outros setores da sociedade, a derrota provocou a intensificação da luta pela total independência e a liberação definitiva da tutela estrangeira.

O partido Waft retornou ao poder consecutivamente às eleições organizadas em 1950. Ele atraiu grande número de simpatizantes ao liberar certo número de prisioneiros políticos mas, foi incapaz de resolver a crise econômica, conter a considerável alta dos preços e, também e em igual medida, diminuir o desemprego ou acalmar a agitação generalizada[13]. Confrontado a uma onda de manifestações e greves que associavam os slogans antibritânicos às reivindicações sociais e econômicas, o governo promoveu novas negociações com a Grã-Bretanha, exigindo a evacuação, no mais tardar em 1952, dos 85.000 soldados – em lugar dos 10.000 estipulados pelo tratado de 1936 – em serviço na zona do Canal de Suez, bem como reivindicando a unificação do Sudão e do Egito. Diante da má vontade dos britânicos, o Parlamento egípcio revogou unilateralmente, em 15 de outubro de 1951, tanto o tratado de 1936 quanto o acordo de 1899 sobre o condomínio no Sudão. Simultaneamente, comandos levaram a cabo as operações de guerrilha na zona do Canal, às quais tropas britânicas responderam com represálias que provocaram centenas de vítimas[14].

Subitamente, em 25 de janeiro de 1952, a cólera acumulada eclodiu: centenas de milhares de egípcios desceram às ruas do Cairo para exigir um boicote total aos britânicos, o envio de um contingente militar egípcio na zona do Canal e a conclusão de um tratado de colaboração com a URSS. A manifestação que começara dentro da normalidade, viria a escapar a qualquer controle em razão

12 Sobre a questão palestina e sobre os conflitos entre os árabes e Israel, bem como sobre os seus aspectos internacionais, uma considerável literatura pode ser consultada: conferir a bibliografia estabelecida por R. M. DE VORE, 1976; as sínteses mais interessantes são os livros de M. RODINSON, 1968a e 1968b.

13 M. COLOMBE, 1951; N. TOMICHE, 1966; J. BERQUE, 1968; P. J. VATIKIOTIS, 1969; H. MAHMOUD, 1970 e 1973.

14 Sobre as relações anglo-egípcias, ver J. MARLOWE, 1954; E. MONROE, 1963.

das manobras de provocadores obedientes ao palácio real: alguns deles promoveram pilhagens, provocaram incêndios e assassinaram europeus e ricos egípcios. Malgrado o pequeno número de vítimas, os danos materiais elevaram-se a milhões de libras e mais de 700 edifícios (mansões, hotéis, cabarés, bancos e butiques) foram destruídos.

Isto provocou a queda do governo do Wafd mas, nenhum de seus sucessores advindos até a revolução – a despeito de severas medidas tomadas contra os grevistas e manifestantes – não logrou êxito em controlar integralmente a situação.

A crise interna, a derrota na Palestina e o fracasso das negociações com a Grã-Bretanha desacreditaram integralmente o regime dos partidos políticos e da monarquia. Nenhuma organização política, no quadro do sistema estabelecido ou fora dele era capaz de tomar uma iniciativa susceptível de melhorar uma situação que se deteriorava ininterruptamente. A solução proveio dos Oficiais Livres, organização de oficiais de média patente dirigida pelo tenente-coronel Gamal 'Abd al-Nasser, desde logo conhecido pelo nome de al-Nasir ou al-Nasser. O que eles haviam visto durante a guerra da Palestina – o fornecimento de armas defeituosas em que estavam implicados membros da gangue do palácio – tornava-os inimigos do regime monarquista, marcado pela sua caricatura de parlamento e pela sua democracia para paxás e latifundiários, pela sua corrupção e pela sua incapacidade em resolver os problemas mais urgentes. Em 23 de julho de 1952, os Oficiais Livres, apoiados por uma parte do exército, ocuparam pontos nevrálgicos do Cairo e, sem derramamento de sangue, tomaram o poder, obrigando à abdicação do rei Faruq, em 26 de julho. Embora estes oficiais não tenham proposto à época nenhum programa concreto – o qual parece não ter existido –, o povo egípcio acolheu com entusiasmo a partida do rei, símbolo de tudo aquilo que de mais podre havia em sua sociedade[15].

O significado pleno da revolução de 1952 não foi imediatamente incorporado, no próprio Egito, nem no mundo árabe, ou tampouco no estrangeiro. Ela foi amiúde considerada como um Golpe de Estado militar análogo àqueles que haviam sido observados na Síria ou na América Latina. Foi necessário certo tempo antes que o caráter antifeudal e anti-imperialista da revolução se tornasse perceptível. A primeira reforma agrária de 1952 que confiscou as terras reais e limitou em 200 *faddan* (1 *faddan* = 0,56 hectare) a superfície das terras que uma família podia possuir, não se referia senão a 10% das terras aráveis e era

15 Três grandes figuras da revolução publicaram a este respeito um relatório: G. 'ABD AL-NASSER, 1954; M. NAGUIB, 1955; A. AL-SADAT, 1957. Conferir também J. e S. LACOUTURE, 1962; A. ABDEL-MALEK, 1962; C. ISSAWI, 1963.

incapaz de resolver os problemas fundamentais das pequenas cidades egípcias mas, tratava-se contudo, de uma medida de redução do poder da classe feudal, a qual dominara por longo período a vida política egípcia. Os velhos partidos políticos, aqui compreendido o Wafd ao qual certos membros do Conselho Superior da Revolução eram inicialmente favoráveis, foram dissolvidos no fim do ano de 1952 porque se recusavam a colaborar. Em junho de 1953, o Conselho da Revolução aboliu a monarquia e no Egito foi proclamada a república, contando com o general Naguib para o cargo de primeiro presidente. Após dois milênios de dominação estrangeira – desde a época de Ptolomeu – o Egito era novamente governado por um chefe de Estado de origem egípcia[16].

Dois grupos criaram-se no seio do Conselho da Revolução: o primeiro, dirigido por al-Nasser, preconizava uma política interna e externa mais revolucionária, enquanto o grupo de Naguib estimava que o objetivo dos oficiais já consumara-se e desejava re-implantar um governo civil. A política conservadora de Naguib, ao privilegiar o islã, obtivera apoio e sustentação dos Irmãos Muçulmanos. A luta pelo poder político prosseguiu no curso de grande parte do ano de 1954 e, em outubro, quando um membro dos Irmãos Muçulmanos tentou matar al-Nasser, os dirigentes deste grupo e muitos milhares dentre os seus partidários foram detidos. Em 14 de novembro de 1954 o general Naguib, acusado de ter envolvido os Irmãos Muçulmanos, foi demitido de suas funções presidenciais e intimado a depor. Gamal 'Abd al-Nasser ascendeu ao posto de chefe de Estado.

No curso destes primeiros anos, a política exterior do Conselho da Revolução concentrou-se em duas questões: o Sudão e o Canal de Suez. O acordo anglo-egípcio assinado em fevereiro de 1953, marcou o fim do condomínio e ofereceu aos sudaneses a possibilidade de escolha entre a independência e a união com o Egito. À época, a unidade do vale do Nilo era mais cara aos Oficiais livres comparativamente a importância concedida à unidade árabe e o Egito esperava que o Sudão escolhesse unir-se a ele. Quando os homens políticos sudaneses, decepcionados pela derrubada de Naguib e pela supressão dos partidos políticos, escolheram não mais dar continuidade ao projeto de união, foi somente então que al-Nasser implementou uma política árabe mais dinâmica.

Após prolongadas negociações um acordo sobre Suez foi assinado em outubro de 1954: os britânicos prometeram retirar as suas tropas da zona do Canal em 20 meses. O acordo reconhecia a importância internacional do Canal mas, apresentava-o na mesma ocasião como parte integrante do Egito.

16 Após os ptolemeus vieram os romanos, os bizantinos, os árabes e diversas dinastias turcas ou curdas; a dinastia de Muhammad 'Ali era de origem albanesa.

Sob al-Nasser, o Egito começou a desempenhar um papel de crescente importância nos assuntos mundiais. Os três círculos que ele descrevera como formadores do ambiente no qual se encontrava o Egito – o islâmico, o africano e o árabe – foram completados por um quarto: aquele dos países "não alinhados". Tal foi o resultado da participação de al-Nasser na Conferência de Bandung (1955) durante a qual, pela primeira vez ele pôde reencontrar outros dirigentes do Terceiro-Mundo: Nehru, Sukarno, entre outros. O Egito também esteve na vanguarda da oposição de certos Estados árabes ao Pacto de Bagdá, considerado como uma tentativa de reversão da curva declinante de influência do Ocidente na região[17].

Em 1955, as tensões com Israel permaneceram acentuadas e houve numerosas trocas de tiro e revides ao longo da fronteira na Faixa de Gaza. Quando o Egito, alarmado pelos incessantes envios de armas a Israel, solicitou ajuda análoga aos países ocidentais, estes lhe responderam com pouco caso. Em setembro de 1955, al-Nasser anunciou um acordo com a Tchecoslováquia, incumbida de fornecer-lhe grandes quantidades de material militar, inclusive tanques e aviões, comprometendo-se ele em troca, a lhes enviar algodão e arroz. Esta iniciativa, tendencialmente capaz de liberar o Egito de uma dependência unilateral em relação aos arsenais ocidentais, foi aclamada pela maioria dos Estados árabes e asiáticos mas, suscitou no Ocidente uma onda de histeria e aumentou a desconfiança e a aversão demonstradas ao regime egípcio.

O efeito imediato deste acordo foi a recusa da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos e do Banco Mundial em financiar o projeto da grande barragem em Assouan. Este projeto visava aumentar as superfícies cultivadas e garantir o fornecimento da energia necessária à industrialização, na esperança de resolver os problemas impostos pelo crescimento populacional do país. O presidente al-Nasser respondeu anunciando, em 26 de julho de 1956 a estatização da Companhia do Canal de Suez, objetivando utilizar os fundos extraídos do Canal para o financiamento da grande barragem. Os acionistas deviam ser indenizados. A Grã-Bretanha, a França e os Estados Unidos protestaram de forma vigorosa e sua propaganda foi dirigida contra o Egito, em especial contra o presidente al-Nasser, apresentado como um novo Hitler[18]. Diversas manobras diplomáticas,

17 E. LENGYEL, 1957.

18 As mídias ocidentais complicaram deliberadamente a situação, explicando que o Egito estatizara unilateralmente a via navegável internacional, enquanto que o canal, por sua vez, sempre compusera o território egípcio e os direitos soberanos do Egito sobre ele nunca haviam sido contestados. Ao nacionalizar a Companhia do Canal de Suez, o Egito contentou-se em exercer os seus direitos soberanos, sem, todavia e em hipótese alguma, modificar o caráter internacional do canal como via navegável.

FIGURA 6.4 Port-Saïd, na zona do canal: a destruição causada pela guerra de 1956. (Foto: Popperfoto, Londres.)

intuindo forçar o Egito a renunciar aos seus direitos e a aceitar um controle internacional de outro tipo, fracassaram. Em outubro, Israel, a Grã-Bretanha e a França, após terem concluído um acordo secreto, invadiram o Egito. O objetivo comum dos três agressores era destituir al-Nasser, derrubar o seu regime e fazer novamente do Egito uma semicolônia dependente.

As forças israelenses penetraram no deserto do Sinai em 24 de outubro e avançaram rumo ao Canal de Suez. A operação aérea anglo-francesa contra o Egito começou em 31 de outubro mas os pára-quedistas e as forças transportadas por via marítima não atingiram a região de Port-Saïd senão em 5 de novembro. Neste interlúdio, a URSS e os Estados Unidos propuseram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas resoluções exigindo uma retirada imediata das forças israelenses – mas a Grã-Bretanha e a França lá exerceram, em oposição, o seu poder de veto. Em seguida, a Assembleia Geral das Nações Unidas lançou um apelo em defesa de um cessar fogo geral e em prol do fim das hostilidades. A pressão conjugada dos Estados Unidos e da URSS forçou finalmente a Grã-Bretanha e a França a interromperem as hostilidades, em 6

de novembro à meia noite. Durante o mês seguinte, as tropas dos agressores retiraram-se da zona do Canal, em seguida os israelenses evacuaram a península do deserto do Sinai e da Faixa de Gaza[19].

A última tentativa, levada a cabo pela Grã-Bretanha com o objetivo de utilizar a "diplomacia dos canhões" e readquirir a sua antiga supremacia na região, configurou-se, portanto, em um total fracasso. Para a Grã-Bretanha e a França, ela traduziu-se por uma nova perda de influência, não restrita ao mundo árabe mas também em todo o Terceiro-Mundo. Por sua vez, o Egito e o presidente al-Nasser tornaram-se o símbolo de uma nova atitude *vis-a-vis* dos imperialistas: pela primeira vez na história, uma antiga colônia não batia em retirada frente a uma ameaça mas, resistia com um determinação que embaraçava consideravelmente as potências ocidentais, chegando a provocar uma crise política interna na Grã-Bretanha e na França. As nações colonizadas e os Estados recém-independentes apreciaram tanto a audaciosa nacionalização, empreendida por al-Nasser, da Companhia do Canal de Suez quanto a sua resistência à agressão armada. Fora claramente demonstrado que o imperialismo não era tão forte como outrora e que, tirando proveito de sua fraqueza, as nações oprimidas da África e de alhures poderiam conquistar a sua independência.

O Sudão

A história do Sudão – ainda considerado anglo-egípcio, malgrado o caráter mínimo da participação dos egípcios em sua administração – foi marcada no pós-guerra por três problemas cruciais: a luta pela independência, as relações com o Egito e a emergência do problema do Sul[20].

Em que pese e mesmo após a entrada em vigor da Constituição de 1948, prevendo a eleição de uma assembleia legislativa em sufrágio universal e a constituição de um executivo com ministros sudaneses, o governo-geral britânico reservou-se um direito de veto, além de numerosos outros poderes. Os britânicos preferiam o Partido Umma, dirigido pelo neto do Mahdi cuja atitude antiegípcia e as posições conservadoras melhor lhe convinham, em detrimento ao partido de Ashikka'; este último insistia, na realidade, em uma estreita união com o Egito, em virtude da ideia da "unidade do vale do Nilo", e seus membros eram recrutados nos setores mais progressistas da sociedade sudanesa.

19 Sobre a crise de Suez e o conflito, conferir A. NUTTING, 1967; K. LOVE, 1969.

20 J. S. R. DUNCAN, 1957; P. M. HOLT, 1961; M. 'ABD AL-RAHMAN, 1969.

A revolução de 1952 no Egito foi, em um primeiro momento, positivamente acolhida no Sudão, em parte porque o impopular rei Faruq fora deposto e também em virtude das estreitas relações do general Naguib no país, pois que sua mãe era sudanesa. Em novembro de 1953, o novo Partido Nacional Unionista, sucessor do Ashikka pró-egípcio, venceu as eleições. O programa deste partido insistia na liquidação, assim que possível, da dominação colonial; a deposição do general Naguib no Egito e a postura negativa de al-Nasser em face do multipartidarismo o haviam indisposto até os antigos partidários da união. Em dezembro, os respectivos chefes das mais fortes ordens religiosas, Ansars (pró-britânica) e Khatmiyya (pró-egípcia), ambas com muitos adeptos, declararam-se prontas a colaborar para a conquista da independência total do Sudão. Em que pesem as fortes pressões egípcias, até o Partido da União Nacional evoluía, desde logo, para uma posição favorável à independência, excluindo qualquer ligação com o Egito.

O Parlamento sudanês declarou em 19 de dezembro de 1955 que o Sudão tornar-se-ia uma república independente e a independência foi, oficial e solenemente, proclamada em 1º de fevereiro de 1956.

O problema do Sudão meridional que durante décadas atormentaria o país, começava a apresentar-se pouco antes da independência[21]: em agosto de 1955, o agrupamento Equatoria do exército sudanês revoltou-se contra a progressiva incorporação da administração e dos postos de comando pelos nortistas. Os amotinados logo renderam-se mas, os distúrbios propagaram-se por todas as províncias sulistas e numerosos nortistas foram mortos. Esta crise era consequência da política britânica que tendia a dissociar rigorosamente o desenvolvimento do sul e do norte sob o pretexto do assujeitamento, pelos sudaneses muçulmanos, dos toscos habitantes do sul, reduzindo-os ao escravismo como haviam feito no século precedente. O proselitismo em favor do islã foi proibido, as missões cristãs (frequentemente católicas) foram encorajadas. A língua inglesa era utilizada de forma exclusiva nas escolas dos missionários, ao passo que no norte o árabe era empregado no ensino e logo tornar-se-ia a língua oficial.

Desta forma, pouco a pouco formar-se-iam duas regiões inteiramente separadas e estrangeiras em face da outra. Os britânicos evidentemente não evitaram as distinções culturais e sociais existentes entre a população do norte, arabófona e muçulmana, e aquela do sul, nilótica de religião tradicional mas, eles tudo fizeram para perpetuar estas diferenças e semear nos espíritos esta desconfiança.

21 J. ODUHO e W. DENG, 1963; M. O. BESHIR, 1968.

Certos índices, no começo do período colonial, levam a pensar que as relações entre os nortistas e os sulistas seriam possivelmente harmoniosas: o dirigente do primeiro movimento nacional, a Liga da Bandeira Branca era 'Abd al-Latif, um *jieng* (*dinka*) do sul e, junto aos seus partidários havia representantes das duas regiões. Igualmente em 1924, quando os britânicos forçaram as tropas egípcias a evacuar o Sudão, os oficiais e os aspirantes a oficiais sudaneses, cuja maioria provinha do sul, amotinaram-se para protestar, gesto de solidariedade que custaria a vida a muitos dentre eles[22]. Foi justamente após estes acontecimentos que a administração colonial britânica ergueu uma barreira ainda mais intransponível entre o norte e o sul.

Os nortistas foram parcialmente responsáveis pela degradação das relações: quando em 1954-1955 se lhes atribuiu a responsabilidade pela administração das províncias do sul, outrora assegurada pelos britânicos, eles apressaram-se em introduzir o árabe como língua oficial, eximindo-se de qualquer preocupação no tocante às diferenças culturais e tampouco em relação às demandas da população local e de seus dirigentes políticos. Esse trágico conflito foi suscitado simultaneamente pela política colonial, anteriormente conduzida, e por uma recíproca incompreensão mútua.

O Chifre da África

A guerra de resistência, a Segunda Guerra Mundial e a ocupação italiana causaram consideráveis perdas na Etiópia: mais de 760.000 etíopes perderam a vida, 525.000 habitações foram destruídas, perto de 14 milhões de cabeças de gado desapareceram. No total, as perdas materiais foram estimadas em 180 milhões de libras[23]. A derrota dos italianos não significara que o país houvesse conquistado automaticamente a sua independência e a sua soberania. Somente a contragosto a Grã-Bretanha autorizou a reinstalação da máquina administrativa etíope que, exatamente no imediato pós-guerra, permaneceu integralmente sob o controle da Administração Britânica em território inimigo ocupado (OETA), dirigida a partir de Nairobi pelo *sir* Philip Mitchell, antigo governador de Uganda. Os britânicos chegaram em determinado momento a sonhar em estabelecer uma espécie de protetorado na totalidade da África

22 A. A. BOAHEN (org.), 1987, capítulo 23, pp. 634-638.

23 R. K. PANKHURST, 1955, pp. 548-549.

oriental, antes sob domínio italiano[24]. Embora a liberdade e a independência da Etiópia tenham sido proclamadas no acordo anglo-etíope de 1942, os seus diversos artigos e, com maior ênfase, a convenção militar que o acompanhava, preservavam e legitimavam um grau substancial de controle britânico. Certas partes do território etíope como Ogaden e grandes zonas fronteiriças às Somálias francesa, britânica e italiana permaneceriam, forçosa e indefinidamente, sob administração militar britânica.

Foram necessários mais de dois anos de negociações para alcançar, no fim de 1944, um novo acordo que eliminasse os aspectos desiguais do precedente e se traduzisse pela descolonização da maior parte da Etiópia, com exceção do Ogaden e da Zona Reservada, que permaneceria sob a administração militar britânica. Não seria senão em 1954 que as regiões cairiam plenamente sob jurisdição etíope, nesta mesma ocasião, as tropas britânicas se retiraram[25].

Sob a ocupação militar britânica que durou até 1951, certo número de partidos políticos, a refletir uma situação étnica e religiosa complexa, ganhou o dia na Etiópia. No seio da população tigré cristã do platô, nascia o Partido Unionista, apoiado pelo governo e pela Igreja da Etiópia e preconizador de uma total união à Etiópia. Uma minoria cristã, temendo a supremacia dos amhara, aderiu ao Partido Progressista Liberal que aspirava à criação de uma Eritreia independente. A Liga Muçulmana adotou um programa análogo e seus dois partidos (levando consigo agrupamentos de menor importância) formaram o Bloco da Independência, rebatizado posteriormente como Bloco Democrático.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua quinta sessão, realizada em 1950, adotou uma resolução relativa à criação de uma federação unindo a Etiópia e a Eritreia. À esta última se lhe atribuíra a sua própria Constituição, bem como uma Assembleia Legislativa e um Governo. As relações internacionais, a defesa, as finanças e as declarações de alcance internacional estavam sob a responsabilidade do Governo Federal[26].

Em março de 1952, foi organizada a primeira eleição para a composição do Parlamento: muçulmanos e cristãos aqui equilibrar-se-iam. Em setembro do mesmo ano o derradeiro administrador britânico confiou a administração da Eritreia à Coroa etíope. O perfil da federação representava uma vitória para o Partido Unionista, agora transformado em agremiação dominante no governo. Numerosos dirigentes do Bloco da Independência deixaram o país e exilaram-

24 L. MOSLEY, 1964, p. 275.

25 R. K. PANKHURST, 1981.

26 G. K. N. TREVASKIS, 1960; L. E. S. PANKHURST e R. K. PANKHURST, 1953.

-se, com maior frequência no Cairo, onde continuaram a propagar a ideia da independência da Eritreia.

Na situação assim criada, a Eritreia, com seus partidos, seu parlamento e uma Constituição mais progressista, contrastava nitidamente do ponto de vista político com a Etiópia, na qual o imperador continuava a deter todas as rédeas do poder. Haïlé Sélassié considerou a Eritreia com reservas desde o primeiro dia e começou muito cedo a desmantelar, uma após a outra, as instituições democráticas: por ocasião das eleições de 1956, nenhum partido político foi autorizado a apresentar candidatos; em 1958, a bandeira da Eritreia deixou de ser reconhecida; em 1959, o Código Etíope foi introduzido; em 1960, o Parlamento eritreu, neste momento já livre de qualquer oponente declarado à união com a Etiópia, substituiu a expressão "governo da Eritreia" pela nomenclatura "administração da Eritreia". Este processo alcançou, em 1962, a sua inexorável conclusão lógica: a Assembleia eritreia votou a supressão do estatuto federal e, posteriormente a sua própria dissolução. A Eritreia tornou-se parte integrante do império etíope. O conflito exacerbado e impondo à Etiópia um agudo problema, iniciar-se-ia desde essa época, notadamente mediante a imposição do exílio aos dirigentes da oposição e com os primeiros ataques de grupos de guerrilheiros no interior do próprio país contra a administração e os grupos etíopes[27].

Quando eles reconheceram a sua incapacidade em criar, nos limites da ex-África oriental italiana, uma entidade por eles controlada, os britânicos tornaram-se ardentes partidários do movimento pan-somali e propuseram, em 1946, a unificação de todas as terras somalis[28]. Naturalmente, os etíopes e os franceses opuseram-se vigorosamente a este plano cujo objetivo era estabelecer uma tutela britânica sob estes territórios e o projeto fracassou – é assim compreensível que a Grã-Bretanha tenha ocupado de forma tão duradoura o Ogaden. Durante este período de temporária unificação do conjunto do território somali sob a administração britânica, o movimento pan-somali, componente central da ideologia nacionalista somali, soube enraizar-se nos círculos dos jovens intelectuais[29].

27 Sobre a história da Etiópia do pós-guerra, conferir R. GREENFIELD, 1965; J. DORESSE, 1970; H. G. MARCUS, 1972; P. GILKES, 1975.

28 S. TOUVAL, 1963; I. M. LEWIS, 1965.

29 Fato digno de nota, nas escolas abertas pelos italianos na Somália, o período do *Risorgimento*, aquele relativo à unificação da Itália no século XIX, era apresentado como a mais gloriosa página da história nacional. Os jovens somalis foram levados, naturalmente, a comparar a sua própria situação com aquela dos italianos de outrora, uma vez que estavam, como eles, em situação de confronto com um império multinacional cuja derrubada, com a libertação dos compatriotas, era julgada como progressista sob todos os pontos de vista.

Todos estes problemas estavam ligados à derrubada do império italiano. Segundo o tratado de paz de 1947, a Itália renunciava às suas colônias mas, sem abandonar a ideia de lá se reinstalar por outros meios. Os italianos aspiravam que, tal como ocorrera em relação à Tripolitânia, lhes fosse ao menos confiada a tutela da Somália, sua ex-colônia ao sul da atual Somália. No momento da sua discussão na ONU, 1948-1949, uma onda de manifestações populares desencadeou-se em Mogadíscio (Muqdisho) e alhures contrariamente ao retorno dos italianos, seja qual fosse a sua forma. As mulheres reunidas pela Liga da Juventude Somali (LJS) participaram ativamente da luta pela independência e, em janeiro de 1948, uma dentre elas, Hawa Ismen 'Ali, tornou-se a primeira mulher mártir do movimento somali de libertação nacional. Malgrado a evidência dos sentimentos anti-italianos da população, constatados por diversas comissões da ONU, as três potências ocidentais eram favoráveis a uma tutela italiana, a União Soviética, no que lhe concerne, pleiteava um controle exercido de forma coletiva pelas quatro potências. Em 21 de novembro de 1949, a Assembleia Geral decidiu colocar, por 10 anos, a Somália sob tutela italiana com supervisão da ONU. A independência esperada pela população permanecia, portanto, postergada por igual período.

Durante a ocupação britânica, a LJS tornara-se o partido político dominante, tomando a dianteira frente os outros partidos, ligados a clãs, igualmente constituídos durante este período. Um dos principais efeitos do retorno dos italianos foi a multiplicação dos partidos políticos, tanto que, em março de 1954, à época das primeiras eleições municipais, computavam-se vinte agremiações contra oito em 1950. Este quadro refletia muito fielmente a estrutura marcada por clãs, própria à sociedade somali. Embora os partidos ligados a clãs tenham oficialmente feito figurar os objetivos nacionalistas e pan-somali em seus programas, eles não permaneceriam, contudo e não menos, ligados à defesa e à promoção de seus interesses particulares[30]. Os três primeiros anos da década foram marcados por fortes tensões entre os italianos e a LJS que, por sua vez, reclamava maior participação na administração e organizava numerosas manifestações anti-italianas. Em contrapartida, entre as eleições municipais de 1954, em consequência das quais a LJS confirmou a sua posição dominante, e 1960, a hostilidade dos italianos em relação a este partido diminuiu, gradativamente, em relação direta com a compreensão, pelos italianos, da sua impossibilidade em enfrentar esta formação, a mais potente da futura Somali independente. Em fevereiro de 1955,

30 A. A. CASTAGNO, 1966.

na ocasião das primeiras eleições legislativas gerais, a LJS obteve novamente a maioria dos votos. Plenos poderes estatutários para os assuntos internos foram conferidos à nova Assembleia e o primeiro governo Somali foi formado sob a direção de Abdillahi Ise. Todavia, o chefe da administração da tutela italiana guardou um direito de veto absoluto e conservou a sua primazia jurídica sobre os assuntos militares e externos; além disso, os ministros somalis estavam rodeados de conselheiros italianos. Tensões e cisões produziram-se no seio da LJS, concomitantemente ao aumento do seu poder e com aproximação da independência. Em que pesem as suas pretensões de conduzir uma política pan-somali, este partido estava na realidade dilacerado por conflitos entre os seus membros daroud e hawiye.

O desenvolvimento político do protetorado britânico da Somalilândia (norte da atual Somália) foi mais lento que o ocorrido na Somália[31]. A Grã-Bretanha impediu a formação de um sistema representativo fundado em partidos políticos, reservando este papel exclusivamente aos clãs. O Conselho Legislativo não foi instaurado senão em 1957 e os seus poderes permaneceram extremamente limitados até 1960. Os partidos políticos fundados antes de 1950, notadamente a Liga Nacional Somali (LNS) e a Liga da Juventude Somali, expostas às perseguições da administração colonial, conduziram atividades muito reduzidas. O acordo de 1954 que transferia à Etiópia o Haud e a Zona Reservada, regiões povoadas por somalis, desencadeou um novo fervor nacionalista. Maciças manifestações eclodiram em todo o protetorado e um movimento nacional foi organizado, a Frente Nacional Unida (FNU) lançou uma vigorosa campanha pelo retorno do Haud e pela independência. A campanha pelo Haud não surtiu efeito mas, a independência tornou-se a principal preocupação de todos os partidos. Todas agremiações também se reconheciam ao imporem-se o objetivo da unificação com a Somália. Sob a crescente pressão dos nacionalistas, o Conselho Legislativo foi reformado no início de 1959, de forma a compreender doze membros somali eleitos; um ano mais tarde, em razão do julgamento da insuficiência da reforma, foi adotada uma nova Constituição prevendo uma representação somali mais ampla e uma responsabilidade ministerial. Os acontecimentos precipitaram-se com a aproximação da data da independência da Somália. Desde 1959, os delegados de todos os partidos políticos da Somalilândia participaram, em Mogadíscio, da formação do Movimento Nacional Pan-Somali; em abril de 1960, os membros eleitos do novo Conselho Legis-

31 I. M. LEWIS, 1965, pp. 148-155.

lativo votaram, de forma unânime, uma resolução requerendo a declaração da independência para o dia 1º de julho de 1960 e a unificação com a Somália. Uma delegação dirigiu-se a Mogadíscio e concluiu um acordo tangente à futura república unida. A Somalilândia tornar-se-ia plenamente independente em 20 de julho de 1960, a Somália alcançaria a sua independência em 1º de julho e, como acordado, os dois territórios tão logo fusionar-se-iam.

A minúscula colônia francesa chamada até 1967 Costa Francesa dos Somalis, posteriormente conhecida como Território Francês dos Afars e dos Issas (TFAI), possuía aos olhos dos franceses, múltiplas vantagens, em razão de oferecer um bom porto, ocupar um notável posicionamento estratégico e constituir o ponto final da única linha ferroviária etíope[32]. Muito tempo após a libertação da maior parte do continente, a França continuou então a se opor vigorosamente às crescentes reivindicações locais por independência. A existência no país de dois distintos grupos étnicos e quase equivalentes em termos numéricos, com leve predominância de somalis, concedia à administração colonial um bom pretexto para postergar indefinidamente a independência[33]. Ela não deixou passar nenhuma oportunidade de exacerbar essa rivalidade. Os afars nômades, igualmente chamados danakil, eram sistematicamente favorecidos comparativamente aos somalis mais urbanizados. Esta política atingiu parcialmente os seus objetivos mas deve-se mencionar que, antes de 1958, os dois principais rivais no cenário político Mahmud Harbi e Hassan Gouled eram ambos de origem issa (somali) e que seus partidários eram recrutados nos dois grupos étnicos. Harbi era favorável à unificação com a Somália independente, ao passo que Gouled defendia uma mais estreita união com a França. As primeiras eleições, em 1957, deram a vitória a Harbi que tornar-se-ia presidente do Conselho de Ministros; as suas tendências pan-somalis indispuseram-no em curto espaço de tempo com os franceses, forçando-o a fugir para o exterior em 1958. O referendo organizado no mesmo ano por de Gaulle, do qual participou somente uma minoria de eleitores, confirmou a adesão à Comunidade Francesa, tal como ocorrido em todos os territórios franceses da África com exceção da Guiné. Mas, enquanto o período de preparação à independência não durou nada além de dois anos nos outros países francófonos, no que diz respeito à população do Território Francês

32 V. M. THOMPSON E R. ADLOFF, 1968; P. OBERLÉ, 1971; R. SAINT-VÉRAN, 1977a.

33 Conferir o comentário publicado no Le Monde em 26 de abril de 1964, segundo o qual "a administração considera, não fortuitamente, que a rivalidade entre os afars e os somalis seria a melhor garantia de estabilidade" (citado no Politika Frantsii v Azii i v Afrike, 1965, p. 175).

dos Afars e dos Issas, a sua população seria obrigada a esperar vinte anos antes de atingir esta fase.

Durante este período, os dirigentes políticos provinham dos Afars, apoiados pela administração francesa; os principais militantes somali eram, em sua maioria, exilados e o único partido somali oficialmente reconhecido era a Liga Popular Africana pela Independência (LPAI) cuja criação ocorreu somente em 1972. Um partido clandestino, a Frente de Libertação da Costa dos Somalis (FLCS), com sede em Mogadíscio, mostrava-se mais revolucionário. Em 1967, um novo referendo que conduziria a uma "autonomia ampliada" foi organizado no território, entretanto o partido afar, dirigido por 'Ali Arif Bourhan, a União Nacional pela Independência (UNI), cujo slogan era "Unidade e progresso no seio da comunidade francesa", guardou uma posição predominante no novo governo.

Após a revolução etíope de 1974, o movimento de libertação fortaleceu-se. Operações de guerrilha, organizadas pela FLCS, foram abertamente empreendidas contra os franceses e a independência foi, doravante, reclamada não somente pela LPAI mas, igualmente, por elementos do partido dominante. A Assembleia Geral das Nações Unidas encarregou-se, em 1975, da questão da independência do país e adotou uma resolução estipulando que ela deveria imediatamente ser-lhe concedida.

Em março de 1977, a LPAI, a FLCS, dominadas pelos somalis e alguns dos antigos partidários de 'Ali Arif Bourhan formaram a União Popular pela Independência (RPI), coalizão dirigida por Hassan Gouled. A RPI ganhou as eleições realizadas simultaneamente com o referendum e Gouled tornou-se presidente do Conselho, tomando desta forma a direção de um governo composto de dez ministros, cuja metade era de origem Afar.

Enfim, em 26 de junho de 1977, o território tornou-se plenamente independente, e ganhou a nomenclatura neutra de República do Djibuti. Este foi o último dentre os países do continente africano situados ao norte do Equador a conquistar a independência – depois inclusive da maioria dos territórios da África Austral. A República do Djibuti tornou-se o quadragésimo nono membro da Organização pela Unidade Africana e o vigésimo segundo da Liga dos Estados Árabes.

As ideologias da luta de libertação

Durante o período aqui considerado – e, na realidade, durante todo o período colonial –, os países árabes da África do Norte reconheciam-se mutuamente

através de três ideologias: o islã, o nacionalismo e o socialismo. A sua influência e o seu impacto respectivos variaram de acordo com o tempo e o espaço, conforme a evolução da situação social e política. Entretanto, pode-se afirmar que a ideologia dominante na região durante a fase decisiva da luta anticolonial era o nacionalismo árabe, mais ou menos colorido, em cada país, pelo islã e/ou pelo socialismo[34].

Examinemos primeiramente o papel do islã nos anos decisivos do movimento de libertação nacional. Ele possuía a vantagem de ser a mais antiga ideologia tradicional do mundo árabe; ele irrigava a vida da esmagadora maioria da população e orientava as suas concepções em geral, além de balizar a sua percepção dos problemas políticos e sociais completos. As convicções religiosas sempre dominaram as ideias dos camponeses e das classes médias e populares das cidades, além de frequentemente fornecer a energia necessária à luta contra o feudalismo e a opressão estrangeira. O islã desempenhou amiúde um importante papel ao mobilizar as massas e, em certo número de países árabes, os '*ulama*' muçulmanos desenvolveram com o povo as campanhas contra o colonialismo, chegando ao ponto de inclusive dirigi-las. Foi este o caso da Argélia onde a Sociedade dos '*ulama*' argelinos e outros grupos trouxeram uma preciosa colaboração ao preparar o terreno para a luta de libertação e, após 1954, participaram ativamente do conflito armado. Os movimentos de libertação nacional contra o imperialismo revestiram-se com frequência de um caráter religioso desde o momento em que passaram a defender a cultura árabe-muçulmana ameaçada pela invasão da cultura ocidental e dos seus valores, por vezes diametralmente opostos ao modo de vida dos muçulmanos e à ética islâmica.

No fim dos anos 1940 e no início da década de 1950, as organizações religiosas, nas quais a reafirmação apaixonada das convicções, dos valores e das regras islâmicas fundamentais refletia fielmente o sentimento das classes pobres e oprimidas, adotaram uma postura mais ativa. Elas levantavam-se, ao mesmo tempo, contra as classes dominantes ocidentalizadas e contra o imperialismo.

A mais dinâmica dentre elas era aquela dos Irmão Muçulmanos – al-Ikhwan al-Muslimin[35]. Fundada em 1927 por um professor egípcio, Hassan al-Banna (1906-1949), o movimento conheceu um crescimento regular atraindo numerosos membros graças às suas diversas atividades não políticas, de caráter essencialmente humanitário e social. Apesar de afirmar a conservação dos objetivos islâmicos, o movimento não era estritamente pan-islâmico: ele inscrevia-se,

34 A. ABDEL-MALEK, 1969, 1980; A. LAROUI, 1967.

35 Sobre este movimento, conferir R. P. MITCHELL, 1969; I. M. HUSAYNI, 1952.

antes e sobretudo, à sombra do nacionalismo egípcio e do seu programa original, com tendências a não reformar senão a sociedade egípcia. Ele propunha reformas sociais relativamente simples e sob muitos aspectos nebulosas, baseadas na ética islâmica e no estrito respeito à *shari'a*, e protestava vigorosamente contra a tendência de laicização dos nacionalistas liberais. No interlúdio entre o fim da guerra e o advento do regime militar, os Irmãos Muçulmanos desempenharam um papel crucial na vida política egípcia, contexto em que constituíram um fator de fortes turbulências. Certos grupos desta organização buscaram expressar a sua frustração através de atos de terrorismo individual, visando atingir dirigentes políticos e, posteriormente, as tropas de ocupação britânicas na zona do canal. Denunciado em sucessivas ocasiões pelo '*ulama*' de al-Azhar[36], marginalizado pelo assassinato ou a execução dos seus dirigentes – tanto na monarquia quanto sob o regime militar – o movimento dos Irmãos Muçulmanos ainda existe e guarda, conquanto sem acrescê-la, a sua influência junto à pequena burguesia egípcia, em meio aos intelectuais desempregados e nas fileiras dos jovens funcionários. Durante os anos de nosso interesse, a sua ação permaneceu circunscrita ao Egito mas, posteriormente, setores do movimento ou outras organizações análogas formaram-se em outros países islâmicos e árabes. No campo ideológico tanto quanto durante o combate travado para ganhar o apoio das massas, estas organizações fundamentalistas constituem-se nos mais sérios rivais dos nacionalistas e dos socialistas.

No movimento nacionalista árabe cristalizaram-se duas correntes, ora complementares e ora concorrentes: o pan-arabismo e o nacionalismo local. Presentes na maioria dos países árabes, eles lá manifestaram menor ou maior vigor em função das circunstâncias[37]. A luta anticolonial do período relativo ao entreguerras reforçou sobretudo o nacionalismo local; na África do Norte, especialmente, a ideologia pan-árabe não desempenhou nenhum papel relevante e não se expandiu além de alguns círculos de intelectuais. Ela ali desenvolveu-se somente muito mais tarde, comparativamente à parte oriental do mundo árabe, apresentando antes um caráter menos popular. Esta situação não mudou senão com o início da guerra de libertação da Argélia e somente nos países do Magreb.

Nem o nacionalismo árabe, nem a ideia da unidade árabe constituiriam fatores importantes na vida política egípcia. O movimento nacional egípcio

36 O '*ulama*' acusou os Irmãos de "terem ultrapassado os limites fixados por Deus, na Revelação, entre o bem e o mal"; ver P. RONDOT, 1958, vol. I, p. 253.

37 S. G. HAIM, 1962; J. BERQUE, 1960 E 1964; M. KHADDURI, 1970; F. QUBAIN, 1960, forneceu uma bibliografia cobrindo até o ano de 1959.

orientara-se na busca da plena soberania e rumo à supressão de qualquer vestígio da dominação britânica. Os seus esforços diziam essencialmente respeito à unificação com o Sudão, com vistas a realizar a "unidade do vale do Nilo", ideia mais próxima das aspirações dos egípcios que aquela concernente à unidade árabe. Inclusive para o regime militar, a união com o Sudão permaneceria até 1955 como uma das questões políticas centrais[38].

O conceito do pan-arabismo, nascido e desenvolvido durante a Primeira Guerra Mundial na parte asiática do mundo árabe, foi inclusive por muito tempo tratado com desdém por numerosos militantes egípcios e rejeitado pela maioria dos intelectuais[39]. Todavia, numerosos teóricos pan-árabes, entre os quais o influente Sati al-Husri, insistiam em defender o papel de primeira importância do Egito no processo de unificação que eles previam.[40]

Nos países árabes, o nacionalismo apresenta-se principalmente como a expressão de uma reação contra a dominação estrangeira e não como manifestação do crescimento econômico da burguesia local; ele também incorporou no período do entreguerras grupos que, na Europa, permaneciam habitualmente afastados do nacionalismo: os membros do clero e os proprietários fundiários feudais. No decorrer da Segunda Guerra mundial e, posteriormente, em paralelo à expansão da burguesia, a influência destes grupos diminuiu e o islã transformou-se em um fator mais moral do que político.

O islã representa um elemento indissociável e primordial na estrutura e no conteúdo do nacionalismo árabe: a sua propagação constitui a página mais gloriosa da história árabe e a sua mais valiosa contribuição à história universal. A cultura e a civilização árabes foram moldadas pelo islã e o modo de vida islâmico apresenta numerosas características que remetem diretamente à sua origem árabe. Os nacionalistas árabes também insistiram na importância do islã e da ética islâmica que se lhes apresentava na qualidade de "nobres ideais árabes".

Os muçulmanos ortodoxos e tradicionalistas tiveram uma atitude negativa frente ao nacionalismo árabe e atacaram inclusive o conceito de unidade intrínseca entre os árabes e o islã. Em seu ponto de vista, o nacionalismo árabe destruía a unidade do islã, privando do seu caráter universal e alimentando a falsa ideia ele seria, principalmente, uma religião árabe. Cada muçulmano deve, antes de

38 A. ABDEL-MALEK, 1969.

39 Inclusive, a este respeito, o secretário-geral da Liga dos Estados Árabes, 'Abd al-Rahman 'Azzam, proclamava em 1950: "Nós somos, antes de tudo, egípcios, em seguida, árabes e, finalmente, muçulmanos"; ver S. G. HAIM, 1962, pp. 52-53.

40 H. Z. NUSEIBEH, 1956.

tudo, sentir orgulho de pertencer a uma comunidade supranacional (*umma*) – e igualmente de ter alcançado um estádio da evolução da humanidade superior àquele das nações individuais[41].

Ademais, os teólogos têm profundas objeções a opor ao nacionalismo: um autêntico muçulmano não deve fazer voto de fidelidade senão a Deus e à *umma* islâmica, ao passo que os nacionalistas fazem da nação árabe o seu mais elevado ideal. Em contrapartida, os nacionalistas árabes esforçaram-se para integrar o islã à sua ideologia e aos seus programas mas, antes e prioritariamente, na qualidade de um fator cultural e social, em detrimento de impingir-lhe um caráter puramente religioso. Estes esforços não foram inteiramente coroados de sucesso e ainda subsiste uma incerteza ideológica quanto ao papel que o islã deveria supostamente desempenhar no âmbito do nacionalismo árabe. Os nacionalistas deviam levar em consideração a adesão das massas árabes à religião islâmica enquanto que os grupos ortodoxos islâmicos, teoricamente contrários a toda forma de nacionalismo, deveriam considerar que, na maioria dos países árabes, a direção do movimento colonial permanecia firmemente em mãos dos nacionalistas[42].

Embora, em numerosos países árabes os objetivos pan-árabes da ideologia nacionalista tenham sido proclamados com ainda maior ênfase após a guerra, comparativamente ao que ocorrera no período precedente, na realidade, o movimento anticolonial fundara-se ideologicamente e organizara-se politicamente com base em um nacionalismo local concreto – egípcio, sudanês, etc. Como já sublinhamos, em particular, os egípcios permaneceram por muito tempo totalmente impermeáveis ao pan-arabismo e as suas ações contra a Grã-Bretanha inspiravam-se no velho *slogan* próprio aos primeiros nacionalistas, o Egito para os egípcios.

O abismo entre o nacionalismo pan-árabe e o nacionalismo local aumentou após a guerra. Os movimentos nacionais locais eram mais concretos e demonstravam mais certeza no que se refere aos seus objetivos e aos seus métodos em razão de estarem estreitamente ligados à situação socioeconômica, subestimada pelos teóricos do pan-arabismo e própria àqueles que viviam com frequência em um mundo de ilusões, contentando-se essencialmente com visões nebulosas sobre o glorioso porvir da nação árabe unificada e pouco se preocupando com as condições econômicas e sociais que o tornariam possível.

41 M. BERGER, 1962.

42 B. DODGE, 1965, pp. 94-119.

Ao lutar contra a dominação colonial, a população dos países árabes da África do Norte não procurava recriar um Estado islâmico ideal ou uma incerta unidade pan-árabe. Tanto os dirigentes quanto as massas percebiam que o seu combate era uma luta contra o inimigo que ocupava a sua pátria, constituindo-se, por egoísmo, em um opressor político, econômico e cultural. A independência nacional deveria ser obtida pela e para a sociedade que vivia no território em questão; eis o primeiro objetivo a atingir e foi justamente por estas razões de ordem prática que o nacionalismo local ganhou proeminência nos países árabes, como ideologia federativa da luta anticolonial, em detrimento das doutrinas próprias ao pan-arabismo, sem aludir ao pan-islamismo.

O nacionalismo local permaneceu, portanto, na condição de força predominante tanto política como ideologicamente. Uma das características do nacionalismo árabe do pós-guerra é o aprofundamento do seu conteúdo social; ele não se limitava somente a resolver o problema nacional mas, também propunha um programa nacional.

As ideias socialistas eram há muito tempo conhecidas nos países árabes da África do Norte mas, exclusivamente nos estreitos círculos intelectuais e – salvo na Argélia em um estádio ulterior – elas não figurariam nos programas nacionalistas. Os partidos comunistas do Egito e Sudão atuavam na ilegalidade, enquanto que, no Magreb, os seus membros eram sobretudo europeus[43]. Portanto, nenhum destes partidos pôde, não mais que a classe operária, desempenhar um papel preponderante no movimento de libertação nacional[44]. Um marxista marroquino, 'Aziz Belal, organiza as principais causas deste fenômeno: o insuficiente peso social relativo dos operários, próprio ao subdesenvolvimento industrial; o analfabetismo, a sobrevivência dos valores tradicionais e a ausência de uma consciência de classe; a incapacidade inicial do movimento marxista em adaptar-se a um contexto sociocultural e psico-sociológico característico do mundo árabe. Inicialmente, os partidos marxistas apareceram como movimentos movidos por um ideal progressista de "coloração europeia" e mal adaptados às realidades nacionais, em detrimento de uma condição de teóricos de "uma perspectiva nacional" e da luta pela afirmação da nação[45].

Mas, simultaneamente, a vitória da URSS na Segunda Guerra Mundial e a transformação vitoriosa de um país subdesenvolvido em potência industrial atraíram numerosos nacionalistas árabes para o socialismo. Constata-se assim a

43 M. S. AGWANI, 1969.

44 A. ABDEL-MALEK, 1966.

45 A. BELAL, 1972, pp. 21-22.

aparição de diversos tipos de socialismos árabes que, embora adotassem muitos ensinamentos sociais e econômicos do marxismo, recusavam-se a subscrever a visão de mundo ateia e internacionalista dos marxistas.

Na maioria das variantes do socialismo árabe, o capitalismo não é rejeitado em si, enquanto modo de produção, mas somente em certos estádios de seu desenvolvimento – o liberalismo capitalista ou o *laisser-faire*. O socialismo é interpretado não como uma visão classista dos explorados mas, antes como uma série de técnicas e de modos de organização, capazes de garantir o progresso e essencialmente ligados às atividades do governo e a uma expansão de suas funções econômicas.

Os slogans socialistas seriam colocados a serviço do nacionalismo árabe. Um dos fundadores do partido Ba'th, Michel Aflaq, explicou brutalmente que o socialismo não consistia senão um apêndice da plataforma nacionalista[46]. Esta abordagem é, em sua essência, comum a numerosas ideologias ligadas aos movimentos de libertação nacional. Os seus representantes foram levados a incorporar slogans socialistas no curso da luta empreendida para obter e afirmar a independência política, eles inclinam-se a considerar o socialismo exclusivamente como um meio para atingir os objetivos nacionais e de reconstrução do país[47]. Em tais situações, o socialismo representa a outra face do nacionalismo.

46 "Para nós, o socialismo é uma ferramenta referente às nossas necessidades nacionais, à nossa situação nacional e, portanto, não pode consistir em uma filosofia ou perspectiva fundamental a dominar nossa vida [...]. O nacionalismo árabe percebe que o socialismo é o melhor meio de conceder novamente impulso vital ao seu nacionalismo e á sua nação", citado em S. A. HANNA e G. H. GARDNER, 1969, p. 300.

47 O. V. MARTYSHIN, 1978, p. 100.

CAPÍTULO 7

A África ocidental

Jean Suret-Canale e *A. Adu Boahen*

O fim da Segunda Guerra Mundial e a vitória dos Aliados não podiam senão levantar imensas esperanças junto aos povos da África submetidos à dominação colonial. A derrota do fascismo representava o insucesso de uma doutrina fundada sobre o racismo, a exaltação da força bruta e a negação dos direitos aos povos em dispor, por eles próprios, do seu futuro; tratava-se, implicitamente, da condenação do colonialismo cujos princípios, quiçá a prática, repousavam em bases simétricas. Desde 1941, a Carta do Atlântico inscrevera entre os seus objetivos de guerra dos Aliados, o notório "direito próprio a cada povo em escolher a forma de governo sobre a qual ele deseja viver". No espírito dos signatários, aquilo não se deveria aplicar unicamente à Europa; mas, os povos africanos obrigar-se-iam a dele se apoderar e a reivindicá-lo para si mesmos. Em uma nota intitulada "a Carta e a África Ocidental Britânica", Azikiwe, na Nigéria, exigia reformas imediatas e um governo representativo. Durante um discurso pronunciado em 1943, G. E. Moore, membro do Conselho Legislativo da Costa do Ouro (atual Gana), igualmente afirmava tratar-se muito bem "do direito que tem cada povo em escolher a forma de governo sob a qual deseja viver, era um direito do qual os africanos também deveriam gozar". No mesmo ano, o chefe supremo dos sherbro, Albert George Caulker, exigia das autoridades coloniais a restituição do poder soberano, após a guerra, ao povo da Serra Leoa, no espí-

rito da Carta[1]. Tendo participado da guerra em nome destes princípios, tanto com homens quanto em matéria de provisões (ao menos no tocante às colônias francesas e inglesas), os povos da África Ocidental vão, portanto, colocar em questão o regime colonial.

O despertar das forças políticas radicais na África Ocidental foi facilitado por outros fatores. O primeiro é o anticolonialismo dos dois grandes vencedores da coalizão aliada, a URSS e os Estados Unidos da América, em que pese tratar-se de anticolonialismos impulsionados por motivações muito diferentes. O segundo consiste no revigoramento das forças de esquerda na França e na Grã-Bretanha, expresso pela maioria conquistada pelos socialistas e comunistas na Assembleia Constituinte francesa de 1945 e pela ascensão dos trabalhistas na Grã-Bretanha.

A Segunda Guerra Mundial influenciou a situação política na África Ocidental segundo outras modalidades que foram analisadas em outros estudos, embora tenhamos que evocá-las brevemente aqui. Primeiramente, a mobilização forçada de tantos africanos para a guerra suscitou uma intensa cólera junto a todos os africanos, de todas as classes sociais e, em especial, junto às esposas, às mães e às avós que não suportavam perder seus maridos, seus filhos e netos. Muitos africanos que haviam permanecido em seu local de origem sofreriam inclusive tanto quanto aqueles que haviam sido enviados à guerra mas, logicamente, de forma diferente. Em segundo lugar, os africanos que cumpriam seu serviço militar na Birmânia ou na Índia entraram em contato com os movimentos independentistas destas regiões. A experiência adquirida não somente ampliou os seus horizontes políticos mas, também, os familiarizou com as estratégias e táticas anticoloniais seguidas à época e, na ocasião do retorno aos seus países de origem, eles não hesitariam em empregar alguns destes métodos. Em terceiro lugar, no momento do retorno destes soldados, após a guerra, eles esperavam receber generosas recompensas sob a forma de indenizações, prêmios de desmobilização, empregos, etc.; ora, estas recompensas jamais viriam a ocorrer. A decepção que os afetou conduziu-os a aumentar as fileiras dos nacionalistas de forma a permitir, inclusive, a chegada de alguns destes soldados desmobilizados à condição de dirigentes ativos de movimentos de massa. Nestas condições, a guerra reforçou consideravelmente os sentimentos anticoloniais e nacionalistas na África Ocidental.

1 P. O. ESEDEBE, 1971, p. 24; A. A. BOAHEN, 1986, pp. 141-142; A. A. MAZRUI e M. TIDY, 1984, pp. 13-14.

As transformações econômicas e sociais

Ao longo dos anos 1945-1948, a aspiração por uma vida melhor e distinta manifestou-se de modo por vezes explosivo, em razão do regime político-econômico imposto durante a guerra. Os excessos do "esforço de guerra" – trabalhos forçados e confisco de produtos –, a penúria e as vertiginosas altas nos preços criaram um mercado negro e, em combinação com bloqueios salariais e métodos autoritários da chefaria e das autoridades coloniais, produziram em conjunto uma situação que se tornou insuportável quando a paz foi restabelecida. Neste contexto, a aspiração das elites em verem reconhecidos os seus direitos e a sua vocação em desempenhar um papel político-econômico apoiar-se-á sobre um profundo movimento popular, no qual as reivindicações econômicas estão estreitamente associadas às reivindicações anticoloniais, tais como a abolição do trabalho forçado e da discriminação racial e a concessão de direitos políticos.

Esta unanimidade esconde divergências que aparecem desde o fim dos anos 1940 e, sobretudo, após as independências. No que diz respeito a certos setores burgueses, o objetivo limita-se a ocupar o lugar dos europeus; quanto às massas, a aspiração pela libertação nacional está indissociavelmente ligada a um projeto de libertação social. Certos líderes originários da elite (dentre os quais uma minoria de formação escolar baseada no tipo europeu) transformam-se em porta-vozes destes anseios populares; prosseguir este caminho até as últimas consequências supõe a aceitação, por parte destas camadas sociais, do "seu suicídio como classe[2]", para retomar uma célebre fórmula de Amilcar Cabral, este itinerário não foi o mais frequente.

Nos anos imediatamente subsequentes ao fim da guerra, a penúria se manteve e os primeiros "planos" implementados nas colônias visam reforçar o papel destas últimas como fornecedoras de matérias-primas. Posteriormente, estes objetivos seriam um pouco modificados, guardando, contudo, o seu foco no desenvolvimento de produções primárias e nos investimentos orientados essencialmente para equipamentos indispensáveis, como portos, aeroportos, estradas e centrais elétricas. As necessidades de otimizar o emprego na economia de mão de obra suficientemente qualificada e em boas condições de saúde, conjugadas com as aspirações da população, tiveram como efeito incitar as autoridades coloniais em fazer um esforço nos setores da saúde, da educação, entre outros. O atraso econômico da África Ocidental – onde persiste a "economia de tráfico"

2 A. CABRAL, 1975.

–, agravado pelos anos de guerra, tornou indispensável uma participação dos Estados coloniais nos investimentos de além-mar, o que fora geralmente excluído no pré-guerra. O vocábulo e o mito da "ajuda" terão o seu surgimento. No quadro desta economia de tráfico, perene até o fim dos anos 1950, as produções agrícolas para exportação se desenvolvem mas, também as indústrias de extração, praticamente ausentes no domínio francês antes de 1949-1951, alcançam certo ímpeto. As indústrias de transformação começam a ganhar força, essencialmente nas capitais-porto, sob a forma de indústria de "substituição das importações" ou da primeira transformação, beneficiamento, de produtos exportáveis.

No plano social, este período proporciona a criação de novas escolas primárias, enquanto colégios universitários são abertos em Ibardan, na Nigéria e em Legon, na Costa do Ouro (atual Gana). Após a guerra, a urbanização também apresenta um grande impulso, pois os jovens desempregados, tendo deixado a escola, abandonam em número cada vez mais elevado os campos, para buscar nas cidades emprego e distração. Além disso e ao mesmo tempo, africanos ocidentais tendo recebido no estrangeiro uma educação e uma formação de advogados, médicos ou engenheiros (mas,sobretudo, advogados) começam a retornar ao país, em número cada vez maior, principalmente na África Ocidental britânica.

Todas estas transformações provocam um constante aumento, por um lado, no número dos membros da burguesia no conjunto das profissões liberais, – advogados, médicos, universitários, funcionários públicos, bem como nos meios pequeno-burgueses africanos dos homens de negócio – e, por outro lado, no peso social da classe laboral formada por professores, mecânicos, motoristas, mineiros, ferroviários, comerciários e pequenos comerciantes africanos. Estas transformações desembocam, sobretudo, em uma cada vez maior concentração de desempregados, tendo abandonado a escola em algumas cidades, ora capitais, ora centros administrativos ou mineiros. Nas zonas rurais, onde continua a viver grande parte da população africana, assiste-se também a um crescimento regular no número de cultivadores de cacau, de plantadores de amendoim, de produtores de café e de trabalhadores rurais, sobretudo na Costa do Ouro, na Nigéria e na Costa do Marfim. As quatro colônias britânicas são sensivelmente desenvolvidas, comparativamente aos limítrofes e circundantes territórios francês e português. No plano econômico, elas têm uma rede ferroviária mais ramificada e a sua produção agrícola e mineral é muito maior. No plano sociocultural, a Nigéria, cuja população supera em número o total de habitantes das colônias francesas, pode se gabar da existência, já secular, de uma elite anglicizada (advogados, pastores, professores) e de uma imprensa africana também quase secular.

É a partir deste pano de fundo que devemos examinar as espetaculares mudanças políticas ocorridas na África Ocidental durante a década imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial. Esta evolução foi realmente impactante pois, se fora necessário às potências imperialistas europeias cerca de vinte anos, a partir de 1880, para dividirem e ocuparem a África, à maioria dos Estados africanos, por sua vez, foi necessário aproximadamente o mesmo tempo para alcançarem a sua independência e soberania política após a guerra. Durante o período aqui considerado, nas quinze colônias da África Ocidental, onze haviam reconquistado sua soberania política desde 1960, o seu número não atingira menos de nove somente no ano de 1960; houve ainda nesta região a ocorrência de duas outras reconquistas de soberania, entre 1961 e 1965; e, finalmente, ainda duas últimas conquistaram a sua independência, em 1973 e 1974. Quatro destas colônias eram britânicas – a Nigéria, a Costa do Ouro, a Serra Leoa e a Gâmbia – e nove francesas – o Daomé (atual Benin), a Guiné, a Costa do Marfim, o Sudão (atual Mali), a Mauritânia, o Niger, o Senegal, o Togo e o Alto Volta (atual Burkina Faso); as outras eram portuguesas: o Cabo Verde e a Guiné Bissau. A Costa do Ouro foi a primeira dentre as colônias britânicas a ganhar a sua batalha pela derrubada do colonialismo; à ela seguiu-se a Nigéria, em seguida a Serra Leoa e, enfim, a Gâmbia. Entre as colônias francesas, a Guiné foi a primeira a emancipar-se, em 1958, seguida pelas outras que, em sua totalidade, reconquistaram a sua soberania no desenrolar do único ano de 1960. As últimas colônias da África Ocidental a rejeitar o colonialismo foram as colônias portuguesas do Cabo Verde e da Guiné Bissau.

Estes simples fatos suscitam algumas questões interessantes, às quais não se pode sempre responder com facilidade. A primeira interrogação consiste em saber as justificativas da extinção praticamente integral do colonialismo na África Ocidental, nos quinze anos subsequentes à Segunda Guerra Mundial. A segunda remete ao entendimento das razões que levaram uma colônia britânica a ser a primeira a reconquistar a sua independência, primeira não somente na África Ocidental mas, em toda a África ao sul do Saara e quais as causas levaram-na a ser apelidada Costa do Ouro? Em terceiro lugar, procede perguntarmos os motivos pelos quais a Guiné tomou a frente dos processos emancipacionistas na África Ocidental francesa e, em função de quais vetores, as outras colônias francesas chegaram todas à independência no mesmo ano, em 1960? Enfim, os porquês da tardia chegada das colônias portuguesas ao ingresso junto ao movimento independentista? Tais são as discussões e as correlatas questões para as quais o presente capítulo pretende propor respostas, por intermédio do

exame sucessivo dos exemplos das colônias britânicas francesas e, finalmente, portuguesas da África Ocidental.

A África Ocidental britânica

A liquidação do colonialismo na África Ocidental britânica nos vinte anos seguintes à Segunda Guerra Mundial é imputável a três fatores cruciais, aplicáveis, igualmente e quase integralmente, a todas as outras colônias. Primeiro e notoriamente o mais importante, por muito, diz respeito ao que Mazrui e Tidy chamaram "a grande ascensão do nacionalismo africano[3]" durante o período considerado; o segundo se refere à natureza, aos objetivos e às atividades dos partidos políticos e dos movimentos nacionalistas que se haviam criado; o conjunto das ações e reações da potência colonial britânica frente às iniciativas e exigências dos nacionalistas africanos e os seus partidários constitui o terceiro fator.

Como demonstrado de forma cabal no volume VII da presente *História*, as atividades nacionalistas ou anticoloniais haviam começado desde a instauração do sistema colonial na África e se haviam desenvolvido intensamente e com complexidade no transcorrer dos anos[4]. Foi no curso da década imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial que o nacionalismo ou o anticolonialismo africano atingiu o seu apogeu, em razão de certo número de fatores. O primeiro, evocado na introdução, consistiu-se em efeito da guerra, ela própria, e na decepção gerada pela atitude do governo britânico diante da Carta do Atlântico[5].

O segundo fator, o qual não somente contribuiu para um forte impulso nas atividades nacionalistas mas, igualmente, radicalizou-as especialmente na África Ocidental britânica, foi o Congresso Pan-Africano, organizado em Manchester, no ano de 1945. Este congresso será analisado mais adiante, no capítulo 25, contudo, convém sublinhar a seu respeito certos aspectos aqui pertinentes. Sem dúvida, houvera numerosos congressos pan-africanos desde 1900[6] mas, aquele mantido em 1945 na cidade britânica foi único e suscitou numerosas considerações. Antes de tudo, tratou-se do primeiro congresso em cuja preparação e durante o qual africanos, tais como Kwame Nkrumah da Costa do Ouro,

3 A. A. MAZRUI e M. TIDY, 1984, p. 1.

4 A. A. BOAHEN, (org.), 1987, capítulos 3-10.

5 P. O. ESEDEBE, 1971, p. 24.

6 A. A. BOAHEN, (org.), 1987, capítulo 29.

desempenharam um papel determinante e onde houve uma maciça participação da comunidade africana. Entre estes últimos figuravam Obafemi Awolowo, H. O. Davies e Jaja Wachuku, da Nigéria, J. E. Taylor, Ako Adjei e o Dr. R. G. Armattoe, da Costa do Ouro, Jomo Kenyatta, do Quênia, e Hastings Banda, do Malaui. Em segundo lugar, foi este congresso que, pela primeira vez reclamou não somente "uma completa e absoluta independência" e uma África unificada com base em uma economia socialista mas, também esboçou as estratégias a seguir. "Se o mundo ocidental permanece decidido a governar a humanidade pela força, afirmava uma de suas resoluções, é possível que os africanos sejam conduzidos, como último recurso, a recorrer à força para tentar obter a liberdade, mesmo se a força os destrua, levando consigo o mundo." Outra resolução, emprestando a terminologia marxista, convocava também os operários, os agricultores e os intelectuais das colônias a unirem-se e constituírem organizações eficazes para combater a exploração imperialista e conquistar a independência, recomendando, outrossim, o recurso a métodos como a greve, o boicote e a ação direta, assim como outras estratégias não violentas[7]. Todavia o que o congresso apresentou de mais significativo, foi que a maior parte dos africanos nele presentes, retornaram rapidamente aos seus respectivos países e, em consonância com o espírito das resoluções, lançaram campanhas pela independência ou a elas aderiram. Os mais notáveis entre eles eram Kwame Nkrumah, O. Awolowo, J. Kenyatta e K. Banda. É importante notar que nenhum africano originário dos territórios franceses, portugueses ou belgas, da África, assistiu a este memorável congresso.

Entretanto, o fator que com maior relevância contribuiu para a grande ascensão do nacionalismo foi o sentimento de cólera, de decepção e de frustração suscitados pela degradação da situação socioeconômica, assim como o caráter insatisfatório das reformas introduzidas no pós-guerra pelas potências coloniais, em geral, e pelos britânicos, em particular. O período imediatamente seguinte à guerra foi marcado por severas penúrias e por um preço proibitivo dos bens de consumo, pelos quais os governos coloniais foram responsabilizados. Foram, em parte esta frustração e esta cólera que encontraram a sua expressão nas greves operárias ocorridas na Nigéria entre 1945 e 1948, bem como na manifestação de veteranos militares seguida de boicote e pilhagem dos produtos europeus na Costa do Ouro, em 1948, ações em que foram envolvidas todas as classes mencionadas pouco acima[8] e que reforçaram e propagaram ainda mais o anti-

7 P. GIFFORD e W. R. LOUIS (ORG.), 1982, pp. 57-87; A. A. BOAHEN, 1986, pp. 142-143.

8 D. AUSTIN, 1964, pp. 49-84.

colonialismo. No *front* social, a decisão do poder colonial britânico em não criar senão uma única universidade para toda a África Ocidental britânica, em lugar de uma para cada colônia, como recomendado pela maioria dos membros de sua própria comissão, esta atitude exacerbou ainda mais os sentimentos. As emendas constitucionais introduzidas no pós-guerra em toda a África Ocidental britânica não respondiam, em nada, às aspirações, nem mesmo aquelas da elite instruída, em particular. Isso é evidente quando se analisam as constituições postas em vigor na Nigéria, em 1946, na Costa do Ouro, no mesmo ano e em Serra Leoa em 1947[9]. O denominador comum destas constituições é que, embora elas introduzissem maiorias africanas oficiosas nas Assembleias Legislativas, uma maioria de novos parlamentares deveria ser nomeada ou pelo governador, ou ser eleita pelos chefes consuetudinários. Em Serra Leoa, tanto quanto na Nigéria, estas novas proposições traduziam-se por uma dominação das regiões setentrionais do país sobre o sul, mais ocidentalizado. Como esperado, as novas constituições provocaram a cólera da elite instruída em todas as colônias da África Ocidental, além de acentuarem ainda mais a sua vontade em pôr fim ao sistema colonial.

Ademais da intensificação e da radicalização do nacionalismo na África Ocidental britânica, o outro fator que contribuiu para a derrocada do sistema colonial está relacionado com a natureza e os objetivos dos partidos políticos nascidos após a Segunda Guerra Mundial e, igualmente com as estratégias por eles adotadas. Este fator é de fundamental importância por explicar as razões pelas quais foi a Costa do Ouro e não, por exemplo, a Nigéria, a primeira colônia britânica a conquistar a independência e, em seguida, porque nas outras colônias, são as regiões do norte e não as sulistas, mais evoluídas, que dominaram e continuam a dominar o cenário político.

Toda uma gama de partidos políticos surgiu na África, em geral, e na África Ocidental britânica, em particular, no curso da década posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial[10]. Entre estes, a *United Gold Coast Convention* (UGCC), o *Covention People's Party* (CPP), e o *Northern People's Party* (NPP) fundados no Gana, respectivamente em 1947,1949 e 1954; o *National Council for Nigerian Citizens* (NCNC), o *Action Group* (AG) e o *Northern People's Congress* (NPC) criados na Nigéria, respectivamente em 1944,1950 e 1951; o *National Council of Sierra Leone* (NCSL) e o *Sierra Leone People's Party* (SLPP) organizados em Serra Leoa, respectivamente em 1950 e 1951; finalmente, o *United Party* e o *People's Progress Party* (PPP) nascidos na Gâmbia, respecti-

9 C. M. FYLE, 1981, pp. 138-139; O. IKIME, 1980, pp. 524-528; D. AUSTIN, 1964, pp. 84-92.

10 T. HODGKINS, 1961, pp. 179-209.

vamente em 1951 e 1959. Foi sob a direção destes partidos que a batalha pela independência foi um êxito. Agora, trata-se de saber o porquê da vitória destes partidos e movimentos políticos no pós Segunda Guerra Mundial, uma vez que no período precedente eles haviam fracassado.

Primeiramente, diz respeito à natureza dos partidos, associações e clubes do pós-guerra. Contrariamente àqueles do pré-guerra, estes partidos não eram partidos elitistas, limitados à minoria instruída e aos centros urbanos: eles eram, em seu conjunto, partidos de massa cujos militantes recrutavam-se tanto em meio urbano quanto nas áreas rurais. Eles eram sustentados, em variados graus, por antigos militares, pelos sindicatos, pelos estudantes, pelas organizações feministas, pelos agricultores, pelos negociantes, pelos chefes consuetudinários, etc. Em função deste apoio, as autoridades coloniais não podiam nem ignorá-los, nem considerá-los com negligência no tocante ao seu peso social, como fora o caso no referente aos antigos partidos. É preciso aqui insistir sobre o papel dos sindicatos, a ser examinada mais adiante pois, se na Costa-do-Ouro o *Trade Union Congress* (TUC) trouxera o seu total apoio ao CPP e participado de forma decisiva em sua campanha, na Nigéria e nas outras colônias, em contrapartida, quer seja em razão de sua fraqueza, ou mesmo se fora em função de suas divisões, como reflexo daquelas próprias às diferentes regiões, o TUC não desempenhou um papel relevante. Em segundo lugar, contrariamente aos grupos anteriores, estes partidos não funcionavam em tempo parcial mas, eram bem organizados, com escritórios, *slogans* e um moderno material, compreendendo inclusive camionetes de propaganda, sistemas de som e gráficas, além disso e sobretudo ele tinham um pessoal trabalhando em tempo integral nos âmbitos nacional, regional e local. Eles estavam, portanto, em condições de apresentar as suas proposições até nas comunidades mais isoladas de suas regiões ou de seu país, além de serem capazes de assim aumentar o número de adesões e a sua força. Em terceiro lugar e contrariamente aos partidos precedentes, alguns dos novos partidos estavam aptos a empregar todos os meios, pacíficos ou violentos, constitucionais ou inconstitucionais, em escala local ou internacional, para atingirem os seus objetivos. Os métodos pacíficos e constitucionais comportavam manifestações de massa, campanhas na imprensa, a participação em numerosas eleições, em relação às quais as potências coloniais insistiam sobremaneira, além de chamados a organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, bem como junto a governos anticolonialistas, como os Estados Unidos e a União Soviética. Entre os métodos violentos figuravam o boicote, as greves, a pilhagem e os ataques contra instituições coloniais e estabelecimentos comerciais. Em quarto lugar, a maioria dos dirigentes dos novos partidos, dentre os

FIGURA 7.1 Obafemi Awolowo da Nigéria, líder do *Action Group Part*, fundado em 1950.

quais apareciam Kwame Nkrumah na Costa do Ouroe Azikiwe e Awolowo, na Nigéria, eram líderes extremamente carismáticos, o que lhes permitia subjugar uma massa de simpatizantes. Enfim e sobretudo, os seus objetivos e os seus *slogans* eram muito radicais, porque levavam em conta problemas sociais e apresentavam projetos para a sua resolução, o que os tornava simpáticos às massas; eles reclamavam "a autonomia imediata" ou "a autonomia por etapas" e, não mais como nos anos 1930, uma reforma do regime colonial. De todos os partidos que fizeram a sua aparição na África Ocidental britânica e talvez em toda a África, nenhum foi melhor organizado, mais disciplinado, mais dinâmico e radical, nenhum dispunha de uma direção mais carismática que o *Convention*

FIGURA 7.2 Nnamdi Azikiwe, governador-geral da Nigéria, acompanhado do duque de Devonshire, em Londres, no dia 10 de julho de 1961. (Foto: Topham, Londres.)

People's Party da Costa do Ouro, este perfil deve-se essencialmente à presença do seu fundador e líder Kwame Nkrumah. É evidente que reside neste excepcional prestígio do CPP a explicação parcial, não somente das razões da sua tamanha proeminência na Costa do Ouro mas, igualmente, os motivos que levaram a Costa do Ouro a ter sido a primeira colônia britânica ao sul do Saara a ganhar a batalha da independência.

Todavia, no que concerne às estruturas e à adesão das massas, os partidos diferiam sobre vários pontos importantes e são exatamente estas diferenças que explicam tanto a data na qual se encerrou o combate pela independência, quanto o tipo de direção escolhida pelo país que acedera à independência. Antes de

tudo, embora alguns destes partidos fossem organizações realmente nacionais, com sessões e simpatizantes espalhados por todas as regiões do país, outros tinham uma base essencialmente étnica e uma implantação de perfil regional. Esta diferença resultava, principalmente, da intensidade ou da fraqueza da polarização étnica e religiosa neste país. Assim sendo, na Costa do Ouro, onde esta polarização era muito fraca, dois entre os três partidos, a UGCC e o CPP, eram partidos realmente nacionais, com sessões e apoio em todas as regiões do país. Na Nigéria e nas duas outras colônias britânicas, onde a polarização e os enfrentamentos entre as etnias e entre muçulmanos e cristãos eram sérios e ásperos, os partidos eram, essencialmente, partidos regionais. Dessa forma, o NCNC, o AG e o NPC da Nigéria eram partidos regionais cuja tipologia e os programas possuíam as marcas das etnias ibo, yoruba e fulbe-hawsa, dominantes, respectivamente, nas antigas regiões leste, oeste e norte do país. Em Serra Leoa, o NCSL era o partido dos crioulos do sul, ao passo que o SLPP representava, na realidade, o partido do protetorado do norte, conquanto recebesse apoio de pequeno número de crioulos. Na verdade, este último partido fora expressamente criado para combater o primeiro[11]. Igualmente, na Gâmbia, embora o United Party fosse, como o NCSL da Serra Leoa, um partido da "colônia", o PPP era em sua essência o representante dos interesses do protetorado[12]. Nestas condições, os partidos da Costa do Ouro colocaram-se facilmente de acordo sobre o princípio da independência e sobre a sua data, na ocasião em que estas duas questões provocaram ásperas controvérsias entre os partidos nas outras colônias. Na Nigéria, por exemplo, o NCNC e o AG se haviam posto em acordo, desde 1951, com o objetivo de tornar o país independente em 1956 mas, o NPC se opusera energicamente na ocasião empregando o slogan "A autonomia logo que ela seja praticável", de forma que foi preciso esperar o ano de 1959 para que todos os partidos entrassem em acordo no famoso 1960. Igualmente, em Serra Leoa, somente em 1959 chegou-se a um consenso no tocante à data da independência. Também não causa espécie que a Costa do Ouro tenha sido o primeiro território a cortar a fita da independência, seguida três anos mais tarde pela Nigéria e quatro anos depois pela Serra Leoa. Além disso, em razão da maior densidade populacional do norte comparativamente ao sul, situação de todas as colônias com exceção da Costa do Ouro, as lutas entre os partidos desembocaram em uma dominação política dos nortistas, sob o estatuto de protetorado, sobre os sulistas. Ora, como praticamente em todos os casos os

11 P. O. ESEDEBE, 1971, p. 24; C. M. FYLE, 1981, pp. 138-139.

12 T. HODGKINS, 1961, p. 188.

habitantes do sul eram, em matéria econômica, em relação à educação ocidental e à modernização, mais avançados que os nortistas, esta decalagem política não contribuiu somente para reforçar e aprofundar o regionalismo mas, ela também inspirou nos sulistas sentimentos de cólera, de impaciência e de frustração ainda não totalmente extintos até os dias atuais.

Há um terceiro fator que se deve considerar para explicar o resultado da luta pela independência na África Ocidental britânica, a saber, a atitude da potência colonial britânica frente às exigências e às atividades dos partidos e organizações nacionalistas. Embora estes últimos tenham enfrentado hostilidades e tenham sido brutalmente reprimidos, como em Madagascar no fim dos anos 1940 e, como veremos mais adiante, na África Ocidental francesa e na África portuguesa, é incontestável que, sem a atuação destes agrupamentos políticos, a independência não seria conquistada no momento em que isto ocorreu e o poder não seria entregue aos nacionalistas como o foi. Em razão de uma experiência em conflitos e em tratar reivindicações nacionalistas que, remontando ao século XVIII, já se manifestara nas relações com os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e atingira o seu ponto culminante com os acontecimentos dos anos 1940, na Ásia em geral e na Índia em especial, bem como em função da crescente intensidade da onda nacionalista africana, os britânicos haviam aceitado o princípio da autonomia como inevitável destino de todas as colônias. No início dos anos 1950 e, talvez, inclusive desde o fim dos anos 1940, os dois partidos, conservador e trabalhista, assim como a maioria das principais empresas estabelecidas nas colônias do oeste africano ou, seguindo as palavras de Fieldhouse, uma maioria composta pelo "espírito oficial tanto quanto pelo espírito não oficial", haviam chegado a esta conclusão relativamente às ditas colônias[13]. Um tema ao qual não se chegara a um acordo dizia respeito à duração do aprendizado ou da "preparação" para a autonomia. Enquanto alguns planejavam um período de aproximadamente cinco décadas, outros ainda consideravam este intervalo irrealista. Além disso, contrariamente ao que pesquisadores como Flint e Pearce sustentaram[14], os britânicos não haviam elaborado programa algum no que tange à chamada descolonização. Pelo contrário, a partir do fim dos anos 1940, eles opunham-se, antes e sobretudo, às iniciativas e às pressões que se lhes exerciam através das atividades das reivindicações dos nacionalistas na África. Alguns processos verbais, estabelecidos por funcionários do Colonial Office que então debatiam questões referentes ao governo indireto e modificações constitucionais

13 D. K. FIELDHOUSE, 1986, PP. 3-12.

14 J. FLINT, 1983; R. D. PEARCE, 1984.

a serem introduzidas nas colônias britânicas no pós-guerra, aqui adquirem uma grande pertinência. Após a sua viagem secreta às colônias, Hailey submeteu um relatório ao Colonial Office, em 1942, no qual ele assinala especialmente: "Existem forças, tanto na metrópole quanto *nas dependências* [destaque colocado pelo autor] que viriam a exercer uma crescente pressão em favor da ampliação das instituições políticas em favor da autonomia e de uma mais completa adesão dos africanos a estas instituições. É provável que esta pressão se tenha consideravelmente reforçado com a guerra. Se nós não tivermos uma ideia clara sobre a forma constitucional que tomará a autonomia, a reação a esta pressão corre o risco de ser mal coordenada e conduzir à adoção de medidas as quais gostaríamos de, adiante e eventualmente, evocar novamente[15]."

Em apoio à defesa de Hailey, favorável a uma modificação do chamado sistema de governo indireto, o conselheiro jurídico do Colonial Office, *sir* H. G. Bushe, igualmente declarara: "O reverso da medalha é o progresso constante do africano instruído para quem as instituições primitivas, ineficazes e muito amiúde corrompidas do governo indireto, representam um soberano desprazer. Se, como para o branco, lhe bastasse somente reverenciá-las, ele poderia satisfazer-se com a situação. Infelizmente ele constata que, contrariamente ao branco, ele deve submeter-se a este contexto." Não somente o subsecretário adjunto, *sir* Arthur Dawse, partilhava desta opinião mas, ele prosseguia nestes termos: " Em minha opinião, a reprimenda do *sir* G. Bushe [...] confirma-se de mais em mais. É absurdo erigir em princípio sacrossanto o que não passa de um efêmero expediente. *As coisas evoluem tão rapidamente na África* [posto em evidência pelo autor] que os partidários, em doutrina, do princípio do governo indireto, podem se encontrar ultrapassados muito mais rapidamente que o previsto como possível há alguns anos por quem quer que fosse[16]."

Estes processos verbais revelam claramente que o Colonial Office reagia às reivindicações dos nacionalistas africanos ou adiantava-se a elas, trata-se aqui, exatamente, daquilo que torna tão ofuscantes e inaceitáveis os termos "descolonização" e "transferência de poder", empregados nos dias atuais com cada vez maior frequência pelos historiadores eurocêntricos.

Frente ao aumento progressivo e à crescente força das atividades nacionalistas africanas, as quais atingiram uma intensidade particular a partir de meados dos anos 1950, além de livres de pressões ou da oposição proveniente dos colonos brancos, à imagem daquelas exercidas na África Oriental e Austral, os

15 citado em P. GIFFORD e W. R. LOUIS (org.), 1982, pp. 250-251.

16 Citado em J. FLINT, 1983, p. 395.

britânicos, em antítese aos franceses, durante os anos 1940, ou aos portugueses, decidiram não resistir aos nacionalistas. Os britânicos escolheram abandonar aquela formação social que havia sido e constituído, respectivamente e até então, seu aliado próximo e instrumento, qual seja, a elite dominante tradicional. Eles também optaram por ceder aos nacionalistas de cada país, além de negociar com estes últimos, deixando o acordo ou a ausência de acordo entre eles circunscrito a questões tais como: a independência, ela própria; a natureza da nova constituição; a alocação de receitas e fundos, etc.; e, também, determinar a data e os objetivos das negociações. Além disso, em contraste com franceses e portugueses, os britânicos recorreram, na África Ocidental, principalmente a meios pacíficos e constitucionais, conquanto o emprego da força ou da violência não estivessem inteiramente fora de cogitação, como testemunham o fuzilamento de 1948 na Costa do Ouro, a prisão de Nkrumah e de muitos dos seus companheiros, no início dos anos 1950, bem como a repressão à greve de 1955-1956 contra as chefias na Serra Leoa, em decorrência da qual ocorreu uma centena de mortos.

Em razão da chegada a um consenso – como demonstram os resultados obtidos nas eleições de 1951 e 1956 por Nkrumah e o seu partido – por parte de quase todos os partidos da Costa do Ouro e também de uma nítida maioria dos habitantes, eles próprios, no tocante a estas questões que os britânicos fixaram o dia 5 de março de 1957 como data da independência da Costa do Ouro. Em função e decorrência do acordo alcançado, em meados dos anos 1950 e após uma série de conferências constitucionais, *in loco* e na própria Grã-Bretanha, por todos os partidos da Nigéria e da Serra Leoa sobre as questões correlatas à independência, deparamo-nos com a aceitação, por parte da Grã Bretanha, das reivindicações de independência. É preciso sublinhar que, em oposição ao que pretenderam recentemente certos historiadores eurocêntricos, foram os africanos do oeste, eles próprios, que haviam tomado a iniciativa da luta pela independência, e não o Colonial Office, o Parlamento britânico ou a opinião pública britânica.

A África Ocidental francesa e o Togo

Se os britânicos não houvessem decidido sobre a data que marcaria o fim da luta pela independência, em suas colônias da Europa Ocidental, os franceses, por sua vez, haviam certamente tomado esta decisão. É o que demonstra claramente o fato de todas as colônias britânicas da África Ocidental terem alcançado a independência em datas diferentes, escalonadas de 1957 a 1965, ao passo que,

com exceção à Guiné e ao Djibuti, todas as colônias francesas do continente africano tornaram-se independentes no mesmo ano, em 1960! Por que então este desdobramento tão desprovido de interesse na África Ocidental francesa? Neste caso, as respostas dizem respeito à natureza das reivindicações e das atividades nacionalistas, à natureza dos partidos políticos que haviam surgido e, sobretudo e de forma determinante, as reações da França e, particularmente, de um personagem, o general De Gaulle.

Enquanto a África Ocidental britânica comporta quatro entidades distintas, a África Ocidental francesa constitui uma "federação" de oito colônias – chamadas, a partir de 1946, "territórios de além-mar" – formando uma unidade administrativa centralizada sob a autoridade de um governador-geral que toma, em 1946 o título de "alto-comissário da República". A parte francesa do Togo, território sob tutela, possui um estatuto à parte.

Menos populosa e inferiormente equipada, a AOF encontra-se em atraso em todos os domínios, comparativamente à África Ocidental britânica: excetuando-se as três comunas de pleno exercício do Senegal (Dakar, Rufisque e Saint-Louis[17]) cujos nativos, negros ou brancos, são cidadãos franceses e podem, portanto, participar da vida política e das eleições, o regime colonial excluiu toda a forma de vida política para todos os "sujeitos" coloniais. Estes últimos estão, além disso, tanto na administração pública quanto no setor privado, submetidos inclusive a empregos de perfil subalterno, à concorrência de um colonato de "pequenos brancos" não existente na África Ocidental britânica.

O fim da guerra provocará vivas reações pelas razões já evocadas mas, em razão de uma brusca transformação no estatuto político. A Conferência Africana Francesa de Brazzaville (30 de janeiro – 8 de fevereiro de 1944) que reunira, antes da libertação da metrópole, governadores e colonos, não abrira de forma alguma as vias a uma "descolonização" qualquer, como a regra estabelece: ela excluíra em contrário "toda ideia de autonomia, toda possibilidade de evolução fora do bloco francês do Império" e precisara que "a eventual constituição, mesmo longínqua, de *self-governments* nas colônias, deveria ser descartada[18]". Ela limitava-se a prometer, para um futuro indeterminado uma "participação" eventual dos africanos na gestão dos seus próprios assuntos. Propósitos que foram tomados ao pé da letra pelos africanos e suscitaram, no imediato momento posterior, a ira dos colonos que julgavam tudo isso intolerável.

17 É preciso notar que com a comuna de Gorée, tendo sido anexada àquela de Dakar em 1929, o número de comunas em pleno exercício passou de quatro para três.

18 A Conferência Africana Francesa, 1944. Esta parte está impressa em maiúsculas no texto.

Em 1945, o sucesso da atuação das forças de esquerda teria consequências na África. Pela primeira vez, em outubro de 1945, os colonizados (uma pequena minoria dentre eles: para a AOF, 117.000 de um total de 16 milhões de habitantes) elegeram deputados para a Assembleia Nacional Constituinte Francesa, paralelamente aos colonos que constituíam o "primeiro colégio" dos eleitores, os quais receberam uma representação desproporcional relativamente ao seu peso numérico (na AOF, 5 deputados, 1 para cada 5.000 pessoas contra 1 para 60.000-70.000 na França!). O general De Gaulle esperava através desta representação colonial, compensar o previsível crescimento da esquerda na França. Os colonos estavam conquistados; estes sujeitos colonizados votariam conforme o desejo da administração. Mas, o acontecimento não correspondeu a esta expectativa: a eleição no quadro do "segundo colégio" conduziu à eleição daqueles que haviam conduzido campanha pelo fim do regime colonial. No Senegal, onde o eleito do primeiro colégio (aqui predominantemente africano) foi o advogado Lamine Gueye, veterano na política nas "três comunas", cabendo a vitória no segundo colégio ao jovem licenciado em gramática Léopold Sédar Senghor, os dois eleitos filiaram-se ao Partido Socialista (SFIO, Seção Francesa da Internacional Operária); os eleitos da Guiné, Yacine Diallo, e do Daomé, Sourou-Migan Apithy, também se filiaram ao grupo socialista. Félix Houphouët-Boigny, eleito na Costa do Marfim e Fily Dabo Sissoko, eleito do Sudão-Niger, juntaram-se ao grupo comunista na Assembleia Nacional.

Assimilação e persistência do regime colonial

A primeira Constituição dispunha de uma maioria de esquerda (socialistas-comunistas) à qual se associou a maior parte dos eleitos autóctones de além-mar. A Constituição da qual o deputado do Senegal, Léopold Sédar Senghor fora, juntamente com Pierre Cot, um dos redatores, integrava as antigas colônias à República e introduzia o termo "União Francesa" mas, deixava aberta a porta para uma evolução rumo à independência.

A Constituinte votou, entre outras, a lei de 11 de abril de 1946 (conhecida por Lei Houphouët-Boigny), abolindo o trabalho forçado e a lei de 7 de maio de 1946 (conhecida por Lei Lamine Gueye), concedendo a cidadania francesa a todos os "ex-sujeitos" coloniais, além de diversas medidas extinguindo o "indigenato", o que permitia à administração infringir aos "sujeitos" sanções penais e estabelecer as liberdades de imprensa e de associação.

Esta Constituição suscitou uma violenta campanha de oposição da direita (representada no governo pelo Movimento Republicano Popular – MRP – social-cristão), do qual participaram a Igreja Católica, o Partido Radical--Socialista, o colonato e De Gaulle ele mesmo (que se demitira neste ínterim de seu posto de chefe de governo). A Constituição foi rejeitada por sufrágio universal e na segunda Constituinte, eleita em junho de 1946, a esquerda não mais alcançaria a maioria. A Constituição de outubro de 1946 – que se tornaria aquela da IVª República – compreende, relativamente à precedente, importantes recuos. A abolição do trabalho forçado e a outorga da cidadania não foram colocadas em causa, como teriam pretendidos os colonos mas, o texto constitucional suprimiu toda a possibilidade de evolução rumo à independência e deixou a porta aberta com vistas à manutenção do "duplo colégio" e à representação privilegiada dos colonos.

Por que os eleitos africanos aceitaram a "assimilação" das duas constituições e tê-lo-iam eles realmente feito? O assimilacionismo plantava, é bem verdade, raízes profundas, especialmente no Senegal. Mas, sobretudo, os eleitos africanos duvidavam, em relação ao "federalismo" defendido pela direita, das "autonomias" à moda sul-africana que teriam concedido o poder aos colonos, que eles esperavam, em contrário, poder combater com apoio de um poder central "de esquerda". Contudo, esta esperança não se concretizaria.

O desenvolvimento dos partidos

É neste contexto "assimilacionista" que os partidos políticos são criados na África Ocidental francesa. Convém todavia sublinhar que, contrariamente aos seus homólogos das colônias britânicas, estes partidos estavam associados a partidos franceses, por vezes como o seu prolongamento direto: tal é o caso do Partido Socialista, no tocante ao qual a Federação do Senegal dominaria a vida política desse território até 1948. Após 1947, o Agrupamento do Povo Francês (RPF) criado por De Gaulle, implantou-se essencialmente em círculos europeus e representou o partido dos "ultras" da colonização. Em 1949, sob a égide do MRP, detentor desde logo da carteira da França de além-mar, constituir-se-ia o Grupo Parlamentar dos Independentes de Além-Mar, apoiando-se antes e sobretudo, em comitês eleitorais, em detrimento de um apoio sobre um ou mais partidos (à exceção da Convenção Africana de Senghor, no Senegal).

O Partido Comunista, cujos princípios excluíam a criação de filiais no estrangeiro, limitara-se, nos anos 1944-1950, a animar "Grupos de Estudos Comu-

nistas" (GEC), reunindo franceses e africanos que impuseram para si a criação dos partidos ou movimentos da "frente anticolonialista" sob a denominação de partido "democrático" ou "progressista" puramente locais (Partido Democrático da Costa do Marfim, Partido Progressista Nigeriano...).

Frente à contra-ofensiva colonial desenvolvida no curso do verão de 1946, alguns africanos eleitos convocaram uma reunião de todos os partidos políticos em Bamako, em outubro de 1946. O ministro socialista da França de além-mar, Marius Moutet, instruiu o impedimento da realização do encontro por todos os meios. Ele fez pressão sobre os eleitos socialistas que haviam assinado o chamado ao encontro, objetivando que se abstivessem de participar; quanto aos delegados da África Equatorial francesa, eles não puderam se dirigir até ela. Todavia o congresso teve lugar, como previsto, desdobrando-se na criação, sob a presidência do Houphouët-Boigny, do Agrupamento Democrático Africano (RDA) federando partidos africanos locais, com base na luta anticolonial. Seus eleitos (7 para a Assembleia Nacional em novembro de 1946) coligaram-se aos grupos comunistas de diversas assembleias.

A Guerra Fria e as tentativas de restauração colonial

A presença de eleitos africanos nas Assembleias Francesas em nada influenciara a administração local. A Constituição previra o estabelecimento de assembleias locais: "Conselhos gerais" e, em seguida, em 1952, das "Assembleias territoriais"; entretanto, salvo no Senegal, as eleições ocorreram em "duplo colégio", contando com uma representação particular e exorbitante dos colonos; houve também uma assembleia em âmbito federal, o "Grande Conselho", eleito em sufrágio indireto pelas assembleias territoriais. De resto, o governador-geral e os tenentes-governadores conservavam a integralidade dos seus poderes, limitando-se as atribuições das assembleias a um papel meramente consultivo e ao voto do orçamento, amplamente pré-determinado em razão dos encargos das "despesas obrigatórias".

A deposição dos ministros comunistas na França (em maio de 1947) e os primórdios da Guerra Fria foram acompanhados por uma verdadeira política de restauração colonial que possuía seus representantes alhures: a guerra de reconquista na Indochina, a repressão ao movimento nacionalista em Madagascar, etc. Na AOF, a política de repressão concentrou seus esforços na Costa do Marfim, bastião do RDA. O líder do Partido Democrático da Costa do Marfim (PDCI, seção do RDA), Félix Houphouët-Boigny, médico africano

FIGURA 7.3 Congresso do RDA em Bamako, no ano de 1946. À direita, Félix Houphouët-Boigny; à esquerda, Gabriel d'Arboussier. (Foto: Archives CRDA, Paris.)

originário de uma família reinante do país baoulé, antigo chefe de cantão e grande plantador, fora em 1944 o criador do Sindicato Agrícola Africano, reunindo os plantadores africanos de café e de cacau. À época, eles encontravam-se envolvidos em um severo conflito com os colonos que haviam herdado do governo de Vichy importantes privilégios, tais como preços de compra preferenciais e o monopólio sobre a mão de obra, caracterizada pelo trabalho forçado, bem como sobre o equipamento. A burguesia agrícola marfinense que este sindicato representava defendia os seus interesses de classe, reivindicando a abolição dos privilégios de caráter racista e a supressão do trabalho forçado que lhe daria acesso à mão de obra até então reservada aos brancos. Mas, ao fazer isso, ela assim defendia os interesses das massas oprimidas pelo regime colonial e suscitou um profundo movimento de massas do qual o PDCI constituiu a expressão.

Para reduzir o "peso" da Costa do Marfim, o território do Alto-Volta, suprimido em 1932 e em grande parte anexado à Costa do Marfim, foi restaurado em 1947. Em seguida o governador Péchoux foi enviado à Costa do Marfim em fins de 1948, com a missão de "quebrar" o RDA. Em 1949 e 1950, ele recorreu à violência e a medidas de "limpeza" no curso das quais comunidades foram incendiadas e camponeses assassinados. Certo número de incidentes sangrentos ocorreu, sempre atribuídos ao RDA. Entre as vítimas figurava o senador Victor Biaka Boda, levado à condição de "desaparecido" e mais tarde encontrado, com o seu anel de condecorações dourado e alguns ossos queimados. Quase todos os dirigentes territoriais e locais foram presos, com exceção dos deputados Houphouët-Boigny e Ouezzin Coulibaly.

Em consequência destas brutais e opressoras medidas, Houphouët-Boigny cederia. Após contatos mantidos com François Mitterrand, membro do mesmo grupo (a UDSR, União Democrática e Socialista da Resistência) que o ministro da França de Além-Mar, René Pleven, o deputado Houphouët-Boigny decidiu, no final do ano de 1950, afastar-se dos grupos comunistas e aliou-se à política governamental, votando notadamente os créditos militares para a guerra da Indochina. Aos militantes e partidários do RDA, este redirecionamento foi apresentado como um "recuo tático" para colocar um fim à repressão. O secretário-geral do RDA, Gabriel d'Arboussier, e as seções do Senegal e do Níger recusaram-se a seguir esta mudança de rumo; as outras (notadamente aquelas da Guiné e do Sudão) resignaram-se a este desvio político, com o intuito de não quebrar a unidade do movimento.

O movimento popular e a marcha rumo à independência

Malgrado o recuo de Houhouët-Boigny, o movimento popular se manteve; a ação sindical e os movimentos grevistas dirigidos contra as persistentes medidas de discriminação racial (salários, estatutos, direito ao trabalho) desenvolveram-se a partir de 1951. Na Guiné, o Partido Democrático da Guiné (seção do RDA) dirigido pelo sindicalista Sékou Touré ampliou durante a campanha as suas bases populares, travando combate contra as chefias, engrenagens centrais da administração colonial. No Sudão francês, a União Sudanesa (seção do RDA), dirigida por Mamadou Konaté e Modibo Keïta, prosseguiu a sua resistência. A degradação da situação internacional e da situação colonial francesa (derrota de Diên Biên Phu na Indochina, independência da Tunísia e do Marrocos, início da guerra de libertação na Argélia) obrigou o governo francês

a fazer concessões e a antecipar-se aos pleitos por independência completa. A lei de enquadramento, elaborada em 1956 pelo ministro socialista da França de Além-Mar, Gaston Defferre, sem a menor consulta aos eleitos nem tampouco às Assembleias africanas, posta em vigor em 1957, concedeu aos territórios de além-mar uma "semiautonomia", com um "conselho de governo" presidido pelo governador e por um vice-presidente africano eleito pela maioria na Assembleia. Mas, nada similar fora implementado no plano federal. O governo francês que acentuara até então a centralização, em benefício do governo-geral, preparava-se para dissociar as federações "demasiado pesadas economicamente, administrativamente e politicamente[19]". O objetivo era associar e comprometer os dirigentes políticos africanos com a política colonial, sem conceder-lhes verdadeiras responsabilidades.

A lei de enquadramento não pôde constituir-se em obstáculos às aspirações por independência, claramente expressas pela primeira vez por um novo partido, de inspiração marxista e apoiado principalmente em estudantes retornados da França, o Partido Africano da Independência (PAI). A independência continuou a ser popularizada, tanto na França quanto na África, pelos estudantes da Federação dos Estudantes da África Negra na França (FEANF)[20] e da União Geral dos Estudantes da África Ocidental (UGEAO). A aspiração por unidade – após o fracasso de uma fusão com o RDA – conduzia às formações políticas originárias dos Independentes de Além-Mar e do Partido Socialista à fusão no seio do Partido do Reagrupamento Africano (PRA), cujo congresso, organizado em Cotonou, no mês de julho de 1958, votou uma moção exigindo a imediata independência.

Neste interlúdio, em maio de 1958, o general De Gaulle retomara o poder e enterrara a IVª República. A nova Constituição elaborada aos seus cuidados, a ser sancionada em 28 de setembro de 1958 por um referendo na França e nos territórios e departamentos de além-mar, dava um passo suplementar ao conceder a autonomia aos territórios transformados em repúblicas, com um presidente eleito em substituição ao governador. A "União Francesa" era substituída pela "Comunidade Francesa"; mas, o governo francês conservava toda uma série de atribuições essenciais e a independência era explicitamente apresentada como incompatível com o pertencimento à Comunidade Francesa.

---

19 P. H. TEITGEN, antigo ministro dos Territórios Franceses de Além-Mar, citado por F. ANSPRENGER, 1961, p. 245.

20 Para uma interessante e mais detalhada discussão acerca do papel dos movimentos estudantis africanos na evolução política e social da África de 1900 a 1975, ver UNESCO, 1993.

De Gaulle submeteu as suas novas proposições ao voto na África francesa e a administração colonial conseguiu impor um voto favorável, inclusive no Niger, cujo governo, dirigido pelo sindicalista Bakary Djibo, convocara a votar "não". A administração, em contrário, não logrou êxito na Guiné, onde o *não* totalizou mais de 80% dos votos, proclamando a sua independência em 2 de outubro de 1958. Esta escolha condenava imediatamente a Comunidade, malgrado a oposição vigorosa de Houphouët-Boigny. A Constituição, fazendo desaparecer a AOF como unidade política, consagrara a "balcanização" do conjunto francês. O Senegal e o Sudão francês tentaram nela apoiar-se criando uma "Federação do Mali", à qual o Alto-Volta e o Daomé foram primeiramente associados mas, eles a deixariam em breve e sob a pressão marfinense. Reduzida a dois membros, a Federação do Mali requereu a sua independência (em setembro de 1959) e a França foi obrigada a resignar-se em aceitá-la no dia 20 de junho de 1960, ao preço de uma revisão da Constituição. Os outros Estados seguiram o movimento e a sua independência foi proclamada durante o mês de agosto (Daomé: 1º de agosto; Níger: 3 de agosto; Alto-Volta: 5 de agosto; Costa do Marfim: 7 de agosto), contudo e no tocante à Mauritânia, a independência não foi proclamada senão em 28 de novembro.

O Togo, em razão do seu estatuto, seguira um caminho particular. O Comitê pela Unidade Togolesa (CUT), dirigido desde 1946 por Sylvanus Olympio, e a Juvento (Juventus Togo), criada em 1951, reivindicavam desde então a unidade e a independência. A unidade foi rejeitada pelo Togo britânico na ocasião do referendo realizado em 9 de maio de 1956 o qual, por 58% dos votos consagrou a anexação à Costa do Ouro. A independência (*Ablode*) continuara como palavra de ordem, malgrado a fraude eleitoral permitiu à administração francesa conceder, até 1958, a maioria aos seus agentes. O duplo colégio foi suprimido em 1952 e um "conselho de governo" (com 5 entre 9 membros eleitos) criado em 1955; em julho de 1956, o Togo recebeu o estatuto de "República autônoma"; o CUT ganhou as eleições de 1958 e a independência foi proclamada em 27 de abril de 1960, contando com Sylvanus Olympio na qualidade de primeiro presidente.

Deriva do que precede que, contrariamente ao que se passou na África Ocidental britânica, foi o governo francês que determinou de fato a concessão e o calendário na independência na África Ocidental francesa, e não os nacionalistas africanos. Antes de tudo, se o governo francês tivesse sido tão tolerante com os partidos políticos – em particular em relação ao RDA mas também posteriormente com o Partido Africano da Independência – quanto os britânicos o foram no tocante aos seus, as colônias da África Ocidental francesa teriam, sem dúvida alcançado a sua independência antes que as colônias britânicas. Mas,

FIGURA 7.4 Sylvanus Olympio, presidente do Togo, proclamando a independência do seu país, em 27 de abril de 1960. (Foto: AFP Photo, Paris.)

permanecendo ligada à ilusória ideia da União Francesa e, posteriormente, à Comunidade Francesa, a França descartou completamente qualquer ideia de independência total até a chegada ao poder do general De Gaulle, em 1958. E, inclusive neste momento, em razão de a Guiné ter denunciado a trama de De Gaulle e devido às transformações políticas que se produziam, ao mesmo tempo, nos países vizinhos da África Ocidental de língua inglesa, que De Gaulle e os seus conselheiros aceitaram o inevitável e ofereceram a independência, praticamente de bandeja, a todas as colônias francesas da África no curso do fatídico ano de 1960 (com exceção do Djibuti e das ilhas do oceano Índico que obtiveram a sua independência mais tarde).

O movimento operário e os sindicatos

A persistência da economia de tráfico e a preponderância da pequena agricultura, explicam que, apesar dos progressos da indústria e dos serviços, entre 1946 e 1960, a classe operária permanece numericamente reduzida para a OAF e o Togo, 245.538 assalariados em 1947, 412.810 em 1957 (funcionários e

empregados domésticos excluídos), ou seja, para 1957, 2% da população. A proporção seria um pouco mais importante se incluíssemos os funcionários, cujo peso relativo no movimento sindical é desproporcional ao seu número: as "elites" administrativas (aqui compreendidos professores, médicos-funcionários) desempenham um papel determinante no movimento sindical e a ele oferecem frequentemente responsáveis oriundos das suas fileiras.

Nos territórios britânicos, os sindicalistas formaram-se na tradição dos Trade Union Congress (TUC) britânicos muito amiúde com o patrocínio da administração e impregnados de um espírito de colaboração com esta última e os empregadores. Entretanto, eles dificilmente escapam ao treinamento nacionalista. Em certos casos, são inclusive eles próprios que tomam a iniciativa, como os sindicalistas das estradas de ferro Sekondi Takoradi, na Costa do Ouro no curso dos anos.

Neste país, os TUC estabeleceram muito rapidamente uma estreita ligação com o CPP: em janeiro de 1950, para sustentar a sua campanha de "ação positiva", eles convocam a greve geral.

Na Nigéria, a estreita aliança entre o Nigerian Trade Union Congress e o NCNC não se manteria além do ano de 1951. O movimento sindical nigeriano permanece caracterizado pelo seu esfacelamento e a sua divisão em organismos rivais; os elementos radicais ali jamais desempenhariam um papel de primeira linha.

Nos territórios franceses, os sindicatos são, desde o princípio até 1957, majoritariamente filiados à Confederação Geral do Trabalho (CGT) francesa, gozando de larga autonomia de fato sob a direção de um Comitê de Coordenação das Uniões de Sindicatos Confederados da AOF. Numerosos responsáveis sindicais da CGT são, simultaneamente dirigentes políticos no seio do RDA, inclusive após 1950 (Sékou Touré na Guiné, Bakary Djibo no Niger). A Federação dos Ferroviários da AOF é autônoma mas, permite a liberdade de filiação aos seus sindicatos. Dessa forma, em 1947, o sindicato de Abidjan-Niger da Costa do Marfim está filiado à CGT, aquele do Benin-Niger do Daomé está afiliado à Confederação Francesa dos Trabalhadores Cristãos (CFTC), que ele abandona em 1948 após as pressões exercidas pelos dirigentes franceses, objetivando a sua volta ao trabalho. Os sindicatos cristãos, filiados à CFTC, são muito minoritários e não existem senão onde se manifesta a influência das missões, como no Daomé e na Costa da Guiné. A cisão do movimento sindical francês, em 1948, não teve nenhuma influência na África, visto que os sindicatos africanos permaneceram quase todos filiados à CGT, quanto à Força Operária (FO), confederação dissidente, ela não reuniria senão os europeus.

Na medida em que a luta sindical dirige-se essencialmente contra a administração colonial e um patronato europeu, comportando as suas reivindicações medidas que visam principalmente eliminar as discriminações raciais em matéria de salários, de *status* e de direitos sociais, esta luta integra-se ao combate anticolonial em termos gerais, recebendo o apoio de toda a população africana. Tal é o caso da greve dos ferroviários africanos de 1947-1948, a qual não poderia ter durado mais que cinco meses se não tivesse contado com este apoio. No decorrer deste conflito, a administração visava, com a sua intransigência, quebrar o movimento sindical, objetivo não consumado, levando-a a rever a sua decisão de demitir os grevistas. Ocorreu o mesmo com os movimentos grevistas de 1952, 1953 e 1955, motivados pela demanda da adoção do Código Trabalhista de além-mar e, em seguida, após a sua aprovação pelo Parlamento, em favor da sua entrada em vigor, retardada pelas pressões do patronato.

Somente em 1956, por iniciativa de Sékou Touré, foi criada uma Confederação Geral do Trabalho Africano (CGTA), a qual recebe um discreto apoio em razão do seu aparente controle a distância pela direção do RDA. A administração colonial tentou retirar a influência da CGT junto aos sindicatos, conduzindo-os a colaborar consigo. A CGT tomou a iniciativa ao convocar em prol da constituição de uma central sindical africana independente, reunindo todos os sindicatos, convocação atendida por todas as organizações sindicais (CGT, CGTA, ferroviários autônomos e sindicatos cristãos), excetuando-se a FO. Mas, os sindicatos cristãos recuaram quase de imediato das suas posições, criando uma Confederação Africana dos Trabalhadores Crentes (CATC), fórmula que lhes pareceu capaz de atrair os muçulmanos. O chamado à União concretizou-se finalmente com o congresso organizado em Cotonou, em janeiro de 1957, encontro que criou a União Geral dos Trabalhadores da África Negra (UGTAN), sob a direção de Sékou Touré. A UGTAN não sobreviveria às independências, cada Estado tendo rapidamente atuado no sentido de subtrair à central nacional toda influência externa.

O papel dos movimentos culturais e religiosos

A afirmação da personalidade africana, inerente ao combate anticolonial, deveria tomar necessariamente uma dimensão cultural; por razões relativas à herança colonial e às condições materiais, esta afirmação tornou-se concreta, principalmente, sob a forma literária e no âmbito do idioma do colonizador.

Tratava-se em si de um novo fenômeno, na medida em que, antes de 1946, esta expressão se mantivera extremamente limitada e canalizada em formas aceitáveis aos olhos do regime colonial[21].

Em 1947, em Paris, foi lançada a revista *Présence Africaine*, por Alioune Diop, universitário senegalês convertido ao catolicismo, durante certo tempo senador socialista do Senegal. Esta revista, em torno da qual se criou a Sociedade Africana de Cultura, não era politicamente contestadora mas, a sua afirmação em favor de uma personalidade cultural africana consistia em si mesma uma contestação da ideologia e do modelo coloniais. Neste mesmo ano, L. S. Senghor, homem político e também poeta, publicava a sua primeira antologia. Ele desenvolveu, consecutivamente, o conceito de "negritude", tomado por empréstimo a uma fórmula lançada em 1932 por Aimé Césaire e remodelada por Sartre. Este conceito foi, desde a sua criação, vigorosamente contestado pela corrente revolucionária dirigida por Gabriel d' Arboussier.

Em contraste a esta afirmação cultural que não colocava em questão a ordem estabelecida, uma poesia militante e vigorosamente anticolonial surgia entre 1947 e 1950, nas colunas do jornal Réveil, publicado na cidade de Dakar e órgão de expressão das ideias do RDA: nele apareceram poemas de Bernard B. Dadié, Jean Malonga, Fodeba Keita. Este último prolongou a sua ação ao criar, nos anos 1950, balés africanos de sua autoria, modelando a partir de um pano de fundo africano uma nova forma de expressão cultural. Os discos com poemas de Fodeba Keita, acompanhado pelo violão de Kanté Facéli, foram proibidos e julgados subversivos na AOF.

David Diop manteve esta corrente literária durante os anos 1950 e foi ainda no curso destes anos que ele se expressou através do romance, de forma menos "militante" mas, igualmente crítica, compondo uma sátira da realidade colonial. Entre estes novos romancistas, é importante citar os camaroneses Mongo Beti e Ferdinand Oyono, bem como o senegalês Ousmane Sembene, aos quais se juntou Bernard B. Dadié, já mencionado. Seu veterano "irmão mais velho", o senegalês Abdoulaye Sadji, escritor desde antes de 1940 cujas obras não seriam editadas senão tardiamente, circunscreveu-se à crítica dos costumes. Mais ambígua foi Camara Laye, cuja obra folclórica e idílica apagava inteiramente a realidade colonial.

Encontramos esta orientação anticolonial na Costa do Ouro, junto a George Awoonor e De Graft-Johnson, e muito menos intensamente – antes de 1960

21 Encontraremos, no capítulo 19, uma análise mais detalhada das correntes literárias.

– na Nigéria, onde a obra de Amos Tutuola permanecia folclórica e a literatura popular, dita de Onitsha, era mais moral que política.

À imagem dos movimentos culturais, os movimentos religiosos refletiam, ao mesmo tempo, as mudanças sociais e políticas, por vezes acompanhando-as ativamente. O desenvolvimento das relações favoreceu o progresso das religiões universalistas, em detrimento dos cultos locais; o islã, menos comprometido que as confissões cristãs em relação ao regime colonial, viria a beneficiar-se de forma preferencial deste contexto. Se as velhas confrarias muçulmanas senegalesas, por muito tempo suspeitas, haviam sido integradas pela ordem colonial, quanto às novas confrarias, estas deveriam enfrentar novamente a desconfiança. Tal foi o caso, no Sudão francês (Mali), do hamalismo, em si apolítico mas, levado pela perseguição a aproximar-se do movimento anticolonialista (neste caso o RDA).

A igreja católica, a mais implicada, ao menos nas possessões francesas, com o sistema colonial, permaneceu até o início dos anos 1950 ligada aos elementos mais fortemente colonialistas. Ela denunciou o RDA como agente do "comunismo ateu", contudo, é interessante notar que os dirigentes do RDA eram, muito frequentemente, muçulmanos ou católicos praticantes!

A mudança de posição foi tomada tardiamente, com a encíclica *Evangeli praecones* (2 de junho de 1953). Frente ao avanço nacionalista, a Igreja Católica sentiu a necessidade de modificar as "estruturas coloniais das missões" (divisão do território em "feudos" pelas congregações, reticências em promover um clericato autóctone). Na África francesa, a hierarquia episcopal foi introduzida em 1955; ao passo que a Igreja Anglicana dera há muito tempo espaço a dirigentes eclesiais não brancos, os primeiros bispos africanos católicos não seriam promovidos senão em 1956, no Daomé e no Alto-Volta e, ainda mais tardiamente, somente em 1957 na Costa do Ouro.

A África Ocidental portuguesa: a Guiné Bissau e as ilhas do Cabo Verde

Enquanto as colônias britânicas e francesas da África Ocidental haviam todas alcançado a sua independência em 1965, a Guiné Bissau e as ilhas do Cabo Verde, assim como as duas outras colônias portuguesas, Angola e Moçambique, não conseguiriam derrubar o colonialismo português senão em 1973 e 1974. Ademais, embora a conquista da independência nas outras colônias da África do oeste tenha, em seu conjunto, sido pacífica mediante a realização de mesas-redondas e debates entre partidos, no que tange à África portuguesa, por sua

vez, ela foi longa, violenta e sangrenta, transformando-se em uma verdadeira guerra de libertação. A explicação das características que assim tomou a luta anticolonial na África portuguesa deve buscar as suas raízes nos princípios e nas práticas do colonialismo português, assim como na natureza dos movimentos nacionalistas.

Desde o início, Portugal, assim como a França, considerou as suas colônias (tal como amplamente demonstrado no volume precedente desta obra) não como colônias mas como províncias portuguesas de além-mar. Enquanto os franceses renunciavam a esta política, errônea e irrealista, ao longo dos anos 1950, Portugal agarrava-se a ela até as últimas consequências – com um fanatismo e uma cegueira crescente – malgrado a evidente progressão do nacionalismo africano. Assim, enquanto a França abandonava ações repressivas e violentas, características dos anos 1940, para então recorrer a negociações pacíficas e mesmo ao voto, os portugueses, por sua vez, mantinham uma política que consistia em preservar por todos os meios a integridade do seu império.

Um outro aspecto do colonialismo português era o estado em que se encontravam, nos anos 1950, as suas colônias africanas em geral e, particularmente, aquelas situadas na África Ocidental. Em razão das características próprias ao colonialismo português (um "subimperialismo", ele próprio sob dependência estrangeira desde o século XVIII) e ao fascismo, no poder desde 1926, elas apresentavam um considerável atraso comparativamente aos países vizinhos da África Ocidental: nenhuma instalação (nem linha férrea ou estrada), uma primitiva economia de tráfico dominada por monopólio, aquele da Companhia União Fabril (CUF). Oficialmente consideradas "províncias portuguesas" desde 1930, estas duas colônias carregavam os estigmas do mais atrasado colonialismo; atrás de uma fachada "assimilacionista" se dissimulava a mais brutal discriminação. Na Província da Guiné dos anos 1950, em meio milhão de habitantes e após "cinco séculos de presença portuguesa", 8.320 pessoas (das quais 2.263 brancos e 4.568 mestiços) gozavam de direitos políticos (os quais, no final das contas, permaneciam totalmente formais!) com o estatuto dos "civilizados". Somente um ínfimo total de 1.478 autóctones (0,3% da população) beneficiava-se deste estatuto! O branco, mesmo que fosse analfabeto (situação recorrente entre os portugueses) era *ipso facto* "civilizado"; enquanto o negro, pelo contrário, devia saber ler e escrever o português, praticar regularmente a religião católica e ser benquisto pelo colonizador.

Nas ilhas do Cabo Verde, super habitadas e devastadas por fomes periódicas (20.000 mortos entre 1940-1943 e 30.000 mortos entre 1944-1948, para uma população equivalente a menos de 150.000 habitantes na época), a população

originária do continente estava inteiramente "assimilada" e Portugal lá recrutava os quadros subalternos a serem alocados nas suas outras colônias da África. Haja visto o limitadíssimo número de estabelecimentos de ensino superior, não havia classe média ou burguesia para conceder a quem quer que fosse impulso ou inspiração. E, como os portugueses estavam determinados a reprimir qualquer agitação anticolonial, pelos meios mais extremados, foi somente ao fim dos anos 1950 que partidos políticos começaram a aparecer na África portuguesa.

Em 19 de outubro de 1956, o agrônomo de origem cabo-verdiana (embora nascido na Guiné) Amilcar Cabral, com cinco companheiros, criava em Bissau o Partido Africano de Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). De 1956 a 1959, a sua atividade concentrou-se nas cidades e ele empregou meios pacíficos. Todavia, consecutivamente à brutal repressão empreendida contra a greve ilegal dos trabalhadores das docas, por ele organizada em agosto de 1959 e durante a qual mais de cinquenta estivadores foram mortos e numerosos outros feridos, o PAIGC decidiu então abandonar os seus métodos pacíficos em favor da luta armada. Em função disso, ele não somente distanciou-se das cidades para conduzir as suas atividades na mata mas, igualmente, concebeu novos métodos e um programa político inédito, um conjunto de táticas de libertação com o objetivo de conquistar a confiança das massas camponesas, então apáticas, para a ideia de alcançarem a sua independência, edificando assim uma nova nação. Como Cabral dizia aos seus quadros: "Lembrai-vos sempre que as pessoas não combatem por ideias, para que germinem no espírito de seja lá quem for. Eles combatem por vantagens materiais, para melhor e em paz viverem, para sentirem evoluir as suas condições de vida, para assegurar o porvir das suas crianças" e aqui reside a razão pela qual era imprescindível que estes quadros "praticassem a democracia revolucionária [...] mantivessem frequentes reuniões [...] nada escondessem das massas populares [...] jamais mentissem [...] e não se gabassem de vitórias fáceis[22]". Entre 1961 e 1963, os jovens militantes partidários de Cabral, em sua maioria com idade inferior a 25 anos ou, inclusive, mais jovens, trabalharam clandestinamente nas comunidades, ensinando aos habitantes não lhes ser possível eliminar as suas dificuldades locais, senão trabalhando e combatendo para livrarem-se do sistema colonial português, em sua totalidade.

Após este esforço de educação e de organização, o PAIGC lançou a sua luta armada em 1963. Começando com "pequenos grupos de guerrilha nas propícias regiões de mata fechada ou de floresta", ele aumentou-os numerica-

22 Citado por B. DAVIDSON, 1980, pp. 10-11.

FIGURA 7.5 Mulheres combatentes do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAICG). (Foto: Le Nouvel Afrique-Asie, Paris.)

mente e transformou-os, pouco a pouco, em "unidades importantes que, não localizadas, estavam disponíveis para rápidos movimentos em longas distâncias e estavam aptas para o combate[23]". Ativamente apoiados e ajudados pela população camponesa, estas unidades móveis cresceram em tamanho e poder de fogo, aprendendo a utilizar toda espécie de armas, inclusive mísseis de longo alcance, embora os seus membros fossem, em sua maioria, analfabetos. Assim que eles haviam liberado uma zona, eles ali aplicavam a sua política de libertação. Por um lado, eles expulsavam todos os funcionários e comerciantes coloniais, aboliam todos os impostos e direitos coloniais e punham termo ao trabalho forçado e às plantações obrigatórias. Por outro lado e aqui é notório residir o aspecto mais positivo, eles instauraram um novo sistema comercial e criaram escolas e postos de saúde na mata lá onde antes jamais houvera, dotando-os de pessoal de formação e intervenção em saúde recrutado em meio a homens e mulheres muito amiúde formados na Europa ou em Cuba. Ainda mais importante, em termos políticos, o PAIGC implantou uma verdadeira democracia nas zonas libertas. A população foi incitada a eleger comitês representativos aos quais foram

23 Ibid., pp. 13-14.

confiadas as responsabilidades administrativas locais. Cabral resumiu nestes termos a estratégia empregada contra os portugueses: "Para dominar uma zona determinada, o inimigo é obrigado a dispersar as suas forças. Dispersando-as, ele enfraquece os seus dispositivos e nós podemos vencê-lo. Para se nos proteger, ele deve, portanto, concentrar as suas forças. Entrementes, ao fazê-lo, é-nos possível ocupar as zonas inimigas liberadas e ali desenvolver um trabalho político cuja natureza conduz a impedir o seu retorno[24]."

Graças a esta tática assim como contando com o apoio de certos habitantes das ilhas do Cabo Verde, de alguns países africanos e, sobretudo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e de Cuba, o PAIGC fez constantes progressos. Em que pese um considerável crescimento numérico de suas tropas, cujos efetivos aumentaram de 1.000, em 1961, para mais de 30.000 soldados, em 1967, não foi possível, aos portugueses, bloquear o PAIGC. Malgrado o ativo suporte financeiro e militar oferecido a Portugal por todas as grandes potências ocidentais e pelos outros Estados membros da OTAN, o PAIGC alcançara, em 1967, o controle de dois terços da Guiné. Embora eles tenham posteriormente reforçado o seu exército, aos portugueses não foi factível derrotar os africanos e, inclusive, o cínico assassinato de Amilcar Cabral, em janeiro de 1973, não pôde derrubar o movimento de conquista da libertação. No dia 27 de setembro de 1973, o PAIGC proclamou a independência de Guiné Bissau. Convém notar que a humilhação e a desmoralização a que foram submetidos os soldados portugueses na Guiné Bissau, bem como em Angola e em Moçambique, desde então incorporados ao ideário de libertação que se propagava na África, todos estes fatores incitaram os soldados portugueses a derrubarem o regime opressor de Salazar, no interior do próprio Portugal, em abril de 1974. O novo regime não somente confirmou a independência da Guiné Bissau mas, também foi ele quem concedeu a independência a Angola e ao Moçambique, em 1975.

O PAIGC reivindicava a união da Guiné e das ilhas do Cabo Verde, em razão da origem comum de sua população. As condições geográficas das ilhas não tornaram possível uma resistência similar àquela ocorrida na Guiné (uma tentativa de sublevação, em Praia no ano de 1962, desembocaria em um fracasso) mas, após a queda do fascismo português, a organização até então clandestina do PAIG tomou em mãos os destinos do país. Coube ao sucessor de Cabral no secretariado-geral do PAIGC, Aristides Pereira, negociar a independência em

24 Ibid., p. 14.

setembro de 1974, tornando-se assim o primeiro presidente da República do Cabo Verde.

A Libéria

Em 1945, embora a Libéria fosse um dos quatro Estados independentes da África a ser, em princípio, mestre do seu destino, na prática, ela se tornara uma neocolônia dos Estados Unidos. A administração e as riquezas do país eram integralmente dominadas pela comunidade americano-liberiana, habitantes relativamente circunscritos a distritos costeiros, a pequena oligarquia no poder exercia uma discriminação frente à esmagadora maioria dos cidadãos, por sua vez, habitante do interior do país, ela os desprezava, dando-lhes a impressão de completo isolamento e de estarem sendo explorados.

No exterior, a Libéria, tal como os outros Estados da África, na ocasião já independentes, não possuía qualquer contato com a maré montante do anticolonialismo circundante e tampouco fazia o menor esforço para oferecer dirigentes aos Estados coloniais africanos que aspiravam à independência. No plano econômico, o país estava no limiar da falência e, citando Mazrui e Tidy, "permanecia de rabo preso com os Estados Unidos, submetido a um imperialismo econômico mais potente que aquele passível de imposição pelos Estados coloniais europeus à África[25]". Felizmente, esta situação assaz desoladora sofreria profundas mudanças graças aos esforços de um só homem, William Vacanarat Shadrach Tubman que alcançou a presidência em 1944, permanecendo no poder até a sua morte em 1971[26].

Adotando uma política econômica de liberação de barreiras e desejando romper o domínio que a Firestone Rubber Company exercia sobre a economia do país, Tubman conseguiu atrair, sobretudo provenientes dos Estados Unidos, investidores estrangeiros cujos números passariam de 1, em 1925 para 25, em 1960, alcançando 38 em 1966[27]. Isto provocou uma diversificação das atividades econômicas que, em lugar de limitarem-se à produção do látex e à fabricação da borracha, estenderam-se ao planejamento e à construção de portos artificiais na cidade de Monróvia, à extração do minério de ferro em Bomi Hills, nas montanhas Nimba e de igual forma em outras regiões e, à criação de indústrias

25 A. A. MAZRUI e M. TIDY, 1984, p. 29.

26 J. G. LIEBENOW, 1969, p. 73.

27 J. B. WEBSTER e A. A. BOAHEN, 1980, p. 373.

de pequeno porte, como a produção de cimento. Em 1966, o valor das receitas obtidas com a exportação do minério de ferro, por seu lado, atingiram 112 milhões de dólares, contra 30 milhões tocantes à exportação da borracha. Em 1978, a Libéria tornara-se a maior produtora de minério de ferro da África. Esta evolução provocou a construção de uma malha rodoviária de mais em mais importante que, em muito, acelerou a abertura rumo ao interior. Segundo Liebenow, esta ascensão produziu "uma transformação radical do modo de vida das populações tribais que, até recentemente, encontravam-se estreitamente ligadas a uma economia de subsistência e não se poderiam oferecer quaisquer dos produtos materiais da ocidentalização[28]". Tubman empreendeu, igualmente, orientar o comércio da Libéria para novas destinações que já não mais eram exclusivamente americanas. Lá, uma vez mais, este fluxo apresentou certo sucesso, pois que a parte relativa às exportações liberianas, dirigidas aos Estados Unidos, passou de 90%, em 1950, para aproximadamente 60% em meados dos anos 1970; no tocante às importações, elas regrediram de quase 70% a menos de 50% entrementes.

Conquanto adotasse, em matéria econômica, uma política de liberação de barreiras, Tubman prosseguiu uma política de coadunação, integrando e unificando nacionalmente os domínios político e social, objetivando essencialmente a eliminação da clivagem e da confrontação seculares entre a oligarquia americano-liberiana e a massa autóctone da população. Tomando emprestadas as suas próprias palavras: "Falta-nos destruir todas as ideologias que tendem a dividir-nos. Nós devemos esquecer o americano-liberialismo e engajarmo-nos todos em uma nova era de justiça, de igualdade, de honestidade e de igualdade de oportunidades para todos, de qualquer região do país da qual proviessem e de qualquer que fosse a sua tribo, o seu clã, o seu elemento, a sua crença ou o seu *status* econômico."

Tubman deu, ele próprio, o exemplo, adotando um nome africano, vestindo--se à moda africana com o tradicional traje e encorajando a arte e a dança autóctones. Ele integrou progressivamente liberianos autóctones instruídos à administração local e, em 1966, segundo fonte autorizada, estes últimos asseguravam, por pouco que não completamente, a direção de seus escritórios nas províncias. Tubman afastou aqueles incompetentes ou corrompidos, em alguns casos, até mesmo os seus mais próximos parentes. Ademais, ele estendeu à população autóctone o direito de ser representada no Parlamento e participar

28 J. G. LIEBENOW, 1969, p. 79.

FIGURA 7.6 William Tubman, presidente da Libéria, em setembro de 1956. (Foto: AFP Photo, Paris.)

das eleições legislativas, outrossim, ele modificou a composição da Câmara de Representantes para nela incorporar liberianos em maior número provenientes do interior. Tornou-se, além disso, regra nomear autóctones qualificados a postos apropriados. No plano social, estabelecimentos de ensino foram em maior número colocados ao dispor da população das comunidades interioranas, notadamente graças à abertura, pela Igreja Episcopaliana, com o apoio das missões metodista e luterana de Gbarnga, do Cuttington College, mais de 150 quilômetros no interior das terras, ao passo que estas mesmas igrejas criavam escolas primárias em outros distritos.

Muito se realizou na Libéria durante o período considerado. Em 1960, contudo, o resultado ainda não era satisfatório. A vida no país continuava a ser dominada pela elite americano-liberiana e a política de integração e unificação nacional não progredira entrementes de forma suficiente. Obviamente, a economia conhecera um notável revigoramento e influxo de crescimento mas, este crescimento não se acompanhara de um real desenvolvimento e a dependência *vis-à-vis* do capitalismo internacional inclusive acrescera-se, em razão da subserviência das políticas de exploração dos recursos minerais aos interesses dos investidores estrangeiros. Em suma, em 1960, a Libéria ainda trilharia um longo caminho, ainda que fora para reduzir o seu atraso comparativamente aos novos Estados independentes da África. Infelizmente, no curso das duas posteriores décadas, nem Tubman e tampouco o seu sucessor chegariam a realmente impor as mudanças necessárias, quadro este que se desdobrou no golpe de Estado militar, em 12 e 13 de abril de 1980, evento a constituir-se em ponto de inflexão e marco do fim de uma era, aquela do True Whig Party.

Conclusão

O período de 1945 a 1960 marcou uma reviravolta na história da África Ocidental em particular e, naquela referente à África ao sul do Saara, em termos gerais. Partindo de uma situação em que o colonialismo parecia inexpugnável, chega-se, em apenas quinze anos, à sua liquidação não somente em grande parte da África Ocidental mas, inclusive em importantes regiões da África central e oriental. A análise que precede demonstra, com efeito e muito claramente que, no caso da África Ocidental britânica e no que diz respeito à África portuguesa, a iniciativa foi inteiramente imputável aos próprios africanos. Isto se mostrou também verdadeiro em relação à África francesa, até a ascensão De Gaulle ao poder. Também se trata de uma verdade que, no desenrolar deste período,

o tom tenha sido dado, na África Ocidental, pelas colônias britânicas em seu conjunto e, em específico, pela Gana de Nkrumah, enquanto na África francesa, este papel coube à Guiné, de Sékou Touré. A partir de 1957, não somente a vitória de Gana jamais deixou de inspirar os seus vizinhos, como também insuflou e acelerou a revolução de independência em toda a África subsaariana. Se Sékou Touré não houvera adotado uma atitude de coragem e desafio, apoiado em plenitude pelos operários e estudantes, a África francesa apresentaria, sem dúvida, uma fisionomia muito diferente daquela por ela oferecida nos dias atuais. É precisamente no momento atual que se reconhece inclusive a importância do papel desempenhado pelos estudantes e sindicatos na luta pela independência, especificamente no tocante à África francesa. Outro traço significativo desta luta pela independência reside no fato de ela marcar uma transferência de poder, não em favor da elite dominante tradicional, como os britânicos em particular haviam planejado mas, em favor dos nacionalistas da classe média e, em certos países como Gana, não propriamente da camada superior desta formação social mas, antes dos seus extratos inferiores, compostos pelos *verandah boys* [plantões de varanda], adolescentes de escolaridade primária concluída, funcionários subalternos, professores e pequenos comerciantes. Enfim, a luta pela independência teve um impacto considerável sobre a Europa, fenômeno igualmente reconhecido nos dias atuais. A ascensão de De Gaulle ao poder e a derrubada da ditadura fascista e racista de Salazar em Portugal constituíram-se subprodutos diretos do combate anticolonial na Ásia e no noroeste da África, igualmente, como demonstrado por Ali A. Mazrui, estes subprodutos mudaram todo o curso da história europeia.

Para retomar nossa hipótese inicial, a luta pela independência nasceu em um mundo que vira a derrota do fascismo e do nazismo, ambos fundados no racismo e na negação dos direitos e da liberdade dos homens. Os felizes desdobramentos do combate suscitaram grandes esperanças na África. É mister estabelecer em quais medidas e parâmetros estas esperanças teriam sido coroadas? Consiste nesta questão a temática à qual os ulteriores capítulos do presente volume esforçar-se-ão em responder.

CAPÍTULO 8

A África Equatorial do oeste

Elikia M'Bokolo

Somente paradoxos para a África Equatorial, no desenrolar deste longo "percurso de combatente" em que se transformou o processo de descolonização! Da mesma forma, mal-entendidos em curso e desilusões, eis o produto encontrado, uma vez ultrapassadas as etapas, aparentemente, as mais rudes e mais decisivas!

Primeira a cair sob o jugo do colonialismo, a África Equatorial também foi uma das primeiras partes do continentes a emancipar-se. Pois vejamos, não seria da própria época das "descobertas" que dataria a intromissão insidiosa de Portugal sobre o reino do Congo e sobre Angola? E, enquanto o imperialismo moderno ganhava luz, ao fim do século XIX, não seria na bacia do Congo que ele oportunamente afirmar-se-ia, erigindo, desde 1885, ao término da conferência de Berlim, este estranho edifício jurídico e esta inesgotável fonte de riquezas em que se constituiu o "Estado Independente do Congo"? Ora, pois seria preciso esperar 1975, quinze anos após a grande onda das independências, para confirmar a conclusão da emancipação nesta região.

Terra de crueldades inauditas no início da colonização, a África Equatorial inventou os métodos, as técnicas e as ideologias, as mais diversas, para conquistar a sua liberdade. Com razão, a virada do século XIX para o século XX permanece marcado, em todas as memórias, na qualidade de período mais doloroso. A contestação anticolonial "aqui floresceu de cem flores[1]" e ilustrou-se em todos

1 Segundo a fórmula de Mao Zedong: "Que cem flores desabrochem!", M. ZEDONG, 1967.

os registros: insurreições camponesas, messianismos político-religiosos, agitação política e parlamentar, greves e revoltas urbanas, ou guerras populares de libertação.

Subsistem os mal-entendidos. Raramente, os colonialismos se ligaram tão fortemente à sua presa. Assim, Brazzaville, símbolo da liberdade durante a guerra, foi o teatro, em 1944, de uma das mais hábeis manobras do colonialismo francês pois, conquanto afirmasse a sua vontade em transformar profundamente as práticas coloniais, as autoridades reunidas na "capital da França livre" decidiram "excluir qualquer ideia subjacente à autonomia, qualquer possibilidade de evolução fora dos limites do bloco francês do império [e] a eventual constituição, mesmo longínqua, de *self governments* nas colônias[2]". Também raramente, os povos sentiram-se a tal ponto frustrados no tocante às suas vitórias e às suas esperanças: ao final das contas, a independência fora tão recém-conquistada e eles já eram vistos novamente em fileiras, para derrubar em Brazzaville o regime do abade Fulbert Youlou[3] e mergulhar o Congo (Zaire) em uma terrível guerra civil, de 1960 a 1965.

Tormentas e incertezas do pós-guerra

Os anos do pós-guerra foram caracterizados, em toda a África central, por uma grande efervescência e, em determinadas regiões, por uma verdadeira agitação política.

Certamente, se observada do exterior, a África central ainda apresentava-se como "o império do silêncio", para retomar o título de um livro consagrado ao Congo belga por O. P. Gilbert[4]. Dessa forma, os seus representantes cidadãos estavam ausentes no Quinto Congresso Pan-Africano, reunido em outubro de 1945 em Manchester e foi um intelectual do Togo britânico, o Doutor Raphaël Armattoe, quem traçou um quadro da situação econômica, social e política reinante nas colônias belgas, francesas e portuguesas desta região[5]. Mas, este silêncio não era senão aparente. Com efeito, os anos de guerra se haviam reve-

2 Conferir, para mais detalhes, E. M'BOKOLO, 1982, pp. 190-193.

3 Fulbert Youlou (1917-1972), ordenado padre em 1946, entrou para a política em 1956, elegendo-se prefeito de Brazzaville. Primeiro-ministro em 1958, em seguida Presidente da República em 1960, ele foi destituído em 1963, em razão de uma insurreição popular em Brazzaville, chamada as "Três Gloriosas" (em 13-15 de agosto de 1963).

4 O. P. GILBERT, 1947.

5 I. GEISS, 1974, p. 405.

lado particularmente desafiadores (a esse respeito conferir, acima, o capítulo 3). Por toda parte foi necessário produzir sempre mais e as autoridades coloniais não haviam hesitado em retornar aos mais brutais métodos correlatos ao fim do século XIX: este esforço de guerra fora particularmente pesado na África Equatorial Francesa (AEF) e no Congo belga. Por outro lado, aqueles dentre os africanos que haviam participado, de bom grado ou à força, das operações militares, haviam tido a oportunidade de descobrir novos horizontes e impregnaram-se de ideias inéditas, eram eles: os cidadãos da AEF na África do norte e na Europa, bem como aqueles do Congo belga na Etiópia, em Madagascar e na Birmânia.

O novo clima manifestou-se com impacto nas cidades onde as massas miseráveis do proletariado industrial e do subproletariado, as camadas insatisfeitas e impacientes dos "evoluídos" africanos já representavam, a esta altura, uma real força política[6]. As ideias revolucionárias e reformistas, vindas do mundo exterior, penetravam facilmente neste meio e encontraram, nestes extratos sociais, um público bem disposto. Angola recebeu, essencialmente do Brasil, uma abundante literatura consagrada à Segunda Guerra Mundial, ao fascismo e às lutas de libertação nacional[7]. Nos países sob mandato – Camarões, Ruanda-Urundi (atuais Ruanda e Burundi) – demonstrou-se, muito e sobretudo, sensibilidade frente ao princípio do direito dos povos em dispor eles próprios sobre si mesmos, inscrito na Carta do Atlântico, na Declaração das Nações Unidas e na Carta da ONU. Em Brazzaville, em Libreville e, talvez, em Bangui e nos centros mais importantes, constituíram-se Grupos de Estudos Comunistas, animados por militantes europeus do Partido Comunista Francês[8]. Inclusive, os primeiros partidos políticos, legalmente constituídos nesta época na África Equatorial francesa, multiplicaram os sinais de fidelidade aos partidos metropolitanos: no Congo--Médio (atual Congo) existia, desde antes da Segunda Guerra Mundial, um

---

6 A problemática das classes sociais, longe de constituir-se em unanimidade entre os especialistas da África, não será aqui retomada. Digamos, como Engels, que "entende-se por proletariado a classe de operários assalariados modernos que, privados dos seus próprios meios de produção, são obrigados, para subsistir, a vender a sua força de trabalho" (ver nota de F. Engels na edição inglesa de 1888 do Manifesto do Partido Comunista, K. MARX e F. ENGELS, 1955, p. 21). O "subproletariado" reagrupava todos aqueles, amiúde recentemente imigrados para cidades, os quais não se haviam estabilizado no contexto do salariato industrial.

7 J. MARCUM, 1969, p. 23.

8 Entrevistas com Paul Lomani-Tshibamba, Kinshasa, em setembro de 1981. Paul Lomani-Tshibamba (ou Tchibamba, 1914-1985) viveu até a idade dos dezesseis anos em Brazzaville, onde o seu pai era funcionário da alfândega. Os seus artigos na publicação A Voz do Congolês e o seu livro *Ngando* lhe valeram muitas dificuldades junto às autoridades coloniais belgas: ele exilou-se em Brazzaville (entre dezembro de 1948 e julho de 1961) onde, após adquirir a cidadania francesa, ele dirigiu durante dez anos a primeira revista intelectual da AEF, a publicação *Liaison*. Ver Arquivos Sonoros da Literatura Negra.

braço local da SFIO (Seção Francesa da Internacional Socialista) animada por Jacques Opangault, já o Partido Progressista Congolês, fundado em 1946 por Jean-Felix Tchicaya, tornou-se por sua vez, após o Congresso de Bamako (em outubro de 1946), membro do RDA (Agrupamento Democrático Africano), ele próprio ligado ao Partido Comunista Francês (PCF). O principal partido do Gabão (UDSG), liderado por Jean Aubame, pretendia-se evidentemente muito próximo da União Democrática e Socialista da Resistência (UDSR) animada, na França, por François Mitterrand. Somente o MESAN (Movimento pela Evolução Social da África Negra), fundado em 1949 por Barthélemy Boganda, em Oubangui-Chari (atual República Centro-Africana), era totalmente independente dos partidos metropolitanos, embora a sua doutrina se inspirasse largamente em ideias democrático-cristãs. Em Angola, a dominação colonial, conjugada com a ditadura salazarista, proibiu a formação legal de partidos políticos. Clandestinamente e por iniciativa do Partido Comunista Português, constituíram-se, em Luanda por volta de 1948, três organizações revolucionárias dirigidas por jovens intelectuais: a Comissão Federal Angolana do Partido Comunista Português, a Comissão de Luta das Juventudes contra o Imperialismo Colonial em Angola e a Angola Negra[9].

As mais significativas ações em meio urbano deveriam, portanto, ser atribuídas à própria iniciativa dos africanos locais. Em Angola, variados grupos muito ativos se haviam constituído entre as duas guerras, mantendo o seu poder de pressão após 1945: a Liga Nacional Angolana e a ANANGOLA (Associação Regional dos Naturais de Angola), ambas particularmente influentes junto aos mestiços de Luanda, a primeira atuando sobretudo em favor das reformas econômicas e sociais, ao passo que a segunda privilegiava a ação cultural. Sob os auspícios da ANANGOLA em 1948, um jovem poeta, Viriato Francisco Clemente da Cruz, fundou um grupo literário cujos membros publicaram na revista Mensagem uma abundante poesia contestatória. Esta poesia dos musseques – nome atribuído aos bairros pobres de Luanda – deveria representar, de maneira durável, a forma privilegiada de crítica social e de reivindicação nacionalista[10]. No Congo belga, os movimentos violentos de revolta manifestaram-se desde 1944: o grave e acentuado mal-estar, latente nas guarnições urbanas eclodiu, em 20 de fevereiro, manifestou-se através dos motins de Luluabourg (Kananga); a revolta foi esmagada mas, elementos amotinados conseguiram evadir-se, notadamente em direção ao Katanga e ao Sankuru, assim e pela mesma ocasião, propagando

9 J. MARCUM, 1969, pp. 26-27.

10 J. MARCUM, 1969, pp. 22-26; R. PÉLISSIER, 1978, pp. 240-243.

os fermentos da insurreição. Outra sequência de motins explodiu, quase simultaneamente, em Jadotville (Likasi), enquanto a administração colonial lograva êxito em desbaratar, em Élisabethville (Lubumbashi), um “complô de clérigos” que visava obter, no espírito da Carta do Atlântico, a “liberdade de expressão e de imprensa”, a “liberdade individual, suprimindo a corrente e o chicote que nos colocam em estado de animais de tráfico”, a liberdade de circulação, “a concessão do direito ao ensino, necessário ao progresso intelectual do indígena” e, por fim, o direito à representação política[11]. Esta tendência radical e violenta manifestar-se-ia no curso dos anos seguintes, notadamente em novembro de 1945 com a sangrenta e insurrecional greve dos estivadores do porto marítimo de Matadi (7 mortos, segundo o cômputo oficial). Paralelamente, outra corrente, moderada e reformista, afirmou-se em meio aos “evoluídos” do Congo belga. Desde março de 1944, os “evoluídos” de Luluabourg, tirando proveito da emoção causada pelos motins da guarnição, apresentaram ao comissário do distrito um memorando cuja principal exigência era “que o Governo aceite de bom grado reconhecer a existência de uma classe social formada por indígenas evoluídos, pois os membros desta classe estão persuadidos que eles merecem um estatuto especial, ao menos uma proteção particular do Governo que os coloque ao abrigo de certas medidas ou de certos tratamentos que poderiam aplicar-se a uma classe mantida ignorante e atrasada[12]”. A reivindicação do “estatuto especial” polarizou, desde então, a energia dos “evoluídos”: é possível encontrá-la na maioria dos artigos da especialmente importante revista *A Voz do Congolês*, fundada em janeiro de 1945 e, particularmente, no famoso artigo “Qual será o nosso lugar no mundo de amanhã?”, de Paul Lomani-Tshibamba, o qual valeria ao seu autor um longo exílio em Brazzaville[13]. A UNISCO (União dos Interesses Sociais Congoleses), criada em 1945, lutou pelos mesmos propósitos. E, em 1947, a missão do Senado enviada pelo governo belga ao Congo recebeu as mesmas reclamações da parte dos “evoluídos” de Léopoldville (Kinshasa) e de Paulis (Isiro).

Em Camarões, foram sobretudo a parte francesa e o sul que sofreram efeitos da guerra: penúria dos mais elementares produtos, requisição da mão de obra necessária às plantações, operários nas obras de melhoramento da estrada Douala--Yaoundé-Abong, mineiros para a exploração das minas de rutílio e de ouro, bem como seringueiros na extração do látex. As hesitações do governador Nicolas e o conservadorismo retrógrado dos colonos estiveram na origem de gravíssimos

11 Memorando citado por J.-L. VELLUT, 1983, pp. 504-506.

12 M. MAKOMBO, 1977, p. 838.

13 Reproduzido por M. MAKOMBO, 1977, pp. 842-853. Ver nota 8, *supra* inserida.

enfrentamentos. A cidade de Douala abrigou, em agosto de 1945, os "Estados Gerais da Colonização": reunindo os delegados dos colonos da AEF, da AOF e de Madagascar, esta conferência afrontou todos os aspectos positivos da conferência de Brazzaville e rejeitou em bloco todas as reformas projetadas[14]. Ora, em julho de 1945, constituíra-se a União Sindical, reagrupando todas as organizações de trabalhadores e, desde o início, enfrentando a oposição conjugada da administração colonial, do clericato católico e dos colonos reunidos no seio da Câmara de Comércio e da ASCOCAM (Associação dos Colonos de Camarões). O inevitável enfrentamento entre estas forças antagônicas teve lugar em 1945, com a greve dos ferroviários e os levantes de Douala: no decorrer destes últimos, os ferroviários receberam o apoio dos elementos mais organizados da classe operária – os trabalhadores temporários muito mal pagos – e aquele do subproletariado. O governador Nicolas autorizou os colonos europeus a armarem-se e a substituírem a polícia, de 24 de setembro a 9 de outubro, legitimando assim um inevitável massacre. A repressão judicial que se seguiu não foi menos severa. Igualmente foi necessário esperar o ano de 1948 para ver constituir-se o primeiro partido de massas moderno, a UPC (União das Populações de Camarões), obra do sindicalista Ruben Um Nyobé e de seus tenentes Félix Moumié, Ernest Ouandié e Abel Kingué. Embora membro efetivo do RDA, a UPC lançou em seu jornal, *A Voz de Camarões*, uma palavra de ordem muito mais radical que os *slogans* do RDA: "Unificação e independência imediata." Muito popular, a UPC implantou-se principalmente nas camadas mais pobres das cidades (Douala e Yaoundé) e junto às comunidades bassa e bamileke da metade sul do país[15].

Na falta de estudos suficientes, o estado de espírito da população rural permanece ainda pouco conhecido. O que parece ter predominado por toda a parte são atitudes de resistência passiva frente a agentes e símbolos da colonização: administradores, missionários, representantes de sociedades comerciais e agrícolas. Foi, notadamente, o caso nas regiões onde se haviam desenvolvido, no entreguerras, movimentos messiânicos e sincréticos. Desta forma, no Congo belga, a população kongo permanecia fiel aos ensinamentos de Simon Kimbangu (1881 ?-1951), em que pese o distanciamento do profeta e a sua internação, a partir de 1921 no Katanga, onde morreria. Outrossim, desde a sua fundação em 1950, a ABAKO (Associação dos Bakongo) receberia a adesão espontânea, imediata e maciça da população. No Médio-Congo, um movimento análogo se constituíra sob o nome de amicalismo, ou *matsouanisme*, por iniciativa de André Matsoua. Após a morte

14 J. SURET-CANALE, 1972, pp. 44-50.

15 R. A. JOSEPH, 1977, pp. 39-99.

deste último em 1942 e a terrível repressão empreendida contra os seus partidários, as comunidades lari, junto às quais a sua mensagem tivera os maiores ecos, voltaram-se sobre si mesmas e recusaram qualquer participação nas eleições e na vida política moderna, até 1956. Lá onde nenhum movimento messiânico nascera, há numerosos indícios mostrando a oposição da população rural. Assim, no Gabão, o governador, inquieto com a politização nas cidades, quis usar a população rural e os chefes consuetudinários contra os cidadãos urbanos. O primeiro Congresso Pahouin, convocado com esta finalidade em Mitzik, de 26 a 28 de fevereiro de 1947, voltou-se contra a administração colonial: não somente adotando uma atitude crítica *vis-à-vis* do poder colonial mas, além disso, plebiscitando Léon Mba, porta-voz dos cidadãos das cidades, como o único *N'Zoe Fang* [chefe dos Fang]. Tratava-se ali do primeiro sinal da aliança entre cidadãos urbanos e rurais, o que faria a força dos nacionalismos da África Central durante os anos 1950[16].

Crescimento econômico, mutações e tensões sociais

A década seguinte à Segunda Guerra Mundial foi marcada por uma conjuntura mundial propícia cujos efeitos fizeram-se sentir na África Central. As metrópoles coloniais, reconstruindo as suas economias, solicitaram, ainda e de mais em mais, os esforços do seu império. Eis o porquê de um crescimento assaz notável e eventualmente espetacular, no conjunto dos territórios, em cujas estruturas de exploração específicas do imperialismo colonial não seriam, todavia e sob hipótese alguma, recolocadas em causa. Consideradas as inevitáveis decalagens e desigualdades, ligadas aos recursos naturais então conhecidos e às políticas econômicas praticadas, devemos distinguir vários tipos de crescimento e de estruturas.

A maioria das colônias apresentou até a independência uma economia predominantemente agrícola. O desenvolvimento das relações de produção capitalistas nesse contexto foi muito lento e pouco significativo, salvo nas zonas onde os colonos europeus instalaram-se, confiscando terras e reduzindo os camponeses desapropriados à categoria de operários agrícolas permanentes ou temporários. O modo de inserção no capitalismo internacional foi, portanto, descrito e apelidado "a economia do tráfico", qual seja, a articulação de um capitalismo comercial, hegemônico e dominado pelos colonizadores, a economias agrícolas não capitalistas. Nesta situação, os territórios foram circunscritos a relações, por pouco que não, exclusivas com cada uma das metrópoles.

16 G. BALANDIER, 1963, pp. 198-203.

Coube justamente a esses pequenos territórios, reputados como pobres no tocante aos recursos minerais, tais como: a Guiné Equatorial, as ilhas de São Tomé e Príncipe, Ruanda e Burundi, a qualificação, pela pertinência dos seus atributos, a este tipo de exploração econômica. As ilhas de São Tomé e Príncipe, somente elas, apresentavam uma economia de plantação (*roças*) dominada por grandes proprietários europeus absentistas (*roceiros*) e valorizada por operários contratados, importados em massa de Cabo Verde, de Angola e de Moçambique; alhures, a produção realizou-se no quadro de explorações familiares[17]. O café, o cacau, a produção de bananas e de oleaginosas compunham os principais itens exportados por São Tomé e Príncipe e pela Guiné. Nesta última colônia, os espanhóis compravam estes produtos a preços elevados (o dobro dos preços praticados no mercado mundial relativamente, por exemplo, ao cacau). Apresentado como um ato de generosidade da parte dos espanhóis, este sistema de preços estabelecia as suas raízes, em realidade, na vontade da Espanha em evitar uma hemorragia de divisas eventualmente provocadas pela compra destes produtos além das fronteiras do seu império. Ruanda e Burundi conheciam uma situação particular, em razão da muito elevada densidade populacional: o esforço dos países levou ao desaparecimento das grandes fomes, dentre as quais as últimas aconteceriam em Ruanda no período compreendido entre 1916-1931, apesar dos acréscimos nas exportações de café arábica e de chá.

Esta economia agrícola implantada nos mais importantes territórios, entre os quais Camarões, AEF e Angola: a prospecção ativa empreendida pelas companhias coloniais desde o fim da guerra não localizara, entrementes e salvo no referente a Angola, nenhuma fonte mineral significativa. À AEF, negligenciada pelo Estado (considerada "a Cinderela do Império francês", segundo uma feliz fórmula de M. Dewèze[18]) e verdadeiramente exaurida a sangue, se nos permitirmos dizê-lo, pelas companhias concessionárias, conheceu uma nítida melhoria em sua situação. De acordo com os projetos expressos por ocasião da Conferência de Brazzavile, um plano de dez anos foi elaborado no quadro do FIDES (Fundo de Investimento e Desenvolvimento Econômico e Social dos Territórios de Além-Mar): de 1947 a 1956, a AEF recebeu 51.344 milhões de francos CFA destinados sobretudo a promover o desenvolvimento das infraestruturas[19]; também o comércio exterior continuaria a extrair os seus produtos nas fontes do setor agrícola (madeira do Gabão e do Médio-Congo, algodão e

17 R. PÉLISSIER, 1979, pp. 211-227.

18 M. DEVÈZE, 1948, p. 1.

19 E. M'BOKOLO, 1982, p. 195.

café do Oubangui-Chari). O FIDES também atuou no Camarões: conquanto a agricultura constituísse a base da economia (cacau 50% das exportações, bananas e café 20% das exportações no ano de 1955), surgiu uma pequena indústria dedicada à produção de alumínio (complexo hidroelétrico e metalúrgico de Edéa, propriedade da Alucam e dominado em 82% pela sociedade francesa Pechiney-Ugine) e na transformação de corpos grassos. No momento da independência, esta nascente indústria já representava 10% da produção nacional[20].

Uma evolução análoga estava em curso em Angola. A agricultura permanecia como a principal fonte de divisas, graças ao café (segundo produtor africano, após a Costa do Marfim, 40% das exportações em 1962) e a produtos agrícolas variados (cana-de-açúcar, oleaginosas, algodão, madeira). Mas a indústria mineira não cessava o seu desenvolvimento: ao diamante, explorado já no pré-guerra, viriam agregar-se, após 1945, o ferro e o petróleo. Portugal tencionava evidentemente permanecer na qualidade de principal beneficiário desta tardia valorização: em 1960, 50% das importações angolanas originavam-se em Portugal e a criação, no ano de 1962, de um mercado comum da zona do escudo, reforçou sobremaneira esta integração. Ainda em Angola, foram sobretudo os setores europeus da economia que tiraram proveito deste crescimento. A imigração branca inclusive aumentou de modo significativo após a guerra: de 44.083 em 1940, o número de europeus habitantes em Angola progrediu de 78.826, em 1950, para 172.529, em 1960, 290.000, em 1970 e aproximadamente 335.000 no ano de 1974[21]. Eram certamente numerosos, na origem, os componentes "da pequena gente" (artesãos, operários agrícolas, camponeses pobres), ignorantes e analfabetos, e em razão disto desprovidos de ambição e de iniciativa. Angola foi para eles a terra de um inesperado sucesso material: desta forma o plano de seis anos (1959-1964), reservou três quartos dos investimentos ao desenvolvimento dos setores controlados pelos colonos. Certa internacionalização[22] da economia esboçou-se após a guerra, desenvolvendo-se após 1962, com o aporte de capitais

20 R. A. JOSEPH, 1977, pp. 111-118.

21 G. J. BENDER, 1978, p. 229.

22 O processo ao qual denominamos "internacionalização" é distinto daquele usualmente conhecido por "dependência". Por "dependência", entendemos o modo particular de inserção dos países africanos na economia capitalista internacional. Iniciada desde o século XVI, esta inserção generalizou-se em algumas regiões da África Central durante o período colonial. A economia de uma colônia é, portanto e *avant tout*, uma economia dependente: no quadro das privilegiadas relações entre colônia e metrópole, esta dependência definiu-se em relação a uma metrópole. Em alguns raros casos, a esta metrópole se lhe foi imposto, por tal ou qual razão, dar lugar a outros países capitalistas ao nível dos investimentos ou no tocante aos intercâmbios comerciais: este último processo é aqui chamado "internacionalização".

britânicos, americanos, sul-africanos e com o aumento dos intercâmbios com o conjunto dos países da OCDE.

Relativamente a estes países, predominantemente agrícolas, somente o Congo belga apresentava uma economia já plenamente inserida na era industrial. Desde 1930, a economia congolesa possuía as características dominantes que deveriam perdurar até a independência: extraversão e desarticulação; concentração setorial (minas e transportes: 70% do capital investido) e regional (papel motor das províncias mineiras do Kasaï e do Katanga); controle do capital investido na colônia por um número muito reduzido de grupos financeiros (quatro grupos, Société Générale, Empain, Cominière e Brufina, dispunham de 75% deste capital, dos quais 60% pertenciam unicamente à Société Générale); participação ativa do Estado colonial no setor econômico, diretamente (através das suas próprias empresas, em particular no setor dos transportes, bem como pelas suas cotas de participação no setor privado) e indiretamente (especialmente pela mobilização autoritária da mão de obra). O crescimento da economia congolesa, brutalmente interrompido pela crise econômica dos anos 1930, era magnificamente retomado graças à Guerra Mundial e, após 1945, em razão da conjuntura internacional e local. De uma fase de construção da economia colonial, passou-se então ao que já propusemos chamar a "fase da reprodução em larga escala da estrutura de produção[23]". esta fase comportou três características essenciais: 1) um crescimento muito forte do setor mineiro (índices correspondentes a 100 em 1950 e 175 em 1959), permitindo às grandes firmas coloniais atingirem um estádio de crescimento autossustentável em razão do reinvestimento de uma parte, assaz mínima dos seus próprios lucros em alta, bem como aumentarem os salários reais dos operários africanos[24]; 2) o sensível desenvolvimento de mercado interno, em razão de um aumento generalizado dos salários (para o africano, de 5.000 francos, em média no ano de 1945, para 450.000 em 1958[25]) porque, empurrados por considerações sociais e políticas, o Estado, as indústrias e as plantações seguiram o exemplo do setor mineiro e, também em função de certo aumento da renda camponesa; 3) no tocante ao desenvolvimento do setor industrial (índices correspondentes a 100 em 1950 e 260 em 1956), certas indústrias estavam estreitamente associadas ao setor de exportação (minas e plantações), enquanto outras formavam um conjunto substitutivo às importações e, enfim, outras tantas, timidamente nascidas antes de 1930, conheciam um espetacular

23 E. M'BOKOLO, 1981a, p. 5.

24 J.-L. LACROIX, 1966, p. 22.

25 F. BÉZY *et alii*, 1981, p. 38.

crescimento com numerosos efeitos em cadeia (indústrias alimentares, produção de tabaco, setor têxtil e a construção civil). Em 1958, no conjunto do produto interno bruto, os produtos agrícolas representavam somente 44,6% do total, as minas 19,8%, a indústria de exportação 18,8% e a indústria voltada para o mercado interno 16,8%[26]. Apesar destes desempenhos, a agricultura congolesa conservava todos os traços impostos pelo regime colonial: recurso permanente a expedientes coercitivos e a presença de fortes desigualdades entre africanos e europeus, visto que, em 1958, aos africanos, representando 99% da população total da colônia, cabia controlar ínfimos 5% do capital, participar em 55% da massa salarial, aceder a 69% do consumo e contribuir com 12% do total da poupança dos particulares[27].

As mutações sociais que acompanhavam estas evoluções econômicas são, evidentemente, demasiado numerosas para possibilitar, ainda que sumariamente, o seu tratamento nos limites aqui impostos. Aliás, a economia não constitui o único fator de mutação: falta-nos, ainda e igualmente, considerar o desenvolvimento generalizado dos sistemas educacional e administrativo. A própria amplitude destas mutações sugere não estarmos somente em presença de uma reclassificação nas estruturas trabalhistas, muito amiúde vivida de forma dolorosa, junto aos indivíduos nos novos registros sociais impostos pela colonização mas, igualmente esta situação comporta todos os elementos de uma verdadeira crise[28].

Uma das mais espetaculares manifestações desta crise foi o êxodo rural que já testemunhava aquela crise, presente desde muito tempo, no setor agrícola e, na origem de uma nova tormenta, também impunha os seus efeitos nos setores urbanos. Esta urbanização foi particularmente rápida no Congo belga no qual a proporção das populações urbanizadas passou de 8,8%, em 1938, para 14,8%, em 1945, e 24% em 1955[29]. Embora menos brutal, ela não foi menos selvagem, provocando de forma generalizada a formação de um proletariado operário e, sobretudo, de um enorme subproletariado[30] cujo peso numérico aumentou dramaticamente após as formidáveis mudanças da conjuntura econômica em meados dos anos 1950. Desta forma, no ano de 1960, em Angola, um em cada três

26 J.-L. LACROIX, 1966, p. 31.

27 F. BÉZY *et alii*, 1981, p. 11.

28 Muito bem analisada no referente ao Congo belga por M. MERLIER, 1962, pp. 89-103, 145-164, 231-249.

29 Ibid., p. 147.

30 Ver nota 6, *supra* inserida.

africanos vivia em moradias provisórias nas cidades e suas periferias. A senzala, o "bairro indígena", de Lobito abrigava 20.000 habitantes em 1954 mas, havia somente uma torneira de água corrente para 1.200 pessoas e as duas escolas primárias não ofereciam senão 250 vagas ao total[31]. Os musseques de Luanda eram muito mais miseráveis. Na AEF, a proletarização da população, pouco sensível no pré-guerra em razão do regime econômico em vigor, acelerou-se após 1945. De uma maneira geral, o salariato progrediu rapidamente pois, se tomarmos as estimativas oficiais, havia 108.600 assalariados em 1947, 189.500 em 1949, 193.000 em 1950, 155.000 em 1952 e 1953, 135.600 em 1954 e 190.000 em 1958[32]. Estes números, em sua variação, demonstram a extrema fragilidade desta categoria social, por demais sensível às menores inflexões da conjuntura. Nestas estatísticas, os operários e ajudantes compõem, de longe, a maioria: em 1949, havia 39.150 "operários e ajudantes especializados" e 142.500 ajudantes; em 1958, eles eram estimados, respectivamente, em 34.600 e 98.500. O desemprego era relevante: em 1956, para 33.000 homens adultos habitantes em Brazzaville, 16.000 estavam sem emprego. Os centros urbanos de Camarões e do Congo belga ofereciam o mesmo quadro.

O êxodo rural que alimentava as cidades em força humana, na mesma ocasião, esvaziava os campos da sua força de trabalho e dos seus mais dinâmicos elementos, os jovens. Entretanto, o estado das sociedades agrárias variava muito em função das regiões. Desta forma, não havia nada em comum entre o relativo bem-estar dos plantadores de cacau beti-bulu e a crescente miséria dos camponeses bassa em Camarões[33]. Igualmente, na AEF por volta de 1952, a renda anual média da maioria dos camponeses oscilava entre somente 1.800 e 2.100 francos CFA, ao passo que os vencimentos anuais do operariado eram da ordem de 36.000 francos[34]. Unicamente algumas regiões privilegiadas alcançavam melhores índices: o Woleu-Ntem, no Gabão, devido à cultura do cacau e, sobretudo, o Congo meridional onde os camponeses podiam escoar regularmente a sua produção graças a uma rede excepcionalmente densa de cidades (o eixo Pointe-Noire, Dolisie, Jacob, Brazzaville), bem como à presença de numerosos pequenos comerciantes que asseguravam a retirada dos produtos e a qualidade das vias de transporte (estradas, estrada de ferro Congo-Oceano). No que tange ao Congo belga, observou-se a passagem de uma pequena parte

31 I. B. KAKÉ e E. M'BOKOLO, 1979, p. 111.

32 E. M'BOKOLO, 1981b, p. 401.

33 R. A. JOSEPH, 1977, p. 124-141.

34 E. M'BOKOLO, 1981b, pp. 398-403.

do setor camponês (aproximadamente 2.500 famílias, em 1952) do estádio da pequena produção mercantil para um pequeno capitalismo agrário, especialmente no Baixo-Congo, no Kasaï e no Kivu: muitos se haviam beneficiado com as medidas adotadas pelo poder colonial, implementadas para formar um "campesinato indígena" (acesso individual à propriedade privada da terra, apoio financeiro, suporte técnico)[35].

Com consequências duráveis, o último aspecto fundamental, relativamente a esta evolução social, foi a constituição de uma pequena-burguesia negra[36]. Em alguns casos, o desenvolvimento econômico desigual e a incongruente política educacional conduziram a um recrutamento que privilegiava, em algumas regiões, a pequena-burguesia. Assim sendo, nos países marítimos, onde as relações com os europeus eram mais antigas ao longo das costas, foram precisamente os habitantes destas regiões, formados em escolas missionárias ou públicas, que constituíram a origem social de numerosos elementos os quais viriam compor a pequena-burguesia assalariada de funcionários públicos e subalternos: tal era o caso dos Douala, em Camarões, dos myene, da costa do Gabão, dos vili, de Loango e dos negros e mestiços, de Luanda e Lobito. No Congo belga uma análoga decalagem existia, privilegiando as regiões de savanas meridionais (Baixo-Congo, Kwango, Kwilu e Kasaï, em particular) em detrimento das zonas de florestas setentrionais (Província Oriental e sobretudo equatorial). Em todo caso, o vocabulário da época registrou o nascimento desta nova classe social: aos termos "letrados" e "evoluídos", muito em voga durante os anos 1940, passou-se a empregar expressões cujos contornos e significados sociológicos eram mais precisos e mais ricos ("classes médias", "classe dirigente", "burguesia", etc.). Não é de todo certo que as autoridades coloniais tenham integralmente criado esta classe. Todavia, elas se esforçaram para utilizá-la como um elemento moderador em uma conjuntura marcada por crescentes tensões políticas. É neste sentido que se deve interpretar a recomendação feita pelos colonos do Congo belga ao governo colonial: "É preciso organizar uma classe de indígenas evoluídos que se declarem favoráveis aos ideais e princípios da nossa civilização ocidental, estes indivíduos deveriam, em igualdade de condições, estar no nosso mesmo nível, em matéria de direitos e deveres; menos numerosos que a massa autóctone, contudo potentes e influentes, eles seriam os nossos fundamentais aliados junto às comunidades autóctones. Estas classes médias seriam formadas pela 'burguesia' negra, por toda parte em fase inicial de desenvolvimento, à qual nós devemos

35 E. M'BOKOLO, 1981a, pp. 10-11; F. BÉZY *et alii*, 1981, pp. 41-45.

36 No que diz respeito à problemática e aos estudos de casos, ver E. M'BOKOLO, 1981a e b.

ajudar a enriquecer e se organizar e, à imagem de todos burgueses do mundo, opostas a qualquer mudança radical, de origem interna tanto quanto externa. Não mais haveria diferença de raças mas, como em todo países do mundo, restariam somente diferenças de classe, as quais permaneceriam abertas a todos[37]". As cifras que permitem medir o real peso social desta classe ainda não estão disponíveis em todos países. No Congo belga, onde os serviços do poder colonial procederam a estimativas assaz confiáveis e sérias, algumas fontes computavam, em 1958, 176.600 pessoas (em uma população total de 13 milhões de indivíduos) no seio das classes médias; este dado compreendia 31.642 subalternos e intelectuais, 110.220 trabalhadores qualificados e semiqualificados, 2.335 contramestres, 1.430 membros das profissões liberais, 19.710 comerciantes e 11.259 artesãos independentes. Entretanto, outras estimativas elevavam o número total de componentes destas classes médias para 300.000[38]. Constata-se, entretanto, ao proceder ao exame destes dados, que as frações dos "assalariados", detentores do saber e das competências concedidos pela escola colonial, tomavam a frente, por larga margem, dos "empreendedores", cuja iniciativa não encontrava meios de desabrochar neste sistema marcado pelo constrangimento e pela discriminação próprios à colonização. Seriam justamente estes quadros que conduziriam os movimentos de luta pela independência. As conclusões alcançadas no tocante ao Congo belga e à AEF são, sem dúvida, significativas e referenciais para o conjunto da África Equatorial. A tabela 8.1, concernente à origem profissional dos funcionários políticos da AEF, demonstra, com efeito, a indiscutível hegemonia da pequena-burguesia.

As práticas coloniais: continuidades e rupturas

A partir do fim da guerra, os mais lúcidos entre os colonizadores haviam percebido que uma nova época acabara de se iniciar. Foi assim que no Congo belga, onde, todavia, a descolonização não estava de forma alguma na ordem do dia, o governador-geral Pierre Ryckmans (1934-1946) escrevia, em 1946: "Os dias do colonialismo estão acabados[39]". Estas proposições encontraram eco na AEF, seis anos mais tarde, em um marcante discurso pronunciado pelo governador Paul Chauvet perante o Grande Conselho: "Trata-se propriamente destes evoluídos,

37 Nota "confidencial" publicada em 1959 e citada por M. MAKOMBO, 1977, p. 187.

38 E. M'BOKOLO, 1981a, p. 3.

39 Ibidem, p. 6.

TABELA 8.1 OS REPRESENTANTES POLÍTICOS NA ÁFRICA EQUATORIAL FRANCESA, SEGUNDO A ORIGEM PROFISSIONAL

	África Equatorial Francesa		Congo Médio Francês
	1952	1957	(1946-1960)
Europeus			
Homens de negócio	32	28	12
Plantadores, silvicultores	13	3	1
Funcionários	18	10	8
Profissionais liberais	6	7	2
Jornalistas	-	3	4
Não-especificada	-	1	1
Africanos			
Médicos (escola de Dakar)	-	6	2
Professores	10	34	25
Enfermeiros	9	20	5
Quadros administrativos	1	7	3
Funcionários e agentes administrativos	33	36	18
Agentes dos serviços técnicos	1	8	5
Secretários(as) de chefes	-	2	-
Chefes e notáveis	18	14	4
Empregados do setor privado	13	19	25
Operários	-	2	5
Comerciantes, donos de restaurante	9	13	10
Plantadores, silvicultores	8	11	4
Jornalistas	-	1	1
Outros trabalhadores independentes	1	1	1
Antigos combatentes	3	3	1
Pastores e padres	1	2	4
Estudantes	-	-	1
Sem profissão	-	-	1
Não-especificada	-	2	14
Total	176	233	157

NOTA: No tocante à AEF (África Equatorial Francesa), trata-se de membros da Assembleia Nacional, conselheiros da União Francesa, membros do Grande Conselho, conselheiros territoriais (1952), aos quais são acrescentados, em 1957, os prefeitos e adjuntos das localidades em pleno exercício, assim como os membros dos conselhos de governo. Para o Congo Médio Francês, a amostragem compreende inclusive os candidatos derrotados nas eleições e os quadros partidários.

FONTES: Anuário político da AEF (1952 e 1957); J.-M. Wagret, 1963, pp. 233-247; E. M'Bokolo, 1981*b*, p. 490.

sobre quem recairá a tarefa de progressivamente substituir as antigas elites e autoridades consuetudinárias; se esta substituição não for executada conosco e mediante o nosso controle, ela far-se-á inevitavelmente à nossa revelia e contra nós[40]". Estas tomadas de posição consideravam, não de todo sem clarividência, as transformações estruturais ocorridas nas sociedades locais e as irreversíveis mudanças ao nível da psicologia coletiva e individual, das mentalidades e das aspirações. Mas, a elaboração de novas políticas adaptadas a esta situação fez-se de forma dispersa, cada potência colonial agindo em função das suas tradições, do estatuto reconhecido internacionalmente relativo ao território dominado, da correlação de forças local e do que a potência em questão acreditava ser a opinião dos "indígenas".

A política implementada pelos franceses na AEF inscrevia-se no quadro geral da sua política africana, entretanto, com incontestáveis especificidades. A AEF beneficiou-se de "grandes leis de emancipação[41]", adotadas pela nascente IVª República: a abolição do trabalho forçado; o reconhecimento dos sindicatos profissionais e a instauração de uma inspetoria do trabalho; supressão do indigenato e concessão da cidadania francesa aos africanos sem, todavia, atingir o seu estatuto pessoal; instituição de assembleias locais no Gabão, no Médio-Congo, em Oubangui-Chari e de um Grande Conselho em Brazzaville, enquanto que a AEF se fazia representar por vários parlamentares junto à Assembleia Nacional francesa e no Conselho da União francesa. Em que pese a exclusão da maioria dos africanos do corpo eleitoral e a divisão deste último em dois colégios até o ano de 1956, uma efetiva vida política foi implantada: partidos políticos ganharam a luz; as eleições legislativas de 1946 e 1951, bem como as eleições territoriais de 1947 e 1952, constituíram um momento de fervorosos e democráticos debates entre as diferentes frações da opinião pública. Mas, estes progressos não ocorreram facilmente nem estiveram imunes à resistência. Os colonos, relativamente numerosos no Gabão e em Oubangui-Chari, bem protegidos pelas

40 E. M'BOKOLO, 1981b, p. 400.

41 Expressão de P. AUJOULAT, 1958, p. 263.

câmaras de comércio, opuseram-se violentamente à nova política. Em 1946, a câmara de comércio de Banqui não hesitou em protestar solenemente junto ao governador-geral em Brazzaville: "As medidas recém adotadas não podem convir senão a populações menos atrasadas que aquelas da AEF: é evidente que a supressão do trabalho forçado é aqui interpretada como a consagração legal do direito ao ócio [...]. Uma rápida diminuição da produção de algodão é infelizmente muito provável [...]. Nenhum dentre aqueles que conhecem este país pode acreditar que um texto bastaria para bruscamente modificar a mentalidade do homem negro[42]." A própria administração, na qual os "velhos coloniais" permaneciam em grande número, não se apressou em concretizar as novas medidas e continuou a multiplicar os abusos, tanto sobre as massas quanto em relação às elites: manutenção, de forma mascarada, do trabalho forçado; constrangimentos em relação aos homens políticos, julgados demasiado independentes, especialmente contra o deputado de Oubangui-Chari, Barthélemy Boganda, condenado em 1951 por "incitação à desordem" e ameaçado de cassação; apoio aos moderados, tais como aqueles que fundaram, no Médio-Congo, uma efêmera sessão do Agrupamento do Povo Francês Gaulista[43].

No Congo belga, o legendário paternalismo do poder colonial continuou a constituir o eixo da política implementada para os africanos. Até meados da década de 1950, esta política foi obra conjunta de três aparatos – a administração colonial, as grandes empresas e as missões católicas – cujos laços eram tão estreitos, múltiplos e inextricáveis que, em conjunto, se lhes aplicou a denominação "trindade colonial[44]". Já evocamos anteriormente as relações entre o Estado e as grandes empresas, especialmente as "sociedades de 1906", União Mineira do Alto-Katanga, Forminière et BCK (estrada de ferro Baixo-Congo – Katanga) que dominavam a economia da colônia. No que diz respeito às missões católicas, elas continuavam a beneficiar-se da convenção firmada em 1906, entre o rei Léopold II e o Vaticano. O seu peso na colônia era considerável, como o atestam as cifras de 1958: 669 postos de missão; 6.000 missionários europeus, apoiados por 386 frades e 745 freiras das ordens de ensino e caridade; e 25.560 catequizadores negros. Os principais clérigos de alto escalão da colônia, Monsenhor Roelens e Monsenhor de Hemptine, eram os mais ativos artífices da ideologia colonial, ao passo que os missionários eram sobre-representados no seio do Conselho Colonial, o qual controlava, a partir de Bruxelas, a elaboração e a apli-

42 Citado por P. KALCK, 1973, p. 475.

43 E. M'BOKOLO, 1982, pp. 198-200.

44 C. YOUNG, 1965, pp. 10-32.

cação da política colonial. O peso das missões era acrescido, em suplemento, pela existência de numerosas associações de ex-alunos que continuavam a enquadrar solidamente as modernas elites, inclusive muito além da conclusão dos seus estudos: uma das mais importantes, a ADAPES (Associação dos Antigos Alunos dos Padres de Scheut), fundada em 1925, reunia cerca de 15.000 membros em 1950[45]. Os missionários seguiam muito de perto a ação destas associações, na medida em que, na ausência de partidos, legalmente proibidos, elas foram um verdadeiro laboratório onde se formou a maioria dos futuros quadros do movimento nacional. Posteriormente às turbulências dos anos 1944-1945 e após as reivindicações expressas pelos "evoluídos", o poder colonial aceitou conceder algumas reformas. Estas últimas, ao recusarem-se a levar em conta a dimensão política da efervescência do pós-guerra, não modificaram senão aspectos menores da vida social: reconhecimento dos sindicatos; criação de organismos de comunicação entre os empregadores e os seus trabalhadores negros (conselhos indígenas de empresa, comitês locais de trabalhadores indígenas, participação junto às comissões regionais e provinciais do trabalho e do progresso social indígenas); constituição de um Fundo do Bem-Estar; e sobretudo, a outorga de cartas de "honra ao mérito civil" e a implantação do regime de inscrição, os quais permitiam aos seus detentores (em número de 1.557, para as "honras ao mérito civil", e 768, no tocante aos "inscritos", em 1958), após humilhantes provas, beneficiarem-se de certos privilégios reservados aos europeus[46]. Nada de fundamental seria inclusive modificado, malgrado a nomeação de representantes negros junto aos conselhos de província e de governo. Os belgas continuavam a aplicar a sua máxima: "Sem elites, sem incômodos!" Foi somente em 1952 que um negro do Congo foi, pela primeira vez, autorizado a realizar estudos universitários na Bélgica.

Os regimes impostos pelos portugueses, em Angola e São Tomé e Príncipe, bem como pelos espanhóis, na Guiné Equatorial, desenrolavam a transição entre as práticas belgas e francesas, pois que, sob o manto de uma assimilação teórica, resguardava-se um forte apego a um estreito paternalismo e ao total imobilismo. A doutrina oficial dos portugueses, expressa pela primeira vez em 1912, proclamava a obrigação de "considerar Angola como uma nação portuguesa, antes e em detrimento de encará-la como uma colônia[47]". O Estado Novo de Salazar retomaria esta concepção em seu Ato Colonial de 1930 e na

45 M. MAKOMBO, 1977, p. 54.

46 Ibid., pp. 83-135.

47 I. B. KAKÉ e E. M'BOKOLO, 1979, p. 78.

Constituição de 1933. A lei distinguia "não assimilados" e "assimilados": estes últimos gozavam de todos os direitos pertinentes à cidadania portuguesa, dentre eles, especialmente o direito de voto, e deveriam, entre outras obrigações, saber ler e escrever em português, renunciar à vida "tribal", ser leal ao Estado e, caso fossem mestiços, ser fruto de uma união legítima. O número de assimilados permaneceu muito pequeno: 91.548 indivíduos (24.221 africanos, 23.244 mestiços, 44.083 brancos) em um total de 3.737.947 habitantes, dentre os quais, em 1940, 3.665.000 negros; 135.250 indivíduos (30.089 negros, 26.335 mestiços, 78.826 brancos) em um total de 4.145.163 habitantes, dentre os quais, em 1950, 4.037.000 negros[48]. Enquanto todos os brancos e 90% dos mestiços possuíam o estatuto de assimilados, apenas 1% dos negros gozava deste estatuto privilegiado. Os 99% restantes eram indigenatos e, em razão disso, especialmente submetidos ao trabalho forçado, pois que, nos termos do Código Trabalhista de 1899, os negros tinham "a obrigação legal e moral de adquirir através do trabalho os meios de subsistência e de melhoria da sua condição social[49]". O sistema espanhol, *patronato de indígenas*, não possuía em nada maior valor. Elaborado em 1904 e reformulado em 1938, ele repousava sobre a convicção segundo a qual os negros seriam moral, intelectual e legalmente seres inferiores. Eis a razão de uma série de proibições, tais como a interdição da efetuação não autorizada de transações superiores a 2.000 pesetas. Cartas de emancipação eram livradas pela Curadoria e, apesar de uma escolarização de base quase completa, o seu número total permaneceu muito limitado.

A situação dos mandatos foi aperfeiçoada e, em tese, melhorada após o fim da guerra, graças à criação da ONU que, embora herdeira da Sociedade das Nações, não se contentou em retomar *ipsis litteris*, a fórmula dos mandatos. Estes últimos tornaram-se "territórios sob tutela" e o artigo 76 da Carta das Nações Unidas decidiu que as potências tutelares deveriam "favorecer a sua progressiva evolução em direção à capacidade de se administrarem por si mesmos, rumo à independência": graças às "missões de visita", o controle das Nações Unidas tornou-se mais estreito e foi abertamente encorajado o envio de petições ou de delegações pelos africanos. Mas, *in loco*, a efetiva mudança processou-se em ritmos e modalidades variáveis, de acordo com o território em questão. Em Camarões, a parte francesa recebeu as reformas sociopolíticas, outorgadas pela França ao conjunto do seu domínio africano; entretanto, a evolução rumo à autonomia lá ocorreu de forma mais lenta, comparativamente ao Togo, instituído na qualidade

48 G. J. BENDER, 1978, p. 151.

49 I. B. KAKÉ e E. M'BOKOLO, 1979, p. 78.

de "república autônoma sob tutela" pela lei de enquadramento (23 de junho de 1956), ao passo que, no tocante a Camarões, este foi obrigado a esperar um voto neste sentido pela maioria da sua Assembleia Legislativa (28 de janeiro de 1957)[50]. Na região ocidental de Camarões, administrada pela Grã-Bretanha, a mudança tardou a entrar nas vias de fato. Os britânicos haviam, na prática, integrado este território à Nigéria e foi necessário esperar o ano de 1954, data de estabelecimento de um governo federativo na Nigéria, para se notar a definição das perspectivas de autonomia interna[51]. Em seus "territórios sob tutela", os belgas prosseguiram a política iniciada no pré-guerra, cujos objetivos confessos consistiam em "racionalizar" e "modernizar" as estruturas políticas, mediante: o reagrupamento das chefias, o enquadramento funcional dos quadros tradicionais e a democratização dos conselhos, apêndices dos reis de Ruanda e Burundi. Estas iniciativas, amiúde desastradas, tiveram como efeito o agravamento das tensões, nestes dois países, entre tutsi e hutu[52].

A marcha rumo à independência

A diversidade constatada, no que tange às práticas políticas das potências coloniais, verifica-se segundo as modalidades de independência em questão pois, se em três casos (África Equatorial francesa, Guiné espanhola e "territórios sob tutela" belga), a descolonização fora amigável, em decorrência de tratativas políticas mais ou menos complexas, em contrapartida, no que se refere a dois outros casos (Camarões e Angola) foi necessária uma guerra de libertação para forçar os poderes coloniais a negociarem. O Congo belga representa a situação intermediária, na qual ocorreu uma descolonização negociada pelas forças políticas em ação, conquanto estas negociações não tenham sido possíveis senão após a dispersão de insurreições, as quais foram, inclusive pela própria abertura de negociações, impedidas de transformarem-se em uma verdadeira guerra revolucionária.

Na AEF, a evolução progressiva rumo à independência foi, em toda a sua extensão, controlada pelas autoridades francesas, limitando-se os principais partidos locais, em sua maioria, a seguir um movimento cuja iniciativa lhes esca-

50 R. A. JOSEPH, 1977, pp. 171-201.

51 T. EYONGETAH e R. BRAIN, 1974, pp. 123-142.

52 R. LEMARCHAND, 1970, pp. 118-179 e 315-323.

pava[53]. Esta particularidade diz respeito às características das formações políticas locais, cuja composição e a base sociológica privilegiavam os subalternos, os funcionários, ou seja, todas as categorias da nascente pequena-burguesia as quais não conseguiram, senão muito parcialmente, mobilizar as massas. A única exceção relevante foi o MESAN, fundado em Oubangui-Chari por Barthélemy Boganda: os "evoluídos" desconfiaram deste partido, o que lhes valera junto ao povo a alcunha pejorativa de *mboundjou voko* [negros brancos]. Recrutando os seus quadros e militantes junto aos pequenos empregados, às massas urbanas e ao povo camponês da mata, o MESAN foi obrigado a munir-se, especialmente nos campos econômico e social, de uma ideologia relativamente elaborada que abrangia, por exemplo, o projeto de formação de cooperativas em curto espaço de tempo[54]. Os partidos africanos da AEF gozavam entretanto de uma real popularidade, por um lado em razão da sua adesão (salvo no caso do MESAN) ao RDA, cuja ligação com o Partido Comunista Francês indicava um perfil muito autenticamente progressista[55] e, por outro lado em função da atitude, particularmente retrógrada, dos colonos franceses, para quem a única reivindicação consistiu por muito tempo em manter as estruturas e as práticas arcaicas. O alto-comissário Paul Chauvet, em atividade durante este período crucial (1951--1958), demonstrou grande habilidade ao tomar as mais apropriadas medidas com o objetivo de quebrar "o racismo branco [...] ainda e sempre tão deplorável e perigoso para a ordem pública[56]" e ao unir as elites africanas: interdição do tratamento informal pelos europeus, com o emprego do pronome "*tu*", relativamente aos negros, convite sistemático às mais notáveis personalidades africanas por ocasião das cerimônias oficiais e privadas, generosa outorga de bolsas de estudo, recrutamento sistemático dos jovens com ciclo secundário ou superior de estudos concluídos junto aos quadros locais da AEF. Igualmente, quando foi votada em 1956 a lei de enquadramento, as elites africanas rapidamente aceitaram a autonomia política mas, sem nenhuma hostilidade em relação à França e não expressando vontade alguma de romper as relações estruturais com a metrópole

53 Conferir E. M'BOKOLO, 1981b e 1982, para maiores detalhes.

54 Conferir P. KALCK, 1977.

55 O RDA esteve menos presente e a sua política foi mais flutuante junto à AEF, comparativamente a sua postura na AOF. Ele encontrou os seus aliados mais confiáveis no Tchad, *auprès* do Partido Progressista Tchadiano, de Gabriel Lisette, e no Gabão, no seio no Movimento Misto Gabonês, de Léon Mba, estes dois partidos: fundados em 1946, constituíram-se desde o seu nascimento em sessões do RDA. No Congo, o RDA teve como sessão o Partido Progressista Congolês, de Félix Tchicaya, posteriormente, a partir de 1957, esta função coube à União Democrática de Defesa dos Interesses Africanos, do abade Fulbert Youlou. No tocante a Camarões, conferir nota 65, *supra* inserida.

56 Estas proposições, datadas de 1954, focam um mal assaz tardio, conferir E. M'BOKOLO, 1982, p. 203.

colonial. Em agosto de 1958, algumas semanas antes do referendo gaullista que instituiu a "Comunidade", no qual estas elites defenderam o voto afirmativo, elas encaminharam ao general de Gaulle uma longa petição: em seu conteúdo, exaltavam a "obra civilizadora" da França na AEF e o princípio, com relação às antigas colônias, da "independência na interdependência livremente consentida"; elas reservavam-se o direito de exigir a termo a independência, essencialmente porque, segundo a sua argumentação, elas "sofriam de um complexo de inferioridade perante as antigas colônias inglesas que se haviam tornado Estados independentes[57]". Na ocasião, uma das questões essenciais consistia em saber se, após a independência, manter-se-iam ou não as instituições federais. Barthélemy Boganda fez-se o mais ardente defensor, ao mesmo tempo o mais lúcido e o mais visionário, do projeto federalista. Presidente do Grande Conselho da AEF, ele não propunha somente uma federação unindo estreitamente as quatro antigas colônias francesas. Esta federação, batizada "República Centro-Africana" deveria ser o primeiro passo em direção ao que ele chamava "os Estados Unidos da África Latina (ou Central)" que reagrupariam, em suplemento, o Congo belga, Camarões, Angola, Ruanda e Burundi. O projeto abortou principalmente pela resistência do Gabão que reagiu como o fizera anteriormente a Costa do Marfim, na África do Oeste, e à imagem do Quênia, posteriormente, na África do Leste: em se tratando do país mais empobrecido, ele teve medo de pagar a conta da futura federação. A morte de Boganda, em 29 de abril de 1959, em um misterioso acidente de avião, marcou a ruína de todas as esperanças dos federalistas. Foi, portanto, de forma dispersa que os territórios da AEF dirigiram-se rumo à independência[58].

Mais tardias, a independência da Guiné equatorial e das ilhas de São Tomé e Príncipe também se processaram sob o estreito controle das potências colonizadoras, Espanha e Portugal. Na Guiné equatorial, as reivindicações nacionalistas tiveram eco desde 1950, por ocasião da formação da Cruzada Nacional de Libertação: dirigida por Acacio Mañe, um agricultor da região de Bata, esta organização reunia os agentes da administração colonial, particularmente os professores, os quais, desde 1945, exigiam em vão a melhoria de seus salários. De toda forma, a Espanha confinou-se em uma atitude imobilista e repressiva com o objetivo de preservar o *statu quo*. Após a sua admissão na ONU, em

57 Petição exposta *in extenso* na publicação *Marchés tropicaux du monde* [Mercados Tropicais do Mundo], em 6 de setembro de 1958.

58 Congo, 15 de agosto de 1960; Gabão, 17 de agosto de 1960; República Centro-Africana, 13 de agosto de 1960.

1955, ela foi alvo de reiterados ataques provenientes do grupo afro-asiático mas, beneficiou-se do veto constante dos Estados Unidos da América. Uma terrível onda repressiva culminou com o assassinato dos dois mais notórios dirigentes nacionalistas, Acacio Mañe (1958) e Enrique Nvó (1959): centenas de guineanos exilaram-se no Gabão e em Camarões. Igualmente, os dois grandes partidos constituídos em 1959, o MONALIGE (Movimento Nacional de Libertação da Guiné Equatorial) e o IPGE (Ideia Popular de Guiné Equatorial) formaram os seus quadros e as suas mais ativas bases no estrangeiro, especialmente em Camarões. Esta implantação no exterior inclusive encorajou as reivindicações anexionistas de certos partidos nigerianos e camaroneses em Río Muni e Fernando Poo. Após 1960, o apoio dos novos Estados independentes aos partidos guineanos mostrou-se decisivo. Em confronto, por outro lado, com importantes movimentos sociais, sobretudo da parte do funcionalismo, a Espanha progressivamente cedeu. Em 1963, ela reconheceu os partidos políticos antes de conceder a autonomia (1964). A conferência constitucional reunida em 1967-1968 concluiu pela necessidade da independência, proclamada em 12 de outubro de 1968.

A independência dos grandes Estados da África central também estimulou o processo de emancipação nas ilhas de São Tomé e Príncipe, onde um primeiro importante movimento de massas fora severamente reprimido em 1960. Em 1964, a OUA reconheceu o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe, o qual se transformou, oito anos mais tarde, em Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP). Após a "Revolução dos Cravos" (25 de abril de 1974), Portugal negociou firmemente com o MLSTP um calendário de emancipação e a independência foi proclamada um ano mais tarde (12 de julho de 1975).

Em Ruanda e no Burundi, à época unidos sob o nome de Ruanda-Urundi, a ONU desempenhou plenamente o seu papel de potência tutelar. As complicações que marcaram a última década colonial têm origem em crescentes tensões étnicas que a prática colonial encorajara, de bom ou mau grado, tensões estas que não lhe fora possível conter[59]. Em Ruanda, as elites escolarizadas hutu tiraram proveito da retirada dos missionários católicos, por volta de 1955, para atacar violentamente os tutsi que não somente compunham a aristocracia política mas, haviam sido sistematicamente colocados pelos belgas em postos de responsabilidade nos setores religioso e administrativo. O jornal católico Kinyamateka, publicado em língua kinyarwanda desde 1933, tornou-se a sua tribuna após a

59 R. LEMARCHAND, 1970, pp. 118-196 e 324-342.

sucessão de Alexis Kagame (tutsi) por Grégoire Kayibanda (hutu), em 1957, no posto de redator em chefe: ele fez da "neofeudalidade hamítica" o seu alvo favorito. Em março de 1957, nove intelectuais hutu publicaram, pouco antes da passagem da "missão de visita" da ONU, um texto impactante, o *Manifesto dos Bahutu. Cabe atentar para o aspecto social do problema indígena em Ruanda*[60]. O seu conteúdo, hostil ao "monopólio político, econômico, social e cultural dos tutsi" e favorável à "efetiva promoção dos bahutu", forneceu a ideologia dos partidos que então se formaram: o APROSOMA (Associação para a Promoção Social das Massas) e o PARMEHUTU (Partido do Movimento de Emancipação Hutu). Os tutsi reagiram agarrando-se aos seus privilégios, razão pela qual graves enfrentamentos, desencadeados pelos hutu, ocorreram em novembro de 1959 (totalizando de 200 a 270 mortos, mais de 1.200 prisões e aproximadamente 7.000 pessoas feridas). Entretanto, estas tensões étnicas, não menos reais no Burundi, não se expressaram de maneira violenta. Os partidos políticos, criados a partir de 1958, constituíram-se em bases ideológicas, antes e em detrimento de postulados étnicos. Ao menos é o que sugerem abertamente as suas siglas: Partido da Unidade e do Progresso Nacional (UPRONA com o lema "Deus, Rei, Burundi"), Associação dos Progressistas Democráticos Burundi, Partido Democrata Rural e a União Nacional Africana do Ruanda-Urundi, fundada por imigrantes de retorno da Tanganyika e calcada na Tanganyika African National Union. Foi somente em 10 de novembro de 1959 que, impactado pelo choque dos acontecimentos no Congo, o governo belga precisou as etapas que deveriam conduzir os dois territórios sob tutela à emancipação[61]. Muito aquém de amenizar as tensões, esta declaração do governo belga não fez senão sobreexcitar as paixões em Ruanda. O período compreendido entre novembro de 1959 e julho de 1962 denotou-se por gravíssimos enfrentamentos, especialmente quando das eleições de junho de 1960 e agosto de 1961, cada qual produzindo dezenas de mortos e obrigando milhares de pessoas a tomarem o rumo do exílio. Uma complicação suplementar originou-se no governo belga que, rompendo com a sua tradicional política, pôs-se a apoiar sistematicamente os hutu, enquanto a ONU era incomodamente sacudida em meio a estas posições contraditórias. As eleições municipais realizadas em junho-julho de 1960 constituíram um triunfo para os hutu (em um total de 3.125, 2.390 postos legislativos foram

---

60 Grupo coordenado por Grégoire Kayibanda. Em relação ao texto do *Manifesto* e à lista completa dos autores, conferir *Ruanda politique, 1958-1960*, 1960, pp. 20-29. A expressão "Neofeudalidade hamítica", muito em voga na ocasião, foi popularizada pelo sociólogo Jacques Maquet.

61 Ruanda e Burundi, em 1º de julho de 1962.

dados ao PARMEHUTU e 233 à APROSOMA) e uma verdadeira ruína para os partidos tutsi, RADER (Agrupamento Democrático Ruandês, 209) e UNAR (União Nacional Ruandesa). O governo formado no posterior outubro refletiu esta correlação (6 ministros hutus e 2 belgas em um total de 8). Em 20 de janeiro de 1961 o governo belga, estimulado pelas resoluções da Assembleia Geral da ONU, decidiu adiar *sine die* as eleições previstas para 28 de janeiro. A resposta popular foi "o golpe de Estado de Gitarama" perpetrado neste mesmo 28 de janeiro: os eleitos em âmbito municipal, acompanhados de cerca de 25.000 pessoas, reuniram-se em Gitarama e proclamaram a deposição do mwami Kigeri V (que se ausentara de Ruanda desde maio de 1960), a instauração da república, a imediata eleição de um governo e de um chefe de Estado e, por fim, a promulgação de uma Constituição. As eleições gerais, organizadas em setembro de 1961 sob o controle da ONU, legitimaram *a posteriori* o golpe de Estado. Alcançada a sua independência, o Ruanda separou-se do Burundi. Neste último país, o governo belga foi muito feliz em não ter que enfrentar tensões étnicas, o que não impediu, localmente, a multiplicação das manobras protelatórias, por parte dos administradores. Desta forma, nas eleições municipais de 1960, o UPRONA, temido pelo seu intransigente nacionalismo, foi indubitavelmente vítima de fraudes e não obteve senão 19% das cadeiras. Mas, ele triunfaria nas eleições legislativas de setembro de 1961 (56 cadeiras em um total de 62), organizadas sob o controle da ONU. A autonomia interna foi acordada pelos belgas em dezembro de 1961 e uma comissão da ONU preparou a independência, sem contudo lograr êxito em preservar a união entre o Ruanda e o Burundi, desejada pela organização internacional e rejeitada unanimemente pelos governos dos países interessados.

No Congo (RDC), uma vez superadas as violentas sublevações do imediato pós-guerra, a necessidade de se organizar fez-se sentir com ainda maior acuidade. Mas, os partidos políticos permaneciam proibidos. Por conseguinte, os congoleses adotaram duas formas de organização específicas cuja herança pesaria, de forma durável, no futuro político e social do país: por um lado as associações de veteranos alunos e, por outro, as sociedades tradicionais. Desde há muito tempo estabelecidas, estas associações, tais como a ADAPES, anteriormente citada, a ASSANEF (Associação dos Veteranos Alunos dos Frades das Escolas Cristãs) ou o Círculo São Benedito de Élisabethville, conheceram neste momento o seu apogeu: as jovens elites congolesas, assim mantidas sob o constante amparo dos missionários, adquiriram o terrível hábito de conceber a sociedade – e posteriormente a política – por meio de procurações, livrando-se deste encargo transferindo-o para amáveis conselheiros. As autoridades colo-

FIGURA 8.1 Kigere V, último rei do Ruanda. (Foto: Musée royal de l'Afrique centrale, Tervuren.)

niais também toleraram a existência de associações culturais étnicas, inofensivas por vocação, pois que elas não reuniam senão um restrito número de membros e mantinham ou acentuavam as divisões entre os congoleses. Foi assim que surgiram, entre outras, a ABAKO (Associação dos Bakongo) e o Lulua-Frères. A prática colonial encontrou sérias adversidades aproximadamente a partir de 1955: a política laica do novo ministro das colônias, Ahguste Buisseret, quebrou a aliança entre o Estado e a Igreja, rejeitando esta última na sua crítica, deveras moderada, da obra colonial; a "querela linguística" entre flamengos e valões ganhou o Congo, expondo nitidamente as divisões entre os colonizadores. As elites africanas continuavam, entretanto, a acreditar na ideologia colonialista e, especialmente, na doutrina da comunidade belgo-congolesa, ainda formulada sob a forma de promessa, como o demonstra o livro *Le Congo terre d'avenir est-il menacé?*, escrito por Patrice Lumumba nesta época. Ele foi um homem razoavelmente desconhecido, o professor A. A. J. Van Bilsen que, ainda assim, renovou o debate e conduziu à radicalização de certos africanos, publicando o tornado rapidamente célebre "Plano de Trinta Anos para a Emancipação

Política da África Belga" (dezembro de 1955-janeiro de 1956)[62]. Os congoleses responderam rapidamente por intermédio de dois manifestos: aquele do grupo católico Consciência Africana que aceitou a problemática e o calendário do Plano, bem como o referente à ABAKO, doravante animada pelo antigo seminarista Joseph Kasavubu que bradava brutalmente: "Pois que a hora é chegada, é preciso acordar ainda hoje a emancipação em lugar de retardá-la ainda trinta anos[63]." O governo colonial fez concessões para evitar uma catástrofe, organizando eleições municipais em dezembro de 1957 nas mais importantes cidades, entretanto circunscrevendo habilmente estas eleições aos bairros autóctones, ele limitou os congoleses restringindo-os a um estéril debate no qual eles lutariam entre si e não contra os colonizadores, o que produziu o efeito de endurecer as polarizações étnicas. Entretanto partidos políticos começaram a se formar nesta ocasião. Em outubro de 1958, Patrice Lumumba fundou o Movimento Nacional Congolês (MNC) que se constituiria no único grande partido com uma base verdadeiramente nacional. Nas camadas populares, a crise social, encubada desde a reviravolta conjuntural aproximadamente em 1957, explodiu no curso da insurreição dos bairros populares de Léopoldville entre 4 e 7 de janeiro de 1959. Malgrado a severidade da repressão, o poder colonial desmantelou-se. As autoridades belgas que jamais haviam seriamente projetado a descolonização do seu império, apressaram-se em improvisar e bloquear a emancipação do Congo belga. Uma conferência da "Mesa-Redonda", reunida em Bruxelas em janeiro de 1960, fixou a data da independência para o dia 30 de junho do mesmo ano. Entretanto, eram numerosas as clivagens em meio às elites congolesas. Elas diziam respeito tanto menos a estrutura ulterior da sociedade, quanto mais referiam-se à própria configuração do Estado e à orientação política do regime: nestas bases e, em grande parte, indiferentes às aspirações populares, estas divisões provocavam o enfrentamento entre regionalistas e nacionalistas, federalistas e unitaristas, moderados e radicais. A solução adotada, incerto compromisso, não produzia senão a explosão de conflitos ainda maiores: o chefe de Estado, Joseph Kasavubu, representava as correntes regionalistas, federalistas e moderadas, ao passo que o chefe de governo, Patrice Lumumba, era o símbolo das aspirações nacionalistas, unitaristas, radicais e panafricanistas. O inevitável conflito eclodiu tão logo e imediatamente após a independência instaurada, provocando uma frustração junto às classes populares e uma duradoura guerra civil.

62 O texto deste plano está reproduzido em A. A. J. VAN BILSEN, pp. 164-202.

63 Estes dois manifestos estão reproduzidos em *Congo, 1959*, pp. 9-21.

Em Camarões e em Angola, foram guerras de libertação que impuseram aos poderes coloniais a necessidade da independência.

A UPC (União das Populações de Camarões) constituiu em larga medida o fermento e a ponta de lança da luta nacional em Camarões[64]. A administração francesa encorajou sem sucesso a emergência de formações rivais que não tiveram um longo alcance: um Bloco Democrático Camaronense, de inspiração democrato-cristã, fundado em 1951 e uma União Socialista Camaronense, criada em 1953. Muito além de um partido monolítico, a UPC foi uma frente tanto pelas origens sociais do seu recrutamento (intelectuais, operários sindicalizados, subproletariado das cidades, camponeses pobres da Sanaga, plantadores e comerciantes abastados bamileke) quanto pela sua ideologia: o pensamento do seu fundador Um Nyobé era antes nacionalista, comparativamente àquele de Félix Moumié e Ernest Ouandié, ideário de inspiração marxista[65]. O partido soube expandir a sua audiência graças aos estreitos laços mantidos com a União dos Sindicatos Confederados, influenciada pela Confederação Geral do Trabalho (CGT francesa) e, em razão das suas próprias "organizações de massa", com a União das Mulheres de Camarões (UDFC) e as Juventudes Democráticas dos Camarões (JDC) em particular. Os revezes aos quais foi submetido o colonialismo francês em 1954 – derrota de Diên Biên Phu e o desencadear da revolução argelina – incitaram a UPC a lançar uma vasta ofensiva no ano seguinte, culminando com a "Semana Sangrenta" (22-30 de maio de 1955). A repressão foi severa, produzindo oficialmente 25 mortos, as reais cifras foram cinco vezes superiores. A UPC e as organizações que dela dependiam foram dissolvidas[66]; elas não deixariam entretanto de existir, com a entrada de Um Nyobé na clandestinidade "como Mao Tsé Tung e Hô Chi Minh" enquanto Félix Moumié, por sua vez, esforçava-se em alertar a opinião pública nacional. Os pequenos partidos moderados, os quais haviam sido bloqueados em seu desenvolvimento pela ação legal da UPC, tiraram proveito da sua dissolução: eles ganhariam as eleições de 1956, em respeito às quais a UPC recomendara abstenção. Camarões, promulgado "república autônoma sob tutela", em 1957, primeiramente assistiu à formação de um governo presidido por André-Marie

64 R. A. JOSEPH, 1977, pp. 171-331. Consultar também J.-F. BAYART, 1979, pp. 54-108 e M. BETI, 1972.

65 Após a ruptura entre o RDA e o PCF, em outubro de 1950, as relações da UPC com o RDA tornaram-se puramente formais, mas foi somente em 2 de julho de 1955, no momento da reunião do Comitê de Coordenação do RDA, em Conakry, que a UPC foi excluída do RDA. Sobre estas conturbadas relações, ver R. A. JOSEPH, 1977, pp. 186-188 e 190-192.

66 O RDA também aproveitou para negar a UPC e romper qualquer relação com ela.

Mbida e cujo vice-primeiro-ministro era Ahmadou Ahidjo. À União Camaronense, fundada no mesmo ano por este último, se afiliaram muitos partidos regionais, fato que não a impediu de conservar o seu nódulo organizacional central na região norte, a sua terra natal. A UPC, proclamada morta, relembrou a sua própria existência, lançando uma nova insurreição, em setembro de 1957, primeiramente em Sanaga-Marítima e depois em região bamileke. A França foi chamada a intervir: foram necessários onze meses de "pacificação" para prender e executar Um Nyobé. Neste momento pareceu suficientemente seguro proclamar a independência (1º de janeiro de 1960). Mas os clandestinos da UPC permaneciam ativos nas regiões bamileke, como comprovam ataques, inclusive frequentes, executados em Douala e Yaoundé. Por outro lado, a oposição legal continuava a atuar, tal como atestam a aceitação por 800.000 eleitores, em que pese a sua rejeição por 530.000 outros, da nova constituição proposta no referendo. Foi necessária, todavia e simultaneamente, a intervenção de cinco batalhões franceses, o assassinato de Félix Moumié em 1960 e um complô oportunamente descoberto em 1962, para reduzir as ações clandestinas e eliminar a oposição legal mas, o fim da guerra civil não seria proclamado senão em 1972, tal como, somente em 1975, seria abolido o passe-livre obrigatório para circular entre as cidades. Entrementes, tivera lugar a reunificação com o domínio inglês da parte sul de Camarões. O Cameroon National Democratic Party, de John Ngu Foncha, ganhou as eleições em 1959 no sul do território britânico e logrou êxito em fazer com que a ONU organizasse, em fevereiro de 1961, um referendo no conjunto do território colocado sob tutela britânica: o norte votou pela anexação com a Nigéria, enquanto o sul optou pela reunificação com o antigo Camarões francês, oficializada pela Constituição de 1º de outubro de 1961 que proclamou a República Federal de Camarões[67].

Em Angola, os movimentos do pós-guerra foram rapidamente calados: o jornal Mensagem, cujo lema "Vamos descobrir Angola", eminentemente nacionalista, foi proibido ao mesmo tempo que a ANANGOLA, responsável pela sua publicação, e as outras associações culturais e políticas. Mas, mesmo em Portugal, muitos jovens intelectuais, frequentemente simpatizantes do partido comunista, tais como Mario de Andrade, Francisco Tenreiro e Agostinho Neto, empunhavam a flâmula nacionalista. Estes vários grupos clandestinos transformaram-se progressivamente em partidos políticos: a UPNA (União das Populações do Norte de Angola), fundada em 1954 e posteriormente transfor-

67 T. EYONGETAH e R. BRAIN, 1974, pp. 128-166.

FIGURA 8.2 Da esquerda para a direita: Joseph Kasavubu, presidente do Congo, o primeiro-ministro Patrice Lumumba, e o rei da Bélgica, Baudouin, em Léopoldville, Congo, em junho de 1960.

Figura 8.3 Três dos chefes da União das Populações de Camarões (UPC). Da esquerda para a direita: Ernest Ouandié, Félix Roland Moumié e Abel Kinguá.

mada na UPA (União das Populações Angolanas), esta última, por sua vez e mais tarde, convertida na FLNA (Frente Nacional de Libertação de Angola); o MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), criado em 1956 por militantes oriundos do Partido Comunista Angolano e do Partido da Luta dos Africanos de Angola[68]. Em 1959 e 1960, eclodiram os primeiros graves distúrbios, após sobressaltos ocorridos no processo de emancipação do Congo belga, onde numerosos angolanos viviam na imigração ou no exílio. A brutal repressão traduziu-se por detenções em massa admiravelmente relatadas no belo conto de Luandino Vieira, *A Verdadeira Vida de Domingo Xavier*. A rebelião explodiu no ano de 1961, em muitas localidades: em Luanda, no dia 9 de fevereiro; no norte, junto à fronteira do Congo (Zaire), em 5 de março, bem como na Baixa de Cassange (Kasanga), na mesma época. Os portugueses responderam com extrema violência e o resultado da repressão foi muito sangrento: de 30.000 a 50.000 mortos e de 150.000 a 200.000 angolanos, em sua maioria originários do noroeste (Kongo), foram obrigados a se exilar no Congo (Zaire), em alguns meses[69]. Posteriormente a esta derrota, a frente militar estabilizou-se; ao passo que o exército português se enterrava na repressão de uma interminável guerrilha, com efeitos catastróficos tanto econômica quanto financeiramente[70]. As divergências entre os movimentos nacionalistas aumentaram, chegando ao ponto de se tornarem evidentes. Entretanto, apesar do crescente apoio oferecido a Portugal pelos seus parceiros da OTAN[71], esta guerra, à imagem daquelas da Guiné Bissau e de Moçambique, minaria a economia e a sociedade portuguesas e, por outro lado, provocaria um mal-estar político que se manifestaria na "Revolução dos Cravos" (25 de abril de 1974). Esta última desbloquearia a situação. Com efeito, o Movimento das Forças Armadas, detentor do poder em Portugal, estava decidido a acelerar o processo de descolonização. Mas, na totalidade do império português, o caso angolano era de extrema complexidade. O que fazer dos 335.000 portugueses, dentre eles 172.000 colonos, dos quais um terço nascera na colônia e aos quais a economia portuguesa, bem menos desen-

68 Em razão da clandestinidade, o número destes partidos, aparentemente elevado, é todavia insuficientemente conhecido e a sua história inicial consiste em tema de fortes discussões; consultar, por exemplo, J. MARCUM, 1969, pp. 27-30, em relação ao MPLA e, no tocante à FNLA e aos grupos "etno--nacionalistas", referir-se a R. PÉLISSIER, 1978, pp. 259-296. J. MARCUM oferece, nas pp. 347-349, uma tabela voluntariamente parcial, mas representativa e clara dos principais movimentos nacionalistas atuantes entre 1944 e 1962.

69 Crônica completa em R. PÉLISSIER, 1978, pp. 301-664.

70 Conferir M. de ANDRADE e M. OLLIVIER, 1971.

71 J. MARCUM, 1969, pp. 181-190; M. de ANDRADE e M. OLLIVIER, 1971, p. 93-122.

volvida que aquela dos seus vizinhos europeus, não podia oferecer empregos? A qual movimento africano transferir o poder? As três forças atuantes estavam profundamente divididas: às diferenças tocantes ao seu recrutamento e à sua composição sociológica, tanto quanto às suas divergências ideológicas, viriam se acrescentar as tensões étnicas. Dirigidas pela pequena-burguesia urbana, a FNLA e a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola, fundada em 1966 por dissidentes da FNLA) estavam sobretudo implantadas nos meios rurais e as suas estruturas fundavam-se sobre uma base étnica, a primeira destas organizações atuava como porta-voz dos kongos, enquanto a segunda manifestava-se em nome dos ovimbundus. Contando com um espectro de influência social muito mais amplo e uma implantação urbana mais sólida, somente o MPLA possuía uma base nacional. Ademais, as riquezas agrícolas, minerais e petrolíferas – estas últimas concentradas em Cabinda, e suscitadoras de um vivo particularismo – excitavam a cobiça das grandes potências. Foi somente em 15 de janeiro de 1975 que os acordos de Alvor, assinados pelos três movimentos e pelo governo português, estipularam a data da independência[72]. Mas os desacordos ressurgiram muito rapidamente. De fevereiro a julho de 1975, a "batalha de Luanda", vencida pelo MPLA, permitiu-lhe banir os seus rivais da capital. A independência foi proclamada na data prevista em meio à maior confusão: em Luanda ela coube ao MPLA, ao passo que em Huambo ela se realizou sob a direção da FNLA e da UNITA. A guerra civil sucedeu à guerra de libertação. A OUA estava dividida (foram 22 votos favoráveis ao MPLA e 22 votos em contrário, as duas abstenções ficaram a cargo da Etiópia e de Ouganda) e assistiu sem reagir à luta fratricida. Após uma série de sucessos militares (janeiro-março de 1976), o MPLA promoveu a entrada da República Popular de Angola no seio da OUA (11 de fevereiro de 1976), bem como a sua adesão à ONU (novembro de 1976). Entretanto, várias regiões ainda escapavam ao controle do poder central.

72 No dia 11 de novembro de 1975, ou seja, precisamente na mesma época em que Moçambique (25 de junho de 1975) e São Tomé e Príncipe (12 de julho de 1975) todavia, mais tardiamente que a Guiné-Bissau (24 de setembro de 1973).

CAPÍTULO 9

A África Oriental

Michael Twaddle
em colaboração com *Lucile Rabearimanana* e *Isaria N. Kimambo*

Para as necessidades deste capítulo, nós reuniremos sob a nomenclatura "África Oriental" não somente as antigas colônias britânicas do Quênia, da Uganda e da Tanzânia (na ocasião cindida em dois territórios distintos: a Tanganyika e Zanzibar), do Malaui (antiga Niassalândia) e da Zâmbia (antiga Rodésia do Norte) mas, também a grande ilha de Madagascar, outrora administrada pela França, o arquipélago de Comores e a Ilha da Reunião, e, enfim, a Ilha Maurício e as Ilhas Seychelles, em tempos passados ligadas à Coroa Britânica.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Quênia tornou-se o centro do Império Britânico da África Oriental, sobretudo, após a tomada de Cingapura pelos japoneses. Ao mesmo tempo em que este país ganhava importância como fonte de matérias-primas e produtos alimentares para a Inglaterra em guerra, a distância entre ricos e pobres lá aumentava de forma dramática. Estas crescentes diferenças internas desempenhariam um papel determinante no desencadeamento da revolta mau-mau – a mais importante das revoltas anticoloniais que a administração colonial britânica teve de enfrentar na África tropical.

Entretanto, cinco anos antes, a insurreição de março de 1947, também ela estreitamente ligada à crise global da Segunda Guerra Mundial, desestabilizara a presença colonial francesa na grande ilha de Madagascar.

Madagascar[1]

Em Madagascar, a colonização francesa confrontara-se logo de início com uma organizada resistência e certas regiões do sul não haviam deposto as armas senão ao cabo de uma dezena de anos. Antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, criara-se na Tananarive (Antananarivo) uma sociedade secreta nacionalista, a VVS, iniciais das palavras malgaches *vi, vato, sakelika* [ferro, pedra, ramificações][2]. Durante o entreguerras, a luta do movimento nacional consistia principalmente em reclamar a igualdade de direitos entre os sujeitos malgaches e os cidadãos franceses. Os franceses estavam dispostos a acordar a plena cidadania a alguns malgaches, muito mais generosamente do que fora então a regra nas vizinhas colônias britânicas do continente africano. Mas, esta política francesa de assimilação, conquanto tenha sido momentaneamente capaz de criar uma dócil e colaborativa elite malgache, revelou-se infrutífera como estratégia em longo prazo, tal como comprova o fato da VVS ter sobrevivido e se transformado, após a Segunda Guerra Mundial, à imagem de outras associações secretas, em uma estrutura politicamente muito mais sólida. Com efeito, o colonialismo francês em Madagascar suscitou, junto à população local, um nacionalismo cultural que talvez somente se tenha igualado, em intensidade, nos territórios sob dominação britânica do continente africano, àquele dos insurrectos mau-mau do Quênia. Entretanto, os franceses não foram os únicos artífices deste florescimento nacionalista; à sua revelia, eles prolongaram o renascimento cultural que conhecera Madagascar no século XIX (conferir a este respeito o capítulo 10 do volume VII). Foi, todavia, a Segunda Guerra Mundial que permitiu a convergência do nacionalismo da elite e do descontentamento popular.

Diversas razões estão na origem da situação acima descrita. O conflito mundial foi uma traumatizante experiência cujos efeitos fizeram-se sentir em todas as colônias europeias na África mas, especialmente em Madagascar, estes efeitos exacerbaram-se em razão da humilhação da derrota. Em 1940, a administração francesa da ilha aliou-se ao regime de Vichy e Madagascar tornou-se muito rapidamente um objetivo para os britânicos e as forças da França livre. Em

1 Esta seção é o fruto de uma colaboração entre M. TWADDLE e L. RABEARIMANANA; as visões que ela expressa são, essencialmente, aquelas de L. RABEARIMANANA e inspiram-se principalmente nos estudos de J. TRONCHON, 1983; L. RABEARIMANANA, 1980a e b; R. LITALIEN, 1975; C. CADOUX, 1969; P. BOITEAU, 1982; A. SPACENSKY, 1970; R. W. RABEMANANJARA, 1952.

2 *Vi*, *vato*, ou seja, ferro, pedra, símbolos da pureza e da determinação que os fundadores queriam atribuir a esta organização. A sociedade estava, além disso, ramificada em *sakelika*, ou seja, em ramos ou seções, de onde a sigla VVS. Conferir A. A. BOAHEN (org.), 1987, p. 268.

1942, a ilha foi invadida e, embora o posto de governador-geral tenha sido confiado a uma personalidade escolhida por De Gaulle, as forças britânicas permaneceram na ilha até 1946, o que trouxe graves danos ao prestígio colonial da França. Em suplemento, para o habitante comum da ilha, havia um abismo entre as duras realidades da vida cotidiana e os grandes discursos que marcaram período pós-Vichy. Todas as colônias europeias da África sofreram, no curso da Segunda Guerra Mundial, uma penúria de produtos importados e uma decorrente inflação mas, em razão da sua situação caracterizada pela ocupação após 1942, Madagascar conheceu, em suplemento, uma insuficiência em divisas estrangeiras. Em 1943-1944, abateu-se sobre a ilha uma grave fome. O arroz, produto alimentar fundamental, atingiu preços vertiginosos. O Ofício do Arroz tornou-se extremamente impopular, fazendo com que certos agricultores devessem desembolsar enormes somas para recomprar o que eles próprios haviam produzido, e precedentemente vendido a preços, de forma nítida, inferiores. Inclusive, quando muito se debatia, após a Carta do Atlântico (1941) e a Conferência de Brazzaville (1944), acerca da melhoria da situação nas colônias, os dirigentes nacionalistas malgaches do pós-guerra não demonstraram nenhuma dificuldade em conquistar audiência, ao afirmarem que "a colonização não consistia em nada além de uma exploração[3]".

É bem verdade que imediatamente após o conflito, o odiado sistema baseado no indigenato e no trabalho obrigatório foi abolido e Madagascar, tal como outras colônias francesas, viu-se acordar uma representação política em Paris. A este respeito, os franceses mostraram-se bem mais generosos que os seus homólogos britânicos na África Oriental (é difícil, por exemplo, imaginar Jomo Kenyatta eleito, nesta época, na qualidade de representante parlamentar do Quênia em Londres!). Contudo, embora estivessem dispostos a avançar, ainda mais, no âmbito do direito, conforme às generosas tradições da "maior França", até certo ponto e logo que se tratasse da questão da independência, os franceses da metrópole tornavam-se muito mais intransigentes que os britânicos, os quais já haviam aceitado esta ideia relativa a autonomia. Ora, ali tratou-se justamente da independência, pois este foi o pleito exigido pelos delegados malgaches do Parlamento, após a Segunda Guerra Mundial. O acordo Sainteny-Hô Chi Minh, em março de 1946, reconhecendo a "República Democrática do Vietnã como um Estado livre, integrante da Federação da Indochina no interior da União Francesa", incitou os dois deputados malgaches, em Paris, a impetrar um

3 Citado por J. TRONCHON, 1983, p. 125.

projeto de lei, visando a também fazer de Madagascar "um Estado livre no seio da União Francesa, possuindo o seu governo, o seu parlamento, o seu exército e as suas finanças[4]".

Este projeto de lei foi imediatamente tachado de "inconstitucional" e caiu no esquecimento com a dissolução da Primeira Assembleia Constituinte. Mas, ele criou um precedente e proporcionou a ocasião de ilustrar a intransigência dos franceses, o que convenceu numerosos nacionalistas malgaches da inocuidade de todas as reformas do imediato pós-guerra, as quais não consistiam senão uma cortina de fumaça: "a União Francesa não passava, portanto, de um engodo do império colonial francês[5]."

O contexto local e a situação internacional, criados pela Segunda Guerra Mundial, concorreram mutuamente para intensificar as reivindicações nacionalistas: a partir de 1945 e até 1960, os nacionalistas lutaram para obter a independência. Esta aspiração não era unicamente produto da atuação dos militantes políticos de Tananarive ou de outras cidades, ela igualmente ganhou tanto o centro do país quanto as regiões costeiras, as camadas abastadas da população mas, também, os setores populares. Ela se expressava, sobretudo, no âmbito de um partido, o Movimento Democrático pela Renovação Malgache (MDRM). Este partido nascera em Paris, em fevereiro de 1946, sob a liderança dos dois deputados eleitos para a Assembleia Nacional Francesa, no ano de 1945, pelo segundo colégio, ou seja, pelos eleitores autóctones de Madagascar, em um quadro marcado por um sufrágio controlado. Mas, ele expandiu-se rapidamente em todo Madagascar, nas cidades tanto quanto nos campos e através de todos os meios sociais. Este sucesso deve-se, com maior ênfase, ao fato deste partido apresentar o seu programa como passível de imediata realização. Entretanto, produziu-se paulatinamente um divórcio entre a base e a direção do MDRM, na medida em que os deputados falavam de um Estado livre no interior da União Francesa. Esta situação provocou a adesão de alguns dos seus militantes às sociedades secretas: o Jiny[6] e o PANAMA (Partido Nacional Malgache), organizados pelos nacionalistas, os quais estavam persuadidos que a França não concederia facilmente a independência e que seria preciso conquistá-la pela força das armas. O MDRM obteve um crescente sucesso eleitoral em todo o país, fato que não deixou de inquietar os notáveis das regiões costeiras ligados à

4 N. HESELTINE, 1971, p. 174; J. TRONCHON, 1983, p.127.

5 J. TRONCHON, 1983, p. 129.

6 O *jiny* é um pássaro noturno. Tomando este nome, esta sociedade secreta formada durante a guerra marcava claramente a sua vontade de ludibriar a supervisão das autoridades políticas.

França e ao regime existente. Eles fundaram, em julho de 1946, o Partido dos Deserdados de Madagascar (PADESM).

O PADESM recrutava os seus membros em meio aos notáveis da costa e opunha-se muito vigorosamente ao MDRM. Assimilando voluntariamente o MDRM aos hova, ou seja, essencialmente aos habitantes da região de Tananarive, o PADESM dirigia-se às dezessete outras etnias de Madagascar as quais lhe forneciam os seus militantes. A administração francesa, inquieta com o crescente prestígio do nacionalismo malgache, encarnado pelo MDRM, apressou-se em apoiar ativamente o PADESM.

Desde o fim do ano de 1946, após a eleição de três deputados oriundos do MDRM para a assembleia legislativa, a repressão abateu-se sobre este partido. A difusão dos seus jornais foi dificultada, os seus militantes e dirigentes foram presos sob os mais falaciosos pretextos. Lançados também eles no imbróglio, os colonos franceses das regiões costeiras maltrataram os trabalhadores filiados ao MDRM e não hesitaram em molestar os dirigentes locais do partido. As eleições provinciais de janeiro e fevereiro de 1947 assim aconteceram, em um ambiente muito conturbado. A tensão foi ainda agravada pelas intervenções da administração colonial nas operações. Apesar disto, a maior parte dos conselheiros provinciais eleitos proveio do MDRM. Desde então os conflitos entre as tendências políticas divergentes se exacerbaram. Multiplicaram-se os rumores indicando uma eminente insurreição. Quando esta última efetivamente eclodiu, em 29 de março de 1947, a administração francesa, assim como a opinião pública malgache, não foram totalmente surpreendidas.

Em 29 de março de 1947, sublevações explodiram no leste da ilha, em Moramanga, em Manakara e alhures. Mas, a ação foi neutralizada em cidades como Tananarive, Fianarantsoa e Diégo-Suarez (Antseranana). Na região da falésia oriental, em contrapartida, a insurreição alastrou-se rapidamente. Até janeiro de 1947, os insurrectos ganharam terreno e dominaram grande parte da região tanala e bezzabozano. Entretanto, em razão das dificuldades de comunicação entre eles e do cerco ao qual estavam submetidos, eles foram obrigados a entrincheirar-se em posição defensiva, a partir do mês de agosto. A insurreição foi finalmente reprimida pelas tropas coloniais francesas, em novembro de 1948.

As causas do levante de 1947 eram múltiplas: havia certamente as provações da guerra, as quais não somente aumentaram o sofrimento do povo mas, igualmente, convenceram os nacionalistas malgaches da sua possibilidade em reivindicarem a independência e conquistarem-na graças à uma ajuda estran-

geira, especialmente britânica ou americana[7]. Mas, sobretudo, havia o irresistível avanço, no imediato pós-guerra e junto a um número cada vez maior de malgaches, das ideias ligadas à aspiração pela independência e a sua adesão ao MDRM.

O sucesso político alcançado por este partido e a inquietação que ele suscitou na administração colonial francesa foram tamanhos que, desde o início da insurreição, os dirigentes do território imputaram-lhes a responsabilidade pelos acontecimentos. Esta convicção era compartilhada pelos colonos franceses e também pelo PADESM. Os habitantes da região de Tananarive, os hovas, eram igualmente acusados de instigar a insurreição: eles eram os únicos, fazia-se valer, a realmente desejá-la, explorando-na a fim de tomar o poder. Eram muitas as alegações a desprezar a realidade e a ignorar a aspiração por independência dos malgaches, de todas origens sociais e étnicas. Nos campos, em meio aos colonos brancos, muitos decidiram fazer justiça com as suas próprias mãos. Entretanto, assim que eclodiu a insurreição, os deputados do MDRM livraram-se da sua responsabilidade, tanto na preparação quanto no desencadeamento dos distúrbios. Igualmente, os jornais nacionalistas defenderam os hovas e lembraram que estes últimos sempre haviam sido auxiliares da colonização. Ademais, eles apressaram-se em declarar a ligação dos malgaches com a civilização francesa[8].

A repressão abateu-se sobre todo o país imediatamente após o desencadeamento da insurreição: os dirigentes e mesmo o simples militante do MDRM foram detidos, o partido foi dissolvido em 10 de maio de 1947. Em suplemento, todos os outros partido (inclusive o PADESM) foram interditados. Tribunais foram instituídos em toda a ilha. O processo de Tananarive, de novembro de 1948, o mais célebre, determinou seis condenações à morte, dentre as quais duas atingiram os deputados do MDRM, Joseph Raseta e Joseph Ravoahangy, além de proferir várias condenações a trabalhos forçados perpétuos.

Quais seriam os verdadeiros instigadores da insurreição? A administração colonial, os colonos franceses e os membros do PADESM, estavam convencidos da responsabilidade do MDRM. Para os membros deste partido e para os seus partidários franceses habitantes na metrópole, os acontecimentos de 1947 e 1948 haviam deliberadamente sido provocados por uma administração colonial decidida a implementar tudo aquilo que estivesse ao seu alcance para aniquilar

7 J. TRONCHON evoca longamente as causas da insurreição. A tese (não publicada) de C. Guérin de MARTERAY sobre as causas remotas da insurreição (Nice, 1977) também esclarece o caráter insuportável da exploração colonial em Madagascar.

8 L. RABEARIMANANA, 1980a, p. 143.

este incômodo partido. Em contrapartida, para os próprios atores da insurreição, aos quais o historiador Jacques Tronchon dedicou a sua tese, tratava-se de um autêntico movimento nacionalista nascido da vontade de alguns malgaches, determinados a expulsar da ilha o colonizador francês – estes malgaches estavam, além disso, persuadidos que somente a luta armada os conduziria a estes propósitos.

É frequentemente admitido que o nacionalismo tenha sido esmagado na ilha por esta repressão colonialista que produziu perto de 100.000 vítimas entre os malgaches[9] mas isto não é exato. A insurreição de 1947 teve certamente como resultado uma fragorosa derrota mas, os nacionalistas malgaches não se declararam vencidos. Inclusive entre 1948 e 1956, enquanto a repressão era particularmente severa, o desejo de independência não se apagou. Ele manifestava-se principalmente nos jornais da capital, os quais publicavam artigos exigindo o estatuto desejado e a anistia para as numerosas vítimas da repressão.

Pouco numerosas imediatamente após a insurreição, as vozes, a reivindicarem o estatuto de Estado livre, multiplicaram-se paulatinamente e na medida em que a situação política local acalmava-se e que a repressão se fazia menos rigorosa. As decepções da França em outras regiões da União Francesa, no Vietnã e especialmente na África do Norte, também contribuíram para encorajar os nacionalistas malgaches. O apoio mais espetacular trazido à causa do nacionalismo malgache foi, certamente, aquele oferecido pela hierarquia católica que, em novembro de 1953, reconhecia oficialmente a legitimidade das reivindicações por independência do povo malgache. Esta declaração foi sucedida por um apoio concreto ao movimento nacionalista, sustentação concedida aos seus elementos moderados, a fim de confundir e perturbar as investidas dos simpatizantes comunistas. A partir deste momento, o percurso do movimento nacionalista tornou-se de mais em mais errático. Não existia nenhuma estrutura organizacional e rivalidades pessoais, tanto menos divergências ideológicas, a dividirem as correntes políticas. Todavia, a situação mudou em 1956 com o fim da guerra no Vietnã, o começo da luta pela libertação nacional na Argélia, os ecos da Conferência de Bandung, em 1955, e a chegada dos socialistas ao poder na França. Sob o efeito da lei de enquadramento adotada em 1956, modificando o estatuto das colônias francesas, certo número de partidos políticos foram criados em escala local.

Entre os partidos moderados que nasceram nesta época, emergiu o Partido Social Democrático (PSD) fundado em Majunga, em dezembro de 1956, por

9 Dados fornecidos pelo alto comissário de Chévigné em uma conferência de imprensa em 1949.

Philibert Tsiranana e André Resampa. Implantado primeiramente no oeste e no norte do país, o PSD logo cobriria toda a ilha com as suas sessões graças a indulgência de uma administração pronta a ajudar um partido originário nos setores mais à esquerda do PADESM que se satisfazia com as reformas institucionais trazidas pela lei de enquadramento. Quanto a União Democrata e Social do Madagascar (UDSM), de Antonio Zafimahova, cuja audiência estendia-se em direção ao sudeste da ilha e à região de Fianarantsoa, tratava-se de um partido muito moderado em suas reivindicações políticas, insistindo sobre as realizações sociais necessárias às regiões costeiras.

O tabuleiro político era particularmente vasto em Madagascar, entre 1956 e 1960. As rivalidades entre partidos eram das mais violentas e as campanhas eleitorais muito fervorosas. A reconstituição, em 1958, pelo padre R. Andrianamanjato, de um partido extremamente radical, o AKFM (Ankotonny Kongreiny Fahaleovantenan Madagasikara, Partido do Congresso da Independência), aumentou sobremaneira o ardor militante durante este período[10]. As autoridades coloniais locais não cessariam de proclamar a sua não intervenção nas eleições. Mas, por toda parte, irregularidades foram cometidas por membros subalternos da administração, enquanto ameaças de excomunhão eram proferidas àqueles que votassem nos comunistas. Apesar disto, os nacionalistas obtiveram a maioria dos postos em alguns municípios: Tananarive, Tamatave (Toamasina), Diégo-Suarez, Tuléar (Toliary). Em contrapartida, nas eleições provinciais de março de 1957, eles sofreram um recuo; imputável à administração colonial francesa, às autoridades religiosas e aos colonos brancos, esta derrota também deveu-se às rivalidades entre nacionalistas.

Quando, em setembro de 1958, o general De Gaulle organizou um referendo sobre a manutenção, ou não, de Madagascar na Comunidade Francesa, foi o voto favorável que triunfou. O não era majoritário na capital e obteve expressivas votações em Tamatave e Diégo-Suarez. Mas, as pressões da administração francesa e dos dirigentes moderados eram tamanhas que os partidários de uma verdadeira independência foram derrotados. Em junho de 1960, quando Madagascar finalmente alcançou a sua independência, o grande vitorioso era o Partido Social-Democrata, de Philibert Tsiranana. Aqueles que haviam militado por uma "verdadeira independência" encontraram-se confinados aos partidos de

10 Durante o entreguerras, o AKFM estava afiliado ao Partido Comunista Francês, ele foi proibido, juntamente com este último, durante a Segunda Guerra Mundial. Embora revolucionário, o AKFM de 1958 tentava não ser identificado como marxista. Conferir V. M. THOMPSON e R. ADLOFF, 1965, p. 87 e p. 105.

oposição, dentre os quais o AKFM e o Movimento Nacional pela Independência de Madagascar[11].

Uma correta avaliação do combate pela soberania política de Madagascar implica fazer intervir um modelo de análise que permita examinar os pontos fortes e fracos do nacionalismo malgache e do colonialismo francês mas, igualmente considerar de forma inteligente as suas sucessivas interações. Certas iniciativas úteis já foram tomadas neste sentido[12], todavia, ainda há muito a ser feito no que concerne ao Madagascar, bem como às regiões próximas ao continente africano e às ilhas vizinhas.

As forças da mudança nas regiões sob dominação britânica

Logo após a Segunda Guerra Mundial, o governo trabalhista no poder na Grã-Bretanha, estava disposto a consumar reformas radicais no país e a acelerar a evolução das colônias. À imagem dos seus homólogos socialistas e comunistas franceses da época, o Partido Trabalhista Britânico não via nenhuma contradição entre estes dois objetivos[13]. Retrospectivamente, a constatação mostra-se totalmente distinta. Percebe-se nos dias atuais que, em razão da sua própria envergadura, os projetos socioeconômicos de desenvolvimento na África Oriental e Central, no imediato pós-guerra, constituíam, na realidade e para retomar os termos de dois historiadores britânicos, uma "segunda ocupação colonial[14]" da região, com efeitos muito mais desestabilizadores para a dominação colonial exercida pela Grã-Bretanha, comparativamente à presença simbólica de um ou dois representantes africanos nas assembleias legislativas locais, presença a qual os dirigentes britânicos conferiram tamanha importância na época. Os britânicos, não encontrando na África Oriental e Central os problemas que a derrota e a perda de prestígio impuseram aos franceses em Madagascar, deveriam também eles, enfrentar os graves problemas econômicos que a Segunda Guerra Mundial provocara na metrópole. A África Oriental e Central apresentava, nestas condi-

11 Este partido foi fundado em novembro de 1958, por Monja Jaona. Inicialmente implantado no sul, ele estendeu-se posteriormente por todo país.

12 Além das outras fontes já citadas, é preciso mencionar as pesquisas efetuadas na Universidade de Antananarivo sobre a sociedade secreta de *Jiny*; conferir também R. ARCHER, sem datação.

13 D. GOLDSWORTHY, 1971.

14 D. A. LOW e J. M. LONSDALE, 1976, p. 12.

ções, uma considerável importância para a reativação da sua economia, a venda, no mercado mundial, dos produtos e das matérias-primas das colônias, permitia à Grã-Bretanha cobrir o seu déficit em dólares[15].

Uganda[16]

Em 1945, Uganda diferia de Madagascar em muitos aspectos. Sem levar em conta a sua situação de território-enclave, tratava-se de um país governado não somente por uma potência colonial europeia vitoriosa mas, igualmente, por uma potência colonial dedicada a preservar, em lugar de destruir, a principal entidade política pré-colonial no interior das suas fronteiras, a saber, o reino de Buganda. Bem entendido, geograficamente, Uganda e Buganda não se sobrepunham, muitos outros reinos e povos menos importantes encontravam-se no oeste do protetorado e numerosas comunidades sem soberano viviam no norte e no leste do território. Mas, os britânicos haviam transformado Buganda em base da sua dominação, reconhecendo a sua quase autonomia e introduzindo, através do *Uganda Agreement* de 1900, um regime fundiário pouco comum, próximo do regime da plena propriedade. Eles se apoiavam, igualmente, em intermediários baganda, visando administrar numerosas outras regiões do protetorado do Uganda.

O nacionalismo ugandense, tal como ele desenvolveu-se em reação à dominação colonial britânica, revestia-se portanto, de um caráter contraditório. Ora ele se identificava com o prestigioso reino autônomo de Buganda, em outro momento refletia os inumeráveis danos causados aos grupos étnicos que ocupavam outros territórios do protetorado britânico. A retórica aplicada durante a guerra para defender os direitos das nacionalidades oprimidas na Europa (como os poloneses) vinha em apoio às reivindicações destes grupos étnicos, os quais reclamavam um estatuto idêntico àquele de Buganda. Todavia, o impacto mais forte da Segunda Guerra Mundial em Uganda deve-se, provavelmente, menos ao golpe ideológico dado sobre os nacionalismos culturais locais que ao descontentamento muito concreto que ela suscitou nas zonas urbanas e rurais.

Para compreender, de forma adequada, as tensões ocorridas em Uganda no curso dos anos 1940, é preciso levar em consideração os diversos grupos de interesses formados pelo sistema colonial. Estes grupos refletiam a divisão, da elite ou da pequena-burguesia ugandense, em três componentes principais cujos interesses

15 M. COWEN, 1984, pp. 63-75.

16 Para uma visão e algumas referências mais detalhadas, conferir C. GERTZEL, 1976.

particulares, em regra geral, não coincidiam senão em curto prazo e tendiam a complicar ainda mais a situação pelas suas divisões étnicas e religiosas quando tratava-se de formar uma frente de luta nacional. O primeiro grupo constituía-se de funcionários que reclamavam, com maior ênfase, da discriminação racial, os seus tratamentos eram distintos daqueles dispensados aos seus homólogos britânicos e asiáticos. O segundo era formado por exploradores especializados em culturas voltadas para a comercialização, eles alimentavam um vivo ressentimento pelos beneficiadores de algodão (essencialmente asiáticos) e pelos escritórios de comercialização estatais, acusados de apoderarem-se de boa parte dos seus excedentes de produção. O terceiro reunia os comerciantes que exigiam a supressão dos monopólios, garantidos pelo Estado, a certas empresas asiáticas e britânicas. Paralelamente a estes setores da pequena-burguesia, os operários das cidades exigiam aumentos salariais. Nos anos 1940, todos estes interesses fundiram-se para formar um histórico movimento de oposição maciça à ordem colonial[17].

Em janeiro de 1945, graves levantes estouraram em muitas cidades do país, em razão dos baixos salários e do aumento do custo de vida resultante da inflação ligada à guerra. Tensões devidas à política de austeridade, conduzida pelo governo provincial do Buganda durante a depressão dos anos 30, desembocaram, em suplemento e no ano de 1945, no assassinato do Primeiro-Ministro bugandense e somente complicaram a situação criada pelos levantes do início do ano. Os britânicos reagiram a estas manifestações com uma repressão cuja severidade provocou a simpatia da opinião pública pelas pessoas injustamente encarceradas mas, ela não aumentou verdadeiramente a sua credibilidade política porque, contrariamente aos malgaches presos, após os distúrbios de 1947-1948, estes detentos foram libertados de forma relativamente rápida. Muitos dentre eles encontraram-se envolvidos nos novos distúrbios que sacudiram o reino de Buganda em 1949, manifestações estas, motivadas pelos baixos preços, anormalmente pagos aos plantadores locais de algodão, comparativamente às taxas das quais se beneficiava o Tesouro Britânico no mercado mundial; numerosos dentre eles também participaram, em 1952, da fundação do Uganda National Congress (UNC) e da elaboração, por Milton Obote, do seu programa, pleiteando uma autonomia imediata.

A criação da UNC foi a primeira tentativa de construção de um movimento nacionalista gozando de um maciço apoio e unindo numerosos grupos da elite ugandense. Com efeito, embora os seus dirigentes viessem de Buganda, a UNC também apoiava-se em regiões de culturas voltadas para a comercialização,

17 Para maiores informações, verificar M. MAMDANI, 1976, capítulo 7; D. W. NABUDERE, 1980, capítulo 8.

FIGURA 9.1 O rei Mutesa II, kabaka do Buganda, exilado em Londres. (Foto: Topham, Londres.)

nas quais os ricos exploradores eram pouco numerosos (Teso, Bukedi, Lango e Acholi). Os seus principais dirigentes eram comerciantes, professores e funcionários. Mas, em 1955, o nacionalismo territorial ugandense conheceu um paradoxal revés. Uma querela estourou entre o novo governador socialista, Andrew Cohen, a quem certos historiadores insistem em considerar como arquiteto da independência política das colônias britânicas da África Ocidental[18], e o *kabaka* de Buganda, disputa esta, referente ao futuro de Uganda enquanto uma entidade territorial; o governo deportou o *kabaka* para a Grã-Bretanha, transformando-o da noite para o dia em herói da resistência anticolonial em Uganda, aquele que fora simplesmente um aliado local por ocasião dos levantes de 1949. A elite rural bugandense juntou-se maciçamente às fileiras da UNC, entre 1953 e 1955, entretanto, quando a restauração do *kabaka* tornou caduca, a aliança entre

18 R. ROBINSON, 1980, pp. 50-72.

diferentes interesses no seio da UNC, produziu o nascimento do Kabaka Yekka (KY, o rei somente) que tornou-se a principal organização política de Buganda.

Mas, Mutesa II, estaria ele sendo chamado a tornar-se um herói nacionalista para todo Uganda ou somente para o reino de Buganda que gozava, graças ao *Uganda Agreement* de 1900, de uma situação privilegiada no interior do protetorado do Uganda? O Uganda People's Congress (UPC), de Milton Obote, que se apresentava como o sucessor do UNC, tentou reunir as forças nacionalistas, sem contudo jamais atingir o seu objetivo. Quando, em 1962, Uganda enfim liberou-se da tutela britânica e conquistou a independência enquanto uma entidade única, isto aconteceu sob um governo de coalizão, dirigido por Milton Obote e reunindo o KY monarquista de Buganda e o UPC. O eleitorado do partido de Obote era recrutado quase unicamente no exterior de Buganda, antes mesmo que o reino elegesse, pela primeira vez, deputados para a Assembleia Nacional Ugandense, por voto indireto e por intermédio do *Lukiiko* de Buganda. Tratava-se de uma aliança difícil e, em 1966-1967, Obote fez chamado ao exército de Uganda para integrar Buganda, à força, à vida política nacional.

Antes da independência, Uganda fora um território brevemente dirigido, em 1961 e 1962, por um governo conduzido pelo Democratic Party (DP), de Benedicto Kiwanuka.

O DP tentava organizar certos grupos situados à parte das formações existentes. Os ricos pequenos agricultores de Buganda haviam conseguido se organizar em um partido tradicionalista, o KY; os comerciantes se haviam reagrupado sob os sucessivos estandartes do ONC e do UPC. Em nível nacional, o crescimento do DP permitiria a mobilização de outras forças sociais, até então apartadas. Historicamente, os chefes católicos se haviam dado conta que eles tinham menos privilégios em Buganda e haviam fundado o DP sobre estas bases: religiosa e geográfica. Mas, a ideologia religiosa prestava-se, sobretudo, como ponto de ligação para criar um movimento nacionalista rival ao UPC, com características propensas a atrair funcionários e outros membros da elite instruída, distantes de uma formação dominada pelos protestantes. O DP possuía simpatizantes tanto fora quanto no interior do reino de Buganda. Além disso, a despeito da sua origem ideológica, ele fizera consideráveis esforços intuindo criar um movimento político pan-ugandense. Ele era vigorosamente apoiado não somente pela Igreja Católica mas, também pelos sindicatos[19]. Em 1962, por ocasião das últimas eleições organizadas antes da independência, o DP alcançou a segunda posição, atrás da

19 S. KARUGIRE, 1980, pp. 144-169; M. TWADDLE, 1978, pp. 255-266; D. A. LOW, 1971.

coalizão KY-UPC[20]. Em termos gerais e todavia, o avanço do nacionalismo em Uganda foi marcado por divisões ideológicas e regionais. Contrariamente ao que se passou no vizinho Tanganyika, a pequena-burguesia demonstrou dificuldades em constituir-se como classe integrada e unificada, em luta contra o colonialismo.

O Tanganyika[21]

Embora a inflação e a baixa artificial nas cotações dos produtos durante a guerra tenham contribuído para despertar o nacionalismo popular em Uganda, após 1945, e mesmo que a ineficaz repressão dos intelectuais ganda, pelos britânicos, tenha permitido posteriormente ao nacionalismo cristalizar o descontentamento popular, em lugar de fragmentá-lo, em função de critérios étnicos, no Tanganyika, por sua vez, foi a ingerência maciça dos britânicos na política agrícola africana que desencadeou a primeira grande onda de protestos locais contra a potência colonial. Estas manifestações tiveram como efeito primário encorajar o que John Iliffe nomeou, desde logo, "a agregação tribal[22]". As políticas coloniais haviam provocado mudanças socioeconômicas que "haviam acentuado a diferenciação regional e as rivalidades" entre os grupos instruídos, temerosos em acelerar o desenvolvimento em sua zona étnica. Em razão disto, muitas associações com bases étnicas nasceram e serviram posteriormente como vetores da oposição a políticas impopulares. Em algumas regiões, este processo permitiu convencer tradicionais chefes a reforçarem a unidade étnica. Este foi, notadamente, o caso junto aos chaggas, no nordeste do país. Mas, este movimento de agregação étnica teve como consequência o enfraquecimento da Tanganyika African Association (TAA), organização territorial reivindicativa de funcionários, criada em 1929[23].

A TAA encorajara, durante os anos 30, a constituição de seções provinciais, cuja vitalidade viria reforçar a organização central. Contudo, após a guerra, os protestos organizados sobre bases étnicas, em escala nacional, tenderam a enfraquecê-la antes que, paradoxalmente, o novo questionamento das políticas coloniais se tornasse um dos eixos em torno dos quais esta organização territorial readquiriria vitalidade e transformar-se-ia em um potente partido político. O novo elã proveio da província dos Lagos, região do Tanganyika cujas dimensões

20 D. ROTHCHILD e M. ROGIN, 1966, pp. 337-440.

21 A presente seção se inspira essencialmente nas obras de J. ILIFFE, 1979, e de R. C. PRATT, 1976. Sobre a UTP, conferir A. ROSS, 1977, pp. 519-535, e 1981.

22 J. ILIFFE, 1979, p. 487.

23 A. A. BOAHEN (org.), 1987, p. 718.

equivalem aproximadamente àquelas do Nyasaland (atual Malaui) e cuja produção agrícola representava, em valor, por volta da metade das exportações agrícolas do Tanganyika. Para retomar os termos de um especialista[24], as reformas na administração local, introduzidas após a guerra, pelos britânicos, tiveram como efeito, nesta província tanto quanto em muitas outras regiões, "mais facilmente impor políticas agrícolas decididas em alto escalão, preferencialmente a aumentar a participação das bases nas instituições democráticas". Numerosas manifestações populares de descontentamento eclodiram na província e a seção local da TAA incorporou as demandas expressas, estabelecendo assim um elo entre a ação reivindicativa nas cidades e as reivindicações dos camponeses. Foi dessa forma que ela começou a transformar-se em movimento político. Esta seção executou três notáveis ações: ela se implantou nos campos, organizou a ofensiva contra o regime colonial e, enfim, exigiu o fortalecimento da organização central e a convocação de uma conferência nacional. Os mais marcantes e conhecidos artífices deste renascimento foram M. Bomani, B. Munanka e S. Kandoro.

No escritório central de Dar es-Salaam, as atividades desenvolvidas imediatamente após o conflito mundial haviam sido lançadas conjuntamente por funcionários e habitantes instruídos das cidades, os quais haviam combatido na Birmânia durante a guerra. Mas, ao final de 1952, o impulso se havia quebrado, os melhores dirigentes haviam sido transferidos para fora de Dar es-Salaam e a Associação vegetaria, a tal ponto que os animadores da seção da província dos Lagos chegariam a projetar a mudança da sua sede para Mwanza. Foi então que um novo dirigente entrou em cena e coordenou as ações de retomada. Em dois anos, a TAA transformou-se em um fortíssimo partido político autointitulado Tanganyika African Union (TANU), em 7 de julho de 1954.

A TANU tomou o poder em 1961. O seu verdadeiro fundador – se não levarmos em conta a seção dos Lagos – era um professor oriundo de um dos menores grupos étnicos do território: Julius Nyerere. Em 1952, por ocasião do seu retorno da Grã-Bretanha, onde acabara de concluir os seus estudos, Nyerere fora descrito como um homem "sensibilizado pelos problemas raciais": ele "odiava a dominação estrangeira", revela-nos John Iliffi, "temia a cumplicidade dos conservadores diante das ambições dos colonos e sabia que a África rumava em direção a conflitos e à sua libertação[25]".

Nyerere soube explorar ao máximo o estatuto internacional do Tanganyika, território sob tutela das Nações Unidas, objetivando acelerar a sua descolonização.

24 A. MAGUIRE, 1970, p. 643.

25 J. ILIFFE, 1979, p. 509.

FIGURA 9.2 Julius K. Nyerere, presidente da Tanganyika African National Union (TANU). (Foto: Camera Press, Londres.)

Em 1946, a Grã-Bretanha não apreciara em nada as condições mediante as quais o antigo mandato do Tanganyika, a ela conferido pela Sociedade das Nações, fora transformado em acordo sob tutela das Nações Unidas. O anticolonialismo já se transformara em um potente sentimento, junto às Nações Unidas, o Tanganyika encontraria, muito brevemente, grandes ecos quando lá expunha os seus pleitos. O imbróglio das terras meru[26] – cerca de 3.000 merus haviam sido expulsos de Engare Nanyuki para ceder lugar a colonos europeus – demonstrou, em 1952, a veracidade desta boa receptividade; três anos mais tarde, um ano após a transformação da TAA em TANU, o prestígio de Nyerere aumentara consideravelmente após uma viagem a Nova Iorque e o número de membros da TANU progredira exponencialmente. Em 1956, Edward Twining, o governador bem pouco socialista do Tanganyika, persuadiu a maioria dos membros não governamentais do Conselho Legislativo (os quais, evidentemente, eram todos à época nomeados não

26 Ibid., p. 500; K. JAPHET e S. JAPHET, 1967.

eleitos) a criarem um partido político rival, o United Tanganyika Party (UTP). Contudo, o UTP cairia muito rapidamente no ostracismo – *utupu* em swahili. Em setembro de 1960, a TANU conquistou 70 cadeiras em um total de 71, por ocasião das primeiras eleições para o Conselho Legislativo, no qual o modo de representação permitia aos africanos obter uma maioria. Nyerere tornar-se-ia brevemente o primeiro-ministro de um Tanganyika já usufruindo da sua autonomia interna e o país foi, em dezembro de 1961, a primeira colônia britânica da África Oriental a conquistar plenamente a sua independência.

Entre as razões geralmente invocadas para explicar a rapidez com a qual o Tanganyika conquistou a sua independência – antes do Quênia e de Uganda – figuram as qualidades da liderança de Nyerere; a organização dinâmica da TANU – associação urbana multiétnica em sua origem, ela desenvolveu-se de forma muito diferente do Uganda National Congress e dos diversos partidos ugandenses provenientes deste último ou de todas as formações equivalentes do Quênia, apoiadas essencialmente em coalizões táticas de interesse entre notáveis de diversas etnias; a ausência de marcantes divisões regionais no Tanganyika; o seu estatuto de território sob tutela das Nações Unidas; enfim, a espetacular modificação da importância estratégica conferida ao Tanganyika, tanto quanto ao Quênia, pelos britânicos após 1956, consequência da radical revisão dos seus engajamentos militares ao leste do canal, decorrente da *affaire* de Suez. Em outras palavras, invoca-se geralmente, para explicar a descolonização do Tanganyika, a combinação de dois fatores: a força das reivindicações nacionalistas locais, por um lado, e o desengajamento político voluntário dos britânicos, por outro. As explicações diferem exclusivamente em função da importância relativa acordada a estes dois fatores. Mas, seja qual for o esquema de interpretação adotado, um acontecimento crucial viria acelerar o recuo do Império britânico em toda a África Oriental e Central: a revolta mau-mau no Quênia.

O Quênia[27]

Contrariamente aos franceses de Madagascar, os britânicos do Quênia não se sentiam absolutamente ameaçados ao fim da Segunda Guerra Mundial, pois afinal, eram eles os vencedores. Portanto, a necessidade de reformas políticas não se impunha. Certamente, previa-se conceder aos africanos uma representação simbólica no

27 A presente seção inspirou-se completamente no pioneiro trabalho de C. G. ROSBERG e J. NOTTINGHAM, 1966; verificar também J. SPENCER, 1985; D. THROUP, 1985; A. CLAYTON, 1976; F. FUREDI, 1974; e a edição especial da *Kenya Historical Review*, 1977, consagrada ao movimento mau-mau.

Conselho legislativo do Quênia, onde Eliud Mathu foi, a partir de 1944, o primeiro africano nomeado a um Conselho Legislativo em toda a África Central e Oriental sob administração britânica. Entretanto, não se tratava de impor aos colonos brancos, tão pouco quanto possível, regras de conduta em matéria de recrutamento de mão de obra (diferentemente do ocorrido em Madagascar, onde a abolição do sistema de recrutamento dito do indigenato reavivou a hostilidade dos colonos em relação ao MDRM). Com certeza, a ideia de uma valorização estava latente e a administração britânica alimentava vastos projetos no tocante à modernização da agricultura *africana*, contudo, pensava-se que os colonos brancos a isto trariam a sua contribuição em lugar de verem as suas prerrogativas indevidamente perturbadas.

Jamais, na realidade, os colonos europeus do Quênia se haviam beneficiado de uma situação tão favorável. Além do estímulo provocado nos preços de atacado, pela grande proximidade de unidades militares e pelo papel de fornecedor ao Oriente Médio, desempenhado pelo Quênia, Nairóbi tornara-se o centro nervoso da produção e da distribuição para toda África Oriental britânica e os colonos detinham a direção de incontáveis comitês. Na realidade, eles pareciam tão potentes no Quênia do pós-guerra que o *Sessional Paper 210*, ao aumentar o número de representantes não governamentais no seio do Conselho Legislativo queniano e prever a eleição de um membro suplementar para o conjunto do Conselho, veio simbolizar, aos olhos da elite africana, a vontade dos europeus em assegurar para si praticamente uma maioria permanente no interior deste organismo.

Pouco após o desencadeamento da revolta mau-mau e da declaração de estado de emergência, em outubro de 1952, a Kenya African Union (KAU) endereçou um memorando ao secretário de Estado britânico para as colônias, no qual figurava a seguinte passagem: "Os distúrbios atuais são devidos, em larga medida, ao fato dos africanos não estarem suficientemente associados à máquina governamental, o que lhes proporcionaria o sentimento de serem elementos ou verdadeiros parceiros do governo do país. Isto tem como dupla consequência, privar o governo da opinião refletida dos africanos na definição da sua política e, inclusive, criar no espírito do povo a impressão que o governo não age segundo os interesses dos africanos, em razão da sua composição. No curso dos últimos trinta anos, enquanto as demandas da comunidade europeia eram rapidamente satisfeitas, constantemente ignorou-se aquelas da comunidade africana. Isto conduziu o africano comum a pensar que unicamente um governo que fosse o seu, e nenhum outro, seria capaz de defender os seus interesses[28]."

28 Memorando do Comitê Executivo Provisório da KAU, assinado por W. ODEDE e J. Z. MURUMBI, citado em R. FROST, 1978, p. 213.

Mas, os principais responsáveis da KAU já estavam em prisão, supostamente culpados de terem tomado parte na organização do movimento mau-mau. Retrospectivamente, estas acusações não parecem ter sido melhor fundamentadas no Quênia que em Madagascar. Com efeito, o abismo existente entre a elite nacionalista africana e os partidários da violência devia, sem dúvida, ser bem mais profundo no Quênia. Grupo extra-parlamentar de apoio a Eliud Mathu, fundado em 1944, a KAU rapidamente apresentar-se-ia como uma formação das mais moderadas. Jomo Kenyatta dela tornar-se-ia presidente em 1947, um ano após o seu retorno de um exílio voluntário na URSS e na Grã-Bretanha. Entretanto, ele não tinha então nada de bolchevique. Conquanto permanecesse extremamente suspeito aos olhos dos britânicos, em outubro de 1952, ele fora desautorizado por aqueles que organizavam os juramentos de fidelidade ao movimento mau-mau e também fora renegado por numerosos outros notáveis da KAU.

Quem eram então estes homens? Permanece difícil dizê-lo com precisão e a questão suscita, até os dias atuais, controvérsias políticas no Quênia. Parece incontestável que muitos dentre eles seriam jovens engajados na luta sindical, mantendo relações com Nairóbi. Que a própria revolta mau-mau tenha sido uma conspiração violenta, visando expulsar os britânicos e retomar a posse das "terras roubadas", isto também parece incontestável. Campanhas de juramento de fidelidade haviam ocorrido junto aos kikuyus, durante todo o período que sucedeu ao fim da guerra mas, foi somente a partir de 1951 que a violência própria a estas cerimônias aparentemente escapou a todo controle: levantes neste mesmo ano contra a regulamentação relativa à peste bovina e à lavra da terra, em seguida, incêndio das propriedades de colonos brancos, mutilações do seu rebanho e, no início de outubro de 1952, o assassinato, em plena luz do dia, por homens armados, do principal líder dos kikuyus legalistas, o chefe Waruhiu. Sabemos, graças a depoimentos de insurrectos mau-mau, publicados ulteriormente, que se preparava, através do roubo de armas, uma revolta dos habitantes da floresta. Mas, a proclamação, no final de outubro de 1952, do estado de emergência, por um governo britânico recém nomeado e agindo sob a pressão de colonos brancos, provavelmente obrigou os mau-mau a passarem catastroficamente à ação.

Se nos ativermos à extensão dos territórios controlados, os insurrectos mau--mau revelaram-se bem menos eficazes que os rebeldes de Madagascar, os quais haviam assumido o controle, em alguns meses, de um sexto da ilha. Raros eram os combatentes mau-mau que, como os antigos combatentes malgaches, haviam participado da Segunda Guerra Mundial. Eles não atacaram integralmente

FIGURA 9.3 Jomo Kenyatta, presidente do Kenya African Union (KAU), em 1946 ou 1947. (Foto: Newslink Africa, Londres.)

nenhum centro urbano, eles jamais controlaram nenhuma fração significativa das terras cultivadas e houve menos civis europeus mortos pelos insurrectos, durante todo o período em que o estado de emergência vigorou, do que as vítimas fatais do trânsito em Nairóbi, durante o mesmo período. Certamente, muitos africanos morreram e numerosos especialistas consideram atualmente que a guerra mau-mau foi antes de tudo uma guerra civil kikuyu; mas, a maioria destes assassinatos foram cometidos *após* o lançamento, pelas forças de segurança britânicas, da sua campanha de repressão, *após* elas terem encarcerado suspeitos mau-mau sem processo e *após* a imposição da política de fortificação dos povoados, visando isolar os combatentes da floresta dos seus aliados dos campos e das cidades.

O que era afinal o movimento mau-mau? Segundo testemunhos atualmente ao nosso alcance, ele parece ter sido composto por vários elementos distintos, por vezes coincidentes e, em outras ocasiões, rumando em direções diferentes: uma revolta de sem-terra, um movimento de resistência contra uma política

de modernização da agricultura imposta à força, uma renovação cultural, uma guerra intestina, enfim, um movimento anticolonial fazendo eco a investidas de resistência mais antigas contra a colonização britânica, as quais se haviam manifestado meio século antes[29].

Em seu início, o movimento mau-mau foi uma revolta de sem-terra. Quando os colonos brancos começaram a estabelecer as suas propriedades nos altos platôs do Quênia, nos primórdios do século XX, eles frequentemente empregavam africanos que, em troca do seu trabalho, obtinham o direito de criar gado e de cultivar um pedaço de terra. No momento do *boom* econômico que se esboçara aproximadamente no fim dos anos 1930, numerosos camponeses brancos especializaram-se e mecanizaram as suas unidades produtivas em ritmo crescente, consequentemente, expulsando numerosos sem-terra das suas terras. No fim dos anos 1940, a administração colonial loteou, para alguns destes sem-terra, terrenos em Olenguruone, na província do Vale Rift. Entretanto muitos deles foram expulsos por não terem respeitado as diretrizes em matéria agrícola. Ora, foi justamente em Olenguruone que os juramentos de fidelidade alastraram-se, como uma espécie de solidariedade e de resistência populares.

Estes juramentos propagaram-se inclusive nas reservas kikuyu onde a concentração fundiária prosseguia igualmente em ritmo acelerado, graças ao crescimento populacional e ao *boom* persistente dos preços das mercadorias. As reservas kikuyu apresentavam estes traços inabituais na África colonizada, quais sejam, ocupar uma posição relativamente central na malha rodoviária e ferroviária, bem como possuir solos férteis. Como o explica John Lonsdale, "esta situação duplamente particular dos kikuyus, marcada pela concentração fundiária em suas terras e pela exploração, com base em pequenas propriedades, das terras em outras regiões, este quadro ilustra porque entre eles, e somente eles, tenha estourado uma violenta revolta agrária, colocando não somente os africanos contra os brancos mas, também, os kikuyus, uns contra os outros[30]."

Em Nairobi, cidade que em 1952 comportava perto de 100.000 habitantes, e em algumas aglomerações urbanas dos altos platôs, como Nakuru, outros africanos, muito amiúde qualificados nos documentos britânicos da época como "*spivs*" [aproveitadores], trouxeram o seu apoio passivo e ofereceram ajuda material aos combatentes da floresta, até quando, em 1954, eles foram completamente expulsos da capital através da operação Enclume. Encontrava-se nesta

29 A obra de R. BUIJTENHUIJS, 1982, apresenta as interpretações contraditórias expostas sobre este tema. Conferir também D. THROUP, 1985, 1987; T. KANOGO, 1987.

30 J. LONSDALE, 1982, p. 6.

FIGURA 9.4 O campo de detenção de Langata, aberto pelos britânicos durante a revolta dos mau-mau, em abril de 1954. (Foto: Topham, Londres.)

aliança, formada por operários e camponeses contra o imperialismo, o sinal de uma crescente tomada de consciência do proletariado queniano no tocante à era colonial[31]. Mas, os hinos mau-mau da época e os testemunhos ulteriores evocam, antes e sobretudo, um movimento de protesto dos camponeses, então recentemente arrancados das suas terras, contra a sua proletarização. Estes hinos não indicam uma tomada de consciência proletária, propriamente dita.

Ainda em outro nível, podemos cautelosamente entender a revolta mau-mau como um movimento de características culturais. O governo colonial britânico enxergou, nestes juramentos e na oposição aos diversos trabalhos de terraplanagem, um conservadorismo retrógrado, isto quando ele não podia atribuí-lo, explicitamente, à ação deliberada de "agitadores", como Jomo Kenyatta. Os juramentos eram, evidentemente, carregados de referências "culturais". Alguns dos fatos mais bizarros sobre os aspectos culturais do movimento mau-mau, foram mencionados, é bem verdade, pelos europeus da época, os quais por vezes

31 R. BUIJTENHUIJS, 1982, pp. 157-162. S. STICHTER, 1982, foi um dos principais defensores desta tese.

cederam à necessidade de projetar sobre os africanos as suas próprias fantasias[32]. Assim sendo, os juramentos mau-mau continham elementos culturais irredutíveis os quais também parecem ter contribuído, muito mais eficazmente, para a adesão dos ativistas não kikuyu; comparativamente ao que parece terem sido os seus efeitos sobre a adesão dos kikuyus. Os cantos mau-mau continham, também eles, elementos culturais que conduziram o professor Ogot a dizer "o seu exclusivismo impede considerá-los como hinos nacionais pela liberdade que todo jovem queniano poderia cantar com orgulho e convicção[33]".

Na qualidade de revolta anticolonial, o movimento mau-mau apresenta um paradoxo geográfico. Na realidade, foram as regiões kikuyus mais afetadas pela penetração colonial e pela exploração das "terras roubadas", a saber, Kiambu e os seus arredores, que mostraram o menor entusiasmo em apoiar os insurrectos, ao passo que regiões mais distantes de Nairobi, como Nyeri e Fort Hall, muito menos afetadas pelo colonialismo britânico ou pela implantação branca, engajaram-se com muito maior intensidade. Todavia, Robert Buijtenhuijs observa que Fort Hall e Nyeri foram as regiões do território kikuyu onde a chegada dos colonos britânicos, no começo do século XX, apresentou as mais brutais características, em contraste e comparativamente, a pacificação Kiambu consumou-se com muito menor rudez[34]. Portanto, Ali Mazrui teria razão em identificar no movimento mau-mau "a primeira importante ressurreição da tradição guerreira na história recente da África Oriental[35]".

Muito mais que pela natureza do movimento – ressurreição ou regressão? – os dirigentes britânicos estavam então preocupados com a dificuldade em manter uma região tão agitada sob o controle colonial. Eles provavelmente sobre-estimaram a real ameaça militar representada pelos rebeldes mau-mau e, por outro lado, subestimaram as consequências da sua própria reação, não imaginando que ela provocaria uma onda de assassinatos e ações diretas, de tal maneira que "a propriedade privada encontrou-se abandonada aos cuidados dos ladrões e da Providência Divina[36]". Mas, havia violência e, única e exclusivamente, as indispensáveis despesas para defender os colonos brancos mostrar-

32 R. BUIJTENHUIJS, 1982, p. 104, cita o comentário de D. L. Barnett: "Nós satisfazemos nossas próprias 'necessidades' orgíacas e lúbricas ao atribuirmos profundos significados às bizarrices dos rituais de juramento, organizados durante a revolta camponesa no Quênia."

33 B. A. OGOT, 1977, p. 286.

34 R. BUIJTENHUIJS, 1982, pp. 200-201.

35 A. A. MAZRUI, 1975b, p. 77.

36 E. N. WANYOIKE, 1974, p. 190.

-se-iam, com o tempo, incompatíveis com as tradições políticas britânicas[37]. Também, em 1959, após a terceira vitória seguida dos conservadores nas eleições legislativas e a nomeação de Iain Macleod para o posto de secretário das colônias, o estado de emergência foi suspenso e convocou-se a organização de uma conferência constitucional.

Esta conferência desdobrou-se na criação de uma Assembleia Legislativa queniana, composta por 65 cadeiras, das quais 33 não contingenciadas. A KAU transformou-se em KANU (Kenya African African Union) e conquistou 67% dos votos nas posteriores eleições. Kenyatta, ainda detido, mantinha-se como presidente, Odinga, era o vice-presidente e Mboya, o secretário-geral. A KANU possuía diante de si a KADU (Kenya African Democratic Union), partido reunindo homens políticos originários das regiões costeiras e notáveis pertencentes aos minoritários grupos étnicos do interior do país. Todavia, seria somente após a sua recolocação em liberdade (no mês de agosto de 1961), depois da organização de uma segunda conferência em Lancaster House e, finalmente, posteriormente a uma maré favorável à sua organização no curso das eleições gerais de maio de 1963, que Kenyatta tornar-se-ia primeiro-ministro para, seis meses mais tarde, dirigir um país plenamente independente[38].

No momento da independência, um maciço plano de indenizações, financiado pela Grã-Bretanha, incitou numerosos agricultores brancos a deixarem o país. Alguns pretenderam, a este respeito, identificar retrospectivamente um golpe de mestre neocolonialista que, como consequência a medidas de outrora, tal como o Plano Swynnerton, visaria criar uma burguesia negra pró-britânica no Quênia pós-colonial. Indubitavelmente, os britânicos *tentariam* suscitar o surgimento de um tal grupo social em muitas das suas colônias na África mas, as classes-médias africanas produziram, em igual medida, tanto dirigentes revolucionários, quanto partidários do *statu quo ante*. No Quênia, este fenômeno é particularmente ilustrado pela amarga constatação de um branco, homem político e colono, Michael Blundell, para quem "os agricultores mais empreendedores" deste país manifestavam, paradoxalmente, uma tendência a votar em favor "dos candidatos mais extremistas e radicais, [cujos pontos de vista eram] completamente contrários aos seus interesses pessoais de produtores agrícolas", justificando a sua atitude ao explicarem que estes candidatos eram "os únicos

37 Conferir os comentários do secretário para as colônias britânicas da época, *lord* CHANDOS, 1964, p. 397.

38 G. BENNETT e C. ROSBERG, 1961, pp. 21-22.

capazes de enfrentar o colonialismo britânico[39]". Uma classe média negra chegou a constituir-se no Quênia colonizado mas, as suas origens, muito anteriores aos anos 1950, fincam as suas raízes no início da era colonial, quando uma pequena--burguesia negra começou a desenvolver-se acumulando um emolumento concedido aos funcionários e uma renda fundiária[40]. Seria simplista reduzir o nacionalismo anticolonial no Quênia à ação política de uma burguesia negra recentemente surgida e de atuação independente dos contextos mundial e local.

A Niassalândia e a Rodésia do Norte[41]

Na Niassalândia (atual Malaui) e na Rodésia do Norte (atual Zâmbia), o aumento da ingerência britânica na agricultura africana provocou uma considerável agitação no imediato posterior à guerra[42], entretanto em 1953, foi a instituição de uma Federação da África Central que provocou uma convergência política verdadeiramente explosiva entre um nacionalismo da elite e o descontentamento popular, no interior destas duas colônias britânicas.

Por que esta federação posta teria ela causado tanto descontentamento entre os africanos? Há muito tempo, os colonos brancos da Rodésia do Sul (país beneficiado por autonomia local desde 1923) cultivavam a ideia de uma "fusão" com a Rodésia do Norte e a Niassalândia, territórios administrados à imagem do Quênia, de Uganda e da Tanganyika, pelo Colonial Office britânico, onde viviam minorias europeias. No imediato pós Segunda Guerra Mundial, o novo governo trabalhista britânico opunha-se a tal fusão mas, considerava com bons olhos a ideia de uma federação que estimulasse o desenvolvimento econômico, mantendo-se, todavia e eventualmente, como um tampão político contra a infiltração dos africânderes vindos da África do Sul. Entretanto, os protestos de associações nacionalistas elitistas, como o Nyasaland African Congress (NAC), fundado em 1944, o seu homólogo da Rodésia do Norte, fundado em 1948, e outros, bastaram para bloquear qualquer real iniciativa.

39 M. BLUNDELL, 1964, p. 208.

40 Nós encontramos uma fonte inestimável de informações nas comunicações de M. COWEN, publicadas ou inéditas. Conferir, por exemplo, M. COWEN, 1981, e também a síntese de G. KITCHING, 1980.

41 Esta seção em muito se deve à P. GIFFORD, 1982; R. TANGRI, 1975; J. VAN DONGE, 1985.

42 R. TANGRI, 1975, p. 262. Evidencia-se, a partir do estudo de J. VAN DONGE, que a melhor maneira de compreender esta agitação consiste em apreender o movimento nacionalista como "um conjunto instável de alianças, muito mais que um momento da luta de classes".

Este governo estava muito mais estreitamente ligado que o anterior aos interesses dos homens de negócios e dos colonos brancos partidários de uma federação. Este projeto contava igualmente com o apoio de funcionários (como Andrew Cohen, antes que ele fosse transferido para Uganda e deportasse o *kabaka*), motivados pelas considerações administrativas e desenvolvimentistas. Em 1953, a federação foi finalmente imposta à Niassalândia e à Rodésia do Norte, em que pesem os vigorosos protestos das comunidades africanas[43]. Na Rodésia do Sul, foi notória a sua boa aceitação junto ao eleitorado branco, em virtude do potencial econômico representado pelo cobre da Rodésia do Norte.

A Federação da África Central, desde o seu nascimento, primeiramente não encontrou senão uma resistência velada por parte dos africanos. Na Rodésia do Norte, o influente sindicato dos mineiros africanos não deu ouvidos ao apelo lançado, à imagem de Gandhi, em favor de "duas jornadas de silêncio e orações", pelo NAC – formação, apesar de tudo, debilitada por uma interminável luta fracional que levou Kenneth Kaunda a deixá-la, em 1958, para compor o futuro United National Independence Party. Mas, as autoridades federais foram longe demais em sua tentativa de consolidar os privilégios dos brancos. Em 1957, elas quiseram de fato instituir uma nova cidadania federal, à qual os africanos da Niassalândia, por exemplo, poderiam aceder, mediante o pagamento de 5 libras e a renúncia formal aos seus direitos, próprios às pessoas "protegidas" pelo Colonial Office. Elas igualmente planejaram estabelecer uma dupla lista eleitoral, segundo complexas modalidades, em função das quais podemos unicamente destacar que os africanos, cidadãos mais pobres da sociedade, seriam politicamente os menos influentes.

Estes projetos provocaram uma tempestade política. Em meados de 1958, Hastings Banda, um médico natural da Niassalândia, outrora representante do NAC em Londres, antes de se ter estabelecido em Gana, instalou-se no país e candidatou-se à presidência do partido. Após a sua nomeação, o NAC lançou uma campanha de rejeição que desdobrar-se-ia na independência total, seis anos mais tarde. O estado de emergência foi proclamado em 1959 e Banda foi jogado atrás das grades, acompanhado de 200 militantes do seu partido, no quadro de medidas da operação Aurora. O choque provocado por essas prisões e a subsequente explosão de violência, bem como a intervenção das tropas da Rodésia do Sul, conduziram o governo de Londres a nomear uma comissão de investigação.

A comissão Devlin trouxe embaraços tanto ao governo local quanto às autoridades de Londres. "A Niassalândia, escreveu Devlin, é – sem sombra de dúvida

---

43 Para maior detalhamento, P. GIFFORD, 1982.

e temporariamente – um Estado policialesco" em cujo ninguém podia, imune a riscos, expressar abertamente o seu apoio aos dirigentes do NAC. Devlin acrescentava que as violências que se haviam produzido durante o vigor do estado de emergência (no decorrer do qual 52 africanos foram assassinados) eram, em sua essência, imputáveis à ação das autoridades[44].

O secretário britânico para as colônias e o governador da Niassalândia contestaram ambos as conclusões de Devlin. Mas o primeiro-ministro britânico Harold Macmillan, evidentemente mais cético, enviou uma nova comissão de investigação à África Central – a comissão Monckton. Poucos africanos aceitaram prestar depoimento perante esta comissão, da mesma forma que o African Congress du Nyasaland ou o seu correlato na Rodésia do Norte também rejeitaram-na. A partir do testemunho de alguns africanos "moderados", Monckton concluiu, todavia e em seu relatório, que a oposição ao federalismo era, em toda a Rodésia do Norte e Niassalândia, "quase patológica [...], muito popular, sincera e assaz antiga". Ele preconizou "medidas políticas imediatas" para promover uma "verdadeira associação" e acelerar o desenvolvimento econômico[45]. A Niassalândia somente representava um muito relativo interesse econômico para a Grã-Bretanha mas, a Rodésia do Norte era vital na garantia do seu abastecimento em cobre.

Antes da partida de Monckton rumo à África Central, Harold Macmillan nomeara Iain Macleod para o posto de secretário de Estado junto às colônias. Exímio jogador de *bridge*, este último elaborou um sistema eleitoral extremamente complexo para o Niassalândia e a Rodésia do Norte, bem como para o Quênia. O resultado político foi inapelável: na Niassalândia, o African Congress conquistou todas as cadeiras às quais ele concorria nas eleições de 1961 e, após uma nova conferência, a independência foi proclamada em julho de 1964; na Rodésia do Norte, o UNIP e os restos do antigo Northern Rhodesian Congress dividiram entre si a vitória nas eleições ao final de 1963, o UNIP conquistou 55 das 65 principais cadeiras disponíveis e o país alcançou a independência em dezembro de 1964.

Zanzibar

A ilha de Zanzibar, juntamente com a sua vizinha Pemba, totalizava em 1958 um pouco menos de 300.000 habitantes. No século XIX, sob o reino da

44 *Report of the Nyasaland commission of inquiry*, 1959.

45 *Report of the advisory commission*, 1960.

dinastia omani, Zanzibar foi o centro de uma vasta rede de intercâmbios comerciais cuja influência estendia-se para o interior da África Oriental. Em 1890, a ilha tornou-se um protetorado britânico, assim permanecendo até dezembro de 1963. Um mês mais tarde, uma sangrenta revolução eclodiu, fomentada, tal como explicado pelo seu principal propagandista, "para liberar o povo africano de Zanzibar do julgo colonialista árabe[46]".

Diversos fatores explicam o antagonismo racial entre africanos e árabes de Zanzibar: o tráfico de escravos do século XIX; os estereótipos britânicos da era colonial; a incorporação capitalista da produção de cravos-da-índia na ilha. Estes vetores vieram provocar a formação de uma classe de proprietários fundiários árabes e a constituição de uma classe subalterna africana, consolidando, todavia, a situação dos financistas asiáticos locais[47]. Após a Segunda Guerra Mundial, as reformas que os britânicos conferiram ao governo local (com as suas repercussões, tanto maiores quanto menor fosse o país) e a perspectiva da independência, estes fatores concederam às divisões raciais um ainda maior significado político.

Subproduto da evolução política da África Oriental continental, muito mais que expressão de uma exigência da própria ilha, os primeiros sinais da independência levaram a classe de proprietários fundiários árabes – representados pelo Zanzibar National Party (ZNP), predominantemente árabe – a tentarem libertar-se do controle britânico, antes que a classe subalterna africana estivesse suficientemente mobilizada, ao ponto de ser capaz, por ela mesma, de amparar-se do poder, através do Afro-Shrazi Party (ASP), dirigido por Abeid Karume, presidente da African Association local, desde 1953. A pequenez da ilha e o característico confronto permanente na vida política da ilha deram a esta luta uma complexidade e um rigor singulares[48]. Entretanto, em dezembro de 1963, as cartas pareciam estar sobre a mesa. O ZNP e seus aliados do ZPPP (Zanzibar and Pemba People's Party), grupo separatista pró-árabe originado no ASP, alcançaram, em conjunto, a maioria das cadeiras nas eleições imediatamente precedentes à proclamação da independência e, ainda unidas, arrancaram dos britânicos a independência de Zanzibar em 10 de dezembro de 1953. No dia 12 de janeiro de 1964, eclodia a revolução.

Embora reconhecessem que o ASP, o qual obtivera a maioria dos votos, fora privado da maioria das cadeiras em virtude de estratagemas eleitorais, os especialistas oferecem duas explicações para os acontecimentos de então, as quais,

46 *Uganda Argus*, 4 de abril de 1964.

47 Conferir F. COOPER, 1980.

48 Conferir M. F. LOFCHIE, 1965; A. CLAYTON, 1981.

em ambos os casos, sustentam-se sobre a tese relativa à suposta incapacidade do ASP em organizar uma sublevação. Primeiramente, eles consideram que a cisão do partido da Umma, sob a direção de Abdul Rahman Muhammad Babu que abandonara o ZNP para juntar-se ao ASP, favoreceu este último. Muito provavelmente, a Umma preparava um levante contra o ZNP, tentativa cortada pela raiz com a sua interdição, uma semana antes ao que foi chamada a revolução de Okello. Na realidade, foram os membros da Umma que ofereceram ao ASP os modelos organizacionais para a revolução[49]. Em seguida, eles identificam na pessoa de John Okello, o verdadeiro catalisador da revolução, este nativo da Uganda "servira-se de uma pequena tropa cujos membros haviam sido recrutados individualmente, majoritariamente formada por partidários da Umma, para derrubar o frágil regime estabelecido[50]". O próprio John Okello inclinava-se, em certa medida, à reivindicar toda responsabilidade por esta revolução. Simples pintor de imóveis em Pemba, ele conseguiu organizar elementos da polícia local (descontentes com a substituição dos seus superiores britânicos por oficiais árabes no momento da independência), formando uma tropa de assalto que amparou-se do poder na cidade de Zanzibar durante a noite do dia 11 para o dia 12 de janeiro de 1964[51].

Talvez os acontecimentos da revolução de Zanzibar sejam muito recentes para que os pesquisadores tenham acesso a todas as informações e é pouco provável que os participantes, cuja maior parte ainda encontra-se em atividade política, revelem todos os fatos. Todavia, trabalhos recentes lançam luz sobre os exageros das pretensões de Okello[52]. Nos dias atuais, evidencia-se mais nitidamente que os acontecimentos daquela noite revolucionária tenham sido supervisionados de muito mais perto, além do que se podia imaginar, pelo presidente do ASP, Abeid Karume e pelo seu Comitê dos Quatorze. Segundo este ponto de vista, o ASP usou deliberadamente Okello, no seio do Comitê, tentando com isso garantir para si a coordenação política. O seu principal atributo era a potência da sua voz que lhe permitia realizar as proclamações. Mas, as suas pretensões pessoais transformaram-no, rapidamente, em *persona non grata* pelos dirigentes do partido e, finalmente, no dia 20 de fevereiro, ele foi expulso de Zanzibar e interditaram-no de lá retornar. Desde então, Abeid Karume transformou a ilha em um estado governado por um partido único, o ASP, e negociou uma fusão

49 Conferir os dois penetrantes artigos de K. KYLE, 1964a e 1964b; M. F. LOFCHIE, 1967, pp. 36-42.

50 A. SMITH, 1976, p. 211.

51 A versão pessoal de Okello foi publicada em 1967.

52 Ver B. F. MRIMA e W. MATTOKE, 1980; A. SHERIFF e E. FERGUSON (org.), 1991.

com a Tanganyika, em decorrência da qual, nasceu, em abril de 1964, a República Unida da Tanzânia.

Novos Estados e velhas colônias

O processo de descolonização esteve, na África Oriental, estreitamente ligado ao avanço do nacionalismo nas colônias fundadas no século XIX, no momento da corrida dos europeus, com vistas à divisão do continente. Em certos casos, este nacionalismo tinha as suas raízes fundadas sobre uma entidade territorial anterior à colonização, como Madagascar e, talvez Zanzibar. Com maior frequência, ele desenvolveu-se sob o impulso de militantes nacionalistas que organizavam conscientemente movimentos anticolonialistas dentro das fronteiras, arbitrariamente traçadas, de algumas colônias europeias, como a Tanganyika. Na realidade, como explicava Nyerere, "antes que nós fôssemos colonizados, esta 'nação' não existia; diversas leis vigoravam junto às tribos que a compunham e estas leis eram conflitantes. Foi a potência colonial que impôs uma lei comum, garantindo o respeito a esta última, pela força, até que o avanço do movimento independentista trouxesse a carne de uma unidade emocional ao esqueleto da unidade jurídica[53]".

Frequentemente, as lutas pela independência, propriamente ditas, tomaram uma dimensão pan-africanista, particularmente após a independência de Gana, em 1956. Testemunha disso, por exemplo, a maneira evidente pela qual Kenneth Kaunda e Hastings Banda foram influenciados, em razão da sua participação na Conferência Pan-Africana de Accra, em 1959, no curso da sua luta contra a Federação da África Central[54]. Também atesta esta nova dimensão da luta independentista a tentativa, finalmente abortada, de Uganda, do Quênia e da Tanzânia em lançarem as bases de uma federação da África Oriental, no início dos anos 1960[55]. Igual e eventualmente, em Zanzibar, identifica-se um esboço de pan-arabismo[56]. Enfim, em virtude de todos estes territórios estarem sob a dominação britânica, as lutas pela independência também foram influenciadas pelos precedentes movimentos independentistas surgidos no seio do Commonwealth, na Índia e no Paquistão, assim como no Canadá ou na Austrália.

53 J. K. NYERERE, 1967a, p. 271.

54 R. I. ROTBERG, 1966, p. 292.

55 Conferir J. S. NYE JR., 1966. Esta questão exige um considerável aprofundamento.

56 Conferir A. CLAYTON, 1981, pp. 40 e 46.

No que diz respeito à França, o contexto diferia. Os franceses prosseguiam em seu sonho de criação de uma França "maior", onde, pouco a pouco, a dominação cederia lugar à igualdade, através da integração administrativa com a metrópole. Em Madagascar, no imediato pós Segunda Guerra Mundial, pouquíssimas reformas, concedidas muito rapidamente após a derrota de Vichy, conduziram à insurreição. Os fatos ganharam outros contornos na antiga colônia da Reunião.

A Reunião[57]

Ilha vulcânica situada a 700 quilômetros a leste de Madagascar, a Reunião foi colonizada no século XVII por navegadores franceses e escravos africanos. No transcorrer dos séculos seguintes, ela tornou-se uma colônia caracterizada pelas *plantations*, conheceu um novo afluxo de escravos negros no início do século XIX e, em seguida, durante cerca de trinta anos, a chegada paulatina de uma mão de obra assalariada proveniente da Índia. Em 1946, três quartos da superfície cultivável haviam sido destinados à cultura da cana-de-açúcar e o Partido Comunista da Reunião apostava todas as suas fichas, tanto quanto o seu homólogo metropolitano, para acertar as suas contas com a "plantocracia" local, integrando totalmente a colônia ao Estado francês, com o intuito de melhorar o nível de vida das camadas mais pobres da população. Efetivamente, as condições melhorariam nos vinte anos seguintes mas, com menor ímpeto, comparativamente à França metropolitana pois, a estagnação econômica, presente na ilha desde as guerras napoleônicas, chegara a termo com o seu novo estatuto, tornando-se a Reunião, em 1946 (juntamente com as colônias francesas do Caribe e a Guiana), um departamento de além-mar.

Desde então, a Reunião tornar-se-ia, aos olhos das Seychelles e da ilha Maurício, ainda sob o controle britânico, um modelo de descolonização diferenciado dos exemplos oferecidos pelos diversos territórios continentais já abordados. Após o triunfo dos gaulistas, em 1958, os comunistas locais adotaram, todavia, uma nova política, em prol da autonomia da ilha. Se esta política se transformasse em um movimento popular da Reunião, em favor da independência, a ilha poderia ser conduzida a seguir uma via mais clássica, rumo à soberania nacional no seio do sistema internacional.

57 O presente estudo inspira-se em J. HOUBERT, 1980, e M. ROBERT, 1976.

As Comores[58]

A população das Comores está, do ponto de vista etnográfico, mais próxima daquela de Zanzibar e da costa leste-africana que da população crioula e cosmopolita da Reunião, da ilha Maurício e das Seychelles. A língua falada em todo arquipélago é o *swahili*. Mayotte tornou-se uma possessão colonial francesa em 1941, como consequência de um ato de venda consumado junto ao sultão local; as outras ilhas tiveram o mesmo destino no momento da corrida dos europeus rumo às colônias, no fim do século XIX. Durante a era colonial, o arquipélago de Comores não atraiu em nada o interesse dos franceses. O nacionalismo e o anticolonialismo não apareceriam de fato senão em 1968, por ocasião das manifestações de protesto contra as brutalidades dos pára-quedistas e dos legionários franceses que haviam intervindo para por termo a uma greve em um liceu.

Foi então que se criaram os primeiros partidos políticos e, sob a influência das transformações ocorridas na vizinha ilha de Madagascar – derrubada do governo de Tsiranana, supressão das bases militares francesas e nacionalização das principais empresas francesas presentes na ilha –, um movimento popular constituiu-se para exigir a independência das Comores.

Como é-lhes peculiar, os franceses organizaram um referendo mas, como Mayotte (a ilha menos islamizada e a mais susceptível às influências dos malgaches cristianizados) votou contracorrente das outras ilhas, pronunciando-se em favor da permanência dos elos mantidos com a França, uma nova série de referendos teve lugar, desta feita executados, isoladamente, ilha por ilha. Em julho de 1975, todas as ilhas, salvo Mayotte, proclamaram unilateralmente a sua independência. Mayotte é a única que permanece sob o domínio francês.

A ilha Maurício e as Seychelles[59]

À imagem da Reunião, a ilha Maurício está situada a muitas centenas de quilômetros da costa de Madagascar. Ela conheceu, durante o século XIX, o desenvolvimento clássico de uma colônia caracterizada pelo sistema de *plantations*, cabendo a maior parte do trabalho aos antigos escravos deportados da África e

58 A presente explanação inspira-se principalmente em H. CHAGNOUX e A. HARIBU, 1980, e T. FLOBERT, 1976.

59 No que concerne esta seção, as fontes são: J. HOUBERT, 1980; L. FAVOUREU, 1970, onde figura uma boa bibliografia.

a uma mão de obra assalariada proveniente da Índia, enquanto uma "plantocracia" crioula franco-mauriciana partilhava, por sua vez e entre si, o essencial dos lucros. Da mesma forma que outras "velhas colônias" do Caribe ou do Oceano Índico, especializadas na cultura da cana-de-açúcar, a ilha foi severamente afetada pela crise dos anos 1930, a qual deixaria um amargo legado de greves e agitação social. Na ilha Maurício, após 1945, o principal desafio da luta política consistia em defender os direitos dos trabalhadores locados nas plantações de cana-de-açúcar e dos estivadores, frente aos privilégios dos grandes agricultores, restando à autonomia o caráter de uma questão totalmente secundária. De fato, a sorte da Reunião, após 1946, poderia dar luz a uma associação mais estreita com a Grã-Bretanha, o que seria um objetivo mais sedutor. Todavia, tal evolução jamais esteve na ordem do dia. A luta travada na ilha Maurício visava, portanto, obter as melhores condições de parceria, levando-se em conta os esforços empreendidos pela Grã-Bretanha, nos anos 1960, para ingressar na CEE, no exato momento em que a ilha rumava para a independência.

Ela foi conquistada, em 1968, pelo Mauritian Labour Party, o mais constante em seu nacionalismo entre todos os partidos representantes do proletariado, majoritariamente oriundo da Índia e habitante da ilha. Mas, os dados estavam viciados. Em 1965, a Grã-Bretanha anexara algumas ilhas, até então associadas à ilha Maurício e às Seychelles, para formar o Território Britânico do Oceano Índico, uma nova colônia marítima que, após algum tempo, acolheria uma base americana de submarinos nucleares, em Diego Garcia. A independência da ilha Maurício esteve claramente ligada à aceitação desta amputação em seu território[60].

Nas ilhas Seychelles, igualmente, a independência foi um pouco retardada por considerações estratégicas concernentes a uma estação de observação e vigilância, assim como à base militar de Diego Garcia. Inicialmente e todavia, nem o Seychelles People's United Party (SPUP), dirigido por France-Albert René, nem o Seychelles Democratic Party (SDP), liderado por James Mancham, ativeram-se à questão da independência. Neste arquipélago desesperadamente pobre, a sua principal preocupação consistia, antes e sobretudo, em ocupar os postos-chave no seio do governo e controlar a sua política. Foi somente após a explosão de um conflito entre o SDP e as autoridades britânicas, no tocante ao controle das forças policiais e após o reconhecimento do SPUP pela OUA, como um movimento de libertação nacional, que a independência passou a

60 Conferir J. MADELEY, 1982.

ser considerada de forma muito mais séria. Finalmente, Mancham aliou-se a René para conquistar a independência que a Grã-Bretanha concederia muito de bom grado às Seychelles, em 1976, pois que a potência imperial estava, desde então, ansiosa por livrar-se, tão rapidamente quanto possível, de todas as suas derradeiras colônias.

A colonização concluiu um ciclo desde o século XVIII. Nesta época, colônias insulares, como as Seychelles, a ilha Maurício ou a Reunião formavam, em larga medida, as vitais correias de transmissão dos impérios europeus, essencialmente marítimos. Posteriormente, com a invenção da máquina a vapor, adveio o tempo da conquista de grandes extensões, como a África Subsaariana. Os ocidentais tornar-se-iam os mestres dos impérios tropicais continentais com forte densidade populacional. A crise planetária em que se transformou a Segunda Guerra Mundial veio solapar estes impérios e, lá onde a própria guerra não foi suficiente, projetos muito ambiciosos de valorização, os "agrupamentos de camponeses rebeldes" e os partidos nacionalistas precipitaram a sua ruína no transcurso de uma geração. Contudo, após o advento da era nuclear, as possessões marítimas reencontram hoje uma importância própria, bem mais inquietante.

CAPÍTULO 10

A África Austral

David Chanaiwa

A África Austral representava, a partir de 1935 e sob uma perspectiva mundial, a parte mais importante do continente africano no plano econômico. Nos últimos trinta anos do século XX, em suplemento e pouco a pouco, ela tornou-se a mais importante sub-região da África no plano estratégico. A sua proeminência econômica proveio, antes de tudo, da sua riqueza em minerais vitais para a civilização industrial ocidental e foi reforçada pela agricultura e pela industrialização locais. Ela deve a sua proeminência estratégica à combinação da sua riqueza com a crescente importância da rota do Cabo para o tráfego marítimo entre a Ásia e o mundo ocidental, especialmente o transporte petrolífero dos países do Golfo.

Um terceiro fator, essencial, influenciou profundamente a história da sub-região, o fator racial. Esta parte da África, a mais rica em recursos minerais (conferir figura 10.1) e cuja situação geográfica revestia-se de uma crescente importância estratégica, também foi a mais profundamente afetada, no transcorrer deste período, pela questão das relações raciais[1].

O presente capítulo aborda, portanto, a interação entre a economia, a estratégia e a raça no tocante ao destino da África Austral. Mas, cada uma destas

1 Para uma introdução geral à história da África Austral, durante este período, conferir E. H. BROOKES, 1968; B. DAVIDSON e colaboradores, 1976; W. R. DUGGAN, 1973; J. DUFFY, 1962; G. M. GERHART, 1979; R. H. GREEN e colaboradores, 1981; R. GIBSON, 1972; P. KEATLEY, 1963; C. R. HILL, 1964; R. P. STEVENS, 1967.
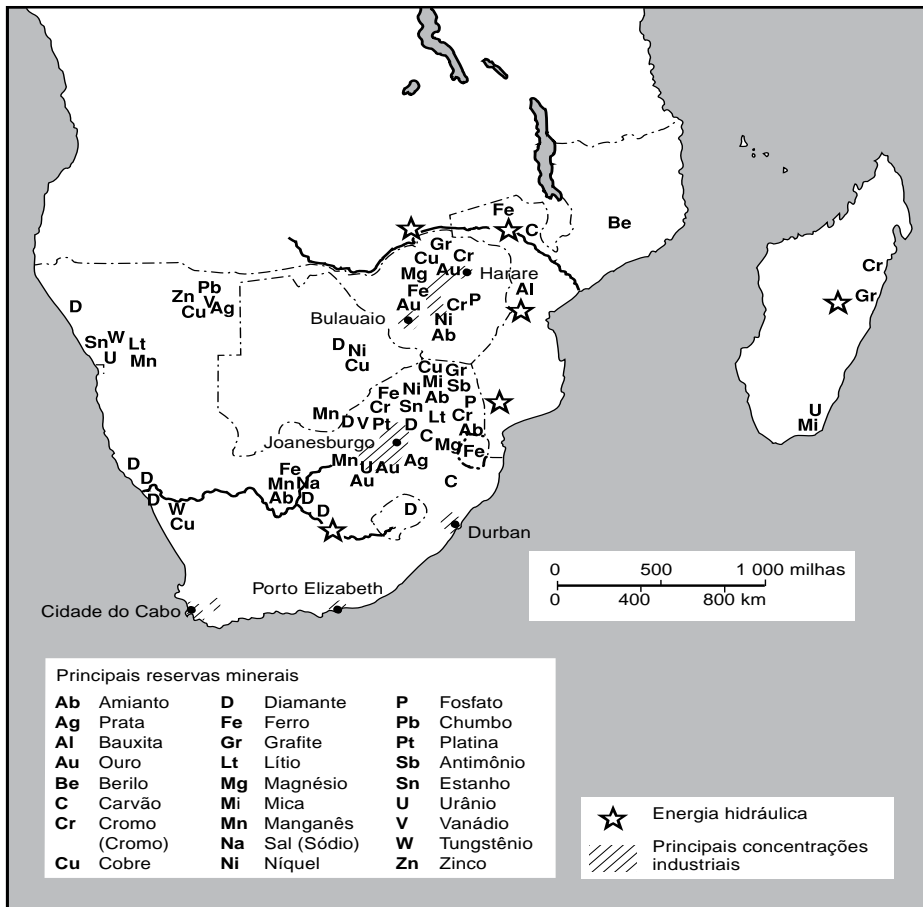
FIGURA 10.1 Principais recursos minerais da África do Sul.

próprias forças provoca a intervenção de subfatores. No domínio econômico, a história da África Austral articula-se, parcialmente, em torno da questão fundiária, especificamente, no que se refere à luta pelas terras mais férteis. Ela também associa-se à questão do trabalho, tanto voluntário quanto forçado, sedentário ou migrante. Enfim, a história econômica da África Austral também concerne, evidentemente, ao capital extrativo, ou seja, ao capital provindo das atividades minerais ou relacionado a elas. Nós trataremos destes três subfatores econômicos e da sua influência sobre este período particular na história da África Austral.

A importância estratégica da África Austral e a sua situação geográfica igualmente constituem subfatores. Lembremos, quando muito, que se existe uma

parte da África em relação à qual o mundo ocidental estaria disposto a entrar em guerra para preservar o acesso aos seus recursos, tratar-se-ia notoriamente da África Austral e da República Democrática do Congo. A importância estratégica destas regiões diz respeito a uma combinação de fatores econômicos e geopolíticos[2].

Em relação à questão racial na África Austral, podemos afirmar que a sub-região apresenta-se como o último grande campo de batalha do confronto racial no continente[3]. Mas, como pano de fundo da evolução desta região africana, dissimula-se uma tragédia mundial, a estranha história da reencarnação de um demônio político. Se os anos compreendidos entre 1935 e 1945 marcaram o sucesso de uma luta mundial contra o fascismo e a perseguição racial na Europa, o ano de 1948 representa um marco no avanço de uma nova forma de fascismo e de perseguição racial na África, modalidade esta que receberia o nome de *apartheid*. Com a derrota de Hitler e de Mussolini, na primeira metade dos anos 1940, a "supremacia ariana" e a política do genocídio haviam conhecido o revés decisivo na Europa. Em contrapartida, no ano de 1948, o triunfo do Nationalist Party, na África do Sul, foi uma vitória para a "supremacia branca" e favoreceu a concretização de um genocídio no sul da África. O hitlerismo reencarnava-se em solo africano. "O *Fuhrer* está morto! Viva o *Fuhrer*!"

É evidente que os africanos não aceitariam este renascimento com resignação. A cruzada armada final contra o "fascismo" e o "nazismo", travada à época, reveste-se de um particular significado, associando a luta contra o *apartheid* à ação, todavia inconclusa, da Segunda Guerra Mundial. O presente capítulo refere-se, parcialmente, a esta cruzada moral, sob todas as suas formas políticas e religiosas[4].

Este capítulo também intenta reposicionar, historicamente, a política econômica do colonialismo europeu e as reações, por ela suscitadas, junto aos africanos da África Austral[5]. Ele versará, especialmente, sobre as relações históricas e a interdependência existentes, na África Austral colonial, entre, por um lado, as bases econômicas, as classes e os seus respectivos interesses e, por outra parte, as ideologias, as estruturas e as instituições políticas.

---

2 Para maiores detalhes, conferir D. CHANAIWA, 1976A; M. MORRELL, 1971; C. KADALIE, 1971; W. M. MACMILLAN, 1963 e 1970; T. KARIS e G. M. CARTER, 1977.

3 D. D. T. JABAVU, 1920. Conferir também P. DUIGNAN e L. H. GANN, 1973; G. S. P. FREEMAN--GRENVILLE, 1973.

4 Para detalhamentos sobre as igrejas separadas e o etiopismo, conferir B. SUNDKLER, 1961; assim como D. CHANAIWA, 1980.

5 Conferir P. DUIGNAN e L. H. GANN, 1973.

O apartheid em seu contexto histórico

Na África do Sul, à imagem da Rodésia do Sul, a questão crucial era a luta dos europeus para conservarem o seu monopólio econômico sobre as terras, os recursos minerais, os empregos e os serviços sociais, bem como para jugular a concorrência e o nacionalismo africanos. Em particular, os brancos pertencentes à burguesia rural e à classe operária urbana esperavam, do capitalismo de Estado e de um poder colonial vigilante, a proteção dos seus privilégios econômicos raciais *vis-à-vis* da concorrência africana, real ou suposta[6].

Os colonos rurais pretendiam a votação de leis que preservassem as terras, as minas, a produção e os serviços agrícolas de qualquer concorrência africana, se lhes reservando, todavia, a disponibilidade de uma mão de obra africana a custos reduzidos. Os mineiros, os técnicos, os transportadores, os funcionários públicos e os profissionais liberais brancos, por sua vez, defendiam uma legislação que os colocasse ao abrigo da concorrência dos trabalhadores africanos, mantivesse a escassez de competências e, desta forma, aumentasse e reforçasse a sua representação no âmbito das negociações coletivas, bem como o seu peso político. Estas leis deveriam, simultaneamente, assegurar-lhes um elevado nível de vida, reservando aos africanos a maior incidência das cargas fiscais.

Nos anos 1930, cada um dos dois Estados coloniais adotara um arcabouço legislativo segregacionista. Na África do Sul, o *Native's Land Act* [lei relativa às terras indígenas], o *Group Areas Act* [lei concernente às zonas domiciliares] e o *Industrial Conciliation Act* [lei referente aos procedimentos de conciliação trabalhista na indústria]; por outra parte, na Rodésia do Sul, o *Land Apportionment Act* [lei sobre a repartição das terras], o *Industrial Conciliation Act* [lei referente aos procedimentos de conciliação trabalhista na indústria], o *Natives Registration Act* [lei tangente ao registro civil dos indígenas] e o *Masters and Servants Act* [lei tocante às relações entre mestres e auxiliares]. Estas leis visavam:

- privar os africanos das suas terras e dos seus recursos minerais;
- criar uma mão de obra africana de baixa remuneração;
- controlar os movimentos dos trabalhadores africanos;
- eliminar a concorrência inter-racial.

Os *Industrial Conciliation Acts*, adotados pela África do Sul e pela Rodésia do Sul, codificavam as relações entre empregadores e empregados, em todos os setores da indústria, da economia em geral e no seio de todas as categorias

6 Conferir, por exemplo, G. ARRIGHI, 1970.

profissionais. Mas, eles não reconheciam aos trabalhadores africanos o estatuto de empregado, nem o direito à sindicalização. Eles somente autorizavam a criação de conselhos trabalhistas nos quais tomariam assento empregadores e trabalhadores brancos, encarregados de negociar, em nome dos africanos, os acordos salariais, as condições de trabalho e a seguridade social. Os africanos estavam excluídos dos programas de aperfeiçoamento profissional, eram privados do direito de greve e não se lhes era permitida a participação em negociações coletivas. Segundo os termos do Workmen's Compensation Acts [leis sobre as indenizações relativas aos acidentes de trabalho], em vigor nos dois países, eles não gozavam do direito, nem às pensões da aposentadoria, nem aos cuidados hospitalares, nem tampouco às medidas de prevenção contra os acidentes de trabalho, as quais não se lhes eram aplicáveis.

Assim, em matéria de política econômica, os brancos da África Austral votavam não como capitalistas, produtores agrícolas, empregados ou proletários mas, por serem brancos. Os trabalhadores brancos haviam fundado sindicatos de ferroviários e de mineiros, bem como partidos operários fechados às outras raças. Todos os empregos qualificados ou com salários elevados e todos os postos de direção eram reservados aos brancos. Numerosas repartições para-estatais de comercialização de leite, de carne, de milho, de tabaco, de algodão, de minerais e outros, nesta mesma região, haviam sido criadas pelos brancos os quais, deliberadamente, boicotavam os produtos africanos, de forma a eliminar a concorrência dos agricultores e fabricantes negros.

A repartição das terras entre europeus e africanos era sistematicamente concebida para privar os segundos dos seus recursos e da sua independência econômica, relegando-os às reservas rurais improdutivas e aos guetos urbanos. Através desta política ruralista e de segregação que visava propositalmente empobrecê-los, os colonos condenaram os africanos a um estado de subdesenvolvimento e dependência, forçando-os a trabalharem para os brancos, caso desejassem, simplesmente para sobreviver.

No limiar da Segunda Guerra Mundial, criara-se uma sólida relação de interdependência entre a zonas centrais, ocupadas pelos colonos, e as regiões periféricas, a saber, os territórios da Alta Comissão Britânica da Bazutolândia (atual Lesoto), da Bechuanalândia (a atual Botsuana) e da Suazilândia, os protetorados britânicos da Rodésia do Norte (atual Zâmbia) e da Niassalândia (atual Malaui) e as colônias portuguesas de Angola e, com maior ênfase, de Moçambique. Em virtude dos desafios político-econômicos que eles representavam e da sua situação geográfica, a Bazutolândia, a Bechuanalândia e a Suazilândia

tornaram-se, no plano econômico, os primeiros "bantustões" criados na periferia da África do Sul[7].

Do ponto de vista econômico, a Bazutolândia formava um enclave no território sul-africano, onde os raros europeus eram, em sua maioria, funcionários governamentais, comerciantes e missionários, e no qual a agricultura e a criação de animais não dispunham senão de terras empobrecidas pela erosão. A Bechuanalândia era, essencialmente, um vasto deserto economicamente dependente da pecuária bovina e das rendas provenientes da mão de obra migrante. A Suazilândia era o mais viável dos três territórios, com um solo fértil, ricas jazidas de ferro, de amianto e de estanho, bem como uma silvicultura e um sistema de irrigação relativamente bem desenvolvidos. Mas, os europeus se haviam atribuído boa parte das mais ricas terras.

A colônia portuguesa de Moçambique extraia os seus recursos de uma economia de *plantation*, centrada na exportação, na qual as propriedades rurais estatais coexistiam com as unidades produtivas privadas. Os rodesianos pagavam direitos aduaneiros e taxas para a utilização da malha rodo e ferroviária, bem como do porto de Beira (Sofala) e, no que diz respeito aos sul-africanos, incidia-lhes a mesma taxação para a utilização do porto de Lourenço Marques (Maputo). Todas estas rendas eram obtidas junto a uma mão de obra migrante[8]. O protetorado britânico da Niassalândia – a bela "Cinderela dos protetorados" – não era menos pobre e superpovoado. Os europeus que lá viviam – em sua maioria, funcionários, comerciantes e missionários – não ultrapassavam 2.000 indivíduos, em 1937. Os colonos não se encontravam menos tentados em lá procurar terras e uma mão de obra africana de baixa remuneração, neste território não havia nem reservas, nem *pass laws* [lei do passe livre ou do livre trânsito]. A economia, na Rodésia do Norte, estava fundada na monocultura e em uma indústria mineira voltada para a exportação, concentrada na Cooper Belt. A pequena comunidade europeia residente no país compunha-se de técnicos mineiros, funcionários públicos, comerciantes e missionários, os quais não tinham pretensão alguma em estabelecerem-se de forma permanente. Todavia, empregos e serviços estavam submetidos a certa concorrência inter-racial, de forma a ser possível encontrar neste país, embora em menor escala, comparativamente à África do Sul e à Rodésia do Sul (atual Zimbábue), um sistema de reservas e de *pass laws*, assim

7 Para as relações históricas de Botsuana, Lesoto e Suazilândia com a África do Sul, conferir R. P. STEVENS, 1967; J. E. SPENCE, 1964; *Migrant labour in Africa south of the Sahara*, 1961.

8 *Migrant labour in Africa south of the Sahara*, 1961; J. DUFFY, 1962; J. SYKES, 1971; C. F. SPENCE, 1951; L. B. SERAPIÃO e M. A. EL-KHAWAS, 1979.

como uma mão de obra migrante, recrutada na Niassalândia, na Tanganyika e no Congo belga.

A mão de obra migrante

Evidentemente, os milhares de homens e mulheres africanos que deixavam a sua terra natal para trabalhar nas minas, nas unidades produtivas agrícolas e nas minas da África do Sul e da Rodésia do Sul, eram regidos por múltiplas motivações[9]. A explicação, mais genérica e frequente, consiste, bem entendido, em dizer que eles eram conduzidos por considerações econômicas: o subdesenvolvimento, o desemprego, o baixo nível de vida e a pobreza generalizada que se abatiam sobre os seus países, em contraste com o impulso e o desenvolvimento econômicos, os numerosos empregos disponíveis, o elevado nível de vida dos brancos e a existência de grandes atrativos, por eles esperados nos países de destino. Mas, o recrutamento da mão de obra migrante era um dos aspectos mais regulamentados das relações entre os países da África Austral.

Numerosos agentes de recrutamento atuantes na Bazutolândia, na Bechuanalândia, na Suazilândia, em Moçambique, Angola e Niassalândia enganavam intencionalmente os camponeses analfabetos, concedendo-lhes adiantamentos em dinheiro e em produtos, encantando-os pelo contato com as maravilhas da vida urbana na África do Sul e na Rodésia do Sul. Os candidatos aos postos de trabalho eram abrigados e alimentados nos campos transicionais, instalados nos países de imigração; após uma entrevista e um exame médico, os contratados para o trabalho nas minas, nas propriedades rurais e nas usinas, eram conduzidos. Após um período de 12 a 18 meses de trabalho, os migrantes eram repatriados pelos mesmos serviços utilizados na ida.

As colônias exportadores desta mão de obra eram estimuladas por algumas vantagens econômicas: recebimento de direitos concernentes aos passaportes e aos atestados de alistamento, pagamentos diferenciados e impostos de "case", situações que constituíam a oportunidade de acumular moeda estrangeira.

Em Moçambique, os portugueses não hesitaram em empregar a força bruta para recrutar trabalhadores migrantes africanos[10]. Para facilitar esta flagrante exploração dos africanos, os portugueses assinaram dois acordos: o primeiro, a

9 *Migrant labour in Africa south of the Sahara*, 1961.

10 Ibid.; J. DUFFY, 1962; J. E. SPENCE, 1964.

Mozambique Convention, com a África do Sul, em 1928, e o outro, o *Tete Agreement*, com a Rodésia do Sul, em 1934[11].

É difícil avaliar o número total de homens, mulheres e crianças que, nos países de origem e destino, foram submetidos a este sistema e dele sofreram as consequências. No auge deste período, a África do Sul empregava, anualmente, cerca de 600.000 trabalhadores migrantes e a Rodésia do Sul por volta de 250.000. Entre os países fornecedores de mão de obra, a Niassalândia tomava a dianteira com mais de 280.000 migrantes registrados por ano, seguida por Moçambique (cerca de 220.000 migrantes), pela Bazutolândia (cerca de 210.000), pelo Botsuana (cerca de 60.000), pela Zâmbia (cerca de 40.000) e pela Suazilândia (cerca de 30.000). Os dados oficiais não levam em conta as pessoas falecidas nos campos transicionais nem, *a fortiori*, os numerosos trabalhadores, clandestinamente ingressos na África do Sul e na Rodésia do Sul, por itinerários e meios improvisados.

Este recurso a uma mão de obra migrante teve consideráveis consequências para a África Austral. Em primeiro lugar, ele concedeu ao desenvolvimento histórico e cultural de toda esta parte do continente, um caráter distinto. Em seguida, ele contribuiu para reforçar a dependência dos países exportadores de mão de obra diante dos países de destino. Ele provocou, relativamente aos primeiros, uma desorganização generalizada da sociedade, caracterizada pela desintegração do núcleo familiar, o aumento dos nascimentos de filhos ilegítimos e dos divórcios, bem como o avanço do subdesenvolvimento – todos efeitos do desequilíbrio demográfico resultante do prolongado afastamento de grande número de homens adultos.

Desta forma, no limiar da formalização do *apartheid*, a África Austral caracterizava-se por uma política fundada na desigualdade, no racismo, na exploração e na repressão, assim como pela existência de uma minoria que se apoderava da riqueza e do poder em meio a uma massa de indigentes. Na Rodésia do Sul, os operários brancos e a burguesia rural já formavam uma coalizão solidamente erguida com base nestes privilégios.

Na África do Sul estas duas categorias sociais, compostas majoritariamente por africâneres, haviam criado o Nationalist Party[12] para concorrer com o United Party, representante da burguesia, dos profissionais liberais e do capitalismo internacional branco das cidades, por sua vez, majoritariamente anglófono. Os

11 *Migrant labour in Africa south of the Sahara*, 1961.

12 S. TRAPIDO, 1970; W. R. DUGGAN, 1973; W. M. MACMILLAN, 1963; G. CARTER, 1959; T. D. MOODIE, 1975; J. H. P. SERFONTEIN, 1979.

desentendimentos entre ingleses e africâneres, durante a escolha dos métodos mais eficazes a serem adotados no intuito de manter a supremacia dos brancos diante dos negros, esta disputa conduziu à vitória, nas eleições de 1948, do National Party, liderado pelo Doutor Malan.

Simultaneamente, os africanos reagiam à expansão do colonialismo na África Austral, criando partidos políticos, como o African National Congress of South Africa e o African National Congress of Southern Rhodesia; organizando associações independentes de assistência e ajuda mútua; formando sindicatos, tais como o Industrial and Commercial Workers Union da África do Sul e da Rodésia do Sul; bem como, fundando Igrejas separatistas ou “etíopes”[13].

Os dirigentes destes partidos políticos, oriundos da elite cristã formada pelas missões, também estavam profundamente ligados aos princípios do individualismo, do capitalismo, da não violência, do antirracismo e do universalismo. O seu principal objetivo era o reconhecimento da “igualdade de direitos para todos os homens civilizados, sejam quais fossem a sua raça e a sua cor”; eles enfrentavam-se por meio de resoluções constitucionais, pelo envio de delegações e telegramas, por ocasião de sermões e reuniões, assim como pelo conteúdo das suas brochuras programáticas. Estes dirigentes tinham como aliados os liberais e os missionários brancos. O seu erro consistia em identificar no colonialismo, antes de tudo, uma tragédia humana e não um sistema econômico sem alma, fundado na desigualdade racial e, com astúcia organizado. Na África do Sul, particularmente, a rivalidade política entre colonos ingleses e africâneres não era, aos seus olhos, senão um desentendimento moral e escapava-lhes o consenso ideológico fundamental sobre a questão da supremacia branca.

Os sindicalistas africanos tinham, por sua vez, preocupações, antes, de ordem material e imediatas: salários, condições de trabalho e de moradia, discriminação racial, direito de greve e de representação nas negociações coletivas. A despeito dos impedimentos legais, os trabalhadores africanos organizavam greves em prol destas reivindicações.

Certo número de pregadores e laicos, formados pelas missões, romperam com os padres brancos, de quem eles não mais aceitavam o autoritarismo racista e paternalista, além de fundarem Igrejas em separado, as quais conservavam a doutrina e a liturgia cristãs. Outros elementos foram mais adiante, eles romperam com as Igrejas cristãs africanas mas, também pregaram a poligamia, a vida em comunidade, o puritanismo no que tange às bebidas alcoólicas, ao tabaco, à

13 Conferir, por exemplo, D. CHANAIWA, 1976a; C. KADALIE, 1971; P. WALSHE, 1971; E. FEIT, 1967.

dança e, ainda, às vestimentas. Eles defendiam a rejeição e o boicote completos da cultura ocidental e dos seus valores. Este movimento religioso é conhecido sob o nome de etiopismo[14] e os seus adeptos foram chamados os *Vapositori*.

Por ocasião das eleições gerais de 1948, na África do Sul, o United Party, liderado por Smuts, e o Nationalist Party, tendo à sua frente o Doutor Malan, enfrentaram-se com respeito às questões econômicas, ao "perigo negro" e aos sentimentos pró-britânicos e pró-domínio, opostos aos sentimentos pró-nazistas e pró-republicanos. Malan e o seu Nationalist Party ganharam as eleições e instituíram oficialmente o *apartheid* e o republicanismo. A África do Sul se retirou do Commonwealth e proclamou-se república independente, em 1961.

Do ponto de vista econômico, a Segunda Guerra Mundial provocou um novo crescimento e também um novo *boom* econômico que colocaram um fim à crise e à estagnação dos anos 1930. A desestabilização militar e econômica da Europa e a ocupação, pelos japoneses, das colônias europeias na Ásia, ocasionaram uma forte demanda por matérias primas, assim como, por produtos alimentares, frutas, minerais e madeiras para a construção civil, produtos acabados, destinados ao aprovisionamento e às demandas militares, por equipamentos para as escolas, por meios de abastecimento em combustíveis e por serviços de saúde, na África Tropical. Graças à infraestrutura já existente na África do Sul e na Rodésia do Sul, à sua mão de obra migrante e ao seu clima favorável, a África Austral respondeu com facilidade a estas novas necessidades.

A guerra não se traduziu somente pelo crescimento econômico, pela prosperidade e pela geração de empregos, ela também provocou o surgimento de novas classes e, por conseguinte, novos conflitos. Na comunidade branca da África do Sul e da Rodésia do Sul, ela conferiu um papel de crescente importância aos representantes das empresas transnacionais – Anglo-American Corporation, Tanganyika Concessions, British South Africa Company, Lonhro, entre outras – às quais, não contentes em intensificar a sua exploração nas minas da África do Sul, da Rodésia do Sul e do Katanga, investiram na indústria do setor açucareiro e frutífero, na pecuária e na silvicultura. O setor industrial urbano, até então pouco desenvolvido, apresentou uma forte expansão, integrou-se e automatizou-se, reforçando, pela mesma ocasião, o peso socioeconômico relativo da burguesia urbana, em detrimento da burguesia rural tradicional.

A burguesia urbana branca da época igualmente tencionava concorrer com as importações, oferecendo produtos locais a preços competitivos, tais como,

14 B. SUNDKLER, 1961.

farinhas, açúcar, óleo, roupas, sapatos, doces, pães e geleias, destinados à nova classe média africana, ao proletariado urbano e aos camponeses. Diferentemente da burguesia rural que trabalhava para a exportação, a burguesia das cidades pretendia ver o desenvolvimento de uma mão de obra africana qualificada com um maior poder de compra. Uma aliança de fato entre a burguesia branca das cidades, a classe média negra e o proletariado urbano africano insinuava-se em oposição à coalizão tradicional da burguesia rural e da classe operária branca.

No seio da população africana, a guerra teve como efeito o aumento da importância numérica e do peso relativo de uma nascente classe média, composta por homens de negócio, membros das profissões liberais, professores, pregadores, assim como pequenos proprietários agrícolas ou pequenos empreendedores da construção civil. Estas categorias sociais permaneciam ligadas à urbanização, à ocidentalização, à legalidade constitucional e ao antirracismo. A guerra criou, ademais, um vasto proletariado urbano composto de operários e antigos combatentes cuja consciência política se desenvolvera, levando-os a exigir, com força redobrada, uma melhoria nos salários, nas condições de trabalho, na seguridade social, na sua representação nas negociações coletivas, bem como o reconhecimento dos seus direitos fundamentais. Em ausência de seguridade social, de indenização em caso de acidente de trabalho e de um sistema de aposentadorias, os proletários das cidades conservavam estreitas ligações com os seus parentes das regiões rurais, a fim de precaverem-se contra as doenças e o desemprego, bem como para encontrarem um apoio no momento da chegada à velhice. A esmagadora maioria da população negra era, todavia, formada por camponeses, produtores do estrito necessário à sua sobrevivência.

As forças motrizes da mudança na África Austral de 1948 a 1960

A década imediatamente posterior à guerra foi marcada no continente pelos conflitos e as mudanças provocadas pelo enfrentamento dos nacionalistas africanos e europeus. Este período testemunha o desenvolvimento, em escala continental, de um fenômeno ao qual denominou-se "nacionalismo africano ortodoxo". Da cidade do Cabo ao Cairo, os africanos protestaram pelo fim da dominação colonial, pela extinção do racismo, pela derrubada do imperialismo e em prol da passagem para o estádio de uma independência política, fundada sobre a decisão da maioria, o sufrágio universal e a democracia parlamentar. Eles criaram organizações de massa que recrutavam em meio, tanto ao prole-

tário urbano quanto à massa camponesa e lançavam manifestações, boicotes e greves. Estes militantes reivindicavam-se do panafricanismo e da negritude, e preconizavam a criação dos Estados-Unidos da África.

Na África do Sul, a organização dominante era o African National Congress (ANC) [Congresso Nacional Africano (CNA)], cujo mais eloquente e popular porta-voz foi o chefe Albert Luthuli, laureado com o prêmio Nobel da Paz[15]. Conquanto permanecesse fiel aos seus objetivos e aos seus métodos, próprios ao período entreguerras, o CNA endureceu o tom e multiplicou as manifestações. Entretanto, ele perdia espaço político para o Partido Comunista Sul-Africano e para a Liga da Juventude do CNA, cujo número de militantes aumentava. A Liga da Juventude fora fundada em 1943, por Aton Muziwakhe Lembede, reunindo os africanos decepcionados frente à aliança do CNA com os brancos liberais e, igualmente, contrários à recusa destes últimos em tomar posição, clara e favoravelmente, ao princípio da decisão majoritária e ao sufrágio universal.

Em 1949, o CNA formou com os indianos, os mestiços e os brancos liberais uma Aliança dos Congressos que elaborou um “Programa de Edificação da Nação”. Em 1952, o CNA e os seus aliados organizaram, em escala nacional, uma campanha de protestos durante a qual 8.500 pessoas foram arrestadas.

Em 1955, um Congresso dos Povos, no qual africanos, mestiços, indianos e brancos estavam representados, adotou uma “Carta das Liberdades para a África do Sul Democrática do Futuro”, preconizando uma África do Sul livre, unida e não racista, e deliberou uma Declaração dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.

Diante da unidade e da militância dos negros, o governo nacionalista decidiu aplicar medidas reacionárias e repressivas – interdição do direito à reunião, vigilância e perseguição policiais, dissolução dos partidos políticos, tortura, prisão domiciliar e encarceramento de militantes. Com o apoio tácito do United Party e do Progressive Party, o Parlamento exclusivamente branco votou uma série de leis repressivas:

- o *Group Areas Act* [lei sobre as zonas de residência] em 1950, que instituía a segregação de todos os sul-africanos, em função da sua raça;
- o *Suppression of Communism Act* [lei sobre a repressão ao comunismo] em 1950, segundo o qual era suposto comunista toda pessoa ou toda organização crítica ao *apartheid* ou militante em favor das teses antir-

15 Ver, por exemplo, P. WALSHE, 1971; A. LUTHULI, 1962.

racistas ou das liberdades individuais. O próprio Partido Comunista foi banido em 1950;

- o *Native Labour (Settlement of Disputes) Act* [lei sobre a mão de obra indígena (mediação de conflitos)] em 1953, o qual arrancava dos trabalhadores africanos o direito à sindicalização e a empreenderem negociações coletivas;
- o *Criminal Law Amendment Act* [emenda ao código penal] em 1953, nos termos do qual o fato de criticar uma lei ou apoiar uma campanha dirigida contra ela tornava-se uma infração;
- o *Mines and Works Act* [lei sobre as minas e as usinas] em 1956, que barrava aos africanos qualquer acesso a postos qualificados nas minas.

Em 1954, as leis repressivas e as violências policiais não foram suficientes para quebrar a determinação dos africanos; o governo nacionalista, dirigido por H. F. Verwoerd, encarregou a comissão Tomlinson de propor outras soluções. Esta comissão recomendou a famosa política dos bantustões e as suas propostas conduziram, em 1959, à adoção do *Bantu Self-Government Act* [lei sobre a conquista, pelos bantu, da autonomia interna], bem como à criação da Bantu Investment Corporation. Segundo os termos desta lei, os africanos eram reagrupados em *homelands* [lares nacionais] que deveriam permitir-lhes alcançar o desenvolvimento em separado. Estas estruturas correspondiam aos grupos étnicos tradicionais – zulu, sotho, xhosa, tswana, tsonga e venda – e detentores de certa autonomia interna, à África do Sul branca cabia conservar, por sua vez e por intermédio de um administrador, a última palavra em matéria de defesa, de segurança interna, de relações internacionais e de orçamento.

A política dos bantustões estava essencialmente fundada sobre o princípio "dividir para reinar": ela visava balcanizar o nacionalismo africano e ganhar tempo, consolidando, todavia, a supremacia branca. O objetivo intentado era reanimar e reativar as rivalidades étnicas da época do Mfecane, provocando o ressurgimento de todos os fatores de unidade – cristianismo, educação, casamentos inter-raciais, urbanização e nacionalismo. Ao mesmo tempo, todo desempregado e qualquer "agitador" político era conduzido ao seu bantustão de origem. Juridicamente, todos os africanos habitantes no território da África do Sul branca tornavam-se residentes temporários, sem nenhum direito a gozar das liberdades cívicas ou a possuir bens. A ocupação ilegal das terras, os conflitos de arrendamento, os conflitos pessoais, a falta de alojamentos, todos estes problemas se regulavam através do repatriamento forçado para os bantustões.

A política dos bantustões não logrou êxito em abafar o nacionalismo africano mas, ela acentuou as divisões entre os próprios sul-africanos, provocando cisões no seio dos diferentes grupos étnicos e raciais. O nacionalismo de novo tipo, encarnado por homens novos, desenvolveu-se nos bantustões. Alguns dentre os seus dirigentes, particularmente os chefes Kaiser Matanzima, no Transkei, e Gatsha Buthelezi, no Kwa Zulu, adquiriam popularidade nacional e internacional. Eles começaram a exigir a independência total, disposição que não estava em medida de ser concedida pela África do Sul branca. No plano econômico, os bantustões apresentaram-se como as modernas versões das reservas africanas de outrora: a superpopulação de homens e gado, a erosão, o subdesenvolvimento, o desemprego, a pobreza e a desesperança lá permaneciam os mesmos; aos jovens africanos não se lhes concedia outra escolha senão oferecer a sua força de trabalho aos brancos, em empregos mal remunerados.

Como sublinhado, em setembro de 1953, por Nelson Mandela durante a sua intervenção diante da convenção do CNA, do qual ele era o presidente, não existia, para os negros da África do Sul, "nenhum caminho totalmente traçado rumo à liberdade". Em 1956, após uma manifestação não violenta, 156 dirigentes foram detidos e julgados durante um processo que tornar-se-ia célebre com o nome de *Treason Trial* [processos por traição], a se prolongar até março de 1961. Como na maior parte dos longos e complexos combates históricos, divergências apareceram na direção do CNA, em respeito a qual seria a atitude, mais justa e eficaz, a ser tomada diante das violências e das repressões dos brancos. Estas divergências estiveram à origem da criação do Pan African Congress (PAC), em abril de 1959.

À imagem do escrito pelo seu presidente e fundador, Robert Mangaliso Sobukwe, no *The Africanist* , o PAC considerava a África do Sul como um país africano e se fixava como objetivos colocar um ponto final à supremacia branca e fazer triunfar o panafricanismo. Ele opunha-se a uma política multirracial, dirigida pelos brancos, os quais, aos seus olhos, eram todos "acionistas da Sociedade Anônima dos Opressores da África do Sul". Ao mesmo tempo, militantes decepcionados com o multirracial South African Congress of Trade Unions que apoiava o CNA, criaram uma federação sindical exclusivamente africana, a Federation of Free African Trade Unions of South Africa (FEFATUSA). De uma maneira geral, o CNA e o PAC recrutavam os seus militantes em meio às mesmas camadas sociais – classe média, proletariado e massas camponesas. Os estudantes e os intelectuais progressistas tinham, todavia, tendência a aderir preferencialmente ao PAC.

FIGURA 10.2 Robert Mangaliso Sobukwe, presidente e fundador do Pan-African Congress (PAC), em 1963. (Foto: Topham, Londres.)

FIGURA 10.3 Massacre de Sharpeville, na África do Sul, em 28 de março de 1960. (Foto: The Hulton-Deutsch Collection, Londres.)

O PAC declarou o ano de 1960 como "Ano dos objetivos, da ação política, da independência e da autodeterminação" e decidiu lançar, em 21 de março do mesmo ano, uma "campanha positiva e decisiva contra as *pass laws*". Em uma circular do PAC, intitulada *Calling the Nation* [Chamado à nação], Sobukwe convocava os homens de todas as cidades e de todos os vilarejos a saírem sem o seu passe-livre, a juntarem-se às manifestações e, em caso de prisão, não fornecer "nem fiança, nem defesa, nem multa". Esta circular reclamava a abolição total do passe-livre e um salário mínimo nacional de 35 libras esterlinas.

Uma destas manifestações, ocorridas em todo o país, acabou tragicamente. Em Sharpeville, um cordão de policiais brancos, armados de fuzis, bombas de gás lacrimogêneo e acompanhados de cães policiais, abriu fogo contra uma multidão de 10.000 a 20.000 pessoas, "desarmadas, bem intencionadas e pacíficas", provocando 72 mortes e 186 feridos, dentre os quais 40 mulheres e 8 crianças.

Como era possível esperar, o governo atribuiu estas manifestações a um complô comunista e baniu o PAC e o CNA. Nelson Mandela, Walter Sisulu e outros membros do CNA fundaram então um movimento clandestino, o Umkonto we Sizwe [A Ponta de Lança da Nação]. O seu quartel-general, em Rivonia, perto de Johanesburgo, foi objeto de uma operação policial em 1963 e, após o processo apelidado de Rivonia, os seus dirigentes foram condenados à pena de morte em Robben Island. O POQO, outro movimento clandestino fundado pelo PAC, não tardou em também ser esmagado. Os militantes do PAC e do CNA foram forçados a entrar na clandestinidade e a instalar as suas bases operacionais fora dos limites do território sul-africano. Não restava senão um importante núcleo de resistência no interior do território sul-africano, o Black Consciousness Movement [Movimento da Consciência Negra], dirigido por Steve Biko.

A Federação da Rodésia e da Niassalândia

Durante dez anos, de 1953 a 1963, a Rodésia do Sul, a Rodésia do Norte e a Niassalândia formaram uma Federação, nascida sob a ação de um conjunto de fatores e de grupos de interesse[16]. O governo da Grã-Bretanha procurava opor-se aos sentimentos antibritânicos, pró-republicanos e pró-*apartheid* dos

16 Ver, por exemplo, P. KEATLEY, 1963; D. CHANAIWA, 1976b; L. BOWMAN, 1973.

africânderes, criando um domínio pró-britânico e multirracial nas fronteiras da África do Sul. Os capitalistas internacionais britânicos e sul-africanos desejavam, quanto a eles, poder transferir os seus capitais no interior desta Federação, caso os africânderes nacionalizassem as suas empresas. Enfim, as minorias brancas anglófonas, das duas Rodésias e da Niassalândia, haviam renunciado a se aliar a uma África do Sul dominada pelos africânderes, contando com a Federação para conter o nacionalismo africano na Rodésia do Sul e impedir, ainda em tempo, a independência dos protetorados da Rodésia do Norte e da Niassalândia que, aos seus olhos, evocava o espectro do comunismo e dos nacionalismos.

Os africanos da Rodésia do Norte e da Niassalândia estavam, em sua totalidade, em oposição à Federação, tendo consciência que ela consagraria a supremacia dos colonos na Rodésia do Sul e poria fim ao estatuto de protetorado e à autonomia do seu país. De uma maneira geral, os africanos da Rodésia do Sul não projetavam esta Federação sem certa inquietação, pois eles imaginavam que a associação multirracial (*partner-ship*), um dos seus objetivos proclamados, corria o risco de reforçar o colonialismo e o racismo brancos.

A Federação era regida por uma Assembleia Federal e por três assembleias territoriais, as quais consistiam os únicos fóruns competentes no que tange aos assuntos africanos, como a questão da habitação, os passes-livres e o ensino primário. Em nível federal, os interesses africanos estavam representados por um Ofício Multirracial dos Assuntos Africanos.

Globalmente, a Federação conheceu, no imediato pós-guerra, um notável desenvolvimento econômico, uma extraordinária captação de capitais estrangeiros e um considerável afluxo de imigrados brancos. De 1946 a 1960, a Rodésia do Sul, a Rodésia do Norte e a Niassalândia viram as suas populações brancas aumentarem, em número e respectivamente, de 82.000 para 223.000, de 22.000 para 76.000 e de 2.400 para 9.000 habitantes. A Federação construiu a barragem e a central hidrelétrica de Kariba, mundialmente conhecidas, fundou a Universidade da Rodésia e da Niassalândia, inaugurou várias escolas técnicas e aumentou consideravelmente o sistema de redes de comunicação.

Mas, esta prosperidade econômica não fazia senão avivar o sentimento de traição e o desencantamento junto à população negra, pois que, a maior parte das riquezas, dos empregos e dos salários eram reservados aos brancos, sem que as leis colonialistas e racistas fossem, em nada, amenizadas. Com o recuo, estava nítido que a Federação estava condenada ao fracasso pela simples e clara incompatibilidade entre o colonialismo branco e o *partnership* [associação] mul-

tirracial. Graças a esforços planejados, o Nyasaland African Congress, do Doutor Hastings Banda, o Northern Rhodesia African Congress, de Harry Nkumbula e Kenneth Kaunda, e o Southern Rhodesia African National Congress, dos líderes Joshua Nkomo, Ndabaningi Sithole e Robert Mugabe, mobilizaram rapidamente um poderoso movimento de resistência à Federação. A comissão Monckton, encarregada pelos britânicos de por em prática pesquisas de opinião sobre a situação da Federação, concluiu que "o *partnership* era uma impostura". Após a dissolução da Federação, em 1963, dois dentre os seus membros conquistaram a independência, a Niassalândia, no mesmo ano, sob o nome de Malaui e a Rodésia do Norte, no ano seguinte, com o nome de Zâmbia[17].

Na Rodésia do Sul, a burguesia urbana branca tentara, no imediato pós-guerra, conter o nacionalismo militante do proletariado urbano e das massas camponesas africanas, favorecendo a integração e a assimilação parciais da nova classe média negra, por uma política fundada sobre o *partnership*, o reconhecimento do direito de voto em função do nível de instrução e de riqueza, assim como um tratamento preferencial no domínio da educação, da habitação, da saúde, dos negócios e da agricultura. A burguesia urbana fracassou porque a sua política de assimilação aplicar-se-ia demasiado tardiamente e, também em razão disto, oferecia muito pouca chance em lograr êxito. Quando a classe média africana aliou-se às massas, a burguesia branca das cidades encontrou-se exposta aos ataques da burguesia rural e da classe operária branca que, sob o estandarte do Dominion Party, clamavam pelos interesses racio-econômicos do eleitorado branco.

Desencantada, a burguesia urbana empreendeu, para manter-se no poder, um aniquilamento do nacionalismo africano e deu garantias aos brancos[18]. Seguindo o exemplo da África do Sul, o Parlamento branco votou uma série de leis repressivas dentre as quais a célebre *Law and Order (Emergency Powers) Maintenance Act* [lei sobre a manutenção da ordem com poderes de exceção]. Em 1957, o Primeiro-Ministro Garfield Todd, acusado de ser "negrófilo", foi forçado a demitir-se. Dois anos mais tarde, o seu sucessor Edgar Whitehead organizou prisões em massa, no quadro da operação Sunrise, computou 500 prisões de lideranças do African Nacional Congress, interditando-o. Os africanos responderam a estas medidas, fundando novamente esta organização, em 1º de janeiro de 1960, sob o nome de National Democratic Party (NDP).

17 P. KEATLEY, 1963.

18 Conferir, por exemplo, L. BOWMAN, 1973; D. CHANAIWA, 1976B; G. ARRIGHI, 1970; E. MLAMBO, 1972.

Em último esforço de desarmamento do nacionalismo africano, o governo britânico, a administração colonial e os dirigentes africanos elaboraram juntos, em 1961, uma Constituição a prever uma Assembleia Legislativa composta de 50 brancos e 15 africanos, um sistema eleitoral complexo, fundado em uma dupla lista, um Conselho Constitucional e uma Declaração dos Direitos. Mas, a formidável oposição, suscitada por este projeto no seio das massas, forçou os dirigentes africanos a darem marcha ré. A vasta campanha organizada pelo governo Whitehead sob o tema "Construí a nação, expressai o vosso voto" não conseguindo vencer a oposição dos africanos à Constituição, o NDP foi interditado, em 9 de dezembro de 1961. Nas eleições gerais de 1962, o United Federal Party, representante da burguesia urbana, foi derrotado pelo Dominion Party, formação política dirigida por Winston Field, no interior do qual eram reconhecidas a burguesia rural e a classe operária. O partido vencedor adotou o nome de Rhodesia Front e Field cedeu lugar a Ian Douglas Smith.

Em 19 de setembro de 1962, os africanos fundaram a Zimbabwe African People's Union (ZAPU) que reconstituía, sob uma nova nomenclatura, o NDP anteriormente proibido. De setembro de 1962 a junho de 1963, a ZAPU atravessou um período marcado pela ausência de direção, pela confusão e pela frustração, situação esta que se desdobrou na criação da Zimbabwe African National Union (ZANU). As principais causas desta cisão, à imagem do ocorrido com o CNA e o PAC, são: um longo período de desencantamento devido a ausência de qualquer progresso no processo de independência; a inevitável tendência em buscar bodes expiatório; os desentendimentos entre partidários da não violência e militantes pela luta armada, assim como os conflitos opondo os militantes locais ao governo no exílio; uma insatisfação generalizada quanto à ação dos dirigentes, em particular, no referente a Nkomo.

Em linhas gerais, a fração representada por Nkomo pendia então para uma posição marcada pela prudência, pela não violência e pelo apoio ao governo no exílio, ao passo que a tendência de Sithole/Mugabe, mais radical, era favorável à luta clandestina.

De agosto de 1963 a agosto de 1964, a ZANU e a ZAPU travaram uma severa luta com vistas a recrutar o máximo de simpatizantes, recorrendo à violência e à intimidação para convencer os oponentes ou aqueles que se recusavam a tomar partido. Bem entendido, o regime de Smith que preparava a sua declaração unilateral de independência diante da Grã-Bretanha, não deixou de explorar a fundo esta luta fracional, para dividir ainda mais os africanos e transformar a colônia em um verdadeiro Estado policial. Em 26 de agosto de 1964, ele baniu, simultaneamente, a ZANU e a ZAPU, colocando os seus diri-

gentes atrás das grades, onde eles ficariam até dezembro de 1974. À imagem do CNA e do PAC e anteriormente a eles, os dois partidos foram forçados a entrar na clandestinidade e os seus militantes deveram se exilar na Zâmbia, no Malaui e na Tanzânia, de onde organizaram a luta armada, sob a direção interina de Herbert Chitepo, no referente à ZANU e James Chikerema, no que tange à ZAPU. Em novembro de 1964, o governo Smith organizaria um referendo sobre a independência e exclusivo aos brancos, promovendo eleições gerais, em seguida no mês de maio de 1965, e proclamaria, final e unilateralmente, a independência da Rodésia.

Moçambique

Em Moçambique, o pós-guerra foi marcado por uma enérgica política dos portugueses, visando transformar este território em colônia de povoamento, à imagem da África do Sul e da Rodésia do Sul. Portugal não tinha, de forma alguma, a intenção de um dia conceder a independência às suas colônias e buscava integrá-las em uma complexa relação com a metrópole. Este país colonizador expandiu o mito de uma nova missão civilizadora, apresentando-se como um Estado unitário, universal e não colonial, cabendo a Moçambique permanecer na condição de província e, aos africanos, o estatuto de cidadãos portugueses[19].

No plano econômico, Portugal desejava aproveitar o *boom* das colônias, no imediato pós-guerra, para resolver os seus problemas internos de emprego e de superpopulação, satisfazer as suas necessidades em matérias-primas e encontrar novos mercados para os seus produtos. O pós-guerra consistiu, para Moçambique, um período de prosperidade sustentada, no curso da qual foram construídas estradas de ferro, estradas rodoviárias e barragens hidrelétricas, como aquela de Cabora Bassa. As colônias absorviam entre 25 e 30% das exportações de Portugal e lhe provinham entre 20 a 25% das suas receitas.

A estratégia adotada por Portugal caracterizava-se por reforçar a comunidade europeia estabelecida em Angola e Moçambique. A cada ano, de 4.000 a 7.000 portugueses, em média, instalavam-se nas colônias. De 1940 a 1960, o número de colonos, em Angola e Moçambique, respectivamente passou de 44.000 para 250.000 e, de 27.000 para 130.000.

19 Conferir, por exemplo, L. B. SERAPIÃO e M. A. EL-KHAWAS, 1979; J. SYKES, 1971; T. M. OKUMU, 1962; D. BARNEET e R. HARVEY, 1972.

FIGURA 10.4 No centro: Eduardo Chivanbo Mondlane, fundador e primeiro presidente da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), em 1962. (Foto: FRELIMO.)

Angola e Moçambique assemelhavam-se, assim e de mais em mais, às colônias de povoamento implantadas na África do Sul e na Rodésia do Sul. As diferenças com estes países deviam-se a certas insuficiências de ordem histórica: falta de investimentos, administração colonial de fraco desempenho e dependência econômica relativamente aos capitalistas britânicos. Em sua grande maioria, os colonos eram camponeses iletrados ou proletários desempregados, os quais não primavam por qualquer abertura cultural, nem tampouco pela sua tolerância em relação às outras raças. O seu estabelecimento nas colônias traduziu-se, por conseguinte, em um agravamento do racismo e da exploração da mão de obra africana[20].

Os primeiros partidos moçambicanos foram a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), dirigida por Adelino Gwambe e criada em 1960, na cidade de Salisbury (Harare), e a União Nacionalista Africana de Moçambique (MANU), fundada em 1961, na cidade de Mombasa (Quênia), e liderada por C. Mahal. Em junho de 1962, estes dois partidos fundiram-se para formar a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), sob a direção do Doutor Eduardo Chivanbo Mondlane. Após o banimento do CNA e do PAC,

20 Para maiores detalhes, ver OIT, 1962.

na África do Sul e, da ZAPU e da ZANU, na Rodésia, a formação destes partidos e dos seus homólogos em Angola marcaram a passagem do nacionalismo, dito "ortodoxo", em direção a movimentos de libertação, nos quais a luta armada foi substituída pela ação militante, tema que será tratado mais adiante.

Os territórios da Alta Comissão

No imediato pós-guerra, os africanos habitantes na Bazutolândia, na Bechualândia e da Suazilândia inquietavam-se com o estatuto constitucional destes territórios e com a eventualidade da sua cessão à União Sul-Africana. Com efeito, em seu relatório de 1956 sobre a política dos bantustões, a comissão Tomlinson incluíra os territórios da Alta Comissão na lista dos bantustões pretendidos. Às questões que suscitava a existência de um poder dual, aquele dos comissários-residentes e aquele dos soberanos tradicionais ou, ainda, a natureza e as funções dos conselhos distritais e as atribuições dos chefes hereditários, acrescentava-se o eterno problema do desenvolvimento econômico e a questão da mão de obra migrante.

Em virtude da oposição articulada dos africanos e do amargor que provocavam as posições republicanas dos africânderes junto aos britânicos, estes territórios não deriam jamais cedidos à África do Sul. Os problemas internos que subsistiam foram resolvidos por via constitucional. Uma série de decretos, conferências constitucionais, referendos nacionais e decretos reais, elevaram os soberanos tradicionais à condição de monarcas constitucionais e transformaram os conselhos distritais em essenciais ferramentas da administração local.

Na Suazilândia, um relatório, apresentado pelo Comitê Constitucional em 1963, foi rejeitado pelo povo e, após uma nova conferência constitucional organizada em Londres, o país viu-se conceder a autonomia interna, em 1966, e a independência, posteriormente, em 1969. A Constituição da Bazutolândia foi negociada em Londres, no ano de 1958, e em Maseru, no ano de 1959. Em 1960, os decretos reais outorgar-lhes-iam a autonomia interna e criariam um Conselho Executivo, um Conselho Legislativo Nacional de 80 membros e conselhos distritais eletivos. Em 4 de outubro de 1966, este país proclamava-se independente, com o nome de Lesoto.

O estatuto constitucional da Bechualândia não foi clarificado senão ao término de um longo processo, complicado por dois problemas. Em primeiro lugar, um conflito opôs o Alto Comissariado, ansioso por exercer um maior controle no referente à nomeação dos chefes e sobre a política local, e Tshekedi Khama,

FIGURA 10.5 Seretse Khama, príncipe herdeiro do Bamangwato, exilado na Grã-Bretanha, com a sua esposa inglesa, Ruth Williams, e a sua filha, em março de 1952. (Foto: The Hulton-Deutsch Collection, Londres.)

soberano dos ngwato, cujos objetivos comportavam conservar os seus poderes tradicionais e preservar os valores culturais da sua etnia. A *Native Administration Proclamation* [decreto sobre a administração dos indígenas], de 1943, habilitava o alto comissariado a nomear dois Conselhos Consultivos, em separado, um africano e o outro europeu, introduzindo desta forma o racismo na política local.

O segundo problema, complicador da situação de 1949 a 1956, foi causado pelo casamento de Seretse Khama, herdeiro do trono, com uma inglesa. O príncipe foi obrigado a exilar-se na Grã-Bretanha e teve que renunciar a qualquer direito na chefatura, para ele e para a sua descendência. Em relação a este assunto, o Alto Comissariado sofreu pressões da África do Sul que, tendo instituído o *apartheid*, não desejava, em um país vizinho, o casamento de um soberano negro com uma branca.

Após 1956, a evolução constitucional do território retomou o seu curso normal. Os dois Conselhos Consultivos foram substituídos por um Conselho Consultivo misto; um Conselho Legislativo foi criado, em 1960, e no mesmo ano aconteceu a formação do primeiro partido político nacional – o Bechuana-

land People's Party. Após ter obtido a autonomia interna em 1963, ao fim da conferência de Lobatsi, este território, tornado Botsuana, conquistou a independência em 30 de setembro de 1966.

A África Austral dos anos 1960 aos anos 1980: a luta armada

Dos anos 1960 aos 1970, a história da África Austral foi dominada pelo desenvolvimento dos movimentos de libertação e pela luta armada revolucionária nas colônias da África do Sul, da Rodésia, de Angola, de Moçambique e da Namíbia[21]. Os africanos haviam finalmente reconhecido a derrota do liberalismo e do nacionalismo ortodoxo, preconizados pela classe média, e a impotência da ação militante diante do poder e da intransigência dos colonos. A decepcionante experiência histórica da maioria dos Estados africanos, tornados independentes, ensinara-lhes, em suplemento, a qual ponto a descolonização e a independência política eram vãs, conquanto não se lhes acompanhasse uma emancipação econômica e cultural.

Notoriamente, nas colônias de povoamento multiétnicas, como a África do Sul ou a Rodésia, a verdadeira independência implicava no desmantelamento das instituições existentes e na transformação radical dos modos de produção, da propriedade e das estruturas sociais. No plano econômico, exigia-se a criação de uma democracia proletária na qual os recursos, os meios e os objetivos da produção, da distribuição e dos serviços seriam controlados pelas massas, de modo a satisfazer as necessidades fundamentais dos cidadãos, colocar um termo à exploração e à insegurança econômicas e promover a justiça social.

Os movimentos de libertação reivindicavam-se, portanto, de uma ideologia global, emancipacionista, cujos principais elementos eram:

- a rejeição absoluta do imperialismo, do colonialismo, do racismo e do capitalismo, bem como a sua indefectível ligação com os princípios da autodeterminação, do pan-africanismo, do não alinhamento e dos direitos fundamentais da pessoa humana;

21 Conferir, por exemplo, E. MLAMBO, 1972; T. M. OKUMU, 1962; N. MANDELA, 1965; B. S. BIKO, 1972; G. M. GERHART, 1979; UNESCO, 1981b.

- relações privilegiadas com o proletariado urbano, com a massa camponesa e com os intelectuais progressistas, considerados como a ponta de lança revolucionária do processo de libertação;
- a adoção das teses do socialismo científico marxista-leninista, em matéria de produção, de distribuição, de consumo e de relações sociais;
- a recusa em inscreverem-se no quadro das relações de dependência ou de subordinação com outros países e o fortalecimento da solidariedade com os outros movimentos de libertação e com os outros povos oprimidos do mundo.

A luta armada começou por volta de 1964. Em seu país, os movimentos de libertação dispunham do apoio político e material das massas urbanas e rurais, dos intelectuais, do funcionalismo e dos homens de negócio progressistas. No plano internacional, eles beneficiavam-se principalmente do apoio diplomático e da ajuda material do Comitê de Libertação da Organização para a Unidade Africana, dos países não alinhados, da URSS e da China, bem como dos países escandinavos, das organizações humanitárias e dos movimentos de solidariedade do mundo ocidental. Os diferentes movimentos cooperavam entre si e ajudavam-se mutuamente, criando redes de informação comuns e lançando operações militares conjuntas. Eles dispunham de bases operacionais e de campos de treinamento nos Estados vizinhos – Tanzânia, Zâmbia e, em seguida, Angola e Moçambique.

Por seu lado, os colonos da África do Sul, da Rodésia, de Angola e de Moçambique podiam contar com o apoio diplomático e material dos governos ocidentais, principalmente dos Estados Unidos da América, da Grã-Bretanha, da França e da Alemanha Ocidental.

Em nível regional, as forças sul-africanas, rodesianas e portuguesas esbarravam-se mutuamente, unindo os seus esforços no plano da informação e da luta antiguerrilha. Para isolar e jugular o revigoramento dos combatentes pela liberdade, as autoridades portuguesas e rodesianas reagruparam os membros das comunidades africanas, localizadas nas zonas de combate, em campos de concentração, eufemisticamente denominados "povoados protegidos".

Foi nestas colônias portuguesas que a luta armada alcançaria as suas primeiras vitórias. Em Angola, o MPLA garantiu o controle de vários regiões, próximas a Luanda. A UPA operava no norte, a partir de Kinshasa, e a UNITA, no leste, a partir da Zâmbia. Em Moçambique, a FRELIMO tornou-se rapidamente mestre dos distritos setentrionais de Tete, Niassa e Cabo Delgado. Os portugueses responderam, reforçando o sistema dos "povoados protegidos"

e recorrendo a métodos brutais: torturas, massacres, deportações e assassinatos. Foi assim que o Doutor Mondlane foi assassinado, em fevereiro de 1969. Ele foi substituído por Samora Machel.

Malgrado o apoio maciço dos governos ocidentais, as guerras coloniais tornaram-se muito rapidamente um fardo demasiado pesado para Portugal. Por volta do fim dos anos 1960, elas absorviam cerca da metade do seu orçamento anual e, enquanto os elementos conservadores, o estado-maior do exército, assim como os dirigentes financeiros eram favoráveis ao prosseguimento da guerra, a opinião pública, por sua vez, perdera o entusiasmo. O general Antonio Spínola preconizava, em seu livro "Portugal e o Futuro", a emancipação das colônias portuguesas na África. Em 25 de abril de 1974, o exército derrubava o governo do presidente Caetano e nomeava Spínola chefe da junta de governo.

A guerra de libertação forçara os portugueses a voltarem-se criticamente sobre si mesmos, em relação ao seu próprio subdesenvolvimento, à sua própria dependência econômica e à ditadura política de Salazar e do seu sucessor Caetano. Enquanto os problemas de política interna passavam ao primeiro plano e o custo humano e econômico da guerra apresentava-se de mais em mais pesado, não restava aos portugueses outra escolha senão negociar para colocar um ponto final, o mais rapidamente possível, na dominação colonial. Em 8 de setembro de 1974, eles assinavam, com os movimentos de libertação, os acordos de Lusaka que concediam provisoriamente a autonomia interna a Angola e Moçambique, implantando os mecanismos passíveis de organizar eleições gerais nestes países. Angola e Moçambique, respectivamente dirigidos pelo MPLA e pela FRELIMO, proclamaram a sua independência em 1975.

Esta dupla libertação teve consequências decisivas na luta armada ocorrida na África Austral, particularmente, na Rodésia e na Namíbia. Para os colonos da África do Sul e da Rodésia e para os seus aliados ocidentais, tratava-se de uma punhalada pelas costas que os deixava, militar e diplomaticamente, vulneráveis. Moçambique e Angola subtraiam-se à existência na qualidade de territórios-tampão. Na África Austral, a política externa dos Estados Unidos da América, definida em 1969 no "Memorando 39 sobre a segurança nacional" e visando apoiar e promover os regimes minoritários brancos, encontrava-se bruscamente arruinada. O primeiro-ministro da Rodésia, Ian Smith, indivíduo branco que jurara impedir e adiar a independência dos africanos negros por mil anos, obrigou-se a considerar, hipoteticamente, conceder-lhes o poder. As potências ocidentais foram obrigadas a revisar o seu apoio aos governos brancos e a adotar uma política de distensão com os Estados da linha de frente, favore-

cendo, todavia, a implantação, na Rodésia e na Namíbia, de regimes africanos pró-ocidentais e neocolonialistas. Pressões foram exercidas sobre os colonos para que eles iniciassem negociações com os dirigentes africanos, em prol da conclusão de um acordo interno.

Ao mesmo tempo, Angola e Moçambique, tornados independentes, traziam uma inestimável colaboração aos movimentos de libertação da Rodésia, da África do Sul e da Namíbia, fazendo-os beneficiarem-se da sua experiência em matéria militar. Esta hospitalidade dos países da linha de frente – Angola, Moçambique, Botsuana, Tanzânia e Zâmbia – permitiu à ZANU, à ZAPU, à South West Africa People's Organization (SWAPO), ao CNA e ao PAC, intensificarem a luta armada.

Os combatentes pela liberdade do Zimbábue, baseados na Tanzânia e na Zâmbia, travavam a luta armada desde 1964 – dirigidos por H. Chitepo, no referente à ZANU e por J. Chikerema, e posteriormente J. Z. Moyo, no que tange à ZAPU –, contra Smith e os seus partidários, em razão da sua independência unilateral. A Grã-Bretanha, a qual não reconhecera a declaração unilateral de independência, convencera alguns Estados membros das Nações Unidas a aplicarem sanções econômicas, na esperança de forçar Smith a aceitar uma regulamentação interna negociada. As sanções não tiveram efeito, pois os colonos rodesianos haviam encontrado, na África do Sul e no mundo ocidental, aliados para contornar estas penalidades. Paralelamente, a Grã-Bretanha organizara muitas "negociações de paz", tanto com Smith quanto com os elementos moderados da população africana e da burguesia branca.

Na própria Rodésia, criara-se, sob a direção do Monsenhor Abel Muzorewa, o United African National Council (UANC) que buscava ocupar o vazio político e dar sequência às negociações organizadas por Londres. Este partido era uma réplica das organizações nacionalistas ortodoxas que, anteriormente e à imagem do NDP, haviam esperado obter a descolonização por meio de ações puramente reivindicativas. Os objetivos e a estratégia da UANC levavam em conta, naturalmente, as realidades nacionais – o poder colonial e as leis repressivas – e certo número de partidários locais da ZANU e da ZAPU igualmente dela faziam parte.

A independência de Moçambique veio estimular e confortar a ZANU, a ZAPU e o UANC, incitando Smith a considerar, em tese, uma regulamentação negociada[22]. Sob a pressão da África do Sul, da Grã-Bretanha e dos Estados

22 UNESCO, 1981b.

Unidos da América, ele aceitou liberar os dirigentes africanos detidos para permitir-lhes a participação em negociações relativas à futura Constituição. Estas negociações desenrolaram-se, no ano de 1974, em um trem estacionado ao lado das cataratas de Victoria mas, ao final, fracassaram. Após este insucesso, Nkomo, Sithole, Mugabe e Monsenhor Muzorewa, tentaram formar uma organização comum, sob a égide da UANC e sob a batuta do Monsenhor Muzorewa mas, esta tentativa não teve desdobramento. Nkomo e Mugabe constituíram uma Frente Patriótica comum que intensificou a luta armada, a ZAPU continuava a operar desde a Zâmbia e a ZANU a partir de Moçambique.

Após a conferência das cataratas de Victoria, outras reuniões, igualmente infrutíferas, organizadas em Genebra, Salisbury e Malta, tentaram definir as modalidades de uma transferência de poder, da minoria branca para a maioria africana. Após três meses de negociações, Smith, Muzorewa, Sithole e um chefe tradicional, Jeremiah Chirau, assinaram o Acordo Interno datado de 3 de março de 1978. Este acordo comportava os seguintes pontos:

- princípio da maioria, sufrágio universal e reconhecimento do direito ao voto para todos os cidadãos africanos com idade maior de dezoito anos;
- independência programada para 31 de dezembro de 1978;
- abolição das leis racistas;
- redação de uma declaração dos direitos;
- criação de um Parlamento formado por 100 membros, dentre os quais 72 africanos e 28 brancos;
- constituição de um governo de transição, composto de um conselho executivo e de um conselho de ministros, no qual africanos e europeus dividiriam o poder entre si e em partes iguais.

A Frente Patriótica boicotou as negociações, denunciou o Acordo Interno como uma "escrotice política e jurídica" e prosseguiu a luta armada contra o governo Smith-Muzorewa.

A situação foi enfim desbloqueada, em 1979, graças à conferência de Lancaster House. Smith, Muzorewa e a Frente Patriótica puseram-se de acordo sobre a Constituição, apelidada de Lancaster House, prevendo eleições-gerais supervisionadas pelos britânicos, um parlamento composto por 80 deputados africanos e 20 deputados brancos, uma declaração dos direitos, o sufrágio universal e a proclamação da independência para 1980. Nas eleições, a coalizão ZANU-Frente Patriótica conseguiu 58 cadeiras, a ZAPU alcançou 20 cadeiras e o UANC obteve 3 cadeiras. Quanto à ZANU, liderada por Sithole, ela não alcançou nenhuma cadeira. Robert Mugabe, presidente da ZANU-FP, formou

FIGURA 10.6 Da esquerda para a direita: Sally Mugabe; o primeiro-ministro Robert Mugabe, o presidente, rev. Canaan Banama, e o vice-presidente, Simon Muzenda, fotografados em 1980, ano da independência do Zimbábue.

o governo e o reverendo Canaan Banana foi eleito presidente da República. No dia 18 de abril de 1980, a antiga Rodésia colonial tornou-se um Estado independente com o nome de Zimbábue.

O problema namibiano

A história constitucional da Namíbia é das mais complexas[23]. Sob o regime colonial europeu, ela representou a colônia alemã do sudoeste africano, até 1920, data na qual ela foi colocada sob mandato britânico pela Sociedade das Nações. A Grã-Bretanha delegou a administração à União Sul-Africana, naquele momento um domínio britânico. Transformada em uma república governada pelos africânderes, a África do Sul continuou administrando a Namíbia, praticamente como uma das suas províncias, nela aplicando a legislação e a política do *apartheid*.

23 Conferir, por exemplo, R. H. GREEN e colaboradores, 1981.

No plano econômico, a Namíbia, cativa da África do Sul, tornou-se uma fonte de matérias-primas e de mão de obra migrante.

A exploração mineral (diamante, urânio, cobre, zinco e chumbo), a criação de animais (bovinos e ovinos) e a pesca constituem os principais setores da sua economia. Trata-se de uma economia tipicamente neocolonialista, dependente do exterior e fundada na exploração seletiva dos recursos naturais de exportação. Mais de 90% da produção nacional (100% dos minerais, 99% dos produtos da pesca e 90% dos animais de criação, dos quais 100% dos karakuls) é vendida ao mercado externo.

A África do Sul reexporta a maior parte dos seus produtos. Por outro lado, equipamentos de produção, os quadros funcionais de nível superior e os técnicos são estrangeiros. O setor de extração mineral é dominado pela *Anglo-American Corporation* cuja sede social encontra-se na África do Sul, pela companhia americana Metal Climax-Newmont, implantada em Tsumeb, e pela sociedade multinacional britânica RTZ, a explorar as minas de urânio de Rossing.

Juridicamente, a Namíbia tornou-se um território sob tutela das Nações Unidas quando esta organização sucedeu às Sociedades das Nações. Em 1966, a Assembleia Geral da ONU declarou ilegais a ocupação e a administração da Namíbia pela África do Sul. O Conselho de Segurança da ONU adotou, em 1969, uma resolução de mesmo teor. Em 1971, ao término de um longo processo, a Corte Internacional de Justiça concedia razão à ONU. Neste momento, esta última criou um Conselho das Nações Unidas para a Namíbia, a tornar-se *de jure* a autoridade encarregada da administração do país, reconhecendo a SWAPO como o "representante autêntico do povo namibiano". Mas, por razões econômicas, políticas e militares, a África do Sul, insultando a comunidade mundial, recusou conceder a independência à Namíbia. Assim, o poder permanecia *de facto* nas mãos da polícia, do exército e da administração sul-africanas.

O curso da luta armada travada na Namíbia e na África do Sul foi radicalmente transformado pelas independências de Angola e Moçambique. Temendo que estes dois Estados servissem de trampolim para a guerrilha, a África do Sul decidiu desestabilizá-los, fornecendo armas, possibilidades de treinamento e mercenários à UNITA, de J. Savimbi, em Angola, e a um pretenso Movimento de Resistência de Moçambique.

Na Namíbia, a África do Sul empreendeu uma dupla estratégia, intensificando a exploração dos recursos naturais, com ênfase nos recursos minerais, mantendo, todavia, no poder, um dirigente e um governo fantoches. Sob o seu patrocínio, o Republican Party branco de Dirk Mudge e o South West African National Party, a reunir os chefes fantoches contra o SWAPO, a burguesia e

FIGURA 10.7 Destacamento da South West Africa People's Organization (SWAPO).

os seus súditos, reuniram-se em Turnhalle (Windhoek). Os participantes desta conferência formaram a Aliança Democrática da Turnhalle, dirigida por Mudge, e puseram-se em acordo sobre reformas menores, apenas concebidas para eliminar as medidas derivadas do *apartheid* "mesquinho".

Como a maior parte das tentativas reformistas, inscritas em um contexto colonial, a Aliança Democrática da Turnhalle aparecia demasiado tardiamente e as suas propostas eram por demais insuficientes. Ela foi denunciada pela SWAPO, os Estados da linha de frente, a OUA e a ONU. Esta última propôs o seu próprio plano, a prever um cessar-fogo, o envio, sob os seus auspícios, de uma missão de paz e, em seguida, eleições gerais supervisionadas por ela, processo este cuja condução deveria levar à independência do país. Por outro lado, a Angola fez chamado a tropas cubanas para resistir à Savimbi e à África do Sul, ao passo que o Congresso dos Estados Unidos da América recusava-se a dar continuidade ao financiamento de mercenários norte-americanos em Angola.

Temerosa em manter os seus soldados na Namíbia e de lá conservar um governo fantoche, a África do Sul rejeitou o plano da ONU, insistindo em guardar o controle sobre o porto de Walvis Bay, excelente meio de pressão sobre uma eventual Namíbia independente. Em conivência com os Estados Unidos da América, a Grã-Bretanha, a França, a Alemanha federal e o Canadá, os quais haviam formado um "Grupo de Contato" ocidental, a África do Sul, adotou uma estratégia consistindo em driblar a busca de um acordo – o que lhe permitira desarmar as críticas da comunidade internacional – reforçando, todavia, o seu programa neocolonialista na Namíbia. Em dezembro de 1978, ela patrocinou a eleição de uma Assembleia Constituinte fantoche de 50 membros, após ter imposto a lei marcial e detido todos os dirigentes locais da SWAPO. Desde então, o conflito namibiano ultrapassava o quadro regional para envolver na disputa: a SWAPO, os Estados da linha de frente, a OUA e a ONU, por um lado, e a África do Sul, a Aliança da Turnhalle e os países ocidentais do Grupo de Contato, por outra parte. Em 1989, entretanto, a independência da Namíbia e a vitória eleitoral da SWAPO pareciam asseguradas. A Namíbia encontraria enfim a sua aurora política.

A África do Sul

Após o massacre de Sharpeville e a saída do país do Commonwealth, o Nationalist Party dedicou-se a reforçar o *apartheid* e a transformar a África do Sul em um verdadeiro Estado policialesco, adotando novas leis repressivas e racistas. Em maio de 1963, foi votado o *General Law Amendment Act* [lei em respeito à modificação do direito ordinário] autorizando a polícia a guardar prisioneiros por 90 dias renováveis. Em 1968, o *Prohibition of Political Interference Act* [lei sobre a proibição da ingerência política], interditava os partidos políticos multirraciais. O Partido Liberal optou pela dissolução, ao passo que o Partido Progressista aceitou aplicar a lei.

A África do Sul até tentou organizar um Estado policial e embora tenha reforçado o seu poder bélico, com soldados, bombas de gás lacrimogêneo e cães policias, ela não pôde impedir a intensificação da luta pela libertação. No interior das fronteiras sul-africanas, os estudantes e os sindicalistas estavam na linha de frente do combate. Um dentre eles, Steve Biko, estudante de medicina da Universidade de Natal, fora profundamente decepcionado e desiludido pela política racista da National Union of South African Students (NUSAS), multirracial. O seu livro *Black souls in White skins*, análise da ideologia multirracial

e do liberalismo branco, é totalmente característico das teses do PAC[24]. Em julho de 1969, Biko fundou a South African Students Organization (SASO), da qual se tornou o presidente, porque os estudantes negros entendiam como fundamental, "agir para e por eles próprios".

Biko e a SASO levaram finalmente ao conhecimento das massas africanas do seu país o pan-africanismo de George Padmore e de Kwame Nkrumah, a negritude celebrada e preconizada por Léopold Sedar Senghor e Aimé Césaire, as teses revolucionárias de Frantz Fanon, de Malcom X e de Amilcar Cabral, o socialismo de Sékou Touré e de Julius Nyerere. Este movimento ideológico conhecido sob o nome de Black Consciousness [Consciência Negra], pôs a nu as falhas do nacionalismo africano ortodoxo e, igualmente, levou ao conhecimento a ação dos movimentos de libertação e de guerrilha. Ele esteve na origem da aliança entre estudantes e operários realizada pela SASO, a Black Allied Worker's Union [Sindicato dos Operários Negros Confederados], a Black People's Convention (BPC) e o Soweto Students Representative Council [Conselho Representativo dos Estudantes de Soweto]. Estas organizações retomaram, em conjunto, as práticas militantes abandonadas após a tragédia de Sharpeville. Diante da multiplicação e do endurecimento dos movimentos grevistas, o governo invocou o *Anti-Terrorism Act* de 1967, prendendo Biko e os dirigentes da SASO e da ABPC. Torturado pela polícia, Steve Biko morreu em prisão no dia 12 de setembro de 1977.

A oposição ao *apartheid*, organizada ou espontânea, não deixou de se expressar no interior do país. De junho a dezembro de 1976, uma onda de manifestações e de greves sacudiu as cidades sul-africanas e, em particular, Soweto, onde no curso de motins estudantis, 23 pessoas foram mortas e outras 200 feridas pela polícia. No mesmo ano, com o intuito de melhor mobilizar todas as forças políticas, foi criada a Azanian African People's Organization (AZAP) [Organização dos Povos Africanos Azânia].

Como era possível prever, o governo nacionalista respondeu intensificando a repressão policial e deportando os militantes. Em 19 de outubro de 1977, a SASO e outras 16 organizações, dentre as quais ABPC e o Soweto Students Representative Council, foram dissolvidas. O jornal africano The World foi interditado e o seu redator-em-chefe, Percy Qoboza, lançado em prisão. No mês de novembro, os brancos organizaram eleições gerais em decorrência das quais o Nationalist Party obteve uma fortalecida maioria. Mas, o ciclo de revoltas

24 Para maiores detalhes, conferir B. S. BIKO, 1972; G. M. GERHART, 1979; T. THOAHLANE (org.), 1975.

contra a correlata repressão no interior do país e a luta armada dirigida pelo CNA e o PAC, usufruindo do apoio dos Estados da linha de frente, da OUA, da ONU e dos mais amplos setores da comunidade mundial, este combate e a resistência prosseguiram e intensificaram-se além de 1980. Nas eleições de 1989, o consenso branco na África do Sul começou a se desagregar, tanto à direita quanto à esquerda. O poder africânder encontrava-se menos monoliticamente instaurado que jamais outrora.

Estratégia mundial e geopolítica regional

Três conflitos primeiramente externos contribuíram para acrescer o valor estratégico da África Austral. Trata-se da Segunda Guerra Mundial, da Guerra Fria, opondo o mundo ocidental e o bloco soviético, e do conflito israelo-árabe.

Sob a ameaça do Eixo, os recursos minerais da África Austral ganharam uma nova importância para a Grã-Bretanha e o seu império. Minerais vitais para as fábricas do Commonwealth e aliados estavam em jogo. No início da guerra, certa inquietude reinava a propósito das capacidades da Itália em lançar uma ofensiva em direção ao sul, a partir do Chifre da África. O risco consistia na possibilidade deste país em apoderar-se do porto de Mombasa, situado na costa leste, ameaçando com isso o tráfego mineral da África Austral. Entretanto, a Itália revelou-se muito rapidamente um tigre de papel e o porto de Mombasa não esteve por muito tempo ameaçado.

As colônias africanas, cujas metrópoles europeias estavam ocupadas pelos nazistas, impunham uma segunda ameaça militar externa à África Austral. Madagascar, por exemplo, esteve durante algum tempo controlada por forças "hostis" de Vichy. Os britânicos somente invadiram a ilha em maio de 1942 e a autoridade do general De Gaulle foi enfim reconhecida naquela região.

A frota ou a força aérea japonesas possivelmente teriam configurado uma outra ameaça militar externa. Mas, as capacidades tecnológicas nos anos 1940, especialmente em relação ao reabastecimento de combustível, interditavam ao Japão tão longínquas aventuras, embora os recursos da África Austral fossem muito tentadoras aos olhos desta potência, escassa em minerais.

Mas, contudo, a mais séria ameaça no tocante ao controle exercido pelo Commonwealth sobre a África Austral era interna. Ela residia no próprio interior da União Sul-Africana, travestida de um sentimento pró-nazista muito disseminado junto aos boers. Tão logo declarada a guerra entre a Grã-Bretanha e a Alemanha hitlerista, J. Hertzog tentou levar a África o Sul a proclamar a sua

neutralidade. A moção, por ele apresentada diante do parlamento, foi rejeitada por 80 votos contra 67. Em 5 de setembro, J. C. Smuts formou um governo de coalizão e declarou guerra à Alemanha. Em fevereiro de 1941, sublevações eclodiram após uma reunião do movimento pró-nazista Ossewabrandug, em Johanesburgo.

Entretanto, havia número suficiente de africânderes de acordo com os brancos anglófonos, a permitir ao país apoiar os aliados. Importantes obras portuárias foram realizadas na baia da Table, imediatamente após a declaração de guerra. No ano anterior, a força armada fora reforçada e se havia empreendido a construção de fábricas de munição em Pretória.

Em julho de 1940, Smuts endereçou à Grã-Bretanha e aos Estados Unidos uma mensagem de rádio evocando uma "sociedade internacional de nações livres". Em agosto, de general, ele foi promovido a marechal. Em julho de 1943, ele ganhou as eleições gerais, as forças pró-nazistas do país encontravam-se temporariamente desestruturadas e o valor estratégico da África Austral para as democracias industriais manter-se-ia protegido até o final da guerra.

Com as bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, a África Central e a África Austral alcançaram um novo valor estratégico, em razão das suas reservas em urânio. O Zaire foi, durante certo período, a mais importante fonte de urânio do Hemisfério Sul e a prospecção de novas jazidas rapidamente pôs-se em marcha mais ao sul. A era nuclear acabara de surgir para o mundo e, para o melhor tanto quanto para o pior, a África Central e a África Austral dela participavam. Os desafios estratégicos da região tornar-se-iam de mais em mais complexos.

A nova rivalidade a ganhar o mundo após 1945, com a Guerra Fria entre as potências ocidentais e o bloco soviético, afetou o valor estratégico da África Austral. Se a paranoia contra o "comunismo" não se arrefecera em nada na região durante o conflito mundial, a denúncia aberta contra a União Soviética, aliada do Commonwealth e dos Estados Unidos da América durante este período, ali fora mantida em surdina. Todavia, uma vez instalada a Guerra Fria, após o fim da Segunda Guerra Mundial, o anticomunismo e a hostilidade em relação à União Soviética retomariam a sua ascendência na vida política da África Austral.

Em fevereiro de 1956, o governo de Pretória fechou os consulados soviéticos na União Sul-Africana. A tendência em identificar o comunismo interno com uma "traição" tornou-se característica da paranoia dos regimes da África Austral. Na África do Sul, ela provocou ruidosos processos, por "traição", e outros que tais contra o comunismo. O poder organizou, notadamente,

processos coletivos por "traição" envolvendo africanos, asiáticos e europeus em luta contra o *apartheid*. Nós já evocamos o martírio de Nelson Mandela, permitamo-nos ainda citar Abram Fischer, advogado da Coroa, julgado e condenado à prisão perpétua, em março de 1966, na cidade de Pretória, por comunismo.

Contudo, se a União Soviética perdia inclusive a sua presença simbólica na África Austral, ela adquiriria, em contrapartida, um novo prestígio diplomático ao norte do Zambeze. Um após o outro, os países africanos que acabavam de conquistar a sua independência com ela estabeleceram relações diplomáticas. No transcorrer deste período a presença diplomática soviética no continente deslizou inexoravelmente para o sul. Em meados dos anos de 1960, a União Soviética estava representada em Lusaka, na linha de frente. Em meados dos anos 1970, a presença diplomática soviética ganhara ainda maior força rumo ao sul, alcançando uma estatura antes jamais vista. Maputo e Luanda tornaram-se, por algum tempo, dois dos mais confiáveis aliados africanos da URSS e, não sem hesitação, repúblicas marxistas-leninistas autoproclamadas. Do ponto de vista estratégico ocidental, a África Austral estava novamente ameaçada.

A rivalidade entre o leste e o oeste cristalizou-se em torno da questão da presença soviética e cubana em Angola. A guerra entre o MPLA, no poder, e a UNITA, liderada por Jonas Savimbi, se internacionalizara; Cuba e a União Soviética apoiando o partido no governo, cabendo a África do Sul e aos Estados Unidos da América, por sua vez, financiar e tentar fortalecer a UNITA. O futuro da Namíbia encontrava-se sob fogo cruzado, sobretudo quando a África do Sul e os Estados Unidos da América subordinaram pubicamente a sua independência à retirada das tropas cubanas de Angola. O MPLA considerou esta condição como uma afronta à soberania angolana. Quanto à SWAPO, naturalmente, ela replicou argumentando que o direito da Namíbia à autodeterminação não poderia depender, como um refém, do jogo das superpotências na vizinha Angola. Até o fim dos anos 1980, a questão da independência da Namíbia permaneceu em um total impasse, em virtude do jogo de xadrez estratégico que opunha, na África Austral, a União Soviética aos Estados Unidos da América. Somente a política da *perestroïka*, conduzida por Mikhaïl Gorbatchev e a política de distensão dos conflitos regionais, sustentada pela perseverança do americano Chester Crocker, permitiram, finalmente, às partes alcançarem a conclusão de um acordo em 1988-1989.

Economia e geopolítica

Evidenciada pela Segunda Guerra Mundial e pela Guerra Fria entre o leste e o oeste, o valor estratégico da África Austral foi novamente destacado por um outro enfrentamento, o conflito israelo-árabe.

Por uma curiosa ironia do destino, Israel e o regime do *apartheid*, dirigido pelo National Party da África do Sul, nasceram ambos no mesmo ano, em 1948. O Estado sionista erigiu-se no Oriente Médio simultaneamente à tomada do poder pelos africânderes na África do Sul. A confluência histórica entre estas duas conturbadas regiões mostrar-se-ia duradoura e sustentada.

A interação estratégica entre estas duas regiões nasceu da pobreza da África Austral, tão rica, sob outro ponto de vista, em recursos minerais e petróleo. Ora, no que tange ao petróleo, o Oriente Médio dele se fartava. Este acidente geológico desempenharia um notável papel no jogo político destas duas regiões. A sua interdependência reforçara-se em virtude do canal de Suez e do Cabo da Boa Esperança serem, há muito tempo, os dois itinerários possíveis para o transporte intercontinental do petróleo e de outros produtos de base do comércio internacional, especialmente entre a Ásia e o mundo ocidental. Certos minerais da África necessitam passar pelo canal de Suez para atingirem muitos portos mediterrâneos e, para atingir a maior parte do mundo ocidental, uma parte do petróleo do Oriente Médio deve servir-se da rota do Cabo.

Em condições ideais, este aspecto complementar seria bem-vindo para as duas regiões mas, o conflito israelo-árabe e os seus efeitos no mundo viriam, periodicamente, perturbar a estabilidade das relações.

O primeiro choque de maior amplitude sobreveio, em 1956, com a nacionalização, pelo Egito, da Companhia do Canal de Suez. O mundo ocidental considerou esta invasão como uma grave ameaça para o tráfego internacional em trânsito pelo canal, especialmente para o transporte do petróleo, produto de importância essencial. A crise de Suez culminou, em seguida, com a invasão comum do Egito por Israel, pela Grã-Bretanha e pela França. O presidente al-Nasser bloqueou deliberadamente o canal, nele colocando ferragens e barcos fora de utilização. O canal tornara-se totalmente inutilizável.

A rota do cabo reencontrou, talvez pela primeira vez no século XX, a sua proeminência no que se refere aos cálculos do comércio internacional do mundo ocidental. Pouco após a guerra de Suez, embora o Egito tenha obtido a ajuda das Nações Unidas para desbloquear o canal, o choque provocado pela crise e as exigências de segurança da navegação fizeram pender a balança, durante

décadas, em favor da rota do Cabo; em suplemento, os projetos de longo prazo passariam, doravante, a dar preferência aos navios-petroleiros gigantes, melhor adaptados a esta rota que ao estreito canal de Suez. Estas escolhas foram confirmadas pelas repercussões da guerra israelo-árabe de junho de 1967. O canal de Suez tornou-se novamente impraticável e, desta vez, durante um maior período. O valor estratégico da rota que contorna o extremo sul da África encontrou-se então, uma vez mais e de forma espetacular, acrescido pelos petroleiros e pelo restante do tráfego internacional.

Mas, a esfera política do Oriente Médio e da África Austral intervieram, igualmente, em outros domínios. Em razão da morte de al-Nasser, no Egito, e da ação de Henry Kissinger, como agente e emissário para assuntos internacionais dos Estados Unidos da América, no início dos anos 1970, a União Soviética sofreu revezes no mundo árabe. O reposicionamento, para a direita, do Egito sob o governo de Anwar al-Sadat e a progressiva eliminação do extremismo no Sudão, sob a direção de Dja 'far al-Nimayri, constituem graves exemplos desta inflexão à direita.

Este novo contexto repercutiu na África Austral. O declínio da sua influência no norte do continente, no início dos anos de 1970, levou a União Soviética a aumentar o seu peso no sul, na segunda metade da década. O jogo de compensações estratégicas entre as superpotências estava posto em marcha. Isto não aconteceu de forma tão brutal senão por ocasião da cassação recíproca das representações soviética e americana, na Somália e na Etiópia, no decorrer do mesmo período. Mas, não é nada duvidoso que os revezes soviéticos no norte da África tenham desempenhado um papel relevante no sentido de reforçar a sua determinação em fincar pé na África Austral, onde os desafios estratégicos haviam sido naturalmente exacerbados pela rivalidade entre as superpotências.

O último fator a considerar, no que diz respeito à interação entre o Oriente Médio e a África Austral, concerne à solidariedade política afro-árabe. Uma aliança política mínima implica a existência de inimigos comuns. No quadro das relações entre a África negra e o mundo árabe, a solidariedade manifestou-se através da identificação entre o *apartheid* e o sionismo, na qualidade de inimigos comuns. Nos anos de 1970, a oposição ao nacionalismo africânder e a oposição ao nacionalismo sionista tornaram-se forças políticas aliadas no seio da ONU e da OUA. Esta aliança desdobrou-se em duas espetaculares manifestações de oposição ao sionismo. A primeira foi a ruptura diplomática quase total da África com Israel, sobretudo a partir de 1963. A segunda consistiu na adoção, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1976, de uma resolução segundo a qual o sionismo era considerado uma forma de racismo. A reciprocidade nas

relações afro-árabes implicava em um apoio permanente dos países árabes, nos variados âmbitos, à luta contra o *apartheid*. Certos países africanos de direita contavam, em suplemento, beneficiar-se de financiamentos árabes para o seu desenvolvimento. Os regimes mais à esquerda na África, quanto a eles, estimavam como normal que os africanos apoiassem a cruzada contra o sionismo, em contrapartida a um apoio árabe na guerra de libertação contra o *apartheid*. Mas, quando o Egito, sob al-Sadat, assinou os acordos de Camp David e reconheceu Israel, a frente afro-árabe unida contra Israel foi, de alguma forma, abalada. Contudo os laços amigáveis entre Israel e a África do Sul permaneceram, por sua vez, relativamente sólidos.

Conclusão

Nós buscamos demonstrar, neste capítulo, que as três forças determinantes na evolução da África Austral, durante o período aqui considerado, foram a economia, a estratégia e a raça. No domínio econômico, nós examinamos o papel da terra, do trabalho e do capital constituído pelas riquezas minerais. No domínio estratégico, nós analisamos o impacto da Segunda Guerra Mundial, as repercussões da Guerra Fria entre o leste e o oeste e a interação estratégica entre o Oriente Médio e a África Austral mediatizada pelo conflito israelo-árabe.

Entretanto, o aspecto mais politizado na evolução da África Austral foi o problema transitório das tensões raciais na sub-região. O campo das experiências raciais da África Austral estendeu-se, da política baseada nas diferenças de cor da pele, na federação da Rodésia e da Niassalândia, até o controverso casamento de Seretse Khama e Ruth Williams, passando pela cultura dos mulatos, em Moçambique, e pela política econômica dos "bantustões", na África do Sul. Durante o período considerado, o racismo na África Austral penetrou em todas as fábricas, influenciou todas as políticas, espalhou-se em todas as escolas, infiltrou-se em todas as religiões e perturbou a tranquilidade de espírito de todas as famílias.

Em última análise, é possível que a África Austral seja o último grande campo de batalha na luta do homem contra as mais flagrantes formas de racismo. Se o valor econômico e estratégico da sub-região constitui uma vantagem no longo prazo, o mal-estar racial, por sua vez, apresenta-se provavelmente como uma deficiência temporária.

Amiúde já se profetizou que os negros, os mais desfavorecidos do século XX, tornar-se-ão, talvez, os mais privilegiados do século XXI. Os habitantes

da África Austral, os quais representavam os “intocáveis”, durante boa parte deste período da história africana, têm uma grande possibilidade de virem a se tornar os “brahmanes” econômicos do futuro[25]. Cabe a estas populações saberem aproveitar esta ocasião única.

25 Veja capítulo 1 deste volume e também R. W. WALTERS, 1987.

SEÇÃO III

O SUBDESENVOLVIMENTO E A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

CAPÍTULO 11

As mudanças econômicas na África em seu contexto mundial (1935-1980)

Catherine Coquery-Vidrovitch

A crise dos anos 30 não conturbou somente a economia ocidental, evidenciando o papel determinante doravante ocupado pelos Estados Unidos da América, ela marcou um decisivo ponto de inflexão: os fenômenos econômicos ganharam uma dimensão social. Desde então, tudo o que se passa no centro do sistema tem repercussões sobre o conjunto da periferia, geralmente através de um fortalecimento da ação econômica ocidental.

A Segunda Guerra Mundial, ao ter transformado o continente africano em um campo estratégico privilegiado do conflito mundial, acelerou o processo, introduzindo junto aos colonizados a ideia relativa ao direito dos povos em dispor por eles próprios de si.

À euforia da reconstrução no pós-guerra, pródiga em investimentos infraestruturais favoráveis à industrialização, sucedeu, posteriormente à crise mundial consecutiva à guerra da Coreia (1951-1952) e à crise de Suez (1956), uma fase de reestruturação mais difícil, balizada pelas descolonizações. A retomada geral, ocorrida em meados dos anos de 1960, produziu a crença em um momento de "milagre". Mas o desabamento profundo da conjuntura que se seguiu a partir dos anos de 1970 engendrou uma nova crise das relações norte-sul, cuja saída ainda é imprevisível.

Ao sair da Grande Depressão

Maior abalo da economia ocidental, a crise dos anos 1930 prenunciou uma reestruturação fundamental da economia mundial.

O papel atenuante do sistema colonial

A reconstrução começou por meio de uma estratégia defensiva, com um reforço momentâneo do protecionismo colonial.

A França não esperara a crise para inaugurar, já em 1928, uma "União Aduaneira" colonial, facilitando a "guinada imperial" e produzindo, entre os territórios e a metrópole, uma franquia recíproca, bem como, a aplicação, no mínimo, das mesmas tarifas aduaneiras incidentes sobre as mercadorias estrangeiras[1]. Após a Segunda Guerra Mundial, o mesmo fenômeno reproduziu-se na Grã-Bretanha, onde a vontade de restabelecer a paridade da libra esterlina com o "padrão-ouro", a qualquer preço, provocara uma deflação cuja incidência deixou a Inglaterra desarmada frente à concorrência dos países de moeda depreciada. O resultado foi catastrófico para o crescimento: as exportações caíram em 30%, entre 1913 e 1937, contração nitidamente superior àquela do comércio mundial. A virada para o Commonwealth (que detinha desde então mais de 50% do total dos investimentos externos) traduzia um estado de crise comprovado pelo recurso ao protecionismo defensivo, recusado até então pela Grã-Bretanha: a política de comércio exterior fixou-se às "balizas do comércio imperial", através da Conferência Imperial de Ottawa, em 1932. Quanto ao Portugal de Salazar, em 1933, ele se engajara na via de um corporativismo colonial, estreitamente controlado pelo Estado, e estendera às colônias, em 1937, a organização social e econômica metropolitana, baseada em um planejamento autoritário, bem como na organização de corporações de Estado e de sindicatos obrigatórios de produtores (grêmios), visando com isso orientar e controlar a produção, além de, igualmente, regulamentar o comércio exterior[2].

Os impérios estavam tão mais sensíveis à conjuntura, que o mercado de crédito, naquele momento, não se encontrava submetido a qualquer controle: a liberdade total de remessas para a metrópole implicava a abertura dos territórios aos fluxos de capital, às operações cambiais e à negociação dos valores imobiliá-

1 Lei datada de 30 de março de 1928. Conferir K. HOFFHER, 1939, p. 55.

2 M. CAHEN, 1984, pp. 10-13.

rios. Quanto mais o território estivesse aberto ao mundo ocidental, mais ele seria afetado pelas implicações financeiras internacionais da crise – caso específico do Marrocos que, em virtude do seu regime de protetorado, efetuava menos de 50% do seu comércio com a França (contra 70 a 89%, no concernente à Argélia, aproximadamente o mesmo volume no tocante a Tunísia ou para a AOF, e índices ainda superiores no que tange ao Madagascar).

Mas, a própria crise financeira, tão brutal no Ocidente, foi sentida de forma limitada no Magreb e na África Tropical, em razão do caráter ainda embrionário do crédito. Foram os territórios mais estreitamente ligados à metrópole que melhor resistiram à depressão. A "guinada para o Império" desempenhou plenamente o seu papel atenuante, nos dois sentidos: sem muita dificuldade, as metrópoles absorveram uma produção primária que, salvo exceção, não representava quase nada comparativamente à produção mundial; em contrapartida, o além-mar serviu como escoadouro para os produtos menos competitivos da metrópole (têxteis, siderúrgicos). Esta situação ficou patente na França, com o início da política das grandes obras financiadas por empréstimos metropolitanos (1931), política esta que garantiu a venda para as colônias de produtos da indústria metalúrgica, conquanto os preços deste setor fossem relativamente mais elevados que alhures. Este procedimento permitiu, sobretudo, sustentar os setores mais comprometidos, porque mais arcaicos, da economia – em primeiro lugar, a indústria têxtil, massivamente re-convertida em adaptação ao mercado colonial: a França, vendedora para a África (aqui incluído o Madagascar) de 18.000 toneladas de produtos derivados do algodão em 1913, praticamente dobrara a exportação em 1936 (34.000 toneladas). O fenômeno assemelhou-se na Grã-Bretanha, em relação à qual o mundo se privava, de mais em mais, dos seus produtos manufaturados, ao passo que ela própria necessitava, com ênfase redobrada, dos produtos primários estrangeiros: a partir de 1935, o *superavit* na balança de pagamentos desapareceu e, momento decisivo na história econômica britânica, um *deficit* estrutural permanente na balança de pagamentos estabeleceu-se. Embora a economia inglesa se tenha aquecido mais rapidamente que alhures, entre 1931 e 1939, graças à desvalorização tornada inevitável, esta retomada somente ocorreu à custa de um sistema de controles, de cotas e de privilégios "imperiais" que, reduzindo a concorrência, tenderam finalmente a aumentar o atraso técnico, ao invés de reduzi-lo[3].

3 C. COQUERY-VIDROVICHT, 1976b.

A retomada e o sistema mundial

A crise dos anos de 1930 colocou a economia dirigida na ordem do dia. Este foi o mais profundo sentido das reformas do *New Deal*, nos Estados Unidos da América, e da Frente Popular, na França (sem mencionar o corporativismo colonial de Salazar). A consequência, para a África, consistiu em uma aceleração na capitalização, a introduzir estas "reservas coloniais" na esfera do imperialismo contemporâneo.

A ênfase, no além-mar, foi colocada na necessidade de reformas econômicas – fundadas em investimentos produtivos, centralizados nos domínios energético e mineral; a partir da breve retomada dos anos 1936-1938, o esforço acentuou-se, sobretudo após o *intermezzo* da Segunda Guerra Mundial, através da entrada em cena destas novas tendências: vigoravam, neste período, numerosos e grandiosos projetos deste tipo, os quais foram, inclusive e frequentemente, vítimas da sua extravagância e da sua inadequação ao meio – o exemplo típico, do lado francês, foi aquele concernente aos investimentos consagrados ao Ofício do Níger, inaugurado desde 1931, retomado e ampliado no quadro do Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social (FIDES), após 1946.

Reformas sociais aconteciam paralelamente, potencialmente capazes de produzir uma força de trabalho modernizada: a prática colonial do trabalho forçado cedeu tendencialmente lugar à constituição de um mercado livre de trabalho, sob a forma da troca, pelo salário, de uma força de trabalho certamente superexplorada, mas voluntária[4].

O caso do "paternalismo belga", ilustrado pela política operária da União Mineira do Alto-Katanga, constitui, a este respeito, um exemplo cabal: a empresa que assegurava, ao operário e a sua família, trabalho, escola, lazer e um nível de vida nitidamente superior, comparativamente a outras regiões, esta sociedade acabava por desempenhar, simultaneamente, o papel "do chefe, do pai e do tio materno", em troca, bem entendido, de uma total submissão[5].

A supressão oficial do trabalho forçado (em 1946, na África francesa) aparece perfeitamente como o término desta reestruturação, a qual conduzira ao surgimento fulminante de novas culturas especulativas (café, cacau, exploração florestal) e tornara caduco o trabalho forçado em um contexto no qual o mecanismo das migrações do trabalho se desencadeara definitivamente, acentuado

4 Ofício Internacional do Trabalho, 1931.

5 B. FETTER, 1973.

tanto pela pauperização dos campos, quanto pelo desenvolvimento, então crescente, do mercado de trabalho.

Dito o que acabamos de expressar, a periodização das etapas da dependência africana varia amplamente de acordo com as regiões, em razão da idade mais ou menos avançada da colonização e da precocidade ou não dos investimentos em capital: pode-se considerar, em linhas gerais, que a evolução da África do Sul antecipa, em quase um século, aquela da África Ocidental ou, que a acumulação intensiva de capital no Congo belga (atual RDC) começa com uma antecipação de ao menos uma geração, *vis-à-vis* da mesma África Ocidental. Não é surpreendente que, mesmo no tocante a África do Sul, tenha sido também neste conturbado período que ocorreu a troca de "regime" – no sentido dinâmico do termo –, com a passagem de uma exploração clássica de imperialismo colonial (majoritariamente anglo-saxão) para aquela do capitalismo nacional branco, politicamente presente desde os anos 1920 mas, economicamente triunfante somente a partir do *boom* do ouro, nos anos de 1930.

O *boom* do ouro sul-africano, esboçado desde 1933, permitiu não somente atenuar os efeitos da crise mundial, mas, outrossim, estimular a reestruturação da economia, promovendo um desenvolvimento do setor industrial urbano. O número de empresas passou de 6.500 para 10.000, entre 1933 e 1946; a produção industrial aumentou em 140%, entre 1933 e 1939 (reprisando, durante a guerra, a mesma evolução quantitativa). O PNB triplicou. O problema dominante passou a ser, em suplemento ao racismo, aquele referente a um proletariado urbano negro em plena expansão: o emprego urbano africano dobrou, entre 1933 e 1939. Em 1946, na África do Sul, um em cada quatro africanos encontrava-se urbanizado e a população negra tornara-se, nas cidades, superior à população branca[6].

A África Tropical e mesmo a África do Norte não haviam atingido este estádio. Mas, nestas regiões, as incidências da Grande Depressão tomaram, contudo, a forma de uma profunda crise social interna. Pois, se as economias coloniais – ou seja, os interesses das empresas expatriadas – haviam atravessado, em seu conjunto, mais facilmente a Grande Depressão, comparativamente às suas homólogas metropolitanas, coube as massas camponesas esmagadas, por sua vez, suportar as grandes reviravoltas da época e dela tornarem-se as grandes vítimas.

Desde logo, ganham luz uma série de processos específicos: pauperização dos campos, início do fluxo migratório para as cidades e, enfim, o surgimento de

6 Conferir, entre outros, R. COHEN, 1979; D. O'MEARA, 1974.

uma estratificação em classes sociais com, por um lado, uma limitada categoria de abastados autóctones e, por outro lado, a relativa deterioração da condição dos trabalhadores locais, a qual desaba em relação àquela da mão de obra europeia. A consolidação da "troca desigual" desemboca, no plano internacional, em aceleradas remessas de lucro para o centro metropolitano e revela a emergência dos traços característicos do subdesenvolvimento contemporâneo.

A Segunda Guerra Mundial

Com a Segunda Guerra Mundial, o continente africano tornou-se um desafio de primeira ordem para as potências mundiais, dividido momentaneamente entre o bastião britânico e as ambições germano-italianas.

As ambições dos países do Eixo[7]

A Itália reivindicava a região mediterrânea como esfera da sua influência. O acordo concluído entre Hitler e Mussolini, em Munique, no ano de 1937, reservava a este último o controle do sul da Europa e, mais além, do norte da África. A Itália já colonizara a Líbia. Desde 1936, as tropas italianas ocupavam a Etiópia, de Haïlé Selassié. Ao lado da Somália, italiana desde 1885, e da Eritreia, sob a mesma dominação desde 1890, a conquista da Abissínia asseguraria a constituição de uma África Oriental italiana (Figura 11.1); Mussolini pretendia unir esta última à África do Norte, em virtude das suas ambições em relação ao Egito – provocando, como resposta, o tratado anglo-egípcio de 1936 – e à Tunísia, contra a França.

Mas, a concretização das pretensões italianas supunha uma vitória total sobre a Inglaterra e um consentimento do sócio alemão. Por ora, estas ambições chocavam-se com as pretensões da própria Alemanha, sem mencionar as exigências da França de Vichy e da Espanha.

O interesse do III° Reich no tocante à África começara bem antes da guerra. Aproximadamente ao final dos anos de 1930, um detalhado levantamento estatístico foi realizado pelos industriais alemães e pelos órgãos de recenseamento estatístico do Reich. As autoridades alemãs notavam que, em 1938, a África ocu-

7 Esta seção foi redigida com a ajuda dos seguintes trabalhos: J. BESSIS, 1982; A. KUM'A N'DUMBE III, 1980; R. H. ROMERO, 1986; UNESCO, 1985b.

FIGURA 11.1 As reivindicações territoriais da Itália na África (planos de 1940). (Fonte: extraído de A. Kum'a N'Dumbe III, *Hitler voulait l'Afrique*, 1980.)

pava, no mercado mundial, o primeiro posto na produção de algodão, amendoim e palma, e a segunda posição no tangente ao cacau, ao chá, ao tabaco e à banana, além de um excepcional posicionamento relativamente à sua produção mineral (diamante, ouro, cobalto, vanádio, urânio e fosfatos). Ademais, a África possuía 40% das reservas mundiais de energia hidráulica[8]. A Alemanha estava sensibilizada com o pequeno ganho obtido pelo seu comércio de riquezas africanas. Eis a origem da ideia favorável à concepção de uma economia planificada a nortear um grande Império germânico, no qual a África seria considerada como "a área de influência, natural e histórica, da Europa [...]. Por conseguinte, as suas mais importantes regiões (em primeiro lugar: a AEF, o Congo belga e o sudoeste africano) deveriam ser colocadas, direta ou indiretamente, sob a direção da Alemanha[9]".

Após a derrota francesa de 1940, diversos projetos de "re-colonização" da África ao sul do Saara foram então apresentados, quer seja pelos meios empresariais ou pelo Ministério de Relações Exteriores.

A resposta americana

A África do Norte era objeto de desejo, tanto para os alemães, ansiosos por lá instalarem bases militares, quanto para italianos, mas, também, para os espanhóis, desejosos em estender os seus territórios coloniais. A França de Vichy tentava, a duras penas, obter alguma garantia; mas, na África, esta região permaneceria, até o fim da guerra, um lugar privilegiado de enfrentamentos entre todas as potências.

Em razão disso, o presidente dos Estados Unidos da América justificou, nestes termos e junto ao marechal Pétain, a entrada em guerra do seu país, materializada pelo desembarque de tropas americanas na África do Norte: "Hoje, com olhos que cobiçam este império tão laboriosamente construído pela França, a Alemanha e a Itália propõem-se a invadir e a ocupar a África do Norte francesa, visando executar os seus planos de dominação e de conquista sobre a totalidade do continente [...]. Evidente e naturalmente, uma invasão e uma ocupação da África do Norte francesa e da AOF constituiriam, para os Estados Unidos da América e para as Repúblicas Americanas, a mais grave das ameaças para a sua segurança [...][10]."

8 M. SCHMITT, 1942.

9 J. ROHRBACH, diretor do Departamento Colonial, 1940, p. 10.

10 Telegrama datado de 8 de novembro de 1942, endereçado por Roosevelt a Pétain, citado por A. KUM'A N'DUMBE III, 1980, p. 111.

A guerra determinou, sobretudo e de modo decisivo, a supremacia econômica norte-americana. Ela provocou nos Estados Unidos da América uma mobilização industrial sem precedentes. Desde antes de Pearl Harbour, as estruturas de uma economia dirigida (controle de preços e de salários) foram implantadas. Entre 1934 e 1944, elas permitiram a re-ocupação de 9 milhões de desempregados. As indústrias, 40% dentre elas voltadas para objetivos militares, viveram um salto tecnológico: colocou-se no mercado, por exemplo, produtos de substituição (borracha sintética).

No plano internacional, a técnica privilegiada de intervenção norte-americana foi o empréstimo (*lend-lease*). Ela consistiu no fornecimento aos aliados de diversos produtos, cujo correlato ulterior pagamento era negociado em condições muito vantajosas, sem que se tratasse de uma questão de dívida de guerra. Este sistema foi motivado por imperativos menos econômicos que estratégicos.

O bastião do Commonwealth[11]

A Grã-Bretanha assentou, em larga medida, o seu esforço de guerra sobre o Commonwealth, a partir do qual ela criou uma zona *sterling* (excluídos Canadá e Terra-Nova), institucionalizada em 1939-1940 e abrangendo, aproximadamente, um terço do comércio mundial. O controle integral das taxas de câmbio era garantido por Londres. Este Commonwealth econômico, entravado, assumiu em moedas locais a maior parte das despesas militares. Isto permitiu-lhe depositar todas as suas reservas em dólar norte-americano em um *pool* comum, gerido por Londres que, por sua vez, creditava aos países membros "*balances sterling*" inconversíveis em moedas estrangeiras à região. O sistema objetivava, com maior ênfase, garantir uma "autarquia imperial" no setor dos gêneros alimentícios e das matérias-primas.

As políticas econômicas coloniais

A Segunda Guerra Mundial teve, para a África negra, uma importância decisiva, diferentemente da guerra precedente, ela não se contentou nem em aumentar a pressão colonial (produção intensificada, trabalho forçado) em nome do "esforço de guerra", nem em requerer força humana (aproximadamente 160.000

11 D. J. MORGAN, 1980; E. R. WICKER, 1958.

haviam sido recrutados na África francesa entre 1914 e 1918, cabendo à África do Norte um volume análogo de convocados; somente a metade destes recrutas serviram aos franceses entre 1933 e 1945; em contrapartida, a West African Frontier Force britânica passou de 8.000 para 146.000 homens; mais de 160.000 quenianos foram recrutados como carregadores e a África Oriental, em seu conjunto, perdeu cerca de 50.000 homens). A guerra acelerou a propagação, na Europa e na África, de uma mentalidade anticolonial que tornou rapidamente caduco um regime desde sempre considerado intocável[12].

Amplamente solicitados e empregados fora do continente, os africanos trouxeram-lhe novas ideias, formuladas a partir dos seus contatos com os europeus e os asiáticos. O mito da superioridade branca estava definitivamente abalado; as elites africanas encontravam-se prontas a assimilar o interesse da propaganda anticolonial soviética ou norte-americana. Naquele momento e ao mesmo tempo, o papel econômico do continente se afirmava. Considerando dificuldades de abastecimento, os Aliados foram obrigados a intensificar, *in loco*, a exploração de produtos estratégicos (ferro em Serra Leoa e estanho na Nigéria) e, sobretudo, a desenvolver a indústria de transformação. O comércio externo da África Ocidental britânica dobrou, entre 1938 e 1946, passando de 44 para 86 milhões de libras esterlinas[13]. Impôs-se a ideia de prever uma compensação política, econômica e social em favor dos africanos, pelo seu esforço de guerra. Este último fora operado graças ao dirigismo econômico das metrópoles, único capaz de sustentar uma rigorosa política de investimentos e de industrialização.

A política britânica: O Colonial Development and Welfare Act de 1940 [lei sobre o desenvolvimento e o bem-estar social das colônias]

Quando a guerra explodiu, os ingleses instauraram organismos de controle sobre as grandes empresas, prelúdio dos Marketing Boards cujas reservas, em caso de alta, deveriam servir para compensar os riscos de baixa nos preços de compra, junto aos produtores.

Eles ampliaram, sobretudo, as perspectivas do Colonial Development Act [lei sobre o desenvolvimento das colônias] de 1929 que, pela primeira vez, esforçara-se em distinguir as "obras de desenvolvimento" das "obras ordinárias, de caráter administrativo", as únicas a serem financiadas com base nas rendas

12 UNESCO, 1985b.

13 M. CROWDER, 1968 (2ª edição, 1980), pp. 481-513.

normais da colônia. Quanto às primeiras, elas voltavam-se, além das medidas de "desenvolvimento material", para a saúde pública – fundamento de uma força de trabalho eficaz – e para ações no âmbito do sistema escolar.

Malgrado a modicidade dos créditos, entre 1930 e 1940, o esforço dirigiu-se em 30% para a infraestrutura de transportes, 16% para a saúde e 10% para o sistema de distribuição de água. Entretanto, nem a pesquisa científica e tampouco o desenvolvimento agrícola haviam recebido mais que 7% do orçamento.

A lei de 1940 previa créditos, ainda muito moderados, de 50 milhões de libras esterlinas, para os dez anos vindouros (contudo, eles atingiram 120 milhões, a partir de 1945). Ela ampliou as ações de desenvolvimento, transformado em "desenvolvimento planificado", organizado com a ajuda de uma vasta infraestrutura administrativa, destinada tanto a preparar quanto a aplicar os programas.

Todavia, a planificação foi atrasada pela falta de pessoal, em virtude da mobilização para a guerra. Entretanto, o ponto de inflexão decisivo estava posto: o princípio oficialmente proclamado consistia em admitir que a política do *laisser-faire* não era mais adequada no âmbito colonial.

A política francesa de planejamento: de Vichy à França livre

A despeito das divergências políticas, a atitude francesa foi integralmente análoga. O dirigismo econômico colonial, ideia incontestavelmente em voga à época, não era uma concepção inédita. Ela já fora introduzida, desde 1934 e em plena crise, pela Conferência Econômica da França Metropolitana e de Além-Mar, a qual levantou o tema do papel do Estado, não mais somente na qualidade de financiador, mas, também, como gerador de políticas, acrescentando ao princípio, até então admitido e relativo ao ferramental de infraestrutural, um outro, mais novo, baseado no fomento da atividade industrial, através da criação de um Comitê das Indústrias do Império. A ideia permanecia, contudo, ancorada em evitar a concorrência com os interesses metropolitanos.

À época da Frente Popular, os técnicos da economia colonial haviam retomado a questão. Foi proposto um programa econômico coerente, modernista e reformista, fundado em uma "economia dirigida de interesse geral", oposta às iniciativas privadas da livre concorrência. Pela primeira vez, afirmava-se a necessidade de desenvolver, nas colônias e inicialmente de forma *interna*, as atividades produtivas. Em decorrência disto, surgiu uma tese "industriali-

zante", no quadro de uma "descentralização econômica" baseada no "desenvolvimento" dos territórios – termo mais novo que "valorização", empregado até então[14].

Mas, ao programa colonial da Frente Popular faltou-lhe tempo. O domínio colonial entrou na guerra, portanto, tal qual ele se apresentava, aproximadamente, desde a sua criação.

Sob o governo de Vichy, intervém uma equipe de "tecnocratas". Em plena Segunda Guerra Mundial, eles elaboram os primeiros planos econômicos franceses, entre os quais um plano colonial. Certamente, o plano decenal previsto (1942-1952), cuja ratificação, inclusive, não foi obtida do seu próprio governo, reservava uma fatia medíocre do orçamento ao domínio colonial: somente 84 bilhões de francos, ou seja, 11,8% do total – cifra, vale lembrar, puramente indicativa, pois que ao Estado não lhe caberia intervir senão em caso de incapacidade da iniciativa privada (somente 40% das obras eram consideradas rentáveis)[15].

Embora não se intuísse, contudo, instaurar nas colônias uma capacidade produtiva passível de abrir concorrência com a metrópole, pois que os investimentos industriais em além-mar (incluindo o Magreb) representavam somente 7,5% do total previsto para o solo metropolitano, em nome da "solidariedade imperial", o problema colocava-se diferentemente: "as colônias e a metrópole formam uma *comunidade* [...]. Considerando a inexorabilidade do acesso das colônias à atual vida tecnológica, a sua indústria desenvolver-se-á quer seja com o nosso apoio ou [...] contra nós mesmos, situação a evitar[16]."

Prioritariamente, o objetivo era proteger o Império Francês, no tocante ao seu comércio exterior, garantindo-lhe mercados além dos limites da França ocupada. A Conferência Econômica Africana de Vichy (1942) assim decidiu pela implantação da empresa Thomson-Houston (ramo rádio-elétrico) na África do Norte, pela colocação em pé de igualdade das usinas oleíferas metropolitanas e coloniais, bem como pela criação de um comitê de coordenação junto às indústrias têxteis do Império Francês.

O modernismo de Vichy tem, portanto, as suas raízes fincadas no ideário de uma elite administrativa que soube tirar proveito das circunstâncias excepcionais da guerra para esboçar, em estreita ligação com os meios empresariais conver-

14 L. Mérat, conselheiro do ministro para as colônias, Marius Moutet, 1936.

15 C. COQUERY-VIDROVICHT, 1979.

16 P. LE CACHEUX, não datado, p. 58.

tidos à industrialização, um plano, a constituir, no pós-guerra, a trama de uma ambiciosa política econômica colonial[17].

Do pós-guerra às descolonizações

No imediato pós-guerra, a vontade das metrópoles consistia em, desde logo, incorporar a África ao sistema capitalista internacional. Os instrumentos da "aculturação" estavam ao alcance das novas elites: fato, em definitivo, aceito por todos, a África estava prestes a se abrir para o resto do mundo.

Crises e conflitos internos

Mas, esta abertura não se processou sem sobressaltos. Após cinco anos de relativo isolamento comercial, o restabelecimento das relações civis com o Ocidente provocou, no plano interno, violentos traumatismos econômicos e sociais.

O nível de vida deteriorara-se terrivelmente. Ao congelamento dos salários, em vigor durante a guerra, acrescentara-se a vertiginosa alta nos preços dos produtos importados a qual sucedera, na Europa, a inflação da guerra. No âmbito francês, a criação do franco colonial (CFA) cujo valor correspondia ao dobro do franco metropolitano (o que aumentava, na mesma proporção, o valor das matérias-primas exportadas), não bastou para compensar a carestia dos bens de consumo importados[18]; entretanto, a África do Norte não foi beneficiada com esta medida, em represália contra o pequeno entusiasmo demonstrado pelos colonos em juntarem-se à França livre.

Um subproletariado urbano estava em vias de constituir-se de forma relativamente generalizada. A formação desta categoria era impulsionada pelo afluxo de desocupados, expulsos dos campos pelo esforço de guerra (corveia, culturas obrigatórias, forte imposição). A sua composição social incluía trabalhadores mal pagos, desenraizados de diversas origens e desempregados. O precário *habitat* ganhava contornos permanentes, com a ausência quase total de vias públicas, serviços públicos e saneamento.

17 J. MARSEILLE, 1984, pp. 340-342.

18 1 franco CFA = 1,70 francos franceses, em 1946-1947, no ano seguinte, 2 francos franceses, em virtude da desvalorização francesa.

Até então, as autoridades coloniais haviam primado por contrariar qualquer processo constitutivo de uma classe operária, branca ou negra, principalmente em regiões de forte extração mineral ou nas imediações de portos. A guerra abrira uma brecha neste "império do silêncio". De forma, por pouco que não, generalizada, eclodiram distúrbios que, em razão do rigor da tutela administrativa e da repressão, expressaram-se com maior ênfase de forma descontínua, "espontânea" e sem direção; a cidade tornou-se o lugar privilegiado dos enfrentamentos. O primeiro sinal deste novo panorama foi, em 1944, a sublevação de Thiaroye (no Senegal), a partir do campo dos "atiradores" desmobilizados[19]. Em 1945, um motim em Douala permitiu a união entre sindicatos e o subproletariado[20]. Em 1947, um "agitador" populista, Lamine Kaba, controlou durante quarenta e oito horas a cidade de Kankan, na Guiné[21]. Neste mesmo período, estouraram as grandes insurreições do *Constantinois* argelino (1945) e de Madagascar (1947), greves foram declaradas em Abidjan e Dakar, distúrbios eclodiram em Elisabethville (Lubumbashi) e Léopoldville (Kinshasa), onde abatia-se uma "miséria atroz", e tiveram lugar as greves de Nairóbi e de Accra, coincidentes com o retorno de Kwame Nkrumah, sem contar a explosão da enorme greve dos mineiros em Witwatersrand, 1946.

O sindicalismo africano empreendia a sua passagem da consciência de classe inter-racial para a rebelião nacionalista. A severa repressão contribuiu para politizar estes movimentos, levando-os, contudo e eventualmente, em direção a formas tradicionais de resistência (messianismos, *kibanguisme*, *matswanisme*, *hamallisme*). Preparava-se assim um explosivo amálgama entre os grupos marginalizados das cidades e dos campos. Este caldo de cultura social, em meados dos anos 1950, constituiu a origem da rebelião dirigida pela União das Populações de Camarões (UPC) e da insurreição mau-mau no Quênia.

A conjuntura ocidental

O período compreendido entre 1946-1971 representou, globalmente, o momento da rápida retomada econômica, sobretudo em sua primeira fase, anterior à recessão consecutiva à guerra da Coreia (1951-1952).

19 M. ECHENBERG, 1978.

20 R. A. JOSEPH, 1974.

21 Comissariado geral do plano, 1954 e 1955; Ministério da França de Além-Mar, 1954; Ministério da Cooperação, não datado.

FIGURA 11.2 Conferência da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em Viena, no dia 21 de novembro de 1973. (Foto: ABC, Sipa Press, Paris.)

A re-aceleração foi sustentada pela ajuda americana, fundada no anticomunismo e na reconstrução das bases do capitalismo, processo ocorrido inicialmente na Europa. Esta estratégia articulou-se em torno de dois programas centrais: o Plano Marshall (1947), com o incentivo ao empréstimo, do qual a França pôde empregar uma parte para promover o seu império; e o Pacto Atlântico (1949). O Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) assim como o Fundo Monetário Internacional (FMI) foram criados para regular a economia do mundo não comunista. Em decorrência disto, sob a égide de um setor estatal motor, ganha luz uma "modernização", acelerada pelas nacionalizações e pelas revoluções tecnológica e biogenética.

Este quadro acentuou a interdependência dos países industrializados: cada nação tornou-se, de mais em mais, sensível à conjuntura dos seus sócios-nação. Evidentemente, os países africanos tiraram certo proveito das "transferências de tecnologia" e do deslocamento de algumas plantas industriais, transferidas em busca de matérias-primas e/ou de mão de obra, a preços módicos. Assistiu-se, entretanto e com maior ênfase, à acentuação, simultânea, da solidariedade e da dependência múltipla: *vis-à-vis* das empresas

multinacionais, de perfil fortemente exportador, e relativamente aos países produtores de matérias-primas, sobretudo energéticas, com menção especial aos hidrocarburetos importados – razão da amplitude dos efeitos do choque petrolífero de 1973.

As políticas econômicas coloniais

A mudança de rumo foi decidida logo no imediato pós-guerra: a Conferência de Brazzaville vigorara no Império Francês desde 1944, sucedida, em 1946, pela supressão do trabalho forçado e pela criação do FIDES, intuindo financiar os investimentos na África negra e em Madagascar. Ensaiou-se, outrossim, colocar em marcha a industrialização da Argélia, por intermédio de um grandioso "Plano de Constantine", interrompido pela guerra de libertação. A reorganização do Colonial Development Fund britânico interveio em 1945, seguida pela independência da Índia, em 1947. Na África, o resultado caracterizou-se por uma aceleração na industrialização, cuja ênfase recaiu sobre as infraestruturas de transporte e, por um aumento na produção em favor das metrópoles. A França inovou, de forma marcante, em matéria de planificação: o I° Plano (plano Monnet, 1946-1952) incluía o além-mar; ele versava especialmente sobre a questão da reconstrução, através da grande atenção dedicada ao *équipement* [capacitação em equipamentos], à modernização e à industrialização, insistindo, igualmente, na importância das atividades mineradora e energética (com a vigorosa entrada em cena do setor hidroelétrico no universo africano). O II° Plano (plano Hirsch, 1954-1957) comportava um projeto de capacitação em equipamentos distinto no tocante à União Francesa; ele objetivava um *desenvolvimento produtivo*, destinado a extrair, dos próprios territórios, as novas fontes necessárias à sua acelerada integração junto à economia metropolitana[22].

Em termos absolutos, o esforço em investimentos franceses na África, acentuado pelo reposicionamento dos interesses coloniais perdidos na Indochina, atingiu o seu nível máximo durante este período, conhecendo o seu apogeu em 1951-1952 (figura 11.3); as importações de bens de equipamento ultrapassaram a metade do investimento bruto em capital fixo, de 1950 a 1954. A fórmula privilegiada foi o investimento público (de 70 a mais de 80% do total na AEF e em

22 Comissariado geral do plano, 1954 e 1955; Ministério da França de Além-Mar, 1954; Ministério da Cooperação, não datado
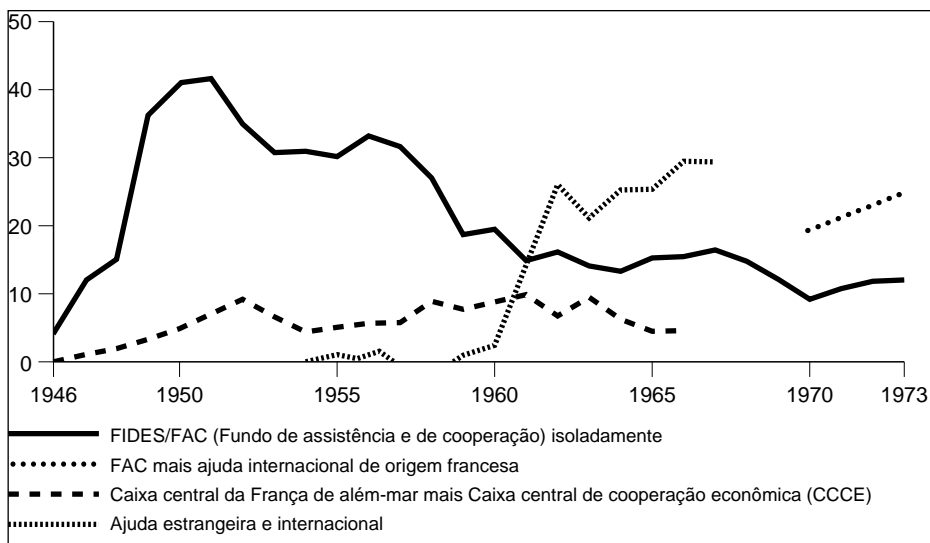
Figura 11.3 O financiamento dos bens de equipamento na África negra de expressão francesa e em Madagascar, 1946-1973 (em bilhões de francos CFA constantes em 1960). (Fonte: C. Coquery-Vidrovitch, 1976a, pp. 261-282, e 1982, pp. 237-252.)

Camarões), inclusive na AOF, a despeito do maior peso relativo da contribuição orçamentária interna dos territórios[23].

A Grã-Bretanha orientou-se rumo a uma planificação mais flexível, recusando-se a teleguiar o conjunto a partir de Londres, por dois fatores fundamentais: por um lado, em virtude da sua absorção pelas imensas tarefas correlatas à reconstrução interna e, por outro lado, em razão da incongruência entre uma centralização abusiva e os postulados primários de um processo, mais precoce, de *self-government*.

O Fundo foi decomposto em vários Ofícios, em prol do desenvolvimento e da reconstrução dos territórios. O plano da Nigéria, por exemplo, implicava na alocação de 55 milhões de libras esterlinas, deste volume, 13 milhões caberiam ao Colonial Development Welfare Fund. Julgado por demais insuficiente pela elite, ele teria sido, contudo, impensável alguns anos antes. Ele foi, sobretudo, de difícil implementação, menos por falta de dinheiro que por falta de bens de equipamento, em relação aos quais a Grã-Bretanha demonstrava, na ocasião, a sua incapacidade em fornecer-lhes os insumos necessários (especialmente o aço). A originalidade da ajuda britânica consistiu em seu caráter mais multi-

23 C. COQUERY-VIDROVICHT, 1976a e 1982.

-focado, comparativamente à ajuda francesa: a metade do financiamento total (1946-1958) foi consagrada aos investimentos sociais (educação, saúde, saneamento, habitação), 20% reservados à agricultura e – em contraste com a França – somente 20% dirigidos às infraestruturas de transporte. Todavia, o esforço produtivo também dedicou-se, essencialmente, à geração das matérias-primas necessárias à metrópole. Eis o porquê, notadamente, da importância conferida às oleaginosas, contextualizada pela dramática penúria ocidental neste domínio, no pós-guerra. Inelutavelmente, a ideologia dominante, segundo a qual a industrialização seria a chave do desenvolvimento, chocou-se com a inadequação desmesurada dos projetos, com a extrema falta de pessoal e com o insuficiente conhecimento dos obstáculos ecológicos locais: o fracasso dos grandes projetos na produção de amendoim (Tanganyika Scheme britânico[24], CGOT – Companhia Geral das Oleaginosas Tropicais – no Senegal) disso são o maior símbolo.

A planificação e a industrialização não foram apanágio unicamente das metrópoles liberais. Sob uma ótica muito distinta – relativa a manter a todo custo a intromissão e o espólio coloniais – o Portugal de Salazar agiu de maneira análoga: o primeiro plano, para seis anos, remontava a 1953. Portugal não dispunha de nenhum capital, mas os bancos americanos se haviam precocemente interessado pelos seus territórios na África, graças a interesses comuns com a África do Sul. Inglaterra e Estados Unidos da América eram, desde muito, os principais clientes da África portuguesa, excetuada a metrópole, embora os interesses norte-americanos não se tenham tornado importantes senão com as primeiras tentativas de prospecção petrolífera (1948 em Moçambique, 1957 em Angola) e, sobretudo, com início das guerras de libertação em Angola e Moçambique. Foi, na realidade, somente neste momento (a partir dos anos 1960) que interveio a "modernização" rápida do domínio português. No Congo belga, após um primeiro plano muito eurocêntrico (1950-1960), não foi senão ao final do período colonial que a administração elaborou um plano de expansão econômica e social de novo caráter estratégico[25]: ele enfatizava, especialmente, a agricultura de subsistência e a necessidade de uma maior intervenção dos poderes públicos no setor industrial, intuindo assegurar a transformação, *in loco*, das matérias- primas nativas, evitando as importações e aumentando o emprego. Contudo, este plano permaneceu letra morta. Após a ascensão ao poder do General Mobutu e a afirmação de um poder presidencial centralizado, um Órgão dedicado ao plano,

24 J. S. HOGENDORN e K. M. SCOTT, 1981.

25 F. BEZY e colaboradores, 1981.

notoriamente competente em sua origem, viu o dia. Mas, a equipe de conselheiros não conseguiu perdurar e, como nunca, subsistiu a distância entre os planos e a sua realização. Cronologicamente, o último, datado de 1979 e apoiado sobre uma maciça ajuda financeira estrangeira, obteve um sucesso muito limitado, em razão do Estado não possuir os meios para estabelecer um planejamento e, tampouco, ser capaz de conduzir o setor privado a adequar-se a esta diretriz. A causa matriz jaz, no Zaire tal como alhures, na ausência de uma verdadeira vontade política voltada para o planejamento, expressão privilegiada de um anseio nacional por desenvolvimento.

A descolonização na África negra

Este processo inscreve-se no contexto, conjunto, de um desaquecimento momentâneo no crescimento, acentuado pelas crises de 1951-1952 e de 1956 (Suez), e pelas recorrentes recessões norte-americanas de 1953-1954, 1957--1958 e 1960-1961. A breve e violenta recessão, consecutiva à crise mundial de 1951-1952, correspondeu a um momento de profundo questionamento das relações de dominação e dependência. Ela assinalava o início da descolonização na África negra, desde então aceito e, inclusive, quiçá preconizado pelos meios empresariais interessados, especialmente na França. A descolonização política, em choque frontal com a tradição nacionalista francesa, parecia assim ter como predecessor, na metrópole, o frio pragmatismo da descolonização econômica. A partir dos anos 1950, a inflexão para baixo na taxa média de lucros (Figura 11.4), até então em crescimento contínuo desde o início do século, permite compensar a ascensão paralela de uma corrente anticolonialista chauvinista, rapidamente expressa na imprensa econômica especializada, imbuída de um espírito conservador e favorável à descolonização, em nome da racionalidade de uma gestão econômica sadia. À luz deste contexto, as grandes empresas, como a Sociedade Comercial do Oeste Africano (SCOA), a companhia francesa da África Ocidental (CFAO) ou ainda a Unilever, mantiveram-se, portanto, prudentes e neutras, em razão da incapacidade de garantia, pelo regime, de taxas de lucro privilegiadas e, inclusive, levando-se em conta a possibilidade de pulverizá-las, no plano político, pela eventualidade de uma guerra de libertação. Impunham-se novas relações de exploração.

As grandes correntes hostis ao relaxamento do domínio metropolitano manifestaram-se alhures, no que diz respeito à França, quando das guerras na Indochina e na Argélia. Na África negra, os meios oficiais coloniais, tanto
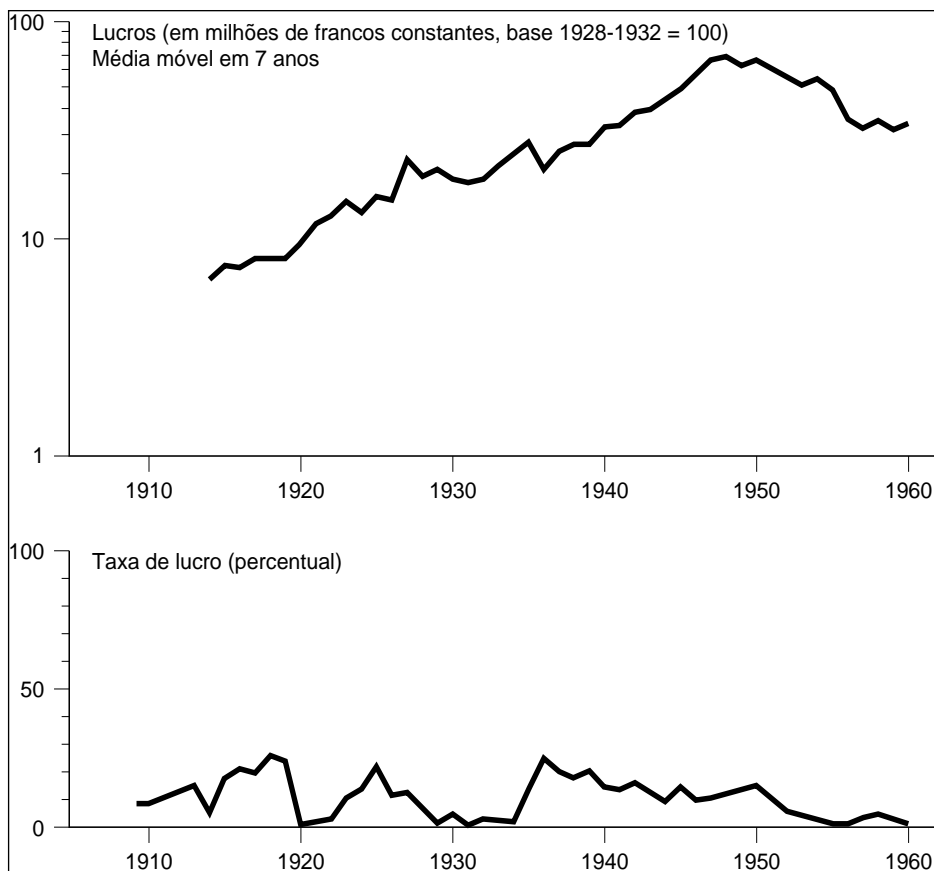
Figura 11.4 Os lucros da SCOA, 1910-1960. (Fonte: C. Coquery-Vidrovitch, pp. 595-621.)

franceses quanto britânicos, foram sensíveis à escalada nos custos da ajuda e, muito rapidamente, chocaram-se com a dificuldade em mobilizar, simultaneamente, as potencialidades locais e as forças de trabalho necessárias, sem recorrer ao concurso das personalidades políticas locais, as quais aspiravam, por sua vez, apoderar-se da direção das operações, sem todavia romper com a metrópole[26].

Ao levar os Estados africanos a entrarem na esfera da concorrência imperialista internacional, a independência exigia uma reestruturação da política de exploração que acelerasse tanto a intensificação quanto a internacionalização

26 J. MARSEILLE, 1984.

do capital. O ponto definitivo de inflexão ocorreu nesta época, no momento da industrialização – muito amiúde de ponta – da África tropical, como nos casos da indústria extrativa no Gabão, na Guiné e na Nigéria, ou das indústrias manufatureiras implantadas alhures.

As independências

Os jovens Estados confrontavam-se a estruturas desarticuladas de economias subdesenvolvidas. Segundo um modelo herdado, estas formações econômicas eram caracterizadas por uma produção voltada para o exterior e assentadas sobre um mercado interno muito restrito. Ora, as independências intervieram em uma conjuntura desfavorável, marcada pelo sensível desaquecimento nos preços das matérias-primas de exportação, a sua fonte primordial de rendimentos; em decorrência disso, configura-se uma situação de nítida deterioração dos termos da troca: recursos públicos e despesas de investimento encontravam-se então amputados, conquanto se acelerasse, naquele momento e em contrapartida, um *boom* demográfico sem precedentes. A evolução do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* seria inexoravelmente afetada (tabela 11.3).

Entretanto, a tendência de crescimento mundial restabeleceu-se rapidamente, no curso da segunda metade do decênio. Inclusive, foi possível crer-se, momentaneamente e em alguns casos, no "milagre" do ocaso do subdesenvolvimento, tal como na Costa do Marfim.

As relações entre a Comunidade Econômica Europeia e os países da África, do Caribe e do Pacífico[27]

Em sua primeira fase, as transferências de poder econômico aconteceram sem aparentes traumatismos. O fato determinante consistiu na crescente diversificação das relações, no âmbito da Comunidade Econômica Europeia (CEE).

Originalmente, por ocasião do Tratado de Roma, em 1957, tratou-se de uma iniciativa francesa. A despeito da hostilidade da Alemanha e dos Países Baixos, a França impôs a abertura do Mercado Comum, em seu conjunto, aos domínios coloniais africanos (francês e belga). Valendo-se, especificamente, da impossível existência de uma Comunidade Europeia à sua revelia e excluindo-a, a França

27 C. COSGROVE-TWITCHETT, 1978; F. LONG, 1980; C. COQUERY-VIDROVICHT, 1988b.

logrou, finalmente, êxito em suas proposições, impondo-se a apenas um mês da assinatura do acordo de Roma. Muito mais que um anseio por descolonização, tratava-se de um ato político cujo objetivo era, antes de tudo, favorecer a Europa, assegurando-lhe, ao final deste período de penúria do pós-guerra, um fornecimento complementar em matérias-primas, ao passo que as colônias africanas, por conseguinte, abertas a um comércio e a investimentos ampliados, eram levadas a se contentar com alguns limitados objetivos.

Com efeito, o sistema subsistiria na qualidade de um mecanismo flexível, favorável à passagem, de uma estrutura formada por um conjunto de laços coloniais estreitos, em direção a uma rede caracterizada por relações multilaterais. O preâmbulo estabelece e reafirma a importância "da solidariedade que une, entre si, a Europa e os países de além-mar" e a vontade categórica dos Estados-membros em "assegurarem a sua prosperidade, consoantes com os princípios da Carta das Nações Unidas". Dessa forma, estabelecem-se os parâmetros de um mercado comum africano, fundado sobre um tríptico: primeiramente, a progressiva abertura dos mercados dos países africanos "associados" às exportações de todos os Estados-membros da CEE, sem discriminação; em segundo lugar, a abertura dos mercados da CEE aos produtos dos países associados, sob a égide de um regime especial preferencial; e, finalmente, mas não menos importante, o estabelecimento de um programa de investimentos econômicos e sociais nos países de além-mar, financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento para o Além-Mar (FED).

No imediato posterior ao seu vigor, as conquistas deste novo sistema foram, antes e sobretudo, da ordem dos princípios, muito mais que da esfera da realidade concreta. A abertura, ao conjunto da Europa, foi lenta, mas a diversificação dos mercados tornara-se possível, tanto mais o ritmo das reduções tarifárias fosse acelerado, comparativamente ao previsto pelo tratado. A entrada dos associados na CEE fora negociada pelas metrópoles, contudo, ao final dos anos 1960, ninguém, a começar pelos novos Estados, simplesmente satisfeitos em afirmar a sua adesão aos compromissos assumidos pela metrópole em seu nome, questionou o estabelecimento em seu proveito de relações multilaterais privilegiadas, este foi exatamente o papel dos postulados em Yaoundé I e II (1963 e 1969) e, posteriormente, em Lomé I, II e III (1975, 1980 e 1986).

O objetivo, para os Estados africanos, consistia em negociar, ao menos, vantagens semelhantes àquelas garantidas pelo Tratado de Roma; tratava-se, no tangente a eles, de obter ajuda da CEE para transformar as suas economias, especialmente no setor industrial. Eles desejavam negociar com base na paridade e na igualdade representativas, bem como implementar um programa de

estabilização nos preços relativos aos produtos de exportação. Mas, a Europa, desde então reconstruída e convencida de ter alcançado a sua autossuficiência, não pretendia, em hipótese alguma, conceder novas vantagens. Ela não aceitava senão tarifas preferenciais para os produtos tropicais, sem contudo bloquear os mercados asiático e americano.

Os acordos de Lomé marcaram, especialmente, um decisivo ponto de inflexão na política europeia: de um número equivalente a 18 Estados, dentre os quais 17 francófonos, o total de associados passou a 46, reunindo 21 membros do Commonwealth, englobando, posteriormente, um universo de 70 países. Doravante, tratava-se de controlar, a partir dos países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP), o conjunto de elos estabelecidos na cooperação com os países do Terceiro Mundo, imbuindo "um espírito de solidariedade". Desde logo, o problema ultrapassou, em larga medida, o caso único das antigas metrópoles. A criação do STABEX, em 1975 – assegurando certa regularização nas exportações dos produtos, especialmente agrícolas e incluindo o ferro, na medida proporcional aos créditos disponíveis (a saber, em 1980, 138 milhões de dólares norte-americanos, em um total de 261 milhões restituíveis) – e, posteriormente, em 1980, a fundação do SYSMIN – destinado, em princípio, a desempenhar um papel no tocante aos produtos mineiros – estas duas ações conferiam concretude às reivindicações em favor de uma "nova ordem econômica internacional", pleiteada pelo conjunto dos países subdesenvolvidos, desde a reunião da CNUCED, mantida em 1974.

Desde então, os Estados da África se haviam agregado, pelas suas características econômicas, à centúria dos Estados do Terceiro Mundo e, com maior pertinência, do Quarto Mundo, neste caso, em referência àquelas economias cujo perfil não primava pela extração mineral ou petrolífera.

A crise dos anos 1970 e a miséria africana

Uma vez mais, o choque ao qual foi submetido o centro do sistema estaria em vias de impor à periferia uma readequação relativa às modalidades estruturais da dependência. Os Estados da África negra, nos quais estão incluídos 75% dos 25 países mais pobres do mundo, possuem ainda menos trunfos em mãos, no jogo de forças norte/sul, comparativamente àqueles da África do Norte. Acuados pelas calamidades naturais (estiagens prolongadas), pelas sequelas do passado (pré-colonial e colonial) e pelos obstáculos do mercado mundial, eles reclamam, antes de tudo, uma nova ordem econômica internacional, pré-requisito para

qualquer reestruturação interna. Quanto aos seus sócios do Hemisfério Norte, estes consideram o "ajuste estrutural interno" como uma condição *sine qua non* para qualquer ajuda suplementar. A África negra, salvo raras exceções, tais como a Namíbia e o Zimbábue, se nos apresenta como uma região bloqueada. A África, em seu conjunto, é o continente que menor volume de investimentos estrangeiros atrai, correspondentes a somente 3% do total mundial, se considerarmos o período compreendido entre os anos 1965 e 1983 (tabela 11.1). A quase totalidade dos países subsaarianos, salvo o Zaire (atual RDC), a Etiópia e a Nigéria, dispõe de uma população relativamente limitada (frequentemente em índices variáveis entre 2 e 8 milhões de habitantes) e caracterizada por um poder de compra inquestionavelmente medíocre. Os países petrolíferos, neste contexto e salvo raras exceções, possuem importância menor. Nenhum pode ser comparado à Líbia, salvo a Nigéria, pois que a produção do Gabão, de Angola e do Congo gira em torno de 10 milhões de toneladas. A Costa do Marfim, o Benin, Camarões, Gana e outros países, por sua vez, encontram-se no estádio da prospecção. Os grupos petrolíferos, especialmente após a recente queda nas cotações do "ouro negro", passaram a considerar o petróleo proveniente do sul do Saara, antes e sobretudo, como uma "reserva" em caso de inópia, exposta a riscos políticos.

O início dos anos de 1980 marcou um agravamento preocupante da situação, acelerado pela grande estiagem que, entre 1983 e 1985, afligiu 20 países e cerca de 35 milhões de pessoas. Nas últimas décadas do século XX, a baixa nos rendimentos *per capita* e a instabilidade nos *deficit* internos foram de tal ordem que as reservas, as quais ainda correspondiam a 15% do Produto Nacional Bruto (PNB), havia dez anos, caíram, rebaixando-se a taxas extremamente insuficientes, equivalentes a 6% do total. Ora, simultaneamente, os fluxos líquidos de capitais externos reduziram-se perigosamente[28].

A despeito de uma multiplicação nos programas de reescalonamento nos prazos de vencimento das dívidas, aos quais 14 países foram obrigados a recorrer, em 1984-1985, a proporção das receitas advindas das exportações e consagradas ao reembolso da dívida passou, em média, de 18% em 1980 para 26% dois anos mais tarde, alcançando 38%, neste mesmo período, para os países mais pobres. Não seriam, nem o atual e sem dúvida efêmero aquecimento nas cotações do café, nem mesmo a queda nos preços do petróleo que tornariam possível reor-

28 Banco Mundial, 1986, citado no *Le Monde*, 15 de abril de 1986.

TABELA 11.1 INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS, 1965-1983

	Valor médio anual dos fluxos (em bilhões de dólares norte-americanos)				% do total mundial			
	1965-9	1970-4	1975-9	1980-3	1965-9	1970-4	1975-9	1980-3
Países industriais	5,2	11,0	18,4	31,3	79	86	72	63
África	0,2	0,6	1	1,4	3	5	4	3

Nota: para o conjunto dos países em desenvolvimento, o valor nominal do investimento direto cresceu 10% ao ano, durante o período, porém, o valor real permaneceu estacionário. [Fonte: Banco Mundial, 1985, p. 141.]

ganizar uma situação cuja gravidade seria, uma vez mais em 1985, ilustrada por uma baixa de cerca de 3% no PNB por habitante.

O que fazer? Deveu-se, primeiramente, eliminar o financiamento de grandes e duvidosos projetos cujos desdobramentos estariam circunscritos ao âmbito político; embora tais realizações fossem, de mais em mais raras, a medida consistia em algo muito mais facilmente pensável que realizável. Pois, esta última dependia, não somente da consciência dos governos africanos, mas igualmente e talvez sobretudo, das múltiplas fontes de recursos, as quais deviam coordenar as suas ações para evitar o desperdício e aceitar integrar estas mesmas ações em programas definidos pelos africanos, eles próprios. Uma hipótese de crescimento modesto permitiria simplesmente inverter a tendência ao declínio da África subsaariana; ela implicaria, segundo o Banco Mundial, em uma inversão de recursos externos equivalentes a nada menos que 35,2 bilhões de dólares norte-americanos por ano, para cobrir o serviço da dívida e garantir uma margem mínima de recursos para as importações. A equação é simples, se estimarmos: as receitas para as exportações em 20 bilhões de dólares norte-americanos; os gastos relativos à amortização dos encargos da dívida, através de reescalonamentos interpostos, em 2,3 bilhões; e, em 9,5 bilhões, o capital concernente aos fluxos acumulados de ajuda, com taxas bonificadas ou em créditos multilaterais e, também, aqueles correlatos aos empréstimos ou investimentos com taxas de mercado, ainda assim, faltariam 2,5 bilhões de dólares norte-americanos. O esforço conjugado de instituições, tais como o Banco Mundial, o FMI e os bancos regionais, viria garantir 1 bilhão suplementares. Restariam todavia, ao final das contas, 1,5 bilhões de dólares norte-americanos a serem empenhados, uma cifra a representar um aumento de 20% nos programas de ajuda bilateral, à época, previstos para o período compreendido entre 1985 e 1990.

Na qualidade de hipótese de trabalho, esta aritmética concedia a primazia ao campo dos países industrializados. Ora, tanto mais a África fosse capaz de superar as suas próprias dificuldades, tanto menos os africanos dependeriam de uma ajuda emergencial, por vezes vital, mas, de efeitos desestabilizadores cuja ilustração sobeja muito amiúde nos últimos anos.

Há pertinência em constatarmos, à guisa de complemento a este deprimente estado de coisas, que cerca da metade dos refugiados do mundo de então tenham sido africanos.

As novas formas do imperialismo

Compreende-se porque, em abril de 1980, o secretário–geral da Organização para a Unidade Africana (OUA), o togolês Édem Kodjo, clamava em Lagos: "a África está morrendo [...]. O porvir parece-nos sem futuro[29]."

Como jamais outrora, a característica maior da África de então consistia em sua dependência *vis-à-vis* do Ocidente. Esta dependência devia-se, já a esta altura, à miséria, bem entendido, mas igualmente ao recente passado colonial, gerador de uma mobilidade muito acentuada, frente às antigas metrópoles.

Esta dependência foi, indubitavelmente, obra do Ocidente, mas também apresentava-se como um fato interno, aceito e incorporado, circunstância derivada, culturalmente, da perenidade do modelo europeu, como modelo referencial. Dessa forma, no plano dos investimentos acumulados, a França não atingia, à época, senão a terceira posição entre os inversores de capital (com 16% do total), atrás da Grã-Bretanha (39%) e dos Estados Unidos da América (21%), mas era a primeira exportadora, em termos relativos, de novos capitais destinados à África, permanecendo, globalmente e malgrado a ameaça da posição da RFA, o principal parceiro comercial e o primeiro provedor de assistência técnica ao continente africano. Contrariamente ao senso comum, o grau de penetração dos Estados Unidos da América permanecia relativamente limitado. Certamente, esta intromissão estava muito bem dividida: cerca de 15% na África do Norte, 45% na África Tropical e 40% na África Austral, os investimentos americanos distribuíam-se assaz uniformemente sobre o conjunto do continente, enquanto a França e a Grã-Bretanha, por sua vez, marcavam, respectivamente, a sua presença no norte e no sul. Excetuando-se o setor petrolífero (57,5% dos

29 Citado no *L´Express*, 14-20 de março de 1981.

capitais investidos em 1976) ou o setor de extração mineral (19,2%), o impacto da presença "*yankee*" permaneceu fraco (somente 9,3% no setor industrial).

Em consequência, foi o modelo ocidental de desenvolvimento econômico e social a matriz apresentada como a única explicação plausível para o dinamismo histórico universal: o corolário do sistema foi a ideia do progresso, mas identificado, de forma reducionista, unicamente ao progresso científico e técnico; ao desenvolvimento se lhe iguala a "modernização", isto equivale a dizer, uma integração sempre maior ao mercado ocidental.

Derivavam deste quadro, o modelo de sucesso econômico e aquele referente à análise das classes sociais: os marxistas revolucionários locais, cuja formação ocidental orientara rumo ao modelo soviético, estavam desarticulados, em razão das dificuldades encontradas ao promoverem a tese da proeminência da classe operária em países nos quais ela sequer existia. Somente a Tanzânia buscou definir ideologicamente um socialismo enraizado nos valores e nas potencialidades autóctones.

Esta dependência engendrou uma outra característica comum ao conjunto dos países e povos da África negra: trata-se de uma profunda distorção social entre as massas e a "elite". Esta última, correspondente, em média, a ínfimos 5% da população, almejava um nível de vida ocidental. Ora, foi justamente esse modelo de consumo, ao menos 4 vezes mais elevado comparativamente àquele do cidadão médio, que o conjunto das forças internas do país mostrou-se incapaz de suportar. A própria condição para a integração da minoria privilegiada, em um sistema mundial, implicava na marginalização das massas, sob a forma da constituição de um subproletariado rural ou urbano; ao invés de privilegiar, em meio a um mercado interno muito estreito, o comércio de bens de consumo a preços acessíveis, os caprichos da minoria social impuseram a "extroversão" econômica, reduzindo a economia a um mero apêndice subalterno, moldado segundo a lógica do mercado internacional.

Mediatizadas por estas condições, as injeções de capital e as transferências tecnológicas produziam-se, sobretudo, em proveito de algumas oligarquias nacionais ou empresas multinacionais. Assim, a GECAMINES, no Zaire (atual RDC), em princípio controladora da produção de cobre e de outros metais não ferrosos, líder nacional no tocante à remessa de capitais e à contribuição fiscal, na realidade, terceirizou o trabalho e a comercialização do cobre, em favor de duas empresas controladas pelo banco Société Générale de Belgique. De um modo geral, os grandes bancos, crupiês do jogo de investimentos externos, intimamente ligados aos organismos financeiros e diplomáticos dos Estados do norte, tinham como motivação, primária e essencial, o lucro em suas operações, pouco

lhes importando as incidências, na nascente ou na foz do processo, a recaírem sobre a sociedade local.

In loco, os resultados distavam, em muito, da inocuidade. Mas, eles permaneciam medíocres no tangente ao mercado interno. O fato marcante foi, por conseguinte, a baixa permanente da poupança, acentuada a partir do início dos anos 1980 (figura 11.5). O *deficit* nas operações correntes combinado à insuficiência no fluxo de investimentos estrangeiros tornou imperativo o recurso ao empréstimo. Mas, este último agravou o problema do serviço da dívida (tabela 11.2).

Sob uma ótica distinta, o clientelismo e a corrupção produziram, muito amiúde, sistemas de espoliação patrimonial do Estado, em proveito dos dirigentes: estes gestores da economia e do Estado pareciam não se impor, como objetivo, nada além da divisão, entre si, em seu benefício e daqueles seus respectivos clientes regionais, do "bolo nacional".

A política econômica dos países socialistas

No triângulo das relações entre o sul, o oeste e o leste, o terceiro associado permaneceu praticamente fora de cena. Para os africanos, o "norte" representava, antes de tudo, a Europa Ocidental. Foi somente por ocasião da Conferência Econômica de Moscou (1952) que os russos decidiram ampliar a sua cooperação financeira, comercial e técnica além dos limites do bloco oriental. Em 1956, Khrouchtchev prometeu ajuda soviética aos países recém-descolonizados, sem demandar contrapartidas. Por sua vez, o vice-presidente norte-americano Richard Nixon realizou viagens à África, uma secretaria para assuntos africanos foi criada junto ao Departamento de Estado norte-americano e as grandes fundações norte-americanas dedicaram-se às questões do, chamado, Terceiro Mundo.

Na realidade, a política africana, precocemente integrada ao contexto da Guerra Fria, permaneceu orientada pelos imperativos estratégicos, como testemunham as intervenções maciças dos soviéticos em Angola, Moçambique e na Etiópia.

A China, por sua vez, interveio frequentemente para contrabalançar a ação da URSS, à imagem do ocorrido na Somália[30]; ela apresentou uma alternativa incontestável aos africanos sensíveis ao caráter original da experiência chinesa cujas particulares características, tais como o seu caráter camponês e agrícola, correspondiam perfeitamente às condições africanas. Independentemente das

30 J. HERZOG, 1979.
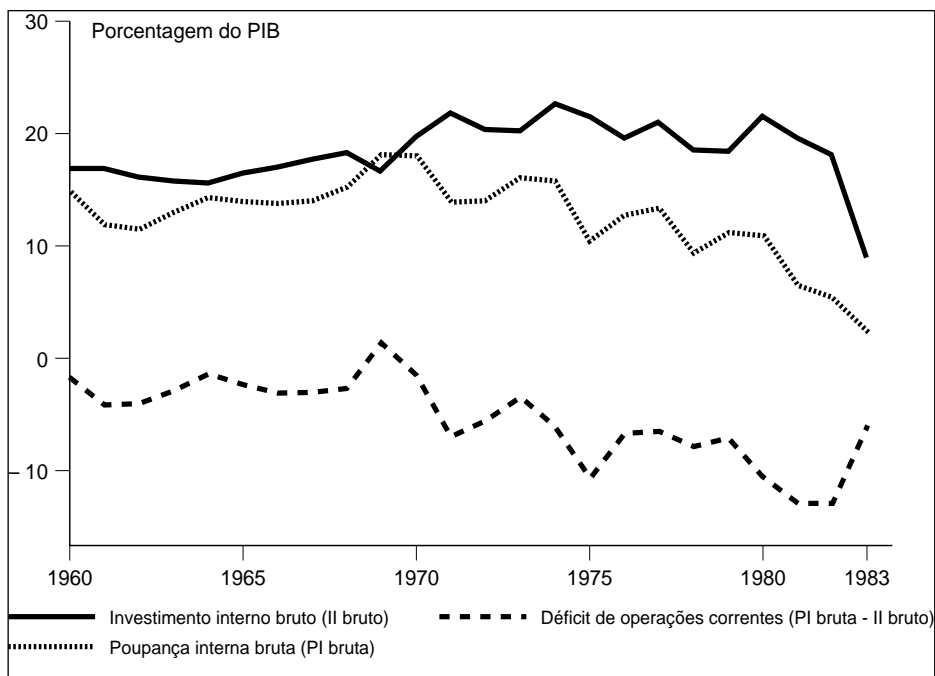
Figura 11.5 Investimento e poupança na África, 1960-1983, com exceção dos países exportadores de petróleo. (Fonte: Banco Mundial, 1985, p. 49.)

TABELA 11.2 EVOLUÇÃO DO PESO DA DÍVIDA NOS PAÍSES AFRICANOS DE BAIXA RENDA, 1970-1984

	1970	1974	1976	1978	1980	1981	1982	1983	1984
Relação dívida/PIB	17,5	23,5	27,7	26,9	39,8	43,4	47,7	52,0	54,5
Relação dívida/ exportações	75,2	99,5	135,3	162,3	175,8	216,5	260,5	279,5	278,1
Relação serviço da dívida/exportações	6,1	8,6	8,5	9,6	12,5	13,8	15,7	16,5	19,9

[Fonte: Banco Mundial, 1985, p. 24.]

opções ideológicas, numerosos Estados do continente recorreram, portanto, à *expertise* chinesa, notadamente no que diz respeito à rizicultura.

O papel dos organismos internacionais

Pesadas engrenagens, frequentemente consideradas demasiado burocráticas, as organizações internacionais não se furtaram, contudo, a um trabalho real. Produziu-se, primeiramente, a enorme massa de dossiês e relatórios técnicos ou científicos, por elas acumulados, sem contar as ações *in loco*, por exemplo, contra o analfabetismo (UNESCO), contra as epidemias (OMS) e contra as grandes estiagens e fomes (FAO). Esta organizações eram apoiadas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Banco Mundial e pelo FMI cujas prioridades determinavam-se pelo sacro-santo critério da rentabilidade, critério este geralmente mal aceito pelos beneficiários da sua intervenção, particularmente no âmbito da competência da UNESCO (educação, ciência e, sobretudo, cultura). Eis o porquê da tentativa da ONU em suscitar um novo organismo, o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), intuindo "aumentar a produção alimentar e elevar o nível nutricional das populações empobrecidas". A ênfase, neste contexto, colocou-se sobre as culturas de subsistência, a partir das comunidades de base, bem como, sobre a reorientação do crédito agrícola, visando os pequenos produtores, para os quais, mediante a garantia hipotecária ou imobiliária, o credor conferia viabilidade creditícia à sua unidade produtiva. O FIDA, objetivando evitar uma catastrófica burocracia, decidiu utilizar ao máximo os canais institucionais existentes. Dessa forma, ele abriu uma nova via, motivado por uma constatação imperiosa: a impossibilidade em responder, no continente africano, com uma solução estritamente econômica, a problemas eminentemente sociais, tais como a desnutrição, a fome, as doenças e o trabalho forçado ou mal-remunerado.

A resposta dos africanos

Frente às pressões internacionais, a primeira resposta dos africanos foi o não *alinhamento* e o estabelecimento, assim como o incremento, das relações com países em desenvolvimento, com os árabes, os asiáticos, os latino-americanos e os povos do Caribe, relações estudadas a seguir, no capítulo 28 da presente publicação. O não alinhamento resultava da profunda convicção, nascida da experiência, segundo a qual pouca influência caberia aos países subdesenvolvidos exercerem na evolução dos problemas do norte, tanto a oeste quanto a leste, no plano interno ou no âmbito dos conflitos entre blocos.

Figura 11.6 Bernardo Vieira, presidente da Guiné Bissau, durante encontro com M. A. Queredi, primeiro vice-presidente do Banco Mundial, em outubro de 1988. (Foto: Banco Mundial, Washington.)

O não alinhamento nasceu efetivamente na época da Guerra Fria, no momento dos mais rudes enfrentamentos entre o Oeste e o Leste. Criado por iniciativa de três incontestes líderes, Tito, Nehru e al-Nasser, ele tornou-se, muito rapidamente, o ponto de união para o conjunto dos países do Terceiro Mundo, os quais totalizavam 95 representantes por ocasião da conferência de Havana, em 1979. Na África, o não alinhamento desenvolveu-se precocemente em razão do fracasso do movimento afro-asiático, após a conferência de Bandung (1955). Ele está explicitamente inscrito na Carta da OUA (1963). Entretanto, os critérios do não alinhamento – "seguir uma política independente, fundada na coexistência pacífica" – eram suficientemente indefinidos a ponto de ter sido possível interpretá-los com tal flexibilidade que ele, ao contentar gregos e troianos, enfraqueceu singularmente o seu próprio significado, em razão de uma aplicação cada vez mais laxista (assim, a interdição do estabelecimento de

uma aliança militar bilateral com uma grande potência era, naqueles tempos, pouco respeitada do lado Oeste e Leste)[31].

O que subsistia, entretanto, era uma reivindicação global contra o "Norte". Em sua origem encontrava-se a Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), fundada em 1964 pelas Nações Unidas, sob a pressão dos países subdesenvolvidos. Ela reuniu, na ocasião, cerca de 150 Estados, entre os quais 77 – conhecidos desde então sob a apelação "Grupo dos Setenta e Sete", embora eles se tenham tornado 96, após 1971, e 122 em 1982 – constituíam a expressão unificada dos países do Terceiro Mundo frente ao "grupo B", composto pelos Estados industrializados. A sua ação desdobrou-se, no ano de1974, em uma declaração e um programa comuns, em favor da substituição da injusta divisão internacional do trabalho em vigor, por "uma nova ordem econômica baseada na equidade, na igualdade soberana, na interdependência, no interesse comum e na cooperação entre todos os Estados".

Inútil dizer que os resultados do enfrentamento Norte-Sul mostraram-se desde então muito decepcionantes. A frustração dos parceiros africanos era grande.

A criação de "zonas francas" industriais, como aquela de Dakar, permitiu aos países da CEE, sobretudo, protegerem os seus produtos de exportação. A principal reivindicação dos Estados ACP permanecia aquela em defesa de uma elevação dos preços relativos às suas matérias-primas exportadas, mediante indexação com base na inflação. Somente esta eventualidade poderia permitir-lhes financiar a importação maciça de tecnologias avançadas, necessárias à nova etapa do seu processo de industrialização; desde logo, estes Estados africanos poderiam, à imagem de certos países da Ásia, tirar proveito da conjunção entre recursos naturais abundantes e uma farta mão de obra a preços módicos, objetivando assegurar, por sua vez, no tocante aos centros desenvolvidos, uma maciça e livre exportação de bens manufaturados. Encontramo-nos, entretanto e à época, ainda distantes da fatura derradeira.

A guinada da África sobre si mesma, constituindo um vasto conjunto pan-africano integrado, pela qual Kwame Nkrumah fez tantos esforços, não passou de um voto de fé, apesar do elevado número de acordos econômicos internos bi ou multilaterais (Figura 11.7). Estes últimos permaneceram minados por um duplo obstáculo: por um lado, o tropismo maior, em direção e a partir dos países industrializados, por outro lado, as rivalidades políticas internas que obstruíam

31 E. BERG, 1980.
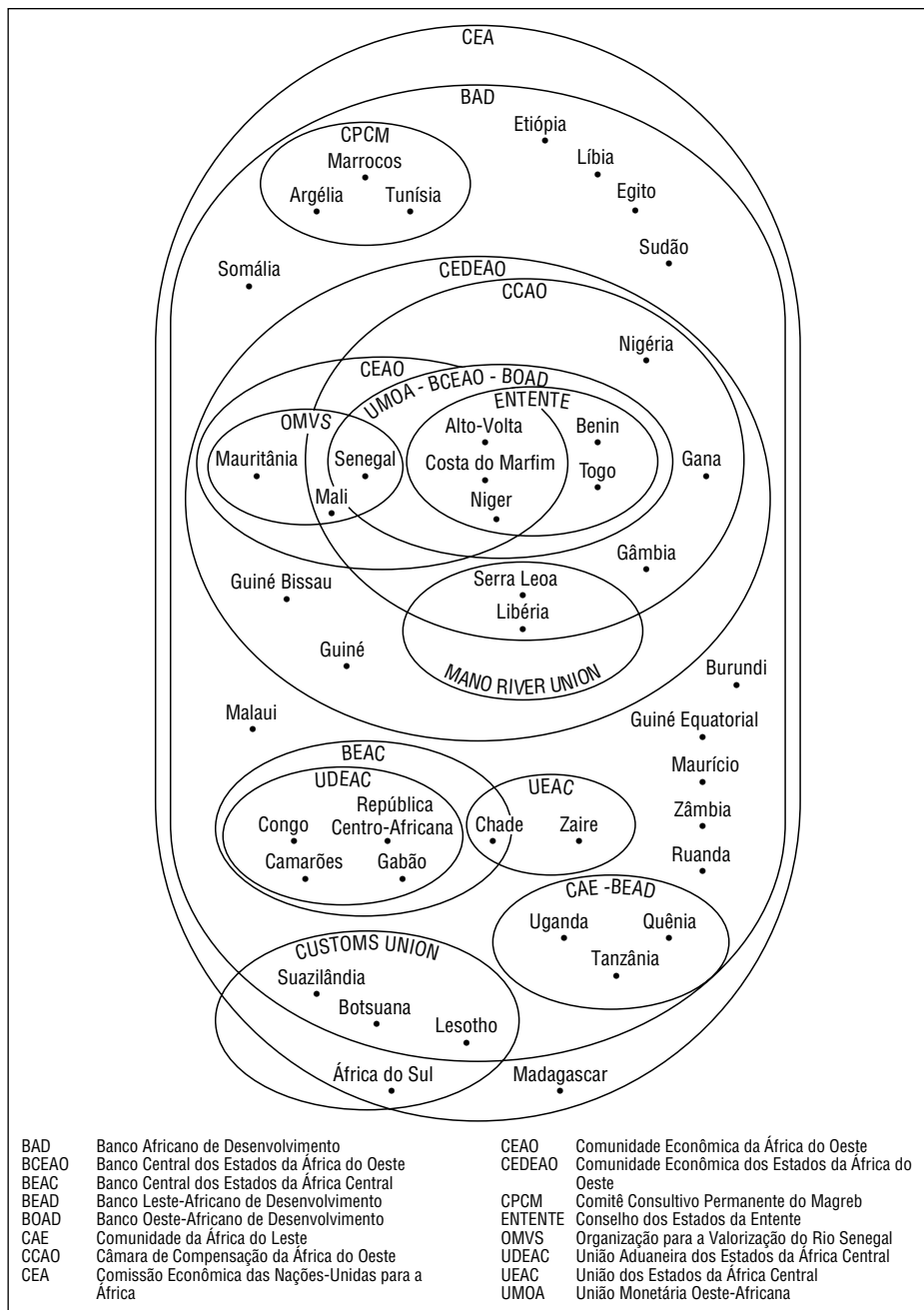
Figura 11.7 Organizações regionais e sub-regionais em prol da cooperação e da integração. (Fonte: UNCTAD, TD/B/609/Add. I, vol. III, 1976, pp. XI-XII. Citado em Cambridge History of Africa, vol. VIII.)

a eficácia das pulsões centrípetas. A recessão mundial não permitia imaginar nenhum progresso considerável a curto prazo.

Os novos dados

A África do Sul

Uma das chaves para o futuro da economia africana de então referia-se aos desdobramentos possíveis do problema sul-africano. A África do Sul encarnava, *in loco* e desde algum tempo, o imperialismo: simultaneamente, base estratégica e cofre do Ocidente no continente, ela cristalizava o conjunto das exigências reivindicativas[32]: anticolonialista, pela insuportável dependência que ela impunha à Namíbia e aos africanos da Azânia; anti-imperialista, pela soberania econômica e militar que ela simbolizava na África; e antirracista, pelo regime iníquo do *apartheid*, representando a inadmissível crença segundo a qual os brancos seriam superiores aos negros. A condescendência do imperialismo ocidental frente aos africânderes poderia modificar singularmente a situação em curto espaço de tempo.

A ascensão dos proletariados e o sindicalismo

Malgrado o grande impulso nacionalista, fruto da descolonização, uma posterior confluência, de grande envergadura, entre reivindicações sociais e vontade política não se produziu de forma alguma.

Na África portuguesa, a partir dos anos 1960, o esforço de industrialização foi relativamente acelerado, tanto nas minas angolanas quanto nos grandes portos moçambicanos, mas a ameaça de proletarização foi jugulada através da implantação de um nacional-sindicalismo corporativo, reservado exclusivamente aos trabalhadores qualificados (escolarizados), a beneficiar sobretudo os novos imigrantes portugueses. O estatuto "indígena" foi revogado em 1961, mas os africanos, aos quais não se lhes reservava o direito à sindicalização, nem por isso deixaram de ser circunscritos, em sua ação sindical, a "associações profissionais para indígenas", cuidadosamente enquadradas[33].

32 C. COQUERY-VIDROVICHT, 1986.

33 M. CAHEN, 1984, pp. 10-13.

Na África negra, em seu setor francófono, sindicatos de ferroviários e de funcionários públicos tornaram-se relativamente potentes. Entretanto, tanto no seio da classe política quanto junto aos trabalhadores integrados à economia monetária, a ideia de *assimilação* foi tenaz e pouco favorável à luta reivindicativa; a tradição política e sindical francesa em matéria colonial (aqui compreendida a Confederação Geral do Trabalho – CGT e o Partido Comunista) reforçou esta tendência em circunscrever as reivindicações operárias ao quadro das tradições do sindicalismo econômico e social.

Em seu setor anglófono, a tradição reformista trade-unionística privilegiou empreender negociações salariais, em detrimento da ação violenta. O exemplo nigeriano é particularmente elucidativo: cada onda de greves gerava a arbitragem de uma comissão de investigação, a qual geralmente decidia pelo aumento salarial. Deveríamos nós, contudo, aludir ao surgimento de uma "aristocracia operária"? Incontestavelmente, o operário industrial nigeriano era um proletário. No entorno de Lagos, estavam concentrados, em cerca de cinquenta usinas, várias dezenas de milhares de operários que trabalhavam em diversos setores, com alto grau de mecanização e alta produtividade. Os trabalhadores eram experientes e organizados, entretanto, a mobilidade profissional permanecia nula e os salários rapidamente atingiam o seu teto. Os operários eram capazes de mobilizarem-se graças a uma vantagem local específica, eles faziam referência, de forma voluntária, à exploração geral imperialista e às gritantes desigualdades da sociedade nigeriana. Mas, a ambição, de caráter "pequeno-burguês", constituía em atingir, a termo, a condição social de pequenos empreendedores independentes: tratava-se de uma estratégia de acomodação no seio do sistema existente, reforçada, de uma forma geral, pelo fato de numerosos regimes políticos terem colocado as organizações sindicais sob o controle estatal[34]. A situação era, por pouco que não, generalizada por toda a África do Norte, paralisando toda expressão operária, apesar da sua força numérica.

Uma vez mais, o impulso decisivo veio da África do Sul, doravante dominada por um fato social crucial: o proletariado urbano e mineiro, desde logo, era composto, em sua maioria, pela população nativa[35]. Esta constatação, evidente no tocante aos negros, permanecia verdadeira, embora em menor proporção, relativamente aos mestiços (*coloured people*), se levarmos em conta uma proporção equivalente, no tangente a estes últimos, a 13.500 empregadores para um

34 A respeito da evolução da situação da classe operária subsaariana, em zonas anglófona e francófona, conferir C. COQUERY-VIDROVICHT, 1988c, capítulos 12 e 13.

35 D. DUTOIT, 1981.

total de 700.000 trabalhadores e, no que diz respeito aos indianos, a números correspondentes a 17.000 para 160.000. Na África do Sul, eram os camponeses e as classes médias que dependiam da classe operária, e não o contrário. Certamente, desde a eclosão das greves de 1973, em Durban, bem como, nova e posteriormente, contra a efervescência dos anos 1980, a violência da repressão veio impor um termo às sublevações dos trabalhadores. Mas, a Confederação do Trabalho, à época recém constituída em Durban, reagrupando quase a totalidade das organizações sindicais, representava então um poder de persuasão, simultaneamente econômico e político, potencialmente determinante: o ANC já tirara as conclusões deste fato, incluindo, por conseguinte, na Carta da Liberdade, as reivindicações fundamentais dos trabalhadores.

A revolução demográfica e urbana

O crescimento demográfico, observado a partir do século XIX na África do Norte e anunciado somente em meados dos anos 1930 na África negra, alcançou as proporções de uma explosão populacional sem precedentes, após a Segunda Guerra Mundial e, sobretudo, posteriormente às independências. O período de transição demográfica não será atingido, ao que tudo indica, antes de 2015, aproximadamente.

Este dado constitui um elemento fundamental para a economia africana contemporânea, embora não possamos precisar o alcance das suas implicações em longo prazo, pois crescimento demográfico e crescimento econômico podem reagir, entre si, de modo contraditório em função de outras variáveis (políticas, sociais e culturais).

Em curto prazo, a situação era angustiante. Embora se fizesse valer um crescimento real do PIB – desacelerado, entretanto, após 1973 –, o PIB *per capita*, quanto a ele, acusava uma baixa contínua (tabelas 11.3 e 11.4). Contudo e malgrado o sobrepovoamento de algumas regiões (se levada em conta, especialmente, a fraca rentabilidade agrícola), o continente encontrava-se globalmente superpovoado. A termo, o crescimento populacional conferia vantagens econômicas sensíveis a outras esferas – conquanto nenhum desses parâmetros não se houvesse todavia aplicado à África, onde o desenvolvimento econômico, incontestavelmente e até então, conhecera menor sucesso que alhures, mundo afora[36]. A inflexão demográfica permitiu a ampliação do mercado interno, o

36 E. BOSERUP, 1985.

TABELA 11.3 POPULAÇÃO, PIB E PNB PER CAPITA, EM 1980

	População (milhões)	**PNB (em bilhões de dólares norte-americanos)**	**PIB (em bilhões de dólares norte-americanos)**	**PNB *per capita* (em dólares norte-americanos)**
África				
Países com baixa renda	197	52	53	270
Países com renda intermediária (importadores de petróleo)				
África do Norte e Oriente-Médio	31	25	24	830
África Subsaariana	780	26	27	330
Países industriais (de economia de mercado)	714	7477	7444	10480

[FONTE: Banco Mundial, 1985.]

aumento na produção e a intervenção da produção em escala na economia; ela acelerou a substituição de gerações de trabalhadores analfabetos por jovens instruídos, indivíduos mais propensos a adaptarem-se à modernização dos métodos culturais e aos sistemas próprios ao moderno emprego industrial.

Até então, com significância primaz, processava-se a espetacular inversão tendencial à qual, no que tange ao peso social relativo proporcional entre as cidades e os campos, estava submetida a África, naqueles idos. De 1950 a 1980, o crescimento demográfico conduziu ao triple aumento da população (de 219 para 560 milhões de habitantes) e este incremento deveu-se, em sua terça parte, à crescença populacional dos campos (domínio equivalente a 85% dos habitantes, em 1950, e 60%, aproximadamente, em 1980, atingindo 70% na África negra). Todavia, no mesmo período, a população urbana quintuplicou-se (passando de 32 para 133 milhões de indivíduos), índices a indicarem o maior ascendimento urbano de todo o planeta[37]. Segundo estimativas, no ano 2000 ou em data próxima, não somente a população, em vinte e três anos, duplicar-se-ia, mas localizar-se-ia majoritariamente nas cidades (55%), as quais representariam cerca de dois terços do crescimento demográfico total. Entrementes,

37 Nações Unidas, 1981.

TABELA 11.4 TAXAS ANUAIS MÉDIAS DE CRESCIMENTO DO PIB E DO PNB PER CAPITA, 1965-1995

	1965-1973		1973-1980		1981		1982		1983		1984[a]		1980-1985[b]		Previsões 1985-1995			
															mínimas[b]		máximas[b]	
	PIB	PNB/ hab.	PIB	PNB/ hab.	PIB	PNB/ hab.	PIB	PNB/ hab.	PIB	PNB/ hab.	PIB	PNB/ hab.	PIB	PNB/ hab.	PIB	PNB/ hab.	PIB	PNB/ hab.
África																		
Países com baixa renda	3,9	1,3	2,7	-0,1	1,7	-1,7	0,7	-2,6	0,7	-2,6	1,6	-1,5	1,4	-1,7	2,8	-0,5	3,2	-0,1
Países com renda intermediária (importadores de petróleo)																		
África do Norte e Oriente-Médio	5,6	3,5	7,1	4,3	0,7	-2,5	6,2	2,6	1,5	0,5	1,2	-1,3						
África Subsaariana	5,1	2,0	3,6	0,5	6,9	4,1	-1,0	-4,8	-1,8	-5,4	-2,1	-5,4						
Países industriais (de economia de mercado)	4,7	3,7	2,8	2,1	1,4	0,7	-0,3	-1,0	2,6	1,5	4,8	4,3	2,3	1,8	2,5	2,0	4,3	3,7

a. Previsão
b. Porcentagem média de variação anual

[FONTE: Banco Mundial.]

mister faz-se notar que estas previsões não levavam em conta a tendência dos anos 1990, marcados por uma baixa no crescimento urbano e por uma redução populacional, ocasionada pela Aids. A segunda metade do século XX viu decuplicar a população urbana africana pelas mesmas razões pertinentes aos outros continentes: a miséria nos campos, a insuficiência de terras e a marginalização social, por um lado, e a miragem do dinheiro, da liberdade e do modelo ocidental, característicos das cidades, por outra parte.

À escala de cada um dos 55 Estados africanos, a pressão em termos numérico--absolutos não se manifestou de maneira uniforme, quer se tratasse daqueles mais densamente povoados, tais como a Nigéria (90 milhões de habitantes) ou a Etiópia (31 milhões de pessoas), dos mais extensos, à imagem do Zaire ou do Sudão, ou ainda, em respeito àqueles menos populosos, considerando a Mauritânia, o Niger ou o Gabão. Ruanda e Burundi subsistiam na qualidade de Estados rurais densamente povoados. Entretanto, a maioria dos países africanos foi frontalmente atingido por uma onda, sem precedentes, de urbanização. A cidade africana "transcresceu-se" no lugar privilegiado das lutas políticas e sociais, além de se ter transformado no ambiente ideal onde amalgamam-se novos meios de adaptação ao mundo "moderno", ambiente este, denominado através de uma apelação de difícil tangência, mal cernada e trivializada, o "setor informal". Insistimos, a justo título, em evidenciar as extraordinárias capacidades de adaptação, a denotar uma real inventividade, dos pequenos produtores do setor informal; muito distante de primar pela estagnação ou improdutividade, este último seria capaz de promover mudanças estruturais, ao dinamizar a oferta de empregos disponíveis às massas urbanas e rurais.

No futuro próximo, a realidade possível, quiçá provável, nos apresentar-se-ia em contornos muito mais sombrios. Tudo permite pressagiar um afluxo, contínuo e crescente, de braços desempregados nas cidades, obrigados a ratear, por intermédio de subterfúgios de mais e mais frágeis, um mercado de trabalho, por pouco que não, estacionário ou submetido a uma progressão infinitamente lenta: a absorção da força de trabalho através do desenvolvimento do setor moderno é ilusória em países onde a taxa de crescimento demográfico for superior a 2,5%. Para que os recém-chegados ao mercado de trabalho sejam incorporados à sociedade industrial, fundamental seria, com efeito, que os empregos em salariato atingissem a metade da população ativa; ora, na realidade, eles não representam senão entre 10 e 20% deste volume total.

Eis que ali reside, de forma inconteste na realidade supra-exposta, o drama das cidades do Terceiro Mundo, a revelar uma muito distinta evolução comparativamente àquela desnovelada nos berços da industrialização, no século XIX europeu: em definitivo, trata-se de partilhar, entre os elementos de uma massa popular em franca expansão e sempre mais desmunida, uma oferta de trabalho,

em razão da qual subjazem recursos e mercados, de mais e mais inadaptada. Como derivação, criou-se o conceito econômico pessimista denominado *involução* urbana, a implicar o obstáculo quase inexcedível em escapar ao círculo vicioso da pobreza, senão através da imigração.

Imperiosa e doravante, o fenômeno a extrair e apreender do acima delineado consiste na transformação do turbulento fluxo de crescimento urbano, mal ou não administrado, em principal vetor das possíveis reviravoltas, na África tanto quanto alhures. A cidade é, por excelência, o ambiente onde se concentram, desde sempre, os homens, o trabalho e os sistemas de organização; ela constitui o caldo de cultura social em cujas tutelas econômicas e culturais afirmam-se e onde se determina o poder político. Em suma, trata-se da formação social no seio da qual são convocadas a desvelarem-se, no porvir, as dinâmicas sociais determinantes.

CAPÍTULO 12

A agropecuária e o desenvolvimento rural

Maxwell Owusu

A política agrícola e o desenvolvimento rural na África foram corrompidos por todos os aspectos da herança colonial. Distorções, ao nível das políticas e da sua implementação, comprometeram o esforço agrícola e frearam a produção.

A distorção mais analisada na agropecuária africana é a tendência em privilegiar excessivamente as exportações. O presente capítulo examinará a natureza desta adulteração na produção. A preferência conferida às culturas de exportação desdobrou-se, por vezes, na geração de *economias da sobremesa e das bebidas quentes*, fundadas na cultura de produtos como o chá, o café, o açúcar e o cacau, destinados aos fabricantes de guloseimas do mundo ocidental, ao passo que os próprios africanos careciam de gêneros alimentícios de primeira necessidade, tais como os cereais, a carne e os tubérculos. Esta incongruência data da época colonial; em países como a Argélia e o Quênia, ela desenvolveu-se sob o controle dos colonos brancos. Mas, ela persistiu posteriormente, especialmente porque eram necessárias divisas para importar outros produtos.

Constituindo a pior das hipóteses, a África produz o que ela não consome e consome o que ela não produz. No setor agrícola, propriamente dito, esta generalização não corresponde integralmente à realidade, uma vez que o continente produz uma parte relevante (embora não a totalidade) dos alimentos que ele consome. Todavia, o percentual dos alimentos importados aumenta continuamente.

Vários fatores contribuem na explicação deste quadro: crescimento demográfico (aumento no número de bocas a alimentar), evolução nos modos de consumo (consome-se mais farinha e arroz que outrora), degradação da infraestrutura agrícola (falta de peças de reposição e deterioração das estradas), e insuficiência de medidas promotoras de um crescimento na produção das culturas tradicionais de subsistência (milho e tubérculos) ou incentivadoras do engajamento em novas culturas (arroz e trigo), junto aos agricultores locais.

As culturas para fim comercial sobrepõem-se e absorvem os cuidados, uma consideração e meios, extraordinários. A opção em favor das exportações continua a dominar o desenvolvimento rural.

A segunda desfiguração constitui a *opção em favor do urbano*. Em linhas gerais, trata-se de uma política que subordina as obrigações da população rural às exigências dos citadinos. *Per capita*, as cidades recebem uma parte consideravelmente maior das receitas dos Estados, em comparação aos campos. Isto é verdadeiro em relação aos hospitais e às escolas, às estradas e às vias férreas, ao fornecimento de eletricidade e gás, à construção habitacional e a outros serviços.

No que diz respeito à política agrícola, deriva desta tomada de partido, em favor da urbe, que os governos africanos tendem a subsidiar o consumidor urbano em detrimento do cultivador. Numerosos governos africanos tornaram-se virtualmente reféns desta política por eles sustentada, inclusive quando o Banco Mundial ou, com maior frequência, o FMI exercem pressões no sentido do enfraquecimento desta postura. O FMI recomendou, muito amiúde, que se motivasse o agricultor, em lugar de priorizar a concessão de subsídios ao consumidor. Mas, a supressão das subvenções alimentares provocou, por vezes, sangrentas sublevações em cidades tão diversas quanto Túnis, Ndola, Cairo ou Monróvia. Na África, os subsídios alimentares caracterizam-se, sobretudo, por uma tendência em penalizar os agricultores e beneficiar os consumidores. Eles derivam, em sua essência, desta tomada de partido em prol da urbe, a orientar as prioridades da agropecuária.

Entretanto, esta opção foi igualmente corroborada por outros fatores. Como veremos ulteriormente neste capítulo, o sistema educativo colonial, em seu conjunto, parece, por pouco que não, ter sido concebido com o intuito de produzir *inadaptados rurais*. Os próprios camponeses estimavam-se traídos quando os seus filhos não davam as costas à vida rural. Algumas das melhores mentes africanas foram sistematicamente subtraídas ao esforço da produção rural. Os africanos instruídos, nascidos em comunidades no interior dos países, eram, irresistivelmente, atraídos pela miragem da vida urbana. Desta forma, a escola foi arrolada na luta contra a agropecuária africana, nisto consiste o aspecto mais

pernicioso da tomada de partido em prol das cidades, no cenário do desenvolvimento da África.

Eventualmente, esta opção manifestou-se sob a forma de pedidos de subvenção estrangeira, intuindo cultivar, *in loco*, um cereal como o trigo, consumido sobretudo nas cidades. Um dos mais espetaculares exemplos deste tipo de opção foi o acordo entre o Canadá e a Tanzânia, concernente à produção de trigo, com meios ultra-modernos, não distante das neves do pico Uhuru. É possível que o homem não viva somente de pão, nesta parte da Tanzânia, em todo caso, o homem não vivia, de forma alguma de pão. E no entanto os canadenses conduziram a termo este grande projeto. As planícies de Hannan produzem impressionantes quantidades de trigo, destinadas aos longínquos consumidores de pão das cidades do país. O custo humano e ecológico é elevado. O primeiro é suportado pelos pastores barabeg, forçados por esta cultura, a rumarem em direção a pastagens de qualidade inferior. O segundo, é suportado pelo solo que, naquela região, é vulcânico e está sujeito a mais chuvas torrenciais, se comparadas àquelas das pradarias de Alberta. A cultura do trigo ali provocou uma erosão catastrófica. Uma vez mais, a tomada de posição em prol do meio urbano, um dos pilares das estratégias africanas de desenvolvimento, aliou-se a importantes perdas.

Nós veremos, *a posteriori*, que a terceira adulteração na agropecuária colonial está ligada *ao papel do Estado*. No que concerne à agricultura, os organismos semipúblicos prosperaram, paradoxal e simultaneamente, sob a influência das burocracias coloniais e no contexto das experiências pós-coloniais, socialistas ou outras. A intervenção dos poderes públicos, na produção das culturas para fim comercial, foi especialmente marcante. A cultura de produtos alimentares de base, além dos limites do setor agrícola de subsistência, igualmente foi afetada pela influência do Estado. Desde as independências, os efetivos, locados nos departamentos responsáveis pela comercialização de produtos agrícolas, tiveram tendência a aumentar, em número e de modo espetacular, ao passo que sua eficácia diminuía em equivalentes proporções. Estes departamentos, também eles, tornaram-se vítimas do nepotismo.

De forma inexorável, o agricultor também está submetido à excessiva burocratização da agricultura. Cabe a ele subvencionar a burocracia, inversamente à situação europeia, na qual ele é subsidiado pelo Estado. Com efeito, os órgãos semipúblicos pletóricos reduziram a sua margem de benefício e tenderam fortemente a desmotivá-lo.

Quando, em 1987, o presidente Ibrahim Babangida decidiu suprimir os departamentos de comercialização na Nigéria, esta deliberação deveu-se, sem

dúvida, a motivações políticas tanto quanto econômicas. Entretanto, entre estas últimas, figuravam certamente a preocupação com a eficácia e a vontade em oferecer os melhores estímulos aos agricultores e, especialmente, em incrementar a sua margem de lucro. O fechamento dos departamentos de comercialização foi também, simbolicamente, uma forma de descolonização, marcada por uma redução no porte das burocracias do setor semipúblico. Nós retornaremos a alguns destes temas no presente capítulo.

Quarta grande desfiguração herdada da agricultura colonial: a tomada de partido em favor do sexo masculino. Tradicionalmente, a agricultura africana era, com maior ênfase, uma atividade própria às mulheres, as quais se apresentavam, em maior número que os homens, ao trabalho na terra. A influência colonial não provocou o ocaso da preponderância numérica das mulheres, mas contribuiu para marginalizá-las. No âmbito tradicional, as mulheres desempenhavam um papel considerável no tocante à determinação do valor dos produtos. Com a entrada em cena da economia monetária, elas haviam alcançado conservar uma voz predominante em referência à determinação dos *preços* no mercado local, em meio ao qual reinam a efervescência e a agitação das trocas e das barganhas tradicionais. Mas, muitas transformações de caráter colonial contribuíram para quebrar este equilíbrio em proveito dos homens, especialmente no que diz respeito ao estabelecimento do valor dos produtos agrícolas. Dentre estes fatores figura, justamente, o departamento de comercialização, cujo corpo funcional é composto, em sua grande maioria, por homens. Os órgãos a desempenharem o papel de intermediários entre o produtor e o consumidor compõem um domínio reservado ao sexo masculino, os quais marginalizaram a contribuição das mulheres no que tange à fixação dos preços relativos aos produtos agrícolas.

Convém mencionar, a este respeito, a internacionalização das economias africanas. As economias locais tradicionais conferiam às mulheres um considerável peso nos intercâmbios comerciais. Mas, a partir do estabelecimento imperioso dos contatos com longínquos compradores do Japão, da Europa e das Américas, os conselhos administrativos das empresas africanas, quase exclusivamente compostos por homens, tomaram as rédeas do processo.

Em suplemento, a modernização da agricultura determinou a maior incidência do recurso aos órgãos creditícios, para a compra de sementes, insumos e equipamentos, bem como para a construção das instalações de estocagem. O desenvolvimento do crédito, durante e após o período colonial, elevou com frequência o papel masculino. Em função dos entraves locais à propriedade feminina da terra, tal como os preconceitos universais concernentes a sua reputação

de solvibilidade bancária, a monetarização da agricultura africana contribuiu para marginalizar a agricultura camponesa.

O próprio desenvolvimento das culturas para fim comercial, reforçou a proeminência masculina na agricultura africana. As mulheres africanas possuíam geralmente o controle sobre a cultura do inhame, da mandioca e do milho. Entretanto, no tangente à produção de tabaco, na Rodésia do Sul (atual Zimbábue), do açúcar em Uganda ou do sisal na Tanganyika (atual Tanzânia), a capacidade feminina começou a recuar frente à planificação e ao cálculo masculino. Certamente a mão de obra feminina ainda é necessária, inclusive, para as culturas comerciais. Em Karicho, no Quênia, são as mulheres que, majoritariamente, colhem o chá. Em contrapartida, a produção de tabaco no Zimbábue e a extração do látex na Libéria constituem trabalhos eminentemente reservados aos homens. Ao final das contas, as culturas para fim comercial fizeram pender a balança em prol do trabalho masculino.

A passagem da *gestão* para o âmbito masculino, naquilo que concerne as culturas para fim comercial, configura uma evolução, ao menos, tão importante. No quadro das tradicionais culturas de subsistência, as mulheres eram muito mais consultadas comparativamente ao que se lhes requer quando se trata de culturas comerciais. As funções produtivas, de transformação, de fixação dos preços e aquelas relativas à exportação dos produtos correlatos, tornaram-se, em sua essência, responsabilidades masculinas.

Tais são, portanto, quatro das principais adulterações legadas pelo colonialismo à agropecuária e aos modelos de desenvolvimento africano. O presente capítulo analisará as tendências fundamentais da história da agropecuária contemporânea, a levar em conta a herança colonial e distorções por ela engendradas. Em primeiro plano, entre estas últimas, figuram a prioridade conferida às exportações, o peso social relativo das cidades, o papel acrescido do Estado e o primado masculino. Todavia, o capítulo evidenciará as outras forças a influírem no ritmo e nas orientações da agropecuária africana.

A produção camponesa africana e as *plantations*

A proporção da população ativa nos países africanos consagrada à agropecuária de *subsistência* (cultura e criação de animais), à agropecuária voltada para fins comerciais ou a ambas, é estimada em 65 e 95%, respectivamente. Ao menos 80% dos estimados cento e cinquenta milhões de africanos vivem da agropecuá-

FIGURA 12.1 Trabalhadora rural no Marrocos. (Foto: Almasy, Paris.)

ria, em cuja maior proporção do trabalho, do plantio, da terraplanagem e preparo do solo, da colheita e da comercialização, cabe às mulheres[1].

Ao processar uma avaliação comparada sobre a importância relativa da agropecuária de subsistência nos países subdesenvolvidos, K. C. Abercrombie sublinha que, na África, as exportações representam uma proporção mais elevada no referente à produção agrícola total, se cotejadas com os índices do Próximo Oriente ou do Extremo Oriente mas, em adverso, indica o autor que as vendas no mercado interno no continente são inferiores àquelas correspondentes às duas últimas regiões[2]. Este quadro deriva, sabidamente, do fato notório a indicar uma re-orientação radical, imposta pelo colonialismo, nos rumos do setor rural africano, em direção a uma produção comercial e voltada para a exportação, em detrimento de um foco direcionado para o mercado *interno*.

Na Argélia, no Quênia, em Angola, em Moçambique, a *plantation* colonial, outrora principal tipo de exploração, desapareceu ou quase, após a independência. Todavia, no Quênia e sobretudo na Tanzânia, as *plantations* de sisal, café, tabaco, píretro-da-áfrica e seringueiras, empregavam, ainda nos anos 1960, cerca de um terço da população ativa. Em Zanzibar, as *plantations* de cravo-da-índia e os coqueirais, pertencentes a árabes e indianos, ainda são numerosas. Na Zâmbia grande parte da produção comercial agrícola ainda provém de unidades produtivas de colonos, as quais se encontram situadas ao longo das principais vias de estrada de ferro.

As *plantations* pulsam o seu renome nos trabalhos de pesquisa ali realizados e em seus níveis de produtividade, mediante a sua adequada gestão e o seu apropriado financiamento. Contudo, elas pouco contribuíram para reduzir a pobreza nas zonas rurais, nem tampouco favoreceram a criação de empresas nas quais vigorassem a participação operária na gestão, tal como evidencia o exemplo da Firestone Tire and Rubber Company, na Libéria[3]. Após a Segunda Guerra Mundial, surgiu uma nova forma de exploração em numerosos países da África Ocidental, a saber, a agricultura empreendida por grandes empresas. Certos índices conduzem igualmente a supor que as agroindústrias multinacionais poderiam, no futuro, desempenhar um crescente papel no que diz respeito à produção agrícola de alguns países africanos[4].

---

1 CIDA, 1984, p. 12.

2 K. C. ABERCROMBIE, 1961.

3 R. L. CURRY, 1971; G. L. BECKFORD, 1972.

4 C. WINDSTRAND e S. AMIN, 1975.

Agricultura e colonização agrária: programas e cooperativas

O plano de valorização da Gezira, no Sudão, foi um dos primeiros grandes projetos exitosos de colonização agrária na África colonial. Tratava-se de um grande programa, inteiramente voltado para a exportação e baseado na produção irrigada e mecanizada do algodão. Ele começou a vigorar, plenamente, em 1925 e, até 1950, aquando da retomada da sua gestão por um órgão público, o Sudan Gezira Board, foi conjuntamente administrado pelo governo, por agricultores arrendatários africanos e duas sociedades comerciais encarregadas de dirigir as operações. Considerado na qualidade de "máxima expressão da economia sudanesa", ele reunia, aproximadamente e em 1958, 26.000 cultivadores sudaneses arrendatários[5]. Em contrário, o plano de produção de amendoim na África Oriental, lançado em 1946, pela British Overseas Food Corporation, revelou-se um dos mais desastrosos dentre estes grandiosos projetos.

Em outras regiões africanas, frente aos problemas da superpopulação, da falta de terras, da erosão e do esgotamento do solo, devidos à superexploração provocada pelas medidas coloniais, os governos coloniais reassentaram africanos de modo a beneficiá-los com melhores condições para a agricultura, tal como a leste da Rodésia do Norte[6] (atual Zâmbia). Os franceses, em suas possessões na África Equatorial e Ocidental, e os belgas, no Congo, implementaram numerosos programas de colonização agrária, com vistas a melhorar e estabilizar a agricultura camponesa, bem como, a intensificar as culturas comerciais.

Ao final da época colonial, existia grande número de cooperativas de comercialização, de serviços e de crédito, as quais se encarregavam de unificar e escoar a produção dos pequenos agricultores. A criação de cooperativas, a proverem, entre outros, serviços de comercialização, armazenamento, beneficiamento, transporte e crédito, permitiu aos africanos realizarem progressos significativos em sua produção de cacau, em Gana e na Nigéria, bem como, naquela relativa ao café, na Tanzânia (tabela 12.1). Na África Ocidental francesa, a Sociedade Indígena de Planejamento apoiava os agricultores no aperfeiçoamento dos seus métodos de produção.

Desde a independência, os governos e as empresas públicas intervêm, em várias regiões da África, em prol do desenvolvimento agrícola, segundo princí-

5 A. A. BOAHEN (org.), 1987, pp. 491-493; D. H. READER, 1964, p. 34.

6 W. ALLAN, 1965.

TABELA 12.1 NÚMERO E FATURAMENTO DE EMPRESAS DE CONSUMO E DE COMERCIALIZAÇÃO, EM DETERMINADO NÚMERO DE TERRITÓRIOS, 1954 E 1957

Território[a]	Número[b]		Faturamento (em milhares de libras esterlinas)	
	1954	1957	1954	1957
Empresas de consumo				
Rodésia do Norte (Zâmbia)	24	21	490	2020
Niassalândia (Malaui)	16	12	36	124
Quênia	17	17	3787	4510
Tanganyika (Tanzânia)	4	5	26	35
Uganda	11	5	128	53
Zanzibar (parte da Tanzânia)	2	2	2	9
Costa do Ouro (Gana)	16	6[c]	-	27[c]
Nigéria	50	37	41	500
Serra Leoa	2	1	-	16
Empresas de comercialização				
Rodésia do Norte (Zâmbia)	80	138	3638	4578
Niassalândia (Malaui)	48	70	68	83
Quênia	297	425	12264	18491
Tanganyika (Tanzânia)	231	462	7830	10360
Uganda	991	1373	2619	4112
Zanzibar (parte da Tanzânia)	1	2	-	[d]
Costa do Ouro (Gana)	363	376[c]	6059	7457
Nigéria	538	1105	2188	4331
Serra Leoa	133	216	138	218

– Dados não disponíveis

a. Nomes atuais dos países entre parênteses.

b. Ao final do ano.

c. 1955.

d. Menos de 1.000 libras esterlinas

[FONTE: *Cooperative information circular for the Colonial Territories*, novembro 1955, janeiro 1957, fevereiro 1958 e março 1959 (publicado pela Cooperative Union Ltd, Manchester, Grã-Bretanha).]

pios capitalistas modernos (e, eventualmente, mediante princípios socialistas) e as cooperativas administradas pelo Estado, de forma generalizada, multiplicaram-se. Novos programas, baseados na valorização, foram implementados, a estimular a transformação da agricultura e o desenvolvimento rural. Estes desígnios eram consideravelmente variáveis, quer no tocante à amplitude dos seus métodos e objetivos, ou quanto aos seus resultados: a começar pelos pequenos projetos-piloto que visavam, na realidade concreta, ecológica e agronômica da África, por à prova as condições de adaptabilidade dos equipamentos agrícolas e as novas técnicas; até os gigantescos empreendimentos, tal como a construção da grande barragem de Assouan, no Egito, que triplicou a superfície das terras aráveis, permitindo a cultura irrigada durante todo o ano e possibilitando o estabelecimento e o assentamento de 180.000 pescadores e camponeses[7].

A Tanzânia lançou a política da *ujamaa*, com o intuito de reagrupar, em comunidades, a dispersa população, a fim de tornar os serviços, agrícolas e outros, mais facilmente acessíveis aos camponeses, no quadro de uma organização coletiva[8]. Nos primórdios da independência, o modelo do moshav israelita – sistema caracterizado pela prestação de serviços centralizados nos âmbitos cultural, comercial e da assistência social a pequenas unidades produtivas individuais – inspirou, reiteradas vezes, os propósitos de valorização agrícola na África Oriental e Ocidental. Os programas implementados na Nigéria ocidental, em 1959, também e de forma sistemática, bebiam na fonte deste tipo de estrutura. Na Tanzânia, no Quênia e em Gana, os consultores israelenses ocuparam um papel essencial na adequação e finalização dos programas agrícolas[9].

Vários países adotaram projetos de mecanização para ampliar a área de cultivo e aumentar a produtividade. Na Nigéria ocidental, programas buscando facilitar o assentamento dos agricultores foram implementados com o objetivo de conter a migração em direção às cidades, dos jovens que tivessem deixado a escola[10], paralelamente, no Quênia, o programa *Million Acre* visava redistribuir unidades produtivas, pertencentes a europeus, aos trabalhadores africanos rurais sem-terra. Segundo R. Chambers, raros foram os planos de valorização a prever formas comunitárias de regimes fundiários[11]. A partir dos anos 1970, contando com o apoio do Banco Mundial e de outros organismos desenvolvimentistas,

7 *The Economist*, 25 de maio/1º de junho de 1984, p. 42.

8 J. NYERERE, 1967b.

9 L. CLIFFE e G. CUNNINGHAM, 1973.

10 D. OLATUNBOSUN, 1967.

11 R. CHAMBERS, 1969.

tais como a United States Agency for International Development (USAID) ou a Agência Canadense de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional (ACDI), inúmeros programas de desenvolvimento rural integrado, com a finalidade de combater a pobreza foram iniciados em toda a África; eles dizem respeito, especialmente, a obras de irrigação, ao desenvolvimento da criação de animais, à conservação do solo e da água, ao crédito e ao desenvolvimento da infraestrutura. O objetivo consistiu em elevar a produção agrícola, tanto em termos absolutos quanto em termos relativos[12].

A comercialização dos produtos agrícolas e os mecanismos de preço

O sistema de comercialização de produtos agrícolas e os preços propostos aos camponeses nos principais mercados, a determinarem suas rendas e, por conseguinte, embora parcialmente, o seu nível de vida, constituem as mais evidentes manifestações do caráter dual, colonial e neocolonial, da agricultura e do desenvolvimento rural no continente africano.

Desde a Grande Depressão e, com maior ênfase, após a Segunda Guerra Mundial, os governos coloniais, ao darem um novo impulso ao desenvolvimento econômico-social em suas colônias africanas e, posteriormente, com a conquista da independência política, os governos africanos *centralizadores*, por sua vez, ao conduzirem uma política de industrialização norteada pela transformação dos produtos alimentares, intervieram sistematicamente no mercado dos produtos agrícolas, quer se tratasse de culturas para a exportação ou dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, destinados ao consumo interno.

Em nome dos objetivos oficiais destas intervenções do Estado e por intermédio de serviços especializados na comercialização dos produtos, figuram a estabilização dos preços na esfera produtiva e, como decorrência, a estabilização da renda dos agricultores, por um lado, e a utilização dos excedentes em benefício das comunidades agrícolas, bem como o desenvolvimento geral dos países africanos, por outro. Na realidade, a comercialização permanece, na África, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da agricultura.

O problema da comercialização deve-se, em parte, à herança colonial: os ministérios da agricultura, as secretarias e outros órgãos de comercialização cria-

12 R. L. AYRES, 1983.

dos antes da independência, dedicavam-se, antes de tudo, a incentivar as culturas de exportação[13]. Em razão disto, na maioria dos países africanos, o maior volume de renda monetária no setor comercial da economia rural chegou ao ponto de depender das condições de oferta e de procura, no âmbito dos mercados dos países industrializados, bem como em relação aos preços oficialmente fixados e regulamentados.

Excetuando-se os efeitos das medidas oficiais de controle, os preços e a estrutura da comercialização herdada do período colonial foram influenciados por vários outros fatores: a mediocridade das infraestruturas (em numerosos países, transportes dos produtos agrícolas até o mercado faz-se, sempre, sobre a cabeça, em carrinhos de mão, piroga, em bicicleta ou nas costas de camelos) e das condições de estocagem, das técnicas de colheita, das instalações de beneficiamento e de armazenamento; o caráter limitado ou muito limitado do acesso ao crédito e ao capital; os baixos e incertos rendimentos das culturas; a insuficiência de informações sobre o mercado e os preços, em acréscimo a mediocridade dos meios de comunicação, de vulgarização e outras redes institucionais.

Grande parte das instituições e das infraestruturas herdadas da época colonial foram criadas para facilitar o comércio de exportação e importação, isto equivale a dizer, com o intuito de fazer a ligação entre os portos e as zonas de *plantations* e de culturas comerciais, permitindo assim a chegada dos bens de consumo manufaturados às regiões da sua comercialização. Em 1957, se dermos crédito a certas estimativas, um quarto de todas as exportações da África Tropical provinha de regiões situadas a menos 161 km da costa e esta proporção era muito mais elevada em relação, notoriamente, aos produtos agrícolas[14].

O quadro institucional e as infraestruturas não foram concebidos para facilitar a comercialização da produção local no mercado interno. Desta forma, não foi construída uma malha rodoviária durável, a permitir o transporte, em direção aos mercados dos centros urbanos, de gêneros alimentícios voluminosos (fraco valor por unidade de peso) produzidos em unidades produtivas distantes e dispersas. Na maioria dos países tropicais da África, não há meios de transporte e de estocagem que permitam assegurar a conservação dos gêneros alimentícios em trânsito, daí a existência de uma grande proporção de excedentes forçosamente perdida. A FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) avalia em 10% das perdas posteriores a colheita no tocante a produção de cereais, situando-as entre 30 e 50% para as frutas e legumes. A título

13 Conferir, por exemplo, S. LA-ANYANE, 1970 e 1971.

14 D. GRIGG, 1970, p. 81.

comparativo, estas perdas são da ordem de 2 e 3% nos países industrializados. Os produtos que atingem o mercado urbano têm, portanto, tendência a serem vendidos a preços relativamente caros, malgrado o controle dos preços, o que contribui para aumentar o custo de vida nas cidades[15].

Em numerosos países africanos, os problemas colocados, tanto no que diz respeito aos produtores quanto no tangente ao consumidor, pela instabilidade dos mercados e pela flutuação dos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, existem a despeito e, inclusive, em virtude da severidade do controle exercido pelos poderes públicos sobre o comércio dos produtos alimentícios, medida considerada capaz de *estabilizar* e uniformizar os preços. Preços baixos ao nível da produção, obtidos através da intervenção governamental, e as incertezas características destes preços, obrigam com frequência os camponeses a produzir, prioritariamente, para garantir as suas necessidades; esta situação contribui para deslocar os jovens, os quais deixam a escola da agricultura, com maior ênfase na África Ocidental, fenômeno este que não faz senão aumentar a escassez de mão de obra neste setor.

De mais e mais, o pequeno produtor africano trabalha, simultaneamente, para a *exportação*, para o mercado interno (mercados periféricos, cidades mineiras e mercados urbanos) e para suprir as suas próprias necessidades, cabendo a esta última produção constituir o elemento dominante em numerosos países do continente. Assim, explicar-se-iam, em parte, as modificações a intervir no volume da oferta interna de produtos alimentares.

Departamentos de comercialização, cooperativas e controle dos preços

Desde os anos 30, três grandes meios foram empregados para resolver a quase totalidade dos problemas de comercialização que se apresentaram na África: secretarias, órgãos especializados, bem como cooperativas de comercialização e controle de preços. Na África Oriental, Central, do Sul e do Norte, onde os colonos europeus ocupavam uma posição preponderante na agricultura, a produção e a comercialização dos produtos agrícolas de grande valor processavam-se mediante um sistema de monopólios legais ou quase legais que excluíam os africanos. No Quênia, por exemplo, a quase cooperativa em que consistia a

15 FAO, 1977.

Kenya Farmers Association comprava e vendia os cereais, distribuía as sementes e, finalmente chegou a deter o monopólio sobre o setor farináceo, ao passo que a Kenya Cooperative Creameries controlava o lucrativo mercado interno dos produtos lácteos e do *bacon*, graças a um sistema de tarifas protetoras associado a uma legislação que fixava os preços, nos anos do pré e do pós-guerra. Na Argélia, através da aplicação de um decreto de 1947 pelo governo francês, a maior parte da produção agrícola dos colonos, altamente lucrativa (vinhos, cereais, legumes, frutas, tabaco, algodão, figos, azeitonas, beterraba açucareira) era comercializada por intermédio de 449 cooperativas, especialmente o Ofício Argelino Interprofissional dos Cereais (OAIC) e a Cooperativa de Compra dos Fabricantes Argelinos (CAFA), as quais gozavam de forte subvenção por parte dos colonos, do governo metropolitano e dos organismos de crédito, tais como a Caixa Argelina de Crédito Agrícola Mutual (CACAM)[16]. No restante da África colonial, antes da Segunda Guerra Mundial, o comércio de exportação dos produtos agrícolas estava sob o domínio de empresas europeias que, na África Ocidental, empregavam africanos como intermediários – em certas regiões, este papel cabia igualmente a libaneses e sírios e, na África Oriental, a asiáticos – para comprar os produtos junto aos cultivadores e assegurar o seu transporte até as redes de comercialização e os entrepostos de propriedade destas companhias na África britânica, dentre estas últimas a mais importante era a United Africa Group.

Em países como Uganda, Costa-do-Ouro (atual Gana) e Nigéria, nos quais a pequena unidade produtiva africana encontrava-se na base do desenvolvimento, existiam empresas cooperativas africanas as quais se ocupavam, essencialmente, da exportação das culturas para fim comercial mas, tanto antes quanto após a guerra, elas não representavam, geralmente e em termos percentuais, senão uma pequena parte da produção total. Por exemplo, em 1939-1940, havia na Costa-do-Ouro, à época o principal produtor mundial de cacau, 395 cooperativas reagrupando, em seu conjunto, 10.282 associados. Estas associações comercializaram, naquele ano, 3.971 toneladas de cacau, equivalentes a 2,2% da colheita total do país, o restante, ou seja, cerca de 98% permaneceram a cargo de 13 empresas estrangeiras. Em 1952-1953, a porção relativa às cooperativas aumentara mas, não representava nada além de 19,2% da produção total (para maiores detalhes, conferir as tabelas 12.2 e 12.3). Ao fim do regime colonial, a comercialização de uma proporção muito acentuada de todas as principais exportações agrícolas dos territórios britânicos na África, aqui compreendidas

16 Conferir T. L. BLAIR, 1970.

TABELA 12.2 EVOLUÇÃO DAS EMPRESAS COOPERATIVAS DA COSTA DO OURO

Ano	Número de empresas	Número total de membros	Toneladas de cacau comercializadas	Cacau das cooperativas, em porcentagem proporcional à colheita total da Costa do Ouro
1939-40	395	10282	3971	2,2
1940-1	285	6539	6736	2,8
1941-2	265	6375	9924	4,0
1942-3	253	6149	9446	4,6
1943-4[a]	254	6439	12420	6,3
1944-5[b]	150	6102	16765	7,3
1945-6	97	6712	14604	7,0
1946-7[c]	106	7948	14451	7,5
1947-8	134	11919	21942	10,6
1948-9	160	13133	27720	10,1
1949-50	179	14612	29468	11,6
1950-1	199	16355	31617	12,1
1951-2	225	18398	28818	13,7
1952-3	291	26287	47423	19,2

a. Department of Co-operation, criado em 1944.
b. Gold Coast Co-operative Federation, criado em novembro 1944.
c. Gold Coast Co-operative Bank Ltd., fundado em 1946.

[Fonte: J. C. De Graft-Johnson, 1958, p. 78.]

TABELA 12.3 EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CACAU DA NIGÉRIA

Ano	Número de empresas	Número total de membros	Toneladas de cacau comercializadas	Cacau das cooperativas, em porcentagem proporcional à colheita total da Nigéria
1939-40	138	9346	5915	5,24
1946-7	242	18594	13253	11,95
1947-8	283	20585	11090	14,68
1948-9	276	19404	12918	11,96
1949-50	309	21299	9697	9,65
1950-1	319	19529	10908	9,01

[Fonte: J. C. De Graft-Johnson, 1958, p. 95.]

praticamente todas as exportações realizadas por africanos, era efetuada por órgãos do Estado detentores do monopólio sobre as exportações, a saber, os departamentos de comercialização, os quais regulamentavam todas as operações de compra e venda. A situação era análoga na maior parte da África de língua francesa[17].

Os departamentos de comercialização acumularam importantes ganhos, em virtude de uma forte demanda mundial e das altas cotações dos produtos de base, especialmente ao fim dos anos 1940 e nos anos do decênio iniciado em 1950. Entre 1940 e 1962, os excedentes dos departamentos de comercialização e a cobrança de fortes taxas de importação provocaram, junto aos produtores, uma perda correspondente a, ao menos, 700 milhões de libras esterlinas. Estas obrigações que se abatiam, essencialmente, sobre os pequenos produtores, representavam, em média, entre a terça parte e a metade do valor comercial da produção. Os departamentos de comercialização na África colonial e pós-colonial taxaram pesadamente as culturas com fim comercial, atitude esta que "freou a expansão destas culturas, a acumulação do capital privado e o desenvolvimento de uma massa camponesa próspera e de uma classe média independente[18]". Uma vez que os excedentes na balança comercial, em Uganda e na África Ocidental, estavam depositados em libras esterlinas, durante o período colonial, operava-se, em razão disso e na realidade, uma transferência forçada de recursos das colônias para a metrópole. Após a independência, as consideráveis somas que afluíram ao tesouro dos Estados africanos e aos órgãos deles dependentes, em razão do monopólio de Estado sobre as exportações, favoreceram a generalização da corrupção, junto à classe política e ao funcionalismo público, em razão destas somas prestarem-se a promover um desenvolvimento nacional que privilegiava o setor urbano e porque o seu controle tornou-se um dos grandes desafios na luta pelo poder, como ilustra claramente o exemplo da África Ocidental[19].

Em suplemento à sua intervenção no âmbito da comercialização das culturas voltadas para a exportação, os governos africanos intervieram diretamente no comércio dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, provocando, na África independente, profundas repercussões na esfera das vendas dos gêneros exportáveis e dos produtos alimentícios. Em certo número de países (Gana, Zâmbia, os países do Sael, a Tanzânia e o Quênia, por exemplo), o papel desem-

17 Para uma análise detalhada do funcionamento nos departamentos e organismos de comercialização, conferir R. DUMONT, 1966; R. H. BATES, 1981; P. T. BAUER, 1981.

18 P. T. BAUER, 1981, p. 180.

19 Conferir, por exemplo, V. LE VINE, 1975.

penhado pelo Estado na comercialização dos gêneros alimentícios, em muito reforçou-se. Em decorrência, entre 1971 e 1976, o governo da Tanzânia, por intermédio dos seus departamentos de comercialização, postos em posição monopsônica, oferecia aos camponeses, no tocante aos principais cereais, preços de compra equivalentes e variáveis entre um quinto e a metade das cotações praticadas no mercado mundial[20]. Estas agências governamentais de comercialização, a operar legalmente, compram os produtos agrícolas a preços oficialmente fixados, segundo índices inferiores aos preços de mercado, escoando-os nas cidades graças a pontos de venda em cujos preços são controlados. Em muitos países da África, a numerosos produtos agrícolas se lhes foi imposto um controle oficial de preços.

Para manter em níveis aceitáveis os preços de varejo dos produtos alimentícios nos mercados urbanos, os organismos de comercialização são levados a importar estes produtos, o que equivale a suscitarem uma concorrência com os produtores locais, neste mesmo mercado citadino, e, por conseguinte, a diminuírem os preços pagos aos agricultores, política tendencialmente agravante da pobreza em meio à população rural. As importações são subsidiadas através de taxas de câmbio sobreavaliadas as quais abaixam os preços aparentes dos gêneros importados, especial e especificamente, logo que os preços internos atingem patamares superiores às cotações vigentes no mercado mundial. Em virtude da subvenção estatal tangente aos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, as importações destes produtos passaram a representar, em curva ascendente e após 1970, um papel essencial no que diz respeito à balança de pagamentos, em múltiplos países africanos. Os militantes e organizados trabalhadores urbanos – ao terem demonstrado a sua capacidade em derrubar governos africanos, por meio de manifestações e levantes, desencadeados contra os preços demasiado elevados dos gêneros alimentícios e em oposição ao custo de vida em geral – justificaram, por parte dos governos, uma atitude cujo interesse maior era manter estes preços tão reduzidos quanto possível, malgrado os efeitos negativos do controle oficial sobre os preços e embora se tenha revelado oneroso, além de pouco eficaz em seu conjunto, o enquadramento empreendido no que tange às operações de compra, venda e distribuição[21]. As políticas oficiais aplicadas em matéria de preços alimentícios tiveram, especialmente, como resultado: primeiramente, uma queda na produção interna nos gêneros alimentícios; bem como, em segundo lugar,

20 R. H. BATES, pp. 39 e 85.

21 Conferir M. OWUSU, 1972.

o aumento e a expansão do comércio ilícito e do contrabando, a permitir aos produtores escaparem ou burlarem o monopólio estatal, no que se refere à comercialização, além de tentarem acrescer os seus benefícios, embora o Estado tenha fortemente subvencionado os fatores da produção – insumos, sementes, equipamentos e implementos agrícolas – e os créditos disponíveis aos agricultores. O contrabando — referente aos produtos da agricultura de subsistência, e às culturas voltadas para a exportação (em respeito às quais, os preços também são fixados pelos departamentos de comercialização), destinadas a países vizinhos, onde são vendidas a preços mais atraentes — todo este comércio ilegal é tamanho que, em certos países, a polícia de fronteira e as patrulhas armadas de guardas-fronteiriços não podem a ele se opor e tampouco dele reduzir as proporções. Citemos o exemplo do cacau, da noz-de-cola e dos gêneros alimentícios que, regularmente são subtraídos de Gana com destino à Costa do Marfim e ao Togo, bem como o caso dos produtos de subsistência ou aqueles destinados à venda cujo contrabando subsiste de forma permanente entre a Guiné e Serra Leoa, a Nigéria e o Benin, ou ainda a Tanzânia, a Zâmbia e o Quênia.

Em suplemento, a comercialização da quase totalidade dos produtos agrícolas impõe invariavelmente sérios problemas na maioria dos países da África. Embora, em seu conjunto, as culturas de exportação ou aquelas voltadas para o comércio, desde que solidamente estabelecidas, sejam comercializadas mais eficazmente ao serem remetidas aos departamentos especializados, como os gêneros alimentícios, as duas categorias de produto enfrentam os mesmos problemas. Trata-se, especialmente, como observamos, de problemas ligados à própria estrutura da produção – por exemplo, a dispersão espacial das unidades produtivas e de beneficiamento que dificulta o seu acesso – e problemas técnicos, impostos pela comercialização – condições materiais de estocagem, transporte e informação – os quais transformam o comércio de produtos agrícolas em uma atividade, simultaneamente, muito onerosa e de alto risco. A comercialização dos produtos alimentares apresenta, contudo, problemas específicos. Primeiramente, ela caracteriza-se pela presença de grande número de compradores e vendedores, unidos entre si por uma multidão de intermediários, atuantes todos em um sistema muito complexo de distribuição e arbitragem. Sem mencionar os produtores que, muito amiúde, vendem diretamente aos consumidores em suas propriedades ou ao longo das estradas. Ao menos seis categorias de distribuidores foram identificadas na África: os intermediários atuantes junto aos produtores, os agentes sem mandato, os agentes com mandato, os agentes das cooperativas, os atacadistas e os vare-

jistas. Todos, em diversos níveis, efetuam operações comerciais, quer seja na qualidade de empreendedores individuais ou organizados de forma associativa[22]. Se os atacadistas tendem, por sua vez, a operar como oligopolistas em suas relações com os varejistas e consumidores, os varejistas, quanto a eles, estão geralmente inseridos em uma estrutura altamente concorrencial. Portanto e em larga medida, os preços tendem a ser determinados pelo mercado, malgrado as suas frequentes flutuações, possivelmente ocasionadas pelo custo do transporte, pelas fortes perdas devidas a precárias condições de estocagem, pelo elevado grau de risco e pela negociação[23]. Na África, imperioso faz-se notar que o maior volume da produção alimentar comercializada seja distribuído em circuitos "não oficiais". Os difíceis e cruciais problemas que impõem a distribuição dos gêneros alimentícios produzidos localmente e as tendências inflacionárias a caracterizarem o mercado interno urbano dos produtos alimentícios, em numerosos Estados africanos, resultam, eles próprios, da dicotomia e do subdesenvolvimento das economias herdadas do período colonial, nas quais predominam as atividades de subsistência e as atividades extramercado e periféricas[24].

A produção agrícola frente às questões ecológicas e sociais, 1960-1980

Essencialmente, as questões e os obstáculos ecológicos (referentes ao meio físico) que justificam, em larga medida, os medíocres resultados alcançados pela agricultura africana e o agravamento da pobreza observado nos anos 1960 e 1980, são os seguintes: secas cíclicas (por exemplo, a seca do Sael, de 1968 a 1974), progressão da desertificação, degradação dos solos e desmatamento florestal. Alguns destes flagelos são consequências diretas de políticas coloniais inconsequentes nos domínios econômico e fundiário. Outras calamidades – miséria, más condições de saúde, doenças, desnutrição, analfabetismo e subemprego da população agrícola – constituem traços característicos das economias subdesenvolvidas. Por outro lado, múltiplos obstáculos sociais pesaram sobre a produção agrícola: a migração maciça da mão de obra masculina adulta que abandona as zonas rurais para o trabalho nas cidades, nas indústrias

22 Q. B. O. ANTHONIO, 1973, pp. 251-252.

23 V. C. UCHENDU, 1967.

24 Sobre as economias e mercados africanos conferir R. H. BATES, 1981; J. HEYER e colaboradores (org.), 1981; P. BOHANNAN e G. DALTON, 1965, pp. 1-32.

e no setor de serviços, constituindo um aspecto demográfico determinando o caráter incerto e as flutuações na oferta de mão de obra agrícola; um sistema educativo a encorajar os jovens na busca por empregos não agrícolas; valores, crenças e hábitos culturais tradicionalistas; os costumes, no tocante à utilização das terras e ao regime fundiário, a rapidez do crescimento demográfico e a demanda por terras resultante destes últimos fatores; os distúrbios internos e a instabilidade econômica. Assim, durante os anos de 1970, o número de refugiados, em sua maioria compostos de agricultores e pastores, em fuga para além das fronteiras das guerras de libertação, golpes de Estado ou guerras civis, passou de 750.000 para mais de 5 milhões, ou seja cerca da metade dos refugiados de todo o mundo[25].

Entre 1970 e 1980, a população da África Tropical aumentou em 63%, alcançando um total de 344 milhões de habitantes. Ao longo dos anos 1970, a taxa média de crescimento demográfico correspondia a 2,7% ao ano para o conjunto da África. Este crescimento afetou, com maior ênfase, as zonas rurais, o que explica um esgotamento dos solos em algumas regiões do Quênia, da Etiópia, de Ruanda, da Tanzânia e do Egito. Em razão dos limites impostos a este estudo, nós não podemos aqui analisar senão alguns dos obstáculos ecológicos e sociais.

Se compararmos, no período 1960-1980, a produção agrícola em relação à população, em 35 países africanos situados nas diversas zonas ecológicas e climáticas, o quadro obtido apresentará muitos contrastes: um punhado de países, tais como a Suazilândia (renda média), a Costa do Marfim (renda média), Camarões (rendia média), Burundi (renda baixa), Ruanda (renda baixa) e o Malaui (renda baixa), aumentaram consideravelmente tanto a sua produção agrícola total quanto a sua agropecuária de subsistência, em proporção à sua população. Alguns dentre estes países, tais como Botsuana (renda média) ou Sudão (renda baixa) alcançaram um aumento em sua produção mais rápido e maior, comparativamente ao que cresceram as suas populações. Quanto à grande maioria dos países africanos tropicais, especialmente Gana (renda média), a Nigéria (renda média), o Congo (renda média), o Tchad (renda baixa) e a Tanzânia (renda baixa), estes viram a sua produção agrícola estagnar-se ou até decrescer[26].

No referente a certos países do continente, em particular os países do Sael – Mauritânia, Mali, Tchad, Senegal, Gâmbia, Alto-Volta (atual Burkina Faso),

25 United States Committee for Refugees, 1981.

26 Para uma análise detalhada, conferir J. HINDERINK e J. J. STERKENBURG, 1983; Banco Mundial, 1982.

Níger –, a nova crise agrária, conjugada a secas imprevistas, sucessivas e interpostas em curtos intervalos, de 1968 a 1974 e em 1977-1978, explica em larga medida a queda nas taxas de crescimento da produção agropecuária, a estagnação das importações agrícolas e da penetração de vários produtos no comércio mundial, o rápido crescimento nas importações de cereais – trigo e arroz –, bem como, o aumento na ajuda alimentar e a dependência em relação a esta assistência (tabela 12.4)[27].

Obstáculos ecológicos naturais e problemas causados pelo homem

A maior parte dos solos africanos são naturalmente de pequena espessura, frágeis, pobres em matéria-orgânica e pouco férteis, exigindo procedimentos marcados pela precaução. Segundo alguns especialistas, a introdução das modernas técnicas de cultura, na época colonial e durante o período pós-colonial, teria acelerado, muito mais que retardado, sobretudo nas regiões tropicais úmidas, a destruição do ecossistema e a desertificação[28]; é amplamente reconhecido que o clima africano está em vias de tornar-se de mais e mais variável, o que reduz o leque de possibilidades de cultura e de criação de animais, contribui para a brutal deterioração dos ecossistemas, sobretudo nos cinturões áridos e semiáridos, e torna extremamente difícil a planificação de longo prazo da produtividade agropecuária. Estima-se que aproximadamente 55% do território africano estejam ameaçados pela progressão do deserto (conferir mapa 12.2) e que 45% deste território esteja exposto a terríveis secas[29]. Desta forma, é possível que, acima da metade do continente e por volta de ¼ da sua população, com maior ênfase nas zonas rurais, estejam ameaçados[30]. Aproximadamente 10 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo um total de 21 países, são impróprios para a criação de animais, porque infestados pela mosca tsé-tsé (conferir mapa 12.4)[31]. As consequências negativas desta situação no tangente à produção agropecuária são evidentes.

27 Conferir Banco Mundial, 1983, pp. 46-50 e a tabela 6.

28 J. OMO-FADAKA, 1978, P. 48.

29 S. GALAl, 1977; FAO, 1977.

30 PNUE, 1981.

31 C. AYARI, 1983.

TABELA 12.4 PARTICIPAÇÃO DO TRIGO E DOS PRODUTOS ALIMENTARES NAS IMPORTAÇÕES DE ALGUNS PAÍSES DA ÁFRICA DO OESTE, 1968-1978

País	Ano	Porcentagem de produtos alimentares no total das importações de produtos primários	Porcentagem de trigo no total das importações de produtos alimentares
Nigéria	1968	7,4	24,1
	1969	8,3	41,2
	1970	7,6	26,6
	1971	8,1	23,5
	1972	9,6	23,5
	1973	10,3	29,5
	1974	8,9	32,8
	1975	8,0	18,4
	1976	8,5	22,1
	1977	10,5	12,9
Serra Leoa	1968	17,5	10,3
	1969	16,4	12,0
	1970	21,5	12,5
	1971	19,2	13,4
	1972	17,5	14,8
	1973	24,0	18,0
	1974	22,3	13,5
Senegal	1968	34,8	9,0
	1969	31,6	11,9
	1970	26,1	16,9
	1971	29,2	14,5
	1972	25,7	11,8
	1973	34,1	11,0
	1974	26,7	8,5
	1975	22,0	16,8
Mali	1968	18,0	18,0
	1969	14,2	14,2
	1970	26,9	26,9
	1971	25,6	25,6
	1972	20,2	20,2
	1973	-	-

	1974	54,3	54,3
	1975	19,4	19,4
	1976	16,4	16,4
Alto Volta	1968	18,7	18,7
	1969	16,9	16,9
	1970	17,3	17,3
	1971	17,6	17,6
	1972	19,1	19,1
	1973	22,4	22,4
	1974	31,0	31,0
	1975	17,4	17,4
Níger	1968	8,4	15,9
	1969	9,4	10,4
	1970	10,6	25,6
	1971	9,6	15,7
	1972	12,6	7,1
	1973	15,6	9,6
	1974	17,9	5,2
	1975	9,3	7,6
	1976	6,4	6,2
Chade	1968	10,3	39,4
	1969	16,3	14,2
	1970	15,7	10,9
	1971	15,6	15,2
	1972	20,9	12,5
	1973	24,7	15,3
	1974	20,7	15,5
Costa do Marfim	1968	12,5	14,5
	1969	11,7	11,4
	1970	12,6	15,5
	1971	12,4	5,6
	1972	14,1	10,7
	1973	17,5	10,5
	1974	14,8	6,4
	1975	12,0	8,8

	1976	10,8	14,3
	1977	11,7	12,3
	1978	11,3	11,3

[Fonte: D. E. Vermeer, 1983, pp. 74-83; utizado com a autorização da Helen Dwight Reid Educational Foundation; publicado por Heldref Publications, 4000 Albermale St, N.W., Washington, D. C. 20016.]

TABELA 12.5 UTILIZAÇÃO DO SOLO NA ÁFRICA DO NORTE

País	Área cultivada, incluindo as terras temporariamente improdutivas (em milhares de hectares)			
	Total	**Cultivos pluviais**	**Cultivos irrigados**	**Porcentagem das terras com cultivos pluviais em proporção à área total**
Argélia	7000	6750	250	96,40
Egito	2650	10	2640	0,03
Líbia	5650	2395	125	95,00
Marrocos	7040	6590	450	93,60
Mauritânia	263	260	3	98,90
Somália	960	800	160	83,30
Sudão	7800	6240	1560	80,00
Tunísia	3500	3360	140	96,00

[Fonte: A. Arar, 1980, p. 13.]

A maioria dos trabalhadores rurais africanos, exceção feita daqueles empregados no âmbito das propriedades europeias e das grandes e modernas unidades produtivas pertencentes a empresas ou ao Estado, pratica culturas pluviais. Na África do Norte, a agricultura irrigada somente predomina no Egito (tabela 12.5). Em geral, as condições ambientais próprias ao continente não são em nada favoráveis ao desenvolvimento da irrigação, em virtude da insuficiência de recursos hídricos e de terras férteis, mas também em razão da sua muito elevada salinidade. Somente um terço do continente tem um índice pluvial superior a 100 milímetros de chuva por ano. Ao norte do Saara, 90% das precipitações têm lugar entre outubro e maio, ao sul do Saara, as chuvas estão concentradas nos meses de verão. Aproximadamente um terço do continente apresenta índices pluviométricos inferiores a 25 milímetros de chuva por ano. As regiões de maior incidência pluvial representam cerca de 25% da África Tropical. Chuvas

FIGURA 12.2 O risco de desertificação na África, segundo a Conferência das Nações Unidas sobre a Desertificação, 1977. (Fonte: Segundo a ONU, 1981, vol. II, p. 7.)

FIGURA 12.3 A seca na Argélia, em 1947: carneiros diante de um bebedouro vazio. (Foto: Gaumont Cinémathèque, Paris.)

aleatórias e mal repartidas durante o ano, temperaturas elevadas e uma forte evaporação, compõem um conjunto de fatores conjugados, a limitarem, de forma estrita, os tipos de culturas e criações, eventualmente passíveis de exploração. Na África oriental, por exemplo, estima-se que um índice pluviométrico correspondente a 760 milímetros seja o mínimo, anualmente necessário, para assegurar uma boa colheita de cereais. Nesta mesma região acredita-se que um agricultor possa suportar uma má colheita em intervalos de 3 anos[32].

Na Argélia, onde os rebanhos são muito numerosos, o volume de animais caiu, em 1945, de 8 milhões para 2 milhões de cabeças, após alguns anos de seca[33]. Estimava-se que, no mês de dezembro de 1972, em plena seca ocorrida entre 1968-1974, a Mauritânia tenha perdido cerca de 1,6 milhões de cabeças, o equivalente a 80% dos rebanhos. As exportações de gado e de produtos da pecuária (carnes e peles) representam por volta da metade das receitas de exportação de alguns países no Sael, elas sofreram naturalmente as consequências das inóspitas

32 D. GRIGG, 1970.

33 J. OMO-FADAKA, 1978.

condições climáticas. Em certas regiões do Sael os efetivos do rebanho reduziram-se em até 90%[34]. O Sael abrigava, no início dos anos 1960, segundo estimativas, aproximadamente 1 milhão de pastores, 12 milhões de bovinos, 25 milhões de ovinos e caprinos e 1 milhão de camelos. A seca dizimou estes rebanhos e forçou milhares de nômades e camponeses, com os quais eles viviam em simbiose, desde logo privados de qualquer recurso econômico, a evadirem-se rumo aos centros urbanos onde vieram a aumentar as fileiras de pobres e desempregados.

Falta acrescentar que a generalização da criação sedentária de animais, parcialmente encorajada pelo desenvolvimento das culturas comerciais, destinadas à exportação, acentuou a concorrência entre pastores e criadores sedentários, os quais sempre haviam disputado a terra e a água, situação a resultar na maior circunscrição dos pastores e de seus rebanhos em regiões cada vez mais restritas do Sael. Outrora, os procedimentos tradicionais ofereciam às populações a possibilidade, indispensável à sua sobrevivência, de movimentarem-se ou venderem os animais excedentes em função dos efeitos dos índices pluviométricos. A tendência ao desaparecimento desta possibilidade produziu uma regressão da atividade pastoril. Entre 1960 e 1980, a construção em terras pastoris, por diversos órgãos nacionais e internacionais, de um crescente número de poços artesianos e reservatórios provocou, por outro lado e especialmente na África Ocidental, uma intensificação no espaço da atividade pastoril, engendrando o esgotamento dos solos e a sua erosão.

Roedores, aves (especialmente o *keleo-kelea*), insetos (em particular os gafanhotos), e doenças provocadas por agentes criptógamos afetam tanto as plantações quanto a criação de animais. Sob os trópicos úmidos e fortemente chuvosos, a presença da mosca tsé-tsé interditou a criação de gado e o desenvolvimento da agricultura mista (conferir figura 12.4). A extensão dos danos causados às culturas e aos rebanhos depende do inseto e da doença que se abatem em dada região mas, como vimos, estes danos são, via de regra, importantes.

Além dos regimes alimentares mal equilibrados e da fome, faz-se mister mencionar as doenças bacterianas e parasitárias (a Organização Mundial da Saúde identificou doze principais), dentre as quais a malária, a gripe e a disenteria, com inegáveis efeitos debilitantes sobre as condições humanas e na produtividade econômica[35].

---

34 N. TWOSE, 1984.

35 Para um exame crítico inteligente dos obstáculos ecológicos pertinentes à agricultura africana, conferir P. RICHARDS, 1983.

Problemas sociais e seus efeitos sobre a produção

Em meio aos principais obstáculos que desestabilizam a produção agrícola no continente, encontram-se os métodos produtivos dos camponeses africanos. Na África do Norte, a prática tradicional das culturas secas, associadas a um intenso labor – empregando frequentemente a charrua a disco, o recurso sistemático à alternância, a qual se faz presente ocupando de 40 a 50% das terras aráveis durante um período médio de 15 a 18 meses – tende a provocar a degradação na composição dos solos e maus rendimentos. Em grande parte do continente, a divisão e a pequena dimensão das propriedades (a média estimada raramente ultrapassa 10 hectares e, em muitas regiões, a norma é inferior a 2 hectares), conjugadas às particularidades do regime fundiário, tornaram quase impossível a aplicação, *lá onde eles seriam úteis*, de métodos aperfeiçoados que permitiriam aumentar a produtividade.

A propriedade comunitária ou familiar, tanto da terra quanto dos animais, entrava o melhoramento dos métodos de gestão dos rebanhos e das terras[36]. Ela impede, por exemplo, a seleção das espécies e torna assaz difícil a luta contra as doenças. A atitude dos africanos frente aos rebanhos é muito amiúde citada como um vetor da baixa produtividade. Numerosas comunidades continuam a atribuir maior valor à quantidade, comparativamente à qualidade das criações. Um vasto rebanho eleva o *status* social, confere prestígio e fortuna, permitindo pagar o preço da esposa.

Em boa parte do continente e, especialmente na África Ocidental, o domínio da troca comercial sobre a agropecuária modificou, ou fez desaparecer, o regime fundiário puramente comunitário. Apesar destas vantagens, a forma dominante de agricultura na África Tropical – culturas itinerantes e a plantação de arbustos em sistema de rotatividade – perde a sua eficácia, particularmente nas regiões onde a densidade populacional ultrapassa a proporção de 60 habitantes por quilometro quadrado de terra utilizável[37]. Neste nível crítico é difícil conservar toda a fertilidade do solo porque os períodos de alternância são reduzidos, diminuindo a possibilidade de aumento da produtividade. A redução das alternâncias acrescida à intensificação da exploração da terra está em vias de conduzir a um rápido esgotamento dos solos e a rendimentos de mais em mais fracos em muitas regiões da África.

---

36 G. KAY, 1965.

37 D. GRIGG, 1970.
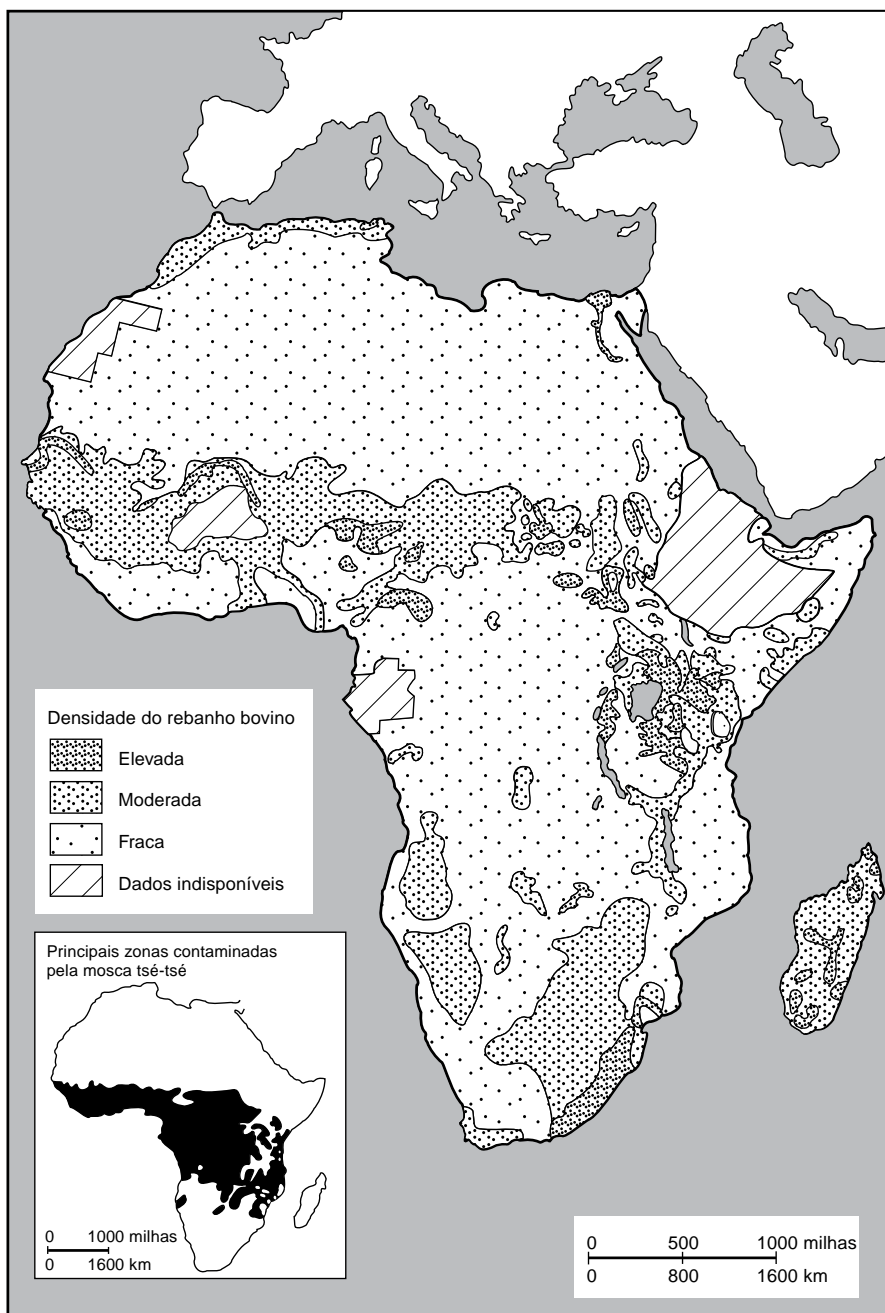
FIGURA 12.4 Repartição do plantel bovino na África. Mapa secundário: principais zonas contaminadas pela mosca tse-tsé. (Fonte: segundo R. S. Harrison-Church e colaboradores, 1971, p. 91.)

Ademais, lá onde a terra é propriedade comunitária e não pode ser cedida senão pelo chefe local, situação habitual em diversas partes da África Tropical, a aquisição de um terreno pode se tornar difícil para aqueles não pertencentes a uma boa descendência. Esta condição basta para impedir a exploração de uma terra ociosa ou desabitada, quando o potencial empreendedor é um "estrangeiro" ou quando ele vem do exterior.

Em todo o continente africano, como demonstram os dados antropológicos, as crenças e as práticas religiosas constituem, eventualmente, obstáculos a um crescimento sustentado da produtividade agropecuária. Em numerosas regiões da África Ocidental, por exemplo, o trabalho agropecuário e, também a pesca, são proibidos durante alguns dias determinados, em deferência aos espíritos[38].

A atitude negativa da comunidade não agropecuária diante da agropecuária explica, em grande parte, o pequeno progresso do conjunto desta atividade no continente. Na maioria dos países africanos, a agropecuária, como atividade econômica, e os agricultores não são em nada respeitados pelo restante da sociedade, essencialmente porque a educação desde a época colonial, colocou e, ainda coloca ênfase, nas disciplinas de tipo clássico, além do privilégio conferido pelo sistema de remuneração ao trabalho urbano. Nas regiões da África, em sua maioria, os camponeses encorajam as suas crianças que frequentaram a escola a desviarem a sua rota profissional dos ofícios agropecuários[39]. Em consequência, aqueles que tivessem melhor desempenhado e executado mais serviços no setor agrícola, contribuindo em função disto para a elevação da qualidade de vida nas regiões rurais, estes indivíduos não seriam mais atraídos pelas atividades agropecuárias. A Tanzânia é um dos raros países do continente a ter realizado esforços relevantes no sentido de integrar formação escolar e atividade agropecuária nas regiões rurais[40].

Uma estreita relação instaura-se entre educação e desenvolvimento agropecuário, especialmente, quando e na proporção da dedicação dos serviços de vulgarização deste setor à familiarização dos camponeses com novas técnicas e métodos[41]. Todavia, em numerosas regiões da África Tropical, os velhos agricultores analfabetos estão muito frequentemente convencidos da superioridade dos seus métodos tradicionais de cultura e estimam conhecer muito mais a agricultura que os jovens funcionários diplomados nos serviços agronômicos ou que os

38 Para exemplos, conferir J. C. DE WILDE, 1967, vol. II.

39 Conferir, por exemplo, N. O. ADDO, 1974.

40 J. K. NYERERE, 1968*c*.

41 D. GRIGG, 1970, p. 152.

agentes públicos de vulgarização agrícola; os seus conhecimentos profissionais e as suas práticas não são, contudo, em menor grau desdenhadas pelos agentes dos órgãos concessores e dos serviços oficiais de vulgarização. Ora, eles foram, apesar de tudo e em muitas ocasiões, reforçados em suas opiniões, em razão dos catastróficos resultados aos quais desembocaram, *in loco*, as recomendações dos agentes de vulgarização agropecuária[42].

Todavia, os cultivadores africanos, embora muito amiúde analfabetos, arcaicos e impregnados por suas tradições, acolheram e aplicaram voluntariamente, em seu conjunto, as inovações que lhes pareciam racionais. Assim, desde o pós-guerra, eles aceitaram novos métodos produtivos, novas culturas (aperfeiçoadas) e modernos vetores produtivos, novas técnicas de colheita e estocagem, bem como novos sistemas de comercialização. Mas, estas mudanças, em sua maioria, ao invés de melhorarem a vida dos camponeses, antes e sobretudo, contribuíram para aumentar a pobreza rural. Eis o que leva a supor que dois dentre os maiores obstáculos a pesar, mais fortemente, sobre a produtividade agropecuária na África, sejam a desigualdade socioeconômica rural e a exploração dos camponeses.

A agricultura e as disparidades de classe na África pós-colonial

Sejam quais forem a exata natureza e a dinâmica das "classes sociais" na África rural, em seu período pós-colonial[43], questão a merecer um sistemático estudo, a amplitude relativa da prosperidade e da pobreza, em meio aos camponeses e no seio das comunidades rurais, sempre variou muito de um país a outro e de uma região a outra (por exemplo, se compararmos a África do Norte com a África Tropical ou com a África do Sul, do *apartheid*).

As origens da acumulação e das desigualdades rurais

É o contexto político da agropecuária que explica o desenvolvimento da desigualdade e das disparidades entre as classes rurais na África[44]. Os apoios políticos

42 Para uma análise crítica dos problemas levantados pela inovação nas práticas agrícolas, conferir S. LA-ANYANE, 1970 E 1971; J. HEYER e colaboradores (org.), 1981; P. RICHARDS, 1983.

43 Conferir, por exemplo, P. C. LLOYD, 1974; A. MANGHEZI, 1976; G. KITCHING, 1980; R. STAVENHAGEN, 1975; P. WATERMAN, 1983; L. CLIFFE, 1976.

44 J. BARKER, 1984; G. DHARAM e S. RADWAN, 1983.
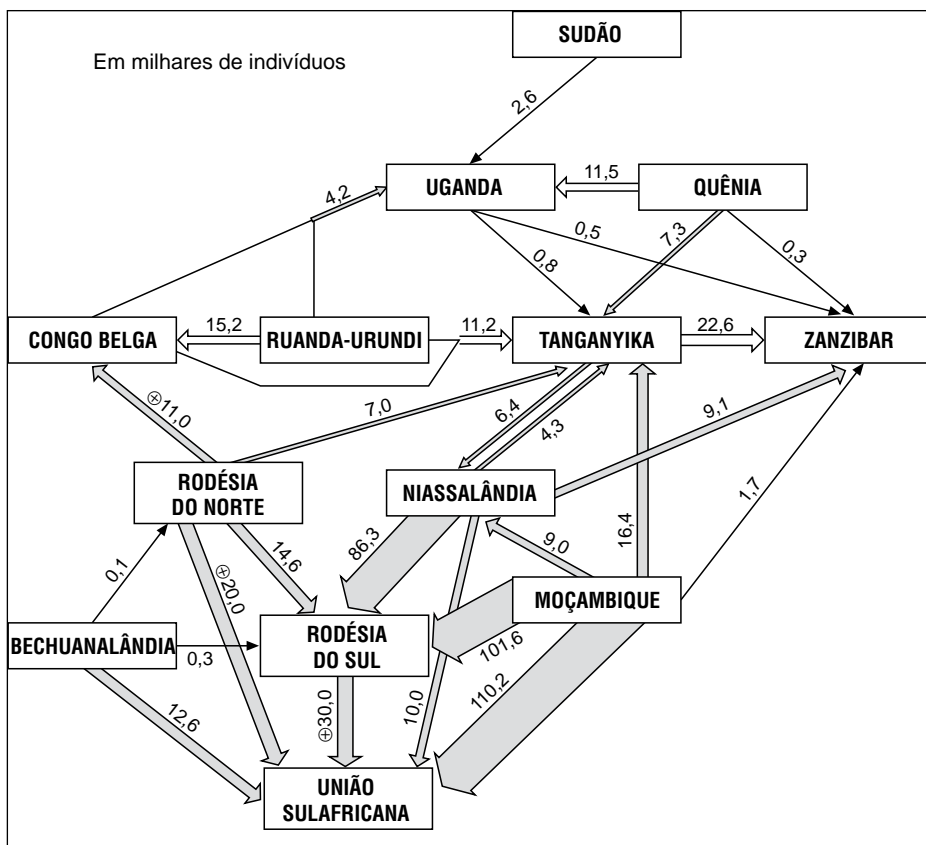
FIGURA 12.5 Composição dos fluxos migratórios internacionais da mão de obra africana. (Fonte: G. H. T. Kimble, 1960, p. 584.)

e a intervenção do Estado na política de preços e comercialização, estes fatores geram: ou um benefício, e consequentemente um enriquecimento, da grande exploração capitalista, tal como no Quênia e na África Austral, ou a exploração dos pequenos produtores e a baixa em seus rendimentos[45]. As multinacionais do setor agroindustrial, as instituições internacionais (como o Banco Mundial) e os departamentos governamentais ditam – muito amiúde e em detrimento da imensa maioria de pequenos camponeses – as condições e as modalidades passíveis de aplicação, pelos pequenos produtores, no tocante às culturas industriais

45 C. LEYS, 1975; M. MORRIS, 1976.

TABELA 12.6 DIVISÃO DE TAREFAS ENTRE HOMENS E MULHERES NAS ZONAS RURAIS DA ÁFRICA

Atividade	Porcentagem do trabalho total (em horas)	
	Homens	Mulheres
Derrubar árvores, desmatar	95	5
Arar a terra	70	30
Semear e plantar	50	50
Revolver e escavar	30	70
Ceifar	40	60
Juntar as colheitas	20	80
Estocar as colheitas	20	80
Transformar os gêneros alimentícios	10	90
Vender os excedentes no mercado (incluindo o transporte até o mercado)	40	60
Podar as árvores de subsistência	90	10
Transportar a água e o combustível	10	90
Tratar dos animais domésticos e limpar os estábulos	50	50
Caçar	90	10
Alimentar e tratar das crianças, dos homens e dos idosos	5	95

*Com ou sem a ajuda das crianças.

[FONTE: Organização Internacional do Trabalho, 1985, p.120.]

ou de exportação e no referente à comercialização dos produtos destas últimas[46]. Exemplos deste fenômeno nos são apresentados pelos aglomerados produtivos, em Uganda (“*group*” *farms*) e na Tanzânia (“*block*” *farms*), os pequenos proprietários sob o contrato e os “*outgrowers*”, no Sudão, as comunidades coletivas, em Moçambique e na Tanzânia, e os grandes projetos centralizados de valorização, encontrados em todo o continente e disputados pelos pequenos produtores, em referência às terras férteis, a água e às pastagens.

A penetração capitalista e a produção mercantil criaram, simultaneamente, um grupo, pouco numeroso embora em plena expansão, de capita-

46 C. WINDSTRAND E S. AMIN, 1975; S. BERNSTEIN, 1978; M. S. HALFANI e J. BARKER, 1984; J. LOXLEY, 1984; L. FREEMAN, 1984.

listas rurais[47] e geraram um processo de proletarização rural nos campos do continente[48]. Na África Central e Meridional, a necessidade de dispor de uma mão de obra suficientemente numerosa e capaz de garantir a expansão das minas, das grandes propriedades agrícolas e das *plantations* inspirou uma legislação fundiária, fiscal e trabalhista que produziu e institucionalizou um vasto, pauperizado e mal pago proletariado rural, formado por operários agrícolas, pequenos produtores e trabalhadores sazonais, migrantes e, em sua maioria, sem-terra[49]. Na África Ocidental e em certas regiões da África Oriental, o desenvolvimento de uma cultura voltada para a exportação, especialmente em torno do cacau, do café e do chá, por muito tempo favoreceu, de modo análogo, a formação de uma mão de obra agrícola de caráter assalariado, sazonal e migrante[50]. Na Nigéria, os enclaves de exploração petrolífera atraíram os camponeses das comunidades em seu entorno, levando-os a abandonar as suas terras em busca por empregos industriais, como diaristas não especializados ou semiespecializados[51].

Desta forma, as disparidades regionais do desenvolvimento econômico, a refletir a concentração geográfica dos meios de produção, ligada à repartição desigual dos recursos segundo as regiões e à forte orientação exportadora das economias africanas, coloniais e neocoloniais, bem como o fato da localização das empresas agrícolas, industriais e comerciais, coloniais e neocoloniais, resultar de considerações desvinculadas da justiça social ou das necessidades, presentes ou futuras, da população rural do continente, todas estas circunstâncias constituem fatores que contribuíram diretamente na criação de diferentes formas de desigualdade e na formação de classes, na quase totalidade dos campos africanos.

Nas regiões onde prevaleceram formas semifeudais de ocupação ou de propriedade da terra – à imagem de certas regiões da África do Norte, Oriental e Ocidental, exceção feita da Etiópia pós-revolucionária –, a produção mercantil transformou, do dia para a noite, grandes proprietários em ricos capitalistas fundiários, os quais utilizaram a sua influência e os seus relacionamentos políticos no sentido de subtrair dos pequenos camponeses e meeiros, cobertos de dívidas e indefesos, as suas terras, criando uma numerosa classe

47 P. HILL, 1970.

48 G. ARRIGHI e J. S. SAUL, 1973; K. POST, 1977.

49 M. MORRIS, 1976; G. H. T. KIMBLE, 1960.

50 Conferir, por exemplo, A. L. MABOGUNJE, 1972; P. HILL, 1970; R. STAVENHAGEN, 1975.

51 E. CHIKWENDU, 1983.

de trabalhadores agrícolas, sem-terra e explorados[52]. A produção de culturas de alta rentabilidade e a migração da mão de obra masculina, características dominantes da inserção capitalista, tiveram profundas e negativas repercussões na divisão sexual do trabalho agrícola, solapando gravemente a economia doméstica tradicional em cujos homens e mulheres dividiam entre si as tarefas, com maior ênfase no leste e no sul da África. Esta evolução faz pesar, exageradamente, sobre as mulheres o fardo da produção agrícola, prolonga a sua jornada de trabalho (tabela 12.6) e conduz a uma "feminilização da pobreza" nas regiões rurais, acentuando a compartimentalização labor-funcional entre os gêneros[53]. Os empregos e os salários das mulheres compõem, igualmente, o objeto de outras ameaças: nos dias atuais, a tradicional fabricação artesanal de cerveja, por exemplo, em certos países do continente, sofre a concorrência das modernas cervejarias internacionais[54].

Pobreza de classe e pobreza planificada da população rural

Desde a sua independência, os Estados do continente africano, de tendência socialista e não socialista, lançaram-se, no bojo de seus planos nacionais de desenvolvimento e mediante a cooperação com instituições internacionais (FAO, USAID, Banco Mundial e outros organismos) e Estados estrangeiros, na implementação de uma série de projetos de desenvolvimento rural e agrícola.

A ajuda estrangeira — sob a forma de investimento de capitais e assessoria — desempenhou um papel maior na realização destas transformações planificadas da agricultura e do domínio rural[55]. Por exemplo, sob a batuta de McNamara, o Banco Mundial emprestou, entre 1973 e 1980, 2,4 bilhões de dólares norte-americanos de um total de 5 bilhões de dólares em ajuda financeira injetados na agricultura do continente durante este mesmo período[56]. Entretanto, em seu conjunto, como demonstram os estudos concretizados em respeito ao tema, o crédito agrícola e a ajuda institucional consagraram-se, com maior ênfase, às culturas de exportação, por sua vez, a assistência das instituições internacionais

52 Conferir A. RICHARDS, 1982, por exemplo, a propósito do Egito.

53 G. GRAN, 1983; B. BROWN, 1983.

54 R. DAUBER E M. L. CAIN (org.), 1980.

55 R. E. CLUTE, 1982.

56 Banco Mundial, 1981, p. 47.

e dos poderes públicos, mediante a concessão de incentivos à produção, de créditos e de serviços ligados à comercialização, beneficiou sobretudo um pequeno número de ricos proprietários e grandes produtores agrícolas "progressistas", os quais já eram privilegiados. Significativo é, por exemplo, o fato de praticamente nenhum projeto do Banco Mundial ter sido concebido com o intuito de financiar o crescente volume populacional representado pela população rural pauperizada, pelos sem-terra, pequenos produtores, meeiros ou grileiros[57].

Alguns países, como a Argélia, o Marrocos, a Etiópia, o Egito, a Tanzânia e o Zimbábue, adotaram medidas visando reduzir ou eliminar as injustiças e a exploração das zonas rurais[58]: socialização da agricultura (Tanzânia, Moçambique, Etiópia, Argélia e Gana), modificação do regime fundiário, redistribuição das terras, abolição do sistema de meias e do latifúndio, perdão da dívida rural e outras medidas (Marrocos, Argélia, Tunísia, Etiópia, Egito e Quênia).

Em muitos países, as empresas agrícolas declararam bancarrota (como em Gana), a agricultura socializada consumou-se em um desastre econômico (Tanzânia, Gana e Moçambique), as cooperativas padeceram com a burocracia e a excessiva intervenção do Estado e, em muitas regiões, a produção dos pequenos proprietários diminuiu. Em países como o Tchad, a Etiópia, a Eritreia, Moçambique e Angola, as guerras civis continuam a atingir com toda a violência os camponeses, a impedi-los de cultivar a terra e solapando toda a esperança em um aumento da autossuficiência alimentar ou em eliminar a fome, tanto estrutural como em suas manifestações flagelo-incisivas, em futuro próximo.

As diversas medidas de política agrícola concebidas pelas autoridades africanas e pelas instituições internacionais, no sentido de melhorar a agricultura e o bem-estar da população rural, são motivadas pela preocupação em exercer um controle sobre a produtividade dos camponeses e em permitir a comercialização dos seus excedentes por potentes grupos e organismos privilegiados, públicos e privados[59].

As características dos produtores individuais e dos potentes grupos privilegiados que dominam a África rural diferem de país a país, quer relativamente às origens sociais, às rendas, ao nível de vida, às dimensões da unidade produtiva agrícola, ao volume e ao rendimento das colheitas anuais, etc. Invariavelmente

57 C. PAYER, 1982; R. L. AYRES, 1983.

58 A propósito da Argélia, conferir K. PFEIFER, 1981, E T. L. BLAIR, 1970; a propósito do Marrocos, conferir Z. DAOUD, 1981; a propósito da Etiópia, conferir R. LEFORT, 1981; a propósito do Egito, conferir A. RICHARDS, 1982; e para o Zimbábue, A. ASTROW, 1983.

59 J. HEYER e colaboradores (org.), 1981.

salta-nos aos olhos o caráter heterogêneo da classe rural a praticar a agricultura comercial, heterogeneidade por vezes e nitidamente marcante em alguns países (especialmente em Gana, Nigéria, Costa do Marfim, Uganda e Quênia). Contudo, por toda a África, duas grandes classes rurais são nitidamente distinguíveis: trata-se por um lado, dos agricultores e criadores abastados ou ricos, constituintes da classe exploradora e, por outra parte, agricultores e pastores pobres, formadores das classes exploradas[60]. Os agricultores ricos são, especialmente, os latifundiários e exploradores das culturas com fim comercial (cacau, café e chá), dentre os quais figuram, eventualmente, altos-funcionários, militares de alta patente e homens de negócio em condições de obterem crédito e, portanto, capitais a investir (África do Norte e Oriental), ou ainda, comerciantes, chefes tradicionais ou religiosos, favorecidos pelo fácil acesso às novas técnicas, ao crédito e aos serviços, além de agraciados com um trânsito fluido junto aos meios dirigentes regionais e nacionais.

Os agricultores e os pastores pobres podem ser meeiros, pequenos proprietários em débito com ricos agricultores ou ainda, operários agrícolas sem-terra. Segundo um "levantamento rural integrado", efetuado pelo governo queniano em 1977, por exemplo, mais de 40% das famílias de pequenos produtores agrícolas do país (no qual a renda média está entre as mais elevadas da África) possuíam rendimentos apenas suficientes para suprir as suas necessidades essenciais. O governo foi obrigado a reconhecer que o desenvolvimento econômico não favorecia de forma equânime a todos e identificou cinco grupos junto aos quais dever-se-ia dedicar especial atenção, em meio, especialmente, aos pequenos agricultores e pastores, aos camponeses sem terras e grileiros, a saber, um terço da população do Quênia[61].

Em 1971, a renda anual por habitante no Quênia, era estimada em apenas 58 dólares, ou seja, somente um pouco mais que o nível de pobreza absoluta fixado em 50 dólares. Na maioria dos países do continente, os rendimentos rurais permanecem assustadoramente fracos e a qualidade de vida continua medíocre: apenas 21% da população, por exemplo, está corretamente servida por água potável e 28% pode contar com razoáveis serviços de coleta de lixo[62]. Numerosos estudos, em numerosos países, demonstram que as disparidades de classe e de renda continuam a se agravar. Na Zâmbia, por volta de metade ou dois terços das habitações rurais têm "rendas tão inferiores aos salários oficiais que a desnutrição

60 K. NKRUMAH, 1966; G. KITCHING, 1980.

61 Conferir P. D. LITTLE, 1983, pp.91-108.

62 OMS, 1976.

e a fome sazonal lá constitui um medo constante e uma realidade demasiado frequente". Em cada 100 africanos, 70 vivem na pobreza ou indulgência.

Em toda a África rural, a exploração do camponês e gritantes desigualdades de classe[63] perpetuam-se, agravadas pela recessão mundial e pela crise petrolífera de 1970, pelo declínio das cotações mundiais dos gêneros de primeira necessidade, pela insuficiência de reservas dos Estados africanos, pelas catástrofes naturais e pela instabilidade política. Melhorar a sorte dos rurais exige a instalação de uma nova ordem econômica internacional e uma nova repartição do poder que permitiria às massas rurais exercerem um real controle sobre as decisões, concernente aos seus meios de existência e acerca da sua situação socioeconômica.

A agricultura africana na economia mundial após 1935: da dependência colonial à dependência neocolonial

Os países africanos entraram na economia capitalista planetária essencialmente na qualidade de colônias de potências imperialistas europeias rivais. As políticas coloniais de desenvolvimento econômico através do comércio internacional, apoiavam-se em uma divisão internacional do trabalho fundada na teoria das vantagens comparativas. Segundo esta teoria, verdadeira doutrina da exploração, os países africanos deviam consagrar os seus recursos à produção de mercadorias primárias destinadas à exportação e utilizar as suas receitas de exportação para importar artigos manufaturados e gêneros alimentícios simplesmente e inexistentes em sua produção autóctone. A criação de economias africanas dependentes de monoculturas e norteadas pela exportação estava, por assim dizer, legitimada.

Mais de 80% dos países africanos em desenvolvimento compõem-se de produtos primários, tais como, o café, o cacau, o chá, o tabaco, o açúcar, o amendoim e o algodão, mas também de produtos minerais como o petróleo, o cobre e os fosfatos[64]. À época da Primeira Guerra Mundial as exportações da África eram negligenciáveis, se comparadas àquelas da América Latina e da Ásia, embora o óleo de palma e o cacau constituíssem, durante o próprio conflito, importantes itens de exportação. Segundo estimativa, o continente representava, em 1935, os seguintes centis proporcionais ao total da produção colonial mundial comercia-

63 Sobre o Marrocos, conferir, por exemplo, Z. DAOUD, 1981, pp. 27-33; e sobre a Argélia, T. L. BLAIR, 1970.

64 C. AYARI, 1983, PP. 8-11.

TABELA 12.7 PRODUÇÃO COMERCIAL COLONIAL DE MATÉRIAS-PRIMAS E GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, EXPRESSA EM PERCENTUAL DA PRODUÇÃO COMERCIAL MUNDIAL

Produto, matérias-primas (1934 ou últimos dados disponíveis)	Percentual da produção comercial mundial (colonial)	Principais fontes da produção comercial colonial, sua produção sendo expressa em percentual da produção mundial	Produção comercial dos territórios africanos, em percentual da produção comercial colonial mundial
Óleo de palma	98,8[b]	Nigéria, (42,9), Congo Belga (13,9), África Ocidental Francesa (6,1), Angola (7,2)	65,0
Estanho (minério)[a]	56,9[d]	Nigéria (4,4), Congo Belga (3,7)	14,0
Fosfatos	52,0	África do Norte Francesa (34,6), África Equatorial Francesa (7,2)	80,0
Grafite	46,0	Madagascar (7,5)	16,3
Amendoim	28,5[b]	África Ocidental Francesa (13,2), Nigéria (4,8)	63,0
Cobre[a]	21,3[d]	Rodésia do Norte (12,3), Congo Belga (8,6)	98,0
Manganês (minério)	13,7	Nigéria (12,4)	90,5
Cromo (minério)	12,3[b]	Rodésia do Sul (8,6)	70,0
Azeite de oliva	12,9[h]	África do Norte Francesa (11,2), Líbia (?0,4)	90,0
Gergelim	80,0[f]	Sudão (2,2), Congo (?0,8), Nigéria (1,3)	54,0
Ouro	9,2[b]	Rodésia do Sul (2,8), Costa do Ouro (1,3), Congo (1,4)	60,0
Amianto	9,5[g]	Rodésia do Sul (9,0)	95,0
Algodão	2,5[f]	Uganda (0,9), Sudão (0,5)	56,0
Lã	2,3[b]	África do Norte Francesa (2,0)	87,0
Zinco	1,9[d]	Rodésia do Norte (1,4)	74,0

Gêneros alimentícios 1933			
Cacau	74,0[b]	Costa do Ouro (40,6), Nigéria (11,3), África Ocidental Francesa (6,8), Camarões Francês (2,8), Togo Britânico (1,9), Togo Francês (1,1), Camarões Britânicos (5,9)	88,0
Milho	24,1[d]	África Ocidental Francesa (5,9)	24,0
Frutas cítricas	9,7[b]	Argélia (1,0)	10,0
Tabaco	4,8[b]	Niassalândia (0,3)[k]	0,6
Café	7,6[b]	África do Leste Britânica (0,7), Madagascar (0,6)	17,0

a. 1933.
b. Metal contido.
c. 1934.
d. 1934-35.
e. 1933-34.
f. 1931.
g. Descaroçado.
h. Exportações líquidas.
i. Uma quantidade considerável de tabaco é atualmente cultivada nas Rodésias (atuais Zâmbia e Zimbábue). Após a compilação destes dados, em razão de uma alta nas cotações, houve para o ano 1934 um aumento na produção de várias matérias-primas, notadamente do estanho, da borracha, do cobre, do ouro e do zinco. Por conseguinte, caso fosse estabelecida uma tabela para 1936, é possível que surgissem diferenças sensíveis no percentual da produção mundial apresentado para cada colônia.

[Fonte: Royal Institute of International Affairs, 1937, p. 290.]

lizada: 65% do óleo de palma, 63% do amendoim, 90% do azeite de oliva, 54% do sésamo, 56% do algodão, 87% da lã e 88% do cacau (conferir a tabela 12.7, a indicar índices estabelecidos em 1937). As exportações na África começaram a aumentar entre as duas guerras e, relativamente a certos números de produtos, elas aumentaram ainda mais rapidamente após a Segunda Guerra Mundial (tabelas 12.8 até 12.15). A contribuição africana para o total das exportações de produtos primários passou de 8%, em 1938, para 10%, em 1948, atingindo

14%, em 1965[65]. Assim sendo, na aurora da sua independência, grande número de países do continente se haviam tornado grandes fornecedores mundiais de diversos artigos primários.

Embora a África ocupe uma posição dominante na produção de minerais estratégicos (conferir o mapa 12.5), o continente permanece, antes de qualquer consideração, um produtor agrícola (conferir mapa 12.6). A África continua a fornecer cerca de dois terços do total da produção mundial de sisal, de cacau e de óleo de palma. Desde a Guerra, a sua parte no mercado mundial do café — produzido por 21 países — triplicou e, no transcorrer dos anos 70 do século passado, ela representava 30% aproximadamente do total mundial[66].

A produção agrícola da África desenvolveu-se, particular e aceleradamente durante os anos de 1950 e 1960, no tocante ao cacau, ao café, o chá, as bananas, ao amendoim e ao algodão. Esta expansão beneficiou-se com a infraestrutura instalada pelos governos coloniais e pós-coloniais, pelo fornecimento estatal, a preços subsidiados, de insumos fatoriais da produção moderna — inseticidas, adubos químicos, plantas transgênicas —, por técnicas aperfeiçoadas de produção, bons índices pluviométricos e pelo rápido desenvolvimento da agricultura comercial, tudo isto à custa da ruína da produção para a subsistência. Em 1966, a agricultura representava 53,9% do Produto Interno Bruto dos países da África ocidental e 41,2% do PIB dos países da áfrica oriental.

Entretanto, a despeito deste vivo crescimento, o valor das exportações agrícolas declinava. Entre 1953-1954 e 1971-1972, os termos da troca dos produtos primários decaíram do índice 126, em 1953, para o índice 86 em 1971 ou de 138, em 1954, para 84 em 1972. Esta queda concerniu 23 dos 28 artigos repertoriados pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED), dentre os quais considerável número constituíam importantes fontes de divisas para os países do continente[67]. A título de exemplo, em 1954-1955, Gana produzia 210.000 toneladas de cacau, a saber, perto de metade da produção africana, e as suas receitas com as importações alcançavam 85,5 milhões de libras esterlinas. Em 1964-1965 conquanto a sua colheita fosse estimada em 590.000 toneladas, as suas receitas sequer ultrapassavam 77 milhões de libras esterlinas[68]! Este exemplo demonstra perfeitamente que os preços dos produtos primários, controlados não pelos produtores, mas pelos consumidores — os

65 W. A. LEWIS, 1969.

66 A. M. KAMARCK, 1972.

67 CNUCED, 1976; A. G. FRANK, 1980.

68 K. NKRUMAH, 1966, p. 10.

TABELA 12.8 PARTIPAÇÃO DA ÁFRICA NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE DERIVADOS DO DENDEZEIRO

Ano	Equivalente em óleo (em milhares de toneladas)	Porcentagem da produção mundial
1954	920	77
1955	870	78
1956	940	79
1957	900	79
1958	940	80
1959	930	81
1960	920	79

[Fonte: FAO, 1961a, p. 115.]

TABELA 12.9 PARTIPAÇÃO DA ÁFRICA NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE CAFÉ

Ano	Milhares de toneladas	Porcentagem da produção mundial
1934-38 (média)	140	6
1948-52 (média)	280	13
1954	390	16
1955	510	18
1956	510	20
1957	540	17
1958	610	17
1959	670	15
1960	730	18

[Fonte: FAO, 1961b, pp. 145-161.]

países industriais —, estão sujeitos a importantes flutuações que não equivalem e compensam de forma desproporcional o aumento da produção.

Se considerarmos que as divisas estrangeiras, necessárias à maioria dos governos africanos para financiar o desenvolvimento, provêm, de uma forma ou outra, de tarifas para exportação, as flutuações dos preços das exportações repercutem diretamente na receita do Estado, as quais e também elas, flutuam ano após ano. Entre 1950 e 1965, por exemplo, a cotação do sisal, fonte principal de divisas para a Tanzânia, flutuaram mais de 26%, em média[69], razão das consideráveis dificuldades supervenientes à execução dos planos de desenvolvimento do país.

69 A. M. KAMARCK, 1972.

TABELA 12.10 PARTICIPAÇÃO DA ÁFRICA NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE AMENDOIM

Ano	Peso sem descascar (em milhares de toneladas)	Porcentagem da produção mundial
1948-52 (média)	2440	26
1957	4100	30
1958	3630	26
1959	3520	29
1960	4080	29

[Fonte: FAO, 1961a, p. 118.]

TABELA 12.11 PARTICIPAÇÃO DA ÁFRICA NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE CACAU

Ano	Milhares de toneladas	Porcentagem da produção mundial
1934-8 (média)	490	66
1948-52 (média)	500	66
1954	490	60
1955	530	64
1956	580	64
1957	460	60
1958	570	62
1959	660	65
1960	840	76

[Fonte: FAO, 1961b, pp. 145 e 161.]

O problema foi exacerbado pela fraca flexibilidade nos preços de compra que caracteriza grande parte dos produtos primários africanos, em contraste com os artigos manufaturados dos países industriais. Existe uma relação, por pouco que não, constante entre a produção industrial mundial e o comércio mundial dos produtos primários, a primeira cresce a um ritmo mais rápido que a segunda. Em outras palavras, as condições mediante as quais a África integrou-se no mercado mundial, desde a época colonial, condenaram-na, até os dias atuais, a uma produção de gêneros agrícolas para exportação — representantes, quando muito, de uma utilidade imediata menor para o continente — que conduz ao subdesenvolvimento e, em virtude da sua própria natureza, privilegia as exportações

TABELA 12.12 PARTICIPAÇÃO DA ÁFRICA NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE BORRACHA NATURAL

Ano	Milhares de toneladas	Porcentagem da produção mundial
1934-8 (média)	10	1,0
1948-52 (média)	60	3,6
1957	115	5,8
1958	125	6,3
1959	145	7,1
1960	145	7,1

[Fonte: FAO, 1961a, p. 146.]

TABELA 12.13 PARTICIPAÇÃO DA ÁFRICA NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE SISAL

Ano	Milhares de toneladas	Porcentagem da produção mundial
1934-8 (média)	160	62
1948-52 (média)	225	70
1954	290	69
1955	300	65
1956	310	63
1957	325	65
1958	350	68
1959	370	64
1960	375	64

[Fonte: FAO, 1961a, pp. 145.]

em detrimento da produção de subsistência, provocando, em última instância, a fome estrutural e incidental.

As trocas comerciais entre a África e o mundo, em sua essência, conservaram a sua estrutura colonial, tal qual demonstrado pelo perfil das relações entre a África e os países industrializados. A Europa Ocidental, em outros termos, as antigas metrópoles coloniais, subsiste na qualidade de principal parceiro colonial da África, com ela realizando cerca de dois terços do seu comércio, contra aproximadamente 12% para os Estados Unidos da América, 10% para os países africanos, entre si, e por volta de 10% com a Europa Oriental. Nenhuma outra região produtora de artigos primários está, no Terceiro Mundo e de forma tão peremptória, dependente do seu comércio com a

TABELA 12.14 PARTICIPAÇÃO DA ÁFRICA NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE ALGODÃO

Ano	Milhares de toneladas	Porcentagem da produção mundial
1934-8 (média)	651	11,3
1947-51 (média)	627	11,9
1956	787	11,0
1957	813	12,0
1958	962	13,5
1959	953	12,5
1960	876	11,9

[FONTE: Commonwealth Economy Committee, 1961, tabela 31. Reproduzido com a autorização do Controller of Her Britannic Majesty's Stationery Office.]

TABELA 12.15 PARTICIPAÇÃO DA ÁFRICA NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE AÇÚCAR

Ano	Milhares de toneladas	Porcentagem da produção mundial
1934-8[a]	1100	7,4
1948-52[a]	1560	7,9
1956[b]	2230	8,9
1958[c]	2555	8,8
1959[c]	2675	9,0
1960[c]	2400	7,6

[FONTE: a. FAO, 1956, p. 73; b. FAO, 1958, p. 71; c. FAO, 1961a, p. 73.]

Europa Ocidental[70]; eis o que não deve ser esquecido quando do estudo dos obstáculos a oporem-se à instauração da nova ordem econômica internacional reclamada pelo Terceiro Mundo.

As causas da insofismável ruína, em fins dos anos 1960 e durante os dois posteriores decênios, particularmente na África Tropical, do setor agrícola — setor que sustenta cerca de 80% da população africana e constitui a principal fonte de divisas e de receitas para a maioria dos países africanos — são: a recessão mundial, profunda e duradoura, e a inflação importada; a letargia da

70 A. M. KAMARCK, 1972, pp. 93-124.
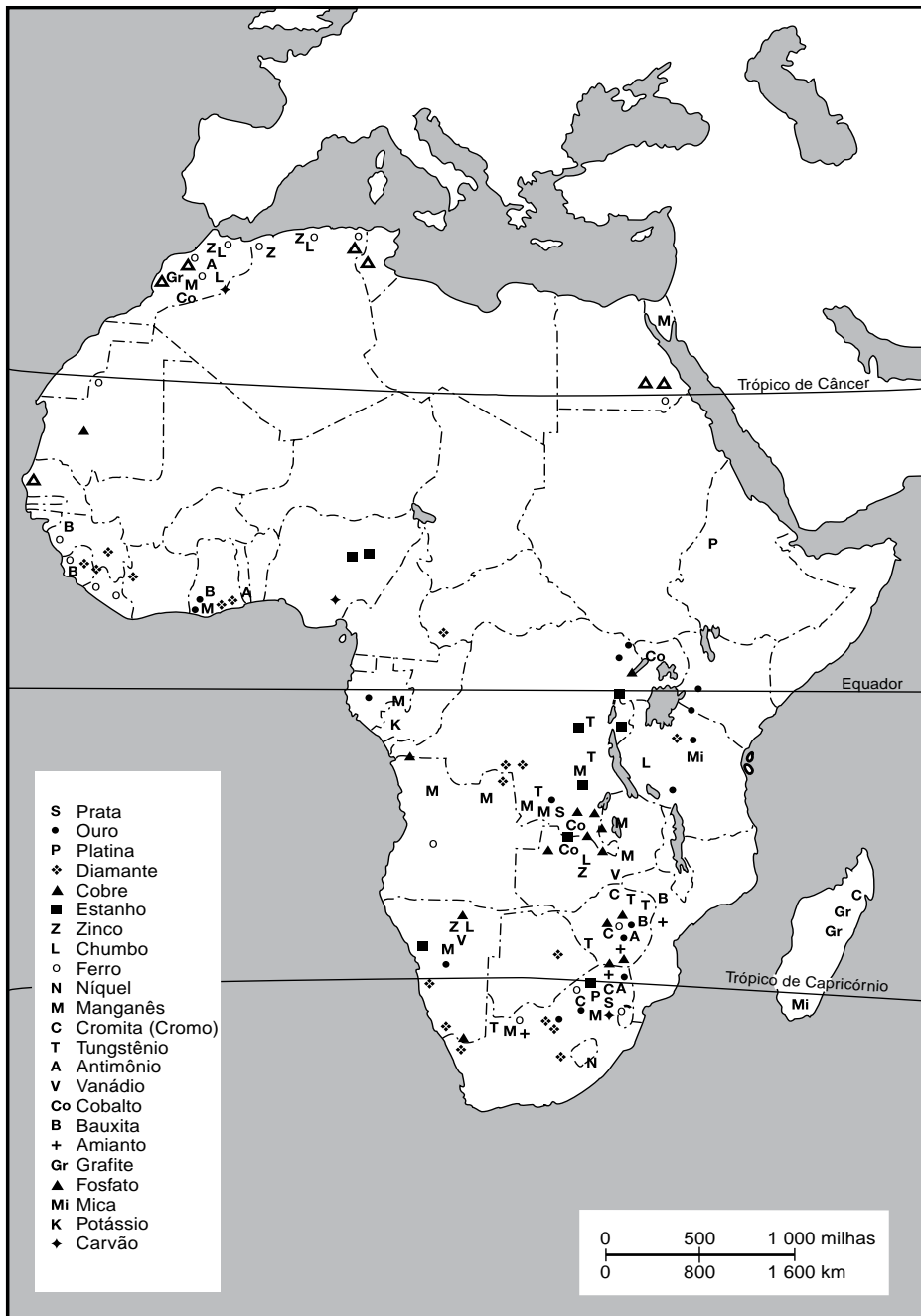
Figura 12.6 Principais explorações minerais na África. (Fonte: segundo R. S. Harrison-Church e colaboradores, 1971, p. 99.)
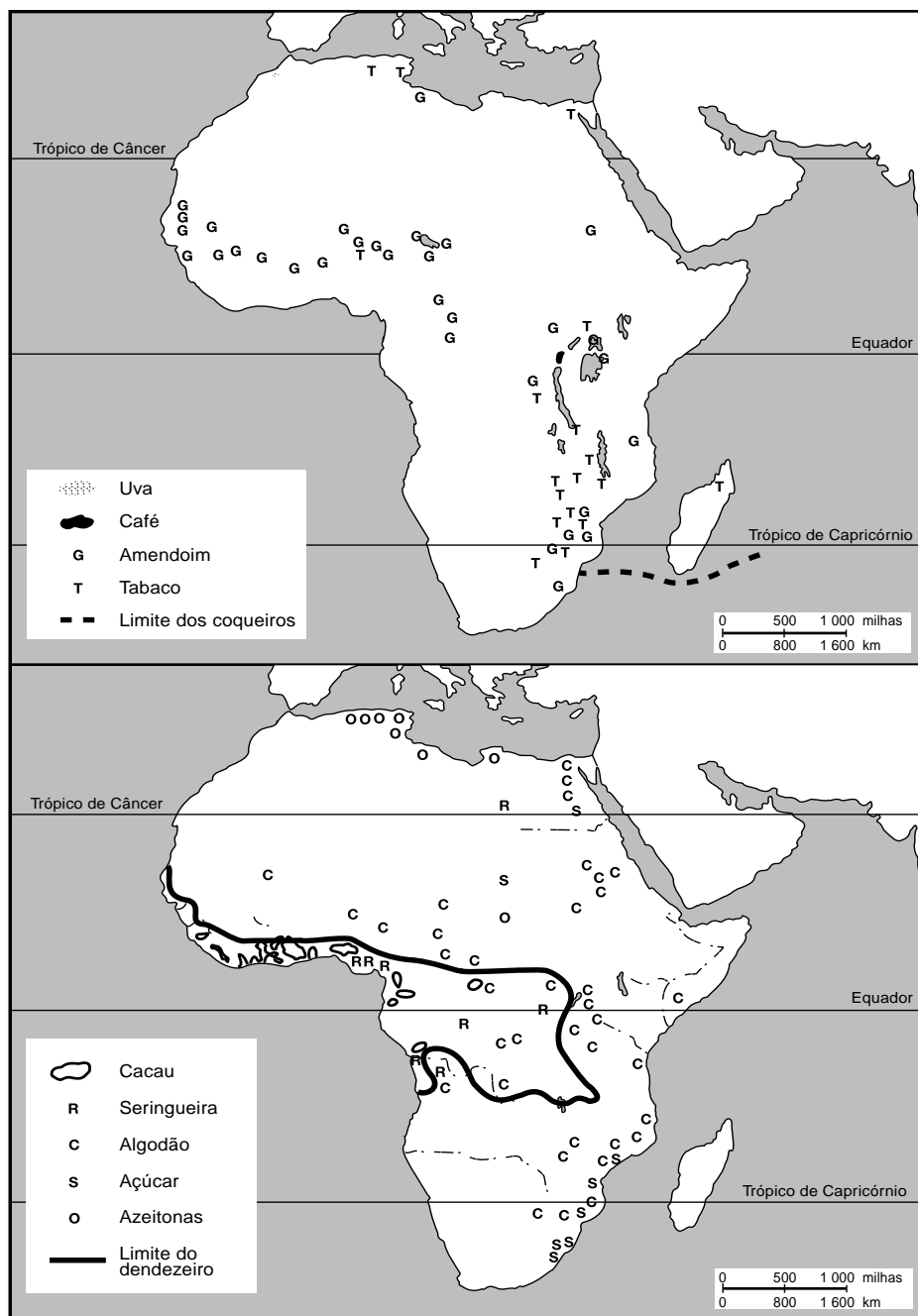
Figura 12.7 Repartição das culturas com fim comercial na África. (Fonte: segundo R. S. Harrison--Church e colaboradores, 1971, p. 87.)

demanda mundial, resultante dos fatores imediatamente antecitados, e a queda das cotações na maioria dos produtos primários de exportação; os movimentos desfavoráveis das taxas de câmbio; o fardo, de mais em mais pesado, da dívida; o declínio das subvenções às culturas de exportação nas principais potências (industriais) comerciantes; as restrições impostas às importações dos gêneros agrícolas e a outros produtos, com forte exigência de mão de obra, provenientes dos países africanos (e do Terceiro Mundo, em geral). Este quadro agravou-se pela excessiva dependência das economias do continente africano no que diz respeito às monoculturas orientadas para o estrangeiro.

A agricultura, em escala mundial, transformou-se radicalmente após os anos 1950. Nos países industrializados, a produção e a comercialização dos produtos agrícolas foram revolucionadas pela aplicação dos resultados da pesquisa científica e pela utilização acrescida da tecnologia industrial, dos adubos químicos e do maquinismo. A África não se beneficiou desta revolução cujos elementos não são facilmente adaptáveis à situação ecológica e socioeconômica. A fraqueza dos investimentos em pesquisa no concernente às principais culturas fluviais e aos tubérculos alimentícios, especialmente na África Tropical, bem como o pouco aperfeiçoamento técnico adaptado às condições agronômicas africanas, estes vetores explicam, igualmente e em larga medida, a mediocridade do balanço agrícola do continente nos anos 1970-1980.

A taxa anual de crescimento na produção do continente caiu de 2,7%, nos anos 1960, para 1,3%, nos anos 1970, ao passo que a taxa de crescimento demográfico aumentava. Em derivação desta dupla evolução, a produção per capita, em crescimento correspondente a um ritmo de 0,2% por ano, durante os anos 1960, baixou em 1,4% por ano, no curso dos anos 1970. Este declínio está parcialmente ligado á desaceleração na produção das culturas não de subsistência, das bebidas tropicais e das fibras. A produção de subsistência per capita, a qual aumentara durante os anos 1960, diminuiu em seguida em 1%, nos anos 1970 (tabela 12.16).

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, diversas instituições — Banco Mundial, FMI, GATT (Acordo Geral sobre as Tarifas Alfandegárias e o Comércio, datado de 1948), SFI (Sociedade Financeira Internacional), IDA (International Development Association), CNUCED (1964), STABEX (Sistema de Estabilização das Exportações), implantado no quadro da Convenção de Lomé (1975), pela Comunidade Econômica Europeia e por 46 países da África, do Caribe e do Pacífico (ACP), para não citar nada além dos mais influentes — foram criadas para regulamentar o comércio dos produtos primários (GATT) ou para oferecer, sob diversas formas, uma ajuda econômica externa aos países pobres. Esta ajuda

TABELA 12.16 TAXA DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA COMERCIAL E DE SUBSISTÊNCIA NA ÁFRICA (%)

	Produção total		Produção *per capita*	
	1960-70	**1970-80**	**1960-70**	**1970-80**
Produção agrícola comercial				
África	2,7	1,3	0,2	- 1,4
Países em desenvolvimento	2,8	2,7	0,3	0,3
Produção agrícola de subsistência				
África	2,6	1,6	0,1	- 1,1
Países em desenvolvimento	2,9	2,8	0,4	0,4

NOTA: os índices de produção são ponderados em função dos preços básicos mundiais para exportação. As taxas médias de crescimento decenais são calculadas a partir de pontos medianos, em intervalos de cinco anos, salvo para 1970, ano que representa a média de 1969-1970.

[FONTE: FAO, 1982a, p. 41.]

lhes é conferida: diretamente, por intermédio do Banco Mundial e do FMI, mediante empréstimos em longo e curto prazos ou, indiretamente, aumentando a sua participação de mercado relativamente a alguns produtos; assegurando a sua participação em acordos sobre os produtos periodicamente negociados, com vistas a atribuir, a cada um dos signatários, uma fatia do mercado, estabilizando as flutuações nos preços ou fixando preços médios mais elevados comparativamente àqueles resultantes do livre jogo das forças mercantis (caso dos recentes acordos internacionais sobre o café); organizando um sistema generalizado de vantagens alfandegárias em um mercado em expansão, como faz o CNUCED para promover a produção manufatureira dos países em desenvolvimento; bem como, instituindo financiamentos "compensatórios" ou "complementares", a permitirem contrabalançar as flutuações ou as compensações imprevistas nas receitas de exportação antecipadas[71].

Todas estas medidas visam amainar, um pouco, mas *não intuem sanar* os males dos produtores do Terceiro Mundo que continuam a padecer duramente com as cíclicas flutuações que afetam as economias dos países industrializados. Em outras palavras, elas objetivam perpetuar o neocolonialismo "pagando os

71 Por exemplo, o STABEX; sobre este último, consultar O. H. KOKOLI, 1981.

países exportadores de matérias-primas de forma a conduzi-los a continuar exportando estes produtos básicos, em lugar de voltarem-se para a produção de artigos transformados ou [...] de esforçarem-se em bastar-se a si próprios[72]".

Estima-se que os produtores do Terceiro Mundo não obtenham nada além de 15% do valor das suas exportações de produtos primários a preços atualmente pagos pelos consumidores — os países industrializados. Enquanto estes produtores, países africanos situados entre os mais pobres, aceitarem os preços, em lugar de fixá-los (pois que a fixação dos preços constitui o privilégio das nações consumidoras); na proporção em que não desempenharem praticamente nenhum papel na transformação, no transporte e na comercialização, operações monopolizadas pelas grandes empresas multinacionais dos países industriais; com tal intensidade eles suportarem o prejuízo das medidas protecionistas tomadas pelos países industrializados, em direta contravenção com as regras do GATT — isto equivale a dizer, enquanto a antiga ordem econômica mundial sobreviver sob a sua forma presente —, os países do Terceiro Mundo e, em especial, os países africanos, não poderão, em nada, sonhar escapar à sua pobreza. Assim, segundo estimativas do Banco Mundial, se os grandes países industrializados, com maior ênfase, os 24 países membros da OCDE, a constituírem os principais mercados de exportação para os países africanos, suprimissem todas as barreiras tarifárias e não tarifárias impostas às importações em proveniência dos países em desenvolvimento, estes últimos poderiam ver crescer as suas receitas, em divisas, na ordem de aproximadamente 33 bilhões de dólares norte-americanos[73].

Justamente ao levar em conta estes elementos, faz-se mister avaliar e apoiar as reivindicações dos países do Terceiro Mundo, as quais determinam a necessidade, em caráter urgente, da instauração de uma nova ordem econômica internacional, a reestruturar: o comércio, a produção, o sistema monetário, a repartição dos excedentes e o processo de tomada de decisões, para eliminar as máculas: a discriminação e as grosseiras injustiças, das quais padecem[74].

Notoriamente, os atuais termos do comércio internacional tendem a deteriorarem-se para os exportadores, com maior ênfase africanos, de matérias-primas e produtos agrícolas, em benefício dos exportadores de artigos manufaturados, em outras palavras, em detrimento dos países pobres e em favor dos países ricos. Para que cessem estes excessos, os países do Terceiro Mundo demandam a estabilização e a elevação das cotações internacionais dos produ-

72 J. GALTUNG, 1976, P. 40.

73 J. F. RWEYEMAMU, 1978, p. 36.

74 W. BRANDT, 1980.

tos primários por eles exportados, quer mediante acordos internacionais sobre os produtos, mais equitativos e abrangentes, quer, se necessário, pela utilização dos meios de pressão que oferecem os próprios produtos, como procedeu a OPEP em suas atuações, em 1973-1974 e 1979-1980. A criação, em 1964, do CNUCED e a implementação do seu Programa Integrado para Produtos de Base visavam prever e anteciparem-se aos efeitos adversos do jogo dos mercados internacionais no que tange às exportações dos produtos primários dos países do Terceiro Mundo. Um fundo comum foi criado pelo CNUCED intuindo financiar o Programa Integrado. Estes procedimentos foram aceitos, em princípio, pelos países industriais ocidentais, mas falta-lhes ratificá-los.

Por outra parte, em decorrência do plano de ação adotado pela Cúpula Econômica Especial da Organização para a Unidade Africana, mantida em Lagos (Nigéria), em 1980[75], os governos africanos deverão assumir a responsabilidade integral pela crise agrária que assola o continente. Com efeito, eles jamais conferiram a prioridade imposta, no que concerne à agricultura — especialmente em respeito à produção de subsistência, destinada ao consumo interno —, reservando-lhe, parcialmente, os escassos recursos dos quais dispunham ou incentivando, de forma sistemática, a produtividade, por intermédio de uma política de estímulos apropriados, fato este a melhorar, em tese, as condições gerais de existência em meio rural. Aos governos africanos cabe demonstrarem a coragem de operar o programa de ação cujo alvo consiste em assegurar uma divisão equânime da renda em proveito da população rural pobre e garantir uma importante redução senão a total eliminação, das diferenças renovadamente flagrantes no âmbito da renda e do nível de vida, entre ricos e pobres, no ventre das regiões rurais. Para isto, imperioso seria, no transcorrer dos próximos decênios, que o fluxo de investimentos fosse invertido em prol das zonas rurais, dotando-as de indústrias rurais, equipando-as com serviços de saúde, provendo-lhes uma infraestrutura rodo e ferroviária praticável em toda estação climática e, finalmente, para lograr êxito em melhorar as condições de higiene das populações ali instaladas. Faltaria garantir aos camponeses pobres, com força maior e para o seu desenvolvimento, as novas técnicas de cultura adaptadas às suas carências. Após tudo e de forma peremptória, não consistiria esta evolução, finalmente, em um retorno ao estado de coisas passado? Se considerarmos para a realização destas tarefas, uma fração das enormes somas que o fisco arrecada das massas rurais, elas próprias.

75 OUA, 1981.

CAPÍTULO 13

O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano

Pierre Kipré

Este capítulo visa mostrar, primeiramente, que o desenvolvimento industrial na África é o resultado de uma pesada herança, fruto das relações desequilibradas entre a África colonizada e a Europa dominadora. Este legado é, nos dias atuais, de difícil transformação em favor da África, em virtude dos freios e bloqueios múltiplos, objetivos e subjetivos, internos e externos. Em seguida, no que diz respeito à explosão urbana contemporânea, este texto pretende elucidar algumas das razões pelas quais, industrialização e crescimento urbano não são (ou raramente são) síncronos. Estes fatores acentuam os desequilíbrios sociais e bloqueiam um verdadeiro desenvolvimento econômico.

Também examinaremos, sucessivamente, as políticas de industrialização aplicadas na África desde os anos 1930, sob os ângulos da produção e do consumo, os principais aspectos do desenvolvimento industrial e, finalmente, a influência da industrialização no processo de crescimento urbano.

As políticas de industrialização, de 1935 a 1980

Na África, dos anos 1930 até os anos 1980, as modalidades de desenvolvimento industrial estão aliadas à condução de políticas de industrialização mais ou menos elaboradas; globalmente, estas diretrizes dizem respeito às relações econômicas externas e aos objetivos gerais referentes ao desenvolvimento eco-

nômico deste continente. Se as primeiras pouco variaram, no que tange às segundas, elas evidenciam e contribuem para elucidar a oposição entre a época colonial e a era pós-colonial, com o ambíguo estatuto correspondente a Estados teoricamente independentes mas, economicamente sob tutela externa.

Sob o ângulo do desenvolvimento industrial, a análise das políticas e dos fatos, no tocante ao período 1935-1980, demonstra que a indústria moderna na África foi incentivada, primeiramente no setor de extração mineral, em seguida, no setor de transformação dos produtos agrícolas. No primeiro caso, o continente africano singularizou-se como fornecedor de matérias-primas mais ou menos brutas; quanto à manufatura, surgida tardiamente, ela objetiva aproximar a produção industrial leve da clientela africana.

As políticas industriais coloniais, de 1935 a 1960

Embora a economia-política colonial revele, invariavelmente, as mesmas características, a saber, a exploração das colônias em proveito principal das metrópoles e no quadro de um sistema capitalista a funcionar em escala mundial, pressionadas pelos meios empresariais coloniais, cada potência colonizadora elaborou para o seu império e, eventualmente, em âmbito local, políticas específicas. O desenvolvimento industrial não ocupou, em toda parte e portanto, a mesma posição nestas políticas. Malgrado as variantes e as similaridades, três casos principais merecem um breve exame; trata-se dos exemplos tangentes aos domínios britânico, francês e belga, na África.

A política industrial na África britânica

Os trabalhos sobre a história econômica da África não evidenciam, de forma suficiente, a existência de uma política global das autoridades de Londres, em matéria relativa ao seu domínio colonial africano. Quando isto não acontece através de medidas setoriais, recorre-se muito amiúde a uma abordagem local, inspirada e dominada pela doutrina oficial, relativamente ao desenvolvimento industrial na África britânica; sobretudo, no que diz respeito ao período anterior à Segunda Guerra Mundial.

Partidário do livre-mercado e, de forma resoluta, adepto da liberdade empresarial nas colônias, o Colonial Office de Londres está vinculado à doutrina segundo a qual o Estado não tem como tarefa principal senão garantir a liber-

dade de circulação e a proteção dos homens de negócio nas colônias. Em razão disto, até a Segunda Guerra Mundial, a indústria permanece, em sua essência, o domínio da empresa privada, sem a ingerência dos poderes públicos na mobilização dos capitais.

Porque a crise econômica assolava a metrópole desde 1930, uma política de recuo imperial fora preconizada pela Conferência Imperial de Ottawa, em 1932. Em 1935-1939, esta política foi aplicada na África britânica. Mas, ela não foi acompanhada por medidas oficiais intuindo drenar em direção ao domínio africano, para o seu desenvolvimento industrial, uma parte dos capitais flutuantes da época, em que pese a criação do Colonial Development Fund, em 1929.

Um segundo período anuncia-se durante os anos de guerra (1939-1945), reforçando-se, com maior ênfase, após a vitória. Trata-se daquele a envolver uma discreta intervenção do Estado que, desde 1940, institui o Colonial Development and Welfare Act [lei sobre o desenvolvimento e o bem-estar social das colônias].

É após a guerra que o Estado britânico se preocupa seriamente com o futuro industrial do seu domínio africano. Trata-se de mobilizar as finanças imperialistas para ajudar na "modernização" das colônias. Parte das comissões de pesquisa a afirmação da necessidade em se encorajar, oficialmente, a industrialização da África britânica. Todavia, acordamo-nos lembrar que a instalação de uma verdadeira indústria de bens de produção (salvo na Rodésia do Sul, atual Zimbábue) permaneça algo do "universo dos sonhos". O intuito consiste somente em produzir uma indústria de bens de consumo universal, adaptada ao crescimento dos rendimentos e das demandas locais. Com exceção das matérias-primas, não se tratará de uma indústria voltada para a exportação; por outro lado e sobretudo, o peso dos interesses britânicos nas colônias de povoamento (Quênia e Rodésia do Sul) deverá ser manifesto.

O caso da Rodésia do Sul, colônia de povoamento por excelência, apresenta-se, a este respeito, como revelador. Próxima da África do Sul e largamente denominada pelos meios empresariais que estão à origem da sua criação, esta colônia conheceu, após 1946-1947, uma política industrial mais sistematicamente ligada às preocupações dos colonos britânicos, ali instalados em permanência e desejosos por atenuarem a concorrência sul-africana.

Em sua totalidade, a política industrial na África britânica permanece amplamente inspirada, sob a colonização, pelo clássico esquema a determinar uma África provedora de matérias-primas industriais e, com ênfase, consumidora de bens industriais importados; a realização de todo este arcabouço consumar-se-

-ia sob a égide de um capitalismo depurado de qualquer idealismo e de toda intervenção direta do Estado.

O domínio colonial francês

Muito anteriormente e até o início dos anos 30, o problema do desenvolvimento industrial das colônias e protetorados no continente não se pusera nos meios oficiais. Na linha reta da doutrina Sarraut, sobre "a valorização das colônias", a indústria não relevava senão do setor privado. Nos círculos oficiais, foi a crise de 1929 que colocou a questão à ordem do dia. Em 1934, pela primeira vez de forma específica, a "Conferência Econômica da França Metropolitana e de Além-Mar" anunciava claramente uma nova doutrina sobre o assunto. Ao afirmar o papel do Estado no processo de industrialização, esta conferência introduzia a noção de "impulso industrial" nas colônias. Não se tratava de criar ou desenvolver uma indústria colonial que concorresse com a metrópole mas, somente, de instalar indústrias a "permitirem a valorização das matérias-primas" nas imediações dos centros produtivos.

Nos meios empresariais, a corrente modernista favorável à ideia de certa industrialização nas colônias (P. Bernard, L.-P. Morard, Maspétiol e outros...) iria expandir-se. Sua influência transparece no projeto de plano decenal (1942-1952) elaborado pelo regime de Vichy, o qual previa inclusive a promoção de produtos semiacabados a partir do tratamento, *in loco*, das matérias-primas.

Em 1944, a conferência de Brazzaville estima que a industrialização da África francesa deva, "via de regra, ser obra da iniciativa privada". Mas, recomendou-se uma ajuda da administração colonial para o sucesso destas empresas, através da implantação de usinas-piloto, do apoio às indústrias vitais que "estivessem inadimplentes" e, finalmente, pela criação de centros de testes e de pesquisa "disponíveis aos industriais para qualquer estudo ou controle da produção". Configurando uma brecha no pensamento tradicional dos meios empresariais coloniais, ligados à economia do tráfico negreiro, esta orientação também rompia com o temor de uma possível concorrência da produção industrial metropolitana.

A criação do Fundo de Investimento para o Desenvolvimento Econômico e Social (FIDES), em 1947, serviu a traduzir em fatos a política oficial. O imperativo da reconstrução na metrópole, a imensidão das necessidades nas colônias e protetorados (a indústria aqui ainda estava em estado embrionário)

e a prioridade concedida aos gastos estratégicos (transportes e infraestrutura), no contexto da Guerra Fria dos anos 1950, rapidamente lançaram luz sobre a modicidade destes investimentos públicos e sobre as reticências do setor privado.

Em 1960, em que pesem sensíveis progressos *vis-à-vis* da situação de 1935[1], o domínio francês permanece muito fortemente subindustrializado e insuficientemente prospectado, a ponto de tornar-se um fornecedor de matérias primas industrializadas. Somente a agricultura comercial oferece alguns produtos deste tipo (café, cacau, amendoim e algodão). Como no domínio colonial britânico, a indústria está longe de constituir-se em uma das atividades características destas colônias.

A política belga no Congo

Em 1935, tal como a partir de 1908, a Bélgica permanece globalmente fiel à herança Leopoldina, marcada por uma permanente cumplicidade com os grandes meios empresariais através da valorização do Congo.

O setor industrial, com maior ênfase na exploração mineral, é o principal domínio escolhido pelo Estado para associar-se ao mundo dos negócios. Melhor codificada pela legislação mineira de 1937, a sua participação traduzia-se pela posse de uma importante carteira de ações na maioria das empresas mineiras. Até por volta de 1956-1957, a Bélgica, Estado-acionista, teve intenções muito reduzidas no que diz respeito a exercer qualquer autoridade com vistas à elaboração de uma real política de desenvolvimento industrial.

Todavia, entre 1935 e 1960, é preciso notar que as importantes restrições impostas pela Segunda Guerra Mundial pareciam ter favorecido, à imagem dos domínios britânicos e francês, a tímida implantação de uma indústria local voltada para o consumo. Nos anos 1950, tanto para responder a um aumento no consumo africano ou europeu (entre 25.000 e 30.000 europeus) quanto para suprir interesses maiores da indústria belga, esta indústria de consumo recebe exatamente o que lhe falta em matéria de incentivo público para passar de uma participação correspondente a 30% do mercado local, em 1950,

1 No referente a 1946-1958, o percentil dos investimentos industriais em comparação com o total dos investimentos privados elevava-se a 27,6% contra 13%, no tocante ao período 1900-1940. Em 1942, o equipamento industrial não representava senão 0,01% dos trabalhos realizados mediante fundos de empréstimos na África negra francesa, desde 1935. No Magreb, a situação é muito similar, embora a industrialização lá se tenha iniciado muito anteriormente.

para 44% em 1958. Valores estes que permitiram ao Congo Belga, no limiar da sua independência, ser uma das terras coloniais mais "industrializadas" do continente.

Para concluir sobre o tema destas políticas industriais das potências coloniais entre 1935-1960, notamos que todas chegaram aos mesmos resultados: antes de tudo, o respeito à doutrina segundo a qual a colônia não estabelece jamais concorrência frente à indústria metropolitana e à permanente manutenção da tutela colonial, por intermédio do movimento dos capitais e através de relações de dependência tecnológica; consequentemente e sobremaneira, a partir da Segunda Guerra Mundial, incentivou-se a criação de uma indústria leve que satisfizesse, tanto quanto possível, as necessidades de um mercado interno de bens de consumo básicos. Inclusive, tão logo existisse uma forte indústria mineira – presente e assaz potente, em todos os domínios coloniais – não se deveria jamais promover uma verdadeira armadura industrial da colônia que colocasse em risco o monopólio metropolitano.

Seria pertinente aludir à permanência do "pacto colonial"? Em certa medida sim; mediante compreendê-lo como a manifestação da divisão internacional do trabalho industrial à qual aderem as autoridades coloniais. O caso das "semicolônias" da África constitui, a este respeito, uma particular ilustração, entre 1935-1960 e segundo o país em questão.

A política industrial nas "semicolônias": o Egito, a Libéria e a África do Sul

Independentes em 1935, alguns países da África possuem, antes da Segunda Guerra Mundial e teoricamente, o domínio sobre a sua política de desenvolvimento. Com a exceção do período de ocupação da Etiópia pela Itália mussolinista (1935-1941), cabe justamente aos governos destes países elaborarem a sua política de desenvolvimento industrial específica. Na realidade o peso dos interesses externos, as eventuais cumplicidades locais com os seus respectivos interesses, os recursos disponíveis e os desafios estratégicos, aos quais estão ligados a evolução e o porvir destes países, limitam fortemente a margem de manobra dos governos e influem sobre as políticas industriais. Brevemente evocaremos três casos: o Egito pré-Nasser, a Libéria e a África do Sul. Cada um apresenta um nível de dependência da sua política industrial em meados do século XX.

O exemplo egípcio, de 1930 a 1952

Durante os anos 1930, dois traços caracterizam a posição da indústria na economia egípcia: o remoto início do processo de industrialização, assim como o peso considerável dos interesses externos e da dívida global.

No que concerne o primeiro ponto, estudos recentes mostraram que, na condição de desdobramento do movimento de ocidentalização engajado desde Muhammad Ali, foi principalmente em torno dos anos 1890 que teve início a moderna industrialização. Com a crise de 1929, o recuo no investimento externo e a elaboração de uma tênue política protecionista favoreceram o surgimento de novos traços na economia egípcia. Tendo em vista os parcos meios financeiros e tecnológicos, o capital local orienta-se na via da indústria de substituição das importações, destinada a cobrir a demanda por produtos de consumo imediato e bens intermediários.

A Segunda Guerra Mundial acentua estas orientações em razão da forte diminuição nas importações europeias. Mas, sobretudo entre 1945-1954, esta evolução não impede o recurso aos capitais estrangeiros, ao menos pela extensão das empresas industriais[2]. Sob a cúpula dos credores internacionais, os governos do reino Fārūq devem demonstrar grande prudência ao enunciar e pôr em marcha uma política industrial, de forma resoluta, favorável à burguesia nacional. Portanto, compreende-se que esta indústria de substituição das importações, à imagem do ocorrido nas colônias europeias e em razão da pouca ameaça representada por esta política industrial frente aos interesses do capitalismo europeu, se tenha desenvolvido no Egito, entre 1930-1954. A política voluntarista do presidente al-Nasser após 1956, representaria uma ruptura com a política industrial do Egito de Fārūq.

A Libéria

A mais antiga república da África negra entrara, desde o início do século, em uma era de dificuldades financeiras. Em 1935, ela estava arruinada, praticamente em bancarrota, a ponto das chancelarias europeias sonharem em colocar este país sob o mandato da Sociedade das Nações. Somente após 1945, sob a presidência de William Tubman, acontece uma retomada no tocante ao investimento privado, proveniente essencialmente dos capitais americanos. Voltada para a

2 C. ISSAWI, 1982, p. 72.

exploração das riquezas minerais (o rico mineral de ferro do monte Nimba e a bauxita) do país, esta retomada é fortemente encorajada por uma política, em larga escala, marcada por concessões de toda ordem às empresas estrangeiras.

Esta política industrial permaneceu, por muito tempo, submetida a dois imperativos: primeiramente, a necessidade de se implantar uma infraestrutura mínima que autorizasse as esperanças em desenvolvimento industrial; posteriormente, satisfazer as demandas por produtos industriais de consumo básico de uma população de origem afro-americana praticamente em situação de confinamento. No início dos anos 1960, a Libéria ensaiava os seus primeiros passos constitutivos de uma pequena indústria de consumo imediato (olarias, fábricas de sabão, cervejarias, etc.) minimamente controlada pela burguesia local. Esta última não possuía tampouco nenhum controle sobre a indústria de extração mineral.

A África do Sul

Em oposição à Libéria e melhor que o Egito, em razão das suas fabulosas riquezas minerais, a África do Sul de 1935 dedicava-se a tirar o melhor partido da depressão de 1929, graças à precedente e constituída formação de um verdadeiro tecido industrial. A aplicação tradicional de uma política discriminatória, no âmbito do emprego industrial, tampouco consiste em algo estranho aos resultados obtidos.

A revolução mineira, promovida por volta de 1860, permitira a implantação de uma infraestrutura de base muito antes dos anos de 1920. Malgrado uma queda na produção mineira, entre o final da Primeira Guerra Mundial e os anos 1921 e 1922, o crescimento industrial foi relativamente sustentado através da exploração das jazidas de ouro. Foi ao final dos anos 1920 que se esboçou uma nova política de desenvolvimento industrial visando romper a demasiado forte dependência frente à produção de metais preciosos e, também, a diversificar os setores industriais. A Grande Depressão foi a ocasião para acentuar esta orientação, diretriz a requerer uma participação do Estado. Até a Segunda Guerra Mundial, a indústria sustentou o seu crescimento[3] e pôde facilmente adaptar-se à queda nas importações de produtos industriais.

3 Entre 1939 e 1945, o valor acrescido das indústrias elevou-se à ordem de 116%, em preço corrente. Conferir D. H. HOUGHTON, 1971, vol. II, p. 36.

Todavia e apesar do incentivo ao investimento local que passou de 15% para 40% em respeito à indústria mineral, o peso financeiro dos interesses externos (sobretudo britânicos, mas também americanos, desde os anos 1920) permanecia muito importante em 1945. O Pós-Guerra ampliou esta dominação dos capitais externos sobre a indústria de transformação, em pleno crescimento.

Indústria de substituição instalada em resposta às demandas de consumo da população negra, ela foi, com maior ênfase, uma indústria de produtos intermediários e, inclusive de equipamentos, a favorecer os capitais externos. Estes recursos externos estavam dedicados a tirar proveito das matérias-primas locais e empenhados, desde os anos 1930, em escapar a uma política aduaneira de mais em mais protecionista.

Em 1945, a África do Sul desde então aparecia como a principal potência industrial do continente, graças a uma política social repressiva e às suas potencialidades naturais; entretanto, esta situação, originada nos anos de 1930, era o resultado de uma política industrial voluntarista e focada, de forma resoluta, na promoção de uma indústria local variada. Esta última era sustentada, de forma crescente, pelos capitais externos associados, ou não, ao capital local.

Embora a filiação a esta política consista em algo pouco evidente, as políticas de desenvolvimento industrial na África independente assemelharam-se, aproximadamente, a este esquema.

O "nacionalismo industrializante" e as políticas industriais dos Estados independentes

Considerações gerais

Foi, com menor ênfase, contra as políticas industriais do colonizador, comparativamente à posição adotada contra a exploração econômica generalizada estabelecida no limiar da Segunda Guerra Mundial, que os "pais da independência africana" centraram as suas críticas mais contundentes. Contudo, no início dos anos de 1950, expandiu-se a ideia segundo a qual o desenvolvimento econômico das colônias também implicaria em um "desenvolvimento industrial progressivo". Prontamente e àquela época, eles percebem que a realização dos objetivos da industrialização requereria tempo e também exigiria o apoio e a assistência do ex-colonizador e dos capitais externos. Mas, pouco a pouco, outra ideia vem completar esta posição, sobretudo quando se delineia o sucesso das

reivindicações políticas: o desenvolvimento industrial não é somente uma das tarefas habituais do Estado; ele também consiste em uma exigência de soberania e de verdadeira independência nacional, tal como afirmado por Kwame Nkrumah, desde o ano de 1945[4].

Os fundamentos do "nacionalismo industrializante" desenvolvem-se no continente com as independências políticas africanas. Ele implica a aplicação generalizada de uma política industrial mais claramente "voluntarista", comparativamente ao realizado à época da dominação colonial ou semicolonial. Mas, através das experiências e das intenções manifestas, as políticas industriais dos Estados independentes devem, globalmente, ser classificadas em duas categorias, sobretudo ao excetuarmos, desde o ano de 1948, o caso particular da África do Sul. Por um lado, temos as políticas "de tendência não capitalista", por outro, as políticas dos países de economia dita "liberal".

As políticas "de tendência não capitalista"

Gana de Nkrumah e a Argélia de Boumediene afirmaram a opinião favorável a uma política industrial baseada no modelo "socialista".

Em 1957, Gana de Nkrumah entrava na era pós-colonial com uma indústria embrionária. Em que pese estar à frente do seu país desde o ano de 1951, Kwame Nkrumah, obrigado a levar em conta a relação interna de forças, não começou a realmente aplicar as suas idéias, concernentes ao desenvolvimento industrial, senão a partir de 1959 mediante a adoção do segundo plano quinquenal de Gana. Para ele, o objetivo fundamental era realizar uma "revolução econômica" que permitisse a progressiva ruptura com o capitalismo; esta revolução passaria, necessariamente, por uma ampla industrialização do país, conduzida principalmente pelo Estado, detentor em larga escala dos meios de produção na indústria local. O setor privado poderia subsistir mas, o esforço voluntário do Estado deveria permitir aqui assegurar, a termo, a proeminência do setor público.

Nkrumah defendia, em suplemento, a ideia de uma formação profissional sistemática e de uma planificação do esforço relativo ao desenvolvimento industrial. O segundo plano quinquenal (1959-1963) e o primeiro plano septenal (1964-1970) contemplavam perfeitamente esta estratégia industrial: 72% dos créditos, em 1959-1963, e 61%, em 1964-1970, deveriam ser oferecidos à

4 K. NKRUMAH, 1945, reedição em 1962.

indústria, contra 38% dedicados em 1951-1957 (época do primeiro plano de desenvolvimento); em 1965, de 10 a 12% da produção industrial estava a cargo de um setor público quase inexistente antes de 1961.

A queda de Nkrumah, em 1966, bem como as sucessivas mudanças de regime e de opção econômica, não permitiram prosseguir na via desta política, predominantemente inspirada em seus anticapitalismo e radical nacionalismo.

Na Argélia, a saída da época colonial estava em curso, marcada pela existência de uma indústria a representar uma ínfima parte do Produto Nacional Bruto. Nem a aplicação da política de abertura às importações, em ausência de proteção do Estado, implantada desde 1943-1945, nem tampouco a realização, em 1954, do famoso "plano de Constantine" que engajou, amplamente e no domínio industrial, a política de exploração petrolífera, nenhuma destas duas medidas produzira reais efeitos no tocante à política de desenvolvimento industrial do país. Em 1962, malgrado os acordos de Évian, o setor industrial permanecia muito fraco e em larga medida sob dominação francesa.

Desde antes da independência, a FLN desenvolvia teses reveladoras daquilo por nós denominado, nos dias atuais, "nacionalismo industrializante". G.-D. de Bernis relembra, a justo título, nestes termos: "A industrialização realizar-se-á no quadro de cooperativas para a indústria pesada[5]." Portanto, primazia do Estado no bojo de uma política voluntarista, recurso ao modelo socialista, por intermédio de cooperativas, e nascimento de uma indústria pesada: tais são as principais diretrizes a nortearem uma doutrina que, com maior ênfase a partir de Boumediene, a Argélia poria em marcha.

O país possuía relevantes potencialidades naturais: o ferro e, sobretudo, o petróleo, cuja alta nos preços ofereceria os meios para uma política sistemática. Mais sistematicamente após 1969, três diretrizes prevaleceram a partir destas teses da FLN: o investimento dos recursos estatais, com ou sem nacionalização, em empresas gigantes (muito amiúde e praticamente falidas) e com forte capacidade de propulsão econômica, como tentativa de estruturação de um parque industrial; a valorização máxima dos recursos naturais; a descentralização das plantas industriais intuindo favorecer a integração das regiões abandonadas no período colonial e a luta contra os desequilíbrios regionais correlatos. Mas, a política de priorização, concedida à indústria pesada, não excluía o apoio do Estado ao setor privado, orientado para a indústria de produtos imediatos. Foi

5 G.-D. DE BERNIS, 1975, p. 26.

justamente a última diretriz desta política industrial que perdurou, com mais ou menos correções, em seu rumo e quaisquer que tenham sido os seus limites, após a morte de Houari Boumediene.

À questão consistente em saber se os casos de Gana e da Argélia são especiais, é possível responder "não integralmente" pois, o voluntarismo "industrializante", a ideia de planificação à qual subtraiu-se o discurso anticapitalista e socializante, bem como a importante posição do setor público no domínio industrial, estas posições encontram-se na política de alguns jovens Estados baseados na economia denominada "liberal".

As políticas de países de economia dita "liberal": a Costa do Marfim e a Nigéria

Em que pese a prevalência de um tênue tecido industrial quando da conquista da independência e embora os anos 1955-1960 tenham correspondido a um dos períodos vivazes do nacionalismo africano, muitos países do continente recusaram-se a relacionar a sua subindustrialização às estratégias do capitalismo internacional, aplicadas desde a época colonial. A opinião liberal e capitalista foi afirmada no campo econômico; a evolução em direção a uma economia industrial deveria responder às leis da economia de mercado. Mas, a análise das políticas específicas revela certas nuances, quiçá diferenças. A Costa do Marfim e a Nigéria delas traduzem algumas.

Tal como proximamente em Gana, onde floresceu a economia de tráfico negreiro colonial, a Costa do Marfim era, no ano de 1960 e malgrado um comércio externo superavitário, muito pouco industrializada. Desde 1959, a escolha pendeu para a deliberada permanência no quadro de uma economia de mercado. No que diz respeito à indústria, embora se reconheça a necessidade da participação do Estado, o setor privado deveria garantir o essencial, mediante a convocação de capitais externos. Aqui reside um dos primeiros códigos de investimento, os mais favoráveis às empresas estrangeiras (lei do dia 03 de setembro de 1959) no continente: diversas isenções, remessa de capitais, garantias contra as nacionalizações ou contra as reivindicações sociais e outros benefícios.

Em razão das fracas aptidões industriais iniciais (poucas riquezas naturais conhecidas e um fraco nível de qualificação profissional), bem como para respeitar a estratégia industrial anterior a 1960, contou-se antes de tudo com a política de substituição às importações de bens de amplo consumo. Muito

mais preocupado com a política de diversificação e de crescimento da produção agrícola (com maior ênfase em relação às matérias-primas agrícolas), o Estado pouco interveio naquele setor. Entretanto, como reconhecido em 1972 por Mohammed Diawara, à época ministro do planejamento e da indústria, esta política tinha por consequência extrair “benefícios substanciais para os empreendedores mas, não necessariamente, em proveito da coletividade[6]”. O incentivo concedido às indústrias exportadoras e às empresas focadas no fator “mão de obra” e, sobretudo, à política de promoção dos investimentos nacionais, neste setor de atividade e a partir de 1970, objetivaram em seguida retomar o desenvolvimento industrial.

Finalmente, a terceira diretriz que aparece no plano quinquenal 1976-1980, consiste na valorização dos recursos locais através da especial promoção da agroindústria de exportação. O Estado aqui interviria diretamente, através das empresas estatais engajadas nas plantações de palma, de cana-de-açúcar, de algodão, entre outras, em nome de uma teoria mediante a qual o “capitalismo de Estado” apresentar-se-ia como um estádio na transição para o “capitalismo clássico”. Em compasso de espera pelo desabrochar da burguesia nacional, o Estado assegurava a presença marfinense no âmbito do investimento industrial e, posteriormente, restituía a sua cota-parte aos marfinenses capazes de prosseguir neste esforço. O Estado-empreendedor não o era, senão a título provisório.

Paralelamente a esta política marfinense, glorificada por alguns analistas (“milagre marfinense”) ou vivamente criticada (“crescimento sem desenvolvimento”), surge o caso nigeriano. Na Nigéria, encontra-se, por pouco que não, a mesma orientação liberal, com raízes em uma política de maior diversificação e descentralização da produção industrial e voltada para a promoção de uma maior participação do setor privado, particularmente após a guerra civil de 1967-1970. Com efeito, em 1960, a indústria desempenhava um papel menor na economia nigeriana e beneficiava-se com uma pequena porção dos investimentos projetados (7,66% dos investimentos previstos no plano quinquenal 1955-1960). Entre 1960 e 1967, em sintonia com as suas opções liberais e convocando a participação do capital externo, o governo federal pouco atuou, senão intuindo encorajar a indústria petrolífera. A crise política de 1966 e a guerra civil de 1967-1970 reduziram sobremaneira a margem de manobra do Estado.

6 *Colloque international de Dakar sur le développement industriel africain*, 1972, p. 133.

O final da guerra civil, a necessidade de uma reestruturação na economia, sacudida por esta crise, a baixa nas cotações do petróleo, entre 1973-1980, bem como e finalmente, o aumento na receita do Estado Federal e dos governos regionais, permitiram assentar uma política abrangente de desenvolvimento industrial. Esta última articulou-se em torno de três diretrizes maiores: a liberação seletiva nas importações de produtos industriais, a permitir, pela concessão de maiores facilidades na importação de matérias-primas e máquinas, um apoio e uma proteção à indústria de substituição das importações, progressivamente mais desenvolvida; o incentivo, mais ou menos direto do Estado, à indústria de bens de equipamento, em razão de uma tomada de consciência acerca de uma forte dependência tecnológica, decorrente dos progressos na indústria de substituição das importações; final e simultaneamente ao incentivo tangente à valorização das matérias-primas locais, a política dita de "nigerianização" reservava os setores de intervenção, as compras e demandas estatais e as facilidades de associação frente aos capitais externos, prioritariamente, aos nativos. A Nigéria tornar-se-ia um "gigante" da indústria africana.

Em suma, quer se tratasse de Estados autoproclamados "socialistas" ou de economias ditas "liberais", as políticas de desenvolvimento industrial na África independente revelam um caráter comum: lutar eficazmente contra a subindustrialização, própria à época colonial, objetivando alcançar certa autossuficiência. Nos anos de 1960-1980, entretanto, o continente iniciava seu curso demasiado tardiamente e com insuficiências diversas, dentre as quais, não sem menor importância, figuram as estratégias elaboradas fora do continente para manter ou preservar uma divisão internacional do trabalho que se lhe era imposta, especial e progressivamente, no decorrer dos anos de crise econômica (1930-1935, 1973-1980). A análise dos aspectos constitutivos da indústria africana, após 1935, desvela as suas fraquezas estruturais e fragilidades, malgrado os esforços da época pós-colonial.

Aspectos gerais do desenvolvimento industrial na África de 1935 a 1980

A evolução da produção industrial e da cota-parte deste setor no PIB dos países africanos revela, nitidamente, dois grandes períodos: de 1935 a 1960 e de 1960 a 1980. Para clarificar e matizar os traços de cada um destes períodos, *mister* faz-se levar em conta as crises estruturais locais e os resultados, aos quais permitem alcançar as políticas industriais sub-regionais ou territoriais, anteriormente evocadas.

Uma industrialização embrionária anterior a 1960

Quer se trate do nível da produção, da taxa de crescimento industrial ou da cota-parte da indústria na economia africana, no período anterior aos anos 1960, a industrialização moderna do continente mal começara.

A evolução na produção e na taxa de crescimento industrial

No que tange ao período 1935-1960, os dados estatísticos, por país ou domínios coloniais, são irregulares, por vezes incertos e amiúde parciais. Não se pode, portanto, ter uma apreensão global no tocante à importância da produção e da taxa de crescimento industrial, em todo continente. Todavia, os índices disponíveis revelam, à primeira vista, uma evolução positiva na produção industrial, o Pós-Guerra a denotar notoriamente a aceleração. A tabela 13.1 versa sobre três dos países relativamente "industrializados" à época; ela apresenta um nítido progresso, em 1960, comparativamente à situação de 1939, os anos 1950 representam o período durante o qual esta produção praticamente dobra.

Mas estas cifras são contestáveis, pois em valores absolutos trata-se perfeitamente de uma indústria assaz modesta. Salvo na África do Sul (números superiores a 75 milhões de libras esterlinas logo em 1938 e, excetuando-se as minas), o valor da produção industrial raramente ultrapassa, em 1960, 200 milhões de dólares norte-americanos (Egito) na maioria dos países: 160 milhões na Nigéria, 128 milhões no Congo belga, 120 milhões da Rodésia do Sul, 94,7 milhões em Gana e, somente, 140 milhões no que diz respeito a todo o domínio francês da

TABELA 13.1 ÍNDICES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE ALGUNS PAÍSES ENTRE 1939 E 1959/1960

País	1939	1945	1950	1954	1960
Egito	49	67	98	106	161
Congo Belga	30	58	100	190	235
Nigéria	-	-	100	147	278
África do Sul	-	35	-	57	71

Nota: base 100 -1950-1952; para a África do Sul, base 100 - 1963, índices dos anos 1948, 1953 e 1958.

[Fontes: S. Radwan, 1981, p. 200; J.-L. Lacroix, 1966, pp. 295-296, U. E. Okeke, 1985, pp. 36-37 (reproduzido com a autorização da African Review of Business and Technology, anteriormente African Technical Review) e ONU, 1970.]

África negra (AOF, Madagascar, Camarões e Togo). No Magreb, o nível não é muito mais importante, mesmo se considerarmos a produção mineira.

As taxas de crescimento industrial, muito desiguais segundo os setores (minas, produtos de consumo, bens intermediários), mostram a ineficiência concreta das políticas industriais então implementadas. Salvo no setor mineiro, elas são relativamente modestas (entre 0,5 e 3%, em função do país e do período) e apresentam, eventualmente, uma longa estagnação (na África do Norte, por exemplo, entre 1948 e 1954).

A cota-parte da indústria na economia africana

A sua medição é ainda mais reveladora do nível de industrialização continental nesta época.

Em que pesem as diferenças nas estimativas, todos os estudos convergem em reconhecer que, ao final dos anos 1950, a atividade industrial ainda ocupava pouco espaço na África. Com maior força que o demonstrado pela tabela 13.2, ela era até certo ponto marginal, em grande número de países – 2,6% em Daomé (atual Benin), 3% na Tanganyika (atual Tanzânia) ou 4% em Togo. Com maior ênfase, era a agricultura (frequentemente com métodos pouco elaborados) que servia de principal força motriz para a economia, na eventual ausência total de indústria mineira. Alguns autores[7] pretenderam associar o fato, em maior ou menor grau, à presença de residentes europeus. Na realidade, os fatos em nada atestam estas hipóteses; no Magreb, por exemplo, malgrado um antigo e importante colonato francês, a cota-parte da indústria no PIB não era muito importante. Igualmente na Argélia, em 1962, ou seja, no limiar da independência, a indústria não representava senão 9,36% do PIB (atingindo 23,8%, se incluirmos a indústria de extração). Pouco relevante na economia colonial, senão e sobretudo em sua forma primária (exploração mineral), a indústria empregava pouca força humana, como veremos. Ela encontrava-se distante de constituir o resultado de uma automatização mais acelerada que alhures dos métodos de produção. Aqui reside a emblemática marca de uma subindustrialização.

Este conjunto de fatores explica a modesta porção africana ocupada no total da produção mundial – exceção feita das matérias-primas – e no consumo dos produtos industriais.

---

7 As estimativas de J. -D. DURAND, 1967, não são mais do que uma extrapolação anterior, como aquelas de W. F. WILCOX em 1931. Elas são sujeitas a reservas.

TABELA 13.2 PARTICIPAÇÃO DA INDÚSTRIA NA RENDA NACIONAL DE ALGUNS PAÍSES AFRICANOS, 1956-1960 (EM %)

Ano	Congo Belga	AOF	Nigéria	Rodésia- -Niassalândia[b]
1956	8,0[a]	2,0	2,0	11,0
1960	14,0	5,5	4,5	16,0

a. Índice para 1958.
b. Somente a Rodésia do Sul, para 1960.

[Fontes: ONU, 1959, p. 15; P. Kilby, 1975, p. 472.]

A posição da África nos âmbitos da produção e do consumo mundiais

A imagem de uma África em larga escala provedora de matérias-primas industriais não era novidade em 1935. Ao contrário, ela era secular e o posto ocupado pela África do Sul no conjunto da produção mundial de metais preciosos, a reconhecida riqueza das jazidas de ferro na Libéria (65% de teor de pureza), a produção industrial de bauxita da Guiné e do cobre no Congo ou na Rodésia do Norte (atual Zâmbia), antes mesmo da independência destes países, confirmam esta ideia para o período de 1935-1965.

Mas, salvo em relação a algumas matérias-primas minerais (metais preciosos na África do Sul, fosfatos no Marrocos e metais não ferrosos alhures), a prospecção ainda era muito incipiente para permitir que a África ocupasse uma posição relevante neste setor. Se, por um lado, a prospecção foi mais amplamente conduzida, sobretudo após 1945, as metrópoles coloniais ou os países dominantes (Grã-Bretanha na Egito e na Líbia, França na Argélia e Estados Unidos da América na Libéria) impuseram um quase-monopólio sobre esta produção mineira, exclusivamente por conta das empresas metropolitanas, ao menos até meados dos anos 1950.

A produção das matérias-primas industriais estava portanto largamente submetida aos interesses do capital metropolitano que dela moldava a evolução em função das suas estratégias. A produção de petróleo, por exemplo, na África do Norte (Egito, Líbia, Argélia, Tunísia e Marrocos) passa de 7 milhões de barris, em 1940 (essencialmente no Egito) para 17 milhões, em 1950 (dos quais 94% referentes ao Egito) e, posteriormente, para 91 milhões, em 1960 (72,5% para Argélia e 26,4% para o Egito), ou seja, menos de 1% da produção do Oriente-Médio. Na Argélia, a pesquisa petrolífera não entra realmente em sua fase ativa

senão após 1957 (541,6 milhões de francos para os anos 1952 a 1956, contra 679 milhões em 1958 e 917 milhões em 1962).

Portanto, a posição da África no que diz respeito à produção de matérias--primas industriais é insuficiente em relação às suas potencialidades naturais. Ainda com maior ênfase e no tocante à indústria de transformação, a cota-parte da África na produção mundial é marginal. Eis a razão do grande volume de produtos industriais nas importações do continente. A estrutura destes produtos industriais vindos do exterior mostra o quanto depende dos países estrangeiros a maior parte dos países do continente no que concerne ao seu consumo (tabela 13.3).

Desta forma, na melhor das hipóteses (o Congo belga, por exemplo) e relativamente aos produtos de consumo básico, sobretudo a África negra (sem a África do Sul) depende entre 70-75% do exterior, nos anos 1950, e praticamente em 100% em respeito aos bens de equipamento. Segundo os países em questão, esta situação não muda antes de 1960-1965.

Portanto, na África, a era pós-colonial começa com uma importante insuficiência: o consumo de produtos industriais elaborados agregara-se aos hábitos, ao passo que a economia africana permanecia, em larga escala, na idade pré--industrial. Tratava-se, como vimos acima, de um desafio a ser enfrentado pelos "pais da independência".

TABELA 13.3 IMPORTAÇÕES DE PRODUTOS INDUSTRIAIS NO EGITO, 1945-1960 (EM %)

	1945	1952	1957	1960
Bens de consumo	43,3	34,9	54,3	22,1
Bens intermediários	40,7	36,7	27,7	44,3
Bens de equipamento	16,0	28,4	18,0	33,6

[FONTE: S. Radwan, 1981, p. 216.]

A evolução pós-colonial, 1960/1965-1980

Os progressos na produção e no consumo

Quer examinemos a produção de matérias-primas industriais ou aquela referente aos produtos manufaturados, é inegável que, entre 1960 e 1980, a indústria no continente tenha feito progressos no plano quantitativo. Mas, estes últimos são desiguais, tanto no tempo quanto no espaço (tabela 13.4).

TABELA 13.4 ÍNDICE DAS EXPORTAÇÕES AFRICANAS DE PRODUTOS MANUFATURADOS, 1970-1978

Zonas geográficas e comerciais	1970	1973	1977	1978
África do Norte,	39	65	128	163
incluindo Magreb	26	58	140	183
Países da CEDEAO,	46	78	-	-
incluindo Costa do Marfim e	25	56	132	122
África do Sul	49	85	157	-

Nota: base 100 = 1976.

[Fonte: CNUCED, 1980, pp. 108-129.]

Este aumento, por vezes espetacular, na produção industrial (por exemplo, ele foi de 400% no Egito, entre 1956 e 1971), evidencia dois elementos principais: por um lado e em numerosos países, um importante aumento na produção de insumos industriais – certamente o petróleo mas também os metais e os minerais estratégicos; e, por outra parte, a generalização da indústria de bens de consumo básico, visando a satisfação das necessidades internas e também objetivando a conquista de mercados externos, no referente às trocas interafricanas da mesma forma que no tocante às exportações em direção aos países
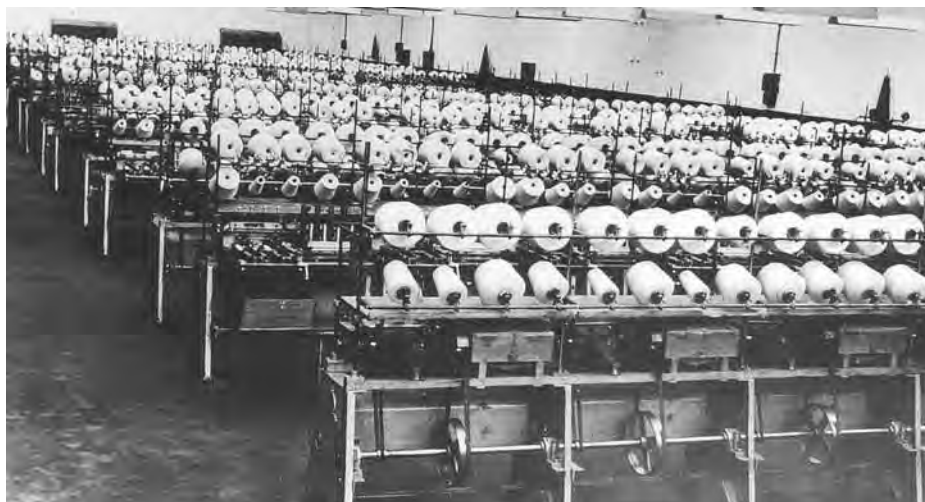
Figura 13.1 Usina têxtil de processamento de algodão em Mahana, no norte do Egito. (Foto: Topham, Londres.)

TABELA 13.5 ESTRUTURA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO NA NIGÉRIA, 1958-1978 (EM %)

	1958	1963	1965	1972	1975	1978
Bens de consumo	92,3	90,6	84,2	93,3	90,9	80,9
Bens de equipamento	7,7	9,4	15,8	6,7	9,1	19,1

[Fonte: P. N. C. Okiglo, citado por U. E. Okeke, 1985, p. 46.]

industrializados (com maior ênfase para os produtos da agroindústria, em países como a Costa do Marfim).

Entretanto, a diversificação da produção, ainda balbuciante em numerosos países, estava amplamente engajada em outros (Egito, África do Sul, Argélia, por exemplo). Todavia, a fração desta indústria africana não representava senão uma pequena parte do consumo de produtos industriais, o qual cresceu, quanto a ele, muito mais rapidamente: em 1978, as importações de produtos manufaturados representavam mais de 60% das importações totais da maioria dos países do continente (aqui compreendida a África do Sul), ao passo que as exportações destes mesmos produtos eram, geralmente, inferiores a 10% das exportações totais.

Não foi somente o setor energético que cresceu em valores mas, também, a demanda por produtos acabados ou sem-acabados. Houvera, portanto, progressos, mas em relação ao período da primeira industrialização e não em função das necessidades crescentemente importantes. A raridade, ou quase-inexistência, em certos países, de uma indústria de bens de equipamento, obriga a nuançar fortemente a ideia de progresso neste ramo de atividade. Contudo, a indústria não é mais marginal nas economias nacionais.

TABELA 13.6 EVOLUÇÃO DO PESO DA INDÚSTRIA NO PIB DE TRÊS PAÍSES, 1960-1974 (EM %)

Ano	Nigéria	Argélia	Costa do Marfim
1960	4,5	-	5,3
1963	7,8	23,8	-
1965	8,6	25,0	19,0
1968	13,1	29,0	23,8

[Fontes: Governo da Costa do Marfim, 1976 (o último índice corresponde ao ano de 1970); Comptes économiques 1963-1968, citadas por G.-D. de Bernis, 1975, p. 52; Nigerian Federal Office of Statistics, citado por U. E. Okeke, 1985, p. 37.]

A cota-parte da indústria na economia pós-colonial

Malgrado a imperfeição das medições estatísticas em numerosos países, especialmente sobre os contornos precisos do artesanato e da indústria moderna, a participação da indústria no PIB aumentou regularmente desde, ao menos, o final dos anos 1950. Nas antigas colônias europeias e quando autorizado por uma relativa estabilidade política, a época pós-colonial inclusive permitira acelerar o processo, marcando desta forma uma integração mais sistemática de alguns setores do artesanato no mercado mundial.

Mas, em suplemento ao fato dos ritmos variarem de um país a outro (tabela 13.6), isto derivava muito amiúde de um crescimento mais rápido das indústrias de transformação local, mesmo se, globalmente, a participação da indústria parecesse crescer, em vários países, mais rápido que a fração relativa à agricultura. Faz-se aqui necessário estabelecer nuances no concernente à ideia de uma verdadeira industrialização, a partir desta evolução na participação da indústria no volume do PIB.

A África na produção industrial mundial: os limites do "nacionalismo industrializante", entre 1960 e 1980

A África independente, ocuparia ela uma melhor posição na economia industrial em 1980, ao término de um período particularmente marcado pelo "voluntarismo industrial"? Passados entre quinze e vinte anos da independência, é difícil tudo transformar e a África não representava senão 0,9% da fabricação mundial de produtos acabados. Ao mesmo tempo, é inegável que a sua cota-parte na produção de matérias-primas industriais tenha sido mais importante comparativamente ao período anterior a 1960. Portanto, em termos gerais, a África permanece o continente menos industrializado do mundo e, pela análise dos fluxos no comércio mundial, um continente sobretudo fornecedor de matérias-primas industriais aos países industrializados europeus e americanos. Trata-se, por excelência, do continente emblemático do subdesenvolvimento, ainda no curso dos anos de 1980.

Tal situação conduz a buscar os limites do que nós chamamos "nacionalismo industrializante", implantado, simultaneamente, como prolongamento e como meio da política independentista. Quer sejam as políticas ditas "anticapitalistas" ou aquelas denominadas "de economia liberal", ambas não alcançaram, até o presente momento, romper o ciclo vicioso da dependência econômica e da

subindustrialização do continente. Em razão disso, evocaram-se argumentos políticos (escolhas errôneas em um clima de estabilidade política crônica a inibir o investidor privado) ou técnicos (baixo nível de formação profissional, insuficiência da poupança interna, a qual se apresenta mal ou dificilmente orientada em direção ao desenvolvimento industrial). Outros argumentos são exigidos para completar estas análises. Parece-nos que muitos dos "pais da independência" não dedicaram suficiente atenção à fragilidade estrutural da indústria africana no imediato posterior à era colonial. Esta fragilidade acentuou-se até 1980.

A fragilidade do desenvolvimento industrial

Entre outros aspectos, provavelmente de ordem secundária, esta fragilidade procede de quatro fatores: a dependência absoluta *vis-à-vis* do investimento externo; as ilusões referentes a uma possível transferência de tecnologia pelas empresas transnacionais a operarem no continente; a incipiência da produtividade no seio de uma indústria, ainda e sobretudo primária; o fraco nível de integração das empresas industriais a um mercado que o subpovoamento e a modicidade geral das rendas restringem consideravelmente.

O investimento industrial na África: a dependência relativamente ao exterior, desde 1935

Ninguém pode negar a considerável participação levada a cabo pelos capitais externos no processo da moderna industrialização do continente africano, ao menos após 1935. Esta fração constituiu, inclusive e até os últimos anos, o essencial dos investimentos na indústria: investimentos públicos diretos (ou indiretos, com "a ajuda externa"), investimentos privados, ou ainda, investimentos patrocinados por organismos internacionais. Para a África negra francófona, particular e anteriormente a 1960, a metrópole (investimentos públicos) e o setor privado francês intervinham, em sua totalidade, na ordem de 95 a 98% do investimento industrial; a participação das *holdings* e dos interesses estrangeiros, com maior ênfase belgas, constituía 95% da economia belga (quanto à indústria, a proporção chegava a quase 100%), em seu conjunto e no ano de 1958.

Em meados dos anos 1960, o recurso aos capitais públicos e às nacionalizações de empresas privadas, muito amiúde não africanas, bem como a política denominada "de indigenização" da indústria (os decretos de 1974 e 1977, na

Nigéria) reduziram o peso relativo dos capitais estrangeiros no universo do investimento industrial. Mas, em termos concretos e por uma trajetória marcada por desvios e artifícios, pelo chamado aos capitais externos com vistas a financiarem novos projetos industriais, a dependência relativa ao exterior subsiste como uma realidade. É justamente esta dependência que explica as principais diretrizes da indústria na maioria dos países. Com efeito e prontamente nos anos compreendidos entre 1930 e 1950, o essencial dos investimentos industriais era obra da indústria de extração, mais rentável para as empresas europeias que as *plantations* e a indústria de transformação. Segundo Jacques Marseille[8], o rendimento das empresas coloniais francesas, em 1938, era da ordem de 5,6%, para a indústria, contra 24,9% no que tange às minas e 15,2% no que diz respeito às plantações; em 1954, este rendimento alcançava 6%, para a indústria, 9,7% no tocante às plantações e 8,6% em respeito às minas. Com matizes, encontrar-se--iam amiúde as mesmas tendências, em razão dos principais objetivos estabelecidos pelos *holdings* industriais da Europa ou da América do Norte.

Nos dias atuais, a situação pouco mudou, salvo em casos particulares: 8% dos investimentos realizados nos Estados da África negra francófona, para o período 1965-1970, eram destinados à indústria de extração; em 1976, o exame dos diversos planos de desenvolvimento destes mesmos países demonstra o estabelecimento de um patamar correspondente a um volume de 60 a 75%.

Apresentar-se-ia esta situação, a justo título, em função da necessidade de obter-se um mínimo de meios de financiamento para uma indústria mais elaborada? Com certeza, mas, talvez antes e sobretudo, consistiria este quadro o resultado das estratégias impostas, principalmente, pelas sociedades transacionais, malgrado os Estados, eles próprios.

O papel das sociedades transacionais após a Segunda Guerra Mundial e as ilusões tangentes à transferência de tecnologia

Antes da Segunda Guerra Mundial e com exceção do setor mineiro, as empresas multinacionais pouco intervêm no continente. Foi precisamente entre 1946 e 1955 que as principais implantações realizaram-se, quer seja a partir de uma reestruturação, através da incorporação de grandes companhias coloniais, ou pela intervenção direta, embora tímida. Todavia, manifesto é que, precisa-

8 J. MARSEILLE, 1984.

mente após a conquista da soberania internacional pela maioria dos países, esta presença torna-se massiva, quer seja pela multiplicação de empresas "trampolim" ou de empresas primárias, ou ainda pela criação de filiais "nacionais". As facilidades oferecidas pelos códigos de investimento destes novos Estados, o anseio pela diminuição nos custos de produção, ao aproximarmo-nos das regiões produtoras de matérias-primas, mantidas por uma mão de obra a preços módicos, todos estes fatores, em meio a outros elementos, permitiram esta evolução após os anos 1960.

Tal como por nós indicado em passagem supracitada, no caso da África do Sul, faltaria acrescentar a necessidade de driblar uma recomendação, antes de tudo, protecionista, desde meados dos anos 1930. Até 1980, a mesma situação é recorrente em grande parte dos países independentes da África negra. O crescimento e vigor das atividades industriais desenvolvidas pelas multinacionais estão condicionados pela necessidade em garantir-se um mercado. As medidas protecionistas, tomadas pelo Estado, oferecem-lhe esta garantia.

Contudo, além do fato da maior parte destas empresas contarem com a indústria de substituição e com as minas, elas não asseguraram uma transferência de tecnologia industrial nos países africanos: a sua contribuição no âmbito da formação profissional era incomparavelmente mais fraca àquela dos Estados ou, inclusive, no que diz respeito a empresas mais modestas. A tecnologia implantada em suas unidades permanecia circunscrita às instalações da empresa-mãe: na Costa do Marfim, como em numerosos outros países africanos, não se observa nem "a ampliação da oferta através da produção de novos bens, a favorecer novos setores de atividade industrial, nem a criação de novos métodos e procedimentos de fabricação, a provocar o aumento da produtividade do trabalho", o que reforça uma das características da indústria africana, a sua fraca produtividade (relativa em certos países como a África do Sul e o Egito).

Trata-se aqui de uma das principais desilusões quanto ao papel das multinacionais, esta situação vem agregar-se às estratégias transnacionais destas empresas, as quais ignoram as fronteiras e as políticas "nacionais" de desenvolvimento industrial, mantendo, senão agravando, a fragilidade da indústria.

A integração industrial e o fracasso relativo das organizações africanas

Nos dias atuais, é lugar comum relembrar a incipiência do mercado de cada país africano: o subpovoamento de amplas regiões do continente mas, sobretudo,

o baixo nível dos rendimentos, a este respeito, constituem as principais causas. Foi justamente visando contribuir para atenuar esta insuficiência que, ao final dos anos 1960, ganhou força a ideia de uma integração econômica mais resoluta e de uma harmonização mais eficaz das políticas industriais. A multiplicação das organizações sub-regionais ou panafricanas também correspondeu a este objetivo. Algumas tentativas até viram o dia, o Ciment d'Afrique de l'Ouest – CIMAO – por exemplo, através da valorização do *clinker* togolês, com a participação da Costa do Marfim e de Gana (em 1974), e o Plano de Ação de Lagos (1979), preconizado pela Organização para a Unidade Africana (OUA), reforçaram estas proposições.

Entretanto e imperiosamente, deve-se reconhecer que a política de harmonização e de integração industrial choca-se contra múltiplos obstáculos: o exercício de uma severa soberania em matéria econômica, a extrema disparidade das políticas financeiras e das estratégias indústrias, bem como a ausência de uma política tecnológica industrial orientada pelas necessidades das populações confrontadas aos desafios do subdesenvolvimento. Em suma, o fracasso das organizações interafricanas – OUA, Comissão Econômica para a África (CEA), Comunidade Econômica da África do Oeste (CEDEAO), União Aduaneira e Econômica dos Estados da África Central (UDEAC), entre outras – é cabal a este respeito.

Ora, um dos fatores da fraqueza na indústria africana, em 1980, reside em sua incapacidade de suportar a concorrência dos produtos estrangeiros, senão à custa da subvenção estatal ou de elevadas taxas alfandegárias. Menos organizada (em que pesem casos excepcionais de empresas industriais instaladas em alguns países) e caracterizada por uma fraca produtividade, a indústria africana ainda não pode, sob pena de incorrer em importantes riscos financeiros, alcançar a etapa das exportações, salvo mediante acordos ditos de cooperação intercontinental (acordo Comunidade Econômica Europeia/Países da África, do Caribe e do Pacífico) cujas vantagens, nos planos financeiro e comercial e no tocante aos produtos básicos e aos produtos industriais de substituição, equilibram mal os inconvenientes do papel principal de "provedor" de matérias-primas industriais.

Com maior ênfase, demonstrada pela análise detalhada de cada uma das tentativas de integração industrial, a moderna indústria africana não produziu laços setoriais entre os seus diversos componentes, em razão da sua absoluta dependência frente aos capitais estrangeiros, bem como em função das suas demandas por bens intermediários. Portanto, é difícil estabelecer as relações de complementaridade entre os setores geográficos a serem integrados. A permanente e autônoma intensificação dos intercâmbios extracontinentais de cada país no

plano industrial, quer se trate dos capitais, dos minerais, ou das matérias-primas agrícolas, constituem o corolário de tal situação, eis a razão da vulnerabilidade da indústria africana que, por seus próprios meios, não pode enfrentar uma crise na balança de pagamentos ou um recuo nos investimentos extra-africanos.

Finalmente, a tenuidade dos laços estabelecidos entre a indústria (de equipamentos ou de transformação) e a agricultura, com vistas a aumentar o desempenho desta última e a oferecer à primeira bases ampliadas, torna a produção industrial africana menos competitiva comparativamente aos produtos não africanos, inclusive no interior de cada país.

Igualmente, o círculo de dependência e de subindustrialização mantém-se ainda em 1980.

TABELA 13.7 A CONCENTRAÇÃO GEOGRÁFICA NA ÁFRICA DE LÍNGUA FRANCESA EM 1970 (EM %)

Países e centros urbanos	Empresas	Investimentos industriais	Emprego industrial	Faturamento
Dakar (Senegal)	75,0	79,6	81,8	80,9
Abidjan (Costa do Marfim)	69,5	62,2	46,5	68,5
Bouaké (Costa do Marfim)	5,6	7,1	9,2	7,6
Douala (Camarões)	51,8	44,9	44,7	61,7
Yaoundé (Camarões)	10,2	6,5	4,9	6,4
Pointe-Noire (Congo)	36,1	32,4	25,5	27,6
Brazzaville (Congo)	40,9	20,1	25,9	28,9
Libreville e Port-Gentil (Gabão)	75,0	81,1	81,1	93,7
Cotonou (Benin)	69,0	80,4	78,1	71,4
Lomé (Togo)	85,0	90,0	96,8	87,6
Niamey (Níger)	45,0	56,4	50,3	17,3
Ouagadoudou e Bobo-Dioulasso (Burkina Fasso)	89,0	55,7	73,5	65,6
Bamako (Mali)	53,0	17,0	?	?
Segou (Mali)	10,0	23,0	?	?

[Fonte: J. Suret-Canale, 1987, vol. II, pp.482-483.]

Faz-se mister, entretanto, introduzir neste conjunto observações de variadas matizes. Após 1935, quiçá bem anteriormente, a geografia industrial do continente africano lança luz sobre dois grandes tipos de desequilíbrios, historicamente entrelaçados no caso de muitos países: desequilíbrios entre setores geográficos há muito industrializados e setores geográficos, antes e sobretudo, agrícolas, tardiamente agregados à atividade industrial; bem como, desequilíbrios no interior dos diferentes países, entre cidades de escoamento portuário e zonas de produção industrial. Os efeitos destes desequilíbrios sobre a organização e a infraestrutura do território, assim como sobre a política industrial sustentada, são importantes.

Assim sendo, as implantações industriais, entre 1935 e 1980, realçam cinco conjuntos sub-regionais distintos, simultaneamente, pela remota constituição e pela extensão do tecido industrial, pelo nível de integração das instalações e pela sua variedade. Trata-se dos cinco seguintes conjuntos: egípto-magrebino, o conjunto centro-oriental, a sub-região austral, a África do Centro-Oeste e a África Ocidental.

À guisa de conclusão, no que diz respeito a estes aspectos gerais do desenvolvimento industrial, é imperioso indicar que a insuficiente industrialização africana reforçou a natureza do subdesenvolvimento e da dependência deste continente no idos de 1980, malgrado negáveis progressos após 1935. As formas de desenvolvimento industrial criaram ou contribuíram para acentuar desequilíbrios que a organização contemporânea traduz, muito imperfeitamente, como nós examinaremos a seguir.

A industrialização, fator secundário da urbanização na África entre 1935 e 1980

A história urbana do continente sublinha variados processos de "geração de cidades". Diferente, se nos ativermos ao momento da sua fundação (cidades pré-coloniais, cidades coloniais ou novas cidades da época pós-colonial), ou à função eminente (cidades portuárias, cidades mineiras ou centros administrativos), esta história mostra que o século XX representa o momento de uma "revolução urbana" no continente.

Mas, quer se trate da evolução da população industrial em suas relações com crescimento urbano ou dos mecanismos de urbanização posteriores a 1935, excessivo seria estabelecer uma ligação direta entre os dois fenômenos, no que concerne à África, mesmo se o crescimento urbano, em alguns casos e de uma maneira particular, tirar proveito do desenvolvimento industrial (cidades minei-

ras como Tarkwa em Gana, Ndolar na Zâmbia, Nwadui na Tanzânia ou *town--ships* da Mauritânea, do Níger e da África do Sul).

O crescimento urbano após 1935 e a evolução da população industrial

Tanto em respeito à avaliação da população urbana total, quanto no tocante à proporção da população ativa engajada na produção industrial, os índices são frequentemente contraditórios. Trata-se, igualmente, de um problema metodológico, referente aos variáveis critérios aplicados na identificação do que seria uma *cidade* e às diferentes e correlatas abordagens estatísticas, por um lado, e de uma questão documental, em referência a recenseamentos por vezes parciais nos diferentes períodos, por outra parte. Eis a razão da dificuldade em precisamente determinar a real importância do crescimento urbano e a proporção, a ele correspondente, da "população industrial". Contentaremo-nos, mais amiúde, com estimativas.

Os dados estatísticos referentes à população e ao crescimento urbano, de 1935 a 1980

Anteriormente à Segunda Guerra Mundial, período pré-estatístico por excelência, as estimativas para a população urbana, no que tange ao conjunto do continente, são pouco confiáveis. Com efeito, há pouca preocupação em, sistemática e generalizadamente, computar os habitantes. Somente alguns territórios são recenseados, sobretudo na África do Norte e na África Austral: assim sendo, a população urbana da África do Sul passa de 25,1% da população total, em 1921, para 31,4% em 1935 e, posteriormente, para 38,4% em 1946. Na África do Norte, o aumento da população urbana também é espetacular: no Egito, em 1920 com treze milhões de habitantes e dezesseis milhões em 1938, a população urbana passou, no limiar da Segunda Guerra Mundial, de 6,8 milhões para 9 milhões de indivíduos. Nos países do Magreb, ela também cresce rapidamente.

Alhures, menos dados são encontrados. Mas, no referente ao caso da AOF antes de 1939, vários dos postos de colonização, fundados pela França, e muitas das cidades pré-coloniais, úteis ao colonizador, viram não somente a sua população se estabilizar mas, ainda e sobretudo em territórios como a Costa do Marfim, aumentar o seu volume, após os anos 1923-1925[9]; na Costa do Ouro

9 P. KIPRÉ, 1985.

(atual Gana) e a Nigéria, antes de 1935, o aumento da população urbana é constatado nos recenseamentos realizados à época: de 5% em 1921, para a Costa do Ouro e em cidades com ao menos 5.000 habitantes, ela alcança 9,3% em 1931.

Após a Segunda Guerra Mundial, os índices ganham precisão e observa-se de forma mais nítida a explosão demográfica nas cidades africanas até 1980. Para o conjunto do continente, estima-se que a população urbana tenha passado de 31,8 milhões, em 1950, para 49,5 milhões em 1960, atingindo 132,9 milhões no ano de 1980, graças a uma taxa média anual de 4,8%, entre 1950 e 1980. A aceleração do processo acontece com maior ênfase após 1960[10].

Nem todos os países ou cidades são afetados nas mesmas proporções. Ou melhor, malgrado o seu muito rápido crescimento, a proporção da população urbana comparativamente ao total populacional africano é relativamente modesta, mesmo que este volume seja mais importante em algumas regiões do continente, como por exemplo, no Magreb (tabela 13.8).

A repartição socioprofissional da população, sobretudo dos citadinos, permitiria ela estabelecer uma correlação entre população industrial ativa e população urbana?

TABELA 13.8 PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA NA POPULAÇÃO TOTAL DA ÁFRICA, 1950-1980 (EM %)

	1950	1960	1970	1975	1980
África Oriental	5,50	7,54	10,69	13,20	16,14
África Central	14,57	18,10	25,16	29,66	34,37
África do Norte	24,51	29,77	36,61	40,12	43,83
África Austral	37,27	41,70	43,76	44,81	46,49
África Ocidental	10,15	13,48	17,27	19,58	22,29
Total da África	14,54	18,15	22,85	25,67	28,85

[FONTE: ONU, 1981, p. 159.]

A evolução da repartição socioprofissional da população urbana

Neste âmbito, as cifras são ainda mais fragmentadas. Todavia, por extrapolação dos dados disponíveis, podemos identificar alguns indícios.

10 ONU, 1981.

No curso dos anos 1930, ao excluirmos a população ativa empregada na indústria extrativista, foi somente na África que a proporção da população urbana empregada na indústria ultrapassou os 20%. Em qualquer outra parte, foi somente uma pequena fração dos citadinos que encontramos nas usinas: em 1938, 1,58% da população urbana egípcia trabalha nas empresas industriais com mais de 5 empregados e, na África Ocidental francesa, a proporção é inferior a 1% no imediato pós-guerra. Posterior e notadamente após 1950, a proporção dos citadinos empregados no setor secundário (com exceção do artesanato) aumenta relativamente rápido mas, em um ritmo ainda muito inferior àquele apresentado pelo crescimento urbano (tabela 13.9). Tomemos o caso da Argélia. Entre 1970 e 1980, o país conheceu um espetacular crescimento no emprego industrial urbano (de 117.000 empregados, em 1967, atingiu-se 347.000 operários fabris em 1977 e 400.000 em 1980); entretanto, constata-se que, com uma taxa de crescimento anual média de 4,3%, entre 1966 e 1977, a população urbana do país passou de 4,16 milhões de habitantes em 1966 para 6,57 milhões, em 1977: a indústria encontrava-se muito atrasada, em sua evolução, *vis-à-vis* das atividades de serviço e do setor terciário em geral.

Como demonstrado pela tabela 13.9, a correlação entre a urbanização e a industrialização não é nada evidente; há uma tendência à atenuação desta correlação entre 1950 e 1970; isto traduz nitidamente que os dois fenômenos não são síncronos no curso deste período.

TABELA 13.9 PROPORÇÃO ENTRE A MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL E A POPULAÇÃO URBANA, 1950-1970

	África do Leste	África Central	África do Norte	África Austral	África do Oeste
1950					
Mão-de-obra industrial (1)	3,66	5,87	10,44	24,56	6,10
População urbana (2)	5,50	14,57	24,51	37,27	10,15
Proporção (1/2)	66,54	40,29	42,59	65,90	60,10
1970					
Mão-de-obra industrial (1)	6,32	9,54	15,75	26,35	11,30
População urbana (2)	10,69	25,16	36,61	43,76	17,27
Proporção (1/2)	59,12	37,92	43,02	60,21	65,43

[Fonte: ONU, 1981, p. 19]

A população urbana africana começa a aumentar regularmente antes mesmo que o continente se engaje vivamente na economia industrial. Durante os anos 1965-1980, o atrativo relativo ao emprego industrial pode servir de pretexto para uma imigração em direção às cidades. Contudo e por um lado, a melhoria nas condições de prevenção sanitária favorece o crescimento natural das cidades e, por outra parte, o muito importante êxodo rural, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial, não foi essencialmente desencadeado pela concorrência do setor secundário frente à agricultura, mas, justamente, pela própria crise inerente a uma agricultura, de mais em mais, mal adaptada à economia monetária.

O moderno emprego industrial não constitui a única tentação desta economia monopolizada. Trata-se, mais globalmente, da busca por rendimentos monetários regulares, bem como da capacidade coletiva e individual em resistir a uma degradação nos termos da troca referentes aos produtos agrícolas. Especialmente, nos países onde a colonização europeia muito precocemente provocou uma "sede" por terras cultiváveis no meio africano (Argélia, Quênia e Rodésia do Sul) e naqueles no seio dos quais as sucessivas catástrofes ecológicas abateram-se (países do Sahel, Etiópia), trata-se simplesmente, neste caso, de uma busca por meios de subsistência. A crise da agricultura africana toma a dianteira proporcionalmente à oferta de empregos industriais nas cidades, ao menos após 1935, na qualidade de principal fator a explicar o crescimento urbano.

Com matizes sub-regionais ou locais, pode-se encontrar por toda a África os mesmos mecanismos. Eles operam, com maior ou menor intensidade e graças a modalidades específicas, segundo trate-se da época colonial (ao menos a partir dos anos 1930) ou do período pós-colonial (ao menos em 1960 e 1980).

Os mecanismos da urbanização e do crescimento urbano à época colonial

De 1935 a 1960, no tocante a todos os países africanos dependentes e, de 1935 a 1980, ao menos, no que diz respeito à África do Sul, tanto as políticas coloniais relativas à mão de obra quanto às funções urbanas na economia colonial, provocaram a aplicação dos mecanismos próprios a uma urbanização em ruptura com a sua homóloga da época pré-colonial. A própria construção dos espaços urbanos encontra-se, neste contexto, modificada.

As políticas coloniais relativas à mão de obra e às tendências migratórias africanas

As políticas coloniais correlatas à mão de obra resumem-se, sem exceção e antes da crise de 1929, à convocação massiva de braços sadios e aptos para empreenderem a valorização das riquezas naturais controladas pelo colonizados (minas, *plantations*, explorações florestais e outras atividades). Pouca preocupação incide em empreender uma melhor qualificação técnica dos homens; ao contrário, trata-se de mascarar a fraqueza relativa dos investimentos em capitais, através de um investimento-trabalho, a produzir múltiplos abusos. Ao mesmo tempo, a pressão fiscal e o desenvolvimento do salariato – muito lento em alguns territórios – tornam-se potentes alavancas em prol desta política.

A crise de 1929, ora acelerou o processo, ora rompeu o precário equilíbrio entre os recursos dos campos e as necessidades da política relativa à mão de obra. Em 1935, esta última pouco se preocupa com a crise nos campos africanos, a qual lança nas estradas, em direção à cidade, milhares de camponeses. Eis aqui o ponto de partida do fenômeno sempre persistente, o êxodo rural. Assim sendo, o Cairo passa de 800.000 habitantes, em meados dos anos 1920, para 1.400.000 habitantes, em 1938. Ao crescimento desenfreado das cidades acrescenta-se a acentuação da miséria. Igualmente, Claude Liauzu demonstrou, no tocante à Tunísia, que a população urbana aumentava mais rapidamente que a produção (tomando como base centesimal os anos 1925-1929, o índice populacional passa de 122, em 1935-1939, para 136 em 1940-1944; quanto à produção, ela passa de 106, em 1935-1939, para 65 em 1940-1944[11]). Por outro lado e no que tange à Tunísia[12], nota-se que o desemprego transforma-se em um “fenômeno estrutural” a esta época. Os estudos referentes às cidades do Magreb ou da ex-AOF chegaram recentemente às mesmas conclusões. Na África do Sul, foram a migração dos agricultores brancos arruinados pela crise, a migração do correlato conjunto de empregados africanos e o controle operado na saída das reservas de populações africanas, os fatores que permitiram um aumento no crescimento da população urbana. Entretanto, a este respeito, é preciso indicar que a política de segregação imobiliária, lentamente elaborada a partir dos anos 1910, favorece uma política de exclusão da população africana das cidades, mas não das minas. Por outro lado e no mesmo sentido, prontamente desde antes

11 C. LIAUZU, 1978.

12 Ibid.

de 1935, em Moçambique e no sul de Angola, Portugal implanta um sistema de "locação temporária" de trabalhadores africanos, empregados nas minas da África do Sul.

Salvo na África do Sul, onde a política do *apartheid* acentua, após 1948, as tendências originadas antes de 1935, os anos 1945-1960 constituem o momento de uma liberalização na política autoritária de mão de obra. A ênfase é, sobretudo, colocada sobre a fluidez dos movimentos da mão de obra pouco qualificada.

Cidades, por vezes constituintes de uma sede para uma pequena indústria leve mas, com maior frequência, cidades-entroncamento comerciais a favorecerem o desenvolvimento de diversos serviços (domésticos, auxiliares), os centros urbanos dos anos 1950 prestam-se, portanto, a servir como centros de acolhida para uma população, com maior ênfase rural, em vias de desenraizamento. Em 1954, na Argélia, 50% dos empregos não agrícolas são oferecidos no comércio, na construção civil e nos diversos serviços, muito amiúde, são empregos irregulares (47% na Argélia, em 1954) para uma massa urbana que cresce ainda mais em razão de um excedente migratório dos trabalhadores rurais (no Magreb, este excedente representa de 44 a 54% do aumento populacional antes de 1960), isto acontece quando estes últimos não se expatriam além dos limites africanos (180.000 argelinos em suplemento na França, entre 1947 e 1955).

Entre 1935 e 1960, o crescimento urbano no continente alimenta-se, portanto, de um êxodo rural nascido na crise dos campos muito mais que em função do desenvolvimento industrial. É justamente esta situação que explica, desde os anos 1930-1935 e, ainda mais amplamente, após 1945, o surgimento do fenômeno das favelas nos centros urbanos do continente.

A construção de espaços urbanos e o surgimento das favelas

Em 1935, a África já oferece uma variedade de situações no que concerne à construção de espaços urbanos. Com efeito, desde pelo menos o início do século XX, dois casos principais convergem: por um lado, as antigas e pré-europeias cidades, numerosas na África do Norte e na África ocidental saheliana, na Etiópia e no país yoruba (13.2); por outro lado, as cidades criadas pelos colonizadores, a partir (ou não) das comunidades pré-coloniais africanas; em função de um ou de outro dentre estes casos, as modalidades de criação de novos espaços urbanos nas cidades estão marcadas pela insígnia, mais ou menos evidente, de um poder de Estado, essencialmente europeu (caso das colônias) ou simplesmente de influência europeia (caso dos protetorados da África do Norte).

Em 1935, o Estado (metrópole colonial ou governo local) é o eminente construtor de espaços, mais ou menos equipados e distribuídos aos cidadãos, para que eles possam construir as suas casas (habitação ou lugar de trabalho). Em razão deste papel do Estado, um fenômeno de segregação social do espaço apareceu desde logo na maioria das cidades; ele também testemunha da natureza dos laços de dependência político-econômica das populações africanas. Assim sendo, na África do Norte, os *médinas* e os *souks* opuseram-se progressivamente aos novos bairros residenciais dos europeus e de uma parte dos autóctones pertencentes às categorias sociais superiores, mais ou menos "europeanizadas". Na África negra, com maior ênfase nas áreas urbanas coloniais de criação de animais, a oposição é ainda mais clara entre "cidades europeias" e "cidades africanas", nítida evidência de uma segregação social e racial.

A África do Sul sistematizou esta política desde os anos 1910. Entretanto, em razão da crise de 1929, a situação agravou-se com um crescimento urbano que, como já observamos, é amplamente alimentado pelo êxodo dos trabalhadores rurais empobrecidos em direção à cidade. Incapazes de enfrentar a alta nos preços dos aluguéis, bem como o custo da propriedade fundiária urbana, sem rendas suficientes para obterem materiais de construção, tais como o cimento, chapas metálicas ou telhas, estes novos citadinos veem-se obrigados a se dirigir aos setores muçulmanos das cidades (*médinas*) e aos "cortiços" (*souks*). Progressivamente, por volta dos anos 1930, são as áreas urbanas não equipadas (aterros sanitários, mangues, cemitérios desativados e outros que tais), fora do controle do Estado, as quais são procuradas por estes citadinos com o intuito de lá construírem, com materiais precários, as suas habitações. Em Túnis onde o termo "*bidonville*" [palavra composta por *bidon*, vasilhame, e *ville*, cidade, a espelhar a favela, própria das grandes cidades do Brasil] apareceu pela primeira vez em 1931 (artigo do Doutor Materi, no jornal La Voix du Tunisien, em 6 de novembro de 1931), assim vemos estes cidadãos passarem de 2.000, em 1935, para 5.000, em 1938, e, posteriormente, para 10.000 em 1941; no início da guerra, os *bidonvilles* envolvem Túnis. Justa e igualmente em Abidjan, à imagem de Accra, Lagos e Douala, aparecem os *bidonvilles*. Na África Oriental britânica (Nairóbi, por exemplo) ou na África Central e, sobretudo, na África do Sul, as sucessivas *land laws* e o Native Urban Areas Act de 1923 [lei concernente às zonas urbanas indígenas] favorecem a aplicação da *colour bar*, sem frear a extensão progressiva dos *townships*. Desde o final dos anos 1920, a doutrina oficial fundava-se no fato de "os africanos, por natureza, não serem citadinos e não terem ainda alcançado a adaptação ideal à vida urbana", como o afirma a Native Affairs Commission, em 1921.
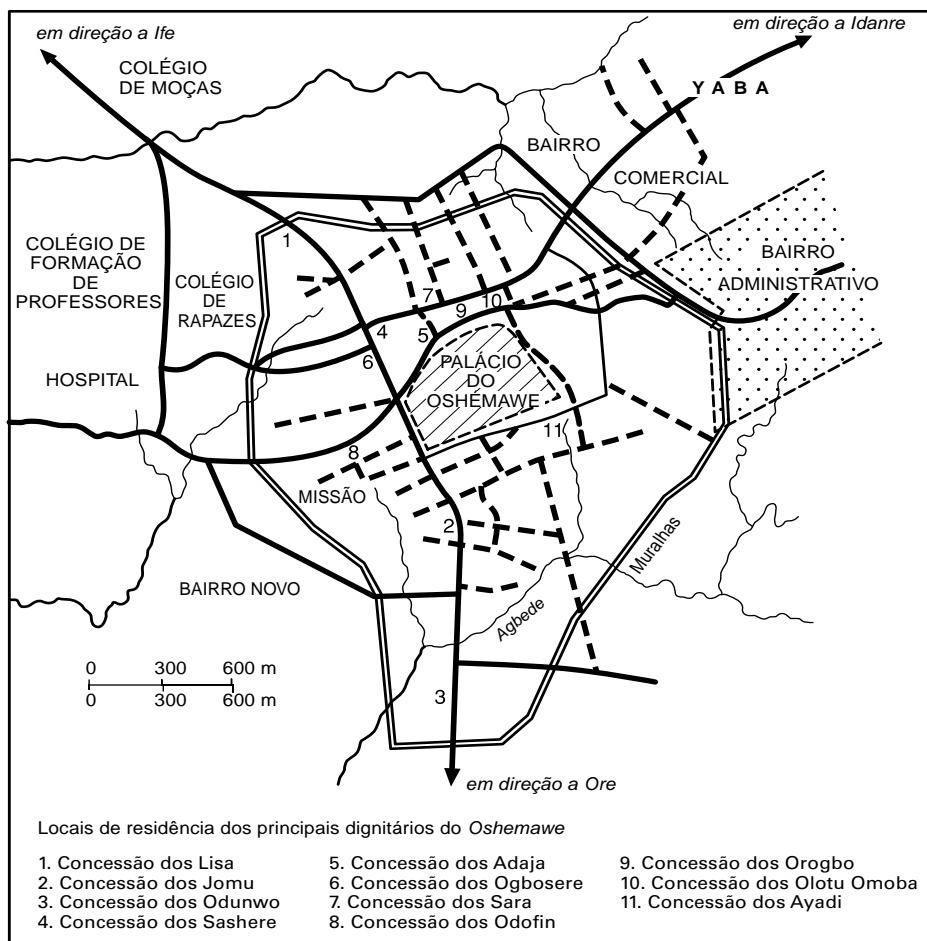
FIGURA 13.2 Ondo: uma cidade pré-colonial. (Fonte: C. Camara, 1973, p. 431. École des hautes études en sciences sociales, Paris.)

Após 1945, o fenômeno dos *bidonvilles* adquire maior amplitude e generaliza--se pouco a pouco, com maior ênfase durante os anos 1950, em praticamente todas as cidades do continente. Cada crise da economia colonial e cada período de seca e más colheitas (1945-1956, 1951-1953) conduzem o seu lote de trabalhadores rurais às cidades, aumentando o valor dos alugueres. Malgrado esforços visando construir novos espaços urbanos equipados ou intuindo responder à crescente demanda por habitações descentes, as metrópoles coloniais e os Estados jamais alcançaram o domínio sobre a emergência dos *bidonvilles*

nas cidades africanas, tornados doravante uma característica peculiar do espaço urbano na África.

Entretanto, quando desaparece de forma generalizada o laço colonial, os mecanismos e efeitos do crescimento urbano modificar-se-iam eles?

O crescimento urbano e os seus efeitos após as independências

Nem as causas e o nível do êxodo rural, nem a distorção entre crescimento urbano e empregos urbanos, e finalmente, nem as modalidades da equipação do espaço urbano se transformam, em sua essência, no curso dos vinte primeiros anos da independência africana, em que pese uma consciência mais aguçada sobre os fenômenos e uma vontade reafirmada de resolver os problemas.

A crise na agricultura africana e a aceleração do êxodo rural

No decorrer dos anos 1960, se negligenciarmos os efeitos superficiais da instabilidade política em certos países da África, a agricultura do continente resistiu relativamente ao sobressalto demográfico da *urbe*, com nuances variadas em função da região em questão.

Todavia, desde o início dos anos 1970, a seca e as más colheitas provocaram sucessivos anos ruins (1972-1974, 1979-1981) e as grandes fomes, principalmente na África sudano-saheliana, do Senegal ao Chifre da África. A inadequação dos métodos produtivos e as escolhas aleatórias em matéria de política agrícola também explicam porque, em 1980, poucos países africanos importavam, para as suas necessidades alimentícias, menos de 10% do total de suas importações. A crise agrícola estava, portanto, mais presente e determinava, com maior ênfase e comparativamente ao período anterior a 1960, fortes correntes de êxodo rural. Na Argélia, por exemplo, constata-se que a população urbana duplicou entre 1966 e 1977, passando de 3.700.000 para 6.800.000 citadinos; a taxa de urbanização que era de 25%, em 1954, atingiu 41% em 1977. Na Costa do Marfim também observa-se o mesmo fenômeno, com taxas de crescimento anuais variáveis entre 6 e 9%, para as cidades até 100.000 habitantes e um índice de 11% no tocante a Abidjan.

Ainda mais revelador do importante peso relativo à crise camponesa é o crescimento urbano na África saheliana onde, com taxas de 3,5 a 5%, a população urbana aumenta em razão de um excedente no saldo migratório entre cidades e

campos, saldo invariavelmente positivo, bem entendido, para as cidades. A população de Ziguinchor, antiga cidade colonial e comercial da região de Casamance (Senegal), dobrou em volume, simplesmente entre 1951 (15.700 habitantes) e 1960 (31.000 habitantes)[13]. Em razão da crise na cultura do amendoim, agravada em um momento de aumento nas necessidades monetárias, e malgrado a crise de uma economia urbana, dominada pelo comércio e sem fundamentos industriais, a taxa de crescimento urbano aumenta de forma notável até atingir 8% ao ano, após 1961. A população desta cidade passa a 40.000 habitantes, em 1966, e para 70.000 habitantes, em 1971. Sobretudo constituída por jovens trabalhadores rurais desenraizados, a população está amplamente subempregada (desemprego estrutural), devendo sobreviver abrigando-se precariamente. Em Rufisque, também encontramos a mesma situação, com uma taxa de crescimento de 6 a 6,5% ao ano, após 1968-1970. Neste caso, à imagem de numerosas cidades do continente, o *habitat* espontâneo e precário conhece um novo impulso após as independências.

Habitat espontâneo e transformações urbanas: a extensão dos bidonvilles

Fenômeno desde então clássico, a presença de *bidonvilles* em torno e/ou na própria cidade africana apresenta, aparentemente, os seus mais espetaculares contornos após 1960. Ao descrever Mathare Valley, um dos mais célebres *bidonvilles* de Nairóbi, eis o que nos diz Wa-Githumo a este respeito, em 1983: "Mathare Valley é o maior de todos os *bidonvilles* de Nairóbi, representando à excelência o que são estas citadelas da pobreza, do subdesenvolvimento e de todo o cortejo de sofrimentos humanos. Barracos infestados de ratos, cabanas, abrigos de fortuna de toda a sorte lá estão locados ou ocupados pelos seus proprietários, nem sempre legais. Centenas de milhares de famílias lá habitam em condições de superpopulação e insalubridade a desafiarem todas as normas[14]."

Esta descrição de Mathari Valley não se encontra tão distante daquela que nos oferece V. S. Naipaul, em 1980, em respeito a alguns bairros de Kinshasa, na publicação *Un nouveau roi pour le Congo...*: "... onde inicia-se, portanto, o sentido das responsabilidades, do Estado, da sociedade? Uma cidade de dois milhões de habitantes, praticamente desservida de meios de transporte, desprovida de

13 P.-X. TRINCAZ, 1984; A. DUBRESSON, 1979.

14 WA-GITHUMO, 1983.

indústrias (com exceção de algumas usinas de montagem entre o aeroporto e a cidade, tal como em grande número de países em vias de desenvolvimento), uma cidade subtraída ao restante do país [...]. Ela não deve se mostrar eficaz; ela pode permitir-se zelar pela sua própria segurança [...]. Sob a canícula, os córregos estão empesteados; em tempos de chuva, as ruas estão inundadas. E esta anarquia se propaga[15]..."

Estas descrições impõem o problema central das políticas urbanas na África pós-colonial e, pela mesma ocasião, suscitam a questão das soluções imagináveis pelos citadinos perante a crise do *habitat* urbano. Com muito maior pertinência comparativamente à época colonial e tal como levantamentos tendem a demonstrá-lo, no tangente à Costa do Marfim, os "candidatos" ao *habitat* espontâneo não consistem exclusivamente em novos citadinos mas, outrossim, em uma forte proporção de antigos habitantes da cidade; alógenos ou autóctones em ruína, decorrente das crises econômicas, desempregados, marginais sociais ou não, situados no limite da economia de mercado e da nova sociedade de consumo, todos em si encontram-se, conduzindo a vida dia após dia e eventualmente especulando em relação a barracos em madeira ou materiais de recuperação.

Face a esta situação, a tomada de consciência dos poderes públicos se nos apresenta, até certo ponto, precocemente (notemos a ideologia "desenvolvimentista" durante os discursos oficiais no imediato posterior à independência); contudo, as soluções e as estruturas a imperiosamente permitirem a sua mediação concreta, são tardias. O surgimento e a multiplicação de organismos de infraestrutura urbana, os planos diretores nas cidades, manifestaram-se tão somente no transcorrer dos anos 1970, na maioria dos países africanos, ao menos quando a colonização, preocupada *a priori* com a situação das grandes metrópoles, nada tenha deixado. A modicidade dos meios financeiros disponíveis ao desenvolvimento ainda não permitira ao Estado, em 1980, dominar um fenômeno em plena expansão.

Solução de continuidade para a sobrevivência na cidade africana, com maior ênfase na África negra, o setor denominado "informal" torna-se o seu elemento essencial, a responder em sua maior medida pela atividade econômica urbana, além do que era capaz de assegurar o setor industrial. Os estudos referentes a este aspecto da economia urbana ainda encontram-se em sua fase inicial; entretanto e desde logo, apresentam os tesouros da imaginação que incontáveis

15 V. S. NAIPAUL, 1974.

Figura 13.3 Bidonvilles: a. em Lagos; b. Mathare Valley, em Nairóbi; c. Belcourt, em Alger. (Foto: W. Tochtermann; J. K. Muiriri; P. Kheloud, APA, Paris.)

citadinos do continente são obrigados a desdobrar para viver na atual cidade africana, à margem da economia industrial, ainda pouquíssimo desenvolvida no continente em 1980.

Todos os países do continente e todas as cidades africanas não se situam em um mesmo patamar. Há diferenças sub-regionais. Há contrastes entre os países caracterizados por fortes rendimentos petrolíferos (ou agrícolas), capazes, portanto e por sua vez, de financiarem o seu desenvolvimento industrial para ampliar as possibilidades empregatícias urbanas e, por outro lado, aqueles países confrontados a uma ainda mais grave crise econômica, em condições inferiores de, no ano de 1980, controlarem todos os parâmetros do desenvolvimento econômico. Todavia e neste caso, trata-se de diferenças sobretudo ligadas ao grau de subdesenvolvimento, muito mais que aquelas referentes à natureza deste desenvolvimento. Se a África, como um todo, entra muito rapidamente no universo da civilização urbana, raros são os países do continente em relação aos quais poder-se-ia afirmar terem alcançado algum grau relevante de industrialização em 1980.

Conclusão

Se quiséssemos, malgrado todo o que precede e no tocante à época pré-colonial, ainda falar a respeito de uma "revolução industrial", em curso na África, far-se-ia imediatamente necessário afirmar que ela dificilmente se realizaria em meio às piores condições, ao menos desde 1935: condições internacionais desfavoráveis; controle e peso sociais de mais em mais inibidores da ação das sociedades transnacionais, na perspectiva de uma verdadeira industrialização; encargos devidos ao estado de dependência colonial e perpetuados pelas incoerências ou inadequações das políticas industriais pós-coloniais. O sobre povoamento nas cidades, em ritmo superior àquele relativo ao crescimento industrial, não constitui obstáculo irrelevante. Finalmente, alguns poderiam perguntar-se e, com a melhor das intenções, afirmam-no nos dias atuais, a que serviria tal industrialização em um continente que, a duras penas, logra alimentar-se?

No continente africano, o desenvolvimento industrial apresenta-se, entrementes, como uma necessidade, quiçá um imperativo, para si mesmo, tanto quanto para o restante do mundo. Naquilo que lhe diz respeito e no que tange à esta proposição, trata-se de estabelecer as bases de uma economia autocentrada, a se conceder os meios técnicos adequados, fatores do seu real desenvolvimento. Faz-se mister, igualmente, criar, além de uma melhor articulação entre agricul-

tura e indústria, as condições para uma utilização e mobilização mais racionais das forças de trabalho; talvez, seja esta a ocasião para a África dotar-se igualmente dos meios requeridos em prol de uma verdadeira renovação das culturas africanas, ainda amplamente caracterizadas por aspectos pré-científicos.

No tocante ao resto do mundo, ao exercer um melhor controle sobre as suas imensas potencialidades, a África deveria colocá-las ao alcance do conjunto das nações do globo e não, em contrário, exclusivamente a serviço de algumas poucas, assim como ocorre em relação às empresas transnacionais. Trata-se de superar a oposição entre "economia dependente" e "economia autocentrada".

Como alcançar este estádio, produzindo custos políticos, econômicos e sociais, inferiores aos atuais? Talvez e principalmente, através de uma verdadeira cooperação interafricana e de uma integração acrescida dos meios e das políticas industriais (faz-se aqui imperativo dirigir as atenções, menos ao mar e, sobretudo, para o interior do continente); por meio de escolhas industriais menos ostentatórias (as usinas-chave gigantes existentes não estão essencialmente empenhadas senão em uma produção cujo destino consiste em exportar além dos limites do continente); e, finalmente, graças a investimentos no âmbito da adequação entre inovação tecnológica e exigências concretas dos povos africanos.

CAPÍTULO 14

Estratégias comparadas da descolonização econômica*

Adebayo Adedeji

Os governos africanos realmente desejavam, o quanto antes, elevar o grau da independência adquirida e, como consequência, melhorar o nível de vida do seu povo, através do aumento nos rendimentos e da implantação dos serviços sociais, bem como das infraestruturas de base. Todos consideravam praticamente um fato consumado e incorporado que a planificação econômica constituísse o meio mais racional, com vistas à realização destas mudanças. Se, antes da emancipação da África, os teóricos do desenvolvimento se haviam mostrado divididos quanto à pertinência e aos méritos dos planos, no imediato posterior à independência, em contrapartida, os planejadores impuseram-se de forma contundente: após a dissolução dos regimes coloniais, os governos foram prontamente conduzidos a apresentarem, cada qual, um plano concebido para responder ao que se considerava como exigências ao desenvolvimento, do país e do seu povo. Contudo, estes planos elaborados, muito amiúde, por estrangeiros cujo conhecimento dos países em questão era relativamente insuficiente, "pecavam pela falta de uma real capacidade em serem conduzidos, pela ausência de um apoio político ou, ainda, pela pouca plausibilidade de sua aplicação[1]". Não causa espanto, portanto, e ao

---

* Nós denominamos "descolonização" o processo de desmantelamento das instituições coloniais e a redução, ao mínimo, de todo poder e qualquer controle estrangeiros. A descolonização não é um presente das potências coloniais, mas uma conquista dos reprimidos.

1 G. K. HELLEINER, 1972, p. 333.

menos durante os dez anos imediatamente posteriores à independência, que as decisões em respeito às grandes questões estratégicas do desenvolvimento ou da ideologia tenham, via de regra, tergiversado os planejadores. Os níveis em cujas grandes reviravoltas estratégicas devem ser buscadas são outros. Todavia, salvo alguns raríssimos países, tem-se dificuldade em descobrir sinais tangíveis de uma estratégia de descolonização econômica igualmente clara e definida como aquela que presidiu a descolonização política, a qual todos os países africanos subscrevem e vigorosamente perseguem.

No entanto, mesmo nesses primórdios da independência, teria sido claro aos olhos de todos que, se a África não se livrasse da sua herança econômica colonial, ela prepararia para si um porvir sem dignidade. De fato e forçosamente, devemos constatar que o quadro herdado do colonialismo, ao qual as economias nacionais permaneceram prisioneiras, é o responsável em larga medida pela crise econômica na qual o continente está mergulhado, desde a segunda metade dos anos 1970. Infelizmente, seriam necessários vinte anos de independência para compreender que, enquanto a África persistisse em se deixar cair em tentação pelo sistema econômico colonial, ela não realizaria nenhum verdadeiro progresso em matéria de gestão socioeconômica e continuaria a fazer "parte da mais baixa casta da hierarquia [econômica] internacional", correndo o risco "de permanecer imutavelmente relegada ao último escalão desta hierarquia[2]". Indubitavelmente, a adoção de estratégias eficazes de descolonização econômica é uma necessidade para a África, caso ela queira atingir elevadas taxas de crescimento, diversificar a sua produção, progredir na via da autonomia e alcançar um desenvolvimento autossustentável.

Para a imensa maioria dos africanos, as esperanças depositadas em uma rápida transformação da economia, tão logo alcançada a independência, infelizmente não se realizaram. A economia africana passou, ao contrário, por uma série de crises e a revolução não mais expressava a crescente esperança dos africanos mas, a sua progressiva decepção; razões pelas quais sucederam-se no continente revoltas militares e sublevações políticas. Por que a África não conheceu ela o desenvolvimento econômico que a independência parecia lhe prometer? Quais erros teria ela cometido? Para trazer tão somente um esboço de resposta rigorosa a estas questões, nós devemos, primeira e principalmente, analisar as estratégias econômicas dos países independentes da África, no início dos anos 60.

2 A. A. MAZRUI, 1977, pp. 17-18.

Em direção a uma estratégia socialista para a descolonização

Os planos de desenvolvimento elaborados após a independência primavam, como vimos, pela ausência de estratégia ou ideologia coerentes em relação ao desenvolvimento. Com maior frequência, eles estavam circunscritos aos grandes parâmetros da economia clássica e neoclássica: o crescimento do PIB, a expansão do investimento e a mobilização da poupança, o estabelecimento de infraestruturas econômicas e sociais, o desenvolvimento dos serviços sociais, a ajuda estrangeira, os investimentos privados estrangeiros e as medidas de incitação para atraí-los. Muitos destes planos avalizavam, ao menos implicitamente, as políticas e estratégias herdadas do colonialismo.

Assim sendo, os autores do primeiro plano de longo prazo para a Costa do Marfim (1960-1970)[3] julgavam indispensável manter e, mesmo aumentar, as contribuições estrangeiras no referente aos fatores produtivos, sob o pretexto de faltarem recursos a serem investidos na economia nacional, além da especialização requerida. Um dos principais objetivos do plano era diversificar a produção agrícola destinada à exportação, implicando em um agravamento na dependência econômica em relação aos países centrais. Em suplemento, o plano acordava ao Estado um papel central na condução do processo de desenvolvimento. No imediato posterior à sua independência, este modelo marfinense foi, não somente, imitado por numerosos países africanos mas, inclusive, ultrapassado no que se refere à maioria das ex-colônias francesas, as quais chegaram até a tomar medidas para reforçar os seus laços econômicos com a metrópole: enquanto os outros países da África criavam as suas próprias instituições monetárias, todas as antigas possessões francesas, com exceção do Mali e da Guiné, conservaram os seus laços com a França no quadro de uma zona monetária comum.

Em oposição a esta estratégia de desenvolvimento neocolonialista, alguns países africanos lançaram-se, imediatamente após a independência, em políticas e programas supostamente capazes de descolonizar a economia. Na maioria dos casos, todavia, este procedimento estava ligado ao desejo de orientar a sociedade em direção a objetivos *socialistas*. Certamente, o termo "socialista" admitia conotações diversas e diferentes qualificações – "socialismo africano[4]", "socialismo

3 Governo da Costa do Marfim, 1967.

4 Governo de Gana, 1964, p. 15.

democrático e cooperativo[5]", "socialismo neodestouriano[6]" ou "socialismo realista e de bom senso[7]"– mas, o conteúdo social e econômico era sensivelmente o mesmo em todos os casos. Diferentemente dos países engajados em uma estratégia econômica e liberal de tipo não colonialista, estes países desejavam não somente elevar o nível de vida da sua população mas, em suplemento, transformar radicalmente a própria estrutura da sua sociedade e da sua economia colonial, assegurando *in loco* a transformação dos produtos primários e indo ao encalço de uma política de substituição das importações, através da industrialização do país.

Um dos notáveis aspectos destas primeiras experiências socialistas foi *a rejeição de toda a expropriação em massa, de bens estrangeiros ou de bens nacionais privados*. Os governos destes países estavam mais preocupados em criar capacidades, preferencialmente a nacionalizar as riquezas potenciais e capazes de servir como trampolim aos seus sonhos socialistas. O Mali, um destes países, adotou entretanto uma abordagem nitidamente diferente. Por exemplo, enquanto Gana aceitava uma economia mista como uma etapa transitória na edificação de uma sociedade socialista, o Mali tratou de colocar, sob o controle e o monopólio diretos do Estado, a maior parte do setor moderno e, com maior ênfase, o comércio exterior. Esta última medida confirmou-se particularmente importante para um país que considerava o controle dos seus intercâmbios comerciais como um meio essencial, na administração da mais-valia extraída dos seus produtos de exportação. À imagem das economias marxistas, os planejadores malineses viam as empresas comerciais estrangeiras como o canal pelo qual esta mais-valia era exportada e, enquanto as outras ex-colônias francesas dotavam-se, através de acordos assinados com a França, de uma moeda comum garantida pelo Tesouro francês, o Mali criava a sua própria moeda, o franco malinês.

Tornada independente em 1962, após uma longa e sangrenta guerra de libertação, a Argélia igualmente escolheu uma via socialista de desenvolvimento. Ben Bella, dirigente na luta pela libertação e primeiro-ministro do Novo Estado, explicou-se nestes termos a este respeito: "nós adotamos a análise econômica do marxismo porque nós estimamos ser ela a única válida para o desenvolvimento do nosso país mas, sem contudo e em razão disto, aderirmos à sua ideologia, visto que a nossa ação é conduzida por argelinos, árabes de religião muçulmana[8]."

5 Governo do Mali, sem data, p. 6.

6 Governo da Tunísia, 1962, p. 8.

7 Governo de Madagáscar, 1964, p. 9.

8 *Le Monde*, 23 de Janeiro de 1965, discurso pronunciado na União Geral dos trabalhadores argelinos.

Em certo sentido, a Argélia não tinha escolha, em razão do vazio deixado pelo êxodo da população europeia que abandonou, em massa, explorações agrícolas, usinas e propriedades fundiárias. Estes bens abandonados foram espontaneamente retomados pelo povo, pelos operários agrícolas e pelos trabalhadores da indústria. A economia argelina deve a sua grande originalidade justamente a este fenômeno, a saber, a autogestão do setor agrícola. Estas explorações de caráter autogestor tornaram-se organismos coletivos, dirigidos por assembleias de trabalhadores que deles elegiam os administradores. As ocupações foram rapidamente legalizadas, através da nacionalização da quase-totalidade das explorações agrícolas abandonadas pelos europeus, a saber, cerca de 2,3 milhões de hectares que asseguraram 65% da produção total de cereais. As nacionalizações foram progressivamente estendidas aos setores manufatureiro, mineiro e petrolífero, de tal sorte que ao final dos anos 1960, o setor público (com exceção das empresas de caráter autogestor) representava acima de um terço da produção total.

Estas diferentes variantes do socialismo propunham-se naturalmente a múltiplos objetivos: a descolonização econômica; a intervenção sustentada do Estado em prol do desenvolvimento e o seu controle sobre a economia; a equalização das oportunidades nos planos econômico e social; a limitação do papel do setor privado, assim como da propriedade e dos investimentos privados. No tocante a este último ponto, contudo, a atitude de alguns governos foi, até certo ponto, ambivalente. Muitos não desejavam abolir a propriedade e o investimento privado, mas buscavam sobretudo controlá-los e conduzi-los a contribuírem, mediante um acordo com o setor público, para a realização dos seus objetivos econômicos e sociais. Como afirmava o plano de desenvolvimento septenal de Gana (1963/64-1969/70), "a simples ideia de um setor estatal forte e de um setor privado próspero, incapazes de coexistirem no seio de um mesmo sistema econômico, é inaceitável. A organização política de Gana seria concebida de tal forma que cada um destes setores contribuísse ao máximo em prol do crescimento geral da economia[9]."

Porém, foi na Tanzânia que o socialismo encontrou a sua formulação mais acabada, como solução fundamental para vencer a pobreza, reduzir a dependência do país *vis-à-vis* do estrangeiro e reorganizar radicalmente as relações de produção e de poder, bem como as relações sociais no interior da coletividade nacional. É verdade que na aurora da independência, em 1961, a Tanzânia adotou, à imagem de outros países africanos, uma estratégia de desenvolvimento

9 Governo de Gana, 1964, p. 3.

de tipo liberal, naturalmente, com algumas variantes. Ela privilegiou a produção voltada para a exportação, lançou-se ativamente em busca de empréstimos externos, em particular, de ajuda junto a organismos estrangeiros e concentrou-se, também, na rápida expansão da infraestrutura, todavia, em oposição à maioria dos países do continente, ela igualmente desenvolveu uma ideologia baseada na autonomia. No entanto, até a Declaração de Arusha, em 1967, a Tanzânia seguiu o mesmo rumo que os outros Estados africanos. Trata-se daquilo que Joel Samoff resumiu nestas palavras: "para os socialistas, tornou-se de mais e mais evidente que a Tanzânia seguia a mesma via que os outros Estados africanos. Ela dispunha de muito mais escolas e hospitais; alguns cargos de responsabilidade eram, desde logo, ocupados por africanos; uma indústria local começava a se desenvolver; o salário mínimo fora notavelmente reajustado; e a economia encontrava-se em plena expansão. Mas, ela continuava a obedecer aos antigos preceitos econômicos e aumentava a sua dependência frente ao exterior. A Declaração de Arusha, de 1967, veio sancionar o fracasso da tentativa liberal e dele tirar as consequências[10]."

O fracasso do liberalismo que, de 1961 a 1967, inspirara a política tanzaniana, levou então a um socialismo abertamente afirmado, bem como a toda uma série de mudanças institucionais. Um regime de partido único foi oficialmente estabelecido e um compromisso foi assumido no sentido de aumentar a participação democrática neste novo cenário. Ademais e com maior ênfase, uma radical estratégia de desenvolvimento foi adotada, cujos principais elementos eram: nacionalização das grandes instituições econômicas, em particular, dos bancos, das companhias de seguro, das empresas de importação-exportação e das empresas manufatureiras, bem como, das grandes explorações agrícolas; restrições ao consumo da burguesia abastada, essencialmente pelo viés de um imposto progressivo; "descolonização" dos currículos escolares; esforço acrescido pela diversificação econômica e pela industrialização; e o compromisso resoluto e altamente proclamado com a autonomia do país[11].

O aspecto mais radical deste novo socialismo tanzaniano era a ideologia *ujamaa vijijini*, ou socialismo do vilarejo, fundada no princípio da autonomia econômica. O socialismo devia, doravante, basear-se sobre os valores tradicionais da honra nos vilarejos, opondo o interesse coletivo e a solidariedade do grupo ao individualismo e à exploração capitalistas. O código dos dirigentes, ao colocar ênfase em respeito aos valores morais (ardor no trabalho, a austeridade, a abne-

10 J. SAMOFF, 1981, p. 289.

11 J. K. NYERERE, 1968a; J. SAMOFF, 1981, p. 289.

gação e a devoção à comunidade), interditava aos quadros a criação de empresas privadas ou a posse de mais de uma casa. Isto permitiu suprimir os rendimentos provenientes dos alugueres e nacionalizar inclusive as pequenas empresas. Em razão destas medidas, o setor público representava, em meados dos anos 1980, mais de 80% da atividade econômica.

A despeito do seu radicalismo, a Tanzânia permaneceu, na mesma proporção, dependente da ajuda estrangeira para financiar o seu desenvolvimento e a descolonização econômica, tanto quanto mostrou-se inatingível a sua autonomia. Ainda mais grave, em contrário ao seu desenvolvimento, a economia estagnou, chegando ao ponto de, inclusive e por várias vezes, acusar taxas de crescimentos negativas. Por todas estas razões, a ONU classificou a Tanzânia – juntamente com outros 32 países do continente – na categoria dos países menos avançados (PMA). Em 1977, a respeito desta situação, Reginald Green concluiu ironicamente: "pode se considerar que a passagem ao socialismo está praticamente finda na Tanzânia[12]."

No Senegal, o socialismo africano, preconizado por Mamadou Dia (presidente do Conselho de 1956 a 1962) e por Léopold Sédar Senghor, estabeleceu a diretriz da edificação de uma sociedade socialista fundada em valores comunitários tradicionais, o desenvolvimento do movimento cooperativo e o agrupamento dos vilarejos em comunidades rurais com autonomia administrativa. Aos olhos de Dia, tal como para Senghor, estas cooperativas multifuncionais implantadas nos vilarejos deveriam constituir as unidades econômicas de base, para uma sociedade socialista agrária. Qual seria a função da minúcia analítica, se o Senegal continua a oferecer a própria imagem da dependência econômica e se, vinte anos após a sua independência, o essencial do seu comércio exterior ainda se realiza com a França. A ex-metrópole também garante, há muitos anos, mais de dois terços dos recursos consagrados ao financiamento do desenvolvimento e satisfaz, por pouco que não, a quase totalidade das necessidades em assistência técnica e ajuda financeira. Por sua vez, os investidores franceses fornecem ao Senegal mais de quatro quintos dos capitais privados a ele disponíveis e o Tesouro francês cobre, há anos, o *déficit* do seu comércio exterior.

Entrementes, o socialismo africano à moda senegalesa teve efeitos significativos. Em primeiro lugar, ele desestimulou a formação de empresas capitalistas de grande envergadura nos campos e favoreceu a implantação de estruturas cooperativas rurais. Em seguida, ele justificou, em larga escala, uma intervenção

12 R. H. GREEN, 1977, p. 24.

do Estado com o objetivo de regulamentar e controlar alguns setores-chave da economia nacional. Finalmente, ele acolheu os capitais externos e os capitais privados nacionais. De certa forma, não há nada de surpreendente neste quadro, pois Senghor sempre foi partidário de um diálogo entre a Europa e a África e, inclusive, entre a Europa, a África e o mundo árabe. O seu governo socialista não demonstrou, portanto, nenhum constrangimento em colaborar com os investidores estrangeiros e o setor privado senegalês. Entretanto, como era possível prever, a dependência do país persistiu.

As estratégias setoriais de descolonização econômica

A análise setorial das estratégias e políticas de desenvolvimento macroeconômico operadas nos primeiros anos da independência pelos governos africanos permitirá melhor medir os esforços de descolonização econômica. Nós focaremos com maior ênfase os dois setores diretamente produtivos – a agricultura e a indústria – e a política de africanização no setor moderno das economias do continente.

À época colonial, a África apresentava essencialmente dois modelos de agricultura: por um lado, a agricultura de subsistência tradicional, simultaneamente, modo de vida e sistema econômico, a qual não escoava os seus produtos no mercado senão quando se livrava dos excedentes e quando os produtores necessitavam de liquidez para pagar mercadorias ou quitar impostos cobrados pelo Estado; por outra parte, uma agricultura comercial moderna, inteiramente integrada ao setor monetário da economia. Em alguns países da África, os dois tipos de agriculturas estavam representadas, uma agricultura local, dominada pela produção de subsistência tradicional, coexistente com uma agricultura não africana, esta última quase totalmente em mãos dos colonos, praticada em larga escala nas *plantations* e voltada, em sua grande parte, para a exportação. Em outras regiões, no oeste africano, em especial, esta dualidade se apagava pois, os camponeses também garantiam a produção agrícola destinada à exportação.

Invariavelmente, os governos coloniais privilegiavam a produção voltada para exportação, principal fonte de divisas e receitas públicas. Ainda nos dias atuais as culturas de exportação representam nada menos de 80% das entradas de divisas e receitas públicas nos países que não exportam nem petróleo nem minerais. Em contrapartida, os produtores de culturas de subsistência eram obrigados a se privar dos fornecedores agrícolas e de qualquer apoio técnico – variedades de alto rendimento, adubos, créditos facilitados, financiamento em

pesquisa, serviços de vulgarização agrícola, entre outros. A quase totalidade da produção no setor moderno era comercializada por intermédio de cooperativas agrícolas, as quais se transformaram, durante a Segunda Guerra Mundial e nos anos seguintes, em departamentos de comercialização ou, nos países de língua francesa, em fundos de poupança para estabilização. Estes organismos gozavam de um monopólio na compra e na exportação, fixando a cada estação os preços pagos aos produtores. Nas colônias de povoamento da África Oriental e Austral, o regime colonial impedia aos autóctones produzirem as culturas de exportação, intuindo proteger os colonos europeus de qualquer concorrência. Esta dicotomia está à origem da excessiva dependência das economias africanas frente ao estrangeiro, ela determina as características destas economias duais, baseadas na monocultura, nas quais coexistem um setor exportador moderno, em larga escala nas mãos de exploradores estrangeiros, lado a lado com um vasto setor de subsistência, pouco produtivo e empregando a maioria da população. Quando os africanos conquistaram a sua independência, a sua economia reservava uma considerável porção dos seus recursos à produção voltada para a exportação dos bens, cuja demanda interna era fraca, além de serem dependentes de países externos ao continente, no que diz respeito à satisfação das suas necessidades essenciais, incluindo a maior parte das exigências alimentícias. Esta situação não tinha nenhuma relação com a teoria das vantagens comparadas, resultava tão somente dos efeitos acumulados de uma política imperialista que não via nas colônias nada além de um reservatório de matérias-primas.

Nestas condições, qual foi a estratégia de descolonização seguida no setor agrícola após a independência? Em quais medidas os governos africanos tentaram eles modificar esta estrutura colonial, a privilegiar, com a maior ênfase e ao excesso, a produção voltada para a exportação e as entradas de divisas? Como escreve Ali A. Mazrui, "um novo feitiço encantou [a África], hipnotizando os ambiciosos, atiçando os cupidos e seduzindo os famintos por bens. Este feitiço, a saber, o frio dinheiro do estrangeiro, a posse de moeda conversível, consistem em instrumentos de potência internacional[13]." Por mais lastimável que seja, não causa nenhum espanto que a África independente tenha continuado a desenvolver a suas culturas de exportação com inédito vigor e a negligenciar a produção de alimentos: entre 1960 e 1965, enquanto a produção de culturas voltadas para a exportação aumenta globalmente em 23,3%, as culturas de subsistência, por sua vez, não progridem senão na ordem de 6,7%. Nos primórdios da inde-

13 A. A. MAZRUI, 1980a, p. 65.
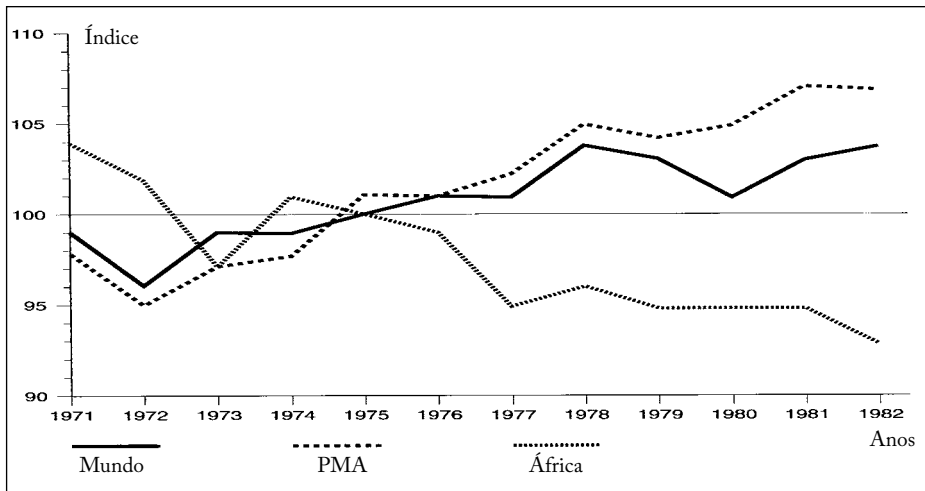
FIGURA 14.1 Evolução na produção alimentícia por habitante: para o conjunto do mundo, PMA e África (base = 1974-1976). (Fonte: FAO, 1982b.)

pendência, os governos africanos permaneceram notoriamente surdos quanto a este conselho: "A maneira mais segura de promover a industrialização [...] consiste em assentá-la sobre bases sólidas, adotando medidas enérgicas, visando aumentar a produção de alimentos, por indivíduo empregado na agricultura[14]." Ao contrário, como apresenta a figura 14.1, a queda na produção de alimentos por habitante persistiu ao longo dos anos 1970 e no início dos anos 1980.

Os medíocres resultados no setor alimentício traduzem, sem sombra de dúvidas, os maus desempenhos do setor agrícola em seu conjunto. Este último permanece, integral e constantemente, em atraso e os seus resultados pioram a partir da independência. Entre 1971 e 1980, produção agrícola aumenta em média 1,7% ao ano, contra 2,1% durante os anos 1960. As razões desta deterioração aparecem claramente na tabela 14.1. Os governos africanos não investiram, em sua proclamada estratégia de desenvolvimento, um volume suficiente de recursos públicos. Evidencia-se com os dados disponíveis que, a preços constantes, a parcela das despesas públicas por habitante, investida na agricultura, baixou em todas as sub-regiões e, sobretudo, na África Central, onde o setor igualmente conheceu os mais fracos investimentos internos por habitante.

Ainda pior, os recursos extremamente limitados disponíveis para os investimentos agrícolas foram invariavelmente despendidos de modo inadvertido.

14 A. LEWIS, 1953.

TABELA 14.1 TAXA ANUAL MÉDIA DE CRESCIMENTO DO CONJUNTO DOS GASTOS PÚBLICOS, PARA TODOS OS SETORES E PARA A AGRICULTURA, EM VALORES CONSTANTES

	Todos os setores reunidos					Agricultura				
	1979	1980	1981	1982	Média 1979-82	1979	1980	1981	1982	Média 1979-82
África do Norte	6,1	4,0	-6,0	3,6	1,8	-6,3	2,2	-0,3	-5,8	-2,6
África Ocidental	9,1	-15,7	-18,4	-1,7	-7,3	-10,4	18,9	-5,4	8,0	2,1
África do Centro-Oeste	20,3	-3,0	3,1	-8,8	2,4	68,7	-7,5	34,2	-34,5	-9,5
África Central	-	-	-	-	-	-13,5	-48,6	10,0	39,1	-0,2
África Oriental e Austral	14,5	-3,9	-11,0	-18,7	-5,5	27,0	4,9	-1,1	-30,7	-2,2

Nota: os números concernem 24 países

[Fonte: FAO, 1983.]

Com demasiada frequência, voltou-se uma vez mais para investimentos em massa, para fortes investimentos em bens de equipamento e em proveito de uma mecanização, em larga escala, geradora de supercapitalização. Os projetos governamentais previam, usualmente, medidas de proteção social muito dispendiosas, sem considerar, por pouco que fosse, as capacidades e as necessidades dos agricultores africanos. Se por um lado, entre 80 e 90% dos camponeses são pequenos agricultores – dentre os quais uma maioria formada por mulheres, com maior ênfase no setor alimentício –, os produtos agrícolas absolutamente indispensáveis, lhes fazem cruelmente falta. Os serviços de vulgarização agrícola geralmente brilham pela sua ausência, as variedades de sementes selecionadas, os adubos e os pesticidas estão, muito amiúde, indisponíveis. A malha rodoviária e as outras infraestruturas são tristemente insuficientes; praticamente inexistem instalações racionais e eficientes para a estocagem e a preservação dos cereais; o escoamento dos produtos alimentícios, do campo em direção aos centros urbanos ou entre diferentes regiões rurais, raramente é organizado de forma sistemática, mediante o que, uma fortíssima proporção – entre 20 e 40% – da produção de alimentos perde-se em virtude da falta de acesso aos mercados; enfim, a política que consiste em manter baixos preços na base da cadeia produtiva, reduzindo os rendimentos dos camponeses, tem efeitos negativos sobre a produtividade agrícola.

O Plano de Ação de Lagos sublinha este sistemático abandono do pequeno camponês, relembrando que na origem do problema alimentício africano

encontra-se o fato a denotar que os Estados, "na forma do costume, não acordaram a devida prioridade à agricultura, quer seja em alusão à alocação de recursos ou no referente à suficiente atribuição de atenção às políticas relativas à melhoria da produtividade, bem como da vida no mundo rural[15]". Ele acrescenta que "para melhorar as condições nutricionais na África, a pré-condição fundamental consiste em demonstrar uma forte vontade política com o objetivo de prover um volume muito maior de recursos à agricultura, de levar a bom termo uma essencial reorientação nos sistemas sociais, de impor políticas a incitarem pequenos produtores e membros de unidades produtivas agrícolas a atingirem níveis mais elevados de produtividade e, finalmente, implantarem mecanismos eficazes para a formulação e execução dos programas requeridos[16]".

Em respeito ao setor secundário, *os jovens Estados africanos consideram a industrialização como um instrumento essencial de descolonização econômica*. As atividades manufatureiras haviam efetivamente sido desestimuladas pelos regimes coloniais, os quais estimavam que as economias africanas deveriam apoiar a sua correlata metropolitana, fornecendo-lhe matérias-primas e assegurando-lhe mercados cativos, em benefício do escoamento dos seus produtos manufaturados. Tal como demonstra a tabela 14.2, as indústrias manufatureiras não representam em 1960, no período das independências, senão 7,6% do PIB continental africano, contra 12% no sudeste asiático, 13% no médio-oriente e 22% na continente latino-americano. A atividade limitava-se precedentemente ao período independentista à transformação dos recursos agrícolas, florestais e minerais, em artigos manufaturados ou produtos semiacabados, bem como à produção de alguns bens de consumo. O que explica, após a independência, o engajamento dos governos em prol de uma particular atenção a ser conferida às indústrias manufatureiras.

Todavia e como regra geral, as atividades industriais foram, passo a passo, postas em marcha, subtraídas de qualquer plano a garantir-lhes as ligações intra ou intersetoriais, bem como em ausência da estratégia requerida, no sentido de permitir-lhes contribuir, de forma decisiva, para o desenvolvimento econômico e social. As empresas criadas, desde o princípio, foram-no em associação com companhias estrangeiras ou tão somente impulsionadas por investimentos externos, tanto as primeiras quanto estes últimos a explorarem-nas, antes e sobretudo, em seu próprio benefício. Os meios de produção e as matérias-primas eram, por pouco que não, importados. Assim sendo, a industrialização na África abriu os

15 OUA, 1981.

16 Ibid., p. 11, parágrafo 18.

TABELA 14.2 COMPOSIÇÃO DO PIB POR SETOR, EM VALORES CONSTANTES DE 1970 (EM %)

País	Agricultura	Indústrias manufatureiras	Eletricidade	Indústrias extrativistas	Construção	Comércio	Transporte	Administração pública	Outros
Principais países exportadores de petróleo									
1960	43,1	5,5	1,3	3,8	8,4	19,3	5,5	7,5	5,6
1970	30,2	5,2	0,7	18,5	6,3	24,8	3,2	8,3	2,8
1980	16,3	6,4	0,9	8,6	14,3	24,2	6,6	19,5	3,2
Países não exportadores de petróleo									
1960	42,4	8,6	1,4	4,6	4,0	15,5	5,9	8,9	8,7
1970	35,1	11,7	1,4	5,4	4,7	17,7	6,2	9,4	8,4
1980	27,7	12,4	1,7	5,1	5,4	19,2	7,2	12,8	8,5
Países menos desenvolvidos									
1960	59,2	5,3	1,4	0,8	4,6	15,4	4,3	7,8	1,2
1970	50,6	8,7	1,1	0,9	3,8	17,5	5,0	7,0	5,4
1980	44,2	8,1	1,3	1,3	4,2	17,7	6,9	10,0	6,3
Países em desenvolvimento									
1960	42,6	7,6	1,3	4,4	5,4	16,7	5,8	8,4	7,8
1970	33,4	9,5	1,2	9,8	5,2	20,1	5,2	9,0	6,6
1980	22,8	9,8	1,3	6,6	9,3	21,4	6,9	15,7	6,2

NOTA: as taxas de crescimento setoriais 1960-1970 foram calculadas para 39 países africanos em desenvolvimento para os quais há dados disponíveis, ao passo que as taxas 1970-1980 concernem, como os números globais, o conjunto dos 50 países em desenvolvimento africanos.

[FONTE: Secretariado da CEA.]

caminhos para uma nova fórmula de dependência: em lugar de gerar economias, quiçá lucros, no curso dos intercâmbios comerciais, a indústria tornou-se a raiz principal das perdas neste domínio.

Certamente, o crescimento do setor manufatureiro foi sustentado, durante os anos 1960, e perdurou em ritmo levemente superior àquele do PIB, no decorrer dos anos 1970 (tabela 14.3), contudo, a indústria permanece, ainda nos dias atuais e simultaneamente, um enclave estrangeiro e urbano, em meio à imensidão dos campos economicamente atrasados. Em respeito à produção mundial, o valor agregado pelas indústrias manufatureiras do continente africano não ultrapassava, em 1980, senão ínfimos 0,9%, comparativamente aos 2,7% no tocante ao sudeste-asiático e 6% no tangente ao continente latino-americano. A África apresentava-se, portanto e à época, na qualidade de região com o menor índice de industrialização do globo. Como indicado pela Comissão Econômica para a África (CEA) da ONU, "excluindo-se a produção de um estreito leque de bens intermediários, este setor caracteriza-se pela presença de indústrias leves e produtoras bens de consumo, bem como pelas atividades de transformação elementar, relativamente pouco impulsionadas pela fabricação, realizada a partir de matérias-primas minerais e agrícolas, de produtos acabados e semiacabados, com maior ênfase destinados à exportação. Em suplemento, do ponto de vista das estruturas, a produção repousa sobre pequenas unidades que em nada favorecem a operação de uma economia de escala. A indústria pesada é rudimentar e um pequeno número de países, quando muito e neste âmbito, arriscaram-se de maneira coerente. Consequentemente, a produção de bens de equipamentos permaneceu marginal e, em razão disso, a África subsiste como um dos principais importadores mundiais destes bens, os materiais e máquinas importados representando mais de 35% dos investimentos anuais totais na região[17]".

Após a independência, os governos africanos haviam conferido seis grandes objetivos à industrialização: satisfação das necessidades essenciais das populações; valorização dos recursos naturais locais; criação de empregos; formação de uma base para o desenvolvimento nos outros setores econômicos; criação de um cenário favorável à assimilação e à promoção do progresso tecnológico; além da modernização da sociedade[18]. Infelizmente, nenhum destes objetivos realizou-se no curso das duas últimas décadas. Ao contrário, "em razão da natureza disparate das indústrias manufatureiras africanas, da sua insaciável demanda por subsídios de toda a espécie, da fortíssima dependência de muitas dentre elas em

17 Comissão Econômica para a África, 1983, p. 11.

18 OUA, 1981, p. 20.

TABELA 14.3 CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO DO PIB POR SETOR, EM VALORES CONSTANTES DE 1970 (EM %)

País	Agricultura	Indústrias manufatureiras	Eletricidade	Indústrias extrativistas	Construção	Comércio	Transporte	Administração pública	Outros	PIB
Principais países exportadores de petróleo										
1960	5,6	8,8	3,1	28,3	6,3	12,2	3,5	10,6	1,8	9,4
1970	1,4	10,1	6,6	1,1	11,4	5,8	8,3	11,2	4,8	7,9
1980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8,7
Países não exportadores de petróleo										
1960	6,5	12,0	8,9	10,2	10,2	10,0	9,0	9,1	11,1	4,3
1970	1,2	4,2	5,4	3,1	5,1	4,4	5,1	6,8	3,8	3,8
1980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,0
Países menos desenvolvidos										
1960	-3,6	15,4	8,9	5,2	12,6	12,2	9,9	13,6	12,8	4,8
1970	1,7	2,4	10,5	7,3	17,1	7,6	16,1	17,5	9,6	3,1
1980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4,0
Países em desenvolvimento										
1960	3,7	7,1	4,6	17,3	6,3	9,1	5,1	7,2	4,3	5,8
1970	1,3	5,5	4,2	7,3	4,1	3,2	6,4	6,9	6,2	5,2
1980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5,6

NOTA: as taxas de crescimento setoriais 1960-1970 foram calculadas para 39 países africanos em desenvolvimento para os quais há dados disponíveis, ao passo que as taxas 1970-1980 concernem, como os números globais, o conjunto dos 50 países em desenvolvimento africanos.

[FONTE: Secretariado da CEA.]

respeito ao mundo estrangeiro, com vistas à aquisição dos fatores produtivos, bem como, da impotência generalizada em atenuarem o desemprego ou em concederem um impulso dinâmico à economia africana, por tudo isto, o setor industrial apresenta-se-nos atualmente como um domínio em crise, cabendo acrescentar, desde logo, a estagnação da indústria à lista, tanto e ainda maior, das crises a abaterem-se sobre o nosso infeliz continente requestado[19]". Subjaz, justa e indubitavelmente, deste fracasso na estratégia de industrialização, a agregar-se aos anos de abandono da agricultura, a responsabilidade pelo agravamento da dependência econômica da África.

A estratégia da africanização

À guisa de conclusão desta análise, sobre as principais abordagens setoriais concernentes à descolonização econômica, nós ensaiaremos de avaliar a estratégia de africanização na economia, adotada por numerosos governos do continente, ao final dos anos 1960 e início dos anos de 1970. A este respeito pôde-se dizer que, "no momento da independência, a economia típica do Estado africano era geralmente estratificada: no topo, os europeus, controladores das grandes empresas industriais e dos principais estabelecimentos comerciais, bem como das grandes plantações; em posição intermediária, os asiáticos e os libaneses, os quais controlavam as médias empresas industriais e o comércio atacadista, assim como, os mais importantes negócios do comércio varejista; finalmente, no rés da escala, os africanos, pequenos agricultores, pequenos comerciantes e empregados subalternos[20]". No seio do funcionalismo público, a situação em pouco diferia. Os africanos compunham as categorias dos auxiliares de escritório e dos *office-boys*, cabendo aos asiáticos preencherem as funções médias, administrativas e técnicas, e por fim, aos europeus, eram reservados os postos de alto escalão. Se, por um lado, a situação era nitidamente melhor na África Ocidental britânica (em particular na Nigéria e na Costa-do-Ouro), esta segregação econômica era, por outra parte, recorrente à época da independência, nas possessões britânicas da África Oriental e da África Austral, assim como nas colônias francesas, belgas e portuguesas: muitos destes territórios não dispunham nada além de um punhado de africanos diplomados no ensino superior e não mais que uma ou duas centenas de indivíduos escolarizados ao nível secundário.

19 A. ADEDEJI, 1984, p. 5.

20 A. ADEDEJI (direitos de publicação), 1981, p. 29.

A africanização do funcionalismo público figurava, portanto, entre as prioridades nos países africanos recém-independentes. Segundo algumas estimativas, a África contava em 1958 com cerca de 100.000 funcionários europeus[21]. Este índice, o qual não computa o funcionalismo universitário, os missionários, os europeus engajados pelas autoridades locais e os funcionários das nações unidas, ilustra-nos sobre a amplitude da tarefa tocante à africanização da função pública, sob o aspecto estritamente quantitativo. Não consistia em somente nomear africanos em lugar dos estrangeiros mas, tratava-se de substituir administrações de caráter colonial por serviços públicos nacionais.

Em certo sentido, a africanização, ou "indigenização", dos setores-chave das economias nacionais é o prolongamento da exitosa africanização nos serviços públicos. Esta política pode revestir-se de diversas formas, as mais variáveis, desde a nacionalização de empresas ao simples exercício de um controle sobre a extensão das participações estrangeiras. Tal como observa Leslie L. Rood, "na África, as apropriações de bens estrangeiros classificam-se, usualmente, em uma dentre estas três seguintes categorias: nacionalização de grandes empresas mineiras, pertencentes às empresas multinacionais; nacionalização das pequenas filiais de conglomerados transnacionais, mais amiúde nos setores bancário, securitário e distribuidor de produtos petrolíferos; e africanização das pequenas e médias empresas pertencentes a residentes estrangeiros. Todavia, algumas intervenções do Estado não correspondem exatamente a este esquema: nos países socialistas, as nacionalizações foram estendidas às indústrias manufatureiras, aos bens imobiliários e às *plantations* e, por sua vez, em relação aos países de economia de mercado, algumas companhias europeias, de proporções assaz vigorosas, também foram afetadas pela africanização. Em cada caso, a apropriação poderia ser brutal ou refinada, comportar ou não uma indenização, constituir-se em base voluntárias ou ser imposta autoritariamente[22]".

Segundo um estudo da ONU[23], as nacionalizações e as re-incorporações foram mais numerosas entre 1960 e 1974, com maior ênfase na África Subsaariana, comparativamente a outras regiões do mundo. Em um total de 875 nacionalizações recenseadas em 62 países, durante este período, 340 (ou seja, 39%) ocorreram na África negra. Esta região alcançava a dianteira em todos os

21 N. A. SHAATH, 1975, p. 99.

22 L. L. ROOD, 1976, pp. 430-431.

23 ONU, Secretário-geral, 1974.

ramos industriais, salvo o petróleo, e o valor integral das empresas nacionalizadas perfazia totais da ordem de bilhões de dólares norte-americanos[24].

Os estudos realizados sobre a incidência da africanização na economia, em vários países do continente – Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Nigéria, Senegal, Tanzânia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia – indicam claramente que os africanos alcançaram retomar, em certa medida, as rédeas da atividade econômica mas, esta última permanece invariavelmente dominada pelos capitais, pela capacidade operacional, pela tecnologia e pelas iniciativas do mundo estrangeiro[25]. A política de africanização não conheceu senão um limitadíssimo sucesso. Mas, "como uma política de africanização, poderia ela, lograr êxito em um país no qual se deixou estagnar a economia? Até que ponto, um país esmagado pelo peso da sua dívida externa, poderia ele, tentar africanizar a sua economia? Países, primeiramente, demasiado dependentes do comércio exterior e da exportação, referentes a uma gama perigosamente restrita de produtos básicos; em suplemento, uma região em cujos setores tradicionais e modernos divergem profundamente; e, finalmente, uma sociedade cuja base industrial é estreita e fracionada. Este continente não saberia, verdadeiramente, atingir este objetivo. Com efeito, a África não deve, por conseguinte, satisfazer-se em nacionalizar as empresas estrangeiras, impõe-se-lhe tentar transformar a sua atual economia colonial em uma economia autônoma e autenticamente africana, fundada sobre um autossustentável e endógeno desenvolvimento[26]".

A estratégia de penetração intra-africana e de integração pan-africana

As potências coloniais haviam recortado a África com total desprezo pela sua história e cultura. O continente igualmente apresentava-se, no momento das independências, como um mosaico de Estados, alguns minúsculos, de problemática viabilidade econômica e política. A este fracionamento acrescentava-se outra herança do colonialismo, correspondente à quase ausência de laços estruturais entre unidades políticas vizinhas. Os Estados africanos haviam sido delibera-

24 Estima-se em cerca de 4 milhões de dólares norte-americanos o valor dos bens norte-americanos provenientes unicamente das nacionalizações a eles pertinentes, em escala mundial de 1960 a 1973. Esta cifra dá-nos uma ideia do volume dos montantes em jogo.

25 A. ADEDEJI (org.), 1981, pp. 45-327.

26 Ibid., p. 389.

damente organizados para abastecerem, antes e sobretudo, as suas respectivas metrópoles e para associarem-se comercialmente, de forma exclusiva, a elas.

Nestas condições, a busca dos objetivos nacionais de descolonização econômica encontrava-se subordinada a uma estratégia de integração econômica regional e à criação de instituições multinacionais com vistas a promover o desenvolvimento e engajar esforços de cooperação planejados.

A bem da verdade, a cooperação e a integração regionais haviam sido reconhecidas como indispensáveis a qualquer estratégia de descolonização econômica, muito antes da conquista da independência política, a origem desta abordagem a situar-se no movimento pan-africanista que visava unificar as forças africanas contra o imperialismo e a dominação colonial. O primeiro chamado em favor da integração econômica remonta ao V Congresso Pan-Africano, organizado na cidade de Manchester (Grã-Bretanha) no ano de 1945: com grande clarividência, o Congresso recomendara a criação de uma união econômica na África Ocidental, objetivando melhor combater a exploração dos recursos econômicos destes territórios nesta região, bem como garantir a participação das comunidades locais no seu desenvolvimento industrial. No ano de 1955, a declaração de Bandung igualmente mencionava a necessidade de uma cooperação econômica nestes países africanos.

Os seus laços com o pan-africanismo explicam as razões pelas quais as estratégias de integração regional, adotadas no imediato posterior às independências, tenham favorecido a criação de organizações regionais competentes, em todos os setores. Assim sendo, a primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes, mantida na cidade de Accra (Gana), no ano de 1958, decidiu fundar um Comitê para a economia e a pesquisa em cada país, assim como uma Comissão Conjunta para a Pesquisa Econômica, composta de representantes de todos os países africanos independentes. A sua tarefa consistia em consolidar as políticas nacionais de desenvolvimento econômico, promover as trocas comerciais e criar uma política industrial comum, bem como coordenar o planejamento econômico dos diferentes Estados, intuindo alcançar um mecanismo de cooperação econômica em escala continental. Após pouco tempo, no ano de 1960, os Estados africanos, desde então independentes, recomendaram a formação de um conselho africano de cooperação econômica, de um banco africano de desenvolvimento e de um banco comercial africano. A implantação de um sistema de tarifas preferenciais, entre os países africanos independentes, era igualmente proposta. Neste clima de entusiasmo coletivo pela integração econômica, formaram-se os grupos de Monróvia, de Casablanca, de Brazzaville e do Magreb, os quais, por sua vez, estavam incumbidos de formular diversas

propostas, com vistas à criação de um mercado comum africano, de um sistema de pagamentos continental e unificado, assim como de um banco africano de desenvolvimento econômico.

O estabelecimento de organizações multinacionais regionais, de múltiplas vocações, chocou-se, todavia, com vários obstáculos. O mais importante dizia respeito à pouca idade dos Estados, os dirigentes nacionais aceitavam com sérias reservas trocar uma autoridade recentemente conquistada, em proveito de órgãos de decisão coletivos. Por outro lado e em segundo plano, a ausência de infraestruturas regionais adequadas, especialmente redes de transporte e comunicação, limitavam os intercâmbios e a circulação. Como terceiro obstáculo, os jovens Estados haviam adotado ideologias políticas, por vezes, divergentes. Finalmente mas, não menos importante, as sólidas relações bilaterais que os países africanos mantinham com as ex-metrópoles militavam, ainda e fortemente, contra as aproximações intra-africanas.

A primeira organização multinacional africana com vocação múltipla foi criada em abril de 1958, tratava-se da Comissão Econômica para a África (CEA) da ONU. Cinco anos mais tarde, a Organização para a Unidade Africana (OUA) era fundada. A missão atribuída à CEA consistia em lançar o processo de desenvolvimento econômico africano, inclusive em suas dimensões sociais, facilitando e integrando-se a ele; ela deveria, outrossim, acompanhar e reforçar as relações econômicas dos países e territórios do continente, tanto entre si quanto com outros países do mundo. Os objetivos da OUA eram, naquilo que lhes dizia respeito, sobretudo políticos, mas a organização também foi encarregada de coordenar e intensificar a cooperação, intuindo oferecer melhores condições de vida aos povos da África, eliminar o colonialismo em todas as suas formas e corroborar a cooperação internacional. As duas instituições foram convidadas a estreitar os laços entre si, mas coube justamente ao primeiro chefe da CEA promover a cooperação e a integração econômicas no continente.

No início dos anos 1960, a CEA constatou que o procedimento mais viável, com vistas à integração regional, consistia em agir por etapas, no interior de áreas geográficas limitadas, preferencialmente a impor um mecanismo global em escala continental. Ela dividiu, portanto, a África em quatro sub-regiões – África Oriental e Austral, África Central, África Ocidental e África do Norte – dotadas cada uma de um escritório sub-regional atuando como antena propagadora do seu secretariado. A principal função destes escritórios era facilitar as decisões e as ações coletivas em nível local, conduzindo os estudos apropriados, participando na elaboração e na execução de projetos multinacionais, bem como, fornecendo, *in loco* e em permanência, a assistência técnica especializada. A sua eficácia, no

sentido de incitar os Estados africanos a organizarem dispositivos de cooperação, revelou-se, todavia, uma rápida decepção, em razão da sua falta de recursos e porque nenhum mecanismo institucional estava previsto para assegurar a participação dos governos em suas atividades e em seus programas de trabalho. Na ocasião, foram criadas, para reforçar a CEA em seu papel de catalisadora da integração regional, Equipes Consultivas Multinacionais e Interdisciplinares das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAT), encarregadas de melhorar as capacidades operacionais dos escritórios sub-regionais. Rapidamente tornou-se notável que estes órgãos, meramente consultivos, não eram suficientes; imprescindível foi criar instrumentos mais operacionais para promover a cooperação econômica. Desta forma, as UNDAT foram substituídas, no ano de 1977, pelos Centros Multinacionais de Programação e Execução dos Projetos (MULPOC). Atualmente, estes centros existem um número de cinco, nas diferentes sub-regiões do continente (figura 14.2) e o seu funcionamento permite, até certo ponto, vislumbrar o porvir da integração econômica regional na África.

Existem, nos dias atuais, muitos agrupamentos econômicos organizados em escala regional cuja integração é diversamente impulsionada (figura 14.3). No oeste africano, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (figura 14.4) reúne os membros de outras comunidades, como a Comunidade Econômica da África Ocidental (CEAO), o Conselho do Entendimento e a Mano River Union. Na África Central, a última comunidade econômica criada pela CEA, no ano 1983, a Comunidade dos Estados da África Central (ECCAS), agrupou os cinco Estados membros da União Aduaneira dos Estados da África Central (UDEAC) – Congo, Gabão, República Centro Africana, República de Camarões e Tchad) – com vistas a constituir, a termo, um mercado comum centro-africano. Por seu lado, o Burundi, Ruanda e o Zaire formaram a Comunidade Econômica dos Grandes Lagos (CEPGL). Na África Oriental, a Comunidade da África do Leste, fundada no ano de 1967 pelo Quênia, por Uganda e pela Tanzânia, desintegrou-se em julho de 1977. Por intermédio do seu MULPOC, para a África oriental e austral, a CEA conseguiu criar uma Zona de Comércio Preferencial da África Oriental e Austral, onde não somente estaria prevista a liberalização das trocas mas, igualmente, uma cooperação e uma especialização dos diferentes países, no que diz respeito: à criação de indústrias de base e estratégicas mas, também, das culturas de subsistência e da pecuária; ao incentivo em favor do desenvolvimento na ciência e na tecnologia; à exploração e utilização dos recursos naturais; à valorização dos recursos humanos; ao estabelecimento de uma rede de transportes e de comuni-
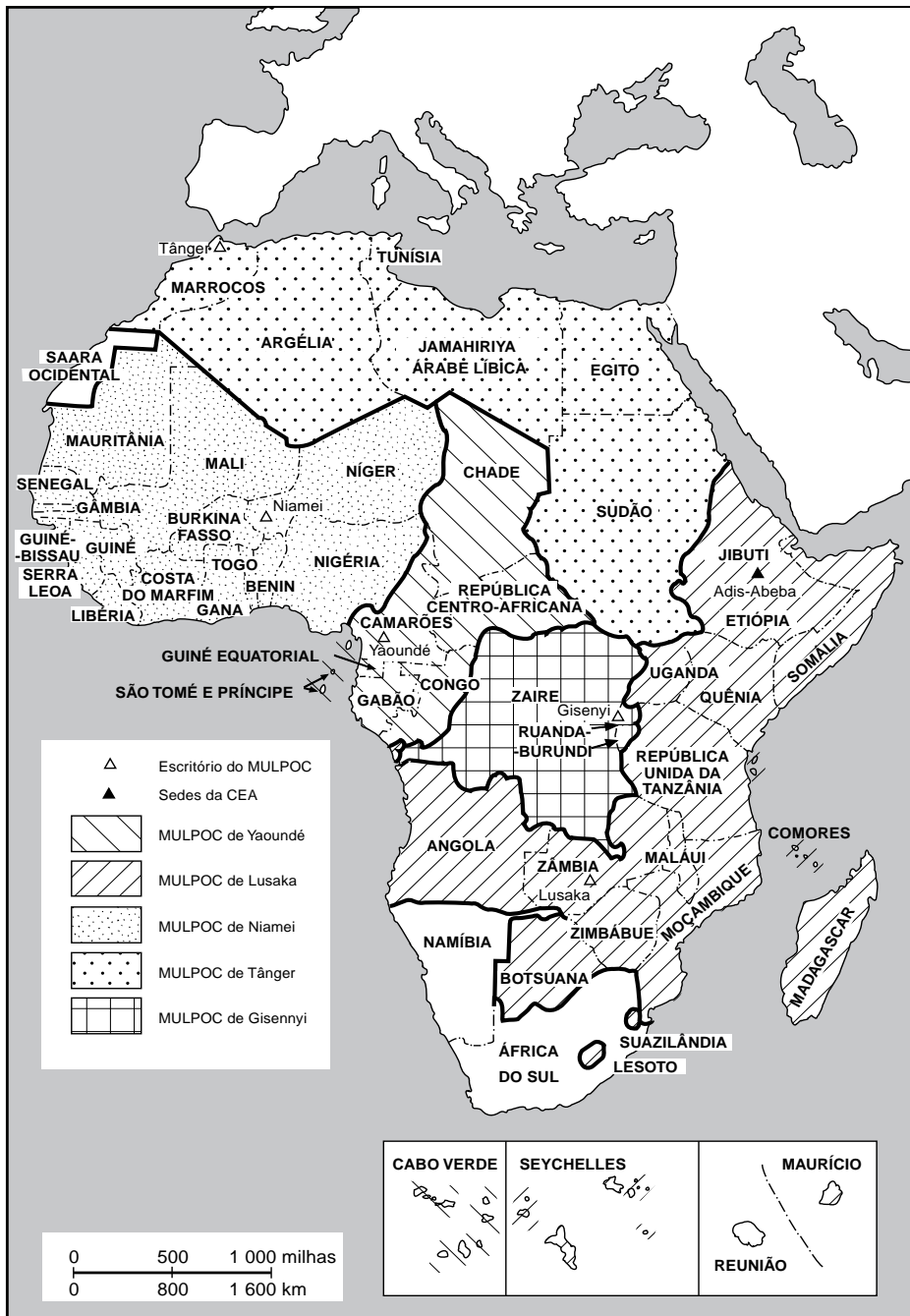
Figura 14.2 Repartição regional dos MULPOC. (Fonte: segundo a CEA, Addis-Abeba.)

Figura 14.3 Agrupamentos econômicos regionais na África. (Fonte: segundo a CEA, Addis-Abeba.)

Países membros da CEDEAO

BENIN	GANA	LIBÉRIA	NIGÉRIA
CABO VERDE	GUINÉ	MALI	SENEGAL
COSTA DO MARFIM	GUINÉ-BISSAU	MAURITÂNIA	SERRA LEOA
GÂMBIA	BURKINA-FASSO	NÍGER	TOGO

Fronteiras internacionais
Cidades
Capitais
Estradas
asfaltadas
em obras de cobertura asfáltica
consolidadas com brita
em terra e brita
Projetos de estrada da UNTACDA
Outras vias transafricanas

0 300 milhas
0 400 km

FIGURA 14.4 Malha rodoviária projetada para a África do Oeste, CEA/CEDEAO. (Fonte: segundo a CEA, Addis-Abeba.)

cações (Figura 14.5). Na África do Norte, um Comitê Consultivo Permanente foi instituído desde 1964, para a Líbia, o Marrocos e a Tunísia.

Os Estados membros destas organizações de vocação múltipla pertencem igualmente a aproximadamente 130 organizações econômicas intergovernamentais, setoriais ou multisetoriais, cuja missão consistia em promover a cooperação econômica e técnica no continente africano. Em suplemento, são regularmente mantidas conferências institucionais de ministros e funcionários de alto-escalão, abrangendo certo número de temas específicos.

Numerosas dentre estas múltiplas organizações ainda não demonstraram a sua eficácia no tocante à promoção da cooperação. A interpenetração dos países africanos caracterizou-se, antes e sobretudo, por uma insuficiente compreensão acerca dos objetivos e das modalidades da cooperação econômica. Muito amiúde e com efeito hipóteses válidas nos países avançados mas, falsas quando aplicadas nos países africanos em desenvolvimento, presidiram a criação e o funcionamento dos agrupamentos econômicos africanos. Postulou-se, à ocasião, a existência de: uma imensidão de unidades de produção, responsáveis individualmente, por uma fração mínima do produto nacional; uma economia próxima do pleno emprego, com empresas a funcionarem marginalmente e, outras, operando a partir de novos investimentos, igualmente marginais em relação à capacidade de produção existente; de incontáveis empreendedores muito motivados, perfeitamente conhecedores dos mercados de capitais e dos produtos, capazes de explorar os novos filões de mercado, *in loco* e no estrangeiro; finalmente e como último postulado, as vantagens da cooperação deveriam, em tese, ser repartidas proporcionalmente, entre países dotados de uma igual capacidade em tirar proveito da sua cooperação[27].

Ora, os dados da situação africana são distintos, caracterizando-se, antes e sobretudo, pelas seguintes considerações: a falta de empreendedores competentes no setor público, tanto quanto no privado; a penúria de mão de obra qualificada; o limitado conhecimento sobre as fontes de abastecimento em matérias primas; a escolha restrita de tecnologias; a limitada integração intersetorial; a exiguidade dos mercados internos, comparativamente ao tamanho das empresas. Nestas condições, os objetivos e as modalidades da cooperação deveriam ser fundamentalmente diferentes daqueles prevalentes entre países industrializados.

Em outros termos, a cooperação econômica entre países africanos não deveria unicamente visar a facilitação do comércio mas, também ser direcionada

27 Comissão Econômica para a África, 1976, p. 50.
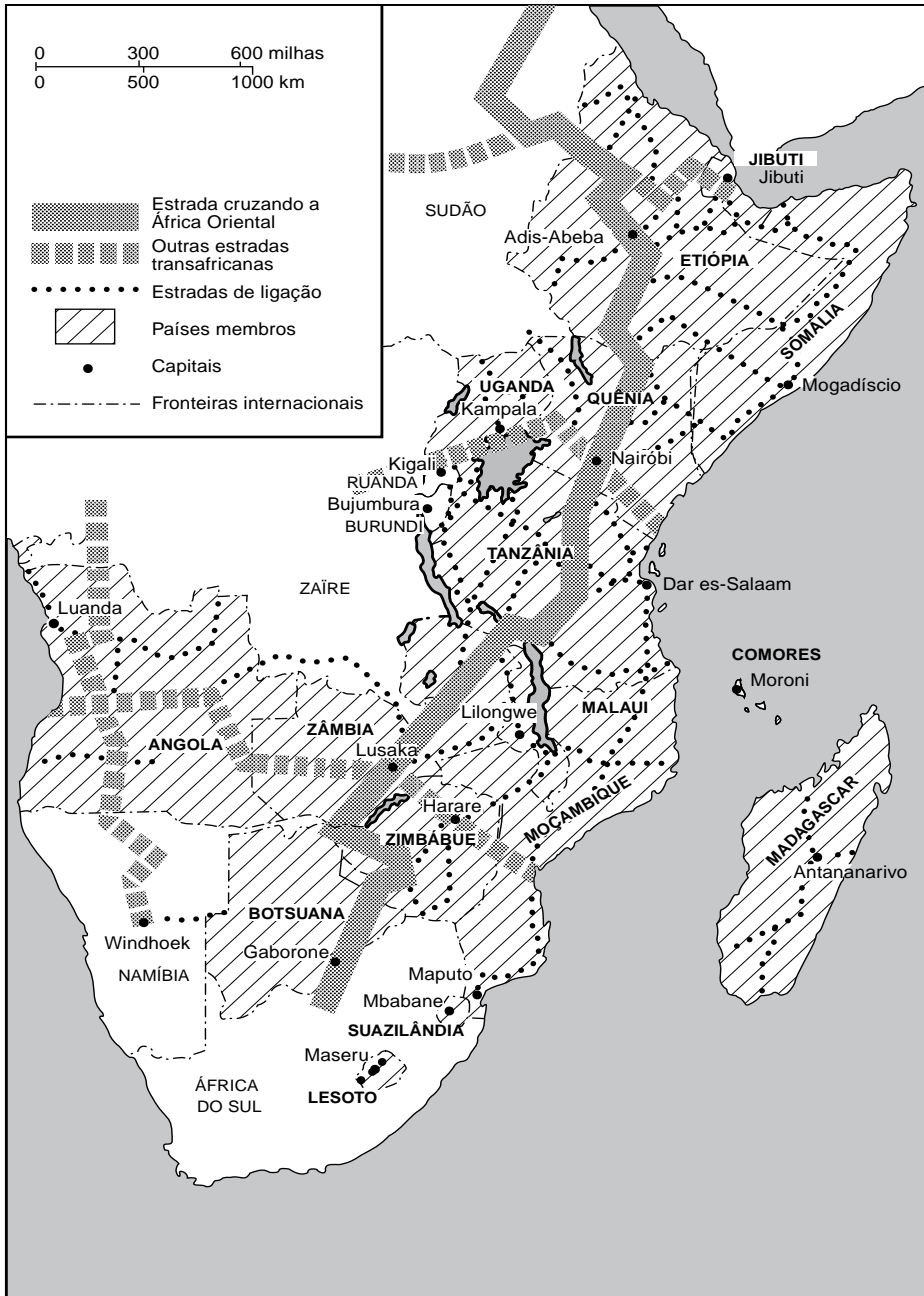
FIGURA 14.5 Zona de Comércio Preferencial na África Oriental e Meridional: projetos de autoestradas. (Fonte: segundo a CEA, Addis-Abeba.)

pelos imperativos da produção. Ela deveria permitir criar e utilizar novas capacidades produtivas, especialmente de serviços e de bens intermediários ou de consumo[28]. Com este propósito, seria necessário integrar as economias nacionais e reorientar os modelos de consumo, bem como as estruturas produtivas, no sentido da satisfação das necessidades internas, mas também no intuito de promover a autonomia nacional. Ora, muito frequentemente, os diferentes setores das economias africanas não mantém senão laços assaz frouxos entre si.

Na qualidade de outro problema maior, os Estados cooperados têm demonstrado muita dificuldade em atingir o consenso sobre as modalidades relativas à divisão de custos e sobre os benefícios pertinentes à cooperação econômica – especialmente, porque eles temiam que as medidas de liberalização nas trocas, implicadas em um mercado comum, fizessem-lhes perder receitas fiscais na exportação ou na importação.

Esta dificuldade está estreitamente ligada a considerações sobre a equidade e o equilíbrio no seio dos agrupamentos econômicos, haja vista o registro, referente a alguns dentre eles, de taxas de crescimento inferiores, comparativamente ao que eles alcançariam se mantidos à margem. A implementação de mecanismos de ajuste no tocante aos recursos e relativamente aos encargos, com o objetivo de corrigir estes desequilíbrios, constituiu para estes agrupamentos um problema relevante, pois os dispositivos deste gênero deveriam englobar "não somente as somas a serem recuperadas em razão dos direitos aduaneiros abolidos mas, em suplemento, as vantagens tiradas de elementos 'dinâmicos' imponderáveis e de impossível contabilização, tais como: as elevações no rendimento dos fatores produtivos, atribuíveis à integração econômica, a possibilidade de poupança externa e a expansão dos empregos[29]".

A cooperação econômica entre países africanos também marcou passo, em função de numerosos dentre eles se terem mostrado exageradamente intransigentes no tangente ao capítulo da soberania nacional e, também, porque os dirigentes políticos muito hesitaram em sacrificar, por menor que fosse, uma fração desta soberania nos setores cruciais da política econômica.

A insuficiência nos equipamentos de infraestrutura e a ausência de quadro institucional capaz de promover a cooperação econômica constituíam obstáculos não menos reais. As insuficiências mais severas comportavam a ausência, entre os Estados-membros, de uma moderna rede de transportes e comunicação; a inexistência de mecanismos de compensação, de moeda comum e de acordos de

28 Para mais detalhes sobre este ponto, verificar A. ADEDEJI, 1976.

29 Ibid., p. 45.

pagamento entre países africanos; e a ausência de instituições multinacionais de desenvolvimento, capazes de identificar e preparar os projetos cabíveis e aptas a promoverem o investimento e oferecerem assistência de peritos. Sob esta perspectiva, a criação pela CEA da Câmara de Compensação da África Ocidental e dos Acordos de Pagamento e de Compensação da África Central, assim como os mecanismos de pagamento e de compensação, postos em operação no âmbito da Zona de Comércio Preferencial, deveriam facilitar consideravelmente as coisas. O Decênio das Nações Unidas para os Transportes e a Comunicação na África, lançado por iniciativa da CEA, permitiu lançar as bases para redes regionais e sub-regionais de transportes e de comunicação.

As crescentes divergências em matéria de ideologia política e de orientação econômica, notoriamente entre países socialistas e países capitalistas, igual e fortemente, pesaram sobre a cooperação. Assim sendo, a questão crucial consistia em conceber, tanto quanto possível, mecanismos institucionais redutores dos conflitos, estendendo ao máximo a margem de cooperação.

Outrossim, dificuldades surgiram pela ambivalência das atitudes em respeito à cooperação econômica. As iniciativas políticas e as cartas de intenção coletivas, com efeito e demasiado raramente, foram seguidas de medidas concretas e, muito amiúde, as ações conduzidas ao nível nacional revelaram-se em contradição total com as declarações feitas nos fóruns internacionais.

Como desdobramento da Cúpula Econômica Africana, mantida nos dias 28 e 29 de abril de 1980, em Lagos, a qual consumou-se notadamente pela adoção do Ato Final de Lagos, nos termos do qual os chefes de Estado e de governo se engajavam a estabelecer uma comunidade econômica africana antes do ano 2000, a CEA, em colaboração com a OUA, intensificou os seus esforços, para racionalizar e reforçar os agrupamentos econômicos regionais implantados e para criar associações de mesmo caráter nas regiões onde estas últimas inexistiam, de maneira a cobrir inteiramente o continente. Após a assinatura, no dia 23 de outubro de 1983, do tratado fundador da Comunidade Econômica da África Central, ratificado por 10 Estados desta região, a África Subsaariana passou a ter três grandes agrupamentos de cooperação econômica regional. Estes agrupamentos, convocados a tornarem-se os vetores da estratégia de penetração intra-africana e a servirem de moldura à integração pan-africana, são: a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, reunindo 16 Estados-membros e constituída cinco anos antes do Ato Final de Lagos; a Zona de Comércio Preferencial da África Oriental e Austral, nascida em dezembro de 1881, a qual deveria poder contar com a participação de 22 Estados; e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central, à qual 10 países aderiram.

Deterioração da economia africana e persistência do sistema neocolonial e da dependência econômica

A despeito de todas as estratégias de descolonização econômica às quais se lançaram os governos africanos, nos níveis macroeconômico e setorial, a economia africana conserva as estruturas herdadas do colonialismo (tabela 14.4) e as condições de existência da população no continente, praticamente não melhoraram. Estas estratégias não alcançaram provocar a esperada transformação socioeconômica; elas trouxeram, quando muito, mudanças estruturais marginais.

Entre 1960 e 1980, o PIB global dos países africanos, a *grosso modo*, triplicou para atingir cerca de 86 bilhões de dólares norte-americanos (em valores relativos ao ano de 1980), o que representa um crescimento anual médio de 5,6% (tabela 14.3). A sua renda por habitante passou de uma média de 133 dólares norte-americanos, em 1960, para 243 dólares norte-americanos, em 1980 (ou 740 dólares norte-americanos, em valores de 1983). Esta espetacular progressão não deve provocar ilusões: a renda por habitante, na África, não representava, em 1980, senão 7,6% daquela referente ao conjunto dos países industrializados, estimada em 9.684 dólares norte-americanos, comparação esta que lança, inapelavelmente, luz sobre a amplitude do subdesenvolvimento africano. O crescimento foi frágil e, eventualmente, irregular, com maior ênfase e em razão da predominância do setor agrícola e pelo fato das economias africanas estarem submetidas às aleatoriedades do clima e do comércio internacional. Assim sendo, a forte expansão do PIB, verificada entre 1965 e 1970, dizia respeito essencialmente aos excepcionais resultados na agricultura e a um crescimento na demanda externa; a desaceleração na expansão, quanto a ela, rebaixada a uma taxa de 4,5% durante os cinco anos seguintes, também deve-se, primeiramente, a uma queda sem precedentes na taxa de expansão da produção agrícola, reduzida a 1,4% ao ano, bem como à recessão consecutiva ao quádruplo aumento nos preços do petróleo, ocorrido em 1973-1974. Esta recessão sufocou a demanda externa por produtos da região e a taxa de crescimento anual das exportações desabou para apenas 0,5%. A leve retomada observada no período 1975-1980, corresponde sobretudo ao revigoramento da demanda por produtos não petrolíferos, após um breve momento de ajustes ao novo regime de preços da energia nos países desenvolvidos mas, a situação não tardaria a se deteriorar brutalmente, em razão dos novos aumentos nos preços do petróleo e do impacto de uma série de fenômenos, compreendendo desde a seca prolongada até as baixas na demanda exterior e nos preços de exportação que provocam, particularmente, uma compressão sem precedentes dos haveres em divisas. Em 1981, o cresci-

TABELA 14.4 OS PRINCIPAIS PRODUTOS E AS MONOCULTURAS DE EXPORTAÇÃO NAS ECONOMIAS AFRICANAS (EM %)

País	Principal produto de exportação	Participação nas exportações totais			Participação nas receitas públicas			Participação no PIB			Participação na formação do capital		
		1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980	1960	1970	1980
Argélia	petróleo	-	67,5	91,6	-	50,1	-	-	18,8	381,9	-	10,7	332,5
Botsuana	diamantes	-	14,7	60,8	-	16,5	89,8	-	4,1	40,0	-	9,2	300,0
Congo	petróleo	-	10,5	77,9	-	4,7	128,7	-	1,4	41,4	-	3,1	615,4
	madeira	-	52,3	11,6	-	23,7	19,1	10,4	6,5	1,3	15,5	19,5	91,1
Costa do Marfim	cacau	22,4	20,5	25,2	-	26,4	25,7	7,0	8,1	9,6	45,3	19,2	95,0
	café	48,5	33,2	20,5	-	42,6	20,9	15,2	13,1	9,8	98,4	13,2	77,1
	madeira	16,3	17,9	15,1	-	23,2	15,4	5,2	7,1	6,7	33,9	5,0	56,7
Egito	petróleo	-	4,6	57,8	-	2,2	15,0	-	0,6	1,8	-	3,6	31,1
	algodão	66,1	44,6	13,9	-	21,0	3,6	9,9	5,6	1,9	59,7	14,6	12,3
Etiópia	café	49,0	59,3	64,1	-	38,9	47,4	1,6	4,1	7,0	13,4	32,6	96,3
Gabão	petróleo	21,4	34,3	62,3	-	-	-	9,0	17,6	-	20,4	19,6	-
	manganês	-	8,5	6,6	-	-	-	-	4,4	4,4	-	12,3	41,4
Gâmbia	amendoim	-	95,1	54,1	-	190,0	35,8	-	29,8	8,1	-	191,6	53,1
Gana	cacau	57,3	64,2	56,2	-	68,6	-	22,2	14,1	12,6	96,7	93,7	220,1

Quênia	derivados de petróleo	-	15,4	31,5	-	20,7	26,0	-	3,3	7,2	-	13,4	88,4
	café	-	20,5	21,0	-	27,5	17,3	-	4,3	4,8	-	17,7	58,8
	chá	-	12,1	11,2	-	16,6	9,3	-	2,6	2,6	-	10,5	32,5
Libéria	minério de ferro	41,9	70,1	52,7	-	221,9	153,4	128,1	39,5	30,6	115,3	169,7	208,3
Líbia	petróleo	-	99,7	99,9	-	228,0	-	-	78,4	61,9	-	410,5	850,6
Malaui	tabaco	-	33,4	43,9	-	43,0	52,9	-	6,7	11,4	-	13,9	107,0
Mali	amendoim	-	14,5	2,3	-	14,0	-	-	1,6	-	-	8,6	7,5
	algodão	-	21,0	48,1	-	20,5	-	-	2,4	7,1	-	10,7	157,6
Mauritânia	minério de ferro	-	84,8	77,8	-	48,0	-	-	39,5	23,6	-	163,5	247,9
Maurício	açúcar	22,0	91,6	67,0	-	149,1	125,3	29,8	38,5	30,6	67,9	243,1	653,2
Marrocos	fosfatos	23,7	23,1	31,2	-	16,6	17,2	5,1	3,4	5,3	45,7	13,5	557,9
Níger	urânio	-	-	74,3	-	-	-	-	-	5,6	-	-	-
Nigéria	cacau	20,6	15,0	9,0	-	19,7	-	3,1	1,8	-	27,1	192,9	6,0
	amendoim	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	petróleo	2,7	57,6	95,3	-	110,2	-	0,4	7,1	-	3,9	596,0	615,1
Senegal	amendoim	83,9	37,7	13,3	-	40,3	-	16,5	7,1	8,3	155,7	69,8	40,1
	fosfatos	1,0	7,8	16,4	-	8,5	-	0,3	1,6	2,8	3,3	1,5	49,7
	derivados de petróleo	-	3,1	18,7	-	3,3	-	-	0,6	3,3	-	-	37,0

Serra Leoa	minério de ferro	14,0	11,9	-	-	18,4	-	38,2	3,1	-	69,0	18,6	-
	diamantes	55,6	62,5	53,3	-	96,6	63,3	112,2	16,4	10,2	275,0	76,1	100,0
Sudão	algodão	52,2	61,3	44,9	-	32,0	21,8	9,5	9,9	1,8	10,5	10,1	62,9
Togo	fosfatos	-	24,5	39,6	-	46,5	-	-	5,6	13,7	-	35,1	125,2
Tunísia	petróleo	-	24,4	50,7	-	-	40,3	-	3,6	15,0	-	-	141,6
	fosfatos	17,7	20,3	3,0	-	-	5,6	3,1	3,0	2,1	15,0	15,3	19,4
Uganda	café	36,9	50,4	98,7	-	85,2	31,0	8,5	11,9	8,9	91,3	81,6	372,0
	algodão	32,3	17,4	1,2	-	29,4	82,1	7,4	4,1	-	80,0	27,8	4,6
República de Camarões	petróleo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	cacau	-	23,8	21,3	-	34,8	27,5	7,2	5,4	4,2	51,8	27,0	47,0
	café	-	22,8	21,7	-	33,4	25,4	4,1	5,2	6,3	36,7	25,9	48,5
	madeira	-	6,5	11,3	-	9,5	14,7	-	1,5	2,3	-	7,6	25,1
República Unida da Tanzânia	café	13,1	17,4	23,4	-	19,6	-	3,9	3,8	8,2	31,5	15,1	36,4
Zaire	cobre	63,6	-	43,3	-	80,7	51,4	-	35,4	18,7	-	106,5	49,5
	cobalto	22,4	-	21,2	-	7,5	25,2	-	3,3	6,2	-	9,8	24,2
Zâmbia	cobre	-	95,2	91,3	-	149,0	132,1	-	63,5	79,5	-	196,4	446,0

(Fonte: Secretariado da CEA; FMI, Statistiques financières internationales, Anuário, 1982 e 1983, e vol. 37, no 5, maio de 1984.)

mento cai de forma brutal e passa a uma taxa negativa de -3% (em valores de 1980), acontecimento inédito na história recente da África. No total, o PIB progrediu um pouco mais os anos 1960 (5,8%), comparativamente aos anos 1970 (5,2%).

Em busca de uma nova ordem econômica nacional, regional e internacional

A maioria dos Estados africanos se deu conta, no início dos anos 1970, que seria necessário elaborar e aplicar, com rigor, novas estratégias em nível nacional, regional e internacional, caso fosse desejado retirar o continente da cilada representada pela estagnação econômica. Em nível nacional, isto implica na instauração de uma nova ordem econômica, fundada nos princípios da autonomia e do desenvolvimento autossustentável. No âmbito regional, os países africanos deverão conquistar uma maior margem de autonomia coletiva. Finalmente, em termos mundiais, trata-se de fundar uma nova ordem econômica internacional.

No curso desta busca por uma estratégia mais eficaz e mais realista de descolonização econômica, o posto de honra cabe, incontestavelmente, a dois documentos, um deles adotado pela Conferência Ministerial da CEA, em fevereiro de 1971, intitulado Estratégia da África para o Desenvolvimento na Década de 1970[30], o segundo, adotado pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da OUA, por ocasião do seu décimo aniversário, em maio de 1973, nomeado Declaração Africana sobre a Cooperação, o Desenvolvimento e a Independência Econômica[31]. Todavia, antes que estes textos tivessem alcançado suscitar a elaboração de projetos operacionais, o mundo foi confrontado a uma decisão fundamental que abalaria as relações econômicas entre os países industrializados e o Terceiro-Mundo.

No dia 23 de dezembro de 1973, o xá do Irã anunciava que o barril de petróleo bruto leve, então cotado a 5,04 dólares, seria doravante vendido a 11,65 dólares. Esta simples decisão da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) balançou a economia internacional, atingindo os seus fundamentos ao menos por um tempo. Ela foi saudada como um ponto de inflexão histórico, pois permitiu a alguns membros do cartel, entre eles e no primeiro plano a Argélia, desenvolver uma estratégia de contrapenetração dos países industrializados, lide-

30 Comissão econômica para a África, E/CN/14/493/Rev. 3, ocorrida em 6 de fevereiro de 1971.

31 OUA, CM/ST. 12 (xxi).

rando um movimento em favor da instauração de uma nova ordem econômica internacional. A iniciativa da OPEP surgiu como uma manifestação concreta do potencial poder dos países em desenvolvimento.

Em 1974, os países do Terceiro-Mundo deram uma demonstração de solidariedade entre si, por ocasião da sexta sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, no curso da qual eles exigiram uma nova ordem econômica internacional. Todavia, as consequências, ligadas à alta nos preços do petróleo bruto, sobre as frágeis economias dos países africanos importadores de petróleo, particularmente sobre as suas contas externas e os seus custos de produção, provocaram junto a eles certo desencanto, tanto mais em razão da estabilidade nas cotações das outras matérias-primas, as quais não haviam sido reajustadas segundo os índices propostos pela OPEP. Ainda nos dias atuais, as cotações dos outros produtos primários permanecem, na realidade, ancoradas em mercados livres, os quais estão submetidos a fortíssimas flutuações na demanda e nos preços e, no interior dos quais, as sociedades multinacionais detém, ainda e no cenário internacional, a última palavra. Numerosas tentativas foram e continuam sendo feitas com o objetivo de criar cartéis de produtores de outros minerais e de produtos agrícolas destinados à exportação, contudo, os dados econômicos apresentam obstáculos a estes projetos, uma vez que os países industriais importadores destes produtos dispõem de numerosas soluções de substituição, garantindo-lhes a capacidade de enfrentamento diante dos cartéis de produtores. De impossível imitação em outros setores, o golpe de força aplicado com êxito, pela OPEP, permitiu ao menos relançar a campanha do Terceiro-Mundo em favor de uma nova ordem econômica internacional. Esta campanha concentrou-se principalmente em seis objetivos: estabilização nas cotações dos produtos primários; tratamento pontual das dívidas do Terceiro-Mundo; reestruturação do comércio internacional e abolição das práticas intervencionistas, próprias aos países do Hemisfério Norte, frente aos países do Terceiro-Mundo; facilidades de acesso à tecnologia ocidental; reordenação das capacidades produtivas industriais mundiais em favor dos países do Terceiro-Mundo e reforma do sistema monetário e financeiro internacional, em outras palavras, do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional[32].

A África uniu esforços junto àqueles do restante terceiro-mundista, com vistas a instaurar esta nova ordem econômica internacional, ela inclusive desempenhou um papel motor nas diversas negociações, as quais até o momento

32 A. ADEDEJI, 1983, p. 7.

fracassaram; todavia e tão logo, impôs-se a evidência segundo a qual a região menos desenvolvida do globo, o continente africano, e mais especificamente, a África Subsaariana, não poderia participar em pé de igualdade nesta nova ordem, qualquer fosse esta última a ganhar a luz do dia e conquanto esta região não houvesse reorganizado o seu próprio aparato econômico, aos níveis nacional e regional, adotando uma estratégia de verdadeira descolonização econômica.

A CEA julgou necessário, em razão do supra-exposto, lançar, a partir do segundo semestre de 1975, uma série de ações que findaram pela adoção da *Estratégia africana para o desenvolvimento, no quadro do terceiro Decênio do desenvolvimento*[33] e do *Plano de ação de Lagos em prol do desenvolvimento econômico na África, 1980-2000*[34]. O fundamento conceitual destes dois textos era o documento de base, adotado em 1976 pela CEA, denominado *Quadro revisado de princípios para a instauração de uma nova ordem internacional na África 1976-1981-1985*[35], este documento criava, em relação à África, uma reviravolta nas ideias recebidas em matéria de economia do desenvolvimento, além de expor, metodicamente, as insuficiências nas diferentes estratégias empregadas, visando realizar a descolonização econômica do continente e transformá-lo, provendo-o de uma economia dinâmica e autônoma, engendrando e mantendo por si mesma o seu próprio crescimento. Após ter notado que as somas dos conhecimentos e dados acumulados da experiência, até então, sobre as noções relativas ao processo de crescimento econômico e aos meios de realização das transformações socioeconômicas, eram limitados; em seu *Quadro Revisado*, a CEA fazia valer que, em razão da elaboração das políticas econômicas ter tomado, com maior frequência na África, a forma de "reações sucessivas a diagnósticos dos males sociais e econômicos, cuja origem encontrava-se além dos limites da região; tanto estes diagnósticos, quanto os remédios prescritos em consequência, estavam fortemente influenciados, não somente pela firme convicção acerca da eficácia do comércio internacional e das relações econômicas que neste último se entrelaçavam, na qualidade de motor do crescimento econômico e da mudança social pretendidos mas, também, por uma sólida adesão a uma interpretação particular da gênese dos intercâmbios internacionais[36]". A CEA também questionava "a concepção

33 Resolução da CEA 332 (xiv) figurando no documento E/CN.14/INF/109/Rev. 1. Adotada em julho de 1979 pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo de OUA, ela é conhecida pela sucessão sob o nome de Estratégia da Monróvia.

34 Comissão econômica para a África, 1981.

35 Comissão econômica para a África, 1976.

36 Ibid., pp. 6-7.

linear clássica, a transformar o crescimento econômico em um processo quase místico, cujo resultado era medido através das altas ou das baixas no PIB e no PNB, consistindo em fruto de uma inversão, quase mágica, chamada investimento, composto com maior ênfase de recursos obtidos graças às trocas externas. Sob esta ótica tradicional, o papel dos fatores produtivos locais não é em nada levado em consideração ou, em caso afirmativo, não se lhes é atribuído um papel central no processo de desenvolvimento. Os programas nacionais ou multinacionais, postos em marcha para produzirem estes fatores locais, constrangeram-nos a apoiarmo-nos sobre os recursos provindos da troca, isto explica a importância vital das monoexportações em nosso sistema, o aporte líquido de investimentos estrangeiros privados e a nossa ansiedade em "mendigar" a ajuda estrangeira, assim como em solicitar empréstimos para completar estes aportes. A nossa maior fraqueza, como povo, consiste na ausência, junto aos nossos dirigentes políticos, em meio aos nossos dirigentes sindicais, no seio das nossas autoridades locais e entre os nossos capitães da indústria, de qualquer visão daquilo em que os nossos países deveriam transformar-se, individual ou coletivamente, em cerca de vinte anos. Trata-se, justamente e portanto, de uma abordagem assentada sobre tal visão, concernente ao seu próprio futuro, a servir de base, necessariamente, à definição da política e da estratégia de qualquer país, mais ou menos desenvolvido. Excluindo-a, nenhuma via segura abre-se ao futuro, quer seja em termos individuais ou no âmbito da comunidade, do país ou de um grupo de países. Torna-se então fácil se desgarrar ou deixar-se desgarrar[37]."

Eis a razão pela qual, três anos após a adoção do *Quadro Revisado*, a CEA, formuladora da Estratégia de Monróvia, via no Plano de Ação de Lagos uma espécie de grande carta econômica da África, lançando as bases para a descolonização econômica do continente. A Estratégia de Monróvia tanto quanto o Plano de Lagos visam ampliar a autonomia e aumentar as capacidades econômicas da África. A autonomia significa a internacionalização das forças que, relativas à demanda, determinam a orientação dos processos de desenvolvimento e de crescimento econômico e as estruturas da produção; a progressiva substituição de fatores produtivos nascidos da economia africana, em proveito dos fatores externos; assim como a participação acrescida das massas na produção e no consumo do produto social. O aumento das capacidades econômicas supõe implantar estruturas e processos de desenvolvimento e crescimento econômico em cujos diferentes elementos sustentam-se e reforçam-se mutuamente, de tal

37 A. ADEDEJI, 1983, p. 9.

maneira que, com a internacionalização das forças a determinar a oferta e a procura, o conjunto do sistema cria a sua própria dinâmica interna[38].

Somente uma estratégia de desenvolvimento fundada sobre estes princípios de autonomia e de aumento das capacidades econômicas no continente pode permitir à África romper totalmente com o seu passado econômico colonial e conduzi-la na via de um desenvolvimento normativo. Esta estratégia, mais voltada para o interior que direcionada para o exterior, não idolatra as receitas provenientes do comércio exterior e, em razão disso, não atribui excessiva importância aos intercâmbios externos, tornando-os assim o ponto de partida obrigatório para o desenvolvimento, sobretudo se estas trocas assemelham-se àquelas às quais a África esteve prisioneira, desde a época colonial. Eis o porquê da estratégia de desenvolvimento, preconizada em Monróvia e no Plano de Ação de Lagos, posicionar o mercado interno africano, com as suas subdivisões, no centro do esforço[39]. O grande problema nos tempos atuais para o continente africano consiste, portanto, em traduzir o essencial destes dois documentos em termos operacionais, aos níveis nacional, sub-regional e regional. Mediante esta única condição, poderíamos esperar consumar a descolonização econômica.

Mas, esta descolonização poderia exigir mais que uma simples redução da participação estrangeira nas economias africanas e implicar, por outro lado, em um aumento da participação *africana* na economia mundial. Para a África e nos dias atuais, as fontes constituintes básicas da sua dependência, poderiam permitir-lhe exercer uma contra-influência no sistema mundial. Para conquistar este contra-poder, é essencial, mais do que nunca, que os países africanos afirmem a sua solidariedade com os outros países em desenvolvimento.

Solidariedade e contrapoder[40]

Imperativamente, o Terceiro Mundo em geral e a África devem praticar duas formas de solidariedade, se quiserem modificar o sistema mundial, em proveito dos países menos favorecidos, e levar a cabo o processo de descolonização.

A *solidariedade orgânica* diz respeito às relações Sul-Sul e objetiva reforçar a interdependência dos países africanos ou do Terceiro Mundo. A *solidariedade*

38 Ibid., p. 10.

39 Ibid., p. 11.

40 Esta seção foi revisada por A. A. MAZRUI e deve muito aos seus trabalhos anteriores, relativos à contrapenetração, especialmente aos estudos que ele apresentou junto à FAO. Conferir igualmente A. A. MAZRUI, 1986.

estratégica concerne à cooperação dos países terceiro-mundistas em sua luta para arrancar concessões dos países industrializados do Norte. A solidariedade orgânica tende a reforçar a integração das economias do Terceiro Mundo. A solidariedade estratégica tende a reduzir a integração do Sul junto às economias nórdicas, na medida em que esta integração é uma forma de dependência. A solidariedade orgânica busca, essencialmente, integrar as economias do Sul; a solidariedade estratégica busca obter, quer seja o divórcio ou um novo contrato de casamento, um novo contrato social, em termos renegociados, entre o Norte e o Sul.

Partimos, outrossim, desta constatação fundamental: os fluxos econômicos são muito mais importantes entre o Norte e o Sul, comparativamente àqueles entre os países do Sul. Por via de regra, um país do Sul comercializa muito mais com o Norte que com os outros países sulistas e mantém relações de produção mais estreitas com os países industrializados que com aqueles outros em vias de desenvolvimento. Mas, estas relações econômicas entre o Norte e o Sul são falseadas pela tradicional dependência do Sul frente ao Norte, situação esta a sugerir a desigualdade entre os parceiros. Esses laços estruturais conferem ao Norte uma preponderância e uma influência excessivas, deixando o Sul indefeso contra a exploração.

Como sair desta situação? Como as duas formas de solidariedade poderiam elas contribuir para a redução da dependência do Terceiro Mundo e para a diminuição da sua persistente vulnerabilidade econômica?

Um dos domínios de cooperação mais negligenciados é aquele da mão de obra e da formação profissional. Certos países do Terceiro Mundo começaram a cooperar neste âmbito, oferecendo mutuamente mão de obra e garantindo a formação de trabalhadores estrangeiros, mas a importância desta forma de colaboração permanece em larga medida subestimada. Negligencia-se o fato da diferença mais radical entre o Norte e o Sul não derivar da renda (critério da riqueza) mas da tecnologia (critério da especialidade). A hierarquia internacional fundamenta-se, em sua totalidade, não sobre o "haver", mas sobre o "saber". A Líbia e a Arábia Saudita podem dispor de uma renda *per capita* mais elevada que certos países-membros da Comunidade Econômica Europeia mas, estão longe de atingir o nível da Europa Ocidental em matéria de técnicas produtivas e de organização econômica. Os membros da OPEP não dispõem sequer das técnicas apropriadas para extrair ou gerar o seu próprio petróleo.

Isto não aparece mais claramente senão na África Austral e no Oriente Médio. Cerca de 5 milhões de brancos puderam explorar, na África Austral, uma população negra dez vezes mais numerosa. Em complemento, eles submeteram

os negros dos países vizinhos à sua dominação econômica e militar. A razão principal da sua superioridade não reside simplesmente na riqueza da África do Sul mas no fato deste país extrair a sua riqueza do trabalho dos africanos e da capacidade operacional dos *europeus*. Os países vizinhos dispõem igualmente de uma mão de obra africana e alguns possuem um rico subsolo, mas o que falta aos negros, são técnicas de ponta em matéria de produção e o sentido de organização eficaz a implicar na utilização destas técnicas.

O Oriente Médio oferece-nos um exemplo ainda mais claro e surpreendente da superioridade da capacidade operacional sobre a riqueza. Ao menos desde os anos 1970, grande parte do mundo árabe é muito mais rica que Israel, em termos de renda. A economia israelense teria, na realidade, caído em ruína caso os Estados Unidos da América do Norte e a diáspora judia não tivessem nela injetado bilhões de dólares norte-americanos. Entretanto, embora menos numerosos e menos ricos, os israelenses conservaram a sua superioridade militar frente aos árabes. As sucessivas guerras travadas por Israel ilustram, de modo espetacular, esta predominância da tecnologia sobre a renda nacional e em relação ao volume populacional.

No caso de Israel, tanto quanto no que diz respeito à África do Sul, o fator cultural é determinante. Se não houvesse em Israel senão judeus do Oriente Médio, os árabes teriam ganhado todas as guerras ou, antes, bastar-lhes-ia ganhar a guerra de 1948. Com efeito, a cultura e a tecnologia dos judeus do Oriente Médio não diferem sensivelmente daquelas próprias aos seus vizinhos árabes. Em uma guerra entre povos do Oriente Médio, a superioridade numérica dos árabes teria vencido a resistência dos judeus, muito antes que esta vantagem fosse reforçada pela riqueza proveniente do petróleo.

Israel não deve a sua superioridade militar ao fato de 80% dos seus habitantes serem judeus, mas à origem europeia de uma parte (menos da metade) desta população judia. Foram os judeus vindos da Europa e, em termos mais gerais do Ocidente, que lançaram as bases tecnológicas da hegemonia regional de Israel.

Se a hierarquia internacional repousa, em última análise, sobre a técnica, em detrimento da renda, o que deveria fazer a África para melhorar a situação que resulta atualmente do seu subdesenvolvimento tecnológico?

Evidentemente, seria necessário que ela adquirisse, tanto mais rápido quanto possível, a capacidade operacional dos países nórdicos. Mas isto não consiste em algo tão simples. Os países do Hemisfério Norte, muito frequentemente, anseiam transferir algumas tecnologias, especialmente por intermédio das sociedades transnacionais; mas, as transferências de tecnologias necessárias ao Sul não fazem senão acentuar as relações de dependência entre os dois hemisfé-

rios. Há, por outro lado, tecnologias que o Norte não deseja de forma alguma transferir. Um verdadeiro tabu atinge, particularmente, certos ramos da física e da tecnologia nucleares. Enquanto a informática, por exemplo, contribui para instaurar uma dependência gerada por transferência de tecnologia, as centrais e os reatores nucleares encarnam a dependência produzida pelos monopólios tecnológicos do Norte. Se as sociedades transnacionais apresentam-se muito amiúde como instrumento de uma penetração econômica fundada sobre transferências de tecnologia, por sua vez, a energia nuclear simboliza a hegemonia que os monopólios tecnológicos garantem aos países do Norte.

A estratégia do Terceiro Mundo em geral e dos países africanos deve consistir, simultaneamente, em assimilar a tecnologia do Norte e partilhar entre si os seus conhecimentos. As tecnologias nórdicas livremente transferidas devem ser "descolonizadas" o mais rapidamente possível, de forma a livrá-las dos seus efeitos agravantes sobre a dependência do Sul. Quanto às tecnologias que o Norte busca guardar para si, estas devem constituir o objeto de uma apoderação pelo Sul, com o objetivo de por um termo aos monopólios.

Uma nova ordem econômica internacional não teria sentido algum sem uma nova ordem tecnológica internacional. A África necessita de estratégias fundadas sobre a solidariedade, com vistas a concretizar estas duas categorias de ordem internacional. Se o *poder tecnológico* concentra-se nos dias atuais quase exclusivamente no Norte, o Sul detém outras formas de poder, por ele ainda não plenamente aplicadas.

A OPEP mostra-nos o significado do conceito *poder do produtor*. É bem verdade que, de 1973 a 1983, esta organização muito pouco exerceu a sua influência. Em lugar de realizar pressão sobre o Norte, durante estes dez gloriosos anos, no sentido de modificar substancialmente a estrutura e as regras da economia mundial, ela buscou um lucro máximo no curto prazo e faz recair o essencial da sua ação no âmbito dos preços.

Faz-se absolutamente necessário formar outros cartéis de produtores, mesmo que inicialmente eles demonstrem pouca força. O cobalto, por exemplo, cuja produção concentra-se em um número relativamente pequeno de países, poderia desempenhar futuramente um papel estratégico, ainda mais importante que o cobre. A formação, a título experimental de um cartel dos produtores de cobalto poderia, portanto, mostrar-se eficaz, caso o Zaire afirmasse, de modo mais resoluto, a sua independência. Este país dispõe, no cômputo final, de um potencial capaz de torná-lo, em alguns anos e quando o mercado for mais favorável, a Arábia Saudita do cobalto.

Os países do Terceiro Mundo tampouco utilizaram plenamente o seu poder na qualidade de *consumidores*, conquanto tão variável e desigualmente repartido segundo as regiões fosse este poder. Os países do Oriente Médio e alguns países da África, como a Nigéria, revestem-se de uma particular importância como consumidores de produtos civis e militares, de tecnologias e de utilidades domésticas produzidos pelo Ocidente. De tempos em tempos, a Nigéria ou algum país do Oriente Médio demonstra a sua força e ameaça anular ou não renovar acordos comerciais. Mas o recurso a estas ameaças ocorre frequentemente ao nível de questões relativamente secundárias: por exemplo, para protestar contra o seriado *Death of a princess*, ou quando uma delegação árabe ou africana tenha recebido algum golpe diplomático proveniente de uma potência Ocidental. A África e o Oriente Médio poderiam utilizar o seu poder de consumidores para produzir uma modificação mais profunda na estrutura dos intercâmbios Norte-Sul.

A quarta categoria de poder, ainda não suficientemente utilizada pelo Sul, consiste justamente em sua condição de *devedor*. O tanzaniano Julius Nyerere declarou, por ocasião da sua eleição como presidente da OUA, em novembro de 1984, que a situação atual na África era dominada pelas três grandes questões relativas: ao desenvolvimento, à dívida e às grandes secas. O endividamento africano é certamente moderado, comparativamente ao latino-americano mas, Nyerere via neste estado de coisas uma vantagem e não simplesmente uma causa de fraqueza. No desenrolar da sua primeira entrevista coletiva de imprensa, no imediato posterior a sua eleição, ele deplorou que o Terceiro Mundo, capaz de ameaçar o Ocidente com uma interrupção nos pagamentos, contudo, não se servira eficazmente desta prerrogativa para conduzir os bancos ocidentais a fazerem-lhe concessões mais relevantes no tocante aos seus débitos[41].

Mas, a Tanzânia permaneceria intensamente vulnerável e tampouco uma forte solidariedade viria unir os países da África e da América Latina. O poder dos devedores não pode se exercer senão sob a condição de basear-se em um largo consenso entre os países endividados. Os próprios bancos ocidentais, conduzidos por uma espécie de solidariedade orgânica, elaboraram mecanismos de consulta quase permanentes. Os credores, ao Norte, estão unidos, quanto aos devedores do Sul, estes se encontram desorganizados. A África e a América Latina devem considerar a possibilidade de criar uma solidariedade estratégica entre os despossuídos e endividados, com o intuito de levar os credores a fazerem concessões no que tange às taxas de juros, ao escalonamento dos pagamentos,

41 O serviço africano da *Voz da América* emitiu, reiteradas vezes e especialmente em 24 de novembro de 1984, uma gravação do discurso e da coletiva de imprensa de Nyerere.

às modalidades de pagamento, às condições de uma moratória ou, inclusive e se necessário, ao cancelamento da dívida. Embora essenciais, todas estas formas de solidariedade estratégica não lograriam, entretanto, substituir a solidariedade orgânica, a qual deverá permear relações mais estreitas entre os países do Terceiro Mundo, especialmente nos âmbitos do comércio e dos investimentos. Os países menos avançados encontram-se aqui prisioneiros de uma contradição, em meio a muitas outras. No quadro das suas relações com o Norte, eles devem diversificar a sua economia. Entretanto, no contexto das relações por eles mantidas entre si, eles devem especializar-se para acrescer a sua complementaridade. Uganda, por exemplo, poderia uma vez mais cultivar o algodão e vendê-lo ao Quênia que, por sua vez, transformá-lo-ia em tecido. Esta especialização ajudaria os dois países a desenvolverem-se e a incrementar a sua complementaridade. Contudo, as relações de Uganda com o resto do mundo, no cenário econômico mundial, exigem uma diversificação em detrimento de uma especialização na sua indústria. Tais são os termos de um grave dilema que os países do Terceiro Mundo devem, urgente e impreterivelmente, resolver. Eles precisam encontrar um equilíbrio entre a diversificação exigida pelas suas relações com o Norte e a especialização necessária ao desenvolvimento do comércio entre os países do Sul.

A este cenário agrega-se a necessidade de encontrar outros meios de pagamento nas relações comerciais entre os países dos Sul. Com efeito, a obrigação de utilizar moedas do Norte nas relações comerciais mostrou-se muito constrangedora. As economias do Sul sempre se encontram atormentadas pelo demônio do "câmbio"! A Tanzânia, a Zâmbia e o Zimbábue têm exatamente a possibilidade de retornar ao *escambo*, ao menos em referência a uma parte das suas relações econômicas. A Nigéria, nos anos 1980, experimentou o sistema de "trocas compensatórias" entre o petróleo e os produtos manufaturados. A recente melhora nas relações políticas entre o Quênia e a Tanzânia, permite aos dois países vislumbrar a instauração do escambo para alguns produtos nos próximos anos. No futuro, se o algodão ugandense alimentar mais regularmente a indústria têxtil do Quênia, este último poderia perfeitamente pagar esta matéria-prima em camisas e uniformes militares, em lugar de utilizar moedas fortes.

Outro setor tocado pela solidariedade orgânica entre os países do Terceiro Mundo é a utilização partilhada da *energia*. Um terço da eletricidade consumida pelo Quênia provinha outrora da barragem de Jinja, em Uganda, este país permanece um dos principais fornecedores de eletricidade ao Quênia.

A barragem de Akosombo, no rio Volta, em Gana, deveria constituir-se em um dos principais centros *regionais* de produção de eletricidade na África Ocidental. Infelizmente, o nível das águas deste rio baixou de tal forma que

FIGURA 14.5 A barragem de Jinja, em Uganda. (Foto: Topham, Londres.)

Gana, em lugar de fornecer energia aos países vizinhos, deveu racioná-la periodicamente em seu próprio território, chegando inclusive ao ponto de importá-la da Costa do Marfim. As barragens da África Austral, como aquela de Kariba, desempenharam com maior êxito o seu papel regional. Elas simbolizam, em seu conjunto, uma espécie de pan-africanismo energético: a solidariedade orgânica aqui resulta do amálgama das estruturas da produção hidroelétrica.

A associação de vários países europeus no setor siderúrgico situa-se à origem do processo de formação da Comunidade Econômica Europeia (CEE). A integração na indústria siderúrgica parecia excluir qualquer nova possibilidade de guerra fratricida entre os europeus. Na Europa, a superposição das estruturas de produção do aço viria conduzir, assim imaginava-se, à interdependência das indústrias nacionais e diminuiria, por conseguinte, os riscos de agressão militar.
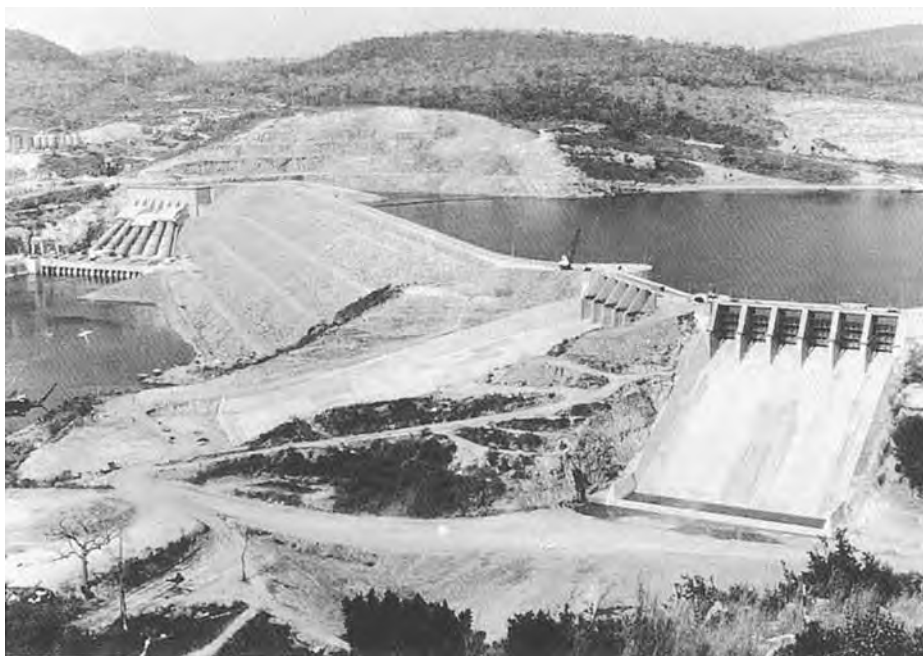
FIGURA 14.6 Em cima: a barragem de Akosombo, em Gana. Embaixo: a grande barragem de Kariba, no Zimbabwe. (Fotos: Newslink Africa, Londres; Topham, Londres.)

Seguindo a mesma lógica, ao entrelaçamento das indústrias no setor elétrico deveria aumentar a interdependência dos países terceiro-mundistas e incitá-los a cooperarem em outras áreas.

O combate para reforçar a integração africana encontrou numerosos obstáculos, desde o desmantelamento da Comunidade da África do Leste, formada pelo Quênia, por Uganda e pela Tanzânia, até a considerável diminuição no volume das águas do Volta, rio acima, antes da barragem de Akosombo.

A tentativa de integração no sudeste asiático merece especial exame por parte dos africanos. Este ensaio obteve maior êxito que o seu correlato africano, tal como comprova o papel econômico e diplomático de primeira ordem desempenhado pela Associação das Nações do Sudeste Asiático (ANASI) na região. No mundo árabe, os esforços de integração proporcionam resultados positivos e propulsores, a exemplo da criação do Conselho de Cooperação do Golfo mas, não impedem o surgimento de violentos conflitos políticos entre alguns Estados, como por exemplo a Líbia e o Egito.

Na América Latina, a integração regional igualmente constitui um êxito parcial. A América Central viveu durante os anos 1980 sob a ameaça de uma guerra internacional. Em contrapartida, graças à mediação do Vaticano, a Argentina e o Chile diminuíram as tensões relativas ao delicado problema do Canal de Beagle. A cooperação econômica conheceu altos e baixos no conjunto da região mas, o ideal de uma mais vigorosa integração permanece vivo. A África deveria acordar a maior atenção às experiências desenvolvidas neste longínquo laboratório político.

O Hemisfério Norte foi dividido em duas zonas econômicas correspondentes à sua divisão ideológica, apresentando, por um lado, o mundo socialista representado pelo Conselho de Assistência Econômica Mútua (CAEM) e por outra parte, o mundo capitalista, com a sua Organização do Tratado para o Atlântico Norte (OTAN) e a CEE.

A África, integrante da região Sul, permanece, ao contrário e extremamente, fracionada. Ela tenta, nos dias atuais, reunir os fragmentos dos quais ela se compõe. Ela busca o intangível segredo, o espírito oculto da coesão.

As estratégias de solidariedade são apenas meios a serviço de propósitos específicos. O objetivo é longínquo e de difícil alcance. Mas, a que serviria o paraíso se as nossas aspirações não ultrapassassem a realidade imediata?

Os filósofos distinguem a liberdade negativa (ausência de adversidades) e a liberdade positiva (a liberdade de participação). A emancipação dos escravos africanos, nas Américas, conferia-lhes quando muito uma liberdade negativa (eles não pertenciam mais a outros homens). Um século mais tarde, os africa-

nos da *diáspora* ainda estão em busca da liberdade positiva (liberdade de efetiva participação).

A *descolonização negativa* assemelha-se à emancipação dos escravos, através da qual eles deixam de pertencer a outros homens. Mas, não haveria verdadeira *descolonização positiva*, senão quando os africanos participassem efetivamente da economia mundial e detivessem, em escala global, um poder concedido a esta atividade econômica. Não basta reduzir a dominação dos estrangeiros sobre as nossas economias, embora esta etapa seja essencial. É urgente encontrar, ao mesmo tempo, os meios para aumentar o poder de ação da África na economia mundial. Os africanos devem parar de participar como piões em uma partida disputada por outros, tornando-se, eles próprios, jogadores plenos, frente ao tabuleiro de xadrez no qual se disputa o destino do mundo.

SEÇÃO IV

EVOLUÇÃO SOCIOPOLÍTICA APÓS AS INDEPENDÊNCIAS

CAPÍTULO 15

Construção da nação e evolução das estruturas políticas

J. Isawa Elaigwu
Em colaboração com *Ali A. Mazrui*

O combate político travado pela África desde o início da era colonial funda-se sobre duas aspirações primordiais: o constante desejo em dar maior coerência à *nação* africana e um igual desejo em conferir maior estabilidade ao *Estado* africano. A crise da nação consiste naquela de uma *identidade* coletiva insuficiente. A crise do Estado diz respeito à instabilidade da *autoridade*. Os dois combates estão ligados mas, cada qual possui a sua própria lógica. A maioria dos países africanos independentes é de *Estados* criados sob o regime colonial que lutam para tornarem-se nações mais coerentes. Um país como a Somália, em contrapartida, é essencialmente uma *nação* que luta para transformar-se em um Estado mais estável e melhor integrado. Entretanto, em razão de existir, no século XX, uma relação de reciprocidade entre a nação e o Estado, todos os países pertencentes a uma ou outra categoria continuam a viver as duas crises gêmeas, de identidade e de autoridade, na época pós-colonial.

Trata-se das fronteiras artificiais legadas pelas potências coloniais, as quais, de todas as formas possíveis, colocam em perigo a identidade nacional na África independente. No tocante à estabilidade do Estado, é frequentemente o exército permanente, outro produto do regime colonial, que faz pesar sobre o continente uma maior ameaça. Antes da colonização, a maioria das sociedades africanas mobilizava os seus exércitos somente em caso de necessidade, isto equivale a dizer, para enfrentar o conflito. Elas não mantinham os seus regimentos em

armas quando não havia guerra. Elas não tinham forças armadas susceptíveis de absorverem uma forte proporção dos recursos do país. Como consequência, o colonialismo criou um aparato militar dotado de meios de destruição importados, muito avançados comparativamente ao restante da infraestrutura. Simultaneamente, foram a nação africana e o Estado africano que suportaram as tensões produzidas pelo casal das forças originárias do caráter artificial das fronteiras e da instabilidade nas relações entre civis e militares.

Os responsáveis pela política colonial viram-se confrontados, no que diz respeito à organização das hierarquias dirigentes locais, a uma escolha primordial: seria necessário conservar a autoridade dos chefes e dos soberanos tradicionais ou confiar a função de enquadramento a uma elite intelectual mais ou menos ocidentalizada? Os britânicos atacaram de frente o problema sem, todavia lograr resolvê-lo, mesmo no que lhes diz respeito. A ideologia da "administração indireta", por eles praticada e quando aplicada, favoreceu a manutenção das hierarquias tradicionais, tal como ocorrido particularmente na Nigéria setentrional. Todavia, a partir de 1930, os artífices da política colonial, tal como concebida pela Grã-Bretanha, estabeleceram um programa deliberado de "desenvolvimento econômico social das colônias", a comportar uma ampliação do ensino secundário e superior, de tipo ocidental. Uma mais numerosa elite ocidentalizada estava, portanto, em vias de constituição.

Nas colônias francesas, a divisão fez-se mais claramente em favor da criação de uma elite intelectual afrancesada em detrimento dos chefes tradicionais. Entretanto, mesmo o império francês não esteve ao abrigo de contradições. Os marabutos da África Ocidental colonial guardavam muita autoridade e, no Marrocos do protetorado, a monarquia conservou, malgrado as suas periódicas desavenças com o soberano francês, um considerável poder.

Em seu conjunto, durante a época colonial, a alternativa primordial concernente à autoridade referia-se, por um lado, aos títulos tradicionais de legitimidade, em sua essência, autóctones, e por outro lado, aos novos critérios ligados à educação do tipo ocidental. Em contrapartida, após a independência, a alternativa primordial coloca em jogo a elite intelectual civil ocidentalizada e as forças armadas pós-coloniais. Durante o período colonial, os tradicionais detentores da autoridade estavam na defensiva frente à concorrência da elite intelectual ocidentalizada. Após a independência, ao contrário, foram os dirigentes educados à moda ocidental que se encontraram na defensiva, confrontados, como lhes é peculiar, à potência do aparelho militar.

O debate em torno da questão dos chefes tradicionais prosseguia, especialmente, em países como a Nigéria e Uganda pós-Amim, nos quais as tradições

FIGURA 15.1 Rei Mutesa II, o último kabaka de Buganda, trajando uniforme militar.

monarquistas autóctones não tendiam a permitirem-se extinguir. Mas, em seu conjunto, o conflito atenuava-se na linha divisória de poder entre chefes tradicionais e dirigentes ocidentalizados, ao passo que, entre estes mesmos civis ocidentalizados e as forças armadas, a luta pelo poder ameaçava perpetuar-se indefinidamente.

Em Gana pós-colonial, todos os dirigentes civis foram, até o momento, homens formados em instituições da cultura ocidental, habitualmente titulares de um doutorado (Nkrumah, Busia e Limann). Posteriormente, o pêndulo da história concedeu o poder ao campo dos militares, habitualmente menos ocidentalizados. Outros países africanos também oferecem exemplos desta tendência a uma alternância de poder entre civis ocidentalizados e militares. Uganda contou entre os seus dirigentes com um diplomado na Universidade de Makerere (Milton Obote), um antigo reitor desta mesma instituição (Y. K. Lule) e o primeiro conselheiro da Coroa que este país tenha dado à tradição britânica (Godfrey Binaisa).

Entretanto, alguns destes homens que chegaram ao poder em Uganda provinham de muitas categorias ao mesmo tempo. Sir Edward Mutesa, o primeiro, em ordem cronológica, dos presidentes do país, ele era simultaneamente um rei tradicional e um africano ocidentalizado; Yoweri Museveni é soldado e diplomado universitário. Portanto o quadro não é, como se diz, "nem tão negro nem tão branco", mas, regra geral, é permitido reafirmar que, se no curso do período colonial, tratava-se de escolher entre chefes tradicionais e dirigentes oriundos da nova elite intelectual ocidentalizada, a escolha, à época inaugurada pela independência, consiste em eleger entre civis ocidentalizados e soldados profissionais, estes últimos possuidores de moderno armamento.

Na base de todas estas tensões encontram-se dois processos históricos gêmeos que atravessam a África no século XX, a edificação da nação e a formação do Estado. Interessaremo-nos mais particularmente neste capítulo a fase pós-colonial. Todavia e até o momento, os problemas conhecidos pela África independente representam o prolongamento puro e simples da sua história anterior. Além disso, se é verdade que as ideias relativas à edificação da nação e à formação do Estado são indispensáveis para nos ajudar a compreendermos a África política, asseguremo-nos, antes de tudo, acerca da nossa compreensão sobre os próprios conceitos de "nação" e de "Estado".

A nação e o Estado: abordagem de duas definições

O conceito de *nação* aplica-se, em princípio, ao menos a três categorias de grupos humanos. Em primeiro lugar, ele pode aplicar-se a "uma comunidade estável e historicamente evoluída de pessoas tendo em comum um território, uma vida econômica, uma cultura que os distingue e uma língua". Em segundo lugar ele pode designar "as pessoas habitantes de um território unificado sob a autoridade de um governo único; um país e ainda um Estado". E, em terceiro lugar, uma nação pode ser "um povo ou uma tribo[1]".

A definição da ideia de nação faz muito amiúde intervir a distinção entre os atributos objetivos e os atributos subjetivos da nação. Entre os elementos objetivos, cita-se frequentemente a língua, a história, o território, a cultura (que por vezes engloba a religião), a organização política e a vida econômica. No que diz respeito aos fatores subjetivos, eles compreendem especialmente um sentimento comum de identidade e um engajamento ou uma fidelidade de cada um

1 D. B. GURALNIK (org.), 1970, p. 946.

frente ao grupo. Estas variáveis psicológicas não são facilmente mesuráveis. M. G. Smith associa com propriedade os fatores objetivos e subjetivos ao definir a nação na qualidade de "um grupo habitualmente unificado e integrado cujos membros – ou a maioria dos membros – compartilham tradições, instituições, uma história e uma identidade étnica comuns[2]".

Segundo a nossa primeira definição, pode-se falar de nação a propósito dos ibo, dos yoruba ou dos hawsa-fulbe da Nigéria, dos kikuyu ou dos luo do Quênia, dos hutu do Burundi ou ainda dos tswana do Botsuana. Na abordagem que é a nossa, entretanto, a definição realmente funcional do que seria uma nação é a segunda, nos termos da qual designa-se um país ou um Estado como "as pessoas habitantes de um território unificado sob a autoridade de um governo único". Segundo esta definição, nós falaremos a respeito de *nação* quando tratar-se da Nigéria, do Quênia, do Burundi ou do Botsuana – e não em referência às diversas "nações" que compõe o Estado-nação ou a nação-Estado.

As teorias da edificação da nação sublinham frequentemente o processo "pelo qual é produzida, junto aos indivíduos que pertencem a pequenas etnias, a pequenas comunidades ou lugarejos menores, uma transferência do sentimento de pertinência ou fidelidade em proveito do mais amplo sistema político central[3]". Ao apoiarem-se sobre o seu próprio passado nacional, os autores ocidentais são levados a conceber a formação de uma nação ou de um Estado como dois processos distintos que finalmente desembocam na instauração de um Estado-nação. Esta concepção implica que a formação de um tal Estado seja o ponto culminante dos processos de edificação, por um lado, do Estado e, por outra parte, da nação. Deriva que, na concepção ocidental, a formação da *nação* precede normalmente a constituição do Estado, bem como, que o Estado-nação constitui o produto último deste duplo processo. O processo de edificação da nação consiste essencialmente, para um povo, em cultivar através dos tempos "certos comportamentos, convicções e valores de caráter político, bem como a elaborar uma cultura política[4]". Assim sendo, a ênfase é colocada, no que concerne a edificação da nação, na "congruência das identidades cultural e política[5]". Trata-se de uma "tendência em direção à homogeneidade cultural (o fato nacional)[6]".

2 M. G. SMITH, 1971, p. 32.

3 G. ALMOND e B. POWELL, 1966; L. PYE, 1962.

4 G. ALMOND e B. POWELL, 1966, pp. 33-36; M. G. SMITH, 1971, pp. 30-33.

5 Isto não vale para os Estados do Terceiro Mundo ou mesmo para aqueles em desenvolvimento. Encontraremos uma boa análise do tema em S. ROKKAN, 1973.

6 A. A. MAZRUI e M. TIDY, 1984, p. 373.

Para nós, o processo de edificação da nação não implica necessariamente na *transferência* do "sentimento de pertinência e de fidelidade", o qual ao afastar-se do estreito ou provinciano quadro dos grupos étnicos, ligar-se-ia desde logo a uma entidade política mais ampla, por exemplo, uma entidade tal qual a Nigéria. Ser ibo, yoruba ou kikuyu diz respeito à identidade, e isto não pode ser objeto de uma transferência. É impossível deixar de ser ibo, hawsa ou kikuyu simplesmente porque alguém assim decidiu. Para nós, o processo não implica em uma transferência mas, na ampliação do horizonte até o qual os grupos restringidos reconhecem a sua própria identidade, a ponto de englobar entidades mais vastas, como o Estado.

Quando nós falamos de edificação da nação, evocamos duas dimensões da identidade. Uma está estreitamente associada à construção do Estado. Trata-se da progressiva aceitação, pelos membros da entidade organizada pré-existente, da *legitimidade* de um governo central e da identificação com este governo central, devidamente qualificado como símbolo da nação. Isto concerne à dimensão *vertical* da edificação da nação, em outros termos, não há somente um *Estado*, mas igualmente existem indivíduos a aceitarem a sua autoridade (e não simplesmente a sua potência coercitiva) e a virem em seu governo a representação simbólica da sua comunidade política. Sob esta ótica, as tentativas de secessão que tiveram lugar na Nigéria, na Etiópia, no Sudão e no Zaire (atual RDC) constituíram desafios à autoridade do governo central e uma rejeição ao sentimento de identidade comum. O fim da guerra civil na Nigéria não somente significou a renovada aceitação do Estado nigeriano pelos seus cidadãos, mas igualmente, a aceitação, pelos nigerianos, do fato que o governo central devesse simbolizar a nação nigeriana em nascimento.

No sentido *horizontal*, a edificação da nação implica que cada um aceite a igualdade dos outros membros do corpo cívico, como membros de uma nação juridicamente constituída – isto significa que cada um reconheça aos outros o direito de compartilhar uma história comum, os recursos, os valores morais e os outros aspectos do Estado; esta aceitação é sustentada pelo sentimento de pertinência a somente uma e única comunidade política. A edificação da nação implica no sentimento segundo o qual todos os membros da entidade organizada estão habilitados a tomar parte, para o melhor tanto quanto para o pior, no processo do desenvolvimento político – a este respeito, bem entendido está que este último não comporta somente vantagens; ela representa, portanto, a aceitação generalizada do processo de edificação do Estado; ela corresponde à criação de uma comunidade política a conferir um sentido mais completo à vida do Estado.

Os processos de edificação do Estado e de edificação da nação podem desenrolar-se simultaneamente e sabe-se que, muito amiúde, eles recobrem-se parcialmente; em relação a muitos Estados africanos anteriormente colonizados, o Estado precedeu a nação. Povos foram arbitrariamente agrupados no seio de uma unidade territorial que posteriormente formou uma entidade geopolítica denominada Estado. Em meio aos povos incorporados a tais Estados, numerosos eram aqueles junto aos quais não existia nenhuma identificação *face* ao Estado, na qualidade de símbolo de um povo ou de uma comunidade política. Na realidade, a maioria destes grupos foram colocados em contato, entre si, aproximadamente ao final do período colonial, momento no qual os mestres coloniais fecharam o seu "guarda-chuva político" e trouxeram a bandeira[7].

Para estes povos, não existiam "valores, convicções ou comportamentos" comuns, cuja natureza permitisse criar uma cultura política própria à população dos novos Estados. Em suplemento, em razão da maioria dos Estados africanos ter nascido após 1960, o período da edificação do Estado, no tocante a muitos dentre eles, não começou senão muito recentemente. Se a experiência de construção do Estado segue o seu curso, a edificação da nação, por sua vez e igualmente, também permanece em marcha, este quadro multiplica as tensões exercidas sobre o sistema político em todos os Estados africanos. Rajini Kothari observa, a justo título e relativamente ao Terceiro Mundo, que "o próprio conceito de nação extrai frequentemente a sua substância não tanto das noções, culturais e linguísticas, que estiveram à origem da consciência nacional na Europa, mas, antes e sobretudo, de uma ideia transcendente de Estado coincidente a um fato nacional[8]".

O processo de edificação do Estado e de edificação da nação também provocou, como oportunamente fez valer Sheldon Gellar, o surgimento de "nações-Estado", nas quais se manifesta o aspecto dúbio da integração nacional, referente à "diversidade na unidade" e à "unidade na diversidade[9]". O processo de edificação da nação pode, por conseguinte, convergir, igual e definitivamente, tanto para a criação de "nações-Estado" quanto de "Estados-nação".

---

7 Em uma carta endereçada ao chefe de Estado nigeriano para solicitar a criação, no seio da Federação da Nigéria, de um novo Estado separado do antigo Estado de Bénoué-Plateau, os membros da Plateau Student´s Association (1974, p. 2) se expressavam nestes termos: "Os tiv e os idoma possuem uma organização social completamente distinta daquelas que os diversos grupos de população de Plateau têm em comum. Não existe nenhuma ligação cultural entre o nosso povo e aqueles do Bénoué meridional. A verdade histórica é que, em princípio, sua existência nos era desconhecida até recetemente."

8 R. KOTHARI, 1973, p. 104.

9 S. GELLAR, 1972, pp. 40 e 41; M. REJAI e C. ENLOE, 1969.

FIGURA 15.2 Segundo Encontro de Estados Magrebinos, em Marrakesh, 15 e 16 de fevereiro, 1989. Da esquerda para a direita: Ben Ali, presidente da Tunísia; M. Kadhaffi, presidente da Líbia; Hassan II, rei do Marrocos; C. Bendjedid, presidente da Argélia; Ould Sid Ahmed Taya, presidente da Mauritânia.

A edificação da nação implicaria, necessariamente, na homogeneização das identidades culturais e políticas? Como levou-nos a observar Clifford Geertz, qualquer tentativa de substituição das identificações e dos laços primordiais por equivalentes, concernentes à cidadania, constitui uma "impossibilidade pura e simples[10]". É preciso encontrar um compromisso, defende este autor, baseado em "acomodações mútuas", de tal forma obtidas que os processos de governo possam operar "plenamente, sem contudo ameaçar o referencial cultural da identidade pessoal". Mediante estas condições, as eventuais descontinuidades não seriam "de natureza tal a perturbar radicalmente a vida política". Ali Mazrui e Michael Tidy estimam, com propriedade, que a edificação da nação pressupõe uma "suficiente homogeneidade cultural[11]", para que o sentimento nacional possa enraizar-se.

Pode-se avançar, desde logo e juntamente com Edmund Burke, que "o amor endereçado à totalidade não é abafado pela (...) parcialidade, de caráter subordi-

10 C. GEERTZ, 1963, p. 155; M. FORTES e E. E. EVANS-PRITCHARD (org.), 1940; P. BROWN, 1970, onde encontraremos outra apresentação analítica.

11 A. A. MAZRUI e M. TIDY, 1984, p. 373.

nado, endereçada a um elemento do todo (...), pois a filiação ao pequeno pelotão, ao qual pertencemos na sociedade, é o próprio princípio (...) dos sentimentos afetivos na esfera da vida pública[12]".

Talvez seja a partir de um certo grau de adesão aos valores subnacionais que a totalidade esteja ameaçada. O processo de edificação da nação visa deliberadamente ampliar o horizonte destes laços subnacionais, para fazê-lo coincidir com as fronteiras do Estado e, ao final das contas, para levá-lo, se possível, a tornar somente parcial a adesão aos grupos restringidos.

Devemos acrescentar, para concluirmos, que o processo de edificação da nação, nos Estados africanos, foi pontuado por conflitos e crises. Posta a diversidade dos grupos humanos a participarem desta evolução, estes conflitos seriam inevitáveis, mas o elemento determinante consiste aqui em sua intensidade: os enfrentamentos não devem ameaçar o consenso acerca dos valores sobre o qual se apoia o processo de edificação da nação. Como leva a observar Ali Mazrui, "A recorrente experiência da resolução de conflitos surgidos entre as forças antinômicas constitui, em suma, um dos melhores indícios de solidez da integração nacional[13]". Com efeito, segundo Lewis Coser, os conflitos podem finalmente desempenhar um papel positivo no que diz respeito à solidariedade do grupo[14].

Segundo a perspectiva por nós adotada, as "estruturas políticas em mutação" são as instituições políticas herdadas, assim como as modificações atribuídas a estas últimas e/ou as novas instituições implantadas no intuito de facilitar, aos Estados africanos, a sua edificação nacional, após a independência conquistada nos anos 1960.

Dos modelos coloniais às constituições da independência

Em complemento relativo à prática da administração indireta, os britânicos criaram nas suas colônias "conselhos legislativos". A composição destes conselhos evoluiu e aproximadamente ao final da era colonial, as maiorias, compostas de administradores brancos e de membros nomeados, haviam cedido lugar a maiorias formadas por africanos e membros eleitos. Esta democratização

12 Citado em S. HUNTINGTON, 1968, p. 30.

13 A. A. MAZRUI, 1969a, p. 150; A. A. MAZRUI e M. TIDY, 1984, p. 12; J. F. A. AJAYI, 1968, p. 194; I. L. MARKOVITZ, 1977, p. 47.

14 L. COSER, 1956, p. 188.

realizara-se na justa medida da definição sobre a perspectiva da autonomia e da independência.

No curso dos últimos anos do regime colonial, os britânicos transferiram, por assim dizer, o seu modelo de governo metropolitano para o âmbito dos seus territórios coloniais. Salvo raras exceções, como a Tanzânia, este modelo favoreceu o pluripartidarismo e a concorrência eleitoral entre os partidos. Ao vislumbrar-se a independência, embriões de "parlamento" (muito amiúde bicamerais) constituíram-se e, consequentemente, os africanos puderam ensaiar a experiência de uma vida política moldada por um regime parlamentar, alguns dentre eles, após eleitos, alcançaram o posto ministerial. Frequentemente, os britânicos também dotaram as suas colônias de estruturas federais, as quais, inclusive, sequer existiam em sua sociedade. Neste crepúsculo de época colonial, a proximidade da independência conduziu numerosos grupos étnicos ou "nações culturais" a disputarem o poder político que, brevemente, seria posto à disposição do novo Estado. De forma reiterada, esta concorrência fez nascer um novo espírito, estritamente particularista, mediante o qual cada um toma mais claramente consciência de si e dos outros, neste clima de enfrentamento. As elites políticas apoiaram-se em suas bases étnicas, etnogeográficas ou regionais para mobilizar militantes em sua corrida para o poder. O Northern People's Congress (NPC) e o Action Group (AG), na Nigéria, o National Liberation Movement (NLM), o Northern People's Party (NPP) e o Togoland Congress Party (TCP), em Gana, a Association des Bakongo (ABAKO) e a Confédération des associations tribales du Katanga (CONAKAT), no Zaíre, o Kabaka Yekka (KY) e o Democratic Party (DP), em Uganda, não representam senão alguns exemplos destas formações. Todas contribuíam para compor o cenário dos eventos políticos da era pós-colonial. Algumas dentre elas, à imagem da CONAKAT, eram patrocinadas pelos meios empresarias coloniais ou pela própria autoridade colonial, com o objetivo de diminuir o eleitorado dos partidos nacionais. Lançavam-se assim as sementes para uma futura independência.

Entretanto, existiam partidos cuja audiência expandia-se a todo um território e cujas atividades de mobilização das massas tentavam ultrapassar, tanto quanto possível, o estrito horizonte da fidelidade e dos laços locais. Um dentre eles, como vimos no capítulo 7, era o National Council for Nigeria and Cameroom (NCNC) – o qual se tornou, sob a mesma sigla, o National Council for Nigerian Citizens, quando Camarões, pela sua parte ocidental, decidiu separar-se da Nigéria. Ele deveria, posteriormente, bater em retirada e, ao renunciar à sua condição de formação nacional, tomou o caráter de um partido regional.

Na Guiné, o Partido Democrático da Guiné (PDG), dirigido por Sékou Touré, mobilizou diversos grupos étnicos e sindicais no seio de uma organização nacional eficaz. Esta formação marginalizou os outros partidos e associações étnicas, mobilizando com propriedade o povo da Guiné contra autoridade da França. O voto em contrário dos guineenses no referendo de 1958, organizado pelo general de Gaulle, que chamara a votar pela solução francesa, provocou um verdadeiro choque na França. O sucesso dos esforços empreendidos pelo PDG, no sentido de ultrapassar o quadro étnico, pode ser ilustrado através do êxito obtido por este partido, em 1956, por ocasião da eleição de cinco dos seus dirigentes, os quais se apresentavam "às eleições municipais, fora da sua região de origem[15]". É necessário notar que as origens familiares de Sékou Touré conferiam-lhe uma espécie de legitimidade tradicional que recobria o seu partido, mediante o risco de alienar-lhe alguns grupos étnicos[16].

O Bloco Democrático Senegalês (BDS), liderado por Senghor soube, também ele, transcender os laços étnicos e mobilizar o povo senegalês, em prol da independência. Ainda mais notável, em um país predominantemente islâmico, o cristão Senghor obteve a adesão dos mais influentes marabutos muçulmanos, os quais desempenharam um papel de primeira grandeza em sua vitória sobre o seu rival Lamine Gueye. O caso de Senghor denota, clara e primeiramente, a existência de um nascente, porém dinâmico, processo de edificação da nação, antes mesmo da independência. Oferecendo um belo exemplo de sucesso ecumênico, este católico governou um país composto por 80% de muçulmanos.

O caso de Julius Nyerere, na Tanzânia, apresenta certa analogia com aquele de Senghor. Originário de uma pequena etnia (os wazanaki), ele era igualmente cristão e teve que atuar em um país sobretudo muçulmano. Mas, ele não viria enfrentar nem as grandes "nações" solidamente estruturadas existentes na Nigéria, nem tampouco os problemas linguísticos que igualmente conhece este país. A Tanzânia é um Estado poliétnico mas, não multinacional, tal como a Nigéria, nela não se fala senão uma única língua, o kiswahili, o que a previne contra as tendências centrífugas. Julius Nyerere participou da criação, em 1954, da Tanganyika African National Union (TANU). Este partido conduziu, sozinho, a Tanganyika à independência, sem encontrar muita oposição, e dirigiu o país até 1977, ano durante o qual este partido expandiu-se para formar o Chama cha Mapinduzi (CCN).

15 A. A. MAZRUI e M. TIDY, 1984, p. 90.

16 Sékou Touré passou por neto do rei mandinga Samori Touré.

Em outros lugares, por exemplo em Uganda, o pluralismo criou, ao contrário, dificuldades. Embora essencialmente pan-étnico, o Uganda People's Congress (UPC), liderado por Milton Obote, viu-se na obrigação de fazer uma aliança com o KY para formar um governo no momento da independência. O papel dúbio do *kabaka*, simultaneamente rei do Buganda e chefe do Estado ugandense, causou reais dificuldades no processo de edificação da nação e no que se refere aos símbolos representativos do fato nacional.

No Quênia, a Kenya African Union (KAU), posteriormente transformada em Kenya African National Union (KANU), ambas desempenharam um papel estruturador da mobilização junto à população. De caráter essencialmente étnico, a KANU era predominantemente kikuyu e luo, as duas etnias a formarem uma aliança assaz conturbada. Às vésperas da independência, o temor em ver instaurado um Estado, controlado por um partido único sob domínio kikuyu-luo, conduziu à fundação da Kenia African Democratic Union (KADU), partido igualmente pan-étnico. Entretanto, a KANU ganhou as eleições para o Conselho Legislativo de 1961 e dedicou-se à libertação do seu líder, Jomo Kenyatta. As eleições de maio de 1963 conduziram triunfalmente esta liderança ao poder, na qualidade de primeiro-ministro, assim a independência foi proclamada em dezembro deste mesmo ano.

A experiência do Congo belga (atual RDC) foi mais tumultuosa. Patrice Lumumba, nacionalista pan-africano, constituíra um partido pan-étnico, o Movimento Nacional Congolês (MNC), movimento este que alcançara mobilizar a população, para acelerar a conquista da independência. A base dos principais partidos opositores ao seu era, sobretudo, regionalista. A ABAKO, por exemplo, militava em favor de uma divisão do país, em prol da formação de um Estado congolês posteriormente em condições de fundir-se ao Congo francês (Congo-Brazzaville)[17]. A CONAKAT, dirigida por Moïse Tshombé, escolheu a secessão no Katanga (Shaba). Esta situação degenerou em guerra civil, no imediato posterior a independência. A tarefa era além de árdua para Lumumba, haja vista tratar-se de construir a unidade no seio de um país constantemente ameaçado pelo colonizador e pelos congoleses, eles próprios. Após a sua execução durante a guerra civil, Mobutu julgou necessário invocar o seu nome na qualidade de um dos símbolos da edificação nacional e tentou fazer o que Lumumba fora impedido de concretizar enquanto vivo.

17 A. A. MAZRUI e M. TIDY, 1984, p. 96; C. YOUNG, 1965, p. 659.

As reações nacionalistas, manifestas no curso dos derradeiros anos da colonização, não derivaram com frequência para a outorga pacífica da independência pela potência colonial. Em Angola, no Zimbábue, em Moçambique, na Guiné-Bissau, assim como na Argélia, impôs-se o recurso à luta armada para alcançar a soberania. Na Guiné-Bissau, o Partido Africano pela Independência da Guiné e de Cabo-Verde (PAIGC) logrou mobilizar eficazmente o povo, com o objetivo de travar a luta anticolonial. Neste país, exemplo raro na África, a *nação* nasceu antes do *Estado*, a sua edificação nacional apresentava-se como uma condição prévia à constituição de um Estado. Tão logo precipitada a batida em retirada dos portugueses, Angola foi rasgada por uma guerra civil entre o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), dirigido por Agostinho Neto, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FLNA) cujo chefe era Robert Holden, e a União Nacional pela Independência Total de Angola (UNITA), conduzida por Jonas Savimbi. Contando com o apoio da Organização pela Unidade da África (OUA), o governo do MPLA de Agostinho Neto foi reconhecido como legítimo governante do país.

Em suas colônias da África Austral, a Grã-Bretanha enfrentou os problemas postos pela comunidade branca no transcorrer do processo de descolonização. O racismo e o fator étnico desempenharam nestas regiões um papel central. O Malawi Congress Party (MCP), de Hastings Kamuzu Banda, soube mobilizar os africanos contra o racismo e o colonialismo e obteve a independência da Niassalândia, renomeada Malaui. No Zimbábue, a luta foi tanto um combate contra o racismo, quanto uma luta contra o colonialismo, e as clivagens étnicas entre os shonas e os ndebele, neste âmbito, desempenharam um importante papel. A África do Sul, por sua vez, prosseguiu com a sua política do *apartheid*, em que pese o seu discurso proferido, por ocasião de uma viagem à região, e concernente aos "ventos da mudança", Harold Macmillan manteve a usurpação da autonomia tal qual exercida na Namíbia.

Quais seriam os traços específicos manifestados pelos novos Estados no momento da independência? A religião tradicional e o Islã haviam sobrevivido à colonização, ao passo que o cristianismo, último participante no tríptico das religiões africanas, aumentara a sua influência. Esta circunstância não se configuraria sem consequências no que tange à estabilidade do edifício coletivo, bem como no tocante a construção da nação.

Os chefes tradicionais e a sua autoridade haviam igualmente sobrevivido ao regime colonial, com papéis diferentes nos Estados francófonos e naqueles de língua inglesa, apresentando maior influência política nestes últimos. Este quadro produziu desdobramentos (como constatar-se-ia na Nigéria e em

Uganda) não somente no referente a construção do Estado mas, também, para a edificação da nação.

A educação de tipo ocidental tornou-se um passaporte para o setor da sociedade em vias de modernização. Além disso, ela criou uma nova elite africana que, em diferentes níveis e em função da maneira através da qual encarava a colonização, foi atingida por uma esquizofrenia cultural[18].

A África soubera constituir para si partidos políticos e, salvo raras exceções, especialmente a Tanzânia, bem como, resguardada a sua especificidade, a Guiné-Bissau, as autoridades coloniais no continente haviam encorajado o pluripartidarismo, muito amiúde visando a divisão do movimento nacionalista ou intuindo impor às colônias o modelo de "democracia" em vigor na metrópole. Assim sendo, todas as potências coloniais, salvo Portugal, legaram aos Estados africanos um sistema baseado na representação parlamentar e no pluripartidarismo.

Outrossim, foram precisamente leis europeias, as impostas aos povos colonizados para regular o exercício do governo ou reger os comportamentos. Os países francófonos e anglófonos herdaram não somente este arcabouço jurídico, mas também instituições jurídicas da antiga metrópole. Por conseguinte, a *common law* inglesa ainda constitui, na Nigéria, o esqueleto do sistema jurídico nacional.

As novas políticas igualmente receberam a herança da organização administrativa colonial, a qual, essencialmente, apresentava-se como um dispositivo de manutenção da ordem e exploração das riquezas. Qual seria o caráter da transformação desta organização? Quais novos objetivos ser-lhe-iam atribuídos?

Todas as estruturas de governo, transmitidas às elites quando das independências, comportavam as suas próprias contradições. A Grã-Bretanha, Estado unitário, a despeito do seu pluralismo cultural, deixou frequentemente como herança, a estas antigas colônias, constituições federais ou quase federais. A Nigéria, o Quênia e Gana[19], assim como as relações federais, unitárias, amorfas e contraditórias, unindo o centro às unidades subnacionais, tal como na Federação da Rodésia, na Niassalândia e em Uganda, deste quadro fornecem um perfeito exemplo.

A França do general de Gaulle administrava duas federações coloniais, na África Equatorial e Ocidental, entretanto, o próprio de Gaulle era hostil ao federalismo e a ele se opôs ao ter, por exemplo, declarado: "Eu não estou seguro que

18 Conferir A. A. MAZRUI, 1978, p. 392.

19 O CPP, movimento de Kwame Nkrumah, criticou e, posteriormente, modificou as suas instituições e o Estado ganês, tornando-o um Estado unitário.

o sistema federativo, a eventualmente substituir, em certas regiões e de alguma forma, o sistema colonial, seja o mais adequado e prático. Particular, todavia não somente na África; pois, em suma, isto consiste em unir, por ofício, povos muito distintos, quiçá opostos,os quais consequentemente não se adéquam ao todo. Vimo-lo no Canadá, mas, também na Rodésia, na Malásia, em Chipre, ou na Nigéria[20]."

A maioria dos Estados francófonos herdou um governo unitário, excetuando--se Camarões, conduzido, após ter agregado Camarões ocidental, secessionista perante a Nigéria, a experimentar durante curto período o federalismo. A tentativa federalista senegalo-sudanesa (atual Mali) redundou em um fracasso.

Vejamos pois como os dirigentes africanos impuseram-se frente ao problema da edificação das *nações* a partir dos *Estados* herdados do regime colonial.

Os processos de integração e a mutação das estruturas políticas

Desde a independência, os dirigentes dos novos Estados africanos foram confrontados às exigências primazes da nação e do Estado, tais quais, enfrentaram, em outras palavras, os desafios do desenvolvimento político. Notadamente, faltava-lhes: centralizar a *autoridade* política, ao que denominamos frequentemente "processo de construção do Estado"; instaurar a *unidade* entre os grupos heterogêneos habitantes no país, tarefa comumente chamada "processo de edificação da nação"; ampliar as perspectivas para a *participação* política; e distribuir os recursos menos abundantes[21].

Conquanto outros Estados, a eles precedentes na via do desenvolvimento, como a Grã-Bretanha ou os Estados Unidos, tivessem usufruído, a seu tempo, da possibilidade de abordar, umas após as outras, estas tarefas, por sua vez, os Estados africanos descobriram, doravante, tratar-se este procedimento de um luxo. A revolução tecnológica, acompanhada da revolução nas comunicações, não somente interligara o planeta, mas, também, retirou dos novos Estados o benefício do relativo isolamento, ao abrigo do qual podia-se outrora enfrentar estes problemas, contudo, ela fizera da sua resolução simultânea um imperativo político. Nestas condições, os novos dirigentes não tardariam a constatar que os órgãos de decisão do país estavam sobrecarregados de demandas e de esperanças,

20 C. DE GAULLE, 1968, p. 1186.

21 Seguindo a análise do Social Science Research Council. Conferir L. BINDER e colaboradores, 1971.

embora, em larga medida, estivessem desprovidos das capacidades e dos meios necessários para respondê-las.

Os dirigentes políticos, particularmente aqueles da África britânica, os quais haviam passado por um período de diarquia com os mestres coloniais, foram rapidamente surpreendidos ao constatarem que o novo sistema parlamentar, a ser posto por eles em funcionamento, não lhes conferia poder semelhante ao dos seus precedentes. Assim sendo, quando o governador-geral da colônia acumulava os poderes legislativo e executivo, o novo sistema comportava toda uma estrutura de dispositivos de controle, de equilíbrio e de repartição das funções entre o executivo, o legislativo e o judiciário. Para aqueles educados em uma cultura política autoritária, não lhes era fácil efetuar a transição para a democracia parlamentar e no sentido da incorporação das suas concepções sobre a participação, acerca dos compromissos com os opositores políticos, bem como relativamente à necessária tolerância.

As novas elites políticas teriam efetivamente tentado modificar as estruturas políticas herdadas, de modo a poderem edificar uma "nação" a partir do Estado cuja responsabilidade desde logo lhes cabia? E – em referência ao modelo baseado na noção de *herança*[22] – o que fizeram os detentores do legado colonial para utilizar, em benefício do processo de edificação da nação, as estruturas políticas assim herdadas?

Segundo o nosso modelo, as autoridades coloniais legaram às elites políticas locais um governo central armado de instrumentos coercitivos e de manutenção da ordem, como a polícia, o exército e o aparato jurídico. A administração herdada por estas elites era não somente o maior empregador, mas igualmente, o motor principal do crescimento. Os poderes públicos também se apresentavam como o maior detentor de recursos econômicos do país.

Se levarmos em conta esta herança, as novas elites souberam elas livrar-se das estruturas coloniais, com vistas a considerarem novos objetivos? A seguinte observação de Sheldon Gellar é, em sua totalidade, exata: "Uma vez que o controle do poder e dos seus recursos constituíam-se como o principal objetivo da ação política antecedente à independência, não se considerava em nada a possibilidade de eliminá-los quando o alcançado objetivo. Ao contrário, a principal preocupação das elites herdeiras do patrimônio era, exata e posteriormente à independência, consolidar e expandir a autoridade do Estado[23]."

22 Este modelo é utilizado por S. GELLAR, 1972, pp. 384-426.

23 Ibid., p. 398.

No seio das instituições herdadas e em resposta às necessidades de edificação da nação, praticamente nada foi ensaiado para introduzir mudanças de longo alcance. Naturalmente, as estruturas multinacionais e poli-étnicas não haviam mudado do dia para a noite, simplesmente pela conquista da independência. A heterogeneidade destes Estados também compunha este legado colonial. Com exceção dos raríssimos casos acima evocados, os limites dos novos Estados da África estavam longe de coincidir com as fronteiras das nações, dos impérios e dos antigos reinos. Para os novos dirigentes, a edificação da nação era, na realidade, um objetivo de longo prazo. Muito mais imediato era o desejo de consolidar a autoridade do poder central, herdado por estes governantes, garantindo-lhe um domínio expandido e mais eficaz – isto equivale a dizer, construir o Estado. Na realidade, para as elites políticas, aludir à construção da nação corresponde a dizer, "sem meias palavras, que o fortalecimento do centro, graças ao Estado e/ou ao partido, aparece no primeiro plano entre as suas prioridades pois, elas consideram o Estado e/ou o partido como o principal instrumento para a criação de uma consciência nacional[24]".

Sob estas condições, era mais coerente, no tocante ao interesse das elites legatárias, conservar as estruturas políticas coloniais, as quais não haviam sido criadas para edificar uma nação. A continuidade das instituições proporcionava aos dirigentes uma forma de segurança e garantias para o futuro. Quando houve mudanças, as fórmulas escolhidas tiveram um caráter reformista e não revolucionário.

Portanto, não é cabível espanto frente à ampliação da administração central nas sociedades africanas pós-coloniais. Não somente as estruturas permaneceram idênticas àquelas do tempo da colonização, mas a sua finalidade não foi, por assim dizer, modificada. Os Estados francófonos da África Ocidental e Gana, Nigéria, o Quênia ou Uganda oferecem o exemplo deste desenvolvimento da administração em detrimento dos partidos, principalmente porque ela foi considerada, neste contexto, como um instrumento de controle político. Henry Bienen demonstrou-o muito propriamente no caso do Quênia: neste país, reconhecido pela solidez da sua administração regional, fortemente centralizada sob a autoridade presidencial, a função pública oferecia maior possibilidade de participação e de representação que o partido político, a KANU[25].

O aparato administrativo nigeriano desenvolveu-se rapidamente a partir da independência, mas este foi praticamente o único sinal de mudança por ele

24 H. BIENEN, 1974, p. 215.

25 Ibid.

manifestado. As diretrizes gerais que regiam a conduta dos membros da função pública, redigidas sob o regime colonial, por muito tempo conservaram rubricas relativas a diversos privilégios, inseridos pelos europeus em seu próprio proveito, como o "aluguel da mata", o "aluguel do cavalo" e outros que tais.

Finalmente, somente alguns Estados tentaram conferir novos objetivos à administração. Na Tanzânia, por exemplo, J. Nyerere, inspirado na Declaração de Arusha, planejava conceder um novo papel aos serviços administrativos: "Permitir ao governo central orientar e assistir às populações locais, enquadrando as suas atividades e reduzindo, ainda assim, a papelada e os entraves burocráticos que estão em vias de solapar o entusiasmo do nosso povo[26]."

Na maior parte da África, a influência da administração aumentou, sem contudo modificar o seu papel. O regime colonial nela vira um instrumento de manutenção da ordem e uma ferramenta de exploração, as elites que dela recolheram a herança contentaram-se, via de regra, com esta concepção e não sonharam colocá-la ao serviço do bem-estar da população. Em certos Estados, como a Nigéria, fez-se necessária a sucessão de vários governos para que os funcionários interviessem nas principais áreas do setor privado, as quais diziam diretamente respeito à vida das pessoas[27]. A Tanzânia, quanto a ela, engajou-se muito mais cedo neste sentido.

Vale aqui observar que, em razão da política das potências coloniais europeias, descrita precedentemente, e daquela relativa aos diferentes modelos administrativos, o aparato dos Estados francófonos era, em geral e mais estreitamente, tributário da antiga potência colonial, comparativamente aos Estados anglófonos, os quais haviam sido habituados a um grau de autonomia relativamente mais elevado.

A política monetária dos novos Estados testemunha igualmente da prudência das elites à época da independência no que se refere à mudança. Grande parte da África francófona ainda pertence à zona do franco e muitos Estados anglófonos permaneceram na zona esterlina, abandonada pela Nigéria somente em 1973; as moedas da Tanzânia, do Quênia e de Uganda continuam a ser denominadas "shilling".

26 J. K. NYERERE, 1972, p. 2.

27 République Fédérale du Nigéria, 1972; P. COLLINS, 1983, pp. 412-414. Trata-se do decreto que determinava a africanização da economia e concedia à administração poderes de intervenção suplementares no setor privado, com o objetivo de proteger os interesses dos nigerianos. Foi necessário esperar doze anos para que esta medida entrasse em vigor.

O pluralismo dos países africanos, também e naturalmente, é linguístico[28]. Bem entendido, os Estados francófonos empregam o francês como língua oficial e o inglês ainda possui o mesmo estatuto na maior parte dos Estados anglófonos. Na África do leste, o kiswahili foi adotado como língua oficial no Quênia, na Tanzânia e, por certo tempo, em Uganda. Espera-se que este fato revelar-se-á como um fator de unificação nestes países. No Sudão, a introdução do árabe como língua oficial enfrentou uma vã resistência por parte dos habitantes do sul, região na qual o inglês continua a ser utilizado. A Libéria adotou o inglês como língua oficial, ao passo que o amhárico exerce a mesma função na Etiópia. Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Moçambique têm como língua oficial o português. Adotar uma língua africana autóctone como língua nacional envolvia riscos que dissuadiram as elites a modificarem uma situação à qual, em sua maioria, elas muito bem se acomodavam.

Os currículos escolares permaneceram praticamente os mesmos, tanto em estados francófonos quanto naqueles de língua inglesa, embora tenha sido possível assistir a um desenvolvimento dos sistemas escolares[29]. A escola não foi utilizada no sentido de socializar a juventude em um espírito de edificação da nação. Assim sendo, Shakespeare e a história da Inglaterra, bem como aquela do Império britânico e do Commonwealth continuaram a figurar perfeitamente nos currículos escolares dos Estados anglófonos da África. Na Nigéria (à imagem da maioria dos Estados de língua inglesa), muitos adultos postulantes ao diploma de ensino médio frequentavam aulas sobre a Constituição britânica, no momento em que estes mesmos indivíduos tão somente começavam a entender a sua própria Carta Magna. No tempo do Império francês, os gauleses eram apresentados como os ancestrais dos africanos francófonos; a elite herdeira deste império, sem chegar a tal extremismo, não conferiu prioridade à modificação dos currículos na educação, educação esta que, na qualidade de instrumento cultural imperialista, exercera em suas colônias francesas uma ação ainda mais profunda e eficaz, comparativamente ao exercido nas colônias inglesas ou belgas.

As instituições tradicionais haviam sido enfraquecidas pelo sistema colonial. Entretanto na Nigéria e em Uganda, os chefes tradicionais participaram ativamente na vida política e na administração. Em Uganda, o kabaka (rei de Buganda) tornou-se presidente de todo o país (1963) e, de forma muito similar, o rei do Lesoto assumiu o posto de chefe de Estado após a independência (1966). Na Nigéria setentrional, os emires detinham consideráveis poderes,

28 Ver capítulo 18 deste volume.

29 Ver capítulo 22 deste volume.

graças ao sistema da "autoridade indígena" herdado do regime colonial, o qual não sofreu grandes modificações antes da chegada dos militares ao poder. Na Tanzânia, malgrado a abolição legal das chefaturas, alguns chefes continuavam a exercer funções, embora o seu papel tivesse sido fortemente atenuado. Na Guiné, as chefaturas, consideradas instituições reacionárias, foram abolidas posteriormente à independência. Procedeu-se da mesma forma em Ruanda[30].

Em seu império, os franceses haviam relegado os chefes ao obscurantismo político, o que deveria favorecer as elites da independência. Em contrapartida, na Suazilândia, país habitado por quase meio milhão de habitantes, o rei Sobhuza conservou o poder executivo durante décadas.

Os Estados independentes da África manifestaram atitudes diversas frente às instituições tradicionais. Houve ao menos três tipos de reação. Na Nigéria, antes de 1966, por exemplo, as elites da passagem do poder, das quais algumas facções tinham parentesco com as famílias reinantes no passado, definiram e limitaram os poderes dos chefes no tocante à dupla esfera política e administrativa. Uma segunda postura consistiu, como em Gana nos tempos de Nkrumah, em isolar os chefes no obscurantismo político, relegando-lhes, contudo, poderes consultivos. O terceiro posicionamento foi aquele da Guiné e de Ruanda, os quais não conferiram aos chefes nenhum papel na nova ordem política[31]. Entretanto, algumas instituições tradicionais sobreviveram (ainda que na defensiva e em declínio) e os regimes militares ou civis atuais ainda devem contar com elas. A sua resistência política é imputável à natureza da vida comunitária africana nas regiões rurais, neste contexto, os chefes tradicionais representam uma dos aspectos de continuidade da vida política na África. Antes de 1966, a Nigéria conservou em certas regiões as câmaras dos chefes, sinal indubitável do peso político destes líderes[32], igualmente existem neste país conselhos tradicionais no âmbito dos Estados Federados. Estes conselhos desempenham um papel essencialmente consultivo no tangente aos assuntos das chefaturas, às questões culturais e à administração local. A oposição entre tradicionalistas e ocidentalizados passou neste momento para o segundo plano, como pano de fundo da clivagem a separar militares e civis ocidentalizados.

30 L. RUBIN e B. WEINSTEIN, 1974, pp. 213-213.

31 Ibid.

32 Após a independência, das três regiões do país, apenas aquela situada a leste não dispunha de uma câmara dos chefes.

Ideologia e sistemas políticos

Considerada a fragilidade, muito amiúde constatada nos Estados africanos, grande parte das elites que garantiram a passagem do poder preferiu sistemas unitários de governo. Em Gana, Kwame Nkrumah alcançou dotar o país de uma constituição unitária, o que provocou a extinção dos órgãos legislativos regionais. Ao conduzir a campanha contra as instituições federais ou semifederais em Gana, Nkrumah buscava eliminar qualquer ameaça de regionalismo agressivo no país. O Quênia, à época da independência, apresentava-se amplamente munido, pela Constituição *majimbo*, de órgãos legislativos regionais. Jomo Kenyatta fez todo o possível para enfraquecer e, finalmente, extinguir estes corpos administrativos e legislativos regionais, notadamente, conforme esta declaração de 1964, perante a Assembleia Nacional: "A maioria dos eleitores do Quênia estima, juntamente com a KANU, que a Constituição era demasiado rígida, por demais onerosa, além de inaplicável[33]." Ele pouco a pouco reduziu os poderes das regiões, ao ponto de não lhes deixar "nenhuma autoridade de caráter executivo ou competência de natureza legislativa, qualquer que fosse o domínio em questão". Os governos locais foram diretamente subordinados ao governo central e a função pública foi igualmente centralizada.

O Quênia afastou-se do regime parlamentar herdado na independência, seguindo a mesma lógica, também explicitada no Parlamento pelo ministro da justiça e dos assuntos constitucionais, M. Tom Mboya: "O processo histórico, através do qual e em outros países, chefes de Estado (reis ou presidentes) tornaram-se figuras puramente simbólicas, consiste em algo estrangeiro à nossa tradição africana. Assim sendo, a este respeito, nós rejeitamos cordialmente o modelo histórico inglês. O homem, por nós escolhido como presidente, deve ser guia da nossa nação e o chefe do nosso governo; esta é a compreensão do nosso povo[34]."

Quando tornou-se uma república, o Quênia possuía, como desdobramento desta evolução, uma constituição unitária e orientava-se em direção a um regime presidencial forte, em cujo presidente, chefe do executivo, era igualmente membro eleito do Parlamento. As acomodações e ajustes institucionais, aos quais este país procedeu, confortam a nossa tese, avançada acima, segundo a qual a primeira preocupação das elites, ocupantes do poder após as independências, foi consolidar o Estado e o governo central por elas herdado. Mas, conquanto

33 Citado por C. GERTZEL e colaboradores, 1972, p. 193.

34 Ibid., p. 195.

a tentação regionalista tenha sido conjurada, os ecos dos problemas étnicos continuariam a ser ouvidos no horizonte do debate político.

Diferentemente do Quênia, a Nigéria possuía um sistema de governo de tipo federal, baseado, em sua origem, na existência de três regiões. De forma resoluta, a política etnoregionalista do país gerou, no quadro de um regime parlamentar, vigorosas regiões governadas por potentes primeiros-ministros em contraste com um centro de poder enfraquecido. Com efeito, contrariamente ao Quênia, a Nigéria não adotou um regime presidencial após o advento da república. As forças centrífugas eram tão potentes no país que Abubakar Tafawa Balewa, primeiro chefe de governo após a independência, dirigiu até o final um frágil poder central. Segundo uma anedota popular da época, o sistema federal nigeriano estava formado de "rabos regionais que agitavam o cão federal". De 1950 a 1966, no país corria constantemente um boato a indicar que regiões ameaçavam declarar secessão. A elite dos herdeiros da independência demonstrava muita dificuldade em centralizar o poder e consolidar o Estado que lhe fora legado[35].

Os Estados francófonos, por sua vez, conservaram o seu governo unitário, salvo Camarões que se tornou uma federação no momento da incorporação de Camarões Ocidental. Com a presença colonial francesa a formar um pano de fundo, as elites da passagem do poder não aparentam ter demonstrado tanta dificuldade em consolidar os seus Estados ainda dependentes, quanto no referente às suas correlatas dos Estados anglófonos, formados anteriormente a partir de entidades subnacionais autônomas.

A associação quase federal entre Zanzibar e a Tanganyika conformou-se em outra experiência do mesmo tipo. Esta associação gerou um país que, sob a direção do partido de Nyerere, a TANU, assumiu o nome de Tanzânia.

Em linhas gerais, os primeiros dirigentes africanos independentes preferiram o sistema unitário, a permitir-lhes consolidar mais facilmente as bases do seu poder. Em suplemento, os custos funcionais de um sistema federal seriam mais elevados.

Do ponto de vista ideológico, podemos dividir os Estados africanos em "radicais" e "moderados", se considerarmos as vias de desenvolvimento econômico por eles escolhidas. William Foltz sublinhou, a justo título, a importância das ideologias na mobilização dos africanos em prol do desenvolvimento. Entretanto, "não se deve considerar estas ideologias segundo o clássico binômio "esquerda-direita"; entre os Estados seguidores de uma política explicitamente socialista

35 Estas questões são examinadas em J. I. ELAIGWU, 1979.

e aqueles adeptos de um modelo de desenvolvimento capitalista, a distinção situa-se, antes e sobretudo, ao nível da utilização dos diferentes meios, com o objetivo de alcançar fins análogos relativos à direção política[36]".

Desta forma, ao passo que a Tanzânia, Moçambique e a Guiné preferiram seguir o caminho "socialista", por sua vez, a Nigéria, o Quênia e a Costa do Marfim escolheram a via de desenvolvimento "capitalista". Entre todos os Estados africanos, foi a Tanzânia que, sob a direção da TANU e, em seguida do CCM, parece ter se aventurado, com maior profundidade, na reorganização das estruturas com vistas a atingir os proclamados objetivos ideológicos, a saber, aqueles da *ujamaa* e da Declaração de Arusha[37].

Outros dirigentes africanos defendiam, logicamente, uma concepção personalista do Estado. A *Common Man´s Charter* [carta do homem ordinário] de Milton Obote, a *democracia nacional* de Sékou Touré e a *negritude* de Senghor expressavam as posições filosóficas destes governantes. Contudo, raros foram os dirigentes que, verdadeiramente e na prática, mobilizaram as multidões para transformar a sua visão de Estado em realidade[38].

Qual teria sido a real eficácia dos partidos políticos, os quais, na realidade, eram instituições verdadeiramente autóctones de participação e mobilização políticas? Quais os limites do serviço prestado por estas organizações no tocante à integração política? Sheldon Gellar sustenta, com pertinência, que "em razão do partido ser uma instituição autóctone cujo bom funcionamento dependia, em larga medida, dos talentos organizacionais dos seus dirigentes e dos esforços dos seus militantes, ele encontrava-se menos estreitamente ligado às instituições e normas coloniais e, por conseguinte, podia desempenhar, mais facilmente que o Estado, o papel de agente popular promotor de uma identidade nacional pós-colonial[39]".

Em alguns Estados, com especial ênfase os Estados de partido-único relativamente "radicais", a eficácia dos partidos políticos, na qualidade de instrumentos mobilizadores das energias necessárias à edificação da nação, aumentou posteriormente à independência. A Tanzânia, com a TANU, a Guiné-Bissau, com o PAIGC e a Guiné, com o PDG, oferecem um exemplo de Estados de partido-único, nos quais este último permitiu uma relativa dissociação em rela-

36 W. J. FOLTZ, 1973, p. 365.

37 J. NYERERE, 1968b; 1967b; République-Unie de Tanzanie, 1967a e 1967b.

38 G. C. MUTIISO e S. W. ROHIO (org.), 1975.

39 S. GELLAR, 1972, p. 401.

ção aos antigos mestres coloniais, bem como uma modificação nas estruturas políticas herdadas.

Portanto, numerosos países orientaram-se para um regime de partido-único ou preponderante, tal como o Quênia, com a KANU, Gana, com o CPP, Alto-Volta (atual Burkina Faso), com a União Democrática Voltaica, Mali, com a União Sudanesa, a Costa do Marfim, a partir de 1957, com o Partido Democrático da Costa do Marfim (PDCI), e Malaui, a partir de 1966, com o Malawi Congress Party. No Senegal, a União Progressista Senegalesa (UPS) apresenta-se como partido preponderante no seio do Estado. Em Camarões, a União Nacional Camaronesa tornou-se, em 1966, o único partido do país. A política de consolidação do Estado herdado produziu frequentemente a supressão dos partidos de oposição, por vezes mediante atos legislativos, mas, igualmente e em algumas ocasiões, através de diversos procedimentos extremos de eliminação política. Numerosos partidos dominantes dos países aqui considerados, contrariamente àqueles dos Estados "radicais", permanecem adormecidos entre as eleições. Alguns tomaram um caráter de mais e mais personalista, com a ascensão de chefes autoritários em meio a um contexto de incerteza política e de fortalecimento das forças centrífugas no seio do Estado.

Desta forma, aproximadamente em 1966, a tendência recaiu sobre Estados de partido único ou de partido predominante. Alguns destes partidos, como por exemplo no Quênia, conseguiram conter os conflitos étnicos. Outros somente modificaram a situação e não mobilizaram o povo mas, tornaram-se na prática instrumentos mais ou menos burocráticos de controle e de inserção na periferia.

Contudo, na Nigéria, no Zaire (atual R. D. do Congo), em Gana, sob o regime civil posterior a Nkrumah e em Uganda, país que experimentou, em um momento ou outro, o pluripartidarismo no quadro de um regime civil, os conflitos provocados por partidos de audiência local deram, aos militares, o pretexto para a intervenção. No âmbito destes regimes, os partidos cessaram progressivamente de expressar e cristalizar os interesses das massas. Eles não formaram tampouco as elites políticas susceptíveis de substituírem os dirigentes a postos. A desagregação das formações políticas transformou-se em desagregação de um sistema eleitoral, em seu conjunto, e das instituições legislativas herdadas. Em lugar dos partidos, afirmaram-se homens de Estado de caráter personalista, tais como Nkrumah, Sékou Touré, Houphouët-Boigny, Kaunda, Kenyatta, Banda, Ahidjo e outros mais, cuja organização política constantemente ganhou as eleições.

Quanto à edificação nacional, alguns Estados de partido único, como a Tanzânia, a Guiné-Bissau, a Guiné de Sékou Touré, a Costa do Marfim, o Quênia

ou Camarões, parecem ter conseguido criar um semblante de unidade nacional como os Estados baseados no pluripartidarismo. Estes últimos, a exemplo da Nigéria, do Zaire (atual RDC) ou de Uganda apresentaram dificuldades em conter o particularismo local das diversas "nações" que os compõem. Seria necessário concluir que o sistema de partido único é o mais adequado para a África? Não se poderia afirmá-lo categoricamente pois, o partido único não impediu a intervenção dos militares em alguns países como Burkina Faso, Mali ou Gana de Nkrumah. Todavia, faz-se imperativo reconhecer que, sob Nkrumah, a questão étnica não constituía um problema político. A ação de Mugabe, visando estabelecer o partido único, encobriria uma tentativa de conter o fator étnico?

Parte das dificuldades encontradas pelas elites africanas durante a edificação da nação dizia respeito ao particularismo cultural de entidades subnacionais. Na Nigéria, uma feroz guerra civil, travada entre 1967 e 1970, marcou a agudez das rivalidades interétnicas. Em Uganda, as querelas entre etnias paralisaram todos os dirigentes, com exceção de Amin que alcançou restaurar a unidade dos ugandenses, mas contra ele, em razão do sofrimento por ele trazido ao país. No Zaire (atual RDC), os conflitos entre comunidades degeneraram em uma guerra civil (1960-1965), a qual se desdobrou em uma intervenção dos militares, com a subida ao poder do general Mobutu. O Tchad continuou a ser metralhado por múltiplos fatores de instabilidade (religiosa, racial, étnica e ideológica) interagindo de modo muito complexo. O Sudão atravessou uma guerra civil de 1955 a 1972, situação recorrente em anos posteriores. Após a independência, Angola também foi rasgada por uma guerra civil, a partir de 1975-1976, contando com as forças rebeldes da UNITA, comandadas por Savimbi e controladoras de porções substanciais do país, o conflito eternizou-se até a assinatura de um cessar fogo em 31 de maio de 1991. Quanto à Etiópia, ela conheceu muitas guerras civis, por vezes simultâneas, entre 1961 e 1990. A fuga para o exterior de Mengistu Haïlé Mariam, em 1991, melhorou as perspectivas de reconciliação.

Todas estas turbulências eram manifestações das dissensões étnicas, raciais e eventualmente religiosas que puseram drasticamente à prova as competências das elites herdeiras do poder colonial. Após a independência, despertaram reivindicações particularistas comunitárias locais, as quais haviam sido postas em suspensão durante o período do nacionalismo anticolonial. Este despertar complicou a tarefa das elites, chamadas a edificarem uma nação a partir de um Estado, e os dirigentes reagiram impondo a tarefa da consolidação do Estado, antes da construção nacional. Em alguns casos, as oposições entre raças e etnias eram acentuadas por distinções de classe, à imagem do Burundi e de Ruanda, onde os tutsi dominavam os hutu.

TABELA 15.1 GOVERNOS DOS ESTADOS AFRICANOS, 1962-1982

País	Nome colonial	Data da independência	Capital	Governantes após a independência	Golpes de Estado
Argélia	Argélia	1962	Argel	Ahmed Ben Bella, 1962-1965	
				Coronel Houari Boumediene, 1965-1978	1965
				Chadli Bendjedid, 1978-1992	
				Mohammed Boudiaf, 1992	
				'Alī Kafī, 1992-	
África do Sul	União Sulafricana (1910-61)	1910	Pretória (administrativa), Cidade do Cabo (legislativa)	Jan Smuts, 1939-1948	
				D. F. Malan, 1948-1954	
				J. G. Strijdom, 1954-1958	
				Hendrik Verwoerd, 1958-1966	
				B. J. Vorster, 1966-1978	
				P. W Botha, 1978-1989	
				F. W. De Klerk, 1989	
Angola	Angola	1975	Luanda	Dr Agostinho Neto, 1975-1979	
				José Eduardo dos Santos, 1979-	
Benin	Daomé	1960	Porto-Novo (de direito), Cotonou (de fato)	Hubert Maga, 1960-1963	
				General Christophe Soglo, 1963-1964	1963
				Sourou-Migan Apithy (presidente),	
				Justin Ahomadegbe (vice-presidente),	
				Tahirou Congacou, 1965	
				General Christophe Soglo, 1965-1967	
				Tenente-coronel Alphonse Alley (presidente),	1965
				1967-1968	1965
				Dr Émile Zinsou, 1968-1969	
				Comandante Kouandete, 1969	1967
				Hubert Maga, 1970	
				Sourou-Migan Apithy, 1971	
				Justin Ahomadegbe, 1972	1969
				Comandante (depois coronel) Matthieu Kerekou, 1972-1991	
				Nicéphore Soglo, 1991-	
					1972

Botsuana	Bechuanalândia	1966	Gaborone	Sir Seretse Khama, 1966-1980 Dr Quett Masire, 1980-	
Burkina-Fasso (desde 1984)	Alto-Volta	1960	Uagadugu	Maurice Yameogo, 1960-1966 Tenente-coronel (depois general) Sangoulé Lamizana, 1966-1980 Coronel Saye Zerbo, 1980-1982 Comandante Jean-Baptiste Ouedraogo, 1982-1983 Capitão Thomas Sankara, 1983-1987 Capitão Blaise Compaoré, 1987-	 1966 1980 1982 1983 1987
Burundi	Parte do Ruanda-Urundi	1962	Bujumbura	Mwami Mwambutsa IV, 1962-1965 Coronel Michel Micombero, 1966-1976 Tenente-coronel Jean-Baptiste Bagaza, 1976-1987 Comandante Pierre Buyoya, 1987-	 1966 1976 1987
Camarões	Camarões Francês e Camarões Britânico	1960	Yaoundé	Ahmadou Ahidjo, 1960-1982 Paul Biya, 1982-	
Cabo Verde	Ilhas do Cabo Verde	1975	Praia	Aristides Pereira, 1975-1991 Antonio Mascarenhas Monteiro, 1991-	
Comores	Comores	1975	Moroni	Ahmed Abdallah, 1975 Alī Soilih, 1975-1978 Ahmed Abdallah e Mohammed Ahmed (copresidente), 1978-1989 Said Mohammed Djohar, 1989-	 1975 1978

Congo	Congo	1960	Brazzaville	Abbé Fulben Youlou, 1960-1963 Alphonse Massemba-Debat, 1963-1968 Capitão (depois comandante) Marien Ngouabi, 1968-1977 Coronel Joachim Yhombi-Opango, 1977-1979 Coronel (depois general) Denis Sassou-Nguesso, 1979-1991 General Denis Sassou-Nguesso (presidente), 1991-1992 Premeiro-ministro: André Milongo, 1991-1992 Pascal Lissouba (presidente), 1992-	1968
Costa do Marfim	Costa do Marfim	1960	Abidjan	Félix Houphouët-Boigny, 1960-	
Jibuti	Somália Francesa (Território francês dos Afars e dos Issas)	1977	Jibuti	Hassan Gouled, 1977 Hassan Gouled Aptidon, 1977-	
Egito	Egito	1922	Cairo	Rei Fārūq, 1937-1952 General Muhammad Naguib, 1952-1954 Tenente-coronel Gamāl ‘Abd al-Nasser, 1954-1970 Muhammad Anwar al-Sādāt, 1970-1981 Hosni Moubarak, 1981-	1952
Etiópia	Etiópia	Desde a Antiguidade	Adis-Abeba	Imperador Haïlé Sélassié, 1932-1974 General Aman Andom, 1974 1974 General Teferi Bante, 1974-1977 Tenente-coronel Mengistu Haïlé Mariam, 1977-1991 Ato Meles Zenawi, 1991-	1974
Gabão	Gabão	1960	Libreville	Léon Mba, 1960-1967 Albert-Bernard (depois Omar) Bongo, 1967-	

Gâmbia	Gâmbia	1965	Banjul	Sir Dawda Kairaba Jawara, 1965-	
Gana	Gold Coast (Costa do Ouro)	1957	Accra	Kwame Nkrumah, 1957-1966	
				Tenente-general J. A. Ankrah, 1966-1969	1966
				General A. A. Afrifa, 1969	
				Dr Kofi Busia, 1969-1972	
				Coronel (depois general) I. K. Acheampong, 1972-1978	1972
				General Frederick Akuffo, 1978-1979	
				Capitão Jerry J. Rawlings, 1979	1978
				Dr Hilla Limann, 1979-1981	
				Capitão Jerry J. Rawlings, 1981-	1979
					1981
Guiné	Guiné Francesa	1958	Conacri	Ahmed Sékou Touré, 1958-1984	
				General Lansana Conté, 1984-	1984
Guiné-Bissau	Guiné Portuguesa	1973	Bissau	Luís de Almeida Cabral, 1973-1980	
				Comandante João Bernardo Nino Vieira, 1980-	1980
Guiné Equatorial	Fernando Poo e Río Muni	1968	Malabo	Francisco Macías Nguema, 1968- 1979	
				Tenente-coronel (depois general) Teodoro Obiang Nguema Mbasogo, 1979-	1979
Quênia	Quênia	1963	Nairóbi	Jomo Kenyatta, 1963-1978	
				Daniel T. Arap Moi, 1978-	
Lesoto	Basutolândia	1966	Maseru	Chefe Leabua Jonathan, 1966	
				Rei Moshoeshoe II, 1966-1990	destronado
				Rei Letsie III, 1990-	
Libéria	-	1847	Monróvia	William V. S. Tubman, 1944-1971	
				William R. Tolbert Jr, 1971-1980	
				Sargento-chefe (depois general) Samuel K. Doe, 1980-1990	1980
				Prof. Amos Sawyer, 1990-	

Líbia	Províncias Italianas de Cirenáica, Tripolitânia e Fezzān	1951	Trípoli	Rei Idrīs, 1951-1969 Coronel Muammar el-Kadhafi, 1969-	 1969
Madagascar	Madagascar	1960	Antananarivo	Philibert Tsiranana, 1960-1972 General Gabriel Ramanantsoa, 1972-1975 Coronel Richard Ratsimandrava, 1975 Capitão (depois almirante) Didier Ratsiraka, 1975-	 1972
Malaui	Niassalândia	1964	Lilongwe	Dr Hastings Kamuzu Banda, 1964-	
Mali	Sudão Francês	1960	Bamako	Modibo Keita, 1960-1968 Tenente (depois general) Moussa Traoré, 1968-1991 Tenente-coronel Amadou Toumani Touré, 1991-1992 Alpha Oumar Konare, 1992-	 1968 1991
Marrocos	Marrocos	1956	Rabat	Rei Mohammed V, 1956-1961 Rei Hassan II, 1961-	
Maurício	Maurício	1968	Port-Louis	Primeiro-ministro: sir Seewosagur Ramgoolam, 1968-1982 Anerood Jugnauth, 1982-1992 Cassam Uteem (presidente), 1992- Primeiro-ministro: Aneerood Jugnauth, 1992-	
Mauritânia	Mauritânia	1960	Nouakchott	Moktar Ould Daddah, 1960-1978 Tenente-coronel Mustapha Ould Mohammed Salek, 1978-1979 Tenente-coronel Ahmed Ould Bouceif, 1979 Tenente-coronel Mohammed Khouna Ould Haidalla, 1979-1984 Coronel Maaouya Ould Sid 'Ahmed Taya, 1984-	 1978 1984

Moçam-bique	Moçambique	1975	Maputo	Samora Machel, 1975-1986 Joaquim Alberto Chissano, 1986-	
Namíbia	África do Sudoeste	1990	Windhoek	*de jure*: Conselho das Nações Unidas para a Namíbia de facto: África do Sul Sam Nujoma, 1990-	
Níger	Níger	1960	Niamei	Hamani Diori, 1960-1974 Tenente-coronel Seyni Kountché, 1974-1987 General Ali Saibou, 1987-	1974
Nigéria	Nigéria	1960	Lagos (Abuja após 1991)	Dr Nnamdi Azikiwe (presidente) 1960-1966 Primeiro-ministro: sir Abubakar Tafawa Balewa, 1960-1966 General J. T. A. Aguiyi-Ironsi, 1966 Tenente-coronel (depois general) Yakubu Gowon, 1966-1975 General Murtala Muhammed, 1975-1976 General Olusegun Obasanjo, 1976-1979 Shehu Shagari, 1979-1983 General M. Buhari, 1983-1985 General Ibrahim Babangida, 1985-	1966 1966 1975 1983 1985

Uganda	Uganda	1962	Kampala	Milton Obote, 1962 Rei Mutesa II, 1963-1966 Primeiro-ministro: Milton Obote, 1963-1966 Milton Obote (presidente), 1966-1971 General (depois marechal) Idi Amīn Dada, 1971-1979 Yusuf Lule, 1979 Godfrey Binaisa, 1979-1980 Paulo Muwanga, 1980 Milton Obote, 1980-1985 Tito Okello, 1985-1986 General Yoweri K. Museveni, 1986-	1966 1971 1980 1985 1986
República Centro-Africana	Oubangui-Chari	1960	Bangui	David Dacko, 1960-1966 Tenente-coronel (mais tarde imperador) Jean-Bedel Bokassa, 1966-1979 David Dacko, 1979-1981 General André Kolingba, 1981-	1966 1979 1981
República Demo-crática da Somália	Somália Italiana e Somália Britânica	1960	Muqdisho	Aden Abdulle Osman (presidente), 1960-1967 Primeiro-ministro: Abdi Rashid Alī Shir-marke, 1960-1964 Abdi Razaq Hussen, 1964-1967 Abdi Rashid Alī Shirmarke (presidente), 1967-1969 Primeiro-ministro: Mohammed Haji Ibrāhīm Igal, 1967-1969 General Mohammed Siad Barre, 1969-1990 Alī Mahdi Mohammed, 1990-	1969
Reunião	Reunião		Saint-Denis	Presidente da República francesa	

Ruanda	Parte do Ruanda-Urundi	1962	Kigali	Grégoire Kayibanda, 1962-1973 General Juvenal Habyarimana, 1973-	 1973
Saara Ocidental	Saara Espanhol	(1975)	El-Aiun	Disputado pela POLISARIO e pelo Marrocos	
São Tomé e Príncipe	Ilhas de São Tomé e Príncipe	1975	São Tomé	Manuel Pinto da Costa, 1975-1991 Primeiro-ministro: Miguel Trovoada, 1975-1978 Miguel Trovoada, 1991-	
Senegal	Senegal	1960	Dakar	Léopold Sédar Senghor, 1960-1980 Abdou Diouf, 1981-	
Seychelles	Arquipélago de Seychelles	1976	Victoria	James Mancham, 1976-1977 France-Albert René, 1977-	 1977
Serra Leoa	Serra Leoa	1961	Freetown	Sir Milton Margai, 1961-1964 Sir Albert Margai, 1964-1967 Siaka Stevens, 1967 General David Lansana, 1967-1968 General Andrew Juxon-Smith, 1968 Siaka Stevens, 1968-1985 General Joseph Saidu Momoh, 1985-1992 Capitão Valentine Strasser, 1992-	 1967 1968 1992
Sudão	Sudão Anglo Egípcio	1956	Cartum	lsma'il el-Azhari, 1956 Abdallah Khalil, 1956-1958 General Ibrāhīm Aboud, 1958- 1964 Sayyid Sir el-Khatim el-Khalifa, 1964-1965 Mohammed Ahmed Mahgoub, 1965-1969 Coronel (depois general) Dja'far al-Nimayrī, 1969-1985 General Abdulrahman Swareldayhab, 1985-1986 Ahmed Alī al-Marghani, 1986-1989 General Omer Hassan Ahmed el-Bashir, 1989-	 1958 1964 1969 1989

Suazilândia	Suazilândia	1968	Mbabane	Rei Sobhuza II, 1921-1982	
				Rainha Mãe lndlovukazi Dzeliwe, 1982	
				Regente lndlovukazi Ntombi, 1983-1986	
				Rei Mswati III, 1986-	
Tanzânia	Tanganyika e Zanzibar	1961	Dar es-Salaam (deve ser transferida para Dodoma)	Julius K. Nyerere, 1961-1985	
				Alī Hassan Mwinyi, 1985-	
Chade	Chade	1960	Djamena	François Ngarta Tombalbaye, 1960-1975	
				General Félix Malloum, 1975-1979	
				Goukouni Oueddei, 1979-1982	1975
				Hissène Habré, 1982-1990	1979
				Idriss Déby, 1990-	1982
					1990
Togo	Togo	1960	Lomé	Sylvanus Olympio, 1960-1963	
				Nicolas Grunitzky, 1963-1967	1963
				Tenente-coronel (depois general) Étienne Gnassingbe Eyadema, 1967-1991	1967
				General Étienne Gnassingbe Eyadema (presidente), 1991-	
				Primeiro-ministro: Joseph Kokou Koffigoh, 1991-	
Tunísia	Tunísia	1956	Túnis	Habib Bourguiba, 1956-1987	
				Zine el-Abidine Ben Alī, 1987-	

Zaire	Congo Belga	1960		Kinshasa	Joseph Kasavubu (presidente), 1960-1965	
					Primeiro-ministro: Patrice Lumumba, 1960	
					Joseph Ileo, 1960-1961	1960
					Cyrille Adoula, 1961-1964	
					Moïse Tshombé, 1964-1965	
					Évariste Kimba, 1965	
					General (depois marechal) Mobutu Sese Seko, 1965-	1965
					Marechal Mobutu Sese Seko (presidente), 1992-	
					Primeiro-ministro: Étienne Tshisekedi, 1992-	
Zâmbia	Rodésia do Norte	1964		Lusaka	Kenneth D. Kaunda, 1964-1991	
					Frederick J. Chiluba, 1991-	
Zimbábue	Rodésia do Sul	1980		Harare	Presidente Reverendo Canaan Banana, 1980-1987 Robert G. Mugabe, 1987-	

[Fonte: A. A Mazrui e M. Tidy, 1984, atualizado pela UNESCO, 1992.]

Em suma, as estruturas políticas herdadas dos regimes coloniais apresentam na África uma relativa continuidade. Raríssimas foram as tentativas com o objetivo de modificar fundamentalmente as instituições, com vistas a edificar uma nação. Mas, as instituições parlamentares, à moda ocidental, pereceram paulatinamente com a alteração no funcionamento dos partidos políticos e do sistema eleitoral. Executivos autoritários constituíram-se para solucionar, de forma paliativa, os problemas de sucessão política. Mas, por que a África, teria sido submetida a tantas intervenções militares em sua vida política e, qual seria a atitude destes mesmos militares *vis-à-vis* das estruturas políticas que regem o processo de edificação da nação?

O movimento pendular das relações entre civis e militares

Desde a derrubada do rei Fārūq, pelo exército egípcio, em 1952, os golpes de Estado militares multiplicaram-se na África – no Sudão (1958), no Zaire (1965), em Daomé, atual Benin (dezembro de 1965), na República Centro-Africana (janeiro de 1966), na Nigéria (janeiro de 1966), em Gana (fevereiro de 1966); na Etiópia, em 1974, o imperador Haïlé Sélassié era afastado do poder e em seguida deposto; Moktar Ould Daddah teria a mesma sorte na Mauritânia em 1978; um pouco mais tarde, houve golpes de Estado em Gana (dezembro de 1981), na Nigéria (dezembro de 1983) e na Mauritânia (1984), a confirmarem os dados, segundo os quais, em meados dos anos 1980, a África conhecera mais de 70 golpes de Estado militares. (tabela 15.1.).

Por que tantos *putsche* na África? Quais seriam as razões da irrupção contínua dos soldados em praça pública? Pode-se discernir ao menos quatro séries de causas da intervenção dos militares na arena política africana[40]. Em primeiro lugar, aparecem as causas essencialmente *ecológicas* ou societárias (em respeito ao ambiente sociopolítico e econômico). Entre estes fatores figuram as clivagens no seio das estruturas sociopolíticas (etnicidade, classes e outros), os desacordos entre dirigentes, a incompetência política dos dirigentes, o mal-estar econômico, assim como alguns traços "pretorianos" das sociedades consideradas. A segunda categoria de causas está ligada a fatores *intramilitares* ou *sociomilitares* (considerações próprias ao exército, as quais acabaram encorajando os militares a tentarem golpes de força, e/ou fatores sociais que influem nas casernas). Trata-se especialmente do nível de profissionalismo dos militares, da intervenção civil

40 J. I. ELAIGWU, 1981.

em questões puramente militares, da utilização política de um exército supostamente apolítico, das tensões nas casernas, da manipulação, pelo dirigente político no poder, das unidades militares ou paramilitares rivais e, enfim, da derrota no campo de batalha e dos conflitos de geração. A terceira série de causas é de natureza *extrassocietário* ou *internacional* (fatores ligados ao ambiente internacional a incitarem tentativas de *putsch*). Citaremos aqui os efeitos contagiosos de um golpe de Estado executado em outro país, o fato de oficiais terem sido formados em tal ou qual país estrangeiro, a subversão fomentada do exterior, bem como as intervenções mais diretamente de origem externa (em particular, quando uma antiga potência colonial intervém com as suas próprias tropas).

Restam finalmente as causas por nós classificadas sob a rubrica das causas diversas, as quais englobam os conflitos personalistas entre chefe militar e chefe político, os problemas relativos ao desenvolvimento que excedem as capacidades dos dirigentes civis, a confusão institucional e o fato dos militares não terem consciência, por formação insuficiente, da proeminência do poder civil.

Após a sua intervenção, os próprios militares encontram-se na posição do regime civil destituído: ei-los encarregados de resolver os mesmos problemas, relativos à construção do Estado e da nação, assim como aqueles próprios ao desenvolvimento econômico. A experiência mostra que, em função dos países e dos contextos sociopolíticos em questão, eles desempenham nesta ocasião o papel de *tutores*, *reformadores* ou *radicais*[41].

O papel do *tutor* consiste naquele assumido pelo regime militar cuja maior preocupação é, antes e sobretudo, manter a ordem pública, em detrimento da introdução de mudanças na sociedade. Neste papel, muito amiúde ditado pelo clima político geral por eles herdado, os militares apoiam-se sobretudo na coerção. O regime *reformista* preocupa-se, por sua vez e principalmente, em "criar a identidade nacional e por em marcha um desenvolvimento econômico ordenado[42]". O regime *radical*, finalmente, apresenta-se com frequência como "o laço entre os interesses dos oficiais, oriundos essencialmente das classes média e baixa, além daqueles próprios às massas, até então mantidas à parte da vida política nacional[43]." De forma rotineira, é possível que um regime evolua com o tempo, transformando-se de radical em reformista, e assumindo em seguida o papel de tutor, ou o inverso.

41 C. E. WELCH JR. e A. K. SMITH, 1974, pp. 55-70.

42 Ibid., p. 63.

43 Ibid., p. 65.

O regime de Mobutu no Zaire (atual RDC) parece-nos desempenhar essencialmente o papel de tutor, embora tenha tomado algumas medidas de caráter reformista. Os regimes militares de Gana, do Benin, da Mauritânia, do Burundi e de Ruanda oferecem bons exemplos deste tipo de regime cujo objetivo principal é a estabilidade política. Pela força, estes regimes mantêm abafado o particularismo local e consolidam o Estado herdado ao invés de reformarem-no. A edificação da nação não está necessariamente inscrita em seu programa.

Entre os regimes reformistas, faz-se necessário incluir os sucessivos regimes militares que tiveram lugar na Nigéria. Eles não somente edificaram um Estado federal dotado de um forte poder central mas, igualmente, empreenderam uma reestruturação das instituições, criando doze e posteriormente dezenove Estados. Em suplemento, eles executaram alguns programas econômicos fortemente ligados ao *boom* petrolífero, além de terem iniciado a africanização da economia. Através da sua reforma na administração local, conduzida de 1968 a 1976, eles solaparam as bases do poder político dos chefes tradicionais. A guerra civil e os seus ensinamentos parecem ter conduzido a Nigéria ao primeiro estádio da edificação da nação, entretanto, continuam a existir as oposições étnicas, geoétnicas ou religiosas. No Zaire (atual RDC), pode-se reconhecer o mérito de Mobutu, em razão de ele ter retirado o país do caos, criado pelas diferentes tentativas de secessão do Shaba, assim como, deve-se admitir o seu papel como edificador do Estado zairense. Em virtude disto, ele levou a institucionalização dos processos políticos à esfera da personalização. O seu esforço de edificação nacional conduziu-o a reivindicar-se como herdeiro de Lumumba e a lançar-se na cruzada da autenticidade.

Alguns outros regimes militares deram, à sua chegada ao poder, uma impressão de radicalismo. Frequentemente e entretanto, esta primeira imagem apagou-se e vimo-los assumir o papel de reformadores ou de tutores. Por exemplo, os militares egípcios ou argelinos lançaram-se, quando da tomada do poder, em uma reforma agrária e assumiram o socialismo árabe. Na Etiópia, como no Egito, o regime militar amparou-se do poder controlado por uma aristocracia e esforçou-se para por em marcha uma reforma agrária. Ele também lançou o programa "Zematcha" e enviou estudantes ou membros de profissões liberais para os campos, no intuito de ali auxiliarem na realização das suas medidas socialistas. Mas, tanto na Etiópia quanto no Egito, o radicalismo não teria grande longevidade. Cada um destes dois países organizou um partido para melhor mobilizar a população, entretanto e com toda a evidência, o regime etíope está em vias de rapidamente evoluir em direção ao papel de tutor. No tocante ao regime de Idi Amin, ao qual não podemos conferir o atributo reformista, ele tomou medidas

de caráter aparentemente revolucionárias – sobretudo aquelas que objetivavam a “desindianização” da economia ugandense –, contudo, ele não criou sequer estruturas econômicas capazes de garantir a africanização da economia.

Os regimes militares africanos não se mostraram, em sua totalidade, mais eficazes no referente ao fortalecimento do Estado, tanto menos quanto eles lograram edificar a nação. Aptos são eles ao impor a autoridade, muito mais que no concernente à consolidação da identidade. Muito amiúde os dirigentes militares estão às voltas com os mesmos problemas de etnicidade, de classe, de raça e de religião, contradições estas desde outrora apresentadas aos seus predecessores. Alguns chefes de Estado militares transformaram-se em heróis nacionais, símbolos da edificação da nação; tal como os casos de Gowon e de Murtala, na Nigéria, de al-Nasser, no Egito, de el-Khadafi, na Líbia e, em menor grau, de Mobutu, no Zaire (atual RDC). Os dirigentes militares, por vezes, tiveram maior sucesso que os civis; em outras ocasiões, atuaram com menor eficácia que estes últimos; razões pelas quais não se saberia generalizar, sem arriscar o erro. Seja lá como for, regimes militares e regimes civis, ambos, não demonstraram suficiente capacidade em mobilizar a população em prol do fortalecimento da nação, salvo em referência a um pequeno grupo de Estados cujos chefes utilizaram a ideologia e as estruturas de um partido único no curso da construção nacional.

Os militares africanos, de forma recorrente, desmantelaram as instituições parlamentares e os partidos políticos. A administração estatal representou a mais durável instituição a serviço da frágil autoridade dos governantes deste continente. Precisamente ela, foi quem assegurou a continuidade institucional entre o regime colonial e os regimes independentistas, sucessivamente civis ou militares. Como regra geral, o muro que separa a caserna da arena política é tão estreito que a alternância, no governo, das elites militares e das elites civis, ao que tudo indica, parece convocada a prolongar-se mais além.

Os direitos humanos e os ancestrais

Em consequência e no eclodir dos incontáveis conflitos vividos na África pós-colonial, o que adviria em respeito aos direitos humanos? Falta-nos aqui realizar a devida distinção entre os direitos humanos *fundamentais* e os direitos humanos *instrumentais*. Por exemplo, o governo consensual consiste em um direito humano *fundamental* (um fim); entretanto, o direito ao voto representa um direito humano *instrumental* (o meio para alcançar o governo consensual).

Reina na África pós-colonial uma concordância muito ampla em respeito aos direitos humanos fundamentais. A maior parte das antigas sociedades africanas repousava tradicionalmente sobre uma ou outra forma de "governo consensual". Todavia, é pertinente questionar sobre quem consentia. Certas sociedades exigiam um consentimento não somente dos vivos mas, igualmente, dos mortos ou daqueles que ainda não haviam nascido. Nas sociedades tradicionais, os anciãos eram considerados bem informados acerca da opinião dos ancestrais e de terem incorporado a sabedoria destes últimos, sustentando a continuidade cultural, os costumes e a tradição. Uma política que violasse flagrantemente os costumes e a tradição seria encarada como não consentida pelos mortos. Uma política sem especial preocupação com a sobrevida e a felicidade das crianças considerar-se-ia privada de aquiescência das gerações futuras. Constituía em um dever dos vivos buscar compreender os anseios dos mortos e daqueles chamados à vida – outrossim deveriam eles agir em consonância a este respeito. O "governo consensual não se resumia a uma jornada de escrutínio a cada quatro, cinco ou seis anos. Tratava-se, com efeito, da questão tangente à permanente receptividade, aos olhos das gerações passadas tanto quanto futuras. Imbuído deste espírito, Julius Nyerere relembrava-nos a imagem dos "anciãos sentados sobre a grande árvore e falando, falando até quando julgassem ideal". Aqui reside uma doutrina próxima à ideia islâmica segundo a qual a *umma*, a comunidade do islã, não saberia acordar-se baseada em um *erro*. O consenso absoluto formava um elo entre o presente e, simultaneamente, o pretérito e o porvir. O consenso era um guia a conduzir à autêntica vontade geral, à verdade: "Nós não necessitamos que nos ensinem a democracia, tanto quanto não nos falta ensinamento sobre o socialismo [...]. Ambos estão enraizados em nosso passado, na sociedade tradicional da qual somos o fruto[44]."

Todavia e na realidade, o mundo ocidental imperial introduzira na África uma nova concepção de democracia, um novo princípio acerca do "governo consensual". A organização das eleições gerais tornou-se um direito, o direito *instrumental*, cujo exercício deveria permitir o governo consensual. Não mais bastava "que os anciãos sentassem-se sob a árvore e falassem até quando julgassem ideal".

As eleições organizadas segundo o modelo ocidental representavam forçosamente uma *disputa*. Na África pós-colonial, a passagem de uma cultura baseada no *consenso* para uma cultura sob a insígnia da disputa revelou-se catastrófica em

44 J. NYERERE, 1962.

respeito aos direitos do homem. Grande parte das sociedades africanas demonstrou faltar-lhes certo tempo para assimilar a arte e, logo que o desafio fosse considerável, incorporar os métodos necessários para impedir a transformação da disputa política em conflito político. A mudança de abordagem consumou-se em meio a eleições fraudadas, ao assédio contra os partidos de oposição, a repressão suportada pelos dissidentes e pela caça ao inconformismo ideológico manifesto na imprensa e alhures. Os direitos do homem sofreram um revés na África, na justa medida em que os direitos fundamentais foram redefinidos através do banimento dos direitos da tradição (os ancestrais) e aqueles próprios à posteridade (as futuras crianças). Os direitos humanos calaram em proporção à exagerada subordinação dos direitos instrumentais ao princípio neo-ocidental segundo o qual, em ambiente de eleições gerais periódicas, "o vencedor ganha tudo". Sob o prisma dos direitos humanos, é uma pena que o debate fundamental tenha cessado de opor tradicionalistas e elites ocidentalizadas para tornar-se um confronto entre civis ocidentalizados e soldados equipados com armamentos ocidentais. Os direitos humanos padeceram até os nossos dias muito mais em virtude desta última forma de confronto, comparativamente à precedente. As piores violações, ocorridas nos anos 1970, tiveram lugar em países como Uganda, sob Idi Amin, o Império Centro-Africano, sob Jean-Bedel Bokassa e a Guiné Equatorial, sob Francisco Macías Nguema.

Os direitos e deveres, caso queiramos o seu respeito, devem ancorar-se de forma imperativa na tradição e na continuidade. Se a edificação da nação na África sofre com uma insuficiência de coerência cultural da identidade nacional, pode-se arguir o mesmo em respeito aos direitos humanos. As soluções de continuidade cultural observáveis na África pós-colonial não se manifestam unicamente entre um grupo étnico e outro (como na Nigéria), nem simplesmente entre uma raça e outra (à imagem da África do Sul) e, tampouco, exclusivamente de uma geração a outra (a exemplo da Etiópia), mas, de modo quiçá igualmente fundamental, através da ruptura entre hoje e ontem, em todo o continente. Trata-se, justamente, destas descontinuidades culturais, as quais constituem o cenário da repressão, da eliminação dos opositores e da tortura, generalizadas na África pós-colonial. O apartheid sul-africano representa tão somente um caso, particularmente complexo, da negação dos direitos humanos; outros tipos de violação podem ser observados na própria África negra.

Onde esta a saída? Uma solução seria estabelecer um sistema de controle na aplicação dos direitos humanos em escala continental. A África necessita de um equivalente não somente à Anistia Internacional, mas também à Comissão Europeia dos Direitos Humanos. A África requer uma instituição composta

de africanos que lhes informe sobre a sua própria atitude moral, no âmbito dos assuntos públicos. Igualmente faltará à África, no momento oportuno, um organismo pan-africano junto ao qual os cidadãos portadores de demandas poderiam, se necessário fosse, acusar seu próprio governo de violações dos direitos humanos. A Carta da OUA e a Declaração dos Direitos do Homem e dos Povos, denominada Declaração de Banjul[45] (a Carta foi adotada em Junho de 1981 e, após uma ampla ratificação, entrou em vigor em 21 de Outubro de 1986[46]), constituíram um importante passo com vistas à proteção e ao respeito dos direitos humanos na África durante os decênios seguintes. Nesta exata medida, a Carta e a Declaração igualmente compõem contribuições em favor da edificação da nação e da formação do Estado na África pós-colonial.

Conclusão

Intuímos neste capítulo fazer valer a tese segundo a qual a edificação do Estado e a edificação da nação não constituem algo inédito para a África. Os Estados e os impérios dos tempos de outrora, anteriores à colonização, desde então foram obrigados a enfrentar estes desafios. Entretanto, a maior parte dos Estados atuais não corresponde a estas nações da época pré-colonial. Em muitos casos, o fracionamento do continente pelos europeus cedeu lugar, nos territórios coloniais, a singulares coabitações. Posteriormente, estes territórios viriam conquistar a independência e tornar-se-iam Estados soberanos, portanto a edificação da nação constituiu, até aquele momento, tentativas de realização da integração horizontal de elementos muito heterogêneos no seio dos novos Estados, a fim de criar uma "nação", comunidade política à qual os indivíduos doravante deveriam fidelidade e engajamento.

Contudo, como expusemos acima, problemas concernentes à modificação das instituições impuseram-se às elites herdeiras do passado colonial. As estruturas coloniais e inclusive as estruturas políticas pré-coloniais (como a chefatura), persistiam, tornando por vezes difícil o processo de edificação do Estado. Ademais, em razão do interesse das elites pós-coloniais em consolidar o poder central por elas herdado, aos dirigentes não se lhes permitia realizar mudanças nas instituições ou nas estruturas.

45 Encontraremos uma análise interessante da Carta em E. KANNYO, 1984.

46 *Keesing's Contemporary Archives: Record of World Events*, novembro de 1986, vol. 32, nº 11, p. 34729.

Salvo alguns casos, as estruturas herdadas da época colonial pereceram. Assim sendo, excetuando-se Estados como a Tanzânia, a Guiné e Guiné-Bissau, os quais fizeram apelo à ideologia e a um sistema de partido único para mobilizar a população em direção à edificação da nação, os partidos mostraram-se, normalmente, menos visíveis no plano político. Inclusive em países onde o partido único desempenhou um considerável papel na construção do Estado, como na Zâmbia, no Malaui, em Camarões e na Costa do Marfim, ele tornou-se, de certa forma, um instrumento administrativo de inserção e controle (em outras palavras, de construção do Estado), preferencialmente a constituir-se em um meio de edificação da nação.

De uma maneira geral, o declínio dos partidos políticos (e o debate político era mais virulento em Estados baseados no pluripartidarismo) acompanhou-se de um declínio nos processos de disputa eleitoral e das instituições parlamentares. Quando houve intervenção dos militares, algumas destas práticas ou instituições desapareceram. A mais durável dentre elas foi um aparato administrativo que sobreviveu a todos os regimes.

Malgrado as poucas modificações estruturais realizadas nos Estados africanos com vistas a mobilizarem a população rumo à construção da nação, os esforços mostraram-se, em regra e frequentemente, laboriosos e pontuados por recuos ou derrotas. Discernimos certo número de fatores a terem contribuído para o fracasso da edificação nacional na África. Um deles é a herança da administração colonial. Pode-se estimar bem fundamentado o julgamento de Ali Mazrui e de Michael Tidy, segundo o qual, no âmbito da edificação da nação através do Estado, tal qual ele se apresentava, a assimilação à moda francesa funcionava de maneira mais positiva que a administração em "duplo comando" à britânica[47]. A política de assimilação e a centralização administrativa impuseram, de maneira relativamente uniforme, os valores culturais e políticos franceses nos Estados francófonos. Nos tempo atuais, talvez eles sofram muito mais da dependência frente à antiga potência colonial, mas a maneira através da qual eles foram colonizados simplificou, em princípio e relativamente aos Estados anglófonos, o esforço de homogeneização cultural.

Os Estados anglófonos haviam conhecido o sentimento de superioridade racial assim como a autonomia cultural e administrativa que se processava paralelamente a esta atitude. Esta autonomia serviu de base para a criação de Estados mais autenticamente soberanos, mas, ao mesmo tempo, a administração indireta

47 A. MAZRUI e M. TIDY, 1984, p. 373.

preservaria instituições e estruturas tradicionais nas quais cristalizar-se-iam as identidades primordiais, razão da maior dificuldade em se construir a nação nos Estados anglófonos. Não devemos nos esquecer que a edificação de uma nação, na África francófona, anglófona e por toda a parte, consiste invariavelmente em uma difícil tarefa política.

A prevalência tanto quanto a sobrevivência de identidades primordiais, anteriores à colonização – etnicidade, religião e raça – e em meio a um moderno contexto onde reina a concorrência, complica a tarefa de edificação da nação. Se o islã desempenhou um papel unificador no Senegal, na Guiné e no Mali, o próprio islã e o cristianismo suscitaram divisões na Nigéria. O particularismo cultural, assentado na identidade primordial, cria um problema na medida em que "correta ou incorretamente, quer se trate da saída de um ministro ou de um golpe de Estado militar, os acontecimentos são, peremptoriamente ou quase, interpretados do seu ponto de vista; inclusive em situações nas quais a identificação étnica tenha pouco influído, os interessados têm muito amiúde a impressão que a verdadeira chave para a interpretação dos acontecimentos reside em fatores desta natureza[48]".

Se as instituições ligadas à chefatura colonial sobreviveram a todos os regimes, com maior ênfase nos Estados anglófonos, e se elas constituíram obstáculos à construção do Estado, elas igualmente erigiram obstáculos no curso do processo de edificação da nação, agindo na qualidade de ponto de ligação com o particularismo, como demonstrado pelos acontecimentos na Nigéria e em Uganda.

Certos Estados africanos não se engajaram, senão recentemente, na reorganização do seu sistema educacional. Entretanto, a educação (e a função de socialização que lhe é peculiar) é um fator capital na edificação da nação. A ideologia e a educação política desempenham um papel análogo, mas somente alguns Estados africanos recorreram a primeira para edificar a nação. As ideologias são instrumentos úteis para dissociar um Estado das estruturas institucionais coloniais, com efeito, grande número de Estados africanos poderia levá-las em conta. A ideologia, quando é capaz de persuadir as massas acerca da sua conformidade, tem um mérito de preparar os indivíduos para a ação e transcender as amarrar particularistas.

A maior parte dos dirigentes africanos, até os dias atuais, modificou as estruturas políticas sobretudo para reforçar as bases do seu poder, muito mais que

48 J. GOODY, 1973, p. 353.

para contribuir na edificação da nação. Nos países africanos, os processos de construção do Estado e edificação da nação desenrolam-se em simultaneidade. Mediante estas condições, se não há esforço suplementar em favor da mudança e adoção de estruturas políticas capazes de corroborar o processo de edificação da nação, é a própria construção do Estado que, em certos países, tornar-se-á fragilizada. Buscar uma maior coesão da nação e uma autoridade mais estável do Estado permanece um imperativo político primordial para a África pós-colonial.

CAPÍTULO 16

Construção da nação e evolução dos valores políticos

Joseph Ki-Zerbo, Ali A. Mazrui e *Christophe Wondji*,
em colaboração com *A. Boahen*

Duas dialéticas familiares condicionaram os valores políticos na África: a dialética que, por uma parte, opõe o coletivismo e o individualismo e a sua correlata interposta entre o pluralismo e o nacionalismo, por outra. Vimos as antigas tradições coletivistas eventualmente entrarem em conflito com as formas mais recentes de individualismo, também observamos a interação entre os princípios do pluralismo e os valores do nacionalismo.

Na opinião de pensadores tais como o tanzaniano Julius Nyerere ou o queniano Tom Mboya, o coletivismo tradicional podia servir de base a modernas formas de socialismo (nós retomaremos esse tema, ulterior e mais detalhadamente). Mboya sustentou nestes termos: "O socialismo [...] é uma tradição permanente do nosso povo [...]. Trata-se de uma atitude das nossas sociedades em respeito às pessoas, postura esta que não exige ser codificada sob o prisma da teoria científica[1]."

Sékou Touré invocou o coletivismo tradicional, recusando praticamente todas as formas de individualismo na Guiné pós-colonial. "A África é, essencialmente, "comunocrática". A vida coletiva, marcada pela solidariedade social, confere aos seus hábitos um caráter humanístico que muitos povos podem invejar. Igualmente em razão destas qualidades humanas, na África, um ser não pode

1 T. MBOYA, 1963*a*.

conceber a organização da sua vida à margem da estrutura própria à sociedade familiar fundada sobre pequenas comunidades ou clânica. [...] Intelectuais ou artistas, pensadores ou pesquisadores, as suas capacidades não têm valor, senão à condição de concorrerem em prol da vida do povo, salvo se estiverem integradas, de modo fundamental, à ação, ao pensamento, assim como às aspirações da população[2]."

Sékou Touré serviu-se do coletivismo tradicional, a um só tempo, contra o individualismo e o pluralismo. A Guiné e outros países da África pós-colonial igualmente inspiraram-se nas ideias coletivistas para racionalmente fundar o seu regime de Estado unipartidário.

Nós mostramos como, em outras circunstâncias, Gamāl 'Abd al-Nasser, em sua Filosofia da revolução, vinculou o nacionalismo às três esferas que interpenetraram-se no Egito e no tocante às quais este país figura como um ator de primeira grandeza, nas esferas árabe, muçulmana e africana. A ideologia de al-Nasser, em concomitância, coletivista e nacionalista, era essencialmente antipluralista e não confiável sob a perspectiva do individualismo.

Quais teriam sido as fases da história da ideologia da África após 1935? Poderíamos nós subdividir este período em fases ideológicas distintas?

Os últimos anos do regime colonial (1945-1960) compõem o cenário para os belos dias de compatibilidade entre nacionalismo e pluralismo, em grande parte da África anglófona e francófona. Durante este período, o nacionalismo africano – como estratégia de luta contra o colonialismo – antecipava reivindicações liberais: sufrágio universal, democracia e pluripartidarismo, liberdade de imprensa e o fim das detenções arbitrárias. Distantes entre si do conflito, o nacionalismo e o pluralismo apresentavam-se à ocasião, estratégica e praticamente, como aliados. Líderes como Kenneth Kaunda, Hastings Kamuzu Banda, Habib Bourguiba ou Léopold Sédar Senghor eram à época, simultaneamente grandes nacionalistas e grandes democratas liberais. Em luta contra os imperialismos britânico e francês, era de bom grado invocar os valores liberais ocidentais contra o Ocidente, ele próprio. Entretanto esta pratica demonstrou-se inócua contra o colonialismo português.

Após a independência, muitos países africanos viram declinar respectivamente (de 1965 a 1985) o nacionalismo e a democracia liberal. O coletivismo era invocado pelos ideólogos do partido único e pelos socialistas, ao passo que o pluralismo e o individualismo perdiam ímpeto. A bem da verdade, o próprio

2 Citado por C. WAUTHIER, 1964, pp. 182-183.

nacionalismo está em declínio, quase de forma generalizada e salvo na África Austral, no transcorrer dos anos 1960 e 1970. O jugo do autoritarismo e do pseudocoletivismo estrangularia grande parte da África até os anos 1980. O Senegal, a Gâmbia, as Ilhas Maurício e o Botsuana configuram raríssimas exceções. A este tema retornaremos ulteriormente.

No imediato posterior, a que tem lugar a renovação liberal, ocorrida do final dos anos 1980 ao início dos anos 1990, da Argélia a Moçambique, com o ressurgimento de reivindicações populares em favor de uma democracia pluralista e de uma agitação pleiteando maior privatização na economia. Os regimes militares e os Estados de partido único encontram-se na defensiva. Do pluralismo respira-se o ar neste período e a opinião pública africana torna-se verdadeiramente militante. O presente capítulo aprofundará estes temas. Ser-nos-ia possível dizer que a moral coletivista encontrar-se-ia recolocada em questão? Um vento liberal sopraria ele novamente na África? Os valores políticos na África foram condicionados, não somente pela dupla oposição envolvendo coletivismo-individualismo e pluralismo-nacionalismo, mas, outrossim, pelo denominado por Kwane Nkruma "consciencismo", em outras palavras, a interação entre a tradição autóctone, o islã e a cultura eurocristã. A democracia liberal da Nigéria favorecia ela os muçulmanos? O islã na Argélia, corroboraria ele a democracia liberal? Nas duas primeiras repúblicas nigerianas, muçulmanos ocuparam o poder (Abubakar Tafawa Balewa dirigindo a primeira República e al-Haji Shehu Shagari encabeçando a segunda). Em contrapartida e mais recentemente, na Argélia, o temor provocado pela oposição islâmica forçou o presidente do regime da FLN a buscar aliados junto aos opositores não islâmicos e a acelerar a democratização. Se, nas duas primeiras repúblicas da Nigéria, o pluralismo favoreceu o islã, por sua vez, na Argélia do último período, o islã favoreceu o pluralismo.

Construção da nação e valores políticos

O sucesso que o liberalismo conheceu em 1989-1990, fato mundialmente generalizado e singularmente manifesto na África, impõe com acuidade enfrentar os problemas relativos aos valores políticos e à ação subjacente a estes últimos, há algumas décadas levada a cabo pelos dirigentes africanos.

A quase totalidade dos países do continente aceitou submeter-se aos programas estruturais de ajuste "propostos" pelas instituições financeiras internacionais. Haveria um despertar do liberalismo na África nos últimos anos do século XX?

Constata-se em paralelo uma espetacular renúncia aos valores e às instituições do marxismo-leninismo em outros países (Benin, Moçambique, Etiópia...), a denotar que estes valores não estavam ancorados de fato na classe política, a fortiori na sociedade civil.

Novamente, os países africanos parecem imperativamente conduzidos a escolher entre vários sistemas de valores; ou antes, à imagem dos primórdios da colonização, eles são forçados a inscrever as suas políticas em um conjunto de valores que permanecem frequentemente implícitos. O colonialismo desmantelara o essencial das instituições políticas africanas e, na mesma ocasião, os valores a elas ligados. Todavia certos valores africanos sobreviveram às instituições, ao passo que estruturas suprimidas pelo colonizador ou preservadas pelos colonizados continuavam a gerar valores autóctones. A luta anticolonial, em especial antes e após a Segunda Guerra Mundial, também representou um debate no combate de valores políticos. Tratava-se de retomar o controle sobre os fins e as motivações da ação política.

Igualmente, no momento do advento da independência, nos anos 1960, os Estados africanos foram confrontados a duas cruciais escolhas em matéria de valores políticos, as suas decisões ou a sua indecisão correlatas viriam a influir sobre o futuro por um longo período.

Importava, na aurora das independências, construir Estados e comunidades nacionais, edificar economias aptas a satisfazerem as necessidades dos povos, criar relações interafricanas e mundiais susceptíveis de contribuir na realização das opções políticas globais, transformando contudo os valores que regem as transações internacionais. Diante deste projeto, impunham-se importantes obstáculos: a integração nacional chocava-se com certos interesses étnicos ou pseudoétnicos e a integração africana era bloqueada por ambições "micronacionais". Por outro lado, os projetos de sociedade destinados a garantirem o progresso socioeconômico, na mais ampla acepção, chocavam-se com certos valores "negativos" das sociedades pré-coloniais e do sistema colonial.

Perante esta rede de círculos viciosos, os dirigentes africanos escolheram, em princípio, ora gerar o statu quo neocolonial, ora optar pela reviravolta nos valores sociopolíticos africanos e internacionais. Entretanto, ao final dos anos 1980, eles encontram-se a professar, quase todos, valores idênticos ou análogos, quer seja em razão do peso das estruturas objetivas, ou em função das mutações nos valores, sobrevindas no estrangeiro, e a refletirem-se nas orientações africanas. Os países compartilham tradições políticas pré-coloniais e coloniais, muito amiúde similares. Eles têm um duplo patrimônio de valores políticos. Estes constituem

referência para a análise e a ação, são ideias motrizes, ideais que iluminam e orientam sistematicamente as escolhas individuais e coletivas.

Mas, os valores não representam entidades transcendentes imunes à ação do tempo. Produtores da história, os valores políticos dela também constituem um produto, influenciado e transformado por ela. Eis o porquê do imperativo de certas questões. Quais seriam os traços duráveis das transformações dos valores políticos africanos após 1935? Qual seria a contraditória dinâmica dos grandes vetores, na obra de construção nacional, desde as lutas pela independência até o último decênio do século XX? Quais valores subjazem dos acontecimentos, das instituições e das ideologias constituintes desta evolução?

Da dominação colonial ao pluralismo político no curso das lutas pela independência

O sistema colonial estava construído sobre um corpus assaz coerente de valores políticos. Lord Lugard expressou, a este respeito e com justeza, em O duplo mandato na África tropical britânica[3], livro no qual ele expunha a detenção pelos colonizadores de dois mandatos, um civilizatório e outro de exploração, portadores de valores implícitos e explícitos. Segundo o autor, a gestão indireta era o sistema mais apto a conciliar estes dois objetivos. Nos países colonizadores assimilacionistas, à imagem da França e de Portugal, a imposição dos valores políticos metropolitanos era mais flagrante[4]. Justamente após a Segunda Guerra Mundial, apresentar-se-ia a afirmação das reivindicações africanas em favor da autonomia e da independência, de forma generalizada em todos os territórios coloniais, geradoras ou promotoras de duas ordens de valores políticos destinadas a um promissor futuro. Os valores do pluralismo e do nacionalismo.

O legado do pluralismo

O pluralismo esteve à origem dos próprios movimentos de libertação nacional, ao menos inicialmente, em Angola, na Rodésia do Sul (atual Zimbábue) ou em Moçambique, por exemplo. Entretanto, foi com maior ênfase nos casos de evolução pacífica rumo à independência que o valor do pluralismo político

3 LUGARD (Lord), 1922.

4 R. F. BETTS, 1985.

surgiu mais fortemente. Esta afirmação apoiava-se sobre o liberalismo, fundamentado pelo princípio da liberdade individual em todos os domínios, a professar, junto a elas, as potências coloniais. A ideologia liberal concedia, portanto, um arsenal de fórmulas jurídicas e métodos políticos aos dirigentes africanos em luta contra o colonialismo pois, aludindo à própria essência dos princípios e dos valores de liberdade, proclamados pelos colonizadores, intelectuais colonizados reivindicaram a igualdade dos direitos e, posteriormente a independência das colônias, muito amiúde com o apoio de grupos oposicionistas da própria metrópole.

Na África do Norte, excetuando-se a Argélia que instaura o presidencialismo e o regime do partido único desde a sua independência, em 1962, o pluralismo prevalece. Este é o caso do Egito, regido pela constituição de 1923 até o Golpe de Estado dos Oficiais livres, em 1952, ou da Tunísia, cuja Constituição de 1955, sucessora do regime protetoral francês, respira uma essência liberal. O Néo-Destour inclusive reforma as instituições sociais em conformidade ao código liberal ocidental: abolição da poligamia, direitos civis, direito ao voto e a elegibilidade das mulheres. O Marrocos, de Mohammed V (1956-1961), apresenta um compromisso entre a monarquia tradicional e as instituições parlamentares. Contudo, após ter proclamado os valores liberais como normas para a reconstituição das sociedades, os Estados norte-africanos darão, em maior ou menor medida, as costas ao liberalismo.

Na África negra ao sul do Saara, dezenas de partidos ou movimentos, legais ou não, proliferaram entre 1945 e 1960, baseados nos valores do pluralismo inspirados na política europeia, proposição esta a constituir, amplamente, o modelo dominante. Situação peculiar tanto aos países anglófonos quanto aos francófonos. Na Costa do Ouro (atual Gana), a coalizão política fundada por J. B. Danquah, em 1947, a United Gold Coast Convention, não duraria nada além de dois anos, antes que Kwame Nkruma ainda não tivesse ganho a proeminência e fundado o Convention People's Party (CPP). Na Nigéria, as constituições outorgadas, em 1945-1948, permitem o surgimento de uma imprensa dinâmica e animada pelas associações dos jovens, pelos sindicatos e pelos partidos implantados nas grandes regiões do país. Em Serra Leoa e na Gâmbia, o pluralismo liberal afronta os "crioulos" da "colônia" e os povos autóctones majoritários dos protetorados da hinterlândia. Na Federação da África Central britânica (atuais Malaui, Zâmbia e Zimbábue), longas e sinuosas negociações tripartites intervieram entre os africanos, divididos em vários partidos, os colonos brancos, também eles por vezes fracionados e o governo de Londres.

Nos territórios francófonos, constata-se a mesma proliferação política, entre 1935 e 1960, essencialmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial. A assimilação, aqui inscrita nas próprias estruturas políticas, viria conduzir os eleitos africanos nos limites parlamentares impostos pela metrópole, em Paris ou Versalhes, reforçando, em suplemento e junto aos líderes políticos africanos, o ideário composto pelos valores políticos prevalecentes no sistema francês.

Originalmente, estes partidos não atuavam com independência face aos seus correlatos na metrópole. Assim sendo, os Grupos de Estudos Comunistas franceses (GEC) demonstravam extrema atividade em numerosas cidades africanas. No Senegal, estes GEC dedicados à formação sob patrocínio do RDA foram superados pelos militantes africanos do Partido Socialista Francês (SFIO).

Em suma, antes das independências, os valores políticos, preconizados pelos países africanos, constituíam uma transferência cultural sobre a batuta do famoso “mandato civilizatório”. Esta transferência ignorava os elementos democráticos endógenos, comprometendo, igual e gravemente, o ajuste orgânico interno entre a sociedade política e a sociedade civil. Entretanto, esta transferência, dos ideais políticos ocidentais em direção à África, sobretudo quando a ela agregavam-se os valores do socialismo marxista, não podia senão acelerar a dinâmica da edificação nacional e, antes e primeiramente, a luta pela independência africana.

Entre 1945-1960, os partidos progressistas, marxistas (como o Partido Africano da Independência, PAI) ou não (como o Movimento de Libertação Nacional, MLN)5, embora minoritários, puderam, desta forma e graças aos valores do pluralismo político, ganhar audiência e desempenhar um papel motor de vanguarda, atraindo os partidos moderados ou conservadores próximos da administração colonial. As próprias potências coloniais, conquanto defendessem com unhas e dentes os seus enormes interesses materiais investidos na África, deveriam, cedo ou tarde, de bom ou mau grado, aceitar as exigências dos nacionalistas africanos, sob pena de repudiar os seus próprios valores políticos.

Os valores do nacionalismo

Paralelamente aos valores do pluralismo democrático, veiculados pelas instituições políticas liberais, tomadas em empréstimo à Europa, bem como em interação dialética com elas, os valores ligados ao nacionalismo assim expandiram-se na África: em meio ao caldo de cultura da resistência e da luta armada, assim

5 Libérons l’Áfrique, Manifesto do MLN, 1958.

FIGURA 16.1 Franz Fanon, autor francês nascido na Martinica. (Fonte: Com a autorização das Éditions du Seuil, Paris)

como no quadro da evolução pacífica do sistema colonial. Justamente, foi sobretudo através das violentas lutas que os valores do nacionalismo africano apresentaram-se de forma mais contundente. Na realidade, estas lutas armadas não eram explosões nascidas no vazio mas, representavam a continuidade histórica dos movimentos de luta e de resistência que se haviam constituídos contra a invasão e o regime dos colonizadores.

T. O. Ranger pôs em evidência as relações entre o movimento nacionalista na África subsaariana e a resistência multiforme à dominação estrangeira. Os militantes do partido de Julius Nyerere consideravam-se herdeiros diretos do movimento maji-maji, opositor do imperialismo alemão, de 1904 a 1906, a tal ponto que o líder da Tangayika African National Union (TANU), ele próprio, declarava: "É sobre as cinzas dos maji-maji que a nossa nova nação fundou-se.[6]" No Zimbábue, igualmente, os nacionalistas recorriam a memória da rebelião anticolonial de 1896-1897, conferindo honra ao conceito relativo à chimurenga (resistência armada), expressão do patriotismo africano da época. Na África do Sul, o próprio Nelson Mandela buscou a sua inspiração nestas palavras: "guerras que os ancestrais travaram em defesa da pátria e que constituem a glória e o orgulho da nação africana em sua totalidade". Além do legado da resistência armada e política, o patrimônio da resistência cultural, de conotação religiosa, foi da mesma forma chamado a contribuir. Entre as duas guerras mundiais e no pós-guerra, os militantes da Kenya African National Union (KANU), por exemplo, extraíram fundamentos da herança ideológica do culto Mumbi e do culto Dini Ya Musambwa. Desta forma e portanto, a luta de libertação estava ligada, através da mediação da memória histórica, a um passado mobilizador, a conferir-lhe a sua legitimidade.

De forma ainda mais geral, a necessidade de afirmação, pela força do direito, dos povos explorados frente à dominação dos colonizadores viria magnificar o "valor" da violência em sua qualidade terapêutica para o progresso histórico. Todo o contexto a isto contribuía: a exaltação do militarismo no curso das guerras mundiais, as exações das tropas coloniais ditas de "pacificação", o emprego dos negros, recrutados em massa, para as guerras de reconquista colonial na Indochina, na Argélia e em Madagascar... Se a isto acrescentarmos o uniforme, as pensões e o nível de vida dos antigos combatentes, veremos como o mito do guerreiro foi, formidavelmente, estimulado no imaginário popular.

6 T. O. RANGER, 1968a, p. 636.

Inclusive, os combates anticoloniais desenrolar-se-iam por vezes nas próprias localidades das heroicas lutas dos ancestrais, contra o jugo estrangeiro: por exemplo, quando a FLN argelina estabeleceu as suas retaguardas operacionais no maciço de Aurèz, na Kabília ou no Chouf. Igualmente, Houari Boumediene forjou seu apelido a partir do nome de dois santos do islã argelino: Houari e Bou Medin[7]. Habib Bourguiba, quanto a ele, auto intitular-se-ia "combatente supremo", Jomo Kenyatta, "A lança ardente do Quênia", Hophouët-Boigny, "Aríete defensor do povo", Kwame Nkrumah, "Osagyefo" ou o "General vitorioso", Amilcar Cabral, "Abdel Jessi" ou o "justiceiro de sabre em mãos".

Estes valores do nacionalismo militante também serão alimentados pela teoria marxista-leninista que enxerga na violência, sob todas as suas formas, o demiurgo da história, fazendo do imperialismo o estádio supremo do capitalismo. Os continentes colonizados, a África em primeiro plano, tornam-se portanto o "ventre mole" onde golpes mortais podem ser desferidos no sistema capitalista mundial. Tais eram as mensagens do congresso de Moscou da IIIa Internacional, em 1919, e do congressos dos povos oprimidos de Bakou, em 1920.

O nacionalismo e a cultura, em sentido amplo

À margem das lutas armadas ou diretamente ligados à ação política, os africanos cultivaram os valores do nacionalismo em um contexto histórico particular, sob fórmulas ora originais, ora miméticas.

A ideologia do Estado-nação era, juntamente com o imperialismo capitalista, um dos dois pilares da conquista colonial e as fronteiras africanas, por exemplo, não passavam de uma projeção das fronteiras europeias. Embora esta ideologia se tenha comprovado válida para a Europa, bem como para a esfera das guerras locais e dos holocaustos planetários, os territórios colonizados herdaram estes valorações europeias do Estado-nação europeu, no momento da sua independência.

A religião, de papel crucial, constitui outro importante aspecto do nacionalismo. A sublevação mahdista contra o poder estrangeiro, ao final do século XIX, inspirava-se amplamente nos valores de um nacionalismo de fundamento religioso. Junto aos somalis, também apareceu, em 1899, um Mahdy erigido contra a colonização britânica e italiana: era Muhammad 'Abdallāh Hassan,

7 Conferir o artigo sobre Boumediene, em M. MOURRE, 1978, vol. I, p. 619.

apelidado pelos imperialistas o "Mullah louco". Na África ocidental, movimentos mahdistas eclodiram esporadicamente, fazendo eco às múltiplas resistências opostas por líderes muçulmanos como Shaykh Amadu Bamba, no Senegal ou Shaykh Hāmallāh, no Mali e na Mauritânia. Mas, os valores de recusa contra qualquer submissão a uma autoridade externa foram abundantemente ilustrados também pelos chefes da religião tradicional africana. Desta forma, os maji-maji da Tanganyika combateram os alemães, de 1905 a 1907, utilizando água benta para protegerem-se contra as balas. Os levantes no leste e no sul de Madagascar, em 1947, constituíram outro dramático exemplo da mesma ordem, os rebeldes malgaches julgavam-se, também eles, magicamente protegidos contra as balas. Esta insurreição, reprimida de forma selvagem, é considerada pelos malgaches como uma importante etapa em sua marcha pela independência, mesmo se toda ilha não se associou a ela.

Outro elemento característico do nacionalismo, muito amiúde próximo da língua e da religião, é a etnicidade – conceito muito ambíguo a ser usado com muita precaução. Assim sendo, o movimento mau-mau no Quênia (1952-1960) era um combate originado na disputa por terras entre os povos do Quênia central e contra o monopólio dos melhores territórios agrícolas pelos europeus. Entretanto, tratava-se igualmente de uma batalha pela libertação política e cultural. Os rituais simbólicos inicialmente praticados pelos guerrilheiros – as cerimônias de prestação de juramento, nas quais eles assumiam, por exemplo, um compromisso sagrado, destinado a desencorajar qualquer ideia ligada à traição – eram tomados em empréstimo do patrimônio religioso dos kikuyu e dos grupos étnicos aparentados (meru e embu). Da mesma forma, o exército de Mugabe, na Rodésia do Sul, duas décadas mais tarde, compunha-se sobretudo de shona, entretanto, os objetivos do movimento faziam dele uma luta de libertação para o conjunto do Zimbábue. Em suma, a resistência dos shona, dos ndebele e dos fon, em Daomé, dos ashanti e dos samo, no Burkina Fasso, dos wolof e dos jula, no Senegal, tomavam, simultaneamente, o caráter de uma luta para preservar o grupo étnico e de uma luta em favor de interesses e valores mais amplos, de tipo nacional. Trata-se da própria erupção colonial que, ao deslocar o mapa anterior, desagregou a adequação entre as identidades "nacionais" e "étnicas".

O território consiste, evidentemente, em outra dimensão fundamental do Estado-nação; mas, contrariamente à Europa e à África pré-colonial, onde a criação do perfil "nacional" pelos povos e pelos Estados exigiu séculos de esforços, o traçado das fronteiras dos Estados africanos modernos é o fruto do ardor pela conquista que um punhado de estrangeiros demonstrou durante uma ou duas décadas. Ora, alguns territórios federados sob a autoridade colonial, na

África Oriental britânica ou na África Ocidental francesa, foram fracionados. Os nacionalistas africanos lutavam, inclusive e frequentemente, não para libertar algum território em particular mas, para imporem um fim ao estatuto de submissão dos povos africanos. Os valores do nacionalismo eram quase invariavelmente indissociáveis dos valores da unidade africana.

Enfim, devemos abordar o tema, simultaneamente, o mais vago, o mais ambíguo mas, igualmente, o mais fundamental do nacionalismo africano: aquele concernente à "raça" e à "civilização". Segundo René Pléven, homem de Estado francês, "colonizar, isto consiste em estender a sua civilização no espaço". A colonização, ato eminentemente econômico, era portanto também um fenômeno cultural e, por conseguinte, a descolonização deveria assumir uma dimensão de combate cultural. Era preciso operar uma arbitragem entre os valores do patrimônio autóctone e os princípios culturais veiculados pelos colonizadores. Desde o final do século XIX, o movimento de despertar cultural do mundo árabe-muçulmano (nahda) e o movimento do renascimento negro nas Américas haviam sido confrontados a este problema. No seio da civilização negro-africana, este esforço impingiu aos movimentos ideias, compondo um leque que compreendia desde a African Personality e do pan-africanismo à negritude, tema desenvolvido pelo círculo intelectual reunido em torno da revista Présence Africaine e do seu diretor, Alioune Diop.

A interrogação fundamental partiu de Edward Wilmot Blyden. Após ter proposto em 1887, em sua obra Christianity, Islam and the Negro race, uma síntese dos valores das sociedades no Sudão ocidental e daqueles do Ocidente cristão, Blyden constituiu-se, na realidade, em advogado da consciência do orgulho racial junto aos Negros do continente e daqueles da diáspora, contribuindo desta forma para o nascimento do movimento pan-africano. Justamente nesta corrente situa-se a negritude e o seu projeto de "civilização do universal". Na primeira metade do século, como abordado no volume VII da presente obra, o movimento pan-africano foi animado pelos descendentes de africanos habitantes nas Américas, sobretudo nos Estados Unidos da América do Norte e nas Antilhas. Homens como Marcus Garvey, na Jamaica, George Padmore, em Trinidad e Tobago, e W. E. B. Du Bois, nos Estados Unidos da América do Norte, aparecem na qualidade de pais fundadores do pan-africanismo. A partir de 1900, Congressos pan-africanos dedicaram-se a reforçar a solidariedade racial, a organizar a luta contra a discriminação e a promover a dignidade racial dos povos negros, tanto na África quanto no mundo ocidental.

Seria necessário esperar o advento do quinto Congresso Pan-africano, realizado em Manchester (Grã-Bretanha), em 1945, para observar a passagem

da direção do movimento dos Negros das Américas para os Negros da África. Dois entre os participantes deste Congresso tornaram-se posteriormente os pais fundadores de novos países independentes. Trata-se, como exposto em outros capítulos deste volume, do ganense Kwame Nkrumah e do queniano Jomo Kenyatta. Os africanos presentes a este Congresso encontravam-se, todavia e em certa medida, um pouco ofuscados pela estatura de alguns dentre os gigantes do nacionalismo negro nas Américas, mas o ano de 1945 ainda assim marca um ponto de inflexão na reafricanização do pan-africanismo: a passagem da tocha das mãos dos Negros da diáspora, descendentes de africanos no estrangeiro, para as mãos de cidadãos dos países africanos. Doze anos mais tarde, Kwame Nkrumah dirigia o primeiro governo independente de Gana, este mesmo país seria o primeiro país da África negra a ser libertado da dominação colonial europeia. O pan-africanismo tomou, desde então, uma forma mais militante, retomaremos este tema mais adiante.

Os debates acerca da orientação geral a ser tomada pelos países da África do Norte, no tocante aos valores essenciais formadores destas diretrizes, opuseram partidários de uma via baseada no Corão ou islâmica do nacionalismo, àqueles ligados a uma via liberal ou modernista, reformistas favoráveis ao individualismo misturado ao islã, a ocuparem posições intermediárias.

Ao final do século XIX, o egípcio Muhammad´Abduh, possuidor de discípulos no Magreb (´Allāl al-Fāsī), anima um movimento de retorno às origens do Corão, ou salafiyya, sem absolutamente rejeitar as contribuições estrangeiras nem a evolução para instituições representativas. O seu condiscípulo A. Raseq, baseado na natureza essencialmente política do califado, admite o princípio da separação dos poderes espiritual e temporal. Posteriormente, durante os anos 1930, Taha Hussein aparece como defensor resoluto do modernismo liberal, o qual por ele é inclusive considerado como o herdeiro da civilização helenística mediterrânea. Mas, alguns adotam posições extremas, como os irmãos muçulmanos, opostos a qualquer reformismo, e os socialistas, críticos vigorosos do modernismo liberal burguês. Escritores e artistas constituem-se em campeões da criatividade individual.

A aceleração do processo histórico a conduzir às independências sobreveio quando nenhum pensamento social integrado havia logrado assumir, não mais na África do Norte que na África Subsaariana, os valores exógenos do modernismo ocidental, em uma reflexão autônoma ancorada nos patrimônios culturais endógenos, pois a maturação das ideologias caminha mais lentamente que os acontecimentos. Esta ausência de filosofia global da cultura e da libertação nacional pesará sobremaneira na ulterior evolução dos países africanos.

Em resumo, o período de 1935 às independências está principalmente marcado por dois grandes valores políticos, o pluralismo e o nacionalismo; todavia, estes valores não apagaram a tensão cultural de outrora, entre coletivismo e individualismo. De certa forma, estas duas ideologias reforçavam-se mutuamente, mas os seus limites revelar-se-iam muito rapidamente e, a partir dos anos 1960, eles cederiam lugar a outros valores.

Os valores políticos desde a independência

Com a conquista da independência nos países africanos, abre-se um período que teria potencialmente levado a um florescimento de valores originais e positivos, a partir de escolhas deliberadas, constituindo um amálgama do melhor das experiências pré-coloniais com as contribuições exógenas. Ora, frequentemente, assistir-se-á a um espetacular deperecimento dos valores do pluralismo; as motivações e comportamentos endógenos e exógenos contribuindo a este efeito. Mas, este processo, ao desembocar em um poder pessoal, anuncia o fim dos valores ligados ao nacionalismo e ao pluralismo.

Se considerarmos as divisas, os hinos e as bandeiras adotados pelos novos Estados independentes, perceberemos os valores que eles desejavam promover. As divisas estatais, fórmulas concisas que impactam pelo seu caráter imperativo e categórico, convocam para valores coletivos fundamentais como "a unidade, a paz e o desenvolvimento": "um povo, um objetivo, uma fé" (Senegal); "união, disciplina, trabalho" (Costa do Marfim); "unidade e fé, paz e progresso" (Nigéria); "unidade, liberdade, trabalho" (Zimbábue); "paz, trabalho, pátria" (Camarões) ou "liberdade e justiça" (Gana). Os hinos nacionais, quanto a eles, exaltam a luta comum, a unidade e fraternidade, africana e universal (hino senegalês), relembram a honra aos ancestrais, a liberdade e a unidade (hinos camaronês e nigeriano). As cores das bandeiras e dos emblemas ou brasões nacionais remetem, sobretudo, aos animais-símbolo: o leão do Senegal, o elefante da Costa do Marfim, a águia da Nigéria, o leopardo do Zaire e a ave misteriosa que sobrevoa as ruínas do Zimbábue. As cores das bandeiras nacionais mostram a predominância do verde, a simbolizar os recursos vegetais, o islã ou ainda a esperança no futuro; faz-se mister notar a frequência do vermelho em homenagem ao sangue dos mártires, ao heroísmo das lutas ou à revolução, bem como a presença do amarelo (o ouro das minas, o sol africano). O branco, quando figura (assaz raramente), é a cor da paz e da unidade. Finalmente, o negro identifica a raça ou remete a uma referência islâmica.

Ao total, quatro mensagens ideológicas predominam neste denso e imagético discurso dos emblemas e dos símbolos: a afirmação de uma identidade, a busca do desenvolvimento, o desejo de unidade, o apelo à liberdade e à justiça social. Tudo isso manifesta fortemente uma exigência de liberdade coletiva e testemunha uma continuidade com os valores imediatamente anteriores à independência.

Novas ideologias políticas

Paralelamente a estas divisas, hinos e emblemas, alguns dos novos dirigentes africanos formularam as suas próprias ideologias, tal é o caso de al-Nasser, Nkrumah, Senghor, Bourguiba, Sékou Touré, Nyerere, Amilcar Cabral e Kaunda. Desde A Filosofia da Revolução Egípcia (1954) até A Carta Nacional (1962), o egípcio Gamāl ´Abd al-Nasser, acentuou o seu abandono dos valores liberais ocidentais em prol do recurso ao pan-arabismo, ao islã, ao socialismo árabe, ao pan-africanismo e ao poder presidencial carismático. A Carta Nacional denuncia com vigor a enganação da democracia de tipo ocidental, a funcionar no interesse das classes dirigentes, feudal e capitalista, além de apresentar, por outro lado, um julgamento favorável sobre o socialismo, sistema cujo caráter garantiria às massas a democracia econômica e a liberdade coletiva. O socialismo nela está descrito como "a via que conduz à liberdade social[8]", de onde deriva a necessidade do povo em possuir os instrumentos de produção e de orientar o excedente desta produção segundo um plano determinado. O nasserismo era uma ideologia, a uma só vez, pró-socialista e antimarxista.

O socialismo árabe, a também expressar-se pelo partido único, em contrapartida, rejeita categoricamente o ateísmo como antivalor absoluto, assim como a ditadura do proletariado. Ele preconiza a assimilação das classes no poder democrático de todo o povo, cuja confiança legitima e inspira os dirigentes.

Enfim, o socialismo árabe postula o imperativo da unidade árabe. Esta última opção aproxima al-Nasser dos tenentes do Ba'th, como o sírio Michel Aflaq, para quem o real problema consiste em "dar novamente a sua alma à nossa nação, fazer com que o árabe e a nação, em sua totalidade, empreendam um retorno a esta atitude positiva, atuante, voluntária e correta que representa, para o árabe, dominar o destino". Disto resulta que o imperativo de uma revolução baassista

8 Para maiores detalhes sobre esta questão, conferir os textos reunidos por A. ABDEL-MALEK (org.), 1980, e J.-P. CHARNAY, 1966.

FIGURA 16.2 Chegada de Ahmed Ben Bella na Argélia em 5 de julho de 1962. (Foto: M. Riboud. Magnum, Paris.)

na qual "o socialismo é o corpo e a unidade é a alma; esta ressurgência (ba'th) deveria apoiar-se no povo, única força capaz de realizar a unidade".

Estas ideias-mestras do nasserismo e do baassismo – democracia teísta, valores autênticos do islã (fraternidade, defesa da comunidade), unidade árabe e apelo ao povo – germinarão na África do Norte.

Na Argélia, um socialismo revolucionário camponês e islâmico, originado em uma longa e sangrenta luta de libertação, tenta conjugar os valores políticos do nacionalismo, da autogestão, sob a égide de Ben Bella e, a partir de 1976, sob a direção de uma FLN transformada em partido único, cujo papel dirigente deveria confirmar a democracia socialista, neste mesmo processo o islã torna-se religião de Estado[9].

Na Tunísia, é o triunfo de um socialismo neodestouriano de tipo cooperativista, associando as noções de lucro e de acumulação de capital àquelas de empresas públicas e com participação estatal. Segundo o seu teórico e protago-

9 J.-P. CHARNAY, 1966, p. 245.

nista, A. Ben Salāh, trata-se de conjurar as atrocidades da luta de classes através de uma revolução "nos espíritos muito mais que nas estruturas", com vistas a tornar aceitáveis os sacrifícios impostos pela decolagem econômica[10].

Na Líbia, após a derrubada da monarquia em 1969, em seguida, após a instauração de uma república socialista árabe fundada nas nacionalizações e no pan-arabismo, el-Khadafi empreende, no seu Livro Verde (1976), uma destruição sistemática das teses liberais, apostando no islã como uma terceira via entre os imperfeitos capitalismo e socialismo. A democracia representativa não passa, nos diz ele, de um circo; o referendo é uma impostura. Em razão disto há um recurso à democracia direta dos comitês e dos congressos populares (jamahiriah) de inspiração tradicional[11].

Na África Subsaariana, Kwame Nkrumah formula, em O Consciencismo (1964), uma das mais importantes doutrinas de descolonização e de desenvolvimento para a África. Ele escreve: "Não se pode sonhar rejeitar todas as influências islâmicas ou da Europa colonialista, em uma vã tentativa de recriar um passado que não mais pode renascer. Para seguir adiante, somente é possível ir em frente, rumo a uma forma de sociedade mais elevada e mais equilibrada, na qual o essencial dos valores humanos da sociedade tradicional será reafirmado em um contexto moderno[12]."

O consciencismo consiste, portanto, em um esforço simples que, à imagem do projeto nassariano, combina os valores do nacionalismo anti-imperialista, da modernidade técnica e científica, bem como do patrimônio africano e islâmico, tudo isto graças ao socialismo e à unidade africana.

Julius Nyerere, quanto a ele, aposta antes de tudo, no legado africano dos valores sociais, cujo aspecto mais decisivo seria a solidariedade comunitária: "A África, diz-nos ele, não tem lições sobre o socialismo a receber da Europa; ela poderia, antes, conceder alguns ensinamentos a respeito." Tal socialismo consiste antes de tudo em uma atitude que implica a "preocupação de cada um com o bem estar alheio[13]". A ujamaa é "a comunidade soldada graças ao afeto e à solidariedade entre os seus membros, os quais trabalham para enriquecer o patrimônio comum e, através deste trabalho, satisfazer as suas necessidades pessoais". Se Nkrumah é aquele que mais contribuiu para integrar os valores considerados, talvez caiba a Nyerere ser o maior artífice na promoção do desenvolvimento e

10 Textos de A. Ben SALĀH em A. ABDEL-MALEK (org.), 1980, pp. 255-258.

11 Texto de M. EL-KHADAFI em A. ABDEL-MALEK (org.), 1980, pp. 337-341.

12 K. NKRUMAH, citado por Y. BENOT, 1969, p. 394.

13 J. K. NYERERE, 1963b, p. 8.

FIGURA 16.3 Amilcar Cabral, presidente do PAIGC, na frente militar oriental da Guiné Bissau. (Foto: Le Nouvel Afrique-Asie, Paris.)

no tocante à exploração crítica e criadora do patrimônio dos valores da África. Assim sendo, àqueles que temem o eclipsar do espírito de iniciativa individual e do imperativo do trabalho pelo valor da solidariedade, ele replica que a solidariedade de todos implica no trabalho de todos. Se existe um dever de hospitalidade, o indivíduo que dele beneficia-se tem, no que lhe diz respeito, o dever de participar do trabalho da comunidade. Deriva que a ênfase é colocada nos valores de um "socialismo africano", animador tanto da sociedade civil quanto da sociedade política.

Pelo intermédio da disciplina do marxismo-leninista, Amilcar Cabral, fundador do Partido Africano pela Independência da Guiné Bissau e do Cabo Verde (PAIGC), igualmente tentou uma integração entre os valores do socialismo e do nacionalismo. Segundo ele, somente esta associação orgânica permitiria fazer valer o direito às aspirações do povo no domínio político, através do poder popular, na esfera socioeconômica e cultural, graças à justiça social e ao enrai-

zamento nos valores civilizatórios da gente ordinária. Tal projeto de sociedade fora lançado nas zonas libertas pelos combatentes do PAIGC, na Guiné Bissau.

Léopold Sédar Senghor, finalmente adepto do socialismo africano, não deixaria de reconhecer a utilidade do quadro conceitual oferecido pelo marxismo, recusando-se, contudo, a aderir a uma ideologia que supõe a luta de classes e o ateísmo: “nós podemos, portanto e legitimamente, conquanto empreguemos o método de Marx para analisar a situação econômico-social no Senegal e na África negra, sob domínio do capitalismo, conceder, aos nossos valores religiosos e culturais, o seu posto natural em nossa vida espiritual[14].”

Todas estas ideias, dispostas sob a apelação genérica socialismo africano, foram, evidente e fortemente, influenciadas pelo islã, pelo marxismo-leninismo e pelos valores tradicionais africanos.

Quais tipos de regime a África colonial viu nascer sob o efeito de todas estas antigas e novas ideologias?

Os regimes pós-coloniais na África

Ao total, aproximadamente cinco tipos de regime estabeleceram-se na África durante a era pós-colonial. Primeiramente, surgiram regimes socialistas fundados por estes dirigentes de cujas ideias fizemos acima uma análise. Al-Nasser tomou a dianteira no movimento, no ano de 1952, ao pronunciar a dissolução de todos os partidos egípcios, instituindo a União Socialista Árabe, partido de Estado ou, antes e sobretudo, organismo estatal encarregado de enquadrar politicamente as massas[15]. Este precedente foi amplamente copiado na África, sob diversas denominações: assembleias, movimento, frente, convenção, congresso, união e assim, sucessivamente. Em sua totalidade representavam uniformemente um aparato sociopolítico e ideológico a funcionar como um sistema destinado a monopolizar a comunicação entre os adeptos e a base popular. Kwame Nkrumah seguiu, também ele, esta via e transformou Gana, no ano de 1964, em regime socialista de partido único, após ter suprimido as organizações étnicas, regionalistas e religiosas. Sékou Touré, durante os anos de 1960, igualmente procedeu na Guiné, assim como Modibo Keita no Mali e Julius Nyerere na Tanzânia. Em Moçambique, no ano de 1974, a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foi, desta mesma forma, constituída na qualidade de partido único,

14 L. S. SENGHOR, 1971, p. 58.

15 P. WANYANDE, 1987, p. 71.

exclusivo instrumento para a integração da sociedade rural ao projeto de criação de uma nação patrocinada pelo aparelho de Estado. Amilcar Cabral, na Guiné Bissau e Agostinho Neto, em Angola alinharam, por sua vez e ao menos por um período, os seus países com bloco de países socialistas.

O segundo tipo de regime é o regime militar. Os regimes desta natureza, cujo número é variável segundo o período em questão, foram estudados no capítulo XV. Digamos aqui simplesmente que se trata de regimes nos quais os dirigentes civis foram substituídos por soldados, posteriormente a um golpe de Estado militar. Estas brutais intervenções, contadas às dezenas, estabelecem novos valores políticos, em suma, reduzidos à submissão ao consenso, mediante a força das armas e a rejeição do primado do direito.

O terceiro tipo de regime é o regime do apartheid, cujo reinado, felizmente, esteve restrito à África do Sul. Não o estudaremos nesta oportunidade, ateremo-nos simplesmente a precisar que ele constitui um caso extremo de teorização e imposição de monstruosos "valores" políticos: a desigualdade, a segregação e o racismo sanguinário. A própria religião foi convocada em socorro para justificar o statu quo. No curso dos decênios, a presença deste regime conduziu os Estados da linha de frente na África Austral a um encadeamento de violências travestidas sob múltiplas formas: guerras étnicas, guerras conduzidas pelo Estado ou guerras de libertação (Namíbia), revoltas de bandidos e mercenários, golpes de Estado, forçadas migrações em massa, atos de sabotagem, e outros que tais, sucessivamente. O apartheid impediu, em numerosos países a construção da nação.

O quarto tipo de regime é o regime conservador. Os regimes desta categoria, professores de fé e de respeito aos olhos da abordagem capitalista do desenvolvimento e da construção da nação, abandonaram o liberalismo e a democracia, subjacentes a esta abordagem, em proveito de um sistema fundado sobre um partido único ou dominante e sobre a autocracia. Eles estão instaurados em grande número de Estados africanos: Costa do Marfim, Serra Leoa, Senegal (até 1978), Camarões, Quênia, Zâmbia, Zaire (atual RDC), Malaui e Gabão um dos seus valores fundamentais é a "modernização", em outros termos, a corrida ao crescimento extrovertido. Entre 60 e 80% das suas receitas de exportação provêm da venda de um, dois ou três produtos agrícolas ou minerais. O capitalismo de Estado canaliza vastos recursos aos cofres públicos, dispondo-os à classe política. A corrida pelo dinheiro inspira todas as motivações, atitudes e comportamentos. Poder e riqueza tornaram-se vasos comunicantes. Em todos estes Estados, o sentido do serviço público e o senso das responsabilidades estão comprometidos, os indivíduos aqui estão privados de certos direitos e valores, correlatos aos primeiros. Igualmente, as classes pobres, espoliadas dos frutos

do crescimento, não têm o direito à expressão pois, conceder-lhes esta virtude representaria um perigo para a estabilidade necessária a um desenvolvimento, cuja consumação, inclusive, não está garantida.

Assim estão reunidas as condições ideais para uma acumulação sem freio de capital mediante a exploração de um lumpemproletariado indefeso: um "sistema político híbrido", de acordo com a declaração feita em 15 de março de 1990, pela conferência episcopal zairense, a título de contribuição para a "consulta nacional sobre a situação geral do país". O sistema, prosseguem os bispos, "extrai do liberalismo as vantagens que oferece – na realidade a uma minoria – o usufruto da propriedade privada e, por outro lado, toma emprestados ao totalitarismo os métodos de conquista e de manutenção no poder[16]". A incoerência desta contradição calculada, transformada em um perverso "valor" político, é a raiz do mal africano, na justa medida em que ela acumulou todos os aspectos negativos de três sistemas: a herança africana, o liberalismo capitalista e o marxismo-leninismo dos países do antigo Bloco Oriental.

Finalmente há aqueles países que se ativeram aos valores do pluralismo e da democracia parlamentar. Infelizmente, eles formam o grupo mais reduzido, cinco países ao todo e no máximo: a Gâmbia, o Botsuana, o Senegal, a Namíbia e as Ilhas Maurício. Estes países são os únicos que ainda autorizam eleições políticas realizadas sob o signo da concorrência e nos quais os partidos de oposição não se encontram atados. Não se pode negar que, nestes países, a situação econômica não é muito mais brilhante que alhures mas, como veremos em outros capítulos, este fato demonstra simplesmente a identidade dos limites estruturais em todos os países africanos. A situação apresenta-se, todavia e qualitativamente, de forma distinta sob a ótica dos valores políticos, notadamente quando existem, entre outros, uma imprensa independente, um sistema judicial autônomo gozando de garantias legais, uma relativa separação dos poderes, eleições abertas, senão totalmente livres, e as liberdade de manifestação e de reunião.

Pan-africanismo e não alinhamento

Paralelamente às novas ideologias e aos novos regimes advindos na África pós-colonial, dois temas também integraram o campo dos valores políticos africanos. Trata-se, primeiramente, de uma abordagem mais radical e africanizada do pan-africanismo e, em segundo lugar, da questão do não alinhamento.

16 Jeune Afrique, no 1527, 9 de abril 1990.

Estas duas temáticas serão aprofundadas nos posteriores capítulos 24, 25 e 28. Talvez nos bastasse aqui dizer, antes de mais nada, que embora as rédeas do movimento pan-africano tenham passado das mão dos Negros das Américas àquelas dos Negros da África, durante o quinto Congresso Pan-Africano realizado em Manchester, no ano de 1945, foi somente após a conquista da independência em Gana, no ano de 1957, que o pan-africanismo, como movimento e do ponto de vista operacional, foi transferido das Américas e da Europa para o próprio continente africano. Os primeiros sinais desta mudança foram dados durante as duas conferências organizadas em Accra, no ano de 1958, pelo novo dirigente de Gana, Kwame Nkrumah, que se apresentara como um dos cossecretários do Congresso de Manchester, foram elas: a Conferência dos Chefes de Estado Africanos, então independentes, e a Conferência dos Povos da África. Igualmente, foi a partir deste momento que a questão territorial acrescentou-se ao universo do pan-africanismo. Desde logo, este movimento assumiria duas dimensões: aquela do pan-africanismo transaariano e aquela do pan-africanismo transatlântico, a primeira apelando para a unidade, com base na mística do território continental africano, a segunda fundamentando-a sobre a mística da raça negra. Por outro lado e no plano ideológico, o pan-africanismo enfatizava, doravante, duas temáticas: o pan-africanismo de libertação e o pan-africanismo de integração, ambos objetos de posterior análise.

A segunda nova ideologia, integrada à visão do mundo própria aos Estados africanos e especialmente no domínio das relações exteriores e mundiais, é aquela referente ao não alinhamento. No transcorrer da segunda metade do século XX e no tocante às relações entre os pequenos países e as grandes potências, pode-se dizer de imediato não haver nenhum princípio de política externa de maior impacto que o não alinhamento. O significado destes conceitos e as modalidades da sua tradução no plano operacional mudaram desde o seu surgimento, durante os anos 1950. Entretanto, ele não cessou de manifestar importante influência nas orientações diplomáticas da maioria dos Estados do mundo em desenvolvimento. Kwame Nkrumah e Gamāl ʻAbd al-Nasser figuraram entre os fundadores africanos do não alinhamento. Em princípio, o movimento representava a expressão de um protesto solidário e visava a modernização das relações Leste-Oeste. Entretanto, após os anos de 1970 e mais particularmente a partir da cúpula argelina de setembro de 1973, o eixo do movimento transladou-se para privilegiar uma postura em defesa de uma reestruturação fundamental do sistema mundial, rumo e em prol de uma maior equidade nas relações Norte-Sul.

As novas tendências políticas na África

No curso dos anos 1970, não foi na ordem do não alinhamento e das relações mundiais que novas tendências surgiram mas, antes e sobretudo, na ordem da situação política interna da África. A sua aparição está, primeiramente, marcada pelo ocaso dos regimes socialistas na África, em seguida, pela retro-concessão do poder político do exército para os civis, com um temporário retorno de Gana e da Nigéria ao rol dos regimes civis, aproximadamente ao final dos anos 1970, e sobretudo pelo abandono do sistema de partido único e do regime autocrático, em direção ao retorno junto aos anteriores valores da democracia liberal e do multipartidarismo.

O fracasso do modelo socialista

Como indicado precedentemente, o modelo socialista – combinação do marxismo-leninismo, do socialismo islâmico e dos valores africanos tradicionais – esteve muito em voga no decorrer dos primeiros decênios da independência, sendo adotado por países como o Egito, a Guiné, o Mali, a Tanzânia, Gana, Moçambique e Angola. Ora, este modelo foi abandonado por todos estes países, sem exceção, segundo um processo iniciado no Egito, com al-Nasser, prosseguindo com a queda de Nkrumah, em Gana, e a saída do poder de Modibo Keita, no Mali, no curso dos anos 1960. Como poderíamos nós explicar este fracasso do socialismo na África? Aqui reside a questão imperativa.

Inicialmente, faz-se mister precisar que se trata de um fracasso em nada ligado à derrocada do, soi-disant, comunismo, na União Soviética e na Europa Oriental, durante os anos 1980. O processo, como vimos, começou na África no curso dos anos 1960. A debacle, ocorrida na Europa Oriental, não fez senão acelerar um processo em desenlace na África. É verossímil que no continente africano, o fracasso do socialismo deva-se ao fato que, embora o clima intelectual lhe fosse propício, o campo sociológico e material não se revelou assaz fértil. O clima intelectual tornou-se favorável ao socialismo durante os primeiros decênios da independência, primeiramente porque muitos nacionalistas africanos haviam logrado associar, no plano conceitual, o capitalismo ao imperialismo e ao colonialismo; desde logo os dirigentes africanos progressistas tornaram-se "socialistas" porque eles eram nacionalistas. Em segundo lugar, a abordagem capitalista do desenvolvimento durante os primeiros anos da independência tendo-se revelada inadequada, alguns dirigentes africanos tiveram tendência a

perceber, na via socialista, uma estratégia substituta, no sentido da melhoria e transformação da situação social e econômica.

O terceiro fator que predispunha favoravelmente muitos africanos em respeito ao socialismo era a corrupção endêmica que não tardara a surgir em meio aos dirigentes pós-coloniais do continente. Evidentemente, o capitalismo não possui em nada a exclusividade no referente à corrupção e esta última não era desconhecida nos países socialistas. Contudo, o sentimento prevalecente era aquele segundo o qual, eventualmente, seria mais difícil manter a disciplina social em condições baseadas no comportamento econômico regido pelo laisser-faire, comparativamente àquelas correlatas a uma planificação e controle relativamente centralizado. O quarto fator era a ideia muito difundida segundo a qual a cultura africana tradicional era essencialmente coletivista e, por conseguinte, "socialista". Tal era, em todo caso, o ponto de vista defendido pelos dirigentes africanos, como Senghor, Nyerere e Mboya. Acima de tudo, os regimes africanos, pretensos engajados na via do Estado de partido único, encontravam-se particularmente fascinados pela simbólica socialista. Ao final das contas, as tendências centralizadoras do socialismo apresentavam uma natureza a justificar o monopólio do poder exclusivamente por um partido.

Por todas estas razões, o clima intelectual demonstrava-se, em seu conjunto, mais favorável ao socialismo. Consiste em fato consumado que, no imediato posterior à independência, a maioria dos governos africanos defendia, ao menos da boca para fora, os preceitos do socialismo, além de ser notório que os países precedentemente enumerados adotaram-no não somente do ponto de vista ideológico mas, igualmente na prática.

Ora, todos esses países fracassaram porque, malgrado um clima intelectual propício, o terreno sociológico revelou-se refratário ao socialismo. O primeiro fator sociológico desfavorável era, e continua a ser, a maior força da etnicidade na África, em grau muito superior ao demonstrado pela consciência de classe. A maioria dos africanos são, primeiramente, membros de sua etnia e em seguida, membros de certa classe social. Em caso de crise, respectivamente, os operários luo e os operários yoruba estão mais propensos a identificarem-se com a burguesia luo, do Quênia, e com a burguesia yoruba, da Nigéria, comparativamente à possível identificação face aos seus irmãos camponeses; tal é a conclusão que Jaramogi Oginga Odinga e o chefe Obafemi Awolowo puderam tirar da sua experiência. Oginga Odinga tentou formar um partido socialista radical. Ele não tardou em descobrir que aqueles a lhe prestarem apoio não eram os desfavorecidos do Quênia, mas quase exclusivamente indivíduos luo. Igualmente, o chefe Obafemi Awolowo pôde muito rápido perceber, durante a primeira e a

FIGURA 16.4 Tom Mboya, antigo dirigente sindical e ministro do Planejamento Econômico do Quênia, assassinado em 1969. (Foto: Foundations Books Limited, Nairóbi.)

segunda repúblicas da Nigéria, que ele era, em que pese o seu discurso socialista, o herói não da classe operária do conjunto da Nigéria mas, de praticamente todas as classes do país yoruba. Ao considerarmos o todo em sua justa medida, estamos fadados a afirmar que na África, sempre que postas em disputa, quase ao limite do enfrentamento, por um lado, as forças da etnicidade, por outro, aquelas relativas à consciência de classe, por pouco que não invariavelmente, foi a pertinência étnica o vetor triunfante.

O segundo fator sociológico desfavorável está representado pela força das elites culturais africanas em suas relações com as classes econômicas enquanto tais. Em razão da fraqueza destas últimas, a única classe capaz de consumar a revolução socialista na África somente podia ser a elite. Infelizmente, esta elite era, em sua totalidade, formada por africanos fortemente ocidentalizados, os quais alimentavam o seu poder, não através da posse de riquezas mas, graças à incorporação de uma educação ocidental e pela aptidão no manejo do verbo. Assim, embora tornada revolucionária, ela não era capaz de fazer a revolução socialista, pois como pressentira Karl Marx, unicamente a classe menos favorecida das

sociedades mais evoluídas – e não a classe mais favorecida constituída pela elite africana ocidentalizada – poderia consumá-la. Inclusive os africanos em viagem de estudos à União Soviética ou à China, forçosa e previamente, eram levados a ocidentalização pois, as obras de Marx, de Angels, de Lênin e de Mao não haviam sido traduzidas para as línguas africanas, como o kiswahili ou o yoruba. Consiste em um imperativo para um africano, trata-se de uma impossibilidade sociolinguística, ser um marxista por completo, sem, necessária e forçosamente, ser ocidentalizado. Pode-se, portanto e incontestavelmente, classificar a natureza da formação das elites africanas entre as características desfavoráveis do campo sociológico ao qual, no âmbito africano, foi confrontado o socialismo.

Um terceiro fator a comprovar a aridez do terreno, diz respeito às capacidades organizacionais da África em sua fase histórica atual. Consta como ideia amplamente difundida, supor que uma tradição de coletivismo, em um contexto tradicional, esteja em condições de predispor o desenlace e o desenvolvimento de esforços coletivos organizados no contexto moderno. Infelizmente, constata-se antes o inverso. O esforço coletivo, fundado sobre os costumes e a tradição, bem como sobre os laços de parentesco, não preparou em nada o continente africano, no tocante ao tipo de coletivismo organizado, forçosamente assentado sobre o comando, e não sobre o ritual. Se, por sua vez, o socialismo exige uma estrutura eficaz e racional de comando, não fundada sobre os costumes nem sobre as afinidades étnicas ou os ritos, a sociedade em seu atual estágio evolutivo da experiência africana, quanto a ela, não está sempre preparada para acolher o modo de transformação socialista.

O quarto aspecto da inadequação do terreno sociológico africano à transposição do socialismo, leva-nos, quanto a ele, a questões em respeito à continuidade histórica. Muitas economias africanas integraram-se, em profundidade e desde outrora, a uma economia mundial dominada pelo Ocidente. Os países africanos, ao adotarem o socialismo em suas sociedades, descobrem a sua permanente integração ao sistema capitalista mundial. As regras deste sistema derivam massivamente de princípios elaborados no fio histórico do capitalismo. No comércio internacional, os países buscam captar o máximo de receitas e realizar lucros. As regras dos negócios e das trocas em nível internacional, o sistema bancário, subjacente a estas trocas, as moedas, efetivamente utilizadas nos mercados financeiros e para regular os pagamentos, estes elementos constituem, em si e contudo, produtos da experiência capitalista. Países como Vietnã, Angola e mesmo Cuba, compreendem, ao final das contas, que a melhor plataforma de sanidade econômica consiste em adquirir legitimidade internacional, conforme as normas ocidentais. Possivelmente, o Vietnã e Cuba não alcancem conquistar

a sua legitimidade mas, uma das suas ambições consiste em receber os benefícios do Ocidente, obter para os seus produtos um fácil acesso aos seus mercados e, igualmente, ter acesso aos seus mercados financeiros.

Este conjunto de circunstâncias, notoriamente, significa que os países do Terceiro Mundo podem incorporar modalidades de funcionamento interno socialistas, permanecendo, todavia, profundamente integrados ao sistema capitalista internacional. Igualmente fizemos valer que um país como a Tanzânia é mais dependente, nos dias atuais, do sistema capitalista mundial, comparativamente ao que era antes de inaugurar a sua experiência neosocialista, segundo os termos da Declaração de Arusha, em 1967.

Estamos diante de uma configuração de fatores, os quais, por um lado, revelam que a África está intelectualmente pronta para o socialismo e, por outra parte, advertem-nos que as condições materiais para uma autêntica experiência socialista no continente ainda não estão reunidas. O clima intelectual é promissor; o terreno sociológico é dissuasivo.

Retorno aos valores democráticos liberais

A entrada no obscurantismo dos valores socialistas na África acompanhou-se de um fluxo sustentado de retorno aos antigos valores democráticos liberais, próprios aos primórdios da independência. Existem, nos dias atuais e na maioria dos Estados africanos, movimentos democráticos liberais, a exigirem o fim da dominação do partido único e do exército, o retorno ao pluripartidarismo e eleições políticas fundadas na disputa, bem como, o restabelecimento dos direitos humanos fundamentais, especialmente a liberdade de associação e a liberdade de imprensa, assim como a abolição do poder de prisão e detenção arbitrárias. Estes movimentos reivindicam, em suplemento à justiça social e ao controle das responsabilidades, a privatização, a liberação dos mercados e a descentralização, além de defenderem a participação de todas as classes nos processos decisórios e a aceleração do desenvolvimento. Até mesmo antigos pilares do sistema de partido único do modelo socialista de desenvolvimento, como Nyerere, tomaram o trem em movimento. É possível medir o sucesso manifesto deste novo movimento pelo fato de dirigentes tais como Mobutu, no Zaire (atual RDC), Houphouët-Boigny, na Costa do Marfim, e Kerekou, no Benin, terem concedido o pluripartidarismo e as eleições livres. Eleições abertas à disputa foram, desde então, organizadas no Benin, em Cabo Verde, em São Tomé e Príncipe, no Gabão e no Senegal, países estes que decidiram, em sua totalidade, agregar-se

ao pequeno grupo de Estados democratas do continente. Uma vez mais, não nos resta senão reclamar a explicação para estes desdobramentos muito felizmente tomados pelos acontecimentos.

Atenhamo-nos aqui a acrescentar, igualmente, que estas evoluções não configuram nem ineditismo, nem tampouco consistem em reflexos da glasnost e da perestroïka de Gorbatchev, das pressões exercidas por instituições financeiras internacionais, como o Banco Mundial e o FMI, ou por países doadores de ajuda, tais como os Estados Unidos da América do Norte, a Grã-Bretanha e a França. Em alguns países africanos, à imagem de Gana, da Nigéria, da Costa do Marfim e do Quênia, o pleito por democracia e pelo regime civil começou a manifestar-se desde o final dos anos 1960 e no curso dos anos 1970, após a instauração do sistema de partido único ou de ditaduras militares. Ninguém seria capaz de esquecer a existência, no Quênia, do movimento Mwakenya, a prisão e o encarceramento do romancista Ngugi, de certos membros do parlamento e de outros intelectuais do país, durante os anos 1970. Tampouco, pessoa alguma deixaria cair no esquecimento a oposição ao governo de união em Gana no transcorrer destes mesmos anos, oposição esta dirigida pelo Movimento Popular pela Liberdade e pela Justiça, em luta contra o regime militar do Coronel I. K. Acheampong, e a reclamar o restabelecimento de um governo civil e da democracia parlamentar fundada sobre o sistema multipartidário. A débâcle do (soi-disant) comunismo na Europa Oriental e na União Soviética, assim como as pressões do FMI e dos países ocidentais industrializados, tiveram como consequência obrigar os dirigentes africanos a acatarem as exigências destes movimentos, em lugar de reprimi-los, arbitrária e brutalmente, como era lugar-comum durante os anos 1970 e ao início dos anos 1980. A verdadeira razão para o surgimento destes movimentos consiste no simples fato a revelar que, no desenrolar dos anos 1970, não somente os regimes socialistas mas, igualmente os sistemas baseados no partido único, mostraram-se incapazes de oferecer todo o esperado de sua parte, a saber, o desenvolvimento e a construção da nação.

Sublinhemos que dois argumentos-chave foram enunciados, ao final dos anos 1950 e durante os anos 1960, com o objetivo de justificar o estabelecimento dos regimes baseados no partido único: o imperativo da unidade nacional, além das classes ou das etnias e as exigências do desenvolvimento. Assim sendo, Julius Nyerere escrevia: “Agora que os colonialistas partiram, não há mais divisão entre dominadores, por um lado, e dominados, por outro [...]. O pluripartidarismo é um luxo que nós, aqui na África, não podemos nos permitir. Temos pouquíssimo

tempo e há demasiadas realizações relevantes a concretizarmos, a ponto de não podermos nos conceder este fútil passatempo[17]."

No Mali, Madeira Keita sustentava, por sua vez, que o partido único, estrutura concentrada da nação, era "o crisol no qual se encontram o camponês e o homem citadino[18]".

"O desenvolvimento contínuo, escrevia François Tombalbaye (Tchad), exige a adesão de todos a um objetivo instituído em comum, assim como a conjunção de todas as energias; e o partido único desempenhará, na qualidade de mobilizador, um papel central neste âmbito[19]."

"Se o partido identificar-se com o povo, escrevia-nos Sékou Touré, é evidente que o Estado deva igualmente identificar-se com o partido, com o intuito de constituir a indissociável trilogia: povo, partido, Estado". Desta forma, "não há possível razão partidária que deva prevalecer sobre a razão e o interesse do povo, igualmente, não existe nenhuma razão de Estado que possa prevalecer sobre a diretriz partidária[20]". A Constituição de 1982, na Guiné, dispõe que "o poder revolucionário [...] seja exercido pelo povo, organizado no seio do Partido Democrático da Guiné, partido-Estado, com base no centralismo democrático"; todos os órgãos de poder apresentam-se como órgãos deste partido-Estado e "os juízes são eleitos pelas instâncias do partido, em todos os níveis". Assim falavam os dirigentes do Togo, de Camarões, do Zimbábue e do Zaire (atual RDC); neste último país, o partido do presidente Mobutu era "a única instituição do Estado[21]". O coletivismo tornara-se um monopólio político.

Entrementes, após dezenas de anos sob este sistema, nem a unidade nacional, nem o desenvolvimento se haviam realizado nestes países africanos. Ao contrário, era manifesto, ao final dos anos 1970, que os raros países democráticos, como o Botsuana e as Ilhas Maurício, haviam obtido resultados nitidamente melhores, em matéria de desenvolvimento econômico, de estabilidade política e de edificação nacional. Excetuando-se estes poucos países, na realidade, assistira-se à supressão dos Direitos Humanos fundamentais, ao estabelecimento de uma autocracia desavergonhada, da corrupção generalizada, do nepotismo, bem como à presença da mão-forte do aparato de Estado em todos os aspectos da vida social, através da monopolização dos recursos e da

17 J. K. NYERERE, 1970a, p. 48.

18 M. KEITA, citado por L. SYLLA, 1977, p. 260.

19 F. TOMBALBAYE, citado por L. SYLLA, 1977, p. 260.

20 A. SÉKOU TOURÉ, 1977, citado por L. SYLLA, 1977, pp. 245-247.

21 P.-F. GONIDEC, 1983, p. 72.
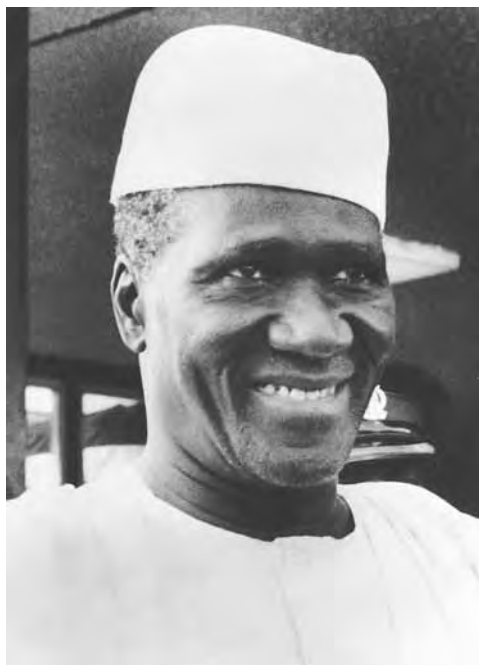
FIGURA 16.5 Ahmed Sékou Touré, presidente da República da Guiné de 1958 a 1984. (Foto: IMAPRESS, Paris.)

riqueza do Estado pelos dirigentes do partido ou pelas oligarquias militares e sua clientela. Ora, damo-nos de mais e mais conta que, embora o pluralismo não constitua, evidentemente, uma panaceia para os males políticos, ele é capaz de facilitar a concretização de um dos mais altivos valores políticos, a liberdade. Pois, finalmente e nos dias atuais, muitos africanos questionam-se sobre quais seriam as razões para a transformação do desenvolvimento e da unidade em valores absolutos. Desenvolvimento em proveito de quem? Unidade para quem? O que seria o desenvolvimento para aqueles situados à margem do aparelho partidário? Estas questões estão no cerne da revolução democrática que sacode a África no início dos anos 1990. Portanto, as reivindicações dos africanos, confluem para um retorno não somente aos valores democráticos liberais mas, igualmente, aos próprios valores que encarnam e simbolizam as suas divisas, os seus hinos e as suas bandeiras nacionais: a unidade nacional, o desenvolvimento, a liberdade e a justiça social.

Rumo a uma nova ética capitalista

Todavia, no seu impulso atual em favor do modelo de desenvolvimento liberal e democrático, a África, deveria ela percorrer todo o leque de privatizações e assumir a postura ocidental relativa à liberdade de mercado? A experiência pregressa aconselha a África, neste âmbito, a adiantar-se com prudência e a modificar, em certa medida, a sua postura. Primeiramente, todos os africanos puderam medir a força, ainda presente no continente, da pertinência étnica, com o seu correlato nepotismo e, por conseguinte, ao adotarem esta abordagem, não seria temeroso que o conjunto do mercado seja enquadrado ou esteja sobre o monopólio de uma ou duas etnias? Desde logo, não seria necessário que a África estabelecesse uma espécie de "legislação antitruste" étnico, intuindo impedir ou quebrar os "monopólios étnicos", à imagem daqueles mantidos, nos primórdios da independência, pelos ibo, na Nigéria, ou pelos kikuyu, no Quênia?

O segundo grande ensinamento da História consiste na maneira através da qual o móbil do prestígio, no tocante ao comportamento econômico africano, conduziu a um consumo ostentatório e a um exibicionismo "aristocrático" e monárquico desenfreado. A Mercedes é na África o símbolo permanente da vaidade ostentatória mas, há lugares, como a Nigéria, nos quais a onerosa frota de automóveis está, por vezes, arregimentada em meio a um ou dois palácios, um avião e um helicóptero privados e um trem ordinário, este conjunto em proveito de uma única família!

Se o móbil do lucro, na teoria econômica clássica, é supostamente capaz de incitar uma maior produção, o móbil do prestígio, no referente ao comportamento econômico africano dos tempos atuais e quanto a ele, incita um maior consumo. Ademais, os produtos de consumo de maior prestígio são frequentemente importados e pagos em divisas. Em si, a privatização não provoca uma maior produção na economia africana. O móbil do prestígio funciona tanto no âmbito privado quanto ao nível do Estado e devora monstruosamente os recursos do país.

Quando os ocidentais exortam os países africanos a privatizar, eles contam com os efeitos da liberdade concedida ao móbil do lucro. Ora, na realidade, na maior parte do continente africano, não se trata simplesmente de liberar e ativar o móbil do lucro, mas, além disto, de dominar e reprimir o móbil do prestígio. Podemos sustentar que, entre as duas cruzadas, a mais urgente continua sendo a segunda.

A bem da verdade, a cruzada das cruzadas poderia perfeitamente consistir em encontrar os meios capazes de levar o móbil do prestígio de tal forma a fazer-lhe servir aos fins da produção e não somente aos apetites do consumo. Não seria necessário que a África tornasse a criatividade e a produção mais prestigiadas que a posse? Não seria imperativo que os africanos se interessassem mais proximamente aos problemas ligados aos estímulos no continente? Como afinar a sensibilidade do equilíbrio africano entre o prestígio e o lucro?

Um terceiro grande problema de ordem privada a pesar sobre o mercado (além do nepotismo étnico e do móbil do prestígio) é o problema geral das práticas de corrupção, comuns na África pós-colonial. A corrupção pode bloquear os procedimentos e ter um efeito paralisante sobre a produção e a distribuição. Ela pode incidir, simultaneamente, sobre o setor público e o setor privado; ela pode ser burocrática ou onipresente. A privatização da economia corre o risco de simplesmente traduzir-se pelo tráfico de influência ou, pela privatização da corrupção – por vezes o mal mais contagioso para o conjunto da sociedade, comparativamente à corrupção dos funcionários e dos burocratas.

O capitalismo chegou à África sem a "ética protestante" do trabalho e da frugalidade. Em termos econômicos, o protestantismo não se posicionava contra o instinto de aquisição; ele desconfiava do instinto de consumo, sobretudo com a finalidade de obter prazer. Segundo um dito puritano da época da Reforma, "Trabalhe para tornar-se rico para Deus mas, não para a carne e o pecado!" A riqueza não era considerada como contrária à moral senão quando ela incitava a ociosidade e a uma complacência culpável. A aquisição de riquezas não era perigosa senão quando ela solapava os princípios gêmeos do trabalho e da frugalidade, em nome de Deus.

Em sua chegada à África, o capitalismo trouxe o imperativo da aquisição sem a disciplina do trabalho e da frugalidade. O próprio homem branco, quanto a isto, fornece-nos um perigoso exemplo. Ele jamais era visto lavando a sua própria roupa, cozinhando, engraxando os seus sapatos, arrumando a sua cama ou o seu próprio aposento, nem mesmo servir-se do álcool em seus aperitivos. O luxo da vida aristocrática dos colonos brancos, conduzindo-os a serem os mestres dos serviçais africanos, prestou um desserviço ao capitalismo trazido pelo homem branco. O móbil do prestígio propriamente africano, traço que em suas versões originais possuía um caráter convivial, foi transformado pelos estilos de vida aristocráticos importados pelo homem branco. O móbil do prestígio na África, desde então, encarnou-se na esbanjadora cultura de consumo à moda europeia, com as suas imensas mansões e os seus criados, domésticos e jardineiros.

Se a ideologia do espírito empreendedor reduz-se à necessidade de aquisição, é possível dizer que ela apresenta-se hoje como um fato consumado em boa parte do continente africano. A tal ponto que, eventualmente, faz-se chacota daqueles indivíduos avessos a tirarem proveito das possibilidades que lhes são oferecidas, tocantes ao seu enriquecimento e aos eventuais possíveis favores ofertados à sua parentela.

A questão crucial é parcialmente relativa aos meios empregados para alcançar a riqueza. Cabe saber se ela foi criada ou simplesmente obtida. Adquirir a riqueza por meio de uma firme dedicação é um processo criador. Enriquecer-se na qualidade de intermediário à custa de interesses externos ou pela corrupção pode nada ter a ver com algo criador. A questão consiste em saber se é possível transformar o instinto de aquisição na África em algo mais diretamente produtivo.

Entretanto, se é necessário que os meios para alcançar a riqueza sejam criadores, faz-se igualmente mister que os fins próprios a esta aquisição sejam consequentes. Ora, o consumo ostentatório não figura, por via de regra, entre as finalidades mais sadias do sucesso econômico. Em suma, é preciso uma fundamental reforma da ideologia africana no que diz respeito ao espírito empreendedor, aos dois níveis, meios e fins, da busca pela riqueza em sociedade. Enquanto este processo não se consumar, a privatização das economias africanas, longe de ser o melhor meio para garantir a saúde e a liberdade do mercado, corre o risco, ela própria, de atuar em detrimento do mercado. Aos observadores suficientemente perspicazes, a experiência africana comprova que a privatização não é, necessária nem integralmente, a melhor proteção, em todas as culturas, para a liberdade de mercado. Ela exige, muito amiúde, outras medidas de salvaguarda da ordem social, moral e jurídica.

Conclusão: cronologia da ideologia

A história consiste parcialmente em uma tentativa de identificação das tendências. Mas, as tendências da história, das ideias e dos valores são particularmente difíceis a apreender. Que poderíamos nós dizer, ao final das contas, da África após 1935? Quais tendências em seu seio poderíamos nós discernir nos domínios dos valores e das ideias?

Em linhas gerais, identificamos na história ideológica africana o familiar debate entre coletivismo e individualismo. Igualmente desvelamos o debate entre pluralismo e nacionalismo, a englobar questões tão diversas quanto as

referentes à democracia e ao pan-africanismo ou aquelas em respeito ao Estado e à etnicidade.

Este capítulo abordou, outrossim, o que Nkrumah chamou consciencismo, em outras palavras, o jogo de forças entre a cultura autóctone, o islã e a civilização eurocristã. E. W. Blyden precedera Nkrumah na visão desta tríade. Ali Mazrui levou-a mais adiante, em sua série de emissões televisivas intituladas The African: a triple heritage, bem como em seu livro publicado paralelamente sob o mesmo título.

Mas, na realidade concreta da África, poder-se-ia identificar nitidamente tendências que, de fato, corresponderiam a subdivisões do período transcorrido desde 1935? Nós já evocamos a idade do ouro da aliança entre o pluralismo e o nacionalismo, a saber, o período correspondente aos últimos anos do regime colonial. Os nacionalistas africanos retomam então o discurso liberal e pluralista contra os seus mestres ocidentais. As palavras de ordem liberais servem à causa nacionalista.

No curso dos anos 1960, a maior parte do continente africano sofre com o autoritarismo. Sistemas baseados no partido único, golpes de Estado militares e autocracias presidenciais estão em plena ascensão durante boa parte desta primeira década da independência africana. Muitos regimes, embora engajados na via capitalista, reclamam-se então do socialismo. Nos primeiros anos da independência do Quênia, era possível ouvir um ministro de Jomo Kenyata, da importância de Tom Mboya, falar entusiasticamente do "socialismo africano".

O socialismo árabe era, igual e fortemente, reivindicado em uma parcela da África do Norte. Os anos de 1960 correspondem à última década de Gamāl 'Abd al-Nasser no poder. Ele dedica-se, em parte e durante estes anos, a consolidar as mudanças "socialistas" introduzidas no Egito e, também parcialmente, a desenvolver vigorosas políticas pan-árabes, pan-africanas e não alinhadas vis-à-vis das questões internacionais. Ele morreria em 1970.

Ahrmed Ben Bella é deposto na Argélia, em 1965, entretanto, o regime do seu sucessor, Houari Boumediene, prossegue com a política de socialismo de Estado que havia sido preconizada pela jovem revolução argelina. Muammar el-Kadhafi derruba o rei Idrīs em 1969, empreendendo sem tardar o estabelecimento de uma versão líbia do socialismo promotor do bem-estar, ulteriormente chamado por ele "a terceira via".

Durante todos os anos 1960, contudo e quase invariavelmente por toda a África, procurar-se-ia em vão uma declaração celebrando abertamente o marxismo-leninismo, na qualidade de ideologia oficial. Estes anos foram, de uma forma geral, marcados pelo entusiasmo socialista, embora acompanhados

por uma atitude prudente frente ao marxismo-leninismo. Com efeito, regimes como aquele dirigido por al-Nasser, no Egito, foram, simultânea e fortemente, socialistas e antimarxistas. Muitos comunistas egípcios foram encarcerados por al-Nasser.

Quando Dja'far al-Nimayri organiza o seu golpe de Estado no Sudão, em 1969, apoia-se em uma forte aliança com os comunistas sudaneses. Mas, esta última teria curta duração. Os partidários desta aliança virar-se-iam uns contra os outros e seria al-Nimayri quem triunfaria. Politicamente fracionada, a Nigéria não elaborou ideologia assimilável e adaptada a toda nação. Pode-se, contudo, discernir tendências de esquerda, não somente nas universidades, mas, igualmente, junto ao chefe Obafemi Awolowo. O comunismo é quase totalmente ausente.

Seria preciso esperar os anos 1970, para ver o marxismo-leninismo tomar uma dimensão maior no horizonte continental africano. Dois fatores foram determinantes no decorrer destes anos: houve, primeiramente, revoluções sociais em países como a Etiópia e Madagascar, advindas logo após o desmantelamento do Império português. A sublevação de 1974 na Etiópia talvez tenha representado a mais profunda revolução social africana, na segunda metade do século XX. O regime que sucederia aquele de Haïlé Sélassié viria em seguida declarar-se marxista-leninista. Países francófonos como Madagascar, Congo e Benin igualmente tomaram orientações marxistas-leninistas, embora estivessem elas quiçá mais inscritas nos discursos e muito menos notáveis em seus atos.

Com o desmantelamento do Império português, o marxismo-leninismo adquiriu alhures um suplemento de visibilidade. Angola e Moçambique declaram-se ambos Estados marxistas-leninistas e a Guiné-Bissau flertará durante certo tempo com a ideologia de esquerda.

A idade do ouro do marxismo-leninismo na África situar-se-ia ela durante o período compreendido entre 1970 e o final dos anos 1980? Consiste em um fato inconteste que ao final dos anos 1980, países como Moçambique, Benin e Congo estavam em vias de tomar a suas devidas distâncias, em nível governamental, perante a retórica marxista-leninista. Alguns não tardariam em renunciar, de forma cabal, ao rótulo de Estados marxistas-leninistas. Aproximadamente ao final dos anos 1980 e no início dos anos 1990, o pluralismo estaria ele no limiar de reafirmar-se na África? Um renascimento liberal estaria ele em curso? Como vimo-lo, muitos países reviveram constituições que restabeleceram o pluripartidarismo e as eleições abertas à disputa. O que não era possível prever com exatidão, era a durabilidade destas novas tendências pluralistas. Iriam

elas caracterizar ao menos os derradeiros anos do século XX? Isto restaria a ser comprovado.

Um último enigma histórico diz respeito à relação entre a exata natureza da política colonial, por um lado, e as suas consequências ideológicas pós-coloniais, por outro. Não existe praticamente nenhum país do continente africano, anteriormente sob o domínio do Reino Unido, que se tenha declarado Estado marxista-leninista. Em contrapartida, praticamente todos os países outrora sob domínio português, ao menos experimentaram o marxismo-leninismo, isto quando eles não o adotaram como ideologia oficial. Os países há muito tempo colonizados pela França situam-se em algum ponto entre o paradigma anglófono (excludente do marxismo-leninismo) e o paradigma lusófono (marxismo-leninismo muito expandido). A África francófona é ideologicamente diversa. Em quais medidas, as diferentes políticas coloniais das três potências imperiais comporiam o resultado de diferenças ideológicas pós-coloniais entre as suas antigas colônias? Por exemplo, a fortíssima opressão do regime colonial português explicaria a radicalização ideológica mais veemente das suas vítimas coloniais? Não há respostas fáceis a certas complexas questões históricas, impostas pela experiência africana mas, os graus diversos de repressão poderiam, perfeitamente, constar no rol dos fatores originários dos fenômenos.

Em todo o estado de coisas, as diferenças ideológicas pós-coloniais entre os países anglófonos, lusófonos e francófonos revelar-se-iam talvez de curta duração. É possível que os valores e as ideias trazidas pela colonização sejam, em definitivo, muito mais efêmeros que as continuidades culturais subjacentes da África autóctone.

O regime colonial obrigou indivíduos, os quais haviam outrora vivido em separado, à vida coletiva e, em contraste, dividiu os indivíduos que anteriormente estavam unidos. As tensões étnicas constituem conflitos de valores. Elas igualmente tornaram-se fonte da maior ameaça a pesar sobre a estabilidade e a democracia africanas. O desafio depende de uma ação determinada, baseada na integração nacional e na partilha vivida das ideias e dos valores. A África busca uma ideologia criadora.

Quando culturas múltiplas estão confrontadas umas às outras, no interior das fronteiras de uma mesma nação, as suas relações podem situar-se em níveis diversos de profundidade social. O grau mínimo de relação consiste na coexistência, na qual duas ou mais comunidades culturais não sabem senão infimamente a respeito das suas consortes. Cada uma pode possuir os seus próprios paradigmas conservadores de pensamento, fundados unicamente no aspecto étnico. O tradicionalismo autóctone pode reinar à sua moda neste domínio.

O segundo grau de relação está representado pelo contato, através do qual dois ou mais grupos constituem relações comerciais, participam em comum do mercado de trabalho, tornam-se membros de um mesmo partido político ou quando escutam as suas respectivas músicas. Acima de tudo, o contato deve implicar em uma partilha de ideias e na definição de prioridades comuns. As ancestrais tradições do ancião, do guerreiro e do sábio podem constituir o objeto de uma interação entre múltiplas culturas étnicas.

A terceira graduação de relação interétnica diz respeito à concorrência, em meio à qual os contatos derivam para uma rivalidade, com vistas à obtenção dos recursos, do poder ou das oportunidades sociais e econômicas. Os debates ideológicos e políticos são parte integrante deste estádio concorrencial da construção da nação. O capitalismo pode estar em conflito com o socialismo no cenário político. O individualismo pode estar na defensiva frente ao coletivismo.

O quarto grau de relação entre duas ou mais culturas étnicas corresponde à conquista, situação na qual uma das ideologias ou das culturas começa a ganhar proeminência. Uma ideologia, por exemplo, pode tornar-se mais influente que outras. Ou ainda, o sistema de valores recém dominante pode lograr reivindicar uma parte desproporcional do poder, dos recursos ou das oportunidades socioeconômicas. O nepotismo pode assim prevalecer mesmo em um regime socialista. O pluralismo pode ser abafado pela hegemonia política e o monopólio do poder.

O quinto grau de relação entre as culturas refere-se ao compromisso. Neste estádio, as ideologias, os valores políticos e as tradições em disputa encontram um modus vivendi, uma fórmula aceitável de superação dos conflitos e uma base viável de parceria social. O individualismo pode reconciliar-se com o coletivismo e o pluralismo com o nacionalismo.

O sexto grau de relação é aquele ligado à coalescência, no qual os valores e as identidades dos grupos políticos começam a fundir-se e onde as suas fronteiras tornam-se de menos em menos distintas. As culturas, os valores e as ideologias, quiçá inclusive as línguas, entrelaçam-se e um sentimento de identidade maior começa a desprender-se. Esta identidade ampliada poderá constituir a consciência nacional. O sentimento étnico amalgama-se com a consciência nacional. Uma ideologia nacional está provavelmente em vias de elaborar-se.

Em certos países africanos, as divisões ideológicas recebem, em suplemento, a influência das relações internacionais e de fatores econômicos. É preciso, contudo, guardar presente no espírito que a diplomacia e a economia são, muito amiúde, fatores de integração tanto quanto de divisão. O equilíbrio varia de sociedade a outra. O não alinhamento pode consolidar, no interior das fronteiras, o sentido de identidade nacional.

A luta pela integração nacional e pela construção do Estado apenas começou na África. O diálogo ideológico e a integração cultural são parte integrante da elaboração do sentido da nação e da consolidação da identidade coletiva na era pós-colonial.

Esta tendência social deveria incorporar as contribuições coletivas dos pensadores e dos intelectuais da África, aos quais seria permitido operar livremente. Os aspectos mais inovadores do individualismo podem verdadeiramente aliar-se aos aspectos mais humanistas do coletivismo. Somente então, o Estado e a nação na África serão capazes, em lugar de destruírem-se mutuamente, engajarem-se, enfim, em um processo de construção e de enriquecimento mútuo.

SEÇÃO V

MUDANÇAS SOCIOCULTURAIS APÓS 1935

CAPÍTULO 17

Religião e evolução social

Tshishiku Tshibangu em colaboração com
J. F. Ade Ajayi e *Lemim Sanneh*

> "A nossa sociedade não é a antiga sociedade, mas uma nova sociedade expandida pelas influências eurocristãs e islâmicas. Uma nova ideologia é portanto necessária, uma ideologia que possa afirmar-se em uma definição filosófica mas, que seja, a um só tempo, uma ideologia que não abandonaria os princípios humanos e originais da África [...] uma ideologia cujo objetivo seria agregar à experiência africana a presença islâmica e eurocristã, bem como a experiência da sociedade africana tradicional[1]."

A religião, foi-nos dito, impregna toda a trama da vida individual e comunitária da África. O africano é um ser "profunda e incuravelmente crente, religioso". Para ele, a religião não é simplesmente um conjunto de crenças mas, um modo de vida, o fundamento da cultura, da identidade e dos valores morais. A religião constitui um elemento essencial da tradição a contribuir na promoção da estabilidade social e da inovação criadora[2]. Não é portanto surpreendente que Kwame Nkrumah, em seu programa de transformação social e em sua busca por uma nova ideologia capaz de guiar esta transformação, tenha visto na religião, simultaneamente, um recurso a explorar e um problema a conter. Ele estima que a sociedade africana esteja ancorada na religião tradicional, mesmo tendo sido expandida pelas influências eurocristãs e islâmicas. No capítulo dos elementos

---

1 K. NKRUMAH, 1964, pp. 93-97.

2 Presença africana, 1972; V. MULAGO, 1980; M. GLÉLÉ, 1981.

positivos, ele considera a nova ideologia como a "gênese" das três grandes tradições religiosas na África. Mas, se quisermos a "harmonia social", o fator religioso deve também responder a uma exigência: a nova ideologia deve poder "se afirmar em uma definição filosófica", ou seja, em termos seculares, sem renunciar aos valores fundamentais da religião africana tradicional ou à experiência histórica africana, tanto do islã quanto do cristianismo.

O problema da religião na transformação social da África decorre, a um só tempo, do vigor do sentimento religioso e da pluralidade de religiões. A religião tradicional africana consistiu, especialmente, em um meio de explorar as forças da natureza e de sistematizar os novos conhecimentos sobre o ambiente humano e físico. Em seu desejo de compreender os múltiplos aspectos da natureza e de fazer frente a eles, o africano identificou várias divindades e instaurou numerosos cultos. A religião tradicional africana não fazia proselitismo e era aberta. Ela tolerava a inovação religiosa como manifestação de um novo saber, sempre esperando interpretar e interiorizar estes conhecimentos no âmbito da cosmologia tradicional. Desta forma e paulatinamente, o cristianismo à imagem do islã, desenvolveu-se na África, inicialmente, em uma relação simbiótica com a religião tradicional. Entretanto, o cristianismo e o islã apresentam-se como religiões a praticarem o proselitismo, afirmando ambas serem as únicas a terem tido a revelação da Verdade, elas são violentamente concorrenciais e não toleram coexistir com outras religiões, particularmente uma em relação à outra. Em razão desta rivalidade, o cristianismo dos tempos de outrora desapareceu completamente na África do Norte e no vale do Nilo, não subsistindo senão junto aos bacotas no Egito e na Etiópia. A partir dos movimentos periódicos de reforma e de purificação religiosa, nasceu todo um leque de situações a compreenderem, sem solução de continuidade, desde a reinterpretação do islã e do cristianismo no quadro da cosmologia tradicional africana até situações nas quais estas mesmas regiões forneciam a cosmologia mas, no seio das quais o pensamento social africano lhes conferia um caráter autóctone. Assim sendo, a pluralidade religiosa tornou-se uma característica essencial da sociedade africana, conhecedora de forma tão específica daquilo que Nkrumah denominava "a experiência africana da presença islâmica e eurocristã".

As atividades conduzidas pelas missões cristãs em toda a África no século XIX no rastro da colonização complicaram a situação religiosa. No passado, o grau de africanização do cristianismo e do islã dependia da autonomia, social e política, das populações. Com a perda de autonomia devido ao colonialismo, a religião tradicional africana foi relacionada, no espírito de grande número de africanos, a uma África do fracasso e subjugada. Muitos proclamaram então

a sua adesão ao cristianismo ou ao islã, símbolos para eles, da evolução, do progresso e do porvir, sem necessariamente abandonar a antiga cosmologia ou as suas crenças religiosas profundas. A educação ocidental, em grande parte patrocinada pelas missões cristãs, tornou-se, simultaneamente para o africanos, um meio de satisfazer a sua aspiração pela aquisição de novos conhecimentos e da tecnologia europeia, bem como o instrumento que separou-os da sua cultura tradicional.

Assim sendo, o problema consistiu, para Nkrumah e os outros dirigentes do período da descolonização, em concretizar a transformação social e criar uma nova sociedade, considerando a força das crenças religiosas, mas, igualmente, a existência de um enfraquecimento das diferentes visões religiosas da sociedade. Qual papel deveria caber à religião tradicional? Até que ponto era possível ser um cristão ou um muçulmano fiel permanecendo um bom africano? Este conflito de valores e ideologias provocaram, na vida privada dos indivíduos e das comunidades, um traumatismo, transformado em tema para muitos de seus romances. No que lhes diz respeito, os historiadores interessaram-se nas crises provocadas no espaço público pelo fato religioso, eles estudaram: o papel das diferentes tradições religiosas durante os combates pela libertação ocorridos no Quênia, no Zimbábue, no Marrocos, na Argélia, no Senegal, no Zaire e na Zâmbia; o fator religioso, no curso das lutas travadas por diversos grupos em prol da partilha do poder político e econômico, da dominação e controle sobre a educação, bem como sobre a política externa e as relações exteriores; os conflitos entre os grupos religiosos à caça de autonomia no interior de um Estado, temerosos em outorgarem-se o monopólio do poder, ou entre as minorias religiosas resistentes a um grupo dominante que buscava impor a sua própria fé intuindo dela fazer a religião nacional e o único fundamento dos valores e do acesso aos recursos políticos e econômicos do Estado[3].

Cada qual sabe o quanto é difícil obter estatísticas exatas[4], por diversas razões: os recenseamentos nacionais são raros ou inexistentes, as estatísticas constituem um desafio na luta pelo poder entre grupos iguais e, finalmente, nem sempre se sabe, em qual momento aqueles pretensos adeptos do islã ou do cristianismo, efetivamente, abandonaram a religião tradicional e, tampouco, quando

3 Para uma lista sucinta das fontes, conferir E. FASHOLE-LUKE e colaboradores, 1978; A. HASTINGS, 1979; M. O. BESHIR, 1968; A. F. WALLS, 1978; Gatta Gali NGOTHE, 1985; D. Ndogo BIDYOGO, 1977.

4 Comparar, por exemplo, as duas séries de estatísticas bem diferentes de Uganda, em 1977, em Pro Mundi Vita (Bruxelas), 1985, e M. GLÉLÉ, 1981.

eles retornaram a esta última. É verossímil que, em 1935, aproximadamente 80% da população africana total repartia-se, em parcelas mais ou menos equivalentes, entre o islã e o cristianismo, provavelmente com uma leve vantagem numérica do islã. Desde então, o islã e o cristianismo afirmaram, ambos, terem progredido, em detrimento da religião tradicional africana, embora se tenha recentemente identificado um vasto movimento de renovação da religião tradicional. Certos países da África Central e Austral, para os quais as estatísticas indicam, em regra, uma adesão quase total ao cristianismo, constatam atualmente uma sobrevivência ou uma renovação considerável das crenças tradicionais.

Igualmente importante é a repartição nacional dos fiéis (conferir figura 17.1). Não há países de população integralmente, ou quase integralmente muçulmana, nos quais o islã tenha sido proclamado religião de Estado, aplicada ou não a *sharī`a.* Trata-se especialmente do Marrocos, da Tunísia, da Argélia, da Líbia, da Somália, das Ilhas Comores e da Mauritânia. O Egito é majoritariamente muçulmano, embora abrigue uma importante minoria cristã, responsável por menos de 10% da população, proporção semelhante àquela apresentada no Senegal. Em muitos países, a proporção da repartição numérica entre cristianismo e islã constitui um desafio político relevante, como no Sudão, na Etiópia, no Tchad, na Nigéria, em Camarões e na Tanzânia. Alguns destes países declaram oficialmente em sua Constituição que o Estado é, no tocante à religião, "neutro" ou "laico". Na prática, todos os dirigentes africanos fazem parte de uma elite formada em escolas ou instituições religiosas, invariavelmente, cristãs ou islâmicas. Conquanto proclamem a necessidade do renascimento dos valores e dos princípios tradicionais africanos, poucos dirigentes, independentemente de suas próprias crenças ou práticas, ousaram enfrentar as suscetibilidades religiosas dos cristãos ou muçulmanos, abraçando abertamente a religião tradicional.

Persistência da religião tradicional

A importância da religião tradicional africana[5] vai muito além do que se poderia crer, mediante a leitura das estatísticas, as quais avaliam os seus fiéis em cerca de 20% da população africana total. Para grande número de cristãos e muçulmanos, os valores morais continuam a emanar, com maior ênfase, da antiga cosmologia, muito mais que das suas novas crenças: manifesta-se sempre respeito pelos ancestrais, especialmente através de libações, crê-se ainda que

5 Presença africana, 1972; M. Glélé, 1981.

FIGURA 17.1 Repartição do cristianismo, do islã e da religião tradicional africana na África, segundo estimativas de cada religião. (Fonte: Word Almanac and Book of Facts, New York, 1991. Pharos Book, 1990.)

eles intervenham na vida dos seus sucessores, que existam forças do bem e do mal, passíveis de manipulação pela acessão direta às divindades, por meio das orações e do sacrifício, que os talismãs e os amuletos sejam eficazes para afastar o mal, e assim, sucessivamente. A fé nos espíritos ou na bruxaria, nas relações sociais, sempre consiste em um fator importante, inclusive, à margem do círculo daqueles que admitem praticar a religião tradicional. Mesmo quando estas crenças e práticas deixam de ser consideradas um assunto religioso, continua-se a observá-las como costumes, tradições e elementos do patrimônio cultural. Desta forma, a solidariedade, constatada em meio a numerosas famílias expandidas, clãs ou comunidades, articula-se todavia em torno de algumas crenças em espíritos ancestrais, venerados periodicamente nos ritos conduzidos por sacerdotes.

Existe toda uma extensão da vida africana que o islã e o cristianismo invadiram sem contudo lograr dominar em sua totalidade: trata-se justamente de todos os aspectos ligados à saúde e à cura. A sociedade tradicional africana tinha uma visão muito ampla sobre a saúde, envolvendo o bem estar na vida cotidiana, o sucesso em sua propriedade rural ou em seu trabalho, qualquer fosse ele, a saúde das crianças, a sua felicidade na escolha de um parceiro para a vida, e assim, sucessivamente. Na religião tradicional, os males físicos não representam senão um sintoma de saúde deficiente que pode derivar da cólera de uma força malévola a qual pode, ela mesma, provir de algum malefício ou da má qualidade das relações do interessado com os seus vizinhos, com um ancestral ou com uma divindade. Para recuperar a saúde do enfermo, o curandeiro devia interrogar o doente sobre o conjunto das suas relações e, mediante a oração, o sacrifício ou ambos, ele solucionaria o problema. Em caso de necessidade, o sintoma físico seria posteriormente tratado com ervas ou feitiços. Muitos cristãos e muçulmanos continuaram a frequentar os curandeiros tradicionais e os feiticeiros. Grande número de mestres muçulmanos profere os seus conselhos médicos, fabricando talismãs e amuletos para aqueles, dentre os seus clientes que têm acesso às práticas tradicionais de cura. O novo impulso atualmente conhecido pela religião tradicional deve-se, em grande parte, ao reconhecimento pelas autoridades, muito mais que outrora, o importante posto que os sistemas tradicionais de cura ainda mantêm em relação à prestação de cuidados médicos. Graças a este reconhecimento oficial, aqueles que continuam a recorrer aos sistemas de cura tradicionais, podem fazê-lo mais abertamente, mesmo quando se trata de membros bem posicionados da elite ocidentalizada.

Do mesmo modo, constata-se nos dias atuais uma melhor apreciação nos méritos das tradições orais na África, até então alimentadas pela religião tradicional, mas desde logo estudadas pelas suas qualidades espirituais, literárias,

filosóficas e humanísticas, independentemente das crenças religiosas. Estas tradições não foram, até o momento, senão muito parcialmente consignadas por escrito ou incluídas em obras eruditas. Justamente nestas fontes orais, podemos encontrar a sabedoria acumulada em várias gerações de africanos. A elite formada à moda ocidental, ao se apartar desta abundante fonte original da sua cultura, padece de graves insuficiências no plano do seu enriquecimento mental e no florescimento da sua criatividade. O equilíbrio e a dignidade dos indivíduos interioranos, considerados iletrados, provêm, em larga medida, daquilo que eles continuam a seguir a partir destas ricas tradições culturais. Faz-se primordial notar a importância do patrimônio de conhecimentos científicos no campo da agricultura e da saúde, veículo destas tradições, e fruto de séculos de atenta observação, experimentações e prática. Grande parte deste saber foi transmitida no quadro da formação dos sacerdotes e dos feiticeiros, em muitas localidades, conservada meticulosa e rigorosa. Esta educação é constituída de numerosas noções sobre botânica, zoologia, farmacologia e matemática, de um corpo de conhecimentos sobre as propriedades das plantas e dos animais, de um sistema de cálculos complexos probabilísticos e de informações sobre o poder das palavras e números[6]. Certamente, se fosse possível separá-los da religião tradicional, não há sombra de dúvida que seria a sua associação com as crenças religiosas a responsável pela sobrevivência destes sistemas de conhecimento e de pensamento, sobre os quais, essencialmente, apoiam-se os africanos buscando reivindicar uma cultura específica e afirmar a contribuição da África ao conjunto de ideias da humanidade. Este corpo de ideias deveria desempenhar um papel na reeducação dos grandes intelectuais da África, se quiséssemos fazer renascer e relançar os esforços criativos.

Não é menos verdade que, relativamente a muitos africanos e na qualidade de *corpus* de ideias religiosas, a religião africana tenha adquirido um valor autônomo próprio[7]. É paradoxal a constatação, segundo a qual, enquanto os africanos formados à moda ocidental abandonavam a religião tradicional, sem sequer conhecê-la, por outro lado e com maior ênfase no Novo Mundo, em Cuba, no Brasil, no Haiti e alhures, muitos escolhiam-na, deliberada e preferencialmente ao cristianismo e ao islã, em razão das suas profundas qualidades espirituais. Numerosos são aqueles que assim encontraram uma síntese estável entre os valores espirituais do cristianismo e aqueles da religião tradicional africana. No

6 Diversos pesquisadores começam a chamar a atenção para os conhecimentos científicos no campo da agricultura e da saúde. No tocante à matemática do sistema de divindades yoruba, ver O. LANGE, 1985.

7 A. HAMPATÉ BÂ, 1972; K. MABIKA, 1965; C. A. DIOP, 1957.

Novo Mundo, a própria valorização acordada desempenhou um papel na retomada do interesse da religião tradicional, papel este, na África, desempenhado pelos membros da elite educados à moda ocidental.

Ainda recentemente, os adeptos da religião tradicional pouco requeriam do Estado em sua luta pelo poder, travada entre os grupos, para controlar a educação ou os recursos econômicos. Entretanto, os dirigentes evocavam, muito amiúde, as fontes culturais da religião tradicional no curso do processo de descolonização, não unicamente ao nível das companhias de balé e dos festivais de arte onipresentes, mas igual e mais seriamente, na busca por uma ideologia, por uma teologia ou por uma filosofia africanas, na qualidade de fontes do renascimento e da criatividade para o continente. Contudo, alguns chefes tradicionais, mesmo na qualidade pessoal de cristãos ou muçulmanos, começam a julgar necessário conferir maior ênfase ao fundamento religioso das entidades políticas pré-coloniais, no decorrer da luta, por eles travada, com o objetivo de evitar serem eclipsados na ordem sociopolítica pós-colonial. Inclusive, associações de curandeiros tradicionais[8] sublinham, também elas, a necessidade do Estado em aplicar recursos nos sistemas tradicionais de cura, os quais permanecem, como vimos, extremamente importantes.

Cristianismo, descolonização e desenvolvimento

É o cristianismo que melhor ilustra o papel contraditório, a um só tempo positivo e fonte de problemas, da religião na transformação social da África. Por um lado, não resta dúvida que o cristianismo foi bem acolhido e que a sua expansão explica-se através da sua participação direta no desenvolvimento da África[9]. O seu papel na promoção da educação ocidental em diferentes níveis (ensino primário, secundário, na formação de professores e, também eventualmente, no âmbito do ensino técnico e universitário) esteve no cerne do desenvolvimento africano. Em toda África, salvo nas regiões predominantemente muçulmanas, as potências coloniais com maior frequência contentaram-se em reservar aos missionários a tarefa de garantir a educação, mediante uma ajuda financeira, através dos impostos. Os missionários não se interessaram unicamente pela educação ocidental; eles dedicaram-se ao estudo de línguas africanas, à elaboração de ortografias, aos estudos linguísticos iniciais e à tradução da Bíblia e de outras

8 M. LAST e G. L. CHAVUNDUKA, 1986.

9 J. MBITI, 1962; R. SASTRE, 1962.

obras religiosas, no sentido de criar uma nova tradição literária em línguas africanas e de promover a alfabetização. As missões cristãs dominaram igualmente o comércio dos livros, a impressão e a edição, as livrarias e bibliotecas. Elas desempenharam o mesmo papel que os pioneiros na introdução dos cuidados médicos ocidentais, por ocasião da fundação das primeiras clínicas e hospitais. Assim sendo, um dos grandes atrativos do cristianismo residia nos importantes esforços por ele empreendidos na implementação de medidas progressistas e no encorajamento dos seus fiéis a ultrapassarem os limites da sociedade tradicional e alcançarem um mundo em vias de modernização, transição considerada um dos principais objetivos da colonização, mas em nada promovida e preparada pelas políticas coloniais postas em prática.

Por outro lado, o cristianismo se desenvolvera em estreita colaboração com o colonialismo, enquanto o islã e a religião tradicional estavam, sobretudo, distantes e eram, por vezes e inclusive, hostis a ele. Quanto aos missionários europeus e americanos, guardadores de um forte domínio sobre as Igrejas por eles fundadas, eles eram mais próximos, no pensamento e nos atos, dos funcionários coloniais e dos colonos europeus, comparativamente aos seus colegas, assistentes e párocos africanos. Em 1935, numerosos missionários estimavam que os africanos não poderiam ocupar, no interior da Igreja, postos de responsabilidade comparáveis àqueles por eles ocupados no século XIX, antes da instauração do regime colonial. Os estabelecimentos religiosos faziam parte, portanto, das estruturas coloniais, as quais os movimentos independentistas e africanos tentavam descolonizar[10].

A maioria dos dirigentes recebera uma educação ocidental mas, eles estavam, contudo e extremamente, conscientes do fato que esta última implicava certo grau de colonização mental, de submissão forçada às ideias ocidentais e de alienação em relação às raízes da cultura africana. Faltava-lhes, primeiramente, transcender estes obstáculos e, tirando partido do trabalho dos missionários em respeito às línguas africanas, reatar contato com o pensamento e os valores africanos, utilizando-os com vistas a possibilitar vislumbrar uma nova sociedade africana. Assim sendo, a descolonização deveria começar pela Igreja; era preciso não somente desta última transformar as estruturas e substituir as autoridades eclesiais europeias pelas africanas, assim como buscar africanizar as suas formas e o seu conteúdo, sem perder a essência dos valores cristãos. Este esforço, pela africanização da Igreja cristã, foi conduzido simultaneamente pelos católicos e

10 A. HASTINGS, 1979.

pelos protestantes, entretanto e habitualmente, admitia-se que o problema não se limitava à questão do controle, do conteúdo e da forma das Igrejas cristãs. Com efeito, era toda a estratégia de desenvolvimento que estava em questão: a busca por uma ideologia da transformação social, evocada por Nkrumah, a adaptação da ciência e da tecnologia ocidentais, a busca de uma filosofia africana e a definição da identidade do africano no mundo moderno.

Um dos mais influentes documentos, em matéria de africanização da Igreja, foi a obra coletiva que expôs os diversos problemas em jogo, publicada por dignitários africanos da Igreja católica em 1956 e intitulado: *Padres negros interrogam-se*. Simultaneamente, a Sociedade Cultural Africana, estabelecida em Paris e dirigida por Alioune Diop, enxergava nestes problemas o elemento central do debate sobre a negritude. Diop utilizou a revista *Présence Africaine* para desenvolver um fervoroso debate sobre o pensamento religioso africano e, mais especificamente, sobre a pesquisa teológica. Desta forma, em 1959, por ocasião do segundo Congresso dos Escritores e Artistas Negros, realizado em Roma, constituiu-se uma subcomissão de teólogos e de filósofos africanos. Em 1962, no momento da realização do Concílio Vaticano Segundo, Alioune Diop realizou uma pesquisa de opinião junto aos intelectuais cristãos africanos e, em 1963, publicou uma edição especial da revista, tratando dos trabalhos deste concílio, sob o título *Personnalité africaine et catholicisme*. Diop também foi o animador de três colóquios internacionais: em Abidjan, no ano de 1961, com a temática "As religiões africanas", em geral; em Cotonou, no ano de 1970, sobre "As religiões africanas como fonte de valores civilizatórios", e em Abidjan, no mês de setembro de 1977, referente à "Igreja católica e civilização negra". Em 1977, o Colóquio do Festival Mundial da Arte e da Civilização Negras Africanas (FESTAC) igualmente comportava uma importante seção em respeito à religião[11].

A busca, por modelos em favor da africanização da Igreja cristã na África, prosseguiu não somente no seio do catolicismo mas, igualmente em meio às Igrejas protestantes. Ademais, católicos e protestantes deram-se conta que os problemas não deveriam ser tratados sob uma ótica sectária, em razão disto eles empreenderam esforços para trabalharem conjuntamente, em níveis não somente pan-africanos, mas também ecumênicos. Notemos a este respeito o encontro de teólogos africanos organizado em Ibadan, no ano de 1969, pelo Conselho Ecumênico das Igrejas. Muitos institutos, como o Centro de Estudos das Religiões Africanas, de Kinshasa, tentaram refletir este ecumenismo pan-

11 Ver o Bulletin de théologie africaine publicado na cidade de Kinshasa, em francês, inglês e português. Sobre o FESTAC, conferir M. AMODA, 1978.

Figura 17.2 Por ocasião de um encontro de teólogos do Terceiro Mundo, no Cairo, membros da AOTA visitam o patriarca da Igreja copta do Egito. (Foto: Archives de l'Ecumenical Association of African Theologians.)

-africano, tanto em suas revistas *(Cahiers des religion africaines)* quanto em seus colóquios – "Cristianismo e Religiões Africanas" (1978), "Cristianismo e Formas Africanas de Espiritualidade (1983), "Mediações Africanas do Sagrado – Celebrações Criativas e Linguagem Religiosas" (1986). Todas estas iniciativas favoreceram a criação da Associação Ecumênica dos Teólogos Africanos (AOTA). Invariavelmente, é possível identificar três tendências no tocante à abordagem da questão relativa à teologia africana:

Inicialmente, a abordagem consistia em explorar a teologia da religião tradicional africana sob as suas diversas formas: natureza e atributos do Ser Supremo, natureza e significado do sacrifício, papel das orações e dos rituais religiosos. Distintos dos esforços empreendidos pelos antropólogos e etnólogos agnósticos, geralmente europeus, estes estudos eram o produto de dignitários cristãos e teólogos africanos, os quais consideravam a religião tradicional africana como uma preparação ao Evangelho Cristão, buscando neste quadro espiritual africano, os valores espirituais susceptíveis de trazer uma concepção mais clara aos africanos no tangente à mensagem do Evangelho.

A segunda tendência rejeitou esta *démarche*, estabelecendo uma distinção entre a teologia da religião tradicional africana e a teologia africana propriamente dita. Rejeitou-se sugerir um diálogo entre ambas. Aos seus olhos, a teologia africana aparece na qualidade de pensamento dos teólogos cristãos africanos, derivada do contato com a Bíblia, interpretada à luz da experiência histórica e da realidade africanas, no contexto de um diálogo com a teologia cristã em outras regiões do mundo não ocidental.

Assistiu-se, igualmente, como terceira vertente, à emergência de uma teologia negra ou teologia da libertação, sobretudo na África do Sul, inspirando-se na fé bíblica expressa nas línguas africanas e consoante com as categorias africanas, assim como respirando os ares da experiência e das reflexões dos povos oprimidos em luta pela sua liberação, como os Negros da América do Norte , os Ameríndios e os grupos marginalizados da América Latina[12].

Paralelamente a esta busca por uma nova teologia, tentou-se igualmente organizar e estruturar a liturgia e elaborar um sistema de ritos sacramentais que, embora fiéis às fórmulas recebidas dos cristãos, levasse em consideração a realidade africana. Perguntou-se, por exemplo, qual seria o possível papel cabível aos estilos e aos instrumentos musicais africanos, bem como descobrir as possíveis adequações entre os ritos cristãos do batismo, do casamento e do sepultamento, por um lado, e as instituições familiares africanas a serem devidamente consideradas nas quais, a atribuição de um nome ao recém-nascido consiste em um assunto de família, onde o casamento não é simplesmente a união entre duas pessoas, mas uma união entre duas famílias, e onde as cerimônias de sepultamento possuem múltiplas dimensões e implicações familiares. Os missionários haviam compreendido que, se a Igreja cristã não quisesse perder o seu significado social e político, a africanização dos seus dirigentes dever-se-ia proceder ao mesmo ritmo, quiçá adiantar-se, àquele das instituições do Estado. Seria primordial que em sua subsequente luta, especialmente pelo poder econômico e social, pela direção do sistema educativo ou pela elaboração das estruturas do Estado, os porta-vozes da Igreja fossem africanos. Estes novos dignitários da Igreja forçosamente contribuiriam, levando ao conhecimento de sua opinião, no que diz respeito à busca política pela personalidade, pela identidade e pela autenticidade africanas.

12 V. Y. MUDIMBE, 1985.

Islã e modernização

Enquanto a cristandade apresentava-se como aliada do colonialismo, os Estados muçulmanos opuseram contra as potências coloniais uma resistência das mais determinadas. Entretanto, a despeito de um clima de desconfiança permanente e de manifestações de hostilidade, o islã tirou proveito da presença colonial. As potências coloniais desconfiavam, de forma extrema dos laços internacionais criados pelo islã, além de jamais terem cessado de vigiar de perto esta rede, sobretudo, quando tratava-se de centros notoriamente antiimperialistas como o Cairo. Elas controlavam as movimentações dos potenciais eruditos que pretendessem desenvolver estudos e, inclusive, as peregrinações no Oriente Médio. Mas, em seu território elas constataram que, uma colaboração com comunidades muçulmanas tranquilas poderia ser benéfica para as duas partes em questão. Mostramos que o Islã tirara proveito da urbanização e do aumento da mobilidade proporcionado pelas estradas de ferro, pelas estradas, e pela demanda por mão de obra sazonal. Embora as potências coloniais fossem hostis a numerosas instituições da religião tradicional, elas encorajaram, em contrapartida, o ensino islâmico elementar oferecido nas escolas corânicas; elas promulgaram leis autorizando os muçulmanos a praticarem livremente a sua religião, incluindo notadamente as disposições da *sharī'a* no que tange às regras do direito civil no seio das comunidades muçulmanas. Elas impuseram restrições ao acesso dos missionários cristãos às áreas muçulmanas. Após a conquista colonial, muitas comunidades africanas, as quais até então haviam resistido à propagação do islã, consideraram que era mais honroso aderir ao islã que à religião dos conquistadores. Todavia, inclusive junto àqueles, os quais se haviam convertido mediante uma resistência passiva, constatou-se o frequente estabelecimento de uma notável colaboração com as autoridades coloniais, o mais expressivo exemplo a este respeito foi representado pelos wolof, povo que os movimentos pré-coloniais de *jihad* não haviam logrado converter, mas que saíram do período colonial integralmente islamizados[13].

Este notável sucesso era amplamente imputável aos esforços do Shaykh Ahmadu Bamba[14], fundador da ordem sufi dos mouros. O sucesso da sua obra evangélica junto aos Wolof foi fruto, a um só tempo, das crenças religiosas e da prosperidade econômica produzida pela cultura do amendoim com fins de exportação. Ahmadu Bamba tornou-se, ele próprio, um personagem eminen-

13 L. SANNEH, 1986.

14 Conferir F. DUMONT, 1975; M. KLEIN, 1968; D. C. O´BRIEN, 1971; L. BRENNER, 1984.

FIGURA 17.3 Shaykh Ahmadu Bamba, dirigente dos mouros do Senegal, com os seus talaba. (Ilustração: Hoa Qui, Paris; foto: P. Cassard.)

temente respeitado durante o período colonial e foi condecorado pelos seus serviços prestados em favor do recrutamento de soldados que serviram em território francês na Primeira Guerra Mundial. O sucesso conquistado pelos mouros e a sua importância, perene até os dias atuais no Senegal, ilustram uma das maneiras através das quais o islã, graças aos valores espirituais do misticismo, soube criar o posto, na sociedade e cultura africanas, constituindo-se em uma vital força religiosa.

Desta forma, no processo de descolonização, os muçulmanos não enfrentaram os mesmos problemas estruturais-coloniais e tampouco a alienação cultural aos quais se submeteram os cristãos. Se eles consideraram a independência como uma "aventura ambígua[15]", isto aconteceu em razão da sua hostilidade aos olhos da educação ocidental, controlada pelos missionários cristãos e em função do seu temor relativo à possibilidade deste controle ter concedido uma vantagem desleal aos cristãos. Enquanto, na África do Norte, assistia-se a uma evolução contínua das ideias nacionalistas, os muçulmanos da África Ocidental não manifestaram, em um primeiro momento, senão pouco entusiasmo pelos movi-

15 C. A. KANE, 1962.

mentos nacionalistas. Eles se haviam mantido à parte da corrente dominante do Movimento Pan-Africano, inspirado no Novo Mundo e transmitido em círculos cristãos europeus. Um dos métodos de al-Nasser consistiu em, precisamente, abrir caminho para a convergência do pan-arabismo com o pan-africanismo. A sua influência contribuiu para integrar os dirigentes muçulmanos da África Ocidental à corrente dominante do Movimento Nacionalista.

Após cinquenta anos, em muitos países africanos, o islã esforçou-se em rumar em direção ao modernismo, notadamente instituindo um sistema educativo distante das vias puramente tradicionais. Em primeiro lugar, surgiu um movimento Ahmadiyya, à margem da ortodoxia islâmica majoritária, a qual associava a educação ocidental aos estudos islâmicos e árabes. Ele desempenhou um papel importante na Nigéria e em Serra Leoa. Em seguida vieram os wahhābitas, no quadro do movimento de reforma wahhābiyya desenvolvido após a Segunda Guerra Mundial, os quais formaram dois importantes grupos de ação: *Subbanu al-Muslim*, encabeçando o movimento de reforma educacional, e a União Cultural Muçulmana, transformada em uma organização internacional encarregada de todos os assuntos islâmicos, aqui compreendida a política[16].

A expansão do movimento reformista wahhābiyya coincidiu com o surgimento da Reunião Democrática Africana, principal movimento em prol da descolonização na África Ocidental francesa. Numerosos wahhābitas, em caráter individual, uniram-se à RDA, e tinham como principal objetivo fundar um Estado Democrático assentado nos ensinamentos corânicos relativos à liberdade, à igualdade e à idjmā' ou "consenso". A sua convicção sobre a necessidade de uma reforma radical na sociedade, a sua decidida oposição à ordem colonial e à ocidentalização e a sua abertura além das divisões étnicas, todos estes elementos permitiram-lhes operar com dirigentes africanos de orientação mais secular. O islã, neste contexto, surgiu como uma força de independência, de unificação e de transformação da sociedade. Nas palavras de Ken Post: "Nas regiões onde o islã estava implantado desde muito, no norte de Camarões, no norte da Nigéria, no Níger, no Mali, na Guiné, no Senegal e na Mauritânia, ele influiu profundamente no processo de formação de uma elite resultante das mudanças sociais da ordem colonial. Em algumas destas regiões, ele forneceu meios de acesso ao poder e à influência, meios estes distintos daqueles puramente modernos[17]."

Na Costa Oriental africana, as ideias concernentes à transformação da sociedade desenvolveram-se através dos jornais reformistas como o Al-Islah

16 L. KABA, 1974; H. M. AMIJI, 1984.

17 K. POST, 1964, p. 52.

[Reforma], cuja edição iniciara-se em Mombasa (Quênia), em 1932. Aproximadamente ao final dos anos 1940 e no curso dos anos 1950, para bloquear o poder de atração e as mensagens islâmicas anti-imperialistas e nacionalistas, provenientes do Cairo e alhures, o governo colonial britânico encorajou a criação da Sociedade para a Promoção dos Muçulmanos da África Oriental, posta sob os auspícios de S.A. l'Agha Khan III e do sultão de Zanzibar. Igualmente, este governo contribuiu financeiramente para a implantação do Instituto do Ensino Muçulmano de Mombasa (MIOME). Este estabelecimento servia ao conjunto dos países da África oriental e numerosos jovens muçulmanos africanos puderam lá receber um ensino moderno nos níveis secundário e superior, em meio a um ambiente cultural e religioso islâmico[18].

Historiadores e ideólogos sublinharam existirem, na África, condições propícias ao estabelecimento e ao desenvolvimento de um socialismo islâmico. Segundo Selon Mustafa as-Sibaci[19], o socialismo caracterizaria a sociedade desde a época contemporânea ao profeta Maomé e dos quatro primeiros califas, considerados os fundadores da primeira comunidade socialista. Alhures, na África negra, alguns insistiram no fato da sociedade pré-colonial africana ter possuído, também ela, um caráter socialista. "o sentido da solidariedade no seio da comunidade, entre os membros de um mesmo grupo, bem como o direito coletivo à propriedade da terra, são considerados como os mais importantes elementos do socialismo da sociedade islâmica primitiva, assim como daquele correspondente à sociedade africana pré-colonial[20]." Na realidade, o socialismo islâmico é a ideologia oficial na África do Norte, em países como no Egito, Argélia e a Líbia; a ideologia oficial do partido majoritário no poder na Tunísia é mais precisamente qualificada como "socialismo destouriano". O socialismo islâmico também é praticado na Somália. Por sua vez, um Homem de Estado como Mamadou Dia preconizou-o no Senegal e defendeu-o em sua obra *Islam, sociétés africaines et culture industrielle*[21].

Reflete-se, mais e mais, sobre os princípios doutrinários que poderiam contribuir na busca de vias de ação suscetíveis em favorecerem a libertação psicossocial e a promoção da mulher no seio do islã. Isto se faz particularmente necessário no plano social, considerado o problema do estatuto da mulher no

18 H. M. AMIJI, 1984, p. 115.

19 M. AS-SIBACI, s. d.

20 J. M. ABUN-NASR, 1979, p. 120.

21 M. DIA, 1975; R. MILON, 1962.

regime poligâmico, geralmente reconhecido oficialmente e inscrito no código da família dos Estados africanos, influenciados pelas doutrinas muçulmanas[22].

O problema da africanização em profundidade do islã não se coloca senão no contexto da África negra. Neste estádio, convém precisar que o islã é mais estrito que o cristianismo, por exemplo, quanto à possibilidade de adaptação do sistema ritual. Unicamente com algumas modificações superficiais, impostas pelas condições locais, especialmente climáticas, os muçulmanos negros liberam-se de todas as obrigações essenciais constituintes dos cinco pilares do islã: a profissão de fé em um Deus único e em seu profeta Maomé; as cinco orações cotidianas; o jejum do Ramadan que possui conotações de mortificação, de purificação e de solidariedade com os povos; a caridade legal; e a peregrinação à Meca, a ser realizada ao menos uma vez na vida.

Poder-se-ia, então, legitimamente falar na África de uma verdadeira "africanização" do islã? Amadou Hampaté Bâ é categórico a este respeito: "Não seria possível existir um islã negro, tanto menos quanto um cristianismo negro, ou um judaísmo negro. O que existe, antes e sobretudo, é o islã principal, o único que convém estudar. Naturalmente, como me disse o meu mestre Tierno Bokar, o sábio de Bandiagara, pode acontecer, e acontecerá muito frequentemente, que ao islamizar-se, um país adote uma das múltiplas cores que o gigantesco prisma triangular islâmico pode oferecer, decompondo a branca verdade divina cuja luz o islã difunde[23]."

Todavia, o islã africano mesmo assim apresenta correntes e tendências características de acordo com os problemas morais e sociais que manifestam as situações locais. Desta forma, explica-se a importância das confrarias, em particular na África Ocidental. Inclusive, nós já mencionamos a corrente reformista, amplamente conhecida, graças à União Cultural Muçulmana, fundada em 1953. Eis o que nos diz Vincent Monteil no tocante às orientações nitidamente "progressistas" deste movimento: "Ela é favorável a tudo o que expressa a personalidade africana – malgrado alguns dentre os seus adeptos de Bamko, os quais desejavam destruir as máscaras e as estatuetas. Ela admite, portanto, os cantos, as danças e a arte negra. Ela insiste na necessária distinção, em matéria religiosa, entre o dogma e o culto, por um lado e, por outro, as relações sociais". Estas últimas, em sua opinião, são passíveis de acomodação. Alguns chegam a inclusive pensar que o jejum poderia tornar-se livre, que as orações cotidianas poderiam ser reduzidas a duas ou mesmo suprimidas, porque "a verdadeira ora-

22 Ver, por exemplo, A. BOUDHIBA, 1975.

23 Declaração pronunciada no Colóquio sobre as religiões, Presença africana, 1961.

ção, é o trabalho". O que conta é a moral, a conduta e o comportamento social. Quanto à poligamia, "uma evolução far-se-á necessariamente, mas, evidente e fortemente, ela está ligada à escolarização das meninas e à emancipação das mulheres[24]".

A realidade sociopolítica da sua coexistência com o cristianismo e a religião tradicional africana, na maioria dos países africanos, também influenciou necessariamente o desenvolvimento do islã na África contemporânea. Um diálogo oficial com a religião tradicional é inaceitável, mas certo número de tentativas interessantes foram realizadas com vista a instaurar, em centros religiosos e doutrinários, um diálogo de alto nível com o cristianismo. Assim sendo, um centro deste gênero foi inaugurado em Tunis, em 1977, pelo professor A. Boudhiba[25]. No Senegal, no Centro Bopp[26], tenta-se forjar uma cooperação islamo-cristã, em matéria de desenvolvimento comunitário. Em que pese a selvagem concorrência que, aparentemente, caracteriza as rivalidades religiosas, sobretudo no seio da elite, constata-se, geral e factualmente, uma boa cooperação e um verdadeiro diálogo ao nível mais popular das comunidades.

Um dos mais importantes resultados do processo de descolonização consistiu em permitir a ultrapassagem dos limites locais impostos ao islã pelo colonialismo e na possibilidade de recolocar a ênfase nos aspectos universais e internacionais do islã. As peregrinações, o movimento pan-islâmico e os intercâmbios de eruditos permitiram relançar e desenvolver os contatos com o Oriente Médio. Desta forma, os grandes movimentos do Oriente Médio como o fundamentalismo xiita, do Irã de Khomeiny e a ideologia revolucionária radical de el-Khadafi, tiveram um impacto na África. Mas, não é certo que seja possível atribuir a influências internacionais os movimentos radicais antimodernistas do islã popular, específicos de certas regiões, como o movimento maitatsino, no norte da Nigéria. Seja lá o que for, é inegável que o islã, pelas suas ligações internacionais, efetivamente contribua para o desenvolvimento socioeconômico geral da África, graças ao apoio financeiro oferecido a diversos países por Estados árabes produtores de petróleo da África do Norte e do Golfo Pérsico[27].

"A religião, escreve-nos Hatim M. Amiji, desempenha um papel importante na concessão de ajuda à África". Entretanto, os observadores das relações afro-árabes têm notado que a quase totalidade de ajuda exterior árabe é destinada

24 V. MONTEIL, 1964.

25 Centro de encontros islâmico-cristãos.

26 D. El-Hadjdj BADARA, 1979.

27 A. A. MAZRUI, 1975C; H. M. AMIJI, 1984.

a países que têm ligações com o islã. Esta ligação entre ajuda econômica e obediência religiosa corresponde a um objetivo político preciso, no que diz respeito aos doadores árabes, e foi oficialmente reconhecida pelo ministro kuwaitiano da fazenda, no ano de 1974: "A maior parte da nossa ajuda financeira internacional, disse ele, será colocada a serviço dos países árabes e servirá a ajudar os países muçulmanos, em particular os africanos".

Desde logo e entretanto a ajuda árabe diversificou-se e dirigiu-se a Estados africanos de diferentes tendências políticas, muçulmanos ou não. Faz-se mister notar, entre as instituições árabes de assistência multilateral, o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico na África (BADEA), o Fundo Especial para a África, criado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), bem como o Fundo para a Assistência Técnica Árabo-Africana, ligado ao Conselho Econômico da Liga Árabe.

As Igrejas independentes africanas e a identidade africana

Embora existentes desde o início do século XX e mesmo após o fim do século XIX, os movimentos das Igrejas independentes, aqui incluídos diversos tipos de seitas, messiânicas ou milenaristas, desenvolveram-se sobremaneira desde os anos 1960. Em 1967, segundo o especialista D. B. Barrett, elas contavam com cerca de 15,5 milhões de fiéis. Em 1970, a África contava com 6.000 organizações africanas estritamente independentes, totalizando 16 milhões de fiéis. Em 1987, estima-se em cerca de 10.000 as Igrejas independentes e as seitas no continente, reunindo aproximadamente 33 milhões de fiéis[28].

Conquanto estas Igrejas e seitas se espalhassem por toda a África, elas concentravam-se, sobretudo, na África do Sul (3.000), na Nigéria (800), no Zaire (mais de 600), em Gana (cerca de 400) e no Quênia (180). Uma das mais importantes destas Igrejas independentes era a Igreja de Jesus Cristo na Terra, fundada pelo profeta Simon Kimbangu. Esta Igreja estimava em aproximadamente 3 milhões o número dos seus discípulos repartidos em várias comunidades localizadas além das fronteiras do Zaire, notadamente na República Popular do Congo, em Angola, Ruanda e Burundi.

H. W. Turner classificou estas Igrejas e seitas independentes em cinco categorias[29]. A primeira engloba movimentos político-messiânicos, em outras pala-

28 D. B. BARRETT, 1982, p. 815.

29 H. W. TURNER, 1968, p. 178.

vras, grupos essencialmente voltados para a libertação cultural e política. Um dos mais antigos era a United Native African Church [Igreja Unida Autenticamente Africana], em atividade desde 1899. Nesta mesma categoria encontramos o "harrismo" (segundo o nome do seu fundador William Wade Harris), ativo na Costa do Marfim, na Libéria e em Gana. Seguindo as mesmas motivações, situa-se a Igreja dita dos *Aroti* ou "sonhadores", a qual, desde 1934, lutava para libertar o Quênia da dominação britânica. Este grupo de movimentos insiste na necessidade de desenvolver um cristianismo africano, culturalmente integrado à África.

A segunda categoria é composta de movimentos chamados neotradicionalistas. Neste grupo encontramos, por exemplo, a organização conhecida pelo nome Dini Ya Musambwa ou "religião dos ancestrais". Na Nigéria, podemos assinalar o "godianismo" que coloca no centro da sua proposição religiosa o "Deus da África", em relação ao qual se afirma ter surgido no Egito, pela primeira vez, há muitos milênios.

A terceira categoria refere-se aos cultos sincréticos. Trata-se aqui de cultos que misturam elementos emprestados às crenças e práticas africanas tradicionais e às crenças e práticas cristãs. Pode-se citar neste grupo o culto *Bwiti* do Gabão e o culto *Deima* da Costa do Marfim.

Outros movimentos, formadores da quarta categoria, declaram-se monoteístas ou hebraístas, em razão de rejeitarem absolutamente todas as religiões tradicionais e se terem voltado para o monoteísmo, tal qual revelado no Antigo Testamento.

A quinta categoria reúne as Igrejas proféticas da cura. Estas Igrejas proclamam-se cristãs, elas acreditam em Jesus Cristo "Salvador" e acordam um importante valor às revelações do Espírito Santo, razão da denominação "Igrejas do Espírito Santo" que lhes é, muito amiúde, aplicada. Entre elas, as mais conhecidas são as Igrejas de Sion, particularmente estabelecidas na África do Sul e nos países circundantes.

Habitualmente, tinha-se o costume de enfatizar que as origens destes movimentos, simultaneamente históricas e circunstanciais, estavam simplesmente ligadas à situação colonial e relacionadas com a luta africana pela independência, nos planos político, cultural e social. Este ponto de vista foi justamente expresso por Baëta, no seguinte texto: "Todo o fenômeno relativo às Igrejas proféticas e separatistas esteve intimamente associado ao conflito entre os governos europeus e os povos dominados. Na quase totalidade das análises referentes a estas Igrejas, dos primeiros movimentos da África Central e na África Austral, aos movimentos contemporâneos junto aos bakongo
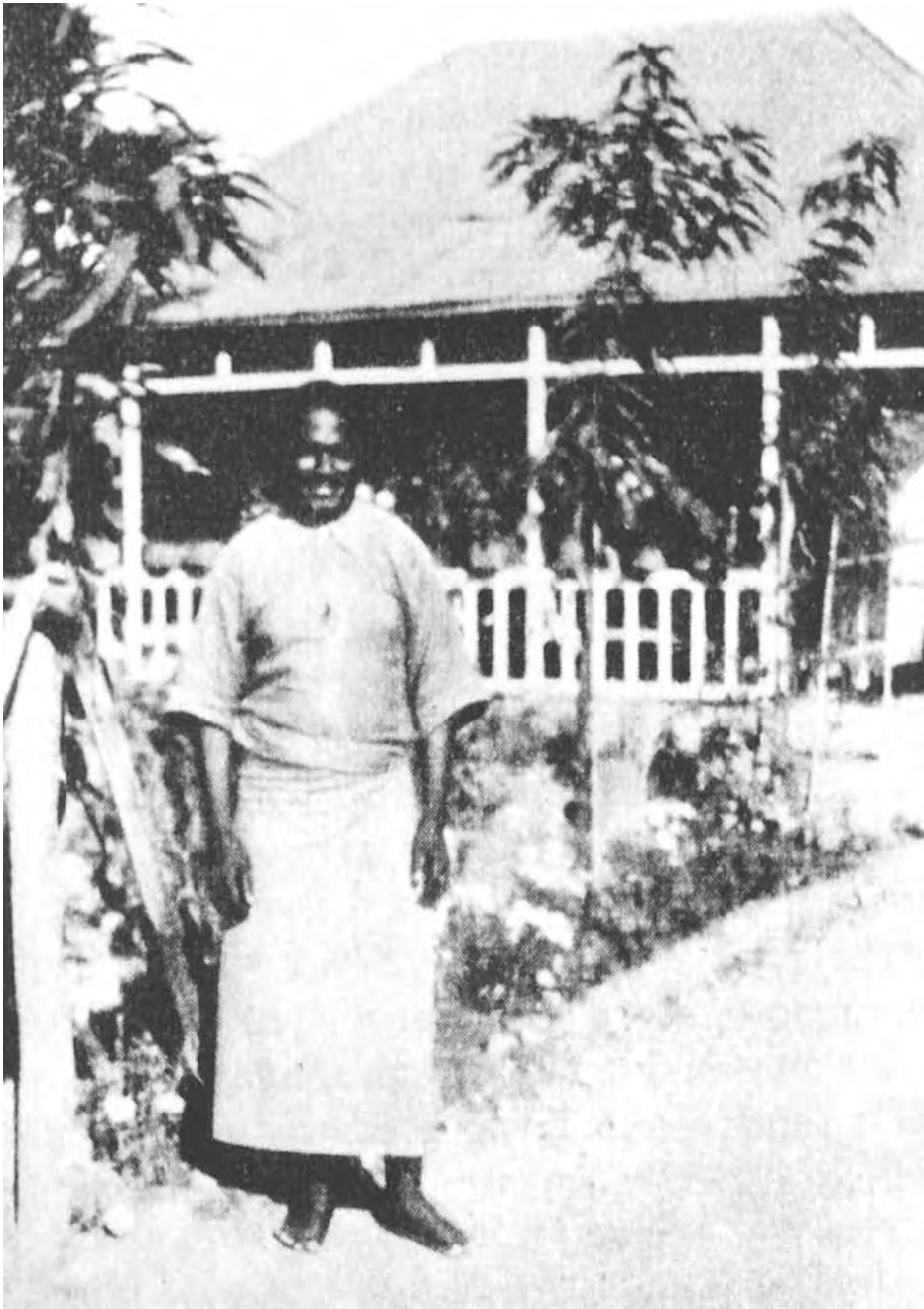
FIGURA 17.4 O congolês Simon Kimbangu – detido pelas autoridades belgas em Élisabethville (Lubumbashi). (Fonte: Revue congolaise illustrée, 31e année, no 3, março de 1959, p. 25.)

do Congo belga e da África Equatorial francesa, a sua importância, neste contexto, foi amplamente notada e sublinhada [...]. No que diz respeito à África Austral, Sundkler atribui o seu surgimento à total falta de oportunidades, para os cidadãos negros, de expressarem as suas opiniões políticas ou mesmo sociais[30]".

Sob esta ótica, considera-se que a extensão e a proliferação destas Igrejas independentes foi fortemente estimulada pela possibilidade que tiveram os cristãos africanos de lerem traduções das Santas Escrituras, em diversas línguas africanas. "Estas traduções, escreve-nos J. R. Leferink, permitiram aos africanos comparar o cristianismo, tal qual apresentado pelas Igrejas fundadas pelos missionários, e a mensagem que eles leem nas Escrituras. Esta comparação deu-lhes a reconfortante impressão que Deus endereçava-se, desde logo e a eles, em sua própria língua, tendo se aproximado deles. Ademais, eles apreciam senti-lo presente e não simplesmente saber que ele está presente[31]".

Em certo sentido, diz um especialista, as seitas constituem-se no fruto de um duplo movimento, de decepção e de entusiasmo: "Em termos diversos e através de práticas variadas, as seitas propõem uma resposta à frustração sentida por muitas pessoas, frente ao modelo de sociedade e de Igreja, em uma determinada época. As seitas são um revelador e uma interpelação. Como pano de fundo dos seus atos multicolores, desenha-se uma reivindicação de sentido, uma sede imensa de ser mais, de libertação e saudação, vivida nas condições socioculturais do momento[32]".

Admite-se[33], desde então e geralmente, que ao se colocar ênfase desta forma nos aspectos de resistência, de contestação e de protonacionalismo destes movimentos, adota-se, ao final das contas, uma visão demasiado restritiva do valor destas vertentes pertencentes às Igrejas independentes africanas. Esta insistência contribuiu para desviar a atenção dos mais positivos e inovadores aspectos na busca por uma teologia africana, capaz de conciliar os valores espirituais africanos e a inspiração da Bíblia Cristã. Estas Igrejas poderiam ser consideradas como centros de reavaliação das religiões e da teologia africanas, em razão de elas terem renovado a temática humanista, e o tratamento das questões tocantes à santidade da vida e à solidariedade. Além do seu valor

30 C. G. BAËTA, 1962, PP. 3-4; N. I. NDIOKWERE, 1981, pp. 16-20.

31 J. R. LEFERINK, 1985.

32 R. DE HAES, 1982.

33 T. O. RANGER, 1986.

como centros de contestação, elas talvez tenham desempenhado um papel ainda mais importante, ao preservarem a cosmologia africana no quadro dos ensinamentos cristãos. Igualmente, foi possível, para os deserdados da cidade e para os interioranos dos campos, aderirem em grande número a estas Igrejas, abandonarem as antigas divindades da religião tradicional e compreenderem o colonialismo e a sua versão do modernismo, sem estarem submetidos ao traumatismo da renúncia à essência da sua visão de mundo. Justa e particularmente, foram a visões tradicionais, da cura e da salvação pela fé, impossíveis de lhes serem oferecidas dada a incapacidade das missões, que atraiu a maioria dos indivíduos para estas Igrejas. Elas ofereciam aos seus membros uma secularidade contra as forças tradicionais do mal e da feitiçaria. Nas cidades, elas constituíam um ambiente seguro, marcado pela solidariedade e pela hospitalidade, além de oferecerem certa proteção social não proporcionada pelo sistema colonial. Elas permitiam trazer, como desejado pela tradição, um apoio ao talento artístico no drama do ritual, bem como à música vocal e instrumental, tal como fizera a religião tradicional. Mas, antes e sobretudo, foram estas Igrejas que permitiram a sobrevivência dos sistemas de cura tradicionais, no interior do mundo cristão, até o dia a partir do qual recomeçou-se admitir publicamente o seu valor social.

Pode-se dizer que, em linhas gerais, a emergência de múltiplos e complexos movimentos messiânicos nas sociedades africanas, tanto antes quanto após a independência, revela-se como uma resposta às exigências socioeconômicas e à busca de novos caminhos espirituais nestas sociedades.

À procura de um novo equilíbrio global na sociedade, os africanos demonstraram a necessidade de reconstrução dos seus sistemas religiosos de outrora, os quais lhes proporcionavam todos os elementos necessários, levando-se em conta a sua situação geral. Os sistemas religiosos importados pareciam-lhes inadaptados e inadequados, os africanos elaboraram novas sistematizações, imbuídas de renovados valores e motivações[34]. A este respeito, estes novos movimentos religiosos questionam novamente as sociedades africanas atuais, em plena transição, mas, outrossim e particularmente, o cristianismo e o islã oficiais. Todavia, ser-nos-ia possível dizer que eles indicam o caminho condutor para uma futura resolução dos problemas referentes à pluralidade das religiões na África?

34 E. DE ROSNY, 1983.

Conclusão

O fato religioso, manifesto sob diferentes formas, tem uma inegável influência no desenvolvimento histórico da África, no qual ele desempenha um papel importante.

Faz-se mister ter consciência deste papel para poder utilizar e encorajar, com discernimento, as contribuições positivas, bem como e inversamente, para incluir o problema que ele pode constituir, denunciando os efeitos negativos de uma religiosidade contrária ao verdadeiro sentido e às exigências do desenvolvimento na África.

A religião tradicional africana, embora enfraquecida pela extensão do islã e do cristianismo, ainda está viva e continua trazendo consigo os seus próprios princípios humanistas e espirituais, os quais sustentaram sucessivas gerações africanas há milênios. Passadas pelo crivo da crítica racional científica e filosófica, estes princípios podem ser valorosamente assumidos e vividos pelo homem africano contemporâneo, tenha ele tornado-se cristão ou muçulmano, ou adepto de uma via espiritual racionalista. Todavia, é preciso notar que, ainda muito frequentemente, certa mentalidade africana de caráter fetichista, mágico e místico, além e em razão disso, irracional, constitui a causa de bloqueios no curso da elaboração de uma ação e de um pensamento construtivos, com vistas ao verdadeiro progresso da sociedade africana.

As religiões cristã e muçulmana marcaram, profundamente e desde algum tempo, a história do continente africano, em especial durante os últimos 50 anos. A influência do islamismo assim como do cristianismo denota-se muito claramente, por exemplo, durante a elaboração do arcabouço jurídico africano. Tal é o caso, especialmente, dos códigos da família e também dos elementos do código do direito privado, os quais se encontram impregnados de princípios islâmicos ou cristãos, em função de estarmos tratando de um país de maioria islâmica ou cristã. Estas religiões são convocadas, se acreditarmos nas atuais tendências socioculturais, a desempenharem um importante papel no desenvolvimento da África, no plano da orientação das ideias tanto quanto naquele da contribuição ao estabelecimento e à implantação das infraestruturas sociais e econômicas, bases da ascensão geral da África. Do ponto de vista da identidade africana, indubitável é que na África, o cristianismo assim como o islã passam por um processo mínimo de "inculturação", especialmente nos níveis da expressão doutrinária e do ritual, compatível com as exigências fundamentais destas religiões, historicamente importadas no seio da sociedade africana.

A multiplicação das confrarias africanas relacionadas ao islã ou das Igrejas independentes, das seitas, dos messianismos e outros sincretismos afro-cristãos conduz a reflexão sobre as questões colocadas por estes movimentos para as religiões historicamente constituídas e hierarquicamente controladas, tanto quanto e inclusive, para a própria sociedade africana como um todo. Estes movimentos revelam as falhas e as lacunas dos princípios da organização social; eles atraem a atenção para aspirações espirituais e necessidades psicossociais, não inteiramente satisfeitas pelos sistemas políticos e econômicos em vigor.

Desta forma, o fato religioso, adequadamente apreciado, analisado e criticado, além de corretamente disposto, pode ainda contribuir para a transformação social harmoniosa e para o desenvolvimento global da África no crepúsculo do século XX.

CAPÍTULO 18

Língua e evolução social

Alfa I. Sow e *Mohamed H. Abdulaziz*

Este período é caracterizado pelo fortalecimento geral do colonialismo e do racismo tradicionais, consortes de políticas linguísticas e culturais cujas consequências são pesadas; pela luta dos povos africanos por autodeterminação e em prol da independência; pelo surgimento de um neocolonialismo a modificar a situação linguística e cultural; bem como por uma tomada de consciência dos africanos no que diz respeito à preservação e ao desenvolvimento de suas culturas e de suas línguas nacionais. Podemos dividi-lo em três partes: de 1935 a 1960, as línguas africanas enfrentam os perigos da assimilação; de 1960 a 1982 esboça-se uma nova política linguística e cultural; após 1982 desenham-se os grandes desafios do ano 2000.

As línguas africanas frente aos perigos da assimilação: 1935-1960

Cada potência colonial, atuando segundo o seu temperamento e as suas opções, movida pelos seus interesses momentâneos e pelas suas aptidões, a implicarem um número mais ou menos importante dos seus quadros médios no âmbito da gestão do seu império, praticou ora uma política de assimilação pura e simples, em matéria linguística, educacional e cultural, ora uma política

de assimilação seletiva e mais nuançada. Sendo assim, a administração colonial francesa, centralizante, quis integrar os africanos ao seu sistema de educação, por ela considerada universal. A Grã-Bretanha, pragmática, demarcou com maior nitidez os "indígenas" e introduziu as suas línguas nos primeiros anos do ensino elementar, com maior ênfase no que diz respeito a algumas disciplinas como a história e a geografia, a religião, a história natural, etc. Na realidade, tal prática servia como propedêutica ao aprendizado do inglês.

A assimilação como aspiração de uma época

Até recentemente, a assimilação foi arduamente procurada pelos africanos, eles próprios, os quais não rejeitaram-na senão tardiamente, após 1954.

Em um estudo intitulado "Culturas tradicionais e transformações sociais", Amadou Hampaté Bâ escreveu: "A colonização europeia, ao entrar em ação, não encontrou um instinto social selvagem de conservação por parte dos autóctones; estes últimos se haviam habituado, desde muito, a acomodarem-se às conversões que lhes eram impostas pelas correntes históricas. Eles não pareciam ser nada além de guinhóis a seguirem docilmente, tal como carneiros de Panurgo[1]".

Entretanto, esta colonização organiza-se e consolida-se na África, no momento histórico durante o qual o mundo e os impérios coloniais foram sacudidos e balançados, em razão das duas sucessivas guerras mundiais, com um intervalo de vinte e um anos, do triunfo da Revolução Socialista de Outubro de 1917, da luta pelos "direitos dos povos de disporem de si mesmos" e, final mas não menos importante, dos movimentos de libertação dos povos colonizados. Ao passo que as grandes mutações sociopolíticas do século XX encontram-se desde antes esboçadas, quanto à África, o continente delas experimenta as graves consequências no que diz respeito à sua identidade cultural. Os autênticos valores do passado que haviam feito as suas provas, encontram-se recriados, ridicularizados e humilhados perante os novos valores das civilizações europeias. "Evoluídos" e "não evoluídos", "assimilados" e "indígenas", enfrentam-se e para muitos africanos, a assimilação corresponde a uma reivindicação, um ideal moral sinceramente desejado. Viver como o colono, vestir-se como ele, comer e beber como ele, falar e habitar como ele, rir e enraivecer-se como ele, ter as mesmas referências religiosas, morais e culturais que ele, eis no que consistem as novas aspirações do colonizado.

1 UNESCO, 1974, p. 48.

A colonização como provação do destino

Por um lado, se os quadros e os técnicos da colonização, ao aprenderem as "línguas nativas", esperam, antes e sobretudo, compreender os africanos e descobrir os seus íntimos segredos, após a Primeira Guerra Mundial e as grandes reviravoltas socioculturais por ela provocadas, os africanos habilitados, por outra parte, enviam as suas crianças às metrópoles coloniais, à escola do branco, para com ele estudarem o saber autêntico a elas destinado pelo sistema branco, para descobrirem as razões da sua potência e da sua vitória, e, finalmente, viverem inteligentemente ao seu lado, "dadas as circunstâncias".

As literaturas em línguas africanas deste período, quer sejam elas orais ou escritas em caracteres árabes (literaturas *ajami*), pululam como exemplos deste estado de espírito.

A tendência consistente em desejar captar o segredo de outrem, a fim de não se deixar manipular por ele, generaliza-se e torna-se uma preocupação perene, tanto de um lado quanto de outro. Mas, salvo raras exceções, os observadores africanos, completamente submersos e recuperados, finalmente deixam-se transformar e integrar.

Por toda a parte, a colonização europeia é aceita como uma provação do destino. Eventualmente apoiada pelos administradores das próprias colônias, uma corrente assimilacionista surge no âmbito literário, contribuindo para desmoralizar os africanos, pedindo-lhes leal colaboração junto aos colonizadores, solicitando a sua ajuda em seu esforço de guerra, assim como nas corveias e nas operações através das quais a administração exigia uma prestação de serviço ou uma entrega de bens, convidando-os a abrigar e alimentar os seus agentes, pedindo-lhes empenho no referente ao fornecimento da mão de obra necessária, a estes administradores, na construção de estradas, na instalação de trilhos, no içamento de pontes sobre os riachos, requerendo-lhe, igualmente, o pagamento dos impostos e taxas recolhidos junto à população. Esta corrente derrotista, muito amiúde animada por grandes personalidades, exalta a ordem colonial, a segurança por ela instaurada, as grandes descobertas e as maravilhas do "século dos brancos", como o automóvel, o aeroplano, o rádio, as estradas de ferro ou as vias terrestres.

Bem entendido, uma contra-corrente, minoritária e geralmente anônima, marca a sua presença em nome da tradição ancestral e dos antigos valores; pretendendo-se uma consciência das populações, ela fustiga o lealismo e os seus turiferários, constituindo-se como porta-voz dos povos colonizados aos quais

ela apresenta a inelutabilidade da emancipação, especialmente após a vitória do Líbano e da Síria e a independência dos povos da Indochina, seguida pela insurreição argelina de 1954.

A literatura como valor-refúgio

Literaturas orais em línguas africanas e literaturas *ajami* debocham com derrisão, "daqueles que imitam o branco", da mesma forma, "daqueles que falam a sua língua sem conhecê-la", e amaldiçoam "as mulheres que se desnudam sem pudor, imitando o falar dos atiradores para seduzi-los". Testemunhas críticas das grandes reviravoltas em vias de consumarem-se, algumas elites culturais consideram-nas em suas obras e colocam as sociedades africanas em guarda, diante da perda dos valores essenciais e da despersonalização resultante.

A hesitação das elites de formação tradicional, frente aos graves perigos do seu tempo, encontra-se expressa em suas obras literárias e artísticas, nos provérbios, nas cantigas e canções de sua criação ou de sua inspiração. Foi assim que ao descrever em *fulfulde* "as misérias do nosso século", um poeta muçulmano de Fouta-Djalon (Guiné), escreveu:

Le malheur paraît, les temps ont changé.
[A infelicidade aparece, os tempos mudaram.]
L'illicite se répand, le licite diminue.
[O ilícito se expande, o lícito encolhe.]
La tradition disparaît, l'hérésie paraît.
[A tradição desaparece, a heresia surge.]
La pudeur se rétrécit, l'égoïsme abonde.
[O pudor se retrai, o egoísmo abunda.]
La parenté se rompt, le plaisir, on le suit.
[O parentesco se rompe, o prazer, nós o buscamos.]
La pitié s'éloigne, l'adultère se développe.
[A piedade se distancia, o adultério se desenvolve.]
Les fils adultérins abondent, la vérité est abandonnée.
[Os filhos adulterinos abundam, a verdade é abandonada.]
L'instruction diminue, l'hypocrisie abonde.
[A instrução diminui, a hipocrisia abunda.]
La fortune abonde, les discordes abondent.
[A fortuna abunda, as discórdias abundam.]

Le vol abonde, le pillage abonde.
[O roubo abunda, a pilhagem abunda.]
Les mensonges abondent, Satan a triomphé !
[As mentiras abundam, Satã triunfou.]
Leur coeur, plus que venin, est mauvais.
[O seu coração, mais que veneno, é ruim.]
Leur souci n´est autre que d´amasser fortune,
[A preocupação não é outra senão recolher fortuna,]
D´amasser femmes et bijoux.
[Juntar mulheres e joias.]
Ils ont choisi ce monde et laissé l´autre.
[Eles escolheram este mundo e abandonaram o outro.]
Négateurs et ignorants se multiplient.
[Negadores e ignorantes se multiplicam.]
Divergence et péchés se multiplient.
[Divergências e pecados se multiplicam.]
S'enfuir s'impose.
[Fugir se impõe.]
Il n'y a pas où fuir, il n'y a pas où rester !
[Não há para onde fugir, não há onde permanecer!]
Le monde étreint comme il est vaste[2].
[O mundo.... como ele é vasto.]

Os povos africanos encontram-se, desta forma, em suas línguas e literaturas, as quais continuam a preservar laços íntimos e insolúveis com o passado perdido e as gerações passadas, veiculando sempre a ética ancestral e constituindo valores-refúgio, particularmente preciosos. Entretanto, mesmo estes valores encontram-se submetidos às mutações em curso.

Enriquecimento lexical e línguas veiculares

Ao estabelecerem relações com o islã e com os comerciantes árabes e orientais, notadamente iranianos, tanto quanto pelo contato com línguas europeias e com o cristianismo, as línguas africanas, sem nenhuma exceção, enriqueceram consideravelmente o seu corpo lexical e todo o conjunto semântico terminoló-

2 A. I. SOW (org.), 1966, p. 136.

gico religioso, técnico, científico e cultural testemunha, ainda nos dias atuais, a evolução econômica e social relativa a estes vinte e cinco anos.

Línguas euro-africanas, como os crioulos e os *pidgins*, surgiram, desenvolveram-se e tornaram-se autênticas línguas negro-africanas em certos países e cidades do litoral atlântico: Cabo Verde, Guiné-Bissau, Gâmbia, Serra Leoa e Camarões. Os crioulos gambiano e camaronês e o *krio* da Serra Leoa recorrem muito ao inglês, ao passo que o crioulo do Cabo Verde e da Guiné-Bissau realizou os seus empréstimos juntamente à língua portuguesa. Lá onde existem, estas línguas, no concernente às suas características fundamentais (fonologia, sintaxe, semântica) são africanas, mesmo se o seu léxico, expressão de certa correlação de forças, recorre com frequência às línguas europeias. Em certos países, como por exemplo, nas Ilhas Maurício, o crioulo constitui o meio de comunicação linguístico mais difundido e popular.

Estimulados pelas potências coloniais, o kiswahili, o lingala, o bambara, o haussa tiveram uma notável expansão como línguas veiculares interétnicas, frequentemente utilizadas nos exércitos e nas forças públicas das administrações coloniais alemã, inglesa, belga ou francesa.

Entre os técnicos e altos quadros coloniais, especialistas marcam presença desde o fim dos anos 1920, assinalando os perigos da assimilação, pleiteiam sérias pesquisas sobre a África e os seus habitantes e reclamam o estudo aprofundado das línguas e culturas africanas.

Uma evolução bem administrada

Igualmente, desde junho de 1926, a reunião constitutiva do Instituto Internacional das Línguas e Civilizações Africanas se realiza em Londres, contando com delegados da África do Sul, da Alemanha, da Bélgica, do Egito, dos Estados Unidos da América do Norte, da França, da Grã-Bretanha, da Itália, e da Suécia. A nova instituição define-se como organismo de *informação* (que recolhe e difunde “os ensinamentos de toda espécie sobre as línguas, civilizações e problemas específicos” da África) e *escritório central de ligação entre os especialistas destas questões*. Ela pretende “unir a ciência às experiências práticas, indicando como as descobertas da primeira podem ser utilizadas na administração, na educação, na higiene, no bem-estar e na evolução dos africanos[3]”.

3 V. FOUTCHANTSE, 1967, p. 143.

Desta forma, nasceu um tipo de africanismo a serviço da colonização e, posteriormente, responsável pelo enfoque etnográfico lançado sobre os africanos, as suas sociedades e as suas culturas.

O Instituto, mais tarde denominado Instituto Africano Internacional, mais conhecido pela sigla IAI, publica uma revista trimestral, *África*, cujo primeiro número é lançado em janeiro de 1928, além de editar ”monografias e documentos africanos”, comportando “textos, escritos em seus idiomas, sobre a religião, os costumes, os mitos, as lendas, as tradições históricas e, também, as instituições sociais”. Ele edita, igualmente, “contos, provérbios e enigmas”, tudo isto “traduzido em uma língua europeia”.

Desde a sua criação, o Instituto ateve-se a escrever as línguas africanas em caracteres latinos e a elaborar um *alfabeto de referência*, o “alfabeto africano internacional” – ainda chamado “alfabeto do IAI” – que deveria servir de base à escrita de cerca de sessenta línguas africanas.

Em abril de 1929, ele instituiu um prêmio “para ajudar e incentivar os indígenas, com vistas a fazê-los produzirem, em seu idioma, obras permanentes das quais eles poderão orgulhar-se”. A experiência prosseguiu até 1950, quando o Instituto estimou que “o objetivo original fora atingido”, os Literature Bureaux, tanto na África Ocidental (West African Literature Bureau) quanto na África Oriental (East African Literature Bureau), foram constituídos de forma a satisfazer, desde logo, as necessidades editoriais em “literatura vernacular”.

Na realidade, a Conferência das Igrejas Americanas sobre os Assuntos Africanos recomendara, em 1942, com a anuência do IAI, conceder prioridade à criação de uma literatura cristã em línguas africanas. Assim sendo, o IAI instituiu, em 1950, o prêmio Margaret-Wrong, inspirado no nome da secretária do Comitê Internacional da Literatura Cristã para a África, a qual desempenhou “um eminente papel em prol do desenvolvimento espiritual e cultural da África, durante os vinte últimos anos da sua vida”, falecida em 11 de abril de 1948, em Uganda.

Doravante, “as obras escritas em línguas africanas ou em árabe” não podiam ser impressas senão após a sua publicação em *afrikaans*, francês, inglês ou português, assim, o novo prêmio somente encorajaria a literatura “em línguas europeias”.

Esta evolução mostra claramente qual plano colonial servia como pano de fundo ao projeto. O IAI fora criado para reunir estudiosos africanistas isolados e visava coordenar as atividades, prioritariamente, orientadas para a ação colonial e destinadas a prepararem as transformações futuras, bem como a administrarem “a evolução dos africanos”, no seio da civilização ocidental. Não se tratava de uma instituição filantrópica de pesquisa científica sobre a África e em seu proveito. O projeto de “manuais escolares africanos”, concebido pelo IAI estipula: ”Destinados
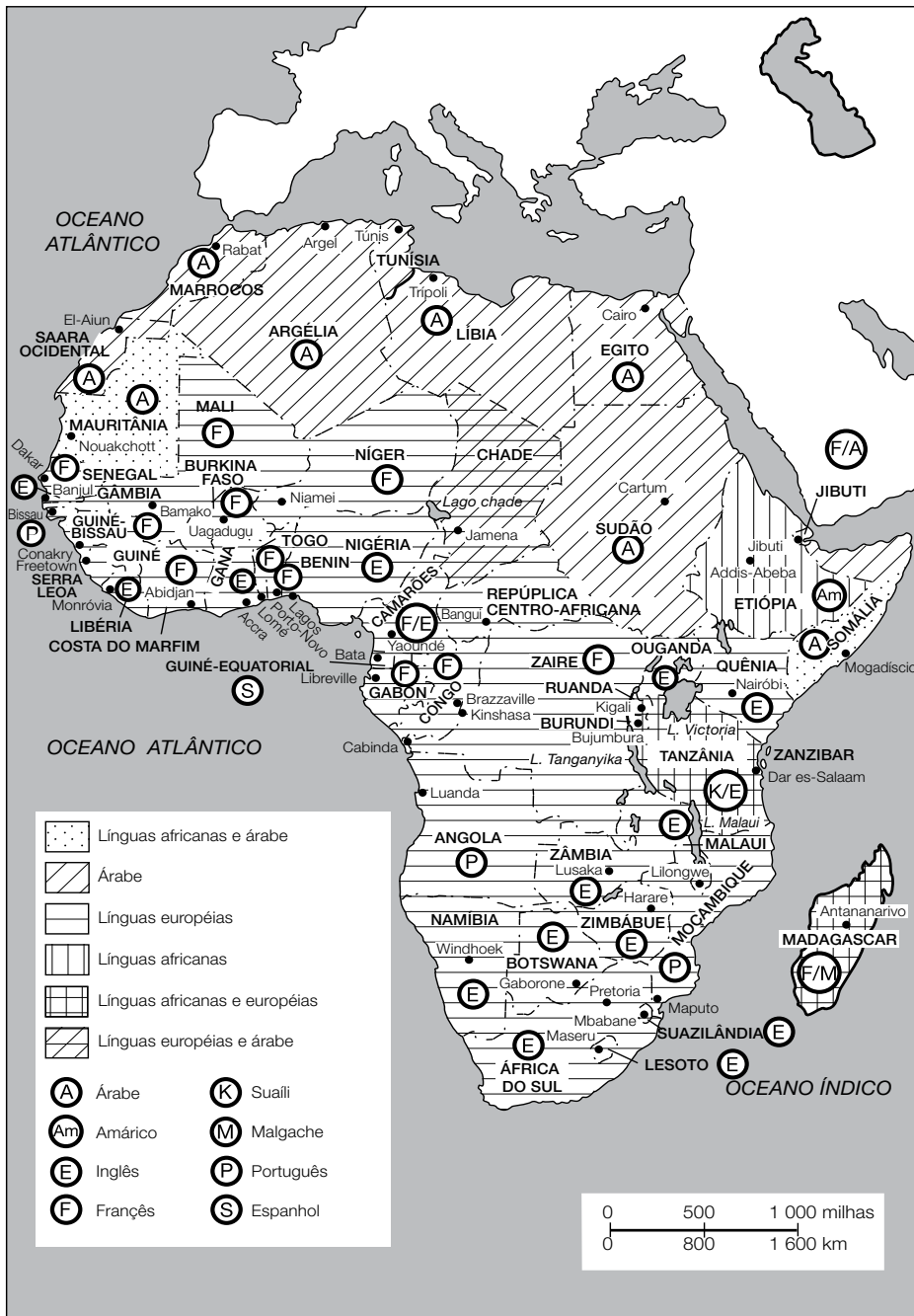
FIGURA 18.1 Repartição das línguas oficiais na África. (Fonte: The World Almanac and Book of Facts, New York, 1991. Pharos Books, 1990.)

a iniciar os estudantes no estudo da civilização e do pensamento ocidentais, eles [os manuais] tratarão, sobretudo, de temas relacionados com a vida européia, mas também mostrarão como a África e os seus habitantes podem constituir o objeto de sérios estudos, notadamente no tocante à história, à geografia, à história natural, à vida social e à religião. Enfim, torna-se de mais em mais necessário colocar à disposição dos africanos livros instruídos e bem produzidos, escritos em línguas europeias, cuja influência seria decisiva na formação dos futuros chefes[4]".

Entretanto, cabe assinalar a obra dos sábios e dos missionários que, ao chamado do IAI ou do seu próprio movimento, elaboraram, em línguas europeias, obras de referência (dicionários, gramáticas, etc.) e trabalhos pedagógicos de alto nível científico, nos domínios da compreensão linguística e das culturas da África. Administradores, missionários, especialistas multidisciplinares (etnólogos, geógrafos, naturalistas, musicólogos, educadores, oficiais, etc.), humanistas e simples amadores esclarecidos, homens e mulheres, muito amiúde ignorando ou em conflito contra as interdições e instruções da administração colonial, procederam à coleta, à transcrição, segundo o alfabeto da IAI ou em escrita do seu grado, e à tradução em línguas europeias de obras históricas, científicas, literárias, etc., do patrimônio cultural africano. Publicados em revistas da época, tais como o *Bulletin du Comité d'études historiques et scientifiques de l'AOF* (tornado *Bulletin de l'Institut français d'Afrique noire*) ou sob a forma de publicações, os seus trabalhos, consoantes ao seu contexto, permanecem úteis até os dias atuais. Graças à sua ação, e a do seus "informadores" e outros colaboradores autóctones, é que todo um *corpus* vivo de imprensa e literatura (com maior ênfase em acordo com o alfabeto do IAI) de expressão yoruba, ibo, ewe, haussa, akan, (twi-fanti), duala, swahili, foram vertidos para o alfabeto latino, notadamente na Nigéria, em Gana, no Togo, em Camarões e na Tanzânia.

Esboço de uma nova política linguística e cultural: 1960-1982

Entretanto e malgrado estas importantes atividades de instituições privadas e de homens de boa vontade, nada de decisivo havia sido consumado, sob o regime colonial, em favor da promoção das línguas e culturas africanas.

4 Conferir V. FOUTCHANTSE, 1967, p. 143.

O tempo das reticências e das tentativas

Há um interlúdio e advém o ano de 1960, momento da independência para numerosos países da África, talvez tenha sido a ocasião de proceder a um balanço crítico e lúcido da experiência colonial, de identificar os problemas e determinar os princípios e as linhas diretrizes nacionais de uma nova orientação em matéria linguística, cultural e educacional nacionais. Salvo raras exceções, contentamo-nos, infelizmente, em validar, muito amiúde e sem retoques, as práticas das potências coloniais. Com efeito, numerosos novos Estados, sequer consideravam o domínio cultural como prioritário. Ele não se apresenta como tal e, por pouco que não, abandonaram-no à generosidade da cooperação com os países estrangeiros e organismos internacionais.

Não foi senão progressivamente, graças à perseverança e à ação de sensibilização de universitários oriundos de fundações e instituições privadas de muitos países da Europa e da América, através da pressão conjugada de sociedades científicas regionais e sub-regionais (reunidas em congresso, em seminários ou colóquios), bem como em razão da vigorosa reivindicação de movimentos estudantis e da juventude e de organizações de mulheres de trabalhadores, as quais os dirigentes dos Estados pós-coloniais aceitaram reconhecer a necessidade de elaborar programas educativos, considerando as línguas africanas como bases. Todavia, foi necessário prosseguir com extrema prudência, sem opor-se, de toda forma às antigas potências coloniais e aos quadros nacionais aculturados, os quais não reconheciam valor algum nas “línguas vernaculares”. Inclusive, dirigentes políticos tão clarividentes quanto Kwame Nkrumah, presidente de Gana, demonstravam-se reticentes em promover estas línguas, por eles estimadas “tão numerosas e abertas”, além de potencialmente comprometedoras, no que diz respeito à construção nacional dos novos Estados, capazes de criar inúteis divisões junto aos africanos, justamente aquando da necessária unidade. A tais dirigentes políticos não se lhes concedera o hábito de ouvir e ver os africanos falarem e se fazerem entender, senão em francês, em inglês e em árabe!

O tempo das rupturas

Por todas estas razões, não se reconheceu às línguas africanas senão um limitado estatuto geográfico social e cultural: o campo, os adultos e a tradição oral.

Porém, o desafio era relevante, tratava-se, nem mais nem menos, do acesso das populações africanas tanto à educação e à cultura quanto ao seu exercício do poder político econômico.

A percepção e a declaração, segundo as quais, "na África, todo o idoso morto era uma biblioteca em chamas", comoveu e impressionou favoravelmente os diligentes internacionais que investiram importantes meios nas pesquisas sobre as tradições orais e sobre as culturas africanas.

Entre 1962 e 1964, numerosos departamentos de linguística e centros de pesquisas e de estudos africanos surgiram nas jovens universidades do continente; uma imprensa linguística de qualidade (jornais e revistas) nasceu e desenvolveu-se, rápida e notadamente, nas universidades de Serra Leoa, da Tanzânia, de Addis-Abeba, de Ibadan, etc.

Na mesma época, durante o Congresso da Associação dos Orientalistas, organizado em Moscou em 1960, o africanismo livrou-se do orientalismo, situando deliberadamente a África, nem como o Oriente dos europeus, tampouco como o Ocidente dos Orientais. Assim nasceu, com o apoio da UNESCO, o Congresso Internacional dos Africanistas (Accra, 1960), sob o especial impulso da Sociedade Africana de Cultura (Alioune Diop) e da Universidade de Ibadan (Onwuka Dike).

Encorajada em seus primórdios por sábios pesquisadores, um americano e um soviético, a nova instituição contribuiu para promover os estudos africanos e "favorecer, junto aos africanos, uma profunda tomada de consciência sobre a sua própria cultura." Prosseguindo e desenvolvendo a sua ação, no quadro do Programa Mundial de Luta contra o Analfabetismo, a UNESCO pronunciou-se, em 1962, em favor da educação dos adultos em línguas africanas e prometeu acordar sua ajuda aos Estados da região onde existisse a demanda. Esta decisão incrementou o reconhecimento destas línguas e estimulou a sua introdução no setor moderno do sistema educativo dos Estados africanos.

As necessidades e as realidades

As línguas africanas adquiriram os seus títulos de nobreza e os vocábulos desprezíveis de "dialetos", "línguas tribais", "línguas vernaculares", etc., outrora empregados sem discernimento ao seu propósito, desapareceram pouco a pouco do vocabulário dos especialistas, ressurgindo, nada além de tempos a outros, na pluma imprudente ou na expressão rebelde de alguns desavisados.

Percebeu-se então que numerosos estudos, muito bem reputados, e documentos pedagógicos, disponíveis sobre as línguas africanas, haviam sido elaborados por amadores ou autodidatas sem formação linguística suficiente. Outrossim, constatou-se que um descritivismo primário (praticado com fins

utilitários imediatos), a filologia, a fonética, a gramática (concebidas segundo uma fórmula demasiado próxima do modelo próprio às línguas europeias) e um comparativismo (nebuloso e apriorístico) predominavam. Poucos destes trabalhos, embora posteriores ao nascimento da ciência da linguagem contemporânea, haviam considerado e empregado as descobertas saussurianas e estruturalistas.

Igualmente, foi necessário tudo reavaliar, com a ajuda de consultores, pesquisadores e professores africanos e estrangeiros; impôs-se sensibilizar os universitários e pesquisadores africanos para os problemas linguísticos e fazê-los concederem bolsas de estudos para pesquisas nos Estados Unidos da América do Norte, na Europa e na União Soviética.

A ação da UNESCO

Uma vez definidas, pelos Estados, as diretrizes gerais e as opções de princípio, a ajuda da UNESCO permitiu identificar as dificuldades metodológicas e técnicas e indicar possíveis soluções, elaborar programas operacionais para um conjunto de países e de línguas, bem como contribuir para a formação dos quadros nacionais, convocados a supervisionarem a execução destes projetos, equipando-os devidamente[5], e tudo isto graças a consultas junto a especialistas e reuniões regionais e sub-regionais de expertos.

A tabela 18.1, excerto de uma publicação da UNESCO, descreve o grau de complexidade desta tarefa.

A ação da UNESCO pouco a pouco sistematizou-se e permitiu a obtenção de decisivos resultados, em matéria de coleta das tradições orais e da promoção das línguas que veiculam estas tradições.

Entre as grandes referências desta ação, não podemos deixar de mencionar a adoção do Projeto de Redação de uma *História Geral da África* (1964); a organização da Conferência Linguística de Bamako (1966), a qual estabeleceu a transcrição uniformizada de certas línguas vernaculares do oeste africano; a definição de um Plano Regional Coordenado de Pesquisa sobre as Tradições Orais (1968); a ajuda na publicação de textos literários e iniciativa de grande valor cultural como *Kaidara* (1968); a elaboração, a adoção e a implementação do Plano Decenal para o Estudo Sistemático da Tradição Oral e para a Promoção das Línguas Africanas na Qualidade de Veículos da Cultura e

5 Para uma análise detalhada desta ação da UNESCO, conferir A. I. SOW, 1977.

TABELA 18.1 DIVISÃO POR PAÍS DAS PRINCIPAIS LÍNGUAS NACIONAIS AFRICANAS. A TABELA APRESENTA A SITUAÇÃO E AS POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM 46 ESTADOS INDEPENDENTES DA ÁFRICA, COM EXCEÇÃO DOS PAÍSES DO MAGHREB (ARGÉLIA, MARROCOS E TUNÍSIA) E DO MASHREK (EGITO E LÍBIA) ONDE O ÁRABE É A LÍNGUA OFICIAL.

País	População	Nº de línguas	Línguas dominantes	Locutores (milhões ou %)	Extensão geográfica	Outros países onde a língua é falada	Estatuto[a]	Utilizações[b]	Nível da pesquisa[c]	Instituições encarregadas da pesquisa
Angola	7	11	umbundu	1,5	Centro		N	RTL	2	Instituto nacional das línguas africanas, Centro de investigação pedagógica (CIP) do Ministério da Educação: o português
			kimbundu	1	Norte +Centro		N	RTL	2	
			kikongo	0,5	Norte	Congo, Zaire	N	RTL	2	
			lunda-kioko	0,4	Oeste	Zaire, Zâmbia	N	RTL	1	
			ngangela	0,35	Sudeste		N	RTL	1	
			nyaneka-humbe	0,2	Sudoeste		N	RTL	1	
			português		Uso generalizado		O	Aa ($E_{1,2,3}$) PRTL	3	
Benin	3,5	52	bariba	0,35	Nordeste	Nigéria	N	aRT	2	Comissão nacional de linguística, Direção da alfabetização e da imprensa rural, Departamento dos estudos linguísticos e da tradição oral, Universidade Nacional do Benin
			fon	0,5	Sul + Centro		N	aRT	2	
			iorubá	0,35	Sudeste + Centro	Nigéria, Togo	N	aRT	4	
			yom		Noroeste		N	aR	1	
			ditammarie		Noroeste		N	aR	2	
			francês		Uso generalizado		O	A($E_{1,2,3}$) PRTL		
Botsuana	1	+/- 9	setswana	90%		África do Sul, Namíbia, Bophutatswana	NO	Aa($E_{1,2m}$) PRL	3	National Language Committee, National Institute for Research, Universidade de Botsuana
			inglês		Uso generalizado		N	Aa($E_{1,2,3m}$) PRL	4	
Burkina-Fasso	7	60	moore	48%	Centro (uso generalizado)	Costa do Marfim, Gana	N	a($E_{0,3m}$) PRTL	3	Direção geral da pesquisa científica e tecnológica (DGRST), Instituto Nacional para a alfabetização e a formação de adultos (INAFA), Comissão Nacional das línguas voltaicas (CNLV)
			joola		Oeste (uso generalizado)	Mali, Níger, Costa do Marfim, Guiné, Senegal	N	a($E_{0,3m}$) PRTL	3	

			fulfude	10,4%	Norte	Níger, Mali, Guiné, Senegal, Mauritânia	N	$a(E_0)$ PRTL	3	SIL, IRAP
			dagari-lobi	7%	Sudoeste	Gana	N	aRL	2	Universidade de Uagadugu, DEPFD
			bobo-bwamu	6,7%	Oeste	Mali	N	aRL	2	
			senoufo	5,5%	Sudoeste	Costa do Marfim, Mali, Níger	N	R	1	
			gourounsi	5,3%	Centro + Sul	Gana	N	aPRL	2	
			bisa	4,7%	Sul		N	aRL	1	
			gulmancema	4,5	Leste	Benin, Togo, Níger	N	aPRL	2	
			francês	7,5%	Uso generalizado		N	$Aa(E_{1,2,3})$ PRTL	4	
Burundi	4,2	1	kirundi	4,2	Uso generalizado	Ruanda, Tanzânia, Uganda, Zaire	NO	$a(E_{1,2m,3m})$ PRL	3	ALLR, ARFA, COO, CEPK, DLLA, CCB
			suaíli	10%		Tanzânia, Quênia, Uganda, Zaire, etc.		$(E_{3m})R$		
			francês		Uso generalizado		O	$A(E_{1,2,3})$ PRL	4	
Camarões	8	237	árabe (choa)		Extremo Norte	Chade		R	1	CREA, Departamento das línguas africanas e de linguística, Faculdade de letras, SIL, CERDOTOLA
			bamum		Oeste			aRL	2	
			basaa		Centro e litoral			aPRL	3	
			beti-fang		Centro + Sul	Guiné Equatorial, Gabão, Congo		aPRL	3	
			duala		Litoral			a_0RL	3	
			ejagham		Noroeste	Nigéria		a_0RL	3	
			fe'fe'		Oeste			$a(E_{0,1})L$	2	
			fulfulde		Extremo Norte, Norte e Adamawa	Senegal, Sudão		RL	3	
			gbaya		Leste	República Centro-Africana		RL	3	
			ghomala		Oeste			aRL	3	
			hauçá		Extremo Norte,	Nigéria, Níger			4	

					Norte			a_0RL	2	
			lamnso		Noroeste			a	2	
			mafa		Extremo Norte			aRL	2	
			medumba		Oeste			aRL	2	
			mungaka		Oeste			R	1	
			meka		Leste			aRL	2	
			ngyemboong		Oeste			a	3	
			vute	20%	Centro			RL	3	
			yemba		Oeste					
			pídgin- inglês		Litoral, Sudoeste, Oeste, Noroeste					
			inglês				O	$Aa(E_{1,2,3})$ PRL		
			francês				O	$Aa(E_{1,2,3})$ PRL		
Cabo Verde	0,3	2	crioulo-por- tuguês		Uso generalizado	São Tomé, Guiné-Bissau			2	
			português		Uso generalizado		O	$Aa(E_{1,2,3})$ PRL	4	
Comores	0,34	3	árabe		Uso generalizado	Somália, Sudão, etc.	O	$Aa(E_{1,2,3})$ PRL	3	
			suaíli			Tanzânia, Quê- nia, etc.	N		3	
			francês		Uso generalizado		O	$Aa(E_{1,2,3})$ PRL	4	
Congo	1,4	15	kikongo	75%	Sul	Angola, Zaire	N	RTL	3	INRAP, INSSED, Depar- tamento de linguística e de literatura oral
			lingala		Norte	Zaire	N	RT	3	
			francês		Uso generalizado		O	$Aa(E_{1,2,3})$ PRTL	4	
Costa do Marfim	7,3	60	baoule	1,8	Centro	Gana, Togo		RT	2	ILA, IES, ILENA, IHAAA, CERAV, GRIO, SIL
			joola	1,5	Noroeste	Mali, Guiné,		RT	2	
			bete	0,9	Centro-Oeste	Burkina Fasso		RT	2	
			senoufo	0,8	Norte, Centro	Burkina Fasso,		RT	1	
			yakouba (dan)	0,35	Oeste	Mali		RT	1	
			francês		Uso generalizado	Libéria	O	$A(E_{1,2,3})$ PRTL	4	

Jibuti	0,25	3	afar	31%		Sudão, Somália, etc.	O	RT RT			
			árabe	5,4%		Somália		RT	3		
			somali	36%				A($E_{1,2}$)			
			francês		Uso generalizado		O	PRTL	4		
Etiópia	30	70	amárico	60-65%	Uso generalizado		N	Aa ($E_{1,2m,3m}$) PRTL	3		Ethiopian Languages Academy, Institute of Languages Studies, Universidade de Addis-Abeba, Curriculum Development Division, Ministério da Educação
			oromo	27%		Quênia		aPR			
			tigrinya	14%				aPR	1		
			inglês					($E_{1m,2,3}$) PRTL	4		
Gabão	1	42	fang	35%	Noroeste	Camarões				2	ORSTOM, IRSH
			myene		Oeste					1	
			francês		Uso generalizado		O	Aa($E_{1,2,3}$) PRTL		4	
Gâmbia	0,6	?	mandinka (malinquê)	42%		Costa do Marfim, Senegal, Mali		$a_{0,1}$R			
			pular (pulaar, fulfulde)	18%		Guiné, Guiné-Bissau, Senegal, Mali, etc.		$a_{0,1}$R			
			wolof	16%		Senegal, Mauritânia		$a_{0,1}$R			
			joola	9,5%		Costa do Marfim, Guiné-Bissau		R			
			soninquê	8,7%		Mali		R			
			inglês		Uso generalizado		O	Aa($E_{1,2,3}$) PRL			

Gana	11	46	akan	6	Centro-Sul	Costa do Marfim		a($E_{1,2m,3m}$) PRTL		Bureau of Ghana Languages, Curriculum Research and Development Division, School of Ghana Languages, Universidade de Gana, Universidade de Cape-Coast, Ghana Institute of Linguistics
			ewe	2	Sudeste	Togo, Benin		a($E_{1,2m,3m}$) RTL		
			ga	1	Região de Accra			a($E_{1,2m,3m}$) RTL		
			dangme	1,5	Sudeste			a($E_{1,2m,3m}$)L		
			dagare	0,3	Noroeste	Burkina Fasso		a($E_{1,2m,3m}$)L		
			gonja	0,02-3	Centro-Norte			a($E_{1,2m,3m}$)L		
			kasem		Norte			a($E_{1,2m,3m}$)L		
			dagbani	0,35	Nordeste			a($E_{1,2m,3m}$) RTL		
			nzema		Sudoeste	Costa do Marfim		a($E_{1,2m,3m}$) RL		
			hauçá		Norte	Níger, Nigéria, etc.		RL		
			inglês		Uso generalizado			A($E_{1,2,3}$) PRTL		
Guiné	6,6	21	fulfulde	2,4	Média-Guiné	Mali, Senegal, Camarões, Níger, etc.	N	Aa ($E_{1,2m,3m}$) PRTL	2	Academia de Línguas, SNA, IPN, Cadeira de Linguística
			mandinka	1,7	Alta-Guiné (Leste)	Mali, Gâmbia, Burkina Fasso	N	Aa ($E_{1,2m,3m}$) PRTL	2	
			soso	1,3	Baixa-Guiné (Oeste)	Serra Leoa	N	Aa ($E_{1,2m,3m}$) PRTL	2	
			kissi			Serra Leoa	N	a($E_{1,2m,3m}$)R	2	
			kpelle			Libéria	N	a($E_{1,2m,3m}$)R	2	
			loma				N	a($E_{1,2m,3m}$)R	2	
			konyagi				N	a($E_{1,2m,3m}$)R	2	
			basari				N	a($E_{1,2m,3m}$)R	2	
			francês		Uso generalizado		O	A($E_{1,2,3}$) PRTL	4	

Guiné-Bissau	0,3	?	balata	30%				R		
			pular (fulfude)	21%		Guiné, Senegal, etc.		A($E_{1,2,3}$) PRL	4	
			manjaku	14%						
			manding	12%		Guiné, Senegal, etc.				
			crioulo							
			português		Uso generalizado		O			
Guiné Equatorial	0,3	?	espanhol	Uso generalizado			O	A($E_{1,2}$) PRL	4	
Quênia	14	40	gikuyu	20%				a(E_1)R		Universidade de Nairóbi
			dholuo (luo)	14%		Uganda		a(E_1)R		
			luluya	13%				a(E_1)R		
			kikamba	11%				a(E_1)R		
			kalenjin	11%				a(E_1)R		
			ekegusi	6,5%				a(E_1)R		
			kimeru	5%				a(E_1)R		
			suaíli	65%	Uso generalizado	Tanzânia, Uganda, Zaire, Moçambique, Maláui, Comores, Somália, etc.	N	a($E_{1m,2m,3m}$) PRTL		
			inglês	16%	Uso generalizado		O	Aa($E_{1,2,3}$) PRTL		
Lesoto	1,3		sesotho	99%	Uso generalizado	Botsuana, África do Sul	O	A($E_{1,2m,3m}$) PRL	3	
			inglês		Uso generalizado		O	Aa($E_{1,2,3}$) PRL	4	
Libéria	1,8	25	kpelle (guerze)	23%		Guiné		PRT	1	
			grebo (kru)	22%				RT		

			baso (bassa)	16%					RT		t
			loma	6,6%					PRT		
			gio	6,1%					RT		
			mano	4,6%					RT		
			gola	4,7%					RT		
			inglês	40%	Uso generalizado				$A(E_{1,2,3})$ PRTL	4	
Madagas-car	3	1	malgaxe	3	Uso generalizado		O		$Aa(E_{1,2m,3m})$ PRTL	4	Instituto de Linguística Aplicada (ILA), Departamento de Língua e Literatura Malgaxe, Academia Malgaxe
			francês		Uso generalizado		O		$A(E_{1m,2,3})$ PRTL	4	
Malaui	5,6		chichewa (chinyanja)	80%	Uso generalizado	Moçambique, Zâmbia, Zimbábue		N	Aa $(E_{1m,2m,3m})$ PR	3	
			ilomwe	15%							
			ciyao	19%		Tanzânia, Moçambique					
			citumbuka	9%							
			chisena		(comum)						
			chitonga		(comum)						
			inglês	6%	Uso generalizado			O	$A(E_{1,2,3})$ PRL	4	
Mali	6	12	bamana (mandinga)	80%	Sul + Centro	Senegal, Guiné, Costa do Marfim, Guiné-Bissau, Burkina Fasso	N		a $(E_{0, m})$* PRTL	4	DNAFLA
			fulfulde	12%	Centro-Oeste	Países da África do Oeste	N		a $(E_{0,m})$* PRL	3	ISH
			soninquê	11%	Oeste	Gâmbia Costa do Marfim, Burkina Fasso	N		aR	3	

			senoufo	9,2%	Sul	Níger, Benin, Burkina Fasso	N	R	2	
			songhay	6,4%	Leste	Nigéria, Argélia, Líbia	N	a($E_{0,m}$)*R	1	
			tamasheq		Norte, Leste		N	a($E_{0,m}$)*R	1	
			francês		Uso generalizado		O	A($E_{1,2,3}$) PRTL	4	
Maurício	0,9		crioulo	94%	Uso generalizado	Reunião, Seychelles		PRT	2	
			hindustani	50%			N	($E_{1m,2m,3m}$) PRT		
			tamil	3,5%				(E_{1m})PR		
			telegu	2,1%				(E_{1m})R		
			francês	24%			N	($E_{1m,2m,3m}$) PRTL		
			inglês	2,8%	Uso generalizado		O	A($E_{1,2,3}$) PRTL		
Mauritânia	1,8	7	hassaniya (árabe)	80%	Norte	Países árabes	NO	Aa($E_{1,2,3}$) PRTL	4	Instituto Pedagógico Nacional (IPN), Instituto de Línguas Nacionais (ILN), Instituto Mauritano de Pesquisa Científica (IMRS), Universidade Nacional, Escola Normal Superior (ENS)
			wolof	3%	Sudoeste	Senegal, Gâmbia	N	a(E_0)R	3	
			fulfulde (pular)	7%	Centro-Sul, Sudeste	Mali, Senegal,etc.	N	a(E_0)R	3	
			soninquê	6%	Sul, Sudeste	Mali, Costa do Marfim, Burkina Fasso, Senegal	N	a(E_0)R	3	
			francês		Uso generalizado		O	A($E_{1,2,3}$) PRTL	4	
Moçambique	9,4		imakwa (ilomwe)	38%		Maláui		R		
			shitsonga	24%		Zimbábue, África do Sul		R		
			cisena (cipodzo)	10%				R		

			shona	10%		Zimbábue		R		
			suaíli	6,4%		Tanzânia,		R		
					Uso generalizado	Quênia,etc.	O	R	4	
			chichewa	1,2%		Maláui, Zâmbia		R		
			shichopi	4,5%				R		
			ciyao					R		
			cimakonde	2,2%				A($E_{1,2,3}$)		
			português	1,3%				PRL		
Níger	5,2	8	hauçá	1,8	Centro-Sul	Nigéria, Chade, etc.	N	A($E_{1,2,3}$) PRL	3	CELHTO
			songhay (zarma)	0,9	Oeste	Mali, Benin	N	a($E_{0,3m}$) PRTL	2	
			fulfulde (pular)	0,6	Uso generalizado	Mali, Senegal, etc.	N	a($E_{0,3m}$) PRTL	3	
			tamasheq (tuaregue)	0,5	Norte	Mali, Argélia, etc.	N	a($E_{0,3m}$) PRTL	1	
			kanuri	0,3	Leste	Nigéria, Camarões	N	a($E_{0,3m}$) PRTL	1	
			francês	10%	Uso generalizado	Chade	O	a($E_{0,3m}$) PRTL	4	
Nigéria	80	394?	hauçá	32%	Norte	Níger, Gana, Chade, Camarões, etc.	NO	Aa($E_{1,2,3}$) PRTL	4	Universidade Ahmadu-Bello, Zaria, Universidade de Sokoto, Universidade
			iorubá	25%	Oeste	Benin, Togo	NO	Aa ($E_{1,2m,3m}$) PRTL	4	de Maiduguri (+ kanuri, fulfulde), Universidade de Ibadan, Universite de Ife,
			igbo	22%	Leste		NO	Aa ($E_{1,2m,3m}$) PRTL	4	Universidade Bayero, Kano (+ fulfulde, kanuri); National Education Research Council,
			fulfulde (ful, fula)	8,6%		Camarões, Níger, Guiné, etc.	N	Aa ($E_{1,2m,3m}$) PRTL	3	Lagos; diversas associações acadêmicas Yoruba Association, Ibadan,
			efik/ibibio	5,3%			N	a($E_{1,3m}$) PRL	2	Universidade de Ife, Lagos

			kanuri	4,1%			N	a($E_{1,3m}$) PRT	3	
			tiv	2,5%			N	a($E_{1,3m}$) RT	2	
			ijo	2%	Níger, Chade		N	a($E_{1,3m}$) RT	2	
			edo	1,7%			N	a($E_{1,3m}$) RT	2	
			nupe	1,2%			N	a ($E_{1,2m,3m}$) PRTL	1	
			igala	1%			N	a($E_{1,3m}$) PRTL	1	
			idoma	0,9%			N	a($E_{1,3m}$) RT	1	
			inglês	15%	Uso generalizado		O	a($E_{1,3m}$) RT	4	
República da África do Sul	31	10	xhosa		Sul	Lesoto, Zimbábue	N	(E_1)PR		
			zulu		Leste	Botsuana, Suazilânia, Moçambique	N	(E_1)PR		
			sotho		Centro + Sul	Lesoto	N	(E_1)PR		
			afrikaans					A($E_{1,2,3}$) PRTL		
			inglês		Uso generalizado		O	A($E_{1,2,3}$) PRTL		
Ruanda	5,3	1	kinyarwanda	100%	Uso generalizado	Burundi, Tanzânia, Uganda, Zaire	NO	Aa ($E_{1,2m,3m}$) PRL	4 1	INRS, MINEPRISEC (Escritório Pedagógico), UNR
			suaíli		Nas cidades	idem		($E_{2,3m}$)R		
			francês		Uso generalizado		O	A($E_{1m,2,3}$) PRL	4	

São Tomé e Prín-cipe	0,08		crioulo		Uso generalizado		O			
			português		Uso generalizado		O	$A(E_{1,2})$ PRL	4	
Senegal	5,9	19	wolof	80%	Uso generalizado	Gâmbia, Mau-ritânia	N	$a(E_{0,1})$ RLT	3	IFAN, CLAD, Faculdade de Letras, Universidade
			fulfulde (pular)	21%	Nordeste, Sul	Guiné, Mali, Gâmbia, Bur-kina Fasso, Níger, etc.	N	$a(E_{0,1})$ RLT	2	
			sereer	13%	Centro, Centro-Oeste	Gâmbia	N	$a(E_{0,1})$ RLT	2	
			joola	7%	Sul	Gâmbia	N	aRL	1	
			mandinka (malinquê)	6%	Sul, Leste	Guiné-Bissau, Mali, Gâmbia	N	aRL	1	
			soninquê	2%	Leste, Sul	Mali, Gâmbia, Mauritânia, Guiné	N	aRTL	1	
			francês	15%	Centros urbanos		O	$Aa(E_{1,2,3})$ PRTL	4	
Sey-chelles	0,06		crioulo	100%	Uso generalizado		O/N	PRL		
			francês	15%			O/N	$A(E_{1m,2m})$ PRL	4	
			inglês	35%	Uso generalizado		O/N	$A(E_{1,2})$	4	
Serra Leoa	3,1	18	mende	31%		Guiné, Libéria	N	$Aa(E_{1,3m})$ PR		
			temne	30%		Guiné, Libéria	N	$Aa(E_{1,3m})$ PR		
			limba	8,4%			N	R		
			kono	4,8%			N	aR		
			fulfulde	3,1%		Guiné, Níger, etc.	N	R		
			loko	3%			N	R		
			kissi	2,2%		Guiné	N	R		
			krio	1,9%				R		
			inglês		Uso generalizado		O	$Aa(E_{1,2,3})$ PRT		

Somália	5,2		somali	98%	Uso generalizado	Etiópia, Quênia, Jibuti	NO	Aa($E_{1,2,3}$) PRTL	4	Somali Academy of Sciences and Art, Somali Language Department, Universidade Nacional da Somália, Curriculum Development Unit, National Adult Education Centre, Ministério da Educação
			suaíli	0,6%		Tanzânia, Quênia, etc.				
			árabe	75%	Uso generalizado	Sudão, Emirados Árabes Unidos, etc.	O	A($E_{1m,2m,3m}$) PR	4	
			italiano	10%				(E_3)P	4	
			inglês	15%				($E_{2m,3}$)P	4	
Sudão	17,8		árabe	50%	Uso generalizado	Emirados Árabes Unidos, Somália, etc.	NO	Aa($E_{1,2,3}$) PRTL	4	
			dinka	10%				($E_{1,3m}$)R		
			nuer	4,5%				R		
			zande	2,1%		Zaire		(E_1)R		
			moru	10%				(E_1)		
			inglês		Uso generalizado			($E_{1m,2,3}$) PRL	4	
Suazilândia	0,53		siswati	91%			N	a($E_{1m,2m}$) PRT	3	
			inglês		Uso generalizado		O	A($E_{1,2,3}$) PRTL	4	
Tanzânia	18	150	suaíli	90%	Uso generalizado	Quênia, Uganda, Burundi, Ruanda, Zaire, Moçambique, Maláui, Somália, Zâmbia, Comores	NO	Aa($E_{1,2,3}$) PRTL	4	Departamento de Suaíli e de Literatura, Institute of Kiswahili Research, Conselho Nacional de Suaíli, Instituto de Suaíli e de Línguas Estrangeiras, EACROTANAL
			inglês		Uso generalizado		O	A($E_{1m,2,3}$) PRTL	4	

Togo	2,3	50	ewe	22%	Sul	Benin, Gana	N	Aa($E_{1,2m}$) PRTL	4	Academia Ewe, Centro de Estudos e de Pesquisas da Kara (CERK), Instituto Nacional das Ciências Educativas (INSE), IPN, Departamento de Linguística da Universidade do Benin.
			kabye	13%	Centro		N	Aa($E_{1,2m}$) PRT	3	
			francês	35%	Uso generalizado		O	A($E_{1,2,3}$) PRTL	4	
Uganda	12,4		luganda	39%			N	Aa($E_{1,2m}$) PR	3	DLLA, CELTA, IRS, BUZATRA, ISP, Centro Nacional, IPN, etc.
			ateso (+ karimojong)	10%			N	Aa($E_{1,2m}$) PR		
			runyankore (+ rukiga)	15%			N	Aa($E_{1,2m}$) PR		
			rutooro	6,2%			N	Aa($E_{1,2m}$) R		
			lwo (acholi + lango)	10%			N	Aa($E_{1,2m}$) PR		
			lugbara	3%			N	Aa($E_{1,2m}$) PR		
			suaíli	35%		Tanzânia, Quênia, etc.	N	Aa($E_{1,2m}$) PRL	3	
			inglês	21%	Uso generalizado		N	Aa($E_{1,2m}$) PRTL	3	
Zaire	30	220	suaíli	39%	Leste, Norte, Sudeste	Tanzânia, Quênia, etc.	N	Aa ($E_{1,2,3m}$) PRTL	3	ILA, IREM, INEF, CERDOTOLA
			lingala	25%	Norte, Noroeste		N	Aa ($E_{1,2,3m}$) PRTL	3	
			ciluba	22%	Centro-Sul	Congo, República Centro-Africana	N	Aa ($E_{1,2,3m}$) PRTL	3	
			kikongo	14%	Oeste, Sudoeste	Congo, Angola	N	Aa ($E_{1,2,3m}$) PRTL	3	
			francês		Uso generalizado		O	Aa ($E_{1,2,3m}$) PRTL	4	

								Aa ($E_{1m,2m}$) PR			
			cinyanja (chichewa)	42%		Maláui, Moçambique	N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR		3	
			citonga	23%			N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR			
			silozi	17%			N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR			
			luvale	8%			N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR			
			kikaonde	7%			N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR			
			lunda	5%		Angola	N	A ($E_{1,2,3}$) PRTL			
			inglês	26%	Uso generalizado		O			4	
Zâmbia	5,1	40	icibemba	56%		Zaire	N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR	4		
			cinyanja (chichewa)	42%		Maláui, Moçambique	N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR	3		
			citonga	23%			N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR	3		
			silozi	17%			N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR			
			luvale	8%			N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR			
			kikaonde	7%			N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR			
			lunda	5%		Zaire, Angola	N	Aa ($E_{1m,2m}$) PR			
			inglês	26%	Uso generalizado		O	A($E_{1,2,3}$) PRTL	4		
Zimbá- bue	7,5	8+	shona			Moçambique	N	a(E_1)RLT		3	University of Zimbabwe
			ndebele				N	a(E_1)RLT		3	
			inglês		Uso generalizado		O	a($E_{1,2,3}$) PRLT		4	

O estatuto das línguas é aquele definido por um ato estabelecido, legislativo ou regulamentar: N = língua nacional; O = língua oficial.
Os diferentes empregos das línguas nos países:
A = utilização no serviço público (nacional ou local), incluindo parlamento, justiça, forças armadas e polícia, discursos políticos, etc.;
a = utilização na alfabetização;
E = utilização no ensino público:
$_0$ = em aulas experimentais,
$_1$ = no ensino primário,
$_2$ = no ensino secundário,
$_3$ = no ensino superior e universitário,
$_m$ = como disciplina;
P = utilização na imprensa escrita;
T = utilização na televisão;
R = utilização na radiodifusão;
L = presença na literatura escrita da língua.
O nível da pesquisa traduz-se pela existência de uma documentação nesta língua (descrições científicas, textos):
1 = documentação insuficiente e insatisfatória;
2 = documentação insuficiente e parcialmente satisfatória;
3 = documentação satisfatória, mas em volume limitado;
4 = documentação satisfatória, em qualidade e quantidade.

[Fonte: UNESCO, 1985a.]

Instrumentos da Educação Permanente (1972); a contribuição para o estabelecimento, para equipação e funcionamento, não somente do Centro Ahmed Baba de Tombouctou (para os manuscritos árabes e *ajami* do Sahel e do Sudão Ocidental), mas, em suplemento, dos centros sub-regionais de pesquisa sobre a tradição oral e sobre as línguas africanas, tais como o CELHTO (Centro de Estudos Linguísticos e Históricos através da Tradição Oral), em Niamey, no referente à África Ocidental, o CERDOTOLA (Centro Regional de Documentação sobre as Tradições Orais e as Línguas Africanas), em Yaoundé, para a África Central, bem como o EACROTANAL (Eastern African Centre for Research on Oral Traditions and African National Languages), em Zanzibar, no concernente à África Oriental e Central.

Cada uma das instituições do Plano Decenal, assim implantadas com a ajuda internacional, coordena as atividades de pesquisa de interesse sub-regional e assegura a publicação de obras científicas de nível universitário, tanto em línguas africanas da sub-região quanto sobre elas. Alguns dentre eles como o Centro de Niamey, inclusive publicaram uma revista (*Cahiers du* CELHTO) e coleções bilíngues (língua africana/língua europeia) de grandes textos históricos, literários ou filosóficos.

Através da organização de reuniões periódicas de expertos, a UNESCO também incentivou encontros e debates científicos de ideias, entre especialistas africanos e do restante do mundo, desenvolvedores de estudos sobre as línguas, as culturas e os temas africanos[6].

Ela patrocinou a tradução da História Geral da África em algumas línguas veiculares da região (árabe, swahili, haussa, fulfulde), assim como a elaboração, no início dos anos 1980, de dicionários gerais e culturais das línguas swahili, yoruba, fulfulde, etc.

Os estudos africanos fora da África

Um dos maiores resultados da descolonização consiste, certamente, no considerável desenvolvimento dos estudos africanos fora da África, não somente nas universidades das antigas metrópoles coloniais, onde eles viveram um renasce,r

6 A reunião de Bamako (1979), sobre a utilização das minas africanas regionais ou sub-regionais, e a sua consorte, realizada em Conakry (1981), sobre a definição de uma estratégia relativa à promoção das linhas africanas, constituem exemplos.

mas igualmente e sobretudo em numerosos países da África Oriental e Setentrional, nas Américas e na Ásia.

Sobre o irresistível impulso das comunidades africanas da América do Norte, Central e do Sul, e em consequência da emergência de uma potente corrente de interesse relativamente aos "assuntos africanos", numerosas universidades dos Estados Unidos da América do Norte, do Caribe e do Brasil criaram centros de estudos africanos e instituíram em seus programas de estudo a temática africana de ontem e de hoje, as suas línguas e literaturas, as suas culturas, etc.

Os estudos sobre as línguas árabe, swahili, yoruba e haussa, para citar somente alguns exemplos, desenvolveram-se consideravelmente na América do Norte. Foi profundamente emocionante para os camponeses da África dos dias atuais acolherem, em seus países, viajantes ou jovens colaboradores americanos do Peace Corps, pesquisadores japoneses ou europeus, dirigindo-lhes a palavra em fulfulde, swahili, yoruba, wolof, haussa, entre outras, como se eles houvessem, desde sempre, habitado a comunidade vizinha!

A Agência de Cooperação Cultural e Técnica (ACCT), originalmente criada para defender e desenvolver a língua e cultura francesas no mundo, financiou significativos trabalhos e pesquisas sobre as línguas e literaturas africanas. Ela patrocinou a elaboração e a publicação de obras bilíngues com o objetivo de promover e facilitar a sua adequada difusão no mundial. O entusiasmo pela África, pelas suas línguas e culturas, foi tamanho que ele conduziu a suscitar vocações em meio aos próprios universitários e quadros intelectuais africanos, encorajando os Estados, pela mesma ocasião, a conferirem-lhes maior interesse, a investirem maiores recursos e a desenvolverem, com maior vigor, o ensino e a pesquisa de nível superior que lhes eram dantes consagrados.

Qual seria o perfil do amanhã?

Em termos gerais, a conquista da "soberania internacional", pelos povos africanos, ofereceu-lhes a oportunidade de ampliação dos horizontes e perspectivas. Entretanto, a ajuda externa, proveniente de todas as partes aos seus respectivos países, não contribuiu de forma inexorável para acrescer os meios de resistência cultural contra a dominação estrangeira. Com efeito, as clivagens e o peso relativos ao seu passado recente, na qualidade de povos colonizados, as tergiversações e a inexperiência dos seus governantes, a atomicidade das suas iniciativas, a dispersão e o desperdício dos seus recursos e dos seus esforços nacionais, estes fatores não lhes permitiram em nada encarar a situação em sua

totalidade, tampouco definir uma problemática, uma estratégia e um programa operacional capazes de guiar, de forma segura, a sua marcha rumo à unidade e à libertação desejada.

Sem dúvida, a análise crítica e a utilização consequente das conclusões pertinentes a alguns encontros regionais ou mundiais, tais como a Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na África (Accra, 1975) e a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (México, 1982) ou ainda, as reuniões regionais de expertos, tais quais aquelas organizadas periodicamente pela UNESCO nas capitais africanas, sobre as culturas, as línguas ou as políticas linguísticas, teriam permitido inverter esta tendência, oferecendo aos dirigentes a visão global e serena que todavia lhes faltava.

Mas, de forma peremptória, resta-nos que estas conclusões não parecem ter sido assimiladas e utilizadas no sentido de esclarecer a prática, quiçá a política cultural, de qualquer Estado africano.

O horizonte do ano 2000 e os grandes desafios

Nos Estados da África contemporânea, é verossímil que poucos se preocupem em dominar a prática escrita e oral das línguas africanas, ignorando-se, muito amiúde, os progressos consumados com ajuda internacional pelas pesquisas linguísticas.

Ora, sem o desenvolvimento prioritário destas línguas, não é cabível, para a África e os africanos, alcançarem um desenvolvimento econômico endógeno e a promoção sociocultural, em prazos humanamente aceitáveis. Mais do que nunca, no início do terceiro milênio, o tempo urge contra as línguas africanas.

Da tradição oral à comunicação oral

No momento em que se utiliza apenas o magnetofone para gravá-las e enquanto transforma-se o teclado da máquina de escrever tradicional para tentar transcrevê-las, de imediato e tão logo, é urgente apressar-se, para assimilar e saltar as etapas consumadas da mini fita-cassete, dos discos compactos e da máquina de escrever elétrica e assim compor o pelotão dos utilizadores do DVD e das máquinas de tratamento de texto!

Chegadas muito tardiamente ao encontro da galáxia Gutenberg, as línguas africanas, como bem o sabemos, ainda estão distantes de recuperar este atraso e saldarem as suas contas com a escrita.

Ora, frequentemente saturadas de escritura, as outras línguas do mundo evoluem, nos tempos atuais e a passos largos, em direção à oralidade e à imagem. Esta oralidade não consiste, absolutamente, naquela que caracteriza a comunicação em línguas africanas ou em uma oralidade artesanal, na qual a voz humana não pode ser sucedida senão pela linguagem dos tambores; trata-se, ao contrário, de uma nova oralidade, nascida da escritura e da indústria, uma oratória técnica na qual o vídeo desempenha o papel decisivo.

Entre o bom desempenho e o perecimento

Os demógrafos estimam, a persistirem os atuais ritmos de crescimento, que a população africana atingirá 850 milhões de habitantes em 2000, o equivalente a 14% da população mundial neste ano (contra 10,6% ao final dos anos 1980), além de preverem que entre estes africanos, 297,5 milhões terão menos de quinze anos. Quais línguas falarão eles, então, em um continente no qual o grau de urbanização aumenta de forma acelerada?

Tal como as culturas por elas incorporadas e veiculadas, com efeito, as línguas africanas sofrem, nos dias atuais, mutações implacáveis, dentre as quais, algumas imputáveis ao domínio irrestrito das línguas estrangeiras de âmbito comunicativo mundial e a sua utilização em todos os campos da vida cotidiana nacional.

Embora o tabuleiro linguístico mundial tenda, atualmente, para uma simplificação excessiva em proveito destas poucas línguas universais, tudo acontece como se as línguas africanas, à imagem de outras línguas minoritárias, fossem resistir e subsistir.

Entretanto, para perdurarem, elas deverão evoluir; ao suporem, por parte dos Estados, uma visão global mais clara, sobre os objetivos e as necessidades, em referência aos programas operacionais adequados e meios fundamentais (humanos, técnicos, financeiros), com vistas a implementar o necessário para alcançar estes objetivos e suprir estas necessidades. Este cenário denota, em última instância, a imprescindível ultrapassagem do tempo das hesitações e dos improvisos, do expediente e do provisório, visando enfim, elaborar uma verdadeira política linguística.

Comissões de terminologia serão incumbidas de fazer o inventário dos conhecimentos científicos e técnicos acumulados pela humanidade, em sua tota-

lidade, e integrá-los sistematicamente às línguas africanas, ao mesmo tempo em que outras unidades de pesquisa criarão e animarão, sem tardar, uma imprensa, especializada e popular, integralmente a serviço desta linguagem.

Trata-se de algo supostamente indubitável nos dias atuais que, diante de nós, a revolução técnica determine, neste final de século, a formação de grandes conjuntos geopolíticos e socioculturais, imposição esta concomitante ao recurso à rapidez que abole as distâncias e integra as mais isoladas periferias do mundo, graças à comunicação baseada em tecnologias de ponta e sempre mais eficientes. Nesta corrida pela universalidade e pela rapidez vertiginosa, o amadorismo deve ser abandonado e a África está obrigada, ainda que somente para manter a soberania sobre o seu espaço, a levar os computadores e os satélites a falarem as suas línguas.

Seria demasiado exigir, do conjunto destas economias neocolonizadas e degradadas, a superação destes desafios? A explosão das antigas unidades territoriais, pré-coloniais e coloniais, naturalmente fez nascer, na África atual, Estados incapazes de administrarem a si próprios e, muito amiúde, fadados à mendicância no cenário internacional.

No limiar do terceiro milênio, a África está confrontada a numerosos desafios estratégicos, culturais e linguísticos. Exitosamente ou não, as suas línguas, no que lhes é essencial e até então, se haviam defendido com relativo sucesso, contra os graves perigos que a ocupação colonial fazia pesar sobre elas, ano após ano. Mas, não se tratará de uma proteção, pura e simples, dos conhecimentos, naquilo que lhes diz respeito, fragilizados pelas suas próprias condições de perpetuação e modos de transmissão.

Sob pena de deixar-se ocupar e, definitivamente, submergir por valores artificiais ou superficiais, bem apresentados e difundidos, a África deverá assegurar a sua presença e o seu desempenho, integrada a uma nova era e sob a insígnia da eletrônica. Recolhidos, analisados, recontextualizados e transmitidos pela escrita, assim como pela imagem e pelo som, desde o fim deste segundo milênio, os conhecimentos ancestrais dos africanos permitirão às gerações futuras voltarem às suas fontes e manterem os indispensáveis laços íntimos com o seu passado.

CAPÍTULO 19

O desenvolvimento da literatura moderna

Ali A. Mazrui com a colaboração de *Mario de Andrade,*
M'hamed Alaoui Abdalaoui, Daniel P. Kunene e *Jan Vansina*

O período transcorrido desde os anos 1930 é, incontestavelmente, aquele que conheceu o mais notável impulso da literatura escrita na África[1]. O desenvolvimento da educação e a expansão da alfabetização, bem como o sensível aumento numérico dos africanos aos quais se abriram as portas para os estudos universitários, este novo quadro criou um ambiente instruído em razão do qual emergiram novos escritores e constituiu-se um público crescente de *leitores* e potenciais *auditores* de literatura africana.

As formas mais correntes de criação literária no curso deste período são, primeiramente a poesia e a eloquência, em seguida o drama e o teatro e, finalmente, o romance. Entretanto, a crônica, o ensaio e a bibliografia, muito presentes, aparecem após estes gêneros dominantes. A eloquência e a poesia talvez constituam gêneros literários que mais facilmente se adaptaram à tradição autóctone. A África sempre teve poetas, oradores e autores de canções. No encontro entre as tradições poéticas autóctones e as novas formas importadas do mundo ocidental operou-se o contato cultural, sob muitos aspectos o menos doloroso, da literatura.

Se a poesia consistia na forma literária autóctone melhor enraizada nas tradições do continente, o romance ali apresentava-se como a forma mais estran-

1 Este capítulo deve muito aos trabalhos anteriores de A. A. MAZRUI, em particular A. A. MAZRUI, 1975a, e A. A. MAZRUI e M. BAKARI, 1986a e 1986b.

FIGURA 19.1 Um griô, tradicional contador de histórias africano. (Foto: Musée de l'Homme, Paris.)

geira. Inclusive, no próprio mundo ocidental, este gênero é, antes e sobretudo, um produto do século XIX e da revolução industrial. Mas, na África assim como no Ocidente, o *conto* fora, bem entendido, a forma primordial, facilitava a passagem à crônica. A dificuldade não residia na complexidade da matéria, pois que existe, ao menos há um milênio, na África Ocidental, griôs contavam, à excelência, narrativas épicas, muito longas e sabiamente construídas. Contudo, o romance, na qualidade de meio de expressão artística a elaborar uma história singular baseada em personagens, uma intriga ou relato, ultrapassava além das convenções dos griôs. Em meio a todas as formas literárias que irromperam na África durante a dominação colonial europeia, o romance surgia, sob muitos aspectos, como a mais puramente europeia.

No desenrolar do presente capítulo, examinaremos os grandes temas abordados pela literatura, na justa medida dos seus laços internos com a história geral da África, sem buscar apresentar uma exposição completa de todos os aspectos desta literatura. Não estudaremos as evoluções de natureza formal ou estilística, não tentaremos retraçar a história dos círculos, organizações e revistas literárias,

além de não deixarmos à margem o complexo jogo de influências e inovações advindas, com o passar das gerações.

Previamente à abordagem dos principais temas da literatura africana, falta-nos antes dizer algumas palavras, relativas às dificuldades econômicas e técnicas, a terem bloqueado e freado sobremaneira a produção literária. A escassez de gráficas, a falta de editoras de um porte razoável, na maioria das regiões do continente, bem como o oneroso custo dos livros constituem os maiores obstáculos. Em suplemento, o escritor tinha pouquíssimos compatriotas conhecedores das línguas europeias, eram ainda mais raros aqueles capazes de adquirir livros. Quando se escreve em língua africana, paradoxalmente, está-se confrontado a problemas análogos. Os seus textos podem ser apreciados por um número cada vez maior de leitores, de todas as condições sociais, entretanto, o seu poder de sedução encontra-se restrito pelo alcance da própria língua. Embora não diga respeito à língua árabe, eles constituíram uma verdadeira tragédia para numerosas obras escritas em línguas da África Subsaariana.

Os novos artistas de expressão oral – ainda existentes – são ignorados pelas pesquisas literárias, dada a sua expressão e malgrado a sua contemporaneidade, sob uma forma associada ao arcaísmo. Ademais, eles somente atingem o público que os escuta. Assim sendo, os autores orais africanos da atualidade padecem com a ausência de um auditório africano diversificado e, em razão disso, sofrem as consequências. Em derivação da rara possibilidade de diálogo, eles estão condenados ao solilóquio e, por via de regra, não produzem a sua arte senão para um punhado de confrades ou em dedicação a plateias confidenciais. Em respeito à tradição oral, uma proporção relevante de autores e contadores são *mulheres*; dotadas de formidável domínio sobre a palavra dita e de uma bela virtuosidade, elas ilustram-se tanto em poesia quanto na narrativa. Os primeiros escritos de Grace Ogot inscrevem-se, desta forma, na linhagem de uma antiga tradição luo de relato oral.

Poesia e política

Antes de abordarmos o romance, voltemo-nos para a mais intimamente africana entre todas as formas literárias, a poesia. No curso deste período, o laço por ela mantido com a *política* constituiu uma das suas mais marcantes características. Muitos fatores contribuíram para o estabelecimento deste laço, notadamente o nacionalismo cultural e a própria utilização, não estranha a este fenômeno, dos provérbios do falar tradicional. O recurso à Bíblia e ao Corão,

FIGURA 19.2 À esquerda: Aimé Césaire, escritor francês da Martinica. À direita: Léopold Sédar Senghor, do Senegal, membro da Academia Francesa. (Foto: Gamma, Paris.)

na qualidade de fontes de inspiração poética, igualmente desempenhou um importante papel na experiência poética africana deste período. Mas, na raiz deste conjunto, a inspirar tanto a poesia quanto algumas formas do discurso político, encontra-se a *emoção*.

Nenhum povo da África, talvez, tenha produzido uma poesia tão fortemente ligada ao *nacionalismo* quanto os somalis. John Drysdale demonstrou a sua surpresa ao perceber o quão era encorajado o nacionalismo somali, pelo "chamado à nação dos poetas somalis[2]", e Colin Legum notou que, em função do desejo de reunificação dos somalis, a sua poesia estava, muito amiúde, "fortemente marcada pela ideia de 'amputação' e de 'desmembramento' da nação somali[3]". A poesia das mulheres somalis, embora menos politizada, em nada se dissocia do patriotismo.

Uma forma diferente de nacionalismo cultural apareceu entre os africanos de Paris, ao longo dos anos 1930. Inspirados pelo surrealismo e pela sua revolta contra a tirania da linguagem e da arte burguesas, os africanos francófonos de Paris lançaram um movimento de rebelião contra a colonização do espírito africano, permanecendo todavia circunscritos a um quadro de referência europeia[4]. A política imperial francesa de assimilação cultural provocou uma ação africana

2 J. DRYSDALE, 1964, p. 15.

3 C. LEGUM, 1963, p. 505.

4 W. SOYINKA, 1985, p. 564.

de reivindicação da *negritude* que se tornaria uma experiência pan-africana de excepcional alcance. Escritores originários da África e das Antilhas reuniram--se em poesia, para expressarem a dor da separação relativa aos ancestrais e afirmarem o valor da tradição e da autenticidade africanas. O encontro entre o martinicano Aimé Césaire e o senegalês Léopold Sédar Senghor contribuiu particularmente no lançamento das bases do movimento literário da negritude. Inclusive, foi Aimé Césaire quem inventou a palavra "negritude", antes de engajar-se naquilo que Nietzsche chamara uma "inversão de valores", que o faz reconhecer:

Ceux qui n'ont inventé ni la poudre ni la boussole
Ceux qui n'ont jamais su dompter la vapeur ni l'éléctricité
Ceux qui n'ont exploré ni les mers ni le ciel [...]
Ma négritude n'est pas une pierre, sa surdité ruée contre la clameur du jour
Ma négritude n'est pas une taie d'eau morte sur l'oeil mort de la terre
Ma négritude n'est ni une tour ni une cathédrale:
Elle plonge dans la chair rouge du sol[5].

Escritores como Jean-Joseph Rabearivelo (Madagascar), Tchicaya U Tam'si (Congo) e Yambo Ouologuem (Mali) juntaram-se ao movimento literário africano reivindicando e opondo-se ao imperialismo cultural europeu, uma cultura africana.

Da mesma forma reuniram-se as forças do mundo poético e do mundo político. Nos primeiros anos deste período, era difícil distinguir entre os poetas interessados na política e os homens políticos interessados na poesia. Observa-se frequentemente que antes de desempenhar um papel político em seus respectivos países, o senegalês Léopold Sédar Senghor era poeta, o guineense Fodeba Keita atuava como produtor de balé, o marfinense Bernard Dadié desempenhava a função de romancista e o marfinense Cofi Gadeau se apresentava como dramaturgo. Arte e militância eram, naquele tempo, inseparáveis[6], certas revistas africanas exerciam então um papel decisivo em sua fusão, notadamente, a

5 "Aqueles que não inventaram nem a pólvora e nem a bússola/Aqueles que jamais souberam dominar o vapor e tampouco a eletricidade/Aqueles que não exploraram nem os mares e nem os céus.../Minha negritude não é uma pedra, sua surdez atirada contra o clamor do dia/Minha negritude não é uma fronha de água morta sobre o olho morto da terra/Minha negritude não é nem uma torre e nem uma catedral/ Ela mergulha na carne vermelha do solo." Citado em J.-P. SARTRE, 1963.

6 No tocante às características desta questão na África francófona, conferir T. HODGKIN e R. SCHACHTER, 1960, p. 387.

Présence africaine (Paris), a *Black Orpheus* (Ibadan) e a *Transition* (Kampala e Accra)[7].

É legítimo, principalmente nas sociedades de tradição oral, considerar a *arte oratória* e a *eloquência* como formas de criação literária. Examinaremos igualmente, no presente capítulo, uma forma particular de fusão entre a arte oratória e a poesia.

Arte estrangeira e militância africana

A arte oratória e a eloquência são, sem sombra de dúvidas, setores bem-sucedidos da literatura africana, como puderam convencer-se todos aqueles que ouviram os argumentos apaixonados de Patrice Lumumba ou foram conquistados pela inesquecível eloquência de al-Nasser. Infelizmente, não existem senão raríssimas gravações destes discursos.

Até o momento da independência, o militante africano, ao atrelar a arte ao discurso político, não se inspirava somente nas formas artísticas autóctones. O homem político africano, colocando a poesia em favor da retórica política, não se servia unicamente na fonte da poesia autóctone. A fronteira era igualmente imprecisa, tanto entre a arte e a militância, quanto entre o mundo autóctone e o mundo exterior. A África mobilizou as línguas e a literatura europeias em benefício da libertação e da eloquência africanas.

O amor dos africanos pela *sonoridade das palavras* lá empregadas era desmedido. Um dos primeiros conselhos que o jovem Nnamdi Azikiwe endereçou, ao retornar dos Estados Unidos da América do Norte, aos seus compatriotas da Nigéria, consistia em adverti-los contra o que chamou "subprodutos do complexo de imitação" e incitá-los a não se limitarem à resplandecência do conhecimento, enfatizando que "a capacidade em citar Shakespeare, Byron ou Chaucer não seria evidência de um saber original[8]".

Em *No longer at ease* [O Mal-estar], Chinua Achebe, o mais importante romancista da Nigéria, estigmatiza a apreciação dos seus concidadãos pelo exagero, através de um discurso, por ele atribuído ao presidente de uma Omuafia Progressive Union. Em uma peça de Wole Soyinka, principal autor dramático nigeriano e laureado com o Prêmio Nobel de literatura, um professor levanta-se

7 Conferir em particular P. BENSON, 1986.

8 Extraído de um discurso pronunciado em novembro de 1934, em Lagos. Conferir N. AZIKIWE, 1961, p. 23.

FIGURA 19.3 Wole Soyinka, da Nigéria, recebendo o prêmio Nobel de Literatura em dezembro de 1986. (Foto: Sipa Press, Paris.)

contra o hábito da expressão empregando palavras inglesas tão longas quanto ressonadas: “E ele não se deteve senão em razão de somente possuir o *Shorter Companion Dictionary* – a edição completa, por ele encomendada, não chegara até aquele momento[9].”

O crítico literário Donatus Nwoga, evocando alguns personagens da literatura popular da Nigéria, ridiculariza o emprego de palavras pomposas:

“Em *Veronica*, *my daughter*, o chefe Jombo, ao perceber que Veronica, sua filha, e Pauline, sua esposa, tentavam intimidá-lo com seu conhecimento superior em língua inglesa, convocou Bomber Billy, reputado pelas “bombas verbais” que sabia lançar [...]. Esta enxurrada de termos grandiloquentes deveria ter sucesso em um cenário na Nigéria, onde as grandes palavras sempre provocam muitos efeitos[10].”

9 W. SOYINKA, 1973.

10 D. NWOGA, 1965, pp. 28-29.

A literatura estrangeira não seduzia somente pela sua sonoridade verbal, ela permitia igualmente produzir traços característicos da sua índole – "enunciar uma moral ou embelezar uma história". A literatura europeia foi submetida às leis da conversação, regentes das línguas autóctones africanas, nas quais, frequentemente, a índole definia-se pela facilidade em citar provérbios variados, apotegmas estes que formam a base da arte oratória. Como nos diz um ditado yoruba, "O sábio que conhece os provérbios controla as dificuldades[11]".

O seu gosto pelos provérbios conduziu os africanos a fazerem uso, abundantemente, da citação de obras estrangeiras. Donatus Nwoga assinala que, segundo um provérbio ibo, pronunciar sem utilizar apotegmas corresponde a tentar subir na palmeira sem a ajuda de uma corda. Ele prossegue estabelecendo uma relação entre o uso de tradicionais palavras lapidares e o recurso a citações shakespearianas na África dos dias atuais:

"Eu penso que a tendência consistente em sustentar os seus propósitos através destes aforismos cumpriu o seu papel na literatura popular, onde toma o feitio do recurso às citações. Em *Veronica, my daughter*, a partir da página 20 até a página 23, sucedem-se citações de Richard Whateley, William Shakespeare, G. A. Gallock, Rudyard Kipling, Benjamin Harrison, William Ernest Henley e Henry Longfellow; posteriormente, encontramos outras citações de Goethe e de um poeta desconhecido[12] [...]".

A arte da citação mostra-se tão importante na eloquência política anticolonial quanto na conversação, os novos militantes da África esforçam-se frequentemente para conferir um ímpeto literário ao seu discurso.

Na primeira metade do século XX, as potências coloniais europeias na África – embora sensíveis à "sedição" e à "subversão" – subestimaram as incidências políticas das ideias que a poesia expressava. O chefe Obafemi Awolowo confessou igualmente, em sua autobiografia, que "alguns admiráveis versos de Shakespeare influenciaram a minha visão sobre a existência[13]". Em Uganda, o jovem Appolo Obote adotou um novo nome, Milton, em admiração pelo autor do poema clássico inglês, *Paradise lost*. Em 1934, quando na Costa do Ouro, o jovem Kwame Nkrumah apresentou, um pedido ao reitor da Lincoln University para

---

11 Conferir a introdução em C. LESLAU e W. LESLAU (org.), 1962.

12 D. NWOGA, 1965, p. 31.

13 "Shakespeare é o meu autor preferido. Eu li todas as suas peças e as reli parcialmente – como Júlio César, Hamlet, A Tempestade, Antônio e Cleópatra ou Henry V – mais de três vezes. Alguns admiráveis versos de Shakespeare, seguramente, influenciaram a minha visão de existência", O. AWOLOWO, 1960, p. 70.

ser admitido na instituição dos Estados Unidos da América do Norte, ele citou dois versos do poema *In Memoriam*, de Tennyson:

Des mondes si nombreux, et tant à accomplir,
[Mundos tão variados, e tanto a cumprir,]
Si peu de fait, de si grandes choses à attendre.
[Tão pouco de fato, e tão grandes coisas a esperar.]

Após mais de vinte anos, Nkrumah confirmou-o em sua autobiografia: estes versos "foram naquele momento para mim, e continuam a ser nos dias atuais, uma fonte de inspiração e um estimulante. Eles insuflaram-me a vontade de me preparar para servir o meu país[14]".

Igual e peremptoriamente revelador, o mais extenso e "sob certos aspectos decisivo" discurso que o próprio Nkhumah, alçado à condição de primeiro-ministro, pronunciou em 12 de novembro de 1956. Ele solicitava à Assembleia Nacional a aprovação das proposições constitucionais, emendas apresentadas pelo seu governo em favor da independência da Costa do Ouro. Nkhumah iniciou o seu discurso referindo-se à observação de Edmund Burke, segundo a qual "nós compomos um cenário muito visível e o mundo observa e avalia a nossa conduta", acrescentando: "Isto nunca foi tão verdadeiro quanto nos dias atuais. A maneira através da qual nós nos conduziremos, quando formos independentes, produzirá efeitos e consequências não exclusivamente para Gana mas, para toda a África[15]". Finalmente concluiu com os imortais versos de Wordsworth sobre a Revolução Francesa de 1789, declarando: "Eu espero que um dia nós possamos igualmente dizer, em uníssono, com William Wordsworth:

Quel bonheur en cette aurore-là d'être en vie,
Être jeune était déjà divin[16]!

A literatura europeia contribuiu, portanto e geralmente, quer seja de forma direta ou suscitando um novo interesse no tocante aos estilos locais de argumentação, para criar um elo entre a arte e a militância na África. Tal qual utilizaram as línguas europeias com novas finalidades derivadas da luta política, os patriotas africanos dispuseram, por certo tempo, a literatura europeia a serviço dos seus objetivos nacionalistas. Desde os seus primórdios, a poesia europeia ofereceu citações a estes intelectuais africanos, incitados por uma nova agressividade. A

14 K. NKRUMAH, 1960, p. V.

15 K. NKRUMAH, 1961, p. 71.

16 "Que felicidade nesta aurora estar vivo,/ Mas ser jovem era mais divino!". Ibid., p. 84.

literatura estrangeira estimulava, paradoxalmente, uma espécie de nacionalismo cultural no seio da nova onda de combatentes africanos pela liberdade. Ela ofereceu uma modalidade inédita para a fala proverbial. As suas inumeráveis referências, à Bíblia, ao Corão, aos cantos de louvor cristãos ou islâmicos, estimularam as sensibilidades da África. É sobre a literatura europeia e as línguas europeias que se apoiou, parcialmente, a arte oratória emergente no curso deste período da história africana. Se a arte oratória e a eloquência pertencem perfeitamente à literatura, esta época combinou de modo surpreendente a poesia estrangeira e a retórica africana.

Tom Mboya um dia recitou o poema *If* de Rudyard Kipling, diante de uma imensa multidão, na véspera de uma eleição em Nairóbi. O povo viera para escutar o seu último discurso antes do escrutínio e Mboya pôs-se subitamente a recitar um poema estrangeiro:

Si tu peux conserver ton courage et ta tête
Quand tous les autres les perdent,
Si tu peux rencontrer Triomphe après Défaite
Et recevoir ces deux menteurs d'un même front,
Si tu peux rester digne en étant populaire,
Si tu peux rester du peuple en conseillant les rois,
Alors les Rois, les Dieux, la Chance et la Victoire
Seront à tout jamais tes esclaves soumis,
Et, ce qui vaut mieux que la Couronne et la Gloire,
Tu seras un homme, mon fils[17].

Foi assim que este filho imortal do Quênia, esgotado pelos esforços da campanha, em meio à angústia da eleição pós-imediata, respondeu à expectativa dos seus compatriotas africanos, ansiosos por ouvirem os seus sábios discursos. Ele endereçou, posteriormente, a seguinte mensagem para a posteridade:

"Eu li, para a multidão, o poema *If* , de Rudyard Kipling, em sua íntegra. Perante o desafio da construção da nação, ninguém pode pretensamente ter

17 "Se és capaz de manter a tua calma quando/Todo o mundo ao teu redor já a perdeu e te culpa;/Se encontrando a desgraça e o triunfo conseguires/Tratar da mesma forma a esses dois impostores;/Se és capaz de, entre a plebe, não te corromperes/E, entre reis, não perder a naturalidade,/E se és capaz de dar, segundo por segundo,/Ao minuto fatal todo o valor e brilho,/Tua é a terra com tudo o que existe no mundo/E o que é mais – tu serás um homem, ó meu filho!". R. KIPLING, 1903, trad. em A. MAUROIS, Les silences du colonel Bramble, Grasset, 1950, pp. 93-94.

desempenhado um papel corajoso se não tiver [...], na hora fatídica, trazido uma contribuição a altura das circunstâncias[18]."

Uma vez mais, dois ramos literários, a poesia e a retórica, uniam-se. A poesia era estrangeira e imperial, a arte oratória e a eloquência eram profundamente africanas.

Kipling, o poeta do "fardo do homem branco", tornara-se o poeta da "ambição do homem negro". A literatura europeia colonizava o espírito africano mas, a um só tempo, o poema de Rudyard Kipling, mobilizado a serviço da África, era *descolonizado*. Kipling não teria ele dito, em 1923, que "as palavras são, sem sombra de dúvidas, a droga mais potente consumida pela humanidade[19]"?

Mas, consistindo em algo da sua própria natureza, o nacionalismo, na África tanto quanto alhures, é econômico e avarento quando se trata de admitir as suas fontes estrangeiras de inspiração – quer seja esta inspiração poética ou ideológica, shakespeariana ou leninista. Àquele que questionasse a razão da hesitação do nacionalismo em reconhecer a sua dívida, Ndabaningi Sithole, veterano dos homens políticos zimbabuano, poderia apresentar-lhe a melhor resposta. Partindo da ideia segundo a qual o nacionalismo é movido pela potência de uma energia primordial, aquela da pura ambição, a sua resposta é explicitamente shakespeariana. Por que os nacionalistas africanos modernos não reconhecem eles a sua dívida perante a literatura das potências coloniais? Ndaganingi Sithole cita aqui o poeta:

Mais c'est la régle
Que l'humilité soit, pour l'ambition naissante,
Une échelle, vers quoi reste tourné
Celui qui monte. Au faîte, cependant, Il se retourne,
Il regarde les nues, et vient à mépriser
Tous les degrés de sa montée obscure[20].

O orador africano, alcançando a mina representada pela literatura europeia, viu, venceu – e apoderou-se. Em seguida ele iniciou a sua subida.

18 T. MBOYA, 1963b, p. 114.

19 Em um discurso pronunciado em 14 de fevereiro de 1923, The Times, 16 de fevereiro de 1923.

20 "Mas é regra que a humildade é a escada para a ambição nascente,/À qual torna a face aquele que a sobe;/E uma vez alcançado o mais alto lance/Dá-lhe às costas, e do alto olha com desdém os degraus mais baixos/De onde ascendeu." Livre tradução de trecho de Júlio César de W. SHAKESPEARE, segundo citação de N. SITHOLE, 1959, p. 57. Ver também J. S. COLEMAN, 1963, pp. 114-115.

A musa da libertação

Entretanto, nem todos os militantes recorreram à poesia estrangeira para servir aos objetivos do nacionalismo africano. Alguns entre os novos militantes e combatentes pela libertação eram, eles próprios, poetas ou escritores. Haviam, dentre eles, fundadores de oficinas ou associações culturais cuja finalidade era estimular a criatividade literária. Entre eles, é necessário citar Agostinho Neto, que se tornou mais tarde o primeiro presidente de Angola independente.

Durante o inverno de 1948-1949, vários militantes "exilados" encontraram-se em Lisboa. O grupo era pequeno – compreendia Amilcar Cabral (1924-1973), Vasco Cabral, Marcelino dos Santos, Mario de Andrade e Agostinho Neto (1922-1979). Os intelectuais liam os poemas e falavam de literatura, quando Neto interrompeu-os para dizer:

"Hoje, eu recebi uma carta do meu amigo Viriato da Cruz – talvez vós tenhais ouvido falar a seu respeito. Trata-se de um de nós. Ele me informa terem organizado um centro cultural [em Luanda], batizado "Descubramos Angola". Ele igualmente comunicou que conduzirão estudos sobre a história e a arte populares africanas, escreverão crônicas e poemas, utilizarão igualmente os lucros obtidos com a venda das publicações para ajudar talentosos escritores em necessidades. Eu penso que nós poderemos proceder da mesma forma em Lisboa. Há aqui muitas pessoas que podem escrever poemas e contos, não somente sobre a vida dos estudantes mas, também, sobre os nossos países de origem – Angola, Moçambique, as Ilhas de Cabo Verde e São Tomé[21]."

Durante os anos 1950, Neto, Cabral e Mario de Andrade organizaram secretamente um Centro de Estudos Africanos cujo ambicioso objetivo consistia em promover o estudo dos povos negros colonizados, especialmente através do estudo e da promoção da criação literária africana. O ramo literário desta empreitada era a Casa dos Estudantes do Império. Em 1951, duas obras foram publicadas sobre a criação literária – Linha do Horizonte, de Aguinaldo Fonseca (Cabo Verde) e a antologia Poesia em Moçambique, sob a direção de Orlando de Albuquerque e de Victor Everisto. Entre os vinte e cinco mais célebres escritores de Moçambique representados na obra figuravam Orlando Mendes, Noemia de Sousa e Fonsesca Amaral.

A arte e a militância, uma vez mais, encontravam-se e atuavam em conjunto. O regime de Salazar, reagindo ao anti-imperialismo militante da África no

21 O. IGNATIEV, 1975, p. 15; segundo a tradução inglesa de M. FERREIRA, 1986, pp. 398-399.

pós-guerra, fechou a Casa dos Estudantes do Império, interditando-a desde 1952 até 1957. Em 1957, após o seu renascimento, esta instituição enfrentou regularmente as autoridades, antes de ser banida em definitivo, no ano de 1965.

Era então proibido empregar o termo "africano" para designar as "províncias portuguesas do além-mar". Para referirem-se à difusão das tradições africanas, os escritores da época colonial eram obrigados a criar jargões, dizendo, por exemplo: "difusão dos valores culturais do além-mar". Portanto, a África lusófona recebeu, como um banho de água fresca, as ideias da negritude e certos poemas da época tiveram uma verdadeira explosão carnal:

Et je soulève dans l' équinoxe de ma terre
Le rubis du plus beau chant ronga;
Et sur la rare blancheur des reins de l'aurore
La caresse de mes beaux doigts sauvages
Évoque l'harmonie tacite des lances dans le rut de la race,

Belles comme le phallus d'un autre homme,
Dressé dans les chairs ardentes de la nuit africaine[22].

Craveirinha – talvez o mais importante poeta não branco de Moçambique – foi preso em 1964 quando a guerra eclodiu em seu país. Entretanto, a ordem colonial não pôde mantê-lo calado, nem tampouco Agostinho Neto – ainda que os seus poemas tivessem sido, obrigatoriamente, publicados longe do alcance das autoridades portuguesas, como ocorrido em 1966, na Itália. A militância e a arte continuavam a compor um único todo[23].

No tocante a Léopold Sédar Senghor, constata-se uma relação mais complexa entre a arte e a militância, entre a poesia e a política. Embora buscasse salvar a cultura africana da arrogância desprezível da Europa, Senghor apaixonara-se pelo país que havia colonizado o seu. Eis como ele expressou-se:

Seigneur, parmi les nations blanches, place la France à la droite du Père.
Oh! je sais bien qu'elle aussi est l'Europe, qu'elle m'a ravi mes enfants
comme un brigand du Nord des boeufs, pour engraisser ses terres à canne et coton, car la sueur nègre est fumier.
Qu'elle aussi a porté la mort et le canon dans mes villages bleus, qu'elle a

22 "E alcei no equinócio de minha terra/O rubi da mais bela canção ronga;/E na alvura rara do dorso da alvorada/A carícia dos meus belos dedos selvagens/Evoca a tácita harmonia de lanças no cio da raça/Belos como o falo de outro homem/Eretos nas carnes ardentes da noite africana." Versão do poema de J. CRAVEIRINHA, 1964, p. 15, segundo tradução inglesa de A. S. GERARD (org.), 1986, pp. 407-408.

23 C. WAUTHIER, 1964.

dressé les miens les uns contre les autres comme des chiens se disputant un os [...]
Oui Seigneur, pardonne à la France qui hait ses occupants et m'impose l'occupation si gravement [...]
Car j'ai une grande faiblesse pour la France[24].

Senghor ilustra perfeitamente a fusão entre a revolta poética e a colaboração política, na caça pela autenticidade africana associada à herança colonial da dependência cultural africana. Ao mesmo tempo, um guerrilheiro namíbio colocava, de verso em verso, uma série de eloquentes questões, deixando a resposta ao leitor:

Nous réunirons-nous comme autrefois chez nous
Pour discuter et chanter comme autrefois
Pour marcher et nous asseoir comme autrefois
Chez nous ?
Nous réunirons-nous chez nous?
Et quelle retrouvaille cela sera !
Nous réunirons-nous comme autrefois sur notre
Terre bien-aimée ?
Sur la terre de notre cher espoir ?
Nous réunirons-nous comme autrefois chez nous
Pour enterrer la nostalgie du pays
Renvoyer le mal d'où il vient
Et nous libérer à jamais de la tristesse[25] *?*

No caso de personalidades como Neto e Senghor, é impossível determinar com precisão se estamos em presença de militantes tornados literatos ou criadores transformados em políticos. Mas, no caso de personalidades como o jovem Nkrumah e o seu Tennyson, Awolowo e o seu Shakespeare ou ainda Obote e o seu Milton, nós podemos com maior certeza percebê-los como militantes ao

24 "Senhor, entre as nações brancas, coloque a França à direita de o Pai./Oh! Eu sei que ela é também Europa,/que ela roubou meus filhos/ como um assaltante para fecundar suas lavouras/ de milho e algodão, porque o negro é adubo./Ela também trouxe morte e armas às minhas tristes aldeias,/E jogou meu povo um contra o outro,/como cães brigando por um osso.../Sim, Senhor, perdoe a França que odeia seus dominados/e ainda assim impõe tão duramente sua dominação sobre mim.../Porque tenho um grande fraco pela frança." L. S. SENGHOR, 1965, pp. 135-136.

25 "Vamos nos encontrar em casa de novo/Para conversar e cantar de novo/Para caminhar e sentar de novo/ Em nossa casa?/Vamos nos encontrar em casa?/Que encontro será!/Vamos nos encontrar de novo/na terra de nosso amor?/Na terra de nossa querida esperança?/Vamos nos encontrar de novo em casa/Para acabar com a nostalgia de casa/Remover o mal de casa/E da tristeza nunca ser livres?". Em C. O'Brien WINTER, 1977, p. 223.

serviço da literatura. Quanto a Julius K. Nyerere, mesmo alçado ao cargo de presidente da Tanzânia independente, as suas preferências literárias se haviam tornado suficientemente fortes, a ponto de conduzi-lo, como indicamos na introdução deste volume, à tradução em kiswahili das obras de Shakespeare, *Mercador de Veneza* e *Júlio César*.

Se a tentação da literatura formou, realmente, homens políticos da altura de Mboya e Awolowo, no curso dos últimos anos do colonialismo e dos primeiros anos da independência, a tentação da política, desde 1935, não poupou os escritores. Os primeiros militantes africanos consagraram-se, muito amiúde, à arte, ao passo que, posteriormente, os artistas se transformaram cada vez mais em militantes. É justamente esses escritores politizados que constituirão o objeto do nosso interesse.

Autenticidade: sete temas de conflito

Dada a impossibilidade em dissociar inteiramente o nosso estudo sobre a história da literatura na África das grandes questões gerais, nós examinaremos mais proximamente, nesta sessão, alguns dos principais domínios de interesse dos escritores no transcorrer deste período.

Muitos conflitos de valores, estreitamente ligados entre si, aparecem como temas dos escritores africanos. O primeiro destes temas versa sobre a oposição entre o passado e o presente da África. Muito frequentemente, o tratamento do tema revela uma profunda nostalgia, uma idealização daquilo que outrora existia ou possa ter existido.

Ligado ao precedente, o segundo tema aborda o conflito entre a tradição e a modernidade. Ele difere do primeiro na justa medida que esta dialética pode operar no mesmo período histórico. Esta questão permanece atual na África de hoje.

O terceiro tema, intimamente ligado aos precedentes sem, de forma alguma, identificar-se com eles, trata a oposição entre o mundo autóctone e o mundo estrangeiro. Pode tratar-se de uma luta pela supremacia entre as tradições autóctones e as tradições importadas. Igualmente, um debate teve lugar relativamente à existência de uma abordagem especificamente africana da modernização, a não implicar, necessária e simultaneamente, em uma ocidentalização.

O quarto tema da literatura deste período, e seguramente no tocante ao futuro, consiste no manifesto conflito entre o indivíduo e a sociedade, entre os direitos privados e o dever público.

O quinto tema, cuja atualidade não sobreveio no continente senão a partir dos anos 1960, diz respeito ao grande dilema entre o socialismo e o capitalismo, entre o anseio pela equidade e a busca pela abundância.

O sexto tema trata do dilema, estreitamente ligado ao precedente, entre desenvolvimento e autossuficiência, entre uma evolução econômica rápida sustentada por ajuda estrangeira, por um lado, e um progresso mais lento porém autônomo, por outro.

O sétimo tema, o mais fundamental, concerne à relação entre a africanidade e a humanidade, entre os direitos dos africanos na qualidade de membros de uma raça particular ou habitantes de um continente particular e os deveres dos africanos como membros da espécie humana.

O primeiro tema, ligado à nostalgia do passado, coincide com preocupações expressas pelo movimento da negritude que toca a África de expressão francesa. Constata-se uma idealização dos ancestrais, e por vezes uma obsessão pela dança e pelo ritmo, considerados como um dos aspectos da cultura ancestral. *O olhar do rei*, de Camara Laye, constitui a este respeito um impactante exemplo. Embora anglófono, Jomo Kenyatta, compartilhava este estado de espírito, não somente como escritor mas, igualmente, na qualidade de presidente do Quênia. Até o seu derradeiro dia, ele foi o mecenas de dançarinos tradicionais e passava longas horas a observar dançarinos de diversas origens culturais, participando inclusive às suas demonstrações. Esta obsessão pela dança era a manifestação musical e artística de uma nostalgia cultural, pois, segundo ele, "é justamente a cultura herdada que confere ao homem a sua dignidade humana[26]".

Joe Mutiga, compatriota e membro da mesma etnia de Kenyatta, evoca a figueira neste mesmo estado de espírito:

Saints arbres géants, vous éprouvez ma mémoire :
Sur vous des garçons attendant d'être circoncis
Jetaient fièrement des ndorothi pour montrer leur capacité
D'endosser des responsabilités sociales,
Pendant que tous dansent dans l'allégresse,
Portant fièrement le décorum tribal :
…
Souvenir des jours anciens
Lorsque les Agikuyu formaient une tribu,

26 J. KENYATTA, 1973; esta seção sobre a autenticidade deve muito à colaboração anterior do autor com M. Bakari da Universidade de Nairóbi.

Aujourd'hui fraction d'une nation [...]
[...] la beauté d'hier n'est plus[27].

A nostalgia do passado na África amalgama-se com os valores da tradição em conflito com a modernidade. Alguns escritores e poetas desta época sabiam muito bem que, caso se quisesse aumentar a produtividade, mais valeria aprender a utilizar o trator que dançar para fazer chover. Mas, os mais românticos dentre os poetas demonstravam nostalgia por estes ritmos de encantamento camponês, preferindo esta música de súplica ao canto de um cano de escape.

Joseph Waiguru, um diplomado de Makerere, escreveu um poema, *Round mud hut* – ode à casa redonda de terra –, veiculado pela BBC African Service e pela antiga Rádio Uganda. Ele vê a casa como um refúgio dividido por humanos e animais, adultos e crianças. Mas, a casa redonda está cercada – pois, a lógica da moderna habitação, com seus quartos separados, distancia os pais das crianças, separa os homens de seus animais colocados no curral e dissocia os habitantes de uma terra que, no entanto, eles compartilham.

La chaude case ronde
Fière jusqu'au bout
De ses nobles fils
Et filles
Est assiégée.
Jadis les pierres,
Dans un accord tripartite
Gardaient un feu
Et puis une marmite,
Une grande marmite bien chaude
Qui nourrissait
Des enfants noirs, noirs
...
L'agneau bêlant
Et la chèvre cornue
Les veaux ruminants
A l'extrémité parqués,

27 "Imensas sagradas árvores, vocês pesam a minha memória:/Sobre vocês garotos à espera da circuncisão/Orgulhosamente atiram ndorothi para mostrar habilidade/Para assumir responsabilidade social,/ Enquanto todos dançam com o coração cheio de alegria,/Mantendo orgulhosamente o decoro tribal:/ (...) Lembrança dos velhos tempos/Quando os Agikuyu eram uma tribo,/E hoje apenas parte de uma nação.../a beleza do antigo se foi." J. MUTIGA, 1965, p. 132; conferir também I. N. SHARIFF, 1988.

Partagent la chaleur
De la case ronde en terre.
Tout ceci et beaucoup plus
Peu à peu disparaît :
Peu à peu apparaît la tôle
Qui assiège le toit
Et fait prisonnières la calebasse,
L'assiette, la tasse, la lampe.
Qu'est-ce donc sinon un changement,
Un passage à la nouvelle maison oblongue ?
La case ronde en terre n'est plus[28].

Todavia, a modernidade na África não se opôs somente à tradição, ela identifica-se, também e essencialmente, à ocidentalização. Eis a razão da tão íntima ligação do conflito entre modernidade e tradição com o choque entre o mundo autóctone e o mundo estrangeiro. A própria situação dos escritores africanos consistia em, ao utilizarem as línguas europeias, conferir extrema atenção em distinguir aquilo que era nativo do país e o que lhe era estrangeiro. Três forças contribuíram ativamente nesta invasão do mundo estrangeiro nas sociedades africanas: o sistema de ensino de tipo ocidental aplicado em universidades-modelo, como aquelas de Dakar, de Ibadan ou de Makerere; o cristianismo ocidental, o qual importara novos paradigmas éticos e explicativos; a tecnologia, sobretudo em função do seu impacto sobre a evolução econômica e a produção material.

Os escritores deste período estiveram muito mais conscientes das implicações do ensino do cristianismo vindo do Ocidente, comparativamente ao que eles parecem ter sido, frente aos efeitos da tecnologia e das ciências ocidentais. No campo do ensino e de certo modo, eles percebiam que os novos métodos de instrução e de socialização provocavam formas de dependência cultural. Estava-se em vias de fabricar novos africanos, um pouco menos africanos que os seus pais em tempos idos. Jonathan Kariara, ao escrever em inglês no seio de uma

28 "A choça rotunda e aconchegante/Orgulhosa de seus últimos filhos e filhas/Permanece sitiada./De pedras antigas,/Em tríplice harmonia/Guardava um fogo/E então uma panela,/Uma panela grande e quente/Que nutria/Negras, negras crianças (...)/A ovelha balente/E o bode,/Novilhos ruminantes/No cercado contíguo/Compartilham o aconchego/Da rotunda choça de barro./Tudo isso e muito mais./Vagarosa e vagarosamente desaparecem:/Vagarosa e vagarosamente o ferro aparece/Toma o telhado/E aprisiona a cabaça./O prato, o copo, a lâmpada,/O que é isto senão uma mudança/Para a nova casa oblonga?/A rotunda choça de barro não existe mais. J. WAIGURU, em D. COOK (org.), 1965, p. 132; conferir também I. N. SHARIFF, 1988.

instituição universitária de tipo ocidental, pergunta-se então se não estaria ele sufocado por uma estrutura estrangeira:

Je m'étais allongé l'autre nuit et je rêvai
Tous on nous enduisait
De l'argile blanche de l'enseignement étranger,
Et elle étouffait, étouffait l'homme noir endormi
À l'intérieur:
Se réveillera-t-il perle dans une coquille d'huître
Ou pourriture[29] *?*

A literatura africana evocou, igualmente e em larga medida, o impacto do cristianismo. Certamente, o mais célebre exemplo de tratamento, no tocante a este tema, é *Le pauvre Christ de Bomba* [O pobre Cristo], de Mongo Beti. Os romances de Ngugi colocam em cena o choque de maneira recorrente, preocupação muito compreensível para um escritor kikuyu, vindo à idade adulta no ambiente da crise mau-mau. O impacto do cristianismo situou-se em múltiplos níveis: ele influenciou as concepções do saber, os métodos de educação das crianças, os rituais de iniciação e de passagem, o conceito do bem e do mal, além dos paradigmas explicativos dos fenômenos naturais, assim como, sob uma ótica mais ampla, a interpretação do domínio metafísico e sobrenatural. O cristianismo ocidental foi, por conseguinte, um fator fundamental de ocidentalização da África.

Okot p'Bitek chamou a atenção para a tendência dos africanos em recriarem os seus próprios deuses à imagem do Deus cristão. Eis o que ele diz a este respeito:

"Quando os especialistas das religiões africanas descrevem as divindades africanas como eternas, onipresentes, oniscientes, etc., eles sugerem que estas divindades tenham os mesmos atributos que o Deus cristão. Em outros termos, eles permitem supor que os africanos helenizaram as suas divindades antes mesmo de entrarem em contato com o pensamento metafísico grego [...]. Os africanos dizem que as suas divindades são 'fortes' e não 'onipotentes', 'sábias' e não 'oniscientes', 'ancestrais' e não 'eternas', 'grandes' e não 'onipresentes'. Tanto quanto Danquah, Mbiti, Idowu, Busia, Abraham, Kenyatta, Senghor e os missionários, os antropólogos cristãos do Ocidente moderno são contrabandis-

29 "Deitei-me na outra noite e sonhei/Que estávamos sendo moldados/Com um barro branco de educação estrangeira,/Que sufocava, sufocava o negro adormecido/ Lá dentro./Seria a pérola na concha da ostra?/ Ou meramente decomposição?" J. KARIARA, em D. COOK (org.), 1965, p. 100.

tas intelectuais. Eles dedicam-se a introduzir os conceitos metafísicos gregos no pensamento religioso africano. Essencialmente, as divindades africanas dos livros, revestidas de atributos do Deus cristão, são criações dos especialistas em religiões. Elas são todas de difícil reconhecimento para o africano ordinário do mundo rural[30]."

Okot p'Bitek tornou-se ulteriormente o mais eloquente dos rebeldes ugandenses em luta contra o imperialismo cultural ocidental. O seu poema, *Song of Lawino*, constitui uma das mais fortes afirmações da autenticidade cultural expressa na África.

A oposição entre o indivíduo e a sociedade esteve igualmente ligada, de certa maneira, ao impacto do cristianismo e da ideia protestante acerca da responsabilidade individual perante Deus.

O individualismo foi igualmente favorecido na África pelo conceito de propriedade privada introduzida pelo capitalismo ocidental. Em *East African childhood*, Joseph A. Lijembe descreve como ele descobriu o princípio da propriedade, após ter deixado a sua família e se ter inscrito em uma escola de tipo ocidental:

"Em casa eu nunca me preocupara com qualquer parcela da propriedade, cuja denominação 'minha' não seria jamais aplicada. Na escola, eu descobri possuir objetos que, por certo tempo, eram meus. Eu devia começar aprender a respeitar não somente minhas coisas mas, igualmente, aquelas pertencentes aos meus camaradas de turma ou à escola em seu conjunto[31] [...]."

O terceiro grande fator a favorecer o individualismo foi o novo espírito liberal introduzido pelas ideologias ocidentais. A especial prioridade, concedida pelo liberalismo ao individualismo, contribuiu para transformar o horizonte político dos escritores e dos intelectuais africanos em geral. Como diz Jonathan Kariara a propósito de um dos personagens dos seus contos: "Ele herdara duas coisas do homem branco, uma nova religião e o desejo de decidir por si próprio[32]."

No domínio político, o liberalismo ocidental contribuiu para suscitar a reivindicação do direito de voto para todos e formas liberais de autodeterminação. Na literatura, o individualismo produziu novos escritores. Afinal, a literatura oral tradicional era, em certo sentido, uma literatura sem autores, um patrimônio coletivo acumulado sem referência aos indivíduos. Ao contrário, os novos romances e poemas, as novas peças de teatro e os contos eram obras de artistas

30 O. p'BITEK, 1971, pp. 80 e 88.

31 J. A. LIJEMBE, 1967, pp. 25-26.

32 J. KARIARA, em D. COOK (org.), 1965, p. 95.

bem definidos, dos quais elas carregavam o nome ou o pseudônimo. O próprio nascimento de uma literatura escrita em línguas europeias marcou uma importante ruptura em relação às tradições coletivas de um patrimônio transmitido oralmente. Com a nova tendência, sobrevieram o direito autoral literário, os direitos dos autores versados individualmente e os regulamentos contra o plágio.

Por outro lado, algumas formas de expressão artística que os escritores exploravam, exigiam elas próprias, por sua vez, a capacidade de criação de personagens individuais verossímeis. Como nós indicamos acima, se o conto na África repousa as suas raízes nos contos populares e se a poesia moderna pode apresentar-se como a continuação da poesia ancestral, o romance, tal qual normalmente considerado e de forma manifesta, apresenta-se como uma forma de expressão artística estrangeira que a África atualmente desenvolve com finalidades próprias. Justamente, a história do romance está intimamente ligada à ascensão do individualismo ocidental. Molly Mazrui, na tese por ela defendida em Makerere, em respeito ao indivíduo e à sociedade no contexto de uma certa ficção africana, remete-nos ao primeiro romance inglês, *Robinson Crusoé*. Ela cita relativamente a este tema um crítico que afirma, sobre este livro, "os termos através dos quais se coloca o problema do romance, assim como da poesia moderna, foram estabelecidos quando a antiga ordem, ao acertar as suas relações morais e sociais, naufragou, juntamente com Robinson Crusoé, em razão da maré montante do individualismo[33]".

Aplicando esta observação às sociedades africanas, Molly Mazrui defende que elas foram, por assim dizer, afundadas pelo colonialismo. Em muitos domínios da vida, o individualismo tornava-se rapidamente a nova ordem das coisas:

"Numerosos romancistas africanos, aqui compreendidos Achebe e Ngugi, pesquisaram as causas do naufrágio e tentaram compreender se ele podia ser evitado ou não. Eles mostraram-nos a angústia e o conflito vivido tanto pelo indivíduo quanto pela sociedade, a fluidez dos valores e a evolução rápida das normas transformadas em realidade [...]. Podemos por múltiplas razões deplorar esta ascensão do individualismo na África, mas entre os seus aspectos mais positivos, faz-se necessário mencionar o nascimento do romance africano[34]."

O quinto conflito, vivenciado pelos escritores africanos, foi o dilema entre o capitalismo e o socialismo. O entusiasmo inicial dos africanos pela retórica socialista, senão pelo próprio socialismo, explica-se pelo conluio entre capitalismo e imperialismo. Uma vez que o socialismo era oposto ao capitalismo e o

33 I. WATT, 1969, p. 96.

34 M. MAZRUI, 1972, p. 407.

nacionalismo africano oposto ao imperialismo, as ideias nacionalistas na África perceberam-se na qualidade de uma fraternidade de armas com as ideias socializantes vindas de alhures.

A oposição à exploração, praticada por capitalistas locais ou imperialistas estrangeiros, começava naquele momento a inspirar os intelectuais africanos nas vésperas da independência. A afirmação desta ideia veio pouco mais tarde com escritores tais como Ousmane Sembene, Ayikwei Armah, Chinua Achebe ou Wole Soyinka, sem deixar de mencionar o precursor, Frantz Fanon.

Em 1988 – não mais que dois anos após a homenagem feita ao escritor Wole Soyinka – o Prêmio Nobel de literatura era novamente concedido à África. Desta vez o laureado foi Naguib Mahfūz, o maior romancista contemporâneo do Egito, muito preocupado com o problema da exploração. Na tradição de Dickens, uma grande parte da obra de Mahfūz diz respeito à vida dos pobres em meio urbano. Ele mostrou-se notavelmente sensível às nuances e às cores da vida nos subúrbios das cidades – particularmente em sua obra, a mais célebre, *Passage des miracles*.

O impacto do mundo ocidental sobre a África do Norte é amplamente evocado pela literatura do Magreb. A língua árabe e a língua francesa são concorrentes, do mesmo modo, como meios de expressão literária na Argélia, na Tunísia e no Marrocos. Várias revistas literárias contribuíram para promover novos talentos radicais. Na Tunísia, *Al-Fikr* [O Pensamento] desempenhou um papel literário histórico particular e por vezes político. A África do Norte está, igualmente, na vanguarda do combate literário pela libertação da mulher.

O tema da "ocidentalização" foi abordado no romance egípcio moderno, notadamente por Tawfik al-Hakim, em seu livro, outrora traduzido em inglês, *The Bird from the East* [O pássaro do Oriente] e Yahyā Hakki no curto romance lançado em inglês sob o título *The lamp of Ūmm Hashim* [A lâmpada de Ūmm Hashim]. Este tema revela uma profunda ambivalência cultural.

A ambivalência ideológica reencontra-se, igual e frequentemente, quando os escritores abordam o problema da exploração. Na África do Norte, por vezes, existiu um conflito entre o islamismo e a militância laica. Por todo o continente, o princípio da igualdade social frequentemente fascinou os romancistas, os poetas e os dramaturgos.

Um único dentre eles, Ngugi wa Thiong'o, evoluiu mais tarde em direção a um neomarxismo, no qual fundiram-se a sua revolta contra o imperialismo e a sua repulsa pelos capitalistas africanos locais. Através desta atitude, o escritor passava da preocupação, própria aos africanos no período às independências e cujo conteúdo era reposicionar a autenticidade autóctone, para um novo quadro
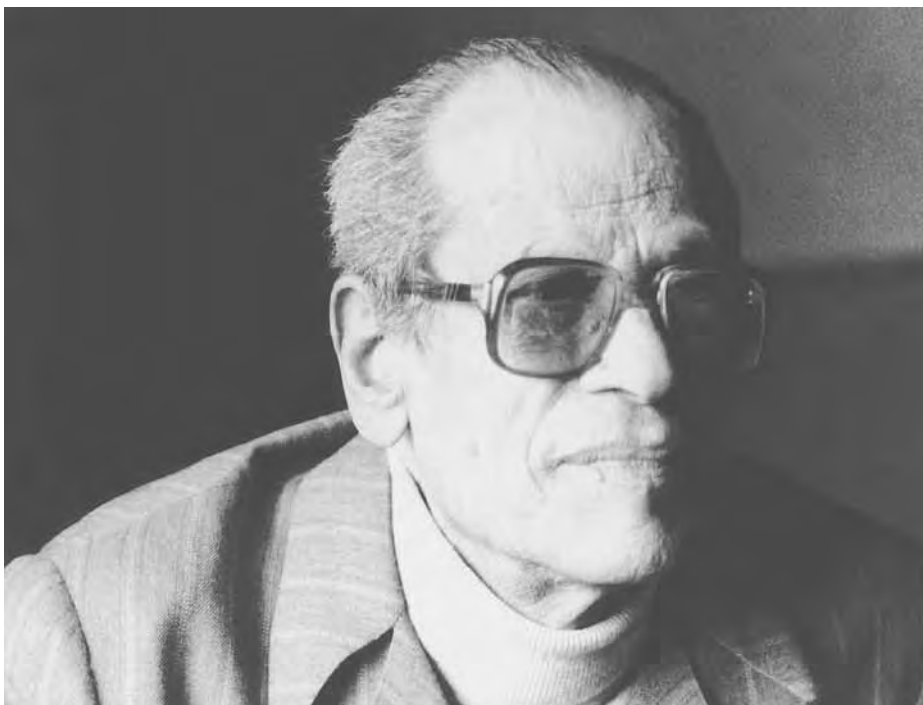
FIGURA 19.4 Naguib Mahfuz, do Egito, laureado com o prêmio Nobel de Literatura em outubro de 1988. (Foto: IMAPRESS, Paris.)

de engajamento, favorável a uma transformação da sociedade e à busca de uma maior equidade.

O sexto conflito por nós evocado está profundamente relacionado a esta passagem, das obsessões coloniais aos novos compromissos suscitados pelo processo de independência; trata-se da dialética entre a tentação de uma evolução econômica rápida, por um lado, e da disciplina da autossuficiência ou, quiçá, da renúncia, por outra parte. Como tema de interesse literário, esta dialética foi explorada de forma mais aprofundada na Tanzânia, com maior ênfase, no decorrer do último período durante o qual foi conduzida a política da Declaração de Arusha e da *ujamaa*. Fato relevante, o debate literário e a discussão sobre a autossuficiência na Tanzânia prosseguiram, de forma mais intensa, na literatura de expressão kiswahili comparativamente à sua presença em expressão inglesa. A poesia deste período na Tanzânia corresponde, essencialmente, à passagem das rimas disciplinadas de Shaaban Robert para os versos livres experimentais de Euphrase Kezilahabi.

A autossuficiência cultural mede-se na justa proporção do vigor literário kiswahili, na Tanzânia. Utilizar uma língua mais fácil e amplamente compreensível consistia, de per si, em um tributo à *ujamaa* e ao ideal de autenticidade.

A nova literatura política sobre a dependência na África, certamente, pertence a esta escola de pensamento e apresenta afinidades com a teoria da dependência, recorrente nos círculos latino-americanos. O debate articula-se em torno da ideia-mestra, segundo a qual, após a independência política, a luta pela autonomia econômica e pela autenticidade cultural da África não estava senão começando. As economias africanas permanecem invadidas pelo capital estrangeiro e os membros da própria burguesia negra são, fundamentalmente, os principais aliados dos interesses estrangeiros. A invasão cultural traduz-se, notadamente, pela predominância de uma cultura de consumo, pela persistência de estruturas educacionais da época colonial, pela infiltração produzida nas sociedades africanas pelas mídias e pelos veículos culturais eletrônicos estrangeiros, bem como pela perpetuação de políticas linguísticas ao serviço dos interesses da elite e das classes dirigentes, embora não suficientemente ao alcance dos ouvidos ou à altura das necessidades das massas. Constitui um sintoma desta dependência cultural profundamente enraizada, o fato da cultura, própria às elites africanas, continuar sob o domínio das línguas estrangeiras.

Entre as mulheres escritoras comprometidas com na luta contra o neocolonialismo, podemos citar Malara Ogundipe-Leslie, na Nigéria, Abena Busia, em Gana e Christine Obbo, em Uganda. A complexidade desta situação é notável pela irônica postura destas mulheres, precisamente, em razão de figurarem entre as mais ocidentalizadas da sua geração.

Entre os escritores políticos da África anglófona, interessados pela questão da dependência econômica, é possível citar Adebayo Adedeji, na Nigéria, Isa Shivji, na Tanzânia, Dan Nabudere, em Uganda e Atieno-Odhiambo, no Quênia. Chinweizu, na Nigéria, Okot p'Bitek, em Uganda, Ali A. Mazrui, no Quênia e Julius K. Nyerere, na Tanzânia, figuram entre aqueles mais, forte e especialmente, preocupados com a questão da dependência cultural. Os escritos neste campo são, sobretudo, universitários ou polêmicos, nos quais uma fraca proporção reveste, até o presente momento, a forma da poesia ou da ficção. O dilema básico entre o desenvolvimento dependente, por seu lado, e a autossuficiência na estagnação, por outro, é, invariavelmente, a última forma tomada pelos velhos dilemas, precedentemente incorporados na oposição entre tradição e modernidade ou entre o mundo autóctone e o mundo estrangeiro. Os escritores das primeiras décadas deste século apreenderam no tocante ao conflito entre a

FIGURA 19.5 Molara Ogundipe-Leslie, da Nigéria, professora universitária, poeta, autora de escritos literários, ensaísta e crítica. (Foto: com a autorização de M. Ogundipe-Leslie.)

modernização e a liberdade, justamente o que os escritores de hoje exploram em termos de conflito entre o desenvolvimento e a dependência.

Resta-nos, finalmente, a dialética crucial – aquela que põe em jogo a especificidade africana e a ideia de universalidade, a singularidade do africano e o universal da humanidade. Antes da independência, os escritores usavam continuamente a língua da humanidade, sobre e antes de tudo, para reivindicarem os direitos dos africanos.

Chinua Achebe falou em respeito ao "fardo do escritor negro". Ele estima que, se na África ocupada cabia ao escritor africano enfrentar a injustiça colonial, no tangente à África independente, o escritor deve continuar a denunciar a injustiça sempre que lhe for visível, inclusive quando se tratar de uma injustiça cometida por africanos contra outros africanos:

"... não devemos jamais renunciar ao nosso direito de sermos tratados, de forma absoluta, como membros da família humana. Cabe-nos aspirar à liberdade de expressarmos o nosso pensamento e os nossos sentimentos, inclusive

contra nós mesmos, sem inquietarmo-nos em saber se aquilo que dissermos poder-se-á consistir em algo estigmatizado como uma prova contra a nossa raça[35]."

Em certo sentido, a independência política contribuiu para ampliar o horizonte moral do conjunto de intelectuais africanos. Experimentar a tirania praticada por africanos contra outros africanos, após ter sofrido com a experiência da dominação dos africanos pelos brancos, corresponde a aprender a universalidade dos direitos e deveres do pecado e da redenção. A radicalização de escritores, como Kofi Awonoor e Lewis Nkosi, derivou deste engajamento em prol de novos imperativos categóricos. Alguns escritores não se contentaram em exigir direitos para os africanos ou para os negros, eles transcenderam ao pan-africanismo, qualidade particular de solidariedade, para buscar a identificação com os oprimidos em geral. Eles tornaram-se políticos, na justa proporção que os políticos de outrora se haviam transformados em literatos. Muhammad Sid-Ahmed, jornalista do *Al-Ahram*, no Cairo, é um dos representantes desta fé universalista.

No sétimo tema do conflito, entre o regionalismo e o universal, entre a africanidade e a humanidade, talvez resida a questão fundamental da autenticidade. A tensão entre passado e presente, tradição e modernidade, marca, em definitivo, uma contradição no tempo, entre diferentes épocas. O conflito entre o mundo autóctone e o mundo estrangeiro subjaz de uma dialética desdobrada no espaço. O confronto entre capitalismo e socialismo opõe valores. O dilema entre desenvolvimento rápido e autossuficiência na estagnação diz respeito, igualmente, aos valores, apresentando-se entretanto, nos termos das prioridades atribuídas aos políticos. Porém, em última análise, no coração da própria arte, encontramos a dupla dialética entre o indivíduo e a sociedade e entre a sociedade e o universal. As relações que o indivíduo mantém com o seu grupo social imediato e as relações deste grupo social com a própria humanidade delineiam o horizonte da exploração estética. Senghor a isto denominou "a civilização do universal".

Os escritores africanos, por nós evocados neste capítulo, participam, incontestavelmente, desta exploração. Confrontados aos males de um esquartejamento múltiplo – político, educacional, linguístico, estético e técnico – eles compuseram a vanguarda da luta para reaver a memória, em busca de uma derradeira renovação.

35 C. ACHEBE, 1966, pp. 138-139.

A literatura e a guerra

Embora a literatura africana do período pós-independência tenha acordado grande importância à questão militar, ela relativamente pouco se interessou pela guerra *stricto sensu*. Ao falarem dos militares, os escritores africanos evocaram, com maior ênfase, os anti-heróis de má índole, comparativamente aos heróis. Desenvolveu-se um antagonismo entre escritores e militares, salvo no que se refere aos combatentes pela libertação da África do Norte e da África Austral. Toda uma geração de escritores argelinos inspirou-se na luta armada. Todavia, até um poeta da libertação Dennis Brutus, na África do Sul, manifesta sentimentos ambivalentes em relação a "botas, baionetas e cinturões".

Pode-se, portanto, questionar sobre dois aspectos. Por que haveria, na África pós-colonial, tão poucas obras literárias sobre o heroísmo dos militares? Além disso, por que abundariam aquelas sobre a sua vilania?

A ausência de obras sobre o heroísmo não se deve a ausência de heróis. Os homens e as mulheres corajosamente mortos, pela causa que eles defendiam nas guerras africanas sobrevindas desde a independência, foram numerosos. Contudo, a natureza destes conflitos, ela própria, produzia uma dificuldade política em cantar a glória destes heróis. Excetuando-se aquelas travadas pelo Egito, grande parte das guerras advindas em países africanos independentes, foram guerras *civis* e, com frequência, guerras de secessão.

Chinua Achebe, embaixador extraordinário do Biafra, durante a guerra civil, tomou este conflito como tema para alguns dos seus escritos mas, a sua situação na Nigéria do pós-guerra dissuadiu-o a glorificar, demasiado abertamente, o Biafra e os seus heróis. As autoridades federais não teriam tampouco apreciado a reabertura das antigas feridas dos ibo.

A profetisa e combatente ugandesa, do final dos anos 1980, Alice Lakwena, foi uma Joana D'Arc não consumada; mas, o governo de Yoweri Museveni a considerava como uma "rebelde tribal", o que impôs um obstáculo à difusão de cantos em sua glória.

A ausência do tema relativo ao heroísmo militar, na literatura africana, explica-se, talvez e tão simplesmente, pelo fraco engajamento da elite nos combates das numerosas guerras conhecidas na África, após a independência. É verossímil que os poetas e escritores busquem a sua inspiração no sacrifício de outros intelectuais, seus confrades, em detrimento de procurá-la na morte de camponeses desconhecidos. Assim sendo, a morte de Christopher Okigbo, durante a guerra civil nigeriana, suscitou maior reação nos meios literários,

comparativamente ao demonstrado frente ao massacre de meio milhão de jovens ibo anônimos. Ali Mazrui escreveu o seu único romance, *The trial of Christopher Okigbo* [O processo de Christopher Okigbo], em meio ao golpe representado pelo desaparecimento deste companheiro intelectual.

No curso desta guerra, pouquíssimos membros da elite ibo ou intelectuais da Federação da Nigéria sentiram-se suficientemente envolvidos, a ponto de pegarem em armas nas fileiras biafrenses ou naquelas da Federação. Eles tomaram partido e ofereceram, por vezes, apoio ao seu campo, mesmo fora do âmbito militar mas, sem agregarem-se ao seu exército ou alistarem-se como voluntários para lutar no *front*. Assim descreve John De Saint Jorre, em sua notável obra consagrada à guerra civil na Nigéria:

"... a proporção de vítimas no seio da elite, em relação à grande massa, é ínfima, devendo constituir, sem dúvida, um recorde na história das guerras. Salvo algumas corajosas exceções, os intelectuais nigerianos e biafrenses, diferentemente dos seus homólogos, digamos, da Primeira Guerra Mundial ou da Guerra Civil Espanhola, não eram favoráveis a empunharem um fuzil para defender a sua causa. A guerra nigeriana produziu o seu 'Wilfred Owen' (o poeta biafrense Christopher Okigbo, morto no campo de batalha, em Nsukka, no início das hostilidades), entretanto, não vimos surgir o equivalente nigeriano ou biafrense de um Robert Graves, de um George Orwell ou de um Norman Mailer[36]."

A raridade do tema relativo ao heroísmo militar na literatura africana explica-se, igualmente, pelo fato que o tipo de fervor patriótico, a conduzir à glorificação dos heróis, é suscitado, com maior probabilidade, por uma guerra contra uma potência estrangeira. Ora, a África, sobretudo em sua porção subsaariana, não teve inimigos estrangeiros após a independência.

A guerra de outubro de 1973, entre Egito e Israel, foi reconhecida como um heroico combate dos egípcios e inspirou, junto a eles, poemas e canções. A guerra entre o Marrocos e a Frente Polisário, pelo controle do Saara Ocidental (reconhecido pela Organização pela Unidade Africana sob o nome de República Árabe Saharaui Democrática), foi vivida como uma guerra patriótica, em ambos os campos, fazendo nascer toda uma literatura heroica. As guerras do Chifre da África permitiram, outrossim, o nascimento de uma poesia marcada pela dor.

Para o Tchad, a Líbia foi uma potência estrangeira hostil e a sua luta contra a hegemonia Líbia contribuiu para a criação de poemas e cantos heroicos. Em 1987, o Tchad atingiu, pela primeira vez e em pleno cerne, a terra líbia: em razão

36 J. De Saint JORRE, 1972, pp. 374-375.

disso, o patriotismo líbio encontrou-se ferido como nunca e, em pouco tempo, o contra-ataque líbio em defesa da *al-watān* [a terra dos ancestrais] gerou um conjunto de obras composto de literatura heroica. O bombardeio americano sobre Trípoli e Benghazi em abril de 1986, cuja realização fez reviver, sobre o solo árabe, o heroico combate de Davi contra Golias, inspirara desde antes este tipo de cantos e poesia.

Ao sul do Saara, a imagem do guerreiro aparece, mais frequentemente, nas línguas autóctones – com maior recorrência a título de metáfora para formas de combate não militares. Quanto ao poeta swahili Kezilahabi, da Tanzânia, exclama-se: "Ah! Ser um guerreiro, banhar-me na água e no sangue!" (*Kichwa na Mwili*, 1974), não se trata precisamente de uma metáfora.

Portanto, as figuras heroicas de combatentes são raras na literatura africana, encontra-se aqui sobretudo militares apresentados como figuras negativas. Por que? Por que os escritores e os militares africanos se teriam eles tornado adversários? Uma das principais razões consiste no fato de, desde a independência, os militares se terem ocupado mais da política, comparativamente ao empenho manifesto por eles em fazer a guerra. Ora, ambos possuem uma visão discordante sobre a vida política. Com efeito, o verdadeiro antagonismo situa-se, talvez, entre os escritores e os *dirigentes*, sejam eles civis ou militares.

Muhammad Haykal, antigo redator-chefe do *Al-Ahram*, no Egito, foi um escritor político que atingiu uma grande popularidade sob o regime de al-Nasser, entretanto, no mandato posterior sob Anwar al-Sādāt, acabou atrás das grades. Contudo, a sua influência sobre o jornalismo árabe permaneceu imensa.

A obra mais marcada pela cólera e talvez a mais irracional de Wole Soyinka é *The man died* [O homem morto], onde ele dedica-se a uma severa acusação, não somente da tirania, como também dos próprios militares. No transcorrer do seu texto, ele manifesta o tormento da detenção à qual foi condenado, pelo regime do general Gowon, e o seu desprezo pelos militares, bem palpável em sua produção. Ngugi wa Thiong'o também foi detido, no Quênia, entretanto por um regime *civil*. Ao sair da prisão, os seus propósitos eram inspirados por uma cólera quase tão violenta quanto a de Soyinka.

O romancista mais reputado da Somália, Nuruddin Farah, escreveu uma trilogia contra a tirania militar em seu país natal. Procedente de uma família de poetas, escritores em língua somali, Farah abandonou a sua língua materna em sua obra literária, invocando as mazelas da repressão na Somália: se ele tivesse escrito em somali, praticamente não teria sido lido. Sob Siad Barre, com efeito, os seus livros foram interditados no principal mercado correspondente a esta língua, a própria Somália. Nestas peças de teatro, Farah retornou, igual e

FIGURA 19.6 André Brink, da África do Sul, escritor antiapartheid. (Foto: Sipa Press, Paris.)

frequentemente, sobre o tema da tirania. *Yūsuf and his brothers* [Yūsuf e os seus irmãos] apresenta-se como uma verdadeira história de heroísmo, escrita contra os horrores desumanos da repressão. Esta peça foi encenada na Nigéria, onde obteve um brilhante sucesso.

Em sua íntegra, a guerra não se inspirou em "fortes emoções poéticas, rememoradas na tranquilidade", esta persiste como uma das anomalias da literatura pós-colonial. Outra anomalia desta literatura reside no fato dos militares africanos, lá se apresentarem como figuras mais negativas que heroicas. Esta caracterização é observável na obra de Chinua Achebe, lançada em 1987, *Les termitières de la savane* [Os formigueiros da savana], o seu primeiro romance desde a guerra civil nigeriana. Em seu papel pós-colonial, os militares suscitaram, na região destes escritores, mais hostilidades que veneração – para o melhor ou para o pior.

A literatura e a sua tripla herança

À imagem dos outros domínios da cultura, a literatura africana é marcada por uma tripla herança na qual se conjugam os valores autóctones, as influências

islâmicas e o impacto da cultura ocidental. As diferentes disciplinas literárias reagiram diversamente nesta tripla herança.

A ficção africana, por exemplo, foi consideravelmente enriquecida pelo contato com o Ocidente, ao passo que a poesia autóctone africana, na África do Oeste ou nas costas do Oceano Índico, beneficiou-se, sobretudo, do contato com o islamismo. A própria cantiga, controversa sobre o plano religioso, soube mesclar o islamismo e a africanidade, por exemplo, nas composições da cantora de Zanzibar, Siti bint Saad.

Os somalianos desenvolveram, sob o nosso ponto de vista, uma cultura excepcional no campo da poesia oral e, inclusive, improvisada. Sayyid Muhammad 'Abdallāh Hassan, o seu maior herói nacional moderno, condensa as características (para dar um equivalente britânico) de William Shakespeare e de Winston Churchill. Dotado de uma excepcional *sabedoria*, este mulá foi, a uma só vez, o salvador da nação e o herói da língua. Ele viveu certamente antes da época estudada no presente volume, todavia a sua influência sobre a poesia somali contemporânea permanece tão importante que faz-se imprescindível considerá-lo como uma das forças da moderna literatura somali capaz de persistir até o fim do século XX.

Na Tanzânia, numerosos escritores não são muçulmanos mas as tradições poéticas swahili que os inspiram resultam, parcialmente, do contato entre o islã e a cultura africana. As palavras de origem árabe oferecem imagens em profusão e, assaz frequentemente, surge uma palavra banto e um sinônimo árabe, assim sendo, poetas swahili dispõem da vantagem em empregar dois termos para um mesmo conceito, por exemplo:

mapenzi e *mahaba* (o amor);
pwaa e *bahari* (o mar);
nchi e *ardhi* (a terra);
mnyama e *hayawani* (o animal);
mtu e *binaadamu* (o ser humano);
ngoja e *subiri* (a esperança).

Quando o poeta deseja expressar um novo conceito, ele pode explorar as duas fontes tradicionais nas quais consistem a herança banto e a herança islâmica.

Ademais, a poesia não tem como único destino as revistas literárias e eruditas. Os jornais tanzanianos preveem, na realidade e lado a lado da coluna dos leitores, uma seção intitulada Poemas para a Redação. Os leitores enviam poemas e versos muito variados, em referência a temáticas muito variadas, desde medicina tradicional até questões jurídicas da atualidade, passando pelos problemas

matrimoniais ou taxas de inflação. Entre estes poetas, partícipes dos debates na sociedade tanzaniana, figuram mulheres de grande talento.

Em uma nação banhada por tal clima literário, não causa espécie que o chefe de Estado tenha desejado completar a tríplice herança, por nós mencionada, traduzindo Shakespeare em kiswahili. Estas traduções, inclusive, desencadearam no país um debate de natureza estritamente literária: os versos não rimados seriam eles admissíveis na poesia swahili? Shakespeare, consoante com as regras da composição poética e da métrica inglesas, efetivamente escrevera as suas peças em versos não rimados. Contudo, o que era inadmissível em inglês, não forçosamente seria em kiswahili, de tal modo que o debate desviou-se da questão relativa à tradução das peças estrangeiras para a questão, mais fundamental, da natureza da poesia swahili, ela própria.

No que diz respeito às línguas e à literatura africanas, o islã desempenhou um papel de caráter mais paradoxal. Por um lado, ele parece intolerante no plano linguístico: para respeitar as regras, a oração deve acontecer em árabe e o muezim executa o seu chamamento em árabe; para preservar-lhe a sua dimensão sagrada, é necessário ler o Corão em árabe.

À primeira vista, estas exigências pareciam mais intransigentes no plano linguístico, comparativamente às práticas cristãs, pois que o catolicismo, ele próprio, reduzira o papel do latim no culto e no ritual. Para os cristãos, como Jesus falava o aramaico e em razão da Bíblia (de imensa influência na literatura africana) ser uma tradução desde a sua origem, era legítimo também traduzi-la em línguas africanas, de tal modo que ela encontra-se acessível, nos dias atuais, em mais de uma centena destas línguas.

Tudo acontece como se o Deus cristão fosse um deus no exílio. O cristianismo é uma religião que fracassou em sua terra original e triunfou alhures, o seu centro deslocara-se do ambiente judeu e de outros semitas, para junto aos europeus, não mais no Oriente Médio, mas no Ocidente. Portanto, era facilmente admissível aceitar a palavra de Deus mediante traduções.

O islã, ao contrário, triunfou junto aos primeiros beneficiados pela sua revelação, na língua desta revelação, o árabe. Restringir-se ao árabe, na qualidade de língua do culto, corresponde a vincular-se à autenticidade e circunscrever-se à poesia original do Corão – a influenciar diretamente algumas poesias nacionais africanas, como a poesia hawsa.

Entretanto, a fixação do culto ao árabe, teria ela ajudado ou prejudicado as línguas africanas, *lato sensu*, em seu contato com o islã? E o que dizer a este respeito sobre a poesia africana, em particular? Na África muçulmana subsaariana anterior à colonização europeia, o árabe não era a língua oficial do Estado mas,

a língua oficial da "Igreja", em outras palavras da mesquita. Global e consequentemente, houve um enriquecimento das línguas, tais como o kiswahili, o wolof, o somali, o tigrinya e o tigré, sobre as quais ele exerceu a sua influência.

De qual forma a poesia africana teria ela respondido à tríplice herança da África? Por quais vias a literatura africana teria ela sido influenciada pelos valores importados do Ocidente e do islã? O Ocidente conheceu um movimento intelectual que não facultava aos africanos nenhuma capacidade artística. Examinemos este tema mais detalhadamente.

Na América do Norte, Thomas Jefferson negou aos negros a atribuição de qualquer capacidade em matéria de arte ou poesia. Em suas *Notes on the State of Virginia* [Notas sobre o Estado da Virgínia, Paris, 1784], ele procede à seguinte singular observação:

"Eu ainda não pude constatar que um homem negro tenha expresso um pensamento além do simples âmbito da narração; tampouco pude observar qualquer indício elementar de pintura ou de escultura. No tocante à música eles apresentam, em geral, maior capacidade que os brancos, dispondo de um ouvido muito afiado em relação aos acordes e ao ritmo, eles demonstram-se, inclusive, aptos a conceber um pequeno cânone. Entretanto, a sua aptidão em compor uma melodia mais extensa ou uma harmonia de maior complexidade, permanece a demonstrar."

Em seguida de maneira interessante, Jefferson observa que a dor é frequentemente a mãe da poesia e a angústia, um estimulante da musa. Eis o que ele escreve:

"A miséria é, muito amiúde, a mãe das mais impactantes notas da poesia. Junto aos negros, Deus sabe quando a miséria está presente, mas não há poesia. O amor é o estímulo do poeta. O seu amor é ardente mas, não inflama senão os seus sentidos e não a sua imaginação. Certamente, a religião produziu um Phyllis Wheatley; entretanto, não poderia produzir um poeta. As composições publicadas sob o seu nome simplesmente não são dignas de uma crítica."

Assim sendo, antes que Hegel e Hugh Trevor-Roper tenham questionado a aptidão dos africanos para a história, Thomas Jefferson lhes negara qualquer capacidade artística. Contudo, estes dois preconceitos, foram ambos, invariável e frequentemente, contraditos pelo irresistível progresso da pesquisa histórica e social.

A Thomas Jefferson, para quem os negros formavam um povo sem poesia, pode-se responder que etíopes negros escreviam poemas antes mesmo que os seus ancestrais, nas ilhas britânicas, tenham aprendido o alfabeto latino pelos romanos. Ademais, a tradição poética está hoje de tal forma enraizada junto aos

povos falantes de kiswahili, na África Oriental, que os jornais lá recebem cotidianamente como indicamos, não somente cartas de leitores mas, também, poemas.

A poesia, oral ou escrita, em língua autóctone ou estrangeira, continua a representar o mais vivo gênero literário do continente africano. Alguns destes poemas glorificam a especificidade da África; outros expressam um grito de angústia. Se pensarmos no destino trágico do seu autor, vítima da guerra civil nigeriana, estes poucos versos de Christopher Okigbo figuram entre os mais impactantes e proféticos da literatura africana:

"Quando terminar
De arrematar a minha costura
Desperta-me no altar –
E este poema será finalizado."

Para Léopold Sédar Senghor, a africanidade é a feminidade. Se Eva era a mãe da espécie humana e a África a mãe de Eva, onde acaba a África e onde começa a feminidade? Senghor responde com estes versos:

"Mulher nua, mulher negra,
Vestida com sua cor que é vida,
Na sua forma que é bela!
Cresci à sua sombra,
A suavidade das suas mãos
Vedando meus olhos.
E agora, no seio do verão e da tarde,
Descubro você, terra prometida,
Do topo da sua nuca queimada de sol
E sua beleza fustiga fundo o meu coração
Como o lampejo de uma águia.
Mulher nua, mulher negra..."

Entretanto, existe além de tristeza e alegria na literatura africana, mais que tragédia e comédia. Parafraseando e completando as palavras de um poeta--diplomata serra-leonense, Davidson Abioseh Nicol:

"Tu não és um país, África,
Tu és um conceito...
Tu não és um conceito, África,
Tu és um vislumbre do infinito."

CAPÍTULO 20

As artes e a sociedade após 1935

Jan Vansina

Por toda a África, nos dias atuais, as artes proporcionam um espetáculo de surpreendente fervor criativo, acompanhado de uma atordoante diversidade em todas as camadas sociais. Muitas novas tendências artísticas datam da segunda metade do período colonial. No restante, alguns precursores atuam ainda entre nós. Ao final das contas, somente se passaram duas gerações desde 1935. Ora, neste curto lapso de tempo, a atividade artística caracterizou-se por uma riqueza e uma diversidade tais que este capítulo poderá, quando muito, delinear os grandes eixos da sua evolução[1].

Inicialmente, é preciso enumerar alguns aspectos gerais, de ordem social e cultural, a constituírem a matriz do conjunto. Quais sejam: o impacto acrescido, todavia desigualmente repartido, da influência europeia; o crescimento das cidades; as formações sociais cada vez mais estratificadas, a produzirem novas classes; o aumento na produtividade industrial, a criar momentos de lazer potencialmente dedicados à prática e ao prazer das artes; o prestígio associado à tecnicidade e à formação técnica; o deslocamento na posição e no papel do

1 As duas bibliografias gerais são aquelas de L. J. P. GASKIN (1965a e 1965b) e de D. COULET--WESTERN (1975). O trabalho mais antigo de T. HEYSE (1950) permanece útil. As revistas que tratam da atualidade artística são: African Arts, Présence africaine, Afrique littéraire et artistique e West Africa. A lista de aquisições do National Museum of African Arts (Washington) oferece outros elementos bibliográficos atuais. Bibliografias mais restritas e obras de referência gerais são indicadas no desenrolar das seções.

artista na sociedade, ultrapassando o estatuto de artesão para atingir a condição de mágico cultural; a mudança de atitude frente às obras de arte e à sua função; a alteração de valores em termos gerais e, especialmente, daqueles ligados à religião. A multiplicação dos objetos na produção artística oferece novas possibilidades, não se trata somente dos centros de poder do Estado, das igrejas, dos templos e das mesquitas mas, igualmente, dos cafés, dos clubes de dança, das instituições militares, das escolas e dos museus. Antigas habitações, palácios, santuários, bailes de máscaras, festas religiosas e escolas iniciáticas todavia existem, mas estão em declínio. O fenômeno da moda intensificou-se sob o impulso de centros, numericamente restritos e geralmente instalados em grandes cidades, tais como Cairo, Túnis, Argel, Fez, Nairóbi, Lagos, Dakar, Kinshasa, Luanda ou Soweto. Esta evolução corresponde a modalidades características, relativas ao aumento do consumo visível[2] e ao poder de atração das elites, na qualidade de grupos de referência para milhões de indivíduos. A simples enumeração destes fatores demonstra o quão está o desenvolvimento das artes intimamente ligado à história geral, intelectual e material do período, bem como, oferece a evidência das marcantes influências, regularmente exercidas por estes aspectos, sobre todas as manifestações artísticas. Estas inter-relações não surpreenderiam, de imediato, àquele dedicado ao aprofundamento do seu estudo.

Inicialmente lançando o foco sobre as artes visuais e aquelas de ornamento corporal, em seguida examinaremos as artes interpretativas, como a música e certos tipos de dança, assim como as artes do espetáculo: animação e cerimonial, balé, teatro, cinema e televisão. Concluiremos com algumas considerações sobre o papel das artes africanas em seu contexto mundial.

As artes visuais

A partir de 1935, pode-se facilmente classificar as artes visuais em quatro categorias: arte tradicional[3], arte turística, arte popular urbana e arte acadêmica – assim classificadas em função dos temas, dos estilos, das clientelas, das finalidades e da localização das suas unidades produtivas. Os traços a diferenciarem--nas entre si são, essencialmente, os pós-citados. A arte tradicional, a revestir

2 T. VEBLEN, 1899 (edição 1981), pp. 185-187 e, de maneira mais geral, pp. 66-101.

3 Embora consagrado pelo uso, o termo “tradicional” é impróprio. As artes tradicionais não cessaram de evoluir e certas artes tradicionais de 1935 sequer existiam no ano de 1900 ou em 1880. Entretanto, na ausência de outro termo que alcance a unanimidade, utilizaremos neste texto a palavra “tradicional”.

frequentemente a forma da escultura, assim como da pintura mural[4], figurativa ou geométrica, é praticada em ambiente rural (onde ainda viviam, até o final dos anos 1980, dois terços dos habitantes da África) e nas pouco numerosas e antigas cidadelas. Os objetos fabricados possuem, excetuadas as decorações murais, funções utilitárias. Eles são notadamente utilizados para suprirem as necessidades de instituições, tais como assembleias comunitárias, cerimônias de iniciação de garotas e garotos, ritos funerários, as cortes reais e certas igrejas cristãs[5], assim como nos palácios de alguns soberanos de outrora. A arte turística é destinada a uma clientela estrangeira. Os seus temas são consequentemente, por hábito, exóticos e anedóticos. Eles são tratados em estilo figurativo simplificado e obedecem a cânones semieuropeizados. A arte popular urbana, saída do limbo por volta de 1935, compõe-se principalmente de pinturas realizadas para decorar os muros das casas citadinas. Surgida na África Central aproximadamente em 1930, mas muito anteriormente presente na África do Norte, ela é figurativa. O retrato é a moda de então, juntamente com os temas históricos, anedóticos e decorativos. Outra forma de arte popular encontra a sua expressão na pintura de insígnias e cartazes para lojas, veículos, cinemas e outros. À imagem dos artistas tradicionais ou dos produtores de arte turística, os artistas populares veem-se como competentes artesãos. A arte acadêmica é praticada por artistas formados segundo as concepções ocidentais da pintura e da escultura, utilizando técnicas europeias. Os seus clientes são os poderes públicos, as igrejas e o mercado artístico internacional. A sua temática encontra-se muito próxima do repertório internacional usual. Os artistas formados nas academias oficiais endossaram os papéis associados à arte internacional, ao passo que aqueles cujo aprendizado do ofício ocorrera em ateliês de artesanato não os assumem senão parcialmente.

As categorias não são totalmente estanques. Vimos objetos da arte tradicional interessarem aos turistas; tal foi o caso das pinturas em vidro do Senegal[6], as quais, com a consequente alta em seus preços, tornaram-se inacessíveis a toda uma clientela local. Em sentido contrário, existem artigos destinados aos turistas que também agradam às elites locais, capazes de pagar o elevado preço exigido. A produção da arte acadêmica deve-se, parcialmente, a artistas de formação

4 Em muitos lugares da África Central e Oriental, a pintura mural tradicional desenvolveu-se a partir da última década do século XIX, quando novos tipos de habitação começaram a difundir-se.

5 Sobre a arte cristã, conferir J. F. THIEL e H. HELF, 1984; Anônimo, 1982; Études des religions africaines, 1982, vol. 16, no 31 e 32.

6 H. SCHISSEL, 1985.

tradicional (Lamidi Fakeye[7]) ou àqueles empenhados no trabalho em prol do turismo (Felix Idubor[8]), existem igualmente artistas de formação acadêmica voltados para a arte turística ou popular (escola de Lubumbashi, alguns artistas oshogbo). Entretanto, de modo geral, o fenômeno mais notável foi o grau de separação que, após duas gerações, transformou estas tendências em correntes distintas[9].

Previamente à análise, em separado, de cada uma delas, é conveniente dizer ao menos algumas palavras sobre a arquitetura. Ao sul do Saara, a arquitetura moderna foi raramente confiada a arquitetos africanos, embora existam várias escolas (Kinshasa, Luanda e Maputo) que os formem. Havia ainda alguns arquitetos tradicionais na África do Norte, mas eles não eram encontrados alhures, em consequência da padronização da construção habitacional, realizada pelos próprios proprietários, mas também em razão de nenhum edifício público tradicional permanente ter sido erguido a partir de 1920. As categorias artísticas, por nós enumeradas, não se aplicam, portanto, à arquitetura que, contrariamente a todas as outras artes, limita-se a obras sob responsabilidade dos expatriados, embora algumas dentre estas construções representem um esforço de reprodução de aspectos da arquitetura tradicional[10]. A inovadora arquitetura local, de caráter popular, limita-se à construção de espaços para culto[11].

A tabela 20.1 resume as principais características das diversas categorias das artes visuais.

7 T. OGUNWALE, 1971. Aprendiz de Bamindele, ao final dos anos de 1940, posteriormente, ele entregou importantes encomendas a igrejas católicas da região sudoeste da Nigéria.

8 ANÔNIMO, 1968; Y. A. GRILLO e J. HIGHET, 1968. Idubor foi primeiramente escultor de peças vendidas aos turistas em Lagos, ao final dos anos 1940.

9 Os principais catálogos de artes visuais para o sul do Saara são: Badi Banga NE-MWINE, 1977; U. BEIER, 1968; M. W. MOUNT, 1973; E. BERMAN, 1983 (única edição); E. J. DE JAGER, 1973; S. EL MANSURY, 1984; R. ITALIAANDER, 1937; J. KENNEDY, 1985; E. MICAUD, 1968; G. I. P. OKORO, 1984; F. WILLET, 1971. U. ECKARDT E G. SIEVERNICH (org.), 1979, talvez seja a mais útil referência no que diz respeito às artes populares, em razão disso há uma tendência a negligenciar as outras obras.

10 M. A. FASSASSI, 1978. O modelo próprio à sede do CICIBA, em Libreville, baseia-se em uma interpretação arquitetural bamileke, porém, concebida e realizada por arquitetos europeus. A igreja Saint-Michel, na mesma cidade, em tese oferece aos fiéis uma imagem de um templo fang. A verdadeira arte moderna africana não consiste aqui no edifício, em si, mas, em suas numerosas colunas esculpidas por um artista local, com temas bíblicos, seguindo, todavia, o espírito das colunas esculpidas no Gabão e em Camarões.

11 Encontramos, nas igrejas coloniais, os mais inovadores exemplos da própria escultura colonial e réplicas de todos os estilos europeus de arquitetura religiosa. As igrejas dos cultos independentes, com maior ênfase as menores, oferecem algumas surpreendentes inovações arquitetônicas, tais como a igreja harrista de Gregbo (P. CURTIN e colaboradores, 1978, p. 443) ou as igrejas rurais fang e os templos bwiti, situados na estrada que liga Libreville a Cocobeach (Gabão).

TABELA 20.1 CATEGORIZAÇÃO SOCIAL DAS ARTES VISUAIS CONTEMPORÂNEAS

Categoria	Tipo de Obra[2]	Finalidade	Clientela	Urbano/ rural	Papel do artista
Tradicional	Exemplares não padronizados Acabamento cuidadoso	Utilitária	Público local Privada local	Rural	Artesão
Turística	Padronizada Acabamento grosseiro Imitação de arte tradicional	Lembrança	Estrangeiros residentes Turística	Venda urbana	Artesão
Popular[1]	Padronizada Acabamento grosseiro	Exposição	Público local (por ex. igrejas) Privada local	Urbano	Artesão
Acadêmica[1]	Trabalho uniforme Acabamento cuidadoso	Exposição	Estado Estrangeiros residentes	Urbano	Artista inspirado

1. Desenvolvida sobretudo após 1935.
2. Excluindo-se o conteúdo temático e o estilo.

As artes tradicionais

Em que pese o seu fim ter sido anunciado muito antes de 1935[12], a arte tradicional continua viva e em desenvolvimento. A maioria dos africanos ainda constitui-se de indivíduos do meio rural que conservaram uma grande necessidade de expressão artística. Antes de 1936, não somente as artes tradicionais haviam sofrido evoluções estilísticas internas, além de terem empregado e adotado, progressiva e respectivamente, materiais (tecidos, pinturas), ferramentas (serras, limas) e certas técnicas de importação, mas, concomitantemente, novas tradições cheias de vitalidade haviam florescido aqui e acolá, como a

12 Conferir, por exemplo, F. WILLETT, 1971, p. 239, e W. GILLON, 1984, pp. 347-348, situando o fim da arte tradicional concomitantemente ao final da Segunda Guerra Mundial. A maioria das obras recentes a respeito da arte moderna, tendencial e aproximadamente, situam esta presumida extinção em 1960, paralelamente à independência; K. FOSU, 1986.

figuração em cabaça (Zaire, Quênia)[13] ou cerâmica (Zaire)[14]. Notáveis inovações traduziam-se, muito amiúde, por vendas a residentes europeus. Assim sendo, as grandes figuras funerárias fang e as estátuas femininas dan são consideradas, nos dias atuais, como integrantes da arte tradicional atemporal. Ora, elas somente apareceram após 1885, suscitadas pela demanda de europeus estabelecidos *in loco*. Estas inovações não tardariam a encontrar um fim preciso nas culturas que as haviam criado, permitindo distingui-las das primeiras formas de arte destinada aos turistas.

Contudo, em 1935, a produção destas artes reduzira-se, em variedade e volume, sob o efeito da concorrência, com preços de venda competitivos, das importações de produtos manufaturados e em função de uma queda de poder aquisitivo, assim como pelo fato das elites terem perdido o seu posto. A depressão, advinda em 1930, acompanhou-se, entretanto, de um incremento proporcional às rendas nas importações. Tal estado de coisas teve como efeito a inversão na dinâmica de substituições para todos os produtos, aqui compreendidos os produtos metálicos. Esta situação durou até o fim da Segunda Guerra Mundial. Em seguida, o processo inverteu-se novamente. Após 1960, até mesmo a cerâmica, exitosa em sua concorrência com os artigos em ferro esmaltado, estava em situação de abandono, paralelamente ao advento das matérias plásticas. Os artigos têxteis locais tornaram-se tão onerosos que não lograram sobreviver, senão através da sua venda aos turistas ou como custosas matérias-primas para novas vestimentas nacionais.

Inclusive, desde 1935, o sinal de alerta anunciador da agonia das artes tradicionais suscitara medidas oficiais em favor do artesanato, notadamente na Tunísia, em Gana e no Zaire[15]. Bem entendido, a intervenção dos poderes públicos teve como efeito, muito amiúde, desenvolver a arte reservada aos turistas e aumentar a clientela da produção, já não mais composta pela população rural local. Contudo, esta ação oficial preservou os conhecimentos técnicos ou, ao menos, retardou a sua perda.

A evolução estilística da escultura e da pintura de temática tradicional prosseguiu após 1935. Na Etiópia, a pintura religiosa oferece um notável exemplo[16]

13 J. VAN DEN BOSSCHE, 1955; S. KAY, 1978. A gravura sobre cabaças, no baixo Zaire, remonta ao menos a 1885, aproximadamente.

14 A cerâmica figurativa zande e mangbetu, surgida por volta de 1895, persiste até 1940. Em relação ao baixo Zaire, Z. VOLAVKA, 1977; J. MACGAFFEY, 1975.

15 A Comissão para as artes e ofícios indígenas do Congo Belga data de 1935, as escolas tunisianas, do mesmo ano, e as medidas adotadas em Gana, de antes de 1929.

16 U. ECKARDT e G. SIEVERNICH, 1979, pp. 56-67.

a este respeito, da mesma forma que as construções e as esculturas dos tradicionais palácios do sudoeste da Nigéria[17]. Tendo em vista que poucas pesquisas foram feitas sobre a dinâmica da arte tradicional durante este período, nós não podemos entrar em detalhes sobre a evolução temática estilística destas artes, salvo no que diz respeito às mudanças provocadas por um mercado voltado para o turismo. Na arte kuba daqueles anos, expande-se a gama de materiais empregados pela escultura (especialmente o ébano e o marfim) mas, o repertório de fórmulas estilísticas perde o seu refinamento (por exemplo, com a repetição temática). Alguns temas inéditos seriam, entretanto, elaborados e ao menos uma estátua real seria produzida, no prolongamento direto da série anterior[18]. Utiliza-se, neste momento, uma amostragem mais restrita dos modelos disponíveis (formas, temáticas) e os clichês em voga alcançam relativo sucesso, crescente ou decrescente, mediatizados e parcialmente regidos pelos gostos dos europeus residentes *in loco*. As máscaras do litoral da África Ocidental ganham em complexidade e fantasia, na justa medida que a sua função religiosa volta-se para o carnaval. Por vezes, uma estilização, uma justeza de proporções e ritmos superiores substituem um anterior preciosismo (por exemplo, na arte senufo); eventualmente, a evolução é inversa (baulé). Há poucas mudanças, entre 1930 e 1982, no que se refere ao tratamento de objetos, como os ícones e as máscaras empregados na iniciação dos garotos kuba. Entretanto, nas cerimônias de iniciação genya (Kisangani, Zaire, atual RDC), ocorre uma permanente modernização dos ícones, sem que a iniciação torne-se jamais um espetáculo turístico[19]. De modo geral, não se saberia propor uma generalização no tocante à evolução da arte tradicional, nem continuar a enunciar o seu eminente desaparecimento.

Na África do Norte, a independência acompanhou-se de uma especial atenção concedida à arquitetura tradicional e à renovação dos monumentos antigos. Referimo-nos, por exemplo, ao mausoléu de Mohammed V, no Marrocos, ou à renovação no tamanho das pedras, na Tunísia, e às pequenas restaurações efetuadas por toda a parte. Entre as novas obras, citemos a nova Ópera do Cairo, caracterizada pelas suas reminiscências Mamluk[20]. Alhures, não houve semelhante retorno às fontes tradicionais regionais. No entanto, basta destacar o contraste entre o extremo isolamento das artes tradicionais em Lebowa (África do Sul) e

17 H. COLE, 1982.

18 J. CORNET, 1974 e 1975, p. 53.

19 A. DROOGERS, 1980.

20 ANÔNIMO, 1985.

a sua situação em outros lugares para se dar conta da saúde e do autêntico vigor apresentado por estas artes na maior parte da África[21].

A arte turística

Em 1935, a arte turística ainda era um pequeno empreendimento pois, excetuando-se o Egito, havia poucos turistas no continente. Neste país, as imitações de objetos da época faraônica e toda espécie de artigos *kitsch*, exóticos e românticos, produzidos em Suez, em Porto Said, em Alexandria e no Cairo, tinham boa comercialização. Por outras partes, ao longo das costas, a venda de lembranças aos marinheiros também era uma atividade tradicional. Em relação aos outros artigos produzidos em pequenas quantidades para a utilização por parte dos residentes europeus (cinzeiros, estantes, saladeiros) ou como regalo a ser levado consigo. Entretanto e precisamente durante os anos 1930, foram lançadas as bases para os principais gêneros e produções de épocas ulteriores. Inicialmente, onde existisse uma escultura tradicional apreciada, produzia-se em série cópias grosseiras, assim como imitações ou mesmo réplicas de obras mais raras. Por exemplo, começou-se a fabricar industrialmente, no decorrer dos anos 1940, os bronzes foumban (Camarões) no estilo ife, tomando como modelo um selo nigeriano. Um artista como Osei Bonsu fabricava, a um só tempo, para satisfazer os gostos da burguesia de Kumasi e para reproduzir obras conhecidas destinadas à venda[22]. Em seguida, gêneros existentes desenvolveram-se com redobrado vigor. O estatuário kuba, vendido aos turistas nos anos 1930, era derivado de estátuas reais, figuras mágicas e estátuas oferecidas aos chefes (mwaan). Enfim, imitam-se as representações europeias, cristãs ou seculares. A experiência mostra quais seriam os produtos de melhor comercialização. As missões desempenharam um papel primordial neste contexto, não somente incentivando a produção de obras para decorar as igrejas, mas também, porque as escolas profissionalizantes muito em breve dedicar-se-iam à produção, com finalidade comercial, de imitações de tecidos, ornamentos, objetos cerâmicos e em madeira. Muito antes de 1936, o estilo de arte turística da missão católica de Buta, caracterizado principalmente pelo emprego do ébano e do marfim, bem como pelas suas esculturas de elefante e representando cenas do cotidiano, era florescente e lucrativo. Em 1950, unicamente no Congo belga, cerca de meia

21 P. DAVISON, 1984.

22 D. H. ROSS, 1984.

dúzia destas escolas produziam todo tipo de artigos, do mobiliário aos pequenos acessórios.

A arte turística é comercializada como lembrança. Portanto, ela deve trazer uma mensagem familiar ao estrangeiro, guardando todavia um caráter exótico. Por conseguinte, ela é figurativa, pouco ou relativamente consoante aos cânones europeus, emprega o ébano ou o marfim, representando animais selvagens exóticos, temas anedóticos (a vida cotidiana da pequena comunidade, as danças) ou o equivalente das bonecas típicas[23], por exemplo, os guerreiros masai, os Mangbetu com cabeças oblongas ou bustos "típicos", tais como aqueles do ateliê de Massengo, em Brazzaville, a partir dos anos 1950. Os temas decorativos bidimensionais devem ser simples, com uma regularidade tranquilizadora, imitando tanto quanto possível o trabalho feito à máquina e as agradáveis cores para olhos europeus. A isto acrescentam-se os imperativos práticos. Na época das viagens por via marítima, eram apreciados os móveis em madeira maciça como os baús de Zanzibar ou as cadeiras do Benin. Mas, após 1945, a era das viagens aéreas e do turismo em massa impõe artigos pequenos e leves. Os tamboretes em couro de camelo, sumariamente esculpidos, e as mesas de centro, de fácil desmontagem, tornam-se artigos de predileção; os pufes da África do Norte, embora muito chamativos, tiveram muito sucesso, assim como os novos tapetes figurativos magrebinos, ditos "berberes" ou cabildas. Tais são os critérios aos quais responde a arte turística, a qual deve, em suplemento, ter preços competitivos e ser facilmente executada – razão da sua medíocre qualidade. Quanto aos artigos de exportação de melhor qualidade, como os tapetes de Fez ou os belos tecidos kuba, estes artigos sofreram com a amplitude tomada por um mercado de consumo de massa[24].

Na primeira fase, a saber, pouco antes de 1950, as escolas, os ateliês artesanais e, em seguida, as cooperativas, alimentam a produção, ao passo que os *marchands* profissionais, coordenadores do trabalho de uma equipe de artistas, ainda são raros[25]. Os mercados ainda situam-se nas imediações dos hotéis, nos portos e nas capitais. Após 1950, a arte turística torna-se a arte dos aeroportos. Os

23 Bonecas típicas foram produzidas na África do Sul, desde data próxima a 1815, até ao menos 1870, em seguida, elas caíram em desuso. É provável que este tipo de lembrança não tenha existido em qualquer outro lugar.

24 B. JULES-ROSETTE, 1984, é um estudo fundamental; no tocante ao sentido e à forma, consultar P. Ben AMOS, 1977; relativamente à queda na qualidade, constatada mediante a comparação das obras tradicionais de Foumban (Camarões) com réplicas destinadas aos turistas, ver C. GEARY, 1983, pp. 74-76 e pp. 86-87.

25 Contudo, M. H. LELONG, 1946, vol. I, p. 200, afirma ter visto uma fábrica de respeitável porte, na região do Golfo da Guiné, muito anteriormente a 1940.

FIGURA 20.1 "Arte turística" ou "arte dos aeroportos". (Foto: UNESCO. Foto: P. Migeat.).

turistas chegam em número incessantemente crescente e a demanda é suprida por cooperativas, empreendedores e por uma rede de vendedores ambulantes, os "senegaleses" da África Ocidental e Central. A prática da falsificação de obras clássicas torna-se muito mais frequente, na mesma proporção da expansão do gosto pela arte tradicional, nas classes médias e pelo mundo afora. De uma maneira geral, o conjunto da África põe-se a produzir segundo os esquemas praticados desde muito no Egito.

Entretanto, a arte turística não é a mesma. Um olhar sobre a produção dos kamba e dos maconde da Tanzânia revela a existência de duas dinâmicas muito distintas. No curso da Primeira Guerra Mundial, Mutisya Munge era entregador de encomendas[26]. Até aquele momento, ele esculpira o bastão cerimonial de um ancião da comunidade kamba. Atualmente, ele encontra, perto de Dar es-Salaam, novos modelos e ideias junto aos Zaramo, os quais, antes de 1914, haviam comercializado objetos a residentes alemães aficionados por etnografia. Munge dedica-se então integralmente à escultura, encontrando um mercado de presentes natalinos junto aos europeus, em vias de instalação nas altas planícies quenianas. Ele e outros seguidores asseguram a entrega em domicílio dos seus objetos. Após 1945, os negócios florescem graças a numerosos soldados britânicos locados no Quênia. Posteriormente, o principal mercado torna-se o americano. Desde então, a demanda recai sobre milhares de objetos. Embora uma cooperativa oficial estivesse em vias de sucumbir, os pedidos eram atendidos e a produção de bibelôs adquirira um caráter doméstico. Em 1955, Mutisya Munge decide abrir uma boutique em Londres. No ano de 1960, os African and Akamba Handicrafts empregam cinco agentes nesta capital e posteriormente, em 1970, as exportações para os Estados Unidos da América do Norte atingiriam, em sua totalidade, duzentos e cinquenta mil peças, vindas do Quênia, da Tanzânia e da Zâmbia[27]. As armadas de guerreiros masai e antílopes assustados invadem, ano após ano, o Ocidente.

Inversa e até muito recentemente, os escultores macondes jamais copiariam objetos[28]. Sobretudo em razão da guerra de libertação, eles deixaram Moçambique para estabelecerem-se em Mtwara e, mais tarde, em Dar es-Salaam. Escultores, numericamente superiores a uma centena, trabalham nas imediações de Dar es-Salaam, a partir de 1964, dedicados ao comércio das suas obras, por intermédio de marchands. Um deles criou um novo ícone, a representação de um espírito *(shaitani)*, que dá lugar a fantásticas criações. Existe, contudo e a um só tempo, uma produção de obras convencionais cristãs e de peças com caráter anedótico. Os europeus não recusaram a estas obras e, particularmente aos *shaitani*, a condição de "arte", em razão da virtuosidade atestada em cada peça esculpida e dos ecos, por elas encontradas, na escultura europeia recente. Ademais, cada peça é única, concebida e realizada com vistas à exposição, e os

26 W. ELKAN, 1958.

27 M. W. MOUNT, 1973, p. 55 e p. 217, nota 32.

28 S. J. NTIRO, 1982, é muito mais confiável que A. J. STOUT, 1966. Conferir igualmente S. LITTLEFIELD-KASFIR, 1980; E. HEROLD, 1983.

FIGURA 20.2 Arte maconde. (Foto: UNESCO. Foto: P. Migeat.)

escultores apresentam-nas, deliberadamente, como produtos da sua inovadora criatividade; trata-se, em outros termos, da arte pela arte.

Entre os escultores kamba e maconde, o contraste é extremo, no entanto, ele é característico da própria extensão temática, peculiar à arte turística. É possível observar a mesma diferenciação, por exemplo, em Foumban (Camarões), onde algumas obras em metal, comumente criadas graças à utilização de novos materiais, como o alumínio, constituem a expressão de valores profundamente vivenciados, ao passo que outras, representam apenas cópias flagrantes de imagens tradicionais. Sem dúvida, o trabalho destinado à comercialização constitui

FIGURA 20.3 Artesão trabalhando o zinco em Foumban, Camarões. (Foto: Hoa Qui, Paris.)

a regra, mas alguns artistas criam autênticas obras de arte, através das quais expressam, de forma cuidadosa, uma importante metáfora.

Este estado de coisas permite uma melhor compreensão acerca da produção de pequenas pinturas, cuja venda aos turistas iniciou-se nos anos 1930. Estas obras ilustravam a vida rural, retratando, sobretudo, as suas cenas de pesca. Embora os seus compradores fossem estrangeiros, estes quadros espelhavam a nostalgia da simplicidade própria ao ambiente interiorano, sentimento comum entre os recém chegados habitantes das cidades. Produzidos em massa, ou não, estes artefatos compunham uma verdadeira arte popular. Estas obras, também compradas por nativos, adquiriam por conseguinte o espírito daquele mesmo lugar. É frequentemente possível identificar as suas raízes junto às mais antigas tradições da pintura e do desenho, especialmente, nas antecedentes das obras abstratas surgidas no mercado, a partir de meados dos anos 1960. Certos artistas afirmaram-nas como o resultado, em suas culturas, da premência e do ímpeto

criativos, embora atribuíssem à necessidade econômica toda a comercialização destes incontáveis exemplares[29].

A arte turística pode representar um considerável interesse para o historiador, notadamente, em virtude de expressar-se, através dela, uma autêntica comunicação, não simplesmente endereçada ao turista estrangeiro mas, ao público local, mesmo que este último não fosse o comprador das obras.

A arte popular

Ao sul do Saara, a arte popular posterior à independência é a melhor conhecida[30]. Entretanto, certas formas de arte popular são muito anteriores e a fronteira entre a arte popular e a arte tradicional rompe-se, nas regiões rurais – por exemplo, no tocante às esculturas em cimento exibidas nos cemitérios (Costa do Marfim, Akan, Cross River, Congo)[31] ou às pinturas murais dos vilarejos ndebele do Trasvaal[32]. O cimento substituiu a terra, a pedra e, também, a madeira. Frequentemente, as esculturas representam a modernidade (aviões, automóveis), os novos emblemas religiosos (cruzes, anjos sexuados) e os retratos (perpetuando, junto aos congo, a tradição do trabalho em madeira ou pedra). Em alguns casos, há rupturas. As pinturas murais ndebele consistem, por volta de 1945, em uma inovação absoluta, por sua vez, as pinturas murais nubianas surgiram, aproximadamente em 1925[33], extinguindo-se com a criação do lago Nasser em 1964. Um certo Ahmad Batul, provavelmente originário de Ballana, inventou a nova pintura mural. Até então, as pinturas murais eram obra das mulheres. Ele foi o primeiro homem a dedicar-se a elas. Ele buscava a sua inspiração em antigos motivos geométricos ou em simples cenas figurativas, características em produtos importados. Certo pintor chegou inclusive a empregar, como fonte de inspiração, imagens existentes nas embalagens de produtos em conserva. Os grandes painéis figurativos publicísticos, pintados nos muros dos estabelecimentos em oásis do Egito Ocidental, assemelhavam-se a estas pinturas

29 S. CREUZ, 1951; B. JULES-ROSETTE, 1984, pp. 30-56.

30 U. ECKARDT e S. SIEVERNICH, 1979, é a melhor introdução à arte popular.

31 K. NICKLIN e J. SALMONS, 1977; D. R. ROSEYEAR, 1984; S. DORNOWITZ e R. MANDIROLA, 1984; P. S. BREIDENBACH e D. H. ROSS, 1978; M. GILBERT, 1981; R. F. THOMPSON e J. CORNET, 1981.

32 S. PRIEBATSCH e N. KNIGHT, 1979; E. A. SCHNEIDER, 1985; C. A. M. VOGEL, 1985; T. MATTHEWS, 1979.

33 M. WENZEL, 1972; H. JARITZ, 1973; B. JEWSIEWICKI, 1986.

murais. Pinturas murais eram igualmente encontradas em algumas regiões da África Central e Oriental. As missões encorajavam-nas em Uganda, com vistas a substituírem-nas às pinturas corporais, por elas desaprovadas. Os outros produtos rurais da arte popular foram, essencialmente, os santuários e as igrejas, previamente mencionados.

Nas cidades, encontramos igrejas, pinturas murais, no interior das casas ou dos cafés, bem como pinturas em painéis e cartazes publicísticos[34]. As moradias urbanas yoruba, entre os anos 1930 e 1950, eram ornamentadas com leões de cimento e outras esculturas arquiteturais[35]. Uma forma, única em seu gênero, de arte visual popular, é representada pelo conjunto de esculturas, pinturas e bandeiras com retalhos de tecido, das associações *asafo*, estabelecidas nas cidades fanti (Gana)[36].

Entrementes, a forma mais característica de arte urbana popular revelou-se na pintura sobre tela. Eventualmente, ela deriva das pinturas murais que, em certas regiões da África Ocidental e em toda a África Central, remontam aos tempos pré-coloniais ou ao início da era colonial, concomitante aos primórdios da arte corporal. Os temas figurativos não tardariam a incorporar cenas históricas (fundação de unidades administrativas, batalhas) e produtos destes tempos modernos. Estilos análogos, de expressão gráfica, também se desenvolveram na arte em cabaças, em certas cerâmicas e, eventualmente, através da sua aplicação em tecidos. Eles igualmente manifestavam-se nas formas em baixo-relevo, em marfim ou madeira. A pintura popular está profundamente enraizada nas tradições africanas.

Os primeiros pintores, como Ibrayima Njoya, em Camarões (por volta de 1920), A. Onabolu na Nigéria (nos anos 1920) e A. Lubaki (por volta de 1926), além de outros no Zaire, inspiraram-se nessas obras. Lubaki esculpia obras em marfim antes de dedicar-se à pintura[37]. Mas, seria preciso esperar os anos 1930 para acompanhar o surgimento, em todo o litoral atlântico, de uma pintura nostálgica a representar praias, palmeiras, pessoas interioranas e cenas urbanas do cotidiano[38]. Esta arte era certamente destinada aos turistas mas, também, aos habitantes das cidades. No ano 1960, ainda era possível, durante uma estrelada

34 U. BEIER, 1971, e O. PRITCHETT, 1979.

35 U. BEIER, 1960.

36 G. N. PRESTON, 1975.

37 M. W. MOUNT, 1973, PP. 161-165; O. DAPO, 1973; Badi Banga NE-MWINE, 1977; G. D. PERIER, 1930.

38 G. D. PERIER, 1950-1952.

noite saariana, acompanhar a passagem de um camelo e da sua escolta, sobre o muro de uma casa mauritana, da cidade de Dakar, ou um monumental elefante representado nas paredes da moradia de um relojoeiro, em Bujumbura (Burundi)[39]. Cenas do mesmo gênero, pintadas em tela, começam então a ser adquiridas por citadinos, à imagem dos retratos de personagens célebres (marabutos no Senegal) ou autorretratos (Zaire, atual RDC).

Uma inovação cativante interveio na temática representada no curso dos anos 1950, primeiramente na capital Kinshasa, em seguida e após a independência, na cidade de Lubumbashi, na Nigéria, após a guerra civil, bem como, mais tardiamente, em Gana. A moda de então eram os temas históricos. Em 1960, a exótica imagem de Mamy Wata (ou *mamba muntu*), a sereia tentadora, símbolo de magia e alienação, também expandira-se de Gana a Shaba. Um novo complexo de temas cristaliza-se, por volta de 1960, na lúgubre paisagem industrial de Lubumbashi. Cenas de um passado traumático e tribulações de tempos presentes expressam claramente a consciência histórica dos seus habitantes. Marcando o ocaso das cenas nostálgicas, evocando um retorno à vida despreocupada da cidade interiorana, a percepção das identidades urbanas seria, desde então, predominante. A arte do retrato evolui: os seus temas aqui são apresentados como personagens trágicos, rasgados pelas contradições da história. Estas obras anônimas[40] alcançam muito sucesso e a sua onda não tarda a propagar-se em direção a Kinshasa e a Kisangani, assim como, posteriormente, para Dar es-Salaam[41] e Lusaka. O gênero tardaria a desaparecer. Os seus modelos possuem variada cromia, especialmente notável nas imagens publicísticas e ilustrações de revistas. A perspectiva europeia e os cânones europeus, em matéria de tratamento de personagens, são neste contexto utilizados, mas sem modelagem ou sombreamentos. Na representação dos temas históricos locais, o efeito de contraste aparece de forma marcante[42].

39 G. SANDRART, 1953, ilustração p. 7 (Bujumbura), neste caso, a reminiscência nostálgica de um animal, à época, praticamente extinto na região; J. BEINART, 1968 (Maputo, Joanesburgo).

40 A assinatura, nos primórdios, não indicava o nome do pintor, mas o do cliente. O culto à assinatura do mestre não era comum senão junto aos colecionadores europeus.

41 A escola de Tingatinga, em Dar es-Salaam, inspirou-se em artistas congoleses, mas os seus temas derivam, ainda em seu conjunto, de um gênero nostálgico de outrora. J. A. R. WEMBAH-RASHID, 1972; M. TEISEN, 1968.

42 Conferir Y. L. MUNDARA e Badi-Banga NE-MWINE, 1982, pp. 145-164; J. FABIAN, 1978; I. SZOMBATI-FABIAN E J. FABIAN, 1976; I. M. G. QUIMBY e S. T. SWANK, 1980, pp. 247-292; B. JULES-ROSETTE, 1984, pp. 142-173 (estilos de Lubumbashi a Lusaka); B. JEWSIEWICKI, 1986; J. SALMONS, 1977; U. BEIER, 1976; T. FIOFORI, 1986a.

A arte religiosa popular sobreviveu na Etiópia, com a produção padronizada de ícones, cenas históricas ou pergaminhos mágicos. Retratos e cenas são estereotipados, porém e eventualmente, surge uma nova composição, como o santo Yarid, acompanhado pelos pássaros em virtude da sua responsabilidade no tangente à introdução da música sacra no país. Em outras partes da África Setentrional, o repertório de obras com inspiração religiosa é mais restrito, conforme as pretensões do islã. As imagens da Ka'ba à Meca consistem no mais recorrente elemento temático deste contexto[43].

Com o crescimento das cidades e a estabilização da sua população imigrante, a arte popular urbana e os temas, por nós evocados, adquiriram crescente importância e significado. Estas obras interessam principalmente aos historiadores da *urbe*, em razão de desnudarem, diretamente, as consequências da passagem do tempo no inconsciente coletivo das massas urbanas.

As artes acadêmicas

No ano 1913, a prática das artes visuais segundo a tradição europeia, a saber, principalmente na arquitetura e na pintura, fora implantada no Egito com a fundação de uma escola de belas artes no Cairo. Desde então, o movimento engajado acentuou-se, pois que pintores e arquitetos egípcios, e ocasionalmente escultores, participaram em todos os movimentos da arte europeia, desde o romantismo, peculiar ao fim do século XIX, até o surrealismo, alcançando a arte abstrata e, inclusive, a *pop art* dos últimos decênios. Porém, a pintura egípcia reconhece-se, quase invariável e imediatamente, pelo fato de muitos dos seus temas e algumas das suas formas serem reminiscências de antigas tradições islâmicas, quiçá faraônicas[44]. No entanto, alhures e por toda parte, somente alguns artistas de forma isolada se haviam dirigido a Paris ou Londres, com o intuito de estudarem. Em 1935, um pequeno grupo de pintores, em retorno a Túnis, lançou a denominada escola tunisiana, muito amiúde criticada pelo caráter folclórico dos seus temas. Ela apresentou-se, assim mesmo, como um elemento de renovação cultural no país[45]. Semelhante evolução produziu-se no Marrocos[46], no imediato posterior, ao passo que na Argélia, a expressão dos artistas locais era

43 G. FISSEHA e W. RAUNIG, 1985; D. HECHT, 1979.

44 S. EL MANSURY, 1984; G. BOCTOR, 1969.

45 E. MICAUD, 1968.

46 D. DESANTI e J. DECOCK, 1969.

mais represada e limitada às artes e ao artesanato tradicional. Além das fronteiras egípcias, as escolas de belas-artes surgiram muito tardiamente e, provavelmente, a sua precursora data da implantação do departamento de belas-artes no Colégio Universitário de Makerere (1937). A geração de 1935 a 1960 assistiu ao desenvolvimento de três grandes tendências no continente. Artistas europeus instalaram os seus ateliês no Velho Continente africano, dentre os quais, alguns seriam posteriormente transformados em verdadeiras escolas. Alguns artistas locais continuam a se graduar na Europa (Paris, Londres, Alemanha), outros estudam em academias locais. Apreciemos sucessivamente estas três tendências, tomando como ponto de partida a primeira: a formação, além das fronteiras africanas, de artistas independentes.

Os primeiros africanos, artistas originários de regiões situadas ao sul do Saara, em viagem com destino à Europa, objetivando estudarem as artes, lá aportaram ao final dos anos 1930. O precursor foi Ghanéen Oku Ampofo, estabelecido na Grã-Bretanha, no ano 1932, para estudar medicina e, em seguida, as artes. Na vanguarda deste movimento, citemos igualmente Iba Ndiaye (Senegal), na cidade de Paris desde o ano de 1948; Gerard Sekoto (África do Sul), em Paris a partir de 1947; Afewerk Tekle (Etiópia), desde 1948 na capital londrina; Kofi Antubam, diplomado em 1936, no Achimota College (Gana), e estabelecido em Londres a partir de 1946; Ben Enwonwu (Nigéria), estudante neste mesmo centro desde 1944; e Viteix (Angola), habitante de Portugal nos anos 1950[47]. Esta geração influenciaria as evoluções ulteriores, sobretudo pelas suas posições em respeito ao papel e às inspirações do artista mas, igualmente, através do exemplo, excetuando-se Sekoto, quem vivera praticamente no exílio. Talvez Iba Ndiaye seja a maior expressão das pretensões de muitos artistas acadêmicos: "Na realidade, os artistas africanos devem, eles próprios, encontrar as respostas à seguinte questão: como permanecer africano ou reencontrar a essência africana, associando a esta necessidade a vontade de apresentar-se, de forma resoluta, conforme a modernidade, além de ensaiar explicar-se em linguagem visual universal? Não basta, com estes intuitos, proclamar a sua africanidade, tampouco declarar-se ligado aos valores africanos, pois justa e finalmente, na esfera prática da pintura, da escultura e da gravura [...] é que os artistas moldarão a sua singularidade[48]."

47 Para uma informação geral, conferir M. W. MOUNT, 1973, pp. 160-186 e passim; D. MESTRE, 1981, pp. 3-5 e 28-30.

48 I. NDIAYE, 1984, p. 8. Para uma citação semelhante de Kofi Antubam, datando de 1961, ver M. W. MOUNT, 1973, p. 5.
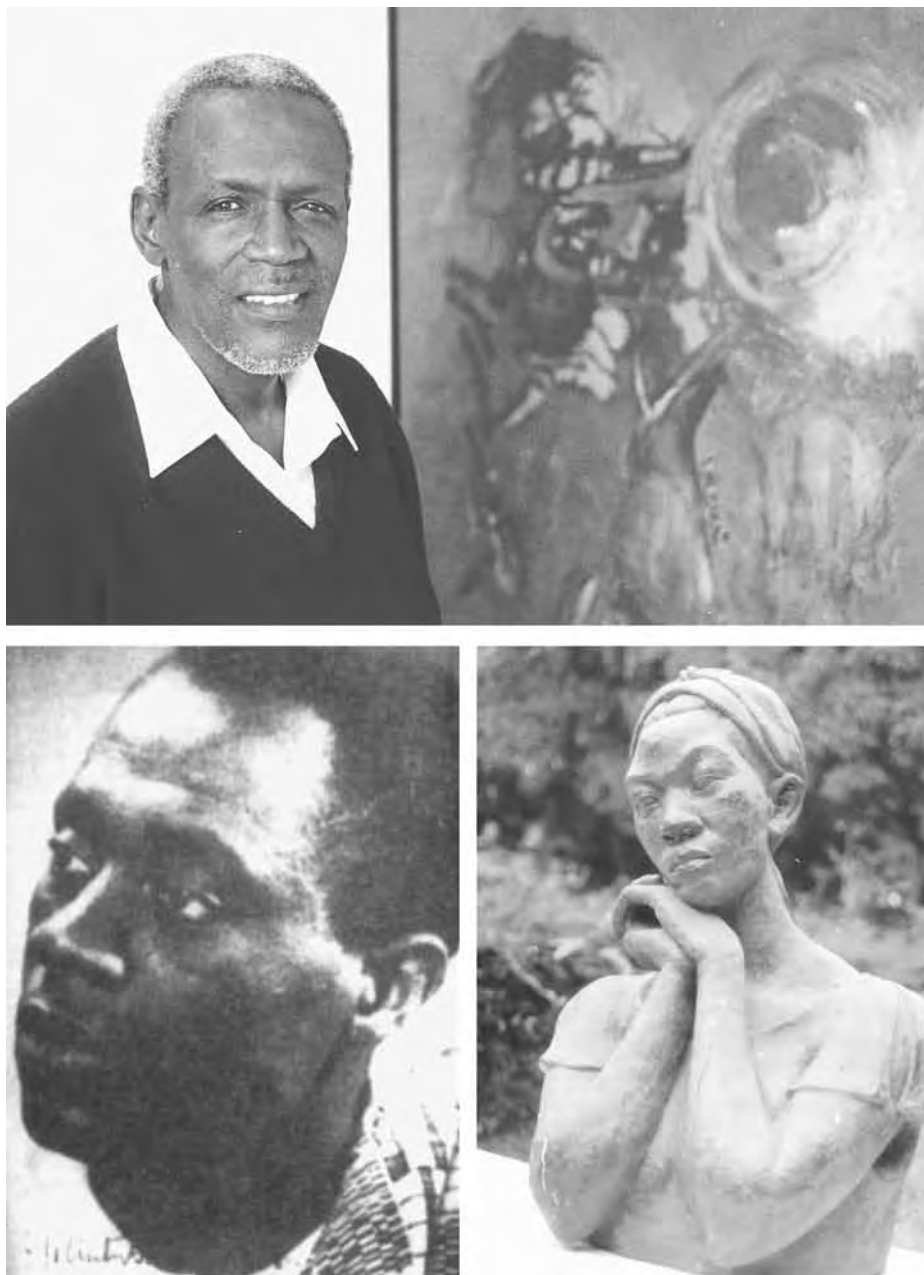
FIGURA 20.4 Na parte superior: Iba Ndiaye, Senegal, com uma das suas pinturas. (Foto: J. L. Losi, Paris.). Na parte inferior: Kofi Antubam, Gana, com uma das suas esculturas. (Foto: College of Art, Ghana. Foto: G. Owusu.)

O produto do dilema próprio aos artistas acadêmicos é perfeitamente notável. Eles almejam constituírem-se em técnicos consoantes com a atualidade, em pé de igualdade no cenário internacional, recusando, pela mesma ocasião, a alienação. Eles estão empenhados, de forma decisiva, em não se desligarem da sua especificidade. Talvez, a tensão resultante seja visível em suas obras, sobretudo, naquelas de Enwonwu, artista que, pelas suas mudanças de estilo, passa do estilo internacional ao estilo "Benin moderno", por vezes, em uma mesma obra. Ela é menos sensível no expressionismo dramático de Sekoto e junto a outros artistas sul-africanos, pois as preocupações inerentes à sociedade moderna, da qual eles são oriundos, serem muito mais próximas daquelas que alimentam, na Europa, o expressionismo da *Neue Sachlichkeit*.

Ampofo, Enwonwu e Antubam são artistas em atividade bem anterior a 1940 e Sekoto produz desde 1938. Uns e outros, em atividade na Europa ao final dos anos 1940, foram os porta-vozes da arte africana aquando das primeiras reuniões de artistas, em Paris e Roma, nos anos de 1956 e 1959, respectivamente. Os seus sucessores e discípulos, contudo, não tardariam a juntar-se aos artistas formados nas escolas locais, não cabendo a nenhum deles fundar qualquer movimento artístico verdadeiramente independente. Entretanto, as suas ambições, exigências e arte compõem um paradigma para os artistas das gerações posteriores a 1960.

As primeiras novidades, advindas após a Segunda Guerra Mundial, são obra de artistas europeus, em geral surrealistas, convencidos da possibilidade de transmissão das técnicas, sem em nada alterar o modo de expressão dos alunos. Estes últimos criariam "a arte natural", habitante em seu espírito. Em 1944, um pintor francês cria uma escola, em Lubumbashi, outro inaugura a escola de Potopoto (Brazzaville), em 1951, renovando esta experiência em Dakar, no ano de 1961. Escolas similares surgem em Maputo (Moçambique), em 1960, Harare (Zimbábue), em 1961, Rorke's Drift (África do Sul), em 1963, e Oshogbo (Nigéria) em 1961. Certo artista missionário, precursor de Cyrene (Bulawayo, Zimbábue), mantém um ateliê, de 1939 a 1953, posteriormente dirigido pelo seu aluno, Sam Songo, sem contudo deixar uma herança durável.

Sejam quais forem as declarações dos fundadores, é evidente a sua profunda influência na formação estilística dos seus alunos. As escolas de Lubumbashi, Potopoto e Dakar produziram obras muito decorativas, em tons ocres ou cores vivas, ilustrando as concepções coloniais da arte popular, tal como previsto. Frequentemente, cada escola possuía muitos estilos mas, todos respondiam a características similares. Em razão da produção destinar-se a europeus, a fronteira, entre a arte pela arte e a arte para os turistas, havia desaparecido. Pela mesma

FIGURA 20.5 Viteix, Angola, com uma das suas pinturas. (Foto: CICIBA, Libreville, Gabão.)

ocasião, os temas populares haviam parcialmente renovado esta arte. Em Poto-poto, os temas ligados à vida interiorana, as cabeças mboshi ou os personagens--bastão, em estilo pretensamente "rock-art", perderam a sua influência. Cenas de multidões e, eventualmente, paisagens tristes tomaram o seu posto[49].

Em Moçambique, Harare e, com maior ênfase, na Nigéria, as evoluções foram muito distintas. Valmente Malangatana, primeiro pintor moçambicano influenciado pela escola revolucionária do afresco mexicano, produziu uma arte de contornos inteiramente diferentes. Aqui predominam os cenários dramáticos, imagens de brutalidade e angústia, compondo um repertório temático comum à maioria dos artistas da África Austral, unicamente a eles. As suas preocupações sociais, tanto quanto a sua predileção pela pintura mural, permaneceram como marcas distintas da arte de Maputo[50]. Em Harare, a escultura sobrepuja a pintura. Ela encontra-se junto ao expressionismo alemão (particularmente Barlach), não evoluindo significativamente após 1961[51].

Certamente, o atelier de Oshogbo foi aquele de maior sucesso em suas aventuras. Ele produziu estilos e artistas de uma espetacular diversidade, sempre muito influentes até os dias atuais e cujo trabalho destina-se a uma clientela expatriada ou a comandatários públicos em seu país. Os temas predominantes têm caráter fantástico, são tratados segundo o estilo surrealista local, de características decorativas, mesclando por vezes diversos materiais, especialmente pérolas. A maioria dos artistas são pintores. Há pouquíssimos escultores, o que é surpreendente, pois sabe-se o quanto é massivamente escultural a tradição yoruba. Mas, esta tradição não sobrevive unicamente de lendas e mitos; as formas e os estilos das suas artes visuais foram por completo abandonados. Talvez seja possível perceber aqui um efeito do credo do seu fundador: "A arte deve ser sincera". Na prática isto significa que ela não deve ser o prolongamento da arte tradicional[52]. A vitalidade dos artistas Oshogbo e a receptividade por eles encontrada no exterior são notáveis. Porém, elas ocultam, muito amiúde, o fato de Oshogbo não constituir senão uma fração da arte nigeriana contemporânea, talvez inclusive da arte acadêmica nigeriana. A cronologia da expansão das instituições a ensinarem as artes é paralela àquela dos ateliês abertos por artistas.

49 J.-P. LEBEUF, 1956; ARSCHOT, 1951, pp. 37-45; G. D. PERIER, 1950-1952; M. W. MOUNT, 1973, pp. 74-94.

50 M. W. MOUNT, 1973, pp. 160-161 e apêndice; B. SCHNEIDER, 1972.

51 U. ECKARDT e G. SIEVERNICH, 1979, pp. 72-75 e introdução; M. W. MOUNT, 1973, pp. 117-123; F. MCEWEN, 1972.

52 U. BEIER, 1968, pp. 89-164; M. W. MOUNT, 1973, pp. 147-158; J. KENNEDY, 1985; G. I. P. OKORO, 1984; J. BURAIMOH, 1971.

As primeiras experiências realizadas, em Uganda e na Nigéria, como o Colégio Universitário de Makerere (1927), foram seguidas pela criação de academias em Kinshasa (1943) e em Khartoum (1945), após o que a maioria dos países procedeu da mesma forma, nos anos 1950 e no início dos anos 1960. Em todos os países, teve início um processo de formação de pintores e escultores, mesmo se outros continuavam a dirigir-se à Europa para estudar, para completar uma formação recebida em seu país ou ultrapassando totalmente as instituições locais. Os artistas viviam de encomendas oficiais e da venda junto aos expatriados que possuíam galerias onde expunham as suas obras. Neste sentido, eles tinham uma tendência a se excluír da sua própria sociedade e, inclusive, de grande parte da elite. Esta situação não se modificou, senão muito lentamente. A Nigéria foi obrigada a esperar o ano 1962 para ver a inauguração da primeira galeria administrada por autóctones. Somente ao final dos anos 1970, ela logrou comercializar, com preços elevados e junto a indivíduos do país, algumas das suas obras de arte[53]. Em outras regiões, ao sul do Saara, a situação é menos brilhante.

Os governos independentes utilizaram a arte com a finalidade de autopromoção, mas raras foram as ocasiões nas quais solicitou-se aos artistas criarem obras propagandísticas e a censura não impôs nenhum problema. Alguns governos financiaram artistas quase oficiais, como Kofi Antubam, em Gana, Afewerk Tekle, na Etiópia imperial, Ben Enwonwu, na Nigéria, ou Liyolo, no Zaire (atual RDC). Estes artistas adaptaram então os seus temas e os seus estilos, de forma a garantirem uma fácil comunicação com o grande público. Entretanto, há uma mudança em curso. A propaganda ganha maior importância. O realismo socialista torna-se, pouco a pouco, a doutrina oficial em alguns países. Todavia, a liberdade artística mantém-se nas sociedades africanas e inclusive em meio às elites, talvez sobretudo em razão do pequeno eco encontrado pela arte acadêmica. Também constata-se, de modo impactante, o alto grau de distanciamento de muitos temas tratados em relação às realidades contemporâneas, excetuando-se a celebração do nacionalismo cultural. Os artistas da África do Sul e de Moçambique igualmente compõem figuras de exceção, com a sua pintura marcada pelo pesadelo da inquietação e da angústia, em estreita correspondência com quadros sociais muito específicos.

A maior parte da arte acadêmica pertence explicitamente às grandes correntes artísticas internacionais. Entre estas tendências, o surrealismo e a arte abstrata influíram muito menos que o expressionismo. O novo expressionismo

53 M. CROWDER, 1978.

africano lembra o seu consorte europeu e, com maior ênfase, aquele da Alemanha anterior a 1933. A arte moderna britânica, detentora de um importante posto no ensino das academias estabelecidas nas antigas colônias britânicas, não cessou de perder influência. A outra grande tendência teve caráter neotradicional, fundada na reutilização de objetos tradicionais como fontes de inspiração, ora como referências estilísticas, ora como temas de trabalho. Esta tendência favorece o surgimento de estilos regionais (quiçá absolutamente nacionais), por exemplo, na Costa do Marfim em oposição a Gana. Em algumas regiões da África Setentrional, continuou-se a privilegiar a linha, para atingir uma neocaligrafia, uma utilização parcimoniosa ou nula dos elementos figurativos e, como consequência, derivando para uma tendência à abstração. Os artistas sudaneses e marroquinos engajaram-se frequentemente nesta direção. Quando as artes tradicionais conservaram certo vigor, desdobrou-se também uma tendência inversa. Assim sendo, na Etiópia, obras gráficas e pinturas abstratas ou de composição austera seriam consideradas atos de liberação da tradição.

Estas grandes tendências em nada provêm do acaso. A tendência neotradicional corresponde à negritude e a movimentos semelhantes, antes ou após a independência. Os estilos expressionistas mantém estreitas ligações formais com uma antiga arte africana, particularmente na escultura, pois o expressionismo europeu e os estilos dele derivados no continente assimilaram profundamente as influências fundamentais da África, em matéria de volume, de estilização e, inclusive, no referente aos cânones de proporção (a "distorção sistemática"). A arte abstrata finca as suas raízes africanas na decoração geométrica ou nas artes islâmicas. Única e integralmente, somente o surrealismo era novo. Pois as suas próprias ressonâncias encontravam eco no imaginário coletivo, referente aos Deuses e espíritos, ou uniram-se ao rico simbolismo dos clichês das artes orais e dos ritos africanos. A um só tempo, todas estas tendências sofreram fortemente o impacto dos modismos internacionais, a acompanharem os conceitos internacionais referentes ao papel do artista e à extrema importância conferida à individualidade, ao primado do humor sobre a emoção, ao valor absoluto da liberdade artística, da criatividade *em si* e da obra de arte legitimada pela criatividade, quaisquer fossem a forma ou o conteúdo. Em respeito ao papel da crítica, ele é dos mais restritos. Quando muito, existem somente alguns raros críticos profissionais[54], frequentemente, a crítica não transcende a profusão de elogios, comuns nas exposições de artistas acadêmicos em geral.

54 M. CROWDER, 1978, pp. 142-145.

A arte acadêmica existe paralelamente às fileiras artísticas popular, turística e tradicional, constantemente influenciadas umas pelas outras. Há casos conhecidos de artistas, dedicados ao trabalho para turistas, que se tornaram artistas acadêmicos (Felix Idubor), bem como, casos de artistas acadêmicos que passaram a praticar uma arte popular (certos artistas de Lubumbashi) e a trabalhar para o turismo. Tais interações devem intensificar-se. É possível um posterior surgimento de estilos, regionais ou nacionais, de pintura e de escultura, assim que o mercado local de arte comece a suplantar a venda aos expatriados.

As artes corporais

O corpo, a sua ornamentação e a sua vestimenta proclamam o indivíduo, tanto quanto diversas identidades grupais (estatuto social ou etnia), bem como a adequação a uma circunstância (trabalho, festividade e luto, entre outras). A história das artes corporais, também constitui um interesse imediato para o historiador, aos olhos do qual, ela pode representar um dos mais sensíveis indicadores da mudança social e da influência cultural[55].

A África tradicional conheceu uma infinita variedade de modos de ornamentação pessoal, através de escarificação, tatuagem, pintura corporal, penteados e por operações, como a circuncisão ou a excisão, que alteravam o corpo, temporária ou permanentemente. As bijuterias e a vestimenta completavam a aparência. Assim expressavam-se diferenças sexuais, etárias, de situação matrimonial e de posição social. As religiões monoteístas possuíam estritos princípios ligados à modéstia e os seus seguidores a eles adequavam-se no referente ao seu vestuário. A pertinência étnica igualmente comportava sinais externos, frequentemente escarificações ou senão através de trajes utilizados por toda uma população, tais quais aqueles próprios aos tunisianos ou aqueles característicos aos marroquinos. A própria composição, em relação à face e ao penteado (véu, tarbush, turbante, penteados femininos em Angola, no Gabão e no Zaire, atual RDC), poderia constituir sinais de pertinência a uma etnia, classe ou formação religiosa. Ornamentos suplementares (bijuterias, pinturas ou trajes festivos) atestavam a posição social de um indivíduo e o grau de concorrência ou de solidariedade por ocasião de manifestações públicas. As modas eram estabelecidas pelas elites,

55 Este tipo de pesquisa histórica ainda está em seus primórdios. J. EICHER, 1970 e 1985; M. POKORNOWSKI e colaboradores, 1985; R. P. DOZY, 1969, para o figurino; A. FISHER, 1984, para as bijuterias. Os tecidos foram bem estudados, apreciações em J. PICTON e J. MACK, 1979; R. SIEBER, 1972. Entretanto, a maioria dos estudos não são históricos ou concernentes à arte e ao corpo.

formando figuras exemplares a serem imitadas[56] pois, a arte corporal tradicional não era imutável. Desta forma, são conhecidas as modas características da corte de Kuba no início do século XX, assim como aquelas de Ruanda. Durante uma década, a moda entre os jovens dandy kuba caracterizou-se pelos altos chapéus. Em Ruanda, junto aos homens da alta sociedade, o penteado masculino que causava furor era um corte de cabelo no qual se deixava tufos arredondados, imitando o penteado das jovens núbeis da alta sociedade. Esta moda, iniciada aproximadamente em 1900, não mais seria vigente no ano de 1945[57]. Os mesmos homens exibiram togas de tecidos floridos, desde os derradeiros anos do século XIX até por volta de 1950, momento no qual as vestimentas europeias tornaram-nas *démodées*.

Em 1935, o regime colonial desde muito produzira os seus efeitos e propusera, em nome da civilização, a abolição de grande parte das artes do corpo, a tal ponto que os estudos científicos sobre a pintura corporal e a escarificação são raros e tardios[58]. Tatuagens e escarificações eram julgadas bárbaras, à imagem da nudez, sobretudo pintada[59]. Muitos ornamentos igualmente foram desestimulados, em nome da economia, dos bons hábitos no trabalho e do conforto. O deboche dos europeus no concernente aos pesados anéis de cobre, colocados em torno do pescoço ou nos tornozelos, são um estereótipo do início da época colonial. Incessantes campanhas eram então conduzidas, não somente pelos missionários, em favor da roupa conveniente. Ao sul do Saara, eles haviam proposto estilos de vestimenta decentes para o uso feminino, todos derivados do conjunto chamado "Mother Hubbard" (saia longa e blusa de mangas longas)[60]. Os europeus introduziram diversos estilos de roupa na administração: camisas e shorts; *sahariennes* [vestimenta inspirada em uniformes militares], uniformes militares e de funcionários. O traje citadino raramente é utilizado, salvo pela elite europeia das cidades, situação da qual subjaz a atração por ele exercida, primeiramente, junto à fina flor da elite africana europeizada e, posteriormente, em meio aos outros homens, cidadãos urbanos ou rurais. Na África Setentrio-

56 T. VEBLEN, 1899 (edição 1981), pp. 115-187.

57 Para a evolução da moda em Ruanda, entre 1900 e aproximadamente 1909, conferir R. KANDt, 1905, p. 80; A. FREDERICK, 1910.

58 Uma obra como a de H. Brandt, 1956 (Gerewol, ornamentação festiva dos fulbe bororo, no Níger), apresenta uma bela descrição. J. C. FARRIS, 1982, é um estudo científico.

59 E. C. BURT, 1984, pp. 60-63 e p. 80: estudo documental sobre a transferência desta arte, sobre a influência dos missionários e a pintura mural natalina, junto aos luo.

60 Eles demonstravam tamanha preocupação com a "conveniência" das roupas íntimas, a ponto de estimularem, em algumas missões e até o final dos anos de 1950, o comércio destas peças do vestuário.

nal e Ocidental, como na costa leste, o vestuário islâmico subsiste. O africano do oeste veste, no Sael, o seu bubu ou, nas regiões costeiras, as suas roupas de tipo yoruba; no Magreb, o marroquino coloca o seu albornoz; rumo ao leste, o sudanês a sua *djellaba* e o swahili o seu *kanzu* e também a sua *kofia*.

Nos anos 1930[61], pode-se subdividir a África em três grandes regiões, do ponto de vista do vestuário e, ainda nos dias atuais, estas divisões permanecem importantes. Na África Oriental e Meridional, os trajes urbanos europeus começam a substituir, como roupas de prestígio, as imitações de uniformes militares. A moda, originada na costa da Tanzânia, difundiu-se para o interior, até o Malaui e a Zâmbia, em associação com a dança Beni[62], no Quênia, em Uganda, em Ruanda e no Burundi, a partir de Nairóbi, bem como na África Austral, a partir das suas principais cidades, em Angola e Moçambique os estilos eram nitidamente distintos. O short, a camisa ou a *saharienne* tornam-se roupas de trabalho habituais, embora todos os citadinos preferissem a calça em lugar do short, ao passo que a associação do pareô e do paletó ainda é frequente nas zonas rurais. Pouco a pouco, o pareô feminino é substituído pela clássica saia das missões, sendo considerado nas cidades como um indício de abandono dos costumes. Na Namíbia, em razão da enorme aceitação do vestido, um traje característico na Europa Central do século XIX ali tornou-se uma espécie de conjunto étnico, junto aos Nama e Herero. A moda masculina africana não conservou os trajes militares como expressão de pertinência étnica, senão junto aos zulu e aos nguni[63]. Outra inovação é a larga túnica branca ou vermelha dos profetas e pastores das igrejas independentes africanas, munidos da coronha ou do bastão. Sem dúvida, eles tomaram ilustrações bíblicas como modelos. Em meio aos criadores da África Oriental, especialmente no Quênia e no Sudão Meridional, a arte corporal tradicional e a ausência ou a raridade da vestimenta masculina sobrevivem ainda nos dias atuais. Na realidade, com a progressiva facilidade na obtenção de novos meios de ornamentação, viu-se elaborar no Quênia variantes mais espetaculares de arte corporal.

Nas regiões costeiras da África Ocidental e Equatorial, os modelos europeus de roupas femininas foram rejeitados. O pareô conservou todo o seu prestígio. De fabricação local ou importadas, as suas estampas devem estar em conformidade com os gostos locais, em razão disso, a indústria europeia habituou-se a

61 O que sucede deve ser considerado com precaução, pois eu nada encontrei, nem mesmo um artigo, que retraçasse a evolução da vestimenta nas épocas colonial e pós-colonial.

62 T. O. RANGER, 1975; J. MITCHELL, 1956.

63 J. A. BARNES, 1952; M. READ, 1936.

ser atenciosa às preferências da sua clientela africana[64]. No tocante às estampas, as modas são lançadas nas grandes cidades, pelas cortesãs (frequente e gratuitamente modeladas pelos importadores) e pelas mulheres da elite africana. Na costa ocidental africana, o traje masculino de gala permaneceu imune à influência da moda européia, mas a vestimenta urbana foi adotada como traje pelos quadros, pelos universitários e pelos empregados de escritório. Paralelamente, na África Equatorial, ele tornou-se a vestimenta típica da alta sociedade, muito menos que no oeste da República democrática do Congo. Entretanto, o bubu guardou o seu posto no Sael, chegando inclusive a expandir-se rumo ao sul. Em suma, os modismos europeus tiveram, nesta parte da África, uma aceitação muito menor, comparativamente ao ocorrido na África Oriental e Meridional.

Em sua totalidade, a África Setentrional permaneceu fiel aos seus próprios costumes e ornamentos corporais (feitos em hena). Nas grandes cidades, as mulheres adotaram os vestidos europeus, conquanto vestissem-nos sob o haique, à imagem do Marrocos, país onde o traje urbano podia ser usado, desde que, sob um albornoz ou mesmo sob uma *djellaba*, e acompanhado de babucha. Porém, os homens adotaram as roupas de trabalho europeias e, no Egito, o traje urbano é, desde muito, a vestimenta usual das classes médias e superiores. O valor simbólico da vestimenta é evidenciado pela controvérsia que dividiu o Egito em relação ao tarbuche. Imediatamente após 1935, este chapéu é denunciado pelos progressistas, os quais nele identificam um emblema aviltante de subserviência, em oposição, o dramaturgo Tawfik al-Hakim concebe uma boina basca. O que não impediria à elite defender, com firmeza, o tarbuche. Nos dias atuais, contudo, este chapéu desapareceu. Não mais que alguns poucos homens de negócio utilizam-no para exibir o seu conservadorismo.

O nacionalismo encontrou, após 1945, a sua expressão no vestuário[65]. Os nacionalistas atacaram, ainda mais que os europeus, a nudez e a ornamentação da pele. Eles criaram trajes nacionais, muito amiúde de modo muito consciencioso, como em Serra Leoa, onde o tecido *kabah* com arremates bordados tornou-se o traje feminino nacional por unanimidade. Unicamente o detalhe constituído por este arremate o distinguia dos vestidos outrora importados em Freetown[66]. Nkrumah estabeleceu o estilo do traje nacional em 1957 e as elites

64 C. B. STEINER, 1985, é uma referência básica. Conferir também J. FOURNEAU e L. KRAVETZ, 1954.

65 As relações gerais existentes entre o nacionalismo e o tipo de vestimenta foram bem evidenciadas por P. BOGATYREV, 1971. Conferir também A. A. MAZRUI, 1970 (nem a nudez, nem o traje europeu).

66 B. WASS, 1979.

da África Ocidental seguiram-no. Os trajes de gala yoruba, os bubus de Kano ou de Bamako[67] tornaram-se expressões do nacionalismo. Por conseguinte, as atividades locais de tecelagem, bordado e tintura de tecidos, ganharam um novo ímpeto, sobretudo, quando as novas elites se haviam tornado suficientemente ricas, a ponto de servirem-se da vestimenta como um indicador do seu nível social[68]. Os estilos de penteado e os produtos de beleza europeus, adotados pelas mulheres, eram abominados pelos nacionalistas – e por muitos homens rurais. Eles foram substituídos por penteados nacionais[69]. No Zaire (atual RDC), Mobutu impôs o *abacos* por meio de um decreto, colocando fora da lei os trajes urbanos e, mais especificamente, o uso da gravata[70]. O *abacos* ("abaixo o *costume* [traje]") era uma expressão de autenticidade, símbolo de igualdade, de virilidade e de simplicidade. Inicialmente, ele era inspirado pelo uniforme maoísta. Com o tempo, entretanto, na justa medida que a diferenciação em classe afirmava-se em Kinshasa, após 1970, o *abacos*, veio expressar, em razão da qualidade do tecido e do corte, o nível social.

A onda dos pareôs ressurgiu na África Equatorial e Central mas, com estilos e estampas mais elaboradas que outrora e contribuindo para o retorno em voga dos custosos tecidos locais. Contudo, na África Oriental e Meridional, as mulheres da classe superior opuseram-se à sua reutilização nas cidades. Os modismos europeus desenvolveram-se sobremaneira em Nairóbi, muito mais que em Dakar[71]. O traje urbano triunfa junto aos citadinos, embora não exclusivamente na Tanzânia. Em seu conjunto, o nacionalismo ali expressou-se menos pelo vestuário que através de outros meios. Por toda a parte alhures, os modismos europeus tampouco foram totalmente excluídos. Os entusiasmos passageiros, tais como a onda dos calçados de sola espessa na Nigéria (por volta de 1975) ou a moda *zazou* na Costa do Marfim (aproximadamente em 1965), modificaram extemporaneamente a paisagem urbana.

Na África do Norte, o fato de maior impacto foi uma tentativa de retorno ao véu feminino nas cidades do Egito[72], em sinal de adesão ao fundamentalismo.

67 J. PERANI, 1979.

68 A. PERRY, 1984 (certos trajes equivalem a milhares de livros); E. DE NEGRI, 1968; F. SMITH e J. EICHER (org.), 1982.

69 ANÔNIMO, 1964. Todavia, nos anos 1980, as mulheres da cidade recorreram novamente aos produtos de beleza e aos estilos de penteado europeus.

70 F. S. B. KAZADI, 1978.

71 F. COURT e M. M'WANGI, 1976.

72 J. A. WILLIAMS, 1979. Diversos filmes egípcios tratam este tema.

Na Líbia e na Tunísia assistiu-se ao renascimento de um traje nacional derivado das antigas saias dos xeques rurais.

Tecidos e trajes também entraram no mercado do turismo. A camisa masculina de gola, bainha e bolsos bordados é desde logo muito usada, pelos expatriados de todos os continentes, bem como entre os afro-americanos e os seus simpatizantes nos Estados Unidos da América do Norte. Enquanto aumentava a produção de tecidos ou roupas com estampas decorativas e, sobretudo, destinados à exportação, na Costa do Marfim (Senufo), em Lesoto iniciava-se a produção de cobertores para o mercado turístico, Botsuana produzia os seus tecidos estampados e o Mali fabricava os seus tapetes[73].

Assim sendo, as formas de vestuário e de ornamentação do corpo, propostas pelos europeus, não foram aceitas senão de modo seletivo, no curso deste período, caracterizado pelo desejo em destacar a identidade nacional e, posteriormente o nível social, postura esta a igualmente deixar o seu registro na história da indumentária. Todavia e por outro lado, o estilo do vestuário e a ornamentação do corpo subsistiam como autênticas expressões de uma necessidade estética. Se fosse possível escrever a história, embora rudimentar, da bijuteria e do xale, veríamos certamente surgir uma pesquisa de novas expressões da beleza, por si mesma. Mas, até o momento, não dispomos sequer dos primeiros elementos.

A música e a dança

A música vocal reinou na arte popular durante todo o período, tanto nos campos, quanto nas cidades, pois, o disco e o rádio asseguraram a sua difusão junto às massas. Alguns cantores conquistaram imensa popularidade, somente igualada por aquela dos grandes líderes políticos. Alguns dentre eles contribuíram com o movimento pela independência, mobilizando a população, difundindo programas e exaltando líderes. Igualmente, não causa espécie que, uma vez conquistada a independência, governos tenham continuado a fazer uso da música como instrumento de propaganda e tentado abafar a crítica. Este estado de coisas influencia as letras musicais, mas sem grandes repercussões na evolução musical, ela própria[74].

73 M. HARTLAND-ROWE, 1985; E. DUDLEY, 1986.

74 C. H. CUTTER, 1968, oferece um exemplo do emprego da música e dos griôs, com o intuito de propagandear as diretrizes partidárias, cantar elogios aos seus dirigentes e glorificar o sucesso das suas políticas.

As tradições musicais da África manifestaram uma continuidade notável, a despeito das forças externas que o Ocidente fazia pesar sobre elas. As possibilidades de mestiçagem eram consideradas em razão da similaridade entre a música Ocidental e a música africana ao sul do Saara, especialmente o uso de escalas diatônicas e da harmonia, assim como a prática do acompanhamento da voz pelos instrumentos de percussão e cordas. Os principais agentes de difusão dos modelos europeus foram as missões e o rádio[75]. Malgrado estas influências, as músicas africanas, antiga e moderna, ainda dispõem de traços estilísticos em comum, notadamente uma mesma abordagem dos ritmos lineares, um mesmo conceito de pulsão (*beat*) e de fluxo de energia, e o emprego de idênticos temas e entrelaçamentos rítmicos, tipos de progressão melódica, paralelismos polifônicos e técnicas vocais. Contudo, entre a antiga e a nova música africanas, há divergências na utilização das escalas, da harmonia, da forma e do instrumental[76].

A música instrumental europeia não exerceu impacto. Ainda atualmente, o gosto pela música europeia constitui um sinal da mais profunda alienação. Alguns instrumentos europeus foram adotados para acompanhar a música vocal mas, não há nenhum instrumentista africano que tenha construído a sua reputação através da interpretação de música clássica. Salvo uma ou duas exceções, os compositores criam músicas sacras, a saber, de caráter vocal e não concebidas para orquestra[77].

A história da música no curso das últimas gerações deve distinguir duas correntes distintas: uma ligada à música interiorana e à música sacra, uma segunda, em voga nas danceterias e nos cafés, animava os ambientes de criação para a nova música urbana.

Música rural e música sacra

Se, em 1935, as tradições rurais estavam, ainda e por pouco que não, intactas, as influências veiculadas pelos discos, pelo rádio, pela propagação do islã e do cristianismo e pelas orquestras de música militar, apresentavam, desde

75 A. MERRIAM, 1981, pp. 100-105.

76 L. J. P. GASKIN, 1965b; B. A. ANING, 1967; A. MERRIAM, 1970; H. TRACEY, 1973, são bibliografias. P. R. KIRBY, 1964; G. KUBIK, 1966; J. H. Kwabena NKETIA, 1965, 1975 e 1978; H. TRACEY, 1961, consistem nos estudos gerais existentes sobre a África ao sul do Saara. Em suplemento, West Africa publica, muito amiúde, artigos sobre a música moderna e uma sessão denominada Disques, redigida por "Concobility Jane".

77 E. AKIN, 1965 (p. 61 referente à rejeição da música orquestral ocidental) e 1970; no que diz respeito à transformação da Orquestra Sinfônica Nacional de Gana, consultar N. L. KORLEY, 1986.

logo, a sua força e, nos três últimos casos, a sua ancianidade. Entretanto, muitas destas influências, por demasiado sutis, têm o seu discernimento circunscrito aos musicólogos[78]. A vasta diversidade do repertório músical vocal estendia-se das cantigas de ninar aos cantos fúnebres, dos cantos de trabalho aos cantos reivindicatórios, do elogio à sátira. O canto de acompanhamento das danças ainda dispunha de muita vitalidade mas, algumas categorias, como os cantos de trabalho, estavam em declínio. A música puramente religiosa, associada a determinados rituais, era rara na religião africana clássica. Mas, quando existente, teve a mesma sorte que o ritual. Os cantos de protesto floresceram à época colonial e, por vezes, além dela. A sua música incorporava o antigo e o novo. Os cantos de protesto dos rwenzururu (Uganda) são, a este respeito, muito característicos. Alguns empregavam a musicalidade das antigas cantigas de botequim, outros inspiravam-se em cantigas escolares[79]. A forma refletia não a mensagem, mas a geração e a idade dos cantores. A influência dos sucessos da indústria fonográfica europeia foi mais forte durante os anos 1940 e 1950, comparativamente aos anos seguintes. Nos anos 1950, os Mangbetu (na RDC) admiravam o cantor francês Tino Rossi[80] e, em 1966, o repertório dos cantos rwenzururu compreendia a melodia *Alpenrosen*, velha cantiga sentimental da Europa Central. Contudo, as cantigas rurais também eram inovadoras. Em algumas regiões, o velho gênero do canto épico serviu a compor novas canções históricas. Desta forma, um trovador cego lulua compôs um canto interpretando a história contemporânea do kasaï (Zaire), através dos seus chefes tradicionais e dos seus espíritos protetores[81].

A música sacra ganhou ainda maior importância nas regiões onde o islã propagava-se e, sob o efeito da atividade das Igrejas[82]. Muito antes de 1935, as cantigas já gozavam de grande popularidade, embora as suas escalas e harmonias permanecessem, de forma inconsciente, adaptadas às normas locais. Criaram-se corais nas escolas e, durante os anos 1950, tropas montadas, segundo o modelo dos Wiener Sängerknaben, surgiram na África Central, Oriental e Meridional[83]. Os católicos lançaram-se na experiência das "missas africanas", a partir dos anos

78 J. H. Kwabena NKETIA, 1978.
79 P. COOKE e M. DOORNBOS, 1982.
80 A. SCOHY, 1955, P. 113.
81 T. K. BIAYA, 1984.
82 H. WEMAN, 1960.
83 Para um exemplo no Shaba, a partir de 1954, conferir G. HAEZEN, 1960.

1930[84]. A partir de 1939, estas missas são compostas por africanos, muito amiúde, seminaristas ou padres. Esta onda atingiu o seu apogeu antes do Concílio Vaticano II de 1962, com as suas declarações sobre a linguagem e a prática litúrgicas[85]. Em seguida, o elã do movimento atenuou-se, embora a produção de música sacra tenha guardado o seu vigor, em interação com o movimento religioso e o seu volume acrescido de conversões, manifestas em todo o continente após 1980. Entretanto e nos dias atuais, as cantigas estão menos em voga no repertório de boa parte da população, comparativamente à popularidade da nova música popular urbana que alcança integralmente as regiões rurais.

A música urbana norte-africana

Em 1871, teve lugar a estreia de *Aïda* de Verdi, na nova Ópera do Cairo. O fato é característico do Egito, único país da África a afinar-se com a música instrumental europeia. A África do Norte possui, ela própria, uma rica e longa tradição de música instrumental, contudo mantida associada à interpretação vocal. Todavia, na primeira metade do século XX, Sayyed Darwish criou um novo estilo musical estabilizado, mesclando as tradições europeia e oriental. Em 1929, ocorreu a fundação do Alto Instituto para a música árabe, no qual a música instrumental assumia o seu posto, juntamente à música vocal. O novo estilo obteve tamanho sucesso que um grupo de músicos, da Argélia e da Tunísia, julgou necessário, em 1934, fundar a Rachidiyya, grupo consagrado a combater pela sua influência e disposto a reanimar as velhas tradições da orquestra *ma'lūf* e das suas partituras *nuba*. O *ma'lūf* tornou-se, nestes países e na Líbia, símbolo de independência. Porém, seguiu-se o exemplo do Egito, através do uso de instrumentos europeus, como o violoncelo, o saxofone e o acordeão, e do recurso ao modelo próprio a um grande conjunto instrumental, assim como a algumas melodias e ritmos. No Marrocos, a música urbana tradicional não estivera jamais sob ameaça e continuava a prosperar na filiação direta da música árabe erudita, contemporânea ao apogeu do islã. Os seus tesouros compreendem tanto os quartetos *'arubi*, das mulheres de Fez[86], quanto os cantos sagrados das confrarias ou, ainda, o *haddarat*, cantado em coro pelas mulheres, em diversas ocasiões, como

84 P. JANS, 1960. J. H. Kwabena NKETIA, 1957, cita Ephraïm Amu e a sua antologia Twenty-five African songs (cantigas) de estilo africano e com acompanhamento africano (1933), na qualidade de pai dos compositores africanos de música sacra.

85 T. TSHIBANGU, 1960.

86 M. EL FASI, 1967. Textos árabes publicados em Fez, 1971.

FIGURA 20.6 A Orquestra de Fez, no Marrocos: uma orquestra de música árabo-andaluz. (Fonte: Maison des cultures du monde, Paris.)

os casamentos e as circuncisões, porém, com maior ênfase temos o *melhūn*, ou *griha*. O *melhūn* é poesia. Os poemas *kasīda* são cantados e compostos segundo regras de extrema complexidade. A música marroquina permaneceu muito mais tradicional que as outras. Os seus temas musicais continuam a ser adaptados em prol da mensagem ou do canto[87].

Entrementes, à imagem da África Subsaariana, a voz permaneceu o elemento central e somente os cantores tornavam-se verdadeiras vedetes, com os seus grupos de admiradores incondicionais e usufruindo de imensa popularidade. Alguns eram celebridades locais, como Saliha, a grande cantora de *ona* badawi na Tunísia; outros viam expandir-se a sua glória em todo o mundo de língua árabe. A mais célebre cantora do século XX foi Umm Khulthum, de nome inspirado na poesia árabe pré-islâmica e cuja carreira começara desde 1932[88]. Ela representou, nos tempos de al-Nasser, a ambição de um retorno à grandeza primordial do islã. Precisamente ao final dos anos 1960, ela elaborou

87 As notas sobre o Marrocos são devidas à contribuição do memorável Sua Excelência M. el Fasi.

88 A. ELNACCASH, 1968.

um novo estilo que também conquistou aficionados. No entanto, ela não foi senão a estrela de uma plêiade de artistas. Convém aqui precisar não haver, na África do Norte, uma nítida distinção entre a música popular urbana e aquela da elite. Nem o emprego de um árabe vernáculo, em oposição à língua literária, nem mesmo gêneros determinados, constituem referências seguras. Novamente neste contexto, encontra-se uma situação análoga ao sul do Saara, onde a canção popular também tornou-se a música da elite, independentemente das outras divisões entre as classes sociais.

A música urbana ao sul do Saara[89]

A música urbana nas novas cidades foi, em um primeiro momento, tocada como acompanhamento à dança, bem como na qualidade de música de animação em bares, executada por conjuntos organizados. No início dos anos 1930, a apresentação de danças étnicas, tais como as *agbaya* de Brazzaville e de Kinshasa, talvez guardasse semelhanças com as *agbadza* de Gana e do Togo[90]. Eram bastante comuns as danças em trajes europeus, nas quais grupos, ainda formados pela sua origem étnica, dialogavam uns com os outros. A complexa história de uma dessas tradições é aquela do movimento Beni (orquestral), ligado, em sua origem, aos festivais agnósticos de Lamu (Quênia) e influenciado pelas orquestras militares alemãs. Previamente, o Beni difundiu-se na Tanzânia para, posteriormente, atingir a África Austral e Central[91], onde a sua música ainda estava em voga na Copper Belt, em 1951[92]. No Witwatersrand, um de seus consortes era o espetáculo das danças dos regimentos zulus, porém, com base em uma nova música[93]. Os concursos de dança e de canto eram igualmente muito difundidos nos centros urbanos do litoral da África Ocidental.

Aproximadamente em 1940, surge um importante estilo musical de natureza distinta: a rumba congolesa. Ela nasce após o *highlife*, lentamente desenvolvido em Gana nos anos anteriores, a partir de uma espécie de desfile de músicos e dançarinos, mediante um lento movimento de travessia de uma rua, que atingira

89 Esta seção baseia-se na contribuição de Kazadi wa MUKUNA. Consultar igualmente Kazadi wa MUKUNA, 1980.

90 E. W. SMITH, 1962. Em virtude dos laços existentes à época colonial, após 1880, entre Léopoldville e Accra, a semelhança nominal não pode ser fortuita.

91 T. O. RANGER, 1975.

92 J. MITCHELL, 1956.

93 H. TRACEY, 1952.

FIGURA 20.7 A cantora egípcia Umm Khulthum em um recital na cidade de Paris em 1967. (Foto: AFP Photos, Paris.)

a sua forma definitiva em 1930. O seu conjunto instrumental era dominado pelos cobres, com duas variantes, uma de ritmo rápido e outra de ritmo lento, o "blues". O *highlife* finalmente foi associado ao *dancing* e a um estilo de dança ocidental. Em razão disso, conquanto seus ritmos e melodias sejam de feitio ganense[94], ele tende, com o uso de instrumentos europeus, para modos harmônicos ocidentais. Accra era, antes de 1940, o epicentro de uma tradição musical vivida pelas grandes orquestras, tais como a Excelsior ou a Ópera Rítmica de Accra, atuantes em toda a costa ocidental. O *highlife* chegou ao seu apogeu durante os anos 1950, saindo paulatinamente de moda nos anos 1960, tanto

94 J. H. Kwabena NKETIA, 1957.

na Nigéria quanto em Serra Leoa, países nos quais um estilo musical, de inspiração latino-americana e também congolesa, substituiu-o. O *highlife* absorvera vários elementos do jazz, em particular nas orquestras populares de instrumentos de sopro e cobre. Ele tinha igualmente características *afro-calypso* e *reggae*, baseando-se na guitarra e influenciado pela música caribenha[95].

O violão, cujo surgimento na África Ocidental ocorreu em 1935, foi primeiramente empregado na Nigéria acompanhado por tambores, aos quais se acrescentaram, posteriormente, o acordeão e carrilhões, em acompanhamento aos estilos de música chamados primeiramente *juju* e, em seguida, *miliki*. A música congolesa influenciou-os sobremaneira até aproximadamente 1968, aquando do nascimento do *afrobeat*, síntese do *highlife* e da música *soul* afro-americana. Este estilo produziu outra variante, o *syncro* (1976). O *afrobeat* está especialmente associado ao nome de um cantor de sucesso, Amikulapo Kuti Fela, autointitulado porta-voz da classe operária. No transcorrer dos anos 1970, ele fundou uma comunidade, dissolvida em 1977. Ele não deixaria de prosseguir na veia musical contestatória, malgrado ininterrupta perseguição[96].

A tradição congolesa configurou-se a partir da inspiração extraída em concertos realizados por conjuntos cubanos em visita ao Zaire, no período imediatamente anterior à Segunda Guerra Mundial. Durante a guerra, soldados americanos e europeus introduziram novas importantes influências. Com a *maringa* surgiu uma dança cujo centro interpretativo era o casal, embora na maior parte do tempo os parceiros dançassem ainda separados, ao som de instrumentos locais, aos quais brevemente acrescentar-se-ia o violão. As importações de instrumentos europeus, até então ensaiadas, não haviam obtido êxito[97], contudo, os músicos dedicaram-se ao aprendizado musical através do contato com os seus colegas europeus, os quais atuavam com eles nos bares das cidades. O violão foi o primeiro a ser adotado, no sul do Zaire, onde tradicionalmente utilizava-se instrumentos de corda. Ele não tardou em suplantar a onipresente *likembe* (*mbira*, ou ainda *sanza*)[98], não mais suficiente como expressão das complexas harmonias exigidas pela nova música. Em 1946, o violão chegava a Kinshasa. Este evento combinou-se com a onda de música afro-cubana, a rejeitar

95 E. W. SMITH, 1962; E. S. KINNEY, 1970; N. W. HOOKER, 1970.

96 V. TUNJI, 1976; J. LABINJOH, 1982; J. MILLER, 1985; C. MOORE, 1982; J. HOWE, 1986.

97 N. NLOLO, 1983; M. LONOH, não datado; Kanza MATONGO, 1972; S. BEMBA, 1984.

98 W. SOYINKA, 1985.

modelos coloniais como a polca, a valsa ou a marcha, e para dar luz a uma nova e grande tradição, nos primórdios da indústria fonográfica[99].

As gravadoras apoiaram os cantores de sucesso. A rumba estabeleceu-se como estilo através do comércio de discos e da sua difusão no rádio. Com a criação do jazz africano (1953), do O.K. jazz (1956), ainda vivo, e a progressiva adoção de letras em lingala, em detrimento do espanhol (que não permitia transmitir senão mensagens rudimentares), a música congolesa ganhou ímpeto. Em que pese o que subjaz dos seus títulos, o jazz tem importância menor em Kinshasa, sobretudo a partir de 1955, ocupando no entanto uma posição bem mais relevante em Lubumbashi, cidade onde a canção em kiswahili e tshiluba floresceu até o imediato posterior à independência, época em meio à qual, o exemplo de Kinshasa e as letras em lingala generalizaram-se. Certamente, esta evolução está relacionada com o triunfo político de Kinshasa sobre Lubumbashi (fim da secessão do Shaba, no ano de 1963, proclamação da II República em 1965), entretanto, a utilização da guitarra elétrica e a difusão do rádio portátil transistorizado, após 1960, também contribuíram para o sucesso dos conjuntos de Kinshasa[100].

Conquanto as danças em voga e as variantes estilísticas se sucedessem, ano após ano, até 1960, sob a influência das modas europeias, como chachachá e o *twist*, a tradição lírica seguiria o seu curso, no essencial, de forma ininterrupta. Além das modas passageiras, a criação de letras musicais muito elaboradas ou de complexas baladas, transmitindo frequentemente um cáustico comentário social, bem como, o retorno da influência própria às danças tradicionais, tiveram uma marcante importância. A rumba conservou a sua estrutura original, a saber, uma introdução, precedida de um curto prelúdio instrumental, apresentando o tema principal e o posterior desenrolar do tema cantado, em duo ou trio, com os seus refrões, e uma improvisação instrumental, sequência anunciadora do desenvolvimento rítmico e melódico.

Paralelamente, o número de conjuntos passou de 19, no ano de 1960, para muito mais de 200, em 1984, fortemente apoiados pelo sindicato dos músicos (1965). Nenhuma comparável evolução aconteceu nas regiões vizinhas, a música congolesa domina todo o cenário musical, não somente na África Central, senão, igualmente, em uma parte da costa oriental e, ao sul, até o Zimbábue, embora as letras em lingala não sejam compreendidas em todas as regiões. Em Kinshasa, contudo, os temas transformam-se. As primeiras canções em referên-

99 PHILIPS, NGOMA, LONINGISA.

100 J. FABIAN, 1978, pp. 315-321, no tangente à música de Lubumbashi.

cia a decepções amorosas ou evocações nostálgicas, relembrando a simplicidade da vida rural, são complementadas, desde antes de 1960, por canções políticas, celebrando a independência, o país e os seus heróis. Após 1960, os comentários sociais ganham maior importância e tornar-se-iam, em breve, mordazes e sem rodeios[101]. Estas letras são, principalmente, obra de grandes vedetes, como Luambo (Franco). A censura entra em cena em 1967 mas, não interrompe senão levemente estas tendências, até a prisão, no ano de 1979, de Luambo, liberado pouco após. As letras musicais tornar-se-iam mais inofensivas e a canção de protesto deslocar-se-ia progressivamente para Camarões (o *Makossa*) e para o Gabão[102]. Em meados dos anos 1970 e, com maior ênfase, após 1979, os estilos mudaram em Kinshasa, refletindo desde então novas realidades sociais. A linha melódica tornou-se muito mais banal e as letras menos elaboradas. Ocasionalmente, a canção reduz-se a um "grito do coração", acompanhado de um estilo de dança brutal, frenético e mais acrobático, muito mais espetacular que outrora e, igualmente, mais próximo do transe[103].

A terceira grande mutação musical ocorre na África Austral. Nos anos 1920, o *marabi* nascera nos bares clandestinos dos bairros negros. Ele era influenciado pela polifonia ngunie e pela elaboração de ritmos complexos, urros explosivos e harmonias inusitadas (quintas abertas). A influência do jazz norte-americano tornava-se predominante e, durante a década de 1940, a evolução do *marabi* originou o kwela, primeiramente no Malaui, em seguida, nos anos 1950, na própria África do Sul. O acompanhamento, desde então, era dominado por uma longa flauta de estanho, o *pennywhistle*, e os ritmos tornaram-se ainda mais complexo, seguidos por uma batida regular[104]. Resultava, em derivação, um tipo de canto a exigir um virtuosismo fora do comum, popularizado pelos discos de Miriam Makeba[105]. O jazz influenciou, igual e diretamente, a música urbana queniana. Nas cidades da África Oriental, tanto quanto na África do Sul, a influência dos gostos próprios aos brancos, expatriados ou cidadãos nacionais, no que diz respeito às correntes em voga na Europa e nos Estados Unidos da América do Norte, foi mais forte que por toda a parte, alhures no continente[106].

---

101 A título de exemplo, conferir Le dialogue d'Adam et de Dieu, por Luambo. Conferir O. DEBHONVAPI, 1984.

102 O. DEBHONVAPI, 1984, p. 130; B. EPHSON, 1984; ANÔNIMO, 1984; H. KALA-LOBE, 1982; C. MONGA, 1983.

103 N. NKASHAMA, 1979; G. EWENS, 1987. Trata-se da música soukous.

104 M. Andersson, 1981; K. Cuper, 1958; D. RYCROFT, 1959.

105 J. GWANGA e E. J. MILLER, 1971.

106 G. KUBIK, 1981; J. LOW, não datado; S. H. MARTIN, 1982.

A dança

A África dança, afirmava G. Gorer, em 1935, sobre a África Ocidental: "Eles dançam a sua alegria e o seu sofrimento; eles dançam o amor e a raiva; eles dançam para chamar a prosperidade e para afastar a calamidade; eles dançam religiosamente e para passar o tempo[107]."

Ele inquietava-se injustamente com o futuro. Tal herança não se poderia apagar em um piscar de olhos, sobretudo porque a dança europeia, social ou artística, jamais lhe fora concorrente. A dança social lhe fora emprestada mas, sem oferecer senão muito pouco da sua música e pouco dos seus passos. Concomitantemente, a dança rural continuou a acompanhar a sucessão de modas e a desenvolver-se. A dinâmica desta arte era tal que, mesmo após 1900, uma nova e complexa tradição de balé teatral, o *bobongo*, pôde ser desenvolvida em uma parte do Zaire, apesar do regime colonial[108]. Os migrantes traziam as suas danças à cidade, onde elas prosperavam frequentemente em um contexto de concursos disputados com outros grupos étnicos ou regionais. Novidades eram introduzidas, notadamente a adaptação à dança de exercícios militares e da ginástica. Em Beni, isto ocorreu antes de 1914, mas também alhures, especialmente junto aos Ewondo de Yaoundé, onde assistiu-se, em 1970, a uma dança rítmica feminina, executada ao som de um apito policial, na ocasião considerada sob o rótulo de "tradicional"[109].

As danças em nada atraíram a atenção das autoridades coloniais, até os anos 1950 e salvo como objeto de condenação ou atrativo para os dias de festa, além de prestarem-se ao cerimonial, em homenagem aos visitantes de renome. As trupes rurais, frequentemente solicitadas em tais circunstâncias, começaram então a se recusar a dançar, ao menos sem a correlata remuneração. Desde o início dos anos 1930, um grupo de dançarinos dogon fora enviado à Paris. Assim nasceram grupos de dançarinos profissionais[110]. Outra fonte para o surgimento do balé moderno, animada por Fodeba Keita, derivou da preocupação em integrar a dança ao teatro. Keita criou os seus *Ballets* africanos em meados dos anos 1950. À época, as apresentações de danças folclóricas, em ambiente fechado ou ao ar

107 G. GORER, 1945, p. 191.

108 IYANDZA-LOPOLOKO, 1961.

109 Consultar, por exemplo, J. MITCHELL, 1956; mas, igualmente, P. HARPER, 1969, p. 166, relativamente à dança étnica urbana e às escolas de dança.

110 Tal foi o caso junto aos Mangbetu. A. SCOHY, 1955, p. 113; P. J. IMPERATO, 1971.

FIGURA 20.8 Balé africano de Fodeba Keita.

livre, começavam a tornar-se hábito de forma quase generalizada[111]. Entretanto, outra dinâmica, o nacionalismo, desenvolvia-se desde então. As danças folclóricas tornaram-se um imperativo incontornável para os nacionalistas, a tal ponto que, no Egito, onde não existia tradição de dança rural, foi necessário criar este gênero. O Egito também foi o único Estado africano a fundar, em 1958, um instituto de balé (à europeia). Por toda parte alhures, no imediato posterior à independência, os países voltaram-se para o seu patrimônio coreográfico com o intuito de organizar trupes de dança. Igual e primeiramente, ao beber na fonte do patrimônio nacional, foram criadas as condições para a abertura, nas universidades, de escolas de arte dramática.

Estas novidades modificaram de formas variadas a natureza da dança. A prática de danças tradicionais, em contextos não tradicionais, implicava em

111 F. KEITA, 1957. Em 1958, o Zaire enviou a sua primeira companhia teatral à Exposição Internacional de Bruxelas. Ela também era organizada por um produtor de teatro.

um novo tipo de relação com o público, interação transformada em impessoal e baseada no pagamento de um direito de ingresso. A ênfase era dada aos elementos espetaculares da dança, porém, com números genéricos de movimentos simplificados e condensados. Os limites impostos pelo espaço (o palco) e pelo tempo haviam radicalmente transformado o modelo de base e a organização geral da dança, assim como a postura dos dançarinos aos olhos do seu próprio desempenho. Em suplemento, figurinos e movimentos eram compostos sob medida, com vistas a satisfazerem as normas de decência urbana, produzindo como consequência novas coreografias[112]. Por outro lado, a composição dos programas ressaltava a variedade, realizando um amálgama entre danças de diferentes povos e danças de natureza distinta. Em seu programa do ano de 1958, a *troupe* Changwe Yetu, uma dança de guerra confrontava-se com uma dança fúnebre de outra região e uma espetacular dança ginástica do sabre misturava-se com danças de entronização dos chefes. Novas danças, integrando a mímica e baseadas na ginástica, também eram produzidas no caldeirão das cidades. A partir de então, surgiu uma maior preocupação com a unidade artística. Faz-se corresponder a dança com o momento do desenrolar de uma intriga operística (Nigéria) ou teatral, transformando-a em um acessório da arte dramática ou, além disso, apresenta-se uma progressão de danças, de maneira a criar uma estrutura emocional que estabeleça uma espécie de emaranhado de tensões a resolver, bem como, uma sucessão de cenas de exposição, desaguando no grande espetáculo da cena final. Produz-se, em suma e como resultado, uma coreografia de caráter inteiramente novo.

Ao mesmo tempo, nas cidades, se a dança de caráter social não muda senão relativamente a questões menores, em função de efêmeros modismos, as danças rurais, por sua vez, perduram e os concursos de danças étnicas são direcionados na forma de "festivais", fatos paralelos à conquista de espaço, neste mesmo ambiente rural, alcançada pelo estilo urbano de dança. Na atualidade, a dança persiste uma atividade de predileção, na qualidade de forma artística majoritariamente praticada, junto à música, a mais popular de todas as artes.

112 P. HARPER, 1969, acrescenta, no caso da Nigéria, a influência da televisão (iniciada em 1959) e do cinema (após 1970), no que concerne às dificuldades impostas à dança. Também conferir R. BERGER, 1967.

Os espetáculos públicos e o teatro

Os espetáculos públicos e o teatro constituem uma mesma e única manifestação artística, malgrado as limitações impostas pelo cenário, do palco ou do estúdio, em oposição à sua ausência por ocasião dos festivais públicos e, inclusive, independentemente do grau de profissionalismo encontrado junto aos atores de teatro.

Os espetáculos públicos

Os desfiles, as pantomimas e mesmo os diálogos, produzidos no palco em meio a dançarinos mascarados, eram muito frequentes na África pré-colonial, muito amiúde enquadrados em contextos sagrados ou cerimoniais. Muitas destas tradições sobreviveram. Há, por vezes, uma surpreendente continuidade entre as procissões cerimoniais dos akan, descritas por Bowdich em 1817, e o que fazem os modernos akan, conquanto a maior parte destes eventos tenha sido atualizada [113], buscando inspiração em novas situações, assim como em práticas europeias, tais como os desfiles militares ou as cerimônias oficiais. Vê-se, todavia e frequentemente, complexos desfiles de máscaras, particularmente na costa oeste do continente, quer se trate das tradições do Festival da Lanterna de Serra Leoa ou da Gâmbia[114], dos desfiles *asafo* de Fanti[115], do brilho das cortes dos akan, dos numerosos desfiles de máscaras da Nigéria[116] ou do carnaval de Luanda. As festas em celebração ao aniversário do Profeta, na África do Norte, e as festividades públicas das cidades litorâneas do leste africano conservaram e, inclusive, desenvolveram as suas atividades de entretenimento. Nas regiões rurais, os ritos de iniciação dos garotos, com frequência concebidos como cerimônias espetaculares, eram ainda comumente praticados em 1935 — ou por volta de 1950, época durante a qual V. Turner estudou o povo ndembu (Zâmbia). Nas regiões interioranas e mesmo em certas cidades[117], estes ritos não se perpetuaram até os dias atuais[118]. No conjunto

113 H. COLE, 1975.

114 J. W. NUNLEY, 1985; J. BETTELHEIM, 1985.

115 G. N. PRESTON, 1975.

116 Conferir os números especiais da African Arts, vol. VI, no4, 1973, e vol. XI, no 3, 1978; consultar também N. NZEWUNWA, 1982, e numerosas descrições na Nigeria Magazine.

117 Conferir A. DROOGERS, 1980, quem mostra como os novos elementos urbanos foram combinados na dramaturgia.

118 Os ritos de iniciação kuba, estudados em 1982, por W. BINKLEY são, surpreendentemente, semelhantes às atividades da mesma ordem, em 1953.

de numerosas produções antigas, as mais espetaculares correspondiam àquelas dos tsogho (Gabão), para as quais o espetáculo e os transes, por elas suscitados, eram meios capitais de comunicação com o sobrenatural. O seu rito *bwiti* declinou desde os anos 1930, contudo e ao mesmo tempo, os ritos não foram difundidos ao norte do Gabão onde, doravante, eles constituem parte de novos rituais dramáticos[119]. O sentido do drama permanece, por toda parte, muito vivaz.

O teatro tradicional, *stricto sensu*, cuja manifestação consiste em encenar uma história, perante um público, era pouco divulgado. Apesar disso, do Mali à Cross River ou em diversas regiões da bacia do Congo/Zaire, certos povos organizaram tais espetáculos[120]. As autoridades coloniais não viam com bons olhos estas representações e preferiam os seus próprios desfiles, *Te Deum* e outras cerimônias de festas nacionais, ao menos até o momento do descobrimento de um valor turístico nestas atrações artísticas, após a Segunda Guerra Mundial. Sob estas circunstâncias, alguns elementos africanos imiscuíam-se quando das cerimônias religiosas europeias, tais como as peças satíricas encenadas durante os desfiles da Força Pública do Congo belga. Estas sátiras derivavam de cenas mímicas, executadas nas danças na zona equatorial[121]. Elas expunham as más condutas no trato dos escravos em Zanzibar. Após a independência, estes indivíduos tornaram-se, muito naturalmente, os malfeitores do colonialismo[122].

Posteriormente à independência, certos dirigentes começaram a utilizar espetáculos de outrora, visando estimular o público das assembleias políticas. As *animações* apresentam-se como espetáculos montados por ocasião de reuniões públicas, para suscitarem o entusiasmo dos espectadores em respeito às propostas políticas, cuja apresentação aos indivíduos era imperativa, no decorrer das reuniões ou, mais amplamente, em apoio ao regime. Slogans políticos eram, frequentemente, lançados desta forma. Igual e inicialmente, sabe-se que a prática difundiu-se na Guiné, antes de 1965, inspirada em antigos griôs, posteriormente a animação foi transplantada ao Zaire, nos anos de 1967-1970, onde as sátiras militares, as formações de danças antigas e inclusive as *majorrettes* [moças em desfile, fantasiadas com uniformes militares] ocidentais se tornaram fontes de inspiração.

119 J. FERNANDEZ, 1982, pp. 436-493.

120 Conferir B. TRAORÉ, 1958. Y. OGUNBIYI, 1981; M. A. ALARINJO, 1981; J. C. MESSENGER, 1962 E 1971; A. DE ROP, 1959; J. CORNET, 1982, pp. 272-278 (peça mascarada itul); mas J. LELOUP, 1983, defende não serem estes os ancestrais do teatro moderno na África.

121 G. HULSTAERT, 1953.

122 H. DESCHAMPS, 1971, p. 560.

O teatro

O teatro, propriamente dito, cuja essência consiste em encenar uma intriga no palco, frequentemente conforme às convenções da arte dramática italiana e utilizando um texto decorado, geralmente em língua europeia, este evento artístico é incontestavelmente uma inovação urbana[123]. Inicialmente, a disciplina tomou forma nas missões e nas escolas; trata-se comumente de peças em um ato, encenadas com objetivos didáticos ou para suscitarem a conversão religiosa[124]. Os temas são, correntemente, extraídos da Bíblia ou fábulas morais, normalmente com mordazes porções satíricas. Pois, não se permite esquecer que o teatro deva tanto divertir quanto ensinar. O desenvolvimento do teatro seguiu direções muito diferentes nas regiões sob a autoridade francesa, belga ou portuguesa, nas quais o modelo era a tragédia francesa, e nas regiões sob a autoridade britânica, ao menos na África Ocidental, onde a escola não representava a única via de acesso ao teatro. Por outra parte, na África do Norte, a situação era sensivelmente diferente.

No Egito, o teatro alcançou grande popularidade ao final do século XIX. A ópera europeia, forma de arte tão etnocêntrica quanto o teatro nô, no Japão, encontrou aqui, inclusive, um favorável terreno nos tempos do quediva Isma'il. Nos anos 1930, a maior parte dos teatros utiliza o árabe coloquial. Há uma forte produção de suaves comédias, de farsas e de peças edificantes, o que não impede a produção por Tawfik al-Hakim, entre outros, de dramas relativos às grandes questões humanas universais. A partir de meados dos anos 1950, o teatro volta-se para temas sociais, realistas, e também simbólicos. As peças são fortemente influenciadas pelo cinema, da mesma forma que este último, ele próprio, foi fortemente inspirado por elas. Em 1964, nove ou dez teatros do Cairo encenaram peças árabes, clássicas ou modernas, comédias e operetas egípcias. O público aprecia tanto peças realistas, à imagem daquelas de Yusuf Idris, quanto peças simbólicas, portadoras de uma mensagem revolucionária, como as obras de Nu´man Ashur, favoráveis às teses igualitárias[125]. Desde então, o teatro foi utilizado, com menor intensidade, para doutrinar o público mas, como no

---

123 Encontrar-se-á uma bibliografia recente em Recherche, Pédagogie et Culture, vol. 61, 1983, pp. 101-105. Os estudos de base são: W. SOYINKA, 1985; B. TRAORÉ, 1958; Y. OGUNBIYI, 1981; P. PARÍCSY, 1971; ANÔNIMO, 1971; R. MSHENGU-KAVANAGH, 1979 e 1981; M. SCHIPPER, 1982.

124 Para o texto (esboço da intriga, os diálogos mantidos livres) de uma peça encenada na escola, em 1934, ver R. BONNEAU, 1972. Conferir também G. HULSTAERT, 1953; B. LINDFORS, 1980.

125 Encyclopedia Britannica, Macropedia, vol. IX, p. 981; P. MANSFIELD, 1965, pp. 124-125; P. J. VATIKIOTIS, 1980, pp. 455-456.

cinema, as tendências melodramática, cômica, realista e simbólica, neste âmbito continuaram a se manifestar.

A Líbia, a Tunísia e a Argélia possuíam uma tradição comum, ligada ao teatro de sombras, o *Karaguz*, originado na Turquia. Porém, não houve influência alguma na época colonial. Por razões de ordem moral, o teatro era reprovado pelos '*ulama*'. As peças eram encenadas, especialmente, em francês e em italian, para as comunidades de expatriados e para uma fração da elite. A censura, por sua vez, era severa. Anteriormente à independência, na Tunísia e no Marrocos, a principal atividade consistiu na tradução de peças europeias para o árabe clássico ou coloquial; produziu-se, no entanto e na Tunísia, uma pequena quantidade de peças abordando temas didáticos (a juventude perdida, a droga, o mercado negro). Aproximadamente ao final dos anos 1960, o público urbano, no conjunto magrebino, abandona a sua apatia. O número de trupes começa a aumentar. Deste modo, constrói-se um teatro moderno, baseado principalmente em peças de um ato, por sua maior parte, sátiras ou melodramas, salvo na Argélia, onde se produz correntemente peças propagandísticas, muito amiúde aludindo à guerra de libertação[126].

Nos anos 1950, as regiões francófonas da África Ocidental assistiram ao desenvolvimento de um teatro acadêmico. Os autores dramáticos tinham assiduamente frequentado a escola de William Ponty; no período de 1933 a 1960, na qualidade de mestre em Dakar, ele solicitava aos seus alunos a redação de peças teatrais, inspiradas em suas pesquisas sobre o "folclore". Excetuando-se alguns temas históricos, estas produções ganharam notoriedade em virtude da sua crítica ao regime colonial, do seu tratamento no tocante às tensões entre a velha geração, com as suas concepções de mundo, e as ideias da nova geração, bem como pelo seu pronunciado gosto pela sátira. A maior parte das peças rendia-se às regras em uso no teatro europeu, com tamanha fidelidade que os alunos de Willian Ponty não produziam senão esboços de texto, deixando larga margem à improvisação nos diálogos. Todavia, junto aos autores dramáticos, os quais dedicaram posteriormente à criação de peças mais extensas, este traço desapareceu. Alguns poucos, tais como Cheick N'Dao, em *L'exil d'Albouri* (1969), em busca de um teatro total, integraram às suas obras a poesia, o canto e a dança. A maioria permaneceu à margem destas inovações. O caso de B. Dadié, na Costa do Marfim, é característico, a este respeito. Ele continuou a escrever, ao longo dos anos 1970, segundo o perfil criativo adotado em *Assemien Débylé*, a peça dos

126 A. ROTH, 1961; H. DJAZIRI, 1968; H. D. NELSON, 1978, p. 141. No Marrocos, os sindicatos se serviram do teatro para tornar pública a sua causa, todavia, sem grande sucesso.

seus primeiros ensaios, encenada em Paris, no ano de 1937[127]. Os dramaturgos congoleses seguiram esta tradição, conquanto o desenvolvimento do seu teatro, inspirado nas trupes itinerantes e no teatro escolar, seja posterior a 1955[128].

Após a independência, o repertório habitual enriqueceu-se de peças propagandísticas, as quais não alcançavam o palco senão quando comportavam elementos cômicos[129]. O principal problema do teatro consistia, de fato, no seu insuficiente poder de atração. Isto se deveu, parcialmente, aos problemas relacionados à língua, embora certos autores tenham escrito em línguas africanas ou, com mais frequência, traduzido as suas obras para línguas urbanas locais. Contudo, estas obras, elas próprias, eram acolhidas sem entusiasmo pelo grande público. As convenções formais, as leis do teatro, notadamente a regra de unidade entre espaço e tempo, eram simplesmente muito alheias à experiência do público.

No entanto, a partir de 1947, Fodeba Keita[130] tentou delas desvencilhar-se. A dança e o canto corálico acompanhavam a ação e interpretavam-na à medida que o ator principal a articulava oralmente, em Mande (Malinke), do mesmo modo que na Grécia clássica. Mas, sem desdobramentos, esta forma não se transformou em um teatro mais carnal. Ela obteve, contudo, certo sucesso como quadro de referência para numerosas companhias de balé, as quais seguiram o modelo dos seus Balés Africanos. A dança e o espetáculo atingiram o auge, em detrimento da riqueza e da complexidade da intriga. Em suma, estes balés eram mais prestigiados pelo público de países estrangeiros que pelo público local, assim sendo, eles poderiam apresentar-se, enquanto tal, como uma arte de vocação turística[131]. Portanto, o teatro e o balé romperam laços com a cultura do seu público, tornando ainda mais contundente a preocupação com a negritude, recorrente, de forma invariável, em seu repertório.

Durante este período, o teatro desenvolveu-se de maneira muito diferente nas antigas colônias britânicas da África Ocidental. Nos anos de 1920, um teatro de *vaudeville*, em inglês e nas línguas locais, prosperava em Gana; posterior e proximamente, nos anos 1930, surgiu um teatro de inspiração europeia, porém, em línguas vernaculares, cujo primeiro sucesso foi uma peça de F. K. Fiawoo,

127 B. TRAORÉ, 1969; W. ZIMMER, 1985.

128 Conferir também Jeune Afrique (Élisabethville) números de 1958; Y. L. MUNDARA, 1972; M. DU MA-NGO, 1980; KADIMA-NZUJI, 1981.

129 N. S. HOPKINS, 1971.

130 F. KEITA, 1957; P. PARICSY, 1971, pp. 54-56.

131 Para obter exemplos dos meios através dos quais os governos concebem as companhias de dança como relevantes para o setor turístico, contendo notadamente as declarações do Governo da Zâmbia, consultar UNESCO, 1982.

escrita em ewe[132]. As duas tradições perduraram[133], embora com menos sucesso no tocante à tradição acadêmica, comparativamente àquele alcançado pelo vaudevile. A vertente acadêmica perpetuou-se, neste ínterim, tanto em línguas vernaculares, quanto em inglês, pois este idioma permitia às peças didáticas serem encenadas nas escolas. As duas tendências ganharam uma amplitude espetacular.

A primeira foi desenvolvida por H. Ogunde. Ele criou, em 1944, uma peça musical para a Church of the Lords de Lagos, empregando o yoruba e contendo uma intriga articulada, baseada na música e na dança, deixando livre curso ao improviso. Tal foi o ponto de partida para a tradição operística oeste-africana. Ogunde casava o espetáculo tradicional ao diálogo, à encenação e a outros elementos da tradição do vaudevile. As suas produções alcançaram tamanho sucesso que os recursos obtidos permitiram-lhe lançar as bases institucionais e comerciais do teatro nigeriano[134].

No âmbito acadêmico, surgiu W. Soyinka. Formado na cidade de Londres, em 1955, em seguida retornado à Nigéria, em 1959, onde criou as primeiras verdadeiras peças acadêmicas. À vontade em meio às técnicas europeias, ele era capaz de dominá-las, de modo a integrar-lhes elementos dramáticos yoruba. O seu exemplo foi seguido, a partir de 1960, por outros autores dramáticos de talento, tais como J. P. Clark[135].

Paralelamente, em Gana, E. T. Sutherland, escrevendo em fanti, desenvolveu o teatro acadêmico a partir de 1958 e criou, em 1961, uma nova concepção teatral, primeiramente chamada comédia musical e posteriormente ópera. Era uma pantomima para dançarinos, acompanhados de coristas e solistas. Estes últimos desenrolavam o novelo da intriga em fanti, ao passo que um comentador dela oferecia um equivalente em inglês[136]. Porém, a ópera encontrou a sua verdadeira expressão africana na pessoa de Duro Ladipo, criador da sua primeira obra em 1961, no centro artístico de Oshbogo. De 1962 a 1964, ele produziu um ciclo invocando os reis históricos de Oyo. Esta nova forma tornou-se o protótipo da ópera yoruba, combinando um texto yoruba de alta qualidade literária, com a sátira social e a reflexão metafísica. A forma operava uma espetacular fusão entre a tradição acadêmica e o gênero popular criado por Ogunde, em razão da

132 Em resposta a um concurso organizado pelo International African Institute.

133 J. COLLINS, 1985; K. N. BIAME, 1968.

134 E. CLARK e H. OGUNDE, 1979.

135 O. OGUNBA, 1966; O. OGUNBA e A. IRELE, 1978; Y. OGUNBIYI, 1981; M. ETHERTON, 1982; A. RICARD, 1975.

136 K. MUHINDI, 1985; S. ACQUAYE, 1971; O. CHINYERE, 1980.

qual o autor foi apoiado em seu trabalho de elaboração[137]. Após os anos 1960, a forma e o conteúdo em nada se modificaram. A inspiração provém, em sua essência, das tradições orais, aplicadas, entretanto, em situações contemporâneas, com frequência para expressar um descontentamento e eventualmente com finalidade satírica. Alguns dos principais autores dramáticos, à imagem de Soyinka, passaram da sátira ao desespero. Por sua vez, Femi Osofisan, o mais célebre autor da nova geração nigeriana, passou a escrever peças, preconizando fórmulas políticas radicais. Embora admonestem Soyinka, ele e outros apresentam uma linguagem, uma estruturação dramática e, inclusive, uma temática muito semelhante às do autor[138].

Estas evoluções desdobraram-se na consolidação do teatro, nas suas formas popular e acadêmica, sobre o solo fértil de Gana e, sobretudo, na Nigéria. Este teatro distingue-se, totalmente e a este respeito, da alienada tradição francófona. Porém, ele diferencia-se igualmente da arte dramática produzida em outros pontos da África anglófona.

Na África Oriental, o teatro desenvolveu-se mais lentamente. Ele teve como centro de gravidade o Colégio Universitário de Makerere. O primeiro autor dramático começou a escrever peças em um ato, empregando um inglês relativamente hesitante, no início dos anos 1960. Diante do pouco interesse manifestado pelo público, em relação às peças de língua inglesa, iniciou-se logo a seguir uma experimentação em línguas nativas, primeiramente em kiswahili e kiganda mas, igual e posteriormente, em luo e kykuiu. Ngugi foi o único a ultrapassar, no ano de 1966, a dimensão da peça em um ato. Por vezes, a censura foi feroz em Uganda, no entanto, ela também consistiu em um verdadeiro problema noutros países. Por outro lado, a aceitação em bloco das convenções teatrais europeias, especialmente em Makerere e no decorrer dos anos 1960, retardou a aceitação do teatro pelo público[139].

Na África do Sul, o *apartheid* talvez tenha sido a principal razão do considerável atraso no desenvolvimento do teatro produzido para auditórios africanos, comparativamente ao ímpeto da literatura africana que, antes de 1935, já produzira uma obra-prima como o *Shaka* de Mofolo. A obra de Mphalele consistia em um teatro a ser lido, muito mais que encenado. O teatro africano prosseguiu o seu curso com a produção *King Kong*, em 1959. Este sucesso permitiu ao grupo da Universidade de Witwatersrand, o seu produtor, desenvolver-se e oferecer

137 U. BEIER, 1970 e 1973.

138 C. DUNTON, 1984.

139 M. M. MAHOOD, 1966; R. SERUMAGA e J. JOHNSON, 1970; L. A. MBUGHUNI, 1976.

aos africanos um ensino musical e teatral. Mas, simultaneamente, Gibson Kente começava a produzir peças mais populares. As representações desta arte dos *townships* ocorriam em salões de festas comunitários e tinham como vocação o divertimento, de 1958 ao final dos anos 1960. Havia, no entanto, outra vertente de desenvolvimento teatral: as peças montadas nas escolas, em línguas africanas. Nos anos 1970, o People´s Experimental Theater e outros grupos começaram a montar peças de cunho político, escritas por Credo Mutwa e alguns outros. Malgrado a censura e as prisões, esta forma de arte dramática permaneceu muito vigorosa até as sublevações de Soweto. A repressão forçou a produção de peças sem texto, portanto, não censuráveis. Até recentemente[140], a situação política impediu a elaboração de qualquer repertório teatral distinto daqueles que tratavam problemas políticos. Existem nos dias atuais peças escritas em todas as línguas africanas, cobrindo vasta gama temática[141].

O teatro europeu não foi facilmente aceito na África, em razão das suas convenções, do seu caráter literário, por não prever a participação da plateia e privilegiar as mensagens didáticas, em detrimento da diversão, sem levar em consideração as barreiras impostas pelo emprego de línguas estrangeiras. Em sua forma clássica, ele não foi aceito senão por uma fração das elites e por governos que lhe consideravam um produto de prestígio, incentivador do orgulho nacional. Mas, onde o teatro soube livrar-se das suas convenções, admitir os gostos populares, empregar as línguas nativas, sobretudo nos diálogos, permitir ao menos uma pequena participação do auditório, tornando-se menos intelectual, mediante estas circunstâncias ele, por via de regra, obteve sucesso. Em uma das situações extremas, as peças tornaram-se simples comédias musicais, de conteúdo dos mais sumários. Entretanto, como demonstrou a experiência, muito especialmente no tocante ao teatro e à ópera nigerianas, unicamente produções populares são capazes de alcançar uma alta qualidade dramática e literária.

O cinema e a televisão

O rádio, o cinema e a televisão são as mídias cuja natureza mais se aproxima daquela própria aos antigos modos de expressão da tradição oral. Contudo, falta

140 M. HOMMEL, 1962; edição especial do Theater Quarterly, vol. 7, 1977-1978; M. MABOGOANE, 1983.

141 Para obter uma apreciação geral, consultar A. FUCHS, 1985; M. M. MAHOOD, 1966, pp. 25-26; R. MASHENGU-KAVANAGH, 1981.

ao rádio o impacto visual que trouxe vigor ao cinema ou à televisão, mídias voltadas, a um só tempo, para a audição e a visão. O cinema, quanto a ele e em seu conjunto, mostrou-se mais distante da principal corrente da tradição oral africana, comparativamente à televisão e especialmente no tangente ao emprego das técnicas de vídeo, em razão desta última conservar muito mais espontaneidade que o primeiro. Dentre os três, o cinema foi o precursor: filmes estrangeiros foram exibidos no Egito, a partir de 1905, e ao sul do Saara, após os anos 1920, tanto em alguns teatros urbanos, quanto sob a forma de sessões de cinema itinerante em zonas rurais. Desde os primórdios, os filmes foram muito bem acolhidos, embora o público mal compreendesse os filmes estrangeiros projetados. Este estado de coisas suscitou a produção de grande número de películas, sempre didáticas (inclusive os longas-metragens), destinados, pelos estrangeiros, a um público africano mais esclarecido. Assistiu-se igualmente ao estabelecimento e fortalecimento da censura dos filmes projetados[142]. Essencialmente, os primórdios do rádio remontam aos anos 1930. Contudo, somente após 1960, este veículo tornou-se o meio de comunicação de massa por excelência, quando o continente foi inundado com aparelhos transistorizados, a pilhas e com preços módicos. O rádio permaneceu solidamente em mãos governamentais, desempenhando o seu primeiro grande papel na formação da opinião pública, nos anos precedentes à independência. As primeiras emissões televisivas ocorreram, em 1959, na cidade de Ibadan e, no ano seguinte, no Cairo. Este meio de comunicação levou mais tempo a difundir-se, em razão do custo relativamente elevado dos investimentos em infraestrutura e pelo alto preço dos receptores. Entretanto, em 1985, praticamente todos os países africanos haviam implantado canais televisivos e dedicavam-se a garantir o alcance dos sinais no conjunto do seu território. Nós trataremos primeiro o cinema e, em seguida, a televisão.

O cinema

O primeiro filme produzido por um africano é, indubitavelmente, *Ghézal, a filha de Carthage* (1924), uma produção tunisiana, rapidamente sucedida por *Leila* (1926) e *Zainab* (1926), dois filmes egípcios. Estes filmes inspiravam-se em modelos teatrais, porém, as convenções teatrais não tardariam a ser violadas e, a seguir, abandonadas. Os Studios Misr iniciaram as suas atividades em 1934 e, desde então, a indústria cinematográfica ganhou ímpeto, produzindo breve-

142 F. RAMIREZ e C. ROLOT, 1985.

mente vários filmes ao ano. A temática é contrastante com a realidade colonial. A reticência dos governos coloniais em concederem a possibilidade da produção de filmes a africanos explica-se através de motivações políticas. Contudo, considerações financeiras também contribuem para esclarecer os motivos do atraso ocorrido, a provocar a tardia entrada em cena, em grande número de países, dos primeiros produtores cinematográficos, advindos somente nos anos 1970.

A produção de filmes é um empreendimento comercial. Ela exige um substancial aporte inicial de recursos para a produção, propriamente dita, assim como a criação de uma rede de distribuição e a construção, ou ainda adaptação, de salas de projeção. Os aportes de recursos, na qualidade de investimentos, não podem ser captados senão após a entrada de receitas de bilheteria, por sua vez, os capitais, passíveis de reinvestimento na produção, consistem no restante obtido, após efetuado o pagamento aos proprietários de salas de exibição e às companhias de exibição cinematográfica. Até os dias atuais, somente o Egito logrou êxito em erigir uma indústria eficaz e autofinanciada. A outra solução reside na garantia, pelo Estado, do financiamento inicial da sua indústria cinematográfica, cabendo-lhe, posteriormente, zelar pelo estabelecimento desta última sobre sadias bases financeiras. Uma modesta indústria pôde ser criada, na Nigéria e no Marrocos, com base nesses preceitos; o Senegal, quanto a ele e a partir de 1969, soube implantar uma rede de distribuição, bem como construir salas de exibição, desta forma o sistema ensaia a sua autossuficiência. Encontra-se, de forma mais recorrente, um sistema distinto, na Argélia, na Tunísia, no Mali e em Burkina-Faso, países nos quais os governos encomendaram filmes propagandísticos e educativos, sem a inclusão de longas-metragens. Todavia, esta política teve como efeito o estabelecimento das competências *in loco*, de modo a facultar, a certos estúdios de produção e aos primeiros diretores cinematográficos destes países, a possibilidade de tirar proveito destas condições. No entanto, após 1970, a existência de estúdios televisivos desempenhou um papel muito mais relevante a este respeito. A televisão tendeu a promover a realização de filmes, fornecendo equipamentos e um mercado. Porém, ultimamente, o papel preponderante atribuído ao vídeo, em detrimento do filme, tendencial e desfavoravelmente, repercutiu sobre a produção cinematográfica[143].

143 P. HAFFNER, 1978; G. HENNEBELLE, 1972; G. HENNEBELLE e C. RUELLE, 1978; J. BINET e colaboradores (org.), 1983; P. S. VIEYRA, 1968, 1975 e 1983. VIEYRA também concede reportagens regulares à Présence africaine, especialmente em relação aos festivais de cinema, como aqueles de Ouagadougou ou de Cartago.

A maioria dos governos hesitava em investir pesadamente no setor, pois que, contrariamente ao senso comum, o cinema não é um meio de comunicação de massa. Ele não é comparável ao rádio e à televisão, detentores da prioridade absoluta em todos os países. Quando o Alto-Volta (atual Burkina Faso) rompeu com o monopólio dos distribuidores estrangeiros, em 1969, existiam não mais que dez cinemas em todo o país. O Gabão contava apenas oito em 1986. O Senegal, atualmente detentor da melhor infraestrutura da África tropical, possui 80 cinemas e 13 milhões de espectadores ao ano. Neste caso, insinua-se um espetáculo de massas. Um dos grandes sucessos de bilheteria foi o filme do xeque Oumar Sissoko, *Nyamaton*, exibido no Festival de Ouagadougo, em julho de 1986. Esta película atraiu 35.000 espectadores em duas semanas; entretanto, comparativamente aos milhões de espectadores cotidianamente cativados pela televisão, tal auditório não representa nada de massivo[144].

Em suma, conquanto o cinema não se apresente como meio de comunicação de massa, as produções são assaz capazes de provocar uma luta permanente entre interesses culturais concorrentes. No curso da sua luta por mercados, em países nos quais os governos tentam estabelecer políticas culturais próprias, em defesa do interesse nacional, a Índia, o Egito, a França, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América do Norte, demonstram uma forte rivalidade. Assim sendo, duas companhias de distribuição francesas detinham um monopólio absoluto no conjunto do mercado de língua francesa da África Ocidental, situação em vigor até 1969, quando o Alto-Volta rebelou-se. Todavia e até os dias atuais, a maior parte da região permanece dominada por companhias francesas[145]. A forte proporção de filmes indianos e egípcios na África tropical deve-se à opinião pública. Os países ocidentais disputam o restante, cerca de 20% do mercado. Os principais protagonistas são a França e os Estados Unidos da América do Norte. Os governos africanos, em um primeiro momento, buscaram simplesmente jogá-los um contra o outro, admitindo, todavia, coproduções através das quais se efetuava uma transferência de tecnologia cinematográfica. Entretanto, no curso dos anos 1980, tornou-se usual dirigir-se a outros parceiros estrangeiros, especialmente Cuba e os países da América Latina[146].

Em tais condições, faz-se mister esperar uma censura e os governos têm ideias muito definidas sobre a questão cinematográfica. Unicamente os "bons filmes africanos" devem ser objeto de incentivo e, ao cinema, se lhe impõe existir

144 M. DIAWARA, 1986 e 1987; P. MICHAUD, 1986.

145 M. DIAWARA, 1986.

146 M. SHIRAZI, 1987.

"como uma agradável e elegante maneira de desenvolver, junto aos povos africanos, algumas posturas desejáveis, em prol do bem-estar, da higiene, da educação, da disciplina e do trabalho[147]".

Ao abordarmos o cinema, na qualidade de expressão artística, convém guardar, no espírito e em permanência, todas as considerações precedentes, pois elas limitam a visão do cineasta, embora transformem-na profundamente. No que tange a esta questão, vamos nos limitar a analisar os únicos grandes centros de produção. Existem, na África, muito além de 250 produtores cinematográficos, atuantes e estabelecidos em pouco mais de 40 países.

O primeiro cinema egípcio era romântico, ao feitio da classe média urbana. Logo após a inauguração dos Studios Misr, surgiram diretores de cinema especialistas na realização de comédias musicais e melodramas, sob forte influência do teatro. Esta tendência persiste até os dias atuais. Mas, em 1939, teve lugar o nascimento do cinema neorrealista. A Segunda Guerra Mundial fez do cinema um negócio muito lucrativo. A produção aumentou em 300%, porém, tratava-se de um cinema de entretenimento, medíocre em sua qualidade. Desta forma, muitos filmes emprestavam temas relativos à vida dos boêmios nas discotecas. Durante os anos 1950, acompanhamos o surgimento dos filmes de guerra, policiais e folclóricos, um renascimento do cinema verista, focado no drama psicológico individual, assim como adaptações para a grande tela de alguns dos romances de N. Mahfūz. Em 1952, a indústria foi nacionalizada, praticamente em seu conjunto, entretanto, sem grandes efeitos sobre os projetos em curso. O melodrama e a farsa mantinham a sua predominância como gêneros de predileção. Destarte, a indústria cinematográfica egípcia ocuparia, desde logo, a décima segunda posição no *ranking* mundial, dominando o Oriente Médio e a África do Norte. Grande parte dos 50 ou 60 filmes produzidos anualmente, nos anos 1960, pertence aos gêneros acima evocados. Assistia-se, contudo, ao desenvolvimento de um realismo populista. Problemas próprios ao período, como o debate sobre a situação das mulheres, tornavam-se matéria-prima para a produção de filmes. Havia, igualmente, um movimento de adaptação para a grande tela de célebres obras literárias. A crítica ataca, muito amiúde, a filmografia egípcia em razão da sua superficialidade e das suas intrigas simplistas, porém, o público as aprecia. Anualmente, o cinema egípcio produz um volume equivalente àquele realizado na África tropical em 25 anos. Neste país encontramos todos os gêneros do cinema contemporâneo. Regularmente, obras de alta qualidade técnica,

147 ANÔNIMO, 1987.

a expressarem pensamentos e sentimentos originais, emergem em meio a uma produção medíocre[148].

No Magreb[149], modestos centros de produção surgiram em Argel e no Marrocos. O governo argelino decidiu, desde o início, subsidiar a produção de filmes propagandísticos, sobre a guerra da independência e o socialismo de Estado; ele não proibiu, todavia, a crítica à sua burocracia, apresentada em algumas recentes produções. Os poucos filmes tunisianos (a partir de 1966) tendem a se enquadrar na mesma categoria. O Marrocos produziu películas marcadas pela busca do sucesso comercial e alguns filmes de caráter mais intelectualizado. Os mais notáveis destes filmes lembram Buñuel e utilizam a simbologia para cativar o espectador, muito mais que a intriga ou a ação.

Os africanos francófonos do ocidente procederam à suas primeiras experiências cinematográficas aproximadamente em meados dos anos 1950, primeiramente na cidade de Paris e, posteriormente, em Dakar[150]. O primeiro verdadeiro longa-metragem, dirigido por Ousemane Sembene (1966), foi *La Noire de...* Sembene[151] e dominou o espectro cinematográfico na África de língua francesa; ele também foi o único diretor de cinema a ter alcançado os meios de financiamento da sua arte. Formado na tradição verista russa, o seu cinema utiliza a imagem para apresentar problemas sociais e apoiar diálogos sobre profundas verdades e ideologias fundamentais. Assim sendo, ele foi o fundador de uma tradição intelectualizante. Toda a sua obra trata do embate entre os modos de vida colonial e europeu, bem como das realidades africanas – componente de negritude –, das tensões entre as classes sociais – componente marxista –, rendendo tributo aos heróis pré-coloniais – componente nacionalista. Este último aspecto encontra a sua maior expressão em seu *Samori*, série épica composta de seis episódios, produzida para a televisão.

Malgrado a penúria de meios financeiros, cerca de duzentos diretores de cinema são oriundos da África francófona. Grande parte da sua produção é didática e intelectualizante, gerando uma rejeição do público. No entanto, alguns autores, notadamente Souleymane Cissé ou xeque Oumar Sissoko, transcenderam a herança de Sembene. A qualidade lírica de Cissé tornou-o célebre e o

148 A. ELNACCASH, 1968; G. HENNEBELLE, 1972, pp. 13-81; P. MANSFIELD, 1965, pp. 125-126. Em 1972, o Egito produzira ao total cerca de 1.400 filmes contra 50, em vinte e cinco anos, no que se refere à África ao sul do Saara (G. HENNEBELLE, 1972, p. 77).

149 M. BERRAH e colaboradores, 1981; G. HENNEBELLE, 1972, pp. 105-194.

150 O filme de P. S. VIEYRA Afrique-sur-Seine é, geralmente, considerado o precursor, mas há controvérsias. Conferir V. BACHY, em J. BINET e colaboradores (org.), 1983, p. 24.

151 F. PFAFF, 1984; O. OKORE, 1984; M. B. CHAM, 1984; R. A. PORTIMER, 1972.

Nyamaton de Sissoko, relativo à vida de estudantes pobres e ricos, suscitou uma ampla opinião favorável. Conjugando documentário e ficção, ele não propõe soluções, priorizando a ação e a imagem, em detrimento do debate intelectual desenvolvido nos diálogos. Grande receptividade causou, junto ao público, a representação nas telas de uma sociedade aos seus olhos muito familiar, sobretudo, porque a língua falada no filme é o bamana[152]. Sissoko seguiu a via de uma tendência nascida pouco antes, ao abandonar o francês em benefício de línguas nativas. O filme policial camaronês é um gênero novo e inteiramente distinto. Situando-se em oposição a Cissé ou Sissoko, ele igualmente rompeu com a herança de Sembene, embora fazendo concessões ao gosto popular.

Na Nigéria, a televisão desenvolveu-se muito antes do cinema, estabelecendo as condições de uma infraestrutura técnica. O cinema começou seguindo a tradição do teatro yoruba, utilizando a estrutura financeira deste último. Não há longas-metragens antes de 1972, quando foi filmada uma peça de Soyinka. O primeiro diretor do cinema formou-se segundo a tradição francesa mas, Ogunde ensinou-lhe um modo de realizar um filme, a um só tempo, ao gosto popular e, artisticamente, conforme à tradição dos espetáculos musicais. A Nigéria produz, bem ou mal, um longa-metragem por ano, desde 1975, em que pese o cinema não receber subsídios. No entanto, o cinema sofre com o domínio monopolista da produção em vídeo, adquirido no âmbito televisivo[153].

Os primeiros filmes realizados na África do Sul, baseados em roteiros escritos por africanos, datam de 1975. Eles estão submetidos à censura e concorrem comercialmente, por um lado, com os filmes produzidos para um público branco e, por outro, com aqueles patrocinados pelo governo para difusão nos seus bantustões. O precursor foi um filme zulu, *Ikati elimnyama* [O Gato Preto]. Ao menos um outro filme foi inteiramente produzido por um africano. De maior importância é a produção de documentários e relatos cinematográficos sobre o *apartheid*. Entretanto e indubitavelmente, a produção cinematográfica africana não prospera nesta região[154].

O grande público tem, manifestadamente e bem melhor, acolhido o cinema, comparativamente ao teatro. Porém, o pouco sucesso dos filmes africanos em relação aos filmes importados, e, sobretudo, frente às produções indianas e egípcias, coloca em evidência o esquecimento da diversão, por parte dos cineastas africanos. O flagrante êxito egípcio deve-se à abundância de comédias e melo-

152 M, DIAWARA, 1987.

153 A. OPUBOR e O. NWUNELI, 1979; A. RICARD, 1982; M. B. CHAM, 1982; T. FIOFORI, 1986b.

154 M. PHETO, 1981; T. KEYA, 1981.

dramas (as novelas televisivas), produzidos anualmente. Os diretores de filmes africanos pretendem ensinar e conscientizar o público. As suas preocupações são de ordem política (as classes sociais, o neocolonialismo, a dependência), moral (a alienação e as mazelas da modernidade, em oposição à tradição), didática (papel das mulheres camponesas, de boa índole e simples, em contraste com as más e complexas mulheres citadinas; os prejuízos das drogas), pessoal (problemas identitários) ou derivam da militância cultural (o curanderismo tradicional em antítese à medicina ocidental)[155]. O público deseja que lhes sejam contadas estórias, sejam elas românticas, históricas, dramáticas ou cômicas. Ele adora mistério, aventura, beleza fascinante e ação heroica. Atualmente, não mais que alguns diretores cinematográficos dedicam-se a responder a estas exigências.

A televisão

A televisão chegou a Camarões e no Burundi em 1984. Estes países estiveram entre os últimos a adotarem a nova e custosa mídia. T. M. Azonga descreve o que ela significa para os camaroneses. Eles podem, desde então, assistir aos seus ídolos, sejam eles músicos, esportistas ou líderes políticos. Eles descobrem o seu próprio país, as suas paisagens, as suas cidades e cenas da vida rural, das quais eles sequer haviam ouvido falar. Eles percebem abrir-se um mundo diante de si, aprendendo o significado do *apartheid* e, flagrando a execução da sua brutalidade, ou ainda, acompanhando os horrores da guerra Irã-Iraque. Eles penetraram nos augustos círculos de poder, como a Assembleia Nacional, e veem o desenrolar da realidade na vida pública, bem como os seus desafios[156]. Em nada causa espécie que a televisão tenha, tão rapidamente, ultrapassado a popularidade do rádio ou que o público tenha demonstrado disposição em gastar elevadas somas para dela usufruir. No ano de 1986, 50.000 postos receptores já haviam sido vendidos, dentre os quais muitos televisores preto e branco, de origem sul-coreana, vendidos a preços acessíveis e, ainda em maior número, aparelhos a cores, de custo mais elevado. Camarões não constitui um caso isolado. Em 1986, no vizinho Gabão, uma em cada doze pessoas possuía uma televisão e, na Nigéria, um quinto da população (20 milhões de pessoas) assistia coti-

155 Conferir a análise de F. BOUGHEDIR, 1983.

156 T. M. AZONGA, 1986.

dianamente à sua programação[157]. É indubitável a equivalência das estatísticas noutros países.

Tamanho sucesso não poderia deixar governo algum indiferente. Assim sendo, os governos haviam percebido qual o poder lhes era oferecido a partir dos primórdios da televisão, na Nigéria em 1959[158], no Cairo em 1960 e, após a sua introdução nos países europeus. Para um governo, a televisão deveria representar a sua voz, como o fizera o rádio, mas, também a sua imagem. Em muitas regiões do continente, os cidadãos desconfiavam do rádio, pois acontecera, eventualmente, que notícias fossem distorcidas ou ignoradas, todavia, por todos sabidas. Ora, a televisão permitia aos governos *apresentar* o acontecimento ou a situação e, unicamente em razão disso, ela era bem mais convincente, comparativamente ao que era possível ao rádio ou a outras mídias. Os governos queriam formar a opinião pública ou as nuances das suas predisposições, educar o público, definir o conteúdo da consciência nacional, criar um sentimento de moralidade compartilhada e erigir uma cultura nacional. Muitos países tentaram, em suplemento e por intermédio deste veículo, influenciar, além das suas fronteiras, as populações dos países vizinhos. A história da expansão dos canais e redes televisivas, na Nigéria, mostra a qual ponto ela estava ligada à disputa no campo político[159].

Compreendem-se as razões pelas quais os governos estavam dispostos a investirem consideráveis recursos para criarem uma infraestrutura televisiva. Até mesmo os governos que resistiam, à imagem do Burundi até 1983 e em função dos custos, ao desejo de implantar a televisão em seus países, foram obrigados a ceder. Quaisquer fossem os seus custos, a televisão tornou-se um atributo essencial da soberania. Quanto mais rico fosse o país, mais ambiciosas seriam as suas redes televisivas. Não somente o Gabão ampliou o alcance dos seus canais a cores, de modo a permitir a total cobertura, pelas suas emissões, deste vasto país subpovoado, mas este país está, inclusive, em vias de construir o seu próprio satélite, possibilitando assim difundir, em boa parte da África Central, tanto os seus propósitos, como os resultados dos seus estudos sobre a civilização bantu, entrando assim em concorrência com o Zaire, país igualmente candidato a possuir o seu satélite[160].

157 T. FIOFORI, 1986b; P. MICHAUD, 1986.

158 O. IKIME, 1979; S. OLUSOLA, 1979.

159 T. FIOFORI, 1986b.

160 P. MICHAUD, 1986. Os contratos relativos à Maison de la Radio de Kinshasa, concernentes à retransmissão das redes de difusão, estão entre os maiores projetos de desenvolvimento que o país empreendeu desde 1970.

Todavia, a televisão necessita de uma grande quantidade de programas. Cem horas por semana representam o equivalente a sessenta filmes em longa-metragem. A programação supõe ao menos uma hora por dia de emissões de informação e de atualidades; emissões destinadas ao público infantil; documentários (frequentemente com temática relacionada ao desenvolvimento e, desde há pouco tempo, conferindo especial e recorrente atenção à educação no mundo rural); emissões dramáticas (normalmente novelas); comédias (comumente ridículas); e últimas mas, não menos importantes, as emissões esportivas e a cobertura das cerimônias públicas. A demanda por profissionais é incomparavelmente superior no que diz respeito aos préstimos de atores, animadores de programas e, também junto aos técnicos do vídeo. Na realidade, ela não pode ser suprida e os custos operacionais seriam demasiado elevados, caso os programas fossem todos originais. Eis a razão pela qual os canais constituíram acervos, de velhos filmes e de materiais diversos, e compraram os direitos de seriados estrangeiros, assim reintroduzindo uma fonte de alienação cultural, em muito e desde então, a mais importante. Simultaneamente ao seu esforço pela definição e unificação da cultura nacional, os governos foram obrigados a implantar uma imagética cultural concorrente.

A televisão, seria ela uma arte original? Ela criou um gênero inteiramente novo: a novela televisiva, que está para o filme como a epopeia está para a crônica. Na Nigéria, as novelas compõem, primeiramente e por convenção, uma imagética cujo objetivo era apresentar, em um cenário invariável, os mesmos personagens principais, tal como o folhetim *The Village Headmaster,* perene durante quase o tempo de uma geração. Seis horas de televisão, ou mais, podem ser suficientes ao desenvolvimento de um grande tema, como a história dos primeiros califas ou a saga de Samori. Todos os gêneros cinematográficos são passíveis de transformação, por intermédio da televisão; do documentário, com o novo posto nele acordado ao "instantâneo" e muito amiúde ao exotismo; até dos desenhos animados, produzidos para o público infantil. Entretanto, muitos programas não adquirem suficiente estruturação, a ponto de merecerem a nomenclatura "arte". Conquanto sejam apaixonantes, as partidas de futebol não são arte, à imagem dos filmes, durante os quais são exibidos diálogos entre críticos e ministros em exercício (comuns no Gabão e em Camarões), os quais podem constituir o objeto de uma composição formal ordenada mas, contudo, não artística. Pois, para ser arte, um material deve expressar uma metáfora sob forma pertinente. Entretanto, vários gêneros televisivos podem atingir a arte, expondo grande número de aspectos estruturais próprios à tradição oral (épica ou outra). Mas, a mídia é demasiado jovem para que a sua contribuição às artes

interpretativas possa ser avaliada. A extraordinária pressão resultante do duplo imperativo, equivalente a oferecer um produto evasivo e a responder a objetivos imediatos, agravada por prazos de produção muito reduzidos, em nada contribui para favorecer o surgimento de obras-primas.

As artes da África no contexto mundial

A escultura africana revolucionou a arte europeia, especialmente a sua escultura, a partir de 1905. Em 1935, o cubismo e o expressionismo alemão haviam perdido a sua influência e saído de moda mas, a influência fundamental da arte africana permanecia viva e continua até os nossos dias a dominar as artes esculturais, como testemunham as obras de Zadkine, Moore, Archipenko e outros mais. Os princípios da arte africana clássica foram assim integrados ao repertório internacional das formas[161]. Este interesse com frequência produziu uma contrapartida no solo africano. Assim sendo, um artista popular do Benin (Nigéria) copiou uma obra de Benson Osawe, inspirada em Modigliani, ele próprio influenciado pelas formas de uma máscara lega do leste congolês[162]. O impacto produzido pelo expressionismo, em meio aos artistas africanos formados na Europa, inscreve-se no quadro dos reflexos da arte africana sobre o próprio expressionismo. Destarte, Gerard Sekoto repercute formas clássicas através do prisma da pintura expressionista alemã.

A música africana igualmente realizara as suas mais consideráveis contribuições muito antes de 1935, mediante o que lhe devem a criação do jazz e da música afro-latina. Tal como no tangente às artes visuais, compreendemos desta feita os motivos pelos quais estes movimentos lograram, por sua vez, oferecer tamanha inspiração à música moderna africana.

Durante a época colonial, após 1920, excetuando-se a inspiração concedida a Le Courbusier pela arquitetura do Mzāb (no sul argelino), o patrimônio artístico africano não produziu nenhum impacto alhures. O arrogante colonialismo não identificava nos africanos senão alunos a educar, em hipótese alguma, mestres. Todavia, após a independência, as artes africanas recomeçaram a exercer a sua influência mundo afora. Ao público internacional, se lhe proporcionou a oportunidade de acompanhar com maior regularidade exposições de arte clássica

161 M. LEIRIS e J. DELANGE, 1967, pp. 117-161; O. OLA, 1980; F. WILLETT, 1971; S. BARRON, 1983, relativo à amplitude do impacto africano, e C. EINSTEIN, 1915, no tocante ao seu manifesto.

162 P. Ben AMOS, 1977, pp. 135-137 e figura 9.10.

africana, de ouvir a nova música do continente e de assistir às apresentações das trupes de teatro e das companhias de balé. O aporte original destas artes ao patrimônio cultural mundial conquista paulatinamente o reconhecimento geral e, especialmente os músicos, percebem o crescimento do seu público internacional, nas mesmas proporções que, ao menos um filme, *Le mandat*, de Ousmane Sembene, obtivera um verdadeiro sucesso popular na Europa. Se desde então a arte clássica goza de alta consideração, a moderna arte visual, no que lhe cabe, apenas começa a ser conhecida pelo público mundial. Esta última não exerceu, até este momento, nenhuma influência no cenário internacional.

O reconhecimento da arte clássica africana, ele próprio, ainda permanece incompleto. Em que pesem numerosas exposições itinerantes, entre Paris e Tóquio, Praga e Nova Iorque, a arte clássica africana ainda é mantida à margem dos conservatórios e daquilo que, aos olhos do público, constitui as "belas-artes". Somente o Metropolitan Museum de Nova Iorque expõe um acervo permanente de esculturas clássicas africanas, conquanto e todavia a título de "arte primitiva". Não é menos verdadeiro afirmar que a crescente estima sob a qual subsiste a arte clássica tenha estimulado o mercado de obras de arte. Este mercado existia desde 1900 e manteve uma curva progressiva após 1945, marcada por sucessivos saltos, também recorrentes no período posterior a 1960. Infelizmente, este ímpeto esteve acompanhado pelos habituais problemas devidos ao contrabando, às escavações ilegais, à indústria da falsificação, bem como a novas notáveis perdas de importantes obras de arte, causadas pela sua exportação para outros continentes[163]. A arte clássica ainda não entrou no Louvre, mas alcançou espaço nas grandes salas de venda. Entretanto, os artistas, músicos, autores dramáticos e cineastas modernos prosseguem em sua luta pelo reconhecimento. Como atestam, no transcurso dos anos 1980, o Prêmio Nobel atribuído a Wole Soyinka e uma Palma de Ouro obtida no Festival de Cannes, em 1987, estes combates trazem no presente os seus frutos.

Conclusão

O meio-século, transcorrido desde 1935, não trouxe consigo duas gerações de artistas, senão três: os precursores, os pioneiros das artes contemporâneas e os

163 Arts d'Afrique Noire consagra muito espaço ao relatório das vendas e dos preços alcançados no mercado internacional. Em respeito à arte produzida para o turismo, consultar os artigos de D. CROWLEY, na African Arts.

FIGURA 20.9 A arte africana e o cubismo. À esquerda: trono real esculpido em madeira : o rei e a sua corte, Kana, Dahomey. (Foto: Collection Musée de l'Homme, Paris, proveniente da Collection d'ethnographie du Trocadéro dos anos 1920.). À direita: "Le Prophète", escultura de Ossip Zadkine, 1914. (Foto: SPADEM, 1903, Paris. Fonte: Musée de Grenoble, France.)

seus sucessores. Tudo se definiu entre 1945 e 1965. Trata-se dos anos durantes os quais as primeiras experiências puderam cristalizar-se, sob a forma de uma nova tradição, de cujos artistas, advindos posteriormente, não se desvencilhariam. O ano 1960 não representa uma data capital para a arte. As novas artes consistem no produto de uma grande época, marcada pela esperança nacionalista e não pela independência política. Em meio a uma maciça erupção, as artes refletiram o nacionalismo e, na qualidade de legado às gerações seguintes, produziram sucessivas ondas de artistas, através dos quais as perspectivas inauguradas pelos pioneiros foram desenvolvidas, em todas as disciplinas e gêneros, na arte *lato sensu*.

Em sua íntegra, as novas artes não derivam das tradições europeias, não obstante se tenham desenvolvido no apogeu da influência cultural da Europa, proeminência esta, contemporânea ao seu nascimento e, todavia perene, quiçá ainda mais vigorosa comparativamente ao pré-1945, em que pese, igualmente, a adoção de técnicas ou instrumentos originários do Velho Continente. As continuidades são evidentes no tocante às artes rurais, manifestas naquilo que concerne às artes populares e subjacentes em referência a grande parte da arte destinada ao mercado turístico. Não há francas rupturas senão no que diz respeito ao teatro, em razão da sua conformidade com a tradição italiana, e relativamente ao cinema que, salvo no Egito, ainda não se apresenta como uma arte popular. O cinema intelectualizado e o teatro acadêmico não seduzem, entretanto, a maioria dos membros da elite, os quais também rejeitam as artes visuais de inspiração europeia, além de evitarem a música clássica deste continente. As artes acadêmicas, originárias na Europa, persistem como estrangeiras às percepções coletivas africanas. Os artistas a praticarem-nas sentem-no e, sobre esta sensação de não pertinência, recaem, em larga medida, as razões das suas posições em respeito à africanidade, à alienação e à negritude. Em sua totalidade, as novas artes da África consistem, portanto, em uma síntese, na qual uma pequena e seleta porção do patrimônio europeu combinou-se com uma vasta herança africana.

D. Niven identificou os estreitos laços existentes entre os artistas acadêmicos e a classe política dirigente[164]. Aqui reside um aspecto de uma peremptória verdade: as artes são o espelho fiel, da história mutante das sociedades africanas, com as suas tensões internas e externas. À imagem da população urbana, as artes urbanas assumiram uma posição preponderante. Simultaneamente à formação

164 D. NIVEN, 1985.

das classes sociais e de modo concomitante à transformação em precipício, do fosso que as separava, cada classe social encontrava a sua própria expressão artística. As tensões entre a vertente intelectual do cinema, do teatro, das artes visuais e, inclusive, do figurino, por um lado, e a vertente popular, por outro, são invariavelmente manifestas. Somente em relação à música esta oposição não salta aos olhos; em virtude de praticamente não existirem músicos acadêmicos. Os artistas acadêmicos, estejam eles em acordo ou não com as elites, falam a sua língua e por ela são reconhecidos. Os artistas populares, em sua totalidade e quanto a eles, não gozam deste apanágio. Uma vez mais, as sociedades africanas apresentam-se como mestres do seu destino, reencontrando os sonhos e as metáforas, as artes, a expressarem as suas complexas aspirações. As artes são novas porque a África é nova.

CAPÍTULO 21

Tendências da filosofia e da ciência na África

Ali A. Mazrui e *J. F. Ade Ajayi* em colaboração com *A. Adu Boahen* e *Tshishiku Tshibangu*

Este capítulo é dedicado à memória de Cheikh Anta Diop

Qual seria o efeito, em dada sociedade, da subordinação política da filosofia e da ciência? O conjunto da África esteve, em diferentes graus, sob o domínio estrangeiro durante todo o período iniciado em 1935, inclusive quando a sua independência política foi nominalmente conquistada. A influência destas circunstâncias sobre o legado de saberes e capacidades na África está, portanto, no cerne das questões a serem examinadas neste capítulo. O colonialismo teria sido um novo desencadeador do progresso científico e da evolução tecnológica? A filosofia própria à África teria sido enriquecida pelo colonialismo? A filosofia africana teria na realidade nascido da interação do continente com o mundo ocidental? Ou o colonialismo, ao contrário, teria provocado um efeito inibidor na filosofia, tanto quanto na ciência?

Propomo-nos a mostrar que, parcial e consequentemente, em razão do colonialismo, a contribuição dos cientistas africanos ao conjunto do conhecimento humano tem sido relativamente modesta, desde 1935. Entretanto, igualmente esperamos demonstrar que a ciência, desde sempre, teve demasiada importância, a ponto de não ser cabível medi-la somente em função das atividades dos cientistas. Se a história não é feita pelos historiadores, mas pela sociedade, do mesmo modo, a elaboração científica não se deve unicamente aos cientistas, mas ao conjunto da coletividade. Desejamos evidenciar os motivos pelos quais a
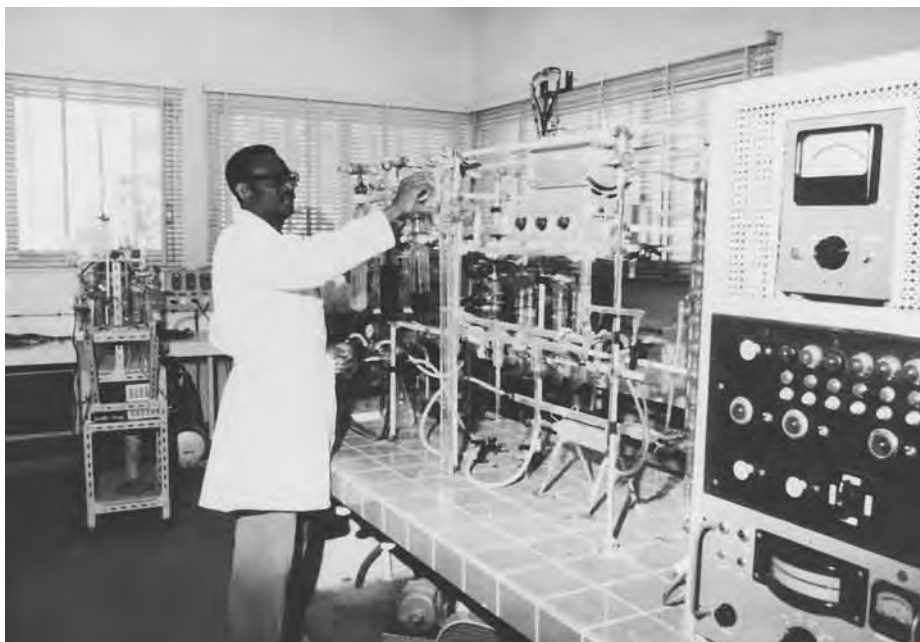
FIGURA 21.1 Cheikh Anta Diop, filósofo e físico senegalês, em seu laboratório no IFAN, em Dakar, Senegal. (Foto: J. Scott, Paris.)

sociedade africana tornou-se um dos pilares da ciência e da tecnologia *ocidentais*, precisamente em virtude de ter sido colonizada. Embora o colonialismo tenha dificultado o desenvolvimento da ciência e da tecnologia na África, esta mesma condição colonial atuou como elo de transmissão para a contribuição material africana no âmbito científico e tecnológico, em escala Ocidental.

Contudo, as realidades africanas não consistem simplesmente em uma derivação do colonialismo. Existe na África uma força mais potente que a experiência colonial: a cultura africana, ela mesma. O estudo das tendências da ciência e tecnologia na África deve, por conseguinte, reconhecer a proeminência dos valores e das tradições, tanto no tocante à filosofia africana, quanto em relação à ciência africana.

Neste capítulo, nós examinaremos a experiência africana em matéria de filosofia e no domínio científico, considerando o conhecimento como um fenômeno empírico. Parcialmente por esta razão, quando falaremos a respeito da ciência, tratar-se-á, simultânea e enfaticamente, da questão filosófica, e *vice versa*. Porém – para empregarmos termos marxistas, em uma nova acepção – a filosofia e a

ciência, neste capítulo, farão parte da superestrutura, cabendo à cultura o papel de base ou infraestrutural.

Este capítulo tem como objeto de análise a ciência e a filosofia, na África, após 1935. Todavia, em certo sentido, a ciência e a filosofia transcendem o espaço geográfico e o tempo histórico. O nosso estudo não saberia, portanto e rigorosamente, estar circunscrito aos limites geográficos da África, tampouco poderia ele limitar-se ao período histórico iniciado em 1935. Justa e somente ao preço de uma inevitável tendência a ultrapassar as linhas limítrofes do espaço e do tempo, nós poderíamos abordar estas formas universais de pensamento, representadas pela ciência e pela filosofia.

As considerações culturais ajudar-nos-ão, entretanto e inclusive neste domínio, a limitarmos esta tendência à universalização. Por vezes, nos dedicaremos a comparações com outras regiões do planeta, examinando outras sociedades para melhor compreendermos a África. Não pretendemos enterrar os Césares da ciência africana nem, tampouco, fazer-lhes apologia. Intuímos somente compreender a ciência e a filosofia africanas, os seus pontos fortes e os seus limites, reposicionando-as em seu contexto cultural.

Nous sentons,
[Nós *sentimos*,]
Donc nous pensons,
[*Portanto*, nós *pensamos*,]
Donc nous sommes.
[*Por conseguinte*, nós *somos*.]

Mas, para compreendermos o caráter único da civilização africana, é-nos paradoxalmente necessário compará-la com outras civilizações. Não se pode apreender o específico africano, sem explorar o universal. Para apreendermos quem somos nós, não nos basta somente apreciar a nossa imagem refletida no espelho; igualmente, é através do comércio, por nós, mantido com o restante da humanidade que atingiremos este autoconhecimento.

A ciência tradicional

O reconhecimento e a apreciação, do conjunto dos conhecimentos e das capacidades, sobre o quais se apoiam as sociedades pré-coloniais, em matéria de agricultura, saúde, artesanato e indústria, encontram-se ainda na esfera das boas intenções. À época colonial, este corpo de saberes e capacidades não era

julgado digno do nome “ciência”; ele era rebaixado ao nível das superstições pré-científicas. A educação ocidental e o cristianismo, eventualmente, as leis coloniais e políticas deliberadas inclusive, dedicaram-se a solapar a estrutura destes saberes tradicionais. Os estabelecimentos cuja educação obedecia ao perfil ocidental ensinavam aos seus alunos a desconsiderarem e rejeitarem o saber tradicional. Este saber transmitido em escala pessoal – “*boca a boca*” – subsistiu, no entanto, segundo diversas modalidades, em meio à população. Constata-se hoje que, apesar do impacto da medicina, da agricultura, da ciência e da tecnologia ocidentais, as reservas tradicionais de saberes e capacidades, em respeito à agricultura, bem como no campo das práticas e crendices terapêuticas, este legado de saber continua presente no cotidiano vivido pela maioria do povo africano.

Dois traços da ciência tradicional são notáveis. Primeiramente, o papel dos pensadores e inventores individuais estava subordinado àquele desempenhado pela sociedade, como um todo, em respeito à elaboração do saber e das capacidades no seio da cultura. A perda de autonomia e soberania própria ao período colonial não podia, por conseguinte, senão desencadear profundas repercussões, no transcurso do desenvolvimento e da maturação deste saber. Em segundo lugar, as sociedades tradicionais não distinguiam os saberes ao considerá-los como produtos da razão, da experimentação, da imaginação ou da fé. Não havia dicotomia entre a ciência e a religião, a ciência e a filosofia, ou a ciência e a arte. O conhecimento científico não se reduzia à abordagem quantitativa e mecanista. A ciência ocidental não pôde, contudo, apreciar o método ou o valor da ciência tradicional na África, antes de atingir o estádio da relatividade, durante o qual ela tomou como objeto principal de estudo, não mais entidades discretas, mas as complexidades da natureza e do universo, e iniciou, por esta mesma ocasião, o requestionamento dos paradigmas ocidentais do progresso e do desenvolvimento[1].

Durante o período colonial, os camponeses africanos foram obrigados a produzir matérias-primas destinadas às industriais europeias, em condições ditadas por uma agronomia europeia concebida, sobretudo, para climas temperados. As técnicas agrícolas, elaboradas durante séculos na África, para preservar a fertilidade dos solos em clima tropical, foram desencorajadas. Os camponeses, forçaram-nos a abandonar a prática das culturas cíclicas em favor da monocultura e da agricultura intensiva, com a ajuda de fertilizantes, em lugar de um sistema de alternância de plantios, mediante pousio. Agora que os solos africanos

1 R. SCHARAM, 1981; A. O. ANYA, 1987.

estão degradados, em virtude destes métodos produtivos baseados na agricultura comercial e orientados para a exportação, e esgotados, a ponto de colocar em risco até mesmo a produção de alimentos de subsistência, destinados a uma população em crescimento contínuo, somente então os cientistas começam a chamar a atenção para o racionalismo e a inteligência de numerosas práticas, próprias à agricultura tropical tradicional.

"A destruição da cobertura florestal, demonstrada essencial [...], para favorecer a prática da agricultura em larga escala, facilita a degradação dos solos ao desestabilizar totalmente o mecanismo especial de regeneração dos elementos nutritivos, produzindo uma consequente queda de produtividade. Em suplemento, o fato de escavar os solos facilita a oxidação da matéria orgânica, acelera a erosão e a perda dos elementos nutritivos disponíveis, perturbando o frágil equilíbrio biológico da flora e fauna, bem como dos micro-organismos aqui associados. A estrutura dos solos é então destruída e a aplicação de fertilizantes, nestas condições, é um desperdício, pois os solos, principalmente lateríticos, não possuem coloides capazes de absorverem os adubos aplicados, para em seguida restituí-los às plantas. Além disso, as fortes concentrações em ferro e alumínio, nestes solos, tornam inócua a utilização destes insumos, como estratégia para aumentar a produtividade agrícola[2]."

Como não deve restar dúvida, muitos povos africanos, ao norte e ao sul do Saara, possuíam especialistas que, em detalhes, conheciam as características do clima e do solo no continente. Eles escolhiam cuidadosamente a localização das suas propriedades e as áreas de cultivo, algumas sociedades, inclusive, mantinham ritos de fecundidade, a ritmarem as práticas agrícolas no compasso das festas anuais e mediante a observação de regras. Povos como os haussa, os berberes e os ibo (igbo) promoviam um método de criação de animais de qualidade, organizando concursos e concedendo prêmios aos melhores. Pode-se ainda constatar a presença de técnicas tradicionais de agronomia e de conservação dos solos em muitas regiões da África, onde pratica-se, no alto das colinas, uma agricultura com base em terraços, prática cuja existência em nada modificou a ciência agrícola colonial.

Muitos povos africanos detinham um conhecimento muito preciso sobre as variedades de plantas e árvores tropicais, existentes em suas cercanias. Até mesmo os moitedos do Saara foram minuciosamente estudados pelos nômades e pelos lavradores berberes e árabes. Noutras partes, estabeleceu-se refinadas

2 A. O. ANYA, 1986, pp. 11-12. Conferir igualmente P. RICHARDS, 1985.

classificações da flora, em famílias e subgrupos, em função das suas propriedades culturais e rituais, as quais embora não coincidam com a moderna classificação botânica, são tão detalhadas e complexas que os seus parâmetros comparativos e classificatórios devem muito ensinar aos botânicos modernos. Farmacólogos de formação ocidental começam atualmente a estudar as propriedades da farmacopeia utilizada pelos velhos sistemas terapêuticos[3].

Da cidade do Cabo ao Cairo, os comportamentos humanos e animais foram objeto de estudos detalhados e aprofundados. Resultam classificações, segundo complexos esquemas, dos quais filósofos tradicionais esforçaram-se para extrair analogias entre o comportamento humano e o comportamento animal. Deduções foram tiradas destas atentas observações, concernentes à natureza essencial e às propriedades de diferentes elementos. O móbil deste tipo de análise consistia, muito amiúde, em descobrir o "verdadeiro" nome do objeto em questão, pois não seria senão conhecendo esta verdadeira nomenclatura e empregando-a durante os rituais que o objeto seria dominado[4].

Igualmente, redes de complexas relações foram projetadas no mundo espiritual, segundo as quais, os comportamentos dos deuses e espíritos (djinns na África muçulmana) eram deduzidos dos modos de conduta dos humanos ou dos animais, além de ocorrerem situações nas quais modalidades imaginárias do mundo espiritual fossem tomadas como modelo para a sociedade humana. O consenso derivado da observação detalhada e da análise, por vezes, traduzira-se em mitos de criação, a codificarem as crenças relativas à natureza humana e à psicologia social. Os egípcios mesclaram as ideias faraônicas e as ideias islâmicas. Mas, na África, subsaariana, o exemplo mais conhecido é aquele referente aos dogon do Mali, pois que eles foram estudados por intérpretes devotados, Marcel Griaule e Germaine Dieterlen, segundo os quais: "no seio e além desta totalidade de crenças, surge um encadeamento lógico de símbolos a expressarem um sistema de ideias que não pode simplesmente ser descrito como um mito. Pois, esta estrutura conceitual revela, através do estudo, uma coerência interna, uma sabedoria secreta e uma apreensão das realidades últimas, iguais àquelas que nós, europeus, estimamos ter atingido[5]."

Existiam complexas teorias relativas aos números, assim como às observações estelares e outros fenômenos naturais, as quais eram capazes de assegurarem

3 M. LAST e G. L. CHAVUNDUKA, 1986. Ver também C. WILCOCKS, 1962; J. B. LONDON (org.), 1976.

4 Boubou HAMA, 1981.

5 M. GRIAULE e G. DIETERLEN, 1954, p. 83. Conferir igualmente C. H. LONG, 1985.

certo ordenamento dos fenômenos sociais, naturais e metafísicos. A partir desta classificação, os videntes dedicavam-se a antecipar o rumo dos acontecimentos e advertirem os seus clientes sobre aquilo ao que seria necessário esperar e aos meios necessários a conjurar a intervenção das forças maléficas. O Egito é o exemplo mais complexo. Entretanto, alhures na África, o *Ifa* dos yoruba seria provavelmente o sistema divinatório em respeito ao qual se está melhor informado. Um especialista em informática recentemente revelou a semelhança entre a estrutura numérica do Ifa (em base quatro) e aquela do sistema computacional de base oito.

Junto aos produtores rurais, havia grupos de especialistas, particularmente os caçadores, em caráter individual ou organizados em corporação, os quais haviam adquirido e classificado em termos culturais um conhecimento sobre os animais tropicais. Uma parte destes saberes era aplicada aos sistemas terapêuticos, essencialmente, sobre base analógica, consistente em saber que pedaços de um animal preparado com plantas de reconhecido valor terapêutico, poderiam transmitir as suas propriedades para curar uma pessoa que sofresse de uma falta dos elementos característicos deste animal. Criadores como os fulbe e os masai, assim como alguns somali, alcançaram um amplo conhecimento do seu rebanho e sobre as suas necessidades biológicas, além de um detalhado saber sobre o mundo animal em geral. Desta atividade, muitos dentre eles extraíram conhecimentos e uma capacidade impressionantes em termos veterinários, aqui incluídas interessantes técnicas de cirurgia animal. Parcialmente, este saber foi estendido ao tratamento cirúrgico dos humanos e, nos dias atuais, é pertinente supor que a medicina moderna tem algo a apreender com estas práticas cirúrgicas tradicionais, notadamente, em matéria de coagulação terapêutica, de tratamento dermatológico e implantes. Esta última especialidade, conquanto fosse mais desenvolvida junto a alguns criadores, consiste em algo totalmente comum na prática médica africana. Quando tratadas por curandeiros tradicionais, as pernas quebradas e os tornozelos torcidos são muito mais rapidamente curados, comparativamente aos prazos corriqueiros dos hospitais modernos. Alguns curandeiros africanos adquiriram tamanha reputação que pesquisadores alemães, britânicos ou poloneses desenvolveram estudos aprofundados sobre técnicas africanas. Os préstimos destes especialistas africanos também foram solicitados no Oriente Médio, por vezes mediante a intermediação da África árabe.

Os sistemas terapêuticos tradicionais comportavam certo conhecimento acerca das relações entre a doença e micro-organismos ou bactérias, os quais estão no centro da ciência médica ocidental. Os yoruba, antes mesmo que o Egito medieval, manifestaram uma compreensão precoce sobre a relação entre

a doença e aquilo conhecido pela ciência ocidental como "bactéria". A cultura medieval yoruba apoiava-se, desde muito, sobre uma estrutura conceitual sobre os "vermes" e os "insetos", tão pequenos quanto invisíveis. Estes germes e vermes desempenhavam, no organismo, um papel tanto benéfico quanto nefasto. Alguns abatiam-se sobre o corpo após uma alimentação incorreta, como consequência da sobre-alimentação ou de esforços físicos desmedidos e excessos corporais. Outros "insetos" combatiam a doença e aplicavam-se a promover um saudável equilíbrio do organismo.

Esta teoria, consistente em explicar a doença pela presença de germes ou vermes, era mais difundida na África que o geralmente suposto. Vestígios de uma concepção análoga foram encontrados junto aos tonga da África do Sul. Entretanto, os tradicionais curandeiros partiam da hipótese segundo a qual o campo da saúde ultrapassava o domínio dos efeitos nocivos das bactérias no plano físico; era igualmente necessário explorar e normalizar o universo das relações sociais e espirituais do paciente. A medicina ocidental começa a apreciar e a utilizar esta abordagem holística da arte da cura, muito especialmente no tratamento dos distúrbios psíquicos. Os trabalhos do psiquiatra nigeriano T. O. Lambo, do hospital Aro, especializado no tratamento das doenças mentais na Nigéria, são mundialmente célebres. Ele demonstrou a utilidade em atrair as comunidades locais para o tratamento das doenças mentais e tornou-se, posteriormente, diretor-geral adjunto da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Na realidade, trata-se do início de uma postura que considera racional esta ligação entre o bem-estar físico, social e espiritual, por um lado, frente a epidemias como a síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS) e outros flagelos, para os quais uma solução científica ainda deve ser encontrada. Esta nova abordagem oferece um reconforto da cura pela fé, malgrado certo mal-estar junto às autoridades eclesiásticas, notadamente expresso em respeito ao trabalho do bispo zambiano Monsenhor Emmanuel Milingo. Por outro lado, este tipo de abordagem intensifica a tomada de consciência no tocante à questão da interdependência do homem e do meio natural, o que constitui precisamente um tema que as tecnologias de ponta do mundo ocidental começam a considerar. Esta sensibilização deveria desdobrar-se em uma melhor compreensão sobre uma concepção tradicional que, para ordenar o saber, não admite nenhuma dicotomia entre o biológico e o social ou entre o social e o metafísico. Ela deveria permitir impor um termo ao preconceito cujo corolário consistiu em taxar como pré-científica esta concepção tradicional. Privilegiar a abordagem holística não deve, contudo, levar a ocultar o saber puramente científico, o qual, de Marrakech a Maputo, intervinha nos sistemas agrícolas e terapêuticos.

Com efeito, nos tempos pré-coloniais, a ciência e a técnica africanas respondiam às necessidades da vida, especialmente nos domínios da saúde, da agricultura, da veterinária e dos processos industriais, tais como a conservação dos alimentos, a metalurgia, a fermentação, a fabricação de corantes, de sabões, de cosméticos e outros artigos de higiene pessoal. Como a África teria se tornado tão atrasada no plano científico e técnico?

A interrupção da evolução técnica da África

O atraso científico e técnico da África atual é o resultado do impacto exercido pelo Ocidente sobre o continente, sobretudo a partir da colonização. Em razão deste fenômeno já ter sido tratado no volume VII da presente obra, limitaremo-nos aqui ao estudo das questões científicas e técnicas. Primeiramente, ao estabelecerem o regime colonial, os europeus manifestavam claramente a sua intenção em servirem-se da sua situação favorável para dominarem e explorarem a África, aumentando não somente o abismo tecnológico, mas igualmente o econômico. Certamente, os países colonialistas não demonstraram nenhum açodamento em reduzir a vantagem que, em seu proveito e diante da África, correspondia à sua superioridade científica e técnica, colocando em marcha, com este objetivo, planos de desenvolvimento para o continente nestas duas áreas. Em lugar de estimular e desenvolver as práticas científicas e técnicas existentes, eles dedicaram-se a desacreditar e desencorajá-las, sem contudo deixarem de apropriar-se, secretamente, de algumas das suas ideias para desenvolvê-las no âmbito da ciência ocidental. Por exemplo, os princípios de inoculação, metalurgia, fermentação, bem como todas as outras capacidades passíveis de estabelecerem concorrência com as indústrias ocidentais foram negados, decretados ilegais e perseguidos de diversas formas.

O mais potente fator inibitório ao serviço dos europeus, no que tange ao progresso científico e técnico da África, foi o sistema de ensino. Antes de tudo, a educação formal esteve muito mais ligada à promoção da religião, comparativamente ao que ela se empenhou em referência à divulgação científica. Muitas escolas eram na realidade mantidas por missionários cristãos. Em suas aulas, Maria Madalena era bem mais conhecida que Maria Curia e eram as leis de Moisés mais familiares que as leis da relatividade. Os jovens africanos, à imagem de Kwame Nkrumah ou Joseph Kasavubu, eram conduzidos com maior ênfase a sonharem com a formação religiosa, comparativamente à física, de fato a Bíblia não era um manual de tecnologia. No entanto e ao longo das primeiras

décadas do século XX, a Bíblia foi a fonte de muitas das aspirações e dos ideais da inteligência africana em formação.

Em suplemento ao fator missionário e para frear o progresso científico na África, no curso do período, houve ainda uma diretriz de caráter literário nos programas das escolas coloniais francesas e britânicas. As grandes figuras da literatura ocidental ofereciam às crianças da escola colonial modelos de papéis da mais alta estatura, próprios aos gigantes da ciência ocidental. Obafemi Awolowo inspirou-se diretamente em Shakespeare, Kwame Nkrumah em Alfred Tennyson, Apollo Obote em John Milton (chegando ao ponto de incluir "Milton" ao seu próprio nome). Buscar-se-ia em vão, nas biografias dos expoentes da primeira geração de dirigentes africanos da segunda metade do século XX, homens de Estado que tenham sido fortemente inspirados por Copérnico, Galileu, Isaac Newton, Charles Darwin, Thomas Edison, Graham Bell, Henry Ford ou Albert Einstein[6].

O terceiro fator colonial de inibição do progresso científico africano, na maior parte do século XX, não é nada senão a amnésia. Poucas crianças fora da Etiópia haviam ouvido falar das igrejas monólitas de Lalibela, verdadeiras proezas da engenharia. Poucas crianças além dos limites da África Austral sabiam o que foram as ruínas do Grande Zimbábue – muito amiúde e de toda a forma, estas estruturas eram atribuídas exclusivamente a estrangeiros puros ou a povos ambíguos como os "hamitas". Os currículos coloniais recusavam-se em considerar o Egito antigo como uma civilização africana e, *a fortiori*, negra. Os argelinos aprendiam que o seu país era um atrasado prolongamento da França. Ninguém, em uma escola colonial, teria sequer considerado a possibilidade, segundo a qual, séculos antes de Cristóvão Colombo, não europeus ou, quiçá e inclusive, africanos tivessem atravessado o Atlântico para atingir as Américas. Ninguém evocava os traços, manifestadamente negroides de algumas figuras esculpidas no México (*cabeza colossal*), de origem pré-colombiana e talvez anteriores ao próprio Cristo[7].

No século XX, o progresso científico africano foi retardado, em parte, porque aos africanos, foi-lhes imposto esquecerem que, outrora, eles próprios haviam sido criadores científicos. Mesmo aos Egípcios, inventores da civilização, foi-lhes ensinado esquecerem o seu papel. Esta amnésia tecnológica coletiva permitiu

6 Sobre os mais característicos modelos de papéis, consultar J. A. ROGERS, 1972. Conferir igualmente S. F. MASON, 1962.

7 Estas grandes cabeças em pedra de fisionomia negroide estão atualmente em exposição no México. A primeira dentre elas foi descoberta, em 1869, por J. M. Melgar, as outras por arqueólogos da Smithsonian Institution.

suscitar uma impotência científica coletiva. Ela também favoreceu o profundo estabelecimento de um complexo de inferioridade técnica junto a numerosos africanos colonizados da nova geração. O complexo de inferioridade e o complexo de dependência da África representam os dois lados de uma mesma medalha colonial[8].

Além do fator missionário (prioridade a Bíblia), literário (línguas e literaturas europeias tomadas como referência básicas) e aquele relativo à amnésia (apagamento do passado técnico africano), a política de "pacificação" da ordem colonial igualmente entravou o curso da ciência, sobretudo na primeira metade do século XX. As políticas coloniais fundadas na "pacificação" e na "manutenção da ordem" eram essencialmente avessas em respeito aos mais empreendedores sujeitos coloniais. Sob estas condições, os inovadores eram considerados sob o prisma dos "novos ricos", o animador era um "agitador" e a autoconfiança consistia em uma "afronta".

Finalmente, o domínio sobre as economias e os obstáculos impostos à industrialização africana, igualmente, frearam a divulgação da ciência e da técnica ocidentais. Tomemos o exemplo do setor têxtil. Com a finalidade de exportação, aos africanos do Egito, do Sudão, de Uganda, da Nigéria setentrional e de alhures, foi-lhes determinado o cultivo do algodão. Os corantes e os temas tradicionais, próprios a diferentes regiões da África, foram estudados na Europa e artigos têxteis, a preços competitivos, inundaram o continente africano, provocando o desaparecimento nos mercados populares de tecidos produzidos à mão, estes últimos viriam a se tornar artigos de luxo cuja finalidade restringir-se-ia às ocasionais cerimônias e eventos ritualísticos. Do mesmo modo, os utensílios domésticos, materiais de construção, bijuterias, artigos de higiene pessoal e numerosos alimentos e bebidas importados tomariam o posto dos produtos locais. A isto acrescentar-se-iam as novas demandas geradas ao longo do período colonial, como os materiais escolares e hospitalares, o papel e outros produtos acabados que deveriam ser importados[9].

Até mesmo as comunidades, as quais haviam sobrevivido da mineração e da metalurgia, foram impedidas de explorarem as minas, salvo na qualidade de mão de obra não qualificada. As zonas mineiras foram dadas em concessão a empresas multinacionais com o objetivo de permitir-lhes explorar as reservas profundas, mediante aporte de elevado volume de capitais, cabendo aos afri-

8 VAN SERTIMA, 1985 e 1986; C. SINGER, 1959.

9 Conferir, por exemplo, P. KILBY, 1969; P. PUGH e J. F. A. AJAYI, 1990. Sobre o impacto do capital sobre os povos do platô de Jos, consultar B. FREUND, 1981.

canos tornarem-se, nesta atividade, exploradores ilícitos em seu próprio solo. As sociedades mineradoras não empregavam africanos senão como mão de obra não qualificada ou, quando muito, semiqualificada, não impondo-se, por conseguinte, nenhuma, ou quase, transferência de ciência e tecnologia. Deve-se especialmente salientar que a Europa continuou a sua progressão no desenvolvimento de foguetes, da física atômica e nuclear, das comunicações, da informática, da eletrônica e da tecnologia, justamente à época durante a qual a inovação na África era deliberadamente sabotada.

O colonialismo da manutenção da ordem foi, em sua essência, um substituto do colonialismo de desenvolvimento. O colonialismo belga, no Zaire (atual R. D. do Congo) , não foi senão marginalmente melhor que o colonialismo português em Angola.

Foi necessário esperar os anos 1940 para, enfim, acompanhar a tentativa dos britânicos de superação do colonialismo de manutenção da ordem, para alcançar o que eles denominaram *colonial development and welfare* [o desenvolvimento e o bem-estar social das colônias]. Eles inclusive instituíram um fundo com esta denominação (Colonial Development and Welfare Fund). Embora, em larga medida, a expressão "colonialismo de desenvolvimento" representasse em si uma contradição, incontestavelmente, melhor seria esta contradição que a arrogância do colonialismo de manutenção da ordem.

Esta fase do colonialismo de desenvolvimento foi, precisamente ela, a responsável por certa expansão da educação, particularmente no nível universitário, notadamente pela concessão de bolsas de estudos para africanos com destino às instituições europeias e, além disso, pelo surgimento de instituições de ensino superior, em princípio dependentes de universidades metropolitanas, como em Ibadan, Legon, Makerere, Dakar e Lovanium. Estas instituições acrescentavam-se a antigos centros como Fourah Bay e Fort Hare. As suas disciplinas e o seu corpo docente eram mantidos sob o controle das universidades metropolitanas, que expediam os seus diplomas. Elas mantinham normas elevadas e lançaram a pesquisa científica nas áreas de competência dos professores vindos, na qualidade de precursores e em sua maioria, da Europa. As áreas prioritárias eram, especialmente, a medicina humana e a veterinária tropical, com maior ênfase para a parasitologia e a biologia, as pesquisas epidemiológicas e bioquímicas, assim como o estabelecimento das infraestruturas hospitalares; no tocante à física: a ionosfera; na química: os produtos naturais; em relação à biologia: a ecologia e a micologia. Antes da deterioração provocada pela intervenção dos políticos e pela falta de recursos financeiros, a qualidade de alguns dos trabalhos de pesquisa foi reconhecida e saudada por todo o mundo. As principais áreas aprofundadas

eram prolongamentos e complementos de pesquisas efetuadas nas instituições metropolitanas[10]. Elas não compreendiam, todavia, campos de estudo essenciais como a genética e a biotecnologia, a ciência da informação ou a informática. A vocação dos colegas universitários era, antes e sobretudo, o ensino das ciências, muito mais que a pesquisa científica de ponta. O caráter dependente deste tipo de ensino constituía um freio à africanização. Ele desenvolvia o indivíduo não no seio da sua cultura e da sua sociedade, mas à margem delas. E da elite instruída, agora separada da massa social, ele esclerosava a sua criatividade. A "fuga de cérebros" rumo ao mundo ocidental começou precocemente em países como o Egito, em razão desta alienação.

As instituições de pesquisa e de formação científica necessárias à exploração dos recursos da África baseavam-se e eram concebidas em países europeus. No período entre as duas Guerras Mundiais, estações de coletas de dados e de espécimes da flora e da fauna, de artigos do artesanato e de outras "curiosidades" locais, foram implantadas como postos-avançados dos museus, jardins botânicos e zoológicos, institutos de pesquisa agronômica e florestal metropolitanos, nestas estações eram conduzidos tanto a pesquisa fundamental quanto o estudo das suas eventuais aplicações práticas. Em geral, os britânicos delegavam a cada colônia, ou grupo regional de colônias, a responsabilidade pela iniciativa e pelo financiamento do trabalho destas unidades, ao passo que, no âmbito francês, elas eram patrocinadas por organismos de fomento à pesquisa; os belgas e portugueses, naquilo que lhes compete, contavam com patrocínio científico e financeiro das empresas concessionárias[11]. No entreguerras, relevante número destas estações foram negligenciadas e caracterizaram-se, sobretudo durante os anos da crise, por uma falta de pessoal e de recursos.

O Instituto Pasteur francês conduziu importantes pesquisas sobre a medicina tropical, as quais lhe valeram dois prêmios Nobel, um atribuído a Alphonse Laveran, em 1907, pelos seus trabalhos sobre a malária, realizados essencialmente em Argel, outro a Charles Nicolle, em 1928, pelas suas pesquisas sobre o tifo, principalmente efetuadas em Túnis. O IFAN (Instituto Francês da África Negra), instituição de pesquisa interdisciplinar fundada em Dakar no ano de 1936, com seções em cada colônia da África Ocidental francesa, igualmente logrou, em certa medida, estimular a pesquisa; ele tornar-se-ia posteriormente a sede de boa parte dos trabalhos de Cheikh Anta Diop. Os belgas, quanto a eles, criaram em 1947, o importante IRSAC (Instituto para a Pesquisa Científica da

10 Conferir, por exemplo, J. F. A. AJAYI e T. N. TAMUNO, 1973; K. KING, 1984.

11 J. W. FROJE, 1989, pp. 19-22.

África Central), a serviço de todas as possessões belgas no continente africano. O decreto de 1º de julho de 1947, criador desta instituição cuja sede encontrava-se em Bruxelas, assim definia os seus objetivos: “O objeto desta instituição consistirá em suscitar, promover, efetuar e coordenar o estudo das ciências humanas e naturais, mais especificamente no Congo belga e no Ruanda-Urundi” (artigo 2). Um centro de pesquisas agronômicas, o Instituto Nacional de Estudos Agronômicos do Congo, chamado a ocupar um grande prestígio internacional já fora criado no Congo belga, em 1933. O seu principal centro de pesquisas situava-se no coração da floresta equatorial em Yangambi, da província oriental do Congo.

Na maior parte do continente, os estabelecimentos coloniais mais recorrentes não eram laboratórios científicos ou instituições de pesquisa mas, oficinas de manutenção para as estradas de ferro, para os telégrafos, para as estações de rádio e do material de prospecção, ou senão estações experimentais que se ocupavam em melhorar os rendimentos e o manejo das culturas comerciais destinadas à exportação. Os melhores centros encontravam-se em regiões nas quais havia unidades produtivas europeias, como a Argélia, o Quênia, as Rodésias (atuais Zâmbia e Zimbábue) e a África do Sul, onde os colonos exerciam pressão, em função dos seus cultivos, no intuito de obterem serviços de pesquisa em benefício exclusivo dos seus interesses. Particularmente nas áreas de extração mineral destas regiões, também surgiu o primeiro potencial de industrialização. Na África do Sul, as ricas jazidas de diamantes e ouro suscitaram grandes investimentos de capital acompanhados da instalação de colonos para gerir estes investimentos e fazer funcionar os equipamentos necessários à atividade extrativa. A prosperidade das regiões mineiras, a autonomia conquistada pelas comunidades de colonos, após a Guerra dos Boers e a penúria de artigos manufaturados importados durante a Primeira Guerra Mundial, estes fatores contribuíram para o desenvolvimento do setor industrial da economia sul-africana. Este desenvolvimento provocou o florescimento das universidades e dos institutos de pesquisa, reforçando as bases da ciência e da técnica ocidentais na África do Sul, sob o exclusivo controle dos brancos[12].

O impacto das ciências e das técnicas na África, no transcorrer do período colonial, traduziu-se, portanto, por um fortalecimento do subdesenvolvimento. As suas demonstrações eram feitas para impressionar os africanos e inspirar-lhes uma excessiva reverência, solapando a sua confiança em respeito ao saber e às capacidades tradicionais, mantendo, contudo, a ciência e a técnica ocidentais

12 A. C. BROWN, 1988.

fora do seu alcance. Alguns africanos alcançaram chegar à Europa para receberem no Velho Continente uma formação médica mas, a discriminação reinante na administração colonial obrigou-os a constituírem-se como clínicos gerais e a trabalharem por sua própria conta, subtraindo-lhes os meios de pesquisa. Pouquíssimos estudantes africanos optaram pelas ciências da engenharia ou pelas ciências avançadas pois, nenhum desdobramento lhes era oferecido fora do restrito âmbito da administração colonial. Com maior frequência, os africanos recebiam formações para a função de pastor, professor, administrador ou jurista[13]. Não se pode, obviamente, esperar encontrar um pesquisador científico sequer na primeira geração de dirigentes africanos, mesmo que um dentre eles possuísse uma formação farmacêutica (o argelino Farhāt 'Abbās) e três outros fossem médicos (Félix Houphouët-Boigny, Agostinho Neto e Hastings Kamuzu Banda). A grande massa de indivíduos, todos extremamente impressionados pelos prodígios da ciência europeia, continuavam a viver tanto quanto possível do que lhes forneciam a sua agricultura, os seus curandeiros, o seu artesanato e as suas indústrias tradicionais, esforçando-se, contudo, em garantir aos seus filhos uma educação ocidental, principalmente literária. O saber tradicional continuava todavia a exercer o seu poder cultural, inclusive sobre as elites educadas à ocidental, e não era incomum constatar a presença de universitários diplomados, oportunamente, junto a videntes ou curandeiros tradicionais.

A evolução após a independência

Na segunda metade do século XX, a partir da independência da maioria dos países africanos, uma pesquisa científica de ponta desenvolveu-se em quatro tipos de instituição. Primeiramente nas universidades, cuja implantação recebeu durante os anos 1950 e 1960, o formidável impulso do entusiasmo nacionalista inicial. Justamente estas instituições foram as responsáveis pela abertura dos mais numerosos centros de pesquisa científica avançada em seus departamentos de ciências naturais, engenharia, agronomia e medicina. Países como a Nigéria, Gana e a Costa do Marfim puderam manter um alto nível de expansão universitária e pôde-se acompanhar o surgimento de um pequeno número de universidades especializadas, consagradas à ciência e à técnica agronômicas mas, ainda nenhuma no campo médico.

13 Para modelos de papel ainda mais característicos, conferir J. A. ROGERS, 1972. Consultar também S. F. MASON, 1962.

Enquanto durou (1963-1970), a University of East Africa constituiu, sem dúvida, a mais ambiciosa experiência acadêmica pan-africana. No que diz respeito à medicina e à agronomia, o ensino e a pesquisa eram, em tese, a especialidade do Makerere College de Uganda; as ciências da engenharia (ensino e pesquisa) estavam a cargo da University College da Namíbia. A University College de Dar es-Salaam especializou-se, primeiramente, no direito para, posteriormente, expandir a sua competência à pesquisa agronômica e econômica. Quase todos os órgãos da University of East Africa destinavam-se, em princípio, a servirem não somente o país no qual estavam implantadas mas, o conjunto da comunidade leste-africana (Quênia, Tanzânia e Uganda). O nível da pesquisa médica no Hospital Mulago e na faculdade de medicina de Makerere era tão elevado, nos anos 1960, que rumores sugerindo a concessão de prêmio Nobel de Medicina, circulavam periodicamente a seu respeito. Infelizmente, nenhuma premiação foi concedida, antes que a University of East Africa explodisse em seus três elementos constitutivos. A Universidade de Makerere sofreria, enquanto instituição nacional e posteriormente, o contragolpe representado pelos distúrbios políticos que tomaram Uganda após a chegada ao poder de Idi Amin, em 1971.

A segunda categoria de instituições consiste em centros e instituições nacionais de pesquisa, sejam eles privados ou financiados por verbas públicas. O Quênia e a Nigéria têm institutos desta categoria especializados na luta contra as doenças, na silvicultura e na agricultura; a R. D. do Congo e Gana possuem idênticas instituições dedicadas à física nuclear; a Nigéria para a oceanografia. A Nigéria, o Zimbábue e a R. D. do Congo muito se interessaram pela medicina tradicional, com base em ervas e na qualidade de domínio da pesquisa moderna. No Quênia, o Medical Research Institute, sob a batuta do Dr. Davy Koegh, posicionou-se no início dos anos 1990 na vanguarda da pesquisa sobre a AIDS. Em fevereiro de 1990, este instituto chegou inclusive a anunciar ter produzido um medicamento para o tratamento da AIDS, por ele denominado KEMRON[14].

Em 1966, o IRSAC, anteriormente citado, foi reestruturado e reorganizado sob a sigla ONRD (Ofício Nacional para a Pesquisa e o Desenvolvimento). Alguns anos mais tarde, ele foi rebatizado como Instituto de Pesquisa Científica; ele administra, nos dias atuais, certo número de centros distribuídos por

14 Para um relatório detalhado dos trabalhos de pesquisa sobre a AIDS, no Kenya Medical Research Institute, conferir o número especial da The Weekly Review (Nairóbi), em sua edição de 9 de fevereiro do ano de 1990. Convém observar que, se o trabalho de pesquisa sobre a AIDS deste instituto valeu-lhe felicitações e encorajamentos, o seu anúncio relativo ao KEMRON é geralmente considerado, nos meios científicos, como "prematuro".

todo o Zaire (atual RDC), os quais, individual e especialmente, consagram-se à pesquisa em uma área das ciências da natureza, das ciências humanas e do estudo dos primatas, bem como em diferentes setores da tecnologia. Existem igualmente academias nacionais de ciências que encorajam e recompensam a excelência.

A terceira categoria de instituições de pesquisa na África é aquela formada por organizações e estruturas pan-africanas regionais. Algumas dentre elas ocupam-se de estudos climatológicos e ecológicos concernentes a zonas específicas da África, como o Sael; outras cooperam com a sua atuação para enfrentar problemas regionais, tais como as migrações de gafanhoto.

Um tipo particular de organização pan-africana, sábia ou científica, é a associação profissional ou a academia de especialistas. Cheikh Anta Diop, inclusive, tentou pan-africanizar a pesquisa, além das fronteiras africanas, no âmbito de um movimento englobando o conjunto do mundo negro. Tal era o objetivo da Associação Mundial dos Pesquisadores Negros, criada em 1976, da qual Diop tornou-se o presidente. Como o próprio Diop declarou durante a sua alocução de inauguração das funções: "A associação abarcará todas as disciplinas científicas, tanto em matéria de ciência natural quanto social [...]. Em ambos os domínios, solicitar-se-á aos sábios e cientistas do mundo negro o cuidado consistente em orientar os seus esforços para a resolução dos problemas científicos e sociológicos vitais, aos quais presentemente está confrontado o mundo negro. Isto solidificará sobremaneira os laços culturais unificadores de todas as populações negras do globo[15]."

A última categoria de instituições que conduzem ou promovem a pesquisa científica e técnica africana está representada pelos organismos internacionais e intercontinentais de pesquisa, transcendentes da confraria científica pan-africana. Thomas Odiambo dirige uma importante comunidade internacional de pesquisadores (o ICIPE, Centro Internacional sobre Fisiologia e a Ecologia dos Insetos) consagrado ao estudo do mundo dos insetos. Além disso, Odiambo anima a Academia Africana de Ciências, residência pan-africana de erudição e excelência acadêmica, cuja sede está estabelecida em Nairóbi. A Academia publica a sua própria revista científica intitulada *Discovery and Innovation*, co-patrocinada pela Academia de Ciências do Terceiro Mundo[16]. O Instituto

15 I. VAN SERTIMA, 1989, p. 11.

16 Em julho de 1986, a Academia Africana de Ciências, copatrocinou, em Nairóbi, um importante evento internacional, a primeira conferência da Rede das Organizações Científicas Africanas. Esta conferência marcou a extensão da cooperação os pesquisadores e cientistas da África e do restante do mundo.

em Benefício dos Recursos Naturais na África (IRNA), da Universidade das Nações Unidas, estabelecido em Yamoussoukro (Costa do Marfim), ainda não iniciou as suas atividades.

A Nigéria hospeda o Instituto Internacional de Agricultura Tropical (IITA), cujos trabalhos versam sobre o melhoramento das variedades de culturas de subsistência africanas, em oposição às culturas comerciais. O Instituto tem, entre os seus membros, eminentes cientistas africanos como Bede Okigbo e alcançou significativo sucesso, por exemplo, ao identificar variedades de mandioca resistentes às pragas[17]. O laboratório de carboradiologia de Cheikh Anta Diop no IFAN, em Dakar, efetuou em múltiplas ocasiões trabalhos de alcance nacional, pan-africano ou mesmo intercontinental. Criado em 1966, este laboratório dedica-se ao estudo da radioatividade de baixa-energia e à datação com base no carbono 14[18].

Nos anos 1970, a Organização para a Unidade Africana (OUA), a UNESCO e a Comissão Econômica para a África da ONU (CEA), igual e conjuntamente, interessaram-se pelo desenvolvimento das ciências e das técnicas na África. Estas duas organizações constituem a origem da Primeira Conferência dos vinte e nove ministros dos Estados-membros africanos encarregados da aplicação da ciência e tecnologia em prol do desenvolvimento, reunião esta ocorrida na cidade de Dakar, em janeiro de 1974. Esta conferência produziu uma série de recomendações concernentes às políticas relativas à ciência e às tecnologias.

Uma reunião regional para a África foi realizada no Cairo em 1978, objetivando preparar a Conferência das Nações Unidas sobre ciência e tecnologia, a serviço do desenvolvimento, mantida na cidade de Viena, em agosto de 1979. Ela tinha como principal objetivo encontrar os meios concretos com vistas a superar o abismo econômico que separara o Terceiro Mundo dos países industrializados. Esta questão – abordada, mas superficialmente tratada em Viena – seria mais detalhadamente examinada no curso de uma série de conferências específicas, organizadas em cada uma das regiões interessadas.

Em sua décima sexta sessão ordinária, a Assembleia dos chefes de Estado e governo da OUA, reunida em Monróvia em julho de 1979, consagrou a declaração de Monróvia, através da qual os chefes de Estado e de governo expressavam a sua vontade em posicionar a ciência e a técnica a serviço do desenvolvimento, pela promoção da capacidade autônoma dos seus respectivos países neste domí-

17 Encontrar-se-á um sucinto catálogo das variedades de mandioca resistentes às doenças em Banco Mundial, 1989b, pp. 95-96.

18 I. VAN SERTIMA, 1989.

nio. A Assembleia dos chefes de Estado e de governo da OUA, por ocasião da sua segunda sessão-extraordinária, organizada em Lagos, nos dias 28 e 29 de abril do ano 1980, igualmente adotou o Plano de Ação de Lagos. O capítulo V deste plano concerne particularmente à ciência e à tecnologia, chamando a atenção para o seu papel integrado no desenvolvimento rural.

Um colóquio relativo à ciência e à cultura africanas, consideradas como instrumentos para o desenvolvimento, foi organizado pela OUA, em cooperação com a UNESCO, em Libreville entre os dias 23 e 27 de janeiro, do ano 1981; uma resolução adotada neste colóquio convidava a OUA a organizar uma reunião de cientistas na África. Quatro anos mais tarde, a Assembleia dos chefes de Estado e de governo da OUA adotava, durante a sua vigésima primeira sessão ordinária, mantida em Addis-Abeba, de 18 a 20 de julho do ano 1985, o Programa Prioritário de Recuperação Econômica da África, 1986--1990, em cujo parágrafo 34, constata-se: "A experiência mostra que país algum experimentou qualquer pungência econômica sem erigir uma base mínima em matéria de ciência e tecnologia." Durante a mesma sessão, os chefes de Estado e de governo da OUA adotaram a resolução AHG. Res. 146 (XXI) chamando a UNESCO a elaborar um programa de ajuda para a África nos campos da pesquisa científica e desenvolvimentista, destinado a desenvolver prioritariamente as capacidades científico-tecnológicas dos países africanos na áreas da geologia, microbiologia, agricultura, alimentação, saúde e dos recursos hídricos, em superfície e subterrâneos.

Enfim, a Segunda Conferência de Ministros, encarregados da aplicação da ciência e da tecnologia em prol do desenvolvimento da África (Arusha, 6-15 de julho de 1987) adotou o Programa Especial de Ajuda à África, nos campos da pesquisa científico-tecnológica e desenvolvimentista. Este Programa Especial, de caráter muito concreto, estabelece um balanço objetivo da situação econômica, social e cultural na África. Primeiramente nele são analisados os principais obstáculos, aqui incluídos os bloqueios resultantes dos comportamentos mentais e da educação, os quais atrasam e minam os esforços empreendidos para por em marcha o processo de desenvolvimento econômico e social. O programa indica, posteriormente, quais seriam as condições gerais para o desenvolvimentos científico em níveis nacional e regional, levando todavia em conta o ambiente, passível de favorecer, ou não, a pesquisa científico-tecnológica. Enfim, prioridades são sugeridas no campo da pesquisa, assim como das modalidades de intervenção e das estratégias a serem aplicadas para promover a ciência e a técnica nos níveis nacional, sub-regional e regional[19].

19 CASTAFRICA, 1987.

Assistimos igualmente, durante estes últimos anos, à multiplicação das instâncias inter-africanas de caráter não governamental, mas gozando do apoio e dos incentivos da OUA e dos Estados africanos. Citemos, notadamente, o Instituto Africano de Estudos Prospectivos (INADEP), o Instituto dos Povos Negros (IPN) e a União Pan-africana da Ciência e Tecnologia (UPST).

O INADEP foi criado na cidade de Kinshasa em 1989, como resposta a uma demanda apresentada por cientistas africanos e alto-funcionários, por ocasião de um importante colóquio organizado nesta capital em 1985, cujo tema era a África e o bem-estar da sua população. Particularmente na ocasião, o foco foi colocado sobre a medicina tradicional e o estudo das plantas medicinais; a agricultura e a autossuficiência alimentar; as fontes de energia, novas e renováveis; a utilização racional dos recursos minerais; a utilização racional dos recursos marinhos; o progresso rumo à industrialização; as biotecnologias; os desastres e as catástrofes naturais; e as aplicações pacíficas da energia nuclear (na agricultura, na medicina e na economia).

Recomendava-se empreender estudos detalhados, de grande envergadura, nas seguintes áreas: formação científica, planejamento científico-tecnológico, em nível regional no conjunto dos países, bem como a definição dos meios e das modalidades de divulgação do saber científico na África (conferir o Segundo Congresso dos Cientistas Africanos, Accra, UPST, 1989). O UPST, associado ao American Association for the Advancement os Science, igualmente publicou o *Directory of scientific and engineering societies in Africa* [Anuário das Sociedades Científicas e Associações de Engenheiros na África] que oferece uma ideia da amplitude do movimento de pesquisa científico-tecnológica na África.

Entre todas as grandes organizações voltadas para a ciência na África, aquela cujo reconhecimento mundial mais se afirmou é, sem dúvida, o Programa das Nações Unidas para o Meio-Ambiente (PNUE), sediado em Nairóbi. Este organismo incentiva e promove a pesquisa ecológica e climatológica, não somente na África, mas em todo o mundo. Duas das mais apaixonadas campanhas por ele conduzidas, nos anos 1980, tratavam as questões relativas ao aquecimento planetário e à camada de ozônio, em respeito aos quais retornaremos mais adiante.

A África pós-colonial busca sanar o impacto debilitante da dominação colonial no tocante à sua capacidade de pesquisa científica e inovação tecnológica. A solução processa-se lentamente, mas não sem sucesso. Notáveis homens da ciência fizeram-se notar em quase todas as áreas, entretanto a massa crítica capaz de permitir um crescimento autônomo não foi construída, em qualquer domínio ou país, excetuando-se a África do Sul e, em menor grau, no Egito. Muitos cientistas africanos não garantem a sua sobrevivência senão mediante

o trabalho em organismos favorecidos por uma ajuda estrangeira ou graças às suas relações com instituições de pesquisa estrangeiras. Alguns realizam os seus melhores trabalhos em laboratórios no exterior ou em projetos cuja direção não lhes pertence. Outros obtêm resultados que não beneficiam a indústria local, pois esta é prisioneira de escolhas técnicas feitas no exterior. Os cientistas africanos trabalham nas piores condições (penúria de recursos financeiros e materiais, incerteza quanto ao fornecimento de água, eletricidade, equipamentos de informática e outros meios de comunicação com os seus colegas), além de sofrerem com um cenário de instabilidade política crônica. A sua atividade, nestas condições, confirma a ideia segundo a qual a ciência não é elaborada unicamente pelos seus sábios, mas por toda a sociedade. Aqui reside o porquê da tendência mais significativa no plano científico, na África, consistir na elaboração de políticas científicas em curso nos Estados africanos e na rede, progressivamente melhor estabelecida, de instituições de pesquisa com suficiente potencial para a criação da peremptória massa crítica. Os centros mais promissores, em que pesem os obstáculos subsistentes, compreendem desde universidades nacionais, centros nacionais de pesquisa, organizações pan-africanas, associações profissionais pan-africanas, institutos de pesquisa intercontinentais, até comunidades de homens da ciência.

A contribuição da África para a industrialização da Europa

Como anteriormente assinalado, foi justamente à época colonial e pós-colonial que a Europa acentuou a distância entre ela e a África. A questão de imprescindível abordagem, neste momento, consiste em saber os meios através dos quais a África contribuiu para esta evolução, após a independência. Os dados disponíveis revelam claramente que a influência da África, no que tange à mutação técnica ocidental da segunda metade do século XX, foi, tal como nos séculos precedentes, mais forte e profunda que a influência do Ocidente na industrialização, na ciência e na técnica africanas. Em verdade, o credor é devedor.

A indústria e a técnica ocidentais repousam, todavia e amplamente, sobre uma vasta gama de minerais estratégicos provenientes da África. Os minerais extraídos no continente são, antes de tudo, destinados à indústria ocidental, as necessidades técnicas da África deles não absorvem senão uma ínfima parte. O conjunto dos países terceiro-mundistas produz um terço dos minerais indispen-

sáveis à economia mundial, entretanto, os países em desenvolvimento somente absorvem 5% deste total. A porção deste consumo imputável à África é fraca, inclusive para os padrões do Terceiro Mundo, contudo, no que diz respeito às reservas e à produção, a contribuição africana é impressionante.

No curso do período estudado neste volume, o continente africano deteve até 90% das reservas mundiais de cobalto, situadas sobretudo no Zaire (atual RDC), acima de 80% das reservas mundiais de cromo, mais de 50% das reservas de ouro, cerca da metade das reservas planetárias de platina e praticamente a totalidade das reservas de diamante industrial do mundo "não comunista". Estes minerais representam alguns dos minerais industriais estratégicos.

Em seguida, aparecem os minerais de troca, entre os quais o mais importante é o ouro, passíveis de contribuírem para o financiamento tanto da pesquisa, quanto do comércio. A maior parte das reservas africanas encontra-se na África Austral, porém, o ouro também está presente em outras partes do continente. Até 1971, o ouro desempenhou um papel no sistema monetário internacional e houve ocasiões nas quais o regime de trocas, em escala mundial, tenha sido ameaçado por uma perturbação no mercado do ouro.

A África abriga, igualmente, minerais combustíveis de alto valor, do ponto de vista técnico. O continente deteve, durante este período, até um terço das reservas mundiais de urânio. A parte africana da produção de gás natural está em expansão, especialmente nos países da África do Norte. Naturalmente, a África está bem representada no seio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), pela Nigéria, Argélia, Líbia e Gabão. Precisemos, outrossim, que o Zaire (atual RDC) detém a principal reserva mundial de rádio, encontrado na composição do urânio extraído na região de Shinkolobwe-Kasolo.

A África também possui gemas e metais preciosos, de caráter menos explicitamente técnico. Grande parte dos diamantes de joalheria produzidos no mundo ainda provém do continente africano. De 1935 aos dias atuais, a região deteve até 80% do tântalo mundial e, embora nela encontremos somente uma fraca proporção da prata mundial, este elemento abunda em diversas pedras preciosas, da safira ao topázio, da malaquita à opala, do rubi à tanzanita. Estas riquezas, eventualmente, não somente alimentaram os hábitos de consumo dos outros continentes mas, na mesma proporção, sustentaram a sua capacidade produtiva.

As reservas metalíferas da África comportam, igualmente, substanciais quantidades de manganês, de minério de ferro, de cobre, de vanádio (elemento raro que permite endurecer o aço), de bauxita (principal minério do alumínio), de chumbo e de zinco. O interesse técnico de todos estes metais é evidente: sem o

fornecimento de metais africanos, boa parte das usinas ocidentais teria cessado as suas atividades.

A África guarda, por outro lado, jazidas não metálicas. Do Marrocos ao Senegal e na região dos Grandes Lagos, há vastas reservas de fosfatos. Madagascar possui o primeiro estoque mundial de grafite em lâminas. Quanto às jazidas de potássio da República Popular do Congo, durante este período, elas foram consideradas as maiores do planeta.

Indubitavelmente, desde 1935, o principal beneficiado por todas estas riquezas minerais tem sido o Ocidente, através das suas usinas e dos seus laboratórios. Durante os anos 1970, os Estados Unidos da América do Norte importavam cerca da metade do seu manganês da África. A importância do cobalto congolês para a tecnologia e a indústria ocidentais explica as razões pelas quais o Ocidente sustentou a permanência no poder de Mobutu Sese Seko, declarando estar pronto a fazer a guerra para manter o Zaire (atual RDC), sob a sua órbita. As minas de urânio do Niger foram estabelecidas e exploradas nos anos 1970, expressamente para suprirem as necessidades do programa nuclear francês. O minério de ferro da Suazilândia, quanto a ele, destinava-se à empresa Nippon Steel.

Não satisfeito em ser o principal consumidor da riqueza mineral africana, o Ocidente foi o principal gestor desta atividade. Um pequeno número de empresas ocidentais detinha o controle sobre o tratamento, a transformação e a comercialização destes recursos africanos. Anglo-American, De Beers, Roan Selection Trust, a antiga Union minière du Haut-Katanga, eis alguns dos nomes que moldaram esta fase da contribuição africana para o desenvolvimento técnico do Ocidente, ao lado das gigantes do petróleo – Shell, British Petroleum, Gulf, Exxon, Mobil, Chevron, Texaco – e outras independentes de menor envergadura. Até mesmo as menores dentre estas empresas detinham, muito amiúde, um capital cujo valor excedia aquele correspondente ao Produto Interno Bruto da maioria dos Estados africanos.

Entre os dois grandes setores produtivos africanos (agricultura e as minas), são as minas que exigiram a maior concentração de capitais e competências pois é necessário muito dinheiro para colocá-las em operação e múltiplas competências técnicas para o seu funcionamento e manutenção. Em ausência de uma adequada transferência de capacidades técnicas e administrativas, do Ocidente para a África, sob o pano de fundo composto pelas empresas multinacionais ocidentais, dominantes no setor, a extração mineral no continente permaneceu uma *presa guardada* pelos ocidentais, até mesmo quando os governos africanos declararam as minas como propriedade do Estado. A indispensável capacidade

do Ocidente e os seus circuitos comerciais, frequentemente, serviram à perpetuação do eurocentrismo característico das minas africanas.

Quando a contribuição africana para a indústria ocidental apresentava-se, sobretudo, pela exportação de mão de obra (o tráfico de escravos), foram as Américas, e não diretamente a Europa, os principais importadores desta mão de obra servil. Entretanto, após 1935, ao longo desta primeira fase da contribuição das minas para a tecnologia e a indústria ocidentais, neste período coube à Europa atuar como principal importador. Todavia, nestas duas fases, em razão da intricada relação econômica mantida entre a Europa e as Américas, os recursos africanos foram indispensáveis a quase todos os setores da civilização tecnológica ocidental. Em última análise, a contribuição africana para a ciência e tecnologia, no decorrer deste período, ultrapassa em muito os trabalhos individuais dos cientistas africanos. As descobertas e as invenções não constituem obra de pesquisadores isolados, frutos de um vazio social. A maior contribuição do continente africano neste domínio, após 1935, operou-se por intermédio da mão de obra e dos recursos que ela ofereceu às usinas e aos laboratórios do mundo. Os minerais africanos foram os afrodisíacos da potência técnica ocidental.

Isaac Newton, nem modesto nem humilde, admitiu um dia durante um lapso de autoderrisão que ele teria logrado chegar tão longe com a sua obra científica porque estava sustentado "sobre ombros de gigantes", reconhecendo por assim dizer a sua dívida junto aos grandes sábios que o haviam precedido. Deve-se à verdade afirmar que todas as grandes realizações da história da ciência e da técnica não foram consumadas unicamente em razão de possibilitarem, em seu proveito, aos sábios o apoio sobre os ombros dos seus antecedentes mas, antes e sobretudo, porque as classes desfavorecidas suportaram o fardo. As pirâmides não foram somente obras-mestras do gênio egípcio mas, igualmente representaram o triunfo do labor egípcio. Ferdinand de Lesseps, este inovador que concebeu e patrocinou a construção do Canal de Suez, estava até recentemente honrado por uma estátua levantada à margem da grande via de navegação. Esta estátua foi derrubada após a nacionalização da Companhia do Canal de Suez, por al-Nasser no ano 1956. Homenageando unicamente a memória do mestre-de-obras francês que se transformara em campeão do canal, ela deixava à sombra centenas de milhares de egípcios que haviam, literalmente, perecido ao construírem-na. A quem se deve de fato o Canal de Suez, a Lesseps ou aos trabalhadores egípcios, ao seu labor e martírio econômico?

Os grandes engenheiros, quer tenham ou não elevado sobre os ombros dos gigantes que os haviam precedido, não resta dúvida que, quase invariavelmente, eles foram sustentados por poderosas forças sociais. Na moderna fase da ciência

e da técnica ocidentais, os trabalhadores do Ocidente não estiveram sozinhos a suportarem o avanço técnico em seus países, a este efeito também contribuíram os recursos e o trabalho dos africanos e asiáticos que se encontravam sob o domínio dos europeus.

Segundo Bertrand Russel, a civilização nasceu em razão da busca do luxo e, com efeito, as fronteiras da ciência e da técnica ocidentais foram estendidas, ao menos parcialmente, em virtude da busca do luxo capitalista. O povo da África, entre outros, *financiou* a ciência e a técnica ocidentais durante mais de trezentos anos. Das plantações escravistas do Novo Mundo às minas de Kimberley, os africanos subvencionaram a ciência ocidental.

Contudo, em 1957, foi a União Soviética que inaugurou a era espacial, ao lançar a sua Spoutnik, e Youri Gagarin não tardaria a tornar-se o primeiro homem no espaço. Seria este, desde logo, o luxo derradeiro? O primeiro homem negro a alcançar este feito deveria esperar que os Estados Unidos da América do Norte se tenham engajado na corrida espacial. A África participa desta nova era por intermédio dos seus recursos, da sua diáspora negra norte-americana, dos observatórios espaciais, como aquele instalado no Quênia e, de forma crescente, graças ao restrito, mas historicamente vigoroso, grupo de astrônomos africanos. A civilização estava em busca de uma nova fronteira de luxo criativo, a África ofereceu a sua parte neste esforço.

Do efeito estufa ao inverno nuclear

Porém, concomitantemente ao crescente fascínio do mundo pelos outros planetas, a segurança da própria Terra tornava-se um tema de ansiedade, esta angústia atingiu novos picos precisamente após 1935. A cultura africana – pelos seus valores – era, original e intrinsecamente, muito mais atenciosa com o ambiente, comparativamente à ciência ocidental, com maior ênfase em sua forma moderna. A técnica ocidental representou, ao menos durante certo tempo, um perigo para a Terra. Cega destruição da vegetação, poluição dos lagos e dos cursos d'água pela chuva ácida, entre outras razões, lento envenenamento da atmosfera – a tecnologia ocidental declarara guerra ao *habitat* humano. A ameaça pesava tanto sobre a África quanto sobre o restante do mundo.

A situação era tão grave que os valores da cultura africana a traduzirem a sua preocupação com o ambiente estavam caindo em ruína. A cultura africana tradicional repousava sobre o seguinte princípio: o universo, em sua totalidade, e não somente o homem, fora criado à imagem de Deus. Razão pela qual muitas

sociedades africanas atribuíam um caráter sagrado a árvores e colinas, consideravam alguns animais como totens, certas florestas como morada dos ancestrais. As culturas africanas não estabeleciam nítida distinção entre a espécie humana e as outras espécies. Se, por um lado, alguns macacos eram sagrados, certos homens apareciam como seres essencialmente maus.

Tais concepções estavam fundamentalmente em sintonia com a proteção do ambiente, pois que elas lhe conferiam um caráter sagrado. No entanto, muitos africanos colonizados consentiram com a prostituição destes valores, sob a influência do mercantilismo e do desejo de consumo, introduzidos pelo colonialismo e pelo capitalismo dos ocidentais. Assim sendo, o ambiente africano sofreu não somente com as atividades dos estrangeiros mas, igualmente, com a ganância daqueles que, a justo título, poderiam ser acusados de traição ecológica. Particularmente desoladoras são a progressiva destruição da floresta úmida e a ameaça que pesa sobre numerosas espécies animais africanas. A tecnologia inconsequente dos ocidentais e o seu desejo desenfreado de consumo impuseram-se sobre a tradição africana de respeito ao meio, empobrecendo a cada golpe a humanidade. O aquecimento climático é imputável à devastação florestal. Sob a ação conjugada do gás carbônico e de outros gases do "efeito estufa", o clima do globo está, sabidamente e de mais em mais, ameaçado.

Para reverter esta situação, a Organização das Nações Unidas escolheu uma cidade africana, Nairóbi, para sediar o seu programa ambiental; este foi o primeiro organismo das Nações Unidas a ter escolhido um país terceiro-mundista como sede. A África lutava então para retomar a direção moral no tocante à proteção do planeta contra os perigos das novas tecnologias e a indiferença da era industrial. Negligenciado em seu início, o PNUE começou a ser levado a sério ao final dos anos 1980. Enquanto outros organismos das Nações Unidas viam reduzir o seu orçamento, o PNUE esperava multiplicar por dois os seus recursos.

Quando em março de 1989 a comunidade internacional decidiu enfrentar de modo mais resoluto a ameaça incidente sobre a camada de ozônio, no momento da solicitação de novos compromissos, os países africanos participaram à conferência de Londres na pessoa de Daniel Arap Moi, presidente do Quênia. O papel proeminente convinha, à perfeição, ao chefe do Estado anfitrião do PNUE. A reunião mantida em Helsinki, em maio de 1989, para dar sequencia à conferência de Londres, alcançou novos progressos em respeito às ações com vistas a suprimir, progressiva e anteriormente ao final do século XX, os produtos destruidores da camada de ozônio (os clorofluorcarbonetos, CFC). O diretor-executivo do PNUE, Mustafa Tolba, um dos principais organizadores

da reunião de Helsinki, saudou os progressos alcançados a este respeito desde as reuniões de Montreal e de Londres. O PNUE previu outros encontros em referência à defesa da camada de ozônio durante os anos 1990.

Uma das ironias da história colonial consiste em que os perigos da refrigeração artificial tenham atingido a humanidade sob a forma de uma ameaça relativa à camada de ozônio. Agora que esta nova tecnologia está presente nos lares africanos e que países como a Argélia fabricam os seus próprios refrigeradores, percebe-se mais claramente os seus graves efeitos sobre a camada de ozônio. Os CFC emitidos pela refrigeração e climatização estão de fato, entre os mais perigosos para a camada de ozônio. Pede-se atualmente à África e ao restante do Terceiro Mundo *desaprenderem* estas novas técnicas, tão logo elas tenham sido incorporadas. A sua utilização e a criação de um inverno artificial, precisamente nos países outrora privados do inverno, exporiam desde logo a espécie humana a uma luz solar de tamanha intensidade e raios ultravioletas tão fortes que a pele não poderia suportar.

Outras técnicas recentemente introduzidas na África e em outras regiões em desenvolvimento estão igualmente na raiz do aumento das taxas de gases, tais como o gás carbônico. As usinas e os hábitos de consumo do mundo industrializado já haviam elevado estas taxas a níveis perigosos. Mas, não é tarde demais, os países ricos podem ainda modificar as técnicas e assim contribuir para salvar o clima do globo. Para os países em desenvolvimento, será mais difícil e duas vezes mais oneroso desaprender as novas técnicas – a menos que uma ajuda financeira em escala mundial venha facilitar esta transição. Pouco após a conferência sobre a camada de ozônio, organizada em Helsinki no mês de maio de 1989, o PNUE organizou em Nairóbi uma reunião sobre o efeito estufa. Os problemas de financiamento do custo da desindustrialização estavam no centro dos debates. O desafio, em definitivo, consistia em uma ameaça que pairava sobre todas as espécies que provinha do clima do planeta Terra, o próprio futuro do *inverno* na Terra estava em questão.

Todavia, outro perigo ameaça a Terra, prática e exatamente, o inverso do desaparecimento do inverno. Trata-se do catastrófico perigo da extinção de todas as estações, salvo o inverno, o *inverno nuclear*. A humanidade entrou na era nuclear no curso do período iniciado em 1935, objeto da nossa exposição. As implicações desta nova etapa científica e técnica ainda não são totalmente reconhecidas. Entretanto, grande parte da comunidade científica internacional chegou à compreensão, no curso dos anos 1980, que o mundo corria o terrível risco de mergulhar em um inverno sem fim. Uma guerra nuclear poderia provocar não mais a morte do inverno, mas o seu definitivo triunfo. Ela poderia ter

como efeito não o aumento da presença solar mas a privação do sol no *habitat* humano. A Terra poderia viver uma nova idade das trevas, na mais literal acepção da palavra. Até mesmo o homem branco cessaria então de chamar a África o "continente negro". O nosso inteiro planeta seria uma vasta, sombria e sinistra, eterna massa de água, de terra e de bruma.

Kwame Nkrumah pressentia, em 1960, o perigo desta nova ciência, sem contudo indicar claramente como a África deveria enfrentá-la. Ele esteve absolutamente indignado ao ver a França utilizar o deserto do Saara para testes nucleares, Gana chegou a incentivar um protesto internacional contra estes testes, contudo, os manifestantes foram bloqueados nas fronteiras. Nkrumah decretou o congelamento dos bens franceses em Gana.

Porém, acreditava-se ainda, à época de Nkrumah, ser realista estabelecer uma distinção entre o saber nuclear "seguro", com fins pacíficos, e uma técnica nuclear "perigosa", voltada para a guerra[20]. Apoiado nesta ideia, Nkrumah pôs em marcha um programa de pesquisa nuclear em seu próprio país. Ele declarou que a África deveria entrar na era nuclear e aprender a nova ciência e a nova técnica. Ele afirmou, por outro lado, que o socialismo africano deveria estar intimamente ligado ao espírito científico. Para Nkumah, o socialismo era uma *filosofia* que deveria ser, a um só tempo, uma *ciência*: "o socialismo sem a ciência, dizia ele, é um conceito vazio[21]."

O Zaire (atual RDC) tentara, antes de Gana, entrar na era atômica. Ao final dos anos 1950, os belgas haviam instalado um reator nuclear de pesquisa no antigo Congo. Após a conquista da independência no Zaire (atual RDC), as pesquisas continuaram, contando com a crescente participação de numerosos cientistas africanos. Malgrado todas estas vicissitudes que a sociedade congolesa conhece há trinta anos, a pesquisa nuclear prossegue em Kinshasa.

Shehu Shagari, presidente da Nigéria de 1979 a 1983, também ele colocou o seu país no rumo nuclear. Diferentemente de Gana e do Zaire (atual RDC), a Nigéria, sob a sua batuta, escolhera esta direção, em parte, por razões militares. Segundo Shagari, o laço entre o racismo e a ameaça nuclear persistia. Nos tempos de Nkrumah, a ameaça nuclear localizava-se ao norte (no Saara) e o racismo ao sul (na África do Sul). Entretanto e desde logo, tanto uma quanto a outra ameaça estavam situadas no sul. O *apartheid* adquirira a capacidade nuclear. Os esforços feitos pela Nigéria para dotar-se de uma capacidade nuclear representavam uma resposta à nuclearização da África do Sul, a partir dos anos 1970.

20 K. NKRUMAH, 1961, p. 213.

21 Ghana Today, vol. VIII, no 21, 1964, p. 1.

Porém, à luz dos desenvolvimentos precedentes, somos conduzidos a questionarmos o sentido dado pela África à domesticação do nuclear. Por outro lado, por quais meios lograria ela propor e convencer o mundo, com vistas a assegurar a sobrevivência do planeta, em perigo devido à escala de valores ocidentais, a aceitar o seu modelo de gestão tradicionalmente econômico e respeitoso do ambiente? A relação fusional dos africanos com a natureza, injustamente qualificada como comportamento pré-científico, poderia ela levar a humanidade a reagir, decididamente, frente às consequências de uma civilização suicida e conduzir à aceitação de uma política que realmente descartasse a ameaça de um inverno nuclear? Se for possível tirar uma lição da história, ela consistiria na impossibilidade do Ocidente em continuar, impunemente, a ignorar a África, o seu saber e as suas capacidades[22].

As ciências sociais e humanas

A influência da África no âmbito das ciências sociais e humanas tomou duas formas principais. Uma diz respeito à singularidade do continente africano, ele próprio, e à atração por ele exercida junto aos eruditos e cientistas do mundo inteiro. A outra é o fruto do trabalho dos africanos, pesquisadores e especialistas em ciências sociais, os quais empurraram mais além as fronteiras do saber e da teoria.

O poder da atração científica da África explica-se pelo fascínio exercido pelas suas culturas junto aos pesquisadores da antropologia social e cultural, pelos mistérios destes fósseis aos olhos dos arqueólogos e paleontólogos e pelos enigmas da tradição oral no referente aos historiadores. Estudando a África, o mundo aprendeu ainda mais sobre si mesmo e a espécie humana foi esclarecida sobre a sua própria natureza e sobre as suas origens. Todavia, não é somente a África, na qualidade de objeto de estudo, que levou além as fronteiras das ciências sociais e humanas. Trata-se aqui igualmente do trabalho dos próprios cientistas e pesquisadores africanos. O campo destas duas modalidades da influência africana sobre o *corpus* do saber humano estendeu-se particularmente desde 1935.

Em certo sentido, as ciências sociais e humanas situam-se em algum ponto entre as ciências físicas e a filosofia. Parte relevante da teoria social, sobre a qual se baseiam os sociólogos, os economistas e outros especialistas em ciências

22 Os últimos trechos da versão inglesa foram aqui reformulados para levar em consideração a evolução dos fatos e das ideias após 1990.

políticas, constitui uma ponte entre as preocupações dos especialistas em ciências exatas e aquelas próprias aos filósofos. Consiste precisamente neste papel das ciências sociais, como ponte entre a ciência e a filosofia, o objeto de interesse da presente seção.

É relativamente ao campo africano que foram elaboradas, no século XX, algumas das principais teorias sobre o crescimento econômico em sociedades pouco industrializadas. A diáspora africana particularmente distinguiu-se da teoria econômica liberal, pois que sir Arthur Lewis, de Sainte-Lucie nas Antilhas inglesas, compartilhava em 1979 o prêmio Nobel de ciências econômicas com o americano Theodore W. Schultz. Os trabalhos de Lewis que lhe valeram este prêmio tratavam da questão do desenvolvimento econômico. Não mais consistia, especialmente, da sua teoria relacionando os termos de troca Norte--Sul com os níveis comparativos de produtividade da mão de obra dos países pouco industrializados.

Arthur Lewis assessorou governos na África e nas Antilhas, notadamente aquele de Kwane Nkrumah, em Gana. Os seus mais influentes livros são *La théorie de la croissance économique* (1955), *Développement économique et planification* (1966) e *Croissance et fluctuations,1870-1913* (1978). Arthur Lewis foi enobrecido em 1963.

No transcorrer dos anos 1970, o egípcio Samir Amīn, com o seu estudo sobre a natureza da desigualdade nas trocas econômicas em um mundo no qual o capitalismo globalizou-se, foi figura de proa da teoria econômica marxista/terceiro-mundista, os seus trabalhos aliavam, frequentemente e de modo notável, o refinamento teórico e dados empíricos incontornáveis, relativos a países como a Costa do Marfim[23].

O nigeriano Adebayp Adedeji pertence a um grupo situado a meio caminho entre a teoria econômica liberal e a teoria radical. Na qualidade de secretário--executivo da Comissão Econômica para a África da Nações Unidas, ele contestou, no decorrer dos anos 1970 e 1980, as ideias econômicas clássicas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI) no tangente às causas da persistência do subdesenvolvimento na África. Enquanto o Banco Mundial e o FMI atacavam muito amiúde a "má gestão" e as "políticas equivocadas" da África, Adebayo e a CEA colocaram em relevo os obstáculos globais que pesam sobre o desenvolvimento africano. A CEA e a OUA produziram, em conjunto, uma análise econômica sobre a qual está assentado o Plano de Ação de Lagos,

23 S. AMĪN, 1973, 1974, 1977, 1988.

documento histórico, adotado em 1980 pelos chefes de Estado africanos. O Plano de Lagos oferece um paradigma explicativo oposto ao relatório Elliot Berg, apresentado pelo Banco Mundial em 1979. Uma vez mais, paradigmas de desenvolvimento econômico estavam em conflito[24].

Do ponto de vista das ciências políticas, a África foi um campo privilegiado de observação no que diz respeito à construção da nação, à formação do Estado, à dependência política, ao desenvolvimento político e à decomposição política. Acerca de todas estas questões, as teorias internacionais em voga no período pós-colonial foram profundamente influenciadas pelo viés da experiência africana. As teorias em respeito ao partido único, às relações entre civis e militares e às filosofias do socialismo autóctone foram poderosamente estimuladas pelas realidades políticas africanas.

Os observadores parecem, por vezes, ter acreditado que os teóricos africanos da dependência contentavam-se em seguir os passos dos seus colegas latino-americanos da dependência, nos anos 1970. Porém, deve-se rememorar que Kwame Nkrumah publicou o seu livro *Le néocolonialisme, dernier stade de l'impérialisme* antes de ser deposto, em 1966, e que Ali Mazrui desenvolveu as suas ideias sobre "a neodependência e a fragmentação da África" em sua tese de doutorado na Universidade de Oxford, sustentada durante os anos 1960 e publicada, posteriormente, em sua obra intitulada Towards *a pax africana* (1967)[25].

A África foi o laboratório por excelência dos estudos linguísticos. Este continente, o próprio lugar de nascimento da linguagem humana, comporta um décimo da população mundial e um quarto das suas línguas. O leque de línguas faladas na África engloba desde as línguas tonais, como o yoruba, até as línguas de clique, como o xhosa, passando por línguas semíticas, como o aramaico e o árabe, e as línguas bantu meridionais, como o sindebele e o chichewa[26].

Após 1935, os sábios não africanos que maior influência exerceram, no referente à classificação das línguas africanas, foram M. Guthrie, na Grã-Bretanha e J. H. Greenberg, nos Estados Unidos da América do Norte. Os seus trabalhos apoiaram-se em "exércitos" de especialistas africanos em línguas africanas, pois

24 A. ADEDEJI, 1976a, 1981, 1989a, 1989b; CEA, 1976, 1989a, 1989b, 1990; OUA, 1981; Banco Mundial, 1989b, 1990; ONU, 1990.

25 K. NKRUMAH, 1973; A. A. MAZRUI, 1967.

26 Considera-se geralmente que a região do mundo que possui a maior diversidade linguística, relativamente à sua superfície, seja a Papua Nova, entretanto, a maioria das línguas ali faladas não possui nada além de algumas centenas de locutores, cada uma.

estes pesquisadores não teriam logrado consumar a sua tarefa sem contar com o suporte dos ombros dos próprios linguistas africanos[27].

As estimativas sobre o número de línguas autóctones faladas na África variam de algumas centenas até milhares – especialmente segundo a definição adotada sobre os limites mediante os quais começa uma língua e termina a outra. "Sem dúvida, a África representa a região do mundo que possui o maior número de línguas por habitante mas, é possível reunir estas línguas em famílias linguísticas. Os especialistas da área baseiam as suas tipologias ou pela semelhança lexical (por exemplo, Greenberg, 1966), ou pelo parentesco histórico (à imagem de Guthrie, 1948). A tipologia de Greenberg é, indubitavelmente, a mais aceita[28] [...]."

Aqui, uma vez mais, a singularidade e a complexidade da África fascinaram alguns dos mais eruditos espíritos do século XX, no próprio continente africano mas igualmente, por todo o mundo. O berço da linguagem humana constitui, ele próprio e, todavia, uma rica mina de diversidade verbal.

Os africanos são, muito provavelmente em sua maioria, poliglotas. Em razão disso, a região compõe igualmente um precioso campo de estudos para a sociolinguística. A África também é um laboratório de pesquisa no âmbito da política linguística e da integração nacional. Pesquisadores como Pathé Diagne, no Senegal, ou Mohamed Hassan Abdulaziz, no Quênia, fizeram avançar o discurso erudito sobre estas questões[29].

O impulso concedido pelos trabalhos realizados sobre as sociedades africanas contribuíram para a consolidação da antropologia social e cultural como disciplina científica. Os antropólogos ocidentais, no início do século XX, possuíam muito amiúde uma atitude paternalista no tocante às "tribos" por eles estudadas, entretanto e a partir de 1935, os sábios africanos começaram a corrigir esta condescendência ocidental. Em 1938, Jomo Kenyatta publica *Au pied du mont Kenya*, livro que marcará um ponto de inflexão no âmbito da re-africanização da tecnologia. Nos *campi* africanos, a antropologia ainda carrega a sua reputação passada na qualidade de "ciência das sociedades primitivas" e muitas universidades africanas preferem o termo "sociologia" para designar o estudo das sociedades, tanto industriais quanto pré-industriais. No entanto, as questões colocadas no bojo das realidades africanas fizeram recuar as fronteiras do conjunto desta área das ciências sociais.

27 J. H. GREENBERG, 1966; M. GUTHRIE, 1948.

28 D. G. MORRISSON, R. C. MITCHELL e J. N. PADEN, 1989, p. 46.

29 Ver Capítulo 8 deste volume.

A tradição oral da África também conduziu a história a buscar os meios para a exploração da transmissão não escrita dos testemunhos. Nenhuma região do planeta talvez tenha realizado tanto quanto a África em prol da diversificação histórico-metodológica. Precisamente porque muitas das culturas africanas eram outrora não escritas, o seu estudo exigia o exame de formas alternativas de documentação. Sob o efeito do desafio africano, a utilização das tradições orais e dos dados linguísticos, bem como as novas técnicas arqueológicas, foram sensivelmente afinadas.

Na verdade, muito antes do período abordado por este volume, a egiptologia já se tornara uma ciência em si. O Egito é o único país do mundo a ter forçado a ciência a inventar uma disciplina, inteiramente distinta, para o estudo do seu passado[30].

Os volumes precedentes desta História Geral da África trataram das origens africanas da espécie humana. Contudo, foi especialmente após 1935 que a paleontologia e a paleoantropologia tiveram os seus mais impressionantes resultados na África Oriental. As pesquisas conduzidas posteriormente a esta data, na Tanzânia, no Quênia, na Etiópia e alhures, permitiram estender os limites dos nossos conhecimentos sobre o passado da humanidade, a tal ponto que estamos muito próximos de compreendermos as origens da nossa espécie. No Quênia, os leakey tornaram mundialmente conhecido o seu nome, todavia, atrás deste famoso nome, há todo um exército de paleontólogos, arqueólogos e paleoantropólogos que estudam os frágeis elementos informativos, recolhidos sobre as origens da única espécie a estudar o seu próprio passado.

O estudo social das outras espécies também foi mais além na África, comparativamente à quase totalidade das outras regiões do globo. A observação e os estudos sobre os gorilas, chimpanzés e babuínos – os mais próximos parentes do homem – foram desenvolvidos com uma excepcional sensibilidade, atingindo notáveis resultados em países como Ruanda e Zaire (atual RDC). Os gorilas e os babuínos foram estudados sob o prisma da "família" e da "sociedade". Os cientistas empregaram técnicas, eventualmente, muitíssimo próximas da "observação participante". Melhor compreender os macacos permitir-nos-ia avançar na compreensão dos seres humanos? Uma vez mais, a África fornece material que possibilita à espécie humana obter melhor clareza sobre si mesma. A cien-

30 O volume I da História Geral da África da UNESCO é consagrado aos paradigmas e às metodologias da historiografia africana. O Comitê Científico Internacional, responsável por este vasto trabalho, conta entre os seus membros pesquisadores que introduziram importantes inovações metodológicas ao estudo das tradições orais, para a historiografia linguística e em prol da arqueologia.

tista ocidental Jane Goodall ofereceu uma notável contribuição ao estudo destes parentes selvagens do *Homo Sapiens*.

Após 1935, a certezas europeias em respeito aos primeiros navegadores a terem cruzado o Atlântico igualmente foram questionadas e Cristóvão Colombo teve contestado o seu título de glória, em benefício de marinheiros africanos.

Esta contestação proveio, a um só tempo, da África e da diáspora africana. No seio da diáspora, coube a um autor nascido na Guiana, Ivan Van Sertima, cuja fama deveu-se aos seus trabalhos de pesquisa realizados nos Estados Unidos da América do Norte. Este estudioso quebrou o "paradigma Colombo". O seu livro de 1977, *Ils y étaient avant Christophe Colomb. La présence africaine dans l'Amérique ancienne*, teve mais de dez edições. Segundo ele, os predecessores de Colombo eram originários, essencial senão exclusivamente, do Vale do Nilo e do Mediterrâneo. Ele emprega, em apoio à sua tese, elementos probatórios variados, os mais impactantes seriam as esculturas em pedra "africoides", anteriores a nossa era, bem como manifestos elementos "negros", descobertos no México[31].

O grupo contestador de autores do continente africano, quanto a ele, situa de forma resoluta o ponto de partida dos navegadores africanos, os quais teriam antecipado Colombo na África Ocidental, em lugar do Vale do Nilo e das margens do Mediterrâneo. Durante os anos 1980, o erudito senegalês Pathé Diagne lançou, em colaboração com a Universidade Cornell, um projeto de pesquisa referente ao papel de Bakari II no âmbito de uma travessia atlântica, hipoteticamente ocorrida antes de 1312. Este projeto, prolongado separadamente até os dias atuais por ambos os parceiros, derivaria ele do romance ou da história? Pathé Diagne acredita existir uma relação entre a expedição de Mansa Bakari II (um muçulmano africano) e aquela realizada por Cristóvão Colombo: "Bakari II e Cristóvão Colombo souberam, ambos, pelos navegadores africanos da Senegâmbia e do Golfo da Guiné, (1) sobre a existência de um tráfico e de um comércio transoceânico, (2) acerca da existência de uma zona de ventos, ao norte do Equador, bem como, (3) relativamente à presença de uma corrente marítima facilitadora da navegação durante o verão e o outono, a conduzir aos ricos impérios e civilizações maia, olmeque, asteca e inca. Nem Bakari II nem Cristóvão Colombo pretendiam compartilhar este segredo geopolítico com [rivais][32]."

Não se deve, contudo, exagerar as diferenças entre as teorias da diáspora, focadas em navegadores originários do Vale do Nilo, e as teorias africanas,

31 Consultar I. VAN SERTIMA, 1984b, contendo algumas fotografias das esculturas "africoides". Conferir igualmente I. VAN SERTIMA, 1977.

32 Cornell University, 1930.

cujo eixo central são navegadores oriundos da África Ocidental. Com efeito, Harold G. Lawrence, em um artigo intitulado "Exploradores africanos do Novo Mundo", publicado em 1962 nos Estados Unidos da América do Norte, um órgão da National Association for the Advancement of Coloured People (NAACP), avançava a ideia segundo a qual Abubakari II, do Mali, teria contratado navegadores árabes, dotando-os de toda uma frota de navios e marinheiros africanos para atacar rumo ao oeste. "Nós podemos atualmente afirmar que os mandingas dos impérios do Mali e dos Songhay e, talvez outros africanos, tenham atravessado o Atlântico para comercializar com os nativos do hemisfério ocidental, bem como e com êxito, estabelecido colônias nas Américas [...]. Abubakari II (1305-1307) não acreditava ser impossível atravessar o oceano estendido diante de si[33]."

Tratar-se-ia, neste caso, da história ou de uma romântica exaltação africana? Seria o tema da história da navegação africana, antes de Cristóvão Colombo, ou um momento da história do nacionalismo negro no século XX? A hipótese de uma travessia atlântica por africanos, antes de 1492, está distante do seu completo estabelecimento e, quiçá, não seja jamais comprovada, todavia, tampouco existem explicações outras, convincentes no tocante à presença, no México, de cabeças negroides em pedra, datadas de antes de Cristo. O período histórico, iniciado em 1935, acompanhou o surgimento de uma grande contestação, afrocêntrica e islâmica, do paradigma da "descoberta" da América por Colombo, questionamento este realizado por historiadores africanos e da diáspora[34].

Se a história e as ciências sociais debatem, por sua vez e com frequência, a origem das coisas, a filosofia e a religião, quanto a elas, distinguem por vezes o infinito, aquilo que possui um fim e aquilo que não tem fim, aquilo que tem um começo daquilo que talvez não o tenha. Eis os complexos problemas que devemos agora abordar.

Entre as origens e "o final dos tempos"

Qual influência a evolução da ciência e da história, teria ela exercido, durante este período, sobre a filosofia da África? Quer seja Colombo ou Bakari quem tenha ou não "descoberto" um "novo mundo", qual influência a perspectiva de

33 H. G. LAWRENCE, 1962. Lawrence era o presidente do Comitê de Pesquisa e de Educação da seção de Detroit da Association for the Study of Negro Life and History.

34 Ver I. VAN SERTIMA, 1977 e 1984a, especialmente pp. 221-246.

um fim do mundo, com ou sem inverno nuclear, teria ela exercido, sobre o pensamento filosófico africano?

Em termos gerais, a África muçulmana insistiu com maior ênfase em respeito à ideia de um "fim do mundo", comparativamente ao restante do continente. O islã elaborou o conceito *Qiyama*, Dia da Morte Universal, que precede o Dia do Juízo, assim como o conceito Akhir al-Zaman ou final dos tempos.

O cristianismo certamente possui conceitos equivalentes mas, a África a eles muito menos ligou-se, comparativamente aos conceitos muçulmanos. Talvez porque o islã tenha por vezes gerado, no continente, um fatalismo mais pronunciado, através de uma inflexão da ideia expressa na fórmula *Inschā' Allāh* [se Deus o quer].

Os movimentos madistas, na África, por vezes estiveram acompanhados da ideia do "final dos tempos", o Mahdī correspondia a um salvador chamado a manifestar-se em razão da aproximação do Dia do Juízo. O madismo marcou particularmente o islã nigeriano e sudanês, entretanto, a ideia Akhir al-Zaman permanece muito mais difundida na África muçulmana. O caráter suicida da nova ciência e da nova tecnologia ocidentais foi empregado como argumento para demonstrar que o mundo se encaminhava inelutavelmente para um final cataclísmico.

As religiões tradicionais da África colocam maior ênfase sob o início dos tempos comparativamente ao que elas dedicam ao seu fim. Neste quadro que valoriza os primórdios muito mais que a conclusão, todas as culturas africanas repousam sobre dois mitos fundamentais: um mito da origem e um mito do objetivo coletivo. O mito da origem abarca igualmente o nascimento da sociedade, trata-se da Gênese africana. O mito do objetivo coletivo confere à sociedade o sentimento relativo ao seu caráter único e à sua missão histórica.

Os mitos africanos da origem assimilam, muito amiúde, o nascimento de uma sociedade particular (os baganda, por exemplo) às origens da espécie humana, em seu conjunto. Um observador laico poderia sustentar que os judeus não teriam agido de outra forma quando fizeram de Adão e Eva o primeiro casal da humanidade, conquanto eles não fossem senão os primeiros judeus, de acordo com a mitologia judaica. Mas, os judeus tomaram a precaução de transformarem um personagem mais tardio, Abraão, em pai da sua nação.

De todo o modo, o mito relativo à origem dos semitas (a Gênese descrita pela Bíblia e pelo Corão) substituiu progressivamente o crédito dos mitos africanos relativos aos ancestrais fundadores, como Kintu, o ancestral dos baganda, ou Mumbi, o ancestral dos kikuyu. O ancestral dos baganda ou dos kikuyu era tradicionalmente considerado como o primeiro homem. Entretanto, Adão e Eva

destronaram estes mitos africanos – ao passo que a ciência ocidental começava, inclusive, a admitir que a África era o berço da humanidade. Os mitos africanos da origem eram arruinados pela ciência ocidental concomitantemente à demonstração, pela ciência ocidental, da existência de um paraíso terrestre em algum lugar na África. O que o mito de Lúcifer destrói, a ciência dos leakey reconstrói. Kintu e Mumbi estão mortos. Vivam Kintu e Mumbi! A ciência e a religião estão, novamente na África, em relação dialética[35].

Alguns mitos africanos permitem inclusive entender que Deus teve o seu começo mas, não terá o seu fim, o que não esconde a sua semelhança com algumas teorias científicas relativas à origem do universo. No que diz respeito à teoria do "Big Bang", por exemplo, o universo teve um início espetacular, mas não necessariamente ele teria fim. O que começou não findará forçosamente; o que nasceu não deve obrigatoriamente morrer.

O filósofo ganense William E. Abraham analisa em termos detalhados, em *The mind of Africa*, os conceitos relativos à eternidade e ao infinito. Qualquer coisa, poderia ela ser eterna, em referência a não ter fim, embora tivesse começado em preciso instante? Deus, mediante esta lógica, seria ele infinito e eterno? Não teria ele jamais fim algum, conquanto se tenha criado a si mesmo? Residiria justamente aqui, por exemplo, a concepção de Deus própria aos akan[36]?

A concepção cristã em respeito ao nascimento de Jesus é mais ambígua. Jesus nasceu. Mas, seria possível que tenha *morrido*, quer não seja, ao menos senão ao longo dos três dias de Páscoa? Se o filho de Deus morreu e ressuscitou, poderia ele nunca, jamais, morrer uma segunda vez?

Numerosos mitos de origem africanos explicam a origem da morte, ela própria. Segundo um mito serra-leonês, a Morte vivia outrora junto a Deus, no entanto, ela implorava sem cessar para que lhe deixasse partir. Deus findou por permitir-lhe ir-se mundo afora, conquanto prometesse ao Homem que ele não morreria, pois, embora aceitasse liberar a Morte, ele não quisera ver desaparecer o Homem. Assim decidiu ele enviar-lhe novas peles a protegerem-no tanto das intempéries quanto da Morte. Porém, um mensageiro que levava estas peles foi atacado por uma serpente, quem lhas roubou. Estaria, em questão e na realidade, a Morte falseada em serpente? O homem demasiado tardiamente descobriu que as peles, destinadas a proteger-lhe, haviam sido furtadas no caminho.

35 Para uma comparação dos mitos de origem, conferir V. HAMILTON, 1988. Este livro contém ilustrações relativas a mitos da África e de outras regiões do planeta.

36 Para uma interpretação da filosofia akan, consultar W. E. ABRAHAM, 1962.

Esta história imaginária e muito anterior à descoberta, pelos serra-leoneses, em respeito à camada de ozônio, cujo papel protetor, para todo o planeta, conflui junto às preocupações atuais dos cientistas, os quais temem, precisamente, que a espécie humana não seja dizimada senão pelas doenças da pele. O crescimento da radiação ultravioleta, causado pela diminuição da camada de ozônio, de imediato, desorganiza a vida dos animais marinhos da Antártica e dos mares do Sul, representando uma particular ameaça às baleias. Relatórios apresentados na conferência internacional organizada na Tasmânia (Austrália), em maio de 1989, indicam que raios ultravioletas, a penetrarem através de um rombo aberto na camada de ozônio, poderiam produzir o agravamento de certas doenças, tais o herpes e a AIDS, por exemplo.

Os serra-leoneses poderiam, a justo título, pretender que o seu mito da origem do mundo fosse profético. O Homem teria hoje, fortemente, necessidade destas peles suplementares que Deus lhes destinara, para proteger-se da morte. Inclusive, ele jamais perdoou a serpente por ter atacado o mensageiro que lhe transportava estas peles: "Desde então, o Homem guardou rancor pela serpente e ensaia, sempre, matá-la, em todas as ocasiões que a percebe. A serpente, por sua vez, evita o Homem e vive só. Justamente por ter guardado as peles, por Deus destinadas ao Homem, ela podia quando quisesse livrar-se da sua própria pele[37]."

O particular papel aqui desempenhado pela serpente aproxima este mito serra-leonês do mito semita em respeito à queda de Adão. Tal qual a Morte no mito africano, Satanás, habitante junto a Deus, pretendia a liberdade, mas, no mito serra-leonês, Satã e a Morte formam um único e mesmo ser e, diferença suplementar, se no Gênese, o homem tornou-se mortal, é justamente ao Satanás que ele o deve.

No entanto, no Gênese, Deus pediu ao homem o povoamento da Terra e a sua submissão, ele fez, do homem, o mestre do mundo e de todas as suas criaturas. A ciência e a técnica modernas, com efeito, permitiram ao homem "submeter" a Terra e todas as suas criaturas. Ele não pode, por conseguinte, imputar às serpentes a responsabilidade pelos seus males. Na qualidade de ministro de Deus, o homem é hoje, por pouco que não, o mestre do universo. Mas, seria ele mestre de si próprio? Ou, desde logo, o "final dos tempos" estaria ele batendo à porta?

Mais dans mon dos sonne à mes trousses
[Mas ao meu encalço soa]

37 Conferir M. CAREY, 1970, pp. 18-19.

Le Temps son char ailé qui pousse
[O Tempo a sua carruagem alada]
Devant plus rien quand loin se perd
[Nada mais adiante quando longe se perde]
L'éternité le grand désert[38].
[A eternidade o grande deserto]

Os temas relativos à eternidade e ao infinito pertencem à filosofia africana desde o "início dos tempos", nós os reencontramos ao longo do período colonial. Em 1986, durante uma emissão televisiva, dois escritores africanos exclamavam--se, ecoando em tom lírico:

Tu n'es pas un pays, Afrique,
[Tu não és um país, África,]
tu es une idée...
[tu és uma ideia...]
Tu n 'es pas une idée, Afrique
[Tu não és uma ideia, África
Tu es un aperçu de l'infini[39]*!*
[Tu és um pedaço do infinito!]

O período iniciado em 1935 está, por definição, pontuado por estes temas "eternos" da literatura e da filosofia africanas, mas ele igualmente se distingue por certo número de novas características. A filosofia africana apresenta, necessariamente, um amálgama de continuidade e mudança, a evolução científica e cultural influenciou-a, inexoravelmente. Quais seriam as suas grandes tendências após 1935?

Três correntes filosóficas

As obras da filosofia africana, no período pós-1935, podem ser classificadas sob diferentes rubricas, relativas a correntes distintas de pensamento. No tocante ao nosso objeto, o mais pertinente, sem dúvida, consiste em distinguir as veias cultural, ideológica e crítica, todavia, esta distinção visa unicamente facilitar a análise e, se cada uma destas escolas filosóficas possui traços que lhe são próprios, existem, por outro lado, numerosos pontos comuns entre as vertentes.

38 A. MARVELL, 1981.
39 D. A. NICOL e A. A. MAZRUI, 1986.

A corrente cultural da filosofia apoia-se, principalmente, sobre as tradições autóctones. Ela corresponde à eventualmente chamada "etno-filosofia", todavia e sobretudo, porque este termo requer maior precisão, preferimos aqui qualificá-la como "cultural". O fato desta filosofia autóctone ser, em larga medida, obra de etnias (fala-se, por exemplo, da filosofia dos lugbara), isso não constitui senão uma das suas características. Ela tende a revestir-se de uma forma coletiva e transmite-se, principalmente, pela palavra, porém, não se deve exagerar este aspecto coletivo, pois ela também evolui sob o impulso de inovadores indivíduos. Este pensamento africano possui um caráter sociológico: ele engloba o modo de vida de um povo, as regras que o regem e a sabedoria acumulada pelos ancestrais, geração após geração, conquanto por vezes formulado por indivíduos excepcionais.

Se no ocidente, a filosofia começa com o pensamento e a ciência experimental com o toque, a filosofia cultural africana não distingue nitidamente o pensamento do toque. Vimos que, sob a sua forma completa, o silogismo a expressar a filosofia cultural africana enunciava-se do seguinte modo:

Nous sentons,
[*Nós* sentimos,]
Donc nous pensons,
[*Portanto, nós* pensamos,]
Donc nous sommes !
[*Por conseguinte, nós* somos!]

Sob um ponto de vista histórico, a vertente cultural da filosofia africana estende-se pelas fases pré-colonial, colonial e pós-colonial. Trata-se, quase por definição, da veia mais antiga e mais perene da tradição filosófica africana.

Distinguimos, em função das necessidades da presente análise, a cultura e a ideologia. A ideologia, no estrito sentido que nós aqui lhe conferimos, é um conjunto de ideias-mestras, essencialmente destinadas a orientarem a ação política e definirem objetivos políticos. A cultura envolve, logicamente, a ideologia, bem como a vertente cultural da filosofia, tal qual definimos, integrante da reflexão sobre a ação e os objetivos políticos. Porém, a cultura não se limita ao domínio das relações políticas, ela abraça a totalidade do modo de vida. A veia cultural da filosofia africana interessa-se, por conseguinte, pelas relações entre o homem e a natureza, entre os vivos e os mortos, entre marido e esposa, entre governantes e governados – ao menos nas sociedades africanas, nas quais governantes distinguem-se, tradicionalmente, do restante da população.

A vertente ideológica caracteriza-se pelas suas preocupações mais estritamente políticas. Ela manifestou-se, com maior ênfase, durante os períodos colonial e pós-colonial, produzindo obras que incluem desde o *Consciencisme*, de Kwame Nkrumah, até os *Damnés de la terre*, de Frantz Fanon. Este tipo de filosofia era praticamente desconhecido durante o período pré-colonial. O pensamento ideológico, mediante o particular sentido que atribuímos a este termo, é essencialmente um produto do colonialismo e das suas sequelas.

Se a filosofia cultural, por seu turno, expressa-se em línguas locais africanas, a filosofia ideológica da África negra, com fortíssima incidência, emprega idiomas europeus.

A filosofia cultural consiste, como o vimos, em uma filosofia coletiva que procede por acumulação de saberes e, não por obra de grandes pensadores em caráter individual. Há pouquíssimos filósofos africanos comparáveis a Platão, a Locke, a Rousseau ou a Hegel. A veia cultural é constituída por uma sabedoria coletiva, acumulada geração após geração.

Ao longo dos períodos colonial e pós-colonial, a filosofia ideológica africana permitiu ao indivíduo, pela primeira vez, afirmar-se como a fonte de todo o pensamento. Teve início o estudo, na filosofia africana, das ideias de indivíduos como Amilcar Cabral ou Gamāl ʻAbd al-Nasser e não mais somente da filosofia de entidades culturais, como os zulus e os berberes.

Se a filosofia cultural é produto de etnias particulares, no sentido por nós indicado, a filosofia ideológica, por sua vez e em linhas gerais, é uma filosofia especificamente africana, na justa medida que, ao proceder por generalizações, ela analisa a situação da África em sua totalidade ou aquela dos negros pelo mundo afora. Em outras palavras, conquanto a sua fonte seja mais limitada, comparativamente àquela das filosofias culturais (o pensador individual em oposição à sabedoria coletiva de uma etnia), o objeto da filosofia ideológica configura-se como mais extenso (a África inteira ou o conjunto dos negros, em oposição a um grupo étnico particular).

Um pensador como Agostinho Neto representa uma fonte de ideias filosóficas mais limitada que os ovambo, os quais podem ser considerados como a fonte de uma sabedoria cultural coletiva. Entretanto, Neto interessava-se pelo "gênio" da raça negra, no âmbito do capitalismo internacional, possuindo um melhor conhecimento da África e do mundo, comparativamente aos ancestrais dos ovambo.

O valor supremo das filosofias culturais consiste provavelmente na questão identitária. Junto aos wolof, por exemplo, todos os elementos da filosofia fortalecem a consciência de si e o sentimento de identidade dos wolof, como

povo. Em contrapartida, o valor supremo da filosofia ideológica é, geralmente, a libertação. Alguns pensadores conjugaram este valor ao pan-africanismo; outros atribuíram-no ao "gênio" dos negros. Evidentemente, outros valores entram no rol das considerações, entretanto, a natureza particular do colonialismo e das suas consequências, durante este período da história, explica a importância desta questão, tangente à libertação, no que diz respeito às ideologias políticas africanas.

Em sua essência, a filosofia cultural é uma filosofia de massas, embora e todavia, não se deva confundi-la com o populismo. Ela se compõe de ideias frequentemente acessíveis ao indivíduo comum e expressa-se em línguas africanas autóctones, compreensíveis por todos e cada um. Desconsideradas algumas exceções, como o pensamento de Ogotemmeli, junto aos dogon, a filosofia cultural aborda, fundamentalmente, aspectos da vida muito conhecidos por todos; ela apresenta-se de forma intelectualmente acessível ao interiorano ou à interiorana.

Em contrário, a filosofia ideológica parece-nos intrinsecamente elitista, inclusive quando se autoproclama das massas. Amilcar Cabral identificou-se com os mais simples africanos e Fanon elevou o lumpemproletariado a um grau de dignidade e respeitabilidade que a prudência de Marx interditava-lhe o imaginário. E, no entanto, nem Marx nem Fanon, ou mesmo Cabral, são acessíveis ao comum interiorano do Burkina Faso, ou aos karimojong, de Uganda. As ideias de Marx e Fanon alimentam, quando muito, as conversas dos citadinos ocidentalizados, formadores da elite africana.

A filosofia ideológica africana permanece confrontada ao crucial problema da língua através da qual ela se expressa. Já assinalamos que, se a ciência experimental, além das fronteiras africanas, começava pelos cinco sentidos, a filosofia da linguagem, por sua vez, estava às voltas com cinco modalidades (passado, presente, futuro, ideal e eterno).

Na África, a filosofia da linguagem tem importância inferior, comparativamente à linguagem da filosofia. Durante os períodos colonial e pós-colonial, as ideologias expressaram-se, demasiado frequentemente, em línguas europeias. Nas universidades africanas, ensina-se a filosofia através dos idiomas das antigas potências imperialistas e a maioria dos pensadores africanos da época moderna – de Edward Blyden a P. J. Hountondji – escreveram o essencial da sua obra em línguas europeias. As exceções dizem respeito à África de língua árabe.

Há uma impossibilidade sociolinguística, para um africano em inspirar-se nas ideologias originárias de outros continentes, em penetrar, por exemplo, as sutilezas do marxismo sem todavia estar fortemente ocidentalizado. Com efeito, na esmagadora maioria dos casos, os africanos continuam a ter acesso ao mar-

xismo graças a publicações redigidas em idiomas europeus. O aprendizado da sua primeira língua europeia não representa, para um africano, simplesmente a aquisição de uma competência, mas inscreve-se em um importante processo pedagógico de aculturação. Quando um africano domina suficientemente uma língua europeia, com vistas a compreender a literatura marxista, ele está, desde logo, fortemente ocidentalizado.

A inumeráveis produtos da filosofia ideológica africana, este assujeitamento linguístico confere um caráter desesperadamente elitista, embora eles oponham-se, no plano teórico, a este mesmo elitismo. A obra de numerosos filósofos africanos, aquela de Eduardo Mondlane, por exemplo, consiste em um chamado à libertação e testemunha da solidariedade moral dos seus autores junto à população do continente. Contudo, esta filosofia ideológica retraiu-se, quase sempre e apesar de si, atrás de uma barreira linguística que a isola das pessoas comuns, aqui não mais uma cortina de ferro, mas uma cortina de palavras impenetráveis. A língua desta filosofia é incompreensível não em razão da sua tecnicidade, mas, simplesmente, porque trata-se de uma língua estrangeira. Aqui reside uma das diferenças fundamentais entre a filosofia cultural (transmitida oralmente em línguas autóctones) e a filosofia ideológica (transmitida por escrito em idiomas europeus).

A África árabe é bem menos dependente das línguas europeias. Expressa-se nesta região, em árabe, um pensamento filosófico não isolado da população, do qual *Philosophie de la révolution*, de al-Nasser, é um exemplo. Por outro lado, filosofia cultural e filosofia ideológica neste contexto encontram-se muito amiúde indissoluvelmente ligadas à religião. Os problemas da mesquita e do magistrado, da Igreja e do Estado, passaram ao primeiro plano. A tensão entre mundo secular e pensamento religioso atinge o seu paroxismo no Egito. Justamente neste país, Hassan al-Bannā fundou, em 1928, a confraria dos Irmãos Muçulmanos, a qual desempenharia um considerável papel durante todo este nosso período. "Em seus sessenta anos de existência, a confraria logrou politizar o islã de modo jamais atingido, por qualquer movimento popular autóctone, no Egito. [...] No período mais violento da sua história (1945-1965), ela mergulhou em assassinatos dos seus adversários políticos, no Egito monárquico, tanto quanto no Egito revolucionário[40]."

Al-Nasser, durante algum tempo, quebrou o poder dos Irmãos Muçulmanos no Egito e, ao longo dos anos 1970 e 1980, a confraria foi enfraquecida pelas

40 S. E. IBRAHIM, 1988, p. 640. Consultar igualmente E. DAVIS, 1987.

suas divisões internas. No entanto, ela permaneceu ativa, por quase toda a África árabe, na qualidade de uma das mais militantes escolas da ideologia islâmica. Outras correntes de pensamento islâmico no Egito referem-se ao sufismo e à autoridade estabelecida do '*ulamā'* de al-Azhar.

No Marrocos, a filosofia ideológica notadamente interrogou-se, no curso do nosso período, acerca da eventual existência de um equivalente muçulmano à monarquia do direito divino. No tocante a esta discussão, a *fatwā* [opinião pública] do shaykh al-Islam Moulay al-Arbi 'Alaoui, pronunciada em dezembro de 1963, obteve grande repercussão.

Ela afirmava, com efeito, que a legitimidade do monarca está condicionada pelo papel da *shurā* [consulta] e pela aprovação da *umma* [comunidade de crentes], em sua ascensão ao trono.

Assim, esta *fatwā* recolocava diretamente em questão o princípio da sucessão hereditária e os títulos predominantes do rei Hassan II. O debate sobra a natureza da legitimidade real, desde então, não mais cessou[41].

Na Líbia, o monarca foi derrubado em setembro de 1969. Lançando a sua "revolução cultural" em 1973, Muammar el-Kadhafi quis abolir a distinção entre ideologia e cultura. Ele elaborou a filosofia líbia, a "terceira teoria universal", na qual se fundem as ideias relativas à unidade arabo-islâmica, ao socialismo arabo-islâmico e à democracia popular líbia.

A Tunísia elevou a novas alturas o debate sobre a modernidade e a tradição no pensamento norte-africano.

De certo modo, reacendia-se neste país a polêmica sobre o islã moderno, desencadeada na geração precedente pelo egípcio Muhammad 'Abduh e pelo seu mentor Jamāl al-Din al-Afghāni. E, no entanto, por uma ironia da história, o tunisiano Habib Bourguiba não se referia nem a 'Abduh nem a Afghāni; ele extraía a sua inspiração junto a Jean-Jacques Rousseau, Victor Hugo e Lamartine.

A ambição de Bourguiba era recriar a Tunísia à imagem da Revolução Francesa. Esforçando-se em reduzir o papel do islã na sociedade tunisiana, ele provocou um violento debate filosófico e cultural sobre os respectivos méritos da modernidade e da tradição, da ocidentalização e do islã.

Aqui, uma vez mais, manifesta-se a convergência, na sociedade africana, da filosofia cultural e da filosofia ideológica[42].

41 J. BENOMAR, 1988, pp. 550-551. Conferir igualmente M. W. SULEIMAN, 1989.

42 Para uma primeira avaliação, conferir C. H. MOORE, 1965. Consultar igualmente M. BOULBY, 1988, pp. 590-593; M. MADHI, 1990.

A terceira vertente da filosofia africana, subsequente às veias cultural e ideológica, é crítica. Tal como a filosofia ideológica, a filosofia crítica consiste em uma reação colonial e pós-colonial. Outros pontos em comum com a filosofia ideológica: ela se expressa essencialmente em idiomas europeus e sofreu profunda influência de algumas tradições intelectuais ocidentais.

Entretanto, ao passo que a filosofia ideológica volta-se conscientemente para a política, a vertente crítica é mais estritamente teórica. Se a primeira preocupa-se com a libertação, apresentando-se, muito amiúde, como nacionalista, a segunda aspira-se moralmente agnóstica ou desligada de toda valoração, além de pretender-se, de modo resoluto, racionalista.

A vertente crítica da filosofia africana muito bem elaborou um conceito de "libertação", mas, o objeto, cujo esforço consiste em libertar, é a *filosofia*, ela mesma, e não a África. Faz-se necessário empreender uma operação de salvamento se quisermos franquear a filosofia africana, a um só tempo, da etnologia (que domina a filosofia cultural tal qual definimos) e da ideologia (compreendida segundo a nossa definição).

A tese central da corrente crítica é, em sua essência, a seguinte: "A filosofia não existe senão quando há um engajamento pessoal por parte do ou dos filósofos, no que tange ao discurso racional, a única verdade, ou valor, é aquela elaborada ou revelada no cerne do debate entre as consciências e o enfrentamento com o real... [A filosofia deve cessar de apresentar-se] como servente da religião ou da política e tornar-se sua fiel, porém, exigente colaboradora[43]".

A veia crítica da filosofia africana aspira, até certo ponto, trazer a filosofia para a esfera do espírito científico. Convidar a filosofia a medir-se ao real, trata-se, em suma, de convidá-la a medir o real, como o faz o racionalismo. Paradoxal e igualmente, a filosofia crítica preconiza certo empirismo, ao celebrar o critério da sensação na qualidade de tipo particular de realismo.

A filosofia crítica africana, consoante com a definição proposta, é notadamente representada por F. Crahay, B. F. Eboussi, P. J. Hountondji, K. Anthony Appiah, M. Towa e S. Adotevi. Estes pensadores pretendiam de certo modo que a filosofia africana fosse mais científica, mais metódica e rigorosa. Eles declararam guerra ao que Hountondji, tal como os surrealistas, denomina "não pensamento".

43 E. P. ELUNGU, 1984, pp. 40-41. Nós fomos beneficiados, no transcorrer da redação desta seção, pelas indicações bibliográficas de Marcien Towa e Malu wa Kalenga.

Contudo, toda uma corrente de pensamento orgulhou-se, durante este período da história africana, em referência ao que poderíamos chamar "não ciência". Já citamos um tributo rendido por Aimé Césaire em:

ceux qui n'ont inventé ni la poudre ni la boussole
[aqueles que não inventaram nem a pólvora nem a bússola]
ceux qui n'ont jamais su dompter la vapeur ni l'électricité
[aqueles que jamais souberam domar o vapor e a eletricidade]
ceux qui n'ont exploré ni les mers ni le ciel[44]...
[aqueles que não exploraram nem os mares nem o céu...]

Em oposição à importante disciplina do pensamento ocidental, designada sob os termos "filosofia da ciência", pode-se de fato definir, no transcorrer da história do pensamento africano, uma filosofia da não ciência. Justamente o conjunto de valores filosóficos, estes serão agora o objeto do nosso exame.

A filosofia da não ciência

Vimos como, na Europa, a revolução industrial não somente fizera progredir a ciência, muito além da técnica, mas também teria precipitado o ritmo da mudança social e da industrialização. Fortalecida pelas suas espetaculares realizações, a Europa atribuiu-se como missão conquistar o mundo.

A arrogância extrema dos europeus no domínio cultural transformou a personalidade africana e, eventualmente, deformou os eixos principais da filosofia africana. Os africanos ocidentalizados sofreram, muito particularmente, de uma grave esquizofrenia cultural. Uma vertente do pensamento africano sublinhou o inconteste, por ocasião da chegada dos europeus em terras africanas, o Velho Continente ao sul possuía civilizações comparáveis, em razão da sua riqueza, àquelas, outras, em cujos europeus reconheciam o valor e a importância, civilizações capazes de produzirem potentes soberanos, vastos impérios e técnicas evoluídas. Esta vertente de pensamento considera africana a civilização do Egito antigo, salientando a sua contribuição ao advento do milagre grego. Cheikh Anta Diop esforçou-se inclusive para mostrar, em sua obra de historiador, que a civilização do Antigo Egito era um produto da África negra; os seus trabalhos geraram uma importante corrente de pensamento, não somente na África, mas, inclusive, na Diáspora africana das Américas.

44 A. CÉSAIRE, 1971.

Poder-se-ia denominar esta vertente da filosofia africana como corrente de exaltação romântica. Ele privilegia, de fato, os gloriosos episódios da história africana, baseando-se parcialmente sobre a concepção europeia, aos olhos da qual, a glória atém-se às ações espetaculares, bem como, especialmente, à construção de grandes monumentos.

A esta exaltação romântica opõe-se o que poderíamos designar sob o nome "primitivismo romântico". Justamente aqui intervém a filosofia da não ciência, adepta das obras simples, preferencialmente às grandiosas realizações, das virtudes interioranas, comparativamente à monumentalidade histórica, da criação dos rebanhos, se cotejada com a construção de castelos.

Ma négritude n'est ni une tour ni une cathédrale
[A minha negritude não é uma torre ou catedral]
elle plonge dans la chair rouge du sol[45].
[ela mergulha na carne vermelha do solo.]

Como fizera notar Jean-Paul Sartre, assim regozijar-se, por não ter inventado nem a pólvora nem a bússola, por não haver construído nem torres ou catedrais, consiste em reivindicar, orgulhosamente, a não tecnicidade. Nós diremos tratar-se de exaltação da não ciência. Segundo Sartre, "o que se poderia interpretar como uma necessidade torna-se fonte positiva de riqueza[46]".

A tendência filosófica à exaltação romântica busca valorizar o papel desempenhado pela África, ao longo da história da ciência e das realizações técnicas. Entretanto, Léopold Sédar Senghor reporta o gênio africano à intuição, à sabedoria, fruto de longa experiência, bem como aos instintos refinados pela experiência histórica. O instinto apresenta-se ao homem na qualidade de guia, mais confiável que os computadores, embora menos preciso.

Os defensores da exaltação romântica demonstram, muito amiúde, uma admiração mesclada ao respeito pelas civilizações providas de escrita. Quando Nkrumah era presidente de Gana, a sua política cultural tinha como objetivo atribuir o devido reconhecimento de uma origem africana, em relação a quase todas as realizações da história científica e cultural anteriores ao computador. Cartões postais em homenagem a inventores e criadores africanos foram, à época, amplamente divulgados pelo governo ganês. Uma dentre elas atribuía a invenção da estenografia a um secretário de Cícero, de origem africana, Tullius

45 Ibid. Igualmente consultar A. A. MAZRUI, 1986, pp. 72-76.

46 J.-P. SARTRE, 1963, pp. 41-43. Esta parte da nossa análise segue muito proximamente A. A. MAZRUI, 1986.

Tiro, quem teria afinado este tipo de escritura no ano 63, ante-era cristã. Nesta série de postais, podia-se ainda aprender a origem egípcia do papel ou a origem ganesa do direito e da legislação; algumas mostravam africanos ensinando matemática aos gregos, ou estabelecendo as bases da química, da medicina e de outras ciências. É notório que a política de Nkrumah levava, por vezes, demasiado adiante a exaltação romântica.

Quando não recai em tais excessos, a exaltação romântica assume uma concepção idealista da historiografia africana. Ela tende a aceitar os valores europeus, embora rejeite os "feitos" europeus relativos à África. Assim sendo, os partidários da exaltação romântica mostram-se prontos a aceitar a hipótese ocidental segundo a qual as sociedades respeitáveis não são sociedades "tribais", mas sociedades possuidoras de monumentos em pedra ou tijolos, assim como de um sistema político relativamente centralizado, de tipo monárquico ou imperial, fundado em última análise sobre o princípio de organização, o conceito de Estado. Para os representantes desta vertente filosófica, constitui um insulto denominar como povos "sem Estado" os karimojong ou os barabeg. Eles aceitam, aqui e uma vez mais, os critérios ocidentais de respeitabilidade política (os Estados estão em voga), embora rejeitem a "informação" ocidental relativa à África. Eles dizem sim aos valores ocidentais, mas opõem um categórico não ao que os ocidentais apresentam como "feitos" concernentes à África.

Inversamente, a filosofia da não ciência rejeita os valores ocidentais, mas aceita a informação ocidental ou os "feitos" ocidentais. Ela rejeita os critérios que permitem, segundo os ocidentais, distinguir as civilizações respeitáveis – as torres, as catedrais, o Estado –, mas aceita a descrição que eles fazem da África quando representam-na como um continente atrasado do ponto de vista científico e técnico. Entretanto, enquanto o Ocidente despreza a não ciência, o primitivismo romântico nela percebe um motivo de orgulho.

Rumo a uma filosofia transcultural

A filosofia da não ciência aproxima-se, portanto e a um só tempo, da concepção rousseauniana do "bom selvagem" e das ideias de Mahatma Gandhi sobre a civilização.

A um jornalista que teria lhe perguntado o que pensava da civilização ocidental, Gandhi teria respondido: "Eu não sabia que existia uma deste tipo!", colocando assim em dúvida a "sensibilidade moral" dos ocidentais.

Os filósofos africanos da não ciência não se impressionam mais que Gandhi pelas realizações técnicas do Ocidente. Eles descobriram maior sensibilidade moral junto às populações rurais do continente africano, menos ansiosas por tecnologia. As ideias de Rousseau no tocante à influência destrutiva e corruptora da cultura industrial e o tear de Gandhi poderiam ser o objeto de interessante comparação com esta tendência ao primitivismo que constitui uma das correntes do moderno pensamento africano. A convergência da negritude, do gandhismo e da ideia do "bom selvagem" de Rosseau define o campo filosófico transcultural.

Embora o primitivismo e a exaltação romântica caracterizem-se pelo olhar que lançam sobre a África tradicional, eles se distinguem da "corrente cultural" da filosofia africana, tal qual por nós definida. O primitivismo e a exaltação romântica pertencem ambos a uma tendência transcultural da filosofia africana.

É necessário muito bem perceber a não existência de linha demarcatória rígida entre as três correntes por nós distinguidas na filosofia africana: as vertentes cultural, ideológica e crítica. O pensamento islâmico africano e o pensamento cristão africano frequentemente transcenderam simultaneamente a cultura e a ideologia, no sentido por nós estabelecidos. O pensamento de Jamāl al-Din al-Afghāni e do seu discípulo egípcio Muhammad 'Abduh prolongou-se durante a segunda metade do século XX junto aos filósofos, os quais tentaram resolver o conflito transcultural entre a ciência moderna e a antiga verdade tida como sagrada.

A influência do marxismo-leninismo sobre as ideias autóctones, em matéria de coletivismo, deriva do transculturalismo laico. Pensadores africanos como Senghor ou Nyerere insistiram sobre o fato que o socialismo africano não devia nada à luta de classes. Muitos, frequentemente, questionaram se o conceito de classe, em algum momento, tivera sequer algo de africano. Por que, na maioria das línguas africanas, não existe termo que indique o conceito "classe"?

O mesmo caráter transcultural encontra-se em meio a certas formulações africanas do modernismo muçulmano, indicadas acima, as quais foram ilustradas pelos seus próprios heróis e mártires. Um dos pensadores mais originais do islã africano da segunda metade do século XX é o teólogo sudânes Mahmūd Muhammad Taha. O seu conceito mediante dupla mensagem, aplicado à revelação islâmica, é mais transtemporal que transcultural. Taha esforçou-se para reconciliar, no plano intelectual, o espírito do século XX com aquele próprio ao profeta Muhammad. Ele renovou a teologia muçulmana, posicionando-se em perspectiva transtemporal: uma das duas mensagens do Profeta destinava-se, segundo ele, unicamente aos seus discípulos (árabes do século VII), ao passo que a outra se endereçava aos homens de todos os tempos. Assim sendo, a verdadeira

piedade consiste, não somente, em reconhecer esta dualidade da mensagem islâmica, mas distinguir na própria mensagem, aquilo especialmente endereçado ao século VII e o que é verdadeiramente eterno. Mahmūd Muhammad Taha pagou com a sua vida pela sua concepção transtemporal e pelas suas inovações teológicas: ele foi executado por apostasia e heresia, em 1985, no Sudão, sob o governo de Dja'far al-Nimayrī[47].

Por sua vez, os pensadores cristãos da África não se contentaram em interpretar o Evangelho. Eles foram, muito amiúde, os primeiros a proporem, em perspectiva transcultural, uma nova interpretação da civilização autóctone africana. A obra do padre Placide Tempels, intitulada *La philosophie bantoue*, lançou neste domínio uma primeira e espetacular luz. O pensamento tradicional nela fora examinado a partir do exterior, com simpatia, mas, segundo concepções, em sua essência, euro-cristãs. O padre Tempels abriu caminho para uma escola que estudou a tradição africana em perspectiva cristã[48].

Em meio aos africanos de religião cristã, pesquisadores que estudaram a filosofia africana seguindo os passos de Tempels, faz-se mister citar: J. Kinyongo (R. D. do Congo), A. Kagame (Ruanda), W. E. Abraham (Gana) e John Mbiti (Quênia). O espírito intrinsecamente cristão destes autores falseou por vezes a sua africanidade, conduzindo-os a descreverem o patrimônio africano em termos cristocêntricos. Alguns pretendiam persuadir os seus leitores ocidentais que as crenças tradicionais dos africanos estavam muito próximas do cristianismo – como se os seus ancestrais houvessem pressentido a vinda do Cristo e o Sermão da Montanha.

O antropólogo e poeta ugandês Okot p'Bitek, desaparecido nos dias atuais, criticou a dupla tendência, consistente em cristianizar e a helenizar o patrimônio autóctone africano, que anima os autores ocidentalizados e ávidos por apresentarem a África sob um prisma favorável. Ele pretendia, desta forma, por em guarda os africanos contra este novo "cavalo de Troia" cultural que ameaçava a sua herança tradicional[49].

Contudo e malgrado os riscos relativos ao cristocentrismo e ao eurocentrismo, os esforços empreendidos pelos africanos cristinianizados, com vistas a analisarem o patrimônio cultural ancestral da África negra, permitiram ao restante do mundo, dele melhor perceber toda a riqueza. *Religions africaines et philosophie*, de John Mbiti, por exemplo, foi traduzida em numerosos idiomas,

47 M. M. TAHA, 1987.

48 O. p'BITEK, 1971. Conferir igualmente A. KAGAME, 1956; J. MBITI, 1969; J. KINYONGO, 1974; W. E. ABRAHAM, 1962.

49 K. NKRUMAH, 1973; J. NYERERE, 1963a, 1969.

do finlandês ao japonês. Entretanto, por ironia da história, este livro pouco foi traduzido em línguas africanas, esta situação conduz a colocar novamente em pauta o problema da linguagem filosófica na África – tão distante da problemática anglo-saxã referente à filosofia da linguagem.

Julius Nyerere é, em perspectiva transcultural, o mais ativo representante da filosofia política africana. Autor de numerosas obras filosóficas, escritas tanto em inglês quanto em swahili, ele ensaiou derrubar a barreira linguística que separa a filosofia tradicional, do tipo cultural, e a nova vertente, ideológica, advinda durante o período pós-colonial. À vontade em inglês assim como em swahili, ele refletiu sobre as noções próprias a cada uma destas línguas e permitiu-lhes fecundarem-se reciprocamente.

O conceito relativo a *ujamaa*, sobre o qual Nyerere funda o socialismo africano, consiste, ele próprio, no produto de um notável cruzamento transcultural. A noção em respeito a *ujamaa* implicava, tradicionalmente, em uma solidariedade étnica, podendo comportar uma perigosa dimensão de nepotismo étnico, Nyerere transformou-a em um conceito a ultrapassar a simples equivalência com o socialismo, à europeia. Na prática, a política socialista de Nyerere fracassou – por razões de ordem internacional e nacional – mas, no plano teórico, Nyerere é um pensador mais original que Nkrumah, além de representar um expoente de maior relevo no que tange ao plano linguístico. Nkrumah empenhou-se em atualizar Lênin, ao responder à sua obra *O Imperialismo, estádio supremo do capitalismo*, justapondo-lhe: *Le néocolonialisme, stade suprême de l'impérialisme*. Sob a ótica da proeza transcultural, esta publicação é menos impressionante que a versão para o swahili, por Nyerere, de duas peças de Shakespeare, *Julio César* e *O mercador de Veneza*. Nkrumah e Nyerere, não figurariam em menor escala, ambos e para sempre, ao lado dos grandes homens políticos e grandes pensadores do século XX[50].

Conclusão

Este capítulo impôs como premissa a impossibilidade em obter-se a justa medida da contribuição africana, em prol da ciência e da técnica, unicamente em função das atividades dos cientistas e engenheiros africanos. Em respeito ao aporte da região, não se deve esquecer o papel dos trabalhadores e dos recursos materiais da África no tocante à mutação tecnológica planetária. Os minerais

50 Sobre a ancianidade das influências recíprocas, consultar J. G. JACKSON, 1970.

estratégicos do continente alimentam as usinas e sustentam a atividade dos laboratórios do mundo ocidental desde muito anteriormente a 1935[51].

O regime colonial não se revelou adequado à ciência e à técnica autóctones. O ensino colonial soube produzir dois laureados africanos do prêmio Nobel de Literatura (Wole Soyinka e Naguib Mafūz), dois prêmios Nobel da Paz africanos (Albert Luthuli e Desmond Tutu), um prêmio Nobel em Ciências Econômicas, oriundo da diáspora (Arthur Lewis), entretanto, nem sequer um único laureado africano do prêmio Nobel em qualquer ramo das ciências exatas e naturais. A escola colonial foi um ateliê assaz competente em matéria literária, mas não ofereceu laboratórios eficazes em ciência e tecnologia[52].

Em contrapartida, o cobalto congolês faria girar os motores a reação do mundo ocidental, época durante a qual a África seria, por pouco que não, a única fonte de abastecimento no que concerne este mineral. Assim sendo, o colonialismo retirou da África o necessário para alimentar o progresso técnico no Ocidente, ao passo que entravava, pela mesma ocasião, o desenvolvimento da própria África. O Ocidente pretendeu castrar a tecnologia africana, embora os minerais africanos agissem na qualidade de *aphrodísios* – ou, melhor dizendo, afrodisíacos – para a sua própria virilidade tecnológica.

As descobertas científicas e a inovação técnica derivam, muito amiúde, da guerra. A Segunda Guerra Mundial viu, desta forma, nascer a era nuclear, consequência facilitada pela intervenção de sábios, inclusive humanistas, como Albert Einstein – em plena guerra, os conselhos de Einstein, oferecidos ao presidente Franklin Roosevelt, fizeram de forma indubitável pender a balança, favoravelmente ao projeto Manhattan. As guerras de libertação da África, naquilo que lhes diz respeito, produziram admiráveis espécimes da técnica intermediária. A guerra dos mau-mau, durante os anos 1950, produziu impressionantes armas de fogo, rudimentares e fabricadas na mata.

Contudo e durante este período, a mais fecunda guerra africana, em referência à inovação técnica, não foi uma guerra de libertação senão, uma guerra civil pós-colonial, a guerra civil da Nigéria. O campo biafrense fez prova de grande talento, no referente à improvisação técnica, produzindo notáveis modelos de veículos blindados leves e quase-tanques. Infelizmente, esta aptidão técnica, revelada pela guerra entre 1967 e 1970, foi rapidamente abafada pela pungente

51 Houve, entretanto, inventores e descobridores negros nos escalões "inferiores" ao nível do prêmio Nobel. Ver, por exemplo, J. A. ROGERS, 1972.

52 UNESCO, 1985-1986.

fonte de riquezas representada pelo petróleo, oferecida à Nigéria, a partir de 1973. A prosperidade liquidou a inovação.

No domínio da filosofia, o colonialismo facilitou o surgimento da escola ideológica e da escola crítica, ambas profundamente ocidentalizadas e frequentemente expressas em idiomas europeus. O ramo da filosofia, às sobras e por muito, autenticamente autóctone é a escola cultural, profundamente enraizada nas apreciações e nos pensamentos africanos. No transcorrer do período pós-colonial, esta filosofia cultural apresenta-se, com efeito e a um só tempo oral e escrita, sagrada e laica, bebendo na fonte das línguas e conceitos africanos autóctones[53].

Por fim, aflorando sob todas estas tendências, a questão fundamental que levantávamos ao início deste capítulo, equivalente a quais seriam as consequências da subordinação política, própria ao papel africano, no âmbito científico e filosófico. No campo científico e técnico, os custos e as vantagens são objeto de difícil avaliação. Em seu conjunto, não são os cientistas africanos quem exerceria a maior influência em respeito à ciência e à técnica mundiais, mas comparativa e propriamente, justamente seriam os trabalhadores e os recursos minerais africanos, sobre os quais pesava a história e dos quais, em dependência, usufruíram as indústrias estrangeiras.

Em contrapartida, em matéria filosófica, o colonialismo talvez tenha desencadeado o processo, finalmente enriquecedor, suscitando contra si a elaboração de ideologias laicas, as quais, certa, amável e futuramente, a África estudará e desenvolverá. O interesse hoje voltado a Fanon, Cabral, Nkrumah, Senghor ou al-Nasser, eis o prelúdio de um movimento futuramente amplo.

A escola crítica opera, desde logo e então, com base em noções tão específicas quanto o "pós-modernismo" ou a desconstrução, bem como sobre predicados sociais, forte e cuidadosamente definidos, tais quais o correspondente à condição colonial. Pensadores, da grandeza de Kwame Anthony Appiah e Nkiru Nzegwu, contam em meio aos descobridores destes novos horizontes intelectuais.

O século XX concederá, certamente, mérito à filosofia crítica africana. Ela alcança a profundidade em razão da qual subsiste o seu eventual obscurantismo, entretanto, inegáveis, prevalecem a suas qualidades formais, disciplinares e em respeito ao rigor. V. Y. Mudimbe, W. E. Abraham, O. Bodurin Kwasi Wiredu, H. Odera, P. J. Hountondji, compõem em número as fileiras dos filósofos críticos

53 Consultar, entre outros, C. WAUTHIER, 1966; O. OTITE, 1978. Ler-se-á, além disso e utilmente, a brilhante obra de V. Y. MUDIMBE, 1988, sem esquecer a sua bibliografia.

cuja obra sobreviverá, verossimilmente, ao nosso tempo. Todos tiveram a sua formação mediante as condições do colonialismo mas, souberam transcendê-lo.

As escolas filosóficas transculturais reúnem as obras de pensadores africanos cristãos, como Alexis Kagame ou John Mbiti, entre outras, tais como aquelas de autores africanos islâmicos, à imagem de Mahmūd Muhammad Taha ou Abdallah Saleh Farsy. Estes pensadores, também eles, foram marcados pelo selo colonial e lograram ultrapassar os seus limites[54].

Os africanos teriam uma *história*? Tão surpreendente quanto pareça, estes homens impuseram-se provar terem um passado, comprovaram inextricavelmente possuírem um passado, demonstraram este passado, consignado. Peremptória, terminante e necessariamente validada a pena, ao terem-no consignado. Hugh Trevor-Roper, titular da cadeira real de história moderna junto à Universidade de Oxford, afirmava, ainda alto e bom som, no curso dos anos 1960, o dogma infame, dele: "Haverá, quiçá no devir, uma história da África, todavia e entre nós, sequer resquícios existem. Nada além da história dos europeus em áfricas terras [...]. O resto são trevas – trevas estas a não constituírem história ."

Os homens das áfricas teriam uma filosofia? Esta questão reserva, talvez, surpresa maior, *face* à precedente, haja vista que, os próprios africanos, eles mesmos, não possuem resposta unânime a esta questão. A vertente crítica da filosofia africana, ao seu turno, estaria assaz disposta a responder: "Talvez haja, atualmente e em certa medida, uma filosofia africana, mas no passado ela não oferecia nenhum sinal. Somente europeus, os quais filosofavam em respeito à África. O restante consistia em etnologia – e, etnologia não subjaz da filosofia."

Final mas não menos importante, haveria uma ciência africana? Os africanos, eles próprios, estão igualmente divididos sobre esta questão. Os teóricos da negritude rendem tributo àqueles que não inventaram nem a bússola, nem o computador, conquanto Cheikh Anta Diop estivesse pronto a atribuir todas as importantes descobertas científicas à atividade intelectual dos africanos.

Um novo Césaire e um novo Davidson Abioseh Nicol, ambos, uniriam quiçá um dia o seu talento poético, para proclamar à *face* do mundo:

Hourra pour ceux qui se sont dispensés de la science !
[Hurra para aqueles que abdicaram da ciência!]
Hourra pour ceux qui ont refusé la philosophie
[Hurra para aqueles que recusaram a filosofia]

54 Estes propósitos, frequentemente citados, foram sustentados em 1968, no curso de uma emissão televisiva britânica. Tratava-se da primeira conferência de uma série, intitulada The rise of Christian Europe [O elã da Europa cristã], publicada em The Listmer, 28 novembro de 1968, p. 871.

O Afrique, tu n'es pas une idée,
[Oh África, tu não és uma ideia,]
Tu es simplement un pays !
[Tu és simplesmente uma terra!]

A verdade é: a era do consenso alcança o seu ocaso na África. Eis a razão do burburinho intelectual que se eleva em respeito a um continente em plena efervescência. Um continente que descobre novos temas polêmicos e debate doutrinas inéditas. Velhas concepções desaparecem, outras permanecem em gestação. Talvez a isso conduzam a ciência e a filosofia.

Quando dois elefantes confrontam-se, é a grama que sofre – tanto mais se cada elefante seguir os conselhos de um *cientista*.

Igualmente, quando dois elefantes fazem amor, ainda padece a grama – sobretudo, se cada elefante seguir os conselhos de um *filósofo*.

(*provérbio africano, corrigido à luz da experiência adquirida após 1935. Um novo paradigma*.)

CAPÍTULO 22

Educação e mudança social

Aklilu Habte e *Teshome Wagaw*
em colaboração com *J. F. Ade Ajayi**

A educação é o mecanismo através do qual uma sociedade produz os conhecimentos necessários à sua sobrevivência e à sua subsistência, transmitindo-os de geração a outra, essencialmente, pela instrução dos jovens. Esta educação pode ter lugar, de maneira não institucionalizada, em casa, no trabalho ou em área de entretenimento. Em termos gerais, ela se desenrola em contexto de ensino organizado, naqueles lugares e estruturas especialmente concebidos para a orientação dos jovens e para formação das gerações mais anciãs. Os jovens são formados para adquirirem os conhecimentos, as competências e as aptidões, das quais necessitam, tanto para preservarem e defenderem as instituições e os valores fundamentais da sociedade, quanto para adaptarem-nos, em função da evolução das circunstâncias e do surgimento de novos desafios[1].

Na África pré-colonial, como mostraram os volumes anteriores, estas competências eram asseguradas pelos diferentes sistemas de educação, conforme a região. Três sistemas principais reencontraram-se no continente: a educação autóctone, a educação islâmica e aquilo que se poderia qualificar como um sistema de educação afro-cristã, referente às primeiras tradições cristãs que

* Os autores agradecem a colaboração de Mary Achatz, da faculdade de pedagogia da Universidade de Michigan, Ann Arbor, Estados Unidos da América.

1 P. C. LLOYD, 1972, p. 160 e seguintes.

sobreviveram na Etiópia e junto aos coptas do Egito[2]. Estimando favorável a sua contribuição para desvendar os mistérios do Corão e da Bíblia, as sociedades de tradição islâmica ou afro-cristã valorizavam a leitura, a escrita e a sua aprendizagem. Estas atividades, inclusive de modo tendencial, consistiam apanágio de dirigentes e padres, os dois grupos sociais mais respeitados. As outras sociedades caracterizavam-se, a este respeito e essencialmente, pela cultura oral. Os esforços empenhados no século XIX pelos missionários europeus e norte-americanos, com vistas à expansão do cristianismo na África, favoreceram a difusão da educação ocidental e permitiram o desenvolvimento da alfabetização, não somente em idiomas europeus, assim como nas diversas línguas africanas. Grande parte desta produção foi escrita, primeiramente, mediante sistemas ortográficos de caracteres latinos, frequentemente produzindo o efeito de relegar ao segundo plano as tentativas anteriores de registro de algumas destas línguas em caracteres árabes.

Haja vista o volume de pessoas suscetíveis de aprenderem a ler e escrever as línguas africanas, era justamente a alfabetização nestas línguas que poderia provocar uma mudança social decisiva, a passagem de uma cultura, principalmente oral, para uma cultura escritural. Contudo, durante o período colonial, negligenciou-se esta possibilidade, em detrimento de uma ênfase colocada sobre grupos bem mais restritos, formado por aqueles predispostos a lerem e escreverem as línguas europeias. Com efeito, era o domínio das línguas europeias que permitia o acesso aos empregos de entregadores, empregados de escritórios, artesãos, e por vezes e eventualmente, às profissões liberais. O nível de estudos alcançado no sistema de educação ocidental e o conhecimento de línguas europeias tornaram-se os novos critérios do *status* social, inseparáveis do nível salarial e do prestígio inerente ao cargo ocupado[3].

Em 1935, o modelo educacional ocidental marginalizara todos os sistemas pré-coloniais de educação. Este modelo privilegiava o conhecimento dos idiomas europeus, comparativamente ao árabe ou outras línguas africanas, transformando-se em um dos fatores determinantes para a formação das classes sociais, tendendo a separar a elite, instruída à moda ocidental, das massas, comumente consideradas, com desdém, "analfabetas" ou "iletradas", a despeito da grande virtuosidade verbal das culturas orais, produto especial das características tonais próprias às línguas africanas. Para os regimes coloniais, a educação ocidental tornara-se uma arma poderosa de aculturação; ela modelava a menta-

2 A. A. MAZRUI e T. G. WAGAW, 1986; J. F. A. AJAYI, 1985.

3 M. BRAY e colaboradores, 1986, capítulo 4, pp. 58-78.
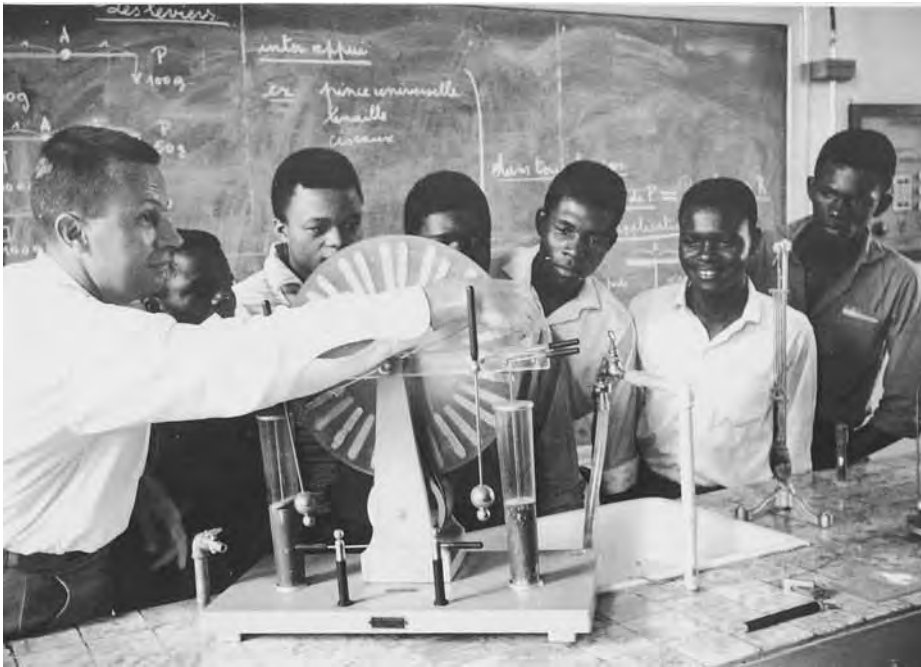
FIGURA 22.1 Curso de física no Ateneu Real de Léopoldville, Congo belga (atualmente R. D. do Congo). (Foto: Topham, Londres.)

lidade da elite por ela formada, adestrando-a a desejar certos aspectos da cultura europeia — indumentária, culinária, leis, formas de governo e bens de importação. Para a educação ocidental, consolidada pelas leis coloniais relacionadas ao matrimônio, ao direito de herança e à propriedade fundiária, assim como pela regra cristã relativa à monogamia, era fundamental subtrair a elite instruída do modelo comunitário das sociedades africanas tradicionais, para propor-lhe um novo modelo, baseado no individualismo, no núcleo familiar, na propriedade privada e na acumulação de bens. Esta elite instruída começava a conhecer mais superficialmente e a não mais atribuir valor algum à história da África, às suas ideias religiosas, aos seus costumes indumentários, à sua culinária, à sua arte, à sua música, aos seus modos de vida em geral, muito distantes dos grandes centros urbanos, porém, sempre predominantes nas regiões rurais.

Todavia, como outros capítulos deste volume o mostraram, foi precisamente esta elite, formada à moda ocidental e assaz separada das massas, quem soube dirigir o combate contra o colonialismo, realizando a convergência entre as reivindicações manifestadas pelos camponeses, nas regiões rurais, e aquelas formu-

ladas pelos sindicatos, pequenos comerciantes dos mercados ou desempregados, habitantes das aglomerações urbanas. Na realidade, os colonizadores revelaram-se iludidos no tocante ao grau de alienação desta elite instruída, como demonstraram, por inúmeras vezes, aqueles dentre os membros desta camada social que, aspirando ao poder político, foram obrigados a provar a sua popularidade e a sua aptidão para conquistarem e conservarem o apoio do povo. O nível dos estudos atingidos no sistema de educação ocidental e o domínio dos idiomas europeus revelavam-se determinantes com vistas a ganhar a confiança das massas. Particularmente, a sua educação ocidentalizada permitiu aos dirigentes nacionalistas transcenderem as barreiras étnicas entre grupos linguísticos, transformando-os em porta-vozes do conjunto de povos dos territórios coloniais, independentemente da sua língua ou da sua nacionalidade. Esta condição representava para estes dirigentes uma vantagem decisiva em relação aos chefes tradicionais, os seus principais rivais na disputa pela sucessão dos colonizadores, aos quais não se lhes conferia a possibilidade de comunicação, por via de regra, muito além do seu próprio grupo étnico. Eis a razão pela qual Obafemi Awolowo estimava, no ano de 1947, que os membros desta elite instruída, embora infinitamente pouco numerosa, fossem os portadores da consciência política e formassem "esta minoria eloquente [...] destinada a exercer o poder[4]". Uma educação ocidentalizada, geralmente completada por uma viagem ou um período de estudos no estrangeiro, igualmente favorecera, no seio desta elite instruída, a emergência de uma perspectiva pan-africana em cujos numerosos dirigentes africanos reconheciam-se, constituinte de um importante aspecto da luta nacionalista.

Os dirigentes nacionalistas foram assim conduzidos a julgarem muito positivamente a formação intelectual da qual se beneficiaram e a perceberem, na educação, a mais eficaz arma para se construir uma nação e favorecer a mudança social, com vistas a descolonizar os espíritos e assegurar o desenvolvimento econômico. Seguindo Marx, para quem "não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas, ao contrário, a sua existência social que determina a sua consciência[5]", alguns poderiam emitir dúvidas sobre a competência da educação como instrumento de mudança social, entretanto, para os dirigentes nacionalistas esta competência era uma certeza. Na África colonial, com efeito, o tipo e o nível da educação recebida determinavam não somente a consciência de um indivíduo, bem como e em larga medida, o seu lugar na sociedade e o seu modo de vida. Os dirigentes nacionalistas não viam na insistência confe-

4 Em The path to Nigerian freedom, citado por B. DAVIDSON, 1978, p. 197.

5 K. MARX, 1859, tradução francesa, 1963, p. 273.

rida pelos colonizadores em respeito à formação profissional e no tangente à necessidade de adaptá-la ao contexto africano, senão uma forma de fortalecer a exploração e atrasar o processo de descolonização. (Esta insistência, levada à sua conclusão lógica, derivou para a monstruosidade relativa à "educação banto", na África do Sul.) A elite instruída identificava na educação ocidental, inseparável da valorização do trabalho intelectual, a possibilidade para os africanos de adquirirem os conhecimentos e a métodos necessários para "modernizarem" as sociedades africanas, de igualmente conquistarem as qualificações exigidas para acederem aos empregos nos serviços coloniais, bem como de alcançarem a formação necessária à substituição da administração colonial[6].

O aprimoramento dos equipamentos e meios pedagógicos figurava, por conseguinte, entre as prioridades dos movimentos nacionalistas africanos. A ênfase foi colocada sobre a necessidade de aumentar os efetivos no ensino elementar, dispor de melhores escolas secundárias e centros de formação de professores, bem como criar universidades africanas. De um modo geral, os dirigentes políticos haviam igualmente compreendido que, para fazer da educação o instrumento da descolonização mental e do desenvolvimento econômico, não era suficiente expandir e consolidar o sistema herdado dos regimes coloniais, seria igualmente necessário reformá-lo e adaptá-lo às necessidades das sociedades africanas pós-coloniais. Assim sendo, a história contemporânea da educação na África articula-se em torno do tema duplamente constituído, relativo à expansão e à reforma. Se, por sua vez, o programa de expansão foi claramente formulado, as reformas, quanto a elas, revelaram-se de difícil realização, comparativamente ao inicialmente previsto, durante a euforia das independências.

Sistemas pré-coloniais válidos

A elite educada no sistema ocidental não se afastava completamente das massas, entre outras razões e porque, apesar das escolas missionárias e todas as pressões do sistema colonial, as tradições pré-coloniais, no que diz respeito à educação e essencialmente, sobreviveram graças à família e à religião. A escolarização da criança africana não podia apagar, por completo, a influência sobre ela exercida pela sua família, anteriormente à sua entrada na escola, durante os cinco primeiros anos de sua vida, quando ela está bem próxima da sua mãe. Esta, por sua vez, ensinava a sua própria língua, transmitia-lhe os valores fun-

6 E. ASHBY e M. ANDERSON, 1966, em particular, pp. 236-247.

damentais da sua cultura, pois mesmo quando ela própria fora exposta a uma educação e às ideias religiosas estrangeiras, os seus laços com a sua cultura de origem, mesmo distendidos, jamais haviam sido integralmente rompidos[7]. Além disso, as necessidades religiosas da coletividade, principalmente nas regiões de tradição islâmica ou afro-cristã, supunham a preservação do sistema tradicional de educação.

Na Etiópia, sistema colonial algum perturbou a educação tradicional dispensada no seio da família e pela Igreja. A Igreja ortodoxa continuou a manter um vasto conjunto de estabelecimentos de ensino, estabelecidos no coração da vida cultural, espiritual, literária, artística e científica do país[8]. No nível fundamental, as famílias dirigentes e os pais ambiciosos enviavam as suas crianças, destinadas com muita frequência ao monasticismo ou sacerdócio, à *Nebab Bet* [escola de leitura]. Em sua maioria meninos, eram poucos os alunos que, ao final desta etapa, obtinham os seus diplomas e seguiam os seus estudos na *Quedasse Bet* [escola da Santa Missa], e na *Quine Bet* [escola de poesia]. Os estabelecimentos de ensino superior eram reagrupados sob a apelação geral de *Metshafit Bet* [escola dos Livros Santos]. Unicamente alguns raros eleitos atingiam o termo do árduo programa de teologia e filosofia. Ao total, exigia-se cerca de vinte e oito anos de estudos, muito trabalho e penosos sacrifícios pessoais mas, aqueles que atingissem o último estágio da sua formação intelectual eram motivo de inveja dos seus colegas e desfrutavam do respeito das comunidades cristãs, assim como da estima dos dirigentes. Em geral, estes eruditos alcançavam a conclusão de seus estudos em idade avançada e a maioria não mais sonhava em constituir família, dedicando o restante da sua existência à vida monástica, à meditação e à pesquisa do saber.

Da mesma forma, as necessidades religiosas das comunidades muçulmanas asseguraram a sobrevivência da educação islâmica, no seio da família, bem como em um vasto leque de instituições e estruturas educativas ou religiosas[9]. Em virtude da necessidade do aprendizado do Corão em sua língua original, o árabe, o desejo das famílias muçulmanas consistia em que as suas crianças, principalmente os meninos, frequentassem as escolas corânicas, em tempo integral ou parcial, para aprenderem o Corão de cor, além de assimilarem os rudimentos da gramática e da sintaxe árabes. Os *'ilm* [estabelecimentos escolares] ou os *madrasa* [cursos direcionados pelos *mu'allimun* (sábios) ao redor da mesquita] permitiam

7 J. F. A. AJAYI, 1985, pp. 15-6; A. A. MAZRUI e T. G. WAGAW, 1986, pp. 39-44.

8 T. G. WAGAW, 1979, capítulo 1.

9 A. A. MAZRUI e T. G. WAGAW, 1986, pp. 48-53; M. BRAY e colaboradores, 1986, capítulo 5.

a aquisição de uma formação complementar. Neste ambiente, estudava-se, entre outras disciplinas, o *tafsir* [comentários sobre o Corão], o *hadith* [os pronunciamentos do Profeta], matéria em especial respeito a certos aspectos da vida pessoal, tais como o casamento, o divórcio e a herança, e o *fikh* [estudo da lei islâmica ou *shari'a*].

Com exceção de alguns episódios de hostilidade e confrontos, os regimes coloniais não se opuseram ao desenvolvimento do ensino islâmico fundamental, ministrado em nível local. Em contrapartida, eles apresentavam uma tendência ao desestímulo do ensino superior, sobretudo quando este supunha contatos internacionais com as tradições anticoloniais, em localidades como al-Azhar, no Cairo. Eles tentavam monitorar os religiosos que partiam em peregrinação, preferindo fazer uma seleção e, se possível, não patrocinarem senão os mais conservadores eruditos. Apesar disso, os mais ambiciosos eruditos perpetuaram a tradição, viajando para escutarem o discurso dos mestres mais reputados, descobrirem a sua obra e tirarem proveito das suas bibliotecas. Desta forma, apareceram alguns centros locais de ensino superior que atraíram estudantes vindos de longínquas localidades, como a mesquita de Riyadha, em Lamu, na costa oriental da África.

A mais grave ameaça para o islã veio da educação ocidental, dispensada principalmente pelos missionários cristãos, os quais nela percebiam uma arma de evangelização. Um abismo abriu-se entre a educação ocidental e a educação islâmica tradicional, rapidamente transformado em uma verdadeira hostilidade. Os regimes coloniais barraram, por vezes, o acesso às áreas muçulmanas aos missionários cristãos e tentaram promover a educação ocidental laica dispensada pelos administradores locais, entretanto, estes esforços não lograram preencher o abismo entre os dois sistemas de educação ou mesmo atenuar os sentimentos recíprocos de hostilidade. Organizações muçulmanas obtiveram certo sucesso, ensinando nas escolas de característica ocidentalizada, a um só tempo, o Corão e o árabe, a leitura e a escritura em inglês, assim como as bases da aritmética. Contudo e essencialmente, ambos os sistemas de educação, islâmico e ocidental, permaneceram inconciliáveis, o que constituiu, durante o período colonial, um fator de desigualdade do desenvolvimento, na justa medida que a educação ocidental era uma fonte de prestígio social e abria as melhores perspectivas de emprego, comparativamente à educação islâmica.

A educação autóctone oferecida no seio das culturas de tradição oral, igualmente ela, foi amplamente perseguida fora das escolas fundadas sobre o sistema ocidental[10]. Contrariamente a uma falsa ideia difundida durante o período colo-

10 M. BRAY e colaboradores, 1986, capítulo 6; N. K. DZOBO, 1975.

FIGURA 22.2 Escola corânica na cidade de Lagos, na Nigéria. (Foto: Almasy, Paris.)

nial, esta forma de educação desdobrava-se além de uma simples socialização no interior da família extensa, do sistema etário das salas de aula e das instituições de ritos de passagem como o *poro* e o *bundo*, na África Ocidental. No nível fundamental, a educação doméstica da criança realizava-se por intermédio de jogos de palavras, charadas e outros exercícios do mesmo gênero, destinados a prover-lhe o domínio da sua língua materna. Ensinava-se à criança contar, se lhe narrava histórias e instruíam-na a apreciar a cultura do seu povo, os seus valores, a sua visão de mundo e o seu passado. O seu pai, a sua mãe ou mesmo outro parente, transmitiam-lhe diversas competências, familiarizando-a com o ambiente, as plantas e os animais, ensinando a caça ou a pesca. Ensinavam-se certos procedimentos de fabricação, mostrava-se às meninas como manter um

lar e aos meninos como praticar a agricultura ou construir uma casa. Do mesmo modo, as crianças aprendiam a arte, a música, a dança e a religião. Embora não estruturada, esta educação não se apresentava, entretanto, senão como muito premeditada e a sociedade, que contava, para a sua sobrevivência e subsistência, com a habilidade e criatividade individuais, tomava medidas para incentivá-las.

O ensino superior era essencialmente reservado à formação dos chefes e padres. Os primeiros, especialmente nos Estados centralizados, adquiriram, no quadro desta instrução, um conhecimento aprofundado sobre a história da sua comunidade; eles se familiarizavam com as leis e os costumes em vigor, notadamente com o sistema jurídico a reger a terra e os outros bens essenciais; eles igualmente incorporavam os deveres e as responsabilidades do chefe. O processo de aprendizagem prosseguia ao longo do período precedente à entronização, durante o qual se enfatizava o caráter das atitudes e dos comportamentos esperados de tais chefes, ao passo que os próprios ritos do coroamento destinavam-se a fazer, deste chefe, um rei pertencente à esfera divina. Quanto ao padre, ele devia seguir, ao longo de muitos anos, uma rigorosa formação, composta de numerosas disciplinas. Ele deveria, entre outras obrigações, dominar a filosofia religiosa e o sentido dos cantos sagrados, dos mitos e dos louvores divinos. Igualmente dele esperava-se o reconhecimento dos sintomas de diferentes males, bem como o domínio sobre a aplicação das terapias à base de plantas ou das curas ritualísticas. De fato, o padre não era somente o intermediário entre a comunidade e as divindades, ele assumia, outrossim, o papel de curandeiro e, nas regiões áridas, de feitor da chuva, imbuído a este título de poderes sobre as forças da natureza. Ele devia conhecer, em diversos graus, a classificação e as propriedades das plantas e dos animais, cabendo-lhe dominar não somente a biologia e a farmacologia, mas também, a semântica botânica e zoológica. Certos processos divinatórios supunham, por outro lado, um conhecimento aprofundado em matemática, cujos estudos modernos começam apenas a avaliar a extensão[11].

Em razão do desprezo daqueles formados pelo sistema ocidental diante do sistema de educação autóctone, o progresso de educação ocidental não contribuía em nada para aumentar o conhecimento sobre agricultura, noções sanitárias, ofícios e procedimentos tradicionais de fabricação, os quais continuavam, no entanto, a garantir a sobrevivência nas regiões rurais. Numerosos eram aqueles, mesmo nos campos, que haviam rejeitado a religião tradicional, força motriz do sistema de educação autóctone, e se haviam identificado com o islã e o cristia-

11 J. F. A. AJAYI, 1987.

nismo; contudo, os valores tradicionais não haviam em nada perdido, aos seus olhos, a sua importância e pertinência. Eles haviam continuado a extrair, da cultura tradicional, a sua visão de mundo, os seus valores estéticos fundamentais, as suas explicações sobre o bem e o mal, sobre a doença e a saúde. Quando formas africanizadas de cristianismo espalharam-se nos campos, elas integraram uma grande parte do condão desta cultura tradicional, notadamente nos domínios da doença e saúde. Ao reconhecimento dos méritos da agricultura e dos preceitos sanitários tradicionais, em voga nos dias de hoje, conjuga-se um renascimento da religião tradicional e de uma melhor apreciação, no tocante às realizações e à importância, do sistema de educação autóctone.

Expansão e reforma

Quando da independência, os dirigentes africanos compreenderam faltar-lhes, a um só tempo, expandir e reformar o sistema de ensino colonial. Para retomar os termos do presidente da Guiné, Sékou Touré: “Nós devemos africanizar a nossa educação e livrarmo-nos das falsas ideias herdadas de um sistema educativo concebido para servir aos objetivos coloniais[12].” Todos os dirigentes estavam de acordo acerca da necessidade de uma ampliação do sistema educativo. Salvo raras exceções, como o presidente do Malaui, quem preconizava copiar sem hesitação o sistema próprio à *public school* inglesa e aclamava as virtudes da educação fundada sobre o estudo do latim e do grego, a maioria dos chefes de Estado africanos entrou em consenso acerca da necessidade de africanizar o ensino e ancorá-lo em estruturas africanas. O chefe de Estado tanzaniano, Julius Nyerere, ele próprio antigo mestre e muito amiúde qualificado como *Mwalimu* [professor], apresentou, com extrema clareza, uma filosofia da educação africana, em sua obra *Education for self-reliance*[13]. Ele sublinhava então o papel da educação no âmbito da construção do socialismo africano, proposto na Declaração de Arusha, preconizando quatro grandes reformas:

1. integrar a educação ocidental à vida da família e da coletividade;
2. por fim ao elitismo da educação colonial através de um currículo para o ensino primário universal que integrasse os sistemas ocidental e tradicional de educação;

12 A. Sékou TOURÉ, 1963, citado em L. G. COWAN e colaboradores, 1965, p. 129.

13 J. NYERERE, 1967c, pp. 10-15.

3. preencher o abismo entre a elite instruída e as massas, levando as pessoas instruídas a melhor apreciarem o saber e a sabedoria acumulados no seio das sociedades tradicionais;
4. inculcar o espírito do trabalho e do serviço à coletividade nos processos educacionais.

Conquanto os objetivos da expansão e da reforma dos sistemas educacionais caminhassem *pari passu*, coube antes ao primeiro receber a maior ênfase. Durante a Conferência de Addis-Abeba, organizada pela UNESCO, em maio de 1961, os representantes de trinta e cinco países independentes ou em vias de conquistarem-na, com os quais contava África à época, avaliaram os seus sistemas educativos e formularam projetos para um futuro muito próximo, bem como, para o desenvolvimento em longo prazo destes últimos[14]. O resultante Plano para o Desenvolvimento da Educação na África, fixava objetivos precisos a serem atingidos em matéria de extensão da escolaridade, além de descrever os meios financeiros necessários à sua realização. Ele aparece somente retrospectivamente em razão da inexistência ou insuficiência dos planos de desenvolvimento econômico, igualmente pela real ausência de estudos sobre a mão de obra e pela falta de estatísticas completas e confiáveis, bem como e finalmente, em função de uma grave subestimação dos fenômenos demográficos. Assim sendo, os objetivos de Addis-Abeba traduziam, antes e sobretudo, as esperanças e as aspirações dos participantes, muito mais que a realidade econômica da África. Entretanto, a conferência lançou as bases para uma discussão e um maior esclarecimento sobre o papel e o ritmo do desenvolvimento, em relação aos recursos disponíveis e às necessidades dos outros setores da vida nacional.

O plano de Addis-Abeba trazia à luz a insuficiência cabal das medidas tomadas até então, no que dizia respeito ao desenvolvimento dos recursos humanos, qualitativa e quantitavamente. Ele evidenciava que somente 40% das crianças em idade escolar frequentavam a escola, em condições muito variadas, e que o percentil de escolaridade era ainda menor em meio às crianças com idade mais elevada. Ele salientava, igualmente, a discutível qualidade do ensino. Examinando as condições reinantes à época na África, os participantes da conferência declararam, nestes termos:

"... Haja vista que o conteúdo atual da educação não corresponde nem à realidade africana; nem à hipótese da independência política; nem às características de um século essencialmente técnico, tampouco às exigências de um desenvolvi-

14 UNESCO, 1961a e b.

mento equilibrado, exigindo uma rápida industrialização; mas, ao contrário, que ele subentenda referências a um meio não africano e não permita à inteligência, ao espírito observador e à imaginação criadora da criança, um livre exercício, nem tampouco ajude esta criança a situar-se no mundo, [recomenda-se que] as autoridades, encarregadas da educação nos países africanos, revisem o conteúdo do ensino, em respeito aos currículos, aos manuais escolares e métodos, levando em consideração o meio africano, o desenvolvimento da criança, o patrimônio cultural e as exigências do progresso e do desenvolvimento no continente, especialmente no tocante à industrialização[15]."

No referente aos objetivos quantitativos, o plano previa uma elevação nas taxas de inscrição escolar, as quais em 1960 eram da ordem de 40% para o primário, 3% para o secundário e 0,5% para o nível superior, nas faixas etárias correspondentes, índices estes que deveriam atingir, respectivamente, 100%, 30% e 20% em 1980. O objetivo era tornar universal, obrigatório e gratuito o ensino primário; 30% dentre aqueles que chegassem ao final deste ensino primário passariam ao ensino secundário e 20% daqueles que acabassem o secundário continuariam os seus estudos no nível superior, em sua maioria, estes últimos realizariam os seus estudos em instituições de países africanos. A taxa de evasão escolar no ensino primário não ultrapassaria 20% e o número médio de alunos por professor equivaleria a 35. Os educadores seriam recrutados e formados, progressivamente, junto aos africanos. Em suplemento, a educação dos adultos ser-lhes-ia oferecida nas escolas, locais de trabalho e edifícios religiosos. Com estes propósitos, os governos nacionais estavam convidados a aumentarem o seu orçamento para a educação. à época da ordem de 3 a 4 % do produto interno bruto (PNB), para 4 a 6% entre 1970 e 1980. Aos Estados africanos se lhes incentivava a solicitarem apoio da comunidade internacional em prol dos seus esforços relativos à educação.

Após 1961, os ministros da educação encontraram-se regularmente, para debaterem a questões relativas à educação na África: em Nairóbi, no ano 1968, em Lagos, 1976, assim como na capital Harare, nos idos de 1982, sem deixarmos de mencionar a conferência de Antananarivo, realizada em 1962, mais particularmente consagrada ao ensino superior. Cada qual, entre estas conferências, erigiu por sobre a síntese da precedente, retificando, afinando, aprofundando a análise, ampliando as perspectivas e as aspirações dos povos africanos e dos seus governos, constituindo-os mediante um sistema coordenado e planificado em

15 UNESCO, 1961a, p. 23; conferir igualmente UNESCO, 1961b.

favor do desenvolvimento da educação. Nos dias atuais, é possível após apreciar--se o desenvolvimento educativo da África, relativamente aos objetivos, perceber sob quais medidas ele responde às exigências socioeconômicas e culturais da coletividade; pode-se, outrossim, julgar progressos consumados, naquilo que concerne a universalização do ensino primário e à educação dos adultos.

Numericamente, a taxa de crescimento da escolarização é impressionante. O continente alcançou o maior índice, entre todas as regiões do globo, assim como os mais rápidos progressos, em matéria de alfabetização. Em múltiplas regiões, foram lançados programas para a universalização do ensino primário, por vezes, até mesmo gratuitos inclusive nos níveis do segundo e terceiro graus. Alguns dirigentes sagraram-se campeões em respeito à causa do ensino universal e gratuito, à imagem de Kwame Nkrumah, em Gana ou Obafemi Awolowo, na Nigéria. Inclusive nestes dois países, fortes pressões econômicas e demográficas obrigaram os dirigentes a renunciarem ao seu projeto em benefício do ensino primário universal. As resistências quanto às consequências sociais da educação ocidental (por exemplo, ao incitar as jovens a casarem-se mais tardiamente e as crianças a deixarem os campos em direção às cidades) continuaram a existir, particularmente nas regiões muçulmanas. Assim sendo, a despeito dos consideráveis progressos quantitativos, os objetivos concernentes à escolaridade fixados em 1961, na esfera do ensino primário, não foram atingidos, registrou-se recentemente inclusive um declínio destes índices[16].

As tabelas 22.1 a 22.3 mostram a evolução da escolaridade em todos os níveis dos sistemas de ensino, durante o período 1960-1980. De 1961 a 1980, as taxas de inscrição no ensino primário aumentaram em 6,2% ao ano, ou seja, além dos 5,6% projetados pelo plano de Addis-Abeba. Contudo, principalmente porque os dados empregados como base de cálculo, para os objetivos fixados em 1961, eram incompletos, a maioria dos países africanos não logrou concretizar o princípio da universalidade no ensino primário (por volta de 13 Estados em um total de 51, aproximavam-se da escolaridade universal). No tocante ao conjunto do continente, 62% das crianças, em idade escolar primária, estavam inscritas em uma escola no ano 1980. Os resultados obtidos variavam, evidentemente, em relação ao país em questão, assim como, em função do ponto de partida. No ano 1960, as taxas de escolaridade em alguns países não ultrapassavam 3 a 4%, para crianças de 6 a 11 anos, ao passo que em outras regiões, este índice podia atingir

16 Conferir, UNESCO 1982, os documentos preparados para a Conferência de Harare, pela CEA, OUA e UNESCO, em particular, os documentos ED-82/MINEDAF/4 e ED-82/MINEDAF/2; consultar também Banco Mundial, 1988.
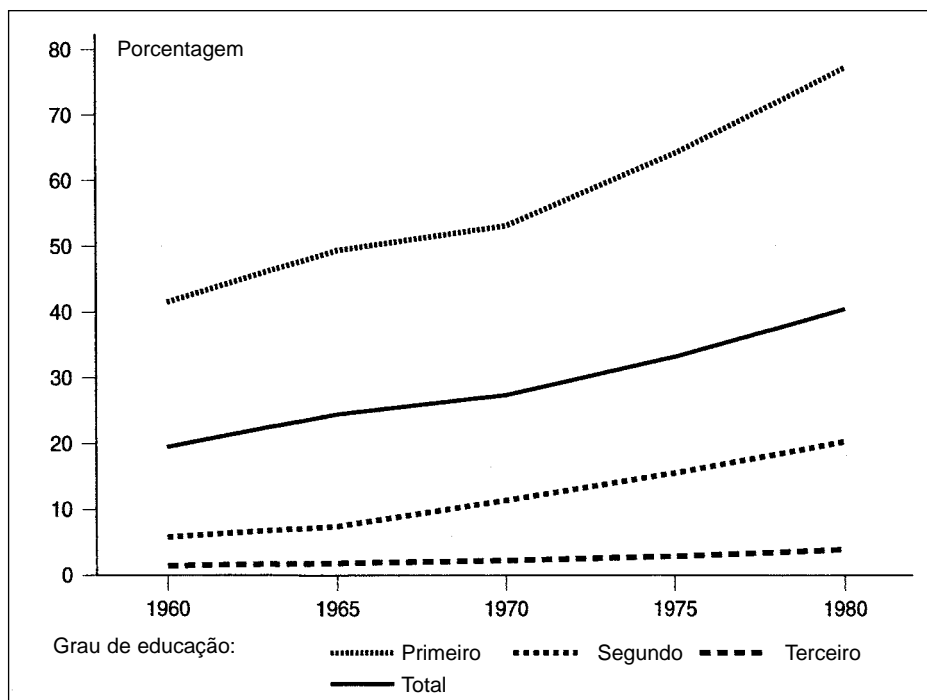
Gráfico 22.1 Taxa de escolaridade na África, 1960-1980; taxas absolutas de escolaridade ajustadas por grau. (Fonte: segundo dados obtidos junto à UNESCO em 1982.)
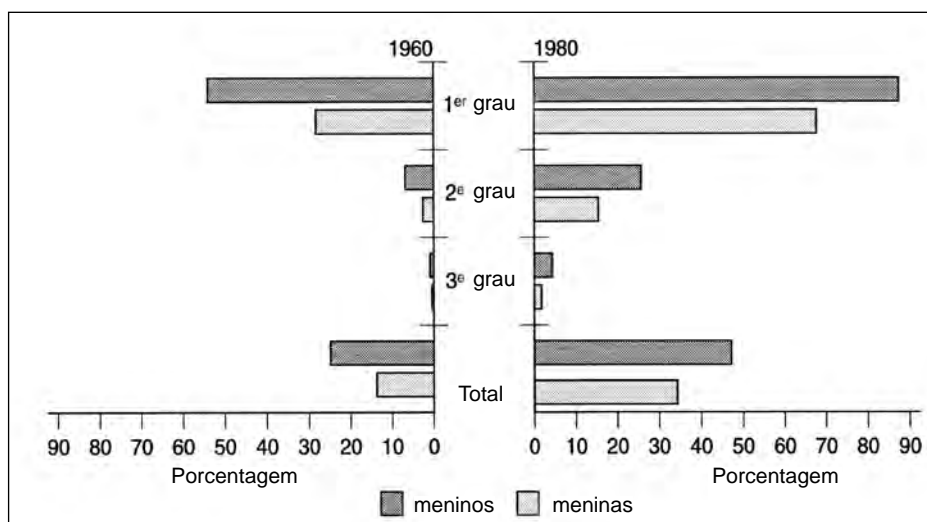
Gráfico 22.2 Taxa de escolaridade na África, 1960-1980; taxas absolutas de escolaridade ajustadas por grau e por gênero. (Fonte: segundo dados obtidos junto à UNESCO em 1982.)
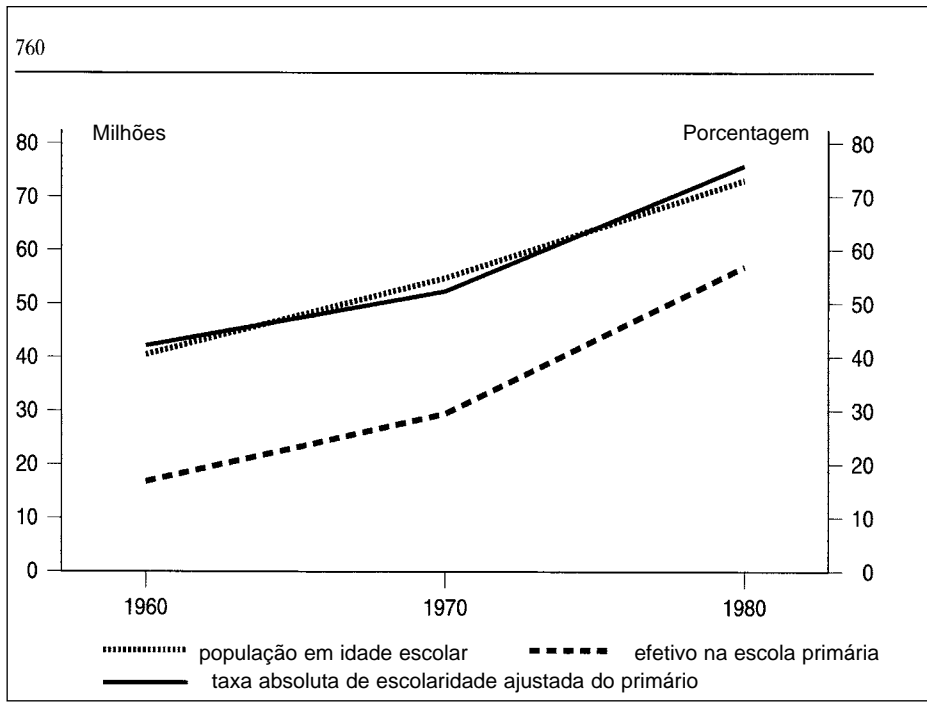
Gráfico 22.3 Tendências dos efetivos na escola primária na África, 1960-1980, mostrando a população em idade escolar primária e os efetivos do ensino primário, em milhões, assim como as taxas absolutas de escolaridade ajustadas do primário (em %). (Fonte: segundo dados obtidos junto à UNESCO em 1982.)

até 75%. Em 1980, a taxa mais reduzida era equivalente a 13%, outros países, por sua vez, haviam logrado atingir ou ultrapassar os 75%. Para obterem estes resultados, os Estados africanos lançaram programas massivos de construção de escolas e de formação de professores, muito amiúde, contando com a importante participação da comunidade. Todavia e malgrado estes esforços, o número de professores qualificados permanecia muito insuficiente[17].

As taxas de crescimento no âmbito do ensino de segundo grau eram ainda mais surpreendentes, embora desiguais. A taxa de escolaridade global neste grau era, em 1980, equivalente a 20% para as correspondentes faixas etárias, com variações alcançando 2,1 a 82,3%. Alguns Estados, recém-independentes, multiplicaram por cinco o número de inscritos no ensino secundário, ao longo dos sete últimos anos. Entretanto, em todos os níveis, o número de meninas inscritas era muito inferior àquele referente aos meninos.

17 UNESCO, 1982, documento ED-82/MINEDAF/2.

Outro índice do esforço empreendido pela África em favor da educação em prol do desenvolvimento é oferecido através da análise dos recursos alocados. Para os anos 1970 e 1978, os gastos públicos dirigidos à educação na África correspondiam, respectivamente, a 2,377 e 11,144 bilhões de dólares norte-americanos. Comparados com os orçamentos correlatos dos países industrializados e com outras regiões em desenvolvimento, estas cifras ainda eram relativamente modestas. Mas, se confrontados com o PNB dos países africanos, eles mostram-se respeitáveis. Por exemplo, a África investira 3,8% do seu PNB em educação no ano de 1970 e 4,8% em 1980, ou seja, um percentil mais elevado, comparativamente ao seu correlato para o conjunto dos países em desenvolvimento do planeta, equivalentes a, respectivamente, 3,3 e 4,1%. Em respeito às regiões desenvolvidas, os números correspondentes atingiam 5,7 e 5,9%.

Em 1980, os orçamentos para a educação na África absorviam entre 25 e 35% das despesas públicas de custeio. O custo por aluno/ano em percentil do PNB por habitante, aproximadamente ao final dos anos 1970, era de 22, 133 e 986 dólares para o primeiro, segundo e terceiro graus do ensino, respectivamente. Estes índices representavam o mais alto investimento proporcional, comparativamente a todas as regiões, desenvolvidas ou em desenvolvimento[18].

Na maioria dos países na África, a educação continua a absorver mais recursos que qualquer outra alínea orçamentária, excetuando-se o setor administrativo. A questão consiste em saber, considerando-se a limitação dos recursos orçamentários existentes na maior parte dos países do continente, se os níveis de investimentos atingidos, ao longo dos anos 1980 e em matéria de educação, poderão ser mantidos. A resposta é provavelmente negativa, neste caso, os países deverão desenvolver o ensino a distância e a utilização dos meios eletrônicos, além de recorrerem a novos e originais métodos de financiamento, como novos planos de cargos e salários, ao estabelecimento de turmas alternadas e ao emprego, durante o ano todo, dos equipamentos e do pessoal (inclusive no horário noturno).

Os esforços empreendidos para manter o ritmo da expansão foram, talvez, o principal fator contribuinte para o entrave na implantação das reformas estruturais nos sistemas de educação herdados do período colonial. Não havia tempo para interrupções, para proceder a mudanças radicais, reciclar o pessoal e criar novas orientações. Via de regra, o discurso permanente acerca da necessidade de uma reforma pedagógica não se traduzia senão por modificações de fachada,

18 T. G. WAGAW, capítulo 10; UNESCO, 1982, documento ED-82/MINEDAF.

enquanto o sistema em vigor reproduzia-se e ao passo que a demanda progredia e os créditos aumentavam. Entretanto, intenso empenho fora dispensado quando das sucessivas conferências africanas de ministros da educação, sem considerar os esforços, ainda mais relevantes, dos diferentes países africanos, eles próprios[19], com vistas a elaborarem políticas nacionais para a educação, as quais poriam em marcha, em diferentes níveis, as reformas expostas pelo presidente Nyerere, especialmente as seguintes: integrar as formas tradicionais de educação à educação ocidental, no quadro de um novo sistema nacional de ensino; utilizar a educação para promover uma moral, uma ideologia e uma filosofia nacionais e os princípios de uma nova sociedade, unida, igualitária e baseada sobre um conceito de justiça social; tornar a educação menos elitista, sobretudo norteada a partir do primado da coletividade, muito mais que sobre os interesses individuais dos elementos em formação; elaborar um modelo de educação mais adaptado às necessidades práticas e imediatas da sociedade, colocando ênfase, não somente sobre a cultura mas, igualmente, sobre a ciência, a técnica e a formação profissional, de modo que as pessoas assim educadas fossem mais facilmente empregadas e que se tornasse possível reduzir o desemprego e o subemprego.

A reforma do ensino é um longo exercício, complexo e permanente; ora, no imediato posterior à sua chegada à independência, os países africanos provavelmente subestimaram o tempo necessário para o estabelecimento de reformas radicais. A recessão econômica e a instabilidade política não fizeram senão agravar os problemas. Não é menos verdade que algumas importantes mudanças tenham sido realizadas. O domínio das missões cristãs, europeias ou americanas, sobre a educação ocidental foi reduzido, em todos os países onde elas não tenham sido literalmente substituídas pelo Estado laico que retomou as rédeas da situação. A educação permaneceu como o mais potente fator de mobilidade social e, na maioria dos países, a instrução foi ampliada, senão inteiramente democratizada, mesmo que diversas elites e categorias profissionais possam ainda se beneficiar de algumas vantagens para as suas crianças, em virtude da educação pré-escolar no maternal e graças a um melhor domínio das línguas oficiais europeias. O domínio dos idiomas europeus subsiste, portanto, como um dos principais obstáculos para uma profunda reforma dos sistemas de educação, herdados da época colonial. As línguas africanas, as quais têm a vantagem de facilitar a educação social em escala local e constituem a chave para uma reforma mais substancial do ensino, não desempenham senão papéis marginais, em con-

19 Consultar, por exemplo, U. BUDE, 1980; República Federal da Nigéria, Ministério da Educação, 1981; K. KING, 1976.

trapartida, os idiomas europeus continuam a ser promovidos e apresentados na qualidade de *lingua franca*, os mais aceitos no plano político. O ensino superior ilustra, à perfeição, a situação prevalente na África, a combinar extensão dos meios materiais e limitação das reformas.

O ensino superior

As instituições de ensino superior formam o centro nervoso do processo de modernização na África. Elas igualmente representam a maior expressão na busca contínua pela renovação e pelo progresso, em respeito aos conhecimentos, às crenças e ao florescimento pessoal. Entre outras atribuições, estes estabelecimentos selecionam, formam e preparam, em favor do seu melhor desempenho, alguns dos mais aptos espíritos, destinados a ocuparem os altos-escalões na administração pública, no *mundo* dos negócios e junto aos profissionais liberais. Indubitavelmente, o número de indivíduos assim formados e diplomados é, em termos proporcionais, muito reduzido, entretanto, o seu poder e a sua influência na sociedade são consideráveis. Portanto, não causa espécie que estes centros de ensino superior inspirem sentimentos entremeados de esperança, admiração, respeito, temor e desconfiança, junto a todos, jovens e idosos, e, particularmente, entre os homens políticos.

O ensino superior não é fato inédito no continente africano. Presente no século XVI, a Universidade Sankoré, estabelecida em Tombouctou, apresentava-se na qualidade de centro florescente de erudição e estudos, nos domínios do direito, da filosofia e da teologia. Outra instituição de comparável importância, a Universidade al-Azhar, no Cairo, existe há mais de mil anos. Reputada originalmente pelo estudo da religião e do direito islâmicos, ela continua a funcionar nos dias atuais, modernizando-se e estendendo o seu campo de ação a outras disciplinas. Na Etiópia, a erudição igualmente era cultivada e apoiada. Existiam centros de ensino superior espalhados pelas montanhas do interior, onde especialistas em direito canônico e alguns funcionários de alto-escalão do Estado eram formados. Em Serra Leoa, o Fourah Bay College, fundado em 1927 pela Church Missionary Society de Londres, na qualidade de centro de estudos religiosos, serviu de base para a constituição de uma universidade estatal, no imediato posterior à Segunda Guerra Mundial.

Havia, outrossim, centros de ensino superior em outras regiões do continente, alguns dentre eles fundados pelas potências coloniais. Eles dispensavam uma formação generalista, jurídica e técnico-profissionalizante. Em sua maioria,

contudo, as cerca de 80 instituições de ensino superior, atualmente em serviço na África, foram fundadas após a conquista da independência política pelos diferentes Estados. Além das universidades, existem diferentes instituições de ensino profissionalizante, de formação superior pedagógica ou de ensino politécnico, assim como institutos de tecnologia.

Um ano após a conferência de 1961 em Addis-Abeba, uma segunda conferência reuniu-se em Antananarivo, com vistas a discutir especificamente o desenvolvimento do ensino superior na África, para o período dos vinte e cinco anos subsequentes[20]. Malgrado a ausência de dados demográficos, fossem eles rudimentares, a conferência tentou determinar o número necessário de instituições de ensino superior, bem como o papel destas instituições no tangente ao desenvolvimento da região. A conferência esforçou-se, antes de tudo, para definir objetivos e finalidades no ensino superior. Os participantes consideraram que a missão desta esfera da educação era definir e confirmar os votos e as aspirações das diversas sociedades às quais ela servia. Respondendo, todavia, aos critérios internacionais de excelência acadêmica, o ensino superior africano estava encarregado de contribuir para que os povos da África alcançassem o seu justo posto no contexto internacional e consolidassem definitivamente a sua unidade. Com este propósito, a conferência prescrevia às instituições do terceiro grau uma postura equivalente a considerarem-se como os centros culturais, por excelência, das comunidades nas quais estavam implantadas, assim como a apresentarem-se na qualidade de guardiãs e apoiadoras em relação ao patrimônio artístico, literário e musical. Elas eram fundamentais para a realização das pesquisas necessárias nestas áreas e no referente à difusão dos frutos destas pesquisas, graças aos concertos, aos museus, às bibliotecas e arquivos. As universidades africanas, tanto quanto as outras, receberam a incumbência de expandir as fronteiras do saber, através do ensino e da pesquisa, por um lado, mas, igualmente, pela oferta de préstimos dos seus especialistas e pela sua capacidade em colocar-se à disposição do conjunto da coletividade.

As universidades foram estabelecidas segundo o modelo de universidades da Europa Ocidental ou da América do Norte mas, a sua inspiração provinha das difíceis realidades africanas. Em grande parte dos casos, os dirigentes políticos dos diferentes países participaram diretamente no desenvolvimento do ensino superior. Muito amiúde, chefes de Estado ou de governo assumiram as funções do chanceler de tal ou qual universidade. Como presidente da Tanzânia, Julius

20 UNESCO, 1963.

Nyerere, exortou a Universidade Africana a permanecer fiel aos ideais universais concernentes à objetividade e à busca da verdade, sem contudo se isolar da comunidade. Ele convidou a Universidade da África do Leste a engajar-se ativamente "na revolução social que nós levávamos a cabo", evitando todavia tornar-se um centro de oposição ao governo legalmente constituído. Acima de tudo, a Universidade deve zelar pelo "espírito da verdade; deve ser, tanto quanto possível, objetiva e científica, além de ter que combater os preconceitos de todo o tipo, sempre e por toda parte [...]. A Universidade deve pensar e obrigar-nos a pensar, ao nível da humanidade – em oposição a quaisquer interesses setoriais[21]". Os dirigentes de Gana, da Nigéria, da Etiópia, da Costa do Marfim e da Guiné, entre outros, proclamaram, também eles, a sua esperança em verem os estabelecimentos de ensino superior perseverarem com a sua busca da verdade, da objetividade, dos valores humanos e das luzes, assumindo, entretanto, as suas tarefas em prol da sociedade.

Vinte e cinco anos após a conferência de Antananarivo, a análise mostra que os progressos do ensino superior na África foram desiguais. O número total de inscritos, 140.000 em 1960, atingiram valores multiplicados em oito vezes no ano de 1980, alcançando 1.169.000 indivíduos. Em 1980, 3% da população em idade correspondente ao estudo superior estavam matriculados em universidades, a saber, índices superiores aos 2% projetados. Inclusive, os efetivos do ensino superior continuam a crescer a um ritmo maior, comparativamente ao observado nos níveis inferiores, embora os governos tenham ensaiado frear as inscrições, em razão do custo deste segmento do ensino. Este fenômeno ilustra as realidades políticas no âmbito educacional.

Os estabelecimentos africanos de ensino superior custam muito caro. As avaliações situam entre 927 e 1.045 dólares/ano o custo de um estudante do primeiro ciclo. Grande parte destas despesas é de responsabilidade do Estado. Os estudantes não contribuem, ou fracamente, para o financiamento dos seus estudos. Os professores universitários apresentam-se como profissionais entre os melhor remunerados membros da comunidade e os indivíduos de origem estrangeira, ainda numerosos em muitos estabelecimentos, custam ainda mais caro (quanto ao recrutamento, ao transporte e ao suporte exigido). Este conjunto consumia muito pesadamente as modestas receitas nacionais.

Entretanto, os jovens e os seus pais continuavam a exigir que o ensino superior oferecesse vagas em número suficiente, pois ele era considerado um pas-

21 Citado em L. G. COWAN e colaboradores, 1965, pp. 309-313; conferir igualmente os excertos dos discursos do presidente ganense Kwame NKRUMAH, pp. 317-321.

FIGURA 22.3 Parte superior: laboratório de biologia em um instituto de pedagogia, Universidade de Lagos, na Nigéria, 1968. (Foto: Camera Press, Londres). Parte inferior: Instituto Politécnico do Quênia, 1968. (Foto: Newslink Africa, Londres.)

saporte para o sucesso – poder, dinheiro, prestígio e influência. Aos homens da esfera política, por reticentes que fossem, não lhes restava senão responder a este desejo. Assim sendo, os efetivos do ensino superior continuam a crescer, por vezes, em detrimento dos outros níveis educacionais.

Certo número de problemas, outros, resta a resolver. Os responsáveis africanos haviam esperado que os estudantes inscrevessem-se em maior número nas disciplinas científicas e técnicas, comparativamente às inscrições nas fileiras literárias, de ciências humanas e sociais. Um conjunto de complexos fatores sociais e culturais, bem como a falta de equipamentos apropriados e professores qualificados, nos grados inferiores do sistema de ensino, impediram a concretização desta esperança, a tal ponto que algumas qualificações técnicas indispensáveis continuam raríssimas no mercado de trabalho, ao passo que outras competências excedem a demanda. Para atenuar esta distorção, recomendou-se fortalecer especialmente a instrução oferecida nos graus inferiores, encorajar adequadamente aqueles cujo objeto de pesquisa tendesse para estudos científicos e técnicos, bem como, informar amplamente e em todos os níveis, acerca das prioridades nacionais[22].

A sub-representação do gênero feminino em meio aos estudantes do ensino superior constitui um problema suplementar. Em oposição ao eventualmente veiculado, o número de mulheres estudantes era reduzido, elas são progressivamente conduzidas a interromperem os seus estudos e aquelas que o prosseguem a bom termo, tendem a escolher disciplinas como as ciências sociais e humanas ou os estudos literários, os quais não respondem concretamente a prioridades nacionais.

Quanto à qualidade geral, as instituições de ensino superior produziram profissionais competentes no âmbito da administração pública, das forças armadas e dos negócios, circunstância esta a provocar uma redução nos níveis de dependência da África, relativamente aos expatriados. Todavia, na maior parte dos países africanos, continuam a ser estrangeiros quem ocupa a direção das grandes empresas comerciais e industriais.

O ensino superior africano deve igualmente responder de modo apropriado às inumeráveis necessidades próprias às sociedades em desenvolvimento. A África é essencialmente rural. Ora, as competências exigidas em matéria de gestão das unidades produtivas, no âmbito das ciências agrárias, da economia doméstica, no que tange à reparação e à manutenção do material agrícola, à

22 T. G. WAGAW; A. HABTE, 1969; T. M. YESUFU, 1973; J. F. A. AJAYI, 1987.

pecuária, à higiene pública e no tocante à vulgarização dos conceitos, nenhuma destas necessidades foi suprida. O ensino superior deve atribuir para si, como tarefa prioritária, formar e fornecer o quadro pessoal correspondente a estas modalidades requeridas.

A pesquisa, a criação dos meios técnicos que permitam resolver os problemas do desenvolvimento, assim como a aplicação destes meios, são funções primordiais, outras, as quais devem imbuir os estabelecimentos de ensino superior, além da descoberta, da promoção e do enriquecimento dos patrimônios artístico, literário e histórico do continente africano, responsabilidades também sob a incumbência destas instituições.

As questões linguísticas permanecem na ordem do dia. Em sua grande maioria, os africanos servem-se da sua própria língua nas relações cotidianas e nos negócios. Mas, em grande parte das sociedades, as línguas da administração pública, dos grandes negócios e da educação permanecem circunscritas à escala de algumas línguas internacionais – o francês, o inglês ou o português. Estas línguas são estrangeiras na justa medida em que não fincam as suas raízes no solo africano e não pulsam a sua vitalidade na essência material e cultural dos africanos. Portadoras de valores, símbolos hereditários e fontes de orgulho, as línguas autóctones devem não somente constituir o objeto de estudos ou serem codificadas e ensinadas, mas igualmente servirem como línguas de aprendizado, em todos os níveis, e constituírem chaves de acesso ao saber e à sabedoria acumulada pelas sociedades africanas ao longo dos séculos. Com maior agudez, cabe atualmente às universidades desempenharem um papel vanguardista neste domínio, com vistas a responderem a estas importantes demandas.

Estender e revigorar o conjunto do sistema educacional é um desafio permanente. Os estabelecimentos de ensino superior devem conduzir os esforços visando definir e coordenar os objetivos educacionais, a orientação curricular, o aperfeiçoamento dos materiais pedagógicos, a formação dos professores e o estudo da aprendizagem e do desenvolvimento humanos. Conquanto aceitem carregar, de modo cônscio e probo, todo o fardo da sua vocação educativa, estas instituições atrairão o reconhecimento, assim como o apoio material e moral das sociedades. Todavia, ao faltarem com este dever, elas merecerão a indiferença.

A redefinição do conceito de educação revelou-se igualmente importante no curso desta evolução. Ela deu lugar a modificações nas filosofias e nas políticas ligadas à educação. Tão diferentes quanto possam ser, de país a outro, os objetivos atribuídos à educação, grande parte dos Estados aparentemente adotaram, por pouco que não, um mesmo arcabouço de ideias e princípios.

Primeiramente, trata-se da democratização da educação e da sua pertinência. A educação está sobremaneira focada sobre a pessoa que ela espera desenvolver. Este homem novo estaria profundamente enraizado no meio africano sem, contudo, romper os laços com o restante das experiências e culturas humanas, consciente das suas responsabilidades políticas, cívicas e familiares, pronto, igualmente, a tomar parte ativa na esfera do desenvolvimento econômico, social e cultural da África. Além do preponderante papel por ela ocupado em respeito à evolução da democracia, a educação é progressivamente melhor considerada na qualidade de ferramenta em prol do conhecimento e do florescimento, tanto do ponto de vista individual quanto para a sociedade em seu conjunto.

Contrariamente aos anos 1960, durante os quais a missão consignada à educação era, em sua essência, de ordem econômica, os educadores africanos adotaram posteriormente uma visão mais global sobre a natureza do infante e acerca da contribuição da educação para o seu desenvolvimento. Após 1960, grande número de países africanos chegou à conclusão que a educação deva interessar-se a todos os aspectos do desenvolvimento individual: físico, intelectual, social, moral e espiritual. Em suplemento, a educação seria, desde logo, considerada como o mais apropriado meio de redescobrimento, fortalecimento e promoção das culturas e do desenvolvimento autóctone[23].

Alguns dirigentes e educadores temem atribuir demasiada importância ao desenvolvimento do indivíduo, independentemente das grandes estruturas sociais, como a família e as instituições religiosas ou políticas. Outros, por sua vez, estimam que, embora pese o caráter quiçá bem fundado de tais reservas, o sistema educativo apresenta-se, até o momento e no âmbito da formação, na qualidade de instituição melhor organizada, com vistas ao necessário enquadramento de pessoas em número suficiente e, adequadamente formadas, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento social. Com este propósito, argumentam eles, convém oferecer à educação, *lato sensu*, todo o apoio do qual ela necessita.

Na justa medida que as instituições educacionais adaptam-se às demandas sociais, esforçando-se em dar-lhes uma solução, eventualmente, estudantes e o corpo docente entram em conflito aberto com o poder político instituído. Os estudantes e os seus professores podem ser conduzidos a desvelarem e analisarem anomalias administrativas, casos de incompetência ou de injustiça, violações dos direitos fundamentais do homem ou, ainda, uma sede desmedida

23 Para uma análise mais aprofundada sobre a evolução das políticas e dos objetivos em matéria de educação, conferir UNESCO, 1982, documento ED-82/MINEDAF/3, pp. 9-11; documento ED-82/MINEDAF/1, pp. 3-20.

de enriquecimento nas esferas do poder. Na qualidade de membros aspirantes ou a título de elite intelectual, estudantes e universitários expressam-se, muito amiúde, com palavras ou, por vezes, através da ação direta, no tocante a assuntos desta natureza. O poder político reage, via de regra, através de intervenções físicas, as quais, se vitoriosas, enfraquecem as instituições de ensino, em detrimento da sociedade, em sua totalidade. As contraditórias relações entre, por um lado, a elite intelectual e universitária e, por sua vez, os homens políticos no poder, constituem um dos temidos perigos a ameaçarem, em sua condição vital, as instituições e os estabelecimentos do ensino superior. Contudo, com prudência, paciência e vontade de compreender as realidades e suscitar um diálogo lúcido, há meios de resolução do problema, ao menos parcialmente, concedendo aos estabelecimentos de ensino superior a liberdade requerida, no intuito de arcarem com as suas cruciais responsabilidades *vis-à-vis* da África e da humanidade.

Conclusão

As sociedades africanas, à imagem de muitas outras, possuíam desde outrora os seus sistemas locais de educação, encarregados de transmitir os valores, as competências e os modelos comportamentais, de geração a outra. Paulatinamente, estes sistemas autóctones receberam a contribuição de formulações cristãs e islâmicas. Relativamente novo, o modelo europeu, sob as suas formas religiosas tanto quanto as laicas, tornou-se preponderante durante a era colonial, sobrevivendo à retirada dos europeus. Ao longo dos três últimos decênios, os Estados independentes da África desenvolveram esforços em comum, objetivando estender o benefício do acesso a este tipo de educação a um número tão grande quanto permitissem os recursos disponíveis, sem todavia realmente modificar-lhe o caráter estrangeiro.

Os progressos foram realizados e numerosos são aqueles que receberam uma educação, não somente capaz de prover-lhes certo grau de consciência política e social mas, igualmente, suficiente a ponto de colocar em funcionamento as instituições da cultura, da economia, da indústria e da vida política, todavia, este conjunto de esforços ainda não produziu resultados flagrantes, em respeito à qualidade de ensino e ao volume de diplomados. À educação, na África, resta-lhe um longo caminho a percorrer. Milhões de jovens e adultos não receberam instrução alguma (tabela 22.1). A educação não se encontra, em condição de igualdade e permanência, disponível a todas as camadas sociais. As mulheres estão sub-representadas em todos os níveis. Alguns grupos étnicos e linguísticos são, todavia

e por diversas razões, insuficientemente atendidos. Demasiado frequentemente, os currículos e os métodos de ensino permanecem livrescos e de insuficiente pertinência relativamente aos problemas africanos e às suas realidades locais. O número de professores qualificados permanece insuficiente. Os estabelecimentos escolares, bibliotecas e outros elementos infraestruturais em boas condições, são inexistentes ou mal adaptados. A lista dos problemas é extensa, tanto mais, quanto insuficiente for, no tocante à grande parte dos países africanos, a oferta, atualmente parca, de meios materiais ou humanos; e conquanto estes últimos estiverem, e o estão desde muito, excessivamente sobrecarregados.

Os Estados africanos têm uma necessidade premente de consolidar a sua independência, de desenvolver a sua economia e reavivar, assim como, promover as suas autênticas culturas. Na qualidade de agentes de desenvolvimento e da mudança social, os sistemas de educação na África não devem somente se ater à transmissão dos valores e do saber às jovens gerações. Eles devem transformar os modos de pensamento e as atitudes dos indivíduos, tanto quanto dos grupos, com vistas a contribuírem para a formação de cidadãos plenamente conscientes e de trabalhadores dinâmicos e produtivos, colocando assim a sociedade africana na via do progresso, da justiça e da liberdade[24]. Considerando-se os obstáculos orçamentários acima evocados, convirá, no âmbito educacional em todos os seus níveis, imaginar procedimentos inovadores e fazer prova de criatividade quando da utilização dos escassos recursos disponíveis.

Uma autêntica e moderna educação deve ser concebida e implantada no contexto oferecido pela educação permanente, oferecida a todos e cujo objetivo seria desenvolver, em cada um, as atitudes e comportamentos os quais permitiriam ao indivíduo modelar o seu próprio futuro e contribuir para a evolução social.

Esta autêntica educação, moderna, direcionada para o desenvolvimento, exige uma completa revisão dos currículos e programas, dos métodos pedagógicos e da preparação dos professores. Ela exige a elaboração, tão logo quanto possível, de programas de estudo nos quais o caráter científico e técnico derivaria de uma interação criativa entre a educação e o *habitat* físico e social.

O quadro composto por esta reestruturação do ensino superior deve ser redefinido em função de um novo papel. A pesquisa e a formação nos três níveis da educação devem fundar-se sobre as realidades econômicas e sociais, de tal modo que a educação esteja mais apta a responder às exigências do desenvolvimento. Não basta imitar as convenções e os modelos importados. É essencial criar

24 UNESCO, 1976, pp. 49-50.

TABELA 22.1 O ANALFABETISMO NA ÁFRICA: ESTIMATIVAS E PROJEÇÕES POR PAÍS, PARA A POPULAÇÃO COM IDADE DE 15 ANOS OU MAIS.

Esta tabela apresenta, para os países em que há estatísticas suficientes, as estimativas e projeções efetuadas pela UNESCO referentes às taxas de analfabetismo por país, para 1985, 1990 e 2000. Bem entendido, estas projeções têm um caráter conjectural.

Para os países que forneceram as informações requeridas, a taxa global de analfabetismo foi determinada a partir de uma análise das taxas por geração demográfica. Acompanhando a taxa de um grupo de um censo a outro, obtém-se uma curva relativamente estável. O ajuste desta curva estatística permite estimar e projetar as taxas de analfabetismo de modo satisfatório.

Para alguns países, relativamente aos quais as informações estatísticas não eram suficientes, foi necessário proceder à estimativa direta da taxa global de analfabetismo (15 anos ou mais), sem considerar as taxas por geração. Neste sentido, e recorrendo aos dados disponíveis para todos os países, uma análise prévia foi realizada com vistas a determinar as correlações mais significativas existentes entre analfabetismo e uma série de variáveis socioeconômicas e educacionais. Uma regressão múltipla foi finalmente conservada, considerando três variáveis explicativas: a mortalidade infantil, o índice de fecundidade e a taxa de escolaridade no ensino primário. Este procedimento permitiu estimar algumas taxas, entretanto, em razão do seu grau de incerteza, elas não estão integralmente presentes nesta tabela.

Quedas significativas da taxa de analfabetismo são previstas em países onde a escolaridade aumentou rapidamente, tanto quanto naqueles países onde campanhas massivas de alfabetização foram conduzidas ou estão em curso. Estas campanhas podem alterar radicalmente as taxas de analfabetismo de certos grupos, porém, devido à falta de informações suficientes, o impacto das recentes campanhas não pôde ser levado em conta nestas projeções. Eis a razão pela qual as estimativas para alguns países, como a Etiópia e a República Unida da Tanzânia, países que recentemente retomaram campanhas massivas de alfabetização, não são aqui apresentadas.

	População analfabeta (em milhares)			Taxa de analfabetismo (%)								
	1985	1990	2000	1985			1990			2000		
País				Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
Argélia	6062	6004	5578	51,4	37,3	64,9	42,6	30,2	54,5	28,1	19,3	36,7
Angola	3117	3221	3395	64,3	50,4	77,4	58,3	44,4	71,5	46,6	33,6	59,1
Benin*	1754	1904	2251	81,3	74,0	88,3	76,6	68,3	84,4	65,8	56,3	74,8
Botsuana*	168	175	189	30,0	18,5	39,6	26,4	16,3	34,9	19,9	12,4	26,5

Burkina-Fasso*	3791	4137	4813	85,5	77,0	93,8	81,8	72,1	91,1	72,3	60,9	83,3
Burundi*	1508	1482	1386	57,9	46,6	68,2	50,0	39,1	60,2	34,6	25,4	43,3
Camarões	2911	2912	2858	52,0	38,9	64,4	45,9	33,7	57,4	34,0	24,3	43,4
Congo	473	485	502	48,3	34,0	61,8	43,4	30,0	56,1	34,1	23,0	44,8
Costa do Marfim	2687	2941	3397	51,3	37,5	65,7	46,2	33,1	59,8	36,5	25,1	48,2
Egito	15686	16492	18535	55,4	40,4	70,5	51,6	37,1	66,2	43,3	30,4	56,4
Gabão	284	311	297	43,9	30,1	56,9	39,3	26,5	51,5	30,7	20,3	40,7
Gâmbia*	336	350	368	79,7	69,6	89,5	72,8	61,0	84,0	58,7	45,5	71,3
Gana	3316	3258	2974	47,2	36,3	57,8	39,7	30,0	49,0	26,4	19,5	33,2
Guiné*	2879	2947	3060	83,2	74,5	91,6	76,0	65,1	86,6	61,5	48,5	73,9
Guiné-Bissau*	368	367	370	69,8	56,6	81,9	63,5	49,8	76,0	50,9	37,6	63,4
Guiné Equatorial*	127	127	128	55,1	40,6	68,8	49,8	35,9	63,0	39,5	27,4	51,1
Grande República Socialista Popular da Líbia	883	890	848	43,5	29,9	59,7	36,2	24,6	49,6	24,0	16,0	32,9
Quênia	3473	3728	4360	35,0	22,9	46,8	31,0	20,2	41,5	23,8	15,4	32,0
Libéria	811	839	862	67,7	57,3	78,6	60,5	50,2	71,2	45,3	36,1	54,7
Madagascar	1309	1305	1303	23,1	14,2	31,6	19,8	12,3	27,1	14,5	9,0	19,7
Mali*	3357	3398	3235	77,3	69,0	84,6	68,0	59,2	76,1	48,0	40,1	55,4
Marrocos	7454	7526	7303	58,3	45,7	70,5	50,5	38,7	52,0	36,5	27,0	45,7
Mauritânia*	715	740	785	72,5	60,2	84,2	66,0	52,9	78,6	53,1	39,7	65,9
Moçambique*	5593	5880	6377	72,4	60,6	83,6	67,1	54,9	78,7	55,4	43,4	66,9
Níger*	2558	2683	2945	78,5	67,9	88,7	71,6	59,6	83,2	57,7	44,5	70,6
Nigéria	28224	28723	28448	57,3	45,2	68,9	49,3	37,7	60,5	34,4	24,9	43,6
Uganda*	4600	4908	5545	57,2	42,9	71,0	51,7	37,8	65,1	41,1	28,8	53,0
República Centro-Africana*	1014	1028	1062	68,5	55,0	80,7	62,3	48,2	75,1	49,9	36,5	62,4
Ruanda*	1701	1838	2149	54,6	40,7	67,9	49,8	36,1	62,9	40,9	28,5	52,8
Senegal	2433	2525	2672	67,9	54,6	80,7	61,7	48,1	74,9	49,5	36,3	62,2
Serra Leoa*	1783	1830	1909	86,7	79,2	93,8	79,3	69,3	88,7	64,2	51,5	76,2
Somália*	2877	3003	3235	83,1	73,3	91,2	75,9	63,9	86,0	61,3	47,9	73,5

Sudão*	9040	10061	12541	75,6	60,7	90,3	73,9	57,3	88,3	66,9	50,4	83,3
Chade*	2230	2280	2354	77,0	66,0	87,5	70,2	57,8	82,1	56,6	43,3	69,4
Togo*	1015	1070	1173	62,1	48,6	74,9	56,7	43,6	69,3	45,6	33,9	56,8
Tunísia	1858	1762	1497	42,4	32,2	52,7	34,7	25,8	43,7	22,5	16,0	29,1
Zaire	5641	5466	4919	34,1	20,6	46,8	28,2	16,4	39,3	18,3	10,1	26,3
Zâmbia	1172	1170	1127	32,6	23,3	41,3	27,2	19,2	34,7	18,2	12,6	23,6
Zimbábue	1683	1776	1990	37,7	30,2	45,0	33,1	26,3	39,7	25,4	20,0	30,6

* Países pertencentes ao grupo dos países menos desenvolvidos

[*Fonte*: UNESCO, Compêndio das estatísticas relativas ao analfabetismo, nº 31, Divisão de estatísticas sobre a educação, Ofício das estatísticas, 1990, UNESCO, Paris.]

novos procedimentos, modificar os antigos métodos, adaptando-os ao contexto africano. Este autêntico e endógeno desenvolvimento da educação na África deveria poder assimilar e adaptar as mais frutuosas experiências estrangeiras, zelando, entretanto, para que os resultados das inovações, originais ou emprestadas, constituíssem o objeto de uma análise crítica e de uma reflexão voltada para as realidades próprias à África[25]. Algumas interessantes experiências realizaram-se neste âmbito, as mais importantes diziam respeito à passagem de uma escola elitista para uma educação de massas, bem como ao estabelecimento de laços entre a escola e a vida da coletividade e, finalmente, mas não menos importante, ao fortalecimento da unidade cultural e nacional. Tais posturas e procedimentos, conjugados à concomitante promoção de experiências e pesquisas, deveriam permitir atingir a bom termo os objetivos estabelecidos.

25 Ibid., pp. 22-47.

SEÇÃO VI

O PAN-AFRICANISMO: LIBERTAÇÃO E INTEGRAÇÃO A PARTIR DE 1935

CAPÍTULO 23

A África e a diáspora negra

Joseph E. Harris com a colaboração de *Slimane Zeghidour*

"No século XX e, sobretudo, após a Primeira Guerra Mundial, durante as negociações do Tratado de Versalhes e a formação da Sociedade das Nações, foram os negros americanos quem defenderam energicamente os direitos dos negros africanos, pois, nesta época, nós não estávamos em condições de falar em nosso próprio nome[1]."

"Não esqueçamos jamais que eles são dos nossos [os negros da diáspora]. Estes filhos e filhas da África, arrancados de nossas margens, não esqueceram os laços que os unem à terra dos seus ancestrais [...]. Eles combatiam pela igualdade das nações e raças na África, bem anteriormente a que muitos entre nós tenham sequer tomado consciência do nosso rebaixamento [...]. Agora que nós, africanos, conquistamos a nossa independência, eles deveriam poder encontrar um poderoso amparo para alcançar o pleno reconhecimento dos seus direitos e da sua dignidade como cidadãos de seu país[2]."

"O maior serviço que vós podeis prestar ao vosso país seria de persuadir os milhares de negros, dos Estados Unidos da América do Norte e das Antilhas, a virem trabalhar conosco pelo desenvolvimento da Etiópia[3]."

1 A. DIOP, 1958.

2 K. NKRUMAH, 1958A.

3 M. BAYEN, 1939.

Estas citações mostram claramente que a dinâmica das relações históricas entre a África continental e as suas diásporas, estudada nos volumes anteriores, prosseguiu após 1935. Estas relações, sobreviventes aos tráficos escravistas em direção à Ásia, Europa e Américas, foram consolidadas pelas experiências psicológicas e sociais da diáspora, de onde nasceram os movimentos de protesto, as revoltas e as ações internacionais conduzidas em prol da libertação dos negros, da liberdade e igualdade dos africanos e dos seus descendentes, no continente e no estrangeiro. Igualmente, a natureza, a maior ou menor crueldade da escravatura, o número de escravos e a sua proporção em relação aos senhores, influenciaram profundamente o processo de socialização e assim contribuíram, para modelar a representação da África, própria às diferentes comunidades da diáspora. Do mesmo modo, à imagem da maneira variável através da qual os africanos do continente se fazem representar, os pertencentes à diáspora têm a sua atuação em função da sua experiência de colonização. Na África como no exterior, os europeus, os americanos e os asiáticos depreciaram a raça negra e desestimularam a expressão de uma solidariedade internacional entre os negros. Entretanto, a ideia de um "salvamento" da África, a provocar a emancipação dos negros e demonstrar a sua capacidade, tanto em se autogovernar, quanto em contribuírem para a civilização mundial, impôs-se fortemente na diáspora e provocou o nascimento dos movimentos negros internacionais de libertação. Como exposto no capítulo 29 do volume VII, estas tentativas de libertação processadas na África e na diáspora culminaram, entre 1900 e 1935, no movimento pan-africanista; os anos 1920, particularmente, conheceram uma intensa atividade, especialmente, graças aos esforços de Marcus Garvey e W. E. B. Du Bois, nos Estados Unidos da América do Norte, e àqueles dos estudantes africanos, na França e na Grã-Bretanha. Vejamos, neste momento, os fatos que se passaram na diáspora africana após 1935.

Primeiramente, os africanos continuaram a emigrar em direção à Europa, Ásia e ao Novo Mundo, contudo, as suas motivações, o seu número e o seu destino eram, desde então, sensivelmente diferentes. Aproximadamente, até o final do século XIX, o tráfico praticado através do Mediterrâneo, do Oceano Índico e, principalmente, do Atlântico, foi evidentemente o motivo essencial da emigração africana. No século XX, notadamente entre 1935 e 1960, o sistema colonial constituiu a principal razão da emigração. Crescente número de africanos, impelidos pelo desejo de escaparem à opressão econômica e política, emigrou para as capitais europeias. Eles vêm principalmente das colônias francesas da África do Norte e das colônias belgas; milhares de argelinos estabeleceram-se especialmente na França durante este período: no curso da guerra da Argélia,

havia na França cerca de 450.000 argelinos e pouquíssimos retornaram à sua terra natal[4]. A necessidade de formação superior explica, igualmente, boa parte das emigrações africanas, quase todas as potências coloniais desinteressaram-se pelo ensino universitário na África. O número de estudantes africanos inscritos nas universidades europeias e americanas cresce de modo intenso, entre 1935 e 1960, e muitos dentre eles não mais retornam ao seu país de origem. Durante este período, a emigração africana para a América do Sul, Caribe e Índia cessa quase inteiramente, os emigrantes dirigiam-se, em sua grande maioria e desta feita, para a Europa e para os Estados Unidos da América do Norte, em uma proporção muito superior àquela dos dois séculos precedentes. Em que pese a ausência de estatísticas, pode-se afirmar com certeza que o número de africanos a terem deixado naquele momento o seu continente fora relativamente limitado, uma vez que se tratava principalmente de estudantes.

Após as independências, a partir dos anos 1960, a emigração prosseguiu, porém, a sua natureza, as suas motivações e o destino dos emigrantes foram, novamente, modificados. Não é mais os estudantes que se expatriam, mas, igualmente, técnicos e especialistas altamente qualificados: médicos, engenheiros, homens de negócios, músicos e outros artistas, professores universitários, etc. Por outro lado, durante este período, a emigração conduz novamente os africanos a toda parte do mundo, como anteriormente ao século XX, pois que, eles não somente se estabelecem na Europa Ocidental e nos Estados Unidos da América do Norte mas, igualmente, no Oriente Médio, nos antigos países socialistas, no Canadá, na Austrália e no Pacífico Sul. Professores e conferencistas africanos oferecem cursos na Universidade da Papuásia - Nova Guiné! Este fenômeno, a "fuga dos cérebros", tomou proporções realmente alarmantes nos anos 1960 e 1970, entretanto e felizmente, parece ter chegado à sua solução. Nesta mesma época, não mais causa espanto encontrar africanos médicos, dentistas, cientistas, engenheiros, professores, etc., no estrangeiro. Se a África está privada das suas competências, estas ao menos testemunham o seu êxito nos planos intelectual, cultural e político.

A emigração das mulheres confere uma nova característica à emigração africana. Instruídas ou semialfabetizadas, diplomadas ou não, frequentemente oriundas da costa ocidental, estas africanas emigraram para Europa (especialmente para a França, Alemanha ou Grã-Bretanha) e para as Américas na esperança de lá encontrarem um emprego (muitos são enfermeiras) ou enriquecerem-se (aqui

4 Para uma excelente apresentação da emigração argelina para a Europa, conferir C. –R. AGERON, 1979.

incluído o contrabando ou tráfico de entorpecentes). Uma emigração masculina do mesmo tipo constituiu a terceira característica da diáspora moderna: uma crescente quantidade de africanos pouco instruídos, sem formação, esperam ganhar a sua vida nas grandes metrópoles europeias, por intermédio de variados tipos de atividades, lícitas ou não, a começar pelo "lavar a louça" em restaurantes, passando pelos trabalhos de manutenção, até, finalmente e inclusive, o contrabando ou o tráfico de drogas.

Uma última categoria de emigrantes, recentemente evidenciada, vem inchar as fileiras da nova diáspora, temporária ou definitivamente. Trata-se dos exilados políticos. Eles fugiram da guerra civil ou foram vítimas dos conflitos fronteiriços entre países independentes; foram os instigadores ou organizadores de um golpe de Estado fracassado ou foram expulsos do seu país por espionagem em benefício de uma potência estrangeira ou por outras razões. Assim sendo, em 1986, Gana privou oito dos seus cidadãos, acusados de espionagem em favor dos Estados Unidos da América do Norte, da sua cidadania e os trocou por um agente dos serviços de segurança ganês que trabalhava nos Estados Unidos.

Pode-se, a partir do supra-exposto, facilmente deduzir que as razões, antigas ou novas e em virtude das quais os africanos emigraram, têm a sua origem, inicialmente, na progressiva degradação da situação socioeconômica e política desde as independências (degradação examinada em outros capítulos do presente volume). Os africanos emigraram para encontrar empregos ou maior realização profissional, para rapidamente enriquecer ou para conhecer a aventura.

Os africanos da diáspora desde 1935

Qual contribuição os africanos dos diferentes países da diáspora teriam trazido ao pan-africanismo, desde os anos 1930? O movimento pan-africanista conheceu uma nítida inflexão em suas atividades na América e na Europa após a realização do Congresso Pan-Africano de Nova Iorque, no ano 1927. Contudo nos anos 1930, ele reagiu vigorosamente à agressão da Itália contra a Etiópia (1935-1941) e à ascensão do fascismo na Europa. Esta reação manifesta, especialmente na Europa e na América, conduziu a um aprofundamento da doutrina e a uma ampliação das atividades, as quais se expressariam durante o Congresso Pan-Africano de Manchester, em 1945, e contribuiriam para a derrubada do sistema colonial e para a conquista das independências, nos anos 1950 e 1960.

A agressão contra a Etiópia colocou em espetacular evidência a dependência da África em relação à Europa, assim como a hesitação e a ineficácia das gran-

des potências quando elas deveriam, isoladas ou sob a égide da Sociedade das Nações, tornar respeitáveis a liberdade e a justiça. Na Inglaterra, C. L. R. James e outros fundaram, em 1936, a International African Friends of Ethiopia (IAFE). Esta associação, através das suas conferências, suas petições e suas manifestações, ganhou o apoio da opinião pública à causa da Etiópia. Uma organização amplamente implantada e muito combatente, o International African Service Bureau (IASB), criado em 1937, soube eficazmente associar os problemas locais à crise etíope. Com o objetivo de apoiar os negros da Grã-Bretanha, nos campos econômico e político, bem como no tocante à educação, o IASB, amplamente popular graças ao seu jornal, o *International African Opinion*, esforçava-se em cooperar com associações americanas[5].

Uma das grandes figuras deste movimento pan-africano na Grã-Bretanha foi o guianês George Thomas Nathaniel Griffith, mais conhecido sob o nome Ras Makonnen. Ele estudara nos Estados Unidos da América do Norte, onde fizera muitos amigos entre os negros, exercendo profunda influência, embora muitas vezes discreta, sobre os negros da Grã-Bretanha. Através do seu trabalho, conseguiu economizar fundos e abrir diversos restaurantes e clubes em Manchester, os quais serviam à causa dos trabalhadores e negros. Ele possuía estabelecimentos como o Ethiopian Teashop, o Cosmopolitan, o Forum Club, a Belle Étoile, nos quais os clientes negros, por vezes futuros dirigentes africanos ou antilhanos, vinham debater problemas atuais, e onde estudantes negros podiam trabalhar para pagarem seus estudos[6].

Makonnen, juntamente com o Dr. Peter Milliard, seu compatriota, o queniano Jomo Kenyatta e o antilhano George Padmore, criara a Pan-African Publishing Company, responsável pela publicação mensal do *Pan-Africa*. Ele também possuía uma livraria, a Economist[7]. Esta rede de empresas devia facilitar a realização da reunião de nacionalistas negros, a mais bem-sucedida de todas aquelas ocorridas antes da era da independência. Ao grupo formado ao redor de Ras Makonnen agregaram-se o sul-africano Peter Abrahams, o serra-leonês Wallace-Johnson e C. L. R. James, posteriormente juntou-se Kwame Nkrumah. Estes militantes fundaram, no ano de 1944, a Federação Pan-africana, organizadora do memorável quinto Congresso Pan-Africano, realizado em Manchester, no ano 1945.

---

5 V. P. THOMPSON, 1969, p. 32.

6 K. KING (org.), 1971, pp. 135-138.

7 Idid., p. 145.

Nos Estados Unidos da América do Norte, sob a direção de William Leo Hansberry, negros vindos da África ou provenientes da diáspora fundaram, em 1934, o Ethiopian Research Council (ERC), com o objetivo de tornar conhecida a situação da Etiópia e contribuir com a formação de uma rede internacional de negros engajados em expandirem a causa africana. Os fundadores do ERC — William Leo Hansberry, Ralph Bunche e William Steen, cidadãos norte-americanos, o ugandense Hosea Nyabongo e o etíope Malaku Bayen — sabiam que a Etiópia exercia uma considerável atração sobre as populações africanas e que a consciência da herança etíope inspirara uma ideologia de libertação que representava uma poderosa e recorrente afirmação da identidade e da solidariedade africanas no continente e na diáspora[8].

Os poucos professores e estudantes da Universidade Howard oriundos do ERC possuíam contatos em diversas cidades dos Estados Unidos da América do Norte, na Etiópia, Grã-Bretanha, França, Itália e nas Antilhas. O ERC desempenhava um importante papel como escritório-central de informação sobre a Etiópia e facilitava ou organizava as atividades conduzidas em favor deste país.

Quando os italianos invadiram a Etiópia, numerosos afro-americanos pretenderam unir-se à armada etíope, entretanto, o governo dos Estados Unidos da América do Norte declarou-se neutro e interditou aos cidadãos americanos tomar partido em relação à guerra. Apesar disso, dois pilotos afro-americanos, Hubert Julian e John Robinson, encorajados pelo ERC, foram à guerra na Etiópia. Robinson tornou-se o piloto particular do imperador e foi nomeado conselheiro para a aviação. Apelidado Condor Marrom, ele efetuou várias missões aéreas para a Etiópia, no curso de uma das quais o seu avião foi abatido[9].

O apoio moral e a ajuda material dos africanos da diáspora foram mais importantes que a sua ajuda militar. Os negros da diáspora como aqueles das colônias africanas, organizaram manifestações e multiplicaram os artigos e os clamores em favor da Etiópia. Entre as organizações pró-etíopes criadas nos Estados Unidos da América do Norte, devemos citar os Friends of Ethiopia (FOA), fundada por um professor afro-americano, Villis Huggins, quem fora à Europa e obtivera o aval dos embaixadores etíopes em Londres e Paris. Em menos de um ano, a FOA abriu escritórios em 106 cidades, distribuídas em 19

8 Ethiopian Research Council, 1935; J. E. HARRIS, 1974, capítulo I.

9 Estas informações foram extraídas de um manuscrito inédito de J. Cheeks, relatando a sua participação na guerra da Etiópia ao lado de Robinson; conferir igualmente o seu testemunho de 1936.

Estados norte-americanos. Ela organizou coletas de fundos em conjunto com o International African Friends de Londres[10].

É preciso igualmente assinalar a contribuição do Medical Committee for the Defense of Ethiopia, formado por um grupo de médicos negros originários das Antilhas e dos Estados Unidos da América do Norte, a trabalho em Nova Iorque. Este comitê fretou um ou dois navios carregados de produtos médicos destinados aos combatentes etíopes. Outros grupos – nos EUA, na Jamaica, em Trinidad e Tobago, no Panamá, em Barbados, em Sainte-Lucie e alhures – distribuíam material de propaganda em favor da Etiópia, organizavam concentrações, afirmando a sua solidariedade *vis-à-vis* dos etíopes. Esta solidariedade expressou-se naturalmente com força particular junto aos rastafáris, os quais haviam endeusado o imperador Haïlé Sélassié e extraído o seu nome de um antigo título, rãs Tafari[11].

O apoio dos africanos da diáspora continuou a se manifestar mesmo quando o imperador foi obrigado ao exílio. As coletas de fundos prosseguiram e os afro-americanos engajaram-se, ao menos em uma ocasião, em negociações em caráter privado. Uma delegação foi a Londres e, malgrado as objeções do Departamento de Estado norte-americano, persuadiu o imperador a enviar um emissário aos Estados Unidos da América do Norte, intuindo promover a causa etíope naquele país. Foi assim que Malaku Bayen, diplomado em 1935 pela Escola de Medicina da Universidade Howard e cofundador do ERC, chegou à Nova Iorque, em 1936, na qualidade de enviado do imperador para o continente americano. Bayen e a sua esposa, afro-americana, receberam uma boa acolhida dos afro-americanos e de alguns brancos. Algumas grandes manifestações permitiram arrecadar fundos, mas o principal resultado da visita de Bayen aos EUA foi a fundação da Ethiopian World Federation (EWF), em 1937. Bayen declarou publicamente: "Nós vamos criar os Estados Unidos da África", ele acreditava que a EWF insuflaria nos negros do mundo inteiro o orgulho da raça. Em 1940, ele elogiou Marcus Garvey, relembrando que a sua Universal Negro Improvement Association abrira espaço para a EWF[12].

Tal como Garvey, os Bayen fundaram uma publicação oficial, *The Voice of Ethiopia*, "jornal da vasta comunidade universal dos negros e amigos da Etiópia,

10 W. N. HUGGINS e J. G. JACKSON, sem datação; 1935; 1937, pp. 90-91.

11 Arquivos dos Estados Unidos da América do Norte, Diplomatic Branch, 884, 142/19. Consultar igualmente L. BARRETT, 1977.

12 The Voice of Ethiopia, 19 de março de 1938, 6 de maio de 1939, junho de 1939, 8 de julho de 1939, 3 de fevereiro de 1940, 24 de maio de 1940.

espalhados mundo afora". Este jornal desempenhou um papel primordial no processo de redefinição da africanidade, opondo-se especialmente ao emprego da palavra inglesa *negro*, considerada um insulto e um meio para a divisão dos negros. "Nós não somos mais negros da Antilhas ou americanos mas, verdadeiros etíopes". "Negros da América, a Etiópia vos pertence". A palavra "preto" (*black)* adquiriu grande popularidade: "Pretos, uni-vos", "Nem mesmo um preto derramará o seu sangue pela Europa enquanto a Etiópia não for libertada", estes *slogans* e alguns outros popularizaram-se junto ao público graças ao *The Voice of Ethiopia*[13].

O *The Voice of Ethiopia* publicou artigos assinados por George Padmore, Nnamdi Azikiwe, W. E. B. Du Bois, J. A. Rogers ou Akiki Nyabongo. Encontrava-se frequentemente nestes textos temas da história dos negros, assim como artigos sobre personalidades negras, tais como o haitiano Toussaint Louverture, o imperador da Etiópia Ménélik, o pastor e educador originário da Costa do Ouro (atual Gana) James Aggrey, o americano Richard Wright, entre muitos outros.

A presença de seções da EWF em todos os Estados Unidos da América e em todos os países do Caribe proporciona uma ideia da amplitude da sua influência. No dia 23 de julho de 1939, na Jamaica, uma reunião organizada para apresentar a Carta da Federação, reuniu cerca de 800 pessoas e teve como principal orador Amy Garvey. Reuniões do mesmo gênero foram organizadas em novembro de 1939, na capital de Cuba, Havana, e em Tela, Honduras. Em todas as ocasiões os oradores elogiaram a obra de Garvey[14].

Uma crônica do *The Voice of Ethiopia*, intitulada "novidades da comunidade negra", oferece uma imagem da influência exercida por este jornal e pela EWF. Neste periódico publicam-se informações e correspondências provenientes, especialmente, do Egito, da Etiópia, do Sudão, do Panamá, da Jamaica, de Honduras, da Venezuela e da Nigéria. Os artigos do *The Voice of Ethiopia* eram replicados pelo *The Comet* (Nigéria), pelo *Boston Chronicle* (EUA), pela *Panama Tribune* (Panamá), pela *Union Messenger (Saint-Christophe)* e pelo *The People* (Trinidad). Donativos em dinheiro destinados a ajudarem a Etiópia foram enviados da Guiana britânica, de Bocas Del Toro e de Gamboa (Panamá), da ilha de San Andrés (Colômbia), de Westmoreland (Jamaica), de Maracaibo e de Longunillas (Venezuela).

Quando Haïlé Sélassié retomou o seu trono, em 1941, o governo etíope patrocinou a criação da primeira escola mista do país, fundada por Mignon Ford,

13 Ibid., 19 de março de 1938, 29 de abril de 1939, 24 de junho de 1939, 15 e 29 de julho de 1939.

14 Ibid., 19 de agosto de 1939, 5 e 11 de novembro de 1939, 9 de dezembro de 1939.

antilhano de Barbados emigrado dos Estados Unidos em 1930. Os médicos, pilotos, professores e outros afro-americanos vindos à Etiópia após a agressão italiana retornaram aos Estados Unidos, entretanto, graças a William Leo Hansberry, muitos afro-americanos puderam dirigir-se à Etiópia para trabalharem como professores ou jornalistas. Outros negros, originários de Barbados, da Guiné, de Porto Rico e dos Estados Unidos da América do Norte, foram empregados como pilotos ou mecânicos[15].

A invasão da Etiópia pelos italianos igualmente suscitou, em 1937, a criação do International Committee on África, transformado em 1941 no Council on Africa Affairs[16]. O seu fundador, o afro-americano Max Yergan, cumprira durante vinte anos as funções de secretário da Young Men's Christian Association (YMCA), na África Oriental e Austral. Ele foi certamente influenciado pelas suas relações com o Congresso Nacional Africano (CNA) e com o Sindicato Sul-Africano dos Trabalhadores da Indústria e do Comércio. Portanto e desde algum tempo empenhado em "ajudar a África", Yergan persuadiu certo número de negros (e de brancos progressistas) a fundarem consigo este Conselho de Assuntos Africanos. O famoso cantor Paul Robeson e outro antigo empregado da YMCA, William Alphaeus Hunton foram, juntamente com Yergan, os principais dirigentes da organização financiada por ricos brancos progressistas.

Yergan, Hunton e Robeson aderiam ao marxismo e mantinham boas relações com o Partido Comunista Americano sem, ao que tudo indica, serem membros da organização. As suas ideias políticas lhes valeram ataques públicos no Conselho. Entretanto, no contexto da época, a diretriz política dominante visava opor uma "frente única" ao fascismo, o que implicava na colaboração com os comunistas, foi justamente com este espírito que numerosos intelectuais, sindicalistas e muitos outros aceitavam esta cooperação. Os negros não formavam, portanto, uma exceção.

O Conselho buscava promover a libertação dos africanos e melhorar a sua posição social e econômica; com este objetivo, ele dedicava-se a difundir informações, facilitar a formação dos africanos na Europa e na América, organizar intercâmbios, favorecer a cooperação entre os africanos. Assim sendo, ele organizou um encontro político com D. T. T. Jabavu e A. B. Xuma, dois sul-africanos que haviam estudado nos Estados Unidos e dirigiam a All-African National

15 Arquivos dos Estados Unidos da América do Norte, 1944.

16 H. LYNCH, 1978.

FIGURA 23.1 Algumas grandes figuras da diáspora africana, célebres defensores da causa dos negros. Na parte superior, à esquerda, George Padmore; na parte superior, à direita, Paul Robeson e W. E. B. Du Bois; na parte inferior, à esquerda, Marcus Garvey; na parte inferior, à direita, Max Yergan. (Foto: Topham, Londres; Mooriand-Spingarn Research Center, Howard University.)

Convention (AANC), organização fundada em 1935, em defesa dos direitos dos negros sul-africanos.

Após 1941, o Conselho engajou-se ainda mais ativamente em favor da África e da descolonização em geral. Seções foram criadas em muitas cidades dos Estados Unidos da América do Norte; uma dentre elas contou em meio aos seus aderentes com Rosebery T. Bokwe, médico sul-africano igualmente membro do CNA. O Conselho endereçou cartas e petições aos governos dos Estados Unidos da América do Norte e dos países da Europa, assim como a organizações internacionais. Ele encorajou os sindicatos e os movimentos nacionalistas africanos. A interdição, no Quênia, na África do Sul e no Congo belga, da usa publicação *New Africa* dá uma noção sobre a sua influência.

Precursores, em razão disso, do grupo de pressão pró-africano existente até os dias atuais nos Estados Unidos da América do Norte, vários membros do Conselho encontraram, em 1944, representantes da Divisão da África, pouco anteriormente criada no seio do Departamento de Estado americano, e recomendaram a adoção de uma política favorável à África. Este encontro parece ter se desdobrado na ulterior assessoria, junto ao governo, provinda de alguns negros especialistas na questão africana. Ao longo da primeira Conferência das Nações Unidas reunida em São Francisco, no ano de 1945, Yergan e Eslanda Robeson exigiram uma melhoria na situação econômica, política e social dos africanos. O Conselho solicitou expressamente que os territórios sob mandato e todas as possessões africanas da Espanha, de Portugal e da Itália, excetuando-se a Eritreia, fossem colocadas sob a tutela das Nações Unidas e que à África do Sul lhe fosse interditada a representação como membro do Conselho de Tutela.

Após a Segunda Guerra Mundial, as declarações do Conselho expressaram uma crescente oposição à política americana. Esta postura explica-se, em parte, pela Guerra Fria, a qual colocava o Leste e o Oeste um contra o outro mas, igualmente, em razão do acelerado desenvolvimento dos movimentos de libertação na África e na diáspora. O Conselho preocupava-se, particularmente, com a África do Sul, não somente porque Yergan lá vivera, mas em função da crescente repressão exercida naquele país contra os negros, sobretudo a partir dos anos 1940. Em suplemento, a fome que se abatia naquela região agravava sobremaneira a situação. O Conselho criou um Comitê de Ajuda às vítimas da fome na África do Sul, enviando dinheiro e alimentos às populações atingidas.

A anexação do Sudoeste africano (atual Namíbia), pela África do Sul, provocou vigorosos protestos. Um dos panfletos publicados sobre esta questão pelo Conselho foi redigido por I. B. Tabata, quem antes a publicara, em 1945, sob a égide do CNA. Hunton escreveu textos sobre a fome e a repressão política na

África do Sul; ele também realizava um relatório minucioso e periódico sobre os debates realizados nas Nações Unidas, em respeito aos nacionalistas africanos da África, da Europa e dos Estados Unidos da América do Norte.

A partir de 1949, a direção do Conselho compôs-se exclusivamente de negros; Robeson foi nomeado presidente, Du Bois vice-presidente, e Hunton secretário-executivo. O Conselho fez então prova de um crescente radicalismo que lhe valera um aumento da insolência e dos obstáculos impostos pelo governo norte-americano; todavia, o Conselho continuou a sua luta em favor dos africanos até a sua dissolução, em 1955. Ele preparava assim a ação de um grupo de pressão afro-americano, melhor implantado e cuja ocupação consistiria em enfrentar, com ainda maior eficácia, os problemas da África e do mundo negro.

O quinto Congresso Pan-africano

As sucessivas criações de associações e os múltiplos encontros, destinados na Europa, na África e nos Estados Unidos da América do Norte, a coordenarem a ação conduzida em favor dos africanos do continente e dos negros da diáspora, desdobraram-se em 1945 na reunião do quinto Congresso Pan-africano, realizado em Manchester. Este congresso será objeto de uma análise detalhada no capítulo 25. Basta neste momento indicar que foi justamente a este congresso de Manchester, presidido por Du Bois, que coube o êxito de conferir ao pan-africanismo, na qualidade de movimento de libertação, o seu verdadeiro impulso na África, consolidando-o além das fronteiras europeias e americanas. Este congresso, no qual se realizou uma síntese entre o intelectualismo de Du Bois e o pragmatismo de Garvey, significou para o resto do mundo que o essencial do combate pela liberdade seria, desde então, livrado na África, pelos dirigentes africanos. O ano 1945 marcou igualmente outro ponto de inflexão na justa medida que os negros dos Estados Unidos da América do Norte e das Antilhas anglófonas, os quais haviam oferecido, até então, os seus mais eloquentes e eficazes dirigentes ao movimento pan-africano, consagraram-se, a partir desta data e durante os anos 1950, principalmente à luta pela igualdade nos Estados Unidos da América do Norte e ao bom funcionamento da Federação formada por Barbados, Jamaica e Trinidad e Tobago.

No entanto, as relações com a África não seriam contudo interrompidas. Em 1947, um senegalês habitante de Paris, Alioune Diop, fundou a *Présence africaine*, revista consagrada à cultura africana e destinada ao grande público. Diop esteve à origem da reunião, em 1957, em prol da realização de uma con-

ferência mundial de escritores negros que daria origem à Société africaine de culture (SAC), cuja seção americana, a American Society of African Culture (AMSAC), dirigida por John A. Davis, empreendeu a publicação da *African Forum*. A SAC e a AMSAC participaram de conferências, exposições e publicações, contribuindo assim para a reaproximação dos africanos mundo afora.

Durante os anos 1960, Malcolm X, quem carregava para os Black Muslims [Muçulmanos negros] o título de "Ministro da nação do Islã", era uma figura extremamente popular junto aos afro-americanos e em meio aos jovens. Ele exortava os negros a estudarem a história dos seus ancestrais e a tomarem em mãos o seu futuro. Em 1964, criou a Organização da Unidade Afro-americana, com vistas a reunir os afro-americanos engajados na luta nacional e com a esperança de cooperar com a Organização para a Unidade Africana (OUA). Ele foi assassinado em 1965, entretanto, o relato da sua vida por Alex Haley tornou-se, com os *Damnés de la terre*, do martinicano Frantz Fanon, o guia dos jovens negros que recém haviam chegado à direção do Black Power, como Stokely Carmichael ou Walter Rodney.

Ao final dos anos 1960, os jovens afro-americanos foram os pioneiros no renascimento de um movimento internacional pela afirmação da identidade africana. Eles não somente assumiam com orgulho as suas origens, inspirando-se, em seu estilo de vida, nas tradições africanas – vestindo túnicas africanas, usando pérolas e braceletes, penteando-se à africana ou adotando nomes africanos –, mas, igualmente exigiam que o sistema escolar e universitário assegurasse um ensino sobre os negros (sobre a África e a diáspora). A introdução e o desenvolvimento dos estudos sobre os negros, dos estudos afro-americanos, dos estudos pan-africanos e dos estudos africanos, em grande número de instituições universitárias americanas frequentadas por negros, assim como nas instituições frequentadas por brancos, estas medidas foram acompanhados de múltiplas publicações. Os africanos do continente ou da diáspora encarregaram-se destes conteúdos e do seu ensino.

O movimento em prol dos estudos sobre os negros deve o seu sucesso, em parte, aos professores e aos pesquisadores africanos do continente e da diáspora que abandonaram a Associação Americana de Estudos Africanos, por ocasião da sua reunião de 1969, no Canadá[17]. Os dissidentes, formadores da African Heritage Studies Association (AHSA), buscaram promover, através das suas conferências e das suas publicações, uma reinterpretação da história das popu-

17 I. S. REID, 1976.
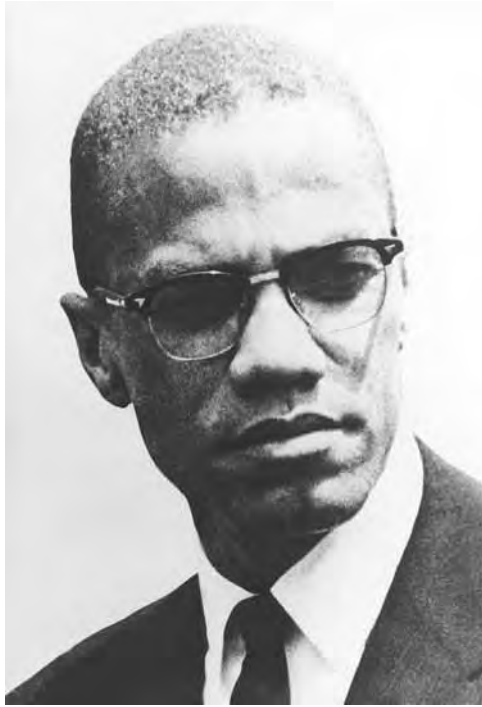
FIGURA 23.2 Malcolm X, porta-voz apaixonado da luta pelos direitos dos negros. (Foto: Moorland-Singarn Research Center, Howard University.)

lações negras que traduzisse o ponto de vista dos próprios negros. A AHSA encorajou a difusão, em todas as escolas, de materiais relativos ao patrimônio africano, além de trabalhar pelo desenvolvimento de uma colaboração internacional entre os intelectuais negros. Ela conheceu o seu apogeu em 1970, reunindo na Universidade Howard mais de 2000 delegados vindos da África e dos países da diáspora.

Os negros norte-americanos igualmente abordaram os problemas da África e da diáspora africana no âmbito institucional. Os membros negros do Congresso norte-americano começaram assim a se reunirem periodicamente, em 1969, sob a presidência de Charles Diggs. Estas reuniões informais originaram, em 1971, o Congressional Black Caucus, grupo de parlamentares que se atribuiu a tarefa de promover medidas em favor dos afro-americanos, zelando pela sua aplicação, assim como a incumbência de influenciar a política governamental em respeito à África e ao Caribe. Vários membros do Caucus percorreram estas duas regiões do mundo, criticaram a política dos Estados Unidos da América do Norte no

tocante a estas regiões e tomaram a iniciativa de elaborar leis em seu favor. Este grupo de deputados negros que, muito amiúde, recebeu o apoio de uma parte do Congresso norte-americano e da opinião pública, assumiu parte importante no combate pela liberdade e igualdade nos Estados Unidos da América do Norte e no estrangeiro.

Após 1969, os negros americanos formaram grande número de associações culturais, organizações políticas, organismos de apoio ao desenvolvimento, principalmente voltados para a África e destinados à reatar os laços desta última com a sua diáspora: o African-American Scholars Council, a American Negro Leadership Conference on Africa, o African Liberation Day Coordinating Committee, Africare, o Congress of African People, etc. Estas organizações e organismos similares, fundados na África, facilitaram a comunicação no seio das populações africanas e prepararam desta forma o campo para o sexto Congresso Pan-africano, realizado em Dar es-Salaam, na Tanzânia, no ano 1974.

O teórico e militante do pan-africanismo Saint Clair Drake notara, por ocasião do primeiro Festival de Artes Negras, ocorrido em Dakar no ano de 1966, que o pan-africanismo cultural poderia oferecer aos africanos maiores possibilidades de identificação e de cooperação entre si, comparativamente ao pan-africanismo político. O sexto Congresso Pan-africano certamente revelou os limites, até mesmo aos observadores menos clarividentes que Drake, da influência política dos negros da diáspora no referente aos assuntos continentais. Os delegados da diáspora viram, na realidade, a solidariedade racial ser ridicularizada, através de uma resolução dirigida contra a "política da cor de pele" e, os afro-americanos viram-se reprovar por não buscarem nenhuma aliança com os trabalhadores brancos[18].

Os trabalhos de Drake podem ajudar-nos a analisarmos este problema. Ele distingue o pan-africanismo racial, predominante junto aos primeiros partidários do pan-africanismo, do pan-africanismo continental, pretenso, antes e sobretudo, a realizar a unidade do continente africano. Este segundo tipo de pan-africanismo não somente estende o seu olhar à África do Norte, mas igualmente incentiva os membros de outros grupos raciais, em países como o Brasil e Cuba – nos quais grande parte e por vezes a maioria da população é de origem africana –, a representarem os negros e a falarem em seu nome, pois que as injustiças políticas e sociais, bem como as desigualdades no âmbito da

18 St. C. DRAKE, 1982; R. B. LAPORTE, 1982.

educação, impedem-nos muito amiúde de falar em seu próprio nome. Situação esta energicamente denunciada pelo pan-africanismo racial.

Com efeito, o pan-africanismo sofre nos dias atuais uma transformação. Os africanos do continente estão, sobretudo, preocupados com problemas relativos à unidade nacional e ao desenvolvimento. Estes problemas colocam-se a todos os países do continente, tendendo, por conseguinte, a fazerem da unidade africana um objetivo prioritário. Os tipos de recursos necessários ao desenvolvimento dos países africanos, a amplitude das suas necessidades, as estruturas necessárias a melhorar a comunicação, com vistas à aquisição destes recursos, todos estes fatores favorecem o estabelecimento de relações bilaterais entre os países e explicam as razões pelas quais as economias africanas sejam amplamente financiadas pelos organismos internacionais e pelas grandes potências. Os países extra-africanos, dirigidos por negros, devem igualmente enfrentar prioridades nacionais a exigirem um importante financiamento. E os negros da diáspora que não exercem influência alguma sobre o governo do seu país não possuem sequer a possibilidade de oferecerem, à África ou aos povos negros extra-africanos, a ajuda indispensável da qual necessitam, salvo através da criação de potentes organismos não governamentais capazes de conduzir uma ação internacional.

Os Estados Unidos da América do Norte são o único país apto a fornecer aos africanos uma ajuda substancial, além de constituírem o espaço no qual a população de origem africana apresenta-se, a um só tempo, numerosa, influente e sensível aos problemas do mundo negro. Entretanto, esta população é minoritária e não cabe a ela definir a política exterior ou a sua incumbência. Por outro lado, como os outros africanos da diáspora, os afro-americanos em geral aceitam a sua identidade nacional. O projeto de um retorno massivo à África, exposto pelos primeiros partidários do pan-africanismo, não é atrativo, portanto, nem para os africanos da diáspora e tampouco para aqueles do continente, os quais desde logo sofrem com o subemprego e com a insuficiência dos serviços públicos. Além do exposto, os debates atuais no mundo negro são, também eles, dominados por considerações mais realistas sobre os meios pelos quais os africanos da diáspora poderiam fazer pressão sobre o seu governo, objetivando trazer à África um ajuda econômica e política.

Em razão da predominância, na África, da unidade continental sobre a unidade racial, igualmente em função das divergências ideológicas e do peso da cidadania na África e na diáspora, qual seria o caráter das futuras relações entre a África e a sua diáspora? Ambas conservam uma forte identidade psicológica e social que reforça as redes internacionais e podem conduzir os governos a sustentarem políticas e programas favoráveis às populações africanas. Justamente

sobre esta identidade, apoia-se a TransAfrica, grupo de pressão afro-americano ao serviço da África e do Caribe. Esta organização editora do *TransAfrica Forum*, goza do respeito da OUA e de outras instituições internacionais. Herdeira de grupos de pressão afro-americanos de outrora, a TransAfrica dispõe, nos dias atuais, de conhecimentos especializados e encontra no mundo negro a confiança e o apoio necessários para cumprir a sua tarefa.

Entre todos os encontros, testemunhos da mesma inspiração transafricana e geradores de importantes resultados, é necessário citar: FESTAC-77, o Festival Mundial das Artes e da Cultura da África e do Mundo Negro, na Nigéria, que desdobrou-se na criação, uma vez mais, em Lagos, do Centre for Black and African Arts and Civilization, cujo objetivo foi promover a comunicação na África e na diáspora, através de encontros internacionais, exposições e publicações; o Congresso da Cultura Negra das Américas, reunido na Colômbia (1977), no Panamá (1980), no Brasil (1982), acompanhado de numerosas publicações; o Festival da Diáspora Africana, ocorrido no Brasil (1979), no Haiti (1980), no Suriname (1982), no Senegal (1983), em Barbados (1985); as Reuniões de Especialistas na Diáspora, organizadas pela UNESCO, no Haiti (1978), em Barbados (1980), no Benin (1983), no Brasil (1985), as quais deram lugar a várias publicações; o primeiro e o segundo Instituto de Estudos sobre a Diáspora Africana, na Universidade de Howard (1979) e na Universidade de Nairóbi, no Quênia (1981), os quais possibilitaram a publicação de um livro e de um relatório em inglês, francês, português e espanhol; as Conferências Mundiais sobre a Tradição e a Culturas dos Orishas, na Universidade de IFE, na Nigéria (1981) e na Universidade Federal da Bahia, no Brasil (1983); a Conferência sobre as Relações entre a África e os Afro-Americanos: da dependência à autonomia, organizada em Monróvia, na Libéria (1983), cujo desenlace foi a Declaração da Libéria, conclamando as populações africanas a unirem os seus esforços e a compartilharem os seus recursos[19].

A multiplicação das organizações e das conferências no seio da diáspora africana incrementou os meios de comunicação entre as populações africanas, contribuiu para inspirar-lhes o orgulho em respeito às suas origens e a vontade de agir, encorajou grande número de projetos de pesquisa e publicações, colocando assim, à disposição destas populações, conhecimentos mais extensos e aprofundados. No entanto, muitos grupos de origem africana permanecem

19 O primeiro número do primeiro volume da African Diaspora Studies Newsletter foi editado em 1948, em francês, inglês, espanhol e português.

desconhecidos, não tendo representado o objeto de suficientes pesquisas ou publicações.

O horizonte mundial da consciência africana

A diáspora africana estende-se, praticamente pelo mundo todo, e várias comunidades de origem africana, relativamente desconhecidas, afirmam fortemente a sua identidade africana. Na América do Sul, as autoridades habitualmente pretendem que os descendentes de africanos tenham sido assimilados ou estejam em vias de sê-lo em sua existência em meio ao restante da população, adotando a sua cultura, originalmente espanhola ou portuguesa; desde alguns decênios, os recenseamentos não mais levam em consideração a identidade racial e os problemas raciais são são difíceis a discernir. Os sul-americanos de origem africana, contudo, não menos expressam a sua africanidade em obras literárias ou canções, havendo, outrossim, formado associações de combate ao racismo e organizado programas de assistência mútua, em matéria de educação e cultura[20].

Embora a presença africana na Argentina, Bolívia, no Chile, Paraguai e Uruguai tenha por pouco que não desaparecido, os poucos negros que vivem no Peru possuem a sua companhia de teatro, o Expressión Negra Peruana, além do seu centro de pesquisas, O Instituto de Pesquisa Afro-Peruanas. No Equador, onde os negros representam de 10 a 15% da população e aparentemente majoritários em alguns distritos, o Centro de Estudos Afro-equatorianos rapidamente implantou-se em várias cidades e localidades. Uma Conferência Pan-americana sobre a mulher negra teve lugar no Equador em 1983. Na Venezuela, país no qual os negros atingem quase 30% da população, a Biblioteca Nacional possui uma seção africana e afro-africana. Os negros da Colômbia, os quais representam de 30 a 40% da população nacional, formam a mais importante afro-hispânica da diáspora. As principais organizações afro-colombianas são a Fundação Colombiana para a Pesquisa sobre o Folclore e o Centro de Pesquisa sobre a Cultura Negra e o Movimento Cultural Negro. A primeira organizou,

20 L. ROUT, 1976, fornece uma excelente análise a este respeito. As principais fontes de informação sobre os negros da América do Sul são, atualmente Palenque, publicação oficial do Centro Cultural Afro-Ecuatoriano, Quito, Equador; o Boletín Informativo, publicação periódica oficial do Instituto de Investigaciones Afro-Peruanas, Lima, Peru; Centro de Estudios e Investigaciones, 1977; J. M. R. GUEDEZ, 1985.

em 1983, um colóquio nacional sobre a bibliografia afro-colombiana; a segunda publica o mensal *Presencia Negra*[21].

No Brasil, onde tradicionalmente aplica-se uma política assimilacionista em relação aos negros, a população de origem africana representa provavelmente a metade da população nacional. Ela, assim e sem dúvida, constitui a mais vasta comunidade da diáspora africana, exercendo uma profunda influência cultural sobre a população de origem não africana. No entanto, excetuando-se a imigração voluntária de milhares de afro-brasileiros, no século XIX, rumo à Costa do Ouro, ao Togo, a Daomé (atual Benin) e para a Nigéria, até data relativamente recente, os negros do Brasil não haviam estabelecido ou mantido senão poucas relações com a África e a diáspora africana.

Em Salvador, capital do estado da Bahia, onde vive a mais importante comunidade afro-brasileira, está instalado o Centro de Estudos Afro-Orientais que abriga o Museu Afro-Brasileiro; justamente nesta mesma cidade é publicado o jornal Afro-Brasil. Na capital federal, Brasília, um grupo de pesquisadores do Centro Pró-Memória estuda o patrimônio afro-brasileiro.

O Centro de Estudos Afro-Asiáticos da Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, patrocina conferências e publicações sobre a realidade afro-brasileira. Igualmente situado em terras fluminenses, o Instituto de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros, dirigido pelo deputado federal de origem africana Abdias Nascimento, publica a revista Afrodiáspora[22].

O Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial organiza anualmente, no dia 20 de novembro, a Jornada Nacional da Consciência Negra. Esta data marca o aniversário da morte de Zumbi dos Palmares, fundador africano do Quilombo dos Palmares, assassinado pelos portugueses em 1695; o governo brasileiro inclusive aprovou a elevação de um monumento em memória de Zumbi. O Movimento Negro possui seções nos Estados Unidos da América do Norte e noutros países[23].

Na América Central, de cultura hispânica, os descendentes dos africanos dividem-se, em alguns países, em dois grupos: os centro-americanos nativos e os imigrados. Os primeiros são cidadãos destes países por nascimento; os segundos

---

21 Presencia negra é uma publicação do Centro para la investigación de la Cultura Negra, Bogotá, Colômbia.

22 As revistas Afrodiáspora, Revista Quadrimestal do Mundo Negro e Estudos afro-asiáticos, publicadas no Rio de Janeiro, respectivamente por A. D. Nascimeto e pelo Centro de Estudos Afro-Asiáticos, são duas publicações periódicas.

23 A Associação Cultural Afro-Brasileira Zumbi, em Nova Iorque, edita um boletim sobre a história e a cultura dos afro-brasileiros.

descendem de trabalhadores anglófonos imigrados, vindos dos países vizinhos de língua inglesa. A política de hispanização conduzida nestes países provocou graves conflitos. Isto é particularmente evidente na Costa Rica, onde imigrados originários da Jamaica, de Trinidad e de outras ilhas do Caribe estabeleceram-se para servirem como mercenários ou para trabalharem na construção de estradas de ferro ou nas plantações de banana[24].

O Panamá conhece um problema similar; mas, contrariamente àquela da Costa Rica, a sua população negra, composta a um só tempo de panamenhos nativos e imigrados, é muito numerosa, senão majoritária. Os imigrados negros, oriundos sobretudo de Barbados, da Jamaica, de Trinidad e eventualmente dos Estados Unidos da América do Norte, foram empregados pelos americanos para trabalharem na construção e na manutenção do Canal. A United Fruit Company igualmente importou uma mão de obra negra para o trabalho nas suas plantações. Estes empregadores americanos introduziram no Panamá as práticas segregacionistas com as quais estavam habituados, circunstância esta a agravar sobremaneira a tensão entre os diferentes grupos da população. Existem, todavia, em meio às duas frações da população negra, militantes do movimento da Consciência Negra que objetivam contribuir para a elevação do nível de consciência dos seus no tocante à sua identidade, comum ao conjunto dos negros.

No México, os negros formam uma ínfima minoria, não ultrapassando talvez sequer 1% da população. Entretanto, o Centro de Estudos Africanos dedica-se a trazer o conhecimento sobre a cultura africana e o pan-africanismo. Em Cuba, onde os negros representam de 30 a 40% da população, os afro-cubanos — contrariamente aos outros negros hispanófonos — participaram ativamente na vida política do seu país durante grande parte do século XX. Contudo e conquanto o negrismo, esta escola poética cubana fundada por Nicolas Guillén, tenha extraído a sua inspiração na tradição africana, o governo prioriza enfatizar a unidade nacional em detrimento da diversidade cultural. Todavia, a influência africana não marca em menor grau a sua presença, incisivamente, no âmbito musical, literário, religioso e no tocante aos estilos de vida; sem dúvida e inclusive, ela teria aumentado, graças à participação dos afro-cubanos nas operações militares e no curso de outras atividades conduzidas por Cuba, na Etiópia e em Angola[25].

Embora a Ásia tenha acolhido relevante número de escravos negros, assim como alguns comerciantes e outros africanos de condição livre, não existe prati-

24 St. C. DRAKE, 1982; R. B. LAPORTE, 1982; C. MELENDEZ e Q. DUNCAN, 1981.

25 R. F. THOMPSON, 1983, consagrou um excelente estudo sobre a influência da África na arte e filosofia em Cuba, no Haiti e noutros países da América, inclusive nos Estados Unidos da América do Norte.

camente nenhum estudo sobre estes movimentos populacionais e acerca das suas consequências nos dias atuais, não havendo sério exame em respeito à presença africana na vasta extensão desta parte do planeta, nos horizontes compreendidos entre a Turquia e as Ilhas do Oceano Pacífico.

Alguns indianos de origem africana continuam a praticar as cerimônias tradicionais próprias aos seus ancestrais, cantam e dançam até os dias atuais ao som de músicas africanas, alguns inclusive falam o kiswahili. Estes siddi ou habshi demonstram assim não terem esquecido as suas origens africanas. Em 1973, uma delegação de afro-indianos visitou o Quênia, Uganda e a Tanzânia, com vistas a conhecer os problemas do continente africano e analisar os aspectos e as áreas para uma possível colaboração[26]. Esta missão permitiu aos africanos do continente, e este não foi o menor dos resultados, melhor conhecerem os afro-asiáticos e talvez teria ela inclusive suscitado um novo interesse no concernente à presença africana fora da África.

O número de africanos estabelecidos na Europa aumentou em muito. Em 1983, havia na França 1.572.164 norte-africanos (866.595 argelinos, 492.669 marroquinos e 212.909 tunisianos). A sua presença permanece uma fonte de tensão, não somente na França, mas igualmente no âmbito das relações franco-magrebinas. Uma crescente proporção destes norte-africanos obtém a nacionalidade do seu país de destino, malgrado a oposição de certos elementos da sociedade francesa; os governos dos países da África do Norte, favoráveis ao retorno dos emigrados, igualmente opõem-se a estas naturalizações. Enquanto durar este processo de naturalização, as relações entre a França e os seus vizinhos continuarão provavelmente difíceis; entretanto, no longo prazo, os franceses de origem magrebina poderiam formar um elo de união e contribuírem para o desenvolvimento de harmoniosas relações entre as duas regiões[27]. O número de negros aumentou da mesma forma na Grã-Bretanha; oriundos principalmente das Antilhas, da América continental e da África, eles mantém múltiplas relações com a população britânica. O festival anual da comunidade antilhana de Londres conquistou, em definitivo, o seu espaço no calendário das manifestações culturais londrinas; através das suas músicas, danças, artes plásticas e da culinária, os negros exercem uma crescente influência sobre a cultura britânica.

O nosso conhecimento a respeito dos africanos da diáspora compreende todavia graves lacunas mas, não se pode questionar a importância da sua história,

26 J. E. HARRIS, 1971; East African Standard, 14 de julho de 1982.

27 Conferir, a este respeito: La nouvelle génération de l'immigration maghrébine, ensaio de análise sociológica, 1982; Esprit, 1985; Les Temps modernes, 1985.

FIGURA 23.3 O carnaval de Notting Hill, festival das comunidades antilhanas organizado anualmente nas ruas de Londres. (Foto: Topham, Londres.)

de fortes repercussões nas diversas partes do mundo. Eles trouxeram através do seu trabalho uma inestimável contribuição para o desenvolvimento agrícola, industrial e técnico em todas as regiões onde se instalaram. As religiões da diáspora, especialmente no Brasil e em Cuba, muito amiúde conservaram traços africanos, embora os seus fiéis e os símbolos, por eles utilizados, não sejam todos africanos. As línguas africanas da diáspora influenciaram numerosas línguas estrangeiras, latinas, entre outras, e continuam a ser faladas na Europa, na América e na Índia. A arte negra inspirou Picasso e outros artistas e os ritmos sincopados da música e das danças africanas ressoam, mundo afora, até os dias atuais.

Cientistas originários da diáspora africana – como George Washington Carver, agronomia, Charles Drew, hematologia, Hildrus Poindexter, medicina tropical, e muitos outros – colocaram a sua genialidade ao serviço da humanidade. Sociólogos e antropólogos, oriundos desta mesma diáspora, lançaram luz sobre formas particularmente complexas de organização social. Enfim, prosseguindo uma tradição secular de resistência à opressão, na África e alhures, alguns africanos desempenharam um reconhecido papel, na vanguarda do movimento pelos

direitos humanos, entre os quais, Ralph Bunche, Albert Luthuli, Martin Luther King ou o arcebispo Desmond Tutu, todos laureados do prêmio Nobel da Paz.

O desafio

Numerosos africanos do continente – chefes de Estado, funcionários, diplomatas, universitários ou homens de negócio – mantém estreitas relações com os afro-americanos; entretanto, a estrutura das relações destas relações geralmente interdita-lhes um desdobramento em bases concretas. Independentemente da dimensão pessoal destas relações, as divergências ideológicas, a distância geográfica, a dificuldade das comunicações, as diferentes prioridades nacionais e os obstáculos econômicos, impediram a criação das estruturas internacionais necessárias a uma colaboração com os negros.

Os chefes de Estado e de governo africanos devem, em suplemento, considerar eventuais efeitos negativos que a sua participação em uma rede internacional dos negros poderia provocar na esfera das suas relações diplomáticas e econômicas com as grandes potências. Eles não possuem uma concepção do pan-africanismo tão exigente quanto aquela de Kwame Nkrumah e, alguns poucos, demonstram audácia equivalente àquela do presidente da Tanzânia, Julius Nyerere, quem fez questão, no ano de 1977, durante uma viagem oficial aos Estados Unidos, de proferir o seu principal discurso no campus da Universidade Howard, onde numerosos africanos puderam escutá-lo e falar-lhe. Pouquíssimos governos africanos ousariam, à imagem do governo da Nigéria, declarar considerarem-se os protetores e porta-vozes dos africanos espalhados pelo mundo. Quanto à OUA, embora tenha em um mesmo comunicado, felicitado os Estados Unidos da América do Norte pelas suas vitórias no espaço, em 1962, e denunciado a discriminação racial sofrida pelos afro-americanos em seu país, e conquanto tenha declarado a sua confiança, reiterada vezes, junto ao diretor da TransAfrica, Randall Robinson, esta organização não se preocupou o suficiente com a promoção de redes internacionais em prol das populações africanas.

A maioria dos Estados africanos não existe, é notório, senão desde aproximadamente uma geração, eles deveram enfrentar uma infinidade de problemas em uma época durante a qual a vida e a morte, o sucesso e o fracasso, exigiam decisões a serem tomadas com urgência. Por outro lado, os dirigentes africanos, em sua maioria, haviam realizado os seus estudos em ambiente colonial, receberam as rédeas do poder das mãos dos antigos colonizadores os quais, embora

pródigos em conselhos, buscavam proteger-se contra qualquer veleidade de afirmação racial ou preservarem-se frente a possíveis sanções contra os responsáveis pela exploração à qual os povos africanos foram submetidos. Com a chegada de uma nova geração de dirigentes, na África e na diáspora, com uma melhor apreciação acerca do patrimônio comum aos africanos, bem como sobre a sua situação social e histórica, certa e indubitavelmente, novas tentativas surgirão no sentido da criação de laços estruturais duráveis entre a África e a diáspora.

Assim sendo, o século XXI verá não somente a constituição de uma potente economia africana tirar proveito do conhecimento e da competência reunidos na diáspora, mas igualmente verá o conjunto das comunidades de origem africana reconhecer-se na esfera de influência pan-africana.

CAPÍTULO 24

O Pan-africanismo e a Integração Regional

S. K. B. Asante, em colaboração com *David Chanaiwa*

Os primórdios do pan-africanismo, definido como um "movimento político e cultural que considera a África, os africanos e os descendentes de africanos de além-fronteiras como um único conjunto, e cujo objetivo consiste em regenerar e unificar a África, assim como incentivar um sentimento de solidariedade entre as populações do mundo africano[1]", foram evocados no volume VII desta obra, outros elementos foram igualmente examinados no capítulo 23 do presente volume. Dois aspectos característicos deste movimento após 1935, todavia, não foram abordados, o pan-africanismo como força de integração e o pan-africanismo como um movimento de libertação. O primeiro aspecto constitui o tema do presente capítulo, o segundo será tratado no capítulo seguinte. Na qualidade de força de integração visando a unidade ou a cooperação política, cultural e econômica na África, o pan-africanismo conhece três fases distintas: a fase colonial, de 1935 a 1957; a fase da independência, como movimento de libertação; e uma terceira fase iniciada nos anos 1970, no curso da qual, o pan-africanismo como força de integração foi sobremaneira reforçado pelas espetaculares mudanças ocorridas na economia mundial e pelas pesadas repercussões destas mudanças nas economias africanas.

1 P. O. ESEDEBE, 1980, p. 14.

O pan-africanismo, como movimento de integração, conheceu um belo impulso nos anos 1920, em testemunho, notemos as atividades do Congresso of British West Africa, as quais conduziram, especialmente, à formação da British West African University, da West African Press Union e da British West African Cooperative Association, assim como àquela de associações estudantis tal qual a West African Students Union (WASU). Ele perdeu o seu poder de atração ao longo dos anos 1930 e 1940, décadas características do apogeu colonial na África. Nos anos 1940, Kwame Nkrumah e George Padmore, em Londres e o senegalês Alioune Diop conferiram-lhe certo vigor. A partir de 1942, ele defendia que todas as colônias da África Ocidental "deveriam antes unir-se e formar uma entidade nacional, totalmente livre do jugo estrangeiro, previamente a ser-lhes possível implantar, de fato e em larga escala, uma cooperação internacional[2]". Foi justamente o ano 1947 que marcou o nascimento da *Presénce africaine*, movimento cultural que retomava as grandes ideias dos apóstolos do pan-africanismo e do Primeiro Congresso Pan-africano. Os intelectuais negros e europeus reunidos, em torno de Alioune Diop, estiveram na origem de obras fundamentais, tal como *Nations nègres et cultures* de Cheikh Anta Diop. Para os militantes da *Presénce africanine*, tratava-se de provar que o florescimento da cultura negra era inconcebível em um contexto de independência política e, que os negros deveriam se unir e se mostrar solidários na luta. Eles deveriam, portanto, distinguir-se do outro, o colonizador, afirmando-se como negros. Convidado a prefaciar *La philosophie bantoue* do padre Tempels, Alioune Diop compreendeu-o na qualidade de "leitura obrigatória para os negros, com vistas a sensibilizá-los mais fortemente e ajudá-los a decifrar as suas relações com a Europa".

Pan-africanismo e integração continental

A despeito dos esforços integracionistas empreendidos no transcorrer dos anos 1930 e 1940, não houve resultado algum antes de 1957. Justamente nesta data, com a conquista da independência de Gana, sob a enérgica conduta de Nkrumah, somente então o pan-africanismo, como movimento de integração, realmente definiu os seus objetivos e encontrou a sua dinâmica. À época, tratava-se de alcançar a integração política, cultural e econômica, em níveis regional,

2 K. NKRUMAH, 1962, p. 33.

continental e extra-regional (em outras palavras, África e Comunidade Econômica Europeia).

Na ocasião, era certamente Nkrumah quem mostrava o caminho. A sua primeira iniciativa foi constituir a união Gana-Guiné (1958) e a união Gana-Guiné-Mali, primeira etapa rumo à "União dos Estados Africanos". A segunda foi organizar a Conferência dos Estados Independentes, sediada em Accra, em abril de 1958, não mais que um ano após a independência de Gana. A ela participaram todos os Estados independentes da África de então, a saber, Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão e a Tunísia. Ela foi sucedida pela Conferência dos Povos Africanos, igualmente organizada em Accra, no ano de 1958 – o capítulo seguinte retornará a esta reunião de histórica importância. Sobrevieram, posteriormente, a cúpula Guiné-Libéria realizada em Sanniquelli, em julho de 1959, a segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes, na capital Monróvia, em agosto de 1959 e a terceira dentre elas, ocorrida em Addis-Abeba, no ano de 1960. Todas estas conferências proclamavam, entre outras, a constituição de um vasto mercado comum em escala continental. A primeira conferência de 1948, por exemplo, clamava pela eliminação das barreiras aduaneiras e de outros entraves ao comércio dos Estados africanos entre si, assim como pela conclusão de acordos de pagamento multilaterais com o intuito de desenvolver as trocas econômicas e lutar pela criação de um mercado comum. Foi justamente para reforçar este aspecto econômico, que foi criada, em 1958, a Comissão Econômica para a África da ONU (CEA) – as suas atividades, desde então, foram examinadas no capítulo 14, em detalhes.

Todas estas conferências recomendavam, de modo igualmente incisivo, a integração política ou a unidade política da África. Nkrumah era o campeão neste aspecto, defendendo com ardor e paixão indomáveis a unidade africana e a criação de um mercado comum pan-africano. Aos seus olhos, unidade e mercado comum constituíam um pré-requisito indispensável ao rápido e total desenvolvimento, não somente do continente em sua totalidade, mas igualmente dos Estados independentes associados no seio da união. Conquanto defendesse a "alta política", representada pela união política do continente, ele expressava reservas em respeito ao regionalismo. Ele desconfiava das federações regionais, temia que as concessões ao regionalismo não favorecessem um determinado jogo de forças ou "impedissem aos imperialistas e aos neocolonialistas pescar em águas turbulentas[3]". Em razão do seu acoplamento com o movimento de

3 K. NKRUMAH, 1963, p. 215.

unificação política, o projeto de um mercado comum continental não atraiu sequer o mínimo interesse dos dirigentes africanos opostos à união política. Pois, embora outros governos africanos subscrevessem a análise de Nkrumah, eles não estavam necessariamente dispostos a aceitarem uma solução política ambiciosa. O neocolonialismo não era, por eles, considerado uma tamanha ameaça, a ponto de justificar medidas tão draconianas quanto a transferência da soberania a uma autoridade política central. A conferência de Addis-Abeba, de 1960, revestiu-se de grande importância em razão de evidenciar as divisões e os desacordos existes entre Estados africanos no tocante às vias para a unidade do continente.

A conquista da independência por elevado número de Estados africanos, entre 1960 e 1964 – o número de Estados independentes passou de 9 para 26, em 1960, dentre os quais todas as ex-colônias francesas, acrescidas em número pela Nigéria, pelo Zaire e pela Somália, atingindo 33 países em 1964 –, prejudicou consideravelmente a ação integradora do pan-africanismo. Os dirigentes africanos dividiram-se horizontalmente em dois blocos, um deles pró-ocidental e o outro pró-socialista, bem como verticalmente, em revolucionários, progressistas, reacionários, capitalistas, socialistas, tradicionalistas e moderados. Ademais, como veremos no próximo capítulo, o objetivo prioritário das conferências pan-africanas dos anos 1960 era intensificar a luta política, com vistas a permitir aos países ainda submetidos à tutela colonial conquistarem a sua independência. Eis a razão pela qual o desenvolvimento econômico, a despeito da sua crucial importância, não ter sido considerado um objetivo maior. Em suplemento, os dirigentes dos novos países independentes consagravam toda a sua atenção aos imediatos problemas territoriais impostos pela unificação de grupos étnicos e regionais; ao fortalecimento do seu próprio partido e do seu poder sobre as massas e sobre os chefes oposicionistas; à luta contra a pobreza, a doença e a ignorância; à segurança do país no contexto da Guerra Fria; e à ameaça de golpes de Estado. Em razão destas prioridades, tensões e conflitos internos, era difícil para alguns chefes de Estado independentes engajarem-se em uma política pan-africanista além das suas próprias fronteiras ou, em seu território nacional, aplicarem resoluções pan-africanistas.

Os dirigentes africanos começaram, portanto, a situarem-se em campos opostos, particularmente em respeito à questão do futuro da dimensão integracionista do movimento pan-africano. Em 1961, Gana, Guiné, Egito, Mali, Marrocos, Líbia e o governo argelino no exílio constituíram o Grupo de Casablanca, ao passo que outras antigas colônias francesas, acompanhadas da Nigéria, da Etiópia, da Libéria e de Serra Leoa, formavam o Grupo de Monróvia. De modo geral, o Grupo de Casablanca era favorável a uma forte união política,

inspirando-se nos Estados Unidos da África, conclamados por Nkrumah. Ele reunia aqueles dirigentes africanos militantes do pan-africanismo, do socialismo e do não alinhamento, preconizando uma planificação e um centralizado desenvolvimento econômico, um sistema de defesa e de segurança em esfera continental, além de defender a restabelecimento da honra da cultura africana.

O Grupo de Monróvia, por sua vez, era favorável a uma confederação "maleável" de Estados africanos, soberanos e independentes, que favorecesse uma participação e uma cooperação voluntárias no âmbito dos intercâmbios culturais e da interação econômica. Os seus membros eram particularmente inflexíveis no tocante ao respeito pela soberania e à integridade territorial de cada Estado, desconfiando das ambições de certos Estados do Grupo de Casablanca e antevendo uma possível ingerência em seus assuntos internos.

Todavia, como veremos no capítulo seguinte, os dois grupos permaneceram fiéis ao seu engajamento histórico em favor da total libertação das derradeiras colônias e em prol do não alinhamento. Graças aos incessantes esforços do Grupo de Casablanca, especialmente empreendidos por Nkrumah, mas também por Sékou Touré e Modibo Keïta, bem como graças ao apoio do imperador da Etiópia, Haïlé Sélassié, uma conferência de cúpula dos Estados africanos independentes foi organizada em Addis-Abeba, no ano de 1963, para colocar um ponto final às dissensões, unir os dirigentes e criar uma estrutura pan-africana comum. Após múltiplas propostas e contrapropostas, bom número de reuniões de comissões e intensa negociação bilateral, trinta dirigentes africanos, chefes de Estado ou de governo em países independentes, assinaram, em 25 de maio de 1963, a Carta Manifesto pela Unidade Africana, criando a Organização pela Unidade Africana (OUA).

Encontraremos no capítulo seguinte precisões em respeito à OUA, aos seus objetivos, estrutura e atividades, desde a sua criação. Aqui basta notar que, se a constituição desta organização respondia, ainda que parcialmente, às aspirações integracionistas do pan-africanismo, ela encontrava-se distante de alcançar a satisfação dos velhos radicais pan-africanistas, dentre os quais, Nkrumah era o chefe de pelotão. Até a sua queda em 1966, Nkrumah quase nunca, ao longo das reuniões da OUA, deixou de arguir, obstinada e apaixonadamente, em favor da transformação da Organização em um governo de união continental ou, verdadeiros Estados Unidos da África; conquanto longos, circunstanciados e emocionantes fossem os seus discursos, ele não logrou êxito.

Em razão da criação da OUA e da sua ação concentrada em referência à dimensão libertadora do pan-africanismo, examinada a seguir, assim como da grande atenção dedicada pelos numerosos Estados independentes à sua evolução

interna e ao fortalecimento dos seus laços com as antigas potencias coloniais, em suplemento e, sobretudo, em função da derrubada de Nkrumah, o pan-africanismo, na qualidade de vetor de integração, perdeu o seu ímpeto durante a segunda metade dos anos 1960, geralmente, em proveito de movimentos favoráveis a constituição de agrupamentos regionais e interestatais. Segundo Adebayo Adedeji, secretário-executivo da CEA, existiam em 1977 "mais de vinte organizações intergovernamentais de cooperação econômica multissetorial" na África, bem como uma centena de organizações multinacionais unissetoriais engajadas em promoverem no continente a cooperação técnica e econômica[4]. Muitas dentre elas foram criadas nos anos 1960, época apogística da integração africana. Entretanto, este decênio igualmente representou o declínio de muitos agrupamentos regionais. No início dos anos 1970, quiçá anteriormente, os esforços pela integração dos países africanos estavam manifestadamente comprometidos.

Por exemplo, as duas iniciativas dos países francófonos da África Ocidental que se haviam traduzido pela implantação sucessiva da União Aduaneira da África do Oeste (UDAO), em julho de 1959, e da União Aduaneira e Econômica dos Estados da África do Oeste (UDEAO), em junho de 1966, em suma, constituíram dois fracassos. A Comunidade Econômica da África do Oeste (CEAO), constituída em 1973, apresenta-se como a mais recente tentativa de integração regional dos Estados desta região, oriundos em sua maioria da antiga Federação da África Ocidental Francesa (AOF). A União Aduaneira e Econômica da África Central (UDEAC), instaurada em janeiro de 1966, em nada obteve maior êxito; as restrições decorrentes da abertura dos mercados e o desrespeito às regulamentações que ela estabelecera usurparam da União o essencial da sua força, na qualidade de sistema de integração. Destarte, o Conselho da *Entente*, fundado no ano 1959, por iniciativa do presidente marfinense Houphouët-Boigny, parece perder a sua importância, levando as atenções a se voltarem progressivamente para um agrupamento dinâmico, mais amplo, a CEAO. À efêmera Organização dos Estados Ribeirinhos do Senegal (OERS, 1968-1971), sucedeu, em 1972, a Organização para a Valorização do Rio Senegal (OMVS), a qual, todavia não viria a criar um mecanismo viável de cooperação. Igualmente, os acordos de cooperação estabelecidos, entre os novos membros do Comitê Consultivo Permanente do Magreb, nascido em novembro de 1965, não seriam jamais ratificados.

4 A. ADEDEJI, 1977, p. 10.

FIGURA 24.1 Os quatro chefes de Estado do Conselho da Entente após uma reunião no palácio do Eliseu, Paris, em abril de 1961. Da esquerda para a direita: o presidente de Daomé (atual Benin) H. Maga, o presidente da Costa do Marfim F. Houphouët Boigny, o presidente da Nigéria H. Diori e o presidente de Alto-Volta (atual Burkina Faso) M. Yameogo. (Foto: AFP Photos, Paris.)

Em contrapartida, nenhum entendimento econômico regional foi realizado ao longo dos primeiros anos subsequentes à independência nos países africanos anglófonos, excetuando a África Oriental que conquistou a independência como comunidade econômica. Se os países francófonos da África do Oeste, ao seu turno, sempre se esforçaram para preservar as instituições comunitárias criadas antes da independência e mesmo a proliferarem-nas, os países anglófonos, por sua vez, decidiram, essencialmente sob a pressão de Gana, dissolver as poucas instituições comunitárias implantadas pelos britânicos – o Ofício Monetário da África Ocidental para o Cacau e a West African Airways Corporation –, acelerando, por conseguinte, o processo de "balcanização" nesta região.

A Comunidade da África Oriental, considerada à época como a mais bem concebida estrutura de cooperação regional do Terceiro Mundo, trouxe consigo

preocupantes e diferentes problemas; ela conheceu, no transcorrer dos anos 1960, tensões de tamanha agudez que, ao final do decênio, a integração econômica havia recuado. Para medir o grau concretude da integração dos países da África Oriental, basta observar que, no momento da independência, o comércio exterior, as políticas fiscais e monetárias, as infraestruturas de transporte e comunicações, assim como o ensino superior, estavam organizados em nível regional. Posteriormente, estes laços e estes organismos foram sistematicamente desmantelados e toda a esperança esmoreceu quando o Quênia, Uganda e a Tanzânia evoluíram em direção a uma estrutura totalmente federada, dotada de um governo único. Em julho de 1977, a Comunidade da África Oriental, este modelo de cooperação regional na África, havia integralmente desmoronado.

É verossímil que os diferentes projetos de integração econômica, lançados em meio ao otimismo no decorrer dos anos 1960, tenham estado todos moribundos ao final da década. Assim sendo, a despeito dos discursos a exaltarem a solidariedade pan-africana e malgrado o número de estruturas decisórias estabelecidas, este período representou, paradoxalmente, o declínio da integração regional africana. As múltiplas expressões de lealdade aos princípios do pan-africanismo em nada se desdobraram no tocante à constituição de bases sólidas para eventuais acordos regionais. Como explicar esta lentidão e esta hesitação? Seria em razão dos países africanos não perceberem as vantagens da integração econômica regional e da autonomia coletiva? Ou alguma força subjacente teria surgido, para solapar as próprias bases da cooperação?

No curso dos primeiros anos pós-independência, os problemas e obstáculos associados à integração na África eram múltiplos e constituíam certamente uma ameaça. Eles se aferravam a fatores históricos, a um só tempo internos e externos, dentre os quais figuravam, vivamente, o desenvolvimento da consciência nacional e o seu impacto sobre a integração regional. O colonialismo deixara atrás de si um mosaico de Estados soberanos que não eram, eles próprios, senão entidades artificiais. Não se podia, de forma alguma, falar de nações; estes Estados não representavam todavia senão um quadro territorial no qual os movimentos independentistas haviam semeado os germes da identidade nacional. A principal tarefa dos novos governos era trazer o adubo que faria crescer a semente. Temerosos em favorecerem a integração nacional, os novos dirigentes foram obrigados a aterem-se ao quadro estritamente nacional e privilegiarem o desenvolvimento político, econômico e social do seu próprio povo. A sua primeira preocupação consistiu em edificar Estados nacionais viáveis, fundados sobre as suas tradições e os seus próprios costumes, assim como, em promessas que haviam sido feitas às massas populares. De modo inversamente proporcio-

FIGURA 24.2 Da esquerda para a direita: o presidente tanzaniano J. Nyerere, o presidente ugandês A. M. Obote e o presidente queniano J. Kenyatta, por ocasião da assinatura do Tratado de Cooperação na África do Leste, em Kampala, no mês de junho de 1967. (Foto: Topham, Londres.)

nal à prioridade acordada à consolidação nacional, a cooperação com os outros países africanos não podia senão ser relegada ao segundo plano. Uma autêntica cooperação exigia necessariamente engajamentos no longo prazo, demonstrou--se pouca rapidez, o que era compreensível, em tomar decisões que restringissem a soberania nacional em alguns setores-chave, especialmente aquele relativo à formulação de projetos de desenvolvimento. Se esta reticência não impedia as iniciativas comuns com vistas a certas formas de integração regional, ela revelava a existência de limites muito concretos, além dos quais, os Estados africanos não estavam dispostos a renunciar a sua soberania e tampouco compartilhá-la.

Em lugar algum na África demonstrou-se disposição a sacrificar os interesses nacionais no altar da integração regional. Os Estados africanos não se colocavam de acordo para liberalizar as trocas ou repartir as indústrias senão à condição de não se estabelecer um conflito entre os objetivos da integração regional e os imperativos nacionais, quer se tratasse de segurança, de prestígio ou de vantagens econômicas. Esta tendência foi acentuada, especialmente pelos diversos agrupamentos econômicos existentes na África antes da Convenção de Lomé: o sistema de Yaoundé, reunindo dezoito países de língua francesa asso-

ciados à Comunidade Econômica Europeia (CEE); o acordo comercial especial assinado em janeiro de 1966 (todavia jamais aplicado) entre a CEE e países não associados ou associados ao Commonwealth, a exemplo da Nigéria; e o acordo de Arusha, de setembro de 1969, que unia três Estados da África Oriental – o Quênia, Uganda e a Tanzânia.

Segundo um ponto de vista político-econômico, pode-se igualmente estimar que diversos fatores, em primeiro lugar a heterogeneidade econômica e política do continente, complicaram o funcionamento de sistemas de cooperação econômica[5]. Com efeito, as clivagens políticas, econômicas e ideológicas ameaçaram até os sistemas de cooperação econômica existentes e inclusive, viáveis, como a Comunidade da África Oriental, extinta nos dias atuais. A estes obstáculos e problemas cruciais acrescentavam-se o que Timothy Shaw denominou "os problemas insolúveis da politização das organizações", os quais se desdobraram em "tensões no seio das instituições e em seu desabar[6]". A Comunidade da África Oriental apresenta-se como um exemplo clássico, mas notemos igualmente que na África francófona as organizações estavam sujeitas a mudanças frequentes de rumo, fenômeno em parte devido às disparidades regionais.

Em razão destas insuperáveis dificuldades, a criação de agrupamentos regionais na África, no transcorrer dos dez anos posteriores ao retorno da independência, geralmente resumiu-se à simples declaração de intenções ou à expressão de um alinhamento em escala continental. Nem o entusiasmo manifesto por Nkrumah pelo nobre ideal pan-africano de unidade política e de integração econômica do continente, tampouco o progressivo regionalismo que deveria a termo conduzir ao pan-africanismo e para o qual pendia Julius Nyerere, não ultrapassaram o estádio do debate teórico. A ironia impõe que, em que pesem os resultados decepcionantes, a integração, como solução para os problemas conhecidos pela África, suscita um crescente entusiasmo há alguns anos. Como indicado a seguir, este fenômeno explica-se pela crise de desenvolvimento que atravessa a África e, especialmente, pela prevalente e excessiva dependência do continente, em relação à economia internacional dominada pelos países ocidentais, agravar ainda mais esta trágica situação. Se, durante os anos 1960, o pan-africanismo, como movimento de libertação, teve como efeito distender os laços políticos que uniam a África à Europa, assistiu-se simultaneamente ao fortalecimento da sua dependência econômica e cultural *vis-à-vis* desta mesma Europa e do mundo desenvolvido em geral. Assim sendo, o neocolonialismo e

5 T. M. SHAW, 1975b.

6 T. M. SHAW, 1975b.

a dependência econômica aumentavam na justa proporção que o colonialismo econômico declinava. Uma breve descrição da comumente chamada "crise do continente africano" permitirá compreender a retomada de popularidade da qual se beneficia o pan-africanismo como busca de integração.

Pan-africanismo, regionalismo e desenvolvimento econômico

Desde os anos 1970, o pan-africanismo como força de integração em nível regional provocou, efetivamente, uma renovação do entusiasmo. Qual seria a natureza deste novo interesse e como se explicaria? Estas duas questões foram abordadas no capítulo 14 e nós focaremos aqui os aspectos integracionistas desta evolução. A principal razão, como sublinhado por A. Adedeji no capítulo 14, deve ser buscada nos decepcionantes resultados econômicos da África no curso dos vinte e cinco últimos anos. A despeito dos esforços empreendidos para estimular o crescimento industrial, encorajar a produção agrícola e lançar novos programas de desenvolvimento, com vistas a por em marcha mudanças mais radicais no cerne das estruturas econômicas herdadas do colonialismo, o fato peremptório consiste na permanência da transformação do continente, projetada como concomitante à independência política, na esfera das esperanças. Numerosos países africanos não computaram qualquer sensível progresso econômico após 1960. A África conta com 16 dos 25 países classificados pela Organização das Nações Unidas, em 1971, na categoria dos "países menos avançados", e dentre os 32 países, identificados pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na sua sexta sessão extraordinária de 1974, como "os mais gravemente afetados" pela "atual crise econômica", 20 encontram-se na África.

No início dos anos 1960, os dirigentes africanos esperavam que os intercâmbios comerciais com os países industrializados, conjugados com ajuda destes países, fornecessem os recursos necessários para permitir o desenvolvimento autônomo e contínuo ao qual eles aspiravam, mas estas esperanças não se concretizaram. Os anos 1960 compuseram, portanto, o tempo da desilusão. Nem o comércio, nem as políticas de apoio seguidas pelos países industrializados, puderam acelerar o desenvolvimento econômico. Ao término do primeiro Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1960-1970), a taxa de crescimento da África era a mais fraca do mundo em vias de desenvolvimento: 2% contra 4,1% para o sul da Ásia; 5,6% para o leste asiático; 4,5% para a América Latina e 7,2% para o Oriente-Médio. As primeiras indicações disponíveis em relação

ao segundo Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento (1970-1980) não permitem entrever progressos. Assim sendo, a despeito dos seus consideráveis recursos naturais, a África não logrou atingir uma taxa de crescimento suficiente, nem tampouco um nível de vida satisfatório ao longo dos últimos vinte e cinco anos[7].

Em que pesem as suas exportações, numerosos países africanos conheceram, durante os anos 1970, um crescimento econômico letárgico, fracos níveis de produtividade, uma base industrial limitada e fracionada, uma forte dependência das exportações, baseada em uma gama perigosamente reduzida de produtos básicos, fracos índices no tocante à expectativa de vida e um *déficit* crescente em seu saldo de operações correntes. A sua renda real por habitante diminuiu, de modo inversamente proporcional às taxas de inflação, as quais foram multiplicadas por dois, com níveis equivalentes a mais de 20% ao ano, de 1977 a 1979. O *déficit* global na balança de operações correntes passou de 4 bilhões de dólares em 1974, para cerca de 10 bilhões em 1978-1979[8]. Ainda mais grave, de 1970 a 1979, a dívida externa dos países da África subsaariana passou de 6 para 32 bilhões de dólares, enquanto a porcentagem das receitas de exportação consagrada ao pagamento do serviço da dívida (para todos os países importadores de petróleo) passava de 6 para 12%[9]. Pode-se assim dizer, retomando a expressão de T. M. Shaw, que se a herança do colonialismo não suscitava "nenhum engajamento", em 1960, ela se apresentaria ainda menos promissora em 1980. Entretanto e mais preocupante, a África é um terreno fértil para o que se convencionou chamar, desde então, neocolonialismo e dependência, os quais contribuíram, em larga medida, para mergulhar o continente em uma difícil situação. Ao final dos anos 1970, a África estava mais dependente dos países ocidentais, comparativamente a tempos passados. A maioria dos países africanos se haviam tornado ainda mais fortemente dependentes dos interesses, dos investimentos, da tecnologia e das capacidades estrangeiras, das teorias de desenvolvimento e de crescimento econômico elaboradas além de suas fronteiras e, sobretudo, da exportação de matérias-primas e de produtos agrícolas para os ricos países ocidentais.

No contexto econômico mundial, a África sempre se encontrou em uma situação de subordinação, caracterizada pela assimetria e pela desigualdade das suas relações econômicas com os países industrializados ocidentais. Mesmo se

---

7 OUA, 1981, parágrafo 10.

8 J. B. ZULU e S. M. NSOULI, 1984, p. 5.

9 Banco mundial, 1981, p. 3.

considerarmos que a teoria da dependência não solucione, senão insuficientemente, a questão dos sistemas e das relações econômicas africanas, é inegável que o continente encontra-se em situação desfavorável na esfera econômica internacional. Esta preocupante situação foi agravada pelos efeitos da crise planetária marcada pelo fim do sistema de Bretton Woods, pelos choques petrolíferos provocados pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), pela crise energética e pela estagnação advinda a partir de meados dos anos 1970, elementos que evidenciaram, pela primeira vez, a extrema vulnerabilidade da quase totalidade dos países africanos diante das forças externas. Frente a esta implacável realidade, os dirigentes africanos foram obrigados a adaptarem as suas opções às exigências da situação e a interrogarem-se sobre o melhor meio com vistas a alcançarem o desenvolvimento econômico.

À catástrofe e à ruína eminentes, respostas inovadoras impunham-se pois não era possível colocar um ponto final à degradação da economia e inverter este processo senão pela adoção de novas orientações. A esperança da África residia, portanto, em uma radical reorientação das estratégias de desenvolvimento nacional e regional. A vitória da OPEP cristalizou a noção relativa à potência nascida da ação coletiva e da solidariedade. Uma ação deste tipo parecia indispensável para resolver os problemas econômicos da África. Os Estados africanos manifestavam assim a convicção segundo a qual eles seriam obrigados a favorecer a cooperação interafricana com o intuito de fortalecer as tentativas empreendidas em nível nacional para consolidarem a sua independência. Pois, como dito pelo presidente Nyerere, tão fraco quanto for um país:

"Conjuntamente ou mesmo em grupos, nós somos muito menos fracos. Nós possuímos os meios para uma ajuda múltipla e recíproca e cada um poderia tirar proveito deste apoio mútuo. Ademais, em grupo, as relações por nós mantidas com os países ricos situam-se segundo uma ótica muito diferente pois, se economicamente talvez eles não necessitem de nenhum dentre nós, em particular, por outro lado, eles não podem cortar relações com todos nós[10]."

Em meados dos anos 1970, a África encontrava-se portanto frente à seguinte escolha: continuar a aceitar as estruturas de dependência que ela herdara, e inclusive pela mesma ocasião, concordar com a subordinação do seu próprio desenvolvimento aos particulares interesses do sistema econômico internacional ocidental, ou, especialmente através da integração econômica regional, começar a libertar-se destas estruturas.

10 J. NYERERE, 1970b, p. 12.

Justamente para responder ao problema crucial, posto pelos decepcionantes resultados da maioria das economias africanas e pelo fracasso do diálogo Norte--Sul, o qual não pudera atingir o objetivo de uma nova ordem econômica, que o Plano de Ação de Lagos foi proposto. A estratégia elaborada neste importante documento foi orientada com base nos conceitos de independência econômica, desenvolvimento autossustentável e crescimento econômico. Ela tem como tema principal a emancipação da África em relação às estratégias estrangeiras, tal como declaravam os dirigentes africanos:

"Nós consideramos com inquietação a excessiva dependência da economia do nosso continente [...]. Este fenômeno tornou a economia dos países africanos extremamente sensível perante os acontecimentos externos e prejudicou os interesses do continente[11]."

Para enfrentar este fenômeno caracterizado pela excessiva dependência, os Estados africanos "resolveram adotar uma ampla abordagem regional essencialmente fundada sobre a autonomia coletiva". O regionalismo, em que reside a questão exposta em todos os capítulos do Plano ou quase, compõe parte integrante da sua implantação. Sem integração regional, o Plano de Lagos está condenado, como conceito e estratégia.

Justamente este contexto formou o pano de fundo para que o pan-africanismo, na qualidade de projeto de busca da integração, aparecesse nos dias atuais como um importante meio de redução da dependência dos países africanos e de consolidação da sua posição em negociações, contribuindo assim para fortalecer o potencial de desenvolvimento, no quadro da estratégia mais geral visando alcançar uma nova ordem econômica mundial. Além das suas tradicionais vantagens – aumento das trocas comerciais e dos investimentos – a integração econômica regional, na opinião daqueles que a defendem energicamente, seria um meio de redução da vulnerabilidade do continente frente às forças externas. Esta evolução é tanto mais urgente quanto as relações de dependência, distante de se enfraquecerem, parecem, ao contrário, reforçarem-se em razão da explosão da dívida externa de numerosos Estados africanos. É possível esperar que a integração regional possa impor um fim a esta relação de dependência, ajudando cada Estado-membro a exportar para países vizinhos produtos manufaturados e, a termo, bens de equipamento. Na origem, existe o desejo dos países africanos e dos seus dirigentes em determinarem, tanto quanto possível, as suas próprias políticas econômicas, em função das suas aspirações nacionais, dos seus recursos

11 OUA, 1981, parágrafo 14.

naturais e dos seus princípios ideológicos, sem se deixarem influenciar pelos países desenvolvidos. Os problemas e as perspectivas criadas pela constituição de agrupamentos regionais merecem, portanto, ser atentamente examinados sob este prisma.

As novas formas de organização regional e a questão da dependência

Os últimos anos foram marcados pelo ressurgimento de uma série de projetos de integração regional na África, os quais constituem, perfeitamente, respostas mais ou menos explícitas, à dominação estrangeira herdada da era colonial. Uma dentre as mais ambiciosas e dinâmicas é a Comunidade Econômica da África do Oeste (CEDEAO, ECO-WAS em inglês) reunindo dezesseis países que, da Mauritânia ao nordeste à Nigéria a Sudeste, cobrem uma superfície de seis milhões de quilômetros quadrados e abrigam 150.000 de habitantes. Constituída em Lagos, no mês de maio de 1975, a CEDEAO consiste na primeira tentativa séria de integração e cooperação econômicas na sub-região da África do Oeste e congrega países cuja língua, a história, as alianças e as instituições são distintas. Entre estes Estados, cinco empregam como língua oficial o inglês, oito o francês, dois o português e um o árabe[12].

Excetuando-se a CEDEAO, as duas mais recentes iniciativas têm como foco a África Austral. A primeira é a Southern African Development Coordination Conference (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral, SADCC) cuja consagração oficial ocorreu em abril de 1980, através da Declaração de Lusaka, tocante à liberação econômica acordada pelos cinco países da linha de frente – Angola, Botsuana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia – aos quais se reuniram Lesoto, Malaui, Suazilândia e o Zimbábue. A SADCC, fora concebida originalmente na qualidade de braço econômico do grupo dos Estados da linha de frente que, desde 1974, estavam estreitamente associados à luta de libertação travada na Namíbia, na África do Sul e na Rodésia de então, luta esta por eles sustentada e à qual eles, em certa medida, participaram direta, militar, política e diplomaticamente. A Conferência assim reagrupa nove países cobrindo uma superfície de 5 milhões de quilômetros quadrados e abrangendo uma população total de 60 milhões de habitantes. A segunda organização – a

12 Para um estudo aprofundado da CEDEAO, conferir S. K. B. ASANTE, 1985.

Preferential Trade Area for Eastern and Southern States (Zona de Comércio Preferencial dos Estados da África Oriental e Austral, PTA)– encorajada em dezembro de 1981 em Lusaka, por nove dos seus dezoito membros potenciais, finalmente foi declarada em Harare, no mês de julho de 1984. A despeito do seu nome e do seu detalhamento, ela não se limita somente às suas relações comerciais e à sua definição. A sua ação interessa à quase totalidade dos setores ligados ao desenvolvimento da integração econômica regional. À imagem da CEDEAO, a PTA foi concebida por Adebayo Adedeji, secretário-executivo da CEA. Mas, enquanto a PTA é um exemplo de laboriosa evolução desde a sua base, a SADCC, tanto quanto a CEDEAO, são a expressão de uma vontade política deliberada, carregando a marca pessoal dos presidentes e primeiros-ministros dos Estados a ela afiliados. Tal como os seis membros francófonos da CEAO, signatários do Tratado da CEDEAO, os Estados membros da SADCC são todos membros potenciais da PTA. Ademais, como no caso da CEDEAO e da CEAO, existem, nas origens, estruturas institucionais, fontes de financiamento, ideologias e estratégias da SADCC e da PTA, diferenças marcantes, em que pese a similaridade geral dos seus objetivos e programas, assim como a convergência crescente dos seus procedimentos.

Outra manifestação do interesse que suscita atualmente a cooperação regional na África foi a criação, em dezembro de 1981, da Confederação Senegambiense que reúne a Gâmbia e o Senegal, com vistas a uma união econômica e monetária. A Confederação é o desenlace de muitos anos de esforços mantidos para estabelecer uma mais estreita cooperação econômica entre os dois países. A última iniciativa em matéria de integração econômica é o tratado, assinado em 1983, na capital Libreville, concernente à criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). Esta comunidade, reunindo os atuais membros da UDEAC e aqueles da Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos, está destinada a desempenhar, na África Central, o papel exercido pela CEDEAO na África do Oeste.

Estas novas formas de integração regional partilham o mesmo objetivo fundamental: reduzir a dependência dos Estados-membros em respeito às forças externas que tentam influenciar as políticas e orientações econômicas dos países africanos; coordenar os programas de desenvolvimento nos diferentes setores e subsetores, com vistas a acelerar o ritmo do crescimento econômico e do desenvolvimento. A CEDEAO, por exemplo, atribui-se como principal objetivo a expansão da cooperação e do desenvolvimento em praticamente todas as esferas de atividade econômica, buscando "progressivamente reduzir a dependência econômica da Comunidade perante o mundo exterior", no que consiste

o pré-requisito indispensável à realização dos objetivos estruturais básicos do desenvolvimento. Igualmente, a SADCC nasceu do anseio comum aos seus nove membros, qual seja, reduzir a sua dependência econômica relativamente à África do Sul e, a termo, dela livrar-se. Pretória está no centro das suas preocupações, entretanto, não se trata unicamente dela, das quais eles desejam libertar-se. Tal como sublinhou o presidente Machel, de Moçambique, em sua alocução pronunciada quando da inauguração da segunda Conferência da SADCC, em Maputo, no ano 1980, "as sequelas do colonialismo subsistem em nosso país [...] assim como a mentalidade própria à dependência, o fatalismo[13]". Em contrapartida, a PTA, cujos membros são mais numerosos, não busca diretamente livrar-se da África do Sul. Ela prefere preconizar uma abordagem positiva do problema, afirmando que, caso ela consiga estimular as trocas e o desenvolvimento na região, a dependência, atualmente alarmante, em relação à África do Sul, diminuiria nas mesmas proporções. No contexto de uma nova ordem econômica internacional, faz-se fundamental conceber nestas novas iniciativas regionais, a expressão direta do ensejo, mais geral, dos países pobres da África em ver eliminadas, ou ao menos reduzidas, as desigualdades inerentes ao sistema econômico internacional existente.

Em quais medidas, efetivamente, estas novas organizações, disporiam elas dos meios e do poder, suficientes, para enfrentarem os preocupantes problemas impostos pela cilada representada pela dependência e pelo neocolonialismo? Noutras palavras, mediante quais circunstâncias, seriam elas capazes de criarem as condições a permitirem um desenvolvimento autônomo e autossustentável? Sob o prisma africano, neste contexto, uma evolução deste tipo não pode proceder da transformação das estruturas produtivas. A CEDEAO, a SADCC ou a PAT, poderiam elas contribuir para este tipo de transformação? Não saberíamos insistir em demasia sobre o fato, mediante o qual, não se pode esperar efetiva integração regional produzir resultados incontestes, enquanto os parceiros regionais permanecerem integrados ao sistema internacional. Em outros termos, a autonomia regional é incompatível com a integração mundial e transnacional. Por quais maneiras estas novas organizações regionais lograram, em alguns anos de existência, reduzir a dependência? Qual seria o porvir dos sistemas de integração econômica regional na África?

Nos dias atuais, numerosos teóricos do desenvolvimento admitem que os processos evolutivos regionais não são nem autóctones e, tampouco, espontâ-

13 A. KGAREBE, 1981, p. 23.

neos, mas, respondem às relações de interdependência e interação, características da ordem mundial. Pois, se dermos crédito a Philippe Schitter, "seria extremamente difícil isolar os debates regionais do seu contexto mundial de dependência econômica e política, sejam quais tenham sido as intenções primeiras, às quais eles tenham respondido em sua origem[14]". A ação das forças externas, ou do chamado por Schmitter "penetração externa", influi profundamente sobre o curso de todo processo de estabelecimento da integração. As análises de Steven Langdon e Lynn Mytelka da UDEAC[15] ou aquela realizada por Peter Robson para a CEAO[16] fornecem-nos excelentes exemplos do modo pelo qual as empresas transnacionais e outros interesses externos, não somente tiraram proveito da integração regional africana, em detrimento dos Estados-membros mas, igualmente, impediram estes países de utilizarem, o melhor possível, as instituições de cooperação econômica e modificarem as estruturas produtivas e as estruturas industriais para desenvolverem as trocas no interior das fronteiras africanas e, tornarem o continente menos dependente do estrangeiro.

Considerando-se esta situação concreta, pode-se facilmente prever o tipo de problemas que a penetração externa eventualmente traria às novas formas de integração regional. Seria necessário, por exemplo, liberar os Estados-membros da CEDEAO, da SADCC, da PTA ou da CEEAC dos laços de dependência que os unem às potências estrangeiras, através do exercício do controle mais estrito sobre os recursos, por intermédio das instituições nacionais e regionais. Dada a complexidade do problema, a questão colocada é a seguinte: as disposições dos tratados em respeito à criação destas novas estruturas regionais, seriam elas suficientes para enfrentar o desafio da dependência?

Os fatos levam a supor que nenhuma dentre as novas instituições regionais disponha dos meios jurídicos suficientes para enfrentar o complexo problema, qual seja, a redução da dependência. Assim sendo, embora o protocolo da CEDEAO sobre as regras primordiais contenha dispositivos estabelecidos para remediar os problemas impostos pelos laços com o exterior, a questão da participação e dos interesses estrangeiros, em seus termos, não é verdadeiramente abordada. Ora, durante ainda muito tempo, os interesses estrangeiros permanecerão majoritários na maior parte das empresas industriais da África do Oeste. Notemos, a este propósito, um importante fato: embora o artigo 32 do Tratado da CEDEAO convide expressamente o Conselho dos Ministros

14 P. C. SCHMITTER, 1972, p. 8.

15 S. LANGDON e L. K. MYTELKA, 1979, pp. 179-180.

16 P. ROBSON, 1983, p. 41.

desta organização a tomar medidas eficazes com vistas a reduzir progressivamente a dependência, não existe, no seio da CEDEAO, nenhuma estrutura ou mecanismo habilitado a iniciar negociações com os atores externos, em nome da Comunidade[17]. O Tratado da CEDEAO não contém tampouco sequer uma disposição relativa a um regime comum, aplicável aos investimentos estrangeiros, bem como à redução progressiva da participação estrangeira na composição social do capital; por outro lado, contrariamente ao previsto no âmbito do Mercado Comum Andino, na América do Sul, não existe nenhum órgão encarregado de supervisionar as importações de tecnologias. Assim sendo, o Tratado da CEDEAO passou, muito amplamente, em silêncio sobre a redefinição das relações desta organização com o mundo exterior, o que está, entretanto, no cerne do problema da dependência.

Embora os países membros da SADCC tenham escolhido reduzir a sua dependência *vis-à-vis* da África do Sul, prioritariamente no tocante ao setor dos transportes e das comunicações, além de terem, com este propósito, criado a Comissão dos Transportes e das Comunicações da África Austral (SATCC), a colocação em prática deste louvável projeto está, paradoxalmente, subordinada à existência de uma ajuda e de investimentos de origem estrangeira. Pode parecer contraditório que uma organização, a qual se atribuiu a tarefa de favorecer a autonomia e a redução da dependência econômica em respeito a todo país ou grupo de países, se tenha dedicado com tanta indústria a cultivar relações vantajosas junto a cordiais parceiros estrangeiros, principalmente ocidentais; a SADCC foi levada a admitir, finalmente, que as suas prioridades não coincidissem talvez, necessariamente, com aquelas das partes, das quais, ela esperava obter uma assistência ao desenvolvimento. No passado, esta política teve como efeito levar a organização a apresentar projetos em função, menos das vantagens que obteria a região, mas sobretudo, do interesse que eles apresentassem para os eventuais países doadores. Assim sendo, ansiosos por escaparem do domínio da África do Sul, os membros da SADCC, aparentemente, estão colocados à mercê de novos doadores ocidentais, situação esta a constituir uma nova forma de dependência. Ademais, concentrando os esforços no restabelecimento do sistema de transportes herdados do colonialismo, a SADCC pode perpetuar e reforçar as estruturas “neocoloniais” das trocas e da produção, bem como impor obstáculos ao desenvolvimento dos intercâmbios entre os seus países-membros.

17 J. P. RENNINGER, 1982, p. 170.

Regionalismo versus pan-africanismo extrarregional

O difícil problema da dependência colocado para as novas organizações regionais foi consideravelmente complicado pelo surgimento de um novo tipo de pan-africanismo, extra-regional, que ilustra a Convenção de Lomé, realizada entre a CEE e a África. Pois, do ponto de vista da mudança estrutural, especialmente, o novo "regime" de Lomé não representa, em nada, um meio de provocar uma espetacular conversão da Europa ou da África. A perenidade das estruturas da dependência, datadas da colonização, é tão perceptível quanto a mudança, caso exista. O neocolonialismo praticado pela CEE consiste em consolidar e manter o *statu quo* que caracterizava a antiga ordem – as tradicionais estruturas de dependência estabelecidas após a conferência de Berlim de 1884 e as estruturas pós-coloniais. Se, por sua vez, a conferência de Berlim instaurou a dominação colonial na África, o Tratado de Roma, criador da CEE, consagrou o advento do neocolonialismo e da dependência no continente. Eis a razão pela qual Nkrumah, o campeão do pan-africanismo, imediatamente denunciou a CEE da qual subjazia, aos seus olhos, um novo modo de "colonialismo coletivo, futuramente mais potente e mais nocivo que os antigas desgraças das quais tentamos nos livrar". O acordo de Lomé não é um documento progressista a abrir as vias para o estabelecimento de benéficas e melhor estruturadas relações de interdependência entre a Europa e a África, mas, antes, um novo avatar do imperialismo. Aqui reside o porquê, malgrado a diversidade da assistência concedida pela Europa aos novos grupos regionais de Estados africanos, segundo a ótica de Lomé I e Lomé II, ser incontestável que as relações estabelecidas entre a Europa e a África tenham consideravelmente reforçado a dependência coletiva desta última frente à primeira, por intermédio de relações comerciais, da cooperação industrial, do desenvolvimento econômico através da ajuda da CEE e dos serviços de assessoria oferecidos por diversos organismos.

Por conseguinte, sob muitos aspectos, este novo pan-africanismo extra-regional que ilustra as Convenções de Lomé é, essencialmente, incompatível não somente com os objetivos fundamentais do Plano de Lagos mas, também, com as concepções, com as estratégias de desenvolvimento e os objetivos essenciais do pan-africanismo em nível regional e com as novas organizações regionais africanas, notadamente a CEDEAO, a SADCC e a PTA, em razão destas últimas terem adotado uma estratégia, como já afirmamos, de desenvolvimento autônomo, com vistas a reduzirem a sua independência *vis-à-vis* das antigas metrópoles e do sistema econômico internacional, em termos gerais

(especificamente no caso da SADCC e da PTA igualmente frente à África do Sul). Por outro lado, Lomé instaura entre a Europa e a África relações verticais, ao passo que os novos sistemas de organização regional, são o reflexo de relações horizontais Sul-Sul[18]. No plano estrutural, este novo tipo de pan-africanismo não oferece portanto nenhuma orientação à África, ele não apresenta nenhum caráter inovador e não abre qualquer nova perspectiva. Ao contrário, ele sanciona a validez da atual concepção para o desenvolvimento africano e favorece a penetração capitalista na África. Em resumo, os diferentes sistemas de integração econômica regional na África devem imperativamente reforçar a sua autonomia econômica para reduzirem a sua dependência perante os países industrializados, senão ao menos liberá-los desta subordinação, favorecendo assim o seu desenvolvimento, entretanto, resta pouca dúvida que esta estratégia possa desdobrar-se no quadro das Convenções de Lomé.

Pan-africanismo e regionalismo: síntese e conclusão

Para o melhor e para o pior, a África atingiu a sua maioridade. A idade de ouro do pan-africanismo na qualidade de movimento de descolonização política, portador das maiores esperanças, está resoluta. Sucedeu-lhe a idade de ouro do pan-africanismo como instrumento de integração regional e descolonização econômica. O tipo de regionalismo que surgiu a partir de meados dos anos 1970 esta profundamente ligado à mais ampla questão relativa à autonomia coletiva e à integração histórica da África ao sistema internacional. Não há dúvida que a permanência da África no sistema internacional comprometeu seriamente o progresso do regionalismo no continente. Nos dias atuais, com efeito, grande parte da cooperação econômica regional não atende aos interesses dos países africanos mas, àqueles dos organismos de ajuda estrangeiros, dos consultores e das empresas transacionais[19]. Logo identificou-se, por exemplo, no caso da SADCC, da UDEAC e da CEAO, que os principais beneficiários da integração regional eram os centros fornecedores da ajuda, das técnicas e dos investimentos estrangeiros. A África enfrenta, portanto, um problema maior, pois a cooperação econômica, constituinte da espinha dorsal da autonomia coletiva, não pode ser eficazmente utilizada como instrumento de desenvolvimento regional, enquanto

18 S. K. B. ASANTE, 1984.

19 A. JALLOH, 1976, p. 49.

os países participantes não tiverem realmente o domínio dos setores-chave da economia ou dos recursos que alimentam os projetos comuns.

Ademais, as elites africanas ou os grupos que colaboram com o estrangeiro, e cujos interesses estão muito próximos daqueles de algumas forças transnacionais ou estrangeiras, provavelmente opor-se-ão a todo esforço que vise alcançar um elevado nível de integração, a provocar uma diminuição da dependência, ou a qualquer mudança radical que pudesse desdobrar-se em uma reforma das estruturas políticas e econômicas, assim como das relações com o estrangeiro e, igualmente, fosse contrária à orientação tradicional, voltada para o exterior. Assim sendo, a integração estrutural das economias africanas e das forças sociais e políticas dominantes do continente ao sistema capitalista internacional tem, em larga medida, impedido os países africanos de modificarem *radicalmente* esta estrutura de dependência, mesmo se estivessem eles dispostos a fazê-lo.

Ademais, considerando-se o profundo enraizamento do neocolonialismo na África e a grande variedade de mercados e de fontes de provisão, no tocante a investimentos e técnicas, existentes nas diferentes potências metropolitanas, toda brutal ruptura das estreitas relações que a África mantém com os países industrializados, provavelmente, teria consequências intoleráveis sobre a frágil economia dos países do continente. Portanto, os países africanos podem escolher participar do sistema, buscando, todavia, beneficiarem-se de condições que lhes permitiriam conquistar maior peso no mundo industrializado. Deriva a necessidade, para os países africanos, de adotarem uma atitude pragmática e maleável frente à questão da dependência e da ameaça neocolonial.

Sob esta perspectiva, as organizações regionais africanas seriam talvez conduzidas a diversificarem as suas relações econômicas com o mundo externo, como Ali Mazrui fez observar:

"[...] há casos nos quais a liberdade começa com a multiplicação dos mestres. Se a propriedade e o poder de controle estão nas mãos de uma só potência, a liberdade é muito amiúde e particularmente restrita. Bastaria uma sociedade africana cultivar a arte de constituir o objeto de uma rivalidade entre várias potências e a porta da libertação poderia entreabrir-se. Depender de dois gigantes, especialmente se forem rivais, permite eventualmente colocá-los um contra o outro e melhor tirar partido da sua situação[20]."

As organizações regionais africanas possuem outro meio para livrarem-se da dependência: estabelecer relações econômicas privilegiadas com o sistema

20 A. A. MAZRUI, 1980a, p. 82.

de integração regional da Ásia e da América Latina, entretanto e concretamente, este tipo de "integração horizontal" subentende o desenvolvimento da cooperação econômica entre países em desenvolvimento, cooperação esta que, segundo Elvin Laszlo, constitui "o novo imperativo para o desenvolvimento nos anos 1980". A ação conjunta na esfera da cooperação econômica e técnica abre vastas perspectivas. Ela pode desempenhar um papel crucial ao permitir àqueles países em vias de desenvolvimento defenderem o preço das suas exportações de matérias-primas, além de reforçar a sua soberania em respeito aos seus recursos naturais. Ela pode, igualmente, favorecer o desenvolvimento das capacidades locais nos domínios científico e técnico, facilitar a comercialização dos produtos provenientes dos países em desenvolvimento, ajudá-los a aumentar a sua capacidade industrial e, antes e sobretudo, reforçar o seu poder decisório no seio das instituições multilaterais.

Os países africanos e os seus dirigentes devem estar dispostos a modificar radicalmente as suas políticas e as suas instituições, além de, especialmente, redefinir os objetivos de desenvolvimento em níveis nacional e regional, com vistas a considerar plenamente o eficaz papel cabível à integração regional em referência à solução dos problemas da dependência e do subdesenvolvimento. Todavia, seria impossível, nestas circunstâncias, a existência de real estratégia de desenvolvimento regional, enquanto os diferentes Estados não tenham definido uma política comum de regulamentação e planificação regionais para resolver o problema dos investimentos estrangeiros e da dependência técnica. Uma política com estas características deveria apoiar-se sobre uma ação de ampla envergadura a se desdobrar na criação de um instituto comum de pesquisa e de desenvolvimento industriais, igualmente encarregado de estudar a utilidade da tecnologia estrangeira e as condições mediante as quais conviria adquiri-la ou adaptá-la aos objetivos dos projetos comuns do desenvolvimento.

Finalmente, e seja qual for a estratégia adotada para superar o estado de dependência, a prioridade deverá ser concedida às reformas de política interna. Tais reformas exigem disciplina e sacrifício. Nós, africanos, naquilo que nos compete, devemos aceitar a disciplina, a moderação e a austeridade necessárias à instauração daquilo que se poderia chamar a nova ordem interna, caso, um dia, pretendamos transformar as relações de dependência permanente, por nós mantidas junto aos países industrializados, em laços de interdependência benéficos que desencadeariam, no seio da sociedade africana, o motor necessário a um crescimento econômico perene. Como nota o eminente historiador africano Ade Ajayi, com "prudente otimismo": "A visão de uma nova sociedade africana deverá, necessariamente, elaborar-se na África, proceder da experiência histórica

africana e do sentido próprio à continuidade da história africana. O africano ainda não é mestre do seu destino, contudo, ele tampouco persiste somente como um objeto sujeito aos caprichos deste mesmo destino[21]."

21 J. F. A. AJAYI, 1982, p. 8.

CAPÍTULO 25

Pan-africanismo e libertação

Edem Kodjo e *David Chanaiwa*

Se, por sua vez, o pan-africanismo, como movimento de integração, obteve algum sucesso ao final dos anos 1950 e no início dos anos 1960, se conheceu êxitos mais variáveis e sofreu derrotas a partir de meados dos anos 1960, e se, finalmente, demonstra um forte impulso desde meados dos anos 1970, o pan-africanismo como movimento de libertação, quanto a ele, alcançou o seu apogeu nos primeiros dez anos posteriores à conquista da independência pela África. Porém não sobreviveu a este período e exauriu-se ao final dos anos 1960. Após a conquista da independência, o princípio unificador do pan-africanismo — a vontade de lutar contra as potências coloniais — enfraqueceu-se em alguns Estados africanos, em que pese a persistência, na África Austral, de um conflito cuja permanência poria em suspenso a completa libertação do continente.

O pan-africanismo nasceu no Novo Mundo, nos séculos XVIII e XIX, em favor da luta dos negros pela libertação, contra a dominação e a exploração dos brancos. Estes movimentos traduzem-se pelo separatismo religioso afro--americano (que se estenderá pouco após na África). No próprio continente africano, o pan-africanismo, como movimento de libertação remonta, como vimos no capítulo 23, à invasão da Etiópia pelos fascistas italianos, em 1935, assim como e, sobretudo, ao quinto Congresso Pan-africano reunido em Manchester, em outubro de 1945. Neste congresso, pela primeira vez, durante toda a história do movimento pan-africano, os representantes africanos eram os

FIGURA 25.1 Quinto Congresso Pan-Africano realizado em Manchester, Inglaterra, em outubro de 1945. Da direita para a esquerda, à mesa diretora: Peter Milliard, Sra. Amy Jacques Garvey, o prefeito de Manchester e I. T. A. Wallace-Johnson. (Foto: Hulton-Deutsch Collection, Londres.)

mais numerosos e os debates envolveram, essencialmente, a libertação da África colonizada. O congresso de Manchester foi organizado por um Secretariado Especial, presidido por Peter Milliard da Guiana britânica (atual Guiana), e incluindo R. T. Makonnen, das Antilhas (tesoureiro), Kwame Nkrumah, da Costa do Ouro (atual Gana) e George Padmore, de Trinidad e Tobago (cossecretários), Peter Abrahams, da África do Sul (secretário encarregado das relações públicas) e Jomo Kenyatta, do Quênia (secretário adjunto). O congresso agregou mais de duzentos delegados vindos, em sua maioria, das colônias britânicas na África, entre os quais figuravam os futuros chefes de Estados independentes. Um veterano do pan-africanismo, W. E. B. Du Bois, presidiu todas as sessões do congresso.

As deliberações e principalmente as resoluções do congresso de Manchester estavam marcadas por um tom mais pugnaz e radical, comparativamente aos congressos precedentes. As declarações dirigidas às potências coloniais exigiam, especialmente:

1. A emancipação e a total independência dos africanos e dos outros grupos raciais submetidos à dominação das potências europeias, as quais pretendiam exercer, sobre eles, um poder soberano ou um direito de tutela;
2. A revogação imediata de todas as leis raciais e outras leis discriminatórias;
3. A liberdade de expressão, de associação e de reunião, bem como a liberdade de imprensa;
4. A abolição do trabalho forçado e a igualdade de salários para um trabalho equivalente;
5. O direito ao voto e à elegibilidade para todo homem ou mulher com idade a partir de vinte um anos;
6. O acesso de todos os cidadãos à assistência médica, à seguridade social e à educação.

A reivindicação em prol da integração econômica foi examinada no capítulo 14. Os representantes exigiam igualmente que a África se livrasse da "dominação política e econômica dos imperialismos estrangeiros". Evento da maior importância, pela primeira vez os africanos advertiam formalmente as potências europeias, para muito bem atentarem ao fato que eles também recorreriam à força para se libertarem, caso elas persistissem em querer governar a África pela força.

Simultaneamente, em uma declaração dirigida ao povo africano, os representantes enfatizaram o fato da luta pela independência política ser somente a primeira etapa e o meio para se atingir a completa emancipação nas esferas econômica, cultural e psicológica. Eles exortaram a população das cidades e dos campos africanos, os intelectuais e os profissionais liberais a se unirem, organizarem-se e lutarem até a absoluta independência.

Em suma, o quinto Congresso tornou o pan-africanismo uma ideologia de massas, elaborada pelos africanos e em seu próprio favor. Inicialmente ideologia reformista e protestante em favor das populações de origem africana, habitantes na América, o pan-africanismo tornara-se uma ideologia nacionalista orientada para a libertação do continente africano. O pan-africanismo mundial de Du Bois, o combate de Garvey pela autodeterminação e autonomia, o regresso à cultura africana preconizada por Césaire, pertenciam, doravante, inteiramente ao nacionalismo africano. Diversos delegados, como Nkrumah ou Kenyatta, saíram de Londres rumo à África, onde eles iriam conduzir o seu povo à independência.

Todos os movimentos nacionalistas inscreveram em seus estatutos disposições inspiradas pelo pan-africanismo.

O pan-africanismo e a libertação da África

Na história do pan-africanismo, como movimento de libertação, o período entre 1950-1965 foi dominado pela figura de Kwame Nkrumah. Através de suas declarações, da sua ação e do seu exemplo, Nkrumah mobilizou, em favor da causa pan-africana, os dirigentes africanos dos movimentos de libertação e dos Estados independentes. Segundo ele, como declarou na noite da conquista da soberania pelo seu país, a independência de Gana não tinha sentido senão na perspectiva de uma libertação completa do continente africano. Igualmente, organizou sem delongas vários congressos pan-africanos (reuniões examinadas no capítulo precedente). Estes encontros foram inaugurados, como vimos, pela primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes, realizada em abril de 1958, na capital Accra, sede de Gana Independente. Participaram desta conferência o Egito, a Etiópia, Gana, Libéria, Marrocos, o Sudão e a Tunísia, assim como grande número de delegados que haviam assistido ao quinto Congresso Pan-africano. A ordem do dia e as resoluções da conferência de Accra abordaram, essencialmente, as relações entre os países africanos independentes, o apoio aos movimentos de libertação em toda a África, as relações entre a África independente e as Nações Unidas, e os meios possíveis para colocar a África ao abrigo das fissuras provocadas pela Guerra Fria, iniciada entre o Leste e o Oeste. Esta conferência identificou os principais temas que o pan-africanismo deveria desenvolver na era da independência; ela lançou, sem dúvida, as bases para a Organização da Unidade Africana (OUA), estabelecendo princípios, tais como, o primado da independência política, o apoio aos movimentos de libertação, a formação de uma frente única no seio da Organização das Nações Unidas e o não alinhamento.

A segunda Conferência dos Estados Africanos Independentes teve lugar em Monróvia, no mês de agosto de 1959. Ela adotou quatro resoluções: a primeira condenava os testes nucleares efetuados pela França no Saara; a segunda pedia uma trégua política entre os dois Camarões; a terceira solicitava a abertura de negociações de paz na Argélia; e a quarta proclamava o direito à autodeterminação dos territórios coloniais. A terceira Conferência realizou-se em Addis-Abeba, em 1960.

Durante este período, Nkrumah e os seus compatriotas, partidários do pan-africanismo, reuniram-se em conferências nas quais os dirigentes dos Estados independentes e dos movimentos de libertação puderam trocar ideias e discutir estratégias a serem adotadas e postas em prática, em prol da luta pela independência. A primeira Conferência dos Povos Africanos, sediada em Accra no mês de dezembro de 1958, reuniu duzentos e cinquenta delegados e muitos observadores. Ela tinha como temas o anticolonialismo, o anti-imperialismo, o antirracismo, a unidade africana e o não alinhamento. Os delegados discutiram especialmente as fronteiras coloniais, as organizações regionais, assim como o papel dos chefes tradicionais e dos chefes dos movimentos religiosos separatistas. Fato da maior relevância, homens políticos e sindicalistas africanos vindos de Estados ou de colônias de língua francesa, inglesa, árabe ou portuguesa puderam, nesta ocasião, fortalecer as relações ideológicas e pessoais, dentre as quais algumas, como aquela unindo Nkrumah e Patrice Lumumba, então delegado pelo Congo belga, revelar-se-iam duráveis. A segunda Conferência dos Povos Africanos, reunida em Túnis no ano 1960, congregou setenta e três delegações africanas e adotou uma série de resoluções relativas, em sua maioria, à descolonização. A terceira conferência ocorreu no Cairo, em 1961.

Existiam duas organizações pan-africanas regionais às quais se havia atribuído o objetivo de coordenar a luta pela libertação. O Pan-African Freedom Movement for Eastern, Central and Southern Africa, comumente chamado PAFMECSA, reagrupou, entre 1958 e 1963, a Etiópia, o Quênia, Uganda, a Somália, a Tanganyika, Zanzibar e os movimentos nacionalistas da África Central e Austral. A outra organização transterritorial, a Reunião Democrática Africana (RDA), foi criada nas antigas colônias francesas, por ocasião do Congresso de Bamako, em 1946, pelos dirigentes nacionalistas que desejavam ir além da limitadíssima autonomia prevista pela Constituição de 1946, autonomia esta, apenas ampliada pela lei de enquadramento de 1956. Em 1958, quando De Gaulle decidiu fazer aprovar, por referendo, o seu projeto de Comunidade Franco-Africana[1], o RDA ofereceu aos africanos uma tribuna pan-africana onde eles pudessem debater vantagens e inconvenientes deste projeto e fazer ouvir a sua opinião perante o governo francês. Por ocasião do referendo, somente a Guiné, representada por Sékou Touré, pronunciou-se contra o projeto de Comunidade e por uma total independência; após este voto, Sékou Touré juntou-se a Nkrumah na União dos Estados Africanos.

1 Para maiores detalhes, consultar J. de BENOIST, 1980.

Figura 25.2 Discurso de abertura da primeira Conferência dos Povos Africanos em Accra, Gana, em dezembro de 1958. (Foto: Newslink Africa, Londres.)

A OUA e a libertação da África

O nascimento de numerosos Estados africanos, entre 1960 e 1964, complicou a tarefa do pan-africanismo, como movimento de integração, contudo, incontestavelmente facilitou e acelerou o seu desenvolvimento na qualidade de movimento de libertação. Se por um lado, os novos dirigentes africanos estavam em desacordo em relação à natureza da integração política que devia ser realizada na África, era quase unânime o reconhecimento da urgente necessidade em libertar inteiramente o continente do colonialismo; os Grupos da Monróvia e da Casablanca continuaram fiéis ao seu compromisso histórico em favor do não alinhamento e da libertação completa das últimas colônias. Esta adesão geral em prol da libertação é realmente uma das razões, senão a principal delas, da unificação dos grupos que formaram a OUA logo após um memorável encontro em Addis-Abeba, em maio de 1963. Como a OUA teria ela sido criada e organizada, e qual papel teria ela desempenhado durante a evolução do pan-africanismo?

Os esforços, notadamente, de Kwame Nkrumah, de Sékou Touré e de Modibo Keita, aqueles do imperador da Etiópia, mas também a conquista da independência pela Argélia (1962), a qual reduziu sensivelmente a tensão entre os Grupos da Casablanca e da Monróvia, levaram os países membros destes dois grupos a decidirem formar, como vimos no capítulo anterior, uma organização única. Os seus ministros das relações exteriores encontraram-se entre 15 e 21 de maio de 1963, com o propósito de redigir um projeto de pauta para as discussões dos chefes de Estado.

A conferência dos chefes de Estado e do governo foi inaugurada no dia 23 de maio de 1963. Os seguintes trinta Estados estavam nela representados (as denominações são aquelas da época): Argélia, Burundi, Camarões, Congo--Brazzaville, Congo-Léopoldville, Costa do Marfim, Dahomey, Etiópia, Gabão, Gana, Guiné, Alto-Volta, Libéria, Líbia, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Uganda, República Árabe Unida, República Centro-Africana, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanganyika, Tchade, Tunísia[2]. Em 25 de maio, os chefes de Estado e de governo assinaram a Carta da Unidade Africana.

O preâmbulo da Carta enumera as considerações sobre as quais se fundava o seu projeto: o direito dos povos em disporem de si próprios (autodeterminação dos povos), o ideal da liberdade, da justiça e da igualdade, um desejo comum de união e de ajuda mútua, a preocupação em preservar a independência e a soberania dos Estados africanos, a fidelidade dos signatários à Carta das Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos. O primeiro artigo cria a Organização da Unidade Africana; o artigo 2 definiu os objetivos; o artigo 3 declara os princípios a serem respeitados para atingir estes objetivos; os artigos 4, 5 e 6 dizem respeito à composição da Organização; do artigo 7 ao 13 descrevem as suas instituições; o artigo 27 contém indicações relativas à interpretação da Carta.

A Carta da Unidade africana também reflete outro aspecto do pan--africanismo ao definir uma ética política. Ela enuncia, de fato, princípios tais como: a igualdade de todos os Estados membros; o princípio da não ingerência nos assuntos internos dos Estados; o respeito à soberania dos Estados, à sua integridade territorial e ao seu direito inalienável a uma existência independente; o tratamento pacífico das contendas, através da negociação, da mediação, da conciliação ou da arbitragem; a condenação sem reservas do assassinato político

2 Em razão do assassinato do presidente Sylvanus Olympio, Togo não foi admitido na conferência. Por sua vez, o Marrocos recusou-se a participar. Estes dois Estados assinaram, todavia e posteriormente, a Carta da OUA.

e das atividades subversivas, mesmo se praticadas pelos Estados vizinhos ou por quaisquer outros Estados; um compromisso sem reservas em favor da libertação completa dos territórios africanos ainda dependentes; a asserção de uma política de não alinhamento perante todos os blocos.

Esta ética pan-africana propunha aos Estados membros um conjunto de princípios destinados a reforçar o seu desejo de unidade e de solidariedade. O pan-africanismo, inicialmente considerado como "um movimento de ideias e de emoções", soube, portanto, modelar os sentimentos, a energia e as aspirações dos povos da África e expressou-os no conteúdo da Carta da Unidade Africana.

De 1963 a 1982, esta carta não sofreu senão leves modificações. Desta forma, o número de comissões especializadas fora reduzido de cinco para três, além de ter sido decidido que a Comissão de mediação, de conciliação e de arbitragem não contaria mais com membros permanentes. No quadro da própria reforma estrutural processada em 1979, suprimiu-se o epíteto "administrativo" do título Secretário-geral. No mesmo ano, em sua décima sexta sessão, a Conferência dos chefes de Estado e de Governo criou um comitê encarregado de revisar a Carta, em função da nova situação gerada pelas mudanças ocorridas na África. Com efeito, tornara-se necessário, após alguns anos, remodelar a Carta para que ela estivesse mais bem adaptada às lutas do século XXI e à prioridade acordada ao desenvolvimento sob todas as suas formas, especialmente culturais, desenvolvimento fundado no respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais dos povos.

A sede da Secretaria-geral é em Addis-Abeba, na Etiópia. O primeiro Secretário-geral, nomeado em 1963 a título provisório, foi o Dr Tesfaye Gebre Egzy. Em 1964, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo elegeu o guineense Diallo Telli, para substituí-lo. Este último, reeleito em 1968, foi substituído no ano de 1972 pelo camaronês Nzo Ekangaki. Outro camaronês, William Eteki Mboumoua, foi eleito em 1974. Em 1978, o posto de Secretário--geral foi confiado ao togolês Edem Kodjo. Posteriormente, sucederam-se o nigeriano Peter Omu, em 1983, o nigeriano Ide Oumarou, em 1985, e o tanzaniano Salim Ahmed Salim, em 1989. O Secretário-geral é assistido pelos adjuntos, cujos número passou de quatro para cinco em 1979. Cada um destes adjuntos representa uma região do continente. Eles dirigem as seções técnicas da Organização e formam, juntamente com o Secretário-geral, o gabinete político. O papel do Secretário-geral foi objeto de interpretações divergentes. Para alguns, ele não seria nada além de um funcionário ornamentado com um título de prestígio. Em contrapartida, outros quiseram atribuir-lhe uma função política e um papel de coordenador. Em julho de 1978, o presidente Omar Bongo, então

presidente em exercício da OUA, declarava à *Jeune Afrique* que as estruturas da OUA estavam amplamente obsoletas, precisamente porque elas limitavam a atividade do Secretário-geral a tarefas puramente administrativas.

Estatutos definem as funções do Secretário-geral, dos seus adjuntos e dos outros membros do quadro pessoal, assim como as modalidades do seu recrutamento. Na ocasião do décimo aniversário da OUA, o Conselho dos Ministros criou um comitê encarregado de revisar as estruturas da Organização e as regras que regem o seu funcionamento. As conclusões deste comitê foram adotadas pela cúpula de Cartum, em 1978, e, posterior e progressivamente, aplicadas em função dos recursos orçamentários.

O órgão supremo da OUA é a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo. Ela reunia-se em sessão ordinária uma vez ao ano e elegia a cada assembleia uma mesa dirigida por um presidente. Este tornou-se, ao longo dos anos, o presidente *de facto* da OUA[3].

A outra assembleia da OUA, o Conselho dos Ministros, reunia-se em sessão ordinária duas vezes ao ano. Uma destas sessões ocorria no início do ano; ela era consagrada essencialmente às questões administrativas e financeiras. O Conselho prepara os encontros dos chefes de Estado e assegura a continuidade de suas decisões.

A OUA: a descolonização e a libertação

A ajuda planejada, oferecida pela OUA aos movimentos de libertação nacional dos povos colonizados da África, constituiu-se em uma das suas mais regulares e eficazes contribuições em benefício da causa pan-africanista. No transcorrer da conferência constituinte de Addis-Abeba, em maio de 1963, os Estados independentes adotaram uma vigorosa resolução relativa à descolonização, segundo a qual eles reconheciam unanimemente que "todos os Estados africanos independentes têm o dever de ajudar os povos dependentes da África que lutam pela liberdade e pela independência". Eles admitiram, igualmente, o reconhecimento "da imperiosa e urgente necessidade de combinarem e intensificarem os seus esforços para acelerar a incondicional conquista da indepen-

3 A Carta não menciona este posto de presidente, ele foi criado progressivamente. Um chefe de Estado, o gabonês Omar Bongo, disse em respeito ao presidente em exercício que tudo se realizava à sua revelia, que ninguém o escutava ou lhe prestava satisfações.

dência nacional, de todos os territórios africanos ainda submetidos à dominação estrangeira[4]".

Após ter ouvido os representantes dos movimentos de libertação nacional da África Oriental, Central e Austral, os chefes de Estado afirmaram, em relação às colônias de povoamento e das diferentes possíveis linhas de conduta:

1. que a preservação do regime colonial constituía uma flagrante violação dos direitos inalienáveis dos legítimos habitantes dos respectivos territórios e representava uma ameaça para a paz continental;
2. que a Grã-Bretanha deveria respeitar a resolução 1515 das Nações Unidas relativa à independência e não conceder a independência à minoria branca da Rodésia do Sul (atualmente Zimbábue);
3. caso a Grã-Bretanha concedesse a independência a esta minoria, os membros da OUA ofereceriam um efetivo apoio, de ordem moral e material, a todas as legítimas medidas que pudessem ser tomadas pelos dirigentes nacionalistas africanos e, eventualmente, por eles próprios, contra todo Estado que reconhecesse o governo desta minoria;
4. que a Namíbia era um território africano sob mandato das Nações Unidas cujos habitantes tinham direito à autodeterminação e à independência, consistindo a ocupação deste território, pelos sul-africanos, em um ato de agressão;
5. que os portugueses cometiam um genocídio na África e os aliados ocidentais de Portugal deveriam escolher entre a sua amizade pelo povo africano e o apoio que eles forneciam à opressão e à exploração coloniais.

Os chefes de Estado adotaram, igualmente, um programa de ação relativo à descolonização. Eles enviaram uma delegação (composta por ministros das relações estrangeiras da Libéria, da Tunísia, de Madagascar e de Serra Leoa) junto ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que então examinava o relatório do Comitê Especial dos Vinte e Quatro, encarregado pelas Nações Unidas de investigar o genocídio cometido nas colônias portuguesas. Eles decidiram pela ruptura das relações, diplomáticas e consulares, entre o conjunto dos governos africanos e os governos de Portugal e da África do Sul; eles decidiram, igualmente, boicotar o comércio com estes dois países, proibindo a importação dos seus produtos, fechando os portos e os aeroportos africanos às suas embarcações

4 Primeiras resoluções da OUA, 1o ponto de pauta: a descolonização, versão definitiva, 25 de maio de 1963.

e aos seus aviões, e ainda interditando os seus aviões de sobrevoarem países africanos.

Entretanto e, sobretudo, os chefes de Estado reunidos em Addis-Abeba, criaram o Comitê Africano de Libertação. Formado pela Argélia, Egito, Etiópia, Guiné, Nigéria, Uganda, Senegal, Tanzânia e Zaire (atual R. D. do Congo) , este comitê, cuja sede foi estabelecida em Dar es-Salaam, estava encarregado de coordenar a ajuda fornecida pelos Estados africanos e gerenciar o Fundo Especial. Este Fundo Especial deveria ser alimentado por contribuições voluntárias realizadas anualmente pelos membros da OUA, para ajudar material e financeiramente os movimentos de libertação nacional.

Os Estados-membros aceitaram acolher os militantes do movimento de libertação, financiar o treinamento militar, os estudos ou a formação profissional destes militantes, autorizar a passagem em seu território de voluntários e materiais destinados a ajudarem estes movimentos. Eles engajaram-se em trabalhar para a unificação dos movimentos de libertação a fim de aumentar a eficácia do seu combate. Além disso, eles proclamaram o dia 25 de maio como Jornada de Libertação da África, esta jornada seria a oportunidade de organizar manifestações populares e angariarem fundos suplementares à contribuição oferecida pelos Estados ao Fundo Especial.

No transcorrer da mesma conferência constitutiva de Addis-Abeba, os Estados-membros adotaram uma resolução especial referente ao *apartheid* e à discriminação racial na África do Sul. Eles decidiram não somente romper as suas relações diplomáticas e comerciais com estes países, assim como intensificarem o seu combate, pela independência da Namíbia, perante a Corte Internacional de Justiça; apoiar o Comitê Especial das Nações Unidas contra o *apartheid*; lutar pela aplicação de sanções econômicas contra a África do Sul e oferecer aos refugiados sul-africanos bolsas e possibilidades de estudos, além de empregos na função pública dos países africanos.

Eles condenaram, em suplemento, a discriminação racial sob todas as suas formas, fosse ela exercida na África ou em qualquer parte do mundo. Além de terem expressado a profunda inquietação que inspirava a todos os povos e governos africanos, causada pela discriminação racial praticada contra todas as populações de origem africana estabelecidas fora da África, especialmente nos Estados Unidos da América do Norte. Graças ao Comitê Africano de Libertação, a OUA alcançou consideráveis vitórias na questão da descolonização. A esmagadora maioria dos Estados independentes, efetivamente, absteve-se de qualquer relação diplomática e comercial com Portugal e a África do Sul. Se alguns Estados não tomaram parte ao boicote, não seria por falta de inte-

resse pela libertação e pela descolonização da África, mas, antes, em razão da dependência econômica e da fraqueza militar, resultantes dos seus laços históricos de caráter colonial com a África do Sul. Estes Estados foram obrigados a contentarem-se em apoiar secretamente os movimentos de libertação, embora se declarassem neutros. A sua atitude ambígua explica-se, portanto, pelas necessidades econômicas que os dirigentes dos movimentos de libertação, eles próprios, souberam compreender e avaliar.

No plano internacional, a OUA conseguiu provocar, em escala mundial, a condenação do colonialismo e do *apartheid*, obtendo por toda parte apoios de ordem moral e material, em favor dos movimentos de libertação. Ela convenceu as Nações Unidas acerca da legitimidade da luta pela libertação dos povos africanos. A Assembleia Geral, através da sua resolução 2555, exigiu de todas as instituições especializadas das Nações Unidas o aporte de ajuda material aos movimentos de libertação. Foi parcialmente graças à pressão da OUA, que as Nações Unidas, por um lado, recusaram-se a reconhecer a declaração unilateral de independência da Rodésia do Sul e o seu governo de minoria branca, dirigido por Ian Smith e, por outro lado, substituíram o Conselho para a Namíbia na administração colonial, ilegalmente constituída, neste país, pela África do Sul. A ONU, A UNESCO e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), criaram comitês *antiapartheid*. De 28 de janeiro a 4 de fevereiro de 1972, o Conselho de Segurança reuniu-se pela primeira vez na África, em Addis-Abeba, sede da OUA. O presidente em exercício da OUA viu-se em várias oportunidades encarregado pelos seus colegas de atrair a atenção da Assembleia Geral das Nações Unidas para a situação colonial. Desta forma, em 1969, o presidente camaronês Ahmadou Ahidjo apresentou à Assembleia Geral o manifesto relativo à África Austral, conhecido como Manifesto de Lusaka[5].

Mas isto não era suficiente. A partir de 1970, a OUA dirigiu a sua atividade diplomática para os países da OTAN, para os países escandinavos, para a Suíça e para o Japão, com o objetivo de expor-lhes as inquietações da África, fazer chamado à sua solidariedade e mostrar-lhes o grau de ameaça que tal situação representava para a África e para a paz mundial. Entretanto, a OUA esforçou-se, sobretudo, para dissuadir os países de sustentarem e armarem por mais tempo os regimes coloniais. A obstinação do governo de Pretória, o crescente emprego da

5 Este manifesto foi redigido pelos participantes da quinta Conferência de Cúpula dos Estados da África Oriental e Central, realizada de 14 a 16 de abril, em Lusaka, na Zâmbia. Participavam deste encontro: Burundi, Etiópia, Uganda, Sudão, Tanzânia, Zâmbia, República Centro-Africana, Tchade, Congo Brazaville, Quênia, Malaui, Ruanda e Somália.
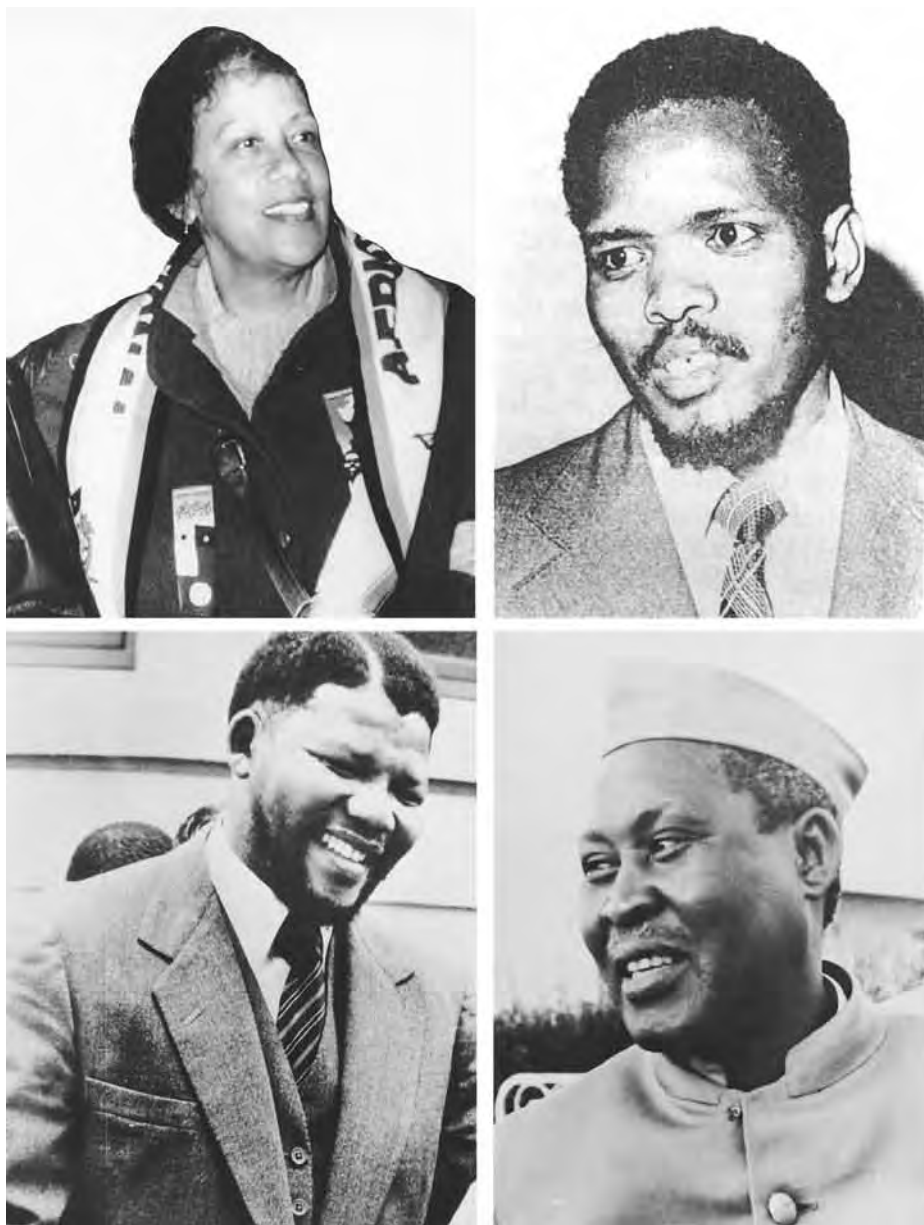
FIGURA 25.3 Na parte superior, à esquerda: Dulcie September, representante do Congresso Nacional Africano (CNA) na França, assassinada em Paris no mês de março de 1988. Na parte superior, à direita: sul-africano Steve Biko, dirigente do Black Consciouness Movement, assassinado em setembro 1977. Na parte inferior, à esquerda: Nelson Mandela, fotografado no início dos anos 1960, antes da sua condenação à prisão perpétua. Na parte inferior, à direita: o chefe sul-africano Albert Luthuli, primeiro presidente do CNA, 1952-1960. (Fotos: Keystone, Paris; IDAF, Londres; Hulton-Deutsch Collection, Londres.)

violência e da repressão, assim como a ocupação ilegal da Namíbia conduziram as Nações Unidas a organizarem, com a cooperação da OUA, uma conferência internacional sobre as sanções a serem tomadas contra a África do Sul. Esta conferência teve lugar em Paris, de 20 a 27 de maio de 1981. Em respeito às instâncias da OUA e ao movimento dos países não alinhados, os participantes solicitaram que o Conselho de Segurança se reunisse com rapidez para adotar, em escala mundial, sanções obrigatórias contra o governo racista da África do Sul e a sua política de *apartheid*. O Conselho de Segurança recusar-se-ia futuramente a pôr em vigor estas sanções; contudo, a OUA tirou proveito da oportunidade, a ela oferecida pela conferência de Paris, para reafirmar perante a comunidade internacional que, em virtude da resolução 2448 de 1967, as Nações Unidas eram diretamente responsáveis pela Namíbia e que a South West Africa People's Organization (SWAPO) era a única verdadeira representante do povo namíbio[6].

A OUA finalmente exerceu uma influência considerável junto aos movimentos de libertação. O reconhecimento oficial de um movimento de libertação e dos seus dirigentes pela OUA, muito amiúde, determinou o seu reconhecimento internacional. Ela colaborou para o surgimento, na qualidade de movimentos legítimos e reconhecidos, da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), do Patriotic Front, no Zimbábue, da SWAPO namibiana, do Congresso Nacional Africano (CNA) e do Pan-African Congress (PAC), na África do Sul[7]. Foram justamente as pressões da OUA que conduziram a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) a formarem a FRELIMO; pressões idênticas conduziram a Zimbabwe African National Union (ZANU), de Robert Mugabe e a Zimbabwe African Peoples Union (ZAPU), de Joshua Nkomo, a formarem o Patriotic Front. A ausência de reconhecimento diplomático pela OUA conduziu, em contrário, a comunidade internacional a boicotar os bantustões sul-africanos, o governo Smith-Muzorewa, no Zimbábue e a Aliança de Turnhalle, na Namíbia. Dirigentes como Moïse Tschombé, no Zaire (atual RDC) e Jonas Savimbi, em

6 A conferência de Paris reunia 122 governos, 15 instituições especializadas e organizações intergovernamentais, 37 organizações internacionais não governamentais, 52 associações nacionais antiapartheid e grande número de personalidades políticas. Ela foi presidida por Salim Ahmed Salim, ministro das relações exteriores da Tanzânia. Ela adotou duas declarações, uma sobre as sanções a serem tomadas contra a África do Sul, outra tangente à Namíbia.

7 O capítulo 10 deste volume fornece precisões sobre as origens, a ideologia, as atividades e os dirigentes destes movimentos de libertação nacional da África Central e Austral.

Angola, condenados pela OUA, pela sua oposição ao pan-africanismo e cumplicidade com o Ocidente, foram banidos pelo mundo negro.

A criação da OUA e, especialmente, do seu Comitê Africano de Libertação, teve igualmente como efeito positivo aumentar a confiança em si, o otimismo, a determinação e a combatividade dos nacionalistas africanos. Graças ao apoio que a OUA lhes concedia no plano internacional, os dirigentes nacionalistas e os seus partidários estavam, em sua maioria, persuadidos que eles lograriam, cedo ou tarde, conduzir o seu país à independência. Esta convicção era frequentemente fortalecida pelos manifestos da OUA, o Manifesto de Lusaka (abril de 1969) ou o Plano de Ação de Arusha (fevereiro de 1981), por exemplo, concernentes à África Austral e à Namíbia, respectivamente. De 1963 a 1973, esta atividade não produziu resultados concretos. Estes anos foram sobretudo consagrados à organização do Comitê Africano de Libertação e dos movimentos de libertação nacional, à publicação de declarações de princípios e de manifestos, bem como ao treinamento militar. A luta armada, ela própria, não estava então senão em seus primórdios.

O período seguinte, de 1973 a 1980, foi especialmente frutuoso, em referência ao que testemunham os resultados obtidos nas colônias portuguesas (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe), em Comores, nas Seychelles e no Zimbábue. A atividade do Comitê Africano de Libertação nestes países contribuiu fortemente para possibilitar aos nacionalistas conduzirem a guerra que permitiu libertar, progressivamente, grande parte das colônias portuguesas, bem como reorganizarem a administração pública e a economia. O capítulo 7 deste volume evidenciou o papel decisivo e a vitória em 1973, da campanha lançada pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e do Cabo-Verde (PAIGC), na Guiné-Bissau, com o objetivo de eliminar a dominação de Portugal sobre este país. A FRELIMO, em Moçambique, e a MPLA, em Angola, alcançaram o mesmo resultado em 1975. Os partidários do colonialismo tentaram oporem-se a estes sucessos empregando métodos bárbaros, tais como o assassinato dos dirigentes do PAIGC e do FRELIMO, Amílcar Cabral e Eduardo Mondlane. Além da luta armada, os nacionalistas encarregaram-se da organização dos territórios libertados e da formação dos seus habitantes no tocante às tarefas da vida civil. Assim sendo, na Guiné-Bissau, eles organizaram a eleição de Assembleias Populares, criaram escolas e hospitais, além de implantarem novas estruturas econômicas. Em 1980, as ilhas Comores, as Seychelles e o Zimbábue conquistavam, a seu turno, a independência. A África do Sul e a Namíbia, estas colônias de povoamento, constituiriam desde então o último

vestígio do colonialismo europeu na África, entretanto, a libertação da Namíbia não era mais que uma questão de tempo.

No além-fronteiras africano, a OUA conferiu particular atenção à situação do Oriente-Médio, mais especificamente à questão Palestina. Ela expressou a sua solidariedade com o Egito e os outros países árabes, cujos territórios estavam ocupados desde julho de 1967.

Esta solidariedade, a OUA manifestou-a, por um lado, ao solicitar aos seus membros o emprego de toda a sua influência para levar Israel a aplicar a resolução 242 do Conselho de Segurança e, por outra parte, confiando a chefes de Estado africanos certas missões específicas. Desta forma, em junho de 1971, durante a sua oitava sessão ordinária, a Conferência de Cúpula da OUA, solicitou ao seu presidente em exercício, através da resolução AHG/Res. 66 (VIII), a evocação perante as Nações Unidas da possível retomada das hostilidades e a expiração do cessar fogo, ao passo que uma comissão composta por dez chefes de Estado estaria encarregada de proceder consultas junto aos governos israelense e egípcio.

A OUA aferrou-se por outro lado a acertar as diferenças entre os seus membros. Em 1955, a Declaração de Bandung, à qual subscreveram os dirigentes nacionalistas africanos e os expoentes do pan-africanismo, pleiteava que todos os conflitos internacionais fossem mediados por meios pacíficos, em conformidade com a Carta das Nações Unidas. O princípio de uma solução pacífica das contendas encontra-se nas diversas declarações adotadas pela primeira Conferência dos Estados africanos independentes, em uma resolução da conferência de Monróvia, de maio de 1961, e na carta da OUA.

O artigo XIX desta carta, na realidade, estipula o seguinte:

"Os Estados-membros engajam-se a acertar as suas contendas por vias pacíficas. Com este propósito, eles criam uma Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem, cuja composição e as condições de funcionamento estão definidas por um protocolo distinto, aprovado pela Conferência dos Chefes de Estado e do Governo. Este protocolo é considerado como parte integrante da presente carta".

Grande número destes conflitos deve-se aos problemas colocados pelas fronteiras herdadas da época colonial. Justamente por razões desta ordem que a Argélia e o Marrocos entraram em conflito em 1962 e que, no transcorrer dos anos, outros conflitos opuseram o Gana e Tanzânia, o Gabão e a Guiné-Equatorial, Camarões e Nigéria, o Zaire (atual RDC) e Angola, Daomé (atual Benim) e o Niger, o Tchade e o Sudão, a Guiné e a Costa do Marfim. A contenda entre a Etiópia e a Somália em respeito ao Ogaden durou vários anos, do

mesmo modo que a disputa entre a Tchade e a Líbia em referência à faixa de Aouzou, e igualmente àquela opondo o Quênia e a Somália[8].

Em 1979, coube à OUA ocupar-se de um assunto de natureza particular: as facções políticas e militares que se enfrentavam no Tchade haviam com efeito decidido trazer a sua disputa ao âmbito da organização, sob a pressão dos países vizinhos. A OUA confiou o assunto a um comitê de chefes de Estado que conseguiu persuadir onze facções tchadianas a formarem, em conjunto, um Governo de União Nacional de Transição (GUNT), sob a direção de Goukouni Oueddei. Esta aliança teve curta duração e, em 1981, com o recrudescimento da guerra civil, a OUA enviou à região uma força interafricana para a manutenção da paz. Esta intervenção foi diversamente comentada. Tratava-se da primeira deste gênero e, malgrado os seus defeitos, ela desempenhou um papel apreciável, ao permitir serem salvas numerosas vidas humanas.

As atividades da OUA na esfera política e em favor da libertação conduziram-na, finalmente, a ocupar-se dos direitos humanos e dos direitos dos povos a disporem de si mesmos, à autodeterminação. O seu interesse por essas questões derivava de razões fincadas em longínquo passado. Assim sendo, para devolver a dignidade aos africanos, o pan-africanismo buscava tanto apagar as sequelas da escravatura, da qual os africanos da diáspora ainda sofriam, quanto por fim às mazelas do colonialismo na África.

Uma Conferência Africana sobre o Primado do Direito teve lugar em Lagos, no ano 1961, com vistas a examinar os diversos aspectos dos direitos humanos. O relatório das suas três comissões de trabalho afirmou a necessidade do recurso jurídico para responder às aspirações dos africanos e com vistas a defender os direitos políticos dos indivíduos. Segundo este relatório, seria necessário criar condições sociais, econômicas, educativas e culturais capazes de permitirem aos indivíduos recuperarem a sua dignidade e realizarem as suas legítimas aspirações, requisitos válidos para todos os países, fossem eles independentes ou não.

Os participantes da conferência de Monróvia (agosto de 1959) adotaram uma resolução relativa à discriminação racial, a solicitar aos membros da comunidade internacional o combate ao racismo e à segregação, notadamente, através da sua associação às resoluções das Nações Unidas e às declarações e resoluções das conferências de Bandung e de Accra, em respeito a este assunto.

O nigeriano Nnamdi Azikiwe sublinhava em 1961, em seu livro *The Future of pan-africanism*, a necessidade de se elaborar uma convenção dos direitos do

8 Em 1963, a Somália expressou reservas no tocante ao princípio da inviolabilidade das fronteiras herdadas da época colonial.

homem aplicável ao quadro de uma organização pan-africana. Tal convenção não foi redigida senão onze anos após a criação da OUA, momento durante o qual esta última, apoiada por uma proposição do presidente Léopold Sédar Senghor, tomou a decisão 115 (CXVI), por ocasião da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, reunida em Monróvia, de 17 a 20 de julho de 1979. Esta decisão, "considerando que o desenvolvimento econômico e social seja um direito humano" e "levando em conta a resolução 24 (XXIV) da Comissão dos Direitos Humanos, relativa aos acertos regionais com vistas à promoção e à proteção dos direitos humanos", reafirmava "a necessidade, para uma melhor cooperação internacional, do respeito aos direitos fundamentais do homem e dos povos e, mais especificamente, do direito ao desenvolvimento", convidando "o Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana: a chamar a atenção dos Estados-membros no tocante a algumas convenções internacionais cuja ratificação contribuiria para o fortalecimento da luta travada pela África contra alguns desastres, especialmente contra o *apartheid* e a discriminação racial, as trocas desiguais e o mercenarismo; bem como, a organizar em uma capital africana e no menor prazo possível, uma conferência restrita aos especialistas de alto nível, visando elaborar um ante-projeto de 'Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos' prevendo, especialmente, a instituição de órgãos de promoção e de proteção dos direitos do homem e dos povos". De 28 de novembro a 8 de dezembro de 1979, juristas africanos reuniram-se em Dakar para redigirem a primeira versão de uma carta cujo objetivo seria refletir a concepção africana sobre os direitos humanos. Na realidade, teria sido um grande erro pretender edificar uma nova sociedade africana desinteressando-se pelo homem, motor primário e animador desta evolução. A África sempre contribuíra no seio da ONU e alhures, para a formulação dos direitos do homem; não era sem tempo que ela estabelecesse, no interior das suas próprias fronteiras, um arcabouço jurídico preciso e especialmente adaptado às necessidades essenciais dos povos habitantes deste território. A Conferência dos Ministros da Justiça, organizada na capital da Gâmbia, Banjul, nos meses de junho de 1980 e janeiro de 1981, examinou o anteprojeto de carta, redigido pelos juristas; posteriormente este anteprojeto foi adotado durante uma reunião dos chefes de Estado, na capital Nairóbi, em julho de 1981. O presidente da Gâmbia, sir Dawda K. Jawara, quem abrira as duas sessões da Conferência dos Ministros da Justiça, não deixou de sublinhar a importância daquilo que estava em jogo durante estes trabalhos:

"Uma carta verdadeiramente africana deverá refletir aquelas dentre as nossas tradições que realmente merecem ser preservadas, assim como os nossos valores e as legítimas aspirações dos nossos povos, com o intuito de coroar a campanha

internacional mundialmente conduzida para aumentar o respeito aos direitos do homem. O indivíduo, tal qual o concebemos, não vive em um espaço vazio e não goza de liberdade ilimitada. Ele vive em uma sociedade, em relação contínua com os outros indivíduos. Portanto ele tem não somente direitos, mas, igualmente, obrigações, em respeito à sua família e à coletividade. Seria todavia temerário estender as obrigações dos indivíduos a ponto de negar o indivíduo, em prol do interesse do grupo".

A Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos compreende um longo preâmbulo e 67 artigos, repartidos em três seções. A primeira seção aborda os direitos e os deveres dos indivíduos e dos povos; a segunda expõe medidas destinadas a defenderem estes direitos; a terceira contém disposições relativas a temas diversos.

Os Estados africanos haviam manifestadamente adotado esta carta, não somente em contribuição ao progresso e para a afirmação do "dever de ser livre" na África, assim como para disporem de uma arma suplementar contra o horrível monstro representado pelo *apartheid* e pelo colonialismo.

A ação da OUA em matéria de desenvolvimento sociocultural

A afirmação das identidades culturais constituiu uma importante dimensão da luta pela libertação nacional na África. A cultura é libertadora e favorece a emancipação dos povos colonizados; eis a razão pela qual a OUA deve levar em conta o fator cultural.

Em 1965, a OUA dotou o seu Secretário-Geral de um Departamento de Assuntos Científicos e Culturais. Ela organizou, em colaboração com a UNESCO, a Conferência Intergovernamental sobre as Políticas Culturais na África, reunida em Accra, de 27 de outubro a 6 de novembro de 1975. Em julho de 1976, durante a sua décima terceira sessão ordinária, a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo adotou a Carta Cultural da África, complementar à carta política de 1963.

O renascimento cultural da África expressou-se através da organização, em Argel, do primeiro Festival Pan-africano que, de 21 de julho a 1º de agosto de 1969, deu lugar a notáveis manifestações artísticas. O segundo festival ocorreu em Lagos e Kaduna, na Nigéria, de 15 de janeiro a 12 de fevereiro de 1977.

Uma série de encontros patrocinados pela OUA possibilitou melhor tratar a atividade cultural e permitir-lhe ocupar o seu posto no processo de desenvolvimento. Durante o Festival Pan-africano de Argel, os participantes de um

colóquio sobre "a cultura africana e o seu papel na luta de libertação, a consolidação da unidade africana e o desenvolvimento econômico e social da África" redigiram o Manifesto Cultural da África. O segundo festival, 1977, foi a ocasião para se abordar o tema "Civilização Negra e Educação". Em janeiro de 1981, um colóquio sobre "A Ciência e a Cultura, bases do desenvolvimento da África" teve lugar em Libreville.

Diversos organismos de cooperação cultural surgiram ao longo dos anos, entre os quais, centros consagrados ao estudo linguístico e histórico das tradições orais ou, igualmente, um Fundo Cultural Interafricano, criado em 1980.

As relações que a OUA, também responsável pela educação, pela ciência e pela técnica, estabeleceu com a UNESCO e a ALECSO deram a estas atividades uma dimensão internacional. Ela organizou, com a colaboração da UNESCO, as Conferências dos Ministros da Educação, de 1964 e 1982. Ela organizou – juntamente com a CEA, com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, com a UNESCO e a Associação das Universidades Africanas – a primeira Conferência dos Reitores e Vice-Chanceleres das Universidades Africanas, reunida em Addis-Abeba, em 1982, para examinar o Plano de Ação de Lagos. A Comissão Científica Africana depende da OUA, a qual inclusive possui, em Lagos, um Secretariado-Executivo encarregado das questões científicas. Em 1982, a Organização tomou uma dupla iniciativa neste âmbito: ela criou as premiações do Renascimento Científico Africano e convocou um Congresso dos Cientistas Africanos, o primeiro deste gênero a realizar-se na África.

Em matéria social, muitas reuniões ocorreram com o concurso de organismos internacionais ou interafricanos com vistas a examinarem a situação dos jovens, das mulheres ou dos portadores de deficiência[9]. Ademais, o Secretariado-Geral da OUA patrocina, desde 1967, a Conferência dos Ministros Africanos do Trabalho: esta instituição permanente da OUA tem como função elaborar uma política comum em matéria de trabalho e facilitar a necessária cooperação entre os Estados-membros.

A ação da OUA conduziu, por outro lado, à criação, no ano 1972, da Organização Sindical Pan-africana, sediada em Accra.

9 A Organização Pan-africana das mulheres, o Movimento Pan-africano da Juventude e o Conselho Superior do Esporte na África trabalham em estreita colaboração com a OUA e possuem junto a ela o estatuto de observadores.

A cooperação Afro-árabe

Esta outra faceta da atividade da OUA merece ser apresentada à parte. As relações entre o mundo árabe e a África são evidentemente muito antigas. Estes contatos seculares desdobraram-se em uma cooperação cultural e econômica, em relação à qual é preciso admitir, entretanto, o seu estado de insuficiente desenvolvimento.

Pan-africanismo e pan-arabismo

O pan-africanismo e o pan-arabismo estiveram à origem de diferentes movimentos na África do Norte. O pan-arabismo voltava-se para o leste: em direção à península árabe e ao Crescente Fértil. O pan-africanismo, ao sul do Saara e contrariamente, mirava para o oeste, rumo aos negros das Américas. O pan-arabismo supunha uma solidariedade cultural, em parte, fundada sobre a afiliação *religiosa* (a herança islâmica). O pan-africanismo supunha uma solidariedade cultural parcialmente fundada sobre a origem *racial* (patrimônio cultural dos negros). O pan-arabismo insistia na ideia de uma "nação árabe" única. O pan-africanismo elaborava o conceito de uma "personalidade africana" unificada.

Os dois movimentos alimentavam sentimentos profundamente ambivalentes no tocante à Europa Ocidental. Eles demonstravam, a um só tempo, atração e repulsa pela cultura e pela civilização europeia. O pan-arabismo referia-se aos antigos impérios dos omíadas e dos abássidas, relembrando que os árabes haviam civilizado a Europa na Idade Média. O pan-africanismo referia-se aos antigos impérios do Mali, do Songhay e de Gana, e rememorava que o Egito civilizara a Grécia Antiga. A nostalgia do glorioso passado do Islam, inspirador de poetas e dramaturgos, renovou a literatura árabe. A nostalgia da sabedoria ancestral esteve à origem de movimentos literários africanos como aquele da negritude[10].

Após a Segunda Guerra Mundial, pan-africanismo e pan-arabismo começaram a aproximar-se. Os primeiros sinais desta aproximação surgiram notadamente – talvez fosse inevitável – no Sudão, em Cartum. Numerosos sudaneses do norte estavam sensibilizados pela ambivalência da sua situação histórica. Seriam eles árabes ou africanos? Poetas e escritores tentaram apreender esta ambivalência. A. M. Fayturi alcança expressá-la quando descreve a África jazendo

10 UNESCO, 1984.

inconsciente, em sono letárgico. Mas, esta África adormecida que ele se esforça em reanimar, é uma África *interior*, aquela que habita a sua alma de poeta:

> *Afrique, ô Afrique,*
> [África, oh África,]
> *Sors de ton sommeil obscur [...]*
> [Saia do teu sono obscuro [...]
> *La terre a maintes fois tourné sur son axe,*
> [A terra muitas vezes girou sobre o seu eixo,]
> *Les planètes ardentes ont maintes fois roulé dans le ciel.*
> [Os planetas ardentes muitas vezes rolaram no céu]
> *Le rebelle a reconstruit ce qu'il avait détruit,*
> [O rebelde reconstruiu o que havia destruído]
> *Et l'adorateur profane ce qu'il adorait.*
> [E o adorador profana o que adorava.]
> *Mais tu es restée ce que tu fus toujours,*
> [Mas tu permaneceste o que sempre foras,]
> *Un crâne rejeté, un simple crâne*[11].
> [Um crânio rejeitado, um simples crânio.]

O processo de aproximação do pan-africanismo e do pan-arabismo entrou em nova fase com a revolução egípcia de 1952. Que Muhammad Naguib, breve sucessor do rei Fārūq à frente do Estado egípcio, tenha sangue negro em suas veias, que Anwar al-Sādāt – este outro artífice da revolução egípcia de 1952, posterior dirigente do país durante mais de dez anos – tenha carregado em si deste mesmo sangue, através da sua mãe, sangue originário dos ancestrais negros, estes fatos apresentam-se neste contexto como secundários; o mais significativo é a mudança de orientação da política egípcia. Gamāl 'Abd al-Nasser, sucessor de Naguib, considerava que o Egito estava no centro de três círculos concêntricos: o mundo árabe, o mundo muçulmano e a África. Ele relembrou aos seus compatriotas que eles não podiam permanecer indiferentes à "luta sangrenta" que prosseguia ao sul do Saara contra o imperialismo e o racismo. Talvez sonhando com a doutrina que, no século XIX, salientava a importância do Canal de Suez e do Nilo ou o papel do Egito na qualidade de região mãe da civilização, al-Nasser via em seu país a porta da África. Embora tenha exagerado no tocante ao papel central do Egito em respeito à história da África, o lançamento do seu livro

11 Segundo a tradução inglesa de M. ABDUL-HAI, 1976.

La philosophie de la révolution marca uma importante etapa na aproximação do pan-africanismo e do pan-arabismo[12].

Uma aliança esboçava-se entre os movimentos nacionalistas da África e aqueles do mundo árabe. O Cairo tornou-se por certo tempo a capital do nacionalismo africano e árabe, em sua forma mais radical. Vindos de toda a África e do Oriente-Médio, militantes e dissidentes encontravam-se no Cairo para tramarem e prepararem a revolução. A República Árabe Unida, dirigida por al-Nasser, financiava grande parte das suas atividades.

A Rádio Le Caire foi, no continente africano, o primeiro órgão internacional de difusão das ideias revolucionárias. Ela emitia em árabe, em inglês e em francês mas, igualmente em kiswahili, antes de ampliar as suas emissões em outras línguas mais. O Egito inclusive oferecia aos africanos, bem como aos árabes, bolsas de estudo permitindo-lhes estudar nos estabelecimentos de ensino egípcios. As autoridades coloniais que administravam os territórios africanos alarmaram-se com o papel crescentemente subversivo desempenhado pela República Árabe Unida de al-Nasser, relativamente ao conjunto da África subsaariana. A sua inquietação não serviu senão para reforçar o apoio do Egito aos movimentos nacionalistas.

A Crise de Suez, em 1956, e a nacionalização do canal pelo Egito, aumentaram ainda mais a reputação de radicalismo atribuída a al-Nasser. Esta nacionalização, vitoriosa, representou uma espécie de proclamação do direito dos africanos a disporem dos seus próprios recursos, malgrado a oposição dos países estrangeiros. A invasão do Egito pelas tropas britânicas, francesas e israelenses, primeiramente, conferiu a al-Nasser a estatura de mártir, quando da derrota militar, posteriormente, concedeu-lhe o estatuto de herói, quando os agressores foram obrigados, sob a pressão internacional, a retirarem-se de modo vergonhoso.

A etapa seguinte da reaproximação entre o pan-africanismo e o pan-arabismo coincide com as últimas fases da Guerra da Argélia. Esta guerra explodiu em 1954, entretanto, as suas repercussões pan-africanas não tomaram toda a sua amplitude senão após a conquista da independência de Gana, em 1957. A Guerra da Argélia contribuiu, antes, sobretudo para a divisão, muito mais que para a união do continente africano. Com efeito, numerosos países francófonos estavam divididos entre a sua rejeição ao colonialismo e a sua amizade pela França. Em razão de o governo francês ter pretendido, por longo período, que

12 G. A. al-NASSER, 1954; conferir igualmente K. OSIA, 1983.

a Argélia fosse uma extensão da França, a opinião pública conservadora, na África francófona, primeiramente tendeu a conferir-lhe o benefício da dúvida. O efeito desta situação foi a divisão dos países africanos em dois grupos: aquele de Casablanca, apoiador do governo argelino no exílio, e aquele de Monróvia, mais conservador.

Fato interessante, esta divisão não opunha claramente os árabes pró-argelinos e os negros pró-franceses. O Grupo de Casablanca (pró-argelino) beneficiava-se do apoio do maior expoente do pan-africanismo, Kwame Nkrumah, e nele agregavam-se, além de Gana, dois outros países não árabes, a Guiné e o Mali. Esta aliança marcou uma nova fase da histórica reaproximação entre o pan-africanismo e o pan-arabismo. Ao assinar a Declaração de Casablanca, Nkrumah associava-se, pela primeira vez, à denúncia de Israel pelos árabes, os quais acusavam este país de ser um "instrumento do neocolonialismo" e um representante do Ocidente.

A divisão entre os países africanos foi atenuada pela conquista da independência pela Argélia, em 1962, posteriormente, através da criação, em 1963, da OUA. A OUA é afro-árabe pela sua própria composição, inspirada em uma concepção que faz do Saara um lugar de passagem e não uma barreira. Ela representa, sob certos aspectos, a expressão do mais importante e ambicioso projeto de união afro-árabe jamais dantes concebido. A sua criação marcou a quarta etapa da reaproximação entre o pan-africanismo e o pan-arabismo.

A quinta etapa corresponde à guerra de junho de 1967, entre os árabes e Israel. A conquista do deserto do Sinaï por Israel foi considerada uma agressão contra um membro da OUA e, por conseguinte, como a ocupação de uma parte do território africano pelas forças israelenses. Pela sua extensão geográfica, o conflito árabo-israelense africanizou-se e, em razão desta agressão, os laços entre pan-africanismo e pan-arabismo reataram-se. A cooperação de Israel com o regime racista da África do Sul ofereceu novos motivos para a solidariedade afro-árabe. Quando sobreveio a guerra árabo-israelense de outubro de 1973, esta solidariedade estava suficientemente sólida a ponto de permitir que todos os países africanos rompessem as suas relações diplomáticas com Israel. A política africana estava, desde então, verdadeiramente ligada à situação política no Oriente-Médio.

A solidariedade afro-árabe basear-se-ia, igualmente, no ímpeto adquirido pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)? A análise depara-se aqui com dados relativamente ambíguos. A ascensão da OPEP efetivamente conferiu à Nigéria uma importância decisiva no jogo das relações entre os árabes e a África negra. Durante cerca de oito anos, de meados da década de 1970

até meados dos anos 1980, em razão da sua política petrolífera mas, outrossim, como consequência da sua política no referente ao islam, a Nigéria constituiu um dos elos da cadeia de ligação entre o pan-arabismo e o pan-africanismo. O presidente Ibrahim Babangida inclusive correu o risco político, em 1986, ao fazer da Nigéria um membro integral da Organização da Conferência Islâmica (OCI), malgrado a indignação dos seus compatriotas cristãos.

Mas, se a política da OCI, à imagem daquela da OPEP, oferece muito amiúde a oportunidade de uma ampla reaproximação do pan-africanismo com o pan-arabismo, a religião e o petróleo, por sua vez, podem igualmente revelarem-se fatores de divisão. Praticamente a metade dos membros da OCI (organização que reúne cerca de cinquenta países) também pertence à OUA. Estas três organizações – OCI, OUA e OPEP – contribuíram para reaproximar o pan-africanismo e o pan-arabismo. Contudo, a religião e os preços do petróleo têm frequentemente uma influência ambígua, no tocante às relações humanas e internacionais.

Os desdobramentos da cooperação afro-árabe

A afiliação dos países africanos e árabes ao Grupo dos Setenta e Sete e a sua participação nas negociações Norte-Sul constitui, por outro lado, a origem de uma aliança mais ampla com o restante do Terceiro-Mundo, aliança esta que tem recentemente adquirido uma nova dimensão. O Terceiro-Mundo tomou consciência da sua unidade e da sua coesão em Bandung, em 1955, e este sentimento foi sobremaneira reforçado por ocasião da conferência de cúpula dos países não alinhados, organizada em Argel, no ano de 1973. O parentesco, entre o racismo na África do Sul e o sionismo na Palestina e nos territórios ocupados, uniu as vítimas destas duas práticas, os africanos e os árabes.

A crise econômica e os seus efeitos sobre o desenvolvimento dos países do Terceiro-Mundo incitaram os governos destes países a adotarem uma posição comum e a protestarem em conjunto contra a deterioração da situação mundial e as políticas dos países industrializados. Esta postura mostrou-se tão mais necessária quando unicamente a alta dos preços do petróleo fez dos países árabes, exportadores desta matéria-prima, uma força considerável nos mercados financeiros e monetários internacionais. Esta nova situação ofereceu novas bases para a cooperação afro-árabe, conferindo-lhe renovados significado e finalidade. As relações entre a África e o mundo árabe adquiriram, paulatinamente, uma dimensão até então inédita.

O Conselho de Ministros da OUA, reunido em sessão extraordinária de 19 a 20 de novembro de 1973, criou um comitê composto por sete membros, encarregado por ele de estabelecer o contato com os Estados da Liga Árabe e de examinar os meios para a definição de uma política de cooperação entre os Estados Africanos e o mundo árabe.

Os chefes de Estado reunidos em Argel, de 26 a 28 de novembro de 1973, decidiram criar o Banco Árabe Para o Desenvolvimento Econômico da África (BADEA). Eles atribuíram a este organismo a missão de contribuir para o financiamento do desenvolvimento econômico dos Estados africanos; incentivar a participação dos capitais árabes no desenvolvimento da África; bem como, fornecer a assistência técnica necessária ao desenvolvimento africano.

Reunidos no Cairo, em 23 de janeiro de 1974, os ministros árabes do petróleo decidiram, em conformidade com as recomendações do Conselho Econômico da Liga Árabe, criar um Fundo Especial de Ajuda à África. Este fundo, dotado de um capital inicial de 200 milhões de dólares norte-americanos, deveria primeiramente conceder aos países africanos uma ajuda de urgência, em condições favoráveis.

Reunido em Túnis, entre 25 e 28 de março de 1974, O Conselho da Liga Árabe aprovou o princípio da criação de um Fundo Árabe de Assistência Técnica aos Estados Árabes e Africanos; e, no Cairo em 10 de julho, o Comitê Interministerial, africano e árabe, aprovou um projeto de declaração e de programa de ação relativo à cooperação afro-árabe. Este documento foi submetido aos ministros das relações exteriores, árabes e africanos, reunidos em Dakar, de 19 a 22 de abril de 1976, posteriormente em Lusaka, de 24 a 26 de janeiro de 1977, e no Cairo, de 3 a 6 de março de 1977. Um encontro de cúpula reuniu no Cairo, de 7 a 9 de março de 1977, sessenta Estados--membros da Liga Árabe ou da OUA. No bojo de uma declaração acerca da cooperação econômica e financeira árabo-africana, estes Estados decidiram adotar um amplo programa de cooperação econômica, técnica e financeira, no longo prazo e nas seguintes esferas: comércio; agricultura e pecuária; minas e indústria; energia e recursos hidráulicos; transportes, comunicações e telecomunicações; cooperação financeira; cultura, educação e ação social; ciência e tecnologia.

Para facilitar a coordenação das suas atividades e a aplicação dos termos da declaração, as duas organizações criaram um Comitê Ministerial Afro-Árabe Permanente, acordaram reciprocamente o estatuto de observador em suas respectivas reuniões, nomearam ambas representantes junto ao secretariado da

outra e, igualmente, convidaram os organismos, africanos e árabes, a trabalharem mediante estreita cooperação, em suas diferentes esferas.

Se tentarmos, neste momento, fazer um balanço destes primeiros anos de cooperação afro-árabe, constataremos certamente que ela pode apoiar-se em uma verdadeira vontade política e importantes recursos. Mas, o funcionamento das instituições encontrou-se muito prontamente paralisado pelos conflitos ocorridos no seio do mundo árabe e, os atrasos administrativos provocaram irritação em ambas as partes – a tal ponto que o presidente Seyni Kountché, do Níger, ao acolher os membros do Comitê Permanente Árabo-Africano de Cooperação, cuja terceira sessão ocorrida em Niamey, no mês de julho de 1978, recomendava-lhes: "evitar as continuadas tergiversações em meio às quais se compadeciam outros organismos de cooperação, mais preocupados em conservarem o seu poder que em trabalharem para o verdadeiro progresso econômico e social de nossos países."

As transferências de capitais árabes para os países africanos cresceram consideravelmente entre 1973 3 1980. Assim sendo, em 1974, a ajuda para o desenvolvimento, oficialmente fornecida ao Terceiro-Mundo pelos países da OPEP, elevou-se a 2,5 bilhões de dólares norte-americanos, o equivalente a 1,74 do seu PIB. O conjunto das transferências efetuadas pelos membros da OPEP para o Terceiro-Mundo alcançava 5 bilhões de dólares norte-americanos e 9 bilhões em 1975, o que representa um aumento de 66%. Mas, tudo isso ainda não era suficiente e ao presidente do BADEA se lhe era permitido escrever: "O fraco volume destas transferências para a África parece ainda mais inquietante se comparado às reais necessidades do continente em matéria de capital-desenvolvimento". Duramente afetados no curso dos anos 1980, pela "crise" ligada à superprodução e à baixa nos preços do petróleo, os países árabes diminuíram a sua ajuda ao Terceiro-Mundo.

Entretanto, à imagem do espírito dos seus inspiradores, a cooperação afro-árabe não se reduz a transferências de fundos ou a investimentos privados. Ela deve traduzir em atos as aspirações comuns e a compreensão mútua dos povos e civilizações. Cabe, portanto, conciliar o Plano de Ação de Lagos, adotado pela OUA e a Estratégia de Amam, preconizada pela Liga Árabe, o que prepararia a aplicação de programas de desenvolvimento comuns. O projeto, concebido pela OUA e pela Liga Árabe com vistas à criação de um fundo cultural e de um instituto cultural afro-árabes, promete igualmente estimular os intercâmbios e o desenvolvimento culturais.

Conclusão

Esta análise mostrou que um dos temas fundamentais do pan-africanismo consistia na liberação dos negros, em geral, e dos africanos, em específico. Se, por sua vez, o capítulo deste volume que aborda a integração regional trata mais de divisões, conflitos de personalidades e fracassos, comparativamente ao que se poderia dizer sobre unidade e sucessos, o presente capítulo, em contrapartida, consagrado às relações do pan-africanismo com os movimentos de libertação, permite entrever grande unidade de propósitos e de ação junto aos povos de ascendência africana, mundo afora e, particularmente, na OUA. Malgrado as contendas que opuseram, inicialmente, os movimentos de libertação, em que pesem os conflitos de interesse entre as economias nacionais, apesar da vulnerabilidade de alguns Estados independentes e do relevante apoio econômico, militar e diplomático concedido aos regimes coloniais, pelas potências ocidentais, contudo, a OUA e os movimentos de libertação lograram conduzir um combate comum, sob a insígnia do pan-africanismo, alcançando o triunfo sobre o colonialismo e o imperialismo europeus. De um modo ou de outro, todos os Estados independentes da África assumiram a sua responsabilidade no combate, a despeito da aparente diferença entre os seus interesses nacionais. O anticolonialismo, o antirracismo e o não alinhamento foram os mais sólidos fundamentos em prol da unidade pan-africana, entre os Estados independentes e entre os movimentos de libertação. A ideologia pan-africana e a solidariedade com todos os movimentos de libertação africanos alcançaram eco entre as massas, preparando os africanos a aceitarem os custos econômicos e os sacrifícios humanos necessários à libertação dos seus irmãos.

Como consequência das mutações econômicas, notadamente da deterioração da situação econômica na África, as fronteiras do pan-africanismo ampliaram-se e englobam, desde logo, o Oriente-Médio e o conjunto terceiro-mundista. O futuro verá, sem dúvida, como no caso da Namíbia, o feliz desenrolar da luta travada na África do Sul, a chegada da África a uma independência econômica mais autêntica, bem como a realização deste sonho por tanto tempo cultivado pelo pan-africanismo radical, todavia e até o presente inatingível: um governo africano em escala continental.

SEÇÃO VII

A ÁFRICA INDEPENDENTE EM MEIO AOS ASSUNTOS MUNDIAIS

CAPÍTULO 26

A África e os países capitalistas

Chinweizu

As relações da África com o mundo capitalista foram marcadas por três flagelos: o tráfico de escravos, o imperialismo e o racismo. Estariam esses três flagelos intrinsecamente ligados ao capitalismo ou dele seriam dissociáveis?

A história anterior das relações da África com o mundo capitalista evidentemente mostrou que o capitalismo desenvolvido poderia sobreviver sem problemas à abolição da escravatura. Inclusive seria ele capaz de tomar a sua iniciativa, pois que, a primeira potência capitalista do século XIX, a Grã-Bretanha, também se apresentou como a primeira potência abolicionista.

Na segunda metade do século XX, tratou-se de saber, a propósito do capitalismo, se ele, primeiramente, podia sobreviver sem problemas ao processo de *descolonização* e, em segundo lugar, se estava apto a dissociar-se definitivamente do *racismo*. Em virtude do tráfico finalmente revelar-se inútil ao bom curso do capitalismo internacional, poderíamos nós supor, em um estádio mais avançado deste sistema, que o imperialismo e o racismo sejam igualmente supérfluos?

Do final da Segunda Guerra Mundial até os anos 1980, o mundo capitalista finalmente aceitou, apesar de si, a descolonização política da África, assim como, o início dos anos 1990 viu anunciar-se o fim do *apartheid* e do racismo institucionalizado na África Austral. Haveria pertinência em concluir que o capitalismo estaria prestes a se livrar, após o tráfico, dos dois flagelos característicos de sua relação com a África: o imperialismo e o racismo?

Aqui existe, na realidade, uma porção de mistificação, pois a descolonização política e a independência formal da África não implicam o fim do imperialismo. Elas tão somente traduzem uma mudança *facial* do imperialismo. A descolonização política não se acompanhou de uma descolonização econômica. Notoriamente, a tutela de um único país europeu por vezes transformou-se em tutela coletiva das potências ocidentais, exercida através da Organização do Tratado do Atlântico Norte ou da Comunidade Econômica Europeia. Este capítulo aborda algumas destas novas *faces* do poder capitalista na África.

Quando da chegada à independência[1], as mudanças que os novos Estados africanos desejavam ver intervirem na esfera das suas relações com o mundo capitalista derivavam de quatro ambições estreitamente correlatas[2]. As suas elites pretendiam modernizar a sociedade a fim de conquistar, para seu povo, o respeito da comunidade internacional. Para alcançá-lo, elas tencionavam realizar a descolonização política da África, impondo um fim às humilhações do racismo; elas contavam, a seu favor, com o desenvolvimento econômico, para transformar os seus países em membros poderosos, ricos e respeitados no mundo industrializado; enfim, elas pretendiam, através da descolonização econômica, liberar-se da tutela econômica do Ocidente. O mundo ocidental acolheu estes anseios na justa medida do seu grau de compatibilidade com o seu interesse primordial, a saber, manter a sua supremacia, mediante tanto menos reformas quanto as possíveis. Quando estas pretendidas mudanças fossem além, ou ao encontro destas reformas, o Ocidente, a elas, opor-se-ia; caso contrário, ele as apoiaria.

Para a África, assim como para o mundo ocidental, a modernização supunha um processo chamado a transformar as sociedades africanas em réplicas negras das sociedades industriais do século XX. O modelo predileto em geral era proporcionado pelas sociedades industriais capitalistas. A maioria dos dirigentes africanos, à imagem dos seus homólogos ocidentais, rejeitava o modelo das sociedades industriais socialistas, arquétipo somente escolhido por uma minoria das elites africanas. Por conseguinte, a cooperação afro-ocidental consagrou-se, amplamente: à promoção de um modo de exercício dos poderes públicos, em conformidade com os preceitos e ao estilo das democracias ocidentais; ao estabelecimento de um sistema escolar e universitário, à moda ocidental, capaz de tornar possível transplantar, para a África, a tradição intelectual do Ocidente; à

1 Considera-se, em geral, que o ano 1960, no transcorrer do qual grande número de países africanos conquistou a independência, representa o ponto de partida para a independência da África.

2 As relações entre a África e o mundo exterior capitalista eram essencialmente relações afro-ocidentais, o mundo ocidental considerado no sentido da tríade: Europa Ocidental, América do Norte e Japão.

propaganda, entre os africanos, em favor da ideologia capitalista, predominante e particularmente, em sua versão liberal da época; bem como, finalmente, à criação de um sistema de transportes e de comunicações, além de outras infraestruturas, de natureza a facilitarem, na África, o florescimento de uma atividade econômica calcada no modelo ocidental.

Em respeito ao Ocidente, tanto quanto aos Estados africanos, o objetivo econômico da modernização consistia em permitir aos africanos adequarem-se rapidamente ao diapasão da civilização de consumo, característica no mundo ocidental contemporâneo. Entretanto, se os africanos, por sua vez, pretendessem criar as suas próprias indústrias, para responderem à demanda por produtos constituídos como *objetos de desejo*, o Ocidente, a seu turno, preferiria ver a África permanentemente dependente em relação a si. A noção de desenvolvimento econômico continha, portanto, dois significados bem distintos, de parte a outra.

Relativamente aos Estados africanos, o desenvolvimento econômico subentendia imperativamente a criação da sua própria base industrial. O mundo ocidental, em contrapartida, circunscrevia a sua visão sobre o desenvolvimento econômico africano a uma simples reforma na capacidade produtiva da África, de tal sorte conduzida, que esta última se tornasse um fornecedor estável de matérias-primas agrícolas e minerais, para as indústrias ocidentais, reforma esta que, conjugada a um estímulo dos apetites africanos, inauguraria, na África, um tempo de oportunidades mais lucrativas para as mercadorias ocidentais.

Em respeito ao capítulo da descolonização econômica, os Estados africanos e o Ocidente encontravam-se em nítida oposição. Os Estados africanos desejavam arrancar o controle da sua economia das mãos do mundo ocidental, em nada disposto a cedê-lo. Com efeito, perder este controle significaria para o Ocidente renunciar àquilo que, durante um século de conquista e colonização, lhe haviam proporcionado as terras áfricas, teres que ele se aferrava a preservar através da descolonização política. Ora, para os Estados africanos, renunciar a este controle, equivalia a predestinar ao fracasso o componente econômico da sua luta pela independência política.

Se a oposição entre a África e o Ocidente apresentava-se menos marcadamente na esfera da descolonização política, em si, este fato devia-se unicamente às acomodações da hegemonia econômica ocidental sobre a África, mediante um leque diverso de situações políticas concretas: dominação da minoria branca, tal qual na República Sul-Africana e na Rodésia de então; colonialismo clássico, como nas colônias portuguesas, todavia não liberadas, da época; ou neocolonialismo, equivalente a um controle político indireto exercido através do domínio econômico, à imagem dos próprios Estados africanos recém-independentes.

Em razão destas diversas possibilidades, a oposição ocidental à vontade africana de destruir o racismo e de não mais tolerar a dominação política estrangeira, sequer no último rincão perdido de terra africana, não foi tão implacável quanto a sua oposição à descolonização econômica. No entanto, as potências ocidentais não apresentavam o mínimo entusiasmo no tocante à ideia de renúncia a uma estrutura existente de controle político, em benefício de outra, julgada menos satisfatória. Oficial e igualmente pronunciar-se-iam em favor da descolonização política e da abolição do *apartheid*, embora agindo em função destes objetivos, contemporizando e adotando, a esse respeito, atitudes ambíguas, sob medida exasperantes para os africanos.

O desenrolar dos acontecimentos resultantes destas convergências e divergências, de posicionamento e interesses, foi amplamente determinado pelo dispositivo de instituições multilaterais que o Ocidente estabelecera com vistas a administrar o sistema capitalista, no período posterior às catástrofes da Segunda Guerra Mundial. A ONU (especialmente alguns dentre os seus organismos, como a Conferência sobre o Comércio e Desenvolvimento, CNUCED), a Comunidade Econômica Europeia, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional deveriam figurar, a um só tempo, na qualidade de atores principais e como teatro do drama em vias de se reproduzir.

O multilateralismo e a Carta do Atlântico

Desde os primórdios da Segunda Guerra Mundial, os dirigentes da aliança Antieixo deram-se conta da necessidade de se neutralizar as intensas rivalidades econômicas que dividiam as potências capitalistas, se acaso fosse desejável evitar outro conflito mundial. Eles decidiram, portanto, estabelecer dispositivos que, segundo as suas expectativas, lhes permitiriam administrar a paz no imediato posterior ao conflito. A Carta do Atlântico, redigida em 1941, pelo então presidente dos Estados Unidos da América do Norte, Franklin Roosevelt, e pelo primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, tornou-se a sua referência. Ela norteava-se pelos princípios do multilateralismo, conceito que igualmente inspirou a organização das grandes instituições político-econômicas e militares do mundo capitalista no pós-Guerra.

Os acordos de Bretton Woods de 1944 criaram, sob a égide dos Estados Unidos da América do Norte, três instituições econômicas fundamentais: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre as Tarifas e o Comércio (GATTI). O FMI, cujo início do funcionamento deu-se

em 1947, recebeu como tarefa nivelar as disparidades criadas pelos excedentes e pelos *déficits* nas balanças de pagamento. O Banco Mundial (oficialmente denominado Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), cujo início do funcionamento data de 1946, teve como missão incentivar o investimento de capitais com vistas à reconstrução e em prol do desenvolvimento dos países membros. Quanto ao GATTI, cujas atividades começaram em 1948, o seu papel consistia: em promover a expansão do comércio internacional, reduzindo, tanto quanto possível, os obstáculos ao comércio, diminuindo as tarifas aduaneiras e os contingentes de importação; bem como, em convencer os membros a concluírem acordos comerciais preferenciais.

Nas esferas política e militar, a Carta do Atlântico esteve à origem da criação de duas instituições. A primeira foi a Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945 e sediada nos Estados Unidos da América do Norte. Ela se tornaria o fórum político onde seriam discutidos os assuntos internacionais, enquanto os seus órgãos especializados prestariam uma assistência técnica no intuito de oferecer soluções a diversos aspectos dos problemas mundiais. Em 1949, à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) se lhe atribuiu a responsabilidade pela defesa coletiva das potências europeias e norte-americanas do mundo capitalista, cabendo aos Estados Unidos da América do Norte figurar, neste contexto, na qualidade de *primos interpares*.

Duas outras organizações econômicas multilaterais, ulteriormente criadas, influíram no curso da evolução da África independente. Trata-se primeiramente da Comunidade Econômica Europeia (CEE), criada pelo Tratado de Roma em 1957 e cujo início das atividades teve lugar em 1958, sob o impulso determinante dos interesses da França. Os seus membros visavam, especialmente, promover uma política externa comum, nas esferas do comércio, da agricultura e dos transportes. A segunda organização é um clube das principais potências capitalistas, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), sucessora em 1961 da Organização Europeia para a Cooperação Econômica, ela teve como missão, entre outras, promover o comércio multilateral em escala mundial.

Estas instituições (ONU, FMI, Banco Mundial, GATTI, CEE, OCDE, OTAN) estavam no centro de uma ampla estrutura de regulamentações, leis, procedimentos e organizações, as quais, em conjunto, determinavam os mecanismos de funcionamento do mundo capitalista em cujos países africanos descolonizados inseriam-se. Porém, sem muito interrogarem-se a respeito das verdadeiras razões de existência destas instituições ou conjunto de estruturas que elas abrangessem, os Estados africanos viram-se cooptados em seu seio. Eles

FIGURA 26.1 Conferência franco-africana em La Baule, França, realizada em junho de 1990. (Foto: AFP Photos, Paris.)

foram persuadidos a aderirem à ONU e às suas instituições, ao FMI, ao Banco Mundial e ao GATTI, bem como a estabelecerem relações de subordinação com a CEE, a OTAN e a OCDE. Segundo os termos das cláusulas, públicas e secretas, instrumentos através dos quais o poder político oficial lhes fora transferido aquando da independência, eles eram obrigados a reconhecerem os acordos econômicos, diplomáticos, e culturais aos quais, as administrações coloniais em retirada, os haviam levado a aderir. Além disso, os Estados africanos se deixaram persuadir a tornarem-se membros de organizações como o Commonwealth britânico e a Comunidade francesa, criada pelos seus antigos colonizadores com o intuito de prolongar a sua hegemonia política. Numerosos Estados africanos (sobretudos as antigas colônias francesas) igualmente assinaram pactos de defesa com os seus antigos mestres, pactos que permitiam, em muitas oportunidades, à ex-potência colonial (com maior ênfase à França) manter tropas em terra, nos países africanos, para a eventual necessidade de intervenção militar nos assuntos internos destes novos regimes africanos. Assim sendo, não somente os Estados africanos subordinar-se-iam aos princípios institucionais do sistema capitalista mundial mas, além disso, eles próprios se agarravam de toda a forma aos seus

mecanismos internos de funcionamento. Com a independência, a África, outrora um mosaico capitanias imperiais exclusivas e rivais, cada qual sob a égide de alguma potência europeia, tornou-se, real e essencialmente, um *protetorado da OTAN*.

Segundo a lógica da OTAN, a responsabilidade sobre cada antiga colônia permanecia sob a incumbência do seu antigo mestre. Em caso de guerra civil, eclodida em uma das antigas colônias (como na Nigéria ou no Tchade), os países da OTAN adotavam, por via de regra, a atitude preconizada pelo antigo mestre colonial. Porém, caso uma colônia estivesse seriamente ameaçada por uma "subversão comunista externa" (à imagem do Congo de Lumumba), os Estados Unidos da América do Norte, líderes da OTAN, reservavam-se o direito de diretamente tratarem do assunto.

A descolonização política e a rivalidade Leste-Oeste (1960-1984)

A descolonização política da África finalmente provocou o enfraquecimento do protetorado da OTAN, transformado em hegemonia da OCDE. Contribuíram, a este respeito, dois vetores principais. Primeiramente, enquanto os Estados africanos diversificavam as suas relações econômicas com o restante do mundo, outros países capitalistas membros da OCDE, embora não pertencentes à OTAN (como a Suíça, a Irlanda, a Suécia e o Japão), estabeleceram sólidos laços econômicos com a África. Em segundo lugar, fornecendo apoio material aos movimentos africanos de descolonização, o bloco soviético adquiriu crescente influência na África, influência a atuar, parcialmente, em detrimento do protetorado da OTAN. Nos anos 1960, inicialmente apoiado sobre a declarada amizade, embora verbal, dos regimes radicais no poder em Gana, na Guiné e no Congo Brazaville, o bloco soviético havia, posteriormente, em meados dos anos 1970, estabelecido sólidas pontas-de-lança na Etiópia, em Angola e Moçambique, autoproclamados Estados Socialistas ou marxistas pró-soviéticos.

Os temores, suscitados no Ocidente pela influência do bloco soviético na África, tiveram sérias repercussões nas relações afro-ocidentais. O efeito produzido era comparável àquele correspondente ao surgimento de um exército de reserva no horizonte de um território sitiado: ela suscita esperanças incertas de redenção em meio aos sitiados e inquietação junto aos sitiadores. As ações e intenções soviéticas tornaram-se elemento crucial dos cálculos dos ocidentais e dos africanos, em referência a todos os aspectos das suas relações.

FIGURA 26.2 Instalação de uma gráfica no CICIBA, em Libreville, Gabão, realizada por técnicos da Mitsubishi Corporation do Japão. (Foto: L. Mbuyamba, Libreville, Gabão.)

Os países ocidentais esforçaram-se para isolar a África da influência do bloco soviético, ao passo que o nacionalismo africano estava distante de ignorar a ajuda que este mesmo bloco poderia conceder-lhe em seu combate contra a supremacia dos colonos rodesianos no Zimbábue, contra o colonialismo português em Angola, na Guiné-Bissau e Moçambique, contra o domínio sul-africano na Namíbia e contra o *apartheid* e o poder dos colonos brancos na África do Sul.

Nos Estados africanos independentes, o protetorado da OTAN foi preservado de diversas maneiras: campanhas de propaganda destinadas a promoverem o clima político e cultural pró-ocidental e antissoviético; apadrinhamento político dos regimes africanos através das embaixadas ocidentais; intervenções políticas secretas e, caso fracassassem estas ações, intervenções militares diretas, em apoio aos regimes pró-ocidentais vacilantes ou intuindo derrubar regimes pró-soviéticos cujo estabelecimento estivesse consumado. Estas atividades culminaram com as múltiplas intervenções militares "anticomunistas", executadas na África por forças ocidentais ou subservientes. Entre estas intervenções, devemos citar: a operação da ONU na República Democrática do Congo (ex-Zaire), entre 1960 e 1964, cujo objetivo consistia em banir Patrice Lumumba, a oeste considerado pró-soviético e comunista, instalando assim um regime pró-

-ocidental; as intervenções britânicas no Quênia e na Tanganyika (1964), com o intuito de reprimir sublevações contra os regimes pró-ocidentais; o golpe de Estado contra Nkrumah em Gana (1966), objetivando derrubar um chefe de Estado progressivamente antiocidental; as operações do Shaba em 1977 e 1978-1979, com vistas a proteger o regime de Mobutu contra os inimigos congoleses; numerosas intervenções francesas visando apoiar os regimes pró-Paris (na Costa do Marfim em 1964 e 1968, por exemplo) ou para substituírem aqueles não mais aceitos pela França, como o Golpe de Estado contra o imperador Bokassa (1979); além de múltiplas expedições de mercenários, cujo plano consistia em derrubar governos africanos "esquerdizantes", à imagem da Guiné (1970) e das Seychelles (1979 e 1982). Estes procedimentos permitiram preservar, em termos gerais, um *statu quo* pró-ocidental nos países em questão.

As tentativas ocidentais visando impedir a instalação de regimes pró-soviéticos, nas derradeiras antigas colônias, obtiveram êxito muito inferior. Nestas condições, o nacionalismo africano, com o decisivo apoio do bloco soviético, infringiu derrotas ao Ocidente.

Malgrado o interesse existente, no tocante ao Ocidente, de estender a descolonização política às últimas colônias ainda subsistentes, o temor, especialmente alimentado pela experiência do Congo, correspondente a estar às voltas com africanos pró-soviéticos no exercício do poder, em consequência da retirada dos europeus, este receio incitou o Ocidente a apoiar, integralmente e com toda a sua força, os sobreviventes regimes colonialistas de Portugal, da Rodésia e da África do Sul. Por conseguinte, contra a determinação da OTAN de apoiar Portugal empobrecido a aferrar-se às suas colônias e a Rodésia a manter a ocupação do Zimbábue, fez-se necessário o engajamento em prolongados conflitos armados. Uma forte assistência militar e diplomática do bloco soviético contribuiu para trazer à órbita de influência pró-soviética, eventualmente até marxista, os nacionalistas vencedores.

Na Etiópia, foi justamente a fração marxista do exército que triunfou em sua luta pelo poder, posterior à derrubada do regime feudal do imperador Haïlé Sélassié. A vitória marxista foi obtida a despeito dos consideráveis esforços empreendidos pelos ocidentais e, mais especificamente, pelos norte-americanos, com vistas a instalarem os seus amigos no poder.

Estes triunfos de nacionalistas africanos marxistas abriram, a partir de 1975, uma grande fissura no protetorado da OTAN. Ao notarem a concretização dos seus maiores temores, no referente à instalação na África de regimes pró-soviéticos, o Ocidente, guiado pelos Estados Unidos da América do Norte, não se mostrava em nada disposto a favorecer a chegada ao poder da maioria negra

da África do Sul, nem a exercer pressão sobre a minoria dos colonos brancos, visando obter a abolição do *apartheid*. Ele tendeu igualmente a favorecer a manutenção do domínio sul-africano sobre a Namíbia. Assim sendo, em que pesem as grandes vitórias africanas contra o colonialismo português e rodesiano, a descolonização política da África não se concluíra, todavia, ainda no curso dos anos 1980. A Namíbia ainda lutava pela sua independência e, apesar das crescentes pressões internacionais, o ocaso do *apartheid* e da supremacia da minoria branca, na África do Sul, não se apresentava no horizonte próximo.

Ao final de 1984, a OTAN perdera o seu protetorado sobre os países que ainda subsistiam como colônias, em 1970, mas, em contrapartida, ela lograra preservá-lo nos países que, à época, haviam conquistado a sua independência, estes países se haviam tornado, neste ínterim, neocolônias. Desta forma, justificava-se globalmente e, a *posteriori*, a estratégia do Ocidente, correspondente a conceder, após a guerra, a independência às suas colônias para poder mantê-las sob o seu raio de influência econômico.

Ora, a partir de 1974, o essencial do drama afro-ocidental desvelou-se não mais em cenário político mas, no âmbito econômico.

O desenvolvimento econômico e a descolonização (1960-1973)

Decidido a preservar o seu protetorado econômico sobre a África e temendo as incursões do bloco soviético, caso os africanos encontrassem-se frustrados em suas aspirações, o Ocidente estaria pronto a possibilitar certo grau de africanização da economia do continente africano e a apoiar com os seus meios o tipo de desenvolvimento limitado que as potências coloniais haviam começado a organizar após a Segunda Guerra Mundial. Porém, as exigências do nacionalismo africano ultrapassavam em muito aquilo que o Ocidente, Estados Unidos da América do Norte à frente, estava disposto a conceder. O primeiro quarto de século de independência política da África, igualmente, veria chocar-se a ação dos africanos, em favor do desenvolvimento e da descolonização do continente, com os esforços empreendidos pelos ocidentais, cujo alvo consistia em frear estas mutações.

A receita consagrada para desencadear o desenvolvimento preconizava a utilização, juntamente com o emprego de fundos da poupança interna, dos capitais de investimento, de uma ajuda financeira, de bens de produção, bem como de uma assistência técnica, todos externos, capazes de contribuir para a criação

de indústrias locais aptas a transformarem as matérias-primas e a produzirem bens de consumo, em substituição às importações. Paralelamente, deveriam ser realizados trabalhos na esfera da infraestrutura econômica (estradas, barragens, vias férreas, telecomunicações, entre outros), com o intuito de assegurar o abastecimento das indústrias e a distribuição da produção. O estabelecimento de uma infraestrutura social (escolas, hospitais, entre outros) deveria contribuir para melhorar a qualidade da mão de obra. A exportação dos produtos agrícolas e minerais financiaria a compra de bens de consumo e forneceria parte dos recursos necessários à industrialização. Esta estratégia, apoiada na poupança interna, na ajuda estrangeira, no investimento estrangeiro, na técnica estrangeira, nos especialistas estrangeiros e no comércio externo, com o objetivo de formar a mão de obra local, melhorar a infraestrutura e desenvolver a produção de matérias--primas, lograria permitir alcançar uma taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) suficientemente elevada, a ponto de cobrir o abismo existente entre os níveis de vida no Ocidente e na África.

Os socialistas e os capitalistas africanos não estavam de acordo em respeito àquelas modalidades de organização social interna, as mais adequadas para aplicar esta estratégia de desenvolvimento. Para os partidários da "via socialista de desenvolvimento", a aplicação deveria ser realizada por intermédio de medidas sociais e econômicas norteadas pela propriedade coletiva dos meios de produção. Na prática, propriedade coletiva significava propriedade do Estado. Em meio aos partidários da via socialista, os marxistas defendiam que a gestão da sociedade e do seu aparelho produtivo coletivizado deveria estar submetida à ditadura do proletariado. Outros socialistas africanos não iriam tão longe e estimavam que bastasse confiar administração do Estado a uma coalizão de representantes de todas as classes da sociedade. Alguns observavam não haver classes sociais na África e, por conseguinte, não poderia tratar-se de poder ou ditadura de classe alguma. Para os defensores da "via capitalista de desenvolvimento", a estratégia deveria acontecer através de medidas, sociais e econômicas, baseadas no princípio capitalista e envolvendo uma propriedade dos meios de produção, a um só tempo, pública e privada. Eles optavam por uma economia mista, ao combinarem, em doses variáveis, a empresa privada e a empresa pública.

As potências ocidentais eram, naturalmente, favoráveis à via capitalista. Elas consideravam os socialistas africanos não marxistas com relativa desconfiança e os marxistas africanos na qualidade de marionetes ou agentes do bloco soviético, cabendo evitar a todo custo a sua chegada ao poder.

Entretanto, desde antes do final dos anos 1960, era evidente que a receita relativa ao desenvolvimento não produzia efeitos. No início dos anos 1970, não

havia sequer sinais de uma "recuperação" em qualquer país da África (capitalista, socialista ou marxista). O mundo inteiro poderia constatar que as nações ricas tornavam-se progressivamente mais prósperas, ao passo que os pobres, aqui incluídos os países africanos, estavam cada vez mais empobrecidos.

Antes que a Organização dos Países Exportadores do Petróleo (OPEP) aumentasse o preço do petróleo, somente uma minoria de africanos correlacionava o desenvolvimento econômico à descolonização das suas relações econômicas externas. A descolonização era então considerada como uma simples africanização, caracterizada simplesmente pelo aumento numérico dos africanos nas estruturas econômicas herdadas da época colonial. Somente uma minoria de nacionalistas radicais defendia a nacionalização das empresas estrangeiras e uma modificação nas relações econômicas afro-ocidentais. Outra minoria, ainda menor, de partidários da "via socialista", julgava que o desenvolvimento exigisse, simultaneamente e na esfera local, uma transformação das relações econômicas e sociais herdadas do colonialismo, bem como um desacoplamento radical das economias africanas da economia capitalista mundial.

O Ocidente, por sua vez, preferia a africanização das instituições econômicas coloniais, processo a desenrolar-se a um ritmo tão lento quanto possível. Ele opunha-se à nacionalização e até mesmo à expropriação parcial, rejeitando categoricamente qualquer alusão à modificação do caráter dos seus laços econômicos com a África.

Condenando a Guiné ao isolamento, em 1958, a França de De Gaulle mostrou categoricamente que seria severamente punida, mediante ruptura total, qualquer tentativa de desligamento do Ocidente proveniente da África. Com efeito, justamente por este motivo, a França outorgou, brutalmente, a independência à Guiné e rompeu com ela toda relação econômica. Em conformidade com o código da OTAN, as outras potências capitalistas puseram a Guiné em quarentena. O seu isolamento forçado perante o mundo capitalista desenvolvido duraria até 1963, ano da sua reconciliação com a França. Esta ruptura obrigou a Guiné a apoiar-se pesadamente sobre os países do bloco soviético. Em contrapartida, a Tanzânia, em 1967, e Angola quando da sua independência, em 1975, optaram por um modo socialista de desenvolvimento, mantendo com o mundo ocidental os laços por eles julgados indispensáveis. A exploração do petróleo angolano, por exemplo, continuou a ser assegurada em associação com conglomerados ocidentais.

Diversidade análoga era observada junto aos adeptos da via capitalista. Alguns, à imagem da Costa do Marfim, do Malaui, do Quênia ou do ex-Zaire, eram estritamente apadrinhados pelo Ocidente na esfera econômica. Outros,

tais como a Nigéria, pretendiam seguir a via capitalista, reservando-se certa liberdade de ação. Gana constituía um caso a parte. Embora Nkrumah clamasse, alto e bom som, a sua orientação socialista, pouca coisa se fez, a seu tempo, em favor da ruptura dos velhos laços coloniais e, com maior ênfase e menor intensidade, para modificar as bases capitalistas da economia e da sociedade ganenses. Após a derrubada de Nkrumah, em 1966, o discurso socialista foi abandonado e Gana permaneceu na via capitalista.

Os defensores da via socialista apresentavam uma postura mais agressiva no tocante à questão da nacionalização dos haveres estrangeiros, comparativamente ao demonstrado pelos partidários do capitalismo. Estes últimos preferiam, por via de regra, a africanização, método cuja função consistia em, por um lado, atribuir partes dos ativos das sociedades estrangeiras ao Estado e a empreendedores individuais africanos e, por outra parte, integrar africanos às estruturas de direção, em meio às quais eles adquiririam formação, naquilo que se refere às técnicas de gestão. O tempo e a experiência atuando favoravelmente, os africanos esperavam poder tomar as rédeas das instituições econômicas necessárias ao desenvolvimento.

A expropriação, através da nacionalização ou pela africanização, não se reproduziu sem provocar reações dos governos ocidentais. Estes últimos, ao longo dos anos 1960, ameaçavam impor severas represálias econômicas aos Estados que pretendessem nacionalizar os teres estrangeiros, a França mostrou-se especialmente firme naquilo que diz respeito às suas antigas colônias. Quando estas ameaças não fossem suficientes para dissuadir um país de nacionalizar, estes governos ocidentais exigiam elevadas indenizações. A hostilidade ocidental frente à africanização era menos aguda, embora e novamente a França fosse, a este respeito, a mais reticente. Observou-se contudo, em meados dos anos 1970, o caso relativo a uma instituição financeira americana, como o Citibank, a qual optou por retirar-se da Nigéria, preferencialmente a vender, sob pressão, uma parte das suas ações ao Estado nigeriano.

No longo prazo, a França respondeu às expropriações, parciais ou totais, recorrendo de mais e mais ao financiamento, através de empréstimos ou cartas de crédito, em detrimento das formas de participação de capital. Outras potências ocidentais adotaram a mesma política. Passou-se, igualmente, do controle direto das filiais africanas pelas suas matrizes, através da participação na gestão, para modalidades diversas de assistência técnica e de formação, assim como para contratos de fornecimento e de divisão da produção. Os investidores franceses, rapidamente imitados nas outras potências europeias, começaram a recorrer a sistemas de seguro e garantia dos investimentos, propostos pelo seu próprio

Estado com a finalidade de cobrir os riscos não comerciais, tais como as guerras, as revoluções ou as expropriações. Estes sistemas aplicavam-se aos investimentos em países com os quais os governos europeus houvessem estabelecido "acordos de proteção dos investimentos" (API) que garantissem uma indenização equitativa e rápida em caso de expropriação. Os países africanos, ansiosos por atraírem os investimentos estrangeiros, começaram a subscrever API variados, com os países ocidentais. Desde 1960, a França concluiu acordos deste tipo com o Senegal, Madagascar, a República Centro-Africana, o Congo-Brazzaville, o Tchade e o Gabão.

Em 1981, a Itália, a Suíça, a Alemanha, os Países-Baixos, a Bélgica, a Dinamarca e a França haviam concluído, em caráter bilateral, várias API e convenções, incluindo cláusulas de proteção aos investimentos, com cerca de vinte países africanos. Naquele ano, contava-se trinta e nove países africanos que haviam assinado e ratificado a Convenção Multilateral sobre o regulamento das contendas relativas aos investimentos, acordo este estabelecido entre a OCDE e os países em desenvolvimento.

Desta forma, através destes meios e frequentemente orientado por iniciativas francesas e americanas, o Ocidente pôde conter a aceleração das expropriações e oferecer às empresas ocidentais a segurança necessária ao prosseguimento da sua atividade na África. Para os países africanos que tivessem realizado expropriações, os limites destas medidas, como meios de desenvolvimento, tornaram-se rapidamente evidentes. Os preços que os africanos obtinham pelas suas exportações, os volumes que eles eram capazes de comercializar ou os preços que eles deviam pagar pelas suas importações não se haviam em nada modificado, pelo fato das empresas em operação nos seus países serem, integral ou parcialmente, de propriedade africana. Eles descobriram que um punhado de empresas ocidentais, soberanas no mercado mundial de cada produto, detinha o poder efetivo sobre o conjunto destes fatores.

Com a conquista da independência pelo seu país, em 1957, Nkrumah tinha mais experiência no tocante aos problemas do desenvolvimento, comparativamente à maioria dos lideres africanos. Este atributo permitiu-lhe denunciar, desde o início dos anos 1960, o poder oculto dos oligopólios ocidentais, aos quais ele acusou de bloquear, impondo obstáculos e barreiras, o progresso econômico da África[3]. Para suprimir os entraves que pesavam sobre o desenvolvimento africano, era necessário, graças a uma ação governamental orquestrada, quebrar

3 K. NKRUMAH, 1973.

o domínio destas empresas sobre o mercado internacional. Quando Nkrumah levantou estas questões, a maioria dos dirigentes africanos não lhe conferiu nenhuma atenção, não o levando a sério, os governos da África francófona chegaram frequentemente ao ponto de manifestar-lhe inclusive hostilidade. Entretanto, em meados dos anos 1970, todos – partidários do capitalismo ou do socialismo – reconheciam finalmente a pertinência e o bom-fundamento das posições de Nkrumah. Ao perceberem que os seus planos permaneceriam eternamente inócuos, caso eles não estivessem sintonizados à descolonização das suas relações econômicas com o mundo ocidental, os líderes africanos, incluindo os dirigentes francófonos, julgaram útil estreitar os laços com o movimento terceiro-mundista, recém-formado com o objetivo de modificar a ordem econômica internacional. A decisão da OPEP, em favor do aumento dos preços do petróleo, forneceu-lhes a oportunidade de lançarem-se no combate em prol de uma "nova ordem econômica internacional".

A ação da OPEP marca um ponto de inflexão

A vitória da OPEP em seu intento visando quadruplicar os preços do petróleo, através de uma série de decisões unilaterais, em 1973 e 1974, modificou a ordem de possibilidades no cenário econômico internacional. Subitamente, os produtores de matérias-primas descobriram possuírem os meios com vistas a tomarem em mãos os seus recursos e o seu destino. Esta situação representou uma reviravolta. A partir deste momento, o desenvolvimento e a descolonização prosseguiriam com um espírito totalmente distinto.

A ação da OPEP teve repercussões em diversos níveis das relações afro-ocidentais. Em que pese a influência moderadora de Washington, sobre o mais potente dentre os membros da OPEP, a Arábia Saudita, o cartel dos produtores de petróleo desencadeou uma crise aguda na balança de pagamento dos países não produtores de petróleo, crise esta que transformou em verdadeiro pesadelo a gestão econômica. Porém, simultaneamente, a possibilidade de imitar com idêntico sucesso a iniciativa da OPEP, no âmbito da comercialização de outros produtos de base, despertava o espírito de superação da crise, por intermédio de um aumento espetacular nas receitas de exportação. Washington era abertamente hostil à OPEP. Paris mostrava-se mais prudente. Londres deveria sair como vencedora, em virtude desta alta nos preços do petróleo.

A OPEP validou, da noite para o dia e aos olhos de todos, a tese segundo a qual existiam entraves estruturais e comerciais, inibidores ao desenvolvimento.

Em particular, ela mostrava que, caso se alcançasse eliminar a barreira constituída pela fixação dos preços dos produtos de base, uma abundância de receitas poderia ser liberada, para financiar o desenvolvimento e, inclusive, importar os estilos de consumo aos quais o desenvolvimento supostamente levaria. Como todos podiam constatar, o desenvolvimento dos países da OPEP não mais seria bloqueado pela penúria de capitais.

A ação da OPEP mostrou igualmente ser possível superar os obstáculos relativos à fixação dos preços e outras barreiras, formando um cartel de produtores e lançando ataques políticos orquestrados, incidentes sobre a estrutura das relações econômicas externas. Em virtude desta possibilidade, desde logo manifesta, o sucesso da OPEP teve duplo efeito, nas esferas da propaganda e da diplomacia internacional, por um lado, ao transformar em debate público a controvérsia, até então acadêmica, concernente à estratégia do desenvolvimento, e, por outro lado, ao também transformar os apelos isolados pela descolonização das relações econômicas internacionais em reivindicação geral. O sonho de fazer pender a estrutura das relações, em proveito dos países do Terceiro Mundo, galvanizou o combate em prol de uma nova ordem econômica internacional, em substituição àquela fundada na Carta do Atlântico. O exemplo da OPEP fortalecia a resolução dos africanos, especificamente, em fazerem o máximo para obterem melhores condições na negociação em curso sobre acertos econômicos entre os países do grupo África-Caribe-Pacífico (ACP) e aqueles da CEE. O cavalo de Troia da França, na OPEP, era o Gabão, mas até o final dos anos 1980, a França cultivou, igual e assiduamente, as suas relações com os membros árabes da OPEP.

Quando as economias africanas passaram da estagnação ao declínio e, em seguida, mergulharam na crise, em parte causada pela vertiginosa alta nos preços do petróleo, continuou-se com a mesma intensidade a buscar estratégias de desenvolvimento eficazes e os meios para a mudança das relações econômicas externas. Examinaremos agora o combate pela descolonização das relações econômicas externas da África, iniciada nesta época, e o debate relativo ao desenvolvimento e à independência que a acompanhou.

O combate pela descolonização econômica (1974-1984)

Os Estados africanos prosseguiram em seu esforço de descolonização orientados por duas diretrizes centrais: o combate geral do Terceiro Mundo em favor de uma nova ordem econômica internacional e as negociações da Convenção de

Lomé, entre os países ACP e a CEE. Este esforço estava focado nas relações econômicas externas; ele não levava de modo algum em conta a parte imputável às relações sociais próprias aos países africanos naquilo que diz respeito à insuficiência do seu desenvolvimento.

A partir de meados dos anos 1960, uma campanha, visando reformar as estruturas das relações econômicas mundiais, fora lançada na ONU pelo Grupo dos Setenta e Sete. Inspirados nas ideias de alguns economistas latino-americanos e estimulados pelo sucesso da OPEP, os animadores desta campanha reuniram rapidamente numerosos votos favoráveis e souberam atrair a atenção sobre si, fazendo grande ruído em torno das perdas econômicas do Terceiro Mundo nos seus intercâmbios com o Ocidente.

Em 1974, o Grupo dos Setenta e Sete logrou alcançar na ONU a adoção de uma Declaração para o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Internacional, acompanhada de um Programa de Ação, com este propósito. O grupo igualmente garantiu a adoção de uma Carta dos Direitos Econômicos dos Estados. Esta carta apresentava dois importantes aspectos. Ela afirmava, ao um só tempo, a soberania das nações em respeito aos seus recursos naturais, sobre os bens estrangeiros e aqueles das sociedades multinacionais situadas em seu território, assim como o seu direito de nacionalizar estes bens e decidir modalidades indenizatórias. Estas disposições eram contrárias ao direito internacional vigente que, na hipótese de nacionalização, conferia à indenização um caráter obrigatório, moldado segundo a suas próprias modalidades. Em segundo lugar, a Carta tornava obrigatório, aos países desenvolvidos, reparar as desigualdades que desabonam a estrutura da economia internacional, mediante a reorganização das estruturas decisórias do FMI, do Banco Mundial de outras instituições financeiras internacionais, através do aumento das transferências líquidas de recursos aos países em desenvolvimento, concedendo-lhes o acesso aos meios científicos e técnicos correspondentes às necessidades e aos objetivos do seu desenvolvimento. Washington, Paris e Londres ouviram com inquietação ressoarem os sinais de alarme.

A campanha pela nova ordem econômica internacional concentrou-se em respeito aos seguintes temas: as fortes flutuações nos preços dos produtos primários e a consequente instabilidade nas receitas dos países exportadores; a deterioração nos termos de troca, vetor da constante baixa relativa dos preços das matérias-primas, quando comparadas àqueles dos produtos manufaturados; o insuficiente acesso do Terceiro Mundo à tecnologia ocidental, em matéria de industrialização; o acesso limitado das indústrias terceiro-mundistas aos mercados ocidentais; o fraco aporte de capital, proveniente das receitas de exportação,

da ajuda e dos investimentos estrangeiros a fim de financiar o desenvolvimento no Terceiro Mundo. Para remediar todas estas dificuldades, propunha-se reformar o sistema monetário, os mecanismos de transferência de tecnologia e aqueles em prol da industrialização, assim como impor outra lógica ao comércio internacional.

Para possibilitar aos países terceiro-mundistas disporem de maior volume de capitais, os paladinos da nova ordem econômica internacional pediam: uma modificação na proporcionalidade dos votos no FMI, em proveito da representação dos países em desenvolvimento; um aumento substancial dos fundos próprios do Banco Mundial, conferindo-lhe a possibilidade de crescimento no montante dos seus empréstimos em condições favoráveis aos países mais empobrecidos; o refinanciamento e a renegociação de algumas dentre estas dívidas do Terceiro Mundo, uma moratória no referente ao pagamento dos juros em alguns casos e a sua anulação, pura e simples, em outros; finalmente, um piso para o montante global da ajuda estrangeira, fixado em 0,7% do Produto Nacional Bruto (PNB) dos países doadores em 1980.

Em referência ao capítulo da tecnologia e da industrialização, a ideia consistia em modificar as regras em vigor, a fim de permitir aos países terceiro-mundistas o acesso, facilitado e em melhores condições de mercado, à técnica ocidental. Estes países propunham reduzir o custo das patentes, das licenças, das marcas registradas e da assistência técnica. Em virtude da transferência de tecnologia operar-se-ia essencialmente por intermédio de empresas multinacionais, eles preconizavam instituir um código regulamentar para a atividade das multinacionais nos países do Terceiro Mundo. Eles reclamavam igualmente uma redistribuição da indústria mundial e demandavam aos países desenvolvidos uma imediata ajuda em prol do aumento da representação econômica dos países terceiro-mundistas, para níveis correspondentes a 25% da produção mundial, no ano 2000. Com este propósito, os países do Terceiro Mundo pleiteavam um acesso preferencial, reservado às suas exportações nos mercados ocidentais.

Em matéria de comércio internacional, os países do Terceiro Mundo designavam a estrutura do mercado mundial como a origem dos seus males. A comercialização dos seus produtos agrícolas e minerais encontrava-se, diziam eles, inteiramente sob a batuta de organismos comerciais ocidentais. As diversas bolsas de comércio situavam-se todas no Ocidente, sob o controle do Ocidente e cada uma delas era dominada por algumas poucas sociedades empresariais. Por exemplo, três multinacionais controlavam o mercado mundial da banana; cerca de 90% do comércio de exportação do tabaco, em folhas, era dominado por seis gigantes do setor; quinze grandes empresas rateavam entre si o comércio

internacional de algodão; no tocante ao cacau e produtos derivados, tratava-se de assunto reservado a seis grupos econômicos; três empresas de grande porte possuíam a mão forte sobre o mercado mundial dos cereais; finalmente, quatro gigantes conglomerados controlavam o mercado mundial da bauxita, da alumina e do alumínio.

Inspirados no exemplo da OPEP, os governos do Terceiro Mundo estimaram ser-lhes imprescindível formarem cartéis de produtores para arrancar o controle exercido sobre os mercados pelos oligopólios ocidentais. Quando tais cartéis não fossem possíveis, eles contavam amainar os efeitos da mão forte do Ocidente, graças a Acordos Internacionais Específicos para os Produtos de Base (AIPB) cujos mecanismos, fundados sobre a manipulação dos preços e da oferta, permitiriam estabilizar e, progressivamente, elevar as receitas de exportação do Terceiro Mundo. Para preservar o rendimento das suas exportações, eles propuseram indexar os preços dos produtos primários àqueles dos artigos manufaturados.

Estas ideias foram apresentadas na quarta sessão da Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento, em Nairóbi, no ano 1976, na forma de proposição de um Programa Integrado para os Produtos de Base (PIPB). Tratava-se de estender os AIPB a dezoito produtos e grupos de produto, de constituir um Fundo Comum, com o propósito de financiar estoques reguladores para estabilizar os preços, nos limites fixados em comum acordo, e, igualmente, criar "facilidades compensatórias de financiamento", capazes de compensarem a insuficiência das receitas de exportação. Este sistema de acordos, de fundos e de facilidades, outras, deveria ser posto em operação ao final de 1978.

Os países ocidentais não eram evidentemente favoráveis a estas proposições que tendiam a suprimir ou enfraquecer o seu controle sobre a economia mundial. Mas, eles não queriam tampouco uma proliferação de cartéis, do gênero da OPEP, para outros produtos de base, e muito menos a generalização de um clima de hostilidade ou enfrentamento econômico. Temerosos, por outro lado, em relação aos seus interesses no longo prazo, a saber, essencialmente, assegurarem a estabilidade do seu abastecimento em matérias-primas com preços tão baixos quanto o possível, os países ocidentais consentiram em iniciar negociações com o objetivo, não de ceder às exigências do Terceiro Mundo, mas antes de neutralizar as pressões, de sabotar o movimento em favor de uma nova ordem econômica internacional e de confiar o controle de um eventual acordo ao FMI, ao Banco Mundial e a outras instituições, sob o domínio Ocidental. Como era possível esperar, as negociações não se desdobraram em resultados relevantes.

Em 1980, uma publicação da ONU, *Forum du développement*[4], reconhecia que as regras e as estruturas regentes das transferências industriais e tecnológicas continuavam, por pouco que não, as mesmas. Em 1984, somente cinco produtos de base exportados pelo Terceiro Mundo – o açúcar, o cacau, o café, o estanho e a borracha natural – eram objeto de acordos internacionais. Somente um destes acordos, o Acordo Internacional sobre a Borracha Natural, era posterior à quarta CNUCED. Estes acordos internacionais, desde logo minados pela não participação de alguns dos principais produtores e consumidores, não funcionavam a contento, confrontados a dificuldades práticas, desde a insuficiência de fundos destinados aos estoques reguladores, até querelas de contingenciamento entre produtores.

Não se alcançou por em prática, com maior intensidade, as facilidades de financiamento compensatório. O fundo de 44 bilhões de dólares norte-americanos, inicialmente proposto pela CNUCED, fora reduzido, em 1983, a mais modesta cifra, equivalente a 10 bilhões de dólares norte-americanos, com um capital investido de apenas 1 bilhão de dólares norte-americanos. A este nível, o fundo, caso criado, não permitiria compensar senão 10%, quando muito, dos *déficits* previstos com as receitas de exportação.

A ideia de indexação dos preços relativos aos produtos primários, àqueles dos artigos manufaturados, foi abortada. Quanto às esperanças de criação de um Programa Integrado para os Produtos de Base, eles esvaíram-se, em 1980, na última reunião do Comitê Intergovernamental Especial para o PIPB.

Malgrado estas flagrantes derrotas, o Grupo dos Setenta e Sete apresentou, em fevereiro de 1980, um conjunto de objetivos revisados. Tratava-se de atingir: um crescimento anual do PIB nos países do Terceiro Mundo de 7,5%; uma participação do Terceiro Mundo no mercado mundial de artigos manufaturados de 20%, em 1990, e 30% no ano 2000; um percentil das exportações de produtos alimentícios e agrícolas equivalente a 35%, em 1990, e 50% no ano 2000. O grupo pleiteava, enfim, a transferência de ao menos 300 bilhões de dólares aos países do Terceiro Mundo, no transcorrer dos anos 1980.

No quadro da campanha geral em prol de uma nova ordem econômica internacional, lançada pelo Terceiro Mundo, os países africanos insistiam naquilo que caracterizava a economia africana. Em razão da África ser, sobretudo, um fornecedor de matérias-primas, a sua preocupação central pressupunha, naturalmente, a estabilização das suas receitas de exportação e a indexação. Em razão da

4 Forum du développement, setembro de 1980, p. 13.

Europa apresentar-se, todavia e à época, como o principal parceiro comercial da África, em que pese o espetacular crescimento no volume das trocas desta última com os Estados Unidos e o Japão, os africanos decidiram dedicar o essencial do seu esforço às negociações com a CEE.

Aquando da formação da CEE, a França solicitara, expressamente, a concessão de um espaço na organização, em proveito das relações particulares, mantidas com as suas colônias, às vésperas da independência. Decidiu-se, então, conferir um estatuto de membro associado aos países que mantivessem relações particulares com os membros da CEE. Pelas Convenções de Yaoundé, de 1963 e 1969, estas relações particulares transformaram-se em um leque de relações multilaterais entre os países da CEE e as 19 antigas colônias da França, da Bélgica e da Itália. Isto evitou as preocupações, junto aos associados africanos, concernentes a concluir, em separado, acordos com os diferentes membros da CEE. No tocante a estes últimos, eles asseguravam, desta forma e coletivamente, a melhor possibilidade, consistente em explorarem os mercados e os recursos de um grupo maior de Estados africanos.

Em 1975, a Convenção de Yaoundé foi substituída pela primeira Convenção de Lomé, entre 9 países da CEE e 46 países do grupo ACP. Em 1979, quando foi assinada a segunda Convenção de Lomé, o número de países do grupo ACP passara a 58. Finalmente, em 1984, enquanto a terceira Convenção estava em negociação, os países da CEE eram 10 e o grupo ACP reunia 64 membros. Representados na ordem de 43, estavam os países africanos. Assim sendo, estabeleceram-se relações CEE-ACP, a partir do nódulo formado pelas relações franco-africanas que se transformara, ele próprio, em relações euro-africanas.

Os países africanos pretendiam garantir, por intermédio destas convenções, a estabilidade das suas receitas de exportação em direção aos tradicionais mercados europeus. As cláusulas comerciais das Convenções de Lomé permitiam a 95% dos poucos produtos industriais, exportados pelos países do grupo ACP, entrarem com isenção de impostos no território da CEE. Lomé I havia instituído um dispositivo, o STABEX, cujo intuito seria contribuir para a estabilização dos preços de 34 produtos, bem como premunir os países do grupo ACP contra as quedas nas suas receitas de exportação, no tocante a estes produtos. Lomé II elevou a lista do STABEX a 44 artigos e criou um mecanismo correlato, o SYSMIN (mais conhecido como MINEX) relativo a 6 produtos minerais – o cobre, os fosfatos, a bauxita/alumina, o manganês, o estanho e o minério de ferro. O MINEX não oferecia compensações para as perdas, a serem restituídas com base nas exportações, mas permitia obter empréstimos com taxas de juros reduzidas junto ao Banco Europeu de Desenvolvimento, com vistas a socorrer

as empresas ameaçadas por uma queda brutal em suas receitas, provocada por um enfraquecimento cambial.

Os países da CEE, por sua vez, buscavam garantir às suas indústrias um fornecimento regular de matérias-primas, com bons preços de mercado, assim como, ao eliminarem a concorrência, assegurar a conservação dos mercados africanos para os seus bens de consumo e de equipamento. As regras interinas de Lomé excluíam, por conseguinte, a possibilidade de formação de cartéis por parte dos países do grupo ACP, cartéis estes que, ao exercerem pressões seletivas sobre os países da CEE, teriam logrado enfraquecer a competitividade destes últimos perante o restante do mundo industrializado. De modo análogo, a Convenção de Lomé outorgava direitos preferenciais às multinacionais da CEE em atividade nos países do grupo ACP, favorecendo-os comparativamente aos seus rivais norte-americanos e japoneses; entretanto, ela não aceitava as demandas do grupo ACP, cujo objetivo consistia em poder regulamentar e supervisionar as atividades das multinacionais nestes territórios.

Em respeito a outros capítulos, os desideratos dos países do grupo ACP não foram melhor satisfeitos. Por exemplo, o Fundo Europeu de Desenvolvimento poderia oferecer uma ajuda para o investimento nos ramos da construção civil, da distribuição hídrica, da infraestrutura de saneamento, da energia e da produção das matérias-primas, contudo, estes recursos não se destinavam às indústrias cujos produtos pudessem concorrer com os artigos manufaturados europeus, nos mercados da Europa. Não estava sequer previsto que o grupo ACP estivesse representado neste Fundo Europeu de Desenvolvimento.

Os países do grupo ACP expressavam grandes reservas em respeito a Lomé II, o que contribuiu para retardar a extensão das negociações relativas a Lomé III. Entretanto, pela sua simples existência e aplicação, as convenções de Lomé constituíam um considerável passo adiante, comparativamente às estéreis negociações relativas à nova ordem econômica internacional.

Um imperialismo triunfante

Além dos animados meios da diplomacia, da propaganda e dos teóricos da cooperação, como se processaram, na prática, as relações afro-ocidentais, entre 1974-1985? Concretamente, quais resultados teriam alcançado os esforços empreendidos para descolonizar estas relações? E qual teria sido o destino do desenvolvimento?

Em seu conjunto, as tentativas de descolonização econômica revelaram-se infrutíferas; a ordem estabelecida pela Carta do Atlântico permaneceu intacta. A campanha em prol de uma nova ordem econômica internacional e a Convenção de Lomé não modificaram, de modo relevante, as condições de dependência, características do papel africano no sistema capitalista mundial. Se houve mudança, ela ocorreu no sentido de um fortalecimento das relações e das forças econômicas coloniais. Os países africanos permaneceram membros da ONU, do Banco Mundial, do FMI, etc., e estas instituições não perderam o seu caráter como instrumentos da dominação ocidental; quanto à influência da África e do Terceiro Mundo em suas atividades e programas, ela não aumentou de modo notável salvo no âmbito da retórica.

Nenhuma reforma modificou os sistemas monetário e comercial a ponto de alterar o seu funcionamento em favor do Terceiro Mundo. Malgrado as suas veementes denúncias contra o FMI, os países africanos não estiveram menos constrangidos em manterem, junto a ele, tratativas segundo as próprias condições deste organismo. Igualmente, os oligopólios ocidentais continuaram a controlar os fluxos das exportações africanas. Se houve tentativas realizadas para interrompê-los, elas fracassaram. Por exemplo, em 1981, o Zaire decidiu comercializar os seus diamantes de forma independente, mas ele renunciou em 1983, rendendo-se novamente à De Beers.

Nenhuma mudança considerável interveio na repartição do comércio exterior africano desde a época colonial, embora o valor tenha passado de 4,9 bilhões de dólares, em 1960, para 89,6 bilhões de dólares em 1980. A Europa Ocidental permaneceu o principal parceiro comercial da África; o comércio africano com o bloco soviético estagnou-se e, posteriormente recuou; o comércio intra-africano também permaneceu estacionário. Os bens de consumo compunham a maior parte das importações, alcançando entre 35 e 45%[5]. Assim sendo, no que diz respeito à composição e à direção do seu comércio, a África permaneceu o fornecedor dos produtos primários para o mundo ocidental e um mercado para os artigos manufaturados ocidentais.

Os valores de 1981 mostram o quão pouco evoluiu a participação do comércio africano durante o período pós-colonial considerado. Naquele ano, o comércio da África com o restante do mundo representou um volume total de 106 bilhões de dólares norte-americanos, a participação da OCDE neste total elevava-se a 71 bilhões de dólares norte-americanos; na composição deste volume, a propor-

5 CEA, 1983.

ção era a seguinte: a CEE participava com 43 bilhões, os Estados Unidos com 13 bilhões e o Japão com 7 bilhões destes mesmos dólares norte-americanos. O comércio da África com os países de desenvolvimento não africanos representava um valor de 16 bilhões de dólares norte-americanos; as trocas com o bloco soviético não ultrapassavam 1,3 bilhão de dólares norte-americanos; outras categorias de trocas, particulares e não especificadas, representavam 18 bilhões de dólares norte-americanos. O comércio intra-africano colaborava com a ínfima soma de 6,7 bilhões de dólares norte-americanos, elevando o total geral do comércio africano a valores da ordem de 113 bilhões de dólares norte-americanos[6].

No plano interno, as economias africanas conservaram o seu caráter colonial, tanto mais quanto menos esforços foram feitos para modificá-lo. A sua orientação, voltada para o mercado mundial, continuou a ser um fator determinante do investimento na agricultura e nas indústrias extrativistas; em respeito à produção dos "enclaves industriais", ela ocorria em função das exigências da economia internacional. Não houve praticamente nenhum esforço desenvolvimentista fundado em um completo inventário dos recursos e sobre a organização do mercado interno, de forma a suscitar a criação de relações interindustriais internas. Por conseguinte, as economias africanas continuaram a produzir bens que delas exigia o mundo ocidental, por intermédio do mercado mundial, em detrimento dos bens necessários aos africanos.

Sob a proteção dos diversos API, as multinacionais continuaram a dominar a produção e a distribuição na África. Por exemplo, o arquétipo das multinacionais da CEE em atividade na África, a sociedade empresarial britânica Lonhro, continuou a extrair a maior parte dos seus lucros das suas atividades africanas. Em 1982, 1,2 bilhão de dólares norte-americanos, ou seja, um quarto do seu faturamento (4,7 bilhões de dólares norte-americanos) provinha da África; mas esta soma proporcionava um lucro de 120 milhões de dólares norte-americanos, equivalentes a cerca de 50% do total dos benefícios realizados pela Lonhro no curso deste exercício, o que fazia da África o seu mais lucrativo teatro de operações. Quanto ao campo coberto pelas suas atividades africanas, ele era considerável. A maior parte das suas 800 filiais encontrava-se na África: no Malawi, no Zimbábue, no Quênia, na Zâmbia, na Nigéria, em Gana, nas ilhas Maurício, em Uganda, na Suazilândia e na África do Sul. Lonhro possuía jornais, plantações de chá, hotéis, ranchos, plantações de cana-de-açúcar e usinas de açúcar; ela fabricava carroças, têxteis, cerveja, tintas, doces, cosméticos e

6 Segundo dados do FMI, 1982. Os valores são aproximados.

ônibus; ela distribuía e vendia no varejo veículos automotores, oleaginosas, discos, fitas magnéticas, equipamento para a extração mineral e peças avulsas; em suplemento, ela atuava no setor do *leasing* de aviões, explorava minas de carvão, de cobre, de ouro e de platina, além de gerenciar empresas da construção civil e empreiteiras ao serviço das obras públicas. Na realidade, Lonhro era, única e exclusiva proprietária de 600 milhões de hectares em explorações agrícolas diversas, bem como o maior produtor de gêneros alimentícios da África[7].

Ora, contrariamente ao que a postura aparentemente hostil às multinacionais dos governos africanos poderia levar a crer, estas sociedades foram, com efeito, solicitadas e acolhidas de braços abertos. Por exemplo, Lonhro foi oficialmente lembrada na Tanzânia, em 1983, cinco anos após ter sido expulsa pela sua ingerência na guerra de independência do Zimbábue. Ela recebeu indenizações pelos haveres das suas 18 filiais nacionalizadas pela Tanzânia e foi convidada a reinvestir o capital e reanimar as atividades que estivessem em decadência, provocadas pela gestão estatal.

A amplitude do espectro de atividades da Lonhro e o seu retorno à Tanzânia ilustram o acolhimento geralmente reservado – ainda que a contragosto – às multinacionais, tão mal-ditas. No início dos anos 1980, os próprios Estados africanos marxistas abandonaram Marx, em prol da economia mista, e manifestaram a sua predisposição em estabelecerem relações econômicas mais estreitas com este Ocidente e com as suas multinacionais, até bem pouco, odiados . A Guiné e o Congo, adeptos da via socialista nos anos 1960, tentaram uma reaproximação política com o Oeste e buscaram atrair a Etiópia, Angola e Moçambique, dez anos somente após se terem autoproclamado Estados marxistas, estes países se desligaram do modelo soviético e reataram os laços com o mundo ocidental.

Moçambique, por exemplo, Estado marxista convicto, dedicou-se a cortejar seriamente o Ocidente em 1982. Os efeitos conjugados de uma grave seca, de uma carência de pessoal especializado em gestão e nas competências técnicas, assim como a insuficiência no aporte de capitais estrangeiros, provenientes do bloco soviético, haviam conduzido a sua economia à crise. O PNB por habitante declinara os 208 dólares norte-americanos, em 1981, para menos de 155 dólares norte-americanos, em 1983. Para combater a crise, Moçambique, cuja economia era inteiramente planificada, liberalizou de modo limitado o mercado de trabalho e aquele referente a alguns bens. Solicitou a sua adesão ao Banco Mundial e ao FMI para, em seguida ao final de 1984, tornar-se o sexa-

7 South, Londres, julho e setembro de 1983; Euromoney, Londres, dezembro de 1983.

gésimo quinto país do grupo ACP. Ademais, lançou-se operações conjuntas com sociedades empresariais americanas, japonesas e espanholas e ofereceu à Lonhro[8] uma parte das explorações agrícolas do Estado.

Assim sendo, em lugar de tomar as suas distâncias com o mundo Ocidental, a África permaneceu ligada ao sistema capitalista mundial segundo o modelo colonial clássico, através das próprias estruturas das quais quisera livrar-se ou as quais intuíra modificar.

A escravatura e os impérios territoriais muito bem chegaram ao seu ocaso, contudo e justamente, desapareceram para ceder posto ao triunfo do neocolonialismo e do imperialismo econômico.

A persistência da dependência e do subdesenvolvimento da África

A África logrou alcançar, por pouco que não concretamente, a sua descolonização política, entretanto, ela não teve sucesso em respeito à sua descolonização e desenvolvimento econômicos, tampouco, e por conseguinte, obteve êxito no tocante à modernização, com a qual contara para conquistar o respeito no mundo.

O continente não atingiu senão uma, de longa data ultrapassada, modernidade de pacotilhas. Como gotas de chuva espalhadas sobre a terra poeirada, o arsenal do modernismo bateu estacas aqui e acolá em solo africano – alguns aeroportos e portos marítimos, cidades sórdidas dotadas de algumas comodidades modernas, algumas indústrias, alguns quilômetros de modernas estradas, etc. – mas este conjunto escapava absolutamente ao espírito da modernidade, em virtude da alta do PIB, das quais estas obras constituem o resultado, não manifestar coerência interna alguma e os seus benefícios permanecerem além das fronteiras da África.

Não somente a África não atingiu a criação de uma robusta modernidade mas, ela inclusive perdeu a sua tradicional capacidade em assegurar a sua própria subsistência. Em 1984 ela era o único continente incapaz de se alimentar por si próprio. As grandes fomes devastavam ou ameaçavam vastas porções de territórios. A imagem mais representativa do continente negro era aquela própria a uma incompetência crônica simbolizada por um refugiado em pele e osso,

8 South, Londres, dezembro de 1984.

tendendo perpetuamente ao semblante do mendigo. Os dirigentes africanos lançavam ao mundo os seus pedidos de socorro e, enquanto os famintos morriam aos milhões, a África tornava-se um objeto de caridade, piedade e desdém mal-travestido. Após um quarto de século de esforços, a África sequer realizou a modernidade, como poderia ter alcançado o respeito do mundo?

A África tomou o hábito, ao longo do período considerado, de imputar a responsabilidade para todos os seus males ao mundo ocidental, particularmente, pela sua recusa em modificar as relações desiguais que ele estabelecera à época do colonialismo. Ora, esta atitude manifesta com a maior nitidez a irresponsabilidade africana. Em última análise, nem as relações em questão, nem o subdesenvolvimento eram imutáveis. Nos limites do possível, as pessoas podem modificar a sua situação e frequentemente o fazem.

Entretanto, na situação mundial, tal qual constituída entre 1960 e 1984, um país pobre e subdesenvolvido, teria ele realmente a possibilidade de se desenvolver? Sem dúvida, sim! O desenvolvimento era possível, tanto sem a ruptura com o Ocidente ou alteração das estruturas essenciais da dominação capitalista (como demonstrado em Cingapura, Taiwan, Hong Kong, na Coreia do Sul e em outros países recentemente industrializados do Terceiro Mundo, os NPI) quanto se subtraindo ao sistema capitalista (à imagem a China após 1949). Assim sendo, por que a África teria fracassado? Por que país africano algum integrou-se aos NPI?

Alguns pretenderam que este insucesso devesse a se lhes ter impedido atingir este grau de desenvolvimento em virtude da falta de capitais, outros atribuem-no à escassez dos seus recursos naturais, ou ainda em razão da sua população se ter mostrado insuficiente para criar um mercado interno capaz de suportar o esforço de desenvolvimento. Estas asserções são certamente aceitáveis em certos Estados, os mais empobrecidos e pequenos da África (embora se possa objetar o tamanho e a amplitude dos recursos naturais de Singapura ou de Taiwan), entretanto, há outros para quem semelhantes desculpas não têm o menor sentido. Com os bilhões do petróleo, a sua mão de obra qualificada, a sua vasta superfície, os seus recursos minerais e o seu potencial agrícola, por que a Nigéria não se teria ela desenvolvido durante o primeiro quarto de século imediatamente posterior à sua independência? Apreender as razões do seu fracasso permitiria, quiçá, esclarecer as motivações daquele referente a toda a África.

A enorme massa de capitais subjacente à renda petrolífera não foi acumulada e sequer investida no fortalecimento das capacidades produtivas do país. A sua maior parte foi dilapidada no estrangeiro. A incapacidade da Nigéria em acumular ou investir criteriosamente estes enormes fundos, provenientes da explo-

ração petrolífera, pode ser atribuída, em larga medida, às origens, à ideologia e às aspirações da sua classe dirigente.

A elite era essencialmente composta por mandarins, majoritariamente dos grupos não produtivos da pequena burguesia colonial. Inclusive os seus membros originários de grupos produtivos haviam sido transformados em mandarins através de uma longa preparação universitária, voltada para carreiras burocráticas. Por conseguinte, eles não possuíam, em sua maioria, nenhuma experiência na produção, eles reclamavam dos seus custos e dos seus riscos, chegando ao ponto de inclusive demonstrar certa antipatia desdenhosa em relação a ela. Em contrapartida, eles tinham um enorme apetite de consumo. Esquecendo que a caça não é um pedaço de carne no prato, eles concebiam a programação do desenvolvimento como a confecção de listas de compra de objetos manufaturados a serem importados para saciar a sua fome consumista. Ávidos pela concretização da possibilidade de aquisição dos melhores produtos deste mundo industrial, eles tinham como objetivo dirigir integralmente as rendas, todas aquelas possíveis e provenientes de uma economia que conservava o seu caráter colonial, para o consumo.

Eles possuíam um slogan para refletir este estado de coisas: "Dividir o bolo nacional." Raros foram os responsáveis que imaginaram a necessidade de plantar ainda mais grãos e construir fornos ainda maiores, para confeccionar o tal bolo nacional. Se o bolo crescesse, tal era o caso, graças aos rendimentos de uma produção petrolífera cuja gestão não lhes cabia, tanto melhor! Mas, se por ventura ele parasse de crescer, todas as energias concentrar-se-iam precipitadamente naquilo que sobrasse. Preocupados primeiramente em serem pagos, em seguida em tudo despender com a aquisição de bens de consumo de última geração, eles estavam pouco inclinados a acumularem capital com a finalidade de investimento produtivo.

Em contrapartida, a burguesia ocidental tinha por hábito acumular capital; neste aspecto, ela possuía uma longa experiência e apoiava-se, de modo suplementar, em sistemas produtivos altamente desenvolvidos, assim como em grandes reservas de capitais, anteriormente acumulados que ela podia mobilizar com vistas a uma nova acumulação. O cenário estava assim montado para um concurso acumulativo de capital perfeitamente desigual, entre um potente e experiente centro burguês e um mandarinato periférico desprovido de experiência.

Os esforços hesitantes de algumas frações da elite nigeriana não bastaram para conter a hemorragia. O controle do câmbio, a sobrevalorização da moeda e um complexo sistema de tarifas alfandegárias e de importação, em lugar de conter a fuga de capitais, não produziram senão um incentivo à corrupção em

meio ao mandarinato, supostamente dedicados a executarem estas medidas. A industrialização, através da substituição de produtos locais pelas importações e pela semitransformação de produtos agrícolas, não ofereceu às economias as divisas esperadas, pois foi necessário importar as usinas e, em seguida, pô-las em funcionamento com pessoal e material importados. Através do jogo de isenção de impostos, dos repatriamentos de dividendos, da fixação dos preços de transferência pelas multinacionais, do serviço da dívida, das importações massivas de bens de consumo e da corrupção do mandarinato que preferia pilhar as riquezas nacionais e colocar o butim ao abrigo nos cofres de bancos estrangeiros, por estas razões o fluxo líquido de capitais dirigia-se para os países ocidentais. Ao total, os esforços de acumulação em investimentos empreendidos, na Nigéria, assemelhavam-se a uma partida de braço de ferro entre um bambino apenas saído do seu berço e um gigante soberano sobre os seus meios.

O fracasso da Nigéria é essencialmente causado por uma concepção do desenvolvimento que considerava este último, antes e sobretudo, como um crescimento do consumo. Certamente, isto dizia a respeito aos seus parceiros ocidentais, mas foram, justa e propriamente, os nigerianos que adotaram este ponto de vista e o colocaram em prática. O seu principal motivo de insatisfação era a sua impossibilidade de extraírem da economia local e internacional o suficiente para satisfazerem os seus apetites, sempre maiores. Em lugar de incitá-las a desenvolverem a sua produção interna, esta insuficiência conduziu-as a buscarem empréstimos estrangeiros para poderem importar bens de consumo em maiores quantidades. Esta estratégia de desenvolvimento, ao associar um forte consumo e uma fraca produção, conduziu-os a uma modernidade que não correspondia senão à ocidentalização dos gostos, desprovida dos meios de produção locais, capazes de suprir estes desejos de consumo. Em outras palavras, os nigerianos estabeleceram não uma concepção africana mas, a concepção ocidental para o desenvolvimento da África.

A recusa deliberada das elites africanas em se aterem à produção, na qualidade de fator principal para o desenvolvimento, refletia igualmente as ideias dos movimentos social-democratas ocidentais, aquelas do movimento fabiano do partido trabalhista britânico ou da London School of Economics, as quais colocavam maior ênfase na distribuição, fazendo totalmente abstração da produção. Ora, se tal postura era compreensível em uma sociedade na qual o problema da produção fora resolvido ao menos desde o século XIX, esta atitude era totalmente inadequada para as economias subprodutivas da África. Entretanto, ela foi adotada pelos primeiros dirigentes da África independente. Por quê? A maior parte dentre eles crescera na atmosfera social-democrata das universida-

des ocidentais e os movimentos social-democratas ocidentais os haviam sustentado quando da sua luta pela independência política. Este conjunto de fatores contribuíra para formar a sua visão de mundo. A responsabilidade da influência negativa dos movimentos socialistas ocidentais no tocante ao desenvolvimento africano não cabe em menor grau, deve-se sublinhar, à elite africana que se apropriou de ideias não correspondentes às necessidades do continente.

Quando tornou-se evidente que a política consistente em privilegiar a repartição da renda desdobrava-se, nas sociedades periféricas e subprodutivas africanas, em uma sociedade não do bem-estar mas, do "mal-estar", por que os dirigentes africanos não a abandonaram em benefício de uma maior dedicação à tarefa principal correspondente a organizar a produção? Ao final das contas, eles não tinham a desculpa dos adeptos do culto ao cargueiro, na Melanésia, os quais nada sabiam sobre a natureza e as condições de produção dos modernos objetos, trazidos às suas margens por navios e aviões. Os dirigentes africanos, os quais haviam frequentemente viajado ao Ocidente e estudado em suas fronteiras, não podiam pretender ignorar as necessidades e as exigências da produção industrial. Por que, desde logo, repugnavam eles conceder à produção o primeiro posto no leque de prioridades da sua política de desenvolvimento? Esta inadequação, convém notá-la, todos compartilhavam-na: capitalistas, socialistas e marxistas africanos.

Trata-se de fato consumado, os mandarins da elite africana demonstravam uma profunda aversão frente às dificuldades da produção. Como propalado por numerosos executivos nigerianos por ocasião do *boom* petrolífero: "*Para que produzir se podemos comprar?*" Aos africanos que não dispunham de rendimentos provenientes do petróleo para realizarem as suas aquisições, ser-lhes-ia possível igualmente dizer: "Por que produzir quando podemos mendigar ou emprestar?" A repugnância das elites africanas relativamente à produção, a sua ligação com a filosofia distributiva e a sua concepção semelhante ao culto ao cargueiro, próprias a um desenvolvimento equivalente a satisfazer apetites crescentes por importações em elevação, foram os principais constituintes de uma mentalidade de dependência que impediu à África concretizar o desenvolvimento por ela pretendido.

Entretanto, como é possível que esta mentalidade dependente tenha persistido, embora constituísse um obstáculo para atingir o objetivo declarado? Durante todo o período considerado, as rendas da produção petrolífera e mineral, bem como a prodigalidade do sistema capitalista mundial, foram suficientes para que os dirigentes africanos fossem liberados de produzir em lugar de comprar, mendigar ou emprestar. Inclusive quando alguns dentre eles tenham sido

tentados a se ater à produção, estes recursos dispensavam-nos. Por tanto tempo quanto lhes fosse possível responderem à expectativa da população por modestas importações de modernas mercadorias, conquanto alimentassem as esperanças em tornar acessíveis a todos, em maior volume e brevemente, as "boas coisas" do mundo moderno, os dirigentes não se sentiam em nada obrigados a mudarem de atitude e submeterem-se às rigorosas leis da acumulação do capital e do investimento nas forças produtivas, fundamentos do desenvolvimento autônomo. Malgrado a lentidão em respeito ao crescimento do PIB, especialmente no específico da aspiração relativa a "recuperar o atraso", os parcos progressos registrados bastavam, de todo o modo, para que os dirigentes africanos não tivessem desejo algum em modificar o caráter colonial das relações afro-ocidentais. No máximo, julgavam eles politicamente interessante queixarem-se e reclamarem por maiores migalhas do banquete ocidental; caso eles fracassassem em obter vantagens, tal como ocorrido quando da campanha em prol de uma nova ordem econômica internacional, eles reprovavam ruidosamente os ocidentais, pela sua impiedade, colocando-se assim, aos olhos dos seus partidários, na qualidade de campeões do progresso africano.

Acostumados a uma dependência que não lhes pesava em demasia, eles não demonstravam uma irresistível necessidade em explorarem as possibilidades de desenvolvimento dos seus países, no seio do sistema capitalista mundial (como o faziam os NPI); eles não estavam tampouco acuados a ponto de serem obrigados a romperem todos os laços com o sistema para, em seguida, não contarem senão consigo próprios (como fizera a China); finalmente, eles não estavam politicamente motivados pelo problema da sobrevida das suas nações frente à agressão estrangeira (à imagem do Japão ou da União Soviética), o que eventualmente os teria determinado a desenvolverem a produção industrial.

As causas estruturais do fracasso da África relativamente a descolonização e ao desenvolvimento econômico estão inegavelmente ligados às relações de dependência herdadas do passado, mas a sua inaptidão em modificarem estas relações, mediante a sua dedicação ao crescimento das forças produtivas é, em última análise, imputável à mentalidade de dependência tão amplamente difundida junto aos nossos dirigentes.

Resta, entretanto, um combate que os africanos têm grandes possibilidades de vencer, em um futuro próximo: a luta contra o *apartheid* e o racismo institucionalizado. Vemo-nos aqui conduzidos ao terceiro dentre os flagelos históricos que marcaram as relações da África com o mundo capitalista. O capitalismo, ligado ao tráfico de escravos e ao imperialismo, esteve, constante e igualmente, ligado ao racismo. O casamento do capital e do tráfico revelou-se, em suas

múltiplas formas, extremamente resistente. Qual será o futuro do casamento do capitalismo e do racismo? Trata-se justamente deste terceiro laço histórico, de um sistema poligâmico, que nós devemos agora abordar.

Rumo a uma desracialização do capitalismo

Nós finalmente examinaremos as questões colocadas pela ruptura, inelutável e próxima, da aliança entre o racismo à moda antiga e o capitalismo na África do Sul. Embora seja certo que o *apartheid* não se reerguerá após esta ruptura, o capitalismo, quanto a ele, poderia muito bem dela sair sem nenhum dano.

A experiência mais impressionante vivida no continente, em meados dos anos 1980, talvez seja aquela dos jovens sul-africanos que arriscam as suas vidas, dia após dia, nos enfrentamentos com as forças da repressão, manifestando a sua cólera contra o *apartheid*. Se estes acontecimentos anunciam uma revolução, a questão colocada consiste em saber quanto tempo ser-lhe-á necessário para alcançar maturidade. Para quando a vitória?

Os otimistas compararam a situação sul-africana com as revoluções etíope, de 1974, e iraniana, de 1979, cujo triunfo fora precedido por uma sucessão de manifestações de rua. Os regimes iraniano e etíope, antigos, em certo sentido, de vários milênios, representavam, em sua versão derradeira, uma aliança das forças feudais nacionais e do capitalismo internacional. Entretanto, malgrado a esta aliança e a sua ancianidade, eles não resistiram a alguns meses de protestos.

O apartheid, dada a impossibilidade da sua derrubada por manifestações de rua e pela intervenção de exércitos africanos vindos do exterior, resistiria por mais tempo, comparativamente ao xá e a Haïlé Sélassié. Este regime não pode cair senão em razão de uma *luta organizada, conduzida no interior das fronteiras do país*. Ora, os elementos organizados e os exércitos africanos estão no exterior, quanto às manifestações de rua, existentes no interior das fronteiras do país, elas não se inscrevem, todavia, no quadro de uma luta organizada. A sua ação torna os *townships* ingovernáveis, mas sem os combatentes e os sabotadores de uma guerrilha interna, sustentada, alimentada e *armada* pelos Estados africanos, a luta não poderia triunfar.

As sanções econômicas ocidentais poderiam provocar a mudança fundamental? Se a condenação do *apartheid* pelos ocidentais é tão somente capaz de aumentar o moral dos oprimidos, as medidas propriamente políticas de boicote econômico podem, sem dúvida, conduzir ao sufrágio universal. A chave para o sucesso da revolução subjaz da luta armada travada aquém das fronteiras do país.

Se o *apartheid* não mais pode encontrar a sua salvação pela arrogância dos brancos e mediante o seu próprio armamento, poderia ao menos contar com a sua aliança com o capitalismo? Em verdade, esta aliança está muito ameaçada. O capitalismo não saberia tolerar indefinidamente que o racismo perturbasse, além dos parâmetros aceitáveis, as leis da oferta e da procura, sobretudo, quando o racismo torna-se ineficaz do ponto de vista econômico.

Como vimos, no período do tráfico de escravos. Se a escravatura, à época, trouxe fortuna ao capitalismo e, consequentemente, uma evolução da técnica, a mão de obra servil, justamente em razão desta maior eficiência, tornava-se paulatinamente menos interessante que a mão de obra assalariada. Até mesmo a Grã-Bretanha, quem fora a primeira potência escravista do século XVIII, tornou-se, no século XIX, a primeira potência abolicionista.

De modo análogo, sob um ponto de vista estritamente econômico, a aliança do capitalismo com *apartheid* funcionava a contento até recente data. Por que seria ela atualmente posta em questão? A resposta consiste essencialmente nas seguintes razões. Primeiramente, o poder aquisitivo dos negros aumentaria nos dias atuais, em proporções consideráveis, caso o sistema fosse economicamente mais equitativo, e o capitalismo ocidental, por sua vez, muito bem saberia tirar proveito deste novo poder de compra. Em segundo lugar, a qualificação da população negra atingiu um nível que permitiria melhorar fortemente a eficácia das forças produtivas, e ao capitalismo ocidental muito lhe agradaria explorar estas competências negras. Em terceiro lugar, mediante uma evolução do sistema educacional e do nível de capacitação dos negros, a África do Sul poderia rapidamente transformar-se em uma Austrália negra, rica e fortemente industrializada, na qual o capitalismo poderia perfeitamente conservar os seus interesses. Em quarto lugar, a oposição ao *apartheid* produz uma instabilidade insana para o capitalismo. Os investidores ocidentais prefeririam, com maior estabilidade, vislumbrar menores incertezas quanto ao devir – o investimento capitalista, esta forma de planejamento calculada, exigia certo grau de previsibilidade. Sem mencionar a indignação de amplas frações da opinião pública ocidental, provocada pela escalada da repressão na África do Sul, setores estes que, imediatamente, fazem pressão sobre as empresas e os grandes distribuidores do varejo. Na Grã-Bretanha, uma das últimas redes de lojas a aderir ao boicote dos produtos sul-africanos foi, aproximadamente em 1985, a sociedade empresarial Littlewoods. Bom número de instituições ocidentais já se retiraram da África do Sul, notadamente o banco Barclays, notória e até bem pouco, reconhecido pelas suas ligações com o *apartheid*, mas, igualmente, a IBM, a Coca Cola e, especialmente, a General Motors.

A luta contra o racismo poderia, por conseguinte e em razão da radicalização dos militantes (como em Angola, Moçambique e, em certa medida, no Zimbábue), tornar-se uma luta contra o próprio capitalismo, este último deveria levar em conta as circunstâncias, e romper com o *apartheid*.

Mas, qual seria o futuro do capitalismo na África do Sul após a derrota do *apartheid*? De todo o modo, a vitória sobre o *apartheid* não significa, forçosamente, vitória sobre o capitalismo. Primeiramente, é imperativo lembrar que, até certo grau de desenvolvimento, o capitalismo torna-se praticamente irreversível. Karl Marx pensava que o capitalismo representava um estádio de desenvolvimento inferior ao socialismo; quando o desenvolvimento capitalista atingisse o seu apogeu ele deveria desdobrar-se um uma revolução socialista, de tal forma que seriam justamente os países capitalistas mais avançados aos quais caberia, em primeira mão, conhecer o surgimento do socialismo. Em outras palavras, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos da América do Norte deveriam ter chegado ao socialismo antes da Etiópia e de Moçambique.

Posteriormente, os marxistas, modificando a teoria, afirmaram que a cadeia capitalista romper-se-ia em seu elo mais fraco: a Etiópia, a China, assim como Moçambique, estes eram os elos mais frágeis. O que dizer dos elos *fortes*? Quando romper-se-iam então? Para quando a revolução comunista nos Estados Unidos da América do Norte? A estas questões podemos responder que existe um estádio de desenvolvimento capitalista além do qual uma revolução comunista é impossível – salvo quando imposta do exterior. Os Estados Unidos da América do Norte, a França e a maioria dos outros países da Europa Ocidental, provavelmente, atingiram este estádio.

Por que uma revolução comunista seria ela impossível nos Estados Unidos da América do Norte ou na França? Primeiramente, existe o fato da não concretização da elevação do peso social específico da classe proletária, previsto por Marx, justa e contrariamente, foi a burguesia quem viu aumentar o seu peso social, de forma crescente e, especialmente, nos Estados Unidos da América do Norte. Em segundo lugar, a previsão marxista em referência a uma pauperização progressiva, também ela não se consumou, salvo em meio à minorias raciais. Os trabalhadores brancos não se tornaram mais pobres, mas, ao contrário, melhoraram as suas condições de existência. E os mais pobres dos povos não são, em hipótese alguma, trabalhadores (quando muito formariam eles um lumpemproletariado). Como derivação, os trabalhadores norte-americanos, britânicos e franceses têm muito mais a perder que os seus elos ou "cadeias": eles possuem automóveis, aparelhos televisivos, barcos. Por que derrubar o sistema capitalista?

Não se deve tampouco esquecer que, no Ocidente, a consciência de classe não prevaleceu sobre a consciência nacional. Ao contrário, o anticomunismo está ligado ao patriotismo da classe operária norte-americana. Marx subestimou a capacidade do capitalismo em cooptar, converter e corromper os seus inimigos naturais, para deles obter o apoio. O próspero capitalismo sabe ganhar, de modo admirável, fortes aliados em meio aos próprios desfavorecidos.

Contudo, poder-se-ia dizer que a África do Sul teria atingido o estádio irreversível do capitalismo, alcançado pela maioria dos países ocidentais? Parece-nos pouco verossímil. Eis a razão pela qual, uma África dirigida pelos negros poderia tanto permanecer no sistema capitalista (aqui subtraído o racismo), quanto enveredar-se para uma via de desenvolvimento socialista.

O governo dos negros e a sobrevivência do capitalismo na África do Sul

A África do Sul negra, livre do *apartheid*, poderia tornar-se uma potência imperialista de segunda linha na África Austral ("O poder corrompe e o poder absoluto corrompe de modo absoluto"). Os novos dirigentes negros deverão proteger-se desta tentação. Os sul-africanos negros, os mais oprimidos do século XX, ao que tudo indica são convocados a tornarem-se os negros mais potentes do século XXI. Talvez não lhes seja desejável verem afundar o barco capitalista.

Em razão dos laços de independência mútua entre a riqueza mineral e o capitalismo internacional, os dirigentes negros talvez considerem que o capitalismo seja o sistema mais rentável e seriam tentados a conservá-lo. Os laços entre o *ouro* e o sistema monetário internacional podem os dirigentes sul-africanos negros a eximirem-se de provocar o naufrágio do barco capitalista. Da familiaridade não nasce sempre o desprezo, mas, por vezes, do mesmo modo, a satisfação.

O governo dos negros e o desenvolvimento do socialismo na África do Sul

A paralela radicalização, a acompanhar uma luta prolongada, poderia fazer bascular a África do Sul negra em direção ao socialismo. A estratificação em classes, fundada na polarização racial, poderia facilitar, em suplemento, a socialização desta África do Sul pós-*apartheid*. A forte urbanização do país seria mais um fator favorável ao socialismo moderno. Enfim, a causa em prol da construção

do socialismo poderia tirar proveito do duplo movimento, referente à ampliação do proletariado negro e à interrupção do aburguesamento. A profecia do homem branco, segundo a qual, atrás de todo nacionalista haveria um marxista, findaria por consumar-se.

Em suma, o casamento entre o *apartheid* e o capitalismo ocidental alcança certamente o seu ocaso. Para o capitalismo internacional, o racismo institucionalizado está, atual e provavelmente, fadado a inscrever-se no passivo, muito mais que no ativo, do saldo global do sistema, ele apressa-se em livra-se do apartheid, não pelo interesse da justiça mas, em razão do *interesse* e do lucro. Contudo, a queda do *apartheid* na África do Sul não significa necessariamente o epílogo da hegemonia de Washington e de Bruxelas, em respeito aos assuntos econômicos da África.

Conclusão

A análise desenvolvida neste capítulo considerou como ponto de partida os três tradicionais flagelos que marcaram as relações entre a África e o mundo capitalista: o tráfico de escravos, o imperialismo e o racismo. A história nos ensinou que, em sua maturidade, o capitalismo poderia livrar-se do tráfico sem contudo interromper o seu fortalecimento[9]. Resta saber, atualmente, se o capitalismo avançado pode desconsiderar e livrar-se do imperialismo e do racismo, conservando todavia o seu vigor como *sistema* coerente.

Observamos neste capítulo que o capitalismo ocidental não sofrera com a descolonização política da África, na justa que este processo não se acompanhou de uma descolonização econômica. A história mostrou que ao capitalismo internacional não lhe era imprescindível plantar pavilhões imperiais, em impérios territoriais, para poder alimentar-se da substância de outras sociedades, ele é perfeitamente capaz de parasitá-los, sem erguer a bandeira nacional.

Sob o ângulo africano de visão, o capitalismo internacional sempre fora *bipolar*. Ao longo do período colonial, os centros gêmeos eram, essencialmente, Londres e Paris. No período pós-colonial, tema deste volume, Londres perdeu o seu peso na África, Washington acresceu o seu correlato e Paris manteve a sua hegemonia, com nova roupagem. Em respeito a estas relações entre a África e o capitalismo ocidental, a hegemonia do eixo "Londres-Paris" cedeu lugar à preponderância "Washington-Paris". Todavia, alguns sinais indicam que, nos

9 CHINWEIZU, 1975.

últimos anos do século XX, a Comunidade Europeia, em seu conjunto, herdará o papel desempenhado pela França na África. A persistir a tendência, os dois polos, no referente às relações da África com o capitalismo ocidental, tornar-se-ão, a termo, Washington e Bruxelas.

O combate da África contra a ocupação territorial oficial foi coroado de sucesso, aquele referente à luta do continente contra a exploração econômica está apenas em seu início, mas a cruzada da África contra o *apartheid* e o racismo institucionalizado está em vias de alcançar êxito.

O desafio das derradeiras e decisivas batalhas é a libertação da África do Sul. O capitalismo ocidental saberá acomodar-se, ao que tudo indica, quando chegar o momento do fim do *apartheid* e do racismo escancarado na África Austral. Este *apartheid* (a exemplo da escravatura no século XIX) teve como consequência frear a dinâmica do sistema capitalista. Entretanto, a genialidade capitalista caracteriza-se especialmente pela sua capacidade em inventar novas formas de dominação. O tráfico chegou ao seu fim, tal como os velhos impérios territoriais da África, e o capitalismo sobreviveu a estas mudanças. Nos tempos atuais, pressente-se que a prática aberta do *apartheid* e o racismo institucionalizado serão, a seu turno, liquidados na África Austral. O capitalismo ocidental superará também este choque.

O imperador Capital encontrará, certamente, uma nova equação mágica com vistas a perpetuar o seu poder, pois tudo se passa como se ele possuísse uma fórmula secreta para se reencarnar. Quando a África festejar o final do *apartheid*, tal como ela festejou, há pouco, o fim do tráfico transatlântico e, posteriormente, aquele do colonialismo, ela faria muito bem em preocupar-se com a forma inédita que, então, assumirá o capitalismo.

CAPÍTULO 27

A África e os países socialistas

Iba Der Thiam e *James Mulira*
com a colaboração de *Christophe Wondji*

As relações da África com os países socialistas remontam à época durante a qual, pouco após a revolução bolchevique de 1917, Lenin prometeu a cooperação do jovem Estado soviético a todos os povos colonizados. Desde então, todos os países socialistas — a URSS e os seus aliados, como a República Popular da China — prestaram ajuda, sob diversas formas, aos Estados africanos, tanto antes quanto após a sua conquista da independência. Tal como aquela conduzida pelas outras potências, a política externa dos países socialistas era permanentemente regida por dois imperativos: um imperativo ideológico, segundo o qual, o bloco soviético e a República Popular da China deviam sustentar os países partidários do marxismo-leninismo; e um imperativo estratégico, mediante o qual, eles defendiam os seus interesses nacionais. Isto implicava, para os comunistas, apoiarem as lutas de libertação, com o intuito de acelerar a revolução colonial, parte integrante da revolução mundial.

Concomitantemente ao aumento da importância do continente africano no âmbito dos assuntos mundiais, os países socialistas desenvolveram as suas relações com os Estados áfricos. Desta forma, estabeleceu-se uma interação que influenciou, sob muitos aspectos, a trajetória dos acontecimentos nestes países.

A política posteriormente desempenhada pela URSS, por todo o conjunto dos países socialistas na África, pode, em sua totalidade, ser dividida em quatro períodos: de 1917 a 1945, a influência soviética é indireta e apoia-se nos

partidos comunistas europeus e nos militantes radicais, africanos, antilhanos e norte-americanos, do pan-africanismo; de 1945 a 1965, os países socialistas apoiaram, direta ou indiretamente, os movimentos de libertação nacional e os jovens Estados africanos independentes, encorajados pelo enfraquecimento das potências coloniais e pela ascensão dos nacionalismos, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial; de 1960 a 1975, assiste-se ao refluxo da intervenção dos países socialistas e, especialmente, da URSS, em proveito de uma ação essencialmente diplomática; a partir de 1975, após o fim da guerra do Vietnã, constata-se uma recuperação da influência dos Estados socialistas, por exemplo, em Angola e no chifre da África.

As relações entre a África e o campo socialista

Escrevendo em época onde o colonialismo ainda encontrava-se pouco desenvolvido e na qual se conhecia relativamente pouco sobre a África no continente europeu, Karl Marx e Friedrich Engels pouco mencionaram este continente em suas obras. Em contrapartida, Lenin abordou, frequentemente, os problemas africanos nos seus livros sobre o imperialismo e sobre as questões nacional e colonial[1]. Assim sendo, naquilo que lhe compete, a África, pela sua situação política e socioeconômica particulares, era capaz de edificar uma sociedade comunista sem passar pelo estádio capitalista[2]. Os movimentos anticoloniais africanos foram incentivados a combaterem os colonizadores, de modo a ampliarem a frente anti-imperialista. Igualmente, o Komintern procurou estabelecer uma ação orquestrada com as primeiras organizações nacionalistas, tais como o National Congress of British West Africa (NCBWA), a Kikuyu Central Association ou o Congresso Nacional Africano (CNA), embora, aos seus olhos, a direção destes movimentos estivesse em mãos, não da classe operária, aliás pouco numerosa na África, nos idos da década de 1930, mas, da burguesia nacional progressista. Algumas organizações, ligadas ao Komintern, desempenharam um papel particularmente ativo: tratou-se, notadamente, da Internationale Syndicale Rouge (Profintern), da United Front From Below (UFFB) e do International Trade Union Committee of Negro Workers (ITUC-NW)[3]. Jomo Kenyatta,

1 V. I. LENIN, 1979.

2 V. I. LENIN, 1958-1973.

3 Relatório de Joe, 100, 20, 1930, SLUT MOMU Box 3, pasta 373, subpasta 51:3, citado em T. WILSON, 1974; F. MELI, sem datação.

um dos primeiros africanos a colaborar com alguns destes movimentos, visitou a URSS em 1929, 1932 e 1934[4]. Ele era correspondente do ITUC-NW.

O comunismo internacional e os movimentos anticolonialistas

Nos anos 1920 e 1930, o Komintern demonstrava, em geral, dificuldades para manter contato com os nacionalistas africanos. Do mesmo modo, o Kremlin utilizava, para difundir as ideias socialistas, negros americanos e militantes antilhanos do pan-africanismo, assim como os partidos comunistas dos países metropolitanos: Sylvester Williams, um antilhano, influenciou Marcus Garvey, quem desempenharia um importante papel entre os primeiros socialistas africanos, ao passo que, numerosos socialistas africanos, notadamente, Kwame Nkrumah, sofriam a influência do negro norte-americano W. E. Du Bois e do antilhano George Padmore[5].

Em razão da importância do império colonial francês e da popularidade do Partido Comunista Francês (PCF) na vida política deste país, a este último cabia um importante papel a desempenhar nas colônias. Em outubro de 1921, o Comitê Executivo da III Internacional convidou o Comitê Central do PCF a rapidamente constituir um Conselho Comunista Colonial, encarregado de fomentar os distúrbios nas colônias europeias, na África e alhures.

A estratégia do PCF visava concretizar uma ativa e resoluta propaganda antimilitarista, orientada para os antigos combatentes e vítimas da guerra, bem como em direção aos centros metropolitanos de reagrupamento das tropas coloniais. Diretrizes precisas haviam, além disso, definido as ações a serem promovidas em Camarões, no Togo, na África Equatorial francesa, em Madagascar e na África Ocidental francesa. Foi justa e especialmente sob este panorama que se produziu um exaustivo estudo, concernente à situação geográfica, demográfica, étnica, econômica, política e social de todas as colônias. Este exame era concebido com o objetivo de permitir à direção do PCF "elaborar um plano tático de ação e examinar as tarefas concretas que ela deveria seguir na busca de conquistar o apoio das massas indígenas para o esforço comunista, assim como, fortalecê-las no curso da batalha contra o capitalismo e o imperialismo[6]".

4 J. M. BROWN, 1972, p. 268.

5 I. GEISS, 1974; A. LANGLEY, 1973.

6 Arquivos da República do Senegal, 1923.

Em novembro de 1922, o *Izvestia* assinalava, em artigo intitulado "Uma raça que se desperta", que "delegados negros participaram ao Quarto Congresso da Internacional Comunista". O jornal completava: "Este fato, aparentemente insignificante, parece-nos constituir o início de um dos mais importantes movimentos históricos, destinado a desempenhar um considerável papel na luta geral contra o imperialismo mundial[7]."

A participação dos africanos no movimento comunista internacional prosseguiu em sua curva ascendente. Grupos anticolonialistas formaram-se, dentre os quais a Liga Contra o Imperialismo e pela Independência Nacional, patrocinada pelo PCF, contando entre os seus membros, com africanos tais como Chadli Ben Mustapha (Tunísia), J. T. Gumede (África do Sul), Tiemoko Garang Kouyate e Lamine Senghor (África do Oeste).

Assim sendo, dois anos antes da crise econômica mundial de 1929, as bases ideológicas e estratégicas do movimento anticolonial foram solapadas. A União Soviética e os partidos aliados a ela desempenharam um papel crucial na formação política e ideológica dos quadros do movimento, tendo sido criada, em Moscou no ano de 1930, a escola de Stálin, intuindo preparar quadros marxistas. As repercussões da crise econômica que sacudiam o mundo possuíam uma natureza favorável à tarefa do movimento anticolonial. Porém, a chegada dos fascismos à Europa relegou a questão colonial ao segundo plano, no referente às preocupações dos partidos comunistas, em detrimento e causando sérios danos junto a certos militantes do pan-africanismo, à imagem de G. Padmore, os quais julgavam prejudicial à causa africana esta mudança de diretriz[8].

Após a guerra, os partidos comunistas europeus continuaram a desempenhar um papel relativamente importante na África francófona. Porém, esta vertente comunista teve menor atuação na África anglófona, onde o Partido Comunista da Grã-Bretanha, menos potente que o seu homólogo francês, não estava fortemente implantado.

Alguns africanos radicais, estudantes na Grã-Bretanha, entraram em contato com dirigentes dos partidos comunistas, os quais exerceram certa influência na formação dos seus ideários políticos. J. Kenyatta, do Quênia, K. Nkrumah, da Costa do Ouro (atual Gana), I. K. Musazi, de Uganda, figuravam entre estes radicais. Alguns dentre eles, como S. Mulumba, do Partido Bataka (Uganda), buscavam, por intermédio do Partido Comunista da Grã-Bretanha, obter o

7 Arquivos da República do Senegal, 1922.

8 G. PADMORE, 1935.

concurso da União Soviética para levar a cabo a conquista da independência política da África Oriental[9].

A adesão ao marxismo foi mais importante e durável em outras partes da África. A Federação dos Estudantes da África Negra na França (FEANF) contava entre seus membros, sobretudo em meio aos seus quadros, com uma maioria marxista, tal como o camaronês Osende Afana, autor de importante obra sobre a economia do oeste africano. Através dos Grupos de Estudos Comunistas, fundados em 1943, e da Confederação Geral do Trabalho, muitos lideranças sindicais abriram-se ao marxismo e às técnicas de organização de massas. Na África lusófona, foram intelectuais marxistas formados em Portugal, nas fileiras do Partido Comunista, como Agostinho Neto e Amilcar Cabral, que fundaram o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) e o Partido Africano para a Independência da Guiné e do Cabo Verde (PAIGC).

Contudo, à época das independências, ao final dos anos 1950 e no início dos anos 1960, o comunismo encontrava-se em uma situação ambígua na África. Por um lado, os partidos que se reivindicavam abertamente marxistas eram pouco numerosos: quando existiam, especialmente na África do Sul, na Argélia, no Egito, no Senegal e no Sudão, a sua influência era limitada por múltiplos fatores (fraqueza da classe operária, obstáculos das ideologias tradicionais, resistência das religiões). Por outro lado, os países comunistas, particularmente a URSS, gozavam de um considerável prestígio.

A União Soviética, a Europa Oriental e a descolonização da África

Foi somente no imediato posterior à Segunda Guerra Mundial, da qual as potências coloniais saíram enfraquecidas, que o mundo socialista recomeçou a interessar-se, mais de perto, pelo continente africano. O período compreendido entre 1945 e 1960 foi marcado por um forte avanço do anticolonialismo. O mundo socialista estava pronto para sustentar os movimentos anticolonialistas africanos, com o intuito de enfraquecer o seu inimigo comum: o imperialismo internacional[10].

Todavia, a África colonial não cessava de impor um problema teórico aos pensadores socialistas: quem considerar, na África, como motor da revolução e

9 J. MULIRA, 1974, p. 44.

10 BYAKOV e colaboradores, 1981, p. 43

a força capaz de abalar o imperialismo? O acadêmico soviético, E. M. Zhukov, condenava, em 1947, o papel desempenhado pela burguesia africana durante a luta pela libertação[11]. Mas, outro soviético, o africanista I. V. Potekhin, declarava, em 1950: "Na maioria dos países da África Tropical e Austral, o papel principal, no seio do movimento de libertação nacional, pertence à burguesia e à *intelligentsia* nacional[12]." Nestes termos, este autor considerava a fraqueza da classe operária e a pouca importância dos partidos comunistas, nas colônias da África.

De fato, de 1950 às independências, a política do bloco soviético e da China parecia sobretudo basear-se nesta última análise, mais pragmática. Sem dúvida, os países socialistas não pouparam o seu apoio aos sindicatos operários africanos, em suplemento, eles também estabeleceram contato com os movimentos anticoloniais, por intermédio de organizações atuantes sob os seus auspícios, como o Movimento Mundial pela Paz, a Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos e a União Internacional dos Estudantes. Quando e onde existiam, eles igualmente apoiavam-se nos partidos comunistas locais.

Após ter traçado os mecanismos e as vias para a colaboração com os movimentos anticolonialistas, o mundo socialista engajou-se em um programa de apoio ativo à descolonização definitiva da África, sob a forma de uma assistência material e diplomática, oferecida em conformidade com o princípio marxista-leninista, segundo o qual, o mundo socialista deveria ajudar àqueles que aspirassem à descolonização. O Convention People´s Party (CPP), em Gana, esteve entre os primeiros a beneficiarem-se do concurso soviético, seguido pelo movimento mau-mau, pela Kenya African National Union (CANU) de Jomo Kenyatta, pelo National Council of Nigeria and the Cameroons (NCNC), pelo Uganda National Congress (UNC), pelo Parti Africain de l'Indépendance (PAI) e pela Union des populations du Cameroun (UPC), em Camarões, pelo Parti du congres de l'indépendance (AKFM), em Madagascar, pelo Front de libération nationale (FLN), na Argélia, bem como por movimentos de libertação do mesmo tipo, como a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), o MPLA em Angola, a Zimbabwe African People's Union (ZAPU) e a Zimbabwe African National Union (ZANU). Posteriormente, o CNA, na África do Sul, e a South West African People's Organization (SWAPO), na Namíbia, receberam similar ajuda.

11 E. M. ZHUKOV, 1947.

12 Soviet Ethnography, no 1, 1950; V. I. POPOV e colaboradores, 1975, pp. 21-24; V. I. LENIN, 1958--1973; Pravda, 17 de março de 1957, p. 1; Tass, 1o e 3 de fevereiro de 1960; D. SKVIRSKY, 1967, pp. 194-197.

O projeto de resolução convocando todas as potências coloniais a concederem a independência às suas possessões, apresentado pela URSS, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1960, e a resolução que ela fez adotar, em 1961, referente à implementação do processo de descolonização, constituíram a base de toda a política ulterior de participação dos países socialistas, no âmbito da descolonização africana[13]. Aprovadas pelo vigésimo primeiro Congresso do PCUS, o qual declarou solenemente o seu apoio aos movimentos de libertação[14], confirmadas posteriormente do vigésimo segundo ao vigésimo sétimo Congressos, estas iniciativas valeram à União Soviética a simpatia dos africanos, representando para ela uma importante vitória diplomática sobre as potências coloniais ocidentais. Doravante, o mundo socialista, preocupado em assegurar a sua independência política, acordou, voluntariamente, a sua ajuda à maioria dos nacionalistas africanos, atribuindo-se o posto de guardião da independência africana, papel geralmente reconhecido pelos nacionalistas, como demonstra esta declaração do político queniano Oginga Odinga: "A URSS coloca o seu prestígio ao serviço das nações oprimidas que desejam libertar-se de todas as formas de neocolonialismo [...], ela está presente ao nosso lado nos momentos de luta. Nós não a esqueceremos jamais[15]."

Durante a luta pela independência, esta cooperação beneficiou partidos nacionalistas de vários países, tão diversos quanto: a Argélia, o Egito, Gana, a Guiné, o Mali, o Sudão, a Tunísia, o Quênia, Uganda, a Tanganyika e a Somália. Na África Austral, região na qual, a luta contra o colonialismo foi muito mais longa, o concurso da URSS e da Europa Oriental à ZAPU, no Zimbábue, à FRELIMO, em Moçambique, e ao MPLA, em Angola, revelou-se ainda mais decisivo. Em seu combate contra o regime do *apartheid*, o CNA, na África do Sul e a SWAPO, na Namíbia, receberam dos Estados socialistas europeus uma ajuda, a um só tempo, política, diplomática, financeira e militar[16].

Uma vez alcançada a independência, muitos Estados solicitaram a cooperação da URSS e das democracias populares europeias, quer seja para escapar ao neocolonialismo, denunciado pelo pai da emancipação ganense, Kwame Nkrumah, como "o estádio supremo do imperialismo[17]", quer seja para contrabalançar a influência unilateral dos Estados capitalistas. De 1957, data da independência

13 D. SKVIRSKY, 1967, pp. 196-215.

14 Current Soviet Policies III, 1960, p. 20.

15 Radio Moscou, 16 de outubro de 1960; Pravda, 16 de outubro de 1960, p. 3.

16 H. DONALSON e L. NOGEE, 1981.

17 K. NKRUMAH, 1973.

de Gana, a 1985, a URSS assinou acordos com cerca de quarenta países africanos. Uma das mais interessantes dimensões desta cooperação dizia respeito ao ensino e à pesquisa: formação dos quadros africanos na URSS, envio de professores e pesquisadores soviéticos às universidades e centros de pesquisa africanos e estabelecimento de laços científicos entre instituições soviéticas e africanas. Aproximadamente 30.000 africanos formaram-se no sistema soviético de ensino superior[18]. Menos abrangentes, os laços de cooperação com os outros Estados do Conselho de Assistência Econômica Mútua (CAEM) inspiravam-se nos mesmos princípios[19].

A República Popular da China e a descolonização da África

Por razões de ordem ideológica e ligadas ao interesse nacional, os países do Terceiro Mundo ocupavam uma posição privilegiada, em meio aos objetivos da política externa de Pequim e nada era mais ilustrativo a este respeito que as relações da China com a África, cuja importância para os chineses residia em três considerações.

Primeiramente, o combate da África pela sua independência representava uma importante etapa da luta revolucionária mundial do proletariado contra o capitalismo: a China tinha, portanto, um dever de solidariedade em respeito a este combate. Em segundo lugar, o interesse nacional da China demandava-lhe estar presente na África, onde se enfrentavam, desde anteriormente, os seus concorrentes, os Estados Unidos da América do Norte e a URSS, e onde ela poderia encontrar simpatias, ao menos no plano diplomático, as quais lhe ajudariam a atingir os seus objetivos, em matéria de política externa. Enfim, a China considerava ter passado por uma experiência colonial análoga àquela da África: ela encontrava-se, por conseguinte, bem posicionada para compreender os problemas do colonialismo e para ajudar o continente a conduzir, com sucesso, o seu processo de descolonização[20].

18 Comunicação de A. LETNEV, Instituto da África, Moscou, 9 setembro de 1987. A. A. GROMYKO (org.), 1984.

19 Os países do CAEM e a África: comércio e cooperação, 1980; V. LOPAROV, 1987.

20 G. T. YU, 1975, p. 67. Conferir igualmente a alocução do primeiro-ministro Zhou Enlai no banquete oferecido pelo presidente K. Nkrumah; Ibid., p. 89.

Muitos fatos testemunham da importância e do interesse, acordados pela China, à África: o engajamento, tomado durante o Congresso Sindical Mundial, realizado em Pequim, em meados dos anos 1950, em favor da ajuda aos países africanos, em luta pela sua independência[21]; o apoio ao movimento mau-mau, considerado pelos chineses como uma força anti-imperialista[22]; o périplo africano do primeiro-ministro Zhou Enlai, na passagem de 1963 para 1964, durante o qual ele lançou a sua famosa fórmula: "A África está madura para a revolução"; a condenação da declaração unilateral de independência dos brancos na Rodésia (11 de novembro de 1965); o apoio aos movimentos nacionalistas das colônias portuguesas, do Zimbábue, da África do Sul e do sudoeste africano (a atual Namíbia); a permanente condenação do regime de *apartheid* e a ajuda concedida ao seus adversários, especialmente ao Pan-African Congress (PAC).

A primeira contribuição importante da China para a descolonização da África foi a custosa linha ferroviária ligando a Tanzânia à Zâmbia, a TAZARA (também chamada *Uhuru*, Liberdade), que ela aceitou construir, após a recusa de todos os países ricos e tecnologicamente mais avançados. Lançando-se neste projeto de 450 milhões de dólares norte-americanos, a China propunha-se, a partir de recursos próprios, a "ajudar a Zâmbia e a Tanzânia em sua luta, contra o colonialismo e a agressão dos regimes racistas da Rodésia do Sul, da África do Sul e de Portugal[23]".

O projeto da TAZARA apresentava grande interesse para a Zâmbia, país privado do acesso às águas marítimas e cujas vias de comunicação com o mundo haviam sido cortadas, pelo regime racista da Rodésia, em razão das incessantes críticas formuladas pelo presidente Kaunda contra este último e pelo apoio concedido aos guerrilheiros da ZANU e da ZAPU. A importância deste projeto para os movimentos antirracistas e anticolonialistas africanos era, inclusive, atestada pelos temores, por ele suscitados, na racista África do Sul, a qual garantia a permanência do regime minoritário na Rodésia do Sul. O Primeiro-Ministro deste país comentou-a, com inquietação, nestes termos: "A mais grave ameaça que paira sobre a África vem da China comunista, os chineses estabeleceram um posto avançado na Tanzânia e, com a construção da TAZARA, eles poderiam muito bem infiltrar-se até o coração da África e instalarem-se, em caráter permanente, na Tanzânia e na Zâmbia[24]."

21 Agência Nova China, no 447, citado em B. LARKIN, 1971.

22 Peking Review, 15 agosto de 1960, p. 16.

23 Pekin linformation, 17 de julho de 1970, p. 16

24 Star (África do Sul), 15 de maio 1971; Africa Research Bulletin, maio de 1971, p. 2098c.

FIGURA 27.1 O presidente chinês Mao Tse-tung encontra o presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, em Pequim, em fevereiro de 1974. (Foto: Xinhua News Agency, Beijing.)

A China igualmente ofereceu a sua ajuda militar a vários movimentos guerrilheiros pró-chineses da África Austral, como o Pan-African Congress of South Africa[25] e, sobretudo, os guerrilheiros da ZANU, treinados e equipados por peritos, em vários campos da Tanzânia e em Moçambique[26]. Contando com o forte e amplo concurso dos chineses, eles conduziram o Zimbábue à independência política. Para a China, esta vitória era um exemplo do sucesso que atingira a sua ação, em prol das lutas de libertação africanas[27]. O Primeiro-Ministro do Zimbábue confirmou esta apreciação quando, ao homenageá-la pela contribuição por ela trazida à emancipação do seu país, declarando que "a China fora a inspiradora ideológica e militar do movimento nacionalista zimbabuano[28]."

Muitos chefes de Estado africanos, entre os quais Julius Nyerere, o general Gowon e Kenneth Kaunda, emitiram opiniões análogas e prestaram tributo

25 African Communist (Johannesbourg), 2o trimestre de 1967, p. 17.

26 D. MARTIN e P. JOHNSON (org.), 1981, pp. 11-12; Tanzania Standard (Dar es-Salaam), 10 de dezembro de 1977; Africa Research Bulletin, dezembro de 1977.

27 Agência Nova China, 30 de junho de 1980; Africa Research Bulletin, julho de 1980, p. 5730.

28 Africa Research Bulletin, maio de 1981, p. 6059.

ao papel desempenhado pelos chineses, nos processos de descolonização na África[29]. O apoio da China persiste como uma conquista para os movimentos anticolonialistas e antirracistas, como declarou o Primeiro-Ministro chinês quando do seu giro pela África, em 1980[30].

O impacto da guerra do Vietnã na África

A guerra do Vietnã teve, na África, repercussões políticas, psicológicas, econômicas e militares.

À imagem das guerras travadas pelos movimentos de libertação africanos, ela foi um produto do imperialismo e do colonialismo, assim como, uma das consequências da rivalidade entre as superpotências, em respeito a um país do Terceiro Mundo. Os norte-vietnamitas, apoiados pelos comunistas chineses e soviéticos, combatiam pela reunificação do seu país. Mal equipados, eles enfrentavam sul-vietnamitas melhor armados pelos americanos, os quais não hesitaram em envolver, no conflito, centenas de milhares dos seus próprios soldados. Os africanos consideraram esta mobilização de forças norte-americanas, contra o Vietnã do Norte, como uma agressão neocolonialista contra um vulnerável país-irmão: toda nação do Terceiro Mundo que resistisse aos interesses das superpotências estaria sujeita a enfrentar uma similar agressão[31].

Ao levarem em conta a colaboração oferecida, pelas potências ocidentais, ao regime sul-africano de *apartheid*, os africanos consideravam que os vietnamitas combatiam o mesmo inimigo. A sua simpatia baseava-se igualmente na comum filiação, dos Estados africanos e do Vietnã, ao movimento dos não alinhados, cuja segurança e a integridade estavam ameaçadas pela agressão perpetrada contra o Vietnã. Enfim, ao receberem a ajuda da China e da URSS (os dois principais aliados do Vietnã do Norte) para definitivamente liquidar o colonialismo, nas colônias portuguesas e na África Austral, a África sentia-se, por sua vez, obrigada a oferecer a sua colaboração aos vietnamitas.

A vitória do Vietnã do Norte sobre os Estados Unidos da América do Norte teve consideráveis efeitos na África. Para a maioria dos nacionalistas africanos, tratava-se de uma vitória de Davi sobre Golias. Ela destruía, em suplemento, o mito

29 Conferir, por exemplo, Times of Zambia (Ndola), 22 de fevereiro de 1974; New Nigerian (Koduna), 18 de setembro de 1974; Africa Research Bulletin, março de 1974, p. 3185.

30 Agência Nova China, 30 de junho de 1980.

31 A. A. MAZRUI, 1972, p. 124.

do poderio militar, como única chave para a vitória, e confirmava que a resolução, a abnegação e o engajamento de um povo, em combate pela sua justa causa, eram infinitamente mais importantes. Ela reforçou, por conseguinte, a autoconfiança dos povos do Zimbábue, da Namíbia, de Angola e de Moçambique, conferindo-lhes a convicção, segundo a qual, a sua determinação superaria o poderio militar dos regimes imperialistas, colonialistas e racistas. Os chineses e os vietnamitas levaram ao conhecimento dos nacionalistas africanos as técnicas vietnamitas de guerrilha, contribuindo para a conquista da independência de alguns Estados, como o Zimbábue.

A guerra do Vietnã teve outra consequência: durante o conflito, a China e a URSS estavam demasiado absorvidas para prestarem pleno apoio à África, em favor da sua luta pela descolonização, e os Estados Unidos da América do Norte, também eles, estavam relativamente à margem do que acontecia na África. Uma vez terminada a guerra, os Estados Unidos da América do Norte, sob o impacto da "síndrome vietnamita", praticaram na África uma política prudente, ao passo que a URRS e a China aumentaram a sua influência e a sua audiência no continente, especialmente nas antigas colônias portuguesas, no Zimbábue, na Zâmbia, na Tanzânia e no chifre da África.

Com o final da guerra do Vietnã, o interesse das duas superpotências voltou-se para o continente africano, transformado em teatro privilegiado do seu enfrentamento, por exemplo, em Angola e no chifre da África. Em suma, a vitória dos norte-vietnamitas parece ter fortalecido a credibilidade dos países socialistas, especialmente a URSS e a China, quanto à sua capacidade em defenderem os interesses dos pequenos Estados do Terceiro Mundo, contra as superpotências ocidentais.

As relações da África com os países socialistas

Os sistemas econômicos e políticos da África contemporânea tiveram certamente precedentes locais, mas a sua análise deve considerar uma evolução em longo prazo, a qual conduziu o continente a participar, primeira e paulatinamente, das trocas mundiais, posteriormente, em meados do século XIX, a integrar-se mais diretamente nesta rede de intercâmbios, para finalmente, no início do século XX, encontrar-se submetido às necessidades e aos objetivos, econômicos e políticos, das grandes potências ocidentais[32].

32 P. C. W. GUTKIND e I. WALLERSTEIN (org.), 1976, vol. I, p. 7. Conferir igualmente I. WALLERSTEIN, 1976a.

O curso dos acontecimentos na África deu razão, durante certo tempo, aos teóricos soviéticos, os quais consideravam aliados, os movimentos de libertação nacional em luta contra o imperialismo. A conferência de Bandung criou uma terceira força intermediária entre os blocos capitalista e socialista, a qual devia, desde logo, ser considerada. No Egito, as tentativas ocidentais de desestabilização e, especialmente, a expedição franco-britânica a Suez, em 1956, levaram Gamal 'Abd al-Nasser a aceitar armamento soviético. A conquista da independência pelo Marrocos, pela Tunísia, pelo Sudão, Gana e Guiné, assim como a luta da FLN argelina, representou golpes tão sérios contra o colonialismo e o imperialismo, executados por movimentos não comunistas, que era definitivamente possível, assim pensava-se em Moscou, a posterior radicalização destes movimentos. A imprensa soviética escrevia, em referência a este tema, que, tal como Fidel Castro em Cuba, os africanos Sékou Touré, Kwame Nkrumah, e até Modibo Keita, poderiam transcender os interesses da sua classe, a pequena-burguesia nacional, e assim seguirem uma "via de desenvolvimento não capitalista", capaz de, eventualmente, conduzir ao socialismo.

Os teóricos soviéticos chegaram, desta forma, a definir uma via não capitalista de desenvolvimento para os países africanos, diretriz esta que, embora não regida pelos princípios do socialismo científico, não deixava de possuir real capacidade revolucionária. Esta via foi aquela escolhida pelas "democracias nacionais", segundo a qual, um Estado "autenticamente independente, anti-imperialista, anticolonialista, antiditatorial, democrata e progressista, em suas políticas internas e sociais, [constituiria] uma democracia nacional[33]". Em suma, aos olhos dos teóricos soviéticos, havia identidade de interesses entre o mundo socialista, os movimentos de libertação africanos e o movimento operário internacional, em luta contra o imperialismo.

Foi assim que, no transcorrer dos anos 1960, os Estados africanos, aparentemente adeptos da via socialista, beneficiaram-se da ajuda socialista internacional, entre eles, o Egito, Gana, a Guiné e o Mali, foram os precursores.

Na realidade, a maioria dos Estados africanos independentes conservaram as instituições coloniais e modelaram-nas à imagem daquelas dos seus antigos colonizadores. Eles igualmente mantiveram (ao menos durante os primeiros anos) nos setores-chave (administração pública, polícia e exército) um quadro relativamente importante de funcionários estrangeiros oriundos, quase sempre, da antiga metrópole. Inclusive em países como Gana de Nkrumah, cuja simpa-

33 Segundo a definição dada pelo teórico soviético B. PONOMAREV, em 1960, e o conceito brilhantemente analisado pelo historiador francês J. CHESNAUX, 1964.

tias tendiam para o mundo socialista, um número não negligenciável de quadros manteve-se operante até 1961. Tal foi igualmente o caso, durante períodos mais prolongados, em outras antigas colônias como Quênia, a Nigéria, o Senegal e a Costa do Marfim, por exemplo. Este pessoal estrangeiro, ocupantes em geral de cargos em órgãos governamentais, exercia forçosamente, sobre a orientação política dos Estados africanos independentes, uma influência, ao que tudo indica, favorável às antigas metrópoles ocidentais.

As antigas colônias demonstraram dificuldades em romperem os seus laços econômicos e comerciais com as metrópoles, as quais controlavam, juntamente com outras potências ocidentais, as grandes instituições financeiras mundiais, entre as quais o Banco Mundial, bem como as divisas utilizadas nos Estados africanos, as cotações das matérias-primas e os volumes das principais exportações dos Estados africanos.

Do ponto de vista cultural e muito amiúde, as antigas colônias conservaram, como idioma nacional, a língua dos colonizadores, dos quais elas haviam, igual e especialmente, conservado os sistemas de educação e a maior parte dos valores culturais, em matéria de vestuário e hábitos alimentares[34]. Esta continuidade explica-se pelo fato destas colônias terem vivido, durante vários decênios, sob o domínio cultural das metrópoles e em razão do Ocidente ter nelas desenvolvido uma eficaz propaganda.

Mediante estas condições, os países socialistas encontraram dificuldades em eliminar, ou por vezes até simplesmente em reduzir, a dependência dos Estados africanos em relação às potências capitalistas ocidentais e este fator, acrescido à repressão dos militantes comunistas pelos regimes no poder, explica o fato dos partidos comunistas terem demonstrado tanta dificuldade para se organizarem no continente. Fato ainda mais decepcionante para o mundo socialista, os Estados e os dirigentes africanos, manifestadamente interessados, em um primeiro momento, pela via socialista de desenvolvimento, invariavelmente sucumbiram à dependência *vis-à-vis* do mundo capitalista. No Egito, por exemplo, al-Nasser conduziu uma política repressiva contra o Partido Comunista Egípcio e, sob Anwar al-Sādāt, o clima das relações egípto-soviéticas deteriorou-se profundamente. Na África negra, o mundo socialista também conheceu contratempos. As relações estabelecidas em 1959 com a Guiné não tardariam a se degenerar: o embaixador Daniel Solod foi expulso de Conakry logo em 1961 e, malgrado a visita de Anastase Mikoyan, em janeiro de 1962, à capital guineense, o diá-

34 A. OKOLO, 1983.

logo soviético-guineense não recuperaria jamais a harmonia dos primórdios. Progressivamente, a Guiné retornou à órbita ocidental.

O mundo socialista esperava melhoras em suas relações com Gana, assim como que o presidente Nkrumah, teórico do socialismo africano, adotasse as teses do socialismo científico. Entretanto, em que pese a ajuda concedida pelo bloco soviético, o regime de Accra foi obrigado a renunciar, por certo tempo, a reconhecer a República Democrática Alemã, temendo ofender a República Federal da Alemanha, a qual se engajou a lhe conferir uma fortíssima ajuda econômica[35]; finalmente, o golpe de Estado que depôs Nkrumah, em 24 de fevereiro de 1966, instaurando um regime pró-Ocidental, impôs brutalmente um fim à influência do bloco soviético sobre este país. Os sucessivos e diferentes regimes, no poder em Accra, jamais restabeleceriam, verdadeiramente, as cordiais relações que se haviam construído, sob Nkrumah, entre o mundo socialista e Gana. No Mali, a influência do mundo socialista não sobreviveria ao desaparecimento de Modibo Keita do cenário político, após o golpe de Estado de 18 de novembro de 1968.

Na Nigéria, país pró-ocidental, a influência do bloco soviético não foi sensível senão durante a guerra civil, em função da ajuda militar oferecida pelos países do leste. Entretanto, após a guerra civil, a Nigéria novamente tornou-se dependente do bloco ocidental, embora este último lhe tenha recusado qualquer ajuda militar. A URSS queixara-se, no início da guerra civil, em razão da recusa, por Lagos, da oferta de assistência econômica, por ela oferecida[36].

Reproduziu-se na África Oriental e Central tal qual sucedera-se na África Ocidental e do Norte. Em harmonia com o mundo socialista à época da independência[37], o Quênia tornou-se, durante a segunda metade dos anos 1960, um dos Estados africanos mais decididamente pró-ocidentais. Este período foi igualmente marcado, neste país, por uma forte histeria anticomunista, cujo resultado foi a expulsão dos supostos comunistas das fileiras da KANU, então no poder[38]. A influência política e econômica ocidental, originada no período colonial, continuou a ser exercida, por intermédio de importantíssimos investimentos ocidentais, e os quenianos de tendência radical foram invariavelmente

35 W. S. THOMPSON, 1969, citado por R. LEGVOLD, 1970, p. 25.

36 International Affairs, 1963, p. 79; African Communist, 1965, no 2, p. 41.

37 O. ODINGA, 1969.

38 “O Quênia não se tornará comunista”, declarou o Primeiro-Ministro do Quênia, East African Stardard (Nairóbi), 1o de março de 1965, p. 5.

considerados comunistas e, portanto, perigosos para a tranquilidade civil e o desenvolvimento nacional.

Uganda, a Zâmbia e o Zimbábue permaneceram, também eles, dependentes do Ocidente, embora em menor grau. Os esforços de Milton Obote com vistas a lançar um programa socialista, ao final dos anos 1960, dividiram o seu partido e provocaram clivagens no país, entre "comunistas" e democratas. O presidente Nyerere igualmente tentou, em 1967, conduzir a Tanzânia pela via de um desenvolvimento autônomo, de tipo socialista, intuindo reduzir a sua dependência frente às potências estrangeiras. A despeito dos seus sinceros esforços, a Tanzânia continuou dependente dos países ocidentais, como reconhecido pelo próprio Nyerere: "O nosso país continua submetido, no plano econômico, a decisões econômicas e políticas tomadas por outrem, sem a nossa participação ou anuência[39]". A ajuda chinesa à Tanzânia sem dúvida aumentara, contudo, ela em nada modificou a situação subalterna deste país perante as potências ocidentais. Até mesmo a Somália, socialista desde antes de 1977, e a Etiópia, socialista após a revolução, continuaram a depender, ambas e essencialmente, dos países capitalistas ocidentais, nas esferas econômica e cultural, excetuando aqui o plano militar, no qual o mundo socialista superou o Ocidente, com maior ênfase na Etiópia, a partir de 1978. Em suma, a influência política, econômica e social das potências ocidentais sobre as antigas colônias era tão estruturada e solidamente estabelecida que, na maioria dos jovens Estados independentes da África, não se podia correr o risco de eliminá-la sem receber severas penalizações do sistema capitalista internacional. Por outro lado, os países socialistas não mantinham com eles as mesmas relações, estreitas e seculares, e o seu sistema econômico não estava assaz bem implantado ao redor do mundo e, tampouco, era tão sutilmente organizado quanto o sistema capitalista ocidental.

O único domínio no qual o mundo socialista exerceu notável influência foi o ideológico. Alguns dirigentes africanos, progressistas ou reacionários, adotaram a ideologia socialista, fator de mobilização e união, como remédio para as sociedades tradicionalmente às voltas com dissensões étnicas e religiosas. Os nacionalistas africanos também recorreram a esta ideologia para denunciar o colonialismo ocidental e sensibilizar o Ocidente pelas necessidades da África[40].

Se numerosos dirigentes do continente adotaram o socialismo, isso se deveu, outrossim e como observado por Nyerere, à adequação deste sistema ao modo de

---

39 Discurso de J. NYERERE, Daily News (Tanzânia), 25 de março de 1977; African Diary, 11-17 de junho de 1977, p. 8525.

40 A. A. MAZRUI, 1980b, pp. 44-46.

vida africano: aos africanos não se lhes era necessário ensiná-lo pois, ele estava desde muito presente em sua sociedade tradicional[41]. O dirigente tanzaniano explicou que ele não se convertera ao socialismo através da leitura dos marxistas, mas que a ele fora conduzido, sobretudo, pela influência dos seus pais e das suas origens camponesas[42]. Vários dirigentes africanos, portanto, aparentam ter escolhido o socialismo por pragmatismo, tanto econômico quanto político. Ao que tudo indica, se Nkrumah parcialmente adotou a ideologia socialista, isto aconteceu com o objetivo de obter do mundo socialista o apoio político e material que o bloco ocidental, aparentemente hostil e intangível, não estava disposto a conceder-lhe. Todavia, convém notar que, a partir de 1968, ele fez da sua posição tática uma escolha teórica e estratégica[43]. Siad Barre, tudo leva a crer, teria feito a mesma escolha por razões análogas e porque isso servia à sua política irredentista perante o Quênia e a Etiópia, seus países vizinhos. Quando a ajuda socialista cessou, este dirigente muito bem marcou o caráter acessório do seu socialismo, declarando-se "primeiro nacionalista, em seguida, muçulmano e, finalmente, socialista[44]". Sékou Touré foi levado aderir ao socialismo em virtude do seu país não poder sobreviver de outra forma, após a total interrupção da ajuda ocidental. O coronel Mengistu optou por um modelo de desenvolvimento socialista, provavelmente, em razão de considerá-lo como meio de realizar a unidade da Etiópia, após a derrubada do imperador pró-ocidental. O mundo socialista, sempre voluntário em ajudar os regimes africanos com tendência ao socialismo, sem hesitação concedeu o seu apoio ao Derg[45].

A partir dos anos 1960, um fecundo diálogo processou-se entre os representantes do socialismo científico e do socialismo africano, contribuindo para aumentar a sua mútua compreensão. A despeito das críticas formuladas, de parte a outra, bem como de algumas reconhecidas divergências, os participantes deste diálogo[46] possuíam, ambos, as mesmas concepções fundamentais: anti-imperialismo, antirracismo, aspiração ao progresso social, manifesta intenção de continuarem a semear relações amigáveis, entre as forças de libertação nacional e o socialismo mundial. Após terem analisado os fatores subjacentes, tanto internos quanto externos, favoráveis à reorientação dos regimes africanos em

41 Ibid. Conferir também Africa Report (New York), 1962.

42 P. ENAHORO, 1983.

43 S. IKOKU, 1971.

44 D. LAMB, sem datação.

45 Pravda, 14 de setembro de 1974.

46 Para maior detalhamento, conferir I. V. POTEKHIN, 1963; Colloque soviéto-congolais, 1988.

direção ao socialismo e com o intuito de edificarem uma nova sociedade, os pesquisadores soviéticos adotaram uma postura mais realista. Sem subestimarem o potencial revolucionário dos povos libertos, eles interessaram-se muito mais ao estudo das enormes dificuldades às quais se deparavam aqueles que estavam em uma situação marcada por séculos de subdesenvolvimento e neocolonialismo onipresente.

As interações econômicas da África e do mundo socialista

"Dizei-nos quais são as vossas necessidades e nós ajudar-vos-emos [...] sob a forma de empréstimos, de assistência técnica, [...] nós não buscaremos tirar nenhum proveito [...] tampouco realizaremos lucros, [...] nós não vos pediremos para integrardes tal ou qual bloco, [...] nós estamos dispostos a ajudar-vos como um irmão ajuda o seu semelhante[47]."

Esta declaração reflete o espírito da política econômica do bloco soviético no tocante à África.

Os países socialistas e a África engajaram-se em uma cooperação econômica, técnica e comercial muito ampla após 1960. Desde Lenin, os dirigentes socialistas nunca deixaram de considerar, como dever internacionalista a ser por eles cumprido, a disposição em oferecerem assistência econômica e técnica aos países africanos colonizados ou independentes, com vistas a permitir-lhes alcançarem autonomia, além de, em suplemento, fazerem valer que, contrariamente àquela dos doadores capitalistas, a sua ajuda socialista era desinteressada e não pressupunha condicionamento algum[48].

Enquanto os países ocidentais visavam, especialmente, o domínio econômico (abastecimento em matérias-primas e mercados para os seus produtos manufaturados), o bloco soviético, por sua vez, não buscava, prioritariamente na África, circunscrever os países, sobre os quais ele exercia a sua influência, a uma zona econômica sob a sua hegemonia. Com efeito, as reservas minerais estimadas da URSS amplamente respondiam às suas necessidades, ao menos no médio prazo, e a indústria do mundo socialista não aparentava, naquele momento, exigir outros mercados além dos seus próprios, os quais estavam distantes da saturação. No entanto, para o bloco soviético, tratava-se de ajudar

47 Declaração de A. A. Arzumanyan, chefe da delegação soviética na Conferência da Organização da Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, no Cairo. A. A. ARZUMANYAN, 1958, pp. 185-186.

48 V. RYMALOV, 1959b.

os países africanos a controlarem as matérias-primas das quais eles dispunham, a fim de impedir o controle destas últimas pela Europa e pelos Estados Unidos da América do Norte.

O mundo socialista não era em menor grau dependente da África, especialmente em respeito a alguns produtos, o peixe e alguns minerais raros[49]. À época da *détente*, a ajuda do bloco soviético apresentava-se como uma competição pacífica com os países capitalistas: "as nações socialistas empreendem, frente às potências ocidentais, uma competição não no âmbito da corrida armamentista, mas no referente à extensão da ajuda aos países subdesenvolvidos[50]." Eis de onde deriva esta definição, referente à barragem de Assuã: "as obras de Assuã constituem uma arena onde o socialismo e o capitalismo entram em competição, cujo resultado denota indiscutível vantagem ao socialismo[51]." Porém, a partir dos anos 1960, os economistas e os dirigentes do mundo socialista enfatizaram, antes e sobretudo, as vantagens recíprocas, fruto dos intercâmbios econômicos entre a África e o mundo socialista[52].

A ajuda dos países socialistas à África, concedida sob a forma de empréstimos, apresentava, especialmente, as seguintes características: taxas de juros inferiores àquelas praticadas pela maioria dos doadores ocidentais e equivalentes a 2,5 a 3% ao ano, um prazo de carência, em geral, de um ano, e prazos de pagamento, em média, de doze anos. Os projetos financiados através desta ajuda tornavam-se, uma vez executados, propriedade dos beneficiados. O objetivo, segundo o encarregado das relações econômicas soviéticas com os países estrangeiros, Ivan Tchernychev, consistia em oferecer facilidades de pagamento à África[53].

A cooperação econômica dos países do bloco soviético com a África desenvolveu-se consideravelmente ao longo dos anos 1960 e 1970, em virtude da crescente importância, assumida pelo continente africano, no âmbito dos objetivos mundiais daqueles Estados. Assim sendo, os intercâmbios comerciais, entre a URSS e a África, quintuplicaram no período de 1960 a 1975 e o número de Estados africanos transformados em parceiros comerciais, unicamente no tocante à União Soviética, passou de dez para trinta e seis, entre 1960 e 1976[54].

49 P. BIARNÈS, 1980; P. DECRAENE, 1982.

50 V. RYMALOV, 1959b.

51 I. BELYANEV, 1962; E. M'BOKOLO, 1980.

52 A. A. GROMYKO, 1967.

53 Ethiopian Herald (Addis-Abeba), abril de 1977.

54 Novosti, abril de 1977; African Research Bulletin, 15 de abril-14 de maio de 1977, p. 4281.

A escolha de um beneficiário e o montante da ajuda obedeciam aos seguintes parâmetros: a importância estratégica do país beneficiário, as possibilidades que ele possuía em referência a reduzir a influência dos Estados Unidos da América do Norte e da China na África, a sua adesão à ideologia marxista-leninista e o grau de interesse, apresentado pelo candidato, em constituir-se em fonte de matérias-primas e como potencial mercado de consumo[55]. De certa forma, comentaristas soviéticos haviam-no confirmado, ao declararem:

> "O nosso país não outorga créditos mediante nenhum condicionamento (político, militar ou econômico) que seja inaceitável a um país em desenvolvimento. *Não seria possível, todavia e em razão disso, concluir que a União Soviética não confira importância alguma à escolha dos destinatários ou às condições e modalidades dos créditos por ela concedidos. Assim proceder equivaleria a não levar em conta a realidade concreta*[56]."

Explica-se, desta forma, as razões pelas quais o Egito tenha sido beneficiado, até 1975, com uma fortíssima ajuda e Gana, sob Nkrumah, tenha sido classificado em segundo lugar no rol dos destinatários da ajuda soviética na África negra, embora este último fosse um país pouco povoado e de dimensões reduzidas, comparativamente à imensa Nigéria pró-ocidental. No quadro do programa de ajuda do bloco soviético, vários projetos foram lançados em Gana, notadamente no setor da exploração mineral e na agricultura. A este respeito, ganenses receberam inclusive uma formação, no âmbito deste programa. Na esfera comercial, Gana exportava cacau com destino aos países socialistas, em troca de produtos manufaturados.

Os países socialistas demonstraram dificuldades em estabelecer laços econômicos e comerciais com a Nigéria pró-ocidental antes do final da guerra do Biafra: as suas relações conheceram uma melhora à época mas, a Nigéria continuou a ser um dos menores beneficiários com a ajuda concedida pelo bloco soviético. A assistência técnica socialista na Nigéria, especialmente em setores-chave como a indústria petrolífera e a siderurgia, aumentou a partir de 1970 e teve um papel essencial, permitindo aos nigerianos alcançarem as competências, particularmente necessárias ao seu país, com vistas ao seu desenvolvimento[57]. No plano comercial, a Nigéria exportava para o mundo socialista produtos como o cacau e dele importava cimento, medicamentos e máquinas[58]. Na esfera militar,

---

55 P. D. DEAN e J. A. VASQUEZ, 1976.

56 V. ROMANOVA e I. TSRIKLIS, 1978. Por nós sublinhado.

57 Africa Diary, 28 de maio-3 junho de 1973, p. 6487, e 6-12 de novembro de 1982, pp. 1198-1199.

58 West Africa Pilot, 1971.

FIGURA 27.2 Anastase Mikoyan, ministro das Relações Exteriores da URSS, chega em Gana e recebe às boas-vindas do presidente Kwame Nkrumah, em janeiro de 1962. (Foto: AFP Photos, Paris.)

os países do bloco soviético desempenharam um papel de importância única na Nigéria, sobretudo, no desenrolar da guerra do Biafra: o governo federal beneficiou-se então com relevante ajuda militar soviética, a qual contribuiu para a vitória do regime de Lagos, tal como confirmado pelo general Gowon[59]. Após a guerra, o país continuou a receber uma ajuda militar de peso da URSS, sob a forma de equipamentos e no tangente à formação.

De 1974 a 1978, a Nigéria adquiriu, da União Soviética, cerca de 80 milhões de dólares norte-americanos em armas, ou seja, mais que qualquer outro país, cabendo à parcela soviética um percentil da ordem de 40% do total das suas compras em armamentos durante este período. Vários outros Estados da África Ocidental foram beneficiados com semelhante ajuda econômica, proveniente dos países socialistas e, em menor grau, com assistência militar.

Entre as antigas colônias britânicas da África Oriental e Central, coube ao Quênia, em que pesem as suas posições pró-ocidentais, receber a maior ajuda econômica originária da União Soviética. Os 48 milhões de dólares norte-

59 Daily Times (Lagos) junho de 1974, e Radio Moscou, 28 de maio de 1974.

-americanos, fornecidos por esta última, àquele país, provavelmente destinavam--se a vencer a fobia anticomunista alastrada neste país nos anos 1960. Em virtude destes sentimentos anticomunistas, grande parte da ajuda concedida ao Quênia, pelos países socialistas, permaneceu inutilizada[60], e certos projetos que este apoio contribuíra a financiar, como o Instituto Lumumba, inclusive foram interrompidos, ao passo que a ajuda militar soviética, por sua vez, era rejeitada[61]. Alguns dentre estes projetos foram negligenciados, notadamente um hospital de quinhentos leitos, em Kisumu, equipado pela URSS e empregando médicos soviéticos[62].

Nos anos 1960, Uganda recebeu um crédito soviético de 16 milhões de dólares norte-americanos, concedido ao regime de Milton Obote, baseado no socialismo africano, recursos estes destinados a financiarem projetos cruciais, como a construção de uma tecelagem, a primeira deste tipo na África Oriental, e a fundação do primeiro Instituto de Mecanização da Agricultura na África Oriental, no qual lecionavam professores soviéticos[63].

No plano comercial, Uganda exportava café, algodão e cobre para os países do bloco soviético e deles importava, em contrapartida, máquinas e medicamentos. No âmbito militar, o bloco soviético (principalmente a URSS) conferiu-lhe uma maciça assistência militar. Estima-se que Moscou cobria, em 1978, 92% das suas necessidades em armamentos.

A Tanzânia, situada na vanguarda do combate contra o colonialismo e o racismo na África Austral, foi beneficiada por uma considerável assistência econômica do mundo socialista. Assim sendo, em 1976, este país recebeu da União Soviética 40 milhões de dólares norte-americanos, aos quais se acrescentaram 13 milhões de dólares norte-americanos, concedidos pelos países da Europa Oriental. Os intercâmbios comerciais entre a Tanzânia e o mundo socialista foram mais modestos. A Tanzânia exportava para os países do bloco soviético, principalmente, tabaco e algodão que lhe possibilitavam adquirir, em particular, ferramentas e veículos[64]. Os países socialistas concederam a este país, em virtude das suas posições anticolonialistas, uma ajuda militar relativamente importante para ajudá-lo a se defender contra o regime racista sul-africano.

60 C. STEVENS, 1976, p. 2, citando o antigo ministro do planejamento econômico, T. MBOYA.

61 Daily Nation (Nairóbi) edição de 30 de abril em 1965, p. 1; House of Representatives Debate (Kenya), 3 de março de 1967, col. 741-742.

62 C. STEVENS, 1976, p. 259.

63 J. MULIRA, 1983, p. 51.

64 Daily News (Tanzânia), 25 de março de 1977; News Agency, 27 de março de 1977.

No caso da Zâmbia, a ajuda do bloco soviético permaneceu ínfima até 1976. Mas, a partir desta data, a URSS concederia a este país uma ajuda militar avaliada em 100 milhões de dólares norte-americanos para permitir-lhe defender-se contra o regime racista sul-africano. O presidente Kaunda prestou uma veemente homenagem à URSS em razão desta ajuda, declarando que "a URSS sempre fora aliada da Zâmbia[65]".

Na África Central e Austral, como por nós observado, os países socialistas prestaram assistência, tanto econômica quanto militar, aos movimentos nacionais de libertação de Moçambique, de Angola e do Zimbábue, ajuda esta que lhes permitiu conquistar a independência. O crédito de 2 bilhões de dólares norte-americanos oferecido pela URSS à Angola, no âmbito do acordo de cooperação soviético-angolano de 1982, foi o mais importante a beneficiar um Estado africano. Ele era destinado a financiar diferentes projetos de desenvolvimento[66]. Os dirigentes do CNA e da SWAPO expressaram o seu profundo reconhecimento pela ajuda econômica e militar por eles recebida do bloco soviético[67].

A sua importância estratégica valeu à Somália constituir-se, em 1977, em um dos principais países beneficiários pela ajuda soviética na África, computando um total de 154 milhões de dólares norte-americanos, além de ser classificada no primeiro posto no concernente à assistência militar (181 milhões de dólares norte-americanos), transformando as forças armadas somalis em uma das melhor equipadas da África negra.

Em virtude da sua igualmente importante posição estratégica, a Etiópia também recebeu do bloco soviético uma fortíssima ajuda econômica (100 milhões de dólares norte-americanos, em 1974). Este apoio prestou-se a financiar diversos projetos de desenvolvimento, especialmente refinarias[68]. Após a revolução, a cooperação entre a Etiópia socialista e os países socialistas desenvolveu-se consideravelmente. Deste modo, em 1979, os países socialistas acolheram mais de 3.500 estudantes etíopes, ou seja, o mais elevado efetivo nacional proveniente de um Estado africano[69]. Em 1978, os intercâmbios comerciais foram multiplicados por quinze. Na esfera militar, a União Soviética forneceu à Etiópia, ao longo da guerra do Ogaden, cerca de 1 bilhão de dólares norte-americanos em

65 The Times of Zambia (Ndola), 1977.

66 Radio Lisbonne, no Africa Research Bulletin, 14 de janeiro - 14 de fevereiro de 1982, p. 6324. Conferir também Tass, julho de 1978.

67 Radio Moscou, citando os movimentos de guerrilha. Consultar igualmente Voice of Quenia TV, 03 de março de 1986, emissão extraordinária de 21h30min.

68 Agência Nova China, 05 de julho de 1981; Africa Research Bulletin, 1o-31 de julho de 1979, p. 6122.

69 Africa Research Bulletin, 1o-31 de julho de 1979, p. 5355.

armamentos, ao que viria acrescentar-se a presença de 1.500 assessores militares. Estima-se, por outro lado, que aproximadamente 20.000 soldados cubanos encontravam-se na Etiópia no decorrer deste período. Em 1981, o total da ajuda militar soviética a Addis-Abeba era da ordem de 1,5 bilhões de dólares norte-americanos[70]. A Etiópia tornara-se, incontestavelmente, o primeiro beneficiário com a ajuda militar soviética no continente, ao excetuarmos o Egito do início da década de 1970. Esta situação permitiu-lhe dotar-se de formidáveis capacidades defensivas contra o seu inimigo, a Somália, assim como, nas suas próprias lutas internas, contra as forças separatistas e os seus inimigos internos.

A China, naquilo que lhe compete, adotou uma política de ajuda econômica aos países em desenvolvimento ligeiramente diferente, sob certos aspectos, daquela adotada pelos outros países socialistas, baseada, segundo os responsáveis chineses, nos seguintes princípios: a ajuda concedida deveria ser mutuamente vantajosa, para o doador e para o país beneficiado, cuja independência deveria ser respeitada; ela seria gratuita e visaria garantir a autonomia do beneficiário; ela seria investida em projetos rapidamente rentáveis; a qualidade dos produtos fornecidos seria garantida; os técnicos locais deveriam ser formados e habilitados a conduzirem os projetos realizados com a ajuda chinesa; finalmente, os peritos chineses deveriam ser beneficiados com as mesmas vantagens que os especialistas locais[71]. Em suas relações de cooperação econômica com a África, a China esforçou-se em respeitar, rigorosamente, estes princípios.

Por via de regra, a China ofereceu com o maior voluntarismo a sua ajuda aos países de tendência socialista, seguidores de uma política independente, como a Tanzânia; entretanto, por razões pragmáticas, ela também a fornecera a alguns países pró-ocidentais e hostis à União Soviética, como o ex-Zaire ou, anteriormente a 1974, a Etiópia. A ajuda por ela concedida à África tinha, ao que tudo indica, como objetivos: eliminar, ou ao menos restringir, as influências americana e soviética no continente; garantir a parceria africana, no seio de certos círculos internacionais, como a Organização das Nações Unidas, o movimento dos países não alinhados ou a Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos; finalmente, ajudar a África a eliminar o imperialismo e a alcançar a sua autonomia econômica. Em contrapartida, Pequim esforçou-se em obter o apoio do continente africano em prol da sua luta permanente pela revolução internacional. Na justa medida que ela reivindicava o papel de liderança do Terceiro Mundo,

70 Africa Research Bulletin, 1o-31 de março de 1981, pp. 6002-6003; Tass, 8-10 de maio de 1977.

71 W. PARTKE, 1975, pp. 9-12; A. LAWRENCE, 1965, pp. 173-174.

cabia à China ajudar generosamente os membros mais fracos deste conjunto, notadamente a África.

A sua generosidade *vis-à-vis* do continente africano manifestou-se através de uma ajuda, concedida entre 1956 e 1977, equivalente a 1,4 bilhões de dólares norte-americanos e a 50% do montante total dos recursos por ela destinados ao conjunto dos países não comunistas.

Os principais beneficiados com esta ajuda foram, na África Ocidental, Gana, Serra Leoa, a Gâmbia e a Nigéria, quanto ao chifre da África, constavam a Somália e a Etiópia. Esta região foi beneficiada, no primeiro grupo de países, com projetos agrícolas e a construção de pontes, e, no segundo grupo, respectivamente, pela construção de estradas e implantação de tecelagens[72].

A ajuda financeira e técnica da China para Uganda foi marcada por um projeto relativo à rizicultura[73]. O Quênia recebeu um empréstimo de 16,8 milhões de dólares norte-americanos e uma doação de 3,1 milhões na mesma moeda. Este país beneficiou-se, em suplemento, de um montante de 40 milhões de dólares norte-americanos para a construção de um moderno estádio[74]. Um dos projetos executados no Quênia, com a ajuda da China, dizia respeito à indústria do bambu. O Zimbábue, ao qual ela oferecera enérgico apoio, sustentando o primeiro-ministro Mugabe à época da guerra de libertação, tornou-se um dos principais destinatários da ajuda chinesa à África, em virtude de ter recebido, ao total, aproximadamente 82 milhões de dólares norte-americanos, destinados a diversos importantes projetos de desenvolvimento[75].

O principal beneficiário da ajuda chinesa à África foi, todavia, a Tanzânia, país que apresentava, do ponto de vista chinês, certos traços particularmente interessantes: o incansável combate travado pelo partido no poder contra o racismo, as posições anticolonialistas da Tanganyika African National Union (TANU) e, posteriormente, do Chama Cha Mapinduzi (CCM), bem como o apoio oferecido por estas organizações aos movimentos de libertação, ao que acrescentava-se o comportamento deste país no cenário internacional (a Tanzânia forçara, por exemplo, os Estados Unidos da América do Norte a fecharem o seu observatório espacial na ilha de Zanzibar) e a política socialista baseada

72 Agência Nova China, 13 de fevereiro de 1973; West Africa (Londres), 20 de fevereiro de 1978; Agência Nova China, 15 de fevereiro de 1978; W. PARTKE, 1975, p. 113.

73 Radio Kampala, 1o de maio de 1965; Agência Nova China, no 22, 1973.

74 Standard of Kenya, 17 de setembro de 1980.

75 Agência Nova China, 18 de setembro de 1981; Africa Research Bulletin, 15 de dezembro 1982, 14 de janeiro de 1983.

na autonomia, inspirada na mesma filosofia que aquela praticada na China[76]. Em suma, a Tanzânia representava aos olhos da China "um glorioso porta--estandarte da luta contra o antigo e o novo imperialismo[77]". Se a Tanzânia reservou uma favorável acolhida à China, esta postura tinha como justificativa o fato de ela considerar o país oriental como o defensor dos interesses dos povos colonizados e oprimidos[78]. Estas boas disposições recíprocas criaram uma espécie de aliança natural entre os dois países.

A ajuda chinesa à Tanzânia alcançou, em 1977, um total de 362 milhões de dólares norte-americanos, em um total de 2,5 bilhões oferecidos ao conjunto do continente africano. Este volume de recursos fez deste país o principal destino da ajuda chinesa à África. Em 1971, a China passara ao primeiro escalão dos países doadores, a sua ajuda ultrapassara o total de recursos destinados pelos outros doadores à Tanzânia, aqui incluídos os aportes dos países ricos. Uma parte considerável desta ajuda serviu para financiar o projeto da TAZARA, cujos custos alcançaram, para a Tanzânia e Zâmbia, um total correspondente a 456,3 milhões de dólares norte-americanos, este dispêndio seria igualmente dividido entre os dois países. O restante da ajuda foi utilizado em diversos importantes projetos de desenvolvimento, especialmente, na agricultura, nas comunicações, nos serviços de saúde e na educação[79].

A política comercial chinesa repousava, em larga medida, na fórmula de financiamento da ajuda através do comércio: foi assim que 60% dos créditos concedidos à TAZARA tomaram a forma de carregamentos de produtos chineses destinados à venda nos mercados da Tanzânia e da Zâmbia[80]. A Tanzânia exportava especialmente tabaco, coco ralado e sisal, importando, em troca, produtos industriais e medicamentos. Malgrado estas excelentes relações entre os dois países, o Ocidente permaneceu como o principal parceiro comercial da Tanzânia: de 1970 a 1977, 63% das suas exportações eram a ela destinadas e 49% das suas importações dela provinham[81].

A decisão favorável à construção uma via férrea, religando a Tanzânia à Zâmbia, foi tomada, como vimos, após a ameaça, lançada pelos regimes minoritários brancos da Rodésia e da África do Sul, de ruptura de todas as vias de

76 Xinhua News Bulletin, 1968, pp. 5-6 e p. 15.

77 Agência Nova China, 05 de junho de 1965.

78 J. K. NYERERE, 1967d; conferir também G. T. YU, 1975, p. 7.

79 G. T. YU, 1975, p. 80.

80 Tanzania Standard (Dar es-Salaam), n° 26, 1976.

81 República Unida da Tanzânia, 1977, p. 40.

FIGURA 27.3 TAZARA (ou Uhuru), estrada de ferro Tanzânia-Zâmbia, construída com a ajuda dos chineses. Instalação dos trilhos na fronteira entre a Tanzânia e a Zâmbia, em setembro de 1973, com a presença de autoridades chinesas e dos presidentes Julius Nyerere, da Tanzânia, e Kenneth Kaunda, da Zâmbia. (Foto: The Hulton-Deutsch Collection, Londres.)

comunicação com a Zâmbia, país-enclave. A importância da TAZARA, para este país e para todos os movimentos anticolonialistas e racistas, era evidente. Ela foi definida, nestes termos, pelo Primeiro-Ministro tanzaniano:

"TAZARA é um projeto único para a África e para o mundo: trata-se do símbolo de uma ajuda, oferecida de um país a outro, caracterizada pela pura boa vontade e unicamente preocupada com a recíproca satisfação. A

TAZARA representa uma vitória no âmbito da cooperação entre países do Terceiro Mundo[82]".

Esta linha férrea, de mais de 2000 quilômetros, foi construída por 15.000 chineses e 30.000 africanos, os quais a concluíram em 1975, antes da data prevista. O empréstimo, sem juros, deveria ser reembolsado em trinta anos, a partir de 1983, em divisas livremente conversíveis ou sob a forma de produtos aceitos pela China[83]. Estas condições estavam, incontestavelmente, entre as melhores que um beneficiário poderia esperar obter de um doador estrangeiro. Quando, em 1983, a exploração da estrada de ferro, em razão de prejuízos e de uma insuficiente potência de tração locomotiva, alcançara um déficit da ordem de 100 milhões de dólares norte-americanos, a China aceitou conceder uma ajuda suplementar para financiar a compra de novas locomotivas junto à RFA, bem como reestruturar o calendário de pagamentos, mediante o que, em novembro de 1983, a via férrea, pela primeira vez, realizava lucro[84].

Na esfera militar, as relações especiais, por ela mantidas com a China, permitiram à Tanzânia receber, de 1967 a 1976, uma assistência estimada em 75 milhões de dólares norte-americanos, ou seja, a maior parcela (51%) da ajuda chinesa à África. A China igualmente fornecia assistência militar a outros Estados africanos, notadamente a Moçambique, Camarões e Zâmbia.

Em suma, o mundo socialista em seu conjunto – o bloco soviético assim como a China – acordou à maioria dos Estados africanos, sob diferentes formas, uma ajuda econômica, técnica e militar que, ao permitir-lhes evitar o recurso exclusivo aos créditos ocidentais, reduziu a sua dependência perante antigos colonizadores e possibilitou às sociedades africanas realizarem, com sucesso, numerosos projetos, quer se tratasse de desenvolvimento (educação, indústria e agricultura) ou de assunto ligado à defesa militar.

As rivalidades internacionais no universo das relações da África com o mundo socialista

As relações políticas, econômicas e militares da África com o mundo socialista contribuíram amplamente para atiçar as rivalidades, desde antes muito fortes, que opunham as duas superpotências e a República Popular da China.

82 Pékin Information, no 38, 22 de setembro de 1978.

83 G. T. YU, 1975, p. 127.

84 Africa Now, 1983; Africa, 1984.

Em muitas ocasiões, a África, voluntária ou involuntariamente, fornecera a esta rivalidade situações ideais de manifestação. Foi assim que as dissensões étnicas e regionais, inerentes à maioria dos Estados africanos e, nos quais, geradoras de instabilidade, foram exploradas pelas potências rivais, como o demonstraram a crise em Angola, a guerra civil na Nigéria ou o conflito no Ogaden. Os recursos minerais da África – bauxita, diamante e petróleo, entre outros –, os seus ricos mercados e a posição estratégica dos seus portos e aeroportos dela fizeram uma das regiões do globo mais cobiçadas pela super potências.

Do ponto de vista político, certos Estados africanos, ao optarem por uma via de desenvolvimento não capitalista, fulminaram as potências capitalistas ocidentais, as quais sustentaram ou conduziram ao poder regimes que lhes eram favoráveis. O governo pró-ocidental do Quênia, por exemplo, beneficiou-se da colaboração do Ocidente frente aos partidos considerados pró-socialistas, como o Kenya People's Union. Sob Nkrumah, Gana foi privado da ajuda de grande parte dos países ocidentais, em razão das suas posições fortemente pró-socialistas; no chifre da África, os regimes apoiados pelo campo socialista e os regimes pró-ocidentais manifestaram recíproca e permanente hostilidade. O mundo socialista, por sua vez, esforçou-se em ajudar e sustentar os regimes pró-socialistas: na Guiné, no Mali, em Angola e na Etiópia. As superpotências consideravam a sua influência na África segundo o quadro da rivalidade, global e em escala planetária, entre o leste e o oeste e não escondiam a sua extrema preocupação a este respeito. Como observa A. Mazrui:

"Uma ideologia revolucionária – o marxismo – defendida por um potente advogado – a URSS – eis o que suscitava a crescente inquietação das potências ocidentais, [...] a disputa ideológica e política na qual estavam envolvidos a URSS e o mundo ocidental, pelo domínio mundial, intensificava-se[85] [...]."

Empreendendo esforços para assegurar influência política no continente, a China enfrentou, a um só tempo, as potências ocidentais e a URSS, ambas e desde anteriormente, em disputa pelo mesmo objetivo. Em consequência das suas divergências ideológicas com a URSS, a China, embora socialista como esta última, criticava alguns aspectos da política soviética relativa à África e pretendia, inclusive, atribuir à URSS não mais que um papel de dominação sobre o continente africano, próprio às potências europeias[86]. Por sua vez, a

85 A. A. MAZRUI, 1977, pp. 179-180.

86 Agência Nova China, 27 de dezembro de 1967, 3 de julho de 1977.

URSS acusava a China de invocar argumentos racistas para desacreditar a sua política referente à África[87].

Numerosas regiões do continente africano sofreram com estas rivalidades internacionais, particularmente exacerbadas em Angola e no chifre da África. Moçambique sofreu enormemente em consequência das ações do Movimento de Resistência Nacional de Moçambique, organização apoiada pela África do Sul, entretanto, desta feita, não houve tropas cubanas para defender a FRELIMO.

Angola é um caso particular, pois que, neste país, os movimentos nacionalistas foram imediatamente sustentados pelas superpotências, situação perene mesmo após a conquista da sua independência. O bloco soviético, incluindo Cuba, apoiou constantemente o MPLA, ao passo que o bloco ocidental, especialmente os Estados Unidos da América do Norte, concedia apoio à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e à União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). A concorrência entre os dois campos estava, com toda a evidência em Angola, fundada em interesses ideológicos e estratégicos.

O secretário de Estado americano, Henry Kissinger, considerava a intervenção do bloco soviético em Angola como um episódio no contexto da rivalidade, em escala planetária, envolvendo os Estados Unidos da América do Norte e a URSS, ele reprovava o Kremlin por ter, a um só tempo, desencadeado e agravado a crise angolana[88]. Ele justificava a intervenção americana, argumentando que ela visava normalizar a situação. As potências ocidentais engajaram-se, por conseguinte, a conceder à FNLA e à UNITA um apoio equivalente àquele recebido pelo MPLA, proveniente da URSS. Os soviéticos e os cubanos, quanto a eles, justificaram o apoio concedido a Angola e a sua presença neste país, em função do chamado, lançado pelo povo angolano, pela sua proteção contra a agressão imperialista[89]. Posteriormente, a África do Sul e, com menor intensidade, a China envolveram-se na crise angolana. O regime sul-africano interveio diretamente na guerra civil, ao lado da UNITA, sob o pretexto de defender a Namíbia contra os guerrilheiros da SWAPO, em ação a partir do território angolano, e mediante a alegação de intuir diminuir a influência do marxismo na região.

O MPLA, de ideologia marxista, aceitou rapidamente a ajuda oferecida pelo mundo socialista, por sua vez, a UNITA, formada por guerrilheiros pró-ocidentais, recebeu a ajuda do Ocidente e da África do Sul com o objetivo de retirar o poder do MPLA. Além das suas motivações ideológicas, as

87 G.V. ASTAFYEV e A. M. DUBINSKY (org.), 1974, pp. 112-114.

88 R. LEMARCHAND (org.), 1981, p. 83.

89 New Times, 1o de fevereiro de 1976, p. 1.

FIGURA 27.4 Tropas cubanas em Angola. (Foto: Photo Akenuba, Enforo Agency, Angola.)

potências estrangeiras estavam interessadas pelas jazidas de urânio e pelas reservas de petróleo de Angola. Os Estados Unidos da América do Norte entreviam nos esforços empreendidos pela URSS, com vistas a alcançar maior poder de influência em Angola, uma ameaça, relativamente aos seus consideráveis interesses econômicos, em investimentos no Zaire, na Namíbia e na África do Sul. Finalmente, em virtude da sua situação geográfica, da sua face atlântica e dos seus portos, Angola representava um primordial desafio

estratégico, notadamente, em virtude da rivalidade naval entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia[90].

A estratégia, sempre crucial nas preocupações das superpotências, delas exige disporem, em função da aceleração na corrida armamentista, de novas instalações aeroportuárias e portuárias, para as suas respectivas forças armadas. O chifre da África oferece um dos melhores exemplos, no continente, da cristalização das rivalidades internacionais tocantes a essas exigências estratégicas. Trata-se, com efeito, de uma região estrategicamente central para o campo socialista, tanto quanto para o polo capitalista, em razão de ser a charneira entre a Ásia e a África, em virtude de possuir instalações portuárias de primeira ordem, situadas no golfo de Aden e no Oceano Índico, assim como pela reduzida extensão das suas rotas marítimas vitais, as quais interligam os países produtores de petróleo à América do Norte e à Europa, vias marítimas estas, pelas quais são escoadas 70% das importações de petróleo e outras matérias-primas, provenientes da Europa Ocidental[91].

A presença, no Oceano Índico, de importantes forças navais norte-americanas, passíveis de utilização em eventual ataque contra a URSS, incitou o Kremlin a buscar facilidades aeroportuárias e portuárias no chifre da África, para o reforço da sua frota neste oceano. Ela teria baseado, consequentemente, mais de 60% da sua frota naval, em operação ou de passagem por estas águas, nos portos do chifre da África e do golfo de Aden[92]. Alarmada pela presença em Kagnew, na Etiópia, de instalações americanas de comunicação e vigilância militar, ela aumentou a sua ajuda econômica e militar à Somália, em troca da autorização em utilizar o importante porto de Berbera, na extremidade do estreito estratégico de Bāb al-Mandab, entrada do mar Vermelho. Tendo em vista que o controle desta área era amplamente decisivo para o domínio do chifre da África e do Oriente Médio, a inquietação dos Estados Unidos e dos seus aliados, perante a ampliação da presença soviética nesta região do Oceano Índico, bem como em seus portos, não podia senão aumentar[93].

Indubitavelmente, esta rivalidade das superpotências, as quais buscavam estabilizar a sua influência no chifre da África, intuindo assegurar o controle deste último, foi uma das causas do desencadeamento da guerra do Ogaden, em 1977. A maciça ajuda militar acordada à Etiópia e à Somália, pelos países do Pacto de

90 B. HANDLER, 1970.

91 Christian Science Monitor, 23 de março de 1978.

92 C. CROCKER, 1976, p. 652.

93 S. TURNER, 1977, p. 346.

Varsóvia e pelos membros da OTAN, encorajou, efetivamente, os dois estados vizinhos a acertarem as suas contendas no campo de batalha.

A URSS e seus aliados acusaram os Estados Unidos da América do Norte de incentivarem, relativamente à Etiópia, as ambições irredentistas da Somália, em troca das bases que lhes haviam sido concedidas em Berbera e Mombasa, para os efetivos das suas Forças de Ação Tática, à época recentemente criadas, com o objetivo de ameaçar os interesses soviéticos e africanos[94].

Os Estados Unidos da América do Norte por sua vez, acusavam a União Soviética e Cuba de serem os responsáveis pela crise na região, advertindo a URSS que, a persistir a situação, ocorreria uma deterioração nas relações americano-soviéticas, especialmente no quadro das renegociações referentes à limitação das armas estratégicas (SALT)[95].

Na cúpula da Organização para a Unidade Africana, organizada em Cartum, em 1978, vários chefes de Estado africanos, especialmente o presidente nigeriano Obasanjo, deploraram as rivalidades internacionais no continente. Os propósitos deste último foram retomados por Sékou Touré e Nyerere[96].

Esta constante rivalidade das superpotências, cada qual avançando os seus peões no continente, não podia senão minar o desenvolvimento da África.

A África, a Europa Oriental e o movimento dos não alinhados

Os países socialistas não pertenciam, todos, unicamente ao "bloco do leste". Alguns igualmente faziam parte do movimento dos não alinhados, do qual um dos fundadores era o presidente iugoslavo Tito. Tito, Nehru, al-Nasser e Nkrumah foram os promotores e arquitetos de uma estratégia por vezes denominada "neutralismo positivo", arcabouço este, transformado em uma das pedras angulares da política externa dos países africanos libertos.

Graças à Iugoslávia, o movimento dos não alinhados surgiu, em princípio, como um movimento universal e, não simplesmente, na qualidade de um movimento de solidariedade afro-asiático, dissimulado sob outra nomenclatura. Embora reunida dois anos antes da conquista da independência por Gana, em

94 Rádio Moscou, 17 de dezembro de 1982, citado no African Research Bulletin, 1o-31 de dezembro de 1982, p. 6688.

95 African Research Bulletin, 1o-31 de dezembro de 1982, p. 4775.

96 African Currents, 1978-1979.

1955, a conferência de Bandum apresentou uma importante etapa, no tocante à formação de alianças políticas entre os estados da Ásia e da África. Se o movimento dos não alinhados tivesse sido unicamente lançado por Nehru (Índia), al-Nasser (Egito) e Nkrumah (Gana), ele teria sido encarado, primeiramente, como um movimento dos povos não brancos da África e Ásia. Entretanto, Tito, o homem branco, abriu caminho para a ulterior adesão ao movimento de outros membros do mundo branco, como Chipre e certos países da América Latina. Aquando da conferência de Havana, em 1979, o movimento dos não alinhados compreendia noventa e cinco membros, representantes de quatro continentes.

Em 1986, a Conferência dos Não Alinhados ocorreu, pela primeira vez ao sul do Saara, em Harare, no Zimbábue. O socialista Robert Mugabe, quem, com a ajuda do campo socialista e, à frente da ZANU, libertara o seu país do regime de Ian Smith, tornou-se presidente desta força internacional, outrora dominada por imponentes personagens, da estatura de Tito, Nehru, Nkrumah e al-Nasser.

Em certa época, era praticamente impossível adotar uma atitude de não alinhamento em relação às duas Repúblicas Alemãs. A RFA seguia, na realidade, uma linha política denominada "doutrina Hallstein", a qual visava forçar os países terceiros, excetuando-se a URSS, a não estabelecerem relações diplomáticas, senão com uma dentre as duas Alemanhas. Quando Zanzibar, país que reconhecera a RFA, uniu-se à Tanganyika, a qual, por sua vez, elegera a RDA, criou-se um verdadeiro problema diplomático. Julius Nyerere, na qualidade de presidente da nova República Unida da Tanzânia tentou resolvê-lo, autorizando a RDA a estabelecer um consulado em Zanzibar, ao passo que a RFA dispunha de uma embaixada em Dar es-Salaam. Em razão do protesto da RFA a despeito deste compromisso, Nyerere rompeu todas as suas relações de cooperação com esta Alemanha. Esta ação contribuiria para uma reavaliação fundamental da doutrina Hallstein, ao menos no tocante à sua aplicação no Terceiro Mundo? Em todo caso, com o tempo, a RFA reconsiderou a sua posição, pois Willy Brandt inaugurara uma nova política de conciliação, em respeito a todo o bloco do leste. Desta forma, a África não foi constrangida a escolher entre as duas Alemanhas – ao passo que, por outro lado, uma outra escolha estratégica, envolvendo a República Popular da China e Taiwan, complicava-se ao longo dos anos.

Em virtude da busca pelo equilíbrio *cultural* entre Leste e Oeste, por parte de alguns países africanos, os países da Europa Oriental ajudaram-nos a sustentarem uma postura de não alinhamento neste âmbito. A Polônia ofereceu técnicos, professores e pesquisadores a numerosos estabelecimentos africanos de ensino superior. Esta ajuda constituiu uma importante base de recrutamento para as universidades e colégios africanos. A Tchecoslováquia e a Hungria igual-

mente desempenharam um importante papel em respeito ao ensino superior na África, especialmente ao acolherem estudantes africanos e oferecer-lhes bolsas de estudo. A influência da Europa Oriental não podia, evidentemente, ultrapassar aquela da Europa Ocidental no continente africano. Todavia, processava-se um reposicionamento na esfera cultural, com tendência ao equilíbrio, graças às relações estabelecidas e desenvolvidas com os representantes da tradição marxista do patrimônio europeu.

O princípio do não alinhamento fez-se observar inclusive na escolha dos cuidados médicos efetuados por africanos que lutavam contra as últimas manifestações de graves doenças. Pode-se aqui relembrar as decisões pessoais tomadas por três históricos personagens africanos no curso dos seus últimos momentos de vida. Ao final da sua luta contra o câncer de pele, do qual padecia, Kwame Nkrumah voltou-se para a Romênia, onde morreria em 1972. Atingido por uma leucemia, Frantz Fanon conduziu a sua última batalha contra a doença nos Estados Unidos da América do Norte, país onde faleceria. Doente, o velho companheiro de armas de Nkrumah, Sékou Touré, confiou aos médicos norte-americanos à responsabilidade pelo seu tratamento e morreu em Cleveland (Ohio), em 1985. A doença e a morte ignoram as barreiras ideológicas e, em seu universalismo, a ciência constitui a melhor forma de não alinhamento.

Conclusão

À década das grandes mutações na África, vivida durante os anos 1960, corresponde o decênio das grandes mutações no mundo socialista, própria aos anos 1980. A mudança mais fundamental ocorrida na África nos anos 1960 foi a descolonização – mais da metade da África havia então conquistado a sua independência. A mais fundamental mudança, advinda ao mundo socialista, no curso dos anos 1980, foi a liberalização. Na União Soviética batizada *glasnost* ou *perestroika*, segundo as esferas dos aspectos, respectivamente, político e econômico, este movimento processou-se com outras denominações em todo o mundo socialista, de Pequim a Budapeste.

Logicamente a descolonização da África, nos anos 1960, teve imediata influência nas relações com o mundo socialista, pois a independência permitira aos países africanos estabelecerem relações diplomáticas com os Estados socialistas. Se a descolonização da África, nos anos 1960, transformou as suas relações com o mundo marxista, a liberalização deste último, por sua vez, teria modificado, nos anos 1980, as suas próprias relações com a África?

A liberalização introduzida por Mikhaïl Gorbachev, ao final dos anos 1980, concretizou-se, no que diz respeito à URSS, tanto no tangente à sua política externa quanto em sua política interna. A nova posição soviética consistiu em evitar qualquer enfrentamento com o Oeste, em reduzir os arsenais de guerra, aliviar o domínio hegemônico da União Soviética sobre a Europa Oriental, assim como em distender as tensões regionais.

A União Soviética exerceu sua influência, a um só tempo, sobre Cuba e Angola, visando conduzi-los a aceitar que a retirada das tropas cubanas de Angola estivesse ligada à independência da Namíbia. Os acordos de 1988, entre Angola, Cuba e África do Sul não foram somente fruto dos esforços do secretário adjunto de Estado norte-americano, Chester Crocker, mas, igualmente, uma das consequências da nova orientação na política externa soviética. Do lado namíbio, estes acordos também representaram um sucesso para a Organização das Nações Unidas, a qual incansavelmente agira, durante anos, em favor do povo namíbio, multiplicando as suas intervenções junto a comunidade internacional e jamais aliviando a sua pressão sobre a África do Sul.

Ao final dos anos 1980, a África interrogava-se a respeito das consequências, para si, da reaproximação entre o bloco soviético e o Ocidente. Esta inédita situação comportava, simultaneamente, riscos e vantagens. Parte da ajuda oferecida ao continente, pelos dois campos hegemônicos, era de fato motivada pela sua rivalidade ideológica e estratégica. Se esta rivalidade desaparecesse, a ajuda manter-se-ia nos mesmos níveis? A paz entre as duas superpotências representava, não resta dúvida, uma boa nova para todo o mundo, entretanto, disso não resultaria uma diminuição da generosidade em relação ao Terceiro Mundo?

Esta reaproximação gerava dúvidas, igualmente, no concernente ao apoio oferecido, pela União Soviética, à luta pela libertação na República Sul-Africana. A URSS, desde logo demonstrando interesse em distender as tensões e resolver os conflitos regionais, apoiaria ela com menor vigor a luta *armada* no conjunto do Terceiro Mundo? Tendo em vista as pressões soviéticas, exercidas sobre os vietnamitas, para que eles alcançassem um compromisso no Camboja, bem como sobre a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), para que ela fizesse concessões a Israel, levando-se também em conta que a URSS, ela própria, sofria fortes pressões para por termo à sua invasão no Afeganistão, não seria pertinente prever que ela solicitasse ao CNA fazer concessões progressivas, ao regime do *apartheid* de Pretória? Esse novo estado de espírito do mundo socialista, caracterizado pela busca de reaproximação, não tornaria ele de mais e mais difícil, para o CNA e OPAC, a perseverança da estratégia fundada na luta armada, com o objetivo de libertar a África do Sul?

Em maio de 1989, por ocasião do trigésimo ano sem qualquer visita de um presidente russo ao país, o presidente Gorbachev realizou uma visita oficial à República Popular da China. Quais consequências, positivas ou negativas, poderia acarretar, para a África, a atenuação do conflito sino-soviético? A rivalidade entre os dois gigantes socialistas influenciara, no passado, as suas políticas de ajuda militar e econômica à África. O apoio trazido pela China a alguns países e movimentos da África fora, muito amiúde, impulsionado pela sua disputa com a União Soviética, a título de exemplo, figura o seu apoio a Robert Mugabe e à ZANU, durante a luta anticolonial, na qual a União Soviética sustentava Joshua Nkoma e a ZAPU. Tão logo diminuísse a rivalidade entre a URSS e a China, após a viagem de Gorbatchev, em 1989, as prioridades de Pequim no Terceiro Mundo, seriam elas revistas? Os limitados recursos da China seriam aplicados com maior exclusividade, junto aos seus vizinhos asiáticos? Perderia a África importância entre as prioridades da política externa chinesa?

Eis o final de algumas dentre as questões, levantadas pelas forças da história ao final dos anos 1980, as respostas permanecem obscuras. No decorrer dos anos 1960, as novas correntes da diplomacia pós-colonial haviam transformado as relações da África com o mundo socialista. As forças de liberalização, manifestas no mundo socialista ao longo dos anos 1980, inaugurariam uma segunda fase de transformação? Se, como dito por Karl Marx, a história apresenta-se na qualidade de uma gigantesca contradição, processada através de um processo dialético e se a tese, primeiramente, foi a luta armada no Hemisfério Sul e a antítese, no Hemisfério Norte, consistiu na reaproximação, a síntese, por sua vez, continua em gestação nas entranhas do futuro.

CAPÍTULO 28

A África e as regiões em vias de desenvolvimento

Locksley Edmondson

A ascensão das nações em desenvolvimento, igual e geralmente denominadas "Terceiro Mundo" ou, por vezes, "Sul", consiste, incontestavelmente, em um dos fenômenos mais significativos advindos durante a segunda metade do século XX. As três denominações são todas aceitáveis, mas neste capítulo, utilizar-se-á, preferencialmente, o termo "Terceiro Mundo", não somente em virtude de evocar uma identidade assumida de forma mais consciente, mas sobretudo por manter o nome genérico através do qual habitualmente designa-se as nações e os povos da África, da Ásia, da América Latina e do Caribe[1].

Ao que tudo indica, legitimar-se-ia especialmente considerar este fenômeno, relativo à ascensão de uma identidade terceiro-mundista no domínio da história contemporânea, tanto mais, se levarmos em conta as seguintes evidências: nos anos 1940, o "Terceiro Mundo", como tal, era desconhecido; nos anos 1950, não existiam nem o "Movimento dos Não Alinhados", nem o "Grupo dos Setenta e

1 O Movimento dos não Alinhados, lançado formalmente em 1961, é o principal meio de expressão política do Terceiro Mundo (ver tabela 28.4); o Grupo dos Setenta e Sete, mais numeroso, é a principal unidade de negociação terceiro-mundista (ver tabela 28.5). Se o conceito relativo a fazer ou não parte do Terceiro Mundo for definido como a identificação consciente, de Estados independentes, a um destes dois grupos ou a ambos, dele fariam parte: todos os Estados africanos, com exceção da África do Sul; a maior parte dos Estados da região asiática – Oriente Médio-Pacífico (nele incluído Chipre, pertencente a ambos os grupos e excluindo-se China, Israel, Japão, Turquia, Austrália e Nova Zelândia); todos os Estados da América Latina e do Caribe; uma porção de Estados europeus, tais como Iugoslávia e Malta (membros de ambos os grupos) e a Romênia (aderente ao Grupo dos Setenta e Sete).

Sete"; e nos anos 1960, a expressão "nova ordem econômica internacional" sequer estava em uso. No que diz respeito à África, antes dos anos 1960, as suas relações com a Ásia, a América Latina e o Caribe eram, muito amiúde, controladas pelas potências coloniais instaladas nestas regiões ou ocorriam com a intermediação destas próprias nações hegemônicas.

Contudo, não é supérfluo relembrar que "não se poderia discernir a realidade do Terceiro Mundo através de uma análise limitada aos dados contemporâneos", tendo em vista que o "Terceiro Mundo constitui um fenômeno histórico, parte integrante de um processo, no transcurso do qual se manifesta a atual ordem mundial", cuja "gênese" remonta, no mínimo[2], "a algo em torno de 200 anos". Muito embora ela exceda a abrangência do capítulo ora iniciado, torna-se conveniente manter viva na lembrança esta mais ampla perspectiva histórica, sobretudo após o fenômeno caracterizado como "declínio da fronteira colonial", após a Segunda Guerra Mundial, circunstância esta que, segundo a magistral análise de Pr Hans Morgenthau, representa "um dos grandes pontos de inflexão na história do mundo[3]".

Seguindo todavia os passos de Morgenthau, este estado de coisas devia-se à inextrincável ligação deste processo de descolonização com o declínio da Europa, à qual houvera sido possível estabelecer este domínio sem partilha, apoiando-se internamente sobre o sistema colonial e, externamente, sobre o moderno sistema internacional. Perseverando com este raciocínio, como notória e importante consequência desta descolonização para o sistema internacional, subjaz como obra desta mesma ordem colonial, a concretização de uma situação histórica a permitir à imensa maioria dos povos do mundo, até então politicamente subjugados, o estabelecimento de relações bilaterais e multilaterais oficiais. Este quadro tanto levantou questionamentos no tocante às regras básicas, fundamentais e tradicionais, das relações internacionais, quanto e de modo determinante, conduziu a uma reestruturação das suas modalidades de aplicação e das próprias instituições responsáveis pela sua elaboração.

Este capítulo visa, sob o prisma africano, expor as maneiras pelas quais e, em certa medida, por que esta contestação, emanada do Terceiro Mundo, nasceu e ampliou-se após a Segunda Guerra Mundial (mais especificamente, a partir dos anos 1950) até 1980. Ele se dedica a discernir as grandes tendências e os processos maiores, sob uma perspectiva histórica, através da qual, revelam-se a ampliação e o aprofundamento dos vínculos entre a África e o restante do

2 I. SABRI-ABDALLA, 1980, p. 32.

3 H. J. MORGENTHAU, 1973, p. 351.

Terceiro Mundo, assim como a presença e o papel africano na criação e no desenrolar dos processos de colaboração estabelecidos entre o conjunto dos países terceiro-mundistas.

Lugar e papel da África no Terceiro Mundo

Para melhor apreender o significado que convém atribuir à situação e à ação da África no cenário do Terceiro Mundo, aqui abordaremos determinadas características objetivas de ordem política, econômica, racial e cultural, da condição africana, passada e presente. Este significado está ligado aos traumatismos específicos do Terceiro Mundo, representados caricaturalmente na condição africana mas igualmente conecta-se ao impulso proporcionado pela África à mobilização do Terceiro Mundo, com o objetivo de questionar o *statu quo* internacional.

Duas considerações políticas afloram imediatamente à mente. A primeira diz respeito à coincidência (talvez melhor valesse dizer a sua catalisação) do movimento de descolonização na África – por ocasião do novo patamar atingido com a conquista da independência de Gana, em 1957, primeiro acontecimento na África desta ordem de valor – com a decolagem do movimento terceiro-mundista, nascido durante a Conferência Afro-Asiática, realizada em Bandung (Indonésia), no mês de abril de 1955 (doravante chamada "Conferência de Bandung") (tabela 28.3). Em segundo lugar e como consequência do processo de descolonização, a multiplicação de Estados africanos vindos à cena atribuiu, nas instituições do Terceiro Mundo e em outras instituições internacionais, uma imponente presença numérica do continente, concedendo dimensão mundial às preocupações propriamente africanas, expressas no contexto terceiro-mundista.

A tabela 28.1 ilustra muito bem este último ponto, através da análise numérica, por região, da composição da Organização das Nações Unidas, de 1945 até 1980. Os Estados africanos eram 3, no ano de 1945 (ou seja, menos de 6%), em um total de 51 membros fundadores das Nações Unidas, passando a 50 em 1980, ou seja, 32,5% do total de 154 membros da instituição[4].

A composição de outras organizações internacionais é, igualmente, extremamente reveladora. Por exemplo, em 1961, a África estava muito bem representada quando da primeira Conferência de Chefes de Estado e de Governos dos Países Não Alinhados, na qual os Estados áfricos totalizavam 11, do total de 25

4 A África do Sul governada pelos brancos, membro-fundador da Organização das Nações Unidas, não figura neste total de Estados africanos presentes na ONU.

participantes (44%) plenamente credenciados; por ocasião da sexta Conferência, em 1979, o continente ocupava o posto mais elevado dentre os países não alinhados, ou seja, 50 delegações áfricas reunindo 54% do total de 92 membros credenciados (tabela 28.4). A representação da África no Grupo dos Setenta e Sete permaneceu em nível sensivelmente constante, aproximadamente 41%, com 32 países junto aos 77 membros fundadores, em 1964, e 50 representantes em meio a 122 membros do Grupo em 1980 (tabela 28.5).

No entanto, além dos índices quantitativos, expressões da absoluta importância da África no Terceiro Mundo, é indispensável creditar os relevantes aspectos qualitativos desta influência primaz. Impera abordá-los sob a ótica da economia internacional, pois, aqui e justamente, concentram-se as principais preocupações do Terceiro Mundo, assim como, porque dela derivam, de forma nítida, se lançarmos um olhar sobre a África pós-colonial, os traumatismos, os dilemas e as graves dificuldades, causas do sofrimento imposto aos povos do terceiro-mundistas.

Resultado compacto impõe-se: o continente áfrico agrupa, como pode-se depreender da tabela 28.2, o maior número de países classificados junto aos menos avançados (PMA). Segundo a Organização para a Unidade Africana (OUA), estes são "os efeitos das promessas não realizadas de estratégias globais de desenvolvimento, mais profundamente sentidas na África, comparativamente aos demais continentes do mundo[5]".

Tais são os termos apresentados no primeiro parágrafo do preâmbulo adotado pela OUA, em 1980, deste desde então histórico *Plano de Ação de Lagos para o Desenvolvimento Econômico da África, 1980-2000*. Após considerar que "o subdesenvolvimento da África não constitui uma fatalidade" e que este estado de coisas seja, de fato, "paradoxal, se computados os imensos recursos humanos e naturais do continente", a OUA identifica, em seguida, as causas deste atraso, ligadas em grande parte à estrutura da exploração internacional: "No entanto, a África, a despeito de todos os esforços manifestados pelos seus dirigentes, permanece sendo o continente menos desenvolvido. Ele conta com 20 dentre os 31 países menos avançados do mundo. O continente está exposto às consequências desastrosas das calamidades naturais e às mais cruéis doenças endêmicas, é vítima da exploração colonial, vestígio do colonialismo, bem como do racismo e do *apartheid*. Com efeito, a África foi diretamente explorada durante o período colonial e durante os dois últimos decênios; esta exploração persistiu pela inter-

5 OUA, 1981, parágrafo 1.

TABELA 28.1 COMPOSIÇÃO POR REGIÃO DA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945-1980

Ano	África[1]	Ásia[2]	Caribe[3]	América Latina	América do Norte	Europa[4]	Oceania[5]	Total
1945	4	9	3	17	2	14	2	51
1950	4	16	3	17	2	16	2	60
1955	5	21	3	17	2	26	2	76
1959[f]	10	23	3	17	2	26	2	82
1965	37	28	5	17	2	27	2	118
1970	42	30	7	18	2	27	2	127
1975	47	37	10	17	2	29	2	144
1980	51	40	13	17	2	29	2	154

1. Os quatro membros fundadores eram o Egito, a Etiópia, a Libéria e a África do Sul.
2. Incluindo o Oriente Médio e as ilhas do Pacífico; incluindo igualmente Chipre e a Turquia.
3. As ilhas das Antilhas, acrescentando os "prolongamentos" políticos continentais independentes da Guiana e do Suriname.
4. A entrada de 9 Estados já independentes da Europa em 1955 resultava de um acordo global que resolvia as dissensões Leste-Oeste, no tocante aos países aliados da Alemanha ao longo da Segunda Guerra Mundial e a alguns novos regimes comunistas instaurados na Europa Oriental após a Guerra. A RFA e a RDA foram aceitas separadamente em 1973.
5. Austrália e Nova Zelândia.
6. Em 1958 foi criada a República Árabe Unida, através da união do Egito e da Síria. Estes dois membros originais da ONU tornaram-se assim um único Estado membro, levado em conta no total dos Estados membros em 1959 (82), porém não na divisão regional, na qual as suas duas partes aparecem separadamente, uma na África e a outra na Ásia. A Síria retomou em 1961 o seu estatuto de Estado membro distinto.

venção das forças estrangeiras neocolonialistas, as quais tentavam influenciar as políticas e diretrizes dos Estados africanos[6]."

No bojo deste diagnóstico acerca da situação econômica africana inscrevem--se, em filigrana, certas humilhações políticas, com os seus componentes raciais e culturais, infringidas à África no decorrer do período colonial e cujas sequelas estão ainda presentes, até os dias atuais, em especial com o *apartheid* na África do Sul. Temos aqui, portanto, outra dimensão importante da situação da África no cenário do Terceiro Mundo.

Em seu discurso de fechamento na Conferência de Bandung, o primeiro--ministro da Índia, Jawaharlāl Nehru, então reconhecido como um dos mais influentes dirigentes no âmbito do ascendente movimento terceiro-mundista,

6 Ibid., pp. 5-6.

TABELA 28.2 SITUAÇÃO GEOGRÁFICA DOS PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS, 1981

África		Ásia	Caribe	Total
Benin	Malaui	Afeganistão	Haiti	
Botsuana	Mali	Bangladesh		
Burkina Fasso	Níger	Butão		
Burundi	Uganda	Laos		
Cabo Verde	República	Maldivas		
Comores	Centro-Africana	Nepal		
Etiópia	Ruanda	República		
Gâmbia	Somália	Árabe do Iêmen		
Guiné	Sudão	Samoa		
Guiné-Bissau	Tanzânia	Iêmen (República		
Lesoto	Chade	Democrática Popular)		
Total	21	9	1	31

FONTE: H. Lopes e H. C. Tri, 1981. Estes autores indicam que os critérios adotados pela Assembleia das Nações Unidas em novembro de 1971 para definir os PMA eram: "Uma renda per capita muito baixa – apenas 200 dólares norte-americanos por pessoa e por ano em 1979 – comparativamente a valores médios equivalentes a 700 dólares para o conjunto dos países em desenvolvimento e a 8.000 dólares norte-americanos nos países industrializados de economia de mercado; um produto interno bruto (PIB) no qual a parte do setor industrial fosse inferior ou igual a 10% – em lugar dos 19% no conjunto dos países em desenvolvimento; uma taxa de analfabetismo inferior ou igual a 20%." A primeira lista elaborada repertoriava 25 PMA, eles se tornariam 31 no início dos anos 1980.

decididamente enfatizara os pesos político e racial, excepcionalmente fortes, suportados pela África, solicitando aos seus colegas asiáticos que estas considerações fossem inscritas, em lugar de destaque, entre as suas preocupações:

"Nós votamos resoluções concernentes à situação de tal ou qual país. Mas, eu estimo que não haja nada mais terrível que o infinito drama sofrido pela África, há muitas centenas de anos. Todo o resto soçobra na insignificância quando imagino o drama imensurável da África, desde os tempos nos quais milhões de Africanos foram transportados como escravos para as Américas e a outras regiões, tanto mais se relembrarmos que metade dentre estes seres morria durante a travessia. Devemos todos assumir a responsabilidade por este drama, cada qual dentre nós, mesmo que dele não tenhamos participado diretamente. Contudo, infeliz e diferentemente, ainda hoje a tragédia da África, seja ela racial

ou política, ultrapassa aquela de qualquer outro continente. Compete à Ásia fazer o melhor possível para auxiliar a África, continentes irmãos que somos[7]."

As evocações do racismo, sensíveis desde os primeiros momentos do movimento afro-asiático – futuras bases de um movimento mais amplo do Terceiro Mundo – encontraram a sua origem na situação africana.

A persistente arrogância da racista África do Sul conduziu esta dimensão racial à categoria de prioridade para o movimento terceiro-mundista, não tão somente em virtude do que objetivamente representa o *apartheid*, aos olhos de um Terceiro Mundo majoritariamente não branco, assim como, igualmente, em razão da ação diplomática africana se ter empenhado em garantir a proeminência desta questão, no elenco de preocupações do Terceiro Mundo[8].

A Conferência de Bandung de 1955 constitui o melhor ponto de partida para o exame das relações da África com as regiões em desenvolvimento, entretanto, esta emergência do movimento terceiro-mundista foi condicionada pela ação anterior de fatores e de forças, os quais dizem respeito, essencialmente, à situação geográfica da África e ao seu papel no sistema internacional, ao menos desde o início do século.

Anteriormente, ao final do século XIX, a divisão da África eleva-se como um momento crucial, capaz de permitir a compreensão e o dimensionamento da dominação ocidental, a qual se desdobrou, à mesma época, naquilo justamente denominado, por Lênin, "a partilha do mundo". Desta forma, a criação do Terceiro Mundo – no sentido objetivo da sua subordinação estruturada, em oposição ao seu reconhecimento subjetivo, como força de transformação consciente de si mesma – resulta diretamente do jogo de forças políticas, econômicas, culturais e raciais dominantes, cujo produto, ao final do século XIX, apresenta-se sem artifícios na submissão oficial da África, finalizando o processo de subordinação do conjunto do Terceiro Mundo.

Perante esta situação histórica, não causa espécie que determinados círculos pan-africanos tenham previsto, muito antes do reconhecimento do "Terceiro Mundo" enquanto tal, o seu surgimento e a sua futura capacidade de contestação. No início da primeira Conferência Pan-africana, ocorrida em 1900, em Londres, declarava-se em discurso de saudação às nações do mundo:

"Os homens de hoje devem absolutamente lembrar-se que, em um mundo cada vez mais interligado, os milhões de negros da África, das Américas e das ilhas, acrescidos de milhões de homens de pele morena e amarela, habitantes

7 J. NEHRU, 1964, p. 19.

8 M. EL-KHAWAS, 1971.

de outras partes, estão destinados a exercerem grande influência nos tempos futuros, tão simplesmente pela sua quantidade e pelo seu contato físico[9]."

Destarte, 10 anos antes da Conferência de Bandung, o quinto Congresso Pan-africano, ocorrido no mês de outubro de 1945, em Manchester (Grã-Bretanha), antecipava não somente a ascensão do movimento terceiro-mundista mas, igualmente, formulava ideias anticcolonialistas e pós-colonialistas de libertação, semelhantes àquelas que inspirariam, posteriormente, as lutas do Terceiro Mundo[10]. A Declaração aos Povos Colonizados *Do Mundo* representa um exemplo evidente desta realidade. Redigida por Kwame Nkrumah, um dos dois secretários políticos no congresso, ela incitava os operários, lavradores, intelectuais e quadros colonizados ao redor do mundo, a vencerem o imperialismo e pressionava "os povos colonizados e submetidos *do mundo*" a se unirem[11].

Uma resolução deste mesmo congresso de 1945 expressava, com ainda maior clareza, a ideia pan-africana relativa à solidariedade geral do Terceiro Mundo. Resumida por George Padmore, outro secretário político do congresso, ela foi formulada em linguagem que caracterizaria a fase de formação do Movimento dos Não Alinhados nos dez anos seguintes:

"O Congresso expressou a esperança na breve quebra das cadeias centenárias do colonialismo pelos povos da Ásia e da África. Pois que, na qualidade de nações livres, eles se uniriam para consolidar e preservar a sua independência, tanto no tangente ao imperialismo ocidental, quanto à ameaça do comunismo[12]."

Tais são os antecedentes, fatuais e ideológicos, da contribuição do continente áfrico pós-colonial para a formação do pensamento e para a ação terceiro-mundista, anteriores à Conferência de Bandung. Analisando este período é certamente arriscado formular generalizações concernentes à orientação das relações internacionais e da política externa de numerosos Estados da África

9 Esta "Saudação" é retomada integralmente em V. P. Thompson, 1969, pp. 319-321. Os aproximadamente trinta participantes, representantes da África e da diáspora africana durante esta primeira Conferência Pan-africana na qual foi empregado formalmente, pela primeira vez, o termo "pan-africano", trataram da situação do mundo negro, de modo geral, e dedicaram especial atenção à consolidação da dominação colonial e racial europeia sobre o continente africano como um todo, e sobre a África do Sul, em particular.

10 Diferentemente dos congressos ocorridos no entreguerras, os quais preconizavam um aperfeiçoamento do sistema colonial, o quinto Congresso Pan-africano pronunciou-se claramente pelo término do colonialismo. Dois dentre os seus mais eminentes participantes africanos foram Kwame Nkrumah e Jomo Kenyatta, futuros líderes dos processos de independência em seus respectivos países, Gana e Quênia. Ver G. PADMORE, 1963, para o resumo oficial dos debates durante o congresso.

11 K. NKRUMAH, 1962, pp. 44-45, foi por nós sublinhado para ressaltar o fato da Declaração referir-se, em sua íntegra, ao colonialismo universal, sem mencionar a África, nem uma única vez, em particular.

12 G. PADMORE, 1956, pp. 168-169.

independente. Porém alguns fatores, próprios às evoluções tratadas neste capítulo, particularmente atenuam esta dificuldade.

Em especial, a formação de um grupo africano no interior da ONU, ao final dos anos 1950, e a criação da Organização para a Unidade Africana, em 1963, foram a um só tempo sintomas e fatores da busca, pelos Estados africanos, de posições comuns sobre questões pertinentes ao continente, em seu conjunto. Todavia, este processo não se deu sem obstáculos, como são testemunhas as clivagens e as divisões surgidas no interior da OUA, as quais, por vezes, ameaçaram a sua sobrevivência. Manifestaram-se também divergências intra-africanas, menos importantes, referentes a polêmicas que colocavam em questão tanto os interesses da África, como região em desenvolvimento, quanto aqueles de outros países do Terceiro Mundo.

Esta opinião é confirmada por um minucioso estudo de G. A. Nweke que concluiu: "tanto mais as grandes potências imiscuem-se nos conflitos africanos, menos entendimento se observa entre os Estados africanos", mas, por outro lado, "a harmonização tende a ser mais robusta nas ocasiões em que os Estados africanos resistem juntos, com outros países do Terceiro Mundo, para negociarem contra as grandes potências ou os países industrializados[13]".

As inevitáveis divergências de opinião entre os Africanos sobre as ideologias, as políticas e as prioridades aplicáveis às causas do Terceiro Mundo pesaram menos, em última análise, que as suas percepções comuns a respeito dos problemas e necessidades essenciais, conduzindo a uma visão global, sobre os interesses e sobre os comportamentos africanos, que alimenta a presente análise. A notável solidariedade africana no tocante à solução dos problemas essenciais do terceiro mundo constituiu, de fato, um dos pilares seguros do movimento terceiro-mundista.

Ocorre que certas realidades objetivas da condição africana do passado e do presente são tão relevantes, em vista da situação geral do Terceiro Mundo, que elas constituem, em si mesmas, uma dimensão diferente da análise. Considerando estas realidades objetivas, trata-se de identificar as reações e as aspirações subjetivas às quais elas deram origem, estimulando a África independente a desenvolver os seus vínculos com outras regiões do Terceiro Mundo e a desempenhar o seu papel na organização da ofensiva lançada por este mesmo conjunto de países contra o *statu quo* internacional.

13 G. A. NWEKE, 1980, pp. 263 e 265.

Os vínculos da África com outras regiões do Terceiro Mundo

O afro-asianismo, como o próprio nome sugere, estabelece o ponto de partida lógico de qualquer investigação a respeito das conexões da África com outras regiões do Terceiro Mundo. Sobre este amplo pano de fundo afro-asiático delineiam-se, singular e claramente, as relações da África com o mundo árabe, caso que, como veremos, merece particular atenção. Enfim, mostrar-se-á que no despontar das interações entre a África, a América Latina e o Caribe foi assegurada uma incontestável identidade terceiro-mundista, transbordando os limites do seu núcleo afro-asiático original.

O afro-asianismo na origem do Terceiro Mundo, do espírito de Bandung à solidariedade do Terceiro Mundo

O movimento nascido antes da Primeira Guerra Mundial que conduziu, após a Segunda Guerra, "do império à nação", para retomar o título de um livro de Rupert Emerson[14], foi essencialmente um movimento "de afirmação dos povos asiáticos e africanos".

Esta crescente comunhão de interesses entre a África e a Ásia colonizadas, esporadicamente manifestada no intervalo entre as duas guerras, como é possível confirmar nos trabalhos de David Kimche[15], surgiu no imediato posterior à Segunda Guerra Mundial. Em seguida, transcendeu a experiência colonial e lançou as bases pós-coloniais do movimento terceiro-mundista. O impacto do processo de descolonização da África e da Ásia sobre a gestação desta comunhão de interesses entre as duas regiões, apresenta-se em cinco níveis.

Primeiramente, a simultaneidade das duas lutas anticolonialistas e a presença, em ambos os campos, de alguns intérpretes colonialistas determinantes (notadamente, a Inglaterra e a França), necessariamente sensibilizaram os africanos e os asiáticos para os aspectos paralelos e comuns das suas situações. Desta forma, entende-se, por exemplo, "a saudação fraternal" do quinto Congresso pan-africano de 1945, dirigida às "massas de trabalhadores da Índia" e aos "povos

14 R. EMERSON, 1962.

15 D. KIMCHE, 1973, capítulo I, pp. 1-16.

em luta da Indonésia e do Vietnã[16]", bem como os compromissos de solidariedade que ele tomou no tocante a estes países. Desta forma, compreende-se igualmente a imensa esperança depositada por este congresso em uma solidariedade afro-asiática durável, anticcolonialista e pós-colonialista.

Em segundo lugar, esta tomada de consciência, sobre as ligações existentes entre os colonizados da África e da Ásia, foi facilitada pela presença, em certas regiões da África Oriental e Meridional, sem mencionar as ilhas africanas do Oceano Índico, de grandes concentrações de populações de origem asiática, submetidas junto com as Africanas à dominação europeia. A melhor ilustração deste quadro é o racismo na África do Sul, experiência histórica prolongada que suscitou reações paralelas ou convergentes, no transcorrer do tempo, envolvendo os africanos e asiáticos, expressas tanto no interior quanto fora do continente africano.

Foi dessa maneira que Mahatma Gandhi construiu a sua política de desobediência civil, a *satyagraha*, na África do Sul, onde viveu de 1893 a 1914. Ele aplicou e refinou este método de luta durante o período de combate da comunidade indiana contra o racismo na África do Sul (1906-1913), antes de introduzi-lo na Índia, onde terminou por solapar o sistema colonial. O protesto do governo indiano perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em sua primeira sessão de 1946, contra determinadas medidas de cunho racista tomadas pelo governo da África do Sul em relação à comunidade indiana, pode ser considerado como outra importante etapa nesta longa experiência de opressão e de luta que os asiáticos e os africanos compartilharam na África do Sul.

Aliás, o quinto Congresso Pan-africano de 1945 explicitamente reconheceu esta situação comum de opressão, quando em sua resolução endereçada às Nações Unidas ele saudava o esperado protesto do governo da Índia e exigia "a justiça e a igualdade social para a comunidade indiana da África do Sul" que "suporta a discriminação da mesma forma" que os Africanos. Após dez anos, os participantes da conferência de Bandung endereçaram, com a mesma força e convicção, "a sua calorosa simpatia e o seu apoio à corajosa posição tomada pelas vítimas da discriminação racial, em particular, os povos de origem africana, indiana e paquistanesa na África do Sul".

Em terceiro lugar, como é simbolizado pelo título do ensaio de D. A. Low, *A Ásia, Espelho da Independência da África Tropical*, o anterior lançamento das lutas anticcolonialistas da Ásia e as vitórias delas resultantes, provocaram um pode-

16 G. PADMORE, 1963, p. 67.

roso efeito sobre a África, pois "as insurreições recém-ocorridas na Ásia levaram a um enfraquecimento das forças imperiais na África tropical[17]" e os africanos reforçaram a sua autoconfiança relativamente ao nacionalismo africano.

Em quarto lugar, durante ou logo após as suas lutas de liberação anticolonialistas, foram estabelecidos os laços organizacionais entre os africanos e asiáticos inimigos do imperialismo. Um primeiro exemplo disso é dado pela conferência reunida no ano de 1927, em Bruxelas, pela Liga Contra o Imperialismo e o Colonialismo à qual aderiram numerosos nacionalistas asiáticos e africanos (dentre os quais o indiano Jawaharlāl Nehru, o vietnamita Hô Chi Minh e o senegalês Lamine Senghor). Não causa admiração que o presidente indonesiano Sukarno, em seu discurso de abertura da Conferência de Bandung, em 1955, tenha evocado esta conferência de Bruxelas de 1927, como um antecedente[18], ideia defendida com rigor mais recentemente, por Kimche, para quem o encontro de Bruxelas foi "o pai da solidariedade afro-asiática, o precursor da Conferência de Bandung[19]".

Em quinto lugar, a aversão pela dominação colonial, comum aos africanos e asiáticos, não se esgotou com a conquista das suas respectivas independências políticas. Não somente os países recém-independentes colaboraram para a supressão dos vestígios do colonialismo, em todas as regiões nas quais eles subsistissem, como inclusive organizaram-se para proteger a sua recém-conquistada independência, reforçá-la e garantir o seu futuro.

Em 1950, a formação do grupo asiático-africano no interior da ONU (posteriormente rebatizado afro-asiático), a Conferência de Bandung, em 1955, e o lançamento da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, em 1957, foram os acontecimentos anunciadores e fundadores, sobre o plano afro-asiático, de um mais amplo movimento terceiro-mundista que alçou o seu voo no início dos anos 60. A análise deste movimento não pode encontrar melhor ponto de partida que a conferência de Bandung[20].

---

17 D. A. LOW, 1982, p. 28.

18 Embora admitisse que a conferência de Bruxelas (da qual participaram muitos dos delegados presentes em Bandung) tenha dado "uma nova força ao seu combate pela independência", Sukarno dedicou-se claramente a distinguir esta reunião anterior (ocorrida "em um país estrangeiro" e "convocada por necessidade") daquela de Bandung ("reunida [...] por escolha, [...] em nossa própria casa", por ex-colônias, "livres, soberanas e independentes"). Conferir o texto do discurso de Sukarno em R. ABDUL-GANI, 1981, pp. 169-180.

19 D. KINCHE, 1973, p. 5.

20 Sobre o movimento geral das relações afro-asiáticas, culminantes em Bandung, conferir G. H. JANSEN, 196; P. QUEUILLE, 1965. Para maior detalhamento sobre as origens imediatas da conferência de Bandung e sobre as suas deliberações, consultar R. ABDULGANI, 1981; A. APPADORAI, 1956; G.

Como indicado na tabela 28.3, a Conferência Afro-Asiática reunida em abril de 1955, em Bandung, sob o patrocínio de 5 Estados asiáticos (Birmânia – atual Miamar –, Ceilão – atual Shri-Lanka –, Índia, Indonésia e Paquistão), agrupou representantes de 28 países, 6 africanos e 22 asiáticos. Neste encontro, foram os seguintes objetivos aqueles fixados pelos países organizadores, descritos no comunicado de dezembro de 1954:

1. promover a boa vontade e a cooperação entre as nações da Ásia e da África, explorar e fazer valer os seus interesses próprios e comuns, estabelecer e persistir com as relações de amizade e boa vizinhança;
2. abordar os problemas e relações de ordem social, econômica e cultural dos países representados;
3. abordar os problemas de especial interesse para os povos asiáticos e africanos, notadamente aqueles referentes à soberania nacional, assim como ao racismo e ao colonialismo;
4. examinar a posição no mundo contemporâneo da Ásia, da África e dos seus povos, identificando a sua possível contribuição para a promoção da paz e da cooperação no mundo.

A identidade dos organizadores, o lugar da reunião e a variedade de participantes atribuíram à Ásia, um peso incontestavelmente preponderante em Bandung. A insuficiência da representação africana explica-se, nesta ocasião, pelo número excessivamente fraco de países africanos independentes. Aliás, as condições exigidas para a participação foram abrandadas para permitirem a recepção de duas colônias africanas – o Sudão e a Costa do Ouro (atual Gana) – que recém haviam conquistado a sua independência, concessão sem a qual a presença africana teria sido ainda menor – quatro países ao invés de seis. Certas deliberações tendenciosas da conferência reduziram drasticamente a representação africana, considerando novos membros "africanos" apenas três participantes (Etiópia, Costa do Ouro, Libéria) e classificando os outros três (Egito, Líbia, Sudão) em um continente exclusivamente "árabe"[21].

M. KAHIN, 1956; D. KIMCHE, 1973, capítulos 3-4, pp. 29-79.

21 Esta descrição falaciosa da representação africana em Bandung aparece, por exemplo, em R. ABDULGANI, 1981, p. 39; G. H. JANSEN, 1966, p. 223; e D. KIMCHE, 1973, pp. 238 e 248 (nota 1), o qual retoma a sua formulação inicial citando três representantes africanos, mencionando tratar-se de "três Estados africanos situados ao sul do Saara". Evidentemente, eis aqui um assunto interessante a respeito da historiografia africana, a qual desde muito tempo hesitava em definir o lugar da África do Norte na análise geral do continente africano.

TABELA 28.3 PAÍSES PARTICIPANTES DA CONFERÊNCIA AFRO-ASIÁTICA DE BANDUNG, REALIZADA NA INDONÉSIA DE 18 A 24 DE ABRIL DE 1955

Países da Ásia (22)[1]			Países da África (6)[2]
Afeganistão	Indonésia*	Paquistão	Egito
Arábia Saudita	Iraque	Síria	Etiópia
Birmânia*	Japão	Tailândia	Costa do Ouro
Camboja	Jordânia	Turquia	Libéria
Ceilão*	Laos	Vietnã (Norte)	Líbia
China (República Popular da)	Líbano	Vietnã (Sula)	Sudão
Índia*	Nepal	Iêmen	

*País organizador

1. Após ter deliberado para determinar sobre a conveniência de convidar os outros Estados independentes da Ásia (Israel, Mongólia, Coreia do Norte, Coreia do Sul), os cinco organizadores decidiram, caso a caso, por não fazê-lo, em razão de diversas complicações políticas que a participação destes países poderia criar. Uma vez admitida a ideia de convidar a República Popular da China, estava excluído o convite a Taiwan.

2. A representação africana compreendia dois países não independentes, embora gozando de autonomia interna, a Costa do Ouro (que se tornaria Gana independente em 1957) e o Sudão (que alcançaria a independência em 1956). A Federação da África Central (incluindo à época as duas Rodésias e a Niassalândia), embora governada por uma minoria branca, fora convidada, mas recusou o convite. A África do Sul não foi convidada.

No entanto, a presença e a influência da África em Bandung foram menos insignificantes do que suscitaria levar a crer a sua representação numérica. Primeiramente, é necessário considerar "a contribuição decisiva" do egípcio Gamal 'Abd al-Nasser nos trabalhos dos comitês de redação, conduzindo inclusive um autor a apresentá-lo como "o herói de Bandung[22]". Graças à tal estatura assumida em Bandung, al-Nasser pôde, rapidamente, assumir importante papel entre os grandes idealizadores e dirigentes de um movimento terceiro-mundista, nessa ocasião, em pleno vigor do seu surgimento.

Em segundo lugar, a marca deixada pela África nos debates de Bandung é notável, em virtude da importância atribuída aos problemas ligados aos direitos humanos, à autodeterminação no continente e, em particular, àqueles relativos ao racismo institucionalizado. Por exemplo, o documento final da conferência

22 G. H. JANSEN, 1966, p. 223. Conferir igualmente R. ABDULGANI, 1981, pp. 48 e 160-161, acerca do importante papel de al-Nasser, na qualidade de presidente da sessão consagrada à coexistência pacífica. Ele soube então atenuar as sérias divergências suscitadas por esta questão, "a mais complicada da conferência", e propor um texto de compromisso – considerado pelo primeiro-ministro indiano Nehru como "a mais importante declaração da conferência", J. NEHRU, 1964, p. 21.

aborda, em duas ocasiões, a evolução da situação colonial na Argélia, no Marrocos e na Tunísia; a discriminação racial na África é citada, de modo geral, a propósito da supressão pelos regimes coloniais das culturas nacionais dos povos subjugados; e, finalmente, a discriminação racial na África do Sul é assinalada como um caso especial de violação dos direitos humanos.

Além das resoluções sobre "a cooperação cultural", "os direitos humanos e a autodeterminação" e "os problemas dos povos subjugados", concernentes aos exemplos precedentes, o documento contém outras resoluções fundamentais sobre "a cooperação econômica" e sobre "a promoção da paz e a colaboração no mundo", este último tema foi objeto de uma declaração em separado:

"Bandung apresentou-se, essencialmente, como uma celebração da onda de independência que, tendo varrido toda a Ásia, voltava-se então sobre a África. Em si, o ato de reunir a primeira geração de líderes nacionalistas criou o sentimento, completamente inédito, correlato à mutação em curso e às potencialidades do Terceiro Mundo. Bandung tornou-se, desde então, o símbolo de um alvo a ser atingido [e] estabeleceu os dois princípios que permaneceram os fundamentos da solidariedade do Terceiro Mundo, a descolonização e o desenvolvimento econômico[23]."

O espírito de Bandung, mais importante expressão organizada do afro-asianismo, concedeu naquele momento um novo impulso a outras iniciativas paralelas (como o grupo afro-asiático nas Nações Unidas) e inspirou o lançamento de outros movimentos (como a Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos).

O grupo asiático-africano foi constituído, durante a crise da Coreia, na Assembleia Geral da ONU em dezembro de 1950 e continuou a reunir-se informalmente a partir daquela data. Logo após a Conferência de Bandung e a crise de Suez de 1956 (durante a qual, temporariamente, a Inglaterra, a França e Israel ocuparam o canal de Suez, recém-nacionalizado pelo presidente al-Nasser), o grupo adquiriu coesão e permanência suficientes a ponto de ser reconhecido mais oficialmente. Em 1960, o grupo asiático-africano tomou o nome de afro-asiático, mudando a denominação que "denotava a influência crescente da África em seu interior[24]".

Como se pode depreender da tabela 28.1, este crescimento da influência africana coincidiu com o notável avanço numérico dos membros africanos nas Nações Unidas, após 1959 o ponto crítico de inflexão situou-se em 1960,

23 R. A. MORTIMER, 1980, p. 9.

24 D. KAY, 1970, p. 26.

quando, pela primeira vez, a representação africana ultrapassou numericamente aquela dos países asiáticos e latino-americanos, com a chegada de 16 Estados africanos recém-independentes.

A influência do grupo afro-asiático sobre todo um conjunto de questões tratadas pela ONU no transcorrer das décadas de 1950 e 1960, foi analisada detalhadamente por D. N. Sharma[25]. Sob esta ótica, coincidente com a nossa, será observada com particular interesse a atividade por ele desenvolvidas nos vinte primeiros anos da sua existência, intuindo levar dois domínios, considerados relevantes pelos Estados africanos, ao campo das preocupações e ações da ONU: o problema geral da descolonização (objeto de um estudo muito completo por Y. El-Ayoury[26]) e a problemática específica do racismo combinado ao colonialismo na África Austral[27].

A adoção pela Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 1960, da histórica Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e aos Povos Coloniais[28], apoiada por quarenta e três Estados afro-asiáticos, marcou, de forma espetacular, a entrada em cena deste grupo afro-asiático junto às Nações Unidas, recentemente reorganizado e consolidado. Proclamando "a necessidade de impor um termo ao colonialismo em todas as suas formas e manifestações, em curto espaço de tempo e de modo incondicional", a Declaração, em linguagem carregada de reminiscências das posições anticolonialistas adotadas no quinto Congresso Pan-africano de 1945 e da Conferência dos Estados Africanos Independentes de 1958[29], condenava o colonialismo, caracterizando-o como uma negação dos direitos humanos fundamentais e um obstáculo à promoção da paz e à cooperação no mundo e, estipulava que "medidas imediatas" deveriam

25 D. N. SHARMA, 1969.

26 Y EL-AYOUTY, 1971. Conferir igualmente D. KAY, 1970, capítulo 6, pp. 146-180; D. N. SHARMA, 1969, capítulo 6, pp. 196-256.

27 M. EL-KHAWAS, 1971; D. KAY, 1970, pp. 54-80; D. N. SHARMA, 1969, capítulo 7, pp. 257-303.

28 Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral da ONU adotada em 14 de dezembro de 1960, por 89 votos a favor, nenhum em contrário e 9 abstenções (Austrália, Bélgica, França, República Dominicana, Portugal, Espanha, África do Sul, Inglaterra e Estados Unidos da América).

29 A Declaração do Quinto Congresso Pan-africano aos Povos Colonizados do Mundo afirma que "Todas as colônias deveriam ser libertadas do domínio imperialista"; o comunicado da Conferência afro-asiática declara que "O colonialismo, em todos os seus aspectos, constitui um mal ao qual se deve necessariamente impor um termo, sem mais delongas"; a primeira Conferência dos Estados Africanos Independentes, ocorrida em Accra no ano subsequente à independência do Gana (reunindo a Etiópia, Gana, Libéria, Líbia, Marrocos, Sudão, Tunísia e a República Árabe Unida), condenou o colonialismo como "uma ameaça [...] à paz mundial" e pediu que fossem tomadas "medidas rápidas", dentre elas a fixação de uma "data precisa", em cada caso, para acabar com o regime colonialista.

ser tomadas "para transferir todos os poderes aos povos que vivessem sob o jugo do colonialismo".

A adoção da Declaração aconteceu, do modo relativamente lógico, após a entrada de dezesseis novos Estados membros africanos, com uma antecedência de aproximadamente três meses, acontecimento que fortaleceu, singularmente, a presença e a influência afro-asiáticas no interior da organização internacional. A Declaração vinha em boa época, pois, em torno de 1960, o colonialismo, quase extirpado da Ásia, ainda reinava em muitas regiões da África.

A determinação dos africanos e dos asiáticos em ditarem a ideologia da ONU e institucionalizarem o seu engajamento anticolonialista e, portanto, as suas atividades ulteriores, conduziu, no ano seguinte, à adoção de uma resolução de acompanhamento pela Assembleia Geral da ONU, criando um Comitê especial encarregado de supervisionar a aplicação da Declaração de 1960[30].

Igualmente e a partir do início dos anos 1960, a questão do racismo, combinada ao colonialismo na África Austral, adquiriu maior dimensão no âmbito das atividades das Nações Unidas, graças a uma intensificação da pressão afro-asiática. Chegara o momento de retomar e desenvolver as iniciativas afro-asiáticas anteriores, cujo início remontava à primeira seção da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1946.

Na realidade e pela primeira vez, a ONU interessara-se em 1946 pela política racial da África do Sul, dois anos antes que o National Party, organização representante do nacionalismo africânder, tenha oficialmente instaurado o *apartheid*, após a sua vitória nas eleições de 1948. O problema fora abordado por ocasião de um protesto do governo da Índia – país cuja independência política não seria alcançada senão em 1947, mas, contudo, aceito como membro-fundador das Nações Unidas em 1945 – contra a recente promulgação, pelo governo sul-africano, de uma legislação discriminatória visando, expressamente, os sul-africanos de origem indiana. A Índia foi seguida, em 1947, pelo Paquistão (país desde anteriormente membro da ONU, cuja conquista da independência processara-se de modo autônomo) e, graças à ação desses dois Estados asiáticos, a questão fora introduzida na pauta das Nações Unidas. Paralelamente, treze Estados-membros afro-asiáticos (Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Egito, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Líbano, Paquistão, Filipinas, Síria e Iêmen) impuseram a inserção, na ordem do dia da Assembleia Geral, em 1952, da questão

30 Resolução 1654 (XVI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, adotada em 27 de novembro de 1961, por 97 votos favoráveis, nenhum em contrário e 4 abstenções (França, África do Sul, Espanha e Grã-Bretanha) e 1 não participante (Portugal).

mais geral e relativa aos conflitos suscitados pelo regime do *apartheid*, na ocasião já estabelecido há quatro anos.

Malgrado as reservas iniciais e a franca oposição de certas potências ocidentais, aos olhos das quais estas questões concerniam a "assuntos internos" e não deviam ser conduzidas perante as Nações Unidas, as condições para uma condenação de mais e mais vigorosa do *apartheid* estavam reunidas nos anos 1950 e uma convergência das duas iniciativas afro-asiáticas preparava a investida legal que a ONU lançaria contra o *apartheid*, no início dos anos 1960.

Conjugada, por via de regra, a múltiplas iniciativas dos países afro-asiáticos e do Terceiro Mundo, em respeito aos problemas da África Austral, a ação do grupo de pressão afro-asiático, no auge da sua notoriedade e da sua influência, durante os anos 1960, catalisou várias importantes iniciativas institucionais das Nações Unidas.

Assim sendo, em 1963, o Conselho de Segurança estabeleceu um embargo voluntário aos fornecimentos de armas para o governo da África do Sul (medida posteriormente reforçada e tornada obrigatória a partir de 1977). Em 1966, ele deliberou sanções obrigatórias, primeiramente seletivas, em seguida gerais a partir de 1968, contra o regime minoritário e racista da Rodésia, o qual declarara, unilateralmente, a sua independência em relação à Grã-Bretanha, em 1965 – disposição esta que provocou o desencadeamento de uma luta de libertação, em função da qual, em 1980, nasceu o Zimbábue independente, governado por africanos.

A questão do sudoeste africano representou um terceiro exemplo acerca da influência do grupo afro-asiático. Em virtude da sua ação, a Assembleia Geral da ONU decidiu, em 1966, impor um termo ao mandato da Sociedade das Nações sobre este país, como consequência da prolongada inoperância da África do Sul no tocante às suas responsabilidades de tutela; em 1968, ela atribuiu ao país o nome Namíbia e, em 1970, o Conselho de Segurança declarou ilegal a ocupação deste último país pela África do Sul, exigindo a sua extinção. Decisões confirmadas, em 1971, pela Corte Internacional de Justiça. Acrescentemos enfim, ao elenco das ações do grupo afro-asiático, a criação pela Assembleia Geral, em 1962, do Comitê Especial contra o *apartheid*, encarregado de supervisionar a política racial da África do Sul.

A Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (OSPAA), criada no Cairo em 1957, constitui outra importante expressão institucional da corrente afro-asiática, originada a partir da experiência de Bandung[31]. Vigorosamente

31 Para um estudo detalhado da OSPAA, conferir D. KIMCHE, 1968 e 1973, capítulos 7-10, pp.126-213.

apoiava pela União Soviética e pela República Popular da China, a OSPAA reunia diversos grupos de interesses complementares, ao menos inicialmente, dos mundos afro-asiático e socialista.

O nacionalismo afro-asiático radical superou a influência do socialismo internacional no seio da OSPAA, sobretudo porque "Nasser pretendia que os órgãos dirigentes da organização permanecessem em mãos egípcias[32]". Ademais, como sugere a escolha das sedes para as atividades destas quatro conferências plenárias (Egito em 1957, Guiné em 1960, Tanzânia em 1963, Gana em 1965), "os Estados africanos radicais representavam a mais sólida base de apoio para a OSPAA[33]".

Esta organização permitiu a al-Nasser reforçar a sua posição, como figura de proa do afro-asianismo, e concedeu-lhe a oportunidade de aparecer na qualidade de um dos grandes arquitetos de um mais amplo movimento terceiro-mundista. Aqui consistiu um dos importantes aspectos referentes ao papel desta organização não governamental cuja ação, paralela àquela dos Estados afro-asiáticos, visava estabelecer certo grau de solidariedade entre os países envolvidos; a este respeito, ela contribuiu, nos seus primórdios, para ampliar o rol das causas afro-asiáticas, levando-as ao amplo reconhecimento. Desta forma, além do fato de ela oferecer um fórum de discussões para todo tipo de grupos e movimentos políticos, independentes de qualquer estrutura governamental, a OSPAA organizou, entre 1957 e 1965, numerosas conferências, reunindo especialistas afro-asiáticos, expertos em esferas tão diversas quanto a medicina, o direito, o jornalismo, a produção literária, a economia, a proteção social, o desenvolvimento rural e militantes em questões referentes às mulheres e à juventude.

A OSPAA começou a perder a sua influência em meados dos anos 1960, em seguida, ela representava, durante os anos 1970, não mais que a sombra de si mesma, especialmente em razão do efeito desestabilizador causado, em sua dinâmica interna, pela rivalidade sino-soviética. Porém, ela assegurara a perenidade da sua herança; primeiramente, ao ajudar o movimento terceiro-mundista a se desenvolver a partir do afro-asianismo, durante o delicado período de formação deste último; posteriormente, garantindo, diretamente, a transição entre os dois movimentos, graças à sua contribuição para a criação de uma entidade paralela, a Organização de Solidariedade dos Povos da África, da Ásia e da América Latina (sobretudo conhecida pela denominação Organização de Solidariedade Tricontinental), fundada em Havana (Cuba), em 1966.

32 R. A. MORTIMER, 1980, p. 10.

33 Ibid., p. 11.

Cabe sublinhar a importância de um aspecto do afro-asianismo em formação. Trata-se da especial relação mantida entre a Índia e a África, já mencionada várias vezes durante a nossa análise[34]. Ela explica-se através da influência exercida pelo movimento pela independência da Índia sobre o nacionalismo africano, em função da qual os militantes africanos inspiraram-se, especialmente no plano organizacional, nas lutas anticoloniais travadas pelo Congresso Nacional Indiano, por Mahatma Gandhi e Jawaharlāl Nehru.

A influência de Nehru, naquilo que diz respeito à consolidação dos interesses e laços mútuos na era pós-colonial, foi sobremaneira marcada, em suplemento, pela sua profunda compreensão pessoal acerca dos problemas políticos e raciais africanos – em seu conjunto e por ele denominados, na conferência de Bandung, "o drama infinito da África", retomando nestes termos um tema por ele já abordado na Asian Relations Conference [Conferência sobre as Relações Asiáticas], organizada na capital Nova Déli em 1947, durante a qual ele mencionara "os nossos irmãos que sofrem na África" e "a especial responsabilidade", cabível à Ásia, concernente em ajudar a África em sua luta pela liberdade.

Concretamente, Nehru prometeu a criação de espaços institucionais nos quais se expressaram e consolidaram-se os interesses mútuos da Índia e da África. Ele desempenhou este papel, no movimento afro-asiático, durante os anos 1950, em cujo representou a ponta-de-lança entre os seus líderes, tanto quanto se manifestou a sua proeminência no bojo do movimento terceiro-mundista, no início dos anos 1960, em favor do qual contribuiu para a sua emergência. Assim como, no seio da Commonwealth britânica, cuja transformação em nova Commonwealth multirracial, deve-se, em justa medida, à sua dedicação.

Como observamos anteriormente, em certas regiões da África, a existência de comunidades de ascendência indiana alimentou este sentimento característico de uma relação especial. Notamos como, no caso sul-africano, este elemento fortaleceu os laços de solidariedade entre a Índia e a África, ambas interessadas em ver eliminado o *apartheid*; este regime conduziu a Índia a ser o primeiro país do mundo a romper as suas relações diplomáticas e econômicas com a África do Sul. Eventualmente, se momentos de tensão tiveram lugar nas relações entre

34 Sobre a relação especial da Índia com a Àfrica, consultar Indian National Congress, 1976; Indian Council for Africa, 1967; A. A. MAZRUI, 1977, pp. 114-129; J. NEHRU, 1964; R. L. PARK, 1965 ; R. R. RAMCHANDANI (org.), 1980; M. J. ZINS, 1983.

asiáticos e africanos, em certas regiões da África do Leste[35], isto não provocou a deterioração dos intercâmbios entre os países em questão e a Índia.

Se, na segunda metade do anos 1960, esta relação especial pôde aparentemente distender-se, esta progressão deve-se, justamente, às grandes transformações advindas ao sistema internacional e não, a razões intrínsecas. Uma das causas foi o declínio da influência da Índia no espectro terceiro-mundista, com maior ênfase após a morte de Nehru, ocorrida em 1964. Mas, como bem observou Ali Mazrui, "não se estabelecera exatamente um declínio absoluto, porém e mais precisamente, tratava-se do retorno da estatura da Índia a níveis mais adequados ao quadro terceiro-mundista", após o "excepcional grau de influência diplomática e política" alcançado sob Nehru[36].

Inversamente, na justa medida que se diversificavam e dispersavam-se os centros de influência de maior importância do Terceiro Mundo, dentre os quais, alguns no continente africano, a preponderância anterior da relação Índia-África era afetada. Entretanto, se por um lado esta relação teve, ao que tudo indica no transcorrer dos anos 1960, menor dimensão política e diplomática, comparativamente ao passado, os laços ampliaram-se, na realidade, sob outras formas menos espetaculares, notadamente através de uma crescente cooperação econômica e técnica, bem como, graças a um desenvolvimento dos intercâmbios culturais e educativos.

Em 1976, a publicação pelo Congresso Nacional Indiano de um livro de 132 páginas, *India and the African liberation struggle* [A Índia e a luta da África pela sua libertação], retraçando, do Mahatma Gandhi a Indira Gandhi (então primeira-ministra), a sequência ininterrupta das tomadas de posição política e das intervenções militares em favor da libertação da África, suscita considerar que este sentimento, próprio a uma relação especial, conservava na ocasião uma forte conotação ideológica.

As análises sobre o afro-asianismo tendem a apresentar os meados dos anos 1960 como o período do "declínio do movimento afro-asiático[37]", da "queda

35 Consultar R. R. RAMCHANDANI (org.), 1980, pp. 171-194. Em seu ensaio, "Indians in East Africa: past experiences and future prospects", Ramchandani expõe de modo convincente que os ocasionais atritos entre africanos e asiáticos na África do Leste inscrevem-se no quadro dos hábitos e costumes, bem como das estruturas socioeconômicas e sociorraciais, essencialmente imputáveis às modalidades coloniais do desenvolvimento.

36 A. A. MAZRUI, 1977, p. 120.

37 D. KIMCHE, 1973, pp. 250-262.

do afro-asianismo[38]", ou ainda, como aqueles anos nos quais "o afro-asianismo encontra-se, efetivamente, morto[39]".

O fracasso da tentativa realizada em 1965, com vistas a reunir uma segunda conferência afro-asiática, como desdobramento de Bandung, é muito amiúde citado como, a um só tempo, a causa primordial e a consequência deste declínio ou desta queda, cabendo à perda de influência da OSPAA, a partir do final da década de 1960, tema abordado logo anteriormente, contribuir para esta evolução[40]. Ademais, o grupo afro-asiático junto às Nações Unidas efetivamente cessou as suas atividades durante os anos 1970.

O revés de Bandung II explica-se, notadamente, pela importância que haviam adquirido o Movimento dos Não Alinhados, cujas duas primeiras conferências se haviam reproduzido nas cúpulas de 1961 e 1964 (tabela 28.4), e o Grupo dos Setenta e Sete, formado em 1964 (tabela 28.5). Justamente em função deste contexto, subjaz a compreensão da reação do presidente do Senegal, Léopold Sédar Senghor, quem, interrogado em maio de 1965 sobre a possibilidade de uma segunda conferência afro-asiática, à época ainda defendida por fervorosos partidários, declarou: "Naquilo que me diz respeito, eu acredito que o afro--asianismo está superado, pois esta forma de solidariedade deve ser estendida à América Latina, em particular, e ao Terceiro Mundo, em geral[41]."

O lançamento da Organização de Solidariedade Tricontinental, sob os auspícios da OSPAA, em Havana, no ano 1966, constituiu outro marco no tocante à extensão do afro-asianismo, o movimento ultrapassava as suas fronteiras geográficas rumo à construção da identidade de um mais vasto Terceiro Mundo. O grupo afro-asiático findou, igualmente, por reduzir-se ao supérfluo, em razão da crescente mobilização do Grupo dos Setenta e Sete, bem como, pelas circunstâncias dos anos 1970, durante os quais a ação do Movimento dos Não Alinhados, sobretudo em prol de uma nova ordem econômica internacional, principal objeto das preocupações terceiro-mundistas, se ter diretamente processado no âmbito do sistema das Nações Unidas[42].

A aparente incapacidade do afro-asianismo em sobreviver, como movimento, consiste em um reflexo proporcional ao seu êxito como catalisador e fundador

38 R. A. MORTIMER, 1980, pp. 18-22.

39 P. WILLETTS, 1978, p. 15.

40 R. A. MORTIMER, 1980, pp. 20-22; F. B. WEINSTEIN, 1965.

41 Citado em Africa Diary, 19-25 junho de 1965, p. 2386.

42 K. P SAUVANT, 1981, p. 112, tabela 12, oferece um relatório estatístico acerca da crescente frequência das reuniões dos dois grupos no seio do sistema das Nações Unidas, entre 1965 e 1979.

de um agrupamento terceiro-mundista muito mais amplo, equação esta inclusive reconhecida por alguns autores que sublinham o seu declínio. Em lugar de queda, melhor seria portanto considerar uma transformação do afro-asianismo.

A África e o mundo árabe: aspectos de uma relação especial

De 7 a 9 de março de 1977, foi organizada no Cairo a primeira Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da OUA e da Liga Árabe. Segundo os termos do relatório oficial, os cinquenta e nove países africanos e árabes representados estavam reunidos para consolidar a cooperação árabo-africana (também denominada africano-árabe)[43].

Sob a ótica da nossa análise, esta reunião, oficialmente apresentada como uma conferência de cúpula "árabo-africana", reveste-se de um triplo significado. Primeiramente, ela constitui uma inovação, assinalando a este respeito que, durante os anos 1970, produziu-se uma ampliação e um aprofundamento, sem precedentes, nas relações políticas e econômicas entre o mundo africano e o mundo árabe. Em segundo lugar, estas evoluções apoiaram-se em uma elevação no nível de consciência referente à solidariedade no Terceiro Mundo, fenômeno característico da década de 1970, além de terem sido influenciadas pelo espírito do afro-asianismo, ele próprio alimentado por uma dualidade, formada pelo mundo africano e pelo mundo árabe, abordada de modo crítico.

A terceira razão refere-se a definições e a uma terminologia, as quais convém abordar no imediato. Em virtude de certo número de Estados serem, a um só tempo, africanos e árabes, a situação caracteriza-se por todo tipo de sobreposições e fusões, excluindo-se as definições regionais nitidamente delimitadas ou mutuamente exclusivas. Este fenômeno é o cerne de uma relação especial entre o mundo africano e o mundo árabe, cujas diferenciações de ordem terminológica – por exemplo, aquelas adotadas pela conferência árabo-africana de 1977 – devem ser compreendidas à luz das considerações precedentes.

O elenco dos fatores determinantes desta relação especial surge, nitidamente, nesta declaração dos participantes à conferência de 1977, os quais se afirmavam "profundamente conscientes da multiplicidade dos nossos laços e interesses, dos fatores geográficos, históricos e culturais, da vontade em desenvolvermos a

43 C. LEGUM, 1977.

FIGURA 28.1 Conferência da Liga Árabe e da Organização para a Unidade Africana, no Cairo em 1977. (Foto: Magnum, Paris. Photo: Abbas.)

cooperação nas esferas política, econômica e social, assim como dos imperativos da nossa luta comum contra todas as formas de dominação e exploração".

Se, a partir dos anos 1950, as mudanças ocorridas nos cenários nacionais, regionais e mundial, favoreceram, por sua vez, o anseio de se estabelecer significativos laços políticos, econômicos e sociais, em favor do progresso e do desenvolvimento mútuos, em contrapartida, alguns fatores, neste contexto predispostos e devidos à vizinhança geográfica, a antigas relações datadas de mais de doze séculos, assim como a fusões demográficas e culturais de grande amplitude, concederam uma particular relevância a este urgente imperativo.

A título de exemplo, ao menos 60% (ou até 80%, segundo algumas estimativas) da população árabe mundial reside no continente africano. Estima-se que um terço dos povos africanos seja muçulmano; os muçulmanos seriam largamente majoritários, não somente na África do Norte, mas, igualmente, em nove países ao sul do Saara (Comores, Djibuti, Gâmbia, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal e Somália), eles representariam um importante componente em outros dois (Nigéria e Tchade) e constituiriam expressivas minorias, ao menos 25% da população, em sete países (Burkina Fasso, Camarões, Costa do Marfim, Etiópia, Guiné-Bissau, Serra-Leoa e Tanzânia). Esta simbiose cultural

manifesta-se, em suplemento, no domínio linguístico pois, o árabe, o kiswahili e o haussa, "as línguas não europeias mais importantes do continente africano, [...] foram profundamente influenciadas pelo islã[44]".

Estes laços, simultaneamente demográficos e culturais, encontram a sua expressão na estrutura de certas organizações internacionais. A Liga dos Estados Árabes, mais conhecida como Liga Árabe, não agregava em 1945, entre os seus oito membros-fundadores, senão um Estado africano (o Egito); em 1980, 9 dentre os 22 membros da Liga eram africanos, dos quais três países não árabes, mas majoritariamente muçulmanos (Djibuti, Mauritânia e Somália). Do mesmo modo, os 50 membros da OUA, em 1980, compreendiam 9 Estados da Liga Árabe. A Organização da Conferência Islâmica, mais importante organismo intergovernamental islâmico, fundada em 1971, contava 42 membros em 1980, cuja metade exata pertencia ao continente africano.

O perfil desta especial relação entre os mundos africano e árabe foi assaz precisado em diversos estudos[45], a ponto de permitir apresentar-lhe os seus aspectos essenciais. No curso histórico desta relação, os anos 1950 viram emergir numerosos e convergentes interesses políticos, sobretudo em respeito às questões relativas ao anticolonialismo e ao não alinhamento.

A intensificação das lutas pela descolonização na África do Norte, no imediato Pós-Guerra, antecessoras das suas correlatas ao sul do Saara, desempenhou um papel essencial no processo de amadurecimento destes laços. Estes últimos desenvolveram-se durante uma descolonização que se alastrava por todo o continente, sobretudo, em razão do brutal e prolongado conflito colonial na Argélia – questão originalmente levada às Nações Unidas pela Arábia Saudita, em 1955 – e da intransigência dos regimes coloniais e racistas da África Austral.

A partir da criação do Estado de Israel, em 1948, ao preço da expulsão de numerosos palestinos, o conceito relativo ao não alinhamento exerceu crescente atração no mundo árabe, o qual considerava sacrificados os seus interesses no seio da política das grandes potências[46]. Inclusive nos mais conservadores e pró-ocidentais Estados árabes do Oriente Médio, a nova lógica das relações

---

44 Z. CERVENKA, 1977, capítulo 9, pp. 156-175; E. C. CHIBWE, 1977; V. T. LE VINE e T. W. LUKE, 1979; A. A. MAZRUI, 1975c e 1977, capítulo 7, pp. 130-155; G. NICOLAS, 1978; G. A. NWEKE, 1980, capítulo 10, pp. 214-234.

45 F. A. SAYEGH (org.), 1964.

46 O Egito e a Síria uniram-se em 1958 e adotaram o nome República Árabe Unida. Esta união foi rompida em 1961 com a retirada da Síria, mas o Egito conservou oficialmente a denominação até 1971, data na qual ele adotou o nome República Árabe do Egito. Nós empregamos aqui o nome "Egito", salvo em casos pontuais quando se deve antes empregar a nomenclatura "República Árabe Unida".

internacionais na região impunha a preservação de certo distanciamento ideológico, tanto frente ao Oeste quanto a Leste. No longo prazo, a filosofia do não alinhamento veio reforçar a convergência de interesses dos mundos árabe e africano, ambos preocupados com um possível questionamento dos seus interesses externos.

O amadurecimento destes laços foi marcado pela determinante influência do Egito – denominado República Árabe Unida entre 1958 e 1971[47] –, sobretudo após a revolução de 1952 que derrubou a monarquia e atingiu o seu ápice quando al-Nasser assumiu plenos poderes em 1954. Anteriormente a 1952, o Egito começara a desempenhar um papel, em princípio modesto, lançando pontes entre a África e os mundos árabe e asiático, ele foi, por exemplo, o único Estado africano a participar, junto a onze Estados da Ásia, da fundação do grupo *ad hoc* asiático-africano na ONU, em 1950. Mas, sob al-Nasser, a militância egípcia sofreu uma caracterizada mudança de ritmo que a conduziu a abraçar e conjugar os três círculos – o "círculo árabe", o "círculo africano" e o "círculo dos nossos irmãos no islã" – que al-Nasser, em sua *Philosophie de la révolution*, publicado em 1954, situava como núcleo da identidade egípcia. A crescente influência de al-Nasser, na política de libertação pan-africana e panárabe, conferiu-lhe a motivação e a imagem adequadas para atingir uma excepcional proeminência, na qualidade de fundador do Movimento dos Não Alinhados, base política do Terceiro Mundo[48].

Iniciada com a conquista da independência de Gana em 1957, a saída de cena do colonialismo na África subsaariana abriu as portas para a expressão de uma vontade interafricana mais orquestrada, visando estabelecer significativos laços pan-africanos através do Saara, prioridade reconhecida tanto por al-Nasser quanto por Nkrumah, a qual naturalmente desdobrar-se-ia em uma noção mais ampla, relativa à solidariedade dos africanos e dos árabes no cenário mundial.

A criação da OUA, em 1963, deu origem a uma organização regional africana paralela à Liga Árabe, completando-a sob muitos aspectos. Os dois organismos possuíam alguns membros comuns e compartilhavam a característica de serem "as primeiras organizações [regionais] criadas e dirigidas pelas nações pobres, para as nações pobres do mundo". A Liga Árabe, "núcleo do grupo afro-

47 Em respeito à política externa entre África e Egito à época de al-Nasser (1952-1970), conferir T. Y. ISMAEL, 1971; A. B. SAWANT, 1981.

48 B. BOUTROS-GHALI, 1975, p. 60.

-asiático" durante os anos 1950, encontrava-se fortalecida pela OUA quando ela "começava a perder o seu dinamismo juvenil[49]".

Entretanto, o maior problema colocado para a Liga Árabe, a saber, a presença e a política de Israel, foi durante os primeiros anos dissociado da política da OUA, malgrado esforços dos seus membros pertencentes à Liga Árabe, relativos a levarem as duas organizações a adotarem uma posição única. Este quadro devia-se à existência de estreitos laços econômicos e, por vezes, militares entre numerosos Estados recém-independentes da África subsaariana e Israel, país que empreendera a este efeito grandes esforços diplomáticos. Ademais, a maioria dos Estados-membros da Organização julgava que a crise no Oriente Médio, não consistindo em um problema propriamente africano, não era da competência da OUA.

Todavia, a posição da OUA modificou-se sensivelmente após a Guerra dos Seis Dias que, em 1967, acarretou a ocupação de territórios árabes por Israel, dentre os quais a Península do Sinai. Protestos africanos progressivamente mais frequentes elevaram-se em condenação à política de Israel e, em 1971, o novo passo foi dado quando a oitava conferência de cúpula da OUA afirmou, pela primeira vez, que "o prosseguimento da ocupação israelense constituiria uma séria ameaça à paz no continente africano". Simultaneamente, a OUA criava um comitê de mediação cuja função seria, antes e sobretudo, atuar como intermediário entre o Egito e Israel, porém, o seu fracasso, atribuído pelo seu presidente, Léopold Sédar Senghor, à intransigência israelense, teve como efeito aumentar o apoio à causa árabe[50].

Em outubro de 1973, por ocasião de uma extraordinária reviravolta da situação, dezessete Estados subsaarianos romperam as suas relações diplomáticas com Israel e quatro outros procederam à sua imagem em novembro, de tal modo que ao final de 1973, somente quatro Estados-membros da OUA – Malaui, Lesoto, Suazilândia, Ilhas Maurício – conservavam relações diplomáticas com Israel.

Para melhor compreender esses acontecimentos do final de 1973, é necessário lembrar que: antes de 1967, todos os Estados-membros da OUA, salvo aqueles que igualmente pertenciam à Liga Árabe, mantinham relações diplomáticas com Israel; no imediato posterior à Guerra dos Seis Dias, unicamente um Estado africano (a Guiné) as tinha rompido; e nada mudara este cenário antes que uma nítida reviravolta não se manifestasse na diplomacia africana, durante

49 Y. EL-AYOURY, 1975a.

50 V. T. LE VINE e T. W. LUKE, 1979, pp. 9-18.

os dezoito meses precedentes a outubro de 1973, no decorrer dos quais sete novos Estados africanos romperam as suas relações com Israel.

Três acontecimentos da maior importância, advindos em 1973, prepararam a reviravolta diplomática de outubro. Dois destes exemplos eram consequências da solidariedade afro-árabo-terceiro-mundista: a reunião, em maio, da Conferência de Cúpula, marcando o décimo aniversário da OUA, em Addis-Abeba, e a quarta Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não Alinhados, realizada em Argel, no mês de setembro. Estas duas reuniões constituíram importantes tribunas para a harmonização das estratégias diplomáticas árabo-afro-terceiro-mundistas.

Nestas duas ocasiões, o presidente argelino Boumediene exerceu excepcional influência. Ele representou a voz da diplomacia árabe no seio da OUA, logrando mostrar parentesco entre as lutas de libertação do Oriente Médio e aquelas da África Austral. A sua análise era corroborada pela existência de relações militares e econômicas progressivamente mais estreitas, entre Israel e a África do Sul do *apartheid*, oferecendo um motivo relevante para a consolidação de uma importante divergência de interesses entre a África e Israel. Por outro lado, na qualidade de presidente da quarta Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados, ele colocou todo o seu prestígio e toda a sua influência em prol do fortalecimento da aliança entre os interesses pan-africanos, panárabes e terceiro-mundistas.

O último acontecimento determinante para as rupturas diplomáticas de outubro de 1976 foi a guerra que opôs, de 6 a 24 de outubro, por um lado, o Egito e a Síria, e por outro Israel. O ponto de inflexão foi atingido no momento do avanço empreendido, pelo exército israelense, em território egípcio, mais importante invasão ocorrida até então, permitindo a inédita ocupação de terras situadas ao oeste do Canal de Suez, ou seja, incontestavelmente no solo continental africano.

Alguns autores defendem que o isolamento diplomático de Israel resultou da capitulação da África frente à "arma do petróleo", retida em mãos árabes, mas aqui reside uma concepção cínica e contrária à verdade histórica[51]. É bem verdade que no auge da guerra de outubro de 1973, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) anunciou uma fortíssima alta nas cotações do petróleo e que a Organização dos Países Árabes Exportadores de Petróleo (OPAEP) interditou a exportação de petróleo bruto para todos os países

51 A. A. MAZRUI, 1975c, p. 736.

partidários de Israel. Contudo, aqui entrever uma causa essencial da conduta diplomática dos Estados africanos perante Israel, ao final de 1973, trata-se de "deformar a cronologia dos acontecimentos", em virtude de "uma boa parte da África estar posicionada ao lado dos árabes no tocante à questão da Palestina[52]", bem anteriormente à incidência do fator petrolífero.

Esse ponto de vista parece ter sido confirmado através da conclusão segundo a qual: "nada leva a crer que os árabes tenham sequer evocado a possibilidade do emprego da "arma do petróleo" contra os países africanos, nem que estes últimos tenham oferecido o seu apoio aos árabes com esperança de obterem vantagens financeiras[53]". A ruptura de 1973, na realidade, provém de um novo espírito de solidariedade política, desde logo presente nos mundos africano e árabe. Conscientes da convergência dos seus interesses, após 1967, estes mundos entraram em uma nova fase das suas relações, as quais se desenvolveriam, com ainda maior intensidade, ao longo dos anos 1970.

Inaugurando o novo rumo tomado por estas relações, a Liga Árabe, reunida na capital Argel em novembro de 1973, decidiu impor um embargo do petróleo contra Portugal colonialista, à Rodésia, governada por brancos, e à África do Sul, sob o regime do *apartheid*[54]. Ela decidiu, igualmente, constituir três importantes instituições, destinadas a promoverem a cooperação econômica. Tais eram o Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico na África; o Fundo Árabe Especial para a África, destinado a conceder ajuda financeira emergencial aos países africanos não árabes, intuindo financiar as importações de petróleo e valorizar os recursos petrolíferos; e o Fundo de Assistência Técnica árabo-africano, criado para promover a cooperação técnica e econômica, envolvendo países árabes e africanos[55]. A crescente importância dos aspectos econômicos na lógica daquelas relações, em pleno vigor à época, igualmente traduziu-se em razão de uma nova postura da OPEP no tangente às suas responsabilidades *vis-à-vis* da promoção do desenvolvimento no Terceiro Mundo em geral e, da África, em particular .

No plano cultural, estas relações políticas e econômicas, de nova ordem, foram estimuladas, no transcorrer dos anos 1970, pelo renascimento islâmico, do qual uma das expressões políticas foi a criação, em 1971, da Organização

52 Z. CERVENKA, 1977, p. 162.

53 G. A. NWEKE, 1980, pp. 235-250.

54 Estas três instituições são analisadas em E. C. CHIBWE, 1976; W. R. JOHNSON, 1983; A. SYLVESTER, 1981; J. VIGNES, 1976-1977.

55 M. J. WILLIAMS, 1976.

da Conferência Islâmica (OCI), organismo intergovernamental sediado na Arábia Saudita[56]. Tal era, portanto, a situação em plena evolução da qual derivou a reunião da primeira Conferência de Cúpula Árabo-Africana, em 1977.

Bem entendido, estas manifestações de solidariedade não aboliam algumas importantes diferenças, ligadas a perspectivas e a prioridades políticas. Por exemplo, a Liga Árabe não logrou convencer a OUA e obter apoio em favor da expulsão de Israel da ONU. Em suplemento, eis o cúmulo da ironia ocorrido nos anos 1950 e 1960, o Egito, país que fora carro-chefe no desenvolvimento destas relações, tornou-se, devido à assinatura de um tratado de paz com Israel, em 1979 por Anwar al-Sādāt, um pária político no mundo árabe e uma fonte de tensão nas relações afro-árabes.

Entretanto, se o Egito foi imediatamente excluído da Liga Árabe – cuja sede simultaneamente transferiu-se do Cairo para Túnis – e da OCI, a OUA, por sua vez e malgrado as pressões, recusou-se a tomar medidas da mesma ordem e continuou a acolhê-lo. Por outro lado, por ocasião da sexta Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados, em 1979, os Estados da África Subsaariana dedicaram-se a elaborar um compromisso visando impedir a expulsão do Egito do movimento, banimento exigido pelos outros Estados Árabes.

No entanto, a questão mais embaraçosa, na aurora dos anos 1980, consistia em saber se as promessas e as esperanças de cooperação e de solidariedade econômicas resistiriam à alta nas cotações do petróleo e à propagação da recessão econômica internacional. Em suma, a simples expressão de tais preocupações demonstra, à perfeição, o grau de amadurecimento experimentado pelas relações afro-árabes, desde os anos 1950. Graças a um grau sem precedentes de iniciativas e de aspirações, elas impunham à política terceiro-mundista um caráter muito ofensivo.

Os laços com a América Latina e o Caribe: a tomada de consciência de uma identidade terceiro-mundista

A presença racial e cultural da África, no conjunto da América Latina e do Caribe, tal como evidenciada em publicações e colóquios patrocinados pela UNESCO[57], testemunha a profundidade dos contatos históricos entre o continente africano e a diáspora africana, as terríveis condições de nascimento desta

56 O. H. KOKOLE, 1984; A. ODED, 1986.

57 M. M. FRAGINALS, 1984; UNESCO, 1980.

diáspora, produto do tráfico de escravos, assim como laços raciais e culturais implicam na consciência de uma identidade pan-africana transcontinental.

Este cenário verifica-se, particularmente no Caribe. A presença demográfica e cultural africana nesta região apresenta-se, com efeito, de modo muito mais concentrado e notável, comparativamente a toda e qualquer outra existente na América Latina, onde ela varia fortemente em função do país: muito importante no Brasil, ela praticamente inexiste na Argentina.

No Caribe – englobando em nossa concepção "as ilhas da região acrescidas de Belize e das Guianas (Guiana, Suriname e Guiana Francesa)[58]" –, a maioria das comunidades nacionais é predominantemente negra ou comporta importantes minorias negras. A combinação da escravatura e do colonialismo determinou nesta região, em suplemento e de modo mais contundente que alhures, a formação das sociedades, o quadro de referência dos processos de construção nacional e os parâmetros da política externa, aqui forçosamente raciais, estes fatores conduzem naturalmente à África[59]. Eis o porquê, notadamente em estudos desta natureza, da inadequação em abordar a América Latina como um todo indiferenciado.

Na história abundam exemplos de ações conduzidas em comum pelos negros da África e do Caribe, as quais fizeram progredir os valores do pan-africanismo transcontinental. Elas foram estudadas, essencialmente, em vários capítulos do volume VII e do presente volume. É possível citar, notadamente: o lançamento, em 1900, de uma série de conferências e de congressos pan-africanos, reunindo os negros do continente africano e da diáspora; o fenômeno do garveyismo que transcendeu as suas raízes caribenhas para tornar-se uma força decisiva na elaboração do nacionalismo africano, como atestaram, entre outros, Kwame Nkrumah e Jomo Kenyatta; nos anos 1930, a fundação comum, pelo senegalês Léopold Sédar Senghor e pelo martinicano Aimé Césaire, da doutrina cultural pan-africana da negritude; ou ainda, em 1945, a organização conjunta, por Kwame Nkrumah, da Costa do Ouro, e por George Padmore, de Trinidad e Tobago, do quinto Congresso Pan-africano.

Estas ações comuns precederam, salvo raras exceções, o surgimento de Estados soberanos independentes, tanto na África como no Caribe; elas estavam, portanto e necessariamente, voltadas para interesses não nacionais. Em contra-

58 Trata-se da definição adotada pelo grupo de trabalho da UNESCO para a preparação de uma história geral do Caribe, reunido em Paris de 14 a 18 de dezembro de 1981; consultar o Relatório Final (CC-81/CONF. 610/4, UNESCO, Paris, 7 de abril de 1982).

59 L. EDMONDSON, 1974; L. EDMONDSON e P. PHILLIPS, 1979.

partida, ao longo do período pós-colonial do anos 1960 e 1970, a colaboração pan-africana, reunindo desde então participantes oficiais, conheceu uma ampliação no seu campo de ação.

A África e o Caribe reforçaram os seus laços no mais amplo contexto do pan-africanismo transcontinental, especialmente, por ocasião das impactantes manifestações deste movimento, representadas pelo primeiro Festival Mundial de Artes Negras, organizado no Senegal em 1966; o sexto Congresso Pan-africano, sediado na Tanzânia, em 1974; ou o segundo Festival Negro e Africano das Artes e da Cultura (FESTAC), organizado na Nigéria em 1977.

Líderes africanos afirmaram o valor dos laços raciais entre a África e o Caribe como base para o desenvolvimento das suas relações. O imperador da Etiópia Haïlé Sélassié assim declarou, durante um discurso pronunciado em 1966, perante o Parlamento jamaicano: "onde quer que exista sangue africano, haverá a base de uma maior unidade". Eis aqui, com antecedência de quatro anos, como Kwame Nkrumah chamava os chefes de governo a esforçarem-se por preservar a Federação das Antilhas, à época em vias de dispersão:

"O que me autoriza a lançar esse apelo é a minha sincera convicção, segundo a qual, lograr construir uma potente nação antilhana equivaleria a reafirmar e estimular os esforços que empreendemos para restaurar a reputação da África, aos olhos do mundo, e restabelecer a personalidade do africano e das pessoas de origem africana, por toda parte."

Entretanto, outro chefe de Estado africano, o presidente tanzaniano Julius Nyerere, embora ele próprio pan-africanista convicto, preveniu contra os riscos subjacentes a um pan-africanismo polarizado e baseado na questão racial e, especialmente, em respeito aos seus efeitos relativos às tentativas de ampliação da solidariedade ao conjunto do Terceiro Mundo. Ele expressou esta preocupação, como anfitrião, perante o sexto Congresso Pan-africano de 1974:

"O pan-africanismo prestaria um péssimo serviço à causa da libertação humana, se ele conduzisse à África e o Caribe a tentarem isolar-se do Terceiro Mundo ou se ele forçasse outras regiões terceiro-mundistas a isolarem-se da África e do Caribe."

Todavia, o desenvolvimento e a consolidação dos laços pan-africanos entre a África e o Caribe, durante os anos 1970, processos estes, focados nos problemas da África Austral, aparentemente indicavam, ao contrário, um incremento do seu engajamento coletivo em favor da libertação do Terceiro Mundo.

As relações entre África e o Caribe não se fundamentam, exclusivamente, sobre uma base racial. Elas adquirem a sua força, igual e justamente, em função da maior parte dos Estados africanos e caribenhos compartilharem, até

época recente, o mesmo estatuto de colônias, bem como, porque esta experiência comum tornara particularmente mordaz uma necessidade, idêntica e premente, de estabelecerem a sua identidade política nacional e internacional.

Portanto, o conjunto destes fatores influenciou a colaboração entre a África e o Caribe, no interior do Movimento dos Não Alinhados, mais atrativo para os recém-independentes Estados do Caribe, comparativamente ao seu menor poder de persuasão junto aos Estados da América Latina, há mais tempo independentes; assim como, na esfera do Commonwealth, no qual a preponderância africana aumentara, em virtude do peso dos Estados anglófonos do Caribe.

À imagem do sistema da ONU, arena na qual outras possibilidades institucionais de colaboração eram-lhes oferecidas, para estas duas instituições, os problemas da África Austral e as injustiças do sistema econômico internacional constituíram os dois temas, principais e comuns, em suas ações ou preocupações. A importância do segundo tema fortaleceu-se sobremaneira, com advento, em 1975, do grupo dos Estados da África, do Caribe e do Pacífico (ACP), estrutura destinada a proteger e servir coletivamente os interesses econômicos dos seus membros, em negociações frente à Comunidade Econômica Europeia (CEE)[60].

A preponderância dos interesses econômicos internacionais acresceu-se sobremaneira, comparativamente aos fatores raciais, culturais e políticos, no âmbito das relações entre a África e, no além Caribe, o conjunto da América Latina. Aproximadamente em meados dos anos 1960, fizera-se observar, a justo título, que a África e a América Latina, em alguns domínios fundamentais, permaneciam "gigantes estrangeiros[61]" entre si. Todavia, aquilo que outro observador qualquer denominaria "cooperação América Latina-África[62]", estabelecera-se, nítida e progressivamente, desde os anos 1950, fundada antes em uma abordagem comum da descolonização, assim como da defesa da soberania nacional e, posteriormente, durante os anos 1960 e 1970, em sua vontade comum concernente a conceder prioridade ao desenvolvimento econômico.

Malgrado níveis de desenvolvimento econômico diferentes, de continente a outro, de onde derivam prioridades econômicas divergentes, este mesmo analista poderia considerar, ao final dos anos 1960, que ao longo dos debates realizados na ONU, relativos às questões socioeconômicas, "os africanos formaram uma sólida aliança com os latino-americanos, os quais, nas esferas econômica e social, passaram a conceder primazia ao princípio da solidariedade entre países 'sem-

60 K. HALL E B. W. BLAKE, 1979.

61 A. SEGAL, 1966.

62 P. SAENZ, 1969.

-posses[63]', em detrimento daquele outro, baseado na solidariedade continental com os Estados Unidos da América do Norte".

Na América Latina, a atenção dedicada ao subdesenvolvimento econômico, por pouco que não de modo generalizado, em razão da tomada de consciência no tocante ao peso da dominação neocolonial incidente na região, dedicação esta notadamente traduzida pelo papel pioneiro assumido por certos acadêmicos da região. Estes teóricos transformaram a teoria da dependência em arcabouço analítico e explicativo para o subdesenvolvimento econômico inerente à região e, a sua abordagem não tardou em adquirir autoridade no espectro intelectual mas, igualmente a ganhar um sentido político concreto no Terceiro Mundo[64].

A América Latina igualmente manifestou o alcance das suas preocupações econômicas, pelo papel por ela desempenhado na criação, em 1964, da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) e na mobilização paralela ao Grupo dos Setenta e Sete[65]. Esta proeminência valeu-lhe conceder, de suas fileiras, o primeiro secretário-geral da CNUCED, na pessoa do economista argentino Raul Prebisch, reconhecido teórico da dependência e inspirador das estratégias de negociação visando a instauração de uma nova ordem econômica internacional (NOEI). Do mesmo modo, a formulação da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, adotada em 1974, pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a título de plataforma principal da NOEI, exigida pelos países do Terceiro Mundo, repousava em uma proposição do presidente mexicano, Luis Echeverria.

Esta concordância e esta institucionalização dos interesses econômicos internacionais da América Latina e da África, no cenário marcado por um fortalecimento de uma solidariedade terceiro-mundista, foi — excetuando-se Cuba, país que se atribuía uma identidade, a um só tempo, latino-americana e caribenha, e, parcialmente, o Brasil — menos evidente em outros fóruns políticos. Isto alimentou a ideia segundo a qual "a relação das sociedades da América Latina com as nações africanas e asiáticas era de natureza fundamentalmente ambivalente[66]". Esta tese podia apoiar-se na reticência manifestada pelo conjunto da América Latina, nos anos 1960 e 1970, em aderir ao Movimento dos Não Alinhados (tabela 28.4).

63 Ibid., p. 326.

64 H. C. F. MANSILLA, 1984.

65 Sobre o Grupo dos Setenta e Sete conferir tabela 28.5. O papel da CNUCED como fórum maior para a diplomacia econômica do Terceiro Mundo será abordado mais adiante neste capítulo.

66 H. C. F. MANSILLA, 1984, p. 341.

FIGURA 28.2 Fidel Castro, de Cuba, e o Grupo dos Setenta e Sete em Havana no dia 21 de abril 1987. (Foto: Gramma, Cuba.)

Apresentam-se, ao menos quatro razões passíveis de explicarem esta postura política. Primeiramente, os Estados da América Latina, diferentemente da maioria daqueles caribenhos, alcançaram a independência no século XIX, por via de regra, aproximadamente em 1820, situação esta a distanciá-los, de certo modo, das forças vivas do nacionalismo afro-asiático, as quais estavam à origem do Movimento dos Não Alinhados. Associado a este primeiro fator, acrescentava-se o fato de a Espanha ter sido uma insignificante potência colonial no mundo afro-asiático, tão verdadeira era esta circunstância que os latino americanos, de identidade político-cultural predominantemente hispânica, encontravam-se pouco inclinados a se voltarem, de modo natural, para os países da África e da Ásia.

Em seguida, a hesitação dos Estados Latino-Americanos em aderirem ao Movimento dos Não Alinhados, especialmente em seus primórdios, quando ainda não dominado pela questão relativa ao desenvolvimento econômico, igualmente associava-se a sua vinculação a um sistema de segurança continental, a saber, a Organização dos Estados Americanos, criada em 1948, ou seja, anterior em treze anos ao nascimento oficial do Movimento dos Não Alinhados. Final-

mente, nas sociedades latino-americanas, contrariamente ao Caribe, até mesmo quando elas apresentam um componente afro-asiático identificável, demográfica e culturalmente, este eleitorado afro-asiático jamais exerceu significativa influência nos processos decisórios, em matéria de política interna e tanto menos em respeito à política externa.

A situação do Brasil não deriva senão parcialmente desta análise mas, as suas especificidades não bastaram para conduzi-lo a aderir ao Movimento dos Não Alinhados, no interior do qual ele optou, desde os primórdios em 1961, por ocupar um estatuto de observador. Contudo, a partir de meados dos anos 1950, ele manifestou crescente interesse, no tocante à política externa, *vis-à-vis* do mundo afro-asiático[67]. A dimensão africana ocupava, amplamente, a primeira importância nesta evolução, em virtude da força dos laços históricos, demográficos e culturais, existentes entre o Brasil e a África[68]. Este traço característico adquiriu maior relevância, na justa medida que o Brasil, único país lusófono do Novo Mundo, buscava despertar a consciência de certa identidade com a África de língua portuguesa[69].

Estas tentativas enfrentaram sérias dificuldades no crepúsculo do colonialismo português na África, dos anos 1960 até por volta de meados dos anos 1970. Portugal então presenciou a degradação do apoio diplomático internacional, do qual se beneficiava, em virtude da sua crescente intransigência colonialista frente à intensificação das lutas de libertação africanas. A posição brasileira a este respeito era muito ambivalente. Assim sendo, em 1973-1974, um ou dois anos antes que Portugal fosse obrigado a retirar-se da África, "o Brasil era o único Estado da América Latina a regularmente votar na ONU em favor de Portugal, embora se abstivesse, muito amiúde, nos escrutínios acerca da África do Sul e cerrasse fileiras junto ao bloco africano em respeito aos votos concernentes à Rodésia e à Namíbia[70]".

Após a retirada de Portugal, em meados dos anos 1970, o Brasil pôde mais facilmente prosseguir em seu objetivo, referente a ampliar os seus laços políticos, econômicos e culturais com o continente africano, além dos países lusófonos e continuando, todavia, a conferir especial valor às relações por ele mantidas com estes últimos[71]. Esta política manifestou-se, nitidamente, na aurora dos anos

67 W. A. SELCHER, 1974.

68 R. PÉLISSIER, 1982; J. H. RODRIGUES, 1982.

69 W. A. SELCHCR, 1974.

70 A. SEGAL, 1983a, p. A107.

71 A. DZIDZIENYO E J. M. TURNER, 1981; T. FORREST, 1982; H. HOFFMAN, 1982; A. C. PEIXOTO, 1983.

1990, por ocasião do florescimento da relação econômica e política forjada com a Nigéria, em razão das evidentes e ricas potencialidades[72] inerentes às interações em curso entre estas duas ascendentes potências regionais, as quais eram, em seus respectivos continentes, as grandes nações em termos demográficos.

Contrariamente, jamais houve o menor indício de ambiguidade em respeito à política de Cuba, em sua fase revolucionária, no tocante à posição central reservada às suas relações com a África e, de modo geral, com o Terceiro Mundo. Comparativamente aos outros Estados da América Latina e do Caribe — ou, em caso afirmativo, em relação a qualquer Estado da Ásia ou do Oriente Médio —, o alcance e o caráter dos laços políticos de Cuba com a África, a partir da Revolução de 1959, foram sem precedentes, tal como evidencia a importante literatura consagrada a este tema[73]. Portanto, é pertinente e possível afirmar que "o afro-latinismo, como forma de solidariedade entre a África e a América Latina, foi sobretudo dinamizado por Cuba[74]".

Esta relação tinha como origem a Revolução Cubana de 1959 e a suas consequências imediatas. Em virtude do seu triunfo ter ocorrido quando as forças afro-asiáticas, fundidas àquelas do Terceiro Mundo, acentuavam a sua oposição ao *statu quo* internacional, Cuba foi desde o início incitada a desenvolver, ao máximo, as suas afinidades com estes países. As manobras ulteriores, essencialmente promovidas pelos Estados Unidos da América do Norte, com vistas a isolarem Cuba dos processos institucionais internacionais do mundo ocidental, não tiveram outro efeito senão acentuar esta política da ilha rebelde[75].

O engajamento de Cuba na África, entre 1959 e 1979, passou por quatro fases distintas[76]. A primeira, de 1959 a 1974, caracterizou-se por "laços flexíveis, informais e limitados frequentemente voltados para o estabelecimento de contatos com os movimentos nacionalistas africanos, muito mais que junto aos governos independentes". Durante o segundo período, de 1975 a 1976, entre 18.000 e 24.000 combatentes cubanos foram enviados à Angola em função do

72 Nigerian Institute of International Affairs, 1981-1984; U. J. OGWU, 1982.

73 Consultar, por exemplo, S. Y. ABDI, 1978; Cuba in Africa, 1978; A. M. KAPCIA, 1979; W. M. LEOGRANDE, 1980; A. A. MAZRUI, 1981; C. MESA-LAGO e J. S. BELKIN (org.), 1982; E. MESTRI, 1980; A. SEGAL, 1983b; N. P. VALDES, 1980.

74 A. A. MAZRUI, 1981, p. 343.

75 Cuba está, por exemplo, suspensa desde 1962 da Organização dos Estados Americanos, a qual lhe impôs sanções em 1964. Por outro lado, entre 1964 e 1975, Cuba foi excluída das deliberações do grupo latino-americano da CNUCED, fato este que retardou a sua adesão ao Grupo dos Setenta e Sete até 1971, quando a sua candidatura foi defendida pelos grupos africano e asiático, sem oposição do grupo latino-americano.

76 Nós seguimos aqui A. SEGAL, 1983, p. 130-133.

pedido do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA). Estas tropas ajudaram o MPLA a consolidar a sua posição frente às organizações rivais que reivindicavam o poder em consequência da retirada do colonizador português, porém e sobretudo, elas lograram neutralizar as forças de invasão sul-africanas, as quais sustentavam os inimigos do MPLA. O engajamento cubano, em seu terceiro período, de 1977 a 1978, concentrou-se no chifre da África, onde cerca de 20.000 combatentes apoiaram o governo etíope quando da repulsa à invasão somali no Ogaden, região etíope de população somali. O quarto período, a partir de 1979, surge como uma fase de "consolidação e estabilização", anunciando uma redução da presença militar cubana e uma expansão dos seus programas civis de cooperação.

As importantes intervenções militares de Cuba, em Angola e no Chifre da África, não deixaram de suscitar críticas no continente africano, entretanto, a OUA, ao considerar a Somália como agressora e os interesses da África do Sul do *apartheid* em Angola, naquele momento, atenuados, contribuiu para amainar as controvérsias geradas pelas ações cubanas. Estes episódios relegaram ao obscurantismo outros aspectos do aprofundamento do intercâmbio entre Cuba e a África.

No auge da sua presença militar, em 1978, além de 19.000 homens nas tropas combatentes em Angola e entre 16.000 e 17.000 soldados na Etiópia, Cuba igualmente mantinha aproximadamente 2.600 conselheiros militares em outros onze Estados africanos[77]. Em 1980, entre 8.500 e 12.200 conselheiros civis cubanos, dentre os quais 70% baseados em Angola, serviam em doze países africanos[78], oferecendo assistência técnica nas áreas da saúde, da agronomia, da educação e da engenharia. Em 1977, Cuba mantinha relações diplomáticas com vinte e cinco Estados africanos, dentre os quais doze possuíam embaixadores em Havana.

Em virtude do interesse conferido pelo conjunto dos atores à consolidação dos seus laços, no quadro oferecido pela solidariedade terceiro-mundista em franca expansão, talvez fosse mais adequado interpretar o caráter aparentemente assimétrico do papel de Cuba na África, a conduzir um observador a deplorar este caso de "microdependência[79]", como um caso de reciprocidade. Jamais negado, o propósito de Cuba em consolidar a sua identidade terceiro-mundista foi uma motivação essencial assim como uma consequência das suas relações

77 W. M. LEOGRANDE, 1980, p. 66.

78 Ibid., p. 69.

79 A. A. MAZRUI, 1981.

com a África. Em 1961, Cuba era o único membro-fundador, latino-americano ou caribenho, do Movimento dos Não Alinhados, representando isoladamente a região, até a chegada, ao final dos anos 1960, de alguns Estados anglófonos recém-independentes do Caribe. Outra iniciativa de caráter terceiro-mundista digna de menção, na qual este país participou ativamente, foi o lançamento, em 1966, da Organização de Solidariedade Tricontinental. A escolha de Cuba como presidente do Movimento dos Não Alinhados, de 1979 a 1982, testemunha incontestavelmente do seu prestígio político junto às forças afro-asiáticas dominantes, representadas neste grande fórum do Terceiro Mundo.

Ao decidir em Havana sediar a sexta Conferência de Cúpula dos Países Não Alinhados, prevista para 1979, a quinta Conferência de Cúpula, realizada no Sri Lanka, felicitou oficialmente Cuba por ter rechaçado a ameaça militarista da África do Sul em Angola. Como demonstram o bloqueio imposto por Cuba ao regime expansionista do *apartheid*, a atitude ambígua do Brasil à época do colonialismo português, bem como o apoio determinado dos recém-independentes Estados caribenhos às lutas de libertação na África Austral, as questões ligadas ao colonialismo e ao racismo nesta região influenciaram, de modo notável, as relações políticas construídas entre a África, a América Latina e o Caribe.

Conduzindo uma ativa política, orientada para mobilizar a América Latina e o Caribe em favor das causas africanas de libertação, os Estados africanos inquietaram-se, ao final dos anos 1970, com as manobras empreendidas pela África do Sul, à época expansionista e em busca de aliados, com vistas a incitar os possíveis Estados latino-americanos, susceptíveis de oferecerem-lhe compreensiva atenção, a estabelecerem consigo laços estratégicos e econômicos[80]. O fato dos dois campos terem postulado tais perspectivas salientava a ambivalência política subsistente em alguns setores críticos das relações da América Latina com a África, ambivalência esta, fortemente contrastante com a solidariedade conquistada no âmbito econômico internacional.

Entretanto e aparentemente, perspectivas relativas ao estabelecimento de sólidos laços políticos entre a América Latina e a África abriram-se quando, nos anos 1970, as atividades do Movimento dos Não Alinhados pela primeira vez ocorreram na América Latina e no Caribe – notadamente, a terceira Conferência dos Ministros do Movimento dos Países Não Alinhados, realizada em Georgetown (Guiana) em 1972, e a sexta Cúpula de Havana em 1979. Este novo cenário deveu-se sobretudo à iniciativa de atores caribenhos, ao passo

80 D. FIG, 1984; E. KANNYO, 1982; North American Congress on Latin America, 1982.

que a representação da América Latina no movimento aumentava lenta mas regularmente.

A África no interior do movimento terceiro-mundista

A extensão dos laços políticos, econômicos e culturais da África independente com outras regiões do Terceiro Mundo, embora de alcance e intensidade variáveis, conferiu forma e orientação ao movimento terceiro-mundista, questionando o *statu quo* internacional e pretendendo transformar procedimentos e estruturas internacionais provenientes de uma tradição, cuja origem estava parcialmente vinculada à submissão do Terceiro Mundo.

Para apreender o papel da África neste processo de grande escala, convém antes abordar o Movimento dos Não Alinhados, a mais potente expressão política organizada do Terceiro Mundo e, em seguida, interessar-se por esta nova ordem econômica internacional que, nos anos 1970, constituiu o coroamento da afirmação econômica do Terceiro Mundo.

A África e o Movimento dos Não Alinhados

No plano das ideias, faz-se frequentemente remontar o movimento à conferência de Bandung de 1955, entretanto, a primeira Cúpula dos Não Alinhados realizou-se em Belgrado no ano 1961, onde reuniu os Estados afro-asiáticos, Cuba e a Iugoslávia. Defendendo uma atitude independente em respeito às alianças da Guerra Fria e dos blocos militares do Leste e do Oeste, o Movimento dos Não Alinhados não tardou a mudar o eixo das suas preocupações iniciais, a saber, os problemas estratégicos internacionais correlatos à rivalidade Leste-Oeste, para tornar-se a voz militante da libertação política, racial e econômica do Terceiro Mundo[81].

O número de aderentes ao movimento passou, como indica a tabela 28.4, de 25 na primeira Conferência de Cúpula, em 1961, para 92, por ocasião da sexta Cúpula, em 1979, cabendo à África a maior representação regional, a partir da segunda Conferência de 1964. Esta preponderância numérica não somente ocorreu em razão do maior número de Estados do continente africano, mas,

81 R. JAIPAL, 1983; O. JANKOWITSCH e K. SAUVANT, 1980; G. H. JANSEN, 1966; R. A. MORTIMER, 1980, pp. 6-42 e 74-94; P. WILLETTS, 1978; G. WILLIAMS, 1981, pp. 46-65.

sobretudo, pela decisão política da OUA, desde a sua fundação em 1963, referente a transformar o não alinhamento em imperativo coletivo. Proclamando explicitamente "uma política de não alinhamento perante todos os blocos", a Carta da OUA fazia da África o único continente a identificar-se plenamente com o Movimento dos Não Alinhados.

O afluxo de membros africanos ao movimento, resultante da decisão da OUA, transformou este último, tornando-o mais difuso e reduzindo a sua anterior coesão, embora o tenha fortalecido em vários outros aspectos. A sua legitimidade como maior voz política do Terceiro Mundo estava, antes e sobretudo, melhor consolidada graças ao aumento numérico dos seus membros. Em segundo lugar, a ampliação do seu campo de referências ideológicas deveria permitir-lhe atenuar as polêmicas nascidas em seu seio, à imagem daquelas, as quais os haviam dividido durante a primeira Conferência, a propósito dos critérios ideológicos de adesão. Finalmente, o afluxo de africanos garantia ao movimento um incremento em sua atividade no tocante a novos aspectos das relações Norte-Sul, pois os africanos mostravam-se altamente receptivos em respeito à problemática da libertação política, econômica e racial no continente, envolvido com as dificuldades próprias ao processo de descolonização e com os vacilantes primeiros passos das nações recém-criadas.

A África, não somente reforçou a base do Movimento dos Não Alinhados, como igualmente concedeu-lhe alguns dentre os seus mais notórios líderes. O primeiro deles, o egípcio Gamal 'Abd al-Nasser, foi, juntamente com o iugoslavo Tito e o primeiro-ministro da Índia Nehru, um dos arquitetos do Não Alinhamento[82]. A reunião preparatória da primeira cúpula (1961) e a segunda Conferência de Cúpula (1964) aconteceram, ambas, no Cairo, em virtude da eminente posição adquirida pelo Egito no movimento. O ganense Kwame Nkrumah, outro fundador do movimento, desempenhou um papel de excepcional importância no sentido de conduzir a África recém-independente a aderir ao não alinhamento, princípio este que, desde os primórdios da independência de Gana, constituiu a pedra angular de sua política exterior e da sua visão pan-africana[83].

Outros líderes africanos contribuíram de maneira decisiva, a partir do final dos anos 1960 e no curso dos anos 1970, para a expansão do movimento e para transformar a concepção do próprio não alinhamento. O zambiano Kenneth Kaunda, por exemplo, quem acolheu a terceira Conferência de Cúpula, em 1970, levou os não alinhados a engajarem-se com maior intransigência, em favor da

82 G. A. NASSER, 1966, expressa considerações sobre a evolução da sua reflexão sobre o não alinhamento.

83 K. NKRUMAH, 1958B.

libertação da África Austral; ele igualmente presidiu o movimento ao longo do critico período, durante o qual o seu programa evoluiu em direção a objetivos mais propriamente ligados à libertação econômica. Simultaneamente, o tanzaniano Julius Nyerere desempenhava um papel determinante na transformação da orientação ideológica do movimento[84], ao passo que o argelino Houari Boumediene, sucessor de Kaunda em sua presidência, demonstrava notável eficiência na execução da missão, a si atribuída pelos não alinhados, a saber, a busca de uma nova ordem econômica internacional.

A escolha do palco das reuniões, recaída sobre a África por ocasião das segunda, terceira e quarta conferências de cúpula do movimento (o Cairo, em 1964, Lusaka, 1970, e Argel em 1973) e a realização, no Egito, da reunião preparatória à primeira Conferência de Cúpula, em 1961, reunida em Belgrado, traduzem a essencial contribuição africana para o desenvolvimento inicial do movimento e sua ulterior consolidação. Durante este primeiro e crucial decênio do movimento, tratava-se de conduzir os seus primeiros passos, institucionalizá-lo, para finalmente proceder à transformação do seu programa.

O objetivo e a orientação do Movimento dos Não Alinhados foram sobremaneira influenciados, durante as duas primeiras décadas da sua existência, pelas circunstâncias e pelo pensamento africano da época. Manifestadamente e desde a origem do movimento, esta proeminência africana foi "um fator essencial para a união dos países não alinhados e explica-se pela importância conferida aos problemas da África, em 1960[85]". Estes problemas eram à época: a violência da política estatal do *apartheid*, praticada pelo regime sul-africano e demonstrada durante o massacre de Sharpeville, a guerra da independência na Argélia, cuja progressiva crueldade igualmente saltava aos olhos, bem como a explosão da ordem civil no Congo (ex- Zaire), em resposta à brutalidade do Estado.

Posterior, progressivo e contundente o caráter anti-imperialista do movimento, sensível desde a década de 1970, e a concomitante transformação do seu programa, visando conceder prioridade à busca de uma nova ordem econômica internacional, em larga escala foram o produto da situação política e socioeconômica concreta, vigente na África, no âmbito da sua inserção no sistema econômico internacional, assim como da reação africana a este estado de coisas.

84 J. K. NYERERE, 1970c.

85 P. WILLETTS, 1978, p.11.

TABELA 28.4 PARTICIPANTES INSCRITOS NAS CONFERÊNCIAS DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DOS PAÍSES NÃO-ALINHADOS, 1961-1979

			Membros titulares presentes[1]					
Cúpula	Data	Local	Africanos[2]	Asiáticos[3]	Caribe[4]	Latino americanos[5]	Europeus[6]	Total[7]
1ª	1961	Belgrado	11	12	1	0	1	25
2ª	1964	Cairo	29	16	1	0	1	47
3ª	1970	Lusaka	32	16	4	0	1	53
4ª	1973	Argel	40	26	4	3	2	85
5ª	1976	Colombo	47	29	4	3	2	85
6ª	1979	Havana	50	29	6	5	2	92

1. A qualidade de membro titular - em oposição aos observadores oficialmente reconhecidos ou aos convidados, ambos excluídos desta tabela - foi por vezes atribuída a governos provisórios e movimentos de libertação, africanos em sua maioria (consultar nota 2 a seguir); os únicos outros casos deste tipo foram a admissão do Governo Revolucionário Provisório do Vietnã do Sul, na Conferência de Cúpula de 1973, e aquela da Organização para Libertação da Palestina, a partir de 1976.

2. Em 1961, entre os membros figurava a Argélia Colonial, representada por um governo provisório até sua independência em 1962. Em 1964, dentre os membros figurava a Angola Colonial, então representada por um governo provisório, o Governo Revolucionário Angolano no exílio (GRAE) conduzido por Roberto Holden, da Frente Nacional de Libertação da Angola (FNLA). Posteriormente, quando o GRAE/FNLA deixou de ser reconhecido pela OUA, a qualidade de membro titular da Angola foi suspensa até a conquista da sua independência em 1975. Em 1979, dois movimentos de libertação africana figuravam entre os membros, a Organização dos Povos do Sudoeste Africano (SWAPO) e da Frente Patriótica do Zimbábue.

3. Incluindo Chipre, membro fundador considerado em certos aspectos como europeu, mas habitualmente classificado no conjunto afro-asiático.

4. Cuba (1961); Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago (1970); Granada, Suriname (1979).

5. Argentina, Peru, Chile (1973); Panamá (1976); Bolívia, Nicarágua (1979). Após a deposição de Salvador Allende, depois da Conferência de Cúpula de 1973, o Chile deixou de participar do movimento.

6. Iugoslávia (1961); Malta (1973).

7. Em certos casos, devido a ausências ocasionais ou à exclusão de certos membros de algumas Conferências de Cúpula, estes totais são ligeiramente inferiores ao número de membros titulares do movimento dos não-alinhados. Por exemplo, o número dos membros titulares em 1979 era de 95, entretanto, os membros presentes à sexta Conferência de Cúpula estavam em número de 92, em consequência das ausências do Chade, da Arábia Saudita, assim como da exclusão de duas delegações rivais do Kampuchea Democrático.

FIGURA 28.3 Da esquerda para a direita: J. B. Tiw, da Iugoslávia, A. Ben Bella, da Argélia, A. M. Obote, de Uganda e H. Bourguiba, da Tunísia, durante a segunda Conferência dos países não alinhados, no Cairo, de 5 a 10 de outubro de 1964. (Foto: al-Ahram, Le Caire.)

Em busca de uma nova ordem econômica internacional

A mutação do programa do Movimento dos Não Alinhados, no decorrer dos anos 1970, não ocorreu bruscamente; ela consistiu na lenta materialização de uma crescente preocupação terceiro-mundista, nascida nos anos 1950, em respeito ao arcabouço das relações econômicas internacionais. Tanto que, embora a noção relativa à nova ordem econômica internacional (NOEI) tenha surgido, oficialmente, em meados da década de 1970, ela foi o desdobramento de um longo processo de mobilização terceiro-mundista em prol da mudança econômica internacional[86].

A expressão "nova ordem econômica internacional" surgiu pela primeira vez na Declaração Econômica publicada pela quarta Conferencia de Cúpula dos países não alinhados, organizada em Argel em setembro de 1973. No mês de

86 Para uma vista panorâmica sobre o conjunto da evolução que gerou a noção NOEI, consultar R. A. MORTIMER, 1980; G. WILLIAMS, 1981.

Figura 28.4 A quarta Conferência dos Países Não Alinhados, em Alger, no mês de setembro de 1973. (Foto: Gamma, Paris. Photo: J. P. Bonnorte.)

abril de 1974, esta proposição foi adotada como base das discussões formais durante a sexta sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, concernente às matérias-primas e ao desenvolvimento, na qual se adotou a Declaração (e o Programa de Ação) relativa à instauração da nova ordem econômica internacional[87]. A NOEI foi novamente inscrita, textualmente, em dezembro de 1974, mediante a adoção, pela Assembleia Geral da ONU, da Carta dos Direitos e Deveres Econômicos dos Estados[88].

Uma sétima seção especial da Assembleia Geral, reunida em setembro de 1975, sobre o desenvolvimento e a cooperação, provocou desdobramentos nas deliberações tangentes à NOEI, assim como no lançamento do diálogo Norte-Sul, materializado na Conferência sobre a Cooperação Econômica Internacional (brevemente denominada Conferência Norte-Sul) composta por oito países

87 Resoluções 3201 (S-VI) e 3202 (S-VI) de 1o de maio de 1974.

88 Resoluções 3281 (XXIX) da Assembleia Geral da ONU, adotada em 12 dezembro de 1974, por 120 votos favoráveis contra 6 e 10 abstenções. Votaram em contrário: Bélgica, Dinamarca, República Federal da Alemanha, Luxemburgo, Grã-Bretanha e Estados Unidos da América do Norte.

desenvolvidos e dezenove nações subdesenvolvidas, desenrolada de 1975 a 1977. Ao final dos anos de 1970 as esperanças, mas também as decepções suscitadas pelas discussões sobre a NOEI, desencadearam uma elevação da consciência, nos países terceiro-mundistas, sobre a necessidade da institucionalização das relações econômicas Sul-Sul, apoiadas sobre mais sólidas bases.

A essência da NOEI era a busca pelo Sul (o Terceiro Mundo) de uma reestruturação fundamental na economia mundial, principalmente nas esferas do comércio internacional, da ajuda econômica, dos investimentos externos, das transferências tecnológicas e da reforma no sistema monetário internacional. Tratava-se do coroamento e da harmonização de uma multiplicidade de pressões, exercidas pelo Terceiro Mundo ao longo dos decênios precedentes com vistas a alcançar uma transformação da economia internacional.

O comunicado da conferência de Bandung de 1955, por exemplo, comportava uma seção exclusivamente consagrada à "cooperação econômica". A primeira Conferência Econômica dos Países Afro-Asiáticos, motivada pela formação da CEE, reunira-se no Cairo em 1958 e fora seguida, ainda no Cairo, por uma segunda Conferência Econômica Afro-Asiática; ambas haviam reunido entre dez e onze delegações africanas, em 38 comitivas presentes. Uma conferência em 1962, dedicada aos problemas dos países em desenvolvimento, desdobrara-se na Declaração do Cairo de 1962 assinada por trinta e seis países, a maioria afro-asiático, (não havia senão quatro países da América Latina), engajados a cooperar para reforçar as atividades econômicas e sociais das Nações Unidas.

A criação da CNUCED, em 1964, na qualidade de órgão permanente da Assembleia das Nações Unidas, configura um acontecimento decisivo nesta evolução, concernente ao desafio lançado pelo Terceiro Mundo perante a ordem econômica estabelecida. Constituída em virtude da insatisfação do Terceiro Mundo *vis-à-vis* do comércio internacional existente – regido pelo Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) e concebido exclusivamente pelo mundo ocidental –, a CNUCED manteve, a cada três ou quatro anos, sessões plenárias, as quais, da CNUCED I, em 1964, à CNUCED V, em 1979, ofereceram ao Terceiro Mundo um fórum, a permitir, a este grupo de países, fazer valer e coordenar os seus interesses coletivos.

Uma das contribuições essenciais da CNUCED foi oferecer um quadro capaz de dar origem ao Grupo dos Setenta e Sete, principal instância de mobilização e negociação econômica do Terceiro Mundo[89]. Este grupo, tal qual

89 K. P. SAUVANT, 1981.

demonstra a tabela 28.5, passou de 77 membros, em sua origem, para 122, em 1980, representando a totalidade do Terceiro Mundo. O Grupo dos Setenta e Sete redigiu, em 1967, uma das suas mais perenes contribuições, a Carta de Argel, elaborada em sua Primeira Conferência Ministerial, a título estratégico na negociação comum, constituinte para a CNUCED II. A Carta de Argel surgiu, posteriormente, como "a primeira plataforma global de desenvolvimento para o Terceiro Mundo", uma "realização maior em respeito à organização terceiro-mundista", prenúncio "das exigências, reiteradas com maior vigor em meados dos anos 1970[90]".

Paralelamente às iniciativas do Grupo dos Setenta e Sete, uma nítida reorientação nas perspectivas do Movimento dos Não Alinhados marcou o final dos anos 1960. O movimento desde logo acordava prioridade às questões econômicas internacionais. Assim sendo, a Conferência de Cúpula de Lusaka, em 1970 e de modo inédito, adotou duas declarações distintas, uma tocante às questões políticas e outra, referente aos problemas econômicos. A Conferência de Ministros dos Países Não Alinhados, reunida em 1972 na capital Georgetown, deu um passo suplementar, ao elaborar um Programa de Ação em favor da cooperação econômica e, justamente, no ano posterior, por ocasião da Conferência de Cúpula de Argel, proferiu-se e foi definida, pela primeira vez, a expressão "nova ordem econômica internacional". O Movimento dos Não Alinhados desempenhou assim um determinante "papel iniciador" na formulação da NOEI[91].

No curso desta evolução, as espetaculares medidas tomadas em 1973 pelos Estados da OPEP, no sentido de aumentar as receitas advindas com a sua produção de petróleo e melhor controlar esta última, aparecem assim na qualidade de estratégia complementar do Terceiro Mundo para corrigir os desequilíbrios econômicos internacionais. O eminente duplo papel de Boumediene, no seio da OPEP e ao longo dos combates em prol da NOEI, é a este respeito revelador. E malgrado as vicissitudes econômicas dos Estados do Terceiro Mundo desprovidos de recursos petrolíferos, produziu-se um desencadeamento, haja vista a possível utilização deste modelo oferecido pela OPEP, junto aos produtores de matérias-primas, na formação das suas organizações em sua luta pela soberania econômica[92].

90 R. A. MORTIMER, 1980, p. 28.

91 O. JANKOWITSCH e K. SAUVANT, 1980.

92 K. P. SAUVANT, 1980, pp. 31-35, contém dados sobre o campo de ação e os membros destas associações de produtores.

A NOEI situava-se, por assim dizer, no ponto de convergência de iniciativas institucionais anteriores, provenientes de todos os setores terceiro-mundistas. Se os latino-americanos representaram a força determinante para a implementação da CNUCED, os africanos, por sua vez, foram os grandes artífices na consolidação do Movimento dos Não Alinhados e da transformação do seu papel, ao passo que o mundo árabo-islâmico concedia o exemplo às associações de produtores do Terceiro Mundo, mostrando-lhes a via a seguir para superar o desafio econômico.

Entretanto, em todos estes níveis e também em outras esferas, a presença e o papel africanos foram decisivos. A influência do processo de descolonização na África, em relação à estrutura da Organização das Nações Unidas, "quiçá de modo mais nítido, comparativamente a qualquer outro acontecimento, modificou a apreciação da comunidade internacional em respeito aos problemas dos PMA[93]". O especial reconhecimento que as declarações relativas à NOEI conferiram aos problemas dos PMA (tabela 28.2), assim como aos países-enclave, ambos numerosos na África, ilustra em suplemento a influência exercida pela situação africana.

O importante papel desempenhado pela África na criação do grupo ACP, em 1975, como interlocutor da CEE, testemunha da ação do continente no desenrolar das mudanças na economia internacional[94]. Papel este, ocorrido à imagem dos excepcionais desempenhos do Egito, ao final dos anos 1950 e no início da década de 1960 e, com maior ênfase, da Argélia, no seguinte decênio[95], no sentido de superar o desafio econômico lançado ao Terceiro Mundo. Ao final dos anos 1970, Julius Nyerere, convicto da necessidade e da possibilidade da autonomia do Terceiro Mundo, da sua inscrição no quadro institucionalizado de uma cooperação Sul-Sul, assumira posto em meio às altas consciências terceiro-mundistas[96].

A África e o contínuo desafio lançado pelo Terceiro Mundo

Quando da entrada na década de 1980, o clima mundial de euforia que envolvia os audaciosos desafios lançados pelo Terceiro Mundo ao longo dos anos 1970,

93 G. WILLIAMS, 1981, p. 4.

94 K. HALL e B. W. BLAKE, 1979; J. RAVENHILL, 1985; R. YAKEMTCHOUK, 1977.

95 R. A. MORTIMER, 1980, sublinha, em diversos trechos da sua análise, o decisivo papel desempenhado pela Argélia sob a direção de Boumediene, particularmente no capítulo 3, pp. 24-42.

96 J. K. NYERERE, 1979a.

TABELA 28.5 COMPOSIÇÃO DO GRUPO DOS SETENTA*, 1964-1980

Ano	África[1]	Ásia[2]	Caribe[3]	América Latina[4]	Europa[5]	Total
1964	32	23	4	17	1	77
1980	50	39	13	17	3	122

* Constituído em 1964 pelos 77 países em desenvolvimento que participaram da primeira sessão do CNUCED, visando apresentarem-se em conjunto nas negociações sobre o comércio internacional e as questões econômicas correlatas.

1. Todos os Estados independentes da África, com exceção da África do Sul, fazem parte do Grupo.

2. Quase todos os Estados (inclusive Chipre) da Ásia-Pacífico-Oceania fazem parte do Grupo, as exceções notáveis foram Austrália, China, Israel, Japão, Nova Zelândia e Turquia.

3. Todos os Estados independentes do Caribe são membros do Grupo.

4. Todos os Estados da América Latina ao membros do Grupo.

5. A Iugoslávia foi membro fundador; a Romênia e Malta aderiram posteriormente.

começava a esvair-se. Reinava na África um crescente mal-estar econômico, particularmente sentido nas regiões afetadas pelas grandes secas e fomes, alguns chegavam a entrever neste estado de espírito e de coisas o sintoma de um mal-estar mais geral, próprio a todo o Terceiro Mundo. Curvos mediante o fardo da recessão internacional, de longa duração, assim como em razão do peso do endividamento, em constante elevação, os países terceiro-mundistas tornavam-se progressivamente mais vulneráveis. O diálogo Norte-Sul insinuava uma interrupção.

Frente a tal situação, era tentador para os amigos do Terceiro Mundo e àqueles da África, em particular, caírem no pessimismo. Nestas circunstâncias, uma perspectiva histórica que não pretenda esconder aos olhos do observador as dificuldades vindouras e, igualmente seja capaz de lembrá-lo de quais obstáculos foram superados ou enfrentados, este horizonte de visão apresenta-se como premente e muito oportuno.

A década de 1980, em meio à qual finda este capítulo, sugere-nos concluir através de dois lembretes históricos, a novamente conduzir-nos ao início da nossa análise. Em 1985, celebrava-se o centésimo aniversário da conferência de Berlim, na qual foi regrada a partilha da África; também era o trigésimo aniversário da conferência de Bandung, primeiro grande desafio afro-asiático, lançado de modo coordenado e semelhante ao tipo de sistema representado pela conferência de Berlim. Relativamente a estas duas referências, as relações da África com as regiões em desenvolvimento e o seu papel no bojo do movimento terceiro-mundista percorreram um longo caminho.

CAPÍTULO 29

A África e a Organização das Nações Unidas

Edmond Kwam Kouassi

A Organização das Nações Unidas, tal qual a conhecemos atualmente, é o produto de dois fenômenos históricos fundamentais produzidos no século XX: a Segunda Guerra Mundial e o processo de descolonização iniciado ao final deste conflito[1]. A Segunda Guerra Mundial ressaltou a urgente necessidade de se criar um organismo mundial destinado à conservação da paz. A descolonização transformou a composição do organismo instaurado e modificou o equilíbrio de opiniões no seio das suas mais representativas instituições.

O conflito mundial e o processo de descolonização estavam ligados e, de fato, a África esteve intimamente associada a estes dois episódios da história planetária. Os horrores e as destruições da Segunda Guerra Mundial haviam preparado a opinião pública internacional para outra tarefa de pacificação do mundo, conduzida por um organismo mais representativo que a Sociedade das Nações e do qual igualmente esperava-se maior eficácia. A brutalidade da agressão e dos crimes de guerra, a obscenidade e a desumanidade do genocídio cometido contra os judeus e outros povos, a própria amplitude do aniquilamento

1 A descolonização é aqui definida como a supressão do regime colonial, o desmantelamento das suas instituições e a eliminação do estilo e dos valores coloniais. Normalmente, é a potência imperial que toma a iniciativa pela colonização, ao passo que a disposição para a descolonização provém, geralmente, dos colonizados em sua luta de libertação.

de vidas e bens, todos estes fatores prepararam a comunidade internacional para outra experiência em escala mundial.

Porém, o novo organismo mundial não deve a sua estrutura unicamente à guerra. Como nós o veremos, ele igualmente carrega a marca da descolonização, pois que numerosos países, anteriormente submetidos ao regime colonial, alcançaram a independência durante os vinte e cinco primeiros anos da sua existência. Em 1980, o número de membros da ONU passara de 51 para 157. A este respeito, as mutações incidentes sobre a África eram, sem dúvida, a ilustração mais notável desta evolução. A África saiu, deste modo e progressivamente, da sua condição de dependência e de sujeição, dedicando-se, sobretudo a partir de 1960, a conquistar com confiança e fervor o seu estatuto de continente composto de nações soberanas, animado pela vontade de equilibrar as suas relações com o resto do mundo.

Em 1945, a África estava muito mal representada no seio das Nações Unidas; esta representação ocorria, poder-se-ia dizer, simbolicamente, por quatro Estados teoricamente independentes: a Etiópia, a Libéria, o Egito e a África do Sul. Ademais, ela estava ausente na partilha, geográfica e proporcional, das cadeiras não permanentes do Conselho de Segurança, exigida pelo artigo 23 da Carta das Nações Unidas, em seu parágrafo primeiro. O acordo, em vigor desde 1946no âmbito da Organização, repartia as cadeiras não permanentes entre as diversas regiões do mundo, em função do seguinte barema: duas para a América Latina, uma para a Europa Ocidental, uma para a Europa Oriental, uma para o Oriente Médio e uma para o Commonwealth. A África não era considerada e somente mais tarde o seria, em 17 de dezembro de 1963, quando a resolução 1991 (XVIII) da Assembleia Geral far-lhe-ia justiça, atribuindo à África e à Ásia cinco das dez cadeiras não permanentes no Conselho de Segurança.

Com tamanha intensidade permaneceu a África em estado de dependência (de 1945 a 1960) que as Nações Unidas estimaram ter, a seu respeito, uma missão de emancipação e uma responsabilidade de libertação. Os laços e os contatos firmados pelas Nações Unidas com a África eram, consequentemente, relações unilaterais e sob certos aspectos paternalistas, na justa medida que derivavam de atos elaborados e decretados por atores externos e estrangeiros, naturalmente levados a confundirem os interesses da África com aqueles da comunidade internacional, senão com os seus próprios.

Retrospectiva e atualmente, pode-se melhor apreender o esquema geral destas relações. Desde a sua formação em São Francisco, no ano de 1945, a ONU desempenhou frente à África três papéis principais (compreendendo certo número de contradições): aquele referente a uma potência imperial coletiva,

herdado da Sociedade das Nações; outro próprio a um aliado do movimento de libertação; e um último, relativo a um parceiro no âmbito do desenvolvimento. Justamente estes três papéis serão examinados ao longo deste capítulo, ilustrá-los-emos, tanto quanto possível, através de estudos de casos.

O organismo mundial mostrou-se tão cuidadoso em seu papel imperial (mediante o qual atuou, por assim dizer, como um "proprietário não residente") que se tornou difícil dissociar esta atribuição daquela desempenhada como aliado pela libertação. Diferentemente das outras potências imperiais, a ONU aspirava acelerar o ritmo da descolonização. Portanto, ela se chocou inúmeras vezes com as potências coloniais, as mesmas que administravam as tutelas em seu nome. Nem sempre foi fácil saber com precisão onde terminava o papel imperialista do organismo mundial, no sentido coletivo do termo, e onde começava o seu papel como aliada do movimento de libertação. O caso da Namíbia e a questão do povo ewe ilustraram alguns dos paradoxos desta situação. Examinemos este último caso com o amparo dos detalhes da história.

A ONU, imperialista e benevolente

Durante a primeira sessão do Conselho de Tutela das Nações Unidas, em 10 de abril de 1947, o seu presidente recebeu um telegrama vindo de Accra, Costa do Ouro (atual Gana), assim redigido:

"Conferência geral dos ewe: Togo francês, Togo britânico, Gold Coast. Saudações. Deploremos e protestemos contra a divisão do país dos ewe. Exijamos a unificação do país dos ewe sob uma administração única, a ser escolhida pela própria população mediante plebiscito."

Assim tinha início a questão envolvendo os ewe. De 1947 a 1960, da sua primeira reunião até a independência do Togo francês, o Conselho de Tutela não realizou sequer uma sessão sem que esta questão fosse abordada direta ou indiretamente.

Foi principalmente graças ao tratamento desta questão que este organismo estabeleceu a sua doutrina e uma parte dos seus métodos de trabalho, constituindo assim, para a Assembleia Geral das Nações Unidas, uma via pela qual diversos governos trataram os problemas políticos coloniais, antes de empreenderem uma ação com vistas à descolonização.

Os ewe sempre ocuparam a quase totalidade sul do atual Togo e o sudeste de Gana dos tempos atuais e são igualmente encontrados ao sul da República Popular do Benin e na Nigéria.
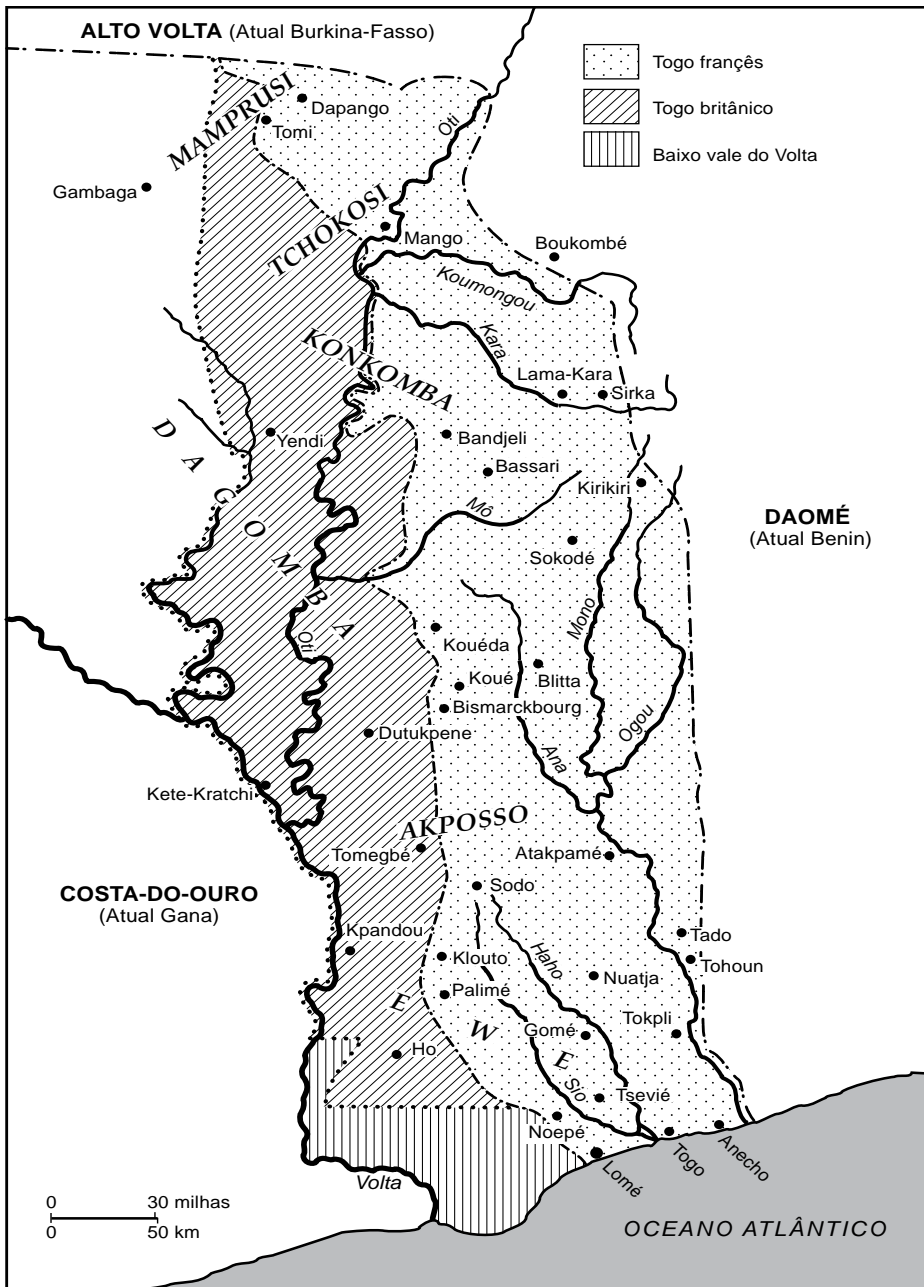
FIGURA 29.1 A região do Togo em 1919. Declaração franco-britânica de 10 de julho de 1919 (segundo E. K. Kouassi).

Durante a partilha da África, planejada por ocasião da conferência de Berlim, em 1884-1885, a maioria da população ewe encontrava-se no Togo alemão e alguns dentre os seus elementos estavam dispersos na Costa do Ouro e na Nigéria. Após o fracionamento do Togo alemão em uma zona inglesa e outra francesa, em vigor a partir de 1º de outubro de 1920 (mapa 29.1), os ewe foram ainda mais divididos. Contudo, não houve nenhuma manifestação em favor da sua reunificação antes da Segunda Guerra Mundial. Em 1943, uma campanha levada a cabo pela imprensa iniciou-se na Costa do Ouro, em favor da anexação do Togo, sob mandato francês; em 1944, criou-se um movimento panewe, a All Ewe Conference. Do lado francês, o Comitê de Unidade Togolês (CUT), associação até então exclusivamente cultural, transformava-se com o intuito de empreender análoga propaganda; este comitê nomeou como secretário-geral Sylvanus Olympio, naquele momento agente da United Africa Company (filial do grupo Unilever), que se tornaria, posteriormente, o primeiro presidente do Togo. Em 1947, estes são os movimentos com os quais se deparou a ONU.

A contenda ewe ressurgiu perante o Conselho de Tutela na sessão de novembro de 1947. Sylvanus Olympio representou o ponto de vista ewe frente ao Conselho e criticou o memorando franco-britânico, cujas soluções ele julgara insuficientes.

Pôde-se notar, ao longo deste primeiro debate, a extrema atenção dedicada pelo Conselho aos peticionários, os quais haviam sido aceitos para exporem os seus pontos de vista de viva-voz.

Na Comissão dos Mandatos da SDN, dominada pelas potências coloniais, estas últimas beneficiavam-se de plena autoconfiança, ao passo que, no Conselho de Tutela, fórum no qual elas se encontravam em minoria, o espírito era anticolonialista. Se o voto não foi mais crítico *vis-à-vis* dos britânicos e franceses, isso notadamente deveu-se ao impacto deixado pela solidariedade de Londres e Paris junto ao Conselho.

Uma missão de visita das Nações Unidas dirigiu-se à região do conflito, ao final de dezembro de 1949 e início de janeiro de 1950, passando a rever os principais pontos da questão ewe. Ela concluiu não ser este um problema exclusivamente de ordem econômica:

"Muitos togoleses, em ambos os lados da fronteira, adotam firme posição política e não citam as dificuldades fronteiriças senão como um argumento em meio a outros; *eles proclamam que a unificação é uma etapa essencial em sua marcha rumo ao* autogoverno *ou à independência*."

Em outros termos, eles consideravam que o *self-government* ou a independência, os quais eram, segundo a Carta, os objetivos essenciais do regime de

tutela, deveria ser realizado no quadro de um Estado togolês, cujas fronteiras correspondessem, aproximadamente, àquelas do ex-Togo alemão, defendendo, outrossim, que a manutenção da dupla administração seria incompatível com a concretização das suas esperanças.

Ao longo dos anos 1950, os administradores propuseram ampliar a Comissão consultiva, incluindo membros eleitos — e não mais nomeados — os quais representariam a opinião pública. Por outro lado, tornou-se evidente que, do lado britânico, a população do norte exigia ser incorporada à Costa do Ouro, ao passo que, do lado francês, ela defendia o *statu quo*. Nesta conjuntura, tendo em vista a estrita limitação do problema aos ewe, parecia fora de cogitação reconstituir o Togo nos seus limites coloniais alemães.

No outono de 1950, sucederam-se as eleições para a Comissão Consultiva. Elas ocorreram sem expressivas dificuldades no Togo britânico. No Togo francês, em contrapartida, sentindo escapar-lhe a vitória em virtude do sistema eleitoral adotado, o CUT retirou todos os seus candidatos a quatro dias da eleição. As cadeiras que lhe haviam sido reservadas foram atribuídas ao seu adversário, o Partido Togolês do Progresso (PTP). Ao final, em um total de 47 eleitos, 8 (Togo britânico) eram favoráveis à anexação junto à Costa do Ouro, 15 defendiam a unificação ewe e 24 apoiavam o *statu quo*. A Comissão reuniu-se em novembro, porém, em razão de seis delegados ewe britânicos boicotarem-na e dos representantes do CUT serem substituídos por aqueles do PTP, ela não podia senão conformar-se ao ponto de vista dos administradores. A maior parte, por conseguinte, pronunciou-se contra a unificação ewe.

A quarta Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, a qual então inaugurava a sua sessão, recebeu petições repreendendo o governo francês pelas modalidades da consulta eleitoral, bem como pelas detenções arbitrárias. Vários delegados criticaram a atitude do governo de Paris, levando-o a realizar uma investigação acerca da lisura das operações eleitorais. Pela primeira vez nas Nações Unidas, uma potência administrativa era objeto de duras críticas provenientes de membros não pertencentes ao bloco comunista. Na oitava sessão do Conselho de Tutela (fevereiro-março de 1951), britânicos e franceses encontraram-se na defensiva, embora tivessem procedido a importantes negociações diplomáticas em Washington e em Nova Iorque. Prevaleceu na ocasião a impressão segundo a qual as potências administrativas utilizavam procedimentos contemporizadores, aos quais convinha, energicamente, impor um termo: norte-americanos e iraquianos propuseram a realização de novas eleições, ao menos no sul. Finalmente, o Conselho solicitou rapidez aos administradores

no sentido de encontrarem uma solução para o problema, por intermédio da Comissão ampliada.

Durante a nona sessão do Conselho de Tutela, em maio de 1951, a Grã-Bretanha e a França demonstravam pouca imaginação em apresentarem um plano capaz de satisfazer o Conselho. Do lado britânico, a maior preocupação consistia nas consequências da autonomia interna da Costa do Ouro; do lado francês, planejava-se amplas reformas na África Ocidental. Em ambos os lados, preferia-se, portanto, não alterar o estado de coisas vigente no Togo. Na justa medida que estas reformas representavam não uma solução para o caso ewe mas, somente um meio de melhorar a situação deste povo, estes dois países foram criticados pelos representantes de diversos organismos políticos, em seus testemunhos perante o Conselho, tanto quanto foram submetidos à reprovação dos holandeses, dominicanos e argentinos, os quais consideraram-nas ações insuficientes.

Britânicos e franceses propuseram a criação de um novo Conselho Misto, específico para os assuntos togoleses, cuja finalidade seria "constituir, para os representantes da população dos dois Togo, um fórum de discussão no qual se efetuariam as trocas de opiniões referentes ao desenvolvimento destes territórios e onde seriam coordenadas e acompanhadas as medidas tomadas no intuito de assegurar a sua progressão em todas as esferas". Em novembro, a contenda sobreveio perante a sétima sessão da Assembleia Geral. A mesma perspectiva foi novamente apresentada e posteriormente criticada pelos "nacionalistas ewe".

A quarta Comissão recomendou que as administrações consultassem os partidos e grupos antes de constituírem o Conselho Misto e ampliassem as suas funções a fim de permitir-lhe examinar a unificação e todos os problemas ewe. Ele igualmente sugeriu que o Conselho de Tutela organizasse uma visita para proceder a um exame aprofundado da questão e formular recomendações. Assim sendo, a jurisdição de segundo grau (a quarta Comissão da Assembleia Geral) mostrava-se mais severa perante os administradores, comparativamente à sua homologa de primeira instância (o Conselho). Nesta data, o caso ewe perdeu a sua autonomia e tornou-se um dos elementos de um problema tridimensional; os dois outros elementos eram, por um lado, a união do Togo britânico à Costa do Ouro e o *self-government* para esta última, assim como, por outro lado, a mais estreita integração do Togo francês à União Francesa, acompanhada de uma tentativa de autonomia interna. O problema, inicialmente étnico e cultural, transformara-se em uma disputa territorial e política.

A delegação especial do Conselho de Tutela permaneceu *in loco*, durante os meses de agosto e setembro de 1951, circulou pelos territórios ao longo de

cinco semanas, recebendo um total de 2.896 petições. O seu relatório assim resumia a situação: uma maioria da população era favorável à independência mas, acrescentava-lhe condições – tornar ganenses os togoleses britânicos ou conduzir os togoleses franceses à União Francesa –, o que na prática anulava os desejos de unificação.

Segundo a recomendação da Comissão de Visita, o Conselho de Tutela adotou, em novembro de 1955, o principio de um referendo com o objetivo de garantir os anseios da população. No Togo britânico o referendo concedeu 93.000 votos favoráveis à unificação junto à Costa do Ouro e 67.000 votos em contrário; entretanto, na região sul, em outros termos, na área ewe, a maioria era antianexação. O Conselho de Tutela recomendou a anexação do Togo britânico à Costa do Ouro e a retirada do acordo de tutela, tão logo declarada a independência. Gana, resultante da união da antiga Costa do Ouro e do Togo britânico meridional, tornou-se membro da Organização das Nações Unidas em 1957.

Em respeito aos franceses, da independência da Costa do Ouro subjazia a autonomia para o Togo. Em 1956, a República Autônoma do Togo era proclamada e um referendo seria realizado em outubro. Pronunciaram-se 331.000 votos favoráveis à adoção de um novo estatuto e 22.000 pela manutenção da tutela.

Tendo atingido, segundo os termos da Carta, "a sua capacidade em administrar a si mesmo", o Togo poderia livrar-se dos acordos de tutela. No entanto, o Conselho de Tutela recusou-se a abolir estes acordos, defendendo a renovação, por sufrágio universal, da Assembleia Legislativa togolesa e a supervisão das eleições por um comissário das Nações Unidas, acompanhado de uma equipe de observadores. Finalmente, somente em 27 de abril de 1960, data da proclamação da independência do Togo, os acordos de tutela foram abolidos.

Após trinta anos, o caso ewe estava assim concluído,: Gana conquistara a sua independência, Togo também alcançara este estatuto e os ewe permaneciam divididos. A ONU uma vez mais conduzira ao seu termo uma das suas atribuições na qualidade de potência imperial coletiva.

O Congo: imperialismo coletivo em transição

A ação da ONU durante o processo de descolonização foi particularmente pronunciada no tocante à antiga colônia belga do Congo, atual República Democrática do Congo (conferir mapa 29.2).

As condições prévias para o desenvolvimento da África são a integridade nacional e a estabilidade política. Em sua ausência, o desenvolvimento durável não passa de uma quimera. As fronteiras da comunidade política devem ser seguras e bem consolidadas (integridade nacional) e as bases do poder político devem existir de modo durável (estabilidade política). O maior desafio a ser superado pelas Nações Unidas, em sua parceira com a África no seu processo de desenvolvimento, apresentou-se precisamente no momento da independência do Congo belga. A integridade nacional (as fronteiras) e a estabilidade política (a autonomia) do Estado recém-independente estavam ambas questionadas e as Nações Unidas encontravam-se sob fogo cruzado. Contudo, uma questão perdurava: a missão da ONU no Congo teria sido obra de um imperialismo coletivo de novo tipo, conduzida pela organização mundial? Ou um caso no qual a ONU agira como autêntica parceira da África? Em princípio, os Estados Unidos da América do Norte preocupavam-se mais fortemente com a integridade nacional do Congo (impedir a desintegração do país), comparativamente ao seu nível de inquietação demonstrado perante a estabilidade política (apoiar o governo saído das urnas, formado pelo primeiro-ministro Patrice Lumumba). A indecisão do secretário-geral da ONU e dos Estados Unidos da América do Norte finalmente desdobrou-se no assassinato de Lumumba. A estabilidade foi atingida ao preço do abandono da legitimidade política. A gênese destes acontecimentos remonta praticamente ao dia da proclamação, na capital Léopoldville (Kinshasa), da independência do Congo belga, recentemente "liberto". Este episódio histórico merece a nossa atenção, pois que a ONU atuou neste contexto, a um só tempo, como parceira da África, em prol do seu desenvolvimento, como aliada do continente, pela sua libertação, e na qualidade de potência imperial coletiva, de novo tipo.

Dois entre os atores principais do drama congolês de 1960-1961 pereceram neste combate duvidoso: Lumumba foi assassinado e Dag Hammarskjöld morreu em um inexplicável "acidente" de avião[2].

De 15 de julho de 1960, data em que chegaram a Léopoldville as primeiras tropas de pacificação das Nações Unidas, até 15 de janeiro de 1963, dia da aceitação pelo governo katanguense em impor um termo à secessão, nenhuma das peripécias da história congolesa pode ser analisada sem que haja menção à postura da ONU. Esta última era obrigada a responder ao chamado que lhe lançara o primeiro governo central congolês. À origem da crise encontram-se o

2 C. ROIRE, 1967.

FIGURA 29.2 O Congo-Léopoldville, atual República Democrática do Congo (segundo E. K. Kouassi.)

despreparo do Congo, quando da outorga formal da independência pela Bélgica, a quase total ausência de quadros técnicos, políticos e militares, bem como a arrogância da antiga potência colonial.

Em ordem do dia datada em 5 de julho de 1960, o general belga Jansens, comandante da força pública congolesa, declarava sem reservas aos seus homens:

"A independência é boa para os civis. Para os militares, nada existe além da disciplina. Antes de 30 de junho, vós possuíeis oficiais brancos [...]. Nada mudou."

Para os soldados congoleses que haviam assistido às festas da independência e ouvido o discurso pronunciado por Lumumba, perante o rei dos belgas, tratava-se de uma provocação lançada à história africana, haja vista que, para eles, algo realmente mudara. Os motins eclodiram na base Léopold-II, nos arrabaldes da capital, assim como em Thysville (Mbanza-Ngungu), situada a 200 quilômetros, em cujas guarnições exigiam a africanização dos quadros na força pública. Esta revolta, provocada pela postura dos oficiais belgas, representou o ponto de partida de todo o conflito. Na madrugada de 5 de julho, Lumumba tentou trazer a calma aos campos amotinados. No dia 6, ele destituiu Jansens, nomeou o seu tio, Lundula e o seu antigo secretário, Mobutu, chefes da força pública; elevando a patente de todos os suboficiais congoleses. Porém, a desordem militar ampliou-se.

No transcorrer destas revoltas em meio aos seus antigos seguidores, europeus foram ameaçados ou maltratados. Este caso relativo à força pública ofereceu aos belgas o pretexto para o reforço das suas tropas mobilizadas *in loco*. Vários batalhões de pára-quedistas foram enviados a Léopoldville, a Luluabourg (Kananga) e a Élisabethville (Lubumbashi) com o intuito de assegurar a proteção dos cidadãos belgas. Na capital provincial katanguense, não se tratava tão somente de retomar o controle da força pública, era questão de igualmente lograr êxito na operação de secessão. Três dias após a chegada dos reforços belgas, ou seja, em 11 de julho, Moïse Tshombé entrou em cena e proclamou a "independência" da província.

O governo central reagiu solicitando ao embaixador dos Estados Unidos da América do Norte, M. Timberlake, o envio de 3.000 soldados americanos ao Congo; Lumumba e Joseph Kasavubu telegrafaram ao Secretário-Geral da ONU, naquele momento em Genebra, com vistas a solicitar-lhe apoio militar da ONU. O governo de Léopoldville demandava uma intervenção da organização internacional para interromper as ações belgas; ele contava, a este respeito, com o apoio dos países da Ásia e com os Estados socialistas, assim como com os mais radicais Estados africanos, os quais ulteriormente formaram o Grupo

de Casablanca. A maioria do Conselho de Segurança, reunido em 13 e 14 de julho, e o Secretário-Geral, à época um dos homens-chave de todo este período, o tunisiano Mongi Slim, decidiram, todos, enviar uma força da ONU ao Congo para restabelecer a ordem no país.

Tudo desdobrou-se, portanto, neste 14 de julho de 1960: a resolução de Mongi Slim, quem obtivera o apoio dos Estados Unidos da América do Norte enquanto britânicos e franceses permaneciam integralmente solidários com Bruxelas, zelosos em evitar qualquer internacionalização, esta medida simplesmente "solicitava a retirada das tropas ao governo belga" e previa um apoio militar da ONU ao governo congolês, até que "as forças nacionais de segurança" fossem "capazes, em sua opinião, de cumprirem com sucesso as suas tarefas". Estava-se então muito distante do pleito de Lumumba e de Kasavubu. Em seu segundo telegrama a Hammarskjöld, eles definiam: "A ajuda solicitada não tem como objetivo restabelecer a situação interna no Congo, mas pretende oferecer proteção ao territorio nacional contra ações agressivas executadas por tropas metropolitanas belgas".

Em 15 de julho, durante a noite, as primeiras tropas das Nações Unidas chegavam a Léopoldville, sob o comando do general sueco Van Horn: 300 tunisianos e 80 ganenses. Nos dias posteriores, a força da ONU foi estabelecida. Quando Lumumba foi aos Estados Unidos da América do Norte, ao final de julho, os Boinas Azuis contabilizavam 11.155 homens. Os mais importantes contingentes, os quais inclusive desempenharam decisivo papel político nas semanas posteriores, eram formados pelas forças do Marrocos (2.465 homens), de Gana (2.412) e da Tunísia (2.151). Entretanto, a presença das tropas das Nações Unidas não resolveu nenhum dos dois problemas que justificavam, aos olhos do governo congolês, a sua presença e a sua ação no território nacional: a secessão katanguense consolidava-se e as tropas belgas permaneciam todavia operantes.

Uma nova reunião do Conselho de Segurança, em 21 e 22 de julho, desdobrou-se em uma nova resolução, reiterando a primeira interpretação do Conselho acerca do papel cabível à força da ONU: tratava-se de manter a ordem. A atitude hesitante de Hammarskjöld neste período justificava-se parcialmente pelo nítido surgimento de divisões no seio da equipe dirigente congolesa. Enquanto Lumumba demandava o fim da secessão do Katanga, se necessário, pelo emprego da força, em nome de uma concepção unilateral e centralizadora, o presidente Kasavubu permanecia favorável a uma solução federal: no início de agosto, ele telegrafou com este objetivo ao Conselho de Segurança. A mensagem sugeria implicitamente ser ainda possível negociar com Tshombé.

O equívoco e a confusão ganhavam porte. Igualmente, quando o Conselho de Segurança reuniu-se pela terceira vez, em 8 e 9 de agosto de 1960, o propósito foi acompanhar a solicitação do secretário-geral para que os poderes fossem definidos, bem como, que se lhe fosse dito, claramente, se as forças das Nações Unidas deveriam proceder à ocupação irrestrita da província katanguense. A esta questão específica, o Conselho de Segurança ofereceu uma nova resposta vaga: a terceira resolução de Mongi Slim reconhecia perfeitamente como "absolutamente necessária" a entrada das tropas da ONU no Katanga, contudo, ela igualmente expressava, um parágrafo adiante, que a força das Nações Unidas "não tomaria partido em nenhum conflito interno, que ela não interviria de modo algum em semelhante conflito e não seria utilizada para influenciar em seus desdobramentos."

Nestas condições, Hammarskjöld foi obrigado a sozinho tomar decisões capitais. Em 10 de agosto, quando ninguém, sequer a Bélgica, havia reconhecido a independência katanguense, ele telegrafava a Tshombé, intuindo manter uma "franca troca de opiniões", em respeito às "modalidades da atuação das tropas das Nações Unidas no Katanga". Em 12 de agosto, ele aterrissou em Élisabethville (atual Lubumbashi), em companhia do general marroquino Kettani e junto a 300 Boinas Azuis oriundos da Suécia: em dois dias de negociações, Tshombé conseguiu obter a aceitação das dez condições, por ele impostas, para o envio das tropas das Nações Unidas ao Katamga. A ONU engajou-se especialmente em não intervir nas questões políticas ou administrativas internas da província, não permitir a utilização de nenhum dos seus meios de transporte, aviões ou outros, para introduzir no Katanga indivíduos enviados pelo governo de Léopoldville (atual Kinshasa), ou emissários deste último, assim como em não se imiscuir nos assuntos jurídicos e administrativos do Katanga, até o definitivo estabelecimento da Constituição congolesa e a sua aprovação pelo Katanga, com a manutenção do *statu quo* baseado na Constituição katanguense. Aceitando estas condições, o Secretário-Geral aceitou o princípio da "coexistência" entre as forças das Nações Unidas e o Katanga e renunciou implicitamente em ajudar o governo central congolês a retomar o controle sobre a província secessionista. Dando crédito a Tshombé e por seu intermédio, aos belgas, o Secretário-Geral enganara-se redondamente. Não somente o compromisso não trazia solução alguma ao problema da secessão katanguense, mas ele inclusive provocou um conflito entre Hammarskjöld e Lumumba, disputa que não se resolveria senão por ocasião da morte do Primeiro-Ministro congolês. O papel da ONU tornava-se imperialista.

Desde 14 de agosto de 1960, Lumumba protestou contra o acordo estabelecido por Hammarskjöld e apresentou junto à ONU cinco reivindicações muito

precisas que viriam totalmente ao encontro do compromisso de Élisabethville. O Primeiro-Ministro congolês pleiteava ao organismo internacional:

1. confiar a guarda dos aeródromos congoleses à policia e aos soldados congoleses;
2. enviar tropas africanas imediatamente ao Katanga;
3. colocar aviões à disposição do governo central congolês, para o transporte das suas tropas em toda a extensão do território nacional;
4. proceder prontamente à apreensão de todas as armas distribuídas pelos belgas no Katanga, recolocando estas armas em poder do governo central;
5. retirar urgentemente todas as tropas não africanas em operação no Katanga.

A crise se agravava e as tendências neoimperialistas, dos funcionários e militares da ONU, tornavam-se manifestas quando, no dia 5 de setembro, o presidente Kasavubu, após negociações com dois emissários belgas, senhores Denis e Van Bilsen, decidiu destituir Lumumba, anunciando o fato em emissão radiofônica, na mesma noite, às vinte horas e quinze minutos. O conflito entre os dois homens era latente desde a época da luta pela independência. Era normal que Kasavubu escolhesse, para romper abertamente, o momento no qual Lumumba parecia ter perdido parte do seu "peso" internacional: somente os países comunistas, assim como a República Árabe Unida e a Indonésia, sustentavam-no realmente em relação a esta sua querela com Hammarskjöld. O Primeiro-Ministro tentou responder: menos de uma hora após o seu rival, ele dirigiu-se aos estúdios da rádio e pronunciou uma alocução na qual afirmou "não mais haver chefe de Estado".

Martírio e reforma

Aqui se situa um dos mais turbulentos episódios da ação dos homens da ONU. Em 6 de setembro, no início da tarde, Andrew Cordier, colaborador próximo de Hammarskjöld, requeria o contingente ganense, comandado pelo coronel Ankrah, com vistas a montar-se guarda e proteger o imóvel da rádio e enviava uma nota a Lumumba interditando-o, desde logo, de dirigir a palavra aos seus concidadãos. Simultaneamente, os Boinas Azuis marroquinos de Kettani cercavam a casa do Primeiro-Ministro. O imperialismo coletivo vinha servir-se das tropas africanas para impedir Lumumba de manter a independência *vis-à-vis* do Ocidente e a integridade territorial do Congo.
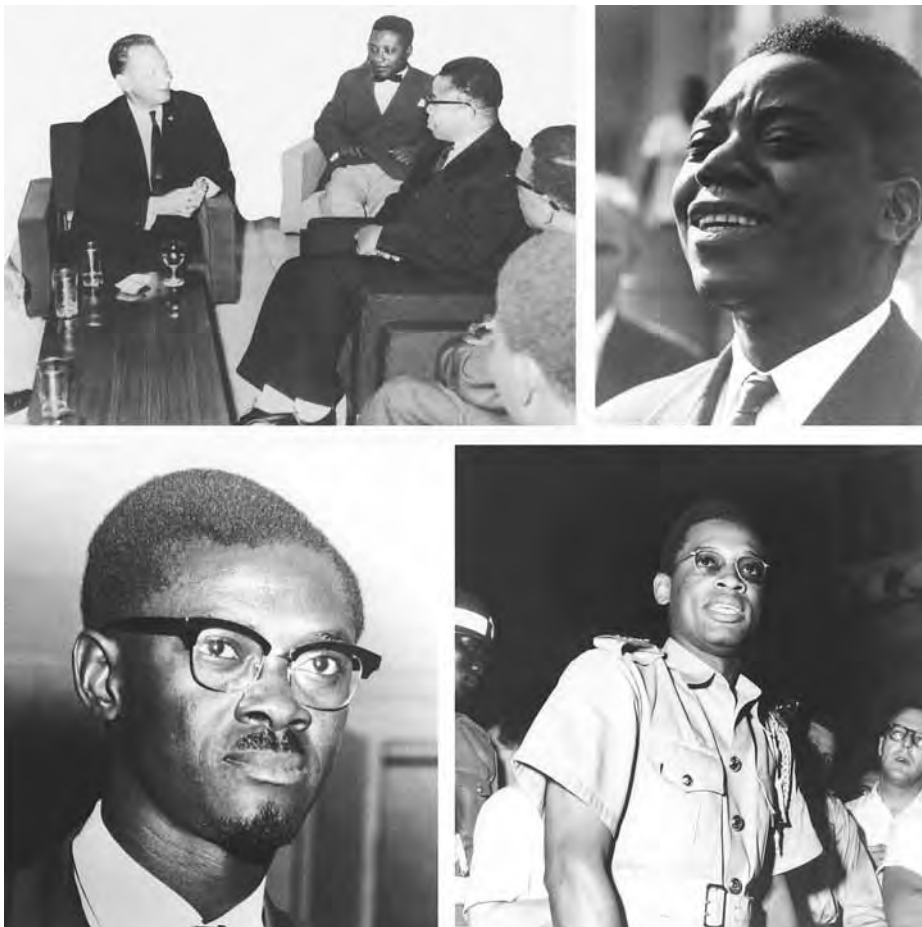
FIGURA 29.3 Acima, à esquerda: Dag Hammarskjöld (à esquerda), secretário-geral das Nações Unidas, e Joseph Kasavubu (sentado à direita, de perfil), presidente do Congo, durante encontro em Léopoldville (atual Kinshasa) no dia 29 de julho de 1960. Acima, à direita: M. Tshombé, primeiro-ministro da província secessionista do Katanga (Shaba), em Élisabethville (Lubumbashi), no mês de agosto de 1960. Abaixo, à esquerda: Patrice Lumumba, primeiro-ministro da República do Congo, em julho de 1960. Abaixo, à direita: o coronel J. D. Mobutu, chefe do exército congolês, em setembro de 1960. (Foto: Associated Press, Londres; Nations Unies.)

Enquanto Lumumba solicitava sem sucesso um lugar em voo com destino a Nova Iorque, onde pretendia expor perante a ONU as posições do seu governo, Kasavubu, naquele momento considerado pelo organismo como a única autoridade inconteste no plano legal, dirigia-se a Manhattan sem dificuldade alguma. Ao final dos debates que duraram, entre discussões fechadas e sessões plenárias,

de 7 a 22 de novembro, Kasavubu foi reconhecido como a única personalidade congolesa capaz de designar uma delegação do seu país.

Quando Kasavubu retornou a Léopoldville, na noite de 27 de novembro, na qualidade de grande vencedor, Lumumba havia definitivamente perdido a disputa. O chefe do único governo central que tenha recebido, na forma da lei, a investidura do Parlamento, estava então neutralizado. A sua única esperança reduzia-se a Antoine Gizenga, substituto de Finant em 13 de novembro, à frente do governo provincial de Stanleyville (atual Kisangani). Quando tentava fugir de Léopoldville, em dezembro de 1960, para alcançar a província oriental, Lumumba foi capturado pelas tropas de Mobutu e pouco após enviado ao Katanga, onde foi executado em 17 de janeiro de 1961, diante de Tshombé e dos seus ministros. Foi portanto esta passividade da ONU, até o anúncio oficial da morte de Lumumba por G. Munongo, ministro do interior do Katanga, no dia 13 de fevereiro, que mais revoltou a opinião pública mundial daquela época.

Lumumba não morreria em vão. A sua morte finalmente conduziu o Conselho de Segurança a livrar-se da sua aparente "neutralidade", na qual ele se confinara desde o início da crise. A emoção provocada pela morte de Lumumba obrigou a ONU a recomendar ao seu Secretário-Geral determinadas condutas de ação mais precisas que outrora.

Em meio ao tumulto desencadeado pelo desaparecimento de Lumunda, os países afro-asiáticos, os quais de longa data haviam sido conduzidos, de parte a outra, entre os dois blocos, mas que desta feita encontravam-se todos indignados, souberam impor uma resolução, capaz de conceder novo impulso à ação da ONU. Texto datado de 21 de fevereiro e adotado quando recém fora anunciado, por Dayal, o massacre de seis dirigentes partidários de Lumumba, obra de Albert Kalondji, no Kasaï, esta decisão atribuía como tarefa às tropas das Nações Unidas prevenir os perigos de uma guerra civil e do recurso à força, "caso necessário e em último recurso", para restabelecer a paz. Solicitando, por outro lado, que medidas fossem tomadas para a evacuação dos mercenários e de "todo o pessoal militar e paramilitar, bem como dos assessores políticos belgas", a resolução fazia expressamente referência à unidade e à integridade territorial do Congo. Hammarskjöld podia então, enfim, caso quisesse, reduzir pela força a secessão katanguense e a intervenção belga. Mas, Kasavubu, cuja autoridade fora reconhecida pela ONU, não lhes reservava o direito de intervirem. Entretanto, em 17 de abril, ele rendeu-se aos argumentos dos dois novos enviados especiais do Secretário-Geral, o ganense Gardiner e o nigeriano Nwokedi: ele aceitou cooperar com as Nações Unidas como contrapartida a duas promessas,

as quais foram cumpridas – a reconvocação do indiano Dayal e uma assistência financeira às autoridades de Léopoldville.

A consequência deste acordo foi a conferência de Coquilhatville (atual Mbandaka) que reuniu todas as províncias antilumumbistas. Kasavubu declarou reconhecer a validez das resoluções das Nações Unidas e aceitar convocar o Parlamento congolês. Em razão do manifesto desacordo de Tshombé, soldados fiéis a Kasavubu detiveram o líder katanguense; ele permaneceu em cárcere privado na capital Léopoldville até a sua aceitação da reunião planejada no Parlamento. Por um momento houve a impressão que a solução dos problemas do Congo estava próxima. Entretanto, a brusca mudança de postura de Tshombé, desde o seu retorno a Élisabethville, arruinou estas esperanças. O Parlamento congolês reuniu-se em 27 de julho, com maioria absoluta de lumumbistas e estabeleceu um governo de união nacional presidido por Cyrille Adoula. Porém, os problemas permaneceram intactos: o exército congolês prosseguiu em sua política independente e, sobretudo, Tshombé e os seus protetores reforçaram a sua secessão. Estimasse que o número total de mercenários e "conselheiros", presentes no Katanga, elevava-se na ocasião a cerca de 1.500 homens. Contudo, até o final, os funcionários das Nações Unidas acreditaram ser possível lograr êxito em sua missão, sem recorrer à força.

Mediante ordens assinadas por Kasavubu, as tropas indianas e suecas tentaram, a partir de 28 de agosto de 1961, dominar os mercenários e "evacuá-los". As tropas das Nações Unidas ocuparam, sem encontrar a menor resistência, os aeródromos e os pontos estratégicos de Élisabethville, além de terem detido 273 "não africanos", dentre os quais 237 belgas. Até 13 de setembro, tudo ocorreu como previsto. Mas, quando os Boinas Azuis indianos, com a anuência do representante local da ONU, O'Brien, tentaram proceder às ações mais relevantes, a saber, o desarmamento dos mercenários de Faulques e Lasimone, desde logo os combates eclodiram com maior intensidade. Por toda a parte, em Katima tanto quanto em Jadotville (atual Likasi), as tropas das Nações Unidas foram isoladas e cercadas.

Iniciada em péssimas condições, sem preparo e tampouco aprovação explícita dos alto-dirigentes da ONU, esta ofensiva do dia 13 de setembro configurou um fracasso para Hammarskjöld. Por intermédio dos britânicos, muito presentes e ativos durante este período, Hammarskjöld solicitou e obteve de Tshombé a promessa de um cessar-fogo seguido de negociações, as quais jamais ocorreriam. Em 17 de setembro, pouco após a meia-noite, o avião conduzindo Hammarskjöld a Ndola, em territorio rodesiano (atualmente zambiano), fez uma manobra brusca sobre o aeródromo, chocando-se violentamente contra o

solo, doze quilômetros adiante. Tal qual a morte de Lumumba, a sua foi, igual e tragicamente, útil; ela gerou a vontade de reduzir, por todos os meios, a secessão katanguense, anseio manifestado pela resolução de 21 de novembro de 1961, patrocinada por Sithu U Thant, o novo Secretário-Geral. Esta resolução fazia explicitamente menção ao uso da força pelo contingente das Nações Unidas no Congo, caso necessário fosse, para reduzir o número de mercenários e, por conseguinte, a secessão. Os meios ainda indisponíveis às tropas das Nações Unidas foram-lhes concedidos; os Estados Unidos da América do Norte, em particular, forneceram aviões à reação. O objetivo da operação militar, desencadeada em 18 de dezembro pelas forças das Nações Unidas, foi exclusivamente político: conduzir Tshombé a negociar. Igualmente, desde a ocupação do centro de Élisabethville, aqueles que mais vigorosamente haviam apoiado a iniciativa da ONU, a saber, os americanos, dedicaram-se a impor-lhe um termo, levando, com este propósito, Tshombé a aceitar uma negociação com Léopoldville. Estas negociações foram prejudicadas pelas tergiversações e manobras de Tshombé e, como consequência, a ONU lançou uma ofensiva decisiva, com total apoio dos Estados Unidos da América do Norte. Perfeitamente levada a cabo ao longo dos primeiros dias de janeiro de 1963, a operação desdobrou-se na declaração de submissão dos ministros katanguenses. Aquando da queda do seu derradeiro bastião, em 21 de janeiro, na cidade de Kolwezi, Tshombé encontrava-se situação crítica: desde uma semana antes, a União Mineira do Alto-Katanga levara ao conhecimento de todos que estaria pronta a doravante depositar os seus encargos, relativos à exploração das jazidas, ao governo central. Após ter ensaiado manter-se no cenário político ainda por alguns meses, Tshombé refugiou-se na Europa em 15 de junho de 1963.

Ele não retornaria ao Congo senão um ano mais tarde, em 26 de junho de 1964, quatro dias antes da partida dos soldados das Nações Unidas, os quais, malgrado hesitações dos seus chefes, haviam finalmente logrado vencer a secessão. Teria a ONU consumado a sua tarefa no campo militar? Caso o seu mandato tivesse consistido em realmente estabelecer a paz no Congo, a força das Nações Unidas teria indubitavelmente permanecido mais tempo *in loco*: o ano 1964 foi, com efeito, aquele durante o qual ocorreu a mais terrível guerra conhecida pelo país desde a sua independência. A "rebelião" propagou-se, mas a ONU não interveio.

No curso dos últimos meses da sua presença, os 5.350 homens das Nações Unidas presentes no país não desempenharam nada além do papel de fiadores da legitimidade do governo central de Adoula. Na manhã de 30 de junho de 1964, ninguém sugeriu manter uma presença militar da ONU no Congo.

A ONU, teria ela logrado êxito em sua missão no conflito congolês? O Congo, teria ele mais rapidamente superado o caos se as organizações internacionais tivessem mais pronta e fortemente atuado contra a secessão katanguense e os seus aliados em alguns países europeus? Seriam justamente os interesses de toda a comunidade internacional ou aqueles de um único campo que a ONU fizera triunfar? Estas questões, às quais somente a história poderá responder, em nada mudam os fatos: a intervenção da ONU, requerida por Patrice Lumumba, era necessária. A Guerra Fria não foi importada para o Congo pela organização internacional, ela instalou-se nesse contexto porque este país era, a um só tempo, um dos mais ricos da África (em virtude dos seus recursos minerais) e um dos mais vulneráveis (obra do colonialismo belga). Sem a ONU, o que teria advindo ao Congo? Com a ONU, ele ao menos sobreviveu.

No Congo, a ONU desempenhou, integral e efetivamente, os três papéis por ela exercidos na África. Ela por vezes mostrou a face de uma potência imperial coletiva; os erros que ela então cometeu, por omissão ou no tocante às ordens, custaram a vida de Patrice Lumumba. No Congo, a ONU igualmente apresentava-se como parceira da África em prol do seu desenvolvimento, além de se ter esforçado, a este respeito, para salvaguardar os pré-requisitos necessários, a integridade nacional e a estabilidade política do frágil Congo. Entretanto, a ONU também foi a aliada da África naquilo que concerne à sua luta de libertação, quando ela dedicou-se a impedir o surgimento de novas formas de colonização no Congo pelos belgas e por outros.

Em respeito a este último papel, como aliada pela libertação, a ONU mantinha a sua recente tradição de apoio à descolonização, tradição esta que sofrera precedentemente a sua grande prova, em relação aos direitos reivindicados pela França sobre a Argélia. Voltemo-nos agora para esta questão referente à descolonização, na Argélia e alhures.

A ONU, aliada do movimento de libertação

Do ponto de vista do apoio oferecido pela ONU à descolonização e à libertação da África, a questão argelina consistiu no maior problema dos anos 1950. Poucas potências imperiais resistiram com tamanho afinco à perda de uma colônia quanto demonstrou a França relativamente à Argélia. E, no entanto, a Franca era membro-permanente do Conselho de Segurança (com direito de veto), além de aliada dos Estados Unidos da América do Norte, desde 1948, no seio da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Nestas condi-

ções, quais chances poderia ter a organização mundial de apoiar a libertação da Argélia? Voltemo-nos mais proximamente à questão argelina.

Todos sabem que o trabalho desenvolvido pela Organização das Nações Unidas, para ajudar os Estados recém-independentes da África em seu nascimento, acelerou o processo da sua descolonização. Este quadro é valido tanto para a África do Norte quanto no tocante à África negra.

Em 16 de outubro de 1952, a Assembleia Geral decidiu inscrever em sua ordem do dia os problemas subjacentes à manutenção do papel da França na Tunísia e no Marrocos. A França alegou em vão a incompetência das Nações Unidas, invocando o famoso parágrafo sétimo do artigo 2 da sua Carta, o qual exclui a intervenção da ONU nos assuntos internos dos Estados-membros. O Sr. Robert Schuman não soube convencer a Assembleia que os assuntos destes protetorados diziam exclusivamente respeito à França e, em dezembro de 1952, uma primeira resolução foi adotada a este respeito.

A Assembleia exerceu ainda mais vigorosa e vigilante pressão durante o desenrolar da crise argelina que, por sua vez, degenerara em guerra aberta, a partir de 1954. O governo francês acreditava dispor de mais relevantes vantagens jurídicas em defesa da não intervenção na Argélia. Entretanto (aqui citamos o discurso proferido por Ahmed Ben Bella perante a Assembleia Geral, em 9 de outubro de 1962, após o voto unânime em favor da admissão do seu país na ONU),

"durante sete anos, a questão argelina reapareceu regularmente em cada uma das sessões da vossa assembleia. Os debates por ela suscitados balizaram as peripécias de um conflito que vós pudestes dimensionar e do qual foi possível conhecer as características".

O caso argelino (mapa 29.4) é exemplar em respeito ao papel desempenhado pela ONU no processo de descolonização. Foi notável a concordância de numerosas iniciativas governamentais francesas com o desenrolar da questão na Assembleia Geral. Por exemplo, os debates parlamentares na França acerca da adoção da lei de enquadramento, em 1957, colocaram especialmente em evidência o desejo dos interventores em compensarem junto à opinião publica internacional, através de algumas ações liberalizantes, os efeitos do recrudescimento da guerra.

Em setembro de 1955, ao longo da décima sessão da Assembleia Geral, os países afro-asiáticos fizeram uma primeira tentativa no sentido de envolver a ONU com o problema argelino, apresentando-o como uma potencial ameaça à paz mundial. Antoine Pinay, ministro francês das relações exteriores, retomou então o argumento do artigo segundo em seu sétimo parágrafo: a Argé-
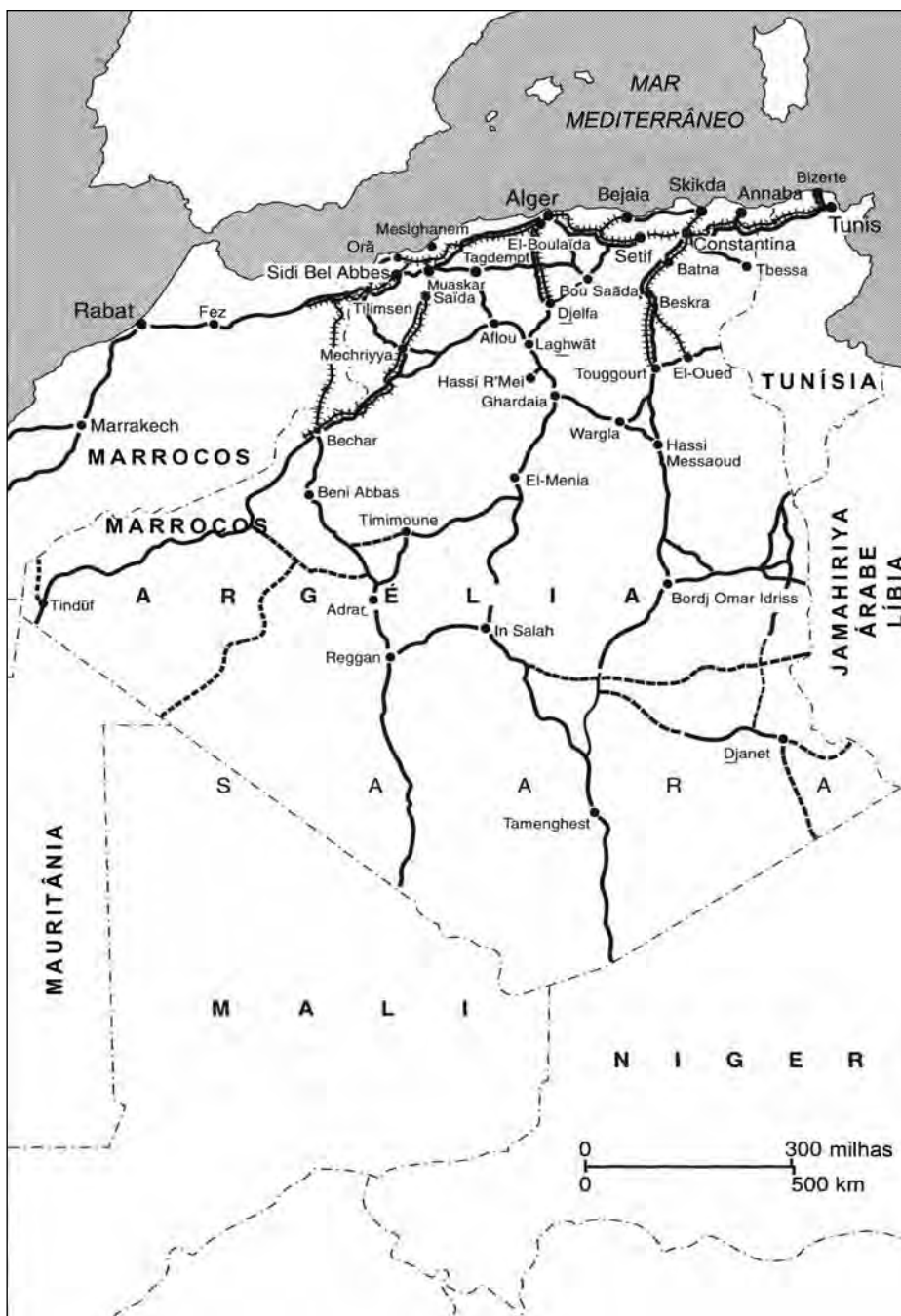
FIGURA 29.4 A Argélia (segundo E. K. Kouassi)

lia estava juridicamente integrada, há cento e vinte e cinco anos, ao território metropolitano, tratava-se então perfeitamente de um caso ao qual se aplicava a disposição da Carta. Contudo, em que pesem manobras relativas aos "procedimentos diplomáticos", houve, em 30 de setembro de 1955, 28 votos favoráveis à inscrição na ordem do dia, 27 manifestações em contrário e 5 abstenções. Para a França foi a oportunidade de "bater a porta", praticar por algum tempo uma política absenteísta e deixar transparecer que ela poderia inclusive abandonar a Organização. De tal modo que a Assembleia Geral retomaria a sua decisão: o problema argelino foi retirado da ordem do dia em 25 de novembro de 1955, levando a França a retomar o seu posto. Este quadro não consistiria senão em um adiamento da questão: o representante da Frente de Libertação Nacional (FLN) no grupo afro-asiático obteve prontamente o compromisso em favor da criação de uma subcomissão especial do grupo, encarregada do assunto (ela foi presidida por U Thant, então delegado da Birmânia).

Em junho de 1956, o Conselho de Segurança foi tomado de surpresa com um pedido de convocação, derivado de ações dos Estados árabes e baseado nos artigos 34 e 35 da Carta (indicando para todo o Estado-membro a possibilidade de levar ao conhecimento do Conselho de Segurança as "contendas e situações passíveis de ameaçarem a paz e a segurança internacionais"). Esta ação configurou outro fracasso. O grupo afro-asiático, arguindo a violação da Declaração Universal dos Direitos do Homem pela França, acusada de travar uma guerra de extermínio, renovou então o seu pedido de inscrição na ordem do dia da Assembleia Geral de novembro de 1956, obtendo-a sem debate. A resolução de compromisso latino-americana, adotada em fevereiro de 1957 após a recusa do projeto afro-asiático perante a Comissão Política, circunscreveu-se em considerações suficientemente genéricas e vagas, a ponto de não afetar em demasia a susceptibilidade francesa, sequer mencionando o direito do povo argelino à autodeterminação e restringindo-se a expressar "a esperança em uma rápida e pacífica solução, inspirada no espírito de cooperação, democrática e justa, com a ajuda dos meios apropriados e em conformidade com os princípios da Carta das Nações Unidas".

Contudo, este voto representava um sucesso para a FLN, na justa medida que ele indiretamente afirmava a competência das Nações Unidas. O mesmo cenário desdobrou-se durante a sessão de setembro de 1957: inscrição, sem debate, na ordem do dia e sem a oposição da França que, mantendo a sua argumentação jurídica, visava conduzir os debates a bom termo, intuindo "responder às acusações e calúnias" contra ela dirigidas e não deixar aos seus adversários o monopólio da tribuna.

A questão argelina era reveladora em respeito ao novo estado de espírito anticolonial reinante no organismo mundial. Em 1958 foi formado o grupo africano em oposição ao imperialismo virulento. Gana, onde viviam os dirigentes da União das Populações de Camarões (UPC), e a Guiné apoiaram um projeto de resolução exigindo a suspensão da interdição da UPC, bem como a realização de novas eleições em Camarões, sob o controle da ONU. A Índia e a maioria dos Estados asiáticos defendiam a proposição francesa, com tendência a conceder a independência a Camarões, em ausência de novas eleições. Esta proposição foi adotada. Em apoio à FLN argelina, pressões igualmente foram exercidas pelos Estados africanos, gerando a cada sessão um clima hostil à França. Por outro lado, a campanha *antiapartheid* conduzida pelo pequeno grupo africano, durante o ano 1958-1959, levou os Estados Unidos da América do Norte a votarem favoravelmente à resolução de condenação da África do Sul, em lugar da abstenção.

O ano de 1960 representou um momento especial para a África e também foi o período de uma tomada de consciência do Secretariado Geral das Nações Unidas em referência a certa responsabilidade global sobre o continente negro. Assim sendo, em janeiro de 1960, o Secretário-Geral Dag Hammarskjöld realizou uma grande viagem de seis semanas pela África, durante a qual ele se reuniu com a maioria dos futuros chefes de Estado africanos. Desde então ele tomou consciência da imensa tarefa a ser cumprida, este "estado de espírito" estava acompanhado, neste mesmo ano, de um extraordinário trabalho de informação executado pela imprensa.

Um acontecimento de excepcional gravidade igualmente produziu-se em 1960. Trata-se do massacre de Sharpeville, na África do Sul, a provocar em 25 de março o pedido de convocação de uma reunião do Conselho de Segurança e o subsequente voto da famosa resolução de 1º de abril, exigindo o abandono do *apartheid* pela África do Sul. Este voto foi considerado uma vitória para o grupo africano e, certamente, não foi estranho à autorização concedida por Pretória para a visita, em julho, do Secretário Geral das Nações Unidas.

Ao final de 1960, os delegados africanos da Assembleia Geral obtinham um novo sucesso, prova do seu prestígio, fazendo adotar, após a rejeição de uma proposta soviética, uma resolução contra o colonialismo na África, por 90 votos contra nenhum em contrário e 9 abstenções. A ONU tornar-se-ia um aliado confiável para a África, em sua luta de libertação.

Assim sendo, malgrado as suas dificuldades internas, os Estados africanos desempenharam, no palácio de vidro de Manhattan, um papel não negligenciável, fato este ocorrido apesar da divisão das delegações africanas em dois grupos:

o grupo de Casablanca (Gana, Guiné, Mali, Marrocos, República Árabe Unida e Governo Provisório da República Argelina) e o grupo de Brazzaville, reunindo quase todos os outros Estados da antiga África francesa.

O ano de 1961 começou com a questão de Angola (sublevações na capital Luanda, no mês de fevereiro, insurreição em março), evocada em três ocasiões nos meses de março e abril, questão esta que suscitou um voto do Conselho de Segurança (9 votos favoráveis e 2 abstenções) convidando o governo português a suspender a repressão. O ano prosseguiu com o conflito franco-tunisiano de Bizerte, o qual teve como consequência, por ocasião da sessão extraordinária do mês de agosto, a resolução convidando a França a retirar as suas tropas do conjunto do território tunisiano. Esta resolução, adotada por 66 votos favoráveis e 30 abstenções, recebeu 8 sufrágios do grupo de Brazzaville.

No tocante ao problema da descolonização, o final do ano 1961 representou o momento de elaboração de várias propostas com o objetivo de fixar um prazo máximo para a independência das colônias africanas. O ano 1962, proposto pelos soviéticos, foi rejeitado em razão da sua proximidade; em contrapartida, 1970, sugerido pela Nigéria e pela Libéria, pareceu muito longínquo aos olhos de numerosas delegações. Finalmente, renunciou-se ao prazo limite, mas uma resolução foi votada, estabelecendo uma Comissão Especial das Nações Unidas para os países ainda colonizados. Esta Comissão, formada por representantes por países da Ásia e da África, das potências coloniais, dos Estados Unidos da América do Norte e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, conhecida pelo denominação "Comissão dos Dezessete", foi efetivamente implantada em janeiro de 1962.

A partir de 1963, a situação melhorou sensivelmente graças, sobretudo, ao fim do conflito argelino e ao final da anarquia que prevalecia no Congo. Igualmente ocorreu, como vimos, a criação da Organização para a Unidade Africana (OUA), inaugurando uma nova era no curso da evolução das relações entre a África e as Nações Unidas. Com a criação da OUA, em maio de 1963, a África podia desde então apoiar-se sobre uma estrutura de acolhimento, de diálogo, de negociação e de acordos com o mundo exterior.

Como consequência, as relações da ONU com a África sofreram profundas modificações, a um só tempo quantitativas e qualitativas. Por um lado, a representação do continente no seio da Organização passou de um décimo para aproximadamente um terço, em 1963 (esta proporção permaneceria constante até 1980). Por outra parte, os Estados africanos haviam tomado consciência tanto das mudanças nas relações de força, ocorridas em seu favor, quanto da especificidade de alguns dos seus interesses. Eles formularam exigências pre-

cisas e o seu objetivo central consistia em tornar proporcional a sua influência diplomática, quiçá política, à sua importância numérica.

A convergência da filosofia da ONU, edificada durante a Segunda Guerra Mundial pelos seus futuros vencedores, com as exigências dos Estados africanos, diferentes por muitas razões, produziu relações complexas, equivocadas e, eventualmente, difíceis, em relação à África.

A parceria em prol do desenvolvimento, estabelecida entre a ONU e a África, mostrou-se mais difícil a executar, comparativamente à sua aliança pela libertação. Algumas dentre as diferenças mais conflituosas surgidas entre as instituições das Nações Unidas e a OUA diziam respeito às concepções e abordagens tangentes ao desenvolvimento. Algumas destas divergências consistirão agora no objeto da nossa atenção.

A ONU, parceira no desenvolvimento

As relações estabelecidas entre a África e a ONU passam, essencialmente pela colaboração entre a Organização para a Unidade Africana e a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA); o nascimento desta colaboração e alguns aspectos relativos aos seus efeitos foram examinados nos capítulos precedentes. Limitaremo-nos aqui àquelas relações entre estes dois organismos tocantes ao duplo plano institucional e normativo.

Em abril de 1958, a Organização das Nações Unidas criou uma Comissão Econômica para a África, cuja missão consistia em acelerar o desenvolvimento econômico e social do continente africano, efetuar estudos e levantar informações sobre a conjuntura regional para o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, criador e controlador desta Comissão.

Entretanto, a OUA, criada em 1963, afirmara de imediato a sua competência em coordenar, intensificar e harmonizar a cooperação entre os povos africanos, em todas as esferas, aqui compreendidas as atividades da CEA. Desta forma, o artigo XX da Carta de Addis-Abeba autoriza a Conferência dos Chefes-de-Estado a criarem cinco comissões especializadas, entre as quais uma Comissão Econômica e Social, encarregada de promover a cooperação econômica na África.

Esta Comissão Econômica e Social, instituída pela Conferência dos Chefes-de-Estado e de Governo em julho de 1964, enunciou por ocasião da sua primeira sessão, realizada em Niamey no mês de dezembro de 1964, os princípios que deveriam reger as relações da OUA com a CEA. Definida como órgão de

concepção e execução por excelência, ela limitava o papel da CEA a questões técnicas e consultivas; em outros termos, a CEA executaria estudos e pesquisas, as quais baseariam as decisões da OUA.

Esta tentativa de subordinar um organismo da ONU à OUA foi claramente afirmada, em 1966, pelo primeiro Secretário-Geral Administrativo da OUA, quem mostrou aos representantes dos Estados-membros que os princípios regentes das relações entre a OUA e a CEA igualmente aplicar-se-iam às relações entre a OUA e as outras instituições especializadas das Nações Unidas[3]. A esta vontade da OUA de exercer um controle sobre as atividades da CEA, o Secretário-Executivo desta última opôs o estatuto da sua organização, precisando que um órgão do Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas, responsável perante o Conselho Econômico e Social, cuja política era definida e financiada pelas Nações Unidas, não poderia aceitar as consequências orçamentárias de uma política definida pelos Estados africanos, no âmbito da OUA. Esta última não poderia senão apresentar-se como uma instituição complementar do CEA, disposta a apoiar as suas ações nos campos econômico e social; entretanto, as suas recomendações, embora favoravelmente acolhidas pelo Conselho Econômico e Social, não tiveram eco na Assembleia Geral das Nações Unidas.

O encontro destas duas concepções, distintas e talvez opostas em respeito à CEA, desdobrou-se na suspensão das atividades econômicas e sociais da OUA, pois que estes pontos de vista geravam divergências entre os Estados-membros da OUA e eram acrescidos de problemas financeiros.

Justamente nestas condições, interveio, em 15 de novembro de 1965, a assinatura do acordo entre a ONU e a OUA, relativo à cooperação entre esta última e a CEA. Entretanto, este acordo, cuja síntese seria não mais que "uma declaração de intenções, de ambas as partes, em colaborarem entre si[4]", sancionava sobretudo um compromisso, entre as duas concepções divergentes da CEA e da OUA, sem contudo resolver o verdadeiro problema referente à divisão das tarefas entre elas. Ele reduzia-se a procedimentos de consulta no tocante a questões de ordem prática e administrativa de menor importância. Razões pelas quais James Magee foi levado a afirmar, a propósito deste acordo, tratar-se de um instrumento capaz, única e exclusivamente, de levar ao conhecimento de ambas as partes o programa de trabalho da outra[5].

3 OUA, CM/101/Rev. 1, p. 8.

4 A. MAMADOU, 1971.

5 J. MAGEE, 1970.

Subsistiam, portanto e todavia, dificuldades no referente à evolução das relações entre a OUA e a CEA, as posições permaneciam imutáveis. Em 1968, o Secretário-Geral das Nações Unidas, U Thant, por ocasião do décimo aniversário da CEA, nestes termos reafirmou o ponto de vista da organização mundial: a CEA, disse ele, é "a janela aberta sobre a África que permite às Nações Unidas verem os problemas econômicos e sociais deste continente segundo uma perspectiva africana, abordarem-nos de modo mediatizado, através do conjunto da estrutura econômica internacional[6]".

Nesta ocasião, o Secretário-Geral da OUA falou a respeito da necessária cooperação entre a CEA e a OUA, cujas atividades deveriam ser complementadas "com vistas a melhor utilizar tanto os meios técnicos e tecnológicos da CEA, quanto as características e as decisões soberanas das altas instâncias da OUA". A primazia da OUA foi uma vez mais reiterada pelos seus membros nas resoluções de setembro de 1967 e fevereiro de 1969[7]. A cooperação entre a OUA e a CEA havia então fracassado.

Este fracasso deveu-se a duas razões principais, agravadas por rivalidades pessoais: primeiramente, a concepção estritamente africana da OUA; em segundo lugar, uma percepção diferente sobre os problemas africanos. A OUA, em virtude de ter sido criada por governos africanos, os quais em princípio dominavam-na, via a sua autenticidade estabelecida e a sua legitimidade reconhecida e afirmada perante a CEA, considerada como uma organização demasiado extrovertida e insuficientemente africana, tanto no tocante ao recrutamento dos seus colaboradores, quanto em relação à elaboração da sua política.

Com efeito, as demandas articuladas para a CEA diziam essencialmente respeito ao fato de não serem africanos os titulares dos cargos ligados à concepção e à execução das ações, situação esta a notadamente implicar que a política econômica da CEA *vis-à-vis* da África seria ditada de Nova Iorque e não determinada em Addis-Abeba. A CEA abordava os problemas africanos mediante critérios estritamente econômicos: o desenvolvimento econômico da África pressupunha a imediata integração econômica do continente, a instituição de um mercado comum africano, haja vista que as barreiras alfandegárias constituíam um obstáculo ao seu desenvolvimento.

Em contrapartida, a OUA permanecia mais sensível ao aspecto humano do desenvolvimento; ela não podia desprezar os obstáculos linguísticos, religiosos, culturais e ideológicos, nem tampouco todos os potenciais conflitos, passíveis

6 ONU, E/4651 E/CN 14/453, vol. I, p. 297.

7 OUA, CM/Res 219 (xii) e anexo I, CM/ctee C/RPT, Rev. 1.

de surgimento na hipótese de uma integração demasiado abrupta. Proceder por etapas parecia-lhe mais sábio: antes, uma zona de livre comércio, preferencialmente a uma comunidade econômica integrada.

Esta abordagem dupla sobre as realidades econômicas africanas, desfavorável a uma cooperação harmoniosa, complicava-se sobremaneira, em virtude dos temperamentos e das ambições contrárias dos responsáveis da OUA e da CEA. Às vicissitudes das relações entre o ganense Robert Gardiner, à frente da CEA, e o guineense Diallo Telli, da OUA, seguiram-se as tensões e as dificuldades manifestas no curso da evolução das relações entre o nigeriano Adebayo Adedeji, da CEA, e o togolês Edem Kodjo, da OUA[8].

Assim sendo, a despeito dos contatos intersecretariados, de reuniões mistas e conferências conjuntas, as relações entre estas duas organizações desenrolavam-se, antes e sobretudo, no campo da concorrência, tanto na esfera econômica quanto social.

Fez-se mister esperar 1980 para que ambas aceitassem uma nova estratégia de desenvolvimento, expressa no Plano de Ação de Lagos, adotado em abril de 1980. Os Estados africanos afastavam-se então, fundamentalmente, da orientação econômica proposta pelo Banco Mundial no relatório Berg, publicado em 1981 e intitulado "O desenvolvimento acelerado da África ao sul do Saara, programa indicativo de ação". O Plano de Ação de Lagos efetivamente visava encontrar um desenvolvimento autocentrado, baseado na redução da dependência perante o exterior e animado por uma autosuficiência alimentar, nacional e coletiva, ao passo que o relatório do Banco Mundial enfatizava o incremento das exportações africanas voltadas para produtos de maior valor[9].

Rumo a uma nova ordem econômica internacional

Como demonstrado de modo peremptório nos capítulos 25 e 28, foi justamente a África que inaugurou o debate, em 1979, sobre o conceito relativo a uma nova ordem econômica internacional (NOEI). A primeira versão da NOEI, tal qual emanada das resoluções da Assembleia Geral da ONU de maio de 1974, não passava de uma versão um pouco transformada das reivindicações apresentadas pelos países do Terceiro Mundo desde a criação da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED). Nestas condições,

8 S. GHARBI, 1981.

9 A. D'ALMEIDA, 1983; K. APKEVON, 1983; E. K. KOUASSI, 1983; UNESCO, 1983; OUA, 1981.

os trabalhos e o papel do Comitê Misto CEA/OUA sobre o Comércio e o Desenvolvimento, encarregado da preparação das posições comuns africanas, foram muito particularmente esclarecidos.

As atribuições do Comitê Misto eram duplas: primeiramente, examinar todos os problemas colocados no imediato para a África, em matéria de comércio e desenvolvimento, assim como no referente ao seu financiamento; em seguida, determinar a melhor maneira de abordar e apresentar eficazmente estes problemas nas reuniões do Conselho da CNUCED. Portanto, o Comitê Misto CEA/OUA tinha, no plano continental, um problema de recenseamento econômico a resolver, assim como uma postura estratégica a adotar, em relação às grandes negociações internacionais, nos âmbitos comercial, monetário e aduaneiros. Tanto é verdade que as reuniões mistas da CEA e da OUA "tiveram como objetivo assegurarem uma integral cooperação entre a Organização para a Unidade Africana e a Comissão Econômica para a África, nos seus esforços em prol da harmonização das posições dos países africanos durante as deliberações e negociações [desenroladas] no seio da CNUCED, em conformidade com as resoluções 135 (VIII) e 158 (IX) da OUA[10]".

Para cumprir as suas funções, o Comitê manteve geralmente duas sessões anuais, uma em janeiro ou março e outra, mais importante e regular, em agosto, com vistas a preparar a reunião anual do Conselho da CNUCED.

A regularidade e a perenidade deste Comitê podem ser notadas pela constância das suas reuniões e pelo cuidado dedicado durante a sua realização, observado a partir da terceira sessão, em fixar antecipadamente a sede e a data do encontro seguinte[11]. Este Comitê Misto pareceu funcionar a contento para as duas organizações e, especialmente, graças à sua ação, conjugada aos esforços do grupo africano no seio da CNUCED, foi possível a adoção de uma posição africana comum em respeito aos problemas econômicos do continente, apresentada nas segunda e terceira sessões da CNUCED.

A assistência técnica das Nações Unidas à África desenvolveu-se através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criado em 1965 pela Assembleia Geral das Nações Unidas. Quinze instituições do sistema

10 ONU, CEA E/CN 14/449 - E/CN 14/WP 1/15; OUA/TRANS 14 de 18 de janeiro de 1969.

11 As recomendações do Comitê em sua 3a sessão figuram em: E/CW/14/449, E/CN/14/WP 1/15, OUA/TRANS/14 de 18 de janeiro de 1969, p. 9; as recomendações da 4a sessão em: E/CN/14/459, E/CN/14WP 1/14 Res. 3; OUA/l'RANS/23/Res. 3 de 23 de agosto de 1969, anexo I, p. 5; as recomendações da 5a sessão em: E/CN/14/490, E/CN/14/WP 1/31, OUA/TRANS/30 de 24 de agosto de 1970, p. 16.

das Nações Unidas (OIT, FAO, UNESCO, OMS, BIRD, CNUCED, etc.) intervêm na execução dos projetos do PNUD.

Até 1971, as demandas por projetos a serem financiados eram apresentadas pelos governos, projeto a projeto. Após esta data, cada país beneficiário estabeleceu uma lista de requisições, correspondente às necessidades prioritárias em termos de assistência do PNUD, para um período de três a cinco anos. Em todos os casos, os países em desenvolvimento participam com 50% do financiamento dos projetos realizados com o concurso do PNUD. Eis a razão pela qual grande número de dirigentes africanos reclamou do elevado custo relativo à ajuda concedida pelo PNUD. Por exemplo, em 1966, na Libéria, a assistência técnica proporcionada pelo Banco Mundial implicava, em relação ao programa viário, no pagamento pelo governo liberiano das despesas junto aos construtores prestadores de serviços técnicos, sem mencionar os juros dos empréstimos de longo prazo concedidos pelo Banco.

No entanto, o procedimento de concessão e repartição desta assistência, posto em marcha pelo PNUD, excluiu toda intervenção da OUA em qualquer estádio da execução dos programas da ONU. Assim sendo, a assistência multilateral à África tornou-se uma esfera totalmente organizada pelas Nações Unidas.

Ademais, os recursos do PNUD provêm em sua maioria do mundo ocidental, o qual não trata necessariamente da mesma forma todos os países africanos, de tal modo que a ajuda é dividida, segundo a OUA, de maneira desigual, muito amiúde em função de preferências, ditadas por razões de orientação política ou ideológica.

Aqui reside o porquê do anseio nas fileiras da OUA em vê-la, na qualidade de organização pan-africana, servir como quadro natural de coordenação e de repartição da assistência e da ajuda multilateral.

Por sua parte, as instituições do sistema das Nações Unidas parecem temer que a OUA, dada a sua heterogeneidade, seja incapaz de desempenhar este papel desinteressado e imparcial de coordenação e repartição da ajuda internacional. Inclusive, elas não estão dispostas a financiar as atividades da OUA que estejam ligadas a movimentos de libertação nacional na África.

A desconfiança, no que tange à assistência multilateral à África, é portanto recíproca entre a OUA e as instituições da família da ONU.

As relações entre a OUA e a ONU, em respeito aos problemas de cooperação econômica, estão assim caracterizadas por dois fatores: uma relação não amigável no continente e no "âmbito reservado" das Nações Unidas; em contrapartida, a sua abordagem dos problemas gerais referentes às relações Norte-Sul está marcada por uma maior compreensão mútua. A África, a Organização das Nações

Unidas e as suas instituições especializadas concordam de mais em mais em nível mundial, comparativamente ao que se reproduz no campo mais restrito do continente africano.

A cooperação internacional na esfera dos recursos humanos

Convém distinguir a cooperação nos campos técnicos, caracteristicamente reputados "inofensivos", e a cooperação na esfera política, sensível às susceptibilidades ligadas à soberania dos Estados. A cooperação técnica tem lugar, sobretudo, entre a África e as instituições especializadas das Nações Unidas, mas igualmente, entre a OUA e outras instituições das Nações Unidas as quais intervêm em atividades de promoção do bem-estar da população africana. Tomemos, por exemplo, a África e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Até o início dos anos 1960, elas não tiveram nenhuma relação direta, haja vista que estas últimas eram monopólio das potências coloniais. Entre os vinte e nove membros-fundadores da instituição, em 1929, o único Estado africano era a Libéria, em seguida aderiram a Etiópia (1922), o Egito e a União Sul-Africana (1939), a Líbia (1952) e Gana (1957). Contudo, ao longo do período colonial, a OIT lograra criar uma comissão especial, a Comissão de Especialistas em Mão de obra, encarregada de emitir opiniões acerca dos melhores meios de proteção aos trabalhadores dos territórios coloniais, Comissão esta que ganhou notoriedade em sua luta contra os trabalhos forçados na África.

Justamente entre 1960 e 1964, quando a maioria dos países africanos aderiu à OIT, estabeleceram-se os vínculos entre esta última e as organizações africanas de empregadores e trabalhadores. No tocante à África, o principal objetivo consistia em criar as condições e as instituições necessárias com vistas a concretizar os ideais econômicos e sociais expressos nas normas às quais os novos Estados haviam aderido.

No ano 1960, exatamente em função destas questões, a primeira Conferência Regional Africana, realizada em Lagos, chamou a atenção da OIT para a necessidade de assistência técnica em matéria de formação profissional voltada para a indústria, para o comércio e para a agricultura, assim como para a carência de quadros administrativos. A importância fundamental concedida ao emprego e à formação foi reafirmada, em 1964, por uma Comissão Especial para o Trabalho das Mulheres, a qual enfatizou a urgência em se tratar os seguintes problemas: o emprego e as condições das mulheres no contexto de uma África em plena

evolução; a necessidade de convocar a mão de obra feminina; e a necessidade de oferecer às mulheres todos os melhores meios de formação profissional.

Consciente destes problemas, a OIT reforçou a sua presença na África através da criação de um Escritório Regional em Addis-Abeba, além de proceder a sensíveis modificações em seu próprio programa. Assim sendo, o rápido desenvolvimento da assistência técnica representou, em larga medida, uma resposta às demandas provenientes dos Estados africanos, eles próprios. Pouco a pouco, a África recebeu uma crescente parcela dos recursos disponíveis à OIT, em prol da cooperação técnica, provenientes tanto do seu orçamento ordinário quanto do PNUD ou de numerosas fontes bilaterais e multilaterais.

Em razão da gravidade do duplo problema composto pelo desemprego e pela penúria aguda de mão de obra qualificada, a OIT atribuiu-se a tarefa essencial de ajudar a África a desenvolver os seus recursos humanos. A este fim, ela fundou em 1963 na cidade de Turim, o Centro Internacional de Aperfeiçoamento Profissional e Técnico, destinado a formar instrutores. Após a formação deste centro, numerosos foram os bolsistas africanos nele acolhidos para assegurar uma formação constante de especialistas africanos. Intuindo enfatizar a importância da pesquisa, a OIT criou, em 1961, o Instituto Internacional de Estudos Sociais, essencialmente encarregado de patrocinar estudos sobre a problemática social referente ao desenvolvimento econômico. Durante muito tempo a sua direção foi confiada a um africano, o professor Albert Tevoedjre.

Por outro lado, através da Conferência dos Ministros Africanos do Trabalho, a OUA elencava questões de interesse para a OIT, debatidas na Conferência Internacional da sessão seguinte. Dessa forma, a Conferência Internacional foi conduzida a voltar-se para a reforma do programa e da estrutura da OIT, com vistas a levar em conta a emergência de novos Estados no cenário internacional (desenvolvimento da mão de obra, formação profissional e técnica, descentralização da Organização e recrutamento de funcionários africanos, escolha do presidente da Conferência Internacional, regulamento interno, implantação e consolidação de escritórios sub-regionais e envio de correspondentes à África). A Conferência da OIT igualmente considerou e estudou a designação dos candidatos africanos ao Conselho Administrativo e à Comissão Consultiva Africana, a formação das delegações africanas para a Conferência Internacional, a contribuição dos Estados africanos para o fundo de donativos do Instituto Internacional de Estudos Sociais e o problema da unificação do movimento sindical na África. Este último problema, em virtude de estar ligado ao papel dos sindicatos no processo de desenvolvimento dos Estados africanos, permanece

ainda em pauta na OUA. Atividade similar pôde ser observada nas relações entre a OUA e a UNESCO.

Em respeito à cooperação entre a África e a UNESCO, foi no mês de novembro de 1960, em sua décima sexta sessão, que a Conferência Geral da UNESCO acolheu uma maioria de Estados africanos como membros. A Conferência adotou uma resolução segundo a qual ela decidia convocar, em 1961, uma Conferência dos Estados Africanos "com o objetivo de fazer o inventário das suas necessidades em matéria de educação e estabelecer, para os anos vindouros, um programa de ação em resposta a estas necessidades". Posteriormente, ela estabeleceu um documento intitulado "Esboço de um plano de desenvolvimento para a educação na África", o qual foi favoravelmente acolhido pelo Conselho Executivo da UNESCO em sua quinquagésima segunda sessão. Decidiu-se criar, em Cartum, um grupo central de planejamento para obras de construção de estabelecimentos escolares, deliberou-se pela estruturação, em Yaundé, de um centro de produção de manuais escolares e, finalmente, colocar cerca de cinquenta instrutores à disposição de alguns Estados africanos.

Os Estados africanos, assim encorajados, provocaram uma nova reunião da UNESCO em Tananarivo (atual Antananarivo), de 3 a 12 de setembro de 1962, consagrada ao ensino superior na África. Esta reunião tratou especialmente da questão da escolha dos currículos, da adaptação às realidades e às necessidades da África, da formação de pessoal especializado nas técnicas de administração pública e nas questões ligadas ao desenvolvimento. Com base neste impulso, os ministros africanos da educação decidiram instituir uma Conferência dos Ministros da Educação dos Países da África, com o objetivo de acompanhar a execução dos programas elaborados pela UNESCO.

Aquando da criação da OUA, em 1963, foi necessário definir as suas relações com os organismos da ONU; essa foi a tarefa da Conferência dos Ministros da Educação dos Países da África, referente a precisá-los em sua primeira sessão, realizada de 17 a 24 de março de 1964, em Abidjan. A OUA criou uma Comissão para a Educação e a Cultura, destinada a complementar os esforços da UNESCO. As modalidades da cooperação, em níveis regional e internacional, foram o tema de um acordo assinado em 10 de julho de 1968, entre a OUA e a UNESCO. Desde então, os esforços da OUA e da UNESCO se harmonizaram e uma sadia cooperação desenvolveu-se entre as duas organizações. Ela manifestou-se notadamente por ocasião do Festival Cultural Pan-africano, na organização das Conferências dos Ministros Africanos da Educação, na Conferência para a Aplicação da Ciência e Tecnologia na África, organizada em Dakar, de 22 a 31 de janeiro de 1974, bem como na resolução do problema dos

refugiados africanos. O quarto Diretor-Geral da UNESCO foi um africano, Sr Amadou-Mahtar M'Bow, quem permaneceu por dois sucessivos mandatos à frente da Organização.

A OUA igualmente coopera com as outras instituições das Nações Unidas, porém em um quadro mais amplo que aquele traçado pelas relações bilaterais precedentes. O campo privilegiado é aquele do desenvolvimento rural e agrícola. Um Comitê Regional Interinstituições reúne as atividades da OUA e das principais instituições das Nações Unidas e coordena os trabalhos da CEA e de outras instituições de ajuda, na execução do seu programa em favor do desenvolvimento rural integrado na África. O PNUD desempenha, a este respeito, um papel preponderante: no financiamento de projetos e no fornecimento de sementes, adubos, inseticidas, pesticidas e fungicidas.

No quadro desta cooperação, as organizações envolvidas estabeleceram planos de organização regional para a rizicultura na África do Oeste, projeto cuja iniciativa foi tomada pela OUA.

Relações de mesma natureza aplicam-se aos problemas da juventude, do emprego, da formação técnica e da alfabetização.

Outros tipos de relação igualmente desenvolveram-se no seio das comissões mistas entre a OUA e a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e a Organização Mundial da Saúde (OMS), em favor da luta contra a má-alimentação e a desnutrição na África, em prol do combate à peste bovina e às tripanossomíases, assim como em benefício da criação de centros fitossanitários.

A cooperação é, outrossim, frutuosa entre as organizações intergovernamentais para o acolhimento e a educação dos refugiados (ONU, PNUD, HCR, CEA, UNESCO, OUA), tarefa confiada ao grupo de trabalho do Escritório da OUA para os Refugiados Africanos. A cooperação adquire aqui um particular relevo em virtude da importância do seu objeto. A África é, entre todos os continentes, aquele onde se encontra o maior número de refugiados; no continente áfrico havia, ao total, 3,5 milhões de refugiados em 1979 e, ao final dos anos 1980, a metade dos 10 milhões de refugiados existentes no mundo, vivia na África, eis o porquê da intensidade da cooperação com o Alto-Comissariado para os Refugiados da ONU (HCR), com vistas a fazer frente aos problemas e às dificuldades criadas pela situação destes párias.

Assim sendo, em 1967, a OUA, o HCR e a CEA tomavam a iniciativa de reunir uma conferência em Addis-Abeba, com o intuito de analisar e avaliar a situação dos refugiados na África, de revisar as políticas e estratégias em curso e, caso necessário, formular novos planos, melhor adaptados aos problemas de envergadura crescente. Em consequência desta conferência, os chefes de Estado

FIGURA 29.5 O senegalês Amadou-Mahtar M'Bow, diretor-geral da UNESCO de 1974 a 1987. (Foto: UNESCO, Paris. Photo: Michel Claude.)

e de governo da OUA adotaram, em 1969, a Convenção para os Aspectos Particulares dos Problemas Relativos aos Refugiados da África, convenção esta que passou a vigorar em 1974.

De 7 a 17 de maio de 1979, realizou-se em Arusha uma segunda conferência pan-africana organizada pela OUA, pelo HCR e pela CEA, sobre a situação e os direitos dos refugiados na África. Esta conferência possuía três objetivos centrais:

1. manter suficientemente informadas todas as instâncias envolvidas – governos, organizações governamentais, organismos de ajuda e agências de apoio aos refugiados – sobre o agravamento dos problemas dos refugiados na África e acerca das possíveis soluções a lhes serem oferecidas;
2. examinar e avaliar a situação e os problemas dos refugiados na África;
3. estudar e avaliar as legislações nacionais concernentes aos refugiados e propor aperfeiçoamentos.

Em seguida, o HCR continuou a atribuir especial importância à concretização das recomendações desta conferência. As atividades exitosas conduzidas em 1983 compreendiam um projeto de pesquisa conduzido por três especialistas, em vinte e um países africanos, estudo referente ao impacto das bolsas de estudo na África, assim como um seminário sobre a situação dos refugiados na África Ocidental.

Um dentre os resultados desta reunião foi a realização da primeira Conferência Internacional sobre a Assistência aos Refugiados na África (CIARA I), convocada em Genebra, no mês de abril de 1981. Esta conferência atingiu o seu objetivo: atrair a atenção sobre os refugiados africanos e mobilizar recursos para o programa em curso para refugiados na África.

Tirando as lições desta experiência, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou, em 18 de dezembro de 1982, a resolução 37/197 que, no seu parágrafo 5, solicitava ao Secretário-Geral a convocação, em estreita cooperação com a OUA e o HCR, de uma segunda Conferência Internacional sobre a Assistência aos Refugiados na África (CIARA II). Os trabalhos preparatórios para a CIARA II mostraram a necessidade de se encontrar soluções duradouras para os problemas relativos aos refugiados na África.

Um dos objetivos da resolução 37/197 consistia em complementar as iniciativas do HCR, apresentando à CIARA II programas de assistência sobretudo orientados para o desenvolvimento e levando em consideração as repercussões da presença dos refugiados nas economias nacionais. O Fundo Especial das Nações Unidas destinado à África do Sul igualmente colocou à disposição do HCR um montante de 300.000 dólares norte-americanos para a assistência aos refugiados da África do Sul, no período compreendido entre 1º de julho de 1982 e 30 de junho de 1983; em 1982, o HCR investiu um total de 134,7 milhões de dólares norte-americanos no financiamento das atividades de socorro na África[12].

Em outra esfera, tocante à questão habitacional e à proteção ambiental, a Assembleia Geral, diante da amplitude deste tipo de problema, criou em 1974, a Fundação da Nações Unidas para a Habitação e o Habitat Humano. Visando servir como centro de confluência das questões referentes a esta problemática, foi criado, na capital Nairóbi, um Centro das Nações Unidas para o Habitat, em 1978; no seio do sistema das Nações Unidas, com propósito correlato, estabeleceu-se o Programa Ambiental das Nações Unidas (PNUE),

12 Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, 1982-1983.

criado pela Assembleia Geral em virtude de uma recomendação da Conferência das Nações Unidas para o Habitat Humano, realizada em junho de 1972, na capital Estocolmo.

No mês de maio de 1982, o Conselho Executivo do PNUE organizou em Nairóbi uma sessão de caráter especial, com o intuito de marcar o décimo aniversário da conferência de Estocolmo. A Declaração de Nairóbi, adotada consensualmente, estipulava especialmente que:

"um clima internacional no qual prevalecesse a paz e a segurança, no qual não houvesse nenhuma ameaça de guerra, particularmente de guerra nuclear, onde as capacidades intelectuais e os recursos naturais não fossem utilizados com finalidade armamentista e que ignorasse o *apartheid*, a segregação racial, assim como toda espécie de discriminação, opressão e dominação estrangeira, de tipo colonial ou outra, este contexto geral teria efeitos ambientais extremamente favoráveis".

Tal é a imagem da cooperação que se desenvolve sem sobressaltos entre a África e os órgãos do sistema das Nações Unidas nas esferas técnica e social. No que tange ao desenvolvimento, a parceria entre a África e a organização mundial continua a apresentar-se como um processo de múltiplas facetas.

Conclusão

Nós examinamos neste capítulo as relações entre a África e a Organização das Nações Unidas sob a ótica de três campos de interação.

Em referência ao seu papel de "proprietário imperial não residente", a organização atuou como órgão de controle na administração das antigas colônias alemãs da Tanganyika, do Ruanda-Urundi, do Togo, de Camarões e do Sudoeste Africano (outrora sob o mandato da Sociedade das Nações). Na realidade, a República Sul-Africana – a qual exercia o poder de autoridade administrativa no sudoeste africano sob o mandato da SDN – não reconheceu a ONU como herdeira da SDN e recusou a responder-lhe sobre a sua administração do território dependente. Como vimos, foram necessárias muitas batalhas, tanto no seio das Nações Unidas, quanto na Corte Internacional de Justiça de Haia, para que a tutela da ONU sobre o sudoeste africano (posteriormente rebatizado como Namíbia pelas forças de libertação) fosse definitivamente confirmada, independentemente da ininterrupta contestação da África do Sul.

A determinação da ONU em continuar a exercer a sua tutela na Namíbia era motivada pelo desejo de libertar o país da dominação sul-africana. A ONU

manteve-se, firmemente neste contexto, em sua função de potência imperial coletiva, com vistas a poder agir na qualidade de aliada da Namíbia, aspirante à libertação: tratava-se aqui para as Nações Unidas de reconquistar a Namíbia para libertá-la.

O papel da ONU como potência imperial coletiva chegou ao seu final, excetuando-se a sua ação na Namíbia, por ocasião da independência da Tanganyika, no ano 1961, em razão dos outros territórios mantidos sob a sua tutela terem conquistado anteriormente a sua independência.

Na qualidade de aliada na luta pela libertação, a organização mundial não se contentou em acelerar a conquista da independência dos países sob a sua própria tutela. A partir da independência da Índia, em 1947, e da sua entrada na ONU, os votos levantados contra o imperialismo e o colonialismo nos debates ocorridos nas Nações Unidas ganharam novo vigor. Unicamente no ano 1960, mais de quinze países africanos aderiram à ONU. Resoluções votadas pela Assembleia Geral condenaram o imperialismo, o colonialismo, o racismo e, finalmente, o sionismo, como afrontas morais ao novo código de justiça internacional.

Como parceira da África em seu processo de desenvolvimento, a ONU desempenhou um papel certamente modesto, embora significativo, em relação às necessidades do continente. Impedindo a desintegração territorial do antigo Congo belga, ela prestou grande serviço, não somente à futura R. D. do Congo, mas igualmente a todos os frágeis Estados do continente africano. Caso a secessão no Katanga lograsse êxito, tão logo após a conquista da independência do país zairense, a força do exemplo teria sido tamanha para outros grupos separatistas, em diversas regiões do continente, que o próprio princípio da coesão nacional seria provavelmente questionado no conjunto da África.

Entretanto, a participação da ONU no processo de desenvolvimento africano revestiu-se igualmente de outras formas, no transcorrer dos anos. Malgrado as tensões e os atritos em suas relações com a Organização para a Unidade Africana, a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África desempenhou um papel de primeira ordem no que concerne a questões cobrindo um espectro que envolve desde as funções do Banco Africano de Desenvolvimento até a formulação e a promoção do Plano de Ação de Lagos.

A sua participação no processo desenvolvimentista africano fez intervirem, em suplemento, as contribuições múltiplas da FAO, da UNESCO, da OMS, da OIT e de diversas outras instituições especializadas da família da ONU.

A questão que se impõe para o futuro consiste em saber se os Estados africanos poderão permanecer suficientemente unidos, a ponto de honrarem o principal das suas dívidas junto ao organismo mundial. Do mesmo modo que
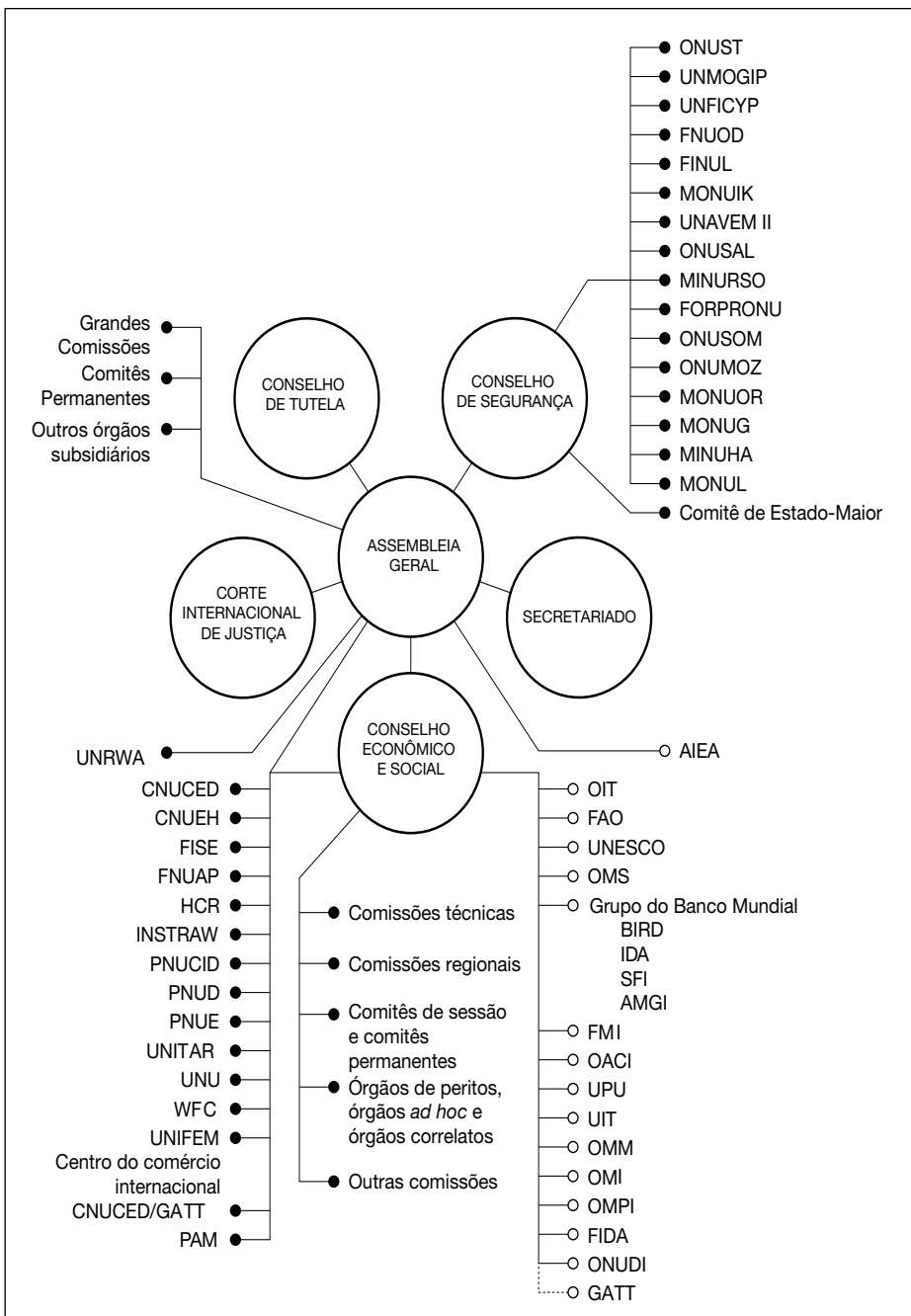
FIGURA 29.6 O sistema das Nações Unidas. (Fonte: Nações Unidas, 1993.)

ONUST - Organismo das Nações Unidas Encarregado da Supervisão da Trégua
UNMOGIP - Grupo de Observadores Militares das Nações Unidas na Índia e no Paquistão
UNFICYP - Força de Manutenção da Paz das Nações Unidas em Chipre
FNUOD - Força das Nações Unidas Encarregada de Observar a Separação (Oriente Médio)
FINUL - Força Interina das Nações Unidas no Líbano
MOUNIK - Missão de Observação das Nações Unidas para o Iraque e o Kuwait
UNAVEM II - Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
ONUSAL - Missão de Observação das Nações Unidas em El Salvador
MINURSO - Missão das Nações Unidas para a Organização de um Referendo no Saara Ocidental
FORPRONU - Força de Proteção das Nações Unidas
ONUSOM - Operações das Nações Unidas na Somália
ONUMOZ - Operações das Nações Unidas em Moçambique
MONUOR - Missão de Observação das Nações Unidas Uganda-Ruanda
MONUG - Missão de Observação das Nações Unidas na Geórgia
MINUHA - Missão das Nações Unidas no Haiti
MONUL - Missão de Observação das Nações Unidas na Libéria

CNUCED - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
CNUEH - Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Urbanos
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
FNUAP - Fundo das Nações Unidas para a População
ACR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
INSTRAW - Instituto Internacional de Treinamento e Pesquisa para a Promoção da Mulher
PNUCID - Programa das Nações Unidas para o Controle Internacional das Drogas
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNITAR - Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa
UNU - Universidade das Nações Unidas
WFC - Conselho Mundial da Alimentação
UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher
PMA - Programa Mundial de Alimentos

OIT - Organização lnternacional do Trabalho
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
OMS - Organização Mundial da Saúde
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial)
IDA - Associação Internacional de Desenvolvimento
SFI - Sociedade Financeira Internacional
AMGI - Agência Multilateral de Garantia de Investimentos
FMI - Fundo Monetário Internacional
OACI - Organização da Aviação Civil Internacional
UPU - União Postal Universal
UIT - União Internacional de Telecomunicações
OMM - Organização Meteorológica Mundial
OMI - Organização Marítima Internacional
OMPI - Organização Mundial de Propriedade Intelectual
FIDA - Fundo lnternacional de Desenvolvimento Agrícola
ONUDI - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

 Principais órgãos das Nações Unidas

—● Programas e organismos das Nações Unidas (a lista somente possui valor indicativo)

—○ Instituições especializadas e outras organizações autônomas participantes do sistema

FIGURA 29.7 Sam Nujoma, primeiro presidente da Namíbia, e Javier Pérez de Cuéllar, secretário-geral das Nações Unidas, quando da proclamação da independência da Namíbia, em 21 de março de 1990. (Foto: Nations Unies. Photo 157 267/J. Isaac.)

a África pôde contar recentemente com a ONU, em seu esforço de libertação, poderia a ONU atualmente contar com o apoio africano, com vistas à sua própria libertação? Enquanto a organização mundial e as suas instituições continuarem a participar do processo de desenvolvimento da África, os Estados africanos tornar-se-ão, por sua vez, eficientes parceiros da ONU em seu desenvolvimento? Sob certos aspectos, a ONU é tão frágil quanto os Estados africanos aos quais ela dedicou-se a servir. A organização mundial tem, ela própria, necessidade de se desenvolver e crescer. Ela exige, com esse propósito, estabilidade e integridade. Ela requer aumentar a sua própria "renda *per capita*" e proceder aos seus próprios "ajustes estruturais". Porém, à imagem da África, trata-se para ela de obter tudo isso sem se expor ao traumatismo de uma "recolonização".

Uma excelente oportunidade de fortalecer os laços entre a África e a ONU, infelizmente, foi perdida em razão da determinação dos Estados Unidos da América do Norte em impedir a eleição do homem de Estado tanzaniano

Salim Ahmed Salim para o posto de Secretário-Geral das Nações Unidas. A administração Reagan considerava-o, na realidade, como um "perigoso radical" e Washington fechou, de modo resoluto, a porta a esta possibilidade, oferecida à ONU, de possuir o primeiro Secretário-Geral africano da sua história.

Contudo, o futuro reserva surpresas[13]. A histórica parceria entre a organização mundial e alguns dos seus mais pobres e fracos Estados-membros, não cessaria de influenciar favoravelmente os assuntos mundiais.

13 O Sr. Boutros Boutros-Ghali (Egito) foi eleito Secretário-Geral das Nações Unidas em dezembro de 1991.

CAPÍTULO 30

O horizonte 2000

Ali. A. Mazrui

Os autores deste volume tentaram definir, período por período, as características da história africana após 1935. O decênio 1935-1945, iniciado com a invasão da Etiópia pelos italianos, em outubro de 1935, e concluído com a rendição do Japão, no mês de agosto de 1945, estes anos foram integralmente dominados pelo conflito mundial. Os quinze anos transcorridos de 1945 a 1960 apresentaram, como demonstramos, a intensificação da luta anticolonial cujo desdobramento foi a independência de dezesseis países africanos, ao longo de um único ano, em 1960. O período seguinte à independência foi marcado pelos esforços dos novos Estados no sentido de reforçarem a sua liberdade, através da construção das novas nações, da institucionalização da nova ordem e da luta em prol do seu desenvolvimento. Vamos retomar, sucessiva e individualmente, cada um destes temas.

Um mundo a fogo e sangue

Se, em 1935, a Itália apresentava-se como herdeira de um dos mais antigos impérios da Europa (o Império Romano), a Etiópia, por sua vez, representava uma das mais antigas civilizações da África. O conflito, a opor estas duas nações durante os anos 1930, pôde simbolicamente assemelhar-se a um enfrentamento entre a Antiguidade europeia e a Antiguidade africana.

Entretanto, a invasão da Etiópia pelos italianos evidentemente comportava outra dimensão, mais sórdida. O imperialismo europeu, em sua forma moderna, voltava-se novamente para a África contemporânea. A Etiópia, por tanto tempo confinada em um esplêndido isolamento, oásis de soberania em um continente colonizado, encontrava-se finalmente vulnerável à sede da conquista europeia.

Os autores deste volume analisaram os efeitos da Segunda Guerra Mundial sobre a África, perenes e extremamente contrastantes, pois que o conflito facilitou, por exemplo, a luta pela libertação do continente, mas, igualmente, conduziu a uma mais estreita integração africana ao sistema capitalista ocidental[1]. Dois meses após ter declarado guerra à Alemanha, o governo britânico anunciava estar preparado para comprar toda a produção de cacau da África Ocidental. Sob o impulso da guerra, a exploração das economias africanas, com vistas a satisfazer os hábitos europeus de consumo, entrara em uma nova fase.

Porém, a Segunda Guerra Mundial não simplesmente inflectiu sobre o destino da África; ela igual e profundamente modificou o futuro da própria Europa, a qual, ao final do conflito, encontrava-se dividida em um campo comunista e outro campo capitalista. Esta divisão da Europa era simbolizada pela divisão de Berlim, a própria capital onde se havia organizado a partilha da África, aproximadamente 60 anos antes. Por ironia da história, a vingar o continente áfrico, em 1885, a cidade de onde partira a corrida pela conquista da África era, após 1945, ela própria vítima da partilha da Europa. Tal qual o fracionamento da África, a divisão da Europa, nascida da Segunda Guerra Mundial, parecia irreversível, malgrado as ideias visionárias expressas por Mikhaïl Gorbatchev, nos anos 1980. Desta vez, os ancestrais dos africanos haviam triunfado, a sua vingança sagrada se havia consumado, embora dois continentes estivessem divididos, infelizes e arrasados.

Sobretudo, não se deve esquecer o papel desempenhado pela África na Segunda Guerra Mundial, conflito precedente a estes acontecimentos e vetor da mudança no aspecto do continente, assim como no perfil da Europa. Os ugandenses, por exemplo, estiveram em número de 55.000 a servir nos King's African Rifles. Boa parte dos 87.000 tanganyikenses, mobilizados ao longo da guerra, combateram o governo de Vichy e ajudaram de Gaulle, participando da reconquista de Madagascar, em 1942. Numerosos soldados africanos tomaram parte na guerra contra os japoneses na Birmânia. Desde 1939, o Regimento da Nigéria mobilizara 15 batalhões. Milhares de soldados norte-africanos deram

1 Para outras análises, conferir igualmente R. OLIVER e M. CROWDER (org.), 1981; P. DUIGNAN e L. H. GANN (org.), 1973 e 1975; G. S. P. FREEMAN-GRENVILLE, 1973.

as suas vidas nos incertos combates, os quais, durante vários anos, no norte do Saara, opuseram Rommel a Montgomery, Eisenhower e a outros ilustres homens da guerra.

A agressão italiana contra a Etiópia constituiu o mais dramático episódio da guerra para os africanos. A Itália, desde há pouco, pretensa a tornar-se herdeira da Roma Antiga, foi um dos primeiros países derrotados. A resistência etíope não se havia deixado abafar; em Addis-Abeba, por exemplo, ela organizou um ataque a granadas, contra o vice-rei nomeado pelo governo italiano, além de ter executado um atentado com gases tóxicos, contra o *abuna* Abraham, por ocasião da tentativa do empossamento deste último à frente da Igreja etíope, ação que lhe custaria a visão.

A resistência etíope reduziu à impotência 56 batalhões italianos. No dia 20 de janeiro de 1941, o imperador Haïlé Sélassié, refugiado no Sudão, atravessou a pé a fronteira etíope. Em 7 de março de 1941, as tropas metropolitanas e coloniais britânicas penetraram maciçamente na Etiópia, com o aval do imperador. Os britânicos, apoiados por soldados africanos, tomaram Addis-Abeba, em abril de 1941. Ao final do mês de janeiro de 1942, o imperador dirigia novamente o país.

O combate titânico, entre o herdeiro de César e o herdeiro da rainha de Saba, terminou, portanto, de forma vergonhosa para o novo Imperador, cujas pretensões de conquista desabavam. O mundo tornara-se mais complexo. A rivalidade entre as potências europeias, assim como o enfrentamento dos imperialismos, haviam atuado em favor do descendente sitiado da rainha de Saba. O herdeiro de César encontrou-se isolado frente a estes antigos sujeitos; em 18 de abril de 1945, Benito Mussolini foi executado por outros europeus. “Eis como desabam os potentes!”

O combate contra o colonialismo

O segundo período estudado neste volume, entre 1945 e 1960, caracterizou-se pela intensificação do combate nacionalista contra o colonialismo. Este combate desdobrou-se em três grandes cenários. Primeiramente e no interior de cada colônia, foi necessário mobilizar as massas oprimidas contra o racismo e a dominação estrangeira. Em seguida, era preciso travar a luta nos próprios países colonizadores e assegurar o apoio das forças progressistas nos Estados que exerciam a sua dominação sobre a África. Tratava-se, neste contexto e em certo sentido, de dividir o inimigo, semeando a discórdia nas metrópoles. Finalmente, o combate prosseguia, agora em seu terceiro teatro de operações, na esfera global

da comunidade internacional. Como conquistar a opinião pública mundial, em prol da causa dos combatentes pela descolonização?

A mobilização das massas nas próprias colônias constituía, de um ponto de vista estratégico, a fase mais crítica dentre estas três formas de ação. Antes mesmo da eclosão da Segunda Guerra Mundial, nacionalistas norte-africanos, à imagem de Habib Bourguiba, se haviam dedicado a mobilizar os seus compatriotas. Messali Hādj fundou o Partido do Povo Argelino (PPA), em 1936, e 'Abd al-Khalik Tares fundou, no mesmo ano, o Partido do Islah, no Marrocos espanhol. Foi, igualmente em 1936, que os nacionalistas egípcios finalmente lograram forçar os britânicos a interromperem a sua ocupação militar no Egito, salvo na zona do Canal de Suez; contudo, foi retomada a cruzada contra a última presença militar britânica no país, antes mesmo que estivesse seca a tinta com a qual fora assinado o tratado anglo-egípcio de 1936. Em janeiro de 1944, o Partido Nacionalista de Istiklāl exigiu, pela primeira vez, a independência do Marrocos; Ahmed Balafredj foi preso e sublevações eclodiram em março, nas cidades de Rabat e Fez. Neste mesmo ano, na Argélia, Farhāt 'Abbās fundava o movimento dos Amigos do Manifesto da Liberdade, ao qual tão logo aderiria meio milhão de pessoas.

O despertar do nacionalismo e a mobilização dos colonizados igualmente manifestaram-se, sob formas diversas, em outros países da África. De 1933 até 1946, os franceses levaram ao exílio, em razão do chamado à "sedição", o gabonês Léon Mba. Em Angola, o movimento Tonsi, iniciado em 1940, sob a forma do "culto dos tawa", expressava uma revolta cultural contra os valores estrangeiros. Em setembro de 1946, após quinze anos passados no estrangeiro, Jomo Kenyatta retornava ao Quênia, com o objetivo de organizar a mobilização política dos seus compatriotas.

Em todo o continente, as associações e os partidos políticos muito prontamente multiplicaram-se e, igualmente, foi possível acompanhar: a formação tanto da União das Populações de Camarões (UPC), quanto do Convention People´s Party (CPP), na Costa do Ouro (atual Gana); do Agrupamento Democrático Africano (RDA), no império colonial francês; ou ainda, da Tanganyika African National Union (TANU). A resistência contra a colonização organizava-se com progressiva eficácia, institucionalizando-se sempre mais. A mobilização política das massas colonizadas realmente iniciara-se.

O combate travado na própria África revestia-se de importância primordial, entretanto, era imperativo encontrar aliados no interior dos países colonizadores. Tratava-se, no mínimo, de "dividir o inimigo", opor os franceses aos franceses ou os britânicos aos britânicos. Se o colonialismo "dividira para conquistar", ao

"anticolonialismo" cabia empregar a estratégia "dividir para se libertar". Este imperativo estratégico talvez tenha sido a razão essencial que levara o RDA, em seus primórdios, a estabelecer e consolidar laços com o Partido Comunista Francês.

A política colonial francesa, baseada na associação e na integração políticas, contribuía perfeitamente para a organização de atividades anticoloniais na metrópole. As colônias francesas da África estavam de fato representadas no seio das instituições legislativas da metrópole, segundo modalidades sem equivalente no sistema colonial. Em novembro de 1945, Léopold Sédar Senghor e Lamine Gueye (Senegal), Félix Houphouët-Boigny (Costa do Marfim), Apithy Sourou--Migan (Daomé, atual Benin), Fily Dabo Cissoko (Sudão francês, atual Mali) e Yacine Diallo (Guiné) foram eleitos para a Assembleia Constituinte, como representantes da África Ocidental francesa. Algumas semanas antes, Camarões elegera os seus primeiros deputados na pessoa do príncipe Alexandre Douala--Manga Bell e do Dr L.-P. Anjoulet. Em contrapartida, seria inconcebível a eleição de Jomo Kenyatta, Obafemi Awolowo ou Nmandi Azikiwe para a Câmara dos Comuns, em Londres. Em razão da impossibilidade da sua representação nas instituições metropolitanas, os patriotas africanos das colônias da Coroa tentaram influenciar a opinião pública britânica, indiretamente e por intermédio de militantes britânicos liberais ou de esquerda. Deputados tais como Fenner Brockway ou Barbara Castle desempenhavam o papel de porta-vozes dos nacionalistas africanos e transmitiam as suas reivindicações à Câmara dos Comuns. Em suplemento, jornais britânicos como o *Daily Worker*, o *New Statesman* ou o *Manchester Guardian* contribuíam para a luta colonial na metrópole.

Os argelinos, por sua vez, puderam obter o acesso às instituições metropolitanas, privilégio progressivamente outorgado às outras possessões. Em março de 1944, prevendo a liberação da França metropolitana, as autoridades francesas, reunidas na capital Argel em torno do general De Gaulle, concederam aos muçulmanos da Argélia uma representação de quinze deputados na Assembleia Nacional, assim como outra, de sete senadores, no Conselho da República. No mês de agosto de 1946, Farhāt 'Abbās, dirigente da União Democrática do Manifesto Argelino, pôde apresentar perante a Assembleia Nacional Constituinte, em Paris, um projeto de federação entre a França e uma futura república argelina. No entanto, cerca de dez anos mais tarde, o próprio Farhāt 'Abbās estaria à frente do governo argelino no exílio, o qual conduziria a luta nacional contra a dominação francesa.

Estas últimas funções de Ferhāt 'Abbās conduzem-nos ao terceiro cenário no qual se desenrolou a luta anticolonial, aquele próprio à comunidade interna-

cional. Na realidade, acompanhou-se à visita deste dirigente, naquele momento transformado em principal porta-voz da Frente de Libertação Nacional, a várias capitais, uma após a outra, com o intuito de defender a causa argelina e conquistar apoio para a sua luta.

Os nacionalistas africanos encontraram na Organização das Nações Unidas uma preciosa aliada e um favorável campo de batalha. Mas, para todo e qualquer país, os Estados vizinhos necessariamente constituem o componente essencial da comunidade internacional. A Argélia necessitava dos outros países da África, a começar por aqueles do Magreb e o Egito. Ela também demonstrou a intenção de ganhar para a causa o restante da África, em especial quando da Conferência dos Povos Africanos, realizada em Accra, no ano 1958.

O continente africano não se contentou em sofrer as influências estrangeiras. Ele igualmente contribuiu para a redefinição dos objetivos de uma reforma no sistema mundial. A nacionalização do Canal de Suez, por Gamal 'Abd al-Nasser, em 1956, constituiu uma dentre as mais importantes iniciativas africanas do século XX. Somente cinco anos antes (em 1951), sob a direção do primeiro-ministro Muhammad Mossadegh, o Irã nacionalizara os seus recursos petrolíferos. Pouco após, o serviço secreto dos Estados Unidos da América do Norte viria a neutralizar Mossadegh, restaurando a autoridade do Xá Muhammad Riza Pahlavi, mais favorável ao Ocidente. Qualquer nova tentativa de um país terceiro-mundista, com vistas a nacionalizar os seus recursos e deles dispor livremente, parecia desde logo fadada ao fracasso.

Entretanto, em julho de 1956, graças a al-Nasser, os países do Terceiro Mundo reencontraram a possibilidade de tomar as iniciativas, com o intuito de controlarem os seus recursos. Desta vez, não se tratava do petróleo, como no caso do Irã de Mossadegh, mas, de um canal egípcio, construído por operários egípcios, ao preço de enormes sacrifícios. As escavações para a abertura do Canal de Suez haviam efetivamente custado a vida de vários milhares de egípcios, um século antes de al-Nasser ter decidido nacionalizá-lo. Contrariamente a Mossadegh, al-Nasser logrou impor a sua corajosa decisão. Desde então, os dirigentes africanos correm progressivamente menos riscos quando planejam nacionalizar ou socializar recursos e riquezas dos seus países.

A nacionalização do Canal de Suez e os seus acontecimentos posteriores foram a ocasião para uma transformação no papel da União Soviética em terras áfricas. A URSS deixou de ser uma ameaça imperialista e tornou-se a aliada dos africanos, em sua luta pela independência. Ela forneceu pilotos ao Egito, para a navegação no Canal de Suez, em virtude da retirada dos profissionais europeus, represália adotada pelas potências imperialistas, contra a nacionalização. Ela

igualmente assumiu o encargo ainda maior de ajudar o Egito na construção da barragem de Assuã, em lugar da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos da América do Norte e do Banco Mundial, os quais se haviam furtado aos compromissos pregressos. Desde então, a URSS aparentava ter abandonado qualquer postura imperialista, no tocante à África, e os fatos mostraram a sua pré-disposição a acorrer o continente africano em seu combate pela liberdade. A crise de Suez e a notável política de al-Nasser representaram um ponto de inflexão histórico. Futuramente, até a internacionalização do combate contra o *apartheid*, a África jamais faria tão eficaz chamado, junto à comunidade internacional.

Tais foram, portanto, os três aspectos da luta contra o colonialismo: primeiramente, os nacionalistas africanos mobilizaram as massas colonizadas; em seguida, eles se infiltraram nos meios imperialistas das metrópoles, com o intuito de "dividir para se libertar"; finalmente, convocaram a comunidade internacional, conquistando-a em favor da sua causa, qualificando prioritariamente os seus vizinhos, arrolados de forma resoluta sob a bandeira do pan-africanismo. Citamos em capítulo precedente o preceito de Kwame Nkrumah: "Procurai primeiramente o reino político e todo o restante vos será dado em suplemento". Agora que entraste neste reino político, *quo vadis* África? Justamente sobre esta questão, uma vez mais, cabe-nos dedicar atenção.

Alguns capítulos precedentes estudaram, mais particularmente, a passagem da luta pela independência para a fase da construção nacional. Outros, dentre estes estudos, examinaram os esforços empreendidos para proporcionar maior coerência cultural às *nações* africanas, bem como para conferir maior legitimidade e autoridade aos *Estados* africanos. Estes esforços fortaleceram a liberdade, asseguraram a integridade territorial, além de terem favorecido o desenvolvimento e o progresso.

Quais seriam os desdobramentos? As duas revoluções cruciais, à espera da África, dirão respeito aos *papéis dos homens e das mulheres*, assim como às *competências científicas*. Estas duas revoluções estão estreitamente ligadas, em respeito a uma dialética sobre a qual faremos considerações de maior precisão.

Profundas transformações nas relações entre os sexos, de fato e desde algum tempo anunciadas, notadamente produziram-se, sob o efeito das interações produzidas entre a cultura africana e outras culturas, durante o período estudado neste volume. O islã e a colonização ocidental proporcionaram, neste domínio, modelos distintos do arquétipo africano. Esta evolução cultural provocou tensões no âmbito familiar e no interior de toda a sociedade africana. Presentemente, analisaremos esta questão, relativa aos papéis sexualmente determinados, no cerne da sociedade africana pós-1935.

A evolução relativa aos papéis dos homens e das mulheres

Na África, após 1935, os papéis e as funções atribuídos aos homens e às mulheres transformaram-se sobremaneira em numerosas culturas tradicionais, acreditava-se que Deus fizera da mulher a guardiã do *fogo*, da *água* e da *terra*, cabendo ao próprio Deus a guarda do quarto elemento do universo, o ar onipresente.

Na qualidade de guardiã do fogo, a mulher devia prover energia à coletividade. Ora, a madeira de aquecimento constitui a principal fonte de energia na África rural. Às mulheres africanas reservara-se, portanto, uma responsabilidade sem medida: elas deviam encontrar lenha e transportar enormes feixes, embora, muito amiúde, fossem os homens quem derrubassem, previamente, as grandes árvores das quais esta lenha era extraída.

Como guardiãs da água, fonte a um só tempo da sobrevida e da limpeza, as mulheres estavam encarregadas de fornecer à família esta indispensável substância. Elas percorriam enormes distâncias para encontrá-la; conquanto, frequentemente, coubesse aos homens a perfuração dos poços.

O papel das mulheres, em respeito à guarda da terra, ligava-se à ideia da *dupla fecundidade*. As mulheres garantiam a *sobrevivência* da geração presente, desempenhando uma atribuição primordial no âmbito da cultura do solo, do qual elas mantinham a fertilidade. Assim como, em sua função materna, em virtude da sua própria fecundidade, a elas se outorgava dar *vida* à geração seguinte. Esta dupla fecundidade constituía um aspecto do triplo papel-guardião, próprio às mulheres africanas, em que pese o seu trabalho estar sempre associado àquele dos homens[2].

Qual seria a manifestação concreta, pós-1935, desta tradicional concepção concernente ao triplo papel feminino? Diversos elementos da experiência colonial modificaram, de modos distintos, os papéis dos homens e das mulheres no continente africano.

O crescimento da importância funcional feminina constituiu o efeito, na esfera agrícola, da ocupação masculina em trabalhos assalariados. Entretanto, segundo Margaret Jean Hay, autora de uma pesquisa junto às mulheres luo quenianas, esta consequência levou algum tempo antes de se manifestar:

2 Devo a Okot p'Bitek, antropólogo e poeta ugandense, as informações sobre os mitos de Uganda setentrional relativos à feminilidade. Nós temos igualmente discutido as semelhanças e diferenças entre as concepções africanas sobre o assunto e as ideias de Empédocles, filósofo grego do século V antes da era cristã. Conferir O. p'BITEK, 1971.

"Em 1930, numerosos homens haviam deixado Kowe, ao menos uma vez, para dirigirem-se ao trabalho além das fronteiras provinciais [...]. A maioria destes homens permaneceria ausente durante quinze anos ou mais [...]. Poder-se-ia pensar que esta crescente expatriação da mão de obra masculina, da província, tenderia a aumentar o peso do trabalho agrícola feminino [...]. Desde 1910, administradores deploravam o fato, segundo o qual, o Nyanza ter--se-ia transformado em reservatório de mão de obra para toda a colônia [...]. Porém, no transcorrer dos anos 1920, as migrações de curta duração eram, em geral, realizadas por jovens celibatários, os quais desempenhavam uma função relativamente secundária na economia local, conquanto ocasionalmente se dedicassem à criação de animais e malgrado à captura destes últimos, por estes homens solteiros, junto ao inimigo em tempo de guerra. Em suplemento, estes trabalhadores migrantes podiam com frequência adequar-se e, de fato, faziam--no, visando coincidir a sua ausência com os períodos de baixa produtividade do ciclo agrícola [...]. Anteriormente a 1930, e por conseguinte, as migrações não privaram a economia local, senão de um pequeno número de trabalhadores, sem modificar sensivelmente a divisão sexual do trabalho[3]".

Contudo e posteriormente, Margaret Hay mostrou por quais modos a crise dos anos 1930 e a Segunda Guerra Mundial transformaram a situação, os processos migratórios de trabalhadores, assim como a conscrição, extraindo da agricultura uma crescente proporção da sua população laboriosa masculina. Este fenômeno foi ainda acentuado pelo desenvolvimento da indústria mineira (de cuja exploração mineral aurífera iniciara-se, em Kowe, nos idos de 1934):

"A ausência prolongada dos homens exerceu uma influência na divisão sexual do trabalho; às mulheres e crianças jamais ser-lhes-ia requerido ocuparem-se dos trabalhos agrícolas com tamanha intensidade [...]. Os anos 1930 representaram um período transitório no tangente à divisão sexual do trabalho, conferindo--se, muito nitidamente, às mulheres a responsabilidade de carregar o peso da mudança processada nas zonas rurais[4]."

Após 1930, as mulheres tiveram uma função mais importante que outrora, consubstanciadas em "guardiãs da terra". Na África Austral, a ausência dos homens, dedicados ao trabalho nas minas, teve desdobramentos de ainda maior dramaticidade. Ao longo dos anos 1950, algumas comunidades da África do Sul apresentavam uma surpreendente bipartição: elas se dividiam em proletariado

3 M. J. HAY, 1976, pp. 98-99. Para um ponto de vista feminista, conferir também M. R. CUTRUFELLI, 1983.

4 M. J. HAY, 1976, p.105.

masculino (trabalhadores fabris) e uma população camponesa, antes e sobretudo, do sexo feminino. A regulamentação e as normas que, na África do Sul, impediam os mineiros de trazerem as suas mulheres para junto de si, agravavam sobremaneira esta tendência à segregação sexual, ao *apartheid sexual*. Muitas mulheres, em Estados limítrofes, encontravam-se mais isoladas que nunca, ao desempenharem o seu triplo papel de guardiãs do fogo, da água e da terra.

As guerras de libertação, travadas na África Austral a partir dos anos 1960, igualmente contribuíram para aumentar a instabilidade familiar e modificar a tradicional divisão do trabalho entre os sexos. Alguns combatentes, isolada e efetivamente, levaram as suas mulheres consigo; à imagem de certos exércitos de libertação, tais como o ZANLA e o ZIPRA (braços armados da Zimbabwe African National Union e da Zimbabwe African People's Union), ou ainda a Frente de Libertação de Moçambique, os quais inclusive comportavam algumas combatentes. No entanto, em seu conjunto, a guerra perturbou a vida familiar e a tradicional repartição das tarefas entre os homens e as mulheres.

Após a sua conquista da independência, alguns Estados limítrofes da África do Sul conheceram guerras contra-revolucionárias, a mais artificial dentre estas guerras pós-coloniais foi aquela desencadeada em Moçambique, pelo pretenso Movimento de Resistência Nacional de Moçambique (MRN).

Estes conflitos igualmente produziram efeitos nas relações entre os sexos. Assim sendo, sem mencionar as perturbações habitualmente produzidas pela guerra no âmbito familiar, as ações do MRN, em meados dos anos 1980, com tamanha intensidade danificaram o complexo infraestrutural de Moçambique que muitos trabalhadores migrantes não mais retornavam ao seu meio familiar entre dois períodos laborais nas minas sul-africanas.

Não há avaliação precisa acerca da possível influência desta situação sobre a ideia de "dupla fecundidade", elaborada a propósito do papel das mulheres africanas. Possivelmente, a ausência prolongada dos maridos tenha provocado uma baixa nas taxas de fecundidade em algumas comunidades de Moçambique. Igualmente é verossímil que o sistema migratório dos trabalhadores, próprio ao conjunto da África Austral, tenha engendrado uma real tendência à poliandria, a mulher, só e após certo tempo, finalmente buscava outro homem que substituísse *de facto* o seu marido ausente[5].

Se o fenômeno dominante era aquele relativo a uma baixa nas taxas de fecundidade, como consequência da prolongada ausência dos maridos, por deri-

5 Tais ocorrências seguramente têm lugar em Moçambique, mas não se sabe até que ponto a poliandria de fato se expandiu no conjunto da África Austral.

vação poder-se-ia concluir que o princípio da "dupla fecundidade" produziria a redução das funções sociais ligadas à fecundidade biológica das mulheres e aumentaria a sua participação nas atividades vinculadas à fertilização do solo.

Por outro lado e contrariamente, se o fenômeno mais significativo, em meio às comunidades mineiras da África Austral, era a tendência à efetiva poliandria, seria plausível que toda uma nova rede de relações sociais estivesse em vias de constituir-se nesta região da África[6].

O surgimento de novas técnicas e a sua incidência nos processos de transformação das funções masculina e feminina, este desenvolvimento técnico está arrolado entre as substanciais mudanças ocorridas na África durante este período, cuja influência fez-se notável nas relações entre os sexos. O uso da enxada conservava às mulheres africanas um posto central na atividade agrícola, entretanto, a mecanização da agricultura tendeu a marginalizá-las. As prerrogativas conferidas aos homens pelas novas e mais avançadas técnicas, ameaçaram o papel feminino de "guardiãs da terra".

A educação ocidental, pela sua própria natureza, produziu durante este período outra ameaça, em respeito ao papel primordial que as mulheres desempenhavam na economia continental áfrica. As africanas ocidentalizadas são seguramente mais móveis, livres e capazes de defenderem os seus interesses, comparativamente às suas irmãs circunscritas à influência da cultura tradicional. Porém, ocupar-se de uma máquina de escrever após ter sido a guardiã do fogo, da água e da terra, esta mutação representa, indubitavelmente, uma forma de marginalização para a mulher da África. A datilografia é menos essencial para a sobrevivência da coletividade que a cultura do solo. As africanas ocidentalizadas da segunda metade do século XX são, por via de regra, mais livres, embora tendencialmente desempenhem um papel menos relevante no seio das economias africanas, comparativamente àquele exercido pelas mulheres ainda inseridas na vida tradicional das regiões rurais.

A internacionalização das economias africanas representou, no curso deste período, uma terceira ameaça ao papel tradicional das mulheres do continente. Quando a atividade econômica africana revestia-se de um caráter mais local, as mulheres exerciam uma função decisiva nestes mercados locais, desempenhando a função de comerciantes. Desde então, a tendência à expansão das atividades econômicas, característica dos períodos colonial e pós-colonial, progressivamente excluiu as mulheres dos centros decisórios da economia internacional. É bem verdade que as nigerianas,

6 Aqui me refiro às pesquisas e entrevistas realizadas na África Austral, no âmbito de um projeto para os canais de televisão BBC e WETA. Conferir A. A. MAZRUI, 1986.

em particular, recusaram-se a ser completamente marginalizadas, inclusive na esfera do comércio internacional. Contudo, em termos gerais, a imensa maioria dos africanos que realizam atividades comerciais nos mercados internacionais, assumindo cargos nos conselhos administrativos das empresas multinacionais, são homens. Nas reuniões da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), na qual os muçulmanos são majoritários, inibições suplementares surgiram em oposição à presença de qualquer mulher, de modo que até mesmo a Nigéria não lograria estar representada neste fórum por uma delegada.

Em virtude de qual tipo de atividade, a proporção da participação feminina na vida pública africana poderia um dia aumentar? A subordinação das mulheres no plano político não se explica pela diferença das funções econômicas. As africanas participam muito ativamente da vida econômica, ao passo que as sauditas, por exemplo, dela encontram-se excluídas. Conquanto na sociedade africana e, igualmente, na sociedade saudita, as mulheres estejam, no plano político, todas subordinadas aos homens. A diferença das funções econômicas não explica e não constitui a verdadeira causa desta inferioridade política.

O que é universal, não é o papel econômico das mulheres, mas a inexistência do seu papel militar. Em toda a África (como no restante do mundo), as mulheres são mantidas à margem da atividade militar. O acesso feminino ao aparato militar transformará um dia as relações de força políticas entre os sexos. A armada somali iniciou o recrutamento junto às mulheres e a força aérea argelina também recruta, desde algum tempo, pilotos do sexo feminino. Nestes dois países muçulmanos do continente áfrico, as mulheres começam a receber a atribuição de algumas funções militares. Entretanto, falta ultrapassar o estádio das medidas simbólicas. Neste continente, marcado por golpes de Estado, quiçá virá o dia no qual um comunicado anunciando um *putsch*, na África Ocidental, será assim redigido: "Em Lagos, um golpe militar de Estado conduziu ao poder o general de brigada *Louise* Adebiyi[7]."

O pan-africanismo ou a confederação dos sexos

O pan-africanismo é tradicionalmente considerado como um conjunto de relações unindo os africanos além das suas fronteiras territoriais. Contudo, é-nos imperioso conferir-lhe uma definição de maior amplitude: o pan-africanismo compreende, outrossim, as relações estabelecidas entre os indivíduos áfricos, de parte a outra da fronteira *sexual*. Não basta transcender as divisões nacionais e o recorte herdado do colonialismo. Falta derrubar uma barreira *política* a separar

7 Expomos esta questão, de modo análogo, em A. A. MAZRUI, 1990.

os africanos desde bem maior lapso de tempo: aquela que separa os homens e as mulheres na vida pública.

Nkrumah definia o pan-africanismo como a aceitação de uma partilha do poder no quadro de uma federação territorial. Contudo, seria ainda mais necessário dividir o poder no quadro de uma *confederação dos sexos*.

A África tradicional, antes da colonização europeia, oferece magníficos exemplos de partilha do poder entre os sexos. As épocas de Hatshepsout, no Egito (século XV antes da era cristã), de Nzinga, em Angola (aproximadamente 1581-1663), de Yaaz Asantewa no país ashanti (1830-1921) e de Nehanda, no Zimbábue (por volta de 1863-1898), ilustram esta particular concepção do pan-africanismo, na qualidade de divisão do poder entre os homens e as mulheres. Algumas destas épocas foram estudadas nos volumes precedentes desta *História Geral da África*.

A colonização da África, teria ela reforçado ou enfraquecido esta tradição de partilha do poder entre os sexos? Nós indicamos os seus variados efeitos no que tange às relações entre homens e mulheres. A dominação colonial e a introdução da cultura ocidental marginalizaram as mulheres em certos domínios, conferindo-lhes posto de maior relevância em outras esferas de atividade. O pan-africanismo, como modelo de relacionamento entre os sexos, a um só tempo, padeceu com a ocidentalização da África e tirou proveito deste processo.

Em virtude da maior integração da África ao sistema mundial, após 1935, o mundo exterior passou a influenciar, como jamais outrora dantes visto em tamanha profundidade, a vida cotidiana dos africanos e africanas. Como derivação, resulta certo número de contradições sociais. Em respeito aos papéis femininos, a internacionalização da África, simultaneamente, reduziu a importância da atividade econômica das mulheres e favoreceu o desenvolvimento da sua atividade diplomática.

A partir de 1935, vimos parte das economias africanas, aquelas que conservaram o seu caráter local, igualmente reservarem maior espaço à participação feminina, comparativamente àquelas mais internacionalizadas. Lembramos o papel histórico das africanas, muito amiúde responsáveis pelo encargo da venda do excedente de produtos agrícolas e ativas participantes no processo produtivo das regiões rurais. A internacionalização da produção e do comércio, durante os períodos colonial e pós-colonial, produziu como efeito, tal qual anteriormente aqui indicado, reduzir paulatinamente a influência das mulheres nos processos econômicos. Como dissemos, os africanos a postos nos conselhos administrativos das sociedades multinacionais são, por pouco que não, invariavelmente homens. A internacionalização da economia africana, às épocas colonial e pós-colonial, seguramente traduziu-se até os dias atuais por uma marginalização

FIGURA 30.1 À esquerda: a liberiana Angie Brooks, presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas em 1969-1970. À direita: a princesa Elizabeth Bagaya, ministra das relações exteriores de Uganda, fazendo uso da palavra perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro de 1974. (Foto: Nations Unies. Photo: T. Chen.)

das mulheres. Durante este período, o pan-africanismo econômico, como meio em favor de uma efetiva colaboração entre os homens e as mulheres da África, foi seriamente posto em causa.

Em contrapartida, desde a conquista da independência, a diplomacia oferece novas possibilidades de carreira, sob a insígnia do pan-africanismo, aos africanos cujo acesso a elevado nível de instrução tenha sido aquiescido. Em setembro de 1969, como visto no primeiro capítulo, a liberiana Angie E. Brooks foi eleita presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas (anteriormente, somente outra mulher ocupara este posto: a indiana Vijaya Laksmī Pandit, irmã de Jawaharlāl Nehru). Angie Brooks foi, em Nova Iorque, a maior expoente da diplomacia africana: o pan-africanismo como união dos africanos, no âmbito da fronteira sexual, somente teria a ganhar com isso.[8]

A embaixadora Angie Brooks, desde anteriormente, abrira mais que uma nova via no curso da sua carreira diplomática; ela fora, notadamente, a primeira

8 Este trecho inspirou-se amplamente em uma troca de pontos de vista mantida com Dolores Mortimer, especialista de alto nível, responsável pela gestão de programas de intercâmbio internacional no âmbito educacional junto à United States Information Agency (USIA), em Washington.

mulher a presidir o Conselho de Tutela das Nações Unidas. No momento da sua posse, a Sra. Brooks declarou: "Eu estou orgulhosa do meu continente, do meu país e do meu sexo." Portanto, a autoridade suprema, no seio da Assembleia Geral, durante algum tempo foi exercida por uma africana.

A ugandense Elisabeth Bagaya (outrora princesa de Toro) cumpriu as funções no cargo de embaixadora itinerante de Idi Amin, posteriormente, no transcorrer dos anos 1970, ela desempenhou as funções de ministra das relações exteriores. Entretanto, a princesa Elizabeth era demasiado independente para exercer durante muito tempo tais funções, sob um regime militar a tal ponto inconstante. A sua insubmissão era excessiva, inclusive para permitir-lhe permanecer, de modo duradouro, no cargo de embaixadora nos Estados Unidos da América do Norte, ao final dos anos 1980 e sob o regime do presidente Yoweri Museveni. Ela recusou-se a ser (precipitadamente) enviada a Paris, preferindo demissionar. Elizabeth Bagaya Nyabongo não deixou, contudo e durante alguns anos, de representar o pan-africanismo territorial e intersexual.

Outras ugandenses ocuparam importantes postos diplomáticos, desde Bernadette Olowo, embaixatriz em Bonn, até Anna Amailuk, alta-comissária em Ottawa, passando por Freda Blick, embaixatriz em Paris ao final dos anos 1980. Gana igualmente teve uma embaixatriz em serviço, no corpo diplomático parisiense, tratava-se de Theresa Strictner-Scott. No plano diplomático e na qualidade de representantes africanas no exterior, estas mulheres contribuíram para exteriorizar o pan-africanismo. Algumas igualmente representaram o seu país em outros estados áfricos. A senhora Amailuk, por exemplo, foi embaixatriz de Uganda em Gana.

Os africanos também tiveram a possibilidade de conduzir atividades internacionais de caráter menos oficial, em funções quase diplomáticas. Angie Brooks presidiu desta forma a Federação Internacional das Mulheres Juristas, além de ter sido condecorada por diferentes governos, especialmente do Brasil, da República Federal Alemã, da Iugoslávia, de Camarões e da República Popular da China.

Junto às quenianas, as quais durante muitos anos desempenharam funções quase diplomáticas, podemos citar Margaret Kenyatta e Grace Ogot. Várias mulheres, por outro lado, figuraram como funcionárias e diplomatas de alto--escalão do Ministério das Relações Exteriores do Quênia, elas frequentemente colocaram-se a serviço do conjunto do continente tanto quanto fizeram-no em relação ao seu país africano de origem.

Quando a Zâmbia conquistou a sua independência, no ano de 1964, a zambiana mais em evidência não era uma diplomata, mas a profeta Alice Lenshina,

chefe da Igreja de Lumpa. A sua oposição, ao governo zambiano e ao partido dominante, provocou um grave conflito no país. Entretanto, quer junto às fileiras de Alice Lenshina ou de Kenneth Kaunda, que dirigia o governo da nova Zâmbia independente, esta situação mostrava uma vez mais que a África podia, todavia, produzir dirigentes apaixonadas, capazes de inspirar entre os seus fiéis os maiores atos de coragem e abnegação.

Desde a sua independência, a Zâmbia confiou algumas funções quase diplomáticas a mulheres, notadamente Mutumba Bull, a conjugar a dupla qualidade de personalidade política e científica. À imagem de outras africanas em postos semelhantes, estas mulheres também serviram, a um só tempo, o seu país e o conjunto do continente.

As mulheres de alguns dirigentes africanos, durante este período, tornaram-se conhecidas pela sua própria atividade político-diplomática. Ao longo dos anos 1980, Sally Mugabe dedicou-se a algumas causas humanitárias e internacionais, especialmente relacionadas à proteção da infância, no continente africano. A Sra. Mugabe manteve sucessivas negociações diplomáticas com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), promovendo várias reuniões pan-africanas em Harare, destinadas a tratar a questão das crianças africanas. (A ação diplomática e humanitária da Sra. Mugabe nos traz à lembrança aquela conduzida por Eleanor Roosevelt, tanto antes quanto após a morte do seu marido).

No Egito, Jehan al-Sādāt teve uma atividade diplomática quando vivia o seu marido. Aos olhos dos homens muçulmanos de espírito conservador do Oriente Médio, as suas tomadas de posição e as suas aparições públicas representaram, com maior frequência, uma presença desfavorável. Entretanto, durante algum tempo, ela foi um modelo a seguir, para grande número de mulheres árabes. Após o assassinato do seu marido, em 1981, ela foi relegada ao relativo esquecimento.

No plano político, assim como nas relações entre os sexos , o pan-africanismo tomou, neste período da África Austral, fórmulas particularmente efervescentes. Na República Sul-Africana, durante os anos 1980, Winnie Mandela foi, incontestavelmente e entre todas as raças, a mais ilustre das esposas. Embora, na luta contra o *apartheid*, ela não tenha desempenhado papel diplomático direto, nem exercido função política oficial, ela transformou-se na mais célebre africana da década de 1980. Ela encontrou-se, nesta região do continente, na convergência de muitos processos históricos, bem como de muitas correntes do pan-africanismo. A sua ação não somente voltou-se para as questões raciais, mas, igualmente, dizia respeito às relações entre os sexos e entre as gerações.

Com efeito, em toda a África Austral, era necessário estabelecer laços, não somente entre as raças, assim como entre os sexos e as gerações, em razão das

FIGURA 30.2 À esquerda: a egípcia Jehan al-Sādāt, eminência na luta pelos direitos da mulher. À direita: a sul-africana Winnie Mandela, militante do movimento contra o apartheid, em Joanesburgo, no mês de outubro de 1985. (Foto: Sipa Press, Paris. Keystone, Paris.)

perturbações nas relações entre os homens e as mulheres, causadas pela repressão, pelas guerras de libertação e pelas migrações de trabalhadores. A cólera e o extremismo gerados pelo *apartheid* haviam igualmente agravado o conflito de gerações, entre os mais jovens africanos e os seus anciãos.

A crise que transtornou, ao final dos anos 1980, a vida de Winnie Mandela, situa-se na intersecção destes três conjuntos de relações pan-africanas: entre os sexos, no âmbito racial e aquelas referentes às gerações. Na qualidade de esposa de Nelson Mandela, quem passara mais de um quarto de século encarcerado, ela simbolizava o tributo imposto pela luta política às relações entre os sexos e, pelo seu engajamento na preparação de jovens militantes ao exercício das suas funções sociais, ela havia trabalhado em prol da reaproximação entre as gerações. Contudo, em 1988 e 1989, ela encontrou graves dificuldades, especialmente em virtude das intrigas daqueles mais jovens militantes que ela tentara enquadrar. A mulher que era o mártir do *apartheid*, desde a condenação do seu marido à prisão perpétua, em 1964, a mulher que por longos anos fora exilada e confinada

ao gueto negro, encontrava-se desde logo em meio a ataques e afrontas de alguns círculos, os quais outrora proclamavam-na "a mãe da nação".

A sua história pessoal inscreve-se na história mais geral das relações entre os homens e as mulheres da África Austral. A repressão e a guerra transformaram muitas mulheres em "viúvas da revolução" – viúvas dos mártires em combate pela libertação – ou "viúvas da prisão", para as quais os maridos eram prisioneiros por toda a vida. Em nível internacional, Winnie Mandela era a mais ilustre dentre estas "viúvas da prisão".

Densas tendências sociológicas manifestaram-se nestas circunstâncias. Novas formas de iniciação à condição de guerrilheiro ofereciam-se aos jovens negros da África Austral: muitos adolescentes estavam alistados nas armadas de libertação, assim como dedicavam-se à atividade guerrilheira nos centros urbanos, esta luta sob nova roupagem consistia, mais frequentemente, em desafiar as forças de segurança armadas, durante enfrentamentos de rua. A experiência ensaiada por Winnie Mandela, a saber, a organização de uma equipe de futebol composta por jovens encarregados, entre outras atribuições, de assegurar a sua proteção, poderia ter sido um modelo. Todavia, esta experiência fracassou. A equipe de futebol transformou-se em um bando, dedicado a promover a guerra contra outros bandos juvenis, impondo um termo aos sonhos de Winnie Mandela.

A África Austral igualmente conheceu o estabelecimento de relações particulares entre o *sexo* e as *classes sociais*. Nas comunidades mineiras da África do Sul, os homens não tinham o direito de viver com as suas esposas. Como notamos, o *apartheid* sexual acrescentava-se ao *apartheid* racial. Vimos que as mulheres permaneciam normalmente nas zonas rurais onde praticavam uma agricultura de subsistência, ao passo que os seus maridos percorriam milhares de quilômetros para encontrarem um trabalho assalariado. Situação originária da formação de um proletariado masculino migrante e de uma categoria camponesa feminina sedentária. Mulher separada do seu marido, pela injustiça de um regime, Winnie Mandela também representava um modelo para as camponesas.

A luta, travada neste período pela reaproximação entre as raças, valeu o Prêmio Nobel da Paz a dois negros sul-africanos, Albert Luthuli e Desmond Tutu. Entretanto, o combate pela reaproximação dos sexos e das gerações não suscitava a concessão de prêmios Nobel. Naquele momento, nem a luta contra o sexismo e, tampouco, a atenuação dos conflitos entre as gerações, haviam entrado no conteúdo da definição de defesa da "paz", tal qual concebida pelo Comitê Nobel. Malgrado o sucesso dos seus esforços pela reaproximação dos sexos e das gerações, Winnie Mandela estava, durante os anos 1980, demasiado envolvida em controvérsias para que lhe fosse possível ser a primeira mulher

a obter um Prêmio Nobel. No entanto, a sua carreira política encontra-se distante do seu final e somente a história um dia julgará a sua contribuição para o pan-africanismo.

Igualmente, cabe ao futuro dizer se a primeira eleição de uma mulher ao posto de Secretário-Geral da Organização pela Unidade Africana *sucederá* ou *antecederá* a chegada ao poder da primeira mulher presidente de um Estado africano[9].

A educação colonial: a libertação sem o desenvolvimento

A África talvez não presencie esta revolução nas relações entre os sexos, senão após a segunda grande transformação por nós evocada, a saber, a generalização do acesso aos *conhecimentos* especializados. Uma revolução sexual e um revolução científica quiçá atingirão o continente, mas a segunda parece mais próxima que a primeira.

Não se deve esquecer que os *savoir-faire* introduzidos na África pela colonização apresentam uma ambiguidade histórica fundamental: se, por um lado, eles favoreceram a *emancipação*, por outra parte, eles mostraram-se profundamente inúteis ao *desenvolvimento*. As habilidades introduzidas pelos colonizadores relacionavam-se essencialmente com a *comunicação*; e o domínio das novas fórmulas de comunicação, escrita e oral, efetivamente facilitou a descolonização. Entretanto, os colonizadores não souberam eficazmente transmitir as técnicas de *produção*. Foi justamente neste sentido que o sistema educacional e de formação, herdado da época colonial, não logrou êxito em promover um verdadeiro desenvolvimento nos "territórios" africanos.

A crise dos anos 1930, a Segunda Guerra Mundial, bem como as suas consequências na Europa, contribuíram, tal como salientamos, para colocar o capitalismo e, finalmente, o imperialismo frente às suas responsabilidades. Foi sobretudo após a Segunda Guerra Mundial que as potências imperialistas começaram a interessar-se pela educação e pela formação dos africanos colonizados. Novas técnicas de comunicação foram então elaboradas. Em 1948, fundou-se o University College da Costa do Ouro, assim como, nesta mesma data, o seu homólogo de Ibadan acolheu os seus primeiros alunos. Em fevereiro de 1948, a Universidade de Lovanium foi criada, por decreto, no Congo belga; entretanto, somente em 1954, os primeiros alunos africanos, em número de trinta, seriam

9 A. A. MAZRUI, 1990.

admitidos no curso pré-universitário (não mais que onze seriam aceitos no exame de admissão).

Em Uganda, o University College de Makarere foi fundado ao final de 1949. Centros de pesquisa igualmente surgiram, tal como o Instituto de Oftalmologia Tropical, criado em Bamako, no Sudão francês, em 1953, ou a Organização para a Pesquisa sobre a Alimentação e a Nutrição na África (ORANA), em Dakar. Tais centros de pesquisa podiam contribuir para o desenvolvimento da África e não colocavam em prática simplesmente técnicas de comunicação. No entanto, estudar a nutrição ou a oftalmologia não correspondia ao estudo das técnicas de *produção* e, de todo modo, estas pesquisas não ocupavam senão uma posição muito limitada no âmbito do sistema educativo colonial, o qual, em sua essência, continuava a privilegiar um ensino de perfil literário tradicional.

Os patriotas africanos serviram-se de algumas técnicas comunicativas, ensinadas nas instituições coloniais, para defenderem os seus pontos de vista nas metrópoles e, igualmente, com o intuito de comunicarem-se junto ao restante da comunidade internacional. Como vimos em capítulos precedentes, o conceito de *negritude* foi forjado por patriotas negros residentes na França, notadamente por Aimé Césaire e Léopold Sédar Senghor. O movimento da negritude teve os seus primórdios no início do período estudado neste volume. Junto aos africanos de língua inglesa, a publicação, em 1938, da obra *Au pied du mont Kenya*, livro no qual Jomo Kenyatta igualmente toma a defesa da África, constitui o equivalente do movimento da negritude, na qualidade de movimento de legitimação cultural. O movimento da negritude e *Au pied du mont Kenya* expressaram dois importantes aspectos do novo domínio africano em matéria de comunicação, uma comunicação voltada tanto para as metrópoles quanto para o restante do mundo. Esta nova capacidade estava, aqui, posta ao serviço da cruzada pela libertação da África. Em 1947, Alioune Diop fundava em Paris o *Présence africaine*, novo instrumento de comunicação e nova arma no combate em defesa da África.

Ao final das contas, a formação oferecida pela educação colonial, direcionada para o domínio da expressão escrita e oral em línguas europeias, prestou-se muito bem a servir a causa da libertação política da África. Não constituiu obra do acaso que os movimentos anticoloniais fossem, em larga escala, dirigidos por patriotas africanos ocidentalizados ou semiocidentalizados. Os pais fundadores das novas nações africanas obtiveram a sua formação, majoritariamente, em escolas missionárias estabelecidas na África ou nos estabelecimentos de ensino superior ocidentais, senão e assaz amiúde, nos dois tipos de instituição. Tal foi o caso dos fundadores e primeiros presidentes de Gana (Nkrumah), do Senegal (Senghor), da Tanzânia (Nyerere), da Nigéria (Azikiwe), da Costa do Marfim
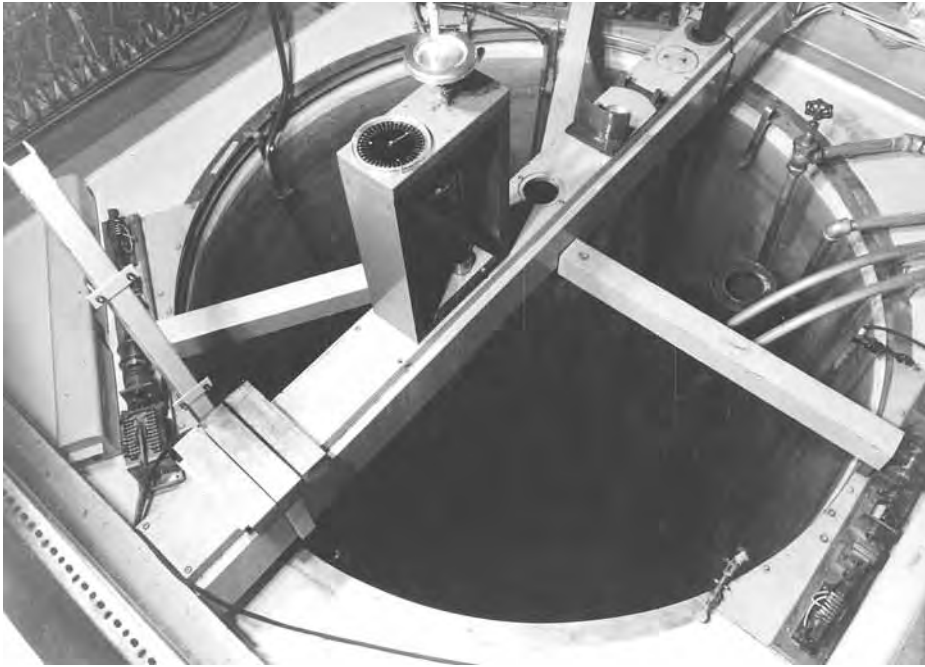
FIGURA 30.3 O reator nuclear Triga (ex-Zaire e atual R. D. do Congo, 1965). (Foto: Atelier Roland Minnaert.)

(Houphouët-Boigny), do Malawi (Banda), do Quênia (Kenyatta), bem como de muitos outros homens de Estado. Evidentemente, embora representassem apenas uma ínfima minoria do total da população continental, os patriotas africanos ocidentalizados encontravam-se na vanguarda da luta pela independência política. Como mostraram os capítulos deste volume consagrados à história política, estes africanos, os quais haviam recebido uma educação ocidental, findaram por eclipsar os dirigentes tradicionais, tomando as rédeas do poder após a partida dos colonizadores. Foi exatamente neste sentido que as técnicas de comunicação, introduzidas na África durante o período colonial, facilitaram a conquista da independência política pelos países do continente.

Entretanto e na realidade, as potências coloniais não lograram formar os africanos para as técnicas produtivas. Sob esta ótica, em que pese toda a sua utilidade durante a fase de libertação política, o sistema colonial de ensino revelou-se incapaz de garantir o desenvolvimento da África. As técnicas agrícolas permanecem, à época e em larga escala, rudimentares, as usinas são obrigadas a importar mesmo um simples parafuso, as barragens encontram-se frequente-

mente deterioradas e as máquinas entram em pane, por falta de peças de reposição. A capacidade da indústria africana em explorar os recursos minerais do continente é derrisória. Inclusive a sua capacidade de *extração* destes minerais, sem recurso ao equipamento, aos conhecimentos e à organização, fornecidos pelo estrangeiro, revela-se espantosamente limitada. A África retira do seu solo recursos minerais que ela raramente sabe transformar, além de importar bens de consumo cuja produção não lhe é facultada.

A conclusão impõe-se: se o colonialismo produziu os seus próprios coveiros, formando uma elite política africana, ele não criou a vanguarda econômica necessária ao desenvolvimento da África. A educação colonial facilitou a realização de um primeiro objetivo, a emancipação dos africanos; contudo a herança colonial não bastaria jamais para assegurar o desenvolvimento do continente. Nos dias atuais, as competências, em matéria de comunicação, devem combinar-se com as capacidades relativas à produção e ao desenvolvimento.

Forma de governo e desenvolvimento

A África entrou na nova era da independência com um atraso ainda mais considerável no tocante às competências, comparativamente ao que ela demonstrou em referência ao aparato produtivo; um abismo separava as suas novas instituições pós-coloniais e a sua capacidade em utilizá-las de modo eficaz.

O seu primeiro *handicap* era o capitalismo claudicante legado pela época colonial. A África contraiu hábitos de consumo do Ocidente, sem todavia assimilar as suas técnicas de produção; ela apreendeu os gostos dos ocidentais, sem contudo adquirir as suas competências; ela urbanizou-se, sem industrializar-se; ela herdou a avidez capitalista, sem aprender a disciplina capitalista. Parafraseando o poeta britânico Alexander Pope:

Um pouco de capitalismo representa perigos;
Sugue profundamente ou não beba sequer uma gota
Da fonte ocidental.

A África não mergulhou tão profundamente quanto o sudeste asiático na fonte do capitalismo, embora ela ali tenha bebido. Eis o porquê desta trágica consequência: o reino da avidez subsiste sem o contraponto da eficiência.

As instituições políticas legadas pelo colonialismo, o qual abolira ou enfraquecera as instituições autóctones, constituíram o segundo *handicap* da África independente. Paralelamente, os primeiros exércitos africanos permanentes foram providos de armas, produzidas graças a uma tecnologia muito mais avan-

çada que a tecnologia local. A África conquistou a independência com meios de destruição bem mais consideráveis, comparativamente aos seus meios de produção. Ela permanecia, contudo, amplamente dependente, nestas duas esferas, de modelos externos e de fornecedores estrangeiros. Esta situação alterou totalmente as relações entre civis e militares, além de provocar uma sucessão de golpes e contragolpes de Estado. Em razão do *deficit* de competências técnicas, a militarização não alimentou a sua indústria civil. Não houve simbiose entre a defesa e o desenvolvimento. Excetuando-se o Egito e a República Sul-Africana, nenhum país africano, por pouco que não, possui uma significativa indústria de armamentos. Grande parte dos exércitos africanos importa, integral e não somente, os seus tanques e mísseis mas, inclusive, as suas metralhadoras e os seus cartuchos; em alguns casos, até mesmo os uniformes são importados.

A militarização sem industrialização desestabilizou, simultaneamente, os sistemas econômico e político. O casamento do político e do militar estabeleceu um problema; o divórcio entre a defesa e o desenvolvimento gerou outra contradição. O *deficit* de competências técnicas é enorme em todos os domínios onde reina o subdesenvolvimento político, econômico e técnico.

Esta situação representa particular prejuízo aos direitos humanos. A falência, na quase totalidade do continente áfrico, das instituições liberais importadas do Ocidente, explica-se não somente pela origem estrangeira destas últimas mas, igualmente, em razão da insuficiente incapacidade dos africanos em organizarem partidos políticos disciplinados, empresas produtivas ou sindicatos eficazes. A democracia ocidental, não teria sido *imposta* à África tal como ocorrido no Japão? Os norte-americanos impuseram-na ao Japão em menos de dez anos; os africanos sofreram durante muito maior lapso de tempo com a tutela colonial. E, no entanto, as instituições ocidentais fincaram as suas raízes no solo estrangeiro nipônico, embora não tenham sobrevivido, senão às duras penas, nas forâneas terras áfricas. Esta diferença poderia ser o produto do maior desenvolvimento das capacidades de organização e das bases econômicas capitalistas no Japão, comparativamente ao que se processou na África.

Após a conquista da independência pela África, as relações entre as modalidades de governo e as perspectivas de desenvolvimento econômico variaram em função dos seguintes e correlatos fatores: a *dimensão* do setor público, o *papel* do Estado, a *eficácia* dos poderes públicos, bem como a representatividade e a equidade (a *legitimidade*) do governo.

O primeiro fator diz respeito não somente à dimensão do corpo administrativo propriamente dito, mas, igualmente, àquela dos organismos paraestatais. O segundo fator refere-se ao papel do Estado na economia, assim como à natureza

das suas funções. O terceiro fator relaciona-se à competência dos funcionários, à eficácia, e também à maior ou menor racionalidade do comportamento nos poderes públicos. O quarto fator reporta-se ao caráter democrático e representativo do governo ou à ausência de democracia e de representatividade.

Faz-se mister relembrar que, na África pós-colonial, a representatividade mede-se, frequentemente, segundo critérios *étnicos* e não eleitorais. A aritmética da representação étnica contribui, muito amiúde, para contemplar os membros dos diferentes grupos étnicos, sejam eles ou não agentes ou beneficiários do regime político. Os governos são considerados mais ou menos representativos na justa medida de sua composição étnica, aquela da população. Na Nigéria, desde a guerra civil, este princípio de representatividade é habitualmente citado sob a nomenclatura "caráter federal" da nação.

A dinâmica da representatividade étnica teve tendência a aumentar as proporções dos organismos governamentais e administrativos, além de ter ocorrido um "inchaço" nos efetivos da função pública e dos serviços paraestatais, com vistas a assegurar o sutil equilíbrio exigido pela aritmética da representação étnica.

A insensibilidade *face* à necessidade de um equilíbrio étnico pode, inversamente, constituir um fator de desestabilização. Em países como a Nigéria ou Uganda, a ausência de representatividade étnica correspondeu, muito amiúde, a um maior risco político, comparativamente à ausência de representatividade eleitoral. A aritmética da representação étnica revelou-se uma equação frequentemente mais complexa, se cotejada a um escrutínio classicamente concebido.

Do ponto de vista da eficácia da ação pública, um dos principais dilemas da África pós-colonial concerne às relações entre a liberalização econômica e a liberalização política. Em alguns países, o pluralismo político tendeu a desestabilizar a economia. Na Nigéria, sob o presidente Shehu Shagari (1979-1983), a abertura política e o pluripartidarismo foram acompanhados por uma profunda anarquia econômica. Gana, sob Hilla Limann, e o Sudão, sob Sadiq al-Mahdī, igualmente conheceram esta combinação entre abertura política e caos econômico. (O sul do Sudão, região desprovida de qualquer liberdade política e de toda proteção econômica, foi devastado política e economicamente).

Estes países estavam submetidos a um verdadeiro dilema moral. O pluralismo político corria o risco de provocar o declínio econômico. Em última análise, a escolha era, por vezes, dolorosa: liberdade política *ou* desenvolvimento econômico, jamais as duas opções simultaneamente. Diante deste quadro, o que deveriam fazer os doadores e as instituições internacionais? Organismos como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, poderiam eles realmente *preferir* regimes militares tais como aqueles de Ibrahim Babangida ou de Jerry

Rawlings, em detrimento a regimes democraticamente eleitos como aqueles de Shagari, Limann ou al-Mahdī?

Correríamos nós o risco de presenciar, ao longo dos anos 1990, a promoção do liberalismo econômico, por parte das organizações externas, em detrimento do liberalismo político? Este encorajamento concedido a regimes militares, não poderia ele ser implícito e, eventualmente, quase inconsciente?

Posteriormente à conquista da independência pela África, a corrupção no exercício do poder político, eventualmente, tomou a forma de uma *privatização do Estado*. Houve privatização em proveito de uma etnia, quando a despeito do princípio da representatividade étnica, um grupo étnico particular monopolizou as iniciativas públicas ou deteve parte considerável destas últimas, à imagem do realizado pelos nubi em Uganda, sob Idi Amin.

Houve privatização em proveito de uma dinastia, quando um indivíduo e o seu mais estreito círculo familiar monopolizaram os recursos e os símbolos do Estado, à imagem do imperador da África Central, Jean-Bedel Bokassa, quem literalmente ensaiou fundar uma dinastia.

Em meio a uma confusão generalizada, houve privatização anárquica quando a busca desenfreada, por privilégios e lucros, provocou a dissipação do poder de ação e da riqueza na esfera pública. A Nigéria, sob Shehu Shagari e sobretudo após 1981, foi a imagem desta privatização anárquica.

No domínio *político*, os piores males que ameaçam a África, desde a sua conquista da independência, são a tirania, por um lado, e a anarquia, por outro. A tirania é o excesso de governo, a anarquia configura a insuficiência de governo. A tendência à tirania traduziu-se, com frequência, em uma centralização da violência; a tendência à anarquia foi essencialmente representada por uma descentralização da violência, atingindo o extremo de confrontar vizinhos, uns contra os outros.

No domínio *econômico*, os piores males que pairam sobre a África são a dependência e o declínio. A dependência representa uma diminuição nas capacidades de autonomia; o declínio consiste em uma redução nas capacidades de desenvolvimento.

A crise do sistema de governo, na África, está ligada ao emaranhado formado pelos males políticos (tirania, anarquia) e os males econômicos (dependência, declínio). Como sair disso? Falta-nos desenvolver múltiplas competências, em meio a estas capacitações, devemos precisamente enfatizar aquelas que nos permitam resolver esta crise fundamental, relativa ao sistema de governo.

FIGURA 30.4 A desertificação do Sahel. (Foto: UNESCO/MAB.)

Os africanos não têm nenhuma necessidade de copiar as instituições liberais do Ocidente para conciliar a estabilidade e a equidade. Entretanto, eles devem adquirir a capacidade de defender os seus direitos, inclusive contra os seus governos, e dotarem-se das organizações necessárias para travar este combate. Os dirigentes tendem invariavelmente a sucumbir à arbitrariedade, quando não existe contra-poder organizado capaz de opor-se aos seus excessos. O *deficit* de competências é uma das causas da violação permanente dos direitos humanos na África. O exército formado por Museveni em Uganda, durante os anos 1980, foi a primeira organização militar criada por civis para lutar contra um regime antidemocrático na África. Contudo, faltava resolver imensos problemas. Todavia, a estabilidade e a equidade não estavam asseguradas.

FIGURA 30.5 O desmatamento da África. (Foto: UNESCO/MAB.)

População e ecossistema

Os problemas africanos, nas décadas vindouras, não se reduzirão à busca da estabilidade política e de uma economia viável. A própria *ecologia* da África está ameaçada; o desmatamento e a desertificação estão em vias de tornar inabitável grande parte da África. O problema deriva, por um lado, da fraca capacidade de planejamento dos países africanos, em seu conjunto. Embora a maioria dos governos africanos seja partidária dos planos de desenvolvimento nacional, estes países não lograram aplicá-los. As florestas são progressivamente destruídas sem qualquer esforço de reflorestamento. Grupos econômicos franceses e libaneses devastaram a floresta tropical úmida da Costa do Marfim, contando com a aquiescência da classe dirigente local. Não há nenhuma preocupação em respeito aos danos causados ao ambiente, nem a cerca da necessidade de reflorestamento com vistas a reparar estes danos. O Senegal, após consideráveis prejuízos ao ambiente, pôs em marcha um modesto programa de reflorestamento. As capacidades de planejamento da África ainda não estão à altura das suas necessidades, em matéria de proteção do ecossistema.

O *deficit* de competências estende-se à utilização da madeira de aquecimento, a mais antiga fonte de energia empregada pelo homem permanece como o principal recurso energético nos campos africanos. Os habitantes das regiões rurais devem, atualmente, aprender a economizar. Modificações relativamente simples, introduzidas nos métodos de cocção dos alimentos, bem como um aperfeiçoamento dos métodos de combustão, poderiam reduzir sensivelmente o consumo de lenha, o que talvez permitisse desacelerar ou mesmo interromper o desmatamento e a desertificação, em algumas regiões do continente.

Aquelas sociedades nas quais os bovinos, os caprinos ou os camelos possuem grande valor cultural, devem resolver um problema suplementar: elas estão obrigadas a tornar proporcional o tamanho dos seus rebanhos e os pastos disponíveis. As autoridades tiveram dificuldades em convencer os criadores acerca do risco representado pela criação de número exageradamente elevado de animais, volume passível de comprometer o ecossistema e causar a destruição das pastagens. Animais em *demasia*, capacidades *insuficientes*: a associação entre este excedente e este *deficit* revelou-se frequentemente fatal.

O que dizer, por outro lado, do conceito moralmente duvidoso relativo ao "excedente *demográfico*", em um continente que padece de um *deficit* de competências? O problema do crescimento demográfico agravou-se, também ele, em razão da insuficiente capacidade de planejamento. A África produziria mais seres humanos, comparativamente aos que ela estaria apta a alimentar? Embora os anos 1980 nos tenham oferecido indicadores contraditórios no tocante às relações entre a produção de subsistência na África e o crescimento populacional no continente, o risco de uma diminuição da produção *per capita* persiste. Teria sido necessário aumentar a produção de subsistência ou reduzir o crescimento demográfico. Ambas as ações exigiriam competências específicas. A questão da produção de subsistência foi abordada em vários capítulos deste volume. Mas, o que dizer sobre o crescimento demográfico?

No transcorrer dos anos 1980, nasceram mais crianças na África que em qualquer outra região do globo. A África negra conheceu, neste período, a mais elevada taxa de crescimento demográfico de toda a história humana, índice este que não interromperia a sua elevação (tabela 30.1). A taxa anual era de 2,5%, entre 1960 e 1970, elevou-se para 2,7%, entre 1970 e 1980, atingindo 3,1%, entre 1980 e 1986; estimava-se que ela alcançaria 3,2% em 1989. No Quênia, por exemplo, a taxa anual de crescimento demográfico ultrapassava 4%.

O amor da África pelas suas crianças sempre foi glorificado, mas este sentimento igualmente encontra-se à origem da tragédia atualmente vivida pelo continente. No curso dos anos 1980, pesquisas demonstraram que os africanos

desejavam famílias ainda mais numerosas, comparativamente às já elevadas proporções em vigor, desde anteriormente. As mulheres desejavam em média ao menos seis crianças. Em 1988, as quenianas pretendiam ter oito filhos. O número de filhos desejados no conjunto da África variava entre cinco (Gana) e nove (Mauritânia).

Este amor pelas crianças explica-se, especialmente, pela concepção africana da *imortalidade*, esta última compreendida não simplesmente como uma ida aos céus, mas, em igual medida, como a capacidade de transmissão do seu sangue aos vivos, para que ele corra em suas veias. Em termos modernos e segundo esta concepção, uma pessoa não é considerada realmente morta, enquanto os seus genes continuarem vivos em seus descendentes. William Wordsworth aproximou-se desta concepção africana ao escrever:

Oh alegria! A vida sobrevive nas cinzas,
A Natureza ainda se recorda
Deste que foi tão fugidio[10].

Em virtude da forte mortalidade infantil, durante os anos 1980, as mulheres africanas deram à luz a seis crianças, para terem certeza que ao menos quatro sobreviveriam. Em muitas comunidades africanas, a morte é um visitante muito mais familiar que o médico, por conseguinte, levar em conta o possível falecimento das crianças, em seus primeiros anos de vida, constitui desde logo um planejamento familiar.

A África necessita, portanto e sobretudo, não de um controle de natalidade mas, de um *controle dos óbitos*; ela deve aprender não somente como ter menos bebês mas, outrossim, como alcançar a sobrevivência de maior número de crianças. O controle da mortalidade produz, primeira e normalmente, um aumento nas taxas de crescimento demográfico; entretanto, após certo tempo, os pais estão, em princípio, suficientemente seguros e aceitam gerar menos filhos. Ao final dos anos 1980, esta transição demográfica ainda não se produzira na África.

Três tipos de situação, cada qual comportando uma dimensão agonística – positiva ou negativa –, concerniram estas crianças ao longo da recente história africana: os conflitos entre grupos humanos (notadamente os conflitos entre grupos étnicos); o confronto dos homens com o seu ecossistema ("guerra ecológica"); a luta contra a ignorância e a pobreza (campanhas visando melhorar o nível de vida da população e garantir ao menos a satisfação das suas necessidades essenciais).

10 W. WORDSWORTH, Intimations of Immortality from Reccollections of Early Chilhood.

Os conflitos entre grupos étnicos, no contexto de guerras civis ou de libertação, deixaram atrás de si crianças órfãs, ao menos de um dos pais, as quais foram obrigadas a abandonar a sua comunidade de origem: trata-se das *crianças da guerra*. A imagem clássica dos campos de refugiados ilustra, à perfeição, as privações impostas a estas crianças.

Em sua luta, primordial, com as forças da natureza, os homens africanos viram, no transcorrer deste período, a natureza debochar muito cruelmente de si, pois ela provocou, sucessivamente e de modo especialmente destrutivo, as grandes inundações e secas. Estas catástrofes naturais afligiram, a um só tempo, adultos e crianças.

O terceiro tipo de situação, a afetar as crianças africanas, foi o combate travado contra a ignorância e a pobreza. Intervenções simples, tal como a reidratação das crianças ou a ingestão de sais minerais, lograram por vezes salvar um milhão de vidas na África. As campanhas de vacinação infantil, realizadas nos anos 1980, pela UNICEF e pela Organização Mundial de Saúde, diminuíram a mortalidade em algumas comunidades. Ações educacionais em respeito à nutrição igualmente permitiram um recuo da mortalidade.

É possível depreender fenômenos de interação destes três tipos de situação, por exemplo, a luta *contra* a ignorância em matéria de erosão dos solos consistiria essencialmente em uma luta *pela* conservação dos solos e pela preservação do ecossistema, por sua vez, os conflitos entre grupos étnicos teriam como efeitos o simultâneo agravamento da pobreza e a deterioração do ecossistema.

Como, os africanos instruídos intervieram nestas situações? Qual teria sido o papel dos artistas, dos educadores e dos intelectuais? Cabia-lhes executar um trabalho de educação e de mobilização. Eles deviam participar da educação pública e da formação dos dirigentes, além de, igualmente, ser da sua incumbência promover o entusiasmo e o engajamento, em favor das políticas adequadas para a proteção ou a ajuda às crianças. Contudo e primeiramente, era necessário mobilizar estes agentes de mobilização, educar estes educadores. Era fundamental que os artistas, os professores e os intelectuais alcançassem, em profundidade e de fato, problemas que afligem os filhos da guerra, as vítimas das catástrofes naturais e os deserdados. Eis ao que se dedica a UNICEF, desde meados dos anos 1980, tentando conduzir os artistas, os intelectuais e outros africanos instruídos a uma cruzada para salvar as crianças do continente.

Mas, como realmente fazer decair a taxa de mortalidade infantil? Malgrado as demonstrações da UNICEF, provas cabais do quão relativamente limitadas deveriam ser as competências para a aplicação de alguns métodos, estas ações, todavia, não haviam sido postas em prática ao final do nosso período. Dez

TABELA 30.1 POPULAÇÃO DA ÁFRICA, 1950-2025 (EM MILHARES).

	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
África	**221984**	**247954**	**279316**	**317056**	**361788**	**413298**	**477232**	**552884**
África Austral	**15736**	**17639**	**19832**	**22623**	**25581**	**28866**	**32379**	**36372**
África do Sul	13683	15385	17396	16832	22458	25301	28270	31569
Botsuana	389	433	481	549	623	755	902	1083
Lesoto	734	794	870	936	1064	1187	1339	1538
Namíbia	666	736	817	910	1016	1141	1306	1518
Suazilândia	264	291	326	370	419	482	563	664
África Central	**26316**	**287921**	**31811**	**35343**	**39599**	**45243**	**52183**	**60209**
Angola	4131	4437	4816	5180	5588	6520	7723	8754
Camarões	4467	4843	5297	5874	6610	7520	8653	10051
Congo	808	889	988	1111	1263	1447	1669	1939
Gabão	469	477	486	495	504	637	806	985
Guiné Equatorial	226	238	252	270	291	225	217	312
República Centro-Africana	1314	1414	1564	1677	1849	2057	2320	2646
São Tomé e Príncipe	60	62	64	68	73	81	94	107
Chade	2658	2838	3064	3334	3652	4030	4477	5018
Zaire	12184	13595	15310	17335	19769	22726	26225	30398
África Ocidental	**63150**	**70754**	**80173**	**91628**	**105202**	**121715**	**141258**	**165**
Benin	2046	2111	2237	2430	2693	3033	3459	3985
Burkina Fasso	3654	4012	4452	4961	5550	6202	6957	7877
Cabo Verde	146	169	196	229	267	278	289	324
Costa do Marfim	2775	3221	3799	4527	5515	6755	8194	9933
Gâmbia	294	313	352	404	464	548	641	745
Gana	4900	5759	6774	7828	8612	9831	10736	12839
Guiné	2550	2826	2136	3488	3900	4149	4461	4982
Guiné Bissau	505	522	542	524	525	627	795	873
Libéria	824	914	1039	1195	1385	1609	1876	2199
Mali	3520	3911	4375	4922	5484	6169	6863	7915
Mauritânia	825	901	991	1096	1221	1371	1551	1766
Níger	2400	2689	3028	3660	4165	4771	5586	6608
Nigéria	32935	37094	42305	48676	56581	66346	78430	92016
Santa Helena	5	5	5	5	5	5	5	6
Senegal	2500	2811	3187	3626	4158	4806	5538	6375
Serra Leoa	1944	2081	2241	2429	2656	2931	3623	3665
Togo	1329	1414	1514	1627	2020	2285	2615	3028

	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
África	**642111**	**746819**	**866585**	**1001349**	**1148474**	**1301371**	**145067**	**1596855**
África Austral	**40928**	**45972**	**51416**	**57168**	**63108**	**69074**	**74821**	**801336**
África do Sul	35282	39348	43666	48139	52662	57150	61446	65363
Botsuana	1304	1549	1822	2124	2451	2779	3095	
Lesoto	1774	2053	2370	2731	3138	3579	4013	4427
Namíbia	1781	2079	2437	2847	3303	3776	4245	4698
Suazilândia	788	943	1121	1326	1554	1790	2023	2249
África Central	**70054**	**81933**	**95981**	**112344**	**13958**	**151395**	**172266**	**192342**
Angola	10020	11531	13295	15317	17561	20004	22438	24731
Camarões	11833	14037	16701	19897	23665	27893	32264	36547
Congo	2271	2678	3167	3746	4406	5130	5860	6547
Gabão	1172	1382	1612	1827	2052	2309	2594	2875
Guiné Equatorial	352	400	455	519	592	671	752	828
República Centro-Africana	3039	3511	4074	4740	5497	6325	7154	7947
São Tomé e Príncipe	121	135	151	167	184	201	219	235
Chade	5678	6447	7337	8352	9491	10728	12013	13245
Zaire	35568	41813	49190	57780	67509	78135	88972	99366
África Ocidental	**193702**	**227426**	**266645**	**311360**	**360430**	**410942**	**460383**	**507455**
Benin	4630	5421	1\6369	7486	8745	10065	11369	12587
Burkina Fasso	8996	10396	12092	14080	16349	18822	21327	23710
Cabo Verde	370	438	515	595	676	757	841	922
Costa do Marfim	11997	14535	17600	21218	25503	30069	34776	39334
Gâmbia	861	984	1119	1271	1434	1593	1736	1864
Gana	15028	17608	20564	23845	26931	29884	32708	35442
Guiné	5755	6700	7830	9162	10667	12252	13820	15273
Guiné Bissau	964	1073	1197	1338	1491	1649	1791	1918
Libéria	2575	3032	3575	4207	4921	5689	2477	7245
Mali	9214	10799	12685	14885	17350	19918	22439	24774
Mauritânia	2024	2335	2702	3129	3612	4129	4542	5119
Níger	7731	9104	10752	12694	14884	17167	19406	21482
Nigéria	108542	127694	149621	174307	201266	228753	255393	280890
Santa Helena	7	8	10	11	13	15	17	19
Senegal	7327	8423	9716	11172	12730	14269	15685	16988
Serra Leoa	4151	4740	5437	6250	7172	8161	9139	10045
Togo	3531	4138	4861	5711	6687	7750	8821	9842

	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
África Oriental	**64984**	**72774**	**82326**	**94165**	**108228**	**123675**	**144172**	**167815**
Burundi	2456	2691	2948	3224	3522	3680	4132	4731
Comores	173	114	215	240	274	320	392	463
Jibuti	60	69	80	114	168	243	304	354
Etiópia	19573	21680	24191	27150	30623	34309	38750	43083
Quênia	6265	7189	8332	9749	11498	13741	16632	20096
Madagascar	4230	4718	5309	6016	6742	7595	8785	10237
Maláui	2881	3169	3529	3975	4518	5244	6183	7340
Maurício	493	571	660	753	826	892	966	1020
Moçambique	6198	6744	7461	8338	9395	10498	12095	13711
Uganda	4762	5556	6562	8047	9506	11183	13120	15647
República Unida da Tanzânia	7886	8803	10026	11586	13513	15900	18867	22748
Reunião	257	293	339	393	441	484	508	547
Ruanda	2120	2391	2742	3183	3728	4384	5163	6102
Seychelles	34	38	42	47	53	59	63	65
Somália	2423	2657	2935	3627	3668	4156	5345	6370
Territórios britânicos do Oceano Índico	2	2	2	2	2	2	2	2
Zâmbia	2440	2753	3141	3614	4189	4841	5738	7006
Zimbábue	2730	3257	3812	4466	5260	6143	7126	8292
África Setentrional	**51798**	**57994**	**65115**	**73297**	**83158**	**93799**	**107240**	**123348**
Argélia	8753	9715	10800	73297	13746	16018	18740	21788
Egito	20330	22990	25922	11923	33053	36289	40875	46511
República Árabe Líbia	1029	1126	1349	29389	1986	2446	3043	3786
Marrocos	8953	10132	11626	13323	15310	17305	19832	3786
Saara Ocidental	14	21	32	50	76	117	135	155
Sudão	9190	10150	11165	12359	13859	16012	18681	21822
Tunísia	3530	3860	4221	4630	5127	5611	6384	726

	1950	1955	1960	1965	1970	1975	1980	1985
África Oriental	196873	232243	273594	321148	374399	431034	487868	542536
Burundi	5472	6362	7358	8469	9657	10841	11950	12976
Comores	550	658	789	945	1123	1315	1510	1697
Jibuti	409	474	552	644	748	862	979	1094
Etiópia	49240	57140	66364	79961	88889	101753	114313	126618
Quênia	24031	28978	35060	42389	50905	60071	69799	79113
Madagascar	12004	14113	16627	19529	22827	26476	30272	34014
Maláui	8754	10494	12458	14654	17104	19701	22278	24730
Maurício	1082	1142	1201	1258	1309	1354	1391	1419
Moçambique	15656	17922	20493	23365	26456	29592	32593	35416
Uganda	18794	22666	26958	31730	36982	42561	48101	53144
República Unida da Tanzânia	27318	32971	39639	47460	56333	65845	75485	84917
Reunião	598	647	692	735	777	817	855	889
Ruanda	7237	8602	10200	11973	13791	15511	17196	18847
Seychelles	69	72	75	78	80	82	83	84
Somália	7497	8441	9736	11312	13114	15035	16905	18701
Territórios britânicos do Oceano Índico	2	2	2	2	2	2	2	2
Zâmbia	8452	10222	12267	14632	17328	20264	23286	26620
Zimbábue	9709	11340	13123	15012	16974	18951	20870	22616
África Setentrional	140553	159245	178949	199330	219580	238925	256728	274390
Argélia	24960	28704	32904	37286	41510	45279	48484	51950
Egito	52426	58388	64210	70099	75746	81050	85768	90355
República Árabe Líbia	4545	5446	6500	7695	8976	10276	11567	12841
Marrocos	25061	28301	31559	34648	37586	40408	43022	45647
Saara Ocidental	178	202	228	254	280	308	335	362
Sudão	25203	29128	33625	38647	44017	49416	54627	59605
Tunísia	8180	9076	9924	10702	11464	12188	12925	13630

[Fonte: United Nations (1990) World Population Prospects, ST/ESA/SER. A/120.]

milhões de recém-nascidos morreram de diarreia na África durante a época colonial e pós-colonial. Métodos simples, de reidratação e de aporte de sais minerais, poderiam ter salvo a maior parte destas crianças. Certas organizações não africanas, em posse das competências requeridas, começam a distribuir, às mães das zonas rurais, *kits* de emergência contendo água potável e sais minerais. A boa qualidade da água é, sem dúvida, uma das importantes condições para a redução da mortalidade infantil, assim como o abastecimento em água potável consiste em uma ação pública que merece toda a atenção dos governos africanos e dos organismos internacionais.

A *vacinação* contra as outras doenças, as quais dizimam os recém-nascidos, poderia melhorar consideravelmente as chances de sobrevivência das crianças africanas. Campanhas de vacinação realizadas em larga escala poderiam rapidamente eliminar flagelos, tais como a difteria, a coqueluche, a rubéola ou a febre tifoide. Países como o Burkina Fasso lançaram-se em tais programas.

Entretanto, outra doença apareceu durante o período estudado neste volume, provavelmente a mais grave, até os dias atuais, a atingir o gênero humano. Perante esta moléstia, denominada pelos ocidentais síndrome da imunodeficiência adquirida (SIDA/AIDS), as competências do Ocidente revelam-se tão insuficientes quanto aquelas próprias à África.

Esta doença, essencialmente pertencente ao último quarto do século XX, desafiou, no imediato, todas as leis da luta de classe internacional e da partilha mundial das riquezas, atingindo indiscriminadamente ricos e pobres. As primeiras vítimas foram, efetiva e principalmente, os habitantes das maiores cidades norte-americanas, como Nova Iorque ou São Francisco, bem como os africanos das regiões mais pobres do continente. Pela primeira vez neste período da história, o Ocidente sofre tanto quanto a África de um *deficit* de competências, restando aos médicos ocidentais uma ignorância, neste âmbito, semelhante àquela dos seus consortes áfricos.

Todavia, esta ignorância brevemente compartilhada não deveria, junto a nós, dissimular a distância que separa aqueles conquistadores da Lua daqueles que padecem nas comunidades. O *deficit* de competências não se reduz somente a um problema de fundamental importância no tocante à elaboração das políticas estatais africanas. Ele determina a oposição Norte-Sul, a hierarquização do sistema mundial e a sua divisão em países desenvolvidos e países subdesenvolvidos. Este é o fardo da humanidade na época atual.

Conclusão

Entre 1935 e os dias de hoje, a África passou da idade do colonialismo para a nova era da independência. Nós demonstramos, anteriormente, como este curto período da história do continente articulava-se, em uma década de conflito mundial (1935-1945) e durante um decênio e meio de luta redobrada contra o colonialismo (1945-1960), combate este desdobrado na brilhante, embora incerta, aurora da independência, terceira fase dominada pela luta em prol do desenvolvimento, no curso da qual a África foi obrigada a enfrentar inumeráveis problemas.

Uma perigosa tentação surge para o historiador, relativa a suscitar um suporte, derivado do seu conhecimento sobre o passado, com vistas a tentar compreender o presente e discernir as prováveis futuras tendências. O período examinado neste volume acompanhou o advento das maiores revoluções técnicas da história humana, revoluções que permitiram, notadamente, o início da viagem espacial. Enquanto a África rumava para a independência, outros pisavam em solo lunar.

Assinalamos neste volume, assim como nos precedentes, as contribuições áfricas para a história da ciência. A colonização, antes e sobretudo, interrompeu o desenvolvimento técnico da África, comparativamente ao que ela teria facilitado. A Europa "subdesenvolveu" a África, segundo a expressão de Walter Rodney[11], os europeus não transmitiam aos africanos senão competências concernentes à expressão escrita e oral, técnicas de comunicação, mas não um *savoir-faire* em matéria de produção e desenvolvimento.

Mas os africanos souberam fazer o melhor uso possível deste saber. Em que pesem os seus limites. Demonstramos como as elites africanas, formadas com base em uma educação ocidental, empregaram estas novas técnicas comunicativas para mobilizar os seus compatriotas, dividir a opinião pública das metrópoles, fortalecer os laços com o conjunto da comunidade internacional, convencendo esta última em respeito ao bom e legítimo fundamento das aspirações da África. O combate continua com o objetivo de melhorar os sistemas políticos, salvaguardar o ecossistema, garantir o desenvolvimento e proteger as crianças africanas. No entanto, numerosas fontes de tensão subsistem.

Para que a situação da África se transforme radicalmente, far-se-ia mister, em particular, operar uma mudança social nas relações entre os sexos e uma modificação do paradigma das relações do homem com o seu ecossistema. A

11 W. RODNEY, 1981.

África deve promover a convergência da tradição, da qual as relações entre os sexos constituem o mais antigo fundamento, com a modernidade, baseada na ciência. Para lograr êxito, falta-lhe conciliar uma revolução nas relações humanas (entre homens e mulheres) e uma revolução na atividade humana (competências e valores). Quiçá, as futuras gerações reconhecerão que o período atual, iniciado em 1935, muito bem preparou o continente áfrico para esta dupla transformação.

Posfácio: cronologia da atualidade africana nos anos 1990

C. Wondji

Os primeiros anos da década de 1990 foram marcados por reviravoltas políticas, dentre as quais, a queda do muro de Berlim, o desmoronamento dos regimes comunistas dos países da Europa Oriental e a Guerra do Golfo permanecem os acontecimentos mais relevantes. O ocaso da potência comunista deixou o capitalismo sem rival e abriu uma via sem obstáculos para a democracia liberal e para a economia de mercado, as quais delimitam, nos dias atuais, o quadro evolutivo das sociedades. Esta evolução inscreve-se, doravante, em um sistema de relações globais, tornado possível graças à revolução tecnológica na comunicação: nenhuma cultura, nenhuma nação, nenhum continente escapa, desde então, a esta globalização dos intercâmbios humanos.

Parte integrante deste sistema mundial, a África é afetada por estas mudanças. A África dos anos 1990 pode ser definida como um cenário marcado por crise econômica e política, por tensões e guerras, bem como pelo "afropessimismo", por um lado, mas igualmente pela democratização e por um maior

1 Este posfácio pôde ser redigido graças às pesquisas e às contribuições da Sra. J. M. Kambou (historiadora, doutora de terceiro ciclo) e da Sra. S. Serbin (historiadora e jornalista); ele foi essencialmente concebido a partir dos dados fornecidos pelas revistas Afrique contemporaine e Monde arabe; Maghreb, Machrek, publicações trimestrais editadas pela Documentation Française, Paris; assim como, graças à revista Politique africaine, publicada pelas Éditions Karthala, Paris. Todos os números que cobrem o período compreendido entre 1989 e 1997 foram minuciosamente consultados. Nós igualmente fomos subsidiados pelo periódico Marchés tropicaux et méditerranéens, o hebdomadário da África e do Oceano Índico, CIRAD-CA, Montpellier, dos anos 1994 a 1997.

respeito aos direitos humanos. Sem sucumbir ao mito de uma África arrasada, gangrenada por misteriosas doenças, arruinada por tiranos corruptos e lutas tribais sanguinárias, é-nos forçoso constatar que a África não pode ser tomada como exemplo. Considerando as análises expostas neste volume, surge a questão concernente às novas prioridades às quais se encontra submetido o continente, perante as crises sociopolíticas e econômicas do decênio 1990. Nós abordaremos brevemente esta questão, deixando à cronologia dos principais acontecimentos o encargo de iluminar uma vida política, econômica e social africana que, longe de estar totalmente marcada pela morbidez, comporta promissoras inovações.

Há trinta anos, enfatiza um estudo do Banco Mundial datado de 1989, a pobreza persiste nos países africanos, justamente naquelas nações que tanto haviam esperado, após a independência, uma melhora nas condições de vida dos seus habitantes. Nos anos 1970, o aumento no preço das matérias-primas e o afluxo dos petrodólares permitiriam aos dirigentes terceiro-mundistas, especialmente aos líderes africanos, financiar programas de desenvolvimento cujo impacto mostrar-se-ia reduzido no nível geral de vida das populações. Entretanto, após os dois choques petrolíferos (1973 e 1979) que abalaram a economia mundial, a recessão industrial provocou uma queda nas cotações das matérias-primas. Os anos 1980, por conseguinte, foram marcados por um declínio geral, no qual o continente africano foi a principal vítima, em razão das persistentes debilidades estruturais próprias ao funcionamento da sua economia, contexto cuja exceção seria a África do Sul.

Ao longo do decênio 1990, o desempenho econômico do continente africano revela-se ainda decepcionante e o PIB permanece aquém do nível atingido no ano 1980. A pobreza, correspondente a uma endemia no continente, está parcialmente ligada ao crescimento demográfico, estimado em 2,8% no ano 1996, taxa superior ao crescimento da produção agrícola (2,2% ao ano). Na África, 60% da população vive em total indigência e entre os 48 PMA (países menos desenvolvidos) catalogados no mundo, 33 são africanos. A África não se beneficia senão com 5% do fluxo total de investimentos estrangeiros diretos (ou seja, 110 bilhões de dólares norte-americanos, em 1996), aportes que, no continente, concentram-se na África do Sul, no Egito, no Marrocos e na Nigéria, além de ser alarmante a queda da ajuda pública ao desenvolvimento.

Os países do Norte reagrupam-se e o Ocidente mobiliza os seus capitais com vistas à consolidação da Europa. Estes capitais são, desde logo, dirigidos para os antigos países comunistas da Europa Central e Oriental, para a América Latina, região de melhor desempenho econômico, bem como para os países asiáticos cujos mercados indicam maior solvência. A parcela referente à África nas trocas

mundiais não ultrapassa 1%, comparativamente aos 3% correspondentes aos anos 1960. A dívida da África, continente mais endividado *per capita*, equivale a 265% das suas receitas de exportação nos anos 1990. O serviço da dívida permanece em torno de 20% para a maioria dos países e, para alguns, ultrapassa 30% das receitas de exportação.

Desde o final do comunismo e da adoção do liberalismo em nível mundial, a África não mais representa um desafio estratégico. Ao longo dos anos 1990, assiste-se, portanto, a uma verdadeira desclassificação internacional do continente africano, onde as experiências de desenvolvimento importadas se haviam desdobrado em trágicos impasses. Em razão de não ter logrado impor-se de maneira decisiva como um ator eficiente do sistema econômico mundial, a África, minada pelas suas crises políticas e pela fraqueza dos seus resultados econômicos, encontra-se de mais em mais abandonada. A esta situação acrescenta-se uma nova corrente de pensamento: o "afropessimismo".

As dificuldades ligadas ao tratamento da dívida interna e externa, assim como a crise das finanças públicas, conduziram os dirigentes africanos a solicitarem o concurso das instituições de Bretton Woods – o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial – as quais viriam a substituir empreendedores estrangeiros. Através dos programas de ajuste estrutural (PAE), estas instituições tentaram redinamizar as moribundas economias africanas. Estes PAE correspondem a processos de estabilização mediante o restabelecimento dos equilíbrios macroeconômicos internos e externos, ligados à implementação de programas de reformas estruturais. Partidário da liberalização das economias africanas, o FMI tem como objetivo livrar o Estado da gestão econômica em proveito do setor privado e a sua política traduz-se por um conjunto de medidas: redução dos gastos públicos, afetando especialmente os serviços sociais; realização de políticas setoriais, em favor da iniciativa privada; diminuição dos efetivos da função pública, julgados excessivos; congelamento das contratações, etc. Qualquer empréstimo de capitais aos Estados encontra-se, desde logo, submetido à negociação de acordos condicionais com o FMI. No decorrer dos anos 1990, a quase totalidade dos países africanos engaja-se neste processo de estabilização e austeridade. A desvalorização do franco CFA, imposta aos Estados africanos francófonos, em 12 de janeiro de 1994, é uma das grandes vitórias das instituições de Bretton Woods, as quais renunciavam, desde os anos 1970, à sobrevalorização desta moeda. As dissimetrias estruturais das economias africanas nos países da zona do franco, atormentadas pelo "mau desenvolvimento", e o sempre crescente peso financeiro da ajuda que a França foi levada a conceder para sustentar a economia destes países, conduziram o Governo francês a

subordinar a sua ajuda à assinatura de planos de ajuste com o FMI e a defender o princípio da desvalorização.

Estes programas de austeridade traduzem-se, nestes países já pobres, por uma desestruturação econômica e social, pelo crescimento do desemprego e por uma degradação nas condições de vida destas populações, cujas mais gravemente afetadas são aquelas das cidades, onde se amplificam os mecanismos de exclusão e marginalização social. A urbanização do Terceiro Mundo, com efeito, constitui um dos fenômenos maiores deste final de século, como derivação, as taxas de urbanização dos países africanos aproximam-se dos 40% e a população urbana aumenta anualmente em 5,5%. Malgrado este ritmo de urbanização, a população rural africana continua a crescer, conduzida por uma taxa de crescimento global de 3,1%.

A aplicação das medidas dos PAE provoca numerosas desordens: descontentamentos, greves de trabalhadores e estudantes, operações cidades-mortas, estes processos conferem o ritmo da vida nas cidades africanas dos anos 1990 (Camarões, Quênia, Togo, Zaire [atual R. D. do Congo], etc.). Se os desdobramentos dos PAE são pluridimensionais, mencionemos aqui os seus mais dramáticos efeitos, sobre a saúde, a alimentação e a educação. A UNICEF constatou que, em cada grupo de dez países submetidos a programas de ajuste estrutural, seis registraram uma baixa do nível nutricional e um crescimento das doenças transmissíveis e cinco conheceram uma regressão no âmbito educacional. É impossível, neste contexto, passar em silêncio frente ao drama da pandemia da AIDS, a qual encontrou nas condições de vida dos africanos um terreno fértil e de predileção. A despeito das consideráveis disparidades existentes, de país a outro, a AIDS tornou-se, em menos de um decênio, uma dentre as primeiras causas de óbito junto ao indivíduo adulto, na faixa etária de quinze a quarenta e cinco anos. Não é menos verdadeiro que o paludismo permanece como a principal causa de mortalidade no seio das populações africanas.

Os efeitos da crise solapam em cheio a juventude africana, notadamente a juventude escolar e universitária para a qual os anos 1990 representam a incerteza. As políticas de ajuste estrutural limitam o recrutamento dos funcionários e, por conseguinte, dos professores, em um continente caracterizado por uma explosão escolar, acelerada pelo crescimento demográfico. Por toda a parte as famílias vivem "do quebra galho" e a escola está sacrificada em razão da urgência da sobrevivência. Na África negra, onde apenas 2% dos jovens alcançam o ensino superior, as condições de trabalho dos estudantes são deploráveis e alimentam ininterruptamente movimentos estudantis de contestação, os quais desestabilizam o sistema universitário em razão do fechamento de universida-

des e como consequência dos anos de não funcionamento destas instituições, os anos brancos (Costa do Marfim, Quênia, Senegal, Níger, Gabão e, recentemente, o Burkina Fasso). Símbolo do saber, aposta dos poderes, concentração das contradições de uma sociedade em crise, a universidade africana resume o impasse de uma África devastada pelo serviço da dívida, de um continente no qual a falência dos sistemas educacionais reserva o mercado do saber a alguns privilegiados, agravando deste modo as desigualdades sociais.

Quanto às mulheres, igualmente vítimas da aplicação dos PAE, elas constituem a maioria da população e compõem os mais vulneráveis grupos. Com a crise das economias, a qual igualmente equivale a uma crise da sociedade, as mulheres estão na linha de frente na luta pela superação das dificuldades próprias à vida cotidiana da célula familiar, graças muito frequentemente ao setor informal, particular e eficazmente, dominado por elas. Em um mercado de trabalho deteriorado pela crise, no qual a taxa de desemprego urbano aproxima-se de 18%, contra 10% em 1970, as suas estratégias de sobrevivência individual rapidamente mostram os seus limites, alimentando a delinquência e a prostituição.

A esfera política ainda permanece um espaço quase exclusivamente masculino: além dos obstáculos estruturais de ordem cultural e social, histórico e legislativo, entraves conjunturais limitam a participação das africanas na vida política. Elas não são representadas além de 8% nas instâncias decisórias no topo da hierarquia do Estado.

Entretanto, as mulheres progressivamente abandonam o seu papel de coadjutoras dos homens e formam, juntamente com os jovens, a vanguarda das contestações populares aos poderes políticos monolíticos. Os exemplos do Mali, do Togo e da Argélia ilustram as suas decisivas ações nos processos de transição democrática que marcam a vida política da África nos anos 1990.

Após as independências, a história tendeu a esquecer a capacidade das sociedades africanas em porem em marcha práticas de ruptura com a ordem estabelecida. Nas cidades africanas dos anos 1990, as greves de estudantes secundários e universitários, aquelas dos sindicatos livres, a mobilização das mulheres, estes movimentos desempenham o mesmo papel. Embora numerosos africanos, desamparados pelos efeitos sociais do ajuste, tentem encontrar objetivos de vida, aderindo a numerosas seitas e confrarias religiosas ou às novas igrejas, são ainda mais numerosos aqueles que escolhem a via do combate político, em favor da democracia e de um maior respeito aos direitos humanos. Esta busca pela mudança deriva, a um só tempo, do contexto africano e das influências externas.

Este fenômeno é, com efeito, inseparável das mutações que afetam as sociedades africanas desde o final do primeiro decênio das independências. Ao longo

destas transformações, é necessário mencionar o papel ativo desempenhado pelos jovens nascidos após estas independências, particularmente a sua contestação dos poderes constituídos, estabelecidos em sociedades africanas nas quais as antigas solidariedades são, desde já, submetidas ao desafio da urbanização e da crise econômica. Há trinta anos, os dirigentes africanos governaram empregando métodos autoritários e favorecidos pelo sistema dos partidos únicos e justificados pela vontade de arrematar a construção do Estado e a integração nacional. Estes poderes mantiveram-se enquanto a situação permitiu aumentar qualquer esperança de desenvolvimento. Nos dias atuais, os jovens não mais aceitam que o seu futuro esteja comprometido por tais métodos de governo e gestão; de onde provém a generalização da contestação. Terreno das radicais mudanças nas estruturas sociais tradicionais, a cidade igualmente constitui um campo para o aprendizado da democracia. Os jovens nela adquiriram uma particular capacidade de formalização dos fatores de descontentamento. Neste jogo dos fatores internos, não se pode esquecer as Igrejas cristãs, cujas tomadas de posição em favor da democratização e dos direitos humanos aceleraram a evolução dos sistemas políticos em numerosos países (África do Sul, Benin, Congo, Sudão, Togo, Zaire, etc.).

Estas aspirações também foram influenciadas pelas turbulências políticas ocorridas na Europa Oriental, onde a rejeição ao comunismo desmantelou a ordem mundial imposta pelos acordos de Yalta, fazendo deste modo desaparecer, junto aos parceiros ocidentais, o temor de uma conversão dos países africanos ao comunismo. Os comanditários, há bem pouco tempo, prontos a apoiarem os regimes autoritários, hoje estimulam os africanos a adotarem sistemas democráticos. Levando em conta as explosões sociais ocorridas em vários pontos do continente, a França, na cúpula de La Baule (19-21 de junho de 1990), nitidamente fez os seus parceiros africanos compreenderem que o seu apoio destinar-se-ia, desde logo e prioritariamente, aos países orientados pela via democrática. Considerando-se assim a democracia como a condição sine qua non para o desenvolvimento, a ajuda ocidental está subordinada à democratização dos regimes políticos. Os países africanos, o Benin à frente, reagiram a estas solicitações, organizando conferências nacionais que permitiram a elaboração de novas constituições e leis fundamentais, instauradoras do pluralismo político.

A liberdade de imprensa teve como corolário a multiplicação dos partidos políticos, cujo número compreende desde quatro organizações, em São Tomé e Príncipe, até mais de uma centena, na Nigéria e no Zaire (atual R. D. do Congo). A disputa de eleições desenrolou-se na quase totalidade dos países africanos.

A primeira manifestação desta nova liberdade foi o reaparecimento ou o nascimento de múltiplos órgãos de imprensa e de numerosas estações de rádio privadas. No tocante à gestão do respeito aos direitos humanos do continente, ela beneficiou-se dos esforços de várias ONG, em que pese um ambiente assaz desfavorável. Desde 1992, a União Interafricana pelos Direitos Humanos (IUDH), sediada no Burkina Fasso, tenta implementar uma verdadeira política de proteção, promoção e defesa dos direitos humanos nos diferentes países da África. Três-quartos dos países africanos já aderiram a estas orientações. As seções nacionais têm como objetivo tornarem-se verdadeiros parapeitos contra as derivações políticas dos governantes.

Porém, o eixo político central na África, dos anos 1990, permanece a democracia e a "boa governança", para as quais a libertação de Nelson Mandela, na África do Sul, proporcionou impulso decisivo, especialmente graças ao impacto que a midiatização deste acontecimento teve em todas as juventudes do mundo, singularmente a juventude africana. Entretanto, o processo de transição democrática não se reproduziu à margem das dificuldades, choques e tensões, os quais por vezes conduziram a uma paralisia da vida política, provocando, por conseguinte, a intervenção das forças militares. Salvo em Gana, no Mali e no Chade, onde o processo democrático foi iniciado com a participação dos próprios militares, estes últimos chegaram a se amparar do poder desde além das fronteiras, com a ambição proclamada de impor um termo às situações de crise: tal foi o caso da Nigéria (1993), do Níger e das Ilhas Comores (1995), do Burundi (1996) e de Serra Leoa (1997), países nos quais eles provocaram o ressurgimento do medo dos golpes de Estado militares, os quais marcaram a vida política africana ao longo de duas décadas. Outras crises, ligadas às dificuldades na implantação da democracia e da "boa governança", revelaram-se mais complexas: no Congo e na República Centro-Africana, uma conjunção de problemas políticos e étnicos posicionou facções, umas contra as outras, em mortíferos combates urbanos.

Se os primórdios dos anos 1990 viram o final das guerras de libertação nacional, com a independência da Eritreia, da Namíbia, a chegada ao poder da maioria negra na África do Sul, assim como a supressão do iníquo sistema do apartheid, as guerras que devastaram alguns países africanos no curso deste decênio, por sua vez, são de outra natureza. São guerras civis nascidas em consequência de problemas econômicos e políticos, frequentemente cristalizados em confrontos étnicos, culturais e religiosos: os massacres coletivos perpetrados no Burundi e em Ruanda, as sangrentas matanças na Argélia, os mortíferos enfrentamentos na Libéria e em Serra Leoa continuam a alimentar a imprensa e as mídias com as

suas notícias macabras. Alguns movimentos separatistas hesitantes ou resolutos (Casamance, Comores, Sudão), reivindicações identitárias (problema tuaregue, no Mali e no Níger), disputas fronteiriças (Camarões/ Nigéria), estas questões completam o quadro das crises africanas.

Contudo, a conquista do poder pela Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo (AFDL), de Laurent-Désiré Kabila, no antigo Zaire, atascado há sete anos em uma transição democrática bloqueada, surge como o fato político maior na África, durante o ano 1997. Sem dúvida porque, pela primeira vez após o fim da Guerra Fria, uma crise africana de grandes proporções seria integralmente resolvida pelos africanos, especialmente aqueles da África Central, Oriental e Austral. Igual e indubitavelmente, conviria interrogar-se se esta crise não seria o prenúncio de uma modificação na configuração geopolítica do continente, no âmbito das relações de influência entre Estados francófonos e Estados anglófonos, por um lado, entre Estados mineradores e petrolíferos, por outra parte. Desde logo, impõe-se a questão que reside em saber qual será o desenho final desta configuração, ao nascer do século XXI.

O otimismo, manifestado pelos chefes de Estado na cúpula da OUA, em junho de 1997, ao falarem de "renascimento", afasta-nos do "afropessimismo" ocidental. Dotados de considerável potencial, natural e humano, os países da África Central, Oriental e Austral projetam a criação de um "mercado comum africano". A integração regional representa, de fato, uma das soluções para a crise proposta pelos africanos, como testemunha a criação de numerosas organizações intergovernamentais (OIG), cuja eficiência é certamente variável e desigual, embora reúnam os Estados por esfera geográfica. Exemplos: a União do Magreb Árabe (UMA), a Southern Africa Development Community (SADC), a Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), a Comunidade Econômica dos Estados da África do Oeste (CEDEAO), a União Econômica e Monetária dos Oeste Africano (UEMOA), as quais têm como objetivo harmonizar os espaços econômicos nacionais, através da abolição dos entraves à circulação dos bens e das pessoas, instituir uma tarifa preferencial para o comércio inter-regional, assim como, implementar políticas setoriais comuns, nos setores agrícola, industrial, energético, etc. A promulgação de um arcabouço jurídico para os negócios está igualmente projetada. Com vistas a coroar o processo de integração econômica e política do continente, o Tratado de Abuja, assinado em 3 de junho de 1991, cria a Comunidade Econômica Africana (CEA), acrescentando uma inovação maior: o Parlamento Pan-africano.

A força destas instituições reside, por um lado, na complementaridade objetiva dos recursos e das trocas que elas podem gerar entre os Estados, por outra

parte, ela subjaz da vontade dos atores econômicos em contarem, desde logo, com as capacidades endógenas dos países africanos. A despeito das debilidades estruturais da economia africana e, todavia, considerando esforços de gestão, impostos pelas instituições monetárias internacionais, e a nova conjuntura dos preços referentes às matérias-primas, o crescimento global da produção atingiu, em 1995, o seu mais alto nível desde os seis anos antecedentes. Para reatar os laços com o crescimento, de modo durável, à África não faltam atributos: riquezas agrícolas, reservas minerais, recursos humanos e crescimento demográfico. Entretanto, o desenvolvimento não pode se realizar senão em ambiente de paz. Igualmente, os africanos tentam atrair investidores, estabelecendo estruturas preventivas e de gestão de conflitos, as quais permitiriam interromper as guerras e garantir a estabilidade das sociedades e dos Estados. Na África do Oeste existe a Força Africana de Interposição (ECO-MOG), emanação dos Estados da CEDEAO. A OUA também estuda um projeto de criação de um organismo encarregado da prevenção, da gestão e da regulamentação dos conflitos.

Em que pesem os males que a afligem (mau-desenvolvimento, guerras civis e locais, aguda crise social), lampejos de esperança surgem na África desde 1994: a retomada econômica é perceptível em numerosos Estados, o processo democrático desenvolveu-se por toda a parte e a consciência gerada pela União corroboram a necessidade da África em contar com as suas forças próprias. É significativo que a ocupação, sucessiva, do posto de secretário-geral das Nações Unidas por dois africanos coincida com esta retomada de iniciativas, invariavelmente na ordem do dia. Sucedendo a posse do egípcio Boutros Boutros-Ghali, a eleição de Koffi Annan, oriundo de Gana, país pioneiro do pan-africanismo e da unidade continental, sem dúvida anuncia esta esperança de novos tempos, quando a África reencontrará o seu lugar no concerto das nações e dos povos.

Cronologia dos fatos relevantes

1990

África do Norte e do Nordeste

ARGÉLIA – Os islâmicos exigem o fechamento dos comércios de bebida e dos prostíbulos; distúrbios *(10-25 de janeiro)*.

EGITO – Vacinação de 90% dos recém-nascidos: a mortalidade infantil passou de 85 para 44%; população total: 56 milhões de habitantes *(26 de julho)*.

JAMAHIRIYA ÁRABE LÍBIA – Prorrogação, pelos Estados Unidos da América do Norte, das sanções econômicas adotadas pela ONU em 1986 *(5 de janeiro)*; carta de integração com o Sudão *(30 de junho)*; acordo de segurança com o Chade *(5 de setembro)*.

MARROCOS – Estabelecimento de relações diplomáticas com a Namíbia *(26 de março)*.

SAARA OCIDENTAL – Reconhecimento da República Árabe Sarhaoui Democrática (RASD) pela Namíbia *(31 de abril)*.

SOMÁLIA – Implantação do pluripartidarismo *(6 de outubro)*.

SUDÃO – Restabelecimento das relações diplomáticas com a República Centro-Africana *(12 de fevereiro)*; redução de 10% nos efetivos administrativos e no setor público, por determinação do FMI.

África do Oeste

BENIN – Conferência Nacional das forças políticas para estudar a implantação do pluripartidarismo e da democracia *(19-28 de fevereiro)*; adoção da nova constituição *(2 de dezembro)*.

COSTA DO MARFIM – Violentas manifestações estudantis, greves das instituições escolares reivindicando reformas estruturais *(19-20 de fevereiro)*; reeleição de Houphouët-Boigny para a presidência da República *(28 de outubro)*.

GUINÉ BISSAU – Conferência nacional de transição para o pluripartidarismo *(8-12 de outubro)*.

LIBÉRIA – Instalação em Monróvia do governo interino de Amos Sawyer *(22 de novembro)*.

MALI – A população está estimada em 7,696 milhões de habitantes.

NÍGER – Implantação do pluripartidarismo *(15 de novembro)*.

SENEGAL – Disputa fronteiriça entre as tropas senegalesas e bissao-guineanas *(19-23 de maio)*; incidentes em Casamance, atribuídos aos separatistas casamanceses *(maio-junho)*.

África Central

CAMARÕES – Lei sobre o pluripartidarismo *(6 de dezembro)*.

CONGO – Reivindicações sociais e políticas: manifestações de rua e greves *(outubro-novembro)*; pluripartidarismo introduzido na Constituição *(6 de dezembro)*.

RUANDA – Abertura ao pluripartidarismo *(13 de novembro)*; tentativa de invasão do país pelos soldados da Frente Patriótica Nacional, refugiados em Uganda *(1-3 de outubro)*.

CHADE – Entrada das tropas de Idriss Deby em Njamena *(2 de dezembro)*; Idriss Deby torna-se chefe de Estado *(4 de dezembro)*.

ZAIRE (atual R. D. do Congo) – Mobutu anuncia a implantação do pluripartidarismo limitado a três organizações partidárias *(24 de abril)*; a oposição demanda a convocação de uma conferência nacional pluralista encarregada de organizar eleições livres; greves e manifestações de rua *(1-25 de maio)*.

África Oriental e Austral

ÁFRICA DO SUL – Legalização do CNA, do PAC (Congresso Pan-Africano) e do SACP (Partido Comunista Sul-Africano), *(2 de fevereiro)*; Nelson Mandela é solto da prisão *(11 de fevereiro)*.

ILHAS COMORES – Ahmed Abdalah é eleito presidente da República *(14 de março)*.

LESOTO – Mohato Seeisa é proclamado rei em lugar do seu pai exilado pelos militares *(11 de novembro)*.

MALAUI – Adesão à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, da OUA *(23 de fevereiro)*.

MOÇAMBIQUE – Abolição da pena de morte *(22 de outubro)*.

NAMÍBIA – Adoção da Constituição; Sam Njoma foi eleito presidente da futura Namíbia independente *(9-16 de fevereiro)*; proclamação da independência *(21 de março)*; torna-se o 181º membro das Nações Unidas *(23 de abril)*; adesão ao FMI e ao Banco Mundial *(25 de setembro)*, assim como à Convenção de Lomé IV *(19 de dezembro)*.

REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA – Ali Hassan Mwinyi é reeleito presidente da República *(28 de outubro)*.

ZÂMBIA – Estabelecimento legal do pluripartidarismo *(17 de dezembro)*.

ZIMBÁBUE – Robert Mugabe é reeleito para a presidência da República *(1º de abril)*.

A África e o restante do mundo

EGITO – Mediação pelo ministro das relações exteriores, B. Boutros-Ghali, na crise que opõe o Senegal à Mauritânia, em respeito aos respectivos cidadãos, residentes em solo do oponente país vizinho *(30 de janeiro)*.

FRANÇA-ÁFRICA – 16ª Cúpula Africana de La Baule; o discurso de F. Mitterrand condiciona a concessão da ajuda francesa aos países africanos aos seus esforços em favor da democratização *(19-21 de junho)*.
TUNÍSIA – Criação de um centro africano de formação voltado para a edição, a difusão e a distribuição do livro *(19 de maio)*.
VATICANO – 6ª viagem do Papa João Paulo II à África: Cabo Verde, Burkina Fasso, Guiné-Bissau, Mali, África do Sul, Chade *(21 de janeiro-1º de fevereiro)*.

1991

África do Norte e do Nordeste

ARGÉLIA – Adoção total da língua árabe no ensino superior *(22 de julho)*; aumento de 35% nos preços dos gêneros de primeira necessidade, conforme orientação do FMI *(17 de agosto)*.
ETIÓPIA – Mengistu Haïlé Mariam pede demissão das suas funções como chefe de Estado *(21 de maio)*; tomada do porto de Asmara pelas forças da Frente Popular de Libertação da Eritreia (FPLE) *(10 de junho)*.
JAMAHIRIYA ÁRABE LÍBIA – Supressão dos postos aduaneiros e das formalidades fronteiriças com o Egito *(7 de agosto)*.
SOMÁLIA – O general Haideed toma o poder em Mogadíscio *(18 de novembro)*.
SUDÃO – Assinatura de decreto transformando o Sudão em Estado federativo *(5 de fevereiro)*; manifestações estudantis ligadas a problemas de alojamento *(23 de julho)*.

África do Oeste

BENIN - O Sr. Sogle é eleito presidente da República *(25 de março)*.
BURKINA FASSO - O capitão Blaise Compaoré é eleito presidente da República *(8 de dezembro)*.
CABO VERDE – Mascarenhas Monteiro é eleito presidente da República *(17 de fevereiro)*.
COSTA DO MARFIM – Último recenseamento: 10.815.694 habitantes *(19 de novembro)*.
LIBÉRIA – Início da Conferência Nacional *(16 de março)*.
MALI – Cessar-fogo entre os rebeldes tuaregues e o governo *(6 de janeiro)*; manifestações em Bamako em favor do pluripartidarismo *(3-4 de março)*; violentos levantes em todo o país, repressão policial: ao menos 148 mortos, o presidente Moussa Traoré é detido, o tenente-coronel Amadou Toumani Touré dirige o Conselho Nacional de Reconciliação (CNR) *(17-27 de março)*.
NÍGER – Conferência Nacional em prol da transição rumo à democracia *(19 de setembro-3 de novembro)*.

NIGÉRIA – Abuja é escolhida como capital nacional em lugar de Lagos *(12 de dezembro)*.

TOGO – Manifestações reivindicando uma conferência nacional com o objetivo de tratar da transição democrática *(março-junho)*.

África Central

ANGOLA – Proclamação da lei sobre o pluripartidarismo *(27 de março)*.

BURUNDI – Recenseamento de 1990: 5.356.266 habitantes; densidade demográfica: 207/km², uma das mais altas da África; o presidente Buyoya confirma a adesão do país ao pluripartidarismo *(1º de maio)*.

CAMARÕES – Abertura de representação diplomática no Japão *(28 de janeiro)*.

CONGO – Conferência Nacional para a instauração das instituições democráticas *(25 de fevereiro)*.

GUINÉ EQUATORIAL – Nova Constituição instaurando o pluripartidarismo *(22 de novembro)*.

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA – Anúncio da adoção do pluripartidarismo *(22 de abril)*.

ZAIRE (atual R. D. do Congo) – Revoltas e saques em Kinshasa; o processo democrático é bloqueado *(setembro-outubro)*.

África Oriental e Austral

ÁFRICA DO SUL – O Governo fixa para 30 de junho a eliminação oficial do *apartheid (28 de maio)*; anúncio do retorno da África do Sul aos 22$^{\underline{os}}$ Jogos Olímpicos de Barcelona *(6 de novembro)*.

QUÊNIA – Os bispos anglicanos e católicos lançam um apelo em favor do pluripartidarismo e pelo respeito aos direitos humanos *(abril)*.

ZÂMBIA – Frederick Chiluba é eleito presidente da República *(2 de novembro)*.

A África e o restante do mundo

FRANCOFONIA – 4ª Cúpula da Francofonia em Paris: os países africanos são chamados a prosseguirem com a democratização dos seus regimes *(19-21 de novembro)*.

OUA – Em Bamako, tem lugar a conferência ministerial da OUA sobre o ambiente, com especial atenção para os depósitos de rejeitos tóxicos na África sob responsabilidade dos ocidentais *(28 de janeiro)*.

REGIÃO DOS GRANDES LAGOS – Conferência dos bispos católicos do Burundi, de Ruanda, de Uganda, da República Unida da Tanzânia e do Zaire para debater os problemas sociopolíticos da região dos Grandes Lagos *(1º de outubro)*.

UNESCO – O Prêmio Houphouët-Boigny pela busca da paz é atribuído pela UNESCO, conjuntamente, a Nelson Mandela e a Frederik de Klerk *(27 de junho)*.

1992

África do Norte e do Nordeste

ARGÉLIA – Acontecem fortes manifestações anti-islâmicos após o sucesso destes últimos nas eleições legislativas *(2 de janeiro)*; dissolução da Assembleia Popular Nacional, por decreto presidencial *(4 de janeiro)*; queda do presidente Chadli, sob pressão do exército *(11 de janeiro)*; criação de um Alto Comitê de Estado (HCE), presidido pelo Sr. Boudiaf *(14 de janeiro)*; manifestações universitárias e fechamento das principais universidades do país *(5 de fevereiro-4 de março)*; estado de emergência proclamado por 12 meses; dissolução do FIS *(29 de abril)*; assassinato do presidente Boudiaf *(29 de junho)*; lei autorizando os investimentos estrangeiros nas minas e nos hidrocarbonetos, limitando-se a participação em 49% *(16 de novembro)*.

JIBUTI – Nova Constituição orientada para o pluripartidarismo *(4 de setembro)*.

EGITO – Ataques com mortes contra turistas, atribuídos aos islâmicos *(outubro-dezembro)*.

JAMAHIRIYA ÁRABE LÍBIA – Resolução 738 do Conselho de Segurança da ONU: embargo aéreo e militar contra a Jamahiriya Árabe Líbia *(31 de março)*.

MARROCOS – Acordos de cooperação com o Brasil *(19 de agosto)*.

SOMÁLIA – Operações das Nações Unidas para Somália (ONUSOM) para enfrentar a insegurança e diminuir as necessidades alimentares *(junho-agosto)*; apoio do Conselho de Segurança da ONU à operação “Restore Hope”: 40.000 soldados (dos quais 30.000 americanos), para salvar as vítimas da fome *(3 de dezembro)*.

SUDÃO – Aumento de 50% nos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade e liberação total da taxa de câmbio sob orientação do FMI *(10 de fevereiro)*; fortalecimento da polícia para permitir a aplicação da lei islâmica *(7 de novembro)*.

TUNÍSIA – Assinatura de dois acordos econômicos e de um acordo de parceria industrial com o Brasil *(30 de janeiro)*; medidas jurídicas em favor das mulheres no âmbito do divórcio *(13 de agosto)*.

África do Oeste

GÂMBIA – Sir Dawda Jawara é eleito presidente da República *(29 de abril)*.

MALI – Alpha Oumar Konaré é eleito presidente da República *(28 de abril)*; assinatura de um acordo de ajuste estrutural com o FMI e o Banco Mundial *(19 de agosto)*.

MAURITÂNIA – O coronel Maaoiya Ould Taya é eleito presidente da República *(29 de janeiro)*.

NÍGER – Resultados do recenseamento: 7,2 milhões de habitantes.

NIGÉRIA – Resultados do recenseamento de 1991: 88,5 milhões de habitantes *(19 de março)*.

SENEGAL – Nova ofensiva dos independentistas casamanceses, causando cerca de 40 mortos *(outubro-dezembro)*.

SERRA LEOA – O capitão Valentine Strasser, à frente de uma junta militar, toma o poder em Freetown *(29 de abril)*.

TOGO – Uma nova Constituição instaura o pluripartidarismo *(28 de setembro)*; manifestações de mulheres em Lomé contra a insegurança e pela democracia *(25 de janeiro)*.

África Central

ANGOLA – Visita do papa *(1º-8 de junho)*.

BURUNDI – Constituição instaurando o pluripartidarismo *(10 de março)*.

CAMARÕES – Paul Biya é reeleito presidente da República *(23 de outubro)*.

CONGO – Nova Constituição estabelece o pluralismo político *(15 de março)*; Pascal Lissouba é eleito presidente da República *(16 de agosto)*; grave crise governamental em Brazzaville: várias dezenas de mortos *(19 de novembro-6 de dezembro)*.

África Oriental e Austral

ÁFRICA DO SUL – Aprovação do referendo colocando fim ao *apartheid (18 de março)*.

MADAGASCAR – Nova Constituição instaura o pluripartidarismo *(19 de agosto)*.

MALÁUI – Violentos levantes e conflitos sociais exigem a democratização do regime *(29 de abril-24 de maio)*.

ILHAS MAURÍCIO – O país alcança o estatuto de República *(12 de março)*.

NAMÍBIA – Torna-se o 105º membro do GATT *(15 de setembro)*.

REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA – Instauração do pluripartidarismo *(19 de fevereiro)*; a capital do país é transferida de Dar es-Salaam para Dodoma *(10 de setembro)*.

A África e o restante do mundo

FRANCOFONIA – 17ª Conferência Francófona em Libreville: criação de um fundo francês para o desenvolvimento dos países de renda intermediária *(5 de outubro)*.

NAMÍBIA – Assinatura em Windhoek, por dez países da região, do Tratado de fundação da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) *(17 de agosto)*.

OCI – Reunião da OCI (Organização da Conferência Islâmica) em Dakar: a Arábia Saudita cancela a dívida pública dos países menos desenvolvidos *(9-12 de dezembro)*.

ONU – O vice primeiro ministro B. Boutros-Ghali é empossado secretário-geral da ONU *(3 de dezembro)*; trata-se da primeira vez que um africano alcança este cargo.

SENEGAL – Colocação pelo Sr. Abdou Diouf, presidente da República do Senegal, da pedra inaugural do memorial Gorée-Almadies, como lembrança do trá-

fico negreiro, com a presença dos chefes de Estado e de governo participantes da 28ª Conferência da OUA, do Sr. Boutros Boutros-Ghali, Secretário-Geral da ONU, do Sr. Federico Mayor, diretor-geral da UNESCO, do pastor americano Jesse Jackson e do Sr. Amadou Mahtar Mbow, antigo diretor-geral da UNESCO e presidente do Comitê Nacional Senegalês para o memorial *(30 de junho)*.

UNESCO – Nelson Mandela e Frederick de Klerk recebem na UNESCO o prêmio Houphouët-Boigny pela sua luta pela paz *(3 de fevereiro)*.

1993

África do Norte e do Nordeste

ARGÉLIA – Reconhecimento da independência da Eritreia *(4 de maio)*; escalada da violência terrorista imputada aos grupos terroristas islâmicos *(ano 1993)*.

JIBUTI – Hassam Goulet é reeleito presidente da República *(7 de maio)*.

EGITO – Reeleição do presidente H. Moubarak *(4-5 de outubro)*.

ERITREIA – Proclamação da Independência *(24 de maio)*; torna-se membro da ONU *(28 de maio)* e membro da OUA *(5 de junho)*.

ETIÓPIA – Reconhecimento da Eritreia *(3 de maio)*.

JAMAHIRIYA ÁRABE LÍBIA – Reconhecimento da independência da Eritreia *(29 de abril)*; novas sanções do Conselho de Segurança da ONU: congelamento dos fundos financeiros líbios depositados no exterior, embargo dos bens de equipamento petrolífero *(11 de outubro)*; assinatura de acordos de cooperação com a Etiópia e o Níger *(23 de dezembro)*.

SUDÃO – Estabelecimento da Comissão Mista Sudano-centroafricana sobre a segurança de fronteiras e a luta contra o contrabando *(27 de janeiro)*; visita do papa a Cartum e beatificação de uma escrava sudanesa, a Madre Bakhita *(10 de fevereiro)*; recenseamento de 1993: 24.940.000 habitantes *(21 de agosto)*.

TUNÍSIA – Retirada do bloqueio financeiro que atingia a África do Sul *(19 de outubro)*.

África do Oeste

COSTA DO MARFIM – Morte do presidente F. Houphouët-Boigny *(7 de dezembro)*; Henri Konan Bédié, presidente da Assembleia Nacional, é proclamado presidente interino da República.

GÂMBIA – Abolição da pena de morte *(7 de abril)*.

GUINÉ – O general Lansana Conté é eleito presidente da República *(23 de dezembro)*.

NÍGER – Mahamane Ousmane é eleito presidente da República *(27 de março)*.

NIGÉRIA – Eleições presidenciais; o Sr. Abiola vence em onze Estados e na capital; os resultados são anulados sob pressão dos partidários do poder militar *(23 de junho)*.

África Central

BURUNDI – Melchior Ndadaye é eleito presidente da República *(3 de junho)*; derrubado por um golpe de Estado militar *(21 de outubro)*, sua morte é posteriormente anunciada *(23 de outubro)*.

CONGO – Violentos enfrentamentos entre o exército e os partidários armados da oposição *(15 de outubro-14 de dezembro)*.

GABÃO – Resultado do recenseamento: 1.011.710 habitantes *(17 de outubro)*; Omar Bongo é reeleito para a presidência da República *(5 de dezembro)*.

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA – Ange Félix Patassé é eleito presidente da República *(1º de setembro)*.

África Oriental e Austral

ÁFRICA DO SUL – A primeira constituição da África do Sul pós-*apartheid* é aprovada pelo Parlamento *(22 de dezembro)*.

MALÁUI – Um referendo dá a vitória aos partidários do pluripartidarismo *(14-16 de junho)*.

A África e o restante do mundo

CEDEAO – Tratado dota a Comunidade Econômica e Aduaneira dos Estados da África do Oeste (CEDEAO) de um direito de ingerência nas crises econômicas regionais *(24 de julho)*.

OSLO – O Prêmio Nobel da Paz é atribuído conjuntamente a Frederik de Klerk e a Nelson Mandela *(15 de outubro)*.

UNESCO – O Sr. Federico Mayor, diretor-geral da UNESCO, solicita a criação de um observatório contra a violência *(13 de dezembro)*.

1994

África do Norte e do Nordeste

ARGÉLIA – Numerosos assassinatos de estrangeiros; os chanceleres aconselham aos cidadãos estrangeiros residentes no país a deixarem-no *(março)*; desvalorização do dinar em 40,17% *(9 de abril)*.

ERITREIA – Torna-se membro do FMI *(6 de julho)*.

JAMAHIRIYA ÁRABE LÍBIA – Adoção do calendário lunar *(4 de janeiro)*; o Congresso Geral do Povo decide pela aplicação da *shari'a (janeiro)*; acordo de cooperação bilateral com o Zimbábue *(17 de julho)*.

MARROCOS – Estabelecimento de relações diplomáticas com Madagascar *(15 de abril)*; primeiro Congresso dos Direitos das Crianças *(25-27 de maio)*; estabele-

cimento de relações diplomáticas com a Eritreia *(30 de maio)*; início do ensino do berbere nas escolas *(20 de agosto)*.

SOMÁLIA – Fim da operação "Restore Hope" *(3 de maio)*, substituída pela operação ONUSOM II; o Conselho de Segurança da ONU coloca fim ao mandato da ONUSOM *(4 de novembro)*.

SUDÃO – Extradição para a França do terrorista Carlos *(15 de agosto)*; resultado do recenseamento: 25 milhões de habitantes.

TUNÍSIA – Firma com a Indonésia um programa de cooperação relativo à promoção do papel da mulher *(28 de janeiro)*; tunisianas, universitárias e quadros denunciam ações contra as liberdades *(4 de maio)*.

África do Oeste

GÂMBIA – O presidente Dawda Jawara é derrubado por um golpe de Estado militar dirigido pelo tenente Yaya Jammeh *(26 de julho)*.

GUINÉ – Torna-se o 125º membro do GATT.

GUINÉ-BISSAU – João Bernardo Vieira é reeleito presidente da República *(20 de agosto)*.

LIBÉRIA – A Conferência Nacional apresenta um plano de restauração da paz e desarmamento das facções beligerantes *(3 de outubro)*.

NÍGER – Acordo de paz entre o Governo e os rebeldes tuaregues *(9 de outubro)*.

NIGÉRIA – A Conferência Constitucional Nacional adota o princípio do pluripartidarismo e a alternância na presidência de representantes do Norte e do Sul *(7 de outubro)*.

TOGO – Vitória dos partidos oposicionistas nas eleições legislativas *(14 de março)*; Eyadema é reeleito para a presidência da República *(9 de setembro)*.

África Central

BURUNDI – Silvestre Ntiban-Tunganya é eleito presidente da República (30 de setembro).

CAMARÕES/NIGÉRIA – Conflito de fronteira entre os dois países concernente à província de Bakassi (31 de março).

RUANDA – Missão de assistência das Nações Unidas em Ruanda (1º de novembro); os presidentes de Ruanda e do Burundi morrem em um acidente de avião (6 de abril); violentos combates entre as forças governamentais e os soldados da Frente Patriótica Ruandense; os massacres interétnicos ganham a totalidade do país: cerca de um milhão de mortos (12 de abril-14 de junho); a FPR instala-se em Kigali (6 de julho); o Pastor Bizimungu é nomeado presidente da República (19 de julho).

CHADE – Devolução da Faixa de Aouzou, ocupada há 50 anos, pela Jamahiriya Árabe Líbia (30 de maio).

África Oriental e Austral

ÁFRICA DO SUL – Primeiras eleições pós-*apartheid*; o CNA vence por ampla maioria; Nelson Mandela é proclamado presidente da República *(9 de maio)*; torna-se o 53º membro da OUA *(23 de maio)*; a África do Sul recupera o seu posto na Assembleia Geral da ONU *(16 de junho)*.

QUÊNIA – Resultado do recenseamento: 25 milhões de habitantes *(12 de março)*.

MALÁUI – Bakili Muluzi é eleito presidente da República *(22 de maio)*.

NAMÍBIA – A África do Sul reconhece a soberania de Windhoek sobre o enclave de Valvis Bay, administrado há 84 anos por Pretória *(28 de fevereiro)*.

A África e o restante do mundo

CEAO – Dissolução da CEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África do Oeste) *(15 de março)* após a criação da UEMOA (União Econômica e Monetária do Oeste Africano) em janeiro.

COMESA – Criação do COMESA, mercado comum da África Austral e Oriental, reunindo 22 Estados *(8 de dezembro)*.

JAMAHIRIYA ÁRABE LÍBIA – Entrega do Prêmio Kadhafi dos Direitos Humanos à União Interafricana dos Direitos Humanos (IUDH) *(21 de agosto)*.

HAIA – O Tribunal Internacional de Justiça reconhece a Faixa de Aouzou como chadiana.

OUA – Estudo da OUA revela: em 1994, sete milhões de refugiados e 15 milhões de expatriados no continente africano *(17 de fevereiro)*.

UDEAC (União Aduaneira e Econômica dos Estados da África Central) – Assinatura, em Njamena, de um tratado instituindo uma Comunidade Econômica e Monetária na África Central (CEMAC) *(16 de março)*.

UNESCO – Entrega do prêmio Houphouët-Boigny pela busca da paz, em 1993, aos Srs. Yasser Arafat (chefe da autoridade palestina), Y. Rabin (primeiro-ministro do Estado de Israel) e S. Peres (ministro dos Assuntos Estrangeiros), por Federico Mayor (diretor-geral da UNESCO), na presença dos presidentes Abdou Diouf (Senegal) e Henri Konan Bédié (Costa do Marfim) *(5 de julho)*.

ZONA DO FRANCO – Desvalorização do franco CFA em 50% e do franco comorense em 33% *(12 de janeiro)*.

1995

África do Norte e do Nordeste

ARGÉLIA – Encontro dos movimentos oposicionistas argelinos em Roma, para discutir soluções para a guerra civil *(8 de janeiro)*; falecimento do escritor Rachid Mimouni *(13 de fevereiro)*; atentado no RER em Paris, atribuído aos Grupos

Islâmicos Armados (GIA): 7 mortos, mais de 80 feridos *(25 de julho)*; ratificação da Convenção sobre a Interdição das Armas Químicas *(16 de agosto)*; Liamine Zeroual é eleito para a presidência da República *(29 de novembro)*.

EGITO – Primeiro embaixador para a África do Sul é nomeado no Cairo *(7 de março)*; fabricação do "Nile Sat", o primeiro satélite egípcio *(29 de maio)*.

MARROCOS – Recenseamento: 26 milhões de habitantes; taxa anual de crescimento: 2,6%; população urbana: 51,4% *(8 de janeiro)*; inauguração da universidade anglófona al-Akhawayne de Ifrane, por Hassan II *(16 de janeiro)*; primeiro embaixador marroquino enviado à África do Sul *(4 de fevereiro)*.

SOMÁLIA – Fim da operação das Nações Unidas na Somália *(27 de fevereiro)*.

SUDÃO – Retomada da cooperação entre Cartum e Moscou, interrompida desde 1971 *(6 de abril)*.

TUNÍSIA – Dois acordos de cooperação são firmados entre Túnis e Pretória *(4-7 de abril)*; as mulheres defendem a laicidade como condição para a igualdade entre os sexos *(20 de novembro)*.

África do Oeste

BENIN – A oposição ao governo de Nicéphore Soglo vence as eleições legislativas *(3 de abril)*.

BURKINA FASSO – Inauguração em Uagadugu, paralelamente ao FESPACO (Festival Pan-africano de Cinema de Uagadugu), da primeira cinemateca da África subsaariana *(1º de março)*.

COSTA DO MARFIM – O Sr. Konan Bedié é eleito presidente da República *(23 de outubro)*.

MAURITÂNIA – Manifestações de mulheres em Nouakchott, para protestar contra a alta nos preços do pão e para exigir a libertação de dirigentes da oposição *(24 de janeiro)*.

NÍGER – Os partidos oposicionistas vencem as eleições legislativas *(15 de janeiro)*.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – Autonomia administrativa da Ilha de Príncipe *(29 de abril)*; militares rebeldes organizam um golpe de Estado, encarceram o presidente Trovoada, entregando todavia o poder, uma semana depois, sob a ameaça de interrupção de toda a ajuda internacional *(15-22 de agosto)*.

África Central

BURUNDI – Instaurada uma Comissão Internacional de Inquérito da ONU para investigar os massacres perpetrados em 1993, no Burundi *(29 de agosto)*.

CAMARÕES – Uma nova constituição estabelece um regime semipresidencialista e um parlamento bicameral *(21 de dezembro)*.

África Oriental e Austral

COMORES – Tentativa de golpe de Estado dirigido pelo mercenário francês Bob Denard; a intervenção francesa impõe um fim à aventura *(28 de setembro–4 de outubro)*.
LESOTO – Após cinco anos de banimento, o Rei Moshoeshoe é reentronizado pelos militares *(25 de janeiro)*.
REPÚBLICA UNIDA DA TANZÂNIA – O Sr. Benjamin William Mpaka é eleito presidente da República *(21 de novembro)*.

A África e o restante do mundo

ÁFRICA DO SUL – 11ª visita do papa à África do Sul *(14 de setembro)*.
COMMONWEALTH – Admissão de Moçambique e Camarões, retorno da África do Sul, à cúpula de Auckland *(12 de novembro)*.
EGITO – Reunião no Cairo de especialistas africanos e ocidentais para o estudo da criação de uma força de paz na África *(9 de janeiro)*; conferência da ONU no Cairo, tratando da luta contra o crime organizado, a corrupção e o tráfico de seres humanos *(29 de abril)*.
OUA – Reunião em Túnis do Organismo Central de Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos, concernente aos conflitos existentes em Angola, Burundi, Libéria, Ruanda, Serra Leoa e Somália *(19-21 de junho)*.
UNIÃO EUROPEIA/ACP – Revisão da Convenção de Lomé IV. Desde então, a Convenção condiciona a ajuda ao respeito pelos princípios democráticos e pelo Estado de Direito *(4 de novembro)*.
ZONA DO FRANCO – Em Bangui, os onze países africanos da zona do franco adotam um ato de uniformização do direito comercial *(10 de fevereiro)*.

1996

África do Norte e do Nordeste

ARGÉLIA – A nova Constituição interdita a formação de partidos políticos de cunho religioso *(22 de outubro-28 de novembro)*; lei torna universal o uso da língua árabe *(17 de dezembro)*; sequestro e assassinato de sete monges cervejeiros em Tibérine *(27 de março-30 de maio)*.
EGITO – Acordos de cooperação científica, tecnológica e cultural com a África do Sul *(10-11 de abril)*; o PNUD constata uma diminuição no ritmo do crescimento econômico, causada pela política de ajuste do FMI *(23 de abril)*; abertura de um centro de treinamento para os candidatos a membro da força de paz *(3 de junho)*; interdição da excisão nos hospitais *(18 de julho)*; processo contra os islâmicos: desde 1992, 83 condenações à morte, das quais 54 execuções *(1º de outubro)*.

MARROCOS – Ratificação da Convenção sobre a Interdição das Armas Químicas *(4 de janeiro)*; criação em Rabat de um Tribunal árabe referente às violências perpetradas contra as mulheres *(2 de dezembro)*.
SOMÁLIA – Acordo de paz entre as três facções da guerra civil *(15 de outubro)*.
SUDÃO – O general El-Béchir é eleito presidente da República *(22 de março)*.
TUNÍSIA – Ratificação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança *(11 de janeiro)*; visita do papa a Túnis *(14 de abril)*.

África do Oeste

BENIN – O general Mathieu Kérékou é eleito presidente da República *(24 de abril)*.
CABO VERDE – O Sr. Antônio Mascarenhas Monteiro é reeleito presidente da República *(19 de fevereiro)*.
COSTA DO MARFIM – Estimativa da população em 1995: 14.208.000 habitantes *(11 de janeiro)*.
GÂMBIA – O coronel Yaya Jameh vence as eleições presidenciais *(27 de maio)*.
GANA – O capitão Jerry Rollings é reeleito presidente da República *(10 de dezembro)*.
GUINÉ-BISSAU – Admissão na Zona do Franco *(2 de maio)*.
LIBÉRIA – Acordo de cessar-fogo entre os chefes das facções *(31 de julho)*; a Sra. Ruth Sando Perry é nomeada presidente do Conselho de Estado, organismo executivo provisório do país *(17 de agosto)*.
NÍGER – O chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, coronel Barré Maïnassara, anuncia a destituição do presidente da República e chefe do governo *(27 de janeiro)*; o general Maïnassara vence as eleições presidenciais *(7 de julho)*.
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE – O Sr. Miguel Trovoada é reeleito presidente da República *(3 de setembro)*.
SERRA LEOA – O capitão Strasser é derrubado em um golpe de Estado pelo general Maada Bio *(17 de janeiro)*; negociações da junta militar com a guerrilha *(26 de janeiro)*; Ahmad Tejan Kabbah é eleito presidente da República *(17 de março)*; acordo de cessar-fogo com os rebeldes *(23 de abril)*; em Abidjan, o presidente Kabbah assina um acordo de paz com o cabo Foday Sankoh, colocando fim a mais de cinco anos de guerra civil *(30 de novembro)*.

África Central

BURUNDI – Golpe de Estado militar: o antigo presidente Buyoya substitui Sylvestre Ntiban-Tunganya *(25 de julho)*.
UGANDA – Yoweri Museveni é eleito presidente da República dez anos após ter tomado o poder pela força *(11 de maio)*.
REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA – Um motim de soldados desemboca em violentos enfrentamentos armados com as forças governamentais *(18 de abril-6 de junho)*.

CHADE – O Sr. Idriss Deby é reeleito presidente da República *(11 de julho)*.

ZAIRE (atual R. D. do Congo) – Situação de guerra na província de Kivu, onde os rebeldes reunidos na Aliança das Forças Democráticas pela Libertação do Congo (AFDL), dirigida pelo Sr. Laurent-Désiré Kabila exigem a saída do presidente Mobutu *(21 de setembro-dezembro)*.

África Oriental e Austral

ÁFRICA DO SUL – Promulgação da nova Constituição marcando o fim das leis herdadas do *apartheid (8 de maio)*.

COMORES – Mohammed Taki Abdoulkarim é eleito presidente da República *(19 de março)*.

LESOTO – O príncipe David Mohato Bereng Seeiso sobe ao trono após a morte acidental do seu pai *(18 de janeiro)*.

MADAGASCAR – O presidente da República Albert Zafy é destituído pela Alta Corte Constitucional.

ZIMBÁBUE – Robert Mugabe é reeleito presidente da República *(19 de março)*.

A África e o restante do mundo

ÁFRICA – Os 53 países da África assinam, no Cairo, um tratado criando uma zona livre de armas nucleares *(11 de abril)*.

FRANÇA/ÁFRICA – 19ª Cúpula Franco-Africana em Uagadugu; J. Chirac expõe a sua concepção de "boa governança" *(5 de novembro)*.

ONU – O ganense Kofi Annan torna-se secretário-geral das Nações Unidas *(17 de dezembro)*.

OUA – 32ª Cúpula: os trabalhos concentram-se nos conflitos que assolam a África *(6 de julho)*.

SADC – Criação em Gaborone (Botsuana) de uma estrutura de segurança destinada a assegurar a paz na região *(28 de junho)*.

UEMOA – Adoção de uma tarifa aduaneira preferencial *(15 de janeiro)*; os sete países da UEMOA (União Econômica e Monetária do Oeste Africano) registraram um crescimento de 5,8 em seu PIB no ano de 1995.

1997

África do Norte e do Nordeste

ARGÉLIA – Recrudescimento da violência durante o ramadã; centenas de habitantes dos vilarejos são massacrados; os acontecimentos são atribuídos aos islâmicos *(janeiro-março)*.

MARROCOS – Obrigatoriedade do ensino bilíngue nas universidades *(6 de março)*.

África do Oeste

LIBÉRIA – O líder de guerra Charles Taylor vence as eleições presidenciais *(2 de agosto)*, após oito anos de guerra civil que gerou mais de 200.000 mortos e mais de um milhão de refugiados e expatriados.

NIGÉRIA – Adoção do francês como segunda língua oficial *(1º de janeiro)*; morte do músico Fela Anikulapo Kuti, criador do estilo afrobeat *(2 de agosto)*.

SERRA LEOA – Golpe de Estado militar dirigido pelo comandante J. P. Koroma, derrubando o presidente Tejan Ahmad Kabbah *(25 de maio)*.

África Central

ANGOLA – O governo controla as regiões anteriormente administradas pelos rebeldes da UNITA *(19 de fevereiro)*.

REPÚBLICA CENTRO-AFRICANA – A missão de intervenção e supervisão dos acordos de Bangui (MISAB) interpõe-se, em Bangui, entre os amotinados e as forças governamentais *(janeiro-fevereiro)*.

ZAIRE (atual R. D. do Congo) – Os rebeldes instalam-se em Shaba *(4 de fevereiro)*; a cidade de Kisangani cai nas mãos dos rebeldes da AFDL *(15 de março)*; os combatentes da AFDL entram em Kinshasa *(16 de maio)*; o Sr. Laurent-Désiré Kabila é proclamado chefe de Estado da República Democrática do Congo, nova denominação do Zaire *(17 de maio)*.

África Oriental e Austral

MADAGASCAR – O almirante Didier Ratsiraka vence as eleições presidenciais *(4 de janeiro)*.

África e o restante do mundo

REGIÃO DOS GRANDES LAGOS – Em Montreal, tem lugar a Conferência Internacional sobre a Democracia na região dos Grandes Lagos *(20 de janeiro)*.

Membros do Comitê Científico Internacional para a Redação de uma História Geral da África

Prof. J. F. A. Ajayi (Nigéria) – 1971 *Coordenador do volume VI*

Prof. F. A. Albuquerque Mourão (Brasil) – 1975

Prof. A. A. Boahen (Gana) – 1971 *Coordenador do volume VII*

S. Exª Sr. Boubou Hama (Níger) – 1971-1978 (demitido em 1978; falecido em 1982)

S. Exª Sra. Mutumba M. Bull, Ph. D. (Zâmbia) – 1971

Prof. D. Chanaiwa (Zimbabue) – 1975

Prof. P. D. Curtin (EUA) – 1975

Prof. J. Devisse (França) – 1971

Prof. M. Difuila (Angola) – 1978

Prof. Cheikh Anta Diop (Senegal) – 1971 Prof. H. Djait (Tunísia) – 1975

Prof. J. D. Fage (Reino Unido) – 1971-1981 (demitido)

S. Exª Sr. M. El Fasi (Marrocos) – 1971 *Coordenador do volume III*

Prof. J. L. Franco (Cuba) – 1971

Sr. Musa H. I. Galaal (Somália) – 1971-1981 (falecido)

Prof. Dr. V. L. Grottanelli (Itália) – 1971

Prof. E. Haberland (República Federal da Alemanha) – 1971

Dr. Aklilu Habte (Etiópia) – 1971

S. Exa. Sr. A. Hampaté Bâ (Mali) – 1971-1978 (demitido)

Dr. I. S. El-Hareir (Líbia) – 1978
Dr. I. Hrbek (Tchecoslováquia) – 1971 *Codiretor do volume III*
Dra. A. Jones (Libéria) – 1971
Pe. Alexis Kagame (Ruanda) – 1971-1981 (falecido)
Prof. I. M. Kimambo (Tanzânia) – 1971
Prof. J. Ki-Zerbo (Alto Volta) – 1971 *Coordenador do volume I*
Sr. D. Laya (Níger) – 1979
Dr. A. Letnev (URSS) – 1971
Dr. G. Mokhtar (Egito) – 1971 *Coordenador do volume II*
Prof. P. Mutibwa (Uganda) – 1975
Prof. D. T. Niane (Senegal) – 1971 *Coordenador do volume IV*
Prof. L. D. Ngcongco (Botsuana) – 1971
Prof. T. Obenga (República Popular do Congo) – 1975
Prof. B. A. Ogot (Quênia) – 1971 *Coordenador do volume V*
Prof. C. Ravoajanahary (Madagáscar) – 1971
Sr. W. Rodney (Guiana) – 1979-1980 (falecido)
Prof. M. Shibeika (Sudão) – 1971-1980 (falecido)
Prof. Y. A. Talib (Cingapura) – 1975
Prof. A. Teixeira da Mota (Portugal) – 1978-1982 (falecido).
Mons. T. Tshibangu (Zaire) – 1971
Prof. J. Vansina (Bélgica) – 1971
Rt. Hon. Dr. E. Williams (Trinidad e Tobago) – 1976-1978 (demitido em 1978; falecido em 1980)
Prof. A. Mazrui (Quênia) *Coordenador do volume VIII* (não é membro do Comitê)
Prof. C. Wondji (Costa do Marfim) *Codiretor do volume VIII* (não é membro do Comitê)

Secretaria do Comitê Científico Internacional para a Redação de Uma História Geral da África:
Sr. Maurice Glelé, Divisão de Estudos e Difusão de Culturas, UNESCO, 1, rue Miollis, 75015 Paris.

Dado biográficos dos autores do volume VIII

Capítulo 1 A. A. Mazrui (Quênia). Especialista em ciência política e história contemporânea, autor de numerosas obras e publicações sobre a história e a cultura contemporâneas da África; outrora professor da Universidade de Jos (Nigéria) e da Universidade de Michigan, é atualmente diretor do Institute of Global Studies, State University of New York, em Binghamton.

Capítulo 2 T. Chenntouf (Argélia). Especialista em história contemporânea da Argélia (séculos XIX e XX), autor de numerosos trabalhos sobre este tema; professor de história da Universidade de Oran.

Capítulo 3 M. Diop (Senegal). Especialista em história política e social contemporânea da África do Oeste; autor de diversas publicações sobre este tema; antigo pesquisador do Instituto de Ciências Humanas de Bamako; farmacêutico e expoente político senegalês.

D. Birmingham (Reino Unido). Especialista em história contemporânea da África lusófona e da África Central; autor de numerosos trabalhos sobre Angola e África Central; antigo diretor do Departamento de Estudos Africanos da Universidade de Londres; atualmente professor de história moderna da Universidade de Canterbury.

I. Hrbek (República Tcheca). Especialista nas fontes árabes da História da África, particularmente no tocante à África do Oeste, além de especialista em Islã; autor de numerosas obras e publicações nestas

esferas; pesquisador do Instituto Oriental de Praga e consultor científico na Academia Tcheca de Ciências. Falecido em 1993.

A. Margarido (Portugal). Especialista em história da África lusófona; autor de numerosos trabalhos sobre Angola, Moçambique, Guiné-Bissau; encarregado de conferências na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS, Paris); professor da Universidade Autônoma de Lisboa.

D. T. Niane (Guiné). Especialista em mundo mande; autor de numerosas obras sobre a África do Oeste do século XI ao século XVI; antigo diretor da Fundação Léopold-Sédar-Senghor em Dakar; diretor da Sociedade de Edição e Comunicação de Conakry.

Capítulo 4 M. Crowder (Reino Unido). Especialista em história da África do Oeste; autor de numerosas obras e publicações sobre este tema; ministrou cursos em diversas universidades, na Nigéria, na África Austral e na Grã-Bretanha. Falecido em 1988.

Capítulo 5 A. A. Mazrui (Quênia).

Capítulo 6 I. Hrbek (República Tcheca).

Capítulo 7 J. Suret-Canale (França). Especialista em geografia econômica e em história da África francófona, autor de numerosos trabalhos e diversas obras sobre a África Ocidental e Central; antigo encarregado de pesquisas no Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS, Paris), professor emérito da Universidade Paris VII.

A. Adu Boahen (Gana). Especialista em história da África Ocidental; autor de numerosas publicações sobre a história da África contemporânea; antigo professor e chefe do Departamento de História da Universidade de Legon. Expoente político em Gana.

Capítulo 8 E. M'Bokolo (Zaire). Especialista em história moderna e contemporânea da África; autor de diversas obras e publicações sobre este tema; diretor de estudos da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS); professor do Instituto de Estudos Políticos (IEP, Paris); produtor na Rádio France Internationale.

Capítulo 9 M. Twaddle (Reino Unido). Especialista em história da África do Leste; autor de diversos trabalhos e artigos sobre este tema; professor de história do Institute of Commonwealth Studies, Londres.

L. Rabearimanana (Madagáscar). Especialista em história de Madagáscar nos séculos XIX e XX; autor de numerosos trabalhos sobre este tema; professor de história da Universidade de Antananarivo.

I. N. Kimambo (República Unida da Tanzânia). Especialista em história da Tanzânia e da África Oriental; autor de numerosos trabalhos sobre este tema; professor da Universidade de Dar es-Salaam.

Capítulo 10 O. Chanaiwa (Zimbábue). Especialista em história da África Austral nos séculos XIX e XX; autor de numerosos trabalhos sobre este tema, mais especificamente sobre o Zimbábue; antigo professor de história da California State University; antigo membro da The Employers Confederation of Zimbabwe,

Harare. Falecido em 1993.

Capítulo 11 C. Coquery-Vidrovitch (França). Especialista em história econômica e social da África; autor de numerosos trabalhos e publicações sobre a África; professor de história da Universidade Paris VII; professor associado da State University of New York de 1980 a 1996; diretor do Laboratório Terceiro Mundo-África, associado ao Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS, Paris).

Capítulo 12 M. Owusu (Gana). Especialista em antropologia das mudanças econômicas da África; autor de numerosos trabalhos sobre este tema; professor de antropologia e pesquisador do Centro de Pesquisas sobre o Desenvolvimento econômico da Universidade de Michigan, em Ann Arbor (Estados Unidos da América).

Capítulo 13 P. Kipre (Costa do Marfim). Especialista em história econômica e social da África, notadamente no tocante à história das cidades e das sociedades urbanas da África contemporânea; autor de numerosos trabalhos sobre este tema; professor de história da Escola Normal Superior de Abidjan e da Universidade Nacional da Costa do Marfim. Ministro da Educação Nacional.

Capítulo 14 A. Adedeji (Nigéria). Especialista em economia do desenvolvimento; autor de numerosos trabalhos concernentes aos problemas do desenvolvimento na África e na Nigéria; antigo subsecretário geral da ONU e secretário executivo da Comissão Econômica para a África (CEA); atualmente diretor do University of Ibadan Theatre.

Capítulo 15 J. I. Elaigwu (Nigéria). Especialista em desenvolvimento político da África; autor de numerosas obras sobre este tema e, especialmente, no que diz respeito à Nigéria; professor convidado da Universidade de Nova Iorque, em Binghamton, professor de Ciências Políticas da Universidade de Jos.

A. A. Mazrui (Quênia).

Capítulo 16 J. Ki-Zerbo (Burkina Fasso). Especialista em história africana e na sua metodologia; autor de numerosos trabalhos e publicações sobre a África e a sua história; professor de história da Universidade de Dakar; diretor do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Africano (CEDA) de Uagadugu; expoente político e deputado na Assembleia Nacional de Burkina Fasso.

A. A. Mazrui (Quênia).

C. Wondji (Costa do Marfim). Especialista em história moderna e contemporânea da África; autor de diversas publicações sobre a cultura e a história africanas; antigo chefe do Departamento de História e diretor adjunto do Instituto de Arte e Arqueologia da Universidade Nacional da Costa do Marfim; antigo delegado permanente da Costa do Marfim junto à UNESCO; atualmente responsável pelos programas de História da UNESCO.

A. Adu Boahen (Gana).

Capítulo 17 T. Tshibangu (Zaire). Teólogo, especialista em tradição oral na África Central e em história das religiões na África; autor de trabalhos sobre estes temas; antigo presidente do Conselho Nacional de Administração das Universidades do Zaire; atualmente bispo de Mbujimayi.

J. F. Ade Ajayi. Especialista em história da África Ocidental no século XIX; autor de numerosos trabalhos e publicações sobre a história africana; antigo reitor da Universidade de Lagos; professor emérito do Departamento de História da Universidade de Ibadan (Nigéria).

L. Sanneh (Gâmbia). Especialista em história das religiões da África; autor de numerosos artigos sobre as tradições religiosas da África.

D. Willis James Professor de Missions and World Christianity, professor de história, membro do Trumbull College, Yale University.

Capítulo 18 A. I. Sow (Guiné). Especialista em linguística africana; autor de numerosas obras sobre as línguas e as culturas africanas; antigo professor do Instituto Nacional das Línguas e Civilizações Orientais de Paris; expoente político.

M. H. Abdulaziz (Quênia). Especialista em linguística e sociolinguística, professor de linguística da Universidade de Nairóbi.

Capítulo 19 A. A. Mazrui (Quênia).

M. de Andrade (Angola). Sociólogo, poeta, escritor, expoente político; autor de obras sobre a libertação de Angola; falecido em 1990.

M. Alaoui Abdalaoui (Marrocos). Especialista em literatura magrebina de língua francesa; autor de artigos e obras sobre este tema; professor

da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de Rabat.

D. P. Kunene (África do Sul). Especialista em literatura oral e escrita da África Austral; autor de obras e artigos sobre este tema; professor do Departament of African Languages and Literature da Universidade de Wisconsin.

J. Vansina (Bélgica). Especialista em história africana; autor de numerosos artigos e obras sobre a história pré-colonial da África Central; antigo professor da Universidade de Lumbubashi, professor de história e de antropologia da Universidade de Wisconsin.

Capítulo 20 J. Vansina (Bélgica).

Capítulo 21 A. A. Mazrui (Quênia).

J. F. Ade Ajayi (Nigéria).

A. Adu Boahen (Gana).

T. Tshibangu (Zaire).

Capítulo 22 A. Habte (Etiópia). Especialista em educação primária, secundária e superior, em estatísticas em matéria de educação, assim como em filosofia da educação; autor de numerosos trabalhos e publicações sobre a educação na África e, mais especificamente, na Etiópia; antigo presidente da Universidade de Addis-Abeba e vice-presidente do Conselho da Universidade das Nações Unidas; atualmente consultor especial de educação da UNICEF em Nova Iorque.

T. Wagaw (Estados Unidos da América). Especialista em educação; autor de numerosos trabalhos sobre a educação na África, mais especificamente na Etiópia; professor e pesquisador da Universidade de Michigan.

J. F. Ade Ajayi (Nigéria).

Capítulo 23 J. E. Harris (Estados Unidos da América). Especialista em história da África e em diáspora africana; autor de numerosas publicações e artigos sobre este tema; professor de história e presidente interino do College of Liberal Arts, Howard University, Washington.

S. Zeghidour (Argélia). Escritor, jornalista e pesquisador; especialista em imigração árabe para a Europa e a América Latina; autor de obras e artigos sobre o Islã e a diáspora árabe contemporânea.

Capítulo 24 S. K. B. Asante (Gana). Especialista em pan-africanismo, assim como nos movimentos nacionalistas e de integração regional na África; autor de numerosos artigos e publicações sobre o tema; consultor regional da Comissão Econômica para a África em Addis-Abeba; antigo

professor e consultor em matéria de estudos africanos na Universidade da Flórida; principal consultor especial da CEA (Addis-Abeba).

D. Chanaiwa (Zimbábue).

Capítulo 25 D. Chanaiwa (Zimbábue).

E. Kodjo (Togo). Especialista em ciências econômicas e em economia do desenvolvimento; autor de numerosas publicações sobre as relações internacionais, mais especificamente sobre as relações internacionais ligadas à África; antigo ministro das relações internacionais e antigo ministro das finanças e da economia do Togo; antigo secretário-geral da OUA, fundador do Instituto Pan-africano de Relações Internacionais; antigo professor associado do Departamento de Ciências Políticas da Universidade Paris I, Panthéon-Sorbonne; antigo primeiro-ministro do Togo.

Capítulo 26 D. Chinweizu (Nigéria). Escritor, poeta, historiador, especialista em questões ambientais; autor de numerosos trabalhos e artigos sobre a literatura, a cultura, a educação, o desenvolvimento econômico e as questões ambientais na África.

Capítulo 27 I. D. Thiam (Senegal). Especialista em história moderna e contemporânea da África, notadamente no concernente à história política e ao sindicalismo na África do Oeste; autor de numerosos trabalhos e publicações sobre estes temas; antigo ministro da educação do Senegal; professor de história da Universidade Cheikh Anta Diop de Dakar; expoente político e deputado na Assembleia Nacional do Senegal.

J. Mulira (Uganda). Especialista em história das relações entre a Europa Oriental e a África, especialmente no tocante ao impacto da política dos países socialistas sobre o desenvolvimento da África; autor de numerosos trabalhos e artigos ligados ao tema; presidente do Department of History and Government da Universidade de Nairóbi (Quênia).

C. Wondji (Costa do Marfim).

Capítulo 28 L. Edmonson (Jamaica). Especialista em história das relações da África com a diáspora africana; autor de numerosos trabalhos referentes ao papel das raças e das classes nas relações internacionais; professor no African Studies and Research Center, Cornell University, Ithaca.

Capítulo 29 E. K. Kouassi (Togo). Especialista em ciências políticas e relações internacionais; autor de numerosos trabalhos sobre as relações interafricanas, mais especificamente acerca das relações entre a

Organização das Nações Unidas e a Organização da Unidade Africana, assim como sobre as organizações internacionais africanas; professor de direito, de ciências políticas e de relações internacionais na Faculdade de Benin, em Lomé.

Capítulo 30 A. A. Mazrui (Quênia).

Abreviações e listas de periódicos

ARSOM — Academie royale des sciences d'outre-mer, Bruxelas
CEA — Cahiers d'études africaines, Paris, Mouton
CEDAF — Centre d'etudes et de documentation africaines, Paris
CNRS — Centre national de la recherche scientifique, Paris
CRDTO — Centre de recherche et de documentation pour la tradition orale, Niamey
CRISP — Centre de recherche et d'information socio-politiques, Bruxelas
CUP — Cambridge University Press
EALB — East African Literature Bureau, Nairóbi
EAPH — East African Publishing House, Nairóbi
HUP — Harvard University Press
IAI — International African Institute, Londres
IFAN — Institut français (posteriormente fondamental) d'Afrique noire, Dakar
IUP — Ibadan University Press
JAH — Journal of African History, Cambridge, CUP
NEA — Nouvelles éditions africaines, Dakar
ORSTOM — Office de la recherche scientifique et technique d'outre-mer, posteriormente Institut français de recherche scientifique pour le développement en coopération, Paris
OUP — Oxford University Press
PUF — Presses universitaires de France, Paris
PUP — Princeton University Press
UCP — University of California Press
YUP — Yale University Press

Referências bibliográficas*

'Abbās, F. 1962. — *La nuit coloniale*, Paris, Julliard.

'Abd al-Rahmān, M. 1969. — *Imperialism and nationalism in the Sudan : a study in constitutional and political development, 1899-1956*, Oxford, Clarendon Press.

Abalogu, U. N., Asiwaju, G. e Amadi-Tshiwala, R. (org.). 1981. — *Oral poetry in Nigeria*, Lagos, Nigeria Magazine.

Abba, I. A. 1985. — "Changing patterns of local authority and the evolution of the District Head system in Gombe Emirate, *c.* 1830-1960", tese de doutorado, Universidade de Bayero, Kano.

Abdel-Malek, A. 1962. — *Égypte, société militaire*, Paris, Éditions du Seuil.

Abdel-Malek, A. 1966. — "Problématique du socialisme dans le monde arabe», *L'Homme et la Société*, 2, pp. 125-148.

Abdel-Malek, A. 1969. — *Idéologie et renaissance nationale : l'Égypte moderne,* Paris, Éditions du Seuil.

Abdel-Malek, A. (org.). 1980. — *La pensée politique arabe contemporaine,* 1ª ed. 1970, 3ª ed., Paris, Éditions du Seuil.

Abdi, S. Y. 1978. — "Cuba's role in Africa : revolutionary or reactionary ?", *Horn of Africa* (Summit), 1,4, pp. 17-24.

Abdulgani, R. 1981. — *The Bandung connection : the Asia-Africa Conference in Bandung in 1955*, Cingapura, Gunung Agung.

* Todas as referências foram verificadas com a maior atenção, porém, considerando a complexidade e o caráter internacional da obra, erros podem subsistir (Nota do Comitê de Redação).

Abdul- Hai, M. 1976. — *Conflict and identity : the cultural poetics of contemporary Sudanese poetry*, Cartum, Instituto de Estudos Africanos e Asiáticos, Universidade de Cartum, African Seminar Series, nº 26.

Abdurraham, M. e Canham, P. 1978. — *The ink of the scholar : the islamic tradition of education in Nigeria*, Londres, Macmillan.

Abercrombie, K. C. 1961. — "The transition from subsistence to market agriculture in Africa south of the Sahara", *Monthly Bulletin of Agricultural Economics and Statistics*, 10, 2, pp. 1-52.

Abraham, W. E. 1962. — *The mind of Africa*, Chicago, UCP.

Abun-Nasr, J. M. 1979. — "Islam et socialisme en Afrique", em: *La contribution du christianisme et de l'islam à la formation d'États indépendants en Afrique au sud du Sahara*, textos e documentos do Symposium sur l'Afrique, Bonn-Bad Godesberg, 2-4 de maio de 1979, Tübingen, pp. 120-130.

Academia Real de Ciências do Além-mar. 1983. — *Le Congo belge durant la seconde guerre mondiale : recueil d'études,* introdução de J. Stengers, Bruxelas, ARSOM.

Achebe, C. 1966. — "The black writer's burden", *Third Quarterly* (ed. inglesa), 31, 39.

Acquaye, S. 1971. — "Modern folk opera in Ghana", *African Arts,* 4, 2, pp. 60-66.

Addo, N. O. 1974. — "Attitudes and opinions of cocoa farmers to matters related to work and employment", *Ghana Joumal of Sociology,* 7, 2, janeiro, pp. 37-58.

Adedeji, A. 1976*a* **—** *Africa, the Third World and the search for a new economic order,* Turkeyen Third World Lectures, Universidade de Georgetown, Washington.

Adedeji, A. 1976*b.* **—** *ECA, revised framework of principles for the implementation of the new international order in Africa, 25 June,* Addis-Abeba, CEA.

Adedeji, A. 1977. — "The need for concrete action", em: African Association for Public Administration and Management (org.), *Regional cooperation in Africa : problems and prospects,* Addis-Abeba.

Adedeji, A. 1978. — "Africa's development crisis", em: R. Synge (org.), pp. 24-28.

Adedeji, A. (org.). 1981. — *The indigenization of African economies,* Londres, Hutchinson.

Adedeji, A. 1983. — "*The evolution of the Monrovia Strategy and the Lagos Plan of action: a regional approach to economic decolonization*", conferência proferida no Instituto Nigeriano de Pesquisa Econômica e Social (NISER), Distinguished Lecture Series at Trenchard Hall, Universidade de Ibadan, 24 de março de 1983.

Adedeji, A. 1984. — *Statement at the formal opening of the 7th meeting of the Conference of African ministers of industry,* 26-28 de março de 1984, Addis-Abeba, CEA (documento reprográfico).

Adedeji, A. 1989*a.* **—** *Towards a dynamic African economy,* Londres, Frank Cass.

Adedeji, A. 1989*b.* **—** *ECA, African alternative framework to structural adjustment programmes for socio-economic recovery and transformation,* AAFF-SAP, Addis-Abeba, CEA.

Adedeji, A. 1989*c.* **—** *Beyond Recovery - ECA's revised perspectives of Africa's development from 1990-2008,* Addis-Abeba, CEA.

Adedeji, A. 1990. — *African chapter for popular participation in development,* Addis-Abeba, CEA.

Ady, P.H. 1965. — *Oxford regional economic atlas : Africa,* Oxford, Clarendon Press.

Ady, P. H. 1983. — "Africa : a statistical profile", *Africa Report,* 28, 5, setembro-outubro, pp. 58-61.

Africa. **1984. —** "The train with the good news", 149, janeiro, pp. 18-19.

African Communist. **1965. —** "Nigeria after the elections", nº 21, abril-junho.

Africa Now. **1983. —** "Obstacles in the freedom railway : Tanzania-Zambia Railway", 31 de novembro.

African Currents. **1978-1979. —** Outono-inverno, Londres, pp. 8-23.

African Diaspora Studies Newsletter. **1948. —** 1, 1, outono-inverno, outubro.

Agência Nova China. 1967. — "Tempestuous storm over African continent", 27 de dezembro.

Agência Nova China. 1977. — "Soviet claims, stretching to African continent", 3 de julho.

Ageron, C.-R. 1979. — *Histoire de l'Algérie contemporaine ;* vol. I : *1830-1973;* vol. II : 1871-1954, Paris, PUF.

Agwani, M. S. 1969. — *Communism in the Arab East,* Londres/Nova Iorque, Asia Publishing-House.

Ajayi, J. F. A. 1968. — "The continuity of African institutions under colonialism", em: T. O. Ranger (org.), pp. 189-201.

Ajayi, J. F. A. 1982. — "Expectations of independence", *Daedalus,* 3, 2, primavera.

Ajayi, J. F. A. 1985. — "L'éducation dans l'Afrique contemporaine : historique et perspectives", em: *Le processus d'éducation et l'historiographie en Afrique,* História Geral da África, Estudos e documentos, nº 9, Paris, UNESCO, pp. 11-21.

Ajayi, J. F. A. 1987. — "The American factor in the development of higher education in Africa", James Coleman Memorial Lecture, UCLA, Los Angeles.

Ajayi, J. F. A. e Tamuno, T. N. 1973. — *The University of Ibadan* 1948-1973 : *a history of the first twenty-five years,* Ibadan, IUP.

Akin, E. 1965. — "Preface to a study of Nigerian music", *Ibadan Journal,* 21, pp. 53-62.

Akin, E. 1970. — "Traditional elements as the basis of new African art music", *African Urban Notes,* 5, 4, pp. 52-56.

Alarinjo, M. A. 1981. — "The travelling Yoruba theatre", em: Y. Ogurbiyi (org.), *Drama and theatre in Nigeria : a critical source book,* Londres.

Alexandre, P. 1967. — *Langues et langage en Afrique noire,* Paris, Payot.

Ali, T. e O'Brien, J. 1984. — "Labour, community and protest in Sudanese agriculture", em: J. Barker (org.), pp. 205-238.

Allan, W. 1965. — *The African husbandsman,* Edimburgo, Oliver and Boyd.

Almeida, A. d'. 1983. — *La problématique du développement en Afrique à travers le* "*rapport Berg*" *et le Plan d'action de Lagos,* Lomé, ENA.

Almeida, P. R. de. 1979. — *História de colonialismo português em África: cronologia,* Lisboa, Editorial Estampa.
Almond, G. e Powell, B. 1966. — *Comparative politics : a developmental approach,* Boston, Little, Brown.
Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. 1982-1983. — Report on the HCR's relief activities in 1982-1983, doc. AlAC, 96/620, Genebra, ONU.
Aluko, S. A. 1975. — "Rural economic development", em: M. Owusu (org.), *Colonialism and change,* La Haye, Mouton, pp. 231-254.
Amadou, A. 1971. — *Réflexion sur le rôle et les fonctions de la CEA,* publicação não oficial da CEA, ONU.
Amiji, H. M. 1984. — "La religion dans les relations afro-arabes", em: *Les relations historiques et socioculturelles entre l'Afrique et le monde arabe de 1935 à nos jours,* História Geral da África. Estudos e documentos, nº 7, Paris, UNESCO, pp. 101-129.
Amin, S. 1965. — *L'économie du Maghreb,* Paris, Éditions de Minuit.
Amin, S. 1970*a.* **—** *Le Maghreb moderne,* Paris, Éditions de Minuit.
Amin, S. 1970*b.* **—** *The Maghreb in the modern world,* Hardmondsworth, Penguin Books.
Amin, S. 1973. — *Le développement inégal : essai sur les formations sociales du capitalisme périphérique,* Paris, Éditions de Minuit.
Amin, S. 1974. — *Neo-colonialism in West Africa,* Nova Iorque, Monthly Review Press.
Amin, S. 1977. — *Imperialism and unequal development,* Nova Iorque, Monthly Review Press.
Amin, S. 1982. — *Dynamics of global crisis,* Nova Iorque, Monthly Review Press.
Amin, S. 1988. — *L'accumulation à l'échelle mondiale,* Paris, Anthropos.
Amoda M. 1978. — *Reflections on the FESTAC Colloquium,* Lagos, Nigeria Magazine.
Amselle, E. M. 1985. — *La découverte.*
Anderson, D. e Throup, D. 1985. — "Africans and agricultural production in colonial Kenya : the myth of the war as a watershed", *JAH,* 26, 4, pp. 327-345.
Andersson, M. 1981. — *Music in the mix : The story of South African popular music,* Joanesburgo.
Andrade, M. de, e Ollivier, M. 1971. — *La guerre en Angola : étude socio-économique,* Paris, Maspero.
Aning, B. A. 1967. — *An annotated bibliography of music and dance : in English-speaking Africa,* Legon.
Annuaire politique de l'AEF **(diferentes datas). —** Brazzaville, Imprensa do Governo.
Anônimo. 1960. — *Congo 1960,* Bruxelas, Centro de Pesquisa e Informação sociopolíticas.
Anônimo. 1962. — *Congo 1959* : *documents belges et africains,* Bruxelas, Centro de Pesquisa e Informação Sociopolíticas.
Anônimo. 1964. — "National fashions of Africa", *Ebony,* 1, 6, pp. 32-138.
Anônimo. 1968. — "Felix Idubor : a sculptor from Benin", *African Arts* (Los Angeles), 2, 1, pp. 30-32.
Anônimo. 1971. — *Le théâtre négro-africain : Actes du colloque d'Abidjan 1970,* Paris, Présence africaine.

Anônimo. 1982. — *Art religieux africain,* Kinshasa, Centro de Estudos das Religiões Africanas.
Anônimo. 1984. — "Akendengué in town", *West Africa,* 3487, 16 de junho, pp. 1264-1266.
Anônimo. 1985. — "The new Cairo opera house", *Prism,* 11, pp. 2-3.
Anônimo. 1987. — "Sankara on African cinema", *West Africa,* 3630, 6 de abril, p. 687.
Ansprenger, F. 1961. — *Politik im Schwarzafrika,* Colônia e Opladen, Westdeutscher Verlag.
Anstey, R. 1977. — *King Leopold's legacy,* Londres, OUP.
Anthonio, Q. B. O. 1973. — "Problems of marketing agricultural produce with special reference to foodstuffs in Nigeria", em: I. M. Ofori (org.), pp. 251-262.
Anya, A. O. 1986. — *Scientific research and public policy,* Lagos, Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais, Lecture Series nº 38.
Anya, A. O. 1987. — "Traditions, the pursuit of the intellectual life and Nigeria's future", *Nsukka Journal of the Humanities,* 1, junho, pp. 141-160.
Apkevon, K. 1983. — *L'Afrique face au Plan d'action de Lagos et au rapport de la Banque mondiale,* Lomé, ESCACJUB.
Appadorai, A. 1956. — *The Bandung Conference,* Nova Déli, Indian Council of World Affairs.
Applebaum, R. 1970. — *Theories of social change,* Chicago, Markham Publishing Co.
Apthorpe, R. 1972. — *Rural cooperatives and planned change in Africa : an analytical overview; rural institutions and planned change,* vol. V, Genebra, Instituto de Pesquisa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social.
Arar, A. 1980. — "The role of rainfed agriculture in the Near East region : summary of present situation, potential and constraints", em: *Rainfed agriculture in the Near East and North Africa,* Roma, FAO.
Archer, R., s.d. — "The revolt of 1947-8 in Madagascar", dissertação, Universidade de Londres.
Arquivos de Kouroussa (Guiné). 1942. — *Rapport politique du 25 août 1942.*
Arquivos da República do Senegal. 1922. — "Une race qui se réveille", artigo assinado Stiekloff publicado no *Izvestia,* 259, 16 de novembro, Série 21G 126 (108).
Arquivos da República do Senegal. 1923*a*. — Circular do Ministro das colônias ao governador geral da África-Ocidental francesa, nº 30, 13 de janeiro, Série 21G 132 (108).
Arquivos da República do Senegal. 1923*b*. — *Pesquisa do Comitê de Estudos Coloniais,* Série 21G 132 (108).
Arquivos dos Estados Unidos da América, Diplomatic Branch, 884.142/19, foto/artigo.
Arquivos dos Estados Unidos da América. 1944. — "Employment of American citizens by the Ethiopian Government", 13 de março, 884. 01A/72.
Arquivos sonoros da literatura negra. s.d. *Paul Hazoumé, Paul Lomani-Tshibamba : les précurseurs,* **Paris, Radio France lnternationale/CLEF.**
Armstrong, R. G. 1964. — *The study of West African languages,* lbadan, IUP.

Arnold, G. 1979. — *Aid in Africa,* Londres, Kegan Paul.
Arrighi, G. 1970. — "The political economy of Rhodesia", em: I. L. Markovitz (org.), pp. 393-426.
Arrighi, G. e Saul, J. S. 1973. — *Essays on the political economy of Africa,* Nova Iorque/ Londres, Monthly Review Press.
Arschot, comte d'. 1951. — "Commencements de la peinture", *Les arts plastiques : l'art au Congo belge,* Bruxelas, Éditions des Arts Plastiques, 5ª série, nº 1, junho-julho, pp. 37-46.
Arzumanyan, A. A. 1958. — "Statement : report on promotion of economic cooperation", em: *Afro-Asian Peoples' Solidarity Conference, Cairo,* 26 *December 1957 - 1 January 1958*, Moscou, Moscow Foreign Language Publishing House.
Asante, S. K. B. 1977. — *Pan-African protest and the Italo-Ethiopian crisis* 1934-1941, Londres, Longman.
Asante, S. K. B. 1984. — "ECOWAS, the EEC and the Lomé Convention", em: D. Mazzeo (org.), *African regional organizations,* Cambridge, CUP, pp. 171-195.
Asante, S. K. B. 1985. — *The political economy of regionalism in Africa : a decade of the Economic Community of West African States (ECOWAS),* Nova Iorque, Praeger.
Asante, S. K. B. 1986. — *Pan-African protest : West Africa and the Italo-Ethiopian crisis 1934-1941*, Harlow, Longman.
Ashby, sir E. e Anderson, M. 1966. — *Universities : British, Indian, African - a study in the ecology of higher education,* Cambridge, Mass., HUP.
Ashford, D. E. 1961. — *Political change in Morocco,* Princeton, PUP.
Astafyev, G. V. e Dubinsky, A. M. (org.). 1974. — *From anti-imperialism to anti-socialism : The evolution of Peking's foreign policy,* Moscou, Progress Publishers.
Astrow, A. 1983. — *Zimbabwe : a revolution that lost its way ?,* Londres, Zed Press.
Aujoulat, P. 1958. — *Aujourd'hui l'Afrique,* Paris/Tournai, Cantermain.
Austin, D. 1964. — *Politics in Ghana 1946-1960,* Oxford, OUP.
Austin, D. 1980. — "The transfer of power : how and why", em: W. H. M. Jones e G. Fischer (org.), *Decolonization and after : the British and French experience,* Londres, Frank Cass, pp. 3-35.
Austin, G. 1987. — "The emergence of capitalist relations in South Asante cocoa-farming, *c.* 1916-1933", *JAH,* 28, 2, pp. 259-279.
Awolowo, O. 1960. — *Awo : the autobiography of chief obafemi Awolowo,* Cambridge, CUP.
Ayache, A. 1956. — *Le Maroc : bilan d'une colonisation,* Paris, Éditions sociales.
Ayari, C. 1983. — "African economies : what strategy for Africa's development", *África Report,* 28, 3, setembro-outubro, pp. 8-11.
El-Ayouty, Y. 1971. — *The United Nations and decolonization : the role of Afro-Asia,* La Haye, Martinus Nijhoff.
El-Ayouty, Y. 1975*a*. — "The OAU and the Arab-Israeli conflict : a case of mediation that failed", em: Y. El-Ayouty (org.), pp. 189-212.

EI-Ayouty, Y. (org.). 1975*b*. — *The Organization of African Unity after ten years : comparative perspectives,* Nova Iorque, Praeger.

Ayres, R. L. 1983. — *The World Bank and world poverty : banking on the poor,* Cambridge, MIT Press.

Azikiwe, N. 1961. — *Zik : a selection from the speeches of Nuamdi Azikiwe,* Cambridge, CUP.

Azonga, T. M. 1986. — "TV steals the show", *West Africa,* 11 de agosto, pp. 1674-1675.

Bachy, V. 1983. — "Panoramique sur les cinémas sud-sahariens", em: J. Binet, F. Boughedir e V. Bachy (org.), *Cinémas noirs d'Afrique* (Paris), pp. 23-43.

Baera, C. G. 1962. — *Prophetism in Ghana,* Londres, SCM Press.

Badi Banga ne-Mwine. 1977. — *Contribution à l'étude historique de l'art plastique zaïrois moderne,* Kinshasa.

Bairoch, P. 1977. — *The economic development of the Third World since 1900,* Berkeley/Los Angeles, UCP.

Bakhtri, N. 1980. — "Introduction of medic/wheat rotation in the North African and Near East countries", em: *Rainfed agriculture in the Near Fast and North Africa,* Rome, FAO.

Balandier, G. 1963. — *Sociologie actuelle de l'Afrique noire : dynamique sociale en Afrique Centrale,* 2ª ed., Paris, PUF.

Balans, J.-L., Coulon, C. e Ricard, A. (org.). 1972. — *Problèmes et perspectives de l'éducation dans un État du tiers monde : le cas du Sénégal,* Instituto de Estudes Políticos de Bordéus.

Bamgbose, A. 1976. *Mother tongue education : the African experience,* **Londres/Paris, Hodder and Stoughton/Imprensa da UNESCO.**

Banco Mundial. 1981. — *Accelerated development in Sub-Saharan Africa : an agenda for action,* Washington.

Banco Mundial. 1981-1985. — *Relatório sobre o desenvolvimento no mundo,* Washington.

Banco Mundial. 1981-1986. — *Financing adjustment with growth in Sub-Saharan Africa, 1986-1990,* Washington.

Banco Mundial. 1981-1988. — *Education in Sub-Saharan Africa : policies for adjustment, revitalization and expansion,* 2 vol., texto principal e anexo estatístico, Washington.

Banco Mundial. 1989*a*. — *Successful development in Africa : case studies of projects, programs and policies,* Estudo analítico de caso nº 1, Instituto para o Desenvolvimento Econômico, Washington.

Banco Mundial. 1989*b*. — *Sub-Saharan Africa : from crisis to sustainable growth. A long-term perspective study,* Washington.

Banco Mundial. 1990. — *World development report : world poverty,* Washington.

Baran, P.A. 1968. — *The political economy of growth,* Nova Iorque, Modern Reader Paperbacks.

Barker, J. (org.). 1984. — *The politics of agriculture in tropical Africa,* Beverly Hills/Londres, Sage.

Barneet, D. e Harvey, R. 1972. — *The revolution in Angola : MPLA, life, histories and documents,* Nova Iorque, Bobbs-Merrill.

Barnes, J. A. 1952. — "History in a changing society", em: *Human problems in British Central Africa,* vol. XI, Londres, OUP, pp. 1-9.

Barongo, Y. R. (org.). 1983. — *Political science in Africa,* Londres, Zed Press.

Barrett, D. B. 1982. — *World christian encyclopedia,* Londres, OUP.

Barrett, L. 1977. — *The Rastafarians,* Londres, Heinemann.

Barron, S. 1983. — *German expressionist sculpture,* Los Angeles.

Bartholomew, J. 1935. — *The citizen's atlas of the world,* Bartholomew and Son Ltd, Edimburgo.

Bassett, C. 1987. — *Canadian International Develoрent Agency (CIDA),* discurso às associações de estudos afro-canadenses, Universidade de Alberta, Edmonton, 7-10 de maio.

Bates, R. H. 1981. — *Markets and states in tropical Africa : the political basis of agricultural policies,* Berkeley/Los Angeles/Londres, UCP.

Bates, R. S. e Lofchie, M. F (org.). 1980. — *Agricultural development in Africa : issues of public policy,* Nova Iorque, Praeger.

Bauer, P. T. 1981. — *Equality, the Third World and economic delusion,* Cambridge, Mass., HUP.

Bayart, J.-F. 1979. — *L'État au Cameroun,* Paris, Imprensa da Fundação Nacional de Ciência Política.

Bayen, M. 1939. — "The march of blackmen", Nova Iorque.

Beckford, G. L. 1972. — *Persistent poverty : under-development in plantation economies of the Third World,* Nova Iorque, CUP.

Beier, U. 1960. — *Art in Nigeria,* Cambridge, CUP.

Beier, U. 1968. — *Contemporary art in Africa,* Londres, Pall Mall Press.

Beier, U. 1970. — "Yoruba opera : the magic spell of Duro Lapido", *Gangan,* 3, pp. 14-23.

Beier, U. 1971. — "Signwriters art in Nigeria", *African Arts,* 4, 3, pp. 22-27.

Beier, U. 1973. — *Yoruba theatre,* Londres.

Beier, U. 1976. — "Middle art : the paintings of war", *African Arts*, 9, 2, pp. 20-23.

Beinart, J. 1968. — "Wall painting : popular art in two African communities", *African Arts*, 2, 3, pp. 26-29.

Belal, A. 1972. — *Renaissance du monde arabe,* Paris, Duculot.

Belaouane Gherari, R. 1984. — "L'Afrique dans les relations Sud/Sud", *Le mois en Afrique* (Paris), 225-226, outubro-novembro, pp. 104-119.

Belloncle, G. 1978. — "A la recherche de nouvelles formules éducatives pour le tiers-monde : l'éducateur de base au Mali", 44, pp. 77-96.

Beltran Y Ropzide, R. 1902. — *La Guinea española,* Barcelona.

Belyanev, I. 1962. — *Peuples d'Asie et d'Afrique.*

Bemba, S. 1984. — “Cinquante ans de musique du Congo-Zaïre, 1920-1970 : de Paul Kamba à Tabu-Ley”, *Présence africaine.*

Ben Amos, P. 1977. — “Pidgin language and tourist art”, *Anthropology of Visual Communication*, 4, 2, pp. 128-139.

Ben Bella, A. 1965. — Tribuna livre publicada no *Le Monde,* 23 de janeiro.

Benachenou, A. 1978. — *Formation du sous-développement en Algérie : essai sur les limites du développement du capitalisme en Algérie, 1830-1962,* Argel.

Bender, G. J. 1978. — *Angola under the Portuguese : the myth and the reality,* Londres, Heinemann.

Bennett, G. e Rosberg, C. 1961. — *The Kenyatta election 1960-1961,* Oxford, OUP.

Benoist, J. de. 1980. — *La balkanisation de l’Afrique-Occidentale française,* Dakar, NEA.

Benomar, J. 1988. — “The monarchy, the islamist movement and religious discourse in Morocco”, *Third World Quarterly*, 10, 2, abril.

Benot, Y. 1969. — *Idéologies des indépendances africaines*, Paris, Maspero.

Benson, P. 1986. — *Black Orpheus : transition and modern cultural awakening in Africa*, Berkeley/Los Angeles, UCP.

Berg, E. 1980. — *Non-alignement et nouvel ordre mondial*, Paris, PUF.

Berger, M. 1962. — *The Arab world today,* Nova Iorque, Doubleday.

Berger, R. 1967. — “African and European dance”, *Nigerian Magazine*, 92, pp. 87-92.

Berman, E. 1983. — *Art and artists of South Africa,* 1ª ed. 1974, Cidade do Cabo, Balkema.

Bernal, M. 1987. — *Black Athena : the Afro-Asiatic roots of classical civilization*, vol. I, New Brunswick, Rutgers University Press.

Bernard-Duquenet, N. *1976a.* **—** “Le Front populaire au Sénégal”, tese de doutorado, Universidade Paris VII.

Bernard-Duquenet, N. *1976b.* **—** “Le Front populaire et le problème des prestations en AOF”, CEA, 16, 61-62, pp. 159-172.

Bernis, G.-D. de. 1975. — “L’Algérie à la recherche de son indépendance : nationalisation et industrialisation”, em: J.-D. Esseks (org.), pp. 19-62.

Bernstein, S. 1978. — “Problems of African agriculture : food and export crop production in the seventies”, em: R. Synge (org.), *Africa guide*, Chicago, Rand McNally and Co., pp. 57-63.

Bernstein, S. 1981. — “Concepts for the analysis of contemporary peasantries”, em: R. E. Galli (org.).

Berque, J. 1960. — *Les Arabes d’hier à demain*, Paris, Éditions du Seuil.

Berque, J. 1964. — *The Arabs : their history and future*, Londres, Faber and Faber.

Berque, J. 1968. — *L’Égypte : impérialisme et révolution*, Paris, Gallimard.

Berrah, M. *et al.* **1981. —** *Cinémas du Maghreb*, Paris, Cinéma Action 14.

Beshir, M. O. 1968. — *The southern Sudan : background to conflict*, Londres, Hurst.

Bessis, J. 1981. — *La Méditerranée fasciste : l’Italie mussolinienne et la Tunisie*, Paris, Karthala.

Bessis, J. 1982. — *La Méditerranée fasciste*, Paris, Publicações da Sorbonne.

Beti. M. 1972. — *Main basse sur le Cameroun : autopsie d'une décolonisation*, Paris, Maspero.

Bettelheim, J. 1985. — "The Lantern Festival in Senegambia", *African Arts,* 18, 2, pp. 50-53.

Betts, R. F. 1987. — "La domination européenne : méthodes et institutions", em: A. A. Boahen (org.), pp. 339-359.

Bezy, F. Peemans, J.-P e Wautelet, J.-M. 1981. — *Accumulation et sous développement au Zaire 1960-/980,* Louvain-la-Neuve, Presses universitaires de Louvain.

Biame, K. N. 1968. — "Comic play in Ghana", *African Alts,* 1,4, pp. 30-34.

Biarnes, P 1980. — *L'Afrique aux Africains,* Paris, Armand Colin.

Biaya, T. K. 1984. — "De l'aube des temps jusqu'aujourd'hui : l'histoire contemporaine des Luluwa par Nyunyi wa Luimba", em: B. Jewsiewicki (org.), pp. 23-34.

Bienen, H. 1974. — *Kenya : the politics of participation and control,* Princeton, PUP.

Biko, B. S. (org.). 1972. — *Black viewpoint,* Durban, Black Community Programmes.

Binder, L., Coleman, J. S., Lapalombara, J., Pye, L. W., Verba, S. e Weiner, M.1971. — *Crises and sequences in political development,* Princeton, PUP.

Binet, J., Boughedir, F. e Bachy, V. (org.). 1983. — *Cinémas noirs d'Afrique,* Paris, Action 26.

Birnie, H. e Ansre, G. 1969. — *The study of Ghanaian languages,* Accra/Legon, Institut d'études africaines/Universidade de Gana.

Blair, T. L. 1970. — *The land to those who work it : Algeria's experiment in workers' management,* Garden City, Doubleday and Co.

Bloch-Laine, F. e Bouvier, J. 1986. — *La France restaurée,* 1944-1954, Paris, Fayard.

Bloch-Lemoine, M. 1978. — "Développement et transformation de l'éducation en Côte d'Ivoire", *Revue française d'études politiques africaines,* 150, 1, pp. 79-94.

Blundell, sir, M. 1964. — *So rough a wind,* Londres, Weidenfeld and Nicolson.

Boahen, A. A. (org.). 1987. — *L'Afrique sous domination coloniale, 1880-1935, História Geral da África,* vol.VII, Paris/Dakar, UNESCO/NEA.

Boahen, A. A. 1986. — *Topics in West African history,* 2ª ed., Harlowt, Longman.

Bochkargov, Y. 1966. — "The outlook in Africa", *New Times* (Moscou), 22 de janeiro.

Boctor, G. 1969. — "La peinture en Egypte moderne", *African Arts,* 3,1, pp. 28-33 e 86-87.

Boeke, J. H. 1953. — *Economies and economic policy as exemplified by Indonesia,* Nova Iorque, Instituto das relações pacíficas.

Boganda, B. — *Écrits et discours,* 3 vol., Bangui, J. D. Penel.

Bogatyrev, P. 1971. — *The functions of folk costume in Moravian Slovakia,* La Haye, original : *Matica Slovenska, 1937.*

Bohannan, P. e Dalton, G. 1965. — *Markets in Africa : eight subsistence economies in transition,* Garden City, Doubleday and Co.

Boiteau, P. 1982. — *Contribution à l'histoire de la nation malgache,* Antananarivo, Edições sociais e MCAR.

Boletín informativo. — Lima, Instituto de pesquisas afro-peruanas.

Bomole, N. 1970. — "Le Congo et l'enseignement programmé", *Cahiers Congolais,* 2, junho-julho, pp. 72-88.

Bonneau, R. (org.). 1972. — "Les prétendants rivaux", *Afrique littéraire et artistique,* 26, pp. 83-88.

Bonner, P. L. (org.). 1974. — *Working papers in southern African studies,* Londres, Frank Cass.

Boserup, E. 1985. — "Economy and development interrelationships in sub-Saharan Africa", *Population and Developmmt Review,* 11,3, setembro, pp. 383-399.

Boubou Hama. 1981. — "Place de l'histoire dans la societé africaine", em: J. Ki-Zerbo (org.), pp. 62-72.

Boudhiba, A. 1975. — *La sexualité en Islam,* Paris, PUF.

Boughedir, F. 1983. — "Les grandes tendances du cinéma en Afrique noire", *Cinémas noirs d'Afrique* (Paris), 26, pp. 48-57.

Boulby, M. 1988. — "The islamic challenge : Tunisia since independence", *Third World Quarterly,* 10, 2, abril, pp. 590-614.

Bourguiba, H. 1954. — *La Tunisie et la France : vingt-cinq ans de lutte pour une coopération libre,* Paris, Julliard.

Bourros-Ghali, B. 1969. — "L'OUA et la coopération économique", *Revue egyptienne de droit international,* 25, abril, pp. 171-185.

Boutros-Ghali, B. 1975. — "The League of Arab States and the Organization of African Unity", em: Y. El-Ayouty (org.), pp. 47-61.

Bowman, L. 1973. — *Politics in Rhodesia,* Cambridge, Mass., HUP.

Bown, L. e Crowder, M. 1964. — *The proceedings of the First International Congress of Africanists,* Londres, Longmans, Greens e Congresso Internacional dos Africanistas.

Bozzoli, B. (org.). 1979. — *Labour, townships and protest,* Joanesburgo, Raven Press.

Brandt, H. 1956. — *Nomades du soleil,* Lausanne, La Guilde du livre.

Brandt, W. 1980. — *North-South : a program for survival; the report of the independent commission on international development issues under the chairmanship of Willy Brandt,* Cambridge, Mass., MIT Press.

Bray, M., Clarke, P. B. e Stephens, O. 1986. — *Education and society in Africa,* Londres, Edward Arnold.

Breidenbach, P. S. e Ross, D. H. 1978. — "The holy place : twelve apostles Healing gardens", *African Arts,* II, 4, pp. 28-35, 95.

Brenner, L. 1984. — *West African sufi,* Londres, Hurst.

Brett, E. A. 1973. — *Colonialism and underdevelopment in East Africa : the politics of economic change* 1919-1939, Nova Iorque, Nok Publishers.

Brett, E. A. e Belshaw, D. G. R. (org.). 1973. — *Politics and agriculture,* Londres, Frank Cass.

Brevie, J. 1930. — *Discurso de abertura no Conselho de Governo da AOF.*

Brokensha, D. 1966. — *Social change in Larteh,* Londres, OUP.

Brokensha, D. e Hodge, P. 1969. — *Community development : an interpretation,* San Francisco, Chandler Publishing Co.

Brookes, E. H. 1968. — *Apartheid : a documentary study of modern South Africa,* Londres, Routledge and Kegan Paul.

Brown, A. C. 1988. — *A history of scientific endeavour in South Africa : a collection of essays published on the occasion of the centenary of the Royal Society of South Africa,* Cidade do Cabo, RSSA.

Brown, B. 1983. — "The impact of male labour migration on women in Botswana", *African Affairs,* 82, 328, julho, pp. 367-388.

Brown, G. N. e Hiskett, G. (org.). 1975. — *Conflict and harmony in education in tropical Africa,* Londres, George Allen and Unwin.

Brown, J. M. 1972. — *Kenyatta,* Londres, George Allen and Unwin.

Brown, P. 1970. — "Patterns of authority in West Africa", em: I. L. Markovitz (org.).

Brutenrs, K. 1967. — "Africa's revolution, gains and problems", *International Affairs* (Moscou), janeiro.

Bude, U. (org.). 1980. — *Education for Kagisano in Botswana,* Bonn, DAAD.

Buijtenhuijs, R. 1982. — *Contributions to Mau Mau historiography,* Leyde, Centro de Estudos Africanos.

Buraimoh, J. 1971. — "Painting with beads", *African Arts,* 5,1, pp. 16-19.

Escritório Internacional do Trabalho. 1931. — *Rapport sur la Conférence internationale de 1930,* Genebra, BIT.

Burt, E. C. 1984. — "Mural painting in western Kenya", *African Arts,* 16,3, pp. 60-63 e 80.

Busia, K. A. 1969. — "Social attitudes to agriculture", em: C. Legum e J. Drysdale (org.), *Africa contemporary record : annual survey and documents 1968-1969,* Londres, Africa Research.

Bustin, E. 1975. — *Lunda under colonial rule : the politics of ethnicity,* Cambridge, Mass., HUP.

Byakov *et al.* **(org.). 1981. —** *The priorities of Soviet foreign policy today,* Moscou, Progress Publishers.

Cabral, A. 1975. — *Unité et lutte : œuvres d'Amilcar Cabral,* Paris, Maspero.

Cadoux, C. 1969. — *La République malgache,* Paris, Berger-Levrault.

Caetano, M. 1954. — *Os nativos na economia africana,* Coimbra.

Cahen, M. 1983, 1984. — "Corporatisme et colonialisme : approche du cas mozambicain, 1933-1979", *CEA,* 92, XXIII-4, pp. 383-417, e 93, XXIV-1, pp. 5-24.

Callaway, H. 1975. — "Indigenous education in Yoruba society", em: G. N. Brown e G. Hiskett (org.), pp. 26-39.

Camara, C. 1973. — "Une ville précoloniale au Nigéria : Ondo", *CEA,* 13, 51.

Cameron, D. 1934. — *The principles of native administration and their application,* Lagos, Imprensa nacional.
Cameroon, J. 1970. — *The development of education in East Africa,* Nova Iorque, Teachers College Press.
Campion-Vincent, V. 1970. — "Système d'enseignement et mobilité sociale au Sénégal", *Revue française de sociologie,* II, abril-junho.
Capet, M. 1958. — *Traité d'économie tropicale,* Paris, Pichon e Durand-Auzias.
Cardoso, P.M. 1984. — *Folclore caboverdeano,* 2ª ed., Lisboa, Porto.
Carey, M. 1970. — *Myths and legends of Africa,* Melbourne/Londres, Sun Books/Hamlyn Publishing Group.
Carlsson, J. (org.) 1982. — *South-South relations in a changing world order,* Uppsala, Instituto Escandinavo de Estudos Africanos.
Carnoy, M. 1974. — *Education as cultural imperialism,* Nova Iorque, McKay.
Carsow, M. 1935. — *Quelques aspects du commerce impérial de la France,* Paris, Geuthner.
Carter, G. (org.). 1966. — *National unity and regionalism in eight African states,* Ithaca, Cornell University Press.
Carter, G. 1959. — *The politics of inequality,* Nova Iorque, Praeger.
Cary, J. 1944. — *The case for African freedom,* Londres, Seeker e Warburg.
CASTAFRICA — (Conferência dos ministros de ciência e tecnologia da África). *1987. Programa especial de ajuda à África nas áreas da pesquisa científica e da pesquisa e desenvolvimento,* Paris, UNESCO.
Castagno, A. A. 1966. — "Somali Republic", em: J. Coleman e C. G. Rosberg (org.), pp. 512-560.
Castro, F. 1983. — *La crise économique et sociale du monde, ses retombées dans les pays sous-développés, ses sombres perspectives et la nécessitté de lutter si nous voulons survivre,* relatório na VIIª Cúpula dos países não-alinhados, Paris, Nouvelle Societé des Éditions Encre.
Castro, A. de 1978. — *O sistema colonial português em África,* Lisboa, Editorial Caminho.
Centro cultural afro-ecuatoriano, — *Palenque* (Quito).
Centro de estudios y investigaciones. 1977. — *Los dioses como los vemos,* Caracas.
Centro para la investigación de la cultura negra, — *Presencia Negra,* Bogotá.
Cervenka, Z. 1977. — *The unfinished quest for unity : Africa and the OAU,* Nova Iorque, Africana Publishing Co.
Césaire, A. 1971. — *Cahier d'un retour au pays natal,* Paris, Présence africaine.
Chagnoux, H. e Haribu, A. 1980. — *Les Comores,* Paris, PUF.
Cham, M. B. 1982. — "Film production in West Africa, 1979-1981", *Présence africaine, 124,* 4, pp. 168-189.
Cham, M. B. 1984. — "Art and ideology in the work of Sembene Ousmane and Haile Gerima", *Présence africaine,* 129, 1, pp. 79-91.
Chambers, R. 1969. — *Settlement schemes in tropical Africa,* Londres, Routledge and Kegan Paul.

Chanaiwa, D. 1976*a*. — *Profiles of self-determination : African responses to European colonialism in southern Africa, 1952-Present,* Northridge, California State University Foundation.

Chanaiwa, D. 1976*b*. — "The premiership of Garfield Todd : racial partnership versus colonial interests", *Journal of Southern African Affairs,* 1, 1, dezembro, pp. 83-94.

Chanaiwa, D. 1980. — "African humanism in southern Africa : the utopian, traditionalist, and colonialist worlds of mission-educated elites", em: A. G. Mugomba e M. Nyaggah (org.), pp. 9-40.

Chandos, lord. 1964. — *The memoirs of lord Challdos,* Londres, Bodley Head.

Charnay, J.-P. 1966. — "Courants reformistes de la pensée musulmane contemporaine", em: J. A. Adonis e Y.Osman (org.), *Normes et valeurs dans l'Islam contemporain,* Paris, Payot, pp. 225-246.

Cheeks, J. 1936. — "Wings over Ethiopia", *New Masses,* 7 de julho.

Cheeks, J. s. d. — Manuscrito referente às suas experiências com Robinson na Etiópia, não publicado.

Chenntouf, T. 1969. — *L'Assemblée algérienne* 1947-1956, Paris, Faculdade de Letras e Ciências Humanas de Paris.

Chesneaux, J. 1964. — "Qu'est-ce que la démocratie nationale ?", *La Pensée*, 118, décembre, pp. 3-19.

Chibwe, E. C. 1976. — *Arab dollars for Africa,* Londres, Croom Helm.

Chibwe, E. C. 1977. — *Afro-Arab relations in the new world order,* Londres, Julian Friedmann.

Chikwendu, E. 1983. — "The African peasantry : neglected by African political science", em: Y. R. Barongo (org.) pp. 37-48.

Chinweizu. 1975. — *The West and the rest of us,* Nova Iorque, Vintage Books.

Chinyere, O. 1980. — "Parallelism versus influence in African literature : the case of Efua Sutherland's Edufa", *Kiabara,* 3, 1, outono, pp. 113-131.

Chretien, J.-P. 1972. — "L'enseignement au Burundi", *Revue française d'études politiques africaines,* 76, abril, pp. 61-80.

CIAF. 1972. — *Segunda Conferência Internacional dos Africanistas,* Paris, Présence africaine.

CIAO. 1945. — *Primeira Conferência Internacional dos Africanistas do Oeste, Dakar;* vol. I, Paris, Adrien-Maisonneuve, 1950; vol. II, Paris, Adrien-Maisonneuve, 1951.

CIDA. 1984. — *ClDA's year in review* 1982-1983 : *Canadians in the Third World,* Ottawa, Agência canadense de cooperação para o desenvolvimento internacional.

Clark, E. e Ogunde, H. 1979. — *The making of Nigerian theatre,* Oxford, OUP.

Clayton, A. 1976. — *Counter-insurgency in Kenya, 1952-1960,* Nairóbi, Trans-Africa Publishers.

Clayton, A. 1981. — *The Zanzibar revolution and its aftermath,* Londres, C. Hurst.

Clayton, E. S. 1964. — *Agrarian development in peasant economies : some lessons from Kenya,* Oxford, Pergamon.

Cliffe, L. 1976. — "Rural political economy of Africa", em: P. C. W. Gutkind e I. Wallerstein (org.), pp. 112-131.

Cliffe, L. e Cunningham, G. 1973. — "Ideology, organization and settlement experience in Tanzania", em: E. A. Brett e D. G. R. Belshaw (org.).

Clute, R. E. 1982. — "The role of agriculture in African development", *African Studies Review,* 25, 4, dezembro, pp. 1-21.

CNUCED. 1976. — "Preservation of the purchasing power of developing countries' exports", Item 8-Supporting Paper, CNUCED TD/184/Supp., 2 de maio, Genebra e Nairóbi, CNUCED.

CNUCED. 1980. — *Handbook of intemational trade and development statistics,* suplemento, Genebra, CNUCED.

Cohen, R. 1979. — "Albert Nzula", em: B. Bozzoli (org.), pp. 325-340.

Cole, H. 1975. — "Art festival in Ghana", *African Arts*, 8, 3, edição especial, pp. 12-24.

Cole, H. 1982. — *Mbari : art and life among the Owen-i Igbo,* Bloomington, Indiana University Press.

Coleman, J. S. 1963. — *Nigeria : background to nationalism,* Berkeley/Los Angeles, UCP.

Coleman, J. S. e Rosberg, C. G. 1970. — *Political parties and national integration in tropical Africa,* Berkeley/Los Angeles, UCP.

Collectif. 1966. — *L'Afrique au XXème siècle (1900-1965),* Paris, Sirey.

Collins, J. 1985. — *Comic opera in Ghana,* Londres.

Collins, P. 1983. — "The state and industrial capitalism in West Africa", *De-velopment and Change,* 14, 3, julho, pp. 403-429.

Colóquio Internacional de Dakar sobre o desenvolvimento industrial africano. **1972. —** Dakar, NEA.

Colóquio **sovieto-congolês. 1988. —** "Théorie et pratique de la période de transition dans les pays liberés", materiais do VI *Colóquio* sovieto-congolês, 30 de janeiro - 3 de fevereiro 1987, Moscou.

Colombe, M. 1951. — *L'évolution de Égypte, 1924-1950,* Paris, Maisonneuve.

Comitê dos Estados-Unidos da América para os refugiados. 1981. — *World refugee survey,* Nova Iorque, Hudson Press.

Commissariat général au plan. 1954 e 1955. — *Rapport annuel sur l'exécution du plan de modernisation et d'équipement de l'Union française (métropole et outre-mer),* 2 vol., Paris, a Documentação Francesa.

Comissão Econômica para a África (ONU). 1976. — *Revised framework of principles for the implementation of the new international economic order in Africa 1976-1981-1985,* 25 de junho, doc. E/CN.14/ECO/90/Rev. 3, Nova Iorque, ONU.

Comissão Econômica para a África (ONU). 1979. — *Development strategy for Africa for the Third United Nations Development Decade,* Resolution 332 (XIV) adotada em julho pelos chefes de Estado e de governo da OUA, doc. E/CN.14/INF/109/Rev. 1, Nova Iorque, ONU.

CEA (Comissão Econômica para a África). 1981. — *Lagos Plan of action for the economic development of Africa 1980-2000,* Genebra/Addis-Abeba, International Institute for Labour Studies.

Comissão Econômica para a África (ONU). 1983. — *ECA and Africa's development 1983-2008 : preliminary perspective study,* Addis-Abeba, CEA.

Comissão Econômica para a África. 1989*a.* **—** *African alternative framework to structural adjustment programmes for socio-economic recovery and transformation,* Addis-Abeba/Nova Iorque, CEA.

Comissão Econômica para a África. 1989*b.* **—** *Beyond recovery - ECA's revised perspectives of Africa's development from 1990-2008,* Addis-Abeba, CEA.

Comissão Econômica para a África. 1990. — *African chapter for popular participation in development,* Addis-Abeba, CEA.

Commonwealth Economic Committee. 1961. — *Annual Report - Industrial Fibres,* Londres, CEG.

Confemen. 1986. — *Promotion et intégration des langues nationales dans les systèmes éducatifs - Bilan et inventaire*, Paris, Champion.

Conference on African Education. 1953. — *African education : a study of educational policy and practice in British tropical Africa*, Oxford, Charles Batey.

Constable, D. 1974. — "Bilingualism in the United Republic of Cameroon : proficiency and distribution", *Comparative Education,* 10, 3, outubro, pp. 233-346.

Constantine, S. 1984. — *The making of British colonial development policy 1914-1940,* Londres, Frank Cass.

Constantine, S. 1985. — "The making of an imperial slum : Nyasaland and its railways, *1895-1935", JAH, 16.*

Cook, D. (org.) 1965. — *Origin East Africa : a Makerere anthology,* Londres/Ibadan, Heinemann.

Cooke, P. e Doornbos, M. 1982. — "Rwenzururu protest songs", *Africa,* 52, 1, pp. 50-51.

Cooper, F. 1980. — *From slaves to squatters,* New Haven, YUP.

Cooper, F. 1981. — "Africa and the world economy", *African Studies Review,* 17, 2/3, junho/setembro, pp. 1-86.

Coquery-Vidrovitch, C. 1975. — "L'impact des intérêts coloniaux : SCOA et CFAO dans l'Ouest africain, 1910-1965", *JAH,* 16, 4, pp. 595-621.

Coquery-Vidrovitch, C. 1976*a.* **—** "L'impérialisme français en Afrique noire : idéologie impériale et politique d'équipement, 1924-1975", *Relations internationales, 7,* pp. 261-282.

Coquery- Vidrovitch, C. 1976*b.* **—** "L'Afrique et la crise de 1930 (1924-1938)", *Revue française d'histoire d'outre-mer,* edição especial 63, 232-233, pp. 386-424.

Coquery-Vidrovitch, C. 1978. — "Industrie et dépendance : les retards de l'industrialisation dans l'Empire français dans la premiere moitié du XXème siècle", não publicado, Universidade Paris VII.

Coquery-Vidrovitch, C. 1979. — "Vichy et l'industrialisation aux colonies", *Revue d'histoire de la Deuxième Guerre mondiale,* 114, pp. 69-94.

Coquery-Vidrovitch, C. 1982. — "Le financement de la mise en valeur coloniale : méthode et premiers résultats", em: *Études d'histoire africaine ; hommage à Henri Brunschwig,* Paris, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, pp. 237-252.

Coquery-Vidrovitch, C. 1984. — *Entreprises et entrepreneurs en Afrique - XIXème et XXème siècles,* 2 vol., Paris, Karthala.

Coquery-Vidrovitch, C. 1985. — *Processus d'urbanisation en Afrique XIXème-XXème siècles,* atas do Simpósio Internacional realizado na Universidade Paris VII, 2 vol., Paris, L'Harmattan.

Coquery-Vidrovitch, C. 1986. — "Les problèmes mondiaux vus d'Afrique noire ou les relations Sud-Nord", *Estudios de Economia*, V, 3, pp. 347-367.

Coquery-Vidrovitch, C. 1988*a*. — *Afrique noire : permanences et ruptures*, Paris, Payot.

Coquery-Vidrovitch, C. 1988*b*. — "The transfer of economic power in French-speaking Africa : from 'colonial exclusivity' to North-South relations", em: P. Gifford e W. R. Louis (org.), pp. 105-134.

Coquery-Vidrovitch, C. 1988c. — *Africa : endurance and change south of the Sahara*, Berkeley/ Los Angeles, UCP.

Corbett, E. M. 1972. — *The French presence in Black Africa*, Washington, Orpheus Press.

Cornell University. 1990. — *Du centenaire de la découverte du Nouveau Monde par Bakari II en* 1312 *et Christophe Colomb en* 1492 *(An Outline of a Project).*

Cornet, J. 1974. — "Cultures au Zaïre et en Afrique", *African Arts,* 4, pp. 125-136.

Cornet, J. 1975. — "Critique d'authenticité et art nègre", *African Arts*, 9, 1, p. 53.

Cornet, J. 1982. — *Art royal kuba,* Milan, Sipiel.

Coser, L. 1956. — *The Functions of social conflict,* Nova Iorque, The Free Press.

Cosgrove-Twitchett, C. 1978. — *Europe and Africa : from association to partnership,* Farnborough, Saxon House.

Coulet-Western, D. 1975. — *A bibliography of the arts of Africa,* Waltham, Mass.

Courrière, Y. 1968-1972. — *La guerre d'Algérie,* Paris, Fayard.

Court, F. e M'Wangi, M. 1976. — "Maridadi fabrics", *African Arts,* 10, 1, pp. 38-41 e 99.

Cowan, L. G., O'Connell, J. e Scanlon, D. (org.). 1965. — *Education and nation building,* Nova Iorque, Frederick Praeger.

Cowen, M. 1981. — "Commodity production in Kenya's central province", em: J. Heyer *et al.* (org.), pp. 121-143.

Cowen, M. 1984. — "Early years of the Colonial Development Corporation : British state enterprise overseas during late colonialism", *African Affairs,* 83, 330, pp. 63-77.

Craveirinha, J. 1964. — *Chifugo,* Lisboa, Casa dos Estudantes do Império.

Creuz, S. 1951. — "Le drame de l'éducation esthétique", *Les arts plastiques : l'art au Congo belge,* Bruxelas, Éditions des Arts Plastiques, 5ª série, nº 1, junho-julho, pp. 46-53.

Crocker, C. 1976. — "The African dimension of the Indian Ocean policy», *Orbis,* 20, 3, outono, pp. 637-669.

Crowder, M. 1970. — "The white chiefs of tropical Africa", em: L. H. Gann e P. Duignan (org.), *Colonialism in Africa,* II : *The history and politics of colonialism 1914-1960,* Cambridge, CUP, pp. 320-350.

Crowder, M. 1978. — "The contemporary Nigerian artist : his patrons, his audience, his critics", *Présence africaine,* 105-106, 1-2, pp. 130-145.

Crowder, M. 1980. — *West Africa under Colonial Rule,* 1ª ed. 1968, Londres, Hutchinson.

Crowder, M. (org.). 1984. — *The Cambridge history of Africa.* Vol. VIII : *From c. 1940 to c.* 1975, Cambridge, CUP.

Crowder, M. 1985*a*. — "Professor Macmillan goes on safari : the British government observer team and the crisis over the Seretse Khama marriage", em: S. Marks e H. Macmillan (org.), *Africa and Empire : W M. Macmillan historian and social critic,* Londres, ICS, pp. 254-278.

Crowder, M. 1985*b*. — "World War II and Africa", *JAH,* 26,4, pp. 287-289.

Crowder, M. e Osuntokun, J. 1986. — "The First World War and West Africa", em: J. F. A. Ajayi e M. Crowder (org.), *History of West Africa,* vol. II, Harlow, Longman, pp. 546-578.

Cuba in Africa. **1978. —** Edição especial dupla da *Cuba Review* (Nova Iorque), 8, 3-4, pp. 1-50.

Cunha da Silva, J. M. 1955. — *O trabalho indígena,* Lisboa, Agência Geral do Ultramar, Divisão de Publicações e Biblioteca.

Cunha, A.-G. e Donnelly, J. 1983. — "Defusing Africa's debt", *Africa Report*, 28, 5, setembro-outubro, pp. 17-22.

Cuper, K. 1958. — "Kwela : how it all began", *Melody Maker*, 33, 7 de junho, p. 1283.

*Current Soviet Policies III : the record of the extraordinary 21st Communist Party Congress***. 1960. —** Nova Iorque, Columbia University Press, nº 7.

Curry, R. L. 1971. — "Agricultural land development in Liberia", *The Journal of International Law and Economics*, 6, 1, junho, pp. 125-137.

Curtin, E, Feierman, S., Thompson, L. e Vansina, J. (org.). 1978. — *African history*, Boston/Londres, Little and Brown/Longman.

Cutrufelli, M. R. 1983. — *Women of Africa : roots of oppression*, Londres, Zed Press.

Cutter, C. H. 1968. — "The politics of music in Mali", *African Arts*, 1,3, pp. 38-9 e 74-77.

Dakin, J., Tiffen, B. e Widdowson, H. G. 1968. — *Language in education*, Londres, OUP.

Dalby, D. 1970. — *Language and history in Africa*, Londres, Frank Casso

Daoud, Z. 1981. — "Agrarian capitalism and the Moroccan crisis", *Merip Reports*, 99, setembro, pp. 27-33.

Dapo, O. 1973. — "Aina Onabolu", *Nigeria Magazine*, 79, dezembro, pp. 295-298.

Dauber, R. e Cain, M. L. (org.). 1980. — *Women and technological change in developing countries* : AAAS *Selected Symposium 53*, Boulder, Westview Press.

Davidson, B. 1969. — *The Africans : an entry to cultural history*, Londres/Harlow, Longman.
Davidson, B. 1972. — *L'Angola au cœur des tempêtes*, Paris, Maspero.
Davidson, B. 1978. — *Africa in modern history*, Guildford, Allen Lane.
Davidson, B. 1980. — "The movement of national liberation", *Tarikh*, 6, 4.
Davidson, B., Slovo, J. e Wilkinson, A. R. 1976. — *Southern Africa : the new politics of revolution*, Harmondsworth, Pelican.
Davis, E. 1987. — "Religion against the state : a political economy of religious radicalism in Egypt and Israel", em: R. T. Antoun e M. F. Hegland (org.), *Religions resurgence : contemporary cases in islam, christianity and judaism*, Syracuse, Syracuse University Press, pp. 145-168.
Davis, J., Campbell, T. M. e Wrong, M. 1946. — *Africa advancing : a study of rural education and agriculture in West Africa and the Belgian Congo*, Nova Iorque, Foreign Missions Conference of North America.
Davison, P. 1984. — "Lobedu material culture : a comparative study of the 1930s and the 1970s", *Annals of the South African Museum*, 94, 3, pp. 41-201.
De Gennaro, B. M. 1981. — "Ujamaa : the aggrandizement of the state", em: R. E. Galli (org.), pp. 111-155.
De Haes, R. 1982. — *Les sectes : une interpellation*, Kinshasa.
De Jager, E. J. 1973. — *Contemporary African art in South Africa*, Cidade do Cabo, C. Struik.
De Negri, E. 1968. — "Itsekiri costume", *Nigeria Magazine*, 97, pp. 101-110.
De Rop, A. 1959. — *Théâtre nkundo*, Léopoldville, Éditions de l'Université.
De Saint Jorre, J. 1972. — *The Nigerian Civil War*, Londres, Hodder and Stoughton.
De Vore, R. M. (org.). 1977. — *The Arab-Israeli historical conflict : an historical political, social and military bibliography*, Oxford, OUP.
De Wilde, J. C. 1967. — *Experiences with agricultural development in tropical Africa*, 2 vol., Baltimore, The Johns Hopkins Press.
Dean Jr, P. D. e Vasquez, J. A. 1976. — "From politics to issue politics : bipolarity and multipolarity in the light of the new paradigm", *Western Political Quarterly*, 29, 1, março, pp. 7-28.
Debhonvapi, O. 1984. — "La société zaïroise dans le miroir de la chanson populaire", em: B. Jewsiewicki (org.).
Decraene, P. 1982. — *Vieille Afrique, jeunes nations*, Paris, PUF.
DeGraft-Johnson, J. C. 1958. — *African experiment : cooperative agriculture and banking in British West Africa*, Londres, Watts.
Delavignette, R. 1947. — *Les vrais chefs de l'empire*, Paris, Gallimard.
Demunter, P. 1975. — *Masses rurales et luttes politiques au Zaïre : le processus de politisation des masses rurales au Bas-Zaïre*, Paris, Anthropos.
Derman, W. 1984. — "USAID in Sahel : development and poverty", em: J. Barker (org.), pp. 77-99.

Desanti, D. e Decock, J. 1969. — “Farid Belkahia : artiste et animateur”, *African Arts*, 2, 3, pp. 26-29.

Deschamps, H. 1971. — *História Geral da África*, vol. II, Paris, PUE

Despois, J. 1935. — *La colonisation italienne en Libye : problèmes et méthodes*, Paris, Larose.

Deveze, M. 1948. — *La France d’outre-mer*, Paris, Hachette.

Dharam, G. e Radwan, S. 1983. — *Agrarian policies and rural poverty in Africa*, Washington, International Labor Office.

Dia, M. 1975. — *Islam, sociétes africaines et culture industrielle*, Dakar, NEA.

Diallo, C. A. 1972. — “Contribution a une étude de l’enseignement privé coranique au Sénégal”, *Revue française d’études politiques africaines*, 76, abril, pp. 34-48.

Diawara, M. 1986. — “Who is in control?”, *West Africa*, 17 de fevereiro, pp. 348-349.

Diawara, M. 1987. — “Images of children”, *West Africa*, 23 de março, pp. 558-559.

Diop, A. 1958. — “Our Amsac brothers”, em: *Africa seen by American Negro scholars*, Dijon/Nova Iorque, Présence africaine, 1963.

Diop, C. A. 1957. — “Le continent noir, son histoire et sa culture”, *Défense de la paix*, julho-agosto, p. 58.

Diop, C. A. 1967. — *Antériorité des civilisations nègres : mythe ou vérité historique*, Paris, Présence africaine.

Diop, C. A. 1981. — *Civilisation ou barbarie : anthropologie sans complaisance*, Paris, Présence africaine.

Diop, M. 1975. — “Étude sur le salariat (Haut-Sénégal, Niger, Soudan, Mali, 1884-1969)”, *Études maliennes* (Bamako), 14, junho.

Djaziri, H. 1968. — “La situation du théâtre en Tunisie”, *African Arts*, 1, 3, pp. 40-41 e 92-93.

Documentação francesa. 1947. — *Notes documentaires et études*, nº 558, fevereiro, Paris, Serviços franceses de informação.

Dodge, B. 1965. — “The significance of religion in Arab nationalism”, em: J. H. Proctor (org.), pp. 94-120.

Donalson, H. e Nogee, L. 1981. — *Soviet foreign policy since World War II*, Nova Iorque, Pergamon.

Doresse, J. 1970. — *Histoire de l’Éthiopie*, Paris, PUF.

Dornowitz, S. e Mandirola, R. 1984. — “Grave monuments in the Ivory Coast”, *African Arts*, 17, 4, pp. 46-52.

Dorward, D. 1986. — “British West Africa and Liberia”, em: *The Cambridge history of Africa*, vol. III, Cambridge, CUP.

Dozy, R. P. 1969. — *Dictionnaire detaillé des noms de vêtements chez les Arabes*, 2ª ed., Beyrouth, 1ª ed. 1845.

Drachler, J. (org.). 1969. — *African heritage : an anthology of Black African personality and culture*, Londres, Collier-Macmillan.

Drake, St C. 1982. — "Diaspora studies and pan-africanism", em: J. E. Harris (org.), pp. 341-402.
Dresch, J. 1946. — "Les trusts en Afrique noire", *Servir la France*.
Droogers, A. 1980. — *The dangerous journey : symbolic aspects of boys' initiation among the Wagenia of Kisangani, Zaire*, La Haye, Mouton.
Drysdale, J. 1964. — *The Somali dispute*, Nova Iorque, Praeger.
Du Vivier de Streel. 1933. — *L'AEF et la crise*, Bruxelas.
Dubresson, A. 1979. — *L'espace Dakar-Rufisque*, Paris, ORSTOM.
Dudley, E. 1986. — "Mali's rug makers", *West Africa*, 3579, 7 de abril, pp. 728-729.
Duffy, J. 1962. — *Portugal's African territories : present realities*, Nova Iorque, Carnegie Endowment for International Peace.
Duggan, W. R. 1973. — *A socio-economic profile of South Africa*, Nova Iorque, Praeger.
Duignan, P. e Gann, L. H. (org.) 1973 e 1975. — *Colonialism in Africa : 1870-1960*, vol. III e IV, Cambridge, CUP.
Dummett, R. 1985. — "Africa's strategy minerals during the Second World War", *JAH*, 26.
Dumont, F. 1975. — *La pensée religieuse d'Amadou Bamba, fondateur du mouridisme sénégalais*, Dakar/Abidjan, NEA.
Dumont, R. 1962. — *L'afrique noire est mal partie*, Paris, Éditions du Seuil.
Duncan, J. S. R. 1957. — *The Sudan's path to independence*, Edimburgo/Londres, W. Blackwood.
Dunton, C. 1984. — "Review of Femi Osofisian's *Morountodun and other plays*", *West Africa*, 3484, 28 de maio, pp. 1122-1124.
Durand, H. 1957. — *Essai sur la conjoncture de l'Afrique noire*, Paris, Dalloz.
Durand, J.-D. 1967. — "World population estimates, 1750-2000", em: *Proceedings of the World Population Conference*, Nações Unidas.
Durieux, A. 1955. — *Essai sur le statut des indigènes portugais de la Guinée, de l'Angola et du Mozambique*, Bruxelas, Academia Real de Ciências Coloniais.
Dutoit, D. 1981. — *Capital and labour in South Africa : class struggle in the 1970s*, Londres, Kegan Paul.
Dzidzienyo, A. e Turner, J. M. 1981. — "African-Brazilian relations : a reconsideration", em: W. A. Selcher (org.), pp. 201-218.
Dzobo, N. K. 1975. — "Values in indigenous education", em: G. N. Brown e G. Hiskett (org.), pp. 76-91.

Echenberg, M. 1978. — "Tragedy at Thiaroye : the Senegalese soldiers' uprising of 1944", em: *African labour history*, Beverly Hills, Sage, pp. 109-128.
Eckardt, U. e Sievernich, G. (org.). 1979. — *Moderne Kunst aus Afrika*, Berlin, Catalogue Festspiele.
Economic Development Institute. 1989. — *Successful development in Africa : case studies of projects, programs and politics*, estudo de caso analítico nº 1, Washington, Banco Mundial.

Edmondson, L. 1974. — "Caribbean nation-building and the internationalization of race", em: W. Bell e W. E. Freeman (org.), *Ethnicity and nation building : comparative, international and historical perspectives*, Beverly Hills, Sage, pp. 73-86.

Edmondson, L. e Phillips, P. 1979. — "The Commonwealth Caribbean and Africa : aspects of Third World racial interactions, linkages and challenges", em: B. Ince (org.), *Contemporary international relations of the Caribbean*, Saint-Augustin, Trinidad e Tobago, Institute of International Relations, pp. 33-55.

Eicher, J. 1970 e 1985. — *African dress : a select and annotated bibliography of sub-Saharan countries*, 2 vol., vol. I, 1970; vol. II, 1985, East Lansing, Michigan state University.

Einstein, C. 1915.v*Negerplastik***, Munique, Kurt Wolff Verlag.**

Eisenstadt, S. N. e Rokkan, S. (org.) 1973. — *Building states and nations*, 2 vol., Beverly Hills, Sage.

Elaigwu, J. I. 1979. — "The military and state-building : federal-state relations in Nigeria's 'military-federalism'", em: A. B. Akinyemi, P. Cole e W. Ofonagoro (org.), *Readings in federalism*, Lagos, Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais, pp. 155-182.

Elaigwu, J. I. 1981. — "Military intervention in politics : an African perspective", *Genève-Afrique : Journal of Swiss Society of African Society*, 19, 1, pp. 17-38.

Elkan, W. 1958. — "The East African trade in woodcarving", *Africa*, 28, 4, pp. 314-323.

Elnaccash, A. 1968. — "Egyptian cinema : a historical outline", *African Arts*, 2, 1, pp. 52-55 e 70-71.

Elungu, E. P. 1984. — *Éveil philosophique africain*, Paris, L'Harmartan.

Emerson, R. 1962. — *From empire to nation : the rise to self-assertion of Asian and African peoples*, Cambridge, Mass., HUP.

Enahoro, P. 1983. — "Interview with J. Nyerere", *Africa Now*, 32, dezembro, pp. 98-122.

Encyclopaedia Britannica, *Macropedia*, **vol. IX, pp. 981.**

Engels, F. 1849. — Dans *The Northem Star* (jornal do movimento cartista anglais), XI, 22 de janeiro.

Ephson, B. 1984. — "Kukurantumi : road to Accra ", *West Africa*, 3488, 24 de junho, pp. 1303-1304.

Esedebe, P. O. 1971. — "The independence movement in Sierra Leone", *Tarikh*, 4, 1.

Esedebe, P. O. 1980. — "The growth of the pan-African movement", *Tarikh*, 6, 3.

Esprit. 1985. — "Français-Immigrés", junho, Paris.

Esseks, J.-D. (org.). 1975. — *L'Afrique de l'indépendance politique à l'indépendauce économique*, Paris, Maspero.

Estudos Afro-Asiáticos **—** (Centro de Estudos Afro-asiáticos).

Etherton, M. 1982. — *The development of African drama*, Londres, Hutchinson.

Ethiopian Herald (Addis-Abeba), — abril de 1977.

Ethiopian Research Council. 1935. — *Memorandum*, 27 de abril, Washington, ERC (documento reprográfico).

Ettinger, S. s. d. — "South Africa's weight restrictions on cattle exports from Bechuanaland, 1924-41", *Botswana Notes and Records*.
Evans-Pritchard, E. E. 1949. — *The sanusi of Cyrenaica*, Oxford, Clarendon Press.
Ewens, G. 1987. — "The Zaiko cult", *West Africa*, 3621, 2 de fevereiro, pp. 202-204.
Eybers, G. W. 1918. — *Select constitutional documents illustrating South African history*, 1795-1910, Londres, Routledge.
Eyongetah, T. e Brain, R. 1974. — *A history of the Cameroon*, Londres, Longman.

Fabian, J. 1978. — "Popular culture in Africa : findings and conjectures", *Africa*, 48, 4, pp. 315-334.
Fabubmi, L. A. 1960. — *The Sudan in the Anglo-Egyptian relations*, Londres, Longman.
Fanon, F. 1961. — *Les damnés de la terre*, reed. 1987, Paris, La Découverte.
Fanon, F. 1967*a*. — *Toward the African revolution : political essays.*
Fanon, F. 1967*b*. — *Peau noire, masques blancs*, reed. 1995, Paris, Éditions du Seuil.
Fanon, F. 1968. — *Sociologie de la révolution*, Paris, Maspero.
FAO. 1955-1958. — *Production yearbook*, Rome, FAO.
FAO. 1961*a*. — *Production yearbook*, Rome, FAO.
FAO. 1961*b*. — *State of food and agriculture*, Rome, FAO.
FAO. 1977. — *State of natural resources aud the human environment for food and agriculture*, Rome, FAO.
FAO. 1982*a*. — *World development report*, Rome, FAO.
FAO. 1982*b*. — *Productiou Yearbook*, Rome, FAO.
FAO. 1983. — *Public expenditure on agriculture*, impressão informatizada, 13 de dezembro, Rome, FAO.
Farris, J. C. 1982. — *Nuba personal art*, Toronto, 1ª ed. Londres, Duckworth, 1972.
Fashole-Luke, E., Gray, R., Hastings, A. e Tasie, G. (org.). 1978. — *Christianity in independent Africa*, Londres, Rex Collings.
Al-Fasj, A. 1954. — *The independence movement in Arab North Africa*, Washington, American Council of Learned Societies.
El Fasi, M. 1967. — *Chants anciens des femmes de Fès*, Paris, Seghers.
Fassassi, M. A. 1978. — *L'architecture en Afrique noire*, Paris, Maspero.
Favoureu, L. 1970. — *L'île Maurice*, Paris, Berger-Levrault.
Faye, C. F 1973. — "L'opinion publique dakaroise, 1940-1944", dissertação, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de Dakar.
Feit, E. 1967. — *African opposition in South Africa : the failure of passive resistance*, Stanford, Hoover Institution Press.
Fernandez, J. 1982. — *Bwiti : an ethnography of the religious imagination in Africa*, Princeton, PUP.
Fernea, R. A. (org.). 1973. — *Nubians in Egypt : a peaceful people*, Austin, University of Texas Press.

Ferreira, E. S. 1974. — *Portuguese colonialism in Africa : the end of an era*, Paris.
Ferreira, M. 1986. — “Portuguese Africa : the new militancy», em: A. S. Gérard (org.), vol. I.
Fetter, B. 1973. — “L’Union minière du Haut-Katanga, 1920-1940 : la naissance d’une sous-culture totalitaire”, Les Cahiers du CEDAF (Bruxelas), 6, pp. 1-40.
Fetter, B. 1976. — *The creation of Elisabethville 1910-1940*, Stanford, Hoover Colonial Studies.
Fieldhouse, D. K. 1986. — *Black Africa 1945-1980 : economic decolonization and arrested development*, Londres/Boston, George Allen and Unwin.
Fig, D. 1984. — “South African interests in Latin America”, em: South Africa Research Service (org.), *South Africa review II*, Joanesburgo, Raven Press, pp. 239-255.
Fiofori, T. 1986*a*. — “History through art”, *West Africa*, 7 de julho, p. 1426.
Fiofori, T. 1986*b*. — “Hope for better nights”, *West Africa*, 17 de novembro, pp. 2404-2405.
Fisher, A. 1984. — *Africa adorned*, Londres, Collins.
Fisseha, G. e Raunig, W. 1985. — *Mensch und Geschichte in Aethiopiens Volksmalerei*, Innsbruck.
Flint, J. 1983. — “The failure of planned decolonization in British Africa”, African Affairs, 82, 328, julho, pp. 389-411.
Flobert, T. 1976. — “Histoire et actualité du mouvement mahorais”, *Revue française d’études politiques africaines*, 121, janeiro, pp. 70-90.
Foltz, W. J. 1973. — “Political boundaries and political competition in tropical Africa”, em: S. N. Eisenstadt e S. Rokkan (org.).
Fondation Louis-de-Brouckerie/Institut Emile-Vandervelde. s.d. — “Le programme colonial en 1937”, em: *Congo, Positions socialistes,* 1885-1960, Bruxelas.
Forde, D. (org.). 1954. — *African worlds : studies in the cosmological ideas and social values of African peoples*, reimp. 1960, Londres, OUP/IAI.
Forrest, T. 1982. — “Brazil and Africa : geopolitics, trade and technology in the South Atlantic”, *African Affairs* (Londres), 81, janeiro, pp. 3-20.
Fortes, M. e Evans-Pritchard, E. E. (org.). 1940. — *African political systems*, Londres, OUP.
Foster, M. 1961. — *Masters of political thought,* vol. I, Londres, George G. Harrap.
Foster, P. 1965. — *Education and social change in Ghana*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
Fosu, K. 1986 — *Twentieth-century art of Africa*, Zaria.
Fouquet,J. 1958. — “La traite des arachides dans le pays de Kaolack et ses conséquences économiques, sociales et juridiques”, Estudos Senegaleses (Dakar e Saint-Louis du Senegal, IFAN), 8, pp. 9-163.
Fourneau, J. e Kravetz L. 1954. — “Le pagne sur la cote de Guinée et au Congo du XV[ème] siecle à nos jours”, Boletim do Instituto de Estudos Centro-africanos, 7-8, pp. 5-22.

Foutchantse, V. 1967. — "Promouvoir une littérature africaine", *Présence africaine*, 67, 3, pp. 124-156.
Fox, L. K. (org.). 1967. — *East African childhood*, Londres, OUP.
Fraginals, M. M. 1984. — *L'Afrique en Amérique latine*, Paris, UNESCO.
Frank, A. G. 1980. — *Crisis in the world economy*, Nova Iorke/Londres, Holmes and Meier Publishers.
Frankel, S. H. 1938. — *Capital investment in Africa : its causes and effects*, Londres, OUP.
Frederick, A., duque de Mecklembourg. 1910. — *In the heart of Africa*, Londres.
Freeman, L., 1984. — "ClDA and agriculture in East and Central Africa", em: J. Barker (org.).
Freeman-Grenville, G. S. P. 1973. — *Chronology of African history*, Londres, OUP.
Freund, B. 1981. — *Capital and labour in the Nigerian tin mines*, Harlow, Longman.
Frobenius, L. 1933. — *Histoire de la civilisation africaine*, trad. H. Back e D. Ermont, Paris, Gallimard.
Froje, J. W. 1989. — *Science and technology in Africa*, Londres, Longman.
Frost, R. 1978. — *Race against time : human relations and politics in Kenya before independence*, Nairóbi, Transafrica.
Fuchs, A. 1985. — "Le théâtre en situation", em: *Littératures d'Afrique australe, l'apartheid, L'Afrique littéraire e artistique*, 75, pp. 93-115.
Fundo Monetário Internacional. 1982. — *Directory of trade statistics*, Washington, FMI.
Furedi, F. 1974. — "The social composition of the Mau-Mau movement in the White Highlands", *Journal of Peasant Studies*, 1,4, pp. 486-505.
Furley, O. W. e Watson, T. 1978. — *A history of education in East Africa*, Nova Iorque, NOK Publishers.
Fyle, C. M. 1981. — *The history of Sierra Leone*, Londres, Evans Brothers.

Gabriel, C. 1978. — *Angola : Le tournant africain ?*, Paris, La Brèche.
Gahama, J. 1983. — *Le Burundi sous administration belge*, Paris, Karthala-CRA.
Galal, S. 1977. — *Pertes de sol dans la vallée du Nil in Uniterra*, Nairóbi.
Galbraith, J. K. 1979. — *Nature of mass poverty*, Cambridge, Mass., HUP.
Galissot, R. 1964. — *Le patronat européen au Maroc*, 1931-1942, Rabat, Éditions techniques nord-africaines.
Galli, R. E. (org.). 1981. — *The political economy of rural development : peasants, international capital and the state*, Albany, State University of Nova Iorque Press.
Galtung, J. 1976. — "The Lome Convention and neo-capitalism", *The African Review*, 6, 1, pp. 33-43.
Galvão, H. e Salvagem, C. 1950-1953. — *O império colonial português*, 4 vol., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade.
Gann, L. H. 1968. — *Burden of empire : an appraisal of western colonialism in Africa south of the Sahara*, Londres, Pall Mall Press.

Garcia, L. 1971. — "L'organisation de l'instruction publique au Dahomey, 1894-1920", *CEA*, 11, pp. 59-100.
Gardet, L. 1977. — "La cité musulmane", *Encyclopaedia Universalis*, vol. x, Paris.
Garrett, R. M. 1984. — Education and development, Nova Iorque, St Martin's Press.
Gaskin, L. J. P. 1965*a*. — *A bibliography of African art*, Londres, IAI.
Gaskin, L. J. P. 1965*b*. — *A select bibliography of music in Africa*, Londres, IAI.
Gatta Gali Ngothe. 1985. — *Tchad, guerre civile et désagregation de l'État*, Paris, Présence africaine.
Gaulle, C. de. 1968. — *Africa Research Bulletin* (Londres), 9, 5, p. 1186.
Gauze, R. 1973. — *The politics of Congo-Brazzaville*, Stanford, Hoover Institution Press.
Gavin, R. J. e Oyemakinde, W. 1980. — "Economic development in Nigeria since 1800", em: O. Ikime (org.).
Geary, C. 1983 — *Les choses du palais*, Wiesbaden, Franz Steiner, Studien zur Kulturkunde, nº 60.
Geertz, C. 1963. — *Old societies and new states*, Glencoe, The Free Press.
Geiss, I. 1974. — *The pan-african movement*, Londres, Methuen.
Gellar, S. 1972. — *State-building and nation-building in West Africa*, Bloomington, International Development Centre, Indiana University.
Gerard, A. S. (org.). 1986. — *European language-writing in sub-Saharan Africa*, vol. I e II, Budapeste, Akadémiai Kiadó.
Gerard-Libois, J. 1964. — *Sécession au Katanga*, Bruxelas, CRISP
Gerhart, G. M. 1979. — *Black power in South Africa : the evolution of an ideology*, Berkeley/Los Angeles, UCP
Gertzel, C. 1976. — "Kingdom, districts and the unitary state : Uganda 1945-1962", em: D. A. Low e A. Smith (org.), pp. 65-106.
Gertzel, C., Goldschmidt, M. e Rothchild, D. (org.). 1972. — *Government and politics in Kenya*, Nairóbi, EAPH.
*Ghana Today***. 1964. —** Vol. VIII, 21, 16 de dezembro.
Gharbi, S. 1981. — "OUA/CEA : deux demi-sœurs rivales", *Jeune Afrique*, 1072, 22 de julho, pp. 28-30.
Gibson, R. 1972. — *African liberation movements : comtemporary struggles against white minority rule*, Londres, OUP
Gifford, P. 1982. — "Misconceived dominion : the creation and disintegration of federation in British Central Africa", em: P. Gifford e W. R. Louis (org.).
Gifford P. e Louis, W. R. (org.). 1982. — *The transfer of power in Africa : decolonization, 1940-1960*, New Haven, YUP.
Gifford P. et Louis, W. R. (org.). 1988. — *The transfer of power in Africa, 1956-1980*, New Haven, YUP.
Gilbert, M. 1981. — "Ewe funerary sculpture", *African Arts*, 14,4, pp. 44-47 e 88.
Gilbert, O. P. 1947. — *L'empire du silence : Congo 1946*, Bruxelas, La Renaissance du Livre.

Gilkes, P. 1975. — *The dying lion : feudalism and modernization in Ethiopia*, Londres, Julian Friedman.
Gillon, W. 1984. — *A short history of African art*, Harmondsworth, Viking.
Glaze, A. 1972. — "Senufo graphic arts", *Bashiru*, 4, pp. 37-46.
Glele, M. 1981. — *Religion, culture et politique en Afrique noire*, Paris, Economica.
Goldsworthy, D. 1971. — *Colonial issues in British politics*, 1945-1961, Oxford, Clarendon Press.
Gonidec, P.-F. 1983. — "Esquisse d'une typologie des régimes politiques africains", em: *Les pouvoirs africains*, *Pouvoirs*, 25, pp. 63-79.
Goodrich, L. M. 1970. — "Foreword", em: D. A. Kay, *The new nations in the United Nations, 1960-1967*, Nova Iorque/Londres, Columbia University Press, Columbia University Studies and International Organization Series, nº 8, p. vii.
Goody, J. 1973. — "Uniqueness in the cultural conditions for political development in Black Africa", em: S. N. Eisenstadt e S. Rokkan (org.), vol. II.
Gordon, G. C. 1966. — *The passing of French Algeria*, Oxford, OUP.
Gorer, G. 1945. — *Africa dances*, 2ª ed., Londres, Lehmann.
Governo da Costa do Marfim. 1967. — *Perspectives décennales de développement économique, social et culturel*, 1960-1970, Abidjan, Ministério do planejamento.
Governo da Costa do Marfim. 1976. — *La Côte d'Ivoire en chiffres*, Dakar, Société africaine d'édition.
Governo de Gana. 1964. — *Ghana seven-year Development Plan*, 1963/64-1969/70, Accra.
Governo de Madagascar. 1964. — *Plan quinquennal 1964-1968*, Antananarivo.
Governo do Mali. s. d. — *Rapport sur le plan quinquennal de développement économique et social de la République du Mali 1961-1965*, Bamako.
Governo da Tunísia. 1962. — Perspectives *décennales de développement 1962-71*, Túnis.
Gran, G. 1983. — "From the official future to a participatory future : re-thinking development policy and practice in rural Zambia", *Africa today*, 30, 4, pp. 5-22.
Grange, D. 1974. — "Structure et techniques d'une propagande : les émissions de Radio-Bari", *Relations internationales*, 2, novembro, pp. 165-185.
Grange, D. 1976. — "La propagande de Radio-Bari, 1937-1939", *Relations internationales*, 5, primavera, pp. 65-103.
Green, R. H. 1977. — *Toward socialism and self-reliance : Tanzania striving for sustained transition projected*, Uppsala, Instituto Escandinavo de Estudos Africanos.
Green, R. H., Kiljunen, M. e Kiljunen, K. (org.). 1981. — *Namibia : the last colony*, Londres, Longman.
Green, R. J. e Seidman, A. 1968. — *Unity of poverty : the economics of pan-africanism*, Baltimore, Penguin Books.
Greenberg, J. H. 1966. — *The languages of Africa*, Bloomington, lndiania University Research Center in Anthropology, Folklore and Linguistics, publicação nº 25.

Greenfield, R. 1965. — *Ethiopia : a new political history*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.

Griaule, M. e Dieterlen, G. 1954. — “The Dogon of the French Sudan”, em: D. Forde (org.), pp. 83-110.

Griffin, K. 1974. — *The political economy of agrarian change : an essay on the green revolution*, Londres, Macmillan.

Griffin, K. 1979. — “Underdevelopment in theory”, em: C. K. Wilber (org.), pp. 23-33.

Griffiths, I. L. L. 1989. — *An atlas of African affairs*, Nova Iorque/Londres, Chapman and Hall/Routledge; 1ª ed., 1984, Methuen & Co ; ed. rev., 1985, Methuen & Co em associação com Methuen Inc.

Grigg, D. 1970. — *The harsh Land : a study in agricultural development*, Londres/Nova Iorque, Macmillan/St Martin’s Press.

Grillo, Y.A. e Highet, J. 1968. — “Appreciations of ldubor”, *African Arts*, 2, 1, pp. 33-35.

Gromyko, A. A. 1967. — “Soviet foreign policy in Africa”, *International Affairs*, setembro.

Gromyko, A. A. (org.). 1984. — *The October Revolution and Africa*, Moscou, Progress Publishers.

Grove, A. T. 1974. — “Desertification in the African environment”, *African Affairs*, 73, 291, abril, pp. 137-152.

Guedez, J. M. R. 1985. — Bibliografia Afrovenezolana, Caracas, Venezuela.

Guégan, D. 1983. — *Enseignement et mathématiques en langues africaines*, Paris, ACCT.

Guérin du Marteray, C. 1977. — “Une colonie pendant la guerre ou les origines d’une révolte : Madagascar, 1939-1947”, tese não publicada, Nice.

Gugler, J. e Flanagan, W. G. 1978. — *Urbanization and social change in West Africa*, Londres, CUP.

Guralnik, D. B. (org.). 1970. — *Websters new world dictionary*, vol. II, Nova Iorque, The World Publishing Company.

Guthrie, M. 1948. — The classification of Bantu languages, Londres, OUP.

Gutkind, P. C. W. e Wallerstein, I. (org.). 1976. — *The political economy of contemporary Africa*, vol. I, Beverly Hills/Londres, Sage.

P. C. W. Gurkind e P. Waterman (org.). 1977. — *African social studies : a radical reader*, Nova Iorque/Londres, Monthly Review Press

Gwanga, J. e Miller, E. J. 1971. — *The world of African song : Miriam Makeba*, Chicago.

Habte, A. 1969. — *A look forward : a special report from the president*, Addis-Abeba, Hailé Sélassié I University Press.

El Hadjdj Badara, D. 1979. — “Le Centre Bopp à Dakar, Sénégal : modèle d’une collaboration chrétienne-islamique”, em: *La contribution du christianisme et de l’islam et la formation d’États indépendants en Afrique au sud du Sahara*, textos e documentos do Simpósio sobre a África, Bonn-Bad Godesberg, 2-4 de maio de 1979, Tübingen.

Hadjor, K. 1987. — *On the brink : nuclear proliferation and the Third World*, Londres, Third World Communications.

Haezen, G. 1960. — "De troubadours van koning Boudewijn", *Band*, 19, 2-3, pp. 61-65.

Haffner, P. 1978. — *Essai sur le fondement du cinéma africain*, Abidjan/Dakar, NEA.

Hafkin, N.J. e Bay, E. G. (org.). 1976. — Women in Africa : studies in social and economic change, Stanford, Stanford University Press.

Hailey, lord Malcom. 1936. — "Nationalism in Africa", *Journal of the Royal African Society*, XXVI, 143, abril, pp. 134-149.

Hailey, lord Malcom. 1938. — *An African survey : a study in problems arising in Africa south of the Sahara*, Londres, OUP.

Hailey, lord Malcom. 1951. — *Native administration in the British African territories*, Londres, HMSO.

Hailey, lord Malcom. 1957. — *An African survey : a study in problems arising in Africa south of the Sahara*, Londres, OUP.

Haim, S. G. 1962. — *Arab nationalism : an anthology*, Berkeley/Los Angeles, UCP.

Halfani, M. S. e Barker, J. 1984. — "Agribusiness and agrarian change", em: J. Barker (org.), pp. 35-65.

Hall, K. e Blake, B. W. 1979. — *"The emergence of the African, Caribbean and Pacific group of states : an aspect of African and Caribbean cooperation"*, African Studies Review (Los Angeles), 22, 2, setembro, pp. 11-123.

Hamilton, V. 1988. — *In the beginning*, Nova Iorque/Londres, Harcourt Brace Jovanovich.

Hampaté Bâ, A. 1972. — "Les religions traditionnelles comme source de valeurs de civilisation", *Présence africaine*.

Handler, B. 1970. — "South Africa Atlantic Pact rumored", *Washington Post*, 17 de fevereiro.

Hanna, S. A. e Gardner, G. H. 1969. — *Arab socialism : a documentary survey*, Leyde, Brill.

Hanson, J. W. 1973. — *Imagination and hallucination in African education*, East Lansing, Michigan State University.

Haq, K. (org.). 1980. — *Dialogue for a new order*, Nova Iorque, Pergamon Press.

El-Hareir, I. S. 1985. — *"L'Afrique du Nord et la seconde guerre mondiale "*, em: UNESCO, 1985*b*, pp. 29-39.

Hargreaves, J. P. 1979. — *The end of colonial rule in West Africa : essays in contemporary Africa*, Londres, Macmillan.

Hargreaves, J. P. 1985. — "Review of *The Cambridge history of Africa*, vol. VIII", *JAH*, 26.

Harper, P. 1969. — "Dance in Nigeria", *Présence africaine*, 70, 2, pp. 163-171.

Harris, J. E. 1971. — *The African presence in Asia : consequences of the East African slave trade*, Evanston, Northwestern University Press.

Harris, J. E. 1974. — *Pillars in Ethiopian history : William Leo Hansberry African history notebook*, Washington, Howard University Press.

Harris, J. E. 1982*a*. — Artigo no *The East African Standard* (Nairóbi), 14 de julho.

Harris, J. E. (org.) 1982*b*. — *Global dimensions of the African diaspora*, Washington, Howard University Press.

Harrison-Church, R. S., Clarke, J. I.,Clarke, P. J. H. e Henderson, H. J. R. 1971. — *Africa and its islands*, 3ª ed., Londres, Longman.

Hartland-Rowe, M. 1985. — "The textile prints of the Phutadikobo Museum", *African Arts*, 18, 3, pp. 84-86.

Hastings, A. 1979. — *A history of African christianity*, Cambridge, CUP.

Hay, M. J. 1976. — "Luo women and economic change during the colonial period", em: N. J. Hafkin e E. G. Bay (org.), pp. 87-111.

Hecht, D. 1979. — "Malerei in Aethiopien", em: U. Eckardt e G. Sievernich (org.).

Helleiner, G. K. 1966. — *Peasant agriculture, govemment, and economic growth in Nigeria*, Homewood, Richard D. Irwin.

Helleiner, G. K. 1972. — "Beyond growth rates and plan volumes - planning for Africa in the 1970s", *Journal of Modern African Studies*, 10, 3 pp. 33-55

Hennebelle, G. 1972. — Les cinémas africains, Paris, Société africaine d'édition.

Hennebelle, G. e Ruelle, C. 1978. — *Dictionnaire des cinéastes d'Afrique noire*, Paris.

Herold, E. 1983. — "On some problems of the modern art of the Makonde people", *Annals of the Napstrek Museum* (Praga), pp. 91-109.

Herskovits, M. J. 1963. — *The human factor in changing Africa*, Londres, Routledge and Kegan Paul.

Herzog, J. 1979. — "La politique extérieure des dirigeants somalis", *Revue française d'histoire politique africaine*, 165-166.

Heseltine, N. 1971. — *Madagascar*, Londres, Pall Mall Press.

Heyer, J., Maitha, J. K. e Senga, W. M. (org.). 1976. — *Agricultural development in Kenya : an economic assessment*, Nairóbi, OUP.

Heyer, J., Roberts, P. e Williams, G. (org.). 1981. — *Rural development in tropical Africa*, Nova Iorque/Londres, St Martin's Press/Macmillan.

Heyse, T. 1950. — *Bibliographie du Congo belge et du Ruanda-Urundi (1939-49) : beaux arts, urbanisme, arts indigènes, cinéma*, Bruxelas, Cahiers belges et congolais, 11.

Hill, C. R. 1964. — *Bantustans : the fragmentation of South Africa*, Londres, OUP.

Hill, P. 1970. — *Studies in rural capitalism in West Africa*, Cambridge, CUP.

Hinderink, J. e Sterkenburg, J.J. 1983. — "Agricultural policy and production in Africa : the aims, the methods, and the means", *The Joumal of Modern African Studies*, 21, 1, março, pp. 1-23

Hiskett, M. 1974. — "Traditional islamic and modern western education in tropical Africa : the problems of integration", *World Development*, 2, pp. 41-43.

Hodgkin, T e Schachter, R. 1960. — "French-speaking West Africa in transition", *International Conciliation*, 528.

Hodgkins, T. 1961. — *African Political : an introductory guide*, Harmondsworth, Penguin Books.
Hoffher, K. 1939. — *La politique commerciale de la France*, Paris.
Hoffman, H. 1982. — "Towards Africa ? Brazil and the South-South trade", em: J. Carlsson (org.), pp. 55-77.
Hogendorn, J. S. e Scott, K. M. 1981. — "The East African Groundnut Scheme : lessons of a large-scale agricultural failure", *African Economic History*, 10, pp. 81-115.
Holbrook, W. P. 1985. — "British propaganda and the mobilisation of the Gold Coast war effort, 1930 1945", *JAH*, 26, 4, pp. 347-361.
Holt, P. M. 1961. — *A modern history of the Sudan*, 2ª ed. 1967, Londres, Weidenfeld and Nicolson.
Homburger, L. 1941. — *Les langues africaines et les peuples qui les parlent*, Paris, Payor.
Hommel, M. 1962. — "South African theatre", *The New African*, 1, 11, pp. 13-14.
Hooker, N. W. 1970. — "Popular musicians in Freetown", *African Urban Notes*, 5, 4, pp. 11-17.
Hopkins, A. G. 1973. — *An economic history of West Africa*, Londres, Longman.
Hopkins, . S. 1971. — "Persuasion and satire in the Malian theatre", *Africa*, 42, 3, pp. 217-228.
Houbert, J. 1980. — "Reunion : Part I, French decolonization in the Mascareignes and Reunion" ; "Part II, The politics of departmentalization", *Journal of Commonwealth and Comparative Politics*, 18, 2, pp. 145-172, e 18, 3, pp. 325-348.
Houghton, D. H. 1971. — "Economic development, 1865-1965", em: M. Wilson e I. Thompson (org.), vol. II.
Houis, M. 1971. — *Anthropologie linguistique de l'Afrique noire*, Paris, PUF.
Houis, M. e Bole-Richard, R. 1977. — *Intégration des langues africaines dans une politique d'enseignement*, Paris, UNESCO/ACCT
Houis, M., Rodegem, F., Dieu, M. e Polak, L. 1980. — *Éléments de recherche sur les langues africaines*, Paris, ACCT
Howe, J. 1986. — "Fela rampant", *West Africa*, 3593, 14 de julho, p. 1475.
Huggins, W. N. e Jackson, J. G. 1935. — *The Afro-American* (Baltimore), 27 de julho.
Huggins, W. N. e Jackson, J. G. 1937. — *An introduction to African civilization*, Nova Iorque, Negro Universities Press.
Huggins, W. N. e Jackson, J. G. s. d. — *The Friends of Ethiopia*, Nova Iorque.
Hulstaert, G. 1953. — "Theatre Nkundo", *Aequatoria*, 16, 4, pp. 142-146.
Hunter, G. 1964. — *The new societies of tropical Africa : a seledive study*, Nova Iorque, Praeger.
Huntington, S. 1968. — *Political order in changing societies*, New Haven, YUP.
Huṣaynī, I. M. 1952. — *Al-Ikhwan al-Muslimin*, Beyrouth, Dar al-Beirut.
Hyde, G. D. M. 1978. — *Education in modern Egypt : ideals and realities*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
Hyden, G. 1983. — *No short cuts to progress*, Berkeley/Los Angeles, UCP.

Ibrahim, S. E. 1988. — "Egypt's islamic activism in the 1980s", *Third World Quarterly*, 10, 2, abril.

Ignatiev, O. 1975. — *Amilcar Cabral, filho de África*, Lisboa, Seara Nova.

Ike, V. C. 1976. — *University development in Africa : the Nigerian experience*, Ibadan, OUP.

Ikime, O. (org.) 1979. — *Twentieth anniversary history of W.N.T.V.*, Ibadan, Heinemann.

Ikime, O. 1980. — *Groundwork of Nigerian history*, Ibadan, Heinemann.

Ikoku, S. 1971. — *Le Ghana de Nkrumah*, Paris, Maspero.

Iliffe, J. 1979. — *A modern history of Tanganyika*, Cambridge, CUP.

Imbakom Qale-Wold. 1970. — *Traditional Ethiopian church education*, Nova Iorque, Columbia University Teachers College Press.

Imperato, P. J. 1971. — "Contemporary adapted dances of the Dogon", *African Arts*, 5, 1, pp. 28-33 e 68.

Indian Council for Africa. 1967. — *India and Africa : perspectives of cooperation*, Nova Déli, Indian Council of Africa.

Indian National Congress. 1976. — *India and the African liberation struggle*, Nova Déli, Indian National Congress.

Inkeles, A. e Holsinger D. H. 1974. — *Education and individual modernity in developing countries*, Leyde, Brill.

International Affairs **(Moscou). 1963. —** "The choice before Nigeria".

International Institute for Labour Studies for OAU 1981. — *Lagos Plan of action for the economic development of Africa 1980-2000*, Genebra, IILS.

Ismael, T. Y. 1971. — *The UAR in Africa : Egypt's policy under Nasser*, Evanston, Northwestern University Press.

Issawi, C. 1963. — *Egypt in Revolution : An economic analysis*, Londres/Nova Iorque, OUP.

Issawi, C. 1982. — *An economic history of the Middle East and North Africa*, Londres, CUP.

Italiaander, R. 1937. — *Neue Kunst in Afrika*, Mannheim, Bibliographisches Institut AG.

Iyandza-Lopoloko. 1961. — *Bobongo : danse renommée des Ekonda*, Tervuren, Museu Real da África Central, Arquivos de etnografia, nº 4.

Jabavu, D. D. T. 1920. — *The black problem : papers and addresses on various native problems*, Lovedale, Lovedale Press.

Jackson, J. G. 1970. — *Introduction to African civilizations*, Secaucus, The Citadel Press.

Jaipal, R. 1983. — *Non-Alignment : Origins, growth and potential for world peace*, Nova Déli, Allied Publishers.

Jalloh, A. 1976. — "Regional integration in Africa : lessons from the past and prospects for the future ", *Africa Development*, 2, 2, pp. 44-58.

Jankowitsch, O. e Sauvant, K. 1980. — "The initiating role of the non-alignment countries", em: K. Sauvant (org.), *Changing priorities on the international agenda : the new international economic order*, Oxford, Pergamon Press, pp. 41-78.

Jans, P. 1960. — "Godsdienstige muzick voor inlanders in the apostolisch vicariaat ban Coquilhatstad", *Band*, 19, 2-3, pp. 66-82.

Jansen, G. H. 1966. — *Non-Alignment and the Afro-Asian states*, Nova Iorque, Praeger.

Japhet, K. e Japhet, S. 1967. — *The Meru land case*, Nairóbi, EAPH.

Jaritz, H. 1973. — "Notes on Nubian architecture and architectural drawings", em: R. A. Fernea (org.), pp. 49-60.

Jewsiewicki, B. 1976. — "La contestation sociale et la naissance du prolétariat au Zaïre au cours de la première moitié du XX[ème] siècle", *Revue canadienne des études africaines* (Montreal), 10, 1, pp. 47-71.

Jewsiewicki, B. 1977. — "Unequal development : capitalism and the Katanga economy, 1914-40", em: R. Palmer e N. Parsons (org.), pp. 317-345.

Jewsiewicki, B. (org.). 1984. — *États indépendants du Congo, Congo belge, République démocratique du Congo, République du Zaïre*, Québec.

Jewsiewicki, B. 1986. — "Collective memory and the stakes of power : a reading of popular Zairian historical discourses ", *History in Africa*, 13, pp. 195-223.

Johnson, W. R. 1983. — "The role of the Arab Bank for Economic Development in Africa", *Journal of Modern African Studies*, 21, 4, dezembro, pp. 625-644.

Jorgensen, J. J. 1981. — *Uganda : A modern history*, Londres, Croom Helm.

Joseph, R. A. 1974. — "Settlers, strikers and 'sans-travail' : the Douala riots of 1945", *JAH*, 15, 4, pp. 669-687.

Joseph, R. A. 1977. — *Radical nationalism in Cameroon : social origins of the UPC rebellion*, Oxford, Clarendon Press.

Journal of African History. **1985. —** "World War II and Africa", 26, 4.

Jules-Rosette, B. 1984. — *The messages of tourist arts : an African semiotic system in comparative perspective*, Nova Iorque/Londres, Plenum Press.

Julien, C.A. (org.). 1977. — *Les Africains*, Paris, Jeune Afrique.

Julien, C.A. 1978. — *Le Maroc face aux impérialismes 1415-1956*, Paris, Jeune Afrique.

Kaba, L. 1974. — *The Wahabiyya : islamic reform and politics in French West Africa*, Evanston, Northwestern University Press.

Kadalie, C. 1971. — *My life and the ICU*, Londres, Frank Casso

Kaddache, M. s. d. — *Histoire du nationalisme algérien*, 2 vol., Argel, SNED.

Kaddache, M. 1970. — *La vie politique en Algérie de 1919 à 1939*, Argel, SNED.

El-Kadhafi, M. 1977-1980. — *Le Livre vert*, trad. francesa, 3 vol., Paris, Cujas, original 1976-1979.

Kadima-Nzuji. 1981. — "La littérature au Zaïre : C. Le théâtre", *Zaïre-Afrique*, 153, pp. 161-169.

Kagame, A. 1956. — *La philosophie bantou-rwandaise de l'être*, Bruxelas, Academia Real de Ciências Coloniais.

Kahin, G. M. 1956. — *The Asian-African Conference, Bandung, Indonesia*, *April 1955*, Ithaca, Cornell University Press.

Kaké, I. B. e M'Bokolo, E. 1979. — *Résistance et messianismes : l'Afrique centrale au XIXème et au XXème siècle*, Paris, Afrique Biblio Club.

Kala-Lobe, H. 1982. — "*Music in Cameroun*", West Africa, 3405, 8 de novembro, pp. 2881-2882.

Kalck, P. 1959. — *Réalités oubanguiennes*, Paris, Berger-Levrault.

Kalck, P. 1973. — *Histoire centrafricaine des origines à nos jours*, Lille, Service de reproductions, Universidade de Lille.

Kalck, P. 1974. — *Histoire de la République centrafricaine*, Paris, Berger-Levrault.

Kalck, P. 1977. — "Boganda, tribun et visionnaire de l'Afrique centrale", em: C. A. Julien (org.), vol. III, pp. 105-137.

Kamarck, A. M. 1972. — *The economics of African development*, ed. rev., Nova Iorque, Praeger.

Kandt, R. 1905. — *Caput Nili*, Berlin.

Kane, C. A. 1962. — *L'aventure ambiguë*; Paris, Julliard.

Kannyo, E. 1982. — "The Latin balancing act", *Africa Report*, 27, 4, julho-agosto, pp. 52-59.

Kannyo, E. 1984. — "The Banjul Charter on human and peoples' rights : genesis and political background ", em: C. E. Welch Jr. e R. I. Meltzer (org.), pp. 128-176.

Kanogo, T. 1987. — *Squatters and the roots of Mau Mau*, Londres, James Currey.

Kanza Matongo. 1972. — *Musique zaïroise moderne (situation actuelle et perspective d'avenir)*, Kinshasa.

Kapcia, A. M. 1979. — "Cuba's African involvement : a new perspective", *Survey* (Londres), 24, 2, primavera, pp. 142-159.

Karabel, J. e Halsey, A. H. 1972. — *Power and ideology in education*, Nova Iorque, OUP.

Kariara, J. 1965. — "The Dream of Africa", em: D. Cook (org.).

Karis, T. e Carter, G. M. 1977. — *From protest to challenge : a documentary history of African politics in South Africa 1882-1964*, vol.I-IV, Stanford, Hoover Institution Press.

Karugire, S. 1980. — *A political history of Uganda*, Nairóbi, Heinemann.

Kassab, A. 1976. — *Histoire de la Tunisie : l'époque contemporaine*, Túnis, STD.

Kaunda, K. e Morris, C. 1960. — *Black government : a discussion between Colin Morris and Kenneth Kaunda*, Lusaka, United Society for Christian Literature.

Kay, D. 1970. — *The new nations in the United Nations, 1960-1967*, Nova Iorque, Columbia University Press.

Kay, G. 1965. — *Changing patterns of settlement and land use in eastern province of Northern Rhodesia*, Hull, Universidade de Hull, Occasional Papers in Geography, nº 2.

Kay, S. 1978. — "Peter Nzuki : calabash carver of Kenya", *African Arts*, 12, 1, pp. 40-41 e 108.

Kazadi wa Mukuna. 1980. — *Readings in African urban music*, East Lansing, Michigan State University, African Urban Studies, nº 6.

Kazadi, F. S. B. 1978. — "Mobutu, MPR and the politics of survival", *Africa Report*, 23, 1, janeiro, pp. 11-16.

Keatley, P. 1963. — *The politics of partnership*, Londres, Penguin Books.

Keesing's Contemporary Archives : Record of World Evmts (Bristol). 1986.32, 11, novembro.

Keita, F. 1957. — "La danse africaine et la scène", *Présence africaine*, 14-15, pp. 202-209.

Kennedy, J. 1985. — *New forms in a landscape : African artists in a generation of change*, Washington.

Kenya Historical Review. **1977. —** 5, 2, edição especial sobre os Mau Mau.

Kenyatta, J. 1973. — *Au pied du mont Kenya*, trad. P. Balta e G. Marcou, Paris, Maspero, original : *Facing mount Kenya*, 1938.

Keya, T. 1981. — *The South African film industry*, 2ª ed., Joanesburgo.

Kgarebe, A. 1981. — *SADCC 2-Maputo : the proceedings of the Second Southern African Development Coordination Conference held in Maputo, People's Republic of Mozambique on 17/18 November 1980*, SADCC Liaison Committee.

Khadduri, M. 1963. — *Modern Libya : a study in political development*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.

Khadduri, M. 1970. — Political trends in the Arab world : the role of ideas and ideals in politics, Baltimore, Johns Hopkins University Press.

Khalidi, I. R. 1956. — Constitutional development in Libya, Beyrouth, Khayat.

El-Khawas, M. 1971. — "The Third World stance on apartheid : the UN record", *Journal of Modern African Studies*, 9, 3, outubro, pp. 443-452.

Kiggundu, I. 1984. — *A planned approach to a common market in developing countries*, Nairóbi, Coign Publications.

Kilby, P. 1969. — *Industrialization in an open economy : Nigeria 1945-1966*, Cambridge, CUP.

Kilby, P. 1975. — "Manufacturing in colonial Africa", em: P. Duignan e L. H. Gann (org.), vol. IV.

Killingray, D. e Rathbone, R. (org.). 1986. — *Africa and the Second World War*, Londres, Macmillan Press.

Kimble, G. H. T. 1960. — *Tropical Africa; vol. I, Land and livelihood*, Nova Iorque, The Twentieth Century Fund.

Kimche, D. 1968. — "Black Africa and the Afro-Asian peoples solidarity movement", *Asian and African Studies* (Jerusalém), 4, pp. 107-136.

Kimche, D. 1973. — *The Afro-Asian movement : ideology and foreign policy in the Third World*, Jerusalém, Israel University Press.

King, K. (org.). 1971. — *Pan-Africanism and education*, Londres, OUP.

King, K. (org.). 1976. — *Education and the community in Africa*, Edimburgo, Universidade de Edimburgo, Centro de Estudos Africanos.

King, K. 1984. — *Education, science and technology research in eastern Africa : a discussion*, Edimbourg, Universidade de Edimburgo, Centro de Estudos Africanos, Occasional Paper, nº 3.

Kinney, E. S. 1970. — "*Urban West African music and dance*", African Urban Notes, 5, 4, pp. 3-10.

Kinyongo, J. 1974. — "Philosophie en Afrique : une existence", *African Philosophical Journal*, 3-4, pp. 205-211.

Kipling, R. 1903. — *If*. Trad. em A. Maurois, *Les silences du colonel Gramble*, Paris, Grasset, 1950.

Kipré, P. 1985. — *Villes de Côte d'Ivoire*, 1893-1940, 2 vol., Dakar, NEA.

Kirby, P. R. 1964. — "The changing faces of African music south of the equator", em: *Essays on music and history in Africa and Asia*, parte II, Africa, Londres.

Kitching, G. 1980. — *Class and economic change in Kenya : the making of an African petite bourgeoisie*, 1905-1970, New Haven, YUP.

Kiyaga-Mulindwa, D. 1984. — "The Bechuanaland Protectorate and the Second World War", *Journal of Imperial and Commonwealth History*, 12, 3, pp. 33-53.

Ki-Zerbo, J. 1972. — *Histoire de l'Afrique noire*, Paris, Hatier.

Ki-Zerbo, J. (org.). 1980. — *Méthodologie et préhistoire africaine, História Geral da África*, vol. I, Paris, Jeune Afrique/Stock/UNESCO.

Klein, M. 1968. — Islam and imperialism in Senegal, Stanford/Edimburgo.

Klein, M. A. 1980. — *Peasants in Africa : historical and contemporary perspectives*, Beveriy Hills/Londres, Sage.

Kokole, O. H. 1981. — "Stabex anatomised", *Third World Quarterly*, 3, 3, julho, pp. 441-460.

Kokole, O. H. 1984. — "The islamic factor in African-Arab relations", *Third World Quarterly*, 6, 3, julho, pp. 687-702.

Kom, D. 1971. — *Le Cameroun : essai d'analyse économique et politique*, Paris, Éditions sociales.

Koriey, N. L. 1986. — "A pan-African orchestra", *West Africa*, 3574, 3 de março; pp. 465-467.

Kothari, R. 1973. — "The confrontation of theories with national realities : report on an international conference", em: S. N. Eisenstadt e S. Rokkan (org.).

Kouassi, E. K. 1983. — "Le rôle de l'Afrique dans le développement du droit international en Afrique", em: UNESCO, 1983.

Kouassi, E. K. 1987. — *Le rôle de l'Afrique dans le développement du droit international en Afrique*, Paris, Berger-Levrault.

Kubik, G. 1966. — "La situation de la musique et des arts appliqués en Afrique", *Afrika*, 7, 2, pp. 11-13.

Kubik, G. 1981. — "Neo-traditional popular music in East Africa since 1945", em: I. R. Middleton e D. Horn (org.), vol. I.

Kum'a N'Dumbe III, A. 1980. — Hitler voulait l'Afrique, Paris, L'Harmattan.

Kuper, H. 1978. — *Sobhuza II, ngwenyama and king of Swaziland*, Londres, Duckworth.
Kuper, L. e Smith, M. G. (org.).1971. — *Pluralism in Africa*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
Kwabena Nketia, J. H. 1957. — "Modern trends in Ghana music", *African Music*, 1,4, pp. 13-17.
Kwabena Nketia, J. H. 1965. — *Ghana : music, dance and drama*, Accra.
Kwabena Nketia, J. H. 1967. — "The language problem and the African personality", Présence africaine, 67, 3, pp. 157-172.
Kwabena Nketia, J. H. 1975. — *The Music of Africa*, Londres, Gollancz.
Kwabena Nketia, J. H. 1978. — "Tradition and innovation in African music", *Jamaica Journal*, 11, 3, pp. 3-9.
Kyle, K. 19640. — "Gideon's Voice", *The Spectator* (Londres), 7 de fevereiro.
Kyle, K. 1964b. — "How it happened", *The Spectator* (Londres), 14 de fevereiro.

La Conférence africaine française. — 1944, Brazzaville, Éditions du Baobab.
La nouvelle génération de l'immigration maghrebine, essai d'analyse sociologique. — 1982, Paris.
La-Anyane, S. 1970 e 1971. — "Some barriers to rural and agricultural progress in West Africa", *Ghana Journal of Sociology*, 6, 2, e 7, 1, pp. 3-13.
Labinjoh, J. 1982. — "Fela Anikulapo-Kuti : protest music and social processes in Nigeria", *Journal of Black Studies*, 13, 1, pp. 119-135.
Labouret, H. 1937. — *Le Cameroun*, Paris, Hartmann.
Labouret, H. 1941. — *Paysans d'Afrique occidentale*, Paris, Gallimard.
Lacheraf, M. 1963. — *L'Algérie, nation et société*, Paris, Maspero.
Lacouture, I. e Lacouture, S. 1962. — *L'Égypte en mouvement*, Paris, Éditions du Seuil.
Lacroix, J.-L. 1966. — *Industrialisation au Congo : la transformation des structures économiques*, Paris/La Haye, Mouton.
Lamb, D. s. d. — "Russia in Somalia : they helped to develop", *Los Angeles Times*.
Langdon, S. 1986. — "Industrial dependence and export manufacturing in Kenya", em: J. Ravenhill (org.), pp. 181-213.
Langdon, S. e Mytelka, L. K. 1979. — "Africa in the changing world economy", em: C. Legum, L. Mytelka, I. W. Zartman e S. Langdon (org.), *Africa in the 1980s : a continent in crisis*, Nova Iorque, McGraw-Hili, pp. 128-213.
Lange, O. 1985. — *Ifa and computer science*, discurso inaugural, Universidade de Ibadan.
Langley, A. 1973. — *Pan-Africanism and nationalism in West Africa 1900-1945*, Oxford, Clarendon Press.
Langley, J. A. 1975. — Pan-*Africanism and nationalism in West Africa 1900-1945 : a study in ideology and social classes*, Londres, OUP
Laporte, R. B. 1982. — "A lesser-known chapter of the African *diaspora* : West Indians in Costa Rica, Central America", em: J. E. Harris (org.), 1982*b*, pp. 219-239.

Larkin, B. 1971. — *China and Africa, 1949-1970*, Berkeley/Los Angeles, UCP.

Laroui, A. 1967. — *L'idéologie arabe contemporaine*, Paris, Maspero.

Last, M. e Chavunduka, G. L. 1986. — *The professionalization of traditional medicine*, Manchester, Manchester University Press, IAI International Seminar.

Lawrence, A. 1965. — *Chinese foreign relations since 1949*, Londres/Boswn, Routledge and Kegan Paul.

Lawrence, H. G. 1962. — "African explorers of the New World", *The Crisis* (orgão da NAACP, Estados-Unidos da América), junho-julho, pp. 2-4.

Laya, D. (org.). 1972. — *La tradition orale : méthodologie et sources de l'histoire africaine*, Niamey, CRDTO.

Le Cacheux, P. s. d. — "Les prospectives de l'avenir industriel des colonies", Arquivos Nacionais da França, Seção *outre-mer*, assuntos econômicos.

Le Plan d'action de Lagos pour le développement économique de l'Afrique (1985) : — contribution africaine au nouvel ordre économique international, em: *Mélanges Gonidec*, Paris, LGDI.

Le Tourneau, R. 1962. — *Évolution politique de l'Afrique du Nord musulmane 1920-1961*, Paris, Armand Colin.

Le Vine, V. 1975. — *Political corruption : the Ghana case*, Stanford, Hoover Institution Press.

Le Vine, V. T. e Luke, T. W. 1979. — *The Arab-African connection : political and economic realities*, Boulder, Westview Press.

Lebeuf, J.-P. 1956. — "L'école des peintres de Poto-Poto", *Africa*, 26,1, pp. 277-280.

Lederer, A. 1983. — "Les transports au Congo pendant la seconde guerre mondiale", em: Academia Real de Ciências do Além-mar, 1983, pp. 131-213.

Leferink, J. R. 1985. — "Les églises indépendantes du Ghana", *Pro Mundi Vita* (Bruxelas), 32, 1.

Lefort, R. 1981. — *Éthiopie, la révolution hérétique*, Paris, Maspero.

Legum, C. 1963. — "Somali liberation songs", *The Journal of Modern African Studies*, 1, 4, dezembro, pp. 503-519.

Legum, C. 1977. — "The Afro-Arab Summit 1977", em: C. Legum (org.), *Africa contemporary record : annual survey and documents*, *1976-1977*, vol. VI, Londres, Rex Collings, 1ª ed. 1974, A96-A107.

Legvold, R. 1970. — *Soviet policy towards West Africa*, Harvard, HUP.

Leiris, M. e Delange, J. 1967. — *Afrique noire : la création plastique*, Paris, Gallimard.

Lelong, M. H. 1946. — *Mes frères au Congo*, Argel.

Leloup, J. 1983. — "La naissance du théâtre en Afrique : théâtre traditionnel ou préthéâtre ?", *Recherche, pédagogie et culture*, 61, pp. 89-100.

Lemarchand, R. 1970. — Rwanda and Burundi, Londres, Pall Mall Press.

Lemarchand, R. (org.). 1981. — American policy in southern Africa, Washington, University of America Press.

Lempert, L. O. 1968. — *A history of Africa, 1918-1967*, Academia Soviética de Ciências, Instituto da África, Moscou, Nauka.
Lengyel, E. 1957. — *Egypt's role in world affairs*, Washington, Public Affairs Press.
Lenine, V. I. 1917. — L'impérialisme, stade supreme du capitalisme, em: *Obras Completas*, trad. francesa, Paris/Moscou, Éditions sociales/Edições do Progresso, 1976, vol. XXII, pp. 201-327.
Lenine, V. 1. 1920. — "Première ébauche des thèses sur les questions nationales et coloniales pour le II[ème] Congrès de l'Internationale communiste", em: *Obras Completas*, trad. francesa, Paris/Moscou, Éditions sociales/Edições do Progresso, 1976, vol. XXXI, pp. 145-152.
Lenine, V. I. 1958-1973. — *Obras Completas*, trad. francesa, Paris/Moscou, Éditions sociales/Edições do Progresso, 47 vol.
Leo, C. 1981. — "Who benefited from the million-acre scheme ? Toward a class analysis of Kenya's transition to independence", *Canadian Journal of African Studies*, 15, 2, pp. 201-223.
LeoGrande, W. M. 1980. — *Cuba's policy in Africa, 1959-1980*, Berkeley, Instituto de Estudos Internacionais, Universidade da Califórnia.
Léon, P. 1978. — *Histoire économique et sociale du monde* ; vol. V, *Guerres et crises 1914-1947* ; vol. VI, *Le second XX[ème] siècle : 1947 à nos jours*, Paris, Armand Colin.
— *Os países do CAEM e a África: comércio e cooperação* (em árabe). 1980. Moscou, Edições o Progresso
— *Os países do Mercado Comum Árabe e a África: comércio e cooperação* (em árabe). 1980. Moscou, Edições do Progresso
Leslau, C. e Leslau, W. (org.). 1962. — *African proverbs*, Nova Iorque, Peter Pauper Press.
Les Temps modernes. **1985. —** *L'immigration maghrebine*, Paris, Denoël.
Levine, B. (org.). 1983. — *The new Cuban presence in the Caribbean*, Boulder, Westview Press.
Lewis, A. 1953. — *Industrialization in the Gold Coast*, Accra, Imprensa Nacional.
Lewis, I. M. 1965. — *The modern history of Somaliland : from nation to state*, 2ª ed. 1980, Londres, Longman.
Lewis, L. J. 1954. — *Educational policy and practice in British tropical Africa*, Londres, Thomas Nelson and Son.
Lewis, W. A. 1969. — *Some aspects of economic development : The Aggrey-Fraser-Guggisberg Memorial Lectures 1968*, Accra/Tema, The Ghana Publishing Corporation.
Leys, C. 1975. — *Underdevelopment in Kenya : the political economy of neo-colonialism 1964-1971*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
Liauzu, C. 1978. — *Salariat et mouvement ouvrier en Tunisie : crises et mutations de 1931 à 1939*, Paris, CNRS.
Libérons l'Afrique. **1958. —** Manifeste du MLN.

Libyan Oil. 1972. — *Libyan Oil 1954-1971*, Trípoli, Ministério do Petróleo.
Liebenow, J. G. 1969. — *Liberia, the evolution of privelege*, Ithaca/Londres, Cornell University Press.
Lijembe, J. A. 1967. — "The valley between", em: L. K. Fox (org.), *East African childhood*, Londres, OUP, pp. 1-45.
Lindfors, B. 1980. — "Nigerian high school plays : 1950-1972", *Kiabara*, 3, 1, outono, pp. 47-88.
Ling, D. L. 1967. — *Tunisia : from protectorate to republic*, Bloomington, Indiana University Press.
Liniger-Goumaz, M. 1979*a*. — *Historical dictionary of Equatorial Guinea*, Londres, Methuen
Liniger-Goumaz, M. 1979*b*. — *La Guinée équatoriale : un pays méconnu*, Paris, L'Harmattan.
Litalien, R. 1975. — *Madagascar* 1956-1960, Paris.
Little, P. D. 1983. — "The livestock grain connection in northern Kenya : an analysis of pastoral economics and semi-arid land development", *Rural Africana*, 15/16, inverno-primavera, pp. 91-109.
Littlefield Kasfir, S. 1980. — "Patronage and Makonde carvers", *African Arts*, 13, 3, pp. 67-90 e 91-92.
Lloyd, P. C. 1967. — *Africa in social change : changing traditional societies in the modern world*, Harmondsworth, Penguin Books.
Lloyd, P. C. 1971. — *Classes, crises and coups : themes in the sociology of developing countries*, Londres, Paladin.
Lloyd, P. C. 1972. — *Africa in social change : changing traditional societies in the modern world*, Nova Iorque, Penguin Books.
Lloyd, P. C. 1974. — *Power and independence : urban Africans' perception of social inequality*, Londres, Routledge and Kegan Paul.
Lofchie, M. F. 1965. — *Zanzibar : background to revolution*, Princeton, PUP.
Lofchie, M. F. 1967. — "Was Okello's revolution a conspiracy ?", *Transition* (Kampala), 33, 7 (ii), pp. 36-45.
Lofchie, M. F. e Commins, S. K. 1982. — "Food deficits and agricultural policies in tropical Africa", *The Journal of Modern African Studies*, 20, 1, março, pp. 1-25.
Lomani-Tshibamba, P. 1948. — Ngando, Léopoldville, Ethiopian Books.
London, J. B. (org.). 1976. — *Social anthropology and medicine*, Londres/Nova Iorque,Academic Press.
Londres, A. 1929. — *Terre d'ébène*, Paris, Albin Michel.
Long, C. H. 1985. — "Religious doctrines and dogmas, Creation", em: *Encyclopaedia Britannica*, vol. XVII, pp. 369-370.
Long, F. (org.). 1980. — *The political economy of EEC relations with African, Caribbean and Pacific states : contribution to the understanding of the Lome Convention on North-South relations*, Oxford, Pergamon Press.

Lonoh, M. s. d. — *Essai de commentaire de la musique congolaise moderne*, Bolonha.
Lonsdale, J. 1982. — "A state of agrarian unrest : colonial Kenya", comunicação apresentada na Past and Present Society Conference on Agrarian Unrest in British and French Africa, British India and French Indo-China (julho).
Lopatov, V. 1987. — *The Soviet Union and Africa*, Moscou, Progress Publishers.
Lopes, H. e Tri, H. C. 1981. — "Le piège de la pauvreté : la situation des pays les moins avancés", *Le Courrier de l'UNESCO* (Paris), 34, 9, outubro, pp. 5-9.
Love, K. 1969. — *Suez : the twice-fought war; a history*, Nova Iorque, McGraw-Hill.
Low, D. A. 1971. — *Buganda in modern history*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.
Low, D. A. 1982. — "The Asian mirror to tropical Africa's independence", em: P. Gifford e W. R. Louis (org.), pp. 1-29.
Low, D. A. e Lonsdale, J. M. 1976. — "Towards the new order 1945-1963", em: D. A. Low e A. Smith (org.).
Low, D. A. e Smith, A. (org.). 1976. — *History of East Africa*, vol. III, Oxford, Clarendon Press.
Low, J. s. d. — "A history of Kenya guitar music, 1945-1980", *African Music*, 6, 2, pp. 17-36.
Loxley, J. 1984. — "The World Bank and the model of accumulation", em: J. Barker (org.), pp. 65-76.
Lugard, lord. 1922. — *The dual mandate in tropical Africa*, Londres, Blackwood and Sons.
Luthuli, A. 1962. — *Let my people go : an autobiography*, Londres, Collins; reed. 1987, Londres, Fount Paperbacks.
Ly, A. 1957. — *Mercenaires noirs*, Paris, Présence africaine.
Lynch, H. 1978. — *Black American radicals and the liberation of Africa*, Nova Iorque, Cornell University, Africana Studies and Research Center.

Mabika, K. 1959. — *Baluba et Lulua : une ethnie à la recherche d'un nouvel équilibre*, Bruxelas, Éditions de Remarques congolaises.
Mabika, K. 1965. — *La remise en question : base de la décolonisation mentale*, Kinshasa.
Mabogoane, M. 1983. — Artigo no *The Star*, 24 de junho, p. 24.
Mabogunje, A. L. 1972. — *Regional mobility and resource development in West Africa*, Montreal/Londres, McGill/Queen's University Press.
Mabogunje, A. L. 1973. — "Manufacturing and the geography of development in tropical Africa", *Economic Geography*, 49, 1, pp. 1-21.
McCarthy, J. 1977. — *Guinea-Bissau and Cape Verde Islands : a comprehensive bibliography*, Nova Iorque/Londres, Garland Publishing.
Macdonald, R. J. 1975. — *From Nyasaland to Malawi*, Nairóbi, EAPH.
McEwen, F. 1972. — "Shona art today", *African Arts*, 5, 4, pp. 8-11.
MacGaffey, J. 1975. — "Two Kongo potters", *African Arts*, II, I, pp. 29-31 e 92.

Macleod, I. 1964. — "Blundell's Kenya", *The Spectator* (Londres), 20 de março, p. 366.
Macmillan, W. M. 1938. — *Africa emergent*, Londres, Faber and Faber.
Macmillan, W. M. 1941. — *Democratise the Empire*, Londres, Kegan Paul and Co.
Macmillan, W. M. 1963. — *Bantu, Boer and Briton : the making of the South African native problem*, Oxford, Clarendon Press.
Macmillan, W. M. 1970. — *The African voice in Southern Rhodesia 1898-1930*, Londres, Heinemann.
Madeley, J. 1982. — *Diego Garcia : a contrast to the Falklands*, Londres, Minority Rights Group.
Madhi, M. 1990. — "Orientalism and the study of African philosophy", *Journal of Islamic Studies*, I, I, pp. 73-98.
Magee, J. 1970. — "ECA and the paradox of African unity", *International Conciliation* (Nova Iorque), novembro.
Maguire, A. 1970. — "The emergence of the Tanganyika African National Union in the Lake Province", em: R. I. Rotberg e A. A. Mazrui (org.), *Protest and Power in Black Africa*, Nova Iorque, OUP, pp. 639-671.
Mahmoud, H. 1970. — *La Lutte des classes en Égypte de 1945 à 1968*, Paris, Maspero.
Mahmoud, H. 1973. — *Class conflict in Egypt*, 1945-1971, Nova Iorque, Monthly Review Press.
Mahood, M. M. 1966. — "Le théâtre dans les jeunes États africains", *Présence africaine*, 60, 4, pp. 16-33.
Makombo, M. 1977. — "Le Congo belge : 1940-1960 : de l'émergence des 'évolués' a l'indépendance", tese de doutorado, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris.
Mamadou, A. 1971. — *Réflexion sur le rôle et les fonctions de la CEA*, publicação não oficial da CEA, Nações Unidas.
Mamdani, M. 1976. — *Politics and dass formation in Uganda*, Nairóbi, Heinemann.
Mandela, N. 1965. — *No easy walk to freedom : articles, speeches and trial addresses of Nelson Mandela*, Londres, Heinemann.
Manghezi, A. 1976. — *Class, elite and community in African development*, Uppsala, Instituto Escandinavo de Estudos Africanos.
"Manifeste des Bahutu : — note sur l'aspect social du problème racial indigène au Ruanda". 1960. Em: *Ruanda Politique, 1958-1960*, Bruxelas, CRISP.
Ma-Ngo, M. du. 1980. — "L'action théâtrale au Zaïre hier et aujourd'hui", *Éthiopiques*, 24, 1, pp. 49-56.
Mansfield, P. 1965. — *Nasser's Egypt*, Harmondsworth, Penguin Books.
Mansilla, H. C. F 1984. — "Latin America within the Third World : the search for a new identity, the acceptance of old contents", *The Korean Journal of International Studies* (Seul), 15, 4, outono, pp. 341-359.
El Mansury, S. 1984. — "Modern trends in Egyptian arts", *Prism*, 6, pp. 83-87.

Manthia, D. 1986*a*. — "Who is in control ?", *West Africa*, 3572, 17 de fevereiro, pp. 348-349.

Manthia, D. 1986*b*. — "Images of children", *West Africa*, 3599, 25 de agosto, pp. 1780-1781.

Marcum, J. 1969. — *The Angolan revolution*; vol. I, *The anatomy of an explosion (1950-1962)*, Cambridge, Mass., MIT Press.

Marcum, J. 1978. — *The Angolan revolution*; vol. II, *Exile politics and guerrilla warfare (1962-1976)*, Cambridge, Mass., MIT Press.

Marcus, H. G. 1972. — *The modern history of Ethiopia*, Stanford, Stanford University Press.

Markovitz, I. L. (org.). 1970. — *African politics and society*, Nova Iorque, The Free Press.

Markovitz, I. L. 1977. — *Power and class in Africa*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.

Marlowe, J. 1954. — *Anglo-Egyptian relations, 1800-1953*, Londres, Cresset Presse.

Marseille, J. 1984. — *Empire colonial et capitalisme français : histoire d'un divorce*, Paris, Albin Michel.

Martin, D. e Johnson, P. (org.). 1981. — *The struggle for Zimbabwe*, Londres/Boston, Faber and Faber.

Martin, S. H. 1982. — "Music in urban East Africa : five genres in Dar es Salaam", *Journal of African Studies*, 9, 3, pp. 155-163

Martyshin, O. V. 1978. — "The ideology of contemporary African nationalism", em: *Theories of non-marxist socialism in African and Arab countries*, Praga, Oriental Institute.

Marvell, A. 1981. — "To his coy mistress", *Miscellaneous poems of Andrew Marvell, Esq.*, Londres, Robert Boelter.

Marx, K. 1859. — *Critique de l'économie politique*, trad. M. Rubel e L. Evrard, Paris, Gallimard, 1963.

Marx, K. e Engels, F. 1955. — *Obras Escolhidas*, trad. francesa, vol. I, Moscou, Edições do Progresso

Mason, S. F. 1962. — *A history of the sciences*, Nova Iorque, Collier Books.

Mass, J. 1970. — "Educational change in precolonial societies : the cases of Buganda and Ashanti", *Comparative Education Review*, 14 de junho, pp. 174-185.

Massignon, L. 1962. — *Parole donnée*, Paris, Julliard.

Matthews, T. 1979. — "A Xhosa mural", *African Arts*, 12, 3, pp. 48-51.

Matthews, Z. K. 1961. — *African awakening and the universities*, Cidade do Cabo, Universidade do Cabo.

Mazrui, A. A. 1967. — *Towards a pax africana*, Chicago/Londres, Chicago University Press/Weidenfeld and Nicolson.

Mazrui, A. A. 1969*a*. — "Violent contiguity and the politics of retribalization in Africa", *International Affairs*, 23, 1.

Mazrui, A. A. 1969*b*. — *Violence and thought: essays on social tensions in Africa*, Londres/Harlow, Longman.

Mazrui, A. A. 1970. — "The robes of rebellion", *Encounter*, 34, 2, pp. 19-30.

Mazrui, A. A. 1972. — *Africa's international relations*, Londres, Heinemann.

Mazrui, A. A. 1975*a*. — *The political sociology of the english language*, La Haye, Mouton.

Mazrui, A. A. 1975*b*. — "The resurrection of the warrior tradition in African political culture", *Journal of Modern African Studies*, 13, 3, pp. 67-84.

Mazrui, A. A. 1975*c*. — "Black Africa and the Arabs", *Foreign Affairs*, 53, 4, julho, pp. 725-742.

Mazrui, A. A. 1975*d*. — "The African university as a multinational corporation: problems of penetration and dependency», *Harvard Education Review*, 45, 2, pp. 191-210.

Mazrui, A. A. 1977. — *Africa's international relations : the diplomacy of dependency and change*, Boulder, Westview Press.

Mazrui, A. A. 1978. — *Political values and the educated class in Africa*, Berkeley/Los Angeles, UCP.

Mazrui, A. A. 1980a. — *The African condition: The Reith Lectures*, Londres, Heinemann.

Mazrui, A. A. 1980b. — "Marxist theories, socialist policies and African realities", *Problems of Communism*, 29, setembro-outubro, pp. 44-46.

Mazrui, A. A. 1981. — "Microdependency : the Cuban factor in southern Africa", *India Quarterly* (Nova Déli), 37, 3 de julho-setembro, pp. 329-345.

Mazrui, A. A. 1986. — *The Africans: A triple heritage*, Nova Iorque/Londres, Little Brown/BBC Publications.

Mazrui, A. A. 1990. — *Cultural forces in world politics*, Londres, James Currey Publishers.

Mazrui, A. A. e Bakari, M. 1986*a*. — "English Eastern Africa (the early phase)", em: A. S. Gerard (org.), vol. II, pp. 803-886.

Mazrui, A. A. e Bakari, M. 1986*b*. — "The triple heritage in East African literature", em: A. S. Gerard (org.), vol. II, pp. 1045-1060.

Mazrui, A. A. e Tidy, M. 1984. — *Nationalism and new states in Africa*, Londres, Heinemann.

Mazrui, A. A. e Wagaw, TG. 1986. — "Vers une décolonisation de la modernité : éducation et conflits culturels en Afrique de l'Est", em: *Le processus d'éducation et l'historiographie en Afrique*, História Geral da África, Estudos e documentos, nº 9, Paris, UNESCO.

Mazrui, M. 1972. — "Aspects of the relationship between the individual and society in some African fiction, with special reference to the works of Achebe and Ngugi", dissertação, Universidade de Makerere, Kampala.

Mbiti, J. 1962. — "La contribution protestante a l'expression culturelle de la personnalité africaine", em: *Colloque sur les religions*, Paris, UNESCO, SAC.

Mbiti, J. 1969. — *African religions and philosophy*, Londres/Nairóbi, Heinemann.

M'Bokolo, E. 1978. — "Ethnicité, régionalisme et nationalisme au Shaba", *Le Monde diplomatique*, julho.

M'BokoJo, E. 1980. — *Le continent convoité : l'Afrique au XXème siècle*, Montreal, Éditions Études vivantes ; reed. 1985, Paris, Éditions du Seuil.

M'Bokolo, E. 1981*a*. — *La formation de la bourgeoisie zaïroise (1945-1980) : éléments pour une recherche*, Paris, Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Centro de Estudos Africanos.

M'Bokolo, E. 1981*b*. — "Forces sociales et ideologies dans la décolonisation de l'AEF", *JAH*, 22, pp. 393-407.

M'Bokolo, E. 1982. — "French colonial policy in Equatorial Africa in the 1940s and 1950s", em: P. Gifford e W. R. Louis (org.), pp. 173-211.

Mboya, T. 1963*a*. — Lettre de réponse sur le socialisme africain, *Transition*, 3, 11, p. 6.

Mboya, T. 1963*b*. — *Freedom and after*, Londres, André Deutsch.

Mbughuni, L. A. 1976. — "Old and new drama from East Africa", *African Literature Today*, 8, pp. 85-98.

Melendez, C. e Duncan, Q. 1981. — *El Negro en Costa Rica*, San José.

Meli, F. s. I. n.d. — "Le Komintern et l'Afrique", dissertação.

Merat, L. 1936. — "Note sur l'économie aux colonies", Arquivos Nacionais da França, Seção *outre-mer*, assuntos econômicos 2529.

Merlier, M. 1962. — *Le Congo, de la colonisation belge a l'indépendance*, Paris, Maspero.

Merriam, A. 1970. — *African music on LP : an annotated discography*, Evanston, Northwestern University Press.

Merriam, A. 1981. — *African music in perspective*, Nova Iorque, Garland.

Mesa-Lago, C. e Belkin, J. S. (org.). 1982. — *Cuba in Africa*, Pittsburgh, Centro de Estudos Latino-americanos, Universidade de Pittsburgh.

Messenger, J. C. 1962. — "Anang art, drama and social control", *African Studies Bulletin*, 5, 2, pp. 29-35.

Messenger, J. C. 1971. — "Ibibio drama", *Africa*, 41, 3, pp. 208-222.

Mestre, D. 1981. — "Viteix : Tonalidades diurnas de mémorias nocturnas", *Lavra e officina* (Luanda), 3-5, pp. 28-30.

Mestri, E. 1980. — *Les Cubains et l'Afrique*, Paris, Karthala.

Meyer, J. W. e Hannan, T. 1979. — *National development and the world system : educational, economic and political change, 1950-1970*, Chicago, Chicago University Press.

Mhina, G. A. 1971. — "The place of kiswahili in the field of translation", *Présence africaine,* 78, 2º trim., pp. 200-212.

Micaud, E. 1968. — "Three decades of Tunisian art", *African Art*, 1,3, pp. 46-55 e 78-84.

Michaud, P. 1986. — "Dynamic television", *West Africa*, 3590, 23 de junho, pp. 1308-1310.

Middleton, I. R. e Horn, D. (org.). 1981. — *Popular music*, Cambridge, CUP.

Miège, J.-L. 1966. — Le Maroc, 1ª Ed. 1950, 7ª Ed. 1986, Paris, PUF.

Miège, J.-L. 1968. — *L'impérialisme colonial italien de 1870 à nos jours*, Paris, SEDES.

Migrant Labour in Africa south of the Sahara. **1961. —** Sexta Conferência Interafricana sobre o Trabalho.

Miller, J. 1985. — “Rocking all the way to jail”, *Newsweek*, 15 de julho, p. 67.
Milon, R. 1962. — *Marxisme, communisme et socialisme africains*, Paris.
Ministério do Além-mar. 1954. — *Deuxième plan de modernisation et d’équipement : rapport général*, abril, Paris (documento reprográfico).
Ministério da Cooperação. s. d. — *Synthèse de la situation économique de l’ex-AOF durant la période 1948-1958*, 7 vol., Paris (documento reprográfico).
Ministério das Colônias. s. d. — Marius Moutet, nota, Arquivos Nacionais da França, Seção *outre-mer*, assuntos políticos. PA 28/1.
Minter, W. 1972. — *Portuguese Africa and the West*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
Mitchell, J. 1956. — *The Kalela dance,* Manchester, Manchester University Press, Rhodes Livingstone Institute Papers, n° 27.
Mitchell, R. P. 1969. — *The society of Muslim Brothers*, Londres, OUP.
Mitchell, sir P. 1939. — *Native administration*, Entebbe, Imprensa Nacional.
Mlambo, E. 1972. — *Rhodesia : the struggle for a birthright*, Londres, C. Hurst and Co.
Monga, C. 1983. — “La parole est au Cameroun”, *Jeune Afrique*, 1186, 25 de maio, p. 202.
Monroe, E. 1963. — *Britain’s moment in the Middle East*, 1914-1956, Baltimore, Johns Hopkins Press.
Montagu, A. 1974. — *Culture and human development*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
Monteil, V. 1964. — *L’islam noir, une religion à la conquête de l’Afrique*, capítulo 6 : “La marche des femmes”, pp. 149-182, reimp. 1980; Paris, Éditions du Seuil.
Moodie, T. D. 1975. — *The rise of Afrikanerdom, power, apartheid and the Afrikaner civil religion*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
Moore, C. 1982. — *Fela : this bitch of a life*, Londres, Allison and Busby.
Moore, C. H. 1965. — *Tunisia since independence*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
Morgan, D. J. 1980. — *The official history of colonial development (1924-1970)*, 4 vol., Londres, Macmillan.
Morgenthau, H. J. 1973. — *Politics among nations : the struggle for Power and peace*, 5ª ed. Nova Iorque, A. A. Knopf.
Morrell, M. 1971. — *Reaction and counter-action : a brief review of non-white political movements in South Africa*, Londres/Joanesburgo, Frank Cass/South African Institute of Race Relations.
Morris, M. 1976. — “The development of capitalism in South African agriculture”, *Economy and Society*, 5, 3, pp. 292-344.
Morrison, D. G., Mitchell, R. C. e Paden, J. N. 1989. — *Understanding Black Africa: data analysis of social change and nation building*, Nova Iorque, Paragon House Irvington Publishers.
Mortimer, R. A. 1980. — *The Third World coalition in international politics*, Nova Iorque, Praeger.
Mosley, L. 1964. — *Hailé Sélassié : The Conquering Lion*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.

Moumouni, A. 1964. — *L'education en Afrique*, Paris, Maspero.
Mount, M. W. 1973. — *African art : the years since 1920*, Bloomington, Indiana University Press.
Moune, M. (org.). 1978. — "Boumédienne", em *Dictionnaire encyclopédique d'histoire*, vol. I, Paris, Bordas.
Mrima, B. F. e Mattoke, W. 1980. — *Mapambano ya Ukombozi Zanzibar*, Dar es-Salaam, Tanzania Publishing House.
Mshengu-Kavanagh, R. 1979. — "After Soweto : people's theatre and the political struggle in South Africa", *Theatre Quarterly*, 9, 33, pp. 31-39.
Mshengu-Kavanagh, R. 1981. — *South African people's plays*, Londres, Heinemann.
Mudimbe, V.Y. 1985. — "African gnosis", *African Studies Review*, 2-3, pp. 149-233.
Mudimbe, V.Y. 1988. — *The invention of Africa: gnosis, philosophy and the order of knowledge*, Bloomington, Indiana University Press.
Mugomba, A. G. e Nyaggah, M. (org.). 1980. — *Independence without freedom : the political economy of colonial education in southern Africa*, Santa Barbara, ABC-Clio Press.
Muhindi, K. 1985. — "L'apport de Efua Theodora Sutherland à la dramaturgie contemporaine", *Présence africaine*, 133/134, 1/2, pp. 75-85.
Mulago, V. 1980. — *La religion traditionnelle des Bantu et leur vision du monde*, Kinshasa, Faculdade de Teologia Católica.
Mulira, J. 1974. — "The role of Soviet bloc countries in the political, economic and social development of Uganda, 1945-1970", tese de doutorado, Universidade de Princeton.
Mulira, J. 1981. — "Soviet bloc: trade, economic, technical and military involvement in independent Africa: the case of Uganda, 1962-1979", *Genève-Afrique*, UR 19, 1, pp. 39-80.
Mulira, J. 1983. — "Soviet policy in Africa: from Lenin to Andropov - an Afrocentric interpretation", *Genève-Afrique*, UR 21, 2, pp. 69-87.
Mundara, Y. L. 1972. — "Les problèmes du théâtre au Zaïre", *Dambi, revue zaïroise des lettres et des arts*, 3, 5, pp. 3-5.
Mundara, Y. L. e Badi-Banga ne-Mwine. 1982. — *Sura Dji, visages et racines du Zaïre*, Paris.
Murdock, G. P. 1959. — *Africa, its peoples and their culture history*, Nova Iorque, McGraw-Hill Book Company.
Mutiga, J. 1965. — "To the ceremonial Muguma (fig tree)", em: D. Cook (org.).
Mutiiso, G. C. e Rohio, S. W. (org.). 1975. — *Readings in African political thought*, Londres, Heinemann.

Nabudere, D. W. 1977. — *Imperialism and revolution in Uganda*, Dar es-Salaam, Tanzanian Publishing House; Londres, Onyx Press, 1980.
Naguib, M. 1955. — *Egypt's destiny: an autobiographical account of the Egyptian revolution*, Londres, Gollancz.

Naipaul, V. S. 1974. — "Un nouveau roi pour le Congo: Mobutu et le nihilisme de l'Afrique", em: *Le retour d'Eva Perón*, trad. I. di Natale, Paris, Christian Bourgois, 1989.

al-Nasser, G. 'Abd. 1954. — *La philosophie de la révolution*, Cairo, Ministério Nacional da Orientação, ed. inglesa 1959, Buffalo, Smith, Keynes and Marshall.

al-Nasser, G. 'Abd. 1966. — *On Non-alignment*, Cairo, Ministério Nacional da informação.

*National Museum of African Art Library Acquisition Lists***.**

Ndiaye I. 1984. — "Art et société", manuscrito não publicado.

Ndiokwere, N. I. 1981. — *Prophecy and revolution*, Londres.

Ndogo Bidyogo, D. 1977. — *Historia y tragedia de Guinea Ecuatorial*, Madrid.

Nduka, O. 1964. — *Western education and the Nigerian cultural background*, Ibadan, OUP.

Nehru, J. 1964. — *Nehru and Africa: extracts from Jawaharlal Nehru's speeches on Africa, 1946-1963*, Nova Déli, Indian Council for Africa.

Nelson, H. D. 1978. — *Morocco: a country study*, Washington, US Government Printing Office.

*New Times (Novoye Vremya)***. 1976. —** "The peoples of Angola are not alone", 1º de fevereiro, nº 2, Moscou.

Ngindu Mushete, A. 1978. — "Authenticity and christianity in Zaire", em: E. Fashole-Luke *et al.* (org.), pp. 228-242.

Nicklin, K. e Salmons, J. 1977. — "S. J. Akpan of Nigeria", *African Arts*, 11, 1, pp. 30-34.

Nicol, D. A. 1969. — "The meaning of Africa", em: J. Drachler (org.), p. 119-122.

Nicol, D. A. e Mazrui, A. A. 1986. — "Programme 8: a clash of cultures", em: A. A. Mazrui (org.).

Nicolas, G. 1978. — "L'expansion de l'influence arabe en Afrique subsaharienne", *L'Afrique et l'Asie modernes* (Paris), 117, pp. 23-46.

Nigerian Institute of International Affairs.*c.* 1981-1984. — *Nigerian-Brazilian dialogue on foreign policy: a report of a Nigerian-Brazilian dialogue, July 29-August 1, 1980, São Paulo, Brazil*, Lagos, Nigerian Institute of International Affairs.

Nisbet, R. A. 1969. — *Social change and history: aspects of the western theory of development*, Nova Iorque, OUP.

Niven, D. 1985. — "Africa and the arts", *African Affairs*, 84, 335, pp. 183-193.

Nkashama, N. 1979. — "Ivresse et vertige : les nouvelles danses des jeunes au Zaïre", *Afrique littéraire et artistique*, 51, pp. 94-103.

kenda-Mpasi, P. 1971. — "Reflexions sur la problématique de la langue d'enseignement au Congo", *Revue congolaise des sciences humaines*, 2, janeiro, pp. 35-58.

Nkrumah, K. 1958a. — "All African Peoples Congress", Accra.

Nkrumah, K. 1958b. — "African prospects", *Foreign Affairs*, 37, 1, outubro, pp. 45-53.

Nkrumah, K. 1960. — *Autobiografia de Kwame Nkrumah*, trad. C. L. Patterson, Paris, Présence africaine, ed. original 1957.

Nkrumah, K. 1961. — *I speak of freedom: a statement of African ideology*, Londres/Nova Iorque, Heinemann/Praeger.

Nkrumah, K. 1962. — *Towards colonial freedom*, Londres, Heinemann; 1ª ed. 1945.

Nkrumah, K. 1963. — *Africa must unite*, Nova Iorque/Londres, Praeger/Heinemann.

Nkrumah, K. 1969. — "African socialism revisited", em: Y.Benot (org.).

Nkrumah, K. 1970. — *Class struggle in Africa*, Nova Iorque, International Publishers.

Nkrumah, K. 1973. — *Le néocolonialisme: dernier stade de l'impérialisme*, Paris, Présence africaine, ed. original 1966.

Nkrumah, K. 1976. — *Le consciencisme*, Trad. S. e M. Howlett a partir da edição inglesa de 1969, Paris, Présence africaine, ed. original 1964.

Nlolo, N. 1983. — "Influence du jazz dans la musique zaïroise moderne", em: UNESCO, *Cultures africaines*, documentos da reunião de especialistas sobre as contribuições culturais dos Negros da diáspora para a África, Cotonou, pp. 250-259.

Norman, J. 1963*a*. — *Edward Gibbon Wakefield : a political reappraisal*, Fairfield, New Frontiers/Fairfield University.

Norman, J. 1963*b*. — *Labour and politics in Libya and Arab Africa*, Nova Iorque, Bookman.

North American Congress on Latin America. 1982. — "Transatlantic ties (between Latin America and South Africa)", *NACLA Report on the Americas*, 16, 3, maio-junho, pp. 16-25 e 41-42.

Nouaille-Degorce, B. 1982. — *La politique française de coopération avec les États africains et malgaches au sud du Sahara*, 1958-1978, Bordéus, CEAN.

Nouschi, A. 1962. — *La naissance du nationalisme algérien 1919-1954*, Paris, Éditions de Minuit.

November, A. 1965. — *L'évolution du mouvement syndical en Afrique occidentale*, Paris, Mouton.

Ntiro, S. J. 1982. — *Modern creative Makonde sculpture*, Dar es-Salaam (documento reprográfico).

Nunley, J. W. 1985. — "The Lantern Festival in Sierra Leone", *African Arts*, 18,2, pp. 45-49.

Nuseibeh, H. Z. 1956. — *The ideas of Arab nationalism*, Ithaca, Cornell University Press.

Nutting, A. 1967. — *No end to a lesson: the story of Suez*, Londres, Gollanez.

Nweke, G. A. 1980. — *The harmonization of African foreign policies, 1955-1975 : the political economy of African diplomacy*, Boston, Centro de Estudos Africanos, Universidade de Boston.

Nwoga D. 1965. — "Onitsha market literature", *Transition*, 4, 19, pp. 26-34.

Nye, J. S., Jr. 1966. — *Pan-Africanism and East African integration*, Cambridge, Mass., HUP.

Nyerere, J. K. 1960. — "Africa's place in the world", em *Symposium on Africa*, Wellesley College.

Nyerere, J. K. 1962. — *Democracy and the party system*, Dar es-Salaam, Tanganyika Standard.
Nyerere, J. K. 1963*a*. — *Julius Caesar*, Nairóbi/Londres, OUP.
Nyerere, J. K. 1963*b*. — "Les fondements du socialisme africain", *Présence africaine*, 47, 19, pp. 8-19.
Nyerere, J. K. 1967*a*. — *Uhuru na Umoja*, Londres, OUP.
Nyerere, J. K. 1967*b*. — *Socialism and rural development*, Dar es-Salaam, Imprensa Nacional.
Nyerere, J. K. 1967*c*. — *Education for self-reliance*, Dar es-Salaam, Ministério da Informação e do Turismo.
Nyerere, J. K. 1967*d*. — "Tanzanian policy on foreign affairs", endereçado ao Congresso Nacional da TANU, 16 de outubro 1967, Dar es-Salaam.
Nyerere, J. K. 1968*a*. — *Essays on socialism*, Dar es-Salaam, OUP.
Nyerere, J. K. 1968*b*. — *Ujamaa : essays on socialism*, Londres, OUP.
Nyerere, J. K. 1968*c*. — *Freedom and socialism*, Londres, OUP.
Nyerere, J. K. 1969. — *Mabepari wa Vanisi*, Dar es-Salaam, OUP.
Nyerere, J. K. 1970*a*. — *Socialisme, démocratie et unité africaine*, Paris, Présence africaine.
Nyerere, J. K. 1970*b*. — *Non-Alignment in the 1970s*, Dar es-Salaam.
Nyerere, J. K. 1970*c*. — "Developing tasks of non-alignment", em: J. K. Nyerere, *Freedom and development : a selection from writings and speeches, 1968-1973*, Londres, OUP, pp. 159-171.
Nyerere, J. K. 1972. — *Decentralization*, Dar es-Salaam.
Nyerere, J. K. 1977. — "The Arusha Declaration, ten years", *Daily News* (Tanzânia), *International Herald, Africa Diary*, 11-17 de junho, p. 8525.
Nyerere, J. K. 1979*a*. — "South-South dialogue: a brief report", *Third World Quarterly*, 1, 2, abril, pp. 117-122.
Nyerere, J. K. 1979*b*. — Address by his Excellency Mwalimu Julius K. Nyerere, president of the United Republic of Tanzania, to the Fourth Ministerial Meeting of the Group of 77, Arusha, 12-16 February 1979, texto reimpresso em: K. P. Sauvant, *The Group of 77*, Nova Iorque, Oceana, 1981.
Nzewunwa, N. 1982. — *The masquerade in Nigerian history and culture*, Port Harcourt, University of Port Harcourt Press.

O'Brien Winter, C. 1977. — *Namibia*, Grand Rapids.
O'Brien, D. C. 1971. — *The Mourides of Senegal*, Oxford, Clarendon Press.
O'Brien, J. 1981. — "Sudan: an Arab breadbasket", *Merip Reports*, 99, setembro.
O'Meara, D. 1974. — "The 1946 African mineworkers' strike in the political economy of South Africa", em: P. L. Bonner (org.), pp. 179-235.
Oberlé, P. 1971. — *Afars et Somalis: les dossiers de Djibouti*, Paris, Présence africaine.
OCDE. 1981. — "La nutrition et l'agriculture, résultats intermédiaires du projet de recherche", INTER FUTURS, OCDE, março de 1978, em: UNEP, *Environment and development in Africa*, vol. II, Oxford, Pergamon Press.

Ocitti, J. P. 1973. — *African indigenous education as practised by the Acholi of Uganda*, Nairóbi, Kenya Literature Bureau.

Oded, A. 1986. — "The islamic factor in Afro-Arab relations", *Middle East Review* (Nova Iorque), 18, 3, primavera, pp. 15-23.

Odinga, O. 1969. — "Defence of socialism", relatório oficial, *Kenya Legislative Council 76*, 54ª sessão, 9 de dezembro, col. 881-882.

Oduho, J. e Deng, W. 1963. — *The problem of the southern Sudan*, Londres, OUP.

Ofori, I.M. (org.) 1973. — *Factors of agricultural growth in West Africa*, Legon, Institute of Statistical, Social and Economic Research.

Ogot, B. A. 1977. — "Politics, culture and music in colonial Kenya: a study of Mau-Mau hymns 1951-1956", *Kenya Historical Review*, 5, 2, pp. 275-286.

Ogunba, O. 1966. — "Le théâtre au Nigeria", *Présence africaine*, 58, 2, pp. 67-90.

Ogunba, O. e Irele, A. 1978. — *Theatre in Africa*, Ibadan, IUP.

Ogunbiyi, y. 1981. — *Drama and theatre in Nigeria: a critical source book*, Lagos, Nigeria Magazine.

Ogunwale, T. 1971. — "Lamidi Fakeye : Nigerian traditional sculptor ", *African Arts*, 4, 3, pp. 66-67.

Ogwu, U. J. 1982. — "Nigeria and Brazil: a model for the emerging South-South relations ?", em: J. Carlsson (org.), pp. 102-127.

OIT. 1962. — *Report of the commission concerning the observance by the Government of Portugal of the abolition of Forced Labour Convention 1957 (n∞ 105)*, Genebra, OIT.

OIT. 1985. — *Technology and rural women: conceptual and empirical issues*, Londres, George Allen and Unwin.

Okeke, U. E. 1985. — "Independence and the economy", *African Technical Review* (atualmente *African Review of Business and Technology*), setembro.

Okello, J. 1967. — *Revolution in Zanzibar*, Nairóbi, EAPH.

Okolo, A. 1983. — "Dependency in Africa: stages of African political economy", *Alternatives: Journal of World Policy*, 9, 2, junho, pp. 252-254.

Okonjo, C. 1971. — "Africa: a decade of independence (an economic assessment)", em: *Présence africaine*, edição especial, pp. 119-136.

Okore, O. 1984. — "The film world of Ousmane Sembene", tese de doutorado, Universidade de Colombie.

Okoro, G. 1. P. 1984. — "African contemporary art in Nigeria", tese de doutorado, School of Education, Columbia University, Nova Iorque.

Okumu, T. M. 1962. — *Angola in ferment: the background and prospects of Angolan nationalism*, Boston, Beacon Press.

Ola, D. 1980. — "De-Africanization and Europeanization: the non-acknowledgement of African influence on modern art", *Kiabara*, 3, 1, outono, pp. 93-112.

Olatunbosun, D. 1967. — *Nigerian farm settlements and sdool leavers' farms*, East Lansing/ Ibadan, CSNRD, nº 9.

Oliver, R. et Crowder, M. (org.). 1981. — *The Cambridge encyclopaedia of Africa*, Cambridge/Nova Iorque, CUP.

Ollawa, P. E. 1983. — "Focus on the political economy of development: a theoretical reconsideration of some unresolved issues", *African Studies Review*, 26, 1, março, pp. 125-155.

Olusola, S. 1979. — *Somes notes on 20 years of television in Nigeria*, Yaba, Ariya Productions.

Omo-Fadaka, J. 1978. — "Drought and famine", em: R. Synge (org.).

OMS. 1976. — *World health statistics report - Rapport de statistiques sanitaires mondiales*, OMS, 29, 10, Genebra.

Onoh, J. K. 1982. — *Money and banking in Africa*, Londres, Longman.

Opubor, A. e Nwuneli, O. 1979. — *The development and growth of the film industry in Nigeria*, Lagos.

ONU. 1959. — *Economic survey of Africa since 1950*, Nova Iorque, ONU.

ONU. 1970. — *Annuaire statistique*, Nova Iorque, ONU.

ONU. 1981. — *"Patterns of urban and rural population growth", Population Studies*, 68, Nova Iorque, ONU.

ONU. 1990. — *Africa's commodity problems: towards a solution*, rapport Fraser, Nova Iorque, ONU.

ONU, Secretário-Geral 1974. — *Permanent sovereignty over natural ressources,* doc. A/9716, suplemento ao doc. E/5425, 20 de setembro.

Osia, K. 1983. — *Israel, South Africa and Black Africa: a study of the primacy of politics of expediency*, Nova Iorque, University Press of America.

Otite, O. 1978. — *Themes in African social and political thought*, Enugu, Nigeria, Fourth Dimension.

OUA. 1981. — *Lagos Plan of action for the economic development of Africa 1980-2000*, Genebra/Addis-Abeba, International Institute for Labour Studies.

OUA. — *Memorandum on the responsibilities and role of the OAU in the economic and social field*, Cm/Res 219 (XIV) e Anexo I, Addis-Abeba, OUA.

Owusu, M. 1972. — "The search for solvency ; background to the fall of Ghana's Second Republic, 1969-1972", *Africa Today*, 19, 1, pp. 52-61.

Owusu, M. 1975. — "Economic nationalism, pan-africanism and the military : the National Redemption Council of Ghana", *Africa Today*, 22, 1, janeiro-março, pp. 31-53.

Oyugi, W. O. e Gilonga, A. (org.). 1987. — *Democratic theory and practice in Africa*, Londres, Heinemann.

Padmore, G. 1935. — "An open letter to Earl Browder", The CPUUSA *Crisis*, 32, outubro, p. 3020.

Padmore, G. 1956. — *Pan-Africanism or communism ? The coming struggle for Africa*, Londres, Dennis Dobson.

Padmore, G. 1963. — *History of the Pan-African Congress*, 2ª ed. Londres, Hammersmith Bookshop; 1ª ed. 1947.
Padmore, G. — *La vie et les luttes des travailleurs nègres*, Paris, Pequena Biblioteca da Internacional Sindical Vermelha.
Palmer, R. 1977. — *Land and racial discrimination in Rhodesia*, Londres, Heinemann.
Palmer, R. 1986. — "Working conditions and workers responses on Nyasaland tea estates, 1930-1935", *JAH*, 27, 1, pp. 105-126.
Palmer, R. e Parsons, N. (org.). 1977. — *The roots of rural poverty in central and southern Africa*, Londres, Heinemann.
Pankhurst, L. E. S. e Pankhurst, R. K. 1953. — *Ethiopia and Eritrea: the last phase of the reunion struggle*, Woodword, Green.
Pankhurst, R. K. 1955. — *Ethiopia: a cultural history*, Londres.
Pankhurst, R. K. 1981. — "La décolonisation de l'Ethiopie", em: UNESCO 1981*b*, pp. 135-150.
Parícsy, P. 1971. — "Histoire du théâtre en Afrique occidentale", em: P. Parícsy (org.), *Études sur la littérature africaine contemporaine*, Budapeste, Centro para a Pesquisa sobre a Afro-Ásia da Academia de Ciências da Hungria, pp. 51-71.
Park, R. L. 1965. — "Indian-African relations", *Asian Suruey* (Berkeley), 5, 7, julho, pp. 350-358.
Parsons, N. 1985. — "Seretse Khama and the Bangwato succession crisis, 1948-1953", estudo apresentado no 28º Encontro das Associações de Estudos Africanos, New Orleans, 23-26 de novembro de 1985.
Panke, W. 1975. — *Chinese economic aid*, Londres, C. Hurst and Co.
Payer, C. 1982. — *The World Bank : a critical analysis*, Nova Iorque/Londres, Monthly Review Press.
p'Bitek, O. 1971. — *African religions in western scholarship*, Nairóbi, EALB.
Peace, A. 1979. — "Industrial protest in igeria", em: R. Cohen *et al.* (org.), *Peasants and proletariat*, Nova Iorque, Monthly Review Press.
Pearce, R. D. 1982. — *The turning point in Africa: British colonial policy 1938-48*, Londres, Frank Casso
Pearce, R. D. 1984. — "The Colonial Office and planned decolonization in Africa", *Africa Affairs*, 83, 330, pp. 77-93.
Peel, J. D. Y. 1983. — *ljeshas and Nigerians: the incorporation of a Yoruba kingdom, 1890s-1970s*, Cambridge, CUP.
Peil, M. 1977. — *Consensus and conflict in African societies*, Londres, Longman.
Peil, M. e Sada, P. O. — *African urban society*, Chichester, John Wiley and Sons.
Peixoto, A. C. 1983. — "Le Brésil et l'Afrique : solidarités culturelles et stratégies commerciales", *Politique africaine* (Paris), 10, 10 de junho, pp. 25-38.
Pelissier, R. 1978. — *La Colonie du Minotaure : nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*, Montamets-Orgeval, Éditions Pelissier.

Pelissier, R. 1979. — *Le naufrage des caravelles : études sur la fin de l'Empire portugais (1961-1975)*, Montamets-Orgeval, Éditions Pelissier.
Pelissier, R. 1982. — "Aspects de l'africanisme brésilien", *Le Mois en Afrique* (Paris), 200, pp. 56-76.
Perani, J. 1979. — "Nupe costume crafts", *African Arts*, 12, 3, pp. 53-57.
Perham, M. 1967, 1970. — *Colonial sequence*, 2 vol., Londres, Methuen.
Perier, G. D. 1930. — *Négreries et curiosités congolaises*, Bruxelas, L'Églantine.
Perier, G. D. 1950-1952. — "Artisanat et arts populaires", em *Encyclopédie du Congo belge*, vol. III, Bruxelas, Éditions Bieleveld, pp. 799-814.
Perry, A. 1984. — "The art of hand weaving", *West Africa*, 3496, 20 de agosto, pp. 1682-1683.
Person, y. 1979. — "Le Front populaire au Sénégal (maio 1936-outubro 1938)", *Le Mouvement social* (Paris), 107, pp. 77-101.
Pfaff, F. 1984. — *The cinema of Ousmane Sembene : a pioneer of African film*, Westport, Greenwood Press.
Pfeifer, K. 1981. — "Algeria's agrarian transformation", *Merip Reports*, 99, setembro, pp. 7-14.
Pheto, M. 1981. — "Black film makers", *Index on Censorship*, 10, 4.
Pichon, P. 1945. — *La question de la Libye dans le règlement de la paix*, Paris, Peyronne.
Picton, J. e Mack, J. 1979. — *African textiles: looms, weaving and design*, Londres, British Museum Publications.
Plateau Students' Association. 1974. — "Our stand for a Plateau State", carta à sua Excelência o General Yakubu Gowon, HFMG, datada de 13 de junho de 1974 (carta reprogravada não publicada).
PNUE. 1981. — *Environment and development in Africa*, vol. II, Oxford, Pergamon Press.
Pokornowski, M. *et al.* **1985. —** *Africa in dress II : a select and annotated bibliography*, East Lansing, Michigan State University.
Politika Frantsii v. Azii i v Afrike. **1965, —** Moscou, Nauka.
Ponsionen, J. A. 1971. — *Education and political values*, Nairóbi, EAPH.
Popov, V. 1. *et al.* **1975. —** *Studies of Soviet foreign policy*, Moscou, Progress Publishers.
Portimer, R. A. 1972. — "Ousmane Sembene and the cinema of decolonization", *Africa Arts*, 5, 3, pp. 26-31 e 62.
Post, K. 1964. — *The new states of West Africa*, Harmondsworth, Penguin Books.
Post, K. 1977. — "Peasantization in West Africa", em: P. C. W. Gutkind e P. Waterman (org.), pp. 241-251.
Potekhin, 1. V. 1963. — "Reply to my opponents on African socialim", *International Affairs* (Moscou), janeiro, pp. 71-75.
Pratt, R. C. 1976. — *The critical phase in Tanganyika 1945-1968 : Nyerere and the emergence of a socialist strategy*, Cambridge, CUP.
Présence africaine. 1961. — *Colloque sur les religions, Abidjan, 5-12 avril*, Paris, Présence africaine.

Présence africaine. 1972. — *African religions as a source of civilization values, Cotonou Symposium, 16-22 August 1970*, Paris, Présence africaine.
Preston, G. N. 1975. — "Perseus and Medusa in Africa: military art in Fanteland (1834-1972)", *African Arts*, 8, 3, pp. 36-41 e 68-71.
Priebatsch, S. e Knight, N. 1979. — "Ndebele figurative art", *African Arts*, 12, 2, p. 32.
Pritchett, O. 1979. — "Nigerian truck art", African Arts, 12, 2, pp. 27-31.
Proctor, J. H. (org.). 1965. — *Islam and international relations*, Nova Iorque, Praeger.
Proshin, N. I. 1975. — *Istoriya Livii* [História da Líbia], Moscou, Nauka.
Pugh, P. e Ajayi, J. F. A. 1990. — *Cementing a partnership : the story of WAPCO (West Africa Portland Cement Company) 1960-90*, Cambridge, Cambridge Business Publishing.
Pye, L. 1962. — *Aspects of political development*, Boston, Little, Brown.

Qubain, F. 1960. — *Inside the Arab mind: a bibliographical survey of literature in arabic on Arab nationalism and unity ; with an annotated list of English language books and articles*, Arlington, Middle East Research Associates.
Queuille, P. 1965. — *Histoire de l'afro-asiatisme jusqu'à Bandoung*, Paris, Payor.
Quimby, I. M. G. e Swank, S. T. 1980. — *Perspective on America folk art*, Nova Iorque, Norton.

Rabearimanana, L. 1980*a*. — *La presse d'opinion à Madagascar de 1947 à 1956*, Antananarivo, Librairie mixte.
Rabearimanana, L. 1980*b*. — "Presse d'opinion et luttes politiques à Madagascar de 1946 à 1956", *Revue française d'histoire d'outre-mer*, 67, 246-247, pp. 99-122.
Rabemananjara, R. W. 1952. — *Histoire de la nation malgache*, Paris, Lachaud.
Radwan, S. 1981. — *Capital formation in Egyptian industry and agriculture 1882-1967*, Londres, Ithaca Press; 1ª ed. 1974.
Ramchandani, R. R. (org.). 1980. — *India and Africa*, Nova Déli, Radiant Publishers.
Ramirez, E e Rolot, C. 1985. — *Histoire du cinéma colonial au Zaïre, au Rwanda et au Burundi*, Tervuren, Museu Real da África Central.
Ranciro, R. 1982. — "La colonisation démographique en Libye : un essai d'analyse", *Mondes et culture*, 42, 3, pp. 485-499.
Ranger, T O. 1968*a*. — "Connexions of 'primary resistance' movements and modern mass nationalism in East and Central Africa", 1ª parte: *JAH*, 9, 3, pp. 437-453 ; 2ª parte: *JAH*, 9, 4, pp. 631-641.
Ranger, T. O. 1968*b*. — *Emerging themes of African history*, Nairóbi, EAPH.
Ranger, T. O. 1975. — *Dance and society in eastern Africa*, Londres, Heinemann.
Ranger, T. O. 1983. — *Peasant consciousness and guerrilla war in Zimbabwe,* Londres, James Currey.
Ranger, T. O. 1986. — "Religious movements and politics in Africa", *African Studies Review*, 29, 2, pp. 1-70.

Ranger, T. O. e Weller, J. (org.). 1975. — *Themes in the christian history of Central Africa*, Berkeley/Los Angeles, UCP.
Raunig, W. 1985. — *Catalogue of exhibition on Ethiopian art*, Munique, Museu de Munique.
Ravenhill, J. (org.). 1986. — *Africa in economic crisis*, Basingstoke/Nova Iorque, Macmillan/Columbia University Press.
Ravenhill, J. 1985. — *Collective clientelism : the Lomé Conventions and North-South relations*, Nova Iorque, Columbia University Press.
Raymond, A. 1955. — *La Tunisie*, Paris, PUE
Read, M. 1936. — "Tradition and prestige among the Ngoni", *Africa*, 9, 4, pp. 453-484.
Read, M. 1955. — *Education and social change in tropical areas*, Londres, Thomas Nelson and Sons.
Reader, D. H. 1964. — "A survey of categories of economic activities among the peoples of Africa", *Africa*, 34, 1, janeiro, pp. 28-45.
Recherche, pédagogie et culture. 1983. — 61, pp. 101-105.
Reid, 1. S. 1976. — "Black Americans and Africa", em: M. M. Smythe (org.), *The Black American reference book*, Nova Iorque, Prentice Hall, pp. 648-684.
Rejai, M. e Enloe, C. 1969. — "Nation-states and state-nations", *International Studies Quarterly*, 13, 2, junho.
Renninger, J. P. 1982. — "The future of economic cooperation schemes in Africa, with special reference to ECOWAS", em: T. M. Shaw (org.), *Alternative futures for Africa*, Boulder, Westview Press, pp. 153-179.
Report of the Advisory Commission. **1960. —** Cmd 1148, Londres, HMSO.
Report of the Nyasaland Commission of Inquiry. **1959. —** Cmd 814, Londres, HMSO.
República do Quênia. 1972. — "Official report, House of Representatives, First Parliament, second session, vol. II, part 11, 14 de agosto de 1964, cols. 1707-10", em: C. Gertzel et al. (org.).
República do Quênia. 1979-1983. — *Planning for progress: our fourth Development Plan : a short version of the Development Plan, 1979-1983*, Nairóbi, Imprensa Nacional.
República Federal da Nigéria. 1972. — "Nigerian enterprises promotion decree nº 4", Lagos.
República Federal da Nigéria, Ministério da Educação. 1981. — *National policy on education*, Lagos.
República-Unida da Tanzânia. s. d. — *Julius Nyerere, socialism and rural development*, Dar es-Salaam, Government Printer.
República-Unida da Tanzânia. 1967*a*. — *Arusha Declaration: answers and questions*, Dar es-Salaam, Government Printer.
República-Unida da Tanzânia. 1967*b*. — *The President explains the Arusha Declaration*, Dar es-Salaam, Serviço de Informação.
República-Unida da Tanzânia. 1977. — *United Republic of Tanzania : the economic survey and annual plan 1970-1977*, Dar es-Salaam, Imprensa do Governo.

Revue française d'histoire d'outre-mer. **1977. —** Edição especial dirigida por C. Coquery-Vidrovitch, "L'Afrique et la crise de 1930 (1924-1938)", 63, 232-233.

Ricard, A. 1975. — "Le théâtre populaire de l'Afrique de l'Ouest", *Revue d'histoire du théâtre*, 1, pp. 1-104.

Ricard, A. 1982. — "Le cinéma populaire nigérian", *Recherche, pédagogie et culture*, 58, 4, pp. 65-69.

Richards, A. 1982. — *Egypt's agricultural development 1800-1980 : technical and social change*, Boulder, Westview Press.

Richards, P. 1983. — "Ecological change and the politics of African land use", *African Studies Review*, 26, 2, junho, pp. 1-72.

Richards, P. 1985. — *Indigenous agricultural revolution: ecology and food production in West Africa*, Londres, Hutchinson.

Robert, M. 1976. — *La Réunion: combats pour l'autonomie*, Paris, L'Harmattan.

Roberts, R. 1974. — *French development assistance: a study in policy and administration*, Londres, Sage.

Robinson, R. 1980. — "Sir Andrew Cohen and the transfer of power in tropical Africa, 1940-1957", em: W. H. M. Jones e G. Fischer (org.), pp. 50-72.

Robson, P. 1983. — *Integration, development and equity: economic integration in West Africa*, Londres, George Allen and Unwin.

Rodinson, M. 1968*a*. — *Israel et le refus arabe. Soixante-quinze ans d'histoire*, Paris, Éditions du Seuil.

Rodinson, M. 1968*b*. — *Israel and the Arabs*, Harmondsworth, Penguin Books.

Rodney, W. 1972, 1981. — *How Europe underdeveloped Africa*, Dar es-Salaam/Washington, Tanzania Publishing House/Howard University Press.

Rodrigues, J. H. 1982. — *Brasil e África: Outro Horizonte*, 3ª ed. aumentada, Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira.

Roesch, O. 1984. — "Peasants and collective agriculture in Mozambique", em: J. Barker (org.), pp. 291-317.

Rogers, J. A. 1972. — *World's greatest men of colour*, vol. I e II, Nova Iorque, Collier Books.

Rohrbach, J. 1940. — *Das neue deutsche Kolonialreich in Africa*, DWI, A. 26/44, 29 de agosto de 1940, Berlin.

Roire, C. 1967. — "Le Congo et l'ONU", *Revue française de politique africaine*, 21.

Rokkan, S. 1973. — "*Centre-formation, nation-building and cultural diversity: report on a UNESCO programme*", em: S. N. Eisenstadt e S. Rokkan (org.), vol. I, pp. 13-38.

Romanova, V. e Tsriklis, I. 1978. — "Ekonomitcheske Syvazi SSR razvivayouchtochimcia Stranami", *Ekonomitcheskie Naouki*, 3.

Romero, R. H. 1986. — "Enjeux sahariens dans les plans de guerre de l'Axe durant la deuxième guerre mondiale", em: *Actes du colloque euro-africain sur l'histoire du Sahara et des relations sahariennes entre le Maghreb et l'Ouest africain du Moyen Âge à la fin de l'époque coloniale*, Bergamo, pp. 213-218.

Rondot, P. 1958. — *L'islam et les musulmans d'aujourd'hui*, 2 vol., Paris, Éditions de l'Orante.
Rood, L. L. 1976. — "Nationalization and indigenization of Africa", *Journal of Modern African Studies*, 14, 3, pp. 427-447.
Rosberg, C. G. e Nottingham, J. 1966. — *The myth of "Mau Mau" : nationalism in Kenya*, Nairóbi, EAPH.
Roseyear, D. R. 1984. — "Cross River tombstones", *African Arts*, 18, 1, pp. 44-47 e 94.
Rosny, E. de. 1983. — "Les Églises indépendames africaines : fonction sociale et originalité culturelle", *Études*, 1º de janeiro, pp. 93-107.
Ross, A. 1977. — "The Capricorn Africa Society and European reactions to African nationalism in Tanganyika, 1949-60", *African Affairs*, 76, pp. 519-535.
Ross, A. 1981. — "Multiracialism and European politics in Tanganyika, 1945-61", tese de doutorado, Universidade de Londres.
Ross, D. H. 1984. — "The Art of Osei Bonsu", *African Arts*, 17, 2, pp. 28-40 e 90.
Rotberg R. 1. 1966. — *The rise of nationalism in Central Africa: the making of Malawi and Zambia 1873-1964*, Cambridge, Mass., HUP.
Roth, A. 1961. — *Le théâtre algérien de langue dialectale*, 1926-1954, Paris, Maspero.
Rothchild, D. e Rogin, M. 1966. — "Uganda", em: G. Carter (org.), pp. 337-440.
Rouissi, M. 1977. — *Population et societé au Maghreb*, Túnis, Ceres-Production.
Rout, L. 1976. — *The African experience in Spanish America*, Cambridge, CUP.
Royal Institute of International Affairs. 1937. — *The colonial problem: a report by a study group of members of the Royal Institute of International Affairs*, Londres, OUP.
Ruanda Politique, 1958-1960. **1960. Bruxelas, CRISP.**
Rubin, L. e Weinstein, B. 1974. — *Introduction to African politics: a continental approach*, Nova Iorque, Praeger.
Rweyemanu, A. M. e Hyden, G. (org.). 1975. — *A decade of public administration in Africa*, Nairóbi, EALB.
Rweyemanu, J. F. 1973. — *Underdevelopment and industrialization in Tanzania*, Nairóbi, OUP.
Rweyemanu, J. F. 1978. — "Africa and the new international economic order", em: R. Synge (org.), pp. 36-43.
Rycroft, D. 1959. — "African music in Johannesburg: African and non-African features", *International Folk Music Council*, 11, pp. 25-30.
Rymalov, V. 1959*a*. — em: *Temps nouveaux*.
Rymalov, V. 1959*b*. — "Soviet assistance to the underdeveloped countries", *International Affairs*, 9, setembro.

Saadallah, A. K. 1981. — La montée du nationalisme en Algérie, Argel, ENAL.
Sabri-Abdalla, I. 1980. — "Heterogeneity and differentiation : the end for the Third World", em: K. Haq (org.).
SAC. 1967. — "Table-ronde sur les langues africaines", *Présence africaine*, 67, 3º trimestre, pp. 53-123.

SAC. 1971. — "Table-ronde sur le swahili comme langue de culture, d'enseignemem et grand vehiculaire interafricain", *Présence africaine*, 78, 2º trimestre, pp. 49-117.
al-Sādāt, A. 1957. — *Revolt on the Nile*, Londres, Wingate.
Sadic, J. 1960. — "The social anthropology of economic underdevelopment", *Economic Journal*, 70, 278, pp. 294-303.
Saenz, P. 1969. — "A Latin American African partnership", *Journal of Inter-American Studies*, Coral Gables, 11, 2, abril, pp. 317-327.
Saint-Veran, R. 1977*a*. — *A Djibouti avec les Afars et les Issas*, Paris.
Saint- Veran, R. 1977*b*. — *Djibouti, pawn of the Horn of Africa*, trad. resumida de V.Thompson e R. Adloff, Metuchen, Scarecrow Press.
Salmons, J. 1977. — "Mammy Wata", *African Arts*, 10, 3, pp. 8-15 e 87-88.
Sarnoff, J. 1981. — "Crises and socialism in Tanzânia", *The Journal of Modern African Studies*, 19, 3, pp. 279-306.
Sandrart, G. 1953. — *Ruanda-Urundi*, Bruxelas, Dessart.
Sanneh, L. 1986. — *Islam, christianity and social change in Africa: the evolution of research between 1960 and 1985*, não publicado.
Santerre, R. 1977. — "Aspects conflictuels de deux systèmes d'enseignement au Nord-Cameroun", *Canadian Journal of African Studies*, 5, primavera, pp. 157-169.
Sarraut, A. 1931. — *Grandeur et servitude coloniales*, Paris, Éditions du Sagittaire.
Sartre, J.-P. 1963. — "Orphée noir", em: L. S. Senghor, *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*, reed. Paris, PUF, 1992.
Sastre, R. 1962. — "Contribution de l'Église catholique à l'expression culturelle de la personnalité africaine", em: *Colloque sur les religions*, UNESCO e SAC, Paris.
Sauvant, K. P. 1980. — "The origins of the NIEO discussions", em: K. Sauvant (org.), *Changing priorities on the international agenda: the new international economic order*, Nova Iorque, Pergamon Press, pp. 7-40.
Sauvant, K. P. 1981. — *The Group of 77 : evolution, structure, organization*, Nova Iorque, Oceana Publications.
Sawant, A. B. 1981. — *Egypt's Africa policy*, Nova Déli, National Publishing House.
Sayegh, F. A. (org.). 1964. — *The dynamics of neutralism in the Arab world: a symposium*, San Francisco, Chandler.
Scanlon, D. G. 1964. — *Traditions of African education*, Nova Iorque, Columbia University Teachers College Press.
Schipper, M. 1982. — *Theatre and society in Africa*, Joanesburgo, Raven Press.
Schissel, H. 1985 — "Through a glass colourfully", *WestAfrica*, 3547, 19 de agosto, pp. 1698-1699.
Schmitt, M. 1942. — "Leistung und Potential der afrikanischen Wirtschaft", *DKD*, 9110, pp. 91-98.
Schmitter, P. C. 1972. — *Autonomy or dependence as regional integration outcomes: Central America*, Berkeley, Institute of International Studies, University of California, Research Series, nº 17. .

Schneider, B. 1972. — "Malangatana of Mozambique", *African Arts*, 5, 2, pp. 40-45.
Schneider, E. A. 1985. — "Ndebele mural art", *African Arts*, 18,3, pp. 60-67.
Schoepf, B. G. 1984 — "Man and biosphere in Zaire", em: J. Barker (org.), pp. 269-291.
Schram, R. 1981. — "Traditional medicine and modern medicine", em: R. Oliver e M. Crowder (org.), pp. 391-396.
Scohy, A. 1955. — *L'Uele secret*, Bruxelas, Office international de la librairie.
Sebag, P. 1951. — *La Tunisie : essai de monographie*, Paris, Éditions sociales.
Segal, A. 1966. — "Giant strangers: Africa and Latin America", *Africa Report* (Washington), 11, 4, pp. 48-53.
Segal, A. 1983*a*. — "Latin America's year in Africa", em: C. Legum (org.), *Africa contemporary record: annual survey and documents, 1973-1974*, **vol. VI, Londres, Rex Collings, 1ª ed. 1974, A107-A11.**
Segal, A. 1983*b*. — "Cuba and Africa: military and technical assistance", em: B. Levine (org.), pp. 123-147.
Seidman, A. 1972. — *An economics textbook for Africa*, Londres, Methuen.
Sekou Touré, A. 1963. — *Guinean revolution and social progress*.
Selcher, W.A. (org.). 1981. — *Brazil in the international system: the rise of a middle power*, Boulder, Westview Press.
Selcher, W. A. 1974. — *The Afro-Asian dimensions of Brazilian foreign policy, 1956-1972*, Gainesville, University Press of Florida.
Senghor, L. S. 1964. — *Négritude et humanisme*, Paris, Éditions du Seuil.
Senghor, L. S. 1965. — "Prayer for peace", em: J. Reed e C. Wake (org. e trad.), *Senghor: prose and poetry*, Londres, OUP.
Senghor, L. S. 1971. — *Liberté II : nation et voie africaine du socialisme*, Paris, Éditions du Seuil.
Serapiao, L. B. e El-Khawas, M. A. 1979. — *Mozambique in the twentieth century : from colonialism to independence*, Washington, University Press of America.
Serfontein, J. H. P. 1979. — *Brotherhood of Power : an expose of the secret Afrikaner Broederbond*, Londres, Rex Collings.
Serumaga, R. e Johnson, J. 1970. — "Uganda's experimental theatre", *African Arts*, 3, 3, pp. 52-55.
Shaath, N. A. 1975. — "African manpower needs and the role of technical assistance", em: A. M. Rweyemanu e G. Hyden (org.), pp. 97-109.
Shamrai, I. V. 1968. — "The problems of realizing economic co-operation between socialist and developing countries", *Narodvi Azii i Afriki*, 4, pp. 3-15.
Shamuyarira, N. M. 1965. — *Crisis in Rhodesia*, Londres, Deutsch.
Shariff, I. N. 1988. — *Tungo Zetu*, Trenton, The Red Sea Press.
Sharma, D. N. 1969. — *Afro-Asian Group in the United Nations*, Allāhābād, Chaitanya Publishing House.
Shaw, T. M. 1975*a*. — "Regional co-operation and conflict in Africa", *International Journal*, 30, 4, outono, pp. 667-668.

Shaw, T. M. 1975*b*. — "The political economy of African international relations", *Issue*, 5, 4, inverno, pp. 29-38.
Shenton, R. 1986. — *The development of capitalism in northern Nigeria*, Londres, James Currey.
Sheriff, A. e Ferguson, E. (org.). 1991. — *Zanzibar under colonial rule*, Londres, James Currey.
Shirazi, M. 1987. — "Film festival host", *West Africa*, 3628, 23 de março, pp. 558-559.
Shivji, I. G. 1976. — *Class struggles in Tanzania*, Nova Iorque/Londres, Monthly Review Press.
As-Sibaci, M. s.d. — *lstiakiyat al-Islam* [O socialismo islâmico], Cairo.
Sieber, R. 1972. — *African textiles and decorative arts*, Nova Iorque, Museu de Arte Moderna.
Sik, E. 1966. — *Histoire de l'Afrique noire*, vol. II, Budapeste, Akadémiai Kiadó.
Silva, L. A. 1982. — "L'immigration cap-verdienne", dissertação de DEA, Centro de Pesquisas Africanas, Universidade Paris I.
Singer, C. 1959. — *A short history of scientific ideas*, Oxford, Clarendon Press.
Sithole, N. 1959. — *African nationalism*, Londres, OUP.
Skvirsky, D. 1967. — *Milestones of soviet foreign policy*, 1917-1967, Moscou, Progress Publishers.
Smelser, N. J. 1968. — *Essays in sociological explanation*, Englewood Cliffs, Prentice Hall.
Smith, A. 1976. — "The end of the Arab Sultanate: Zanzibar 1945-1964", em: D. A. Low e A. Smith (org.).
Smith, E. W. 1962. — "Popular music in West Africa", *African Music*, 3, 1, pp. 11-17.
Smith, F. e Eicher, J. (org.). 1982. — *African Art*, 15, 3.
Smith, M. G. 1971. — "Institutional and political conditions of pluralism", em: L. Kuper e M. G. Smith (org.), pp. 27-67.
Smith, P. G. 1970. — *Theories of value and problems of education*, Urbana, University of Illinois Press.
Smollan, R. 1987. — *Black advancement in the South African economy*, Londres Macmillan.
Smyth, R. 1984. — "War propaganda during the Second World War in Northern Rhodesia", *African Affairs*, 83, julho, pp. 345-358.
Smyth, R. 1985. — "Britain's African colonies and British propaganda during the Second World War", J*ournal of Imperial and Commonwealth History*, 14, 1, pp. 65-83.
Solodnikov, V. 1976. — "Elimination of colonial system: an expression of the general crisis of capitalism", *International Affairs*, agosto.
Soubbotine, V. 1973. — "L'Afrique occidentale et équatoriale sous la domination française", em: *L'Afrique dans les études soviétiques*, Moscou, Nauka, pp. 128-151.
South Africa Research Service (org.). 1984. — *South Africa review II*, Joanesburgo, Raven Press.

Southall, A. 1979. — *Small urban centers in rural development in Africa*, Madison, African Studies Program, Universidade de Wisconsin.

Soviet Ethnography. **1950. 1.**

Sow, A. I. (org.). 1966. — *La femme, la vache, la foi : écrivains et poètes du Fouta-Djalon*, Paris, Julliard.

Sow, A. 1. 1977. — *Langues et politiques de langues en Afrique noire: l'expérience de l'Unesco*, Paris, Nubia.

Soyinka, W. 1973. — *Le lion et la perle*, trad. J. Chuto e P. Laburthe-Tolra, Yaoundé, Clé, ed. original 1963.

Soyinka, W. 1987. — "Les arts en Afrique a l'époque de la domination coloniale", em: A. A. Boahen (org.), pp. 581-607.

Spacensky, A. 1970. — *Madagascar. Cinquante ans de vie politique*, Paris, Nouvelles Éditions latines.

Spence, C. F. 1951. — *The Portuguese colony of Mozambique: an economic survey*, Cidade do Cabo, Balkema.

Spence, J. E. 1964. — "British policy towards the High Commission Territories", *Journal of Modern African Studies*, 2, 2, pp. 221-246.

Spencer, J. 1985. — *The Kenya African Union*, Londres, KPI.

Stamp, D. L. 1960. — *Our developing world*, Londres, Faber and Faber.

Stavenhagen, R. 1975. — *Social classes in agrarian societies*, Garden City, Anchor Press/Doubleday.

Steiner, C. B. 1985. — "Another image of Africa: toward an ethnohistory of European cloth marketed in West Africa, 1873-1960", *Ethnohistory*, 32, 2, pp. 91-110.

Stengers, J. 1983. — "Introduction", em: Academia Real de Ciências do Além-mar, 1983.

Stevens, C. 1976. — *The Soviet Union and Black Africa*, Londres, Macmillan.

Stevens, R. P. 1967. — *Lesotho, Botswana and Swaziland: the former High Commission Territories in southem Africa*, Londres, Pall Mall Press.

Stichter, S. 1982. — *Migrant labour in Kenya: capitalism and African response 1895-1975*, Harlow, Longman.

Still, M. H. Lelong. 1946. — *Mes frères du Congo*, Argel, Éditions Bacconier.

Stout, A. J. 1966. — *Modern Makonde sculpture*, Nairóbi, Kibo Art Gallery Publications.

Streeten, P. 1972. — *Aid to Africa: a policy outline for the 70s*, Nova Iorque, Praeger.

Suleiman, M. W. 1989. — "Morocco in the Arab and Muslim world: attitudes of Moroccan youth", *The Maghreb Review*, 14, 1-2, pp. 16-27.

Sundkler, B. 1961. — *Bantu prophets in South Africa*, Londres, OUP.

Suret-Canale, J. 1961. — *Afrique noire, occidentale et centrale*; vol. I, *Géographie, civilisations, histoire*, Paris, Éditions sociales, 3ª ed. rev., 1968.

Suret-Canale, J. 1964. — *Afrique noire, occidentale et centrale*; vol. II, *L'ere coloniale, 1900-1945*, Paris, Éditions sociales.

Suret-Canale, J. 1972. — *Afrique noire, occidentale et centrale*; vol. III, *De la colonisation aux indépendances*, 1945-1960, Paris, Éditions sociales.

Suret-Canale, J. 1987. — *Afrique et capitaux*, vol.II, Paris, À l'arbre verdoyant.

Sykes, J. 1971. — *Portugal and Africa: the people and the war*, Londres, Hutchinson.

Sylla, L. (org.). 1977. — *Tribalisme et parti unique en Afrique noire*, Paris, Fondation nationale des sciences politiques.

Sylvester, A. 1981. — *Arabs and Africans: co-operation for development*, Londres, Bodley Head.

Synge, R. (org.). 1978. — *Africa guide*, Chicago, Rand McNally.

Szombati-Fabian, J. e Fabian, J. 1976. — "Art, history and sociery", *Studies in the Anthropology of Visual Communication*, 3, 1, pp. 1-21.

Taha, M. M. 1987. — *The second message of islam*, Evanston, Northwestern University Press.

Tangri, R. 1975. — "From the politics of union to mass nationalism: the Nyasaland African Congress 1944-59", em: R. J. Macdonald (org.), pp. 254-281.

Teisen, M. 1968. — *Tingatinga*, Copenhague.

Tempels, P. 1949. — *La philosophie bantoue*, Paris, Présence africaine.

Tenreiro, F. 1961. — *A ilha de São Tomé*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa.

Tessler, M. A., O'Barr, W.M. e Spain, D. H. 1973. — *Tradition and identity in changing Africa*, Nova Iorque, Harper and Row.

The Listener (Londres). 1963. — Apresentação por Hugh Trevor-Roper da série televisiva da BBC *The Rise of Christian Europe*, 28 de novembro, p. 871.

Theatre Quarterly **1977-1978. —** "The theatre in South Africa", edição especial, 7, 28.

Thiel, J. F. e Helf, H. 1984. — *Christliche Kunst in Africa*, Berlin, D. Riemer.

Third World Quarterly. **1979. —** "South-South dialogue: a brief report", 1, 2, abril, pp. 117-122.

Thoahlane, T. (org.). 1975. — Black renaissance: papers from the Black Renaissance Convention, Joanesburgo, Raven Press.

Thomas, L. V. 1958-1959. — *Les Diola : essai d'analyse fonctionnelle sur une population de Basse-Casamance*; vol. I, 1958; vol II, 1959; Dakar, IFAN.

Thompson, K. W. e Fogel, B. R. 1976-1977. — *Higher education and social change*, 2 vol., Nova Iorque, Praeger.

Thompson, R. F. 1983. — *Flash of the spirit*, Nova Iorque.

Thompson, R. F. e Cornet, J. 1981. — *The four moments of the sun*, Washington, National Gallery of Art.

Thompson, V. M. e Adloff, R. 1960. — *The emerging states of French Equatorial Africa*, Stanford, Stanford University Press.

Thompson, V. M. e Adloff, R. 1965. — *The Malagasy Republic*, Stanford, Stanford University Press.

Thompson, V. M. e Adloff, R. 1968. — *Djibouti and the Horn of Africa*, Stanford, Stanford University Press.
Thompson, V. P. 1969. — *Africa and unity: The evolution of pan-africanism*, Londres, Longman.
Thompson, W. S. 1969. — *Ghana's foreign policy*, 1957-1966: *diplomacy, ideology and the new state*, Princeton, PUP.
Throup, O. 1985. — "The origins of Mau Mau", *African Affairs*, 84, 336, pp. 399-435.
Throup, O. 1987. — *Economic and social origins of Mau Mau*, Londres, James Currey.
Tomiche, F-J. 1974. — *Syndicalisme en RAU (Egypte) 1900-1967*, Paris, Maisonneuve et Larose.
Tomiche, N. 1966. — *L'Egypte moderne...* , Paris, PUF
Touval, S. 1963. — *Somali nationalism*, Cambridge, Mass., HUP.
Tracey, H. 1952. — *African dance of the Witwatersrand*, Joanesburgo, Gold Mines.
Tracey, H. 1961. — *The evolution of African music and its function in the present day*, Joanesburgo, Institute for the Study of Man in Africa.
Tracey, H. 1973. — *Catalogue : the sound of Africa series*, Roodeport, International Library of African Music.
TransAfrica, — *TransAfrica Forum*.
Transition (Kampala). — 1963,3, 11, novembro.
Traoré, A. 1983. — *Cheikh Hamahoullah : homme de foi et résistant*, Paris, Maisonneuve et Larose.
Traoré, B. 1958. — *Le théâtre négro-africain et ses fonctions sociales*, Paris.
Traoré, B. 1969. — "Le théâtre africain au Festival culturel pan africain d'Alger", *Présence africaine*, 72, 4, pp. 179-189.
Trapido, S. 1970. — "Political institutions and Afrikaner social structures in the Republic of South Africa", em: I. L. Markovitz (org.), pp. 368-393.
Trevaskis, G. K. N. 1960. — *Eritrea: a colony in transition, 1941-1952*, Londres, OUP.
Trimingham, S. J. 1952. — *Islam in Ethiopia*, Londres, OUP.
Trincaz, P.-X. 1984. — *Colonisation et régionalisme: Ziguinchor en Casamance*, Paris, ORSTOM.
Tronchon, J. 1983. — L'insurrection malgache de 1947, Antananarivo, Maspero/ MCAR; 1ª ed. 1974, Paris, Maspero.
Tshibangu, T. 1960. — "Comment assumer dans l'Église le chant et l'art chorégraphique africains ?", *Band*, 19,2-3, pp. 66-82 e 94-105.
Tunji, V. 1976. — "Lagos state music and dance", *African Arts*, 9, 2, pp. 35-39.
Turner, S. 1977. — "The naval balance is not a number game", *Foreign Affairs*, 55, 2, janeiro, pp. 339-355.
Turner, H. W. 1968. — Bibliography of modern African religious movements, suplemento 1, *Journal of Religions in Africa* (Leyde), 1, pp. 173-211.
Twaddle, M. 1978. — "Was the Democratic Party of Uganda a purely confessional party?", em: E. Fashole-Luke *et al.* (org.), pp. 255-266.

Twitchett, C. C. 1979. — *Europe and Africa: from association to partnership*, Farnborough, Saxon House.

Twose, N. 1984. — "No pastures new», *West Africa*, 3484, 28 de maio, pp. 1115-1116.

Uchendu, V.C. 1967. — "Some principles of haggling in peasant markets", *Economic Development and Cultural Change*, 16, 1, outubro, pp. 37-51.

Uchendu, V. C. e Anthony, K. R. M. 1975. — *Agricultural change in Teso District, Uganda*, Nairóbi/Kampala/Dar es-Salaam, University of East Africa.

Uganda Argus. **1964. —** 4 de abril.

UNESCO. 1961*a*. — *Conference of African states on the development of education in Africa (Addis Ababa), outline of a plan for African educational development*, UNESCO E0/181, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1961*b*. — *Conference of African states on the development of education in Africa (Addis Ababa),* Relatório final, UNESCO/EO/181, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1963. — *Conference on the development of higher education in Africa, Tananarive*, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1974. — *Young people and African cultural values*, Abomey, 1974, doc. SHC/75/WS/9, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1975. — *Intergovermnental Conference of cultural policies in Africa (Accra, 1975)*, Relatório final, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1976. — *Conference on education in Africa in the light of the Lagos Conference*, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1980. — *La présence négro-africaine dans les Caraïbes et les Amériques*, doc. CC-79/CONF.601, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1981*a*. — *African languages* (Harmonization of African languages and African reference alphabet, Niamey, 1978), doc. CC.80/WS/60, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1981*b*. — *La décolonisation de l'Afrique : Afrique australe et corne de l'Afrique*, História Geral da África, Estudos e Documentos, nº 5, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1981*c*. — *Langues africaines* (Línguas africanas regionais e subregionais, Bamako, 1979), doc. CC.80/WS/59, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1982. — *World Conference of cultural policies, 26 July-6 August, Mexico City, Final Report*, CLT/MD/1, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1983. — *L'Afrique et le nouvel ordre économique international. Conférence sur l'enseignement du droit international en Afrique, Yaoundé*, 28 de novembro - 2 de dezembro, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1984. — *Les relations historiques et socioculturelles entre l'Afrique et le monde árabe de 1935 à nos jours,* História Geral da África, Estudos e Documentos, nº 7, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1985*a*. — *La définition d'une stratégie relative à la promotion des langues africaines, Conakry, 1981*, doc. CLT/85/WS/72, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1985*b*. — L'Afrique et la seconde guerre mondiale, História Geral da África, Estudos e Documentos, nº 10, Paris, UNESCO.

UNESCO 1985-1986. — "Les survivances des traditions religieuses africaines dans la Caraïbe et en Amerique latine", em: *African cultures*, doc. CC-86/WS/24, Paris, UNESCO.

UNESCO. 1993. — *Le rôle des mouvements d'étudiants africains dans l'évolution politique et sociale de l'Afrique de 1900 à 1975*, História Geral da África, Estudos e Documentos, nº 12, Paris, UNESCO.

UNESCO, CEA e OUA. 1982. — *Conference on specific aspects of educational development in Africa, Harare*; 1. — "African development strategies and their implications for education"; 2. — "Development of education in Africa: a statistical review"; 3. — "Education and endogenous development in Africa: trends, problems and prospects"; 4. — "Final Draft Report"; 5. — "Specific aspects of educational development in Africa"; doc. ED/82/MINEDAF, Paris, UNESCO.

Vacono, S. 1974. — *Les étapes de la décolonisation française*, Paris, PUF.

Vail, L. 1975. — "The making of an imperial slum: Nyasaland and its railways, 1895-1935", *JAH*, 16, 1, pp. 89-112.

Vail, L. 1977. — "Railway development and colonial underdevelopment: the Nyasaland case", em: R. Palmer e N. Parsons (org.), pp. 365-395.

Vail, L. 1983. — "The state and the creation of colonial Malawi's agricultural (1983) economy", em: R. Rotberg (org.), *Imperialism, colonialism and hunger: East and Central Africa*, Lexington, Mass., MIT, pp. 39-87.

Valdes, N. P. 1980. — "Cuba's involvement in the Horn of Africa", *Cuban Studies* (Pitsburgh), 10, 1, janeiro, pp. 46-79.

Van Bilsen, A. A. J. 1977. — *Vers l'indépendance du Congo et du Ruanda- Urundi : réflexions sur les devoirs et l'avenir de la Belgique en Afrique centrale*, Kinshasa, Presses universitaires du Zaïre.

Van den Berghe, P. 1968. — "Les langues européennes et les mandarins noirs", trad. K. Mateene, *Présence africaine*, 68, 4º trimestre.

Van den Bossche, J. 1955. — *Madya, graveur de calebasses*, Bruxelas, ARSOM.

Van Donge, J. K. 1985. — "An episode from the independence struggle in Zambia: a case study from Mwase Lundazi", *African Affairs*, 84, 335, pp. 265-278.

Van Sertima, I. 1977. — *They came before Columbus: the African presence in ancient America*, Nova Iorque, Random House.

Van Sertima, I. (org.). 1984*a*. — *Nile valley civilizations*, Proceedings of the Nile Valley Conference, Atlanta, 26-30 de setembro, *Journal of African Civilizations*, edição especial, 6, 2, novembro.

Van Sertima, I. 1984*b*. — "Nile valley presence in America B.C.", em: I. Van Sertima (org.).

Van Sertima, I. (org.). 1986. — *Blacks in science: ancient and modern,* New Brunswick/ Londres, Transaction Books.

Van Sertima, I. 1989. — *Great African thinkers*; vol. I, *Cheikh Anta Diop*, New Brunswick, Transaction Books.

Vanderlinden, J. s. d. — *Du Congo au Zaire, 1960-1980. Essai de bilan,* Bruxelas, CRISP.

Vansina, J. 1961. — *The oral tradition: a study in historical methodology*, Chicago, Aldine Publishing Co.

Vatikiotis, P. J. 1961. — *The Egyptian army in politics*, Bloomington, Indiana University Press.

Vatikiotis, P. J. 1969. — *The modern history of Egypt*, Londres, Weidenfeld and Nicolson.

Vatikiotis, P. J. 1980. — *Egypt from Muhammad Ali to Sadat*, Baltimore.

Vatin, J. C. L. 1974. — *L'Algérie politique : histoire et société*, Paris, Fondation nationale des sciences politiques/Armand Colin.

Veblen, T. 1970. — *Théorie de la classe de loisir*, trad. R. Aron, Paris, Gallimard, ed. original 1899.

Vellut, J.-L. 1983. — "Le Katanga industriel en 1944 : malaises et anxiétés dans la société coloniale", em: Academia Real de Ciências do Além-mar, 1983, pp. 495-525.

Vengroff, R. 1982. — "Food and dependency: P. L. 480 aid to Black Africa", *Journal of Modern African Studies*, 20, 1, março, pp. 24-43.

Verhaegen, B. e Bethune, E. de 1965. — "Consultations électorales et élections au Congo, 1957-1959", *Cahiers économiques et sociaux*, 3, 3, pp. 247-291.

Vermeer, D. E. 1983. — "Food sufficiency and farming in the future of West Africa: resurgence of traditional agriculture ?", *Journal of African Studies*, 10, 3, outono, pp. 74-84.

Vieyra, P. S. 1968. — "Le film africain d'expression française", *African Arts*, 1, 3, pp. 60-69.

Vieyra, P. S. 1975. — *Les cinémas africains des origines à 1973*, Paris, Présence africaine.

Vieyra, P. S. 1983. — *Le cinéma au Sénégal*, Paris, L'Harmattan.

Vignes, J. 1976-1977. — "Revenus du pétrole arabe et aide à l'Afrique", *Jeune Afrique*, suplemento anual, pp. 181-187.

Vogel, C. A. M. 1985. — "Pedi mural art", *African Arts*, 18, 3, pp. 78-83.

*Voice of Ethiopia***. 1938. —** 19 de março.

*Voice of Ethiopia***. 1939. —** 29 de abril, 6 de maio, 24 de junho, 8 de julho, 15 de julho, 29 de julho, 19 de agosto, 5 de novembro, 11 de novembro, 9 de dezembro.

*Voice of Ethiopia***. 1940. —** 3 de fevereiro, 24 de maio.

Volavka, Z. 1977. — "Voania Muba: contribution to the history of central African pottery", *African Arts*, 10, 2, pp. 59-66 e 92.

Vore, R. M. de. 1976. — *The Arab-Israeli historical conflict : a historical, political, social and military bibliography*, Oxford/Santa Barbara, Clio Books.

Wadajo, J. 1959. — "Post-war reform in Ethiopian education", Comparative Education Review, 2, fevereiro, pp. 24-28.

Wagaw, T G. 1979. — *Education in Ethiopia : prospect and retrospect*, Ann Arbor, University of Michigan Press.

Wagaw, T G. — *Development of higher education and social transformation : an African case*.

Wa-Githumo. 1983. — "The quagmire of the urban poor in Nairobi", *Journal of East African Research and Development*, 13, pp. 126-148.

Wagret, J. M. 1963. — *Histoire et sociologie politique de la République du Congo*, Paris, LGDJ.

Waiguru, J. 1965. — "The round mud hut", em: D. Cook (org.), pp. 4-10.

Wallerstein, I. 1976*a*. — "The three stages of African involvement in the world economy", em: P C. W. Gutkind e I. Wallerstein (org.), pp. 35-64.

Wallerstein, I. 1976*b*. — *The modern world system*, Nova Iorque, Modern Reader.

Wallerstein, I. 1977. — "Class and status in contemporary Africa", em: P. C. W. Gutkind e P.Waterman (org.), pp. 277-284.

Wallerstein, I. 1983. — *Historical capitalism*, Londres, Verso.

Walls, A. F. 1978. — "Religion and the press in the enclave in the Nigerian Civil War", em: G. R. Fashole-Luke *et al.* (org.), pp. 207-215.

Walshe, P. 1971. — *The rise of African nationalism in South Africa: the African National Congress, 1912-1952*, Berkeley/Los Angeles, UCP.

Walters, R. W. 1987. — *South Africa and the bomb : responsibility and deterrence*, Lexington, D. C. Heath Lexington Books.

Wandira, A. 1977. — *The African university in development*, Joanesburgo, Zenitt Printers.

Wangwe, S. M. e Skarstein, R. 1986. — *Industrial development in Tanzania : some Critical issues*, Uppsala/Dar es-Salaam, Scandinavian Institute of African Studies/ Tanzania Publishing House.

Wanyande, P. 1987. — "Democracy and the one-parry state: the African experience", em: W. O. Oyugi e A. Gilonga (org.).

Wanyoike, E. N. 1974. — *An African pastor: the life and work of the rev. Wanyoike Kamawe, 1888-1970*, Nairóbi, EAPH.

Wass, B. 1979. — "The Kabah sloth", *African Arts*, 12, 3, pp. 62-65 e 96.

Waterbury, J. 1970. — *The commander of the faithful : the Moroccan political elite*, Nova Iorque, Columbia University Press.

Waterbury, J. 1975. — *Le commandeur des croyants*, Paris, PUF.

Waterman, P. 1983. — "The concept of the 'semi-proletarianized peasantry' : an empirical and theoretical note", em: B. Magubane e Nzongola-Ntalaja, *Proletarianization and class struggle in Africa*, San Francisco, Synthex Press, pp. 172-183.

Waterston, A. 1974. — "A viable model for rural development", *Finance and Development*, 11, 4, dezembro, pp. 22-25.

Watt, I. 1969. — *The Rise of the novel*, Harmondsworth, Penguin Books.

Watts, M. e Shenton, R. 1984. — "State and agrarian transformation in Nigeria", em: J. Barker (org.), pp. 173-205.

Wauthier, C. 1964. — *The Literature and Thought of Modern Africa: A Survey*, Londres, Pall Mall Press.

Weber, M. 1949. — *The theory of social and economic organization*, Nova Iorque, Grove Press.

Webster, J. B. e Boahen, A. A. 1980. — *The revolutionary years: West Africa since 1800*, nova edição, Londres, Longman.

Weekly Review **(Nairóbi). 1990. —** 9 de fevereiro.

Weeks, S. 1967. — *Divergence in educational development: the cases of Kenya and Uganda*, Nova Iorque, Columbia University Teachers College Press.

Weinstein, B. 1966. — *Gabon: nation-building on the Ogooue*, Cambridge, Mass., MIT Press.

Weinstein, B. 1967. — "Leon Mba : the ideology of dependence ", *Genève-Afrique*, 6, 1, pp. 49-63.

Weinstein, B. 1983. — *The civic tongue: political consequences of language choices*, Nova Iorque/Londres, Longman.

Weinstein, F. B. 1965. — "The Second Asian-African Conference: preliminary bouts", *Asian Survey* (Berkeley), 5, 7, julho, pp. 359-373.

Welch, C. E., Jr e Meltzer, R. I. (org.). 1984. — *Human rights and development in Africa*, Albany, State University of Nova Iorque Press.

Welch, C. E., Jr e Smith, A. K. 1974. — *Military role and rule*, Massachusetts, Duxbury Press.

Weman, H. 1960. — *African music and the Church in Africa*, Uppsala, Svenska Institutet för Missionforskning.

Wembah-Rashid, J. A. R. 1972. — "Tingatinga of Tanzânia", *African Arts*, 5, 4, pp. 20-21.

Wenzel, M. 1972. — *House decoration in Africa*, Londres, Duckworth.

White, J. 1981. — *Central administration in Nigeria 1914-1948*, Londres/Dublin, Irish Academic Press/Frank Casso.

Whiteley, W. 1974. — *Swahili : the rise of a national language*, Londres, Methuen.

Wicker, E. R. 1958. — "Colonial development and welfare, 1929-1957 : the evolution of a policy", *Social and Economic Studies*, 7, 4, pp. 170-192.

Wilber, C. K. 1979. — *The political economy of development and underdevelopment*, 2ª ed., Nova Iorque, Random House.

Wilcocks, C. 1962. — *Aspects of medical investigation in Africa*, Londres/Nova Iorque, OUP.

Wilcox, W. F. 1931. — "Increase in the population of the earth and of the continents since 1650", em: *International Migrations*, Nova Iorque, National Bureau of Economic Research.

Willett, F. 1971. — *African art*, Londres, Thames and Hudson.

Willetts, P. 1978. — *The non-aligned movement : the origins of a Third World alliance*, Londres, Frances Pinter.

Williame, J.-C. 1983. — "Le Congo dans la guerre : la coopération économique belgo-alliés de 1940 à 1944", em: Academia Real de Ciências do Além-mar, 1983, pp. 213-253.

Williams, G. 1981. — *Third World political organizations*, Londres, Macmillan.

Williams, J. A. 1979. — "A return to the veil in Egypt", *Middle East Review*, 11, 3, pp. 49-54.

Williams, M. J. 1976. — "The aid programs of the OPEC countries", *Foreign Affairs*, 54, 2, janeiro, pp. 308-324.

Williams, M. J. 1983. — "Toward a food strategy for Africa", *Africa Report*, 28, 5, pp. 22-27.

Wilson, J. 1963. — *Education and changing West African culture*, Nova Iorque, Columbia University Teachers College Press.

Wilson, M. e Thompson, L. (org.). 1985. — *The Oxford history of South Africa*; vol. I, Londres, OUP; vol. II, Oxford, Clarendon Press, 1971.

Wilson, T. 1974. — *Russia and Black Africa before World War II*, Holmes and Meir.

Windstrand, C. e Amin, S. 1975. — *Multinational firms in Africa*, Nova Iorque, Africana Publishing Company.

Woddis, J. 1962. — *Africa : The roots of revolt*, Nova Iorque, The Citadel Press.

Woddis, J. 1967. — *An introduction to neocolonialism*, Nova Iorque, International Publishers.

Xinhua News Bulletin **(Dar es-Salaam). 1968. —** "The United Republic of Tanzania moves forward", 552, 20 de junho.

Yakemtchouk, R. 1977. — *La Convention de Lomé : nouvelles formes de la coopération entre la CEE et les États d'Afrique, des Caraïbes et du Pacifique*, Bruxelas, ARSOM.

Yamalov, V. L. 1959. — "Soviet assistance to the underdeveloped countries", *International Affairs*, 9, setembro.

Yesufu, T. M. 1973. — *Creating the African university*, Ibadan, OOP.

Yglesias de la Riva, A. 1947. — *Politica indigena en Guinea*, Madrid, Instituto de Estudos Africanos.

Young, C. 1965. — *Politics in the Congo: decolonization and independence*, Princeton, POP.

Yu, G. T. 1975. — *China's African policy : a study of Tanzania*, Nova Iorque, Praeger.

Zartman, W. 1976. — "Europe and Africa: decolonization or dependency ?", *Foreign Affairs*, 54, 1, pp. 325-344.

Zedong, M. 1967. — *Quatre essais philosophiques*, Pekin, Éditions en langues étrangères.

Zhukov, E. M. 1947. — "Bourgeois nationalism is the nationalism of black intellectuals trained in the school of colonialism", *New Times (Novoye Vremya)*, Moscou.

Zimmer, W. 1985. — *Répertoire du théâtre camerounais*, Paris, L'Harmattan.

Zins, M. J. 1983. — "L'Inde et l'Afrique: le non-alignement au service des intérêts nationaux", *Politique africaine* (Paris), 10, 10 de junho, pp. 39-54.

Zoctizoum, Y. 1983. — *Histoire de la Centrafrique*; vol. 1, 1879-1959, Paris, L'Harmattan.
Zulu, J. B. e Nsouli, S. M. 1984. — "Adjustment programs in Africa", *Finance and Development*, 21, 1, março, pp. 5-10.

Índice remissivo

Ministério
da Educação

UNESCO HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA VOLUMES I-VIII

Durante muito tempo, mitos e preconceitos de toda espécie ocultaram ao mundo a verdadeira história da África. As sociedades africanas eram vistas como sociedades que não podiam ter história. Apesar dos importantes trabalhos realizados desde as primeiras décadas do século XX por pioneiros como Leo Frobenius, Maurice Delafosse e Arturo Labriola, um grande número de estudiosos não africanos, presos a certos postulados, afirmava que essas sociedades não podiam ser objeto de um estudo científico, devido, sobretudo, à ausência de fontes e de documentos escritos.

De fato, havia uma recusa a considerar o povo africano como criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram ao longo dos séculos por caminhos próprios, as quais os historiadores, a menos que abandonem certos preconceitos e renovem seus métodos de abordagem, não podem apreender.

A situação evoluiu muito a partir do fim da Segunda Guerra Mundial e, em particular, desde que os países africanos, tendo conquistado sua independência, começaram a participar ativamente da vida da comunidade internacional e dos intercâmbios que ela implica. Um número crescente de historiadores tem se empenhado em abordar o estudo da África com maior rigor, objetividade e imparcialidade, utilizando com as devidas precauções fontes africanas originais. No exercício de seu direito à iniciativa histórica, os próprios africanos sentiram profundamente a necessidade de restabelecer em bases sólidas a historicidade de suas sociedades.

Os especialistas de vários países que trabalharam nesta obra tiveram o cuidado de questionar as simplificações excessivas provenientes de uma concepção linear e restritiva da história universal e de restabelecer a verdade dos fatos sempre que necessário e possível. Esforçaram-se por resgatar os dados históricos que melhor permitissem acompanhar a evolução dos diferentes povos africanos em seus contextos socioculturais específicos.

Esta Coleção traz à luz tanto a unidade histórica da África quanto suas relações com os outros continentes, sobretudo as Américas e o Caribe. Durante muito tempo, as manifestações de criatividade dos descendentes de africanos nas Américas foram isoladas por certos historiadores num agregado heteróclito de *africanismos*. Desnecessário dizer que tal não é a atitude dos autores desta obra. Aqui, a resistência dos escravos deportados para as Américas, a "clandestinidade" política e cultural, a participação constante e maciça dos descendentes de africanos nas primeiras lutas pela independência, assim como nos movimentos de libertação nacional, são entendidas em sua real significação: foram vigorosas afirmações de identidade que contribuíram para forjar o conceito universal de Humanidade.

Outro aspecto ressaltado nesta obra são as relações da África com o sul da Ásia através do oceano Índico, assim como as contribuições africanas a outras civilizações por um processo de trocas mútuas.

Avaliando o atual estágio de nossos conhecimentos sobre a África, propondo diferentes pontos de vista sobre as culturas africanas e oferecendo uma nova leitura da história, a *História Geral da África* tem a indiscutível vantagem de mostrar tanto a luz quanto a sombra, sem dissimular as divergências de opinião que existem entre os estudiosos.

Nesse contexto, é de suma importância a publicação dos oito volumes da *História Geral da África* que ora se apresenta em sua atual versão em português como fruto da parceria entre a Representação da UNESCO no Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).